

# PROSPECTO PRELIMINAR DA OFERTA PÚBLICA DE DISTRIBUIÇÃO PRIMÁRIA E SECUNDÁRIA DE AÇÕES ORDINÁRIAS DE EMISSÃO DA W2W E-COMMERCE DE VINHOS S.A.



**W2W E-COMMERCE DE VINHOS S.A.**  
 CNPJ/ME nº 09.813.204/0001-16  
 NIRE: 32.300.033.512  
 Rua Comendador Alcides Simão Helou, 1.565, Civit II  
 CEP 29168-090, Serra, ES  
 73.700.000 Ações Ordinárias  
 Valor da Oferta: R\$700.150.000,00  
 Código ISIN: "BRWNBRACNOR4"  
 Código de negociação das Ações na B3: "WNBR3"

**No contexto da presente Oferta, estima-se que o Preço por Ação estará situado entre R\$8,50 e R\$10,50 ("Faixa Indicativa"), podendo, no entanto, ser fixado acima ou abaixo da Faixa Indicativa, a qual é meramente indicativa.**

A **W2W E-COMMERCE DE VINHOS S.A. ("Companhia")**, o Península Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia – Investimento no Exterior ("**Península**"), a Orbeat Som & Imagem Ltda. ("**Orbeat**") e os acionistas vendedores pessoas físicas identificadas na seção "**Informações sobre a Oferta - Identificação dos Acionistas Vendedores, quantidade de ações ofertadas, montante e recursos líquidos**" na página 47 deste Prospecto ("**Acionistas Vendedores**"), em conjunto com o Banco Itaú BBA S.A. ("**Itaú BBA**" ou "**Coordenador Líder**"), o Bank of America Merrill Lynch Banco Múltiplo S.A. ("**Bank of America**"), o Banco BTG Pactual S.A. ("**BTG Pactual**"), a XP Investimentos Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários S.A. ("**XP**") e o Banco ABC Brasil S.A. ("**Banco ABC**" e, em conjunto com o Coordenador Líder, o Bank of America, o BTG Pactual e a XP, os "**Coordenadores da Oferta**"), estão realizando uma oferta pública de distribuição primária e secundária de ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal de emissão da Companhia e titularidade dos Acionistas Vendedores ("**Ações**" e "**Oferta**", respectivamente).

A Oferta consistirá na distribuição pública: (i) primária de, inicialmente, 57.700.000 (cinquenta e sete milhões e setecentas mil) novas ações ordinárias a serem emitidas pela Companhia ("**Oferta Primária**"); e (ii) secundária de, inicialmente, 16.000.000 (dezesseis milhões) ações ordinárias de emissão da Companhia e de titularidade dos Acionistas Vendedores ("**Oferta Secundária**"), a ser realizada na República Federativa do Brasil ("**Brasil**"), em mercado de balcão não organizado, em conformidade com a Instrução da CVM nº 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada ("**Instrução CVM 400**"), com o "**Código ANBIMA de Regulação e Melhores Práticas para Estruturação, Coordenação e Distribuição de Ações Públicas de Valores Mobiliários e Ofertas Públicas de Aquisição de Valores Mobiliários**", atualmente vigente ("**Código ANBIMA**") e o Regulamento do Novo Mercado da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão ("**Regulamento do Novo Mercado**" e "**B3**", respectivamente), sob a coordenação dos Coordenadores da Oferta, com a participação de determinadas instituições consorciadas autorizadas a operar segmento especial de negociação de valores mobiliários no mercado de capitais brasileiro, credenciadas junto à B3 e convidadas a participar da Oferta para efetuar, exclusivamente, esforços de colocação das Ações junto a Investidores Não Institucionais (conforme definido neste Prospecto).

Simultaneamente, serão também realizados esforços de colocação das Ações no exterior pelo Itaú BBA USA Securities, Inc., pelo BofA Securities, Inc., pelo BTG Pactual US Capital LLC e pela XP Investments US (em conjunto, "**Agentes de Colocação Internacional**"), em conformidade com o Placement Facilitation Agreement, a ser celebrado entre a Companhia, os Acionistas Vendedores e os Agentes de Colocação Internacional ("**Contrato de Colocação Internacional**"); (i) nos Estados Unidos da América ("**Estados Unidos**"), exclusivamente para investidores institucionais qualificados (qualified institutional buyers), residentes e domiciliados nos Estados Unidos, conforme definidos na Regra 144A, editada pela U.S. Securities and Exchange Commission dos Estados Unidos ("**SEC**"), em operações isentas de registro, previstas na U.S. Securities Act de 1933, conforme alterado ("**Securities Act**") e nos regulamentos editados ao amparo do Securities Act, bem como nos termos de quaisquer outras regras federais e estaduais dos Estados Unidos sobre títulos e valores mobiliários; e (ii) nos demais países, que não os Estados Unidos e o Brasil, para investidores que sejam considerados não residentes ou domiciliados nos Estados Unidos ou constituídos de acordo com as leis deste país (non-U.S. persons), nos termos do Regulamento S, no âmbito do Securities Act, e observada a legislação aplicável no país de domicílio de cada investidor e, em ambos os casos, desde que invistam no Brasil em conformidade com os mecanismos de investimento regulamentados nos termos da Lei nº 4.131, de 3 de setembro de 1962, conforme alterada ("**Lei 4.131**"), ou da Resolução do Conselho Monetário Nacional, nº 4.373, de 29 de setembro de 2014 ("**Resolução CMN 4.373**") e da Instrução da CVM nº 560, de 27 de março de 2015, conforme alterada ("**Instrução CVM 560**"), sem a necessidade, portanto, da solicitação e obtenção de registro de distribuição e colocação das Ações em agência ou órgão regulador do mercado de capitais de outro país, inclusive perante a SEC. Os esforços de colocação das Ações junto a Investidores Estrangeiros, exclusivamente no exterior, serão realizados nos termos do Placement Facilitation Agreement, a ser celebrado entre a Companhia, os Acionistas Vendedores e os Agentes de Colocação Internacional.

Nos termos do artigo 14, parágrafo 2º, da Instrução CVM 400, até a data da divulgação do "**Anúncio de Início da Oferta Pública de Distribuição Primária e Secundária de Ações Ordinárias de Emissão da Companhia**" ("**Anúncio de Início**"), a quantidade de Ações inicialmente ofertada (sem considerar as Ações Suplementares, conforme definido abaixo) poderá, a critério da Companhia e dos Acionistas Vendedores, em comum acordo com os Coordenadores da Oferta, ser acrescida em até 20% (vinte por cento), ou seja, em até 14.740.000 (quatorze milhões e setecentas e quarenta mil) ações ordinárias de emissão da Companhia, detidas e a serem alienadas pelos Acionistas Vendedores, nas mesmas condições e pelo mesmo preço das Ações inicialmente ofertadas, as quais serão utilizadas para atender eventual excesso de demanda que venha a ser constatado até a conclusão do Procedimento de Bookbuilding (conforme definido abaixo) ("**Ações Adicionais**").

Nos termos do artigo 24 da Instrução CVM 400, a quantidade de Ações inicialmente ofertadas (sem considerar as Ações Adicionais) poderá ser acrescida de um lote suplementar em percentual equivalente a até 15% (quinze por cento), ou seja, em até 11.055.000 (onze milhões e cinquenta e cinco mil) ações ordinárias de emissão da Companhia, a serem alienadas pelos Acionistas Vendedores, nas mesmas condições e pelo mesmo preço das Ações inicialmente ofertadas ("**Ações Suplementares**"), conforme opção a ser outorgada pelos Acionistas Vendedores ao Agente Estabilizador, nos termos do Contrato de Colocação (conforme definido neste Prospecto), as quais serão destinadas, exclusivamente, para prestação de serviços de estabilização de preço das Ações no âmbito da Oferta.

No âmbito da Oferta Primária, a emissão das Ações pela Companhia será realizada com exclusão do direito de preferência dos seus atuais acionistas, nos termos do artigo 172, inciso I, da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("**Lei das Sociedades por Ações**"), sendo que tal emissão será realizada dentro do limite de capital autorizado previsto no estatuto social da Companhia.

Na hipótese de o Preço por Ação (conforme definido abaixo) ser fixado acima ou abaixo da Faixa Indicativa, os Pedidos de Reserva (conforme definido neste Prospecto) serão normalmente, considerados e processados, observadas as condições de eficácia descritas neste Prospecto, exceto no caso de um Evento de Fixação do Preço em Valor Inferior à Faixa Indicativa (conforme definido neste Prospecto), hipótese em que o Investidor Não Institucional poderá desistir do seu Pedido de Reserva.

O preço de subscrição ou aquisição, conforme o caso, por Ação será fixado após a conclusão do procedimento de coleta de intenções de investimento junto a Investidores Institucionais, realizado no Brasil, pelos Coordenadores da Oferta, nos termos do Contrato de Colocação, e no exterior, pelos Agentes de Colocação Internacional, nos termos do Contrato de Colocação Internacional, em consonância com o disposto no artigo 23, parágrafo 1º, e no artigo 44 da Instrução CVM 400 ("**Procedimento de Bookbuilding**") e terá como parâmetro as indicações de interesse em função da qualidade e quantidade de demanda (por volume e preço) por Ação coletada junto a Investidores Institucionais durante o Procedimento de Bookbuilding ("**Preço por Ação**").

A escolha do critério de determinação do Preço por Ação é justificada na medida em que o preço de mercado das Ações a serem subscritas/adquiridas foi aferido de acordo com a realização do Procedimento de Bookbuilding, o qual reflete o valor pelo qual os Investidores Institucionais apresentaram suas intenções de investimento no contexto da Oferta e, portanto, não haverá diluição injustificada dos atuais acionistas da Companhia, nos termos do artigo 170, parágrafo 1º, inciso III, da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("**Lei das Sociedades por Ações**"). Os Investidores Não Institucionais não participarão do Procedimento de Bookbuilding e, portanto, não participarão do processo de determinação do Preço por Ação.

	Preço (R\$) <sup>(1)</sup>	Comissões (R\$) <sup>(1)(2)(4)</sup>	Recursos Líquidos (R\$) <sup>(1)(2)(3)(4)</sup>
Preço por Ação.....	9,50	0,48	9,03
Oferta Primária <sup>(4)</sup> .....	548.150.000,00	27.407.500,00	520.742.500,00
Oferta Secundária <sup>(4)</sup> .....	152.000.000,00	7.600.000,00	144.400.000,00
<b>Total.....</b>	<b>700.150.000,00</b>	<b>35.007.500,00</b>	<b>665.142.500,00</b>

(1) Considerando o Preço por Ação de R\$9,50, que é o ponto médio da Faixa Indicativa.

(2) Abrange as comissões a serem pagas aos Coordenadores da Oferta, sem considerar as Ações Suplementares e sem considerar as Ações Adicionais.

(3) Sem dedução das despesas e tributos da Oferta.

(4) Para informações sobre as remunerações a serem recebidas pelos Coordenadores da Oferta, veja a seção "**Informações sobre a Oferta – Custos de Distribuição**", na página 52 deste Prospecto.

(5) Para informações sobre a quantidade de Ações a serem alienadas pelos Acionistas Vendedores, no âmbito de eventual colocação das Ações Adicionais e das Ações Suplementares, e os recursos líquidos a serem recebidos, veja a seção "**Informações sobre a Oferta - Identificação dos Acionistas Vendedores, quantidade de ações ofertadas, montante e recursos líquidos**" na página 47 deste Prospecto.

A abertura de capital da Companhia, a sua adesão e admissão ao segmento do Novo Mercado da B3, bem como a reforma do seu Estatuto Social, de forma a adequá-lo às disposições do Regulamento do Novo Mercado e a realização da Oferta Primária, mediante aumento de capital da Companhia, dentro do limite de capital autorizado previsto em seu Estatuto Social, com a exclusão do direito de preferência dos atuais acionistas da Companhia, nos termos do artigo 172, inciso I, da Lei das Sociedades por Ações, bem como seus termos e condições, foram aprovados na Assembleia Geral Extraordinária da Companhia realizada em 26 de agosto de 2020, cuja ata foi devidamente registrada na Junta Comercial do Estado do Espírito Santo ("**JUCEES**") em 17 de setembro de 2020, sob o nº 32300033512, e publicada no Diário Oficial do Estado do Espírito Santo ("**DOEES**") e no jornal "A Gazeta", em 06 de outubro de 2020.

O Preço por Ação, bem como a quantidade de Ações objeto da Oferta e o aumento de capital da Companhia, dentro do limite do capital autorizado em seu Estatuto Social, serão aprovados em Reunião do Conselho de Administração da Companhia a ser realizada entre a conclusão do Procedimento de Bookbuilding e a concessão dos registros da Oferta pela CVM, cuja ata será devidamente registrada na JUCEES e publicada no DOEES e no jornal "A Gazeta" na data de disponibilização do Anúncio de Início.

A realização da Oferta Secundária pelo o Península, bem como seus termos e condições, foram aprovados em Reunião do Comitê de Investimentos realizada em 29 de agosto de 2020, em conformidade com seu Regulamento. O Preço por Ação, bem como a quantidade de Ações objeto da Oferta e o aumento de capital da Companhia, serão aprovados em Reunião do Comitê de Investimentos a ser realizada entre a conclusão do Procedimento de Bookbuilding e a concessão dos registros da Oferta pela CVM.

Nos termos do Contrato Social da Orbeat, não será necessária qualquer aprovação societária para a alienação das ações ordinárias de emissão da Companhia e de titularidade da Orbeat, no âmbito da Oferta Secundária, assim como de seus termos e condições e do Preço por Ação.

Não será necessária qualquer aprovação societária em relação aos Acionistas Vendedores Pessoas Físicas para a participação na Oferta Secundária e na fixação do Preço por Ação.

Exceto pelo registro na CVM, a Companhia, os Acionistas Vendedores e os Coordenadores da Oferta não pretendem registrar a Oferta ou as Ações nos Estados Unidos e em qualquer agência ou órgão regulador do mercado de capitais de qualquer outro país.

Será admitido o recebimento de reservas, a partir de 16 de outubro de 2020, para subscrição/aquisição de Ações, as quais somente serão confirmadas pelo adquirente após o início do período de distribuição.

**"O REGISTRO DA PRESENTE DISTRIBUIÇÃO NÃO IMPLICA, POR PARTE DA CVM, GARANTIA DE VERACIDADE DAS INFORMAÇÕES PRESTADAS OU EM JULGAMENTO SOBRE A QUALIDADE DA EMISSORA, BEM COMO SOBRE AS AÇÕES A SEREM DISTRIBUÍDAS."**

A Oferta está sujeita a prévia análise e aprovação da CVM, sendo que o registro da Oferta foi requerido junto à CVM em 03 de setembro de 2020.

Este Prospecto Preliminar não deve, em nenhuma circunstância, ser considerado uma recomendação de subscrição ou aquisição das Ações. Ao decidir adquirir e liquidar as Ações, os potenciais investidores deverão realizar sua própria análise e avaliação da situação financeira da Companhia, das atividades e dos riscos decorrentes do investimento nas Ações.

**OS INVESTIDORES DEVEM LER ESTE PROSPECTO E O FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA DA COMPANHIA ANEXO A ESTE PROSPECTO, ANTES DE ACEITAR A OFERTA, EM ESPECIAL AS SEÇÕES "SUMÁRIO DA COMPANHIA – PRINCIPAIS FATORES DE RISCO DA COMPANHIA" E "FATORES DE RISCO RELACIONADOS À OFERTA E AS AÇÕES", A PARTIR DAS PÁGINAS 21 e 95, RESPECTIVAMENTE, DESTES PROSPECTO E TAMBÉM A SEÇÃO "4. FATORES DE RISCO" DO FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA DA COMPANHIA NA PÁGINA 541, PARA UMA DESCRIÇÃO DE CERTOS FATORES DE RISCO RELACIONADOS À AQUISIÇÃO DE AÇÕES QUE DEVEM SER CONSIDERADOS NA TOMADA DE DECISÃO DE INVESTIMENTO.**



Coordenadores da Oferta



(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

## ÍNDICE

<b>DEFINIÇÕES</b> .....	<b>1</b>
<b>INFORMAÇÕES CADASTRAIS DA COMPANHIA</b> .....	<b>6</b>
<b>CONSIDERAÇÕES SOBRE ESTIMATIVAS E DECLARAÇÕES ACERCA DO FUTURO</b> .....	<b>7</b>
<b>SUMÁRIO DA COMPANHIA</b> .....	<b>10</b>
<b>IDENTIFICAÇÃO DOS ADMINISTRADORES, COORDENADORES DA OFERTA, CONSULTORES E DOS AUDITORES INDEPENDENTES</b> .....	<b>25</b>
Auditores Independentes da Companhia.....	26
<b>SUMÁRIO DA OFERTA</b> .....	<b>27</b>
<b>INFORMAÇÕES SOBRE A OFERTA</b> .....	<b>45</b>
Composição do capital social.....	45
Principais acionistas, Administradores e Acionistas Vendedores .....	46
Identificação dos Acionistas Vendedores, quantidade de ações ofertadas, montante e recursos líquidos.....	47
Quantidade, montante e recursos líquidos .....	48
Características Gerais da Oferta.....	49
Descrição da Oferta .....	49
Aprovações societárias .....	50
Preço por Ação.....	51
Ações em Circulação ( <i>Free Float</i> ) após a Oferta .....	51
Custos de Distribuição .....	52
Instituições Consorciadas .....	53
Público Alvo.....	53
Cronograma Estimado da Oferta .....	54
Procedimento da Oferta .....	55
Oferta Não Institucional.....	55
Oferta Institucional .....	65
Prazos da Oferta .....	66
Contrato de Colocação e Contrato de Colocação Internacional.....	67
Suspensão, modificação, revogação ou cancelamento da Oferta .....	68
Informações sobre a Garantia Firme de Liquidação.....	70
Estabilização dos Preços das Ações .....	71
Violações das Normas de Conduta.....	71
Direitos, vantagens e restrições das Ações .....	72
Negociação das Ações na B3.....	72
Contratação de Formador de Mercado.....	73
Acordos de restrição à venda de Ações (Instrumentos de <i>Lock-up</i> ).....	73
Instituição financeira responsável pela escrituração das Ações .....	73
Inadequação da Oferta .....	74
Condições a que a Oferta esteja submetida.....	74
Informações adicionais .....	74
Instituições Consorciadas .....	76
Disponibilização de avisos e anúncios da Oferta .....	76
Instituições Consorciadas .....	77
<b>APRESENTAÇÃO DAS INSTITUIÇÕES PARTICIPANTES DA OFERTA</b> .....	<b>79</b>
Coordenador Líder .....	79
Bank of America.....	80
BTG Pactual.....	81
XP .....	82
Banco ABC.....	84

<b>RELACIONAMENTO ENTRE A COMPANHIA, OS ACIONISTAS VENDEDORES E OS COORDENADORES DA OFERTA .....</b>	<b>86</b>
RELACIONAMENTO ENTRE A COMPANHIA E OS COORDENADORES DA OFERTA.....	86
Relacionamento entre a Companhia e o Coordenador Líder .....	86
Relacionamento entre a Companhia e o Bank of America .....	87
Relacionamento entre a Companhia e o BTG Pactual.....	88
Relacionamento entre a Companhia e a XP.....	89
Relacionamento entre a Companhia e o Banco ABC.....	90
<b>RELACIONAMENTO ENTRE OS ACIONISTAS VENDEDORES E OS COORDENADORES DA OFERTA .....</b>	<b>92</b>
Relacionamento entre os Acionistas Vendedores e o Coordenador Líder.....	92
Relacionamento entre os Acionistas Vendedores e o Bank of America.....	92
Relacionamento entre os Acionistas Vendedores e o BTG Pactual.....	93
Relacionamento entre os Acionistas Vendedores e a XP .....	93
Relacionamento entre os Acionistas Vendedores e o Banco ABC .....	94
<b>FATORES DE RISCO RELACIONADOS À OFERTA E ÀS AÇÕES.....</b>	<b>95</b>
<b>DESTINAÇÃO DOS RECURSOS .....</b>	<b>104</b>
<b>CAPITALIZAÇÃO .....</b>	<b>106</b>
<b>DILUIÇÃO .....</b>	<b>107</b>
<b>ANEXOS .....</b>	<b>113</b>
<b>ESTATUTO SOCIAL CONSOLIDADO DA COMPANHIA.....</b>	<b>117</b>
<b>ATA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA DA COMPANHIA, REALIZADA EM 26 DE AGOSTO DE 2020, QUE APROVOU A REALIZAÇÃO DA OFERTA E O NOVO ESTATUTO SOCIAL DA COMPANHIA .....</b>	<b>143</b>
<b>ATA DA REUNIÃO DO COMITÊ DE INVESTIMENTO DO PENÍNSULA , REALIZADA EM 29 DE AGOSTO DE 2020, QUE APROVOU A REALIZAÇÃO DA OFERTA.....</b>	<b>183</b>
<b>MINUTA DA ATA DA REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA COMPANHIA QUE APROVARÁ O PREÇO POR AÇÃO DA OFERTA .....</b>	<b>187</b>
<b>MINUTA DA ATA DA REUNIÃO DO COMITÊ DE INVESTIMENTO DO PENÍNSULA QUE APROVARÁ O PREÇO POR AÇÃO DA OFERTA .....</b>	<b>193</b>
<b>DECLARAÇÃO DA COMPANHIA NOS TERMOS DO ARTIGO 56 DA INSTRUÇÃO CVM 400. 199</b>	<b>199</b>
<b>DECLARAÇÃO DOS ACIONISTAS VENDEDORES, NOS TERMOS DO ARTIGO 56 DA INSTRUÇÃO CVM 400 .....</b>	<b>205</b>
<b>DECLARAÇÃO DO COORDENADOR LÍDER, NOS TERMOS DO ARTIGO 56 DA INSTRUÇÃO CVM 400 .....</b>	<b>223</b>
<b>INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS REVISADAS, INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS DA COMPANHIA REFERENTES AO PERÍODO DE SEIS MESES FINDO EM 30 DE JUNHO DE 2020 .....</b>	<b>229</b>
<b>DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS AUDITADAS, INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS DA COMPANHIA REFERENTES AOS EXERCÍCIOS SOCIAIS ENCERRADOS EM 31 DEZEMBRO DE 2019, 2018 E 2017 .....</b>	<b>301</b>
<b>FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA DA COMPANHIA NOS TERMOS DA INSTRUÇÃO CVM 480 .....</b>	<b>515</b>

## DEFINIÇÕES

Para fins do presente Prospecto, “Companhia”, “Wine” ou “nós” se referem, a menos que o contexto determine de forma diversa, à W2W E-commerce de Vinhos S.A., suas controladas, subsidiárias e filiais na data deste Prospecto. Os termos indicados abaixo terão o significado a eles atribuídos neste Prospecto, conforme aplicável.

Os termos relacionados especificamente com a Oferta e respectivos significados constam da seção “Sumário da Oferta” deste Prospecto.

<b>Acionistas Vendedores Pessoas Físicas</b>	O Sr. Rogério Muniz Salume, o Sr. Marcelo Giovanetti D'Arienzo, o Sr. Alexandre Magno da Cruz Oliveira Filho, o Sr. Clayton Freire dos Santos e o Sr. German Garfinkel.
<b>Acionistas Vendedores</b>	Acionistas Vendedores Pessoas Físicas em conjunto com a Orbeat e o Península.
<b>Administração</b>	Conselho de Administração e Diretoria Estatutária da Companhia, considerados em conjunto.
<b>Administradores</b>	Membros do Conselho de Administração e da Diretoria Estatutária da Companhia, considerados em conjunto.
<b>Agente Estabilizador ou BTG Pactual</b>	Banco BTG Pactual S.A.
<b>ANBIMA</b>	Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais.
<b>Assembleia Geral</b>	A assembleia geral de acionistas da Companhia.
<b>Audidores Independentes</b>	PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes.
<b>B3</b>	B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão.
<b>Banco ABC</b>	Banco ABC Brasil S.A.
<b>Banco Central ou BACEN</b>	Banco Central do Brasil.
<b>Bank of America</b>	Bank of America Merrill Lynch Banco Múltiplo S.A.
<b>Brasil ou País</b>	República Federativa do Brasil.
<b>BTG Pactual</b>	Banco BTG Pactual S.A.
<b>Câmara de Arbitragem do Mercado</b>	A câmara de arbitragem prevista no Regulamento da Câmara de Arbitragem do Mercado, instituída pela B3, destinada a atuar na composição de conflitos que possam surgir nos segmentos especiais de listagem da B3.
<b>CMN</b>	Conselho Monetário Nacional.
<b>CNPJ/ME</b>	Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Economia.
<b>CPF/ME</b>	Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Economia.

<b>Código ANBIMA</b>	Código ANBIMA de Regulação e Melhores Práticas para Estruturação, Coordenação e Distribuição de Ofertas Públicas de Valores Mobiliários e Ofertas Públicas de Aquisição de Valores Mobiliários, atualmente vigente.
<b>Companhia ou Wine</b>	W2W E-commerce de Vinhos S.A.
<b>Conselho de Administração</b>	O conselho de administração da Companhia.
<b>Conselho Fiscal</b>	O conselho fiscal da Companhia, que até a data deste Prospecto não havia sido instalado.
<b>Corretora</b>	BTG Pactual Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.
<b>Coordenador Líder ou Itaú BBA</b>	Banco Itaú BBA S.A.
<b>CVM</b>	Comissão de Valores Mobiliários.
<b>Deliberação CVM 476</b>	Deliberação da CVM nº 476, de 25 de janeiro de 2005.
<b>Diretoria Estatutária</b>	A diretoria estatutária da Companhia.
<b>DOESC</b>	Diário Oficial do Estado do Espírito Santo.
<b>Dólar, dólar, dólares ou US\$</b>	Moeda oficial dos Estados Unidos.
<b>EBITDA</b>	O EBITDA ( <i>Earnings Before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization</i> ) ou LAJIDA (“Lucro Antes de Juros, Impostos, Depreciações e Amortizações”) é uma medição não contábil elaborada pela Companhia em consonância com a Instrução CVM 527, conciliada com suas demonstrações financeiras e consiste no lucro (prejuízo) líquido acrescido pelo resultado financeiro líquido, pelo imposto de renda e contribuição social e pelas depreciações e amortizações. A Margem EBITDA é calculada pelo EBITDA dividido pela receita líquida de vendas e a Margem EBITDA Ajustado é calculada pelo EBITDA ajustado dividido pela receita líquida de vendas. O EBITDA e a margem EBITDA não são medidas reconhecidas pelas Práticas Contábeis Adotadas no Brasil nem pelas Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS), emitidas pelo IASB, e não representam o fluxo de caixa para os períodos apresentados e não devem ser consideradas como base para a distribuição de dividendos, como substituto para o lucro (prejuízo) líquido do exercício/período ou como indicador de desempenho operacional, nem como indicador de liquidez da Companhia. Para mais informações sobre medições não contábeis, veja o item 3.2 do Formulário de Referência anexo a este Prospecto.
<b>EBITDA Ajustado</b>	O EBITDA Ajustado é uma medição não contábil elaborada pela Companhia e refere-se ao lucro (prejuízo) líquido acrescido do resultado financeiro, pelo imposto de renda e contribuição social sobre o lucro, pelos custos e despesas de depreciação e amortização. EBITDA Ajustado excluindo as perdas ou ganhos na alienação de ativos, resultados não recorrentes e perdas ou ganhos tributários.

A Companhia entende que o EBITDA Ajustado é apropriado para a correta compreensão da sua condição financeira e do resultado de suas operações, uma vez que mostra as atividades ligadas ao seu objeto social, sendo usados internamente como medidas para avaliar produtividade e eficiência e demonstrando-se útil para avaliar o desempenho econômico-financeiro da Companhia. Além disso, a Companhia acredita que o EBITDA Ajustado oferece aos investidores uma melhor compreensão da sua capacidade de cumprir com suas obrigações e sua capacidade de obter novos financiamentos para seus investimentos e capital de giro. No entanto, o EBITDA Ajustado não é medida contábil reconhecida pelas BR GAAP nem pelas IFRS, não representa o fluxo de caixa para os períodos apresentados e não deve ser considerado como substituto para o lucro líquido, como indicador do desempenho operacional, como substituto do fluxo de caixa, como indicador de liquidez ou como base para a distribuição de dividendos. Para mais informações sobre medições não contábeis, veja o item 3.2 do Formulário de Referência anexo a este Prospecto.

<b>Estados Unidos</b>	Estados Unidos da América.
<b>Estatuto Social</b>	O estatuto social da Companhia aprovado pela Assembleia Geral Extraordinária realizada em 26 de agosto de 2020.
<b>Formulário de Referência</b>	Formulário de referência da Companhia, elaborado nos termos da Instrução CVM 480, conforme alterada, e anexo a este Prospecto.
<b>IASB</b>	<i>International Accounting Standard Board.</i>
<b>ICMS</b>	Imposto Sobre Circulação de Mercadorias e Serviços.
<b>IFRS</b>	<i>International Financial Reporting Standards</i> (Normas Internacionais de Relatório Financeiro). Conjunto de normas internacionais de contabilidade, emitidas e revisadas pelo IASB.
<b>IFRS16/CPC06</b>	Operações de arrendamento mercantil, que substitui o CPC 06 (R1) - Operações de Arrendamento Mercantil, elimina a distinção entre arrendamentos operacionais e arrendamentos financeiros a partir de 1º de janeiro de 2019. Além disso, a norma exige o reconhecimento de um ativo (o direito de usar o item arrendado) e um passivo financeiro relativo aos de alugueis futuros descontados a valor presente para praticamente todos os contratos de arrendamento.
<b>INPI</b>	Instituto Nacional da Propriedade Intelectual.
<b>Instituição Escrituradora</b>	Itaú Corretora de Valores S.A.
<b>Instrução CVM 400</b>	Instrução da CVM nº 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada.
<b>Instrução CVM 480</b>	Instrução da CVM nº 480, de 7 de dezembro de 2009, conforme alterada.

<b>Instrução CVM 505</b>	Instrução da CVM nº 505, de 27 de setembro de 2011, conforme alterada.
<b>Instrução CVM 527</b>	Instrução da CVM nº 527, de 4 de outubro de 2012, conforme alterada.
<b>IOF/Câmbio</b>	Imposto Sobre Operações Financeiras.
<b>IPCA</b>	Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo.
<b>JUCEES</b>	Junta Comercial do Estado do Espírito Santo.
<b>Lei das Sociedades por Ações</b>	Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada.
<b>Lei do Mercado de Capitais</b>	Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976, conforme alterada.
<b>Novo Mercado</b>	Segmento especial de listagem de valores mobiliários da B3, destinado à negociação de valores mobiliários emitidos por empresas que se comprometem voluntariamente com a adoção de práticas de governança corporativa e a divulgação pública de informações adicionais em relação ao que é exigido na legislação, previstas no Regulamento do Novo Mercado.
<b>Ofício-Circular CVM/SRE</b>	Ofício-Circular CVM/SRE nº 01/2020, divulgado em 05 de março de 2020.
<b>PIS/COFINS</b>	Programas de Integração Social e Contribuição para Financiamento da Seguridade Social, respectivamente.
<b>Prospecto Definitivo</b>	O “Prospecto Definitivo da Oferta Pública de Distribuição Primária e Secundária de Ações Ordinárias de Emissão da W2W E-commerce de Vinhos S.A.”, incluindo o Formulário de Referência a ele anexo e eventuais aditamentos e/ou suplementos, bem como seus demais anexos.
<b>Prospecto Preliminar</b>	Este “Prospecto Preliminar da Oferta Pública de Distribuição Primária e Secundária de Ações Ordinárias de Emissão da W2W E-commerce de Vinhos S.A.”, incluindo o Formulário de Referência a ele anexo e eventuais aditamentos e/ou suplementos, bem como seus demais anexos.
<b>Prospectos</b>	O Prospecto Definitivo e este Prospecto Preliminar, considerados em conjunto.
<b>Real, real, reais ou R\$</b>	Moeda oficial corrente no Brasil.
<b>Regra 144A</b>	Regra 144A editada ao amparo do <i>Securities Act</i> .
<b>Regulamento do Novo Mercado</b>	Regulamento do Novo Mercado, que prevê as práticas diferenciadas de governança corporativa a serem adotadas pelas companhias com ações listadas no segmento Novo Mercado da B3.
<b>Regulamento S</b>	<i>Regulation S</i> do <i>Securities Act</i> de 1933, conforme alterada, dos Estados Unidos.

<b>SEC</b>	<i>Securities and Exchange Commission</i> , a comissão de valores mobiliários dos Estados Unidos.
<b><i>Securities Act</i></b>	<i>Securities Act</i> de 1933 dos Estados Unidos, conforme alterado.
<b>XP</b>	XP Investimentos Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários S.A.

## INFORMAÇÕES CADASTRAIS DA COMPANHIA

<b>Identificação</b>	W2W E-commerce de Vinhos S.A., sociedade por ações, devidamente inscrita no CNPJ/ME sob o nº 09.813.204/0001-16, com seus atos constitutivos devidamente registrados na JUCEES sob o NIRE nº 32.300.033.512.
<b>Registro na CVM</b>	Em fase de obtenção de registro como emissora de valores mobiliários categoria “A” perante a CVM, cujo requerimento foi apresentado à CVM em 03 de setembro de 2020.
<b>Sede</b>	Localizada na Rua Comendador Alcides Simao Helou, 1.565, Civit II, CEP 29168-090, Serra, Espírito Santo.
<b>Diretoria de Relações com Investidores</b>	Localizada na Rua Comendador Alcides Simao Helou, 1.565, Civit II, CEP 29168-090, Serra, Espírito Santo. O Diretor de Relações com Investidores é o Sr. Alexandre Magno da Cruz Oliveira. O telefone da Diretoria de Relações com Investidores da Companhia é +55 (27) 3398-9456 e o seu endereço eletrônico é alexandremagno@wine.com.br.
<b>Instituição Escrituradora</b>	Itaú Corretora de Valores S.A.
<b>Audidores Independentes</b>	PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes.
<b>Títulos e Valores Mobiliários Emitidos</b>	As Ações serão listadas no Novo Mercado sob o código “WNBR3”, a partir do primeiro dia útil imediatamente posterior à divulgação do Anúncio de Início.
<b>Jornais nos Quais Divulga Informações</b>	As informações referentes à Companhia são divulgadas no DOEES e no jornal “A Gazeta”.
<b>Website</b>	<p>www.ri.wine.com.br</p> <p>As informações constantes no <i>website</i> da Companhia não são parte integrante deste Prospecto e não estão a ele anexas e/ou incorporadas por referência.</p>
<b>Formulário de Referência</b>	Informações detalhadas sobre a Companhia, seus negócios e operações poderão ser encontradas no Formulário de Referência, anexo a este Prospecto.

## CONSIDERAÇÕES SOBRE ESTIMATIVAS E DECLARAÇÕES ACERCA DO FUTURO

**Este Prospecto contém estimativas e declarações acerca do futuro, principalmente nas seções “Sumário da Companhia – Principais Fatores de Risco Relacionados à Companhia” e “Fatores de Risco Relacionados à Oferta e às Ações”, nas páginas 21 e 95, respectivamente, deste Prospecto e nas seções “4. Fatores de Risco”, “7. Atividades do Emissor” e “10. Comentários dos Diretores” do Formulário de Referência a partir das páginas 541, 616 e 687, respectivamente, deste Prospecto.**

As estimativas e declarações futuras têm por embasamento, em grande parte, expectativas atuais da Companhia sobre eventos futuros e tendências financeiras que afetam ou que tenham o potencial de afetar os negócios da Companhia, o seu setor de atuação, sua participação de mercado, sua reputação, seus negócios, sua situação financeira, o resultado de suas operações, suas margens e/ou seu fluxo de caixa. As estimativas e declarações acerca do futuro estão sujeitas a diversos riscos e incertezas e foram efetuadas somente com base nas informações disponíveis atualmente. Muitos fatores importantes, além daqueles discutidos neste Prospecto, tais como previstos nas estimativas e declarações acerca do futuro, podem impactar adversamente os resultados da Companhia e/ou podem fazer com que as estimativas e as declarações acerca do futuro não se concretizem. Dentre os diversos fatores que podem influenciar as estimativas e declarações futuras da Companhia, podem ser citados, como exemplo, os seguintes:

- conjuntura socioeconômica, política e de negócios do Brasil, incluindo, exemplificativamente, inflação, flutuações das taxas de juros, nível de emprego, crescimento populacional e confiança do consumidor;

desenvolvimentos e a percepção de risco em relação à instabilidade política no Brasil, incluindo as investigações em curso contra a administração do Presidente Jair Bolsonaro, bem como a capacidade de seu governo de implementar reformas econômicas;

- flutuações nas taxas de câmbio, especificamente com relação ao Real perante o Dólar;
- manutenção do sucesso de nosso marketing e esforços de venda;
- nossa capacidade de manter e aumentar nossos atuais volumes de venda, nossa base de sócios no Clube de Assinaturas;
- alteração no custo dos nossos produtos e dos nossos custos operacionais;
- capacidade da Companhia de implementar suas estratégias de crescimento, incluindo a abertura de novas lojas e o desenvolvimento das lojas atuais;
- capacidade da Companhia de financiar suas operações adequadamente;
- capacidade da Companhia de atender seus clientes de forma satisfatória;
- nossa capacidade de manter os preços de nossos produtos face aqueles praticados por nossos concorrentes atuais, bem como aqueles que poderão ser praticados por novos concorrentes;
- mudanças nas preferências dos consumidores e demandas pelos produtos que vendemos;
- aumento do custo na estrutura da Companhia;
- capacidade da Companhia de implementar, de forma tempestiva e eficiente, qualquer medida necessária em resposta ao, ou para amenizar os impactos da, pandemia de COVID-19 nos negócios, operações, fluxo de caixa, perspectivas, liquidez e condição financeira da Companhia;

- capacidade da Companhia de prever e reagir, de forma eficiente, a mudanças temporárias ou de longo prazo no comportamento dos consumidores da Companhia em razão da pandemia de COVID- 19, mesmo após eventualmente o surto ter sido suficientemente controlado;
- os efeitos econômicos, financeiros, políticos e sanitários da pandemia de COVID-19 (ou outras pandemias, epidemias e crises similares) particularmente no Brasil e na medida em que continuem a causar graves efeitos macroeconômicos negativos, portanto aumentando muitos dos outros riscos descritos na seção de Fatores de Risco do Formulário de Referência; e
- outros fatores de risco discutidos nas seções “*Sumário da Companhia – Principais Fatores de Risco Relacionados à Companhia*” e “*Fatores de Risco Relacionados à Oferta e às Ações*” deste Prospecto, nas páginas 21 e 95, respectivamente, deste Prospecto, bem como na seção “*4. Fatores de Risco*” e “*5. Riscos de Mercado*” do nosso Formulário de Referência, a partir das páginas 541 e 597, respectivamente, deste Prospecto.

Essa lista de fatores de risco não é exaustiva e outros riscos e incertezas podem causar resultados que podem vir a ser substancialmente diferentes daqueles contidos nas estimativas e perspectivas sobre o futuro. As palavras “acredita”, “pode”, “poderá”, “deverá”, “visa”, “estima”, “continua”, “antecipa”, “pretende”, “espera” e outras similares têm por objetivo identificar estimativas e perspectivas para o futuro. As considerações sobre estimativas e perspectivas para o futuro incluem informações pertinentes a resultados, estratégias, planos de financiamentos, posição concorrencial, dinâmica setorial, oportunidades de crescimento potenciais, os efeitos de regulamentação futura e os efeitos da concorrência. Em vista dos riscos e incertezas aqui descritos, as estimativas e perspectivas para o futuro constantes neste Prospecto podem vir a não se concretizar.

Estas estimativas envolvem riscos e incertezas e não representam qualquer garantia de um desempenho futuro, sendo que os reais resultados ou desenvolvimentos podem ser substancialmente diferentes das expectativas descritas nas estimativas e declarações futuras constantes neste Prospecto e no Formulário de Referência.

Declarações prospectivas envolvem riscos, incertezas e premissas, pois se referem a eventos futuros e, portanto, dependem de circunstâncias que podem ou não ocorrer. As condições da situação financeira futura da Companhia e de seus resultados operacionais futuros, sua participação e posição competitiva no mercado poderão apresentar diferenças significativas se comparados àquelas expressas ou sugeridas nas referidas declarações prospectivas. Muitos dos fatores que determinarão esses resultados e valores estão além da sua capacidade de controle ou previsão. Em vista dos riscos e incertezas envolvidos, nenhuma decisão de investimento deve ser tomada somente baseada nas estimativas e declarações futuras contidas neste Prospecto e no Formulário de Referência.

Adicionalmente, os números incluídos neste Prospecto e no Formulário de Referência da Companhia, anexo a este Prospecto a partir da página 515, podem ter sido, em alguns casos, arredondados para números inteiros.

O INVESTIDOR DEVE ESTAR CIENTE DE QUE OS FATORES MENCIONADOS ACIMA, ALÉM DE OUTROS DISCUTIDOS NESTE PROSPECTO E NO FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA, ANEXO A ESTE PROSPECTO A PARTIR DA PÁGINA 515, PODERÃO AFETAR OS RESULTADOS FUTUROS DA COMPANHIA E PODERÃO LEVAR A RESULTADOS DIFERENTES DAQUELES CONTIDOS, EXPRESSA OU IMPLICITAMENTE, NAS DECLARAÇÕES E ESTIMATIVAS NESTE PROSPECTO. TAIS ESTIMATIVAS REFEREM-SE APENAS À DATA EM QUE FORAM EXPRESSAS, SENDO QUE A COMPANHIA, OS ACIONISTAS VENDEDORES E OS COORDENADORES DA OFERTA NÃO ASSUMEM A RESPONSABILIDADE E A OBRIGAÇÃO DE ATUALIZAR PUBLICAMENTE OU REVISAR QUAISQUER DESSAS ESTIMATIVAS E DECLARAÇÕES FUTURAS EM RAZÃO DA OCORRÊNCIA DE NOVA INFORMAÇÃO, EVENTOS FUTUROS OU DE QUALQUER OUTRA FORMA. MUITOS DOS FATORES QUE DETERMINARÃO ESSES RESULTADOS E VALORES ESTÃO ALÉM DA CAPACIDADE DE CONTROLE OU PREVISÃO DA COMPANHIA.

## SUMÁRIO DA COMPANHIA

**ESTE SUMÁRIO É APENAS UM RESUMO DAS INFORMAÇÕES DA EMISSORA. AS INFORMAÇÕES COMPLETAS SOBRE A EMISSORA ESTÃO NO FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA, LEIA-O ANTES DE ACEITAR A OFERTA. AS INFORMAÇÕES APRESENTADAS NESTE SUMÁRIO SÃO CONSISTENTES COM AS INFORMAÇÕES DO FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA.**

Este Sumário contém um resumo das nossas atividades e das nossas informações financeiras e operacionais, não pretendendo ser completo nem substituir o restante deste Prospecto e do Formulário de Referência, anexo a este Prospecto a partir da página 515. Este Sumário não contém todas as informações que o investidor deve considerar antes de investir nas Ações. Antes de tomar sua decisão em investir em nossas Ações, o investidor deve ler cuidadosa e atenciosamente todo este Prospecto e o Formulário de Referência, incluindo as informações contidas na seção “Considerações Sobre Estimativas e Declarações acerca do Futuro” e nas seções “Sumário da Companhia – Principais Fatores de Risco Relacionados à Companhia” e “Fatores de Risco Relacionados à Oferta e às Ações” deste Prospecto, nas páginas 21 e 95, respectivamente, deste Prospecto, bem como na seção “4. Fatores de Risco” e “5. Riscos de Mercado” do nosso Formulário de Referência, a partir das páginas 541 e 597, respectivamente, deste Prospecto, bem como as nossas demonstrações financeiras e suas respectivas notas explicativas anexas a este Prospecto a partir da página 301. Recomenda-se aos investidores interessados que contatem seus consultores jurídicos e financeiros antes de investir nas Ações.

A menos que o contexto exija outra interpretação, os termos “nós”, “nossos” e “nossa Companhia” referem-se à Companhia e suas subsidiárias.

### Visão Geral da Companhia

Somos um clube de assinatura de vinhos e *e-commerce* de vinhos, que opera através de um modelo direto ao consumidor e uma plataforma omnicanal abrangente, incluindo assinatura, *e-commerce* (via Wine e Vinho Fácil), B2B (tanto no mercado *on-trade*, que contempla bares, restaurantes e hotéis, quanto no mercado *off-trade*, representado por supermercados, quiosques e lojas de varejo), lojas físicas e eventos.

Há 12 anos, nasce uma empresa com DNA digital, com o objetivo de conectar as pessoas por meio de sua paixão pelo vinho e de democratizar o consumo de vinhos no Brasil. Acreditamos estar bem posicionados para liderar o movimento de consolidação e transformação digital do mercado de vinhos e espumantes, que se caracteriza por ser um mercado no Brasil de R\$ 16 bilhões em 2019 (segundo a Ideal Consulting), que vem registrando aumentos consecutivos do consumo per capita anual, e um ambiente competitivo fragmentado devido a existência de 294 empresas que realizaram importação de vinhos no Brasil no primeiro semestre de 2020, de acordo com dados da Ideal Consulting (vide seção “Mercado de Vinhos” no item 7.3 do Formulário de Referência anexo a este Prospecto).

Em pesquisa demográfica realizada em junho de 2019, constatamos que, de toda nossa base de clientes:

- 67% são do sexo masculino;
- 67% possuem renda individual igual ou superior a R\$ 6.000,00 mensais;
- 88% alegam consumir pelo menos um vinho por semana;
- 71% são casados;
- 66% possuem filhos;
- 88% possuem carro próprio como principal meio de transporte; e
- 50% possuem animal de estimação.

A Companhia tem como foco estratégico o clube de assinaturas (“Clube Wine”), seu principal diferencial para obter vantagem competitiva em um mercado menos disputado comparado ao de vendas de garrafas avulsas no *e-commerce*, que se tornou muito concorrido devido à baixa barreira de entrada para novos competidores, exigindo grandes investimentos de marketing e tornando o negócio menos rentável.

Com isso, a Companhia teve uma retomada do crescimento da receita líquida resultado da expansão da base de sócios do Clube de Assinatura. O EBITDA Ajustado relativo ao exercício dos seis meses findos em 30 de junho de 2020 é de R\$ 12,4 milhões. O EBITDA Ajustado relativo ao exercício dos seis meses findos em 30 de junho de 2019 é de R\$ 5,3 milhões negativos. A melhora desse resultado de EBITDA Ajustado se deve principalmente (i) ao crescimento da receita líquida em todos os segmentos em que a Wine opera, sobretudo no *E-commerce* que apresentou uma expansão da receita líquida de 42,7% no período de seis meses findo em 30 de junho de 2020 comparado ao mesmo período de 2019, e (ii) a melhor racionalização das despesas com vendas que no período de seis meses findo em 30 junho de 2019 representavam 32,1% da receita líquida e no mesmo período de 2020 reduziu para 23,3% da receita líquida da Companhia.

(em milhares de R\$, exceto os índices)	Em 30 de junho de		Em 31 de dezembro de		
	2020	2019	2019	2018	2017
Receita Líquida	146.335	115.769	252.752	274.419	262.826
Lucro Bruto	70.041	54.726	120.911	132.905	143.344
EBITDA	11.208	(4.905)	8.666	(13.392)	2.957
Margem EBITDA	7,66%	(4,24%)	3,43%	(4,88%)	1,13%
EBITDA Ajustado	12.368	(5.215)	(13.272)	(7.089)	9.887
Margem EBITDA Ajustado	8,45%	(4,50%)	(5,25%)	(2,58%)	3,76%

Em 30 de junho de 2020, a Companhia manteve 1,3x de índice de liquidez corrente atingido em 31 de dezembro de 2019, considerando o Ativo Circulante de R\$ 175,6 milhões (ante R\$ 145,0 milhões em 31 de dezembro de 2019) em comparação ao Passivo Circulante de R\$ 136,2 milhões (ante R\$ 110,0 milhões em 31 de dezembro de 2019), em virtude, principalmente, do acréscimo de caixa e equivalentes de caixa, e contas a receber de clientes, gerados nas atividades operacionais.

Em julho de 2019, o investidor Península Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia – Investimento no Exterior realizou a conversão das debêntures que detinha da Companhia. Com a conversão realizada, a dívida bruta da Companhia reduziu de R\$ 74,3 milhões em 31 de dezembro de 2018 para R\$ 21,7 milhões em 31 de dezembro de 2019, e foram emitidos R\$ 60 milhões em novas ações da Companhia que passaram a ser de titularidade do Península Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia – Investimento no Exterior. Os juros e atualizações financeiras referentes às debêntures foram revertidos para o resultado financeiro.

(em milhares de R\$, exceto os índices)	Em 30 de junho de 2020	Em 31 de dezembro de		
		2019	2018	2017
Dívida Bruta (A)	31.970	21.684	74.313	66.034
Dívida Líquida (B)	9.770	14.927	68.431	29.803
Ativo Circulante (D)	175.622	145.005	130.444	147.119
Passivo Circulante (E)	136.240	110.005	94.929	76.114
Índice de liquidez corrente (D) / (E)	1,3x	1,3x	1,4x	1,9x

Para mais detalhes acerca dos resultados da Companhia, vide item 10 do Formulário de Referência anexo a este Prospecto.

#### Efeitos da pandemia do COVID-19 nos negócios da Companhia

Conforme descrito no item 7.3 do Formulário de Referência anexo a este Prospecto, a pandemia da COVID-19 mudou o comportamento de compra do consumidor e impulsionou o crescimento do e-commerce como um todo.

A pandemia também acelerou o crescimento da indústria de vinhos online. De acordo com a Ideal Consulting, o volume de vinho importado por empresas que atuam prioritariamente no canal online cresceu 47% no primeiro semestre de 2020 quando comparado ao mesmo período de 2019. Mesmo antes do início da pandemia, o volume importado por esse tipo de empresas já vinha registrando crescimento (vide item 7.3 do Formulário de Referência anexo a este Prospecto).

Por se tratar de uma empresa com forte atuação no e-commerce e pelos impactos gerais da pandemia na indústria de vinho, os negócios da Companhia também foram favorecidos e a Wine registrou aumento de 26,4% na receita líquida total no período de seis meses findo em 30 de junho de 2020, quando comparado ao mesmo período de 2019.

Porém, esse crescimento não pode ser integralmente atribuído a essa situação, pois a Companhia já havia registrado no primeiro trimestre de 2020, período anterior à pandemia, um crescimento de receita líquida de 12,1% comparado ao primeiro trimestre de 2019.

#### Clube de Assinaturas como principal modelo de negócio

Nosso modelo de negócios está centrado na aquisição de sócios e no nosso clube de assinaturas, para em seguida, gerar vendas adicionais no nosso e-commerce por meio de uma experiência envolvente em nosso aplicativo.

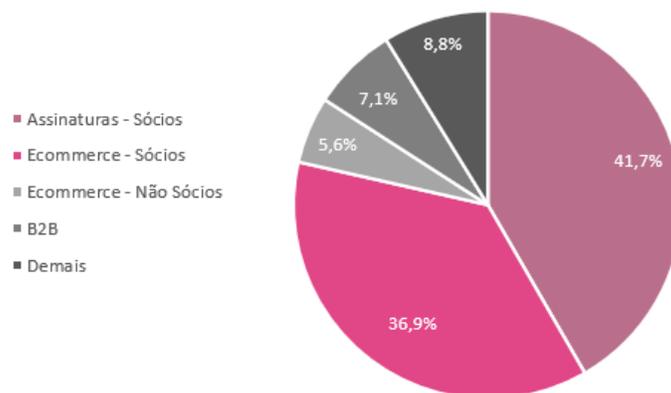
Ao assinar o Clube Wine, o sócio recebe mensalmente, rótulos selecionados de vinícolas do mundo todo, no endereço indicado no momento da assinatura. Oferecemos, ao todo, oito modalidades distintas de assinaturas, que variam desde as opções mais acessíveis até as mais sofisticadas de vinhos tintos, brancos, espumantes e rosés. Por mês, é possível receber duas, quatro ou seis garrafas em cada modalidade.

Oferecemos benefícios adicionais aos nossos sócios, com destaque para: 15% de desconto em todos os produtos vendidos em nossa plataforma, valor diferenciado de frete e até três vezes mais pontos no programa de recompensas ("WineUP").

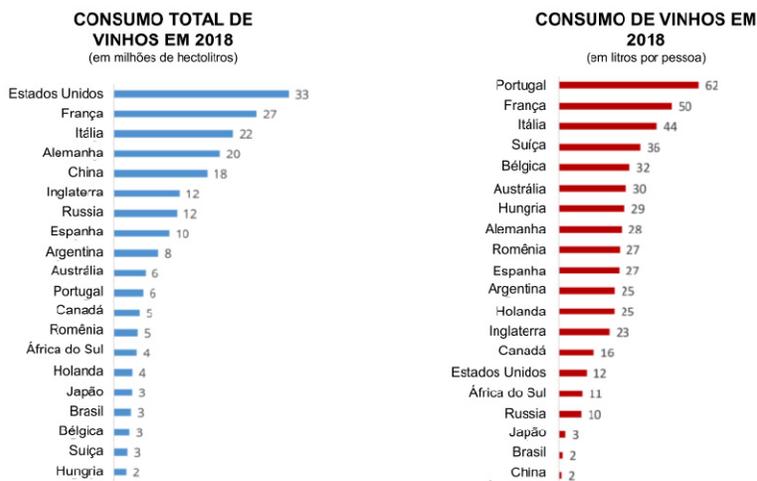
The image displays eight different WineBox subscription options arranged in a 2x4 grid. Each card features a title, a brief description, a price, and a 'ASSINE AGORA' button. The cards are:

- WineBox Prime:** R\$ 14,90/mês. Description: Você garante todos os benefícios do Clube Wine e tem a liberdade de escolher seus vinhos.
- WineBox Do Seu Jeito:** R\$ 103,96/mês. Description: A WineBox do Seu Jeito é um kit personalizável que entrega, todos os meses, quatro garrafas de vinhos perfeitos para você.
- WineBox Essenciais:** R\$ 65,37/mês. Description: Rótulos descomplicados, perfeitos para quem está começando a desbravar o mundo do vinho.
- WineBox Surpreendentes:** R\$ 112,43/mês. Description: Vinhos ideais para serem apreciados por quem já conhece um pouco sobre nossa bebida favorita.
- WineBox Espumantes:** R\$ 122,92/mês. Description: Exemplos borbulhantes das mais diversas regiões, para você celebrar a vida do melhor jeito brincando.
- WineBox Refrescantes:** R\$ 100,78/mês. Description: Brancos e rosés, cheios de frescor e leveza, para você aproveitar ao máximo no dia a dia.
- WineBox Notáveis:** R\$ 164,93/mês. Description: Exemplos complexos para aqueles que já têm um paladar mais aguçado.
- WineBox Singulares:** R\$ 238,42/mês. Description: Vinhos sofisticados e de produção limitada, para os paladares mais experientes.

No período de seis meses encerrado em 30 de junho de 2020, as compras realizadas pelos sócios representam 78,6% da receita da Companhia, dos quais 41,7% se referem aos pedidos do Clube Wine e 36,9% a compras adicionais que os sócios fizeram no e-commerce. O restante da receita é composto pelas compras de clientes não associados no e-commerce (5,6%), pelo nosso segmento de vendas para empresas, a Wine Bodegas (B2B) com 7,1%, e demais segmentos, como Wine Eventos e lojas físicas, que totalizam com uma participação de 8,8% da receita total.



Comparado ao padrão mundial, pode-se considerar que o consumidor brasileiro ainda é iniciante no mundo do vinho. Segundo pesquisa apresentada no *OIV Congress 2019 - 42nd World Congress of Vine & Wine* em 2018, o consumo do país foi cerca de 2 litros por pessoa. O fato de o vinho não fazer parte da cultura das famílias faz com que o Brasil esteja bem distante de outros países produtores, tais como a França, um dos maiores consumidores do mundo, onde o consumo de vinhos chega a 50 litros anuais por pessoa, segundo dados da mesma pesquisa.



Fonte: OIV Congress 2019 - 42nd World Congress of Vine & Wine.

É válido ressaltar que, no Brasil, não há nenhuma lei que proíba a venda de bebidas alcoólicas de um estado para o outro, porém, em relação ao mercado de vinhos uma das maiores barreiras ao consumo é a dificuldade de escolha, derivada da pouca intimidade do consumidor com a bebida, além da grande quantidade de rótulos disponíveis.

Tipicamente, o varejo e as importadoras trabalham com portfólios exclusivos e, estima-se que sejam comercializados mais de 20 mil rótulos no mercado brasileiro, de acordo com a Ideal Consulting. Com base no resultado da pesquisa mencionada acima, acreditamos que a abundância de rótulos acaba por confundir e afastar o consumidor. Somando-se ao fato de que este, muitas vezes, também se depara com preços díspares para produtos equivalentes, principalmente em lojas físicas.

Entendemos que a Wine seja a solução para este problema, pois sua proposta transcende a simples venda de mais um rótulo. Nosso principal segmento de atuação, o clube de assinaturas de vinhos nasceu ancorado nos 3C's: curadoria, conteúdo e comodidade. Se associar ao Clube Wine é uma descoberta: todos os meses, os sócios recebem em casa vinhos dos quatro cantos do mundo, selecionados por especialistas curadores, os Winehunters. Dentro da WineBox® do clube, os sócios recebem a Revista Wine, focada em conteúdo exclusivo sobre vinhos, viagens, receitas e harmonizações. Esta experiência alavanca o aprendizado e o interesse no mundo do vinho. Por fim, os produtos são entregues na casa dos clientes no dia escolhido, trazendo mais comodidade, conforto e segurança.

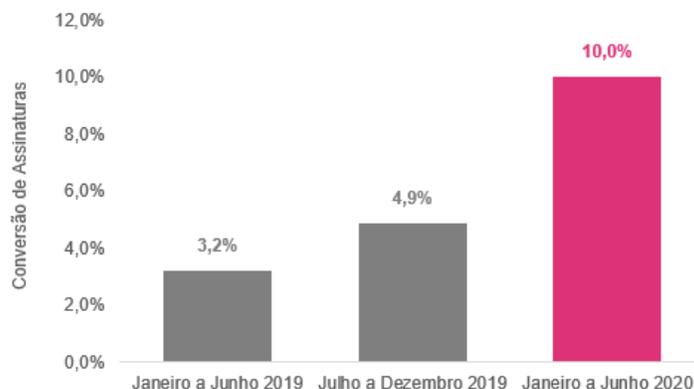
A expansão do clube de assinaturas é o motor de propulsão para o crescimento da nossa empresa, pois sua proposta de valor é relevante para o assinante, somos especialistas nesse modelo de negócios por estarmos focados nele desde 2010 e, assim, entendemos estar bem posicionados frente à concorrência. O engajamento do sócio gera receitas adicionais por meio de vendas no e-commerce. Este modelo baseado em assinaturas proporciona receita recorrente e previsível, gerando eficiência no desempenho financeiro.

APP Wine e a otimização da captação e fidelização de sócios

A proposta de captação de novos sócios e sua ativação no e-commerce é potencializada por nosso programa de recompensas e *cashback*: o WineUP. Ele é acessível por meio de nosso aplicativo, o APP Wine, construído como uma plataforma gamificada, com missões e conquistas, os clientes podem acumular *cashback* e podem resgatar em compras futuras de vinho. Todas as compras realizadas pelos clientes, seja no e-commerce ou no clube, geram pontos de experiência e *cashback*. O foco é a fidelização com base na construção de um senso de pertencimento. São 5 níveis: Estreante, Entusiasta, Protagonista, Estrela e Ídolo, com diferenças na taxa de acúmulo, proteção de *cashback* e resgate mínimo.

Concentramos todos os esforços para tornar a empresa em um modelo de alta performance (*truly performance based model*) de aquisição de novos sócios. Para isso, quase a totalidade do investimento de marketing é direcionada para trazer acessos de qualidade para o nosso site e para o nosso APP. Os investimentos de tecnologia visam proporcionar ao visitante, seja ele sócio ou não, uma experiência rica em nosso site e APP.

Nosso modelo de gestão é ágil e se aproxima ao de uma startup, com organização por *squads*, transparência e mínima hierarquia e burocracia, facilitando a tomada de decisão e o foco em otimizações para acelerar a captação de novos sócios.



Com este modelo de negócios, temos registrado uma receita média mensal por sócio de R\$ 180 (considerando o Clube de Assinatura e compras realizadas no E-commerce), índice de evasão em tendência de queda, em 3,2% ao mês (taxa de cancelamento, *churn* líquido). Na média dos meses do segundo trimestre de 2020, e um custo de aquisição de clientes (CAC) de R\$87 na média do primeiro semestre de 2020, gerando uma relação de margem de contribuição por custo de aquisição (representado pelo indicador LTV / CAC, *lifetime value* sobre custo de aquisição de cliente) saudável, apresentando uma taxa de 8.2x no exercício social de 2020 até junho, com picos que chegaram a 17.3x durante o segundo trimestre do mesmo ano.

No primeiro semestre de 2020, tivemos um *churn* líquido, isto é, *churn* desconsiderando assinaturas criadas e canceladas no mesmo mês, de 4,5%, indicando que os sócios permanecem no clube, em média, por cerca de 22 meses.

Além dos pedidos mensais da assinatura, os sócios realizam em média quatro pedidos adicionais por ano no *e-commerce* enquanto permanecem no clube. Com isso, eles deixam durante o período de permanência, um total mensal de margem de contribuição (ou seja, lucro líquido, considerando impostos, custos com produto, entrega e meios de pagamento) de R\$ 44,00, sendo R\$ 32,00 provenientes dos pedidos de clube e R\$ 12,00 dos pedidos no *e-commerce*.

No primeiro semestre de 2020, portanto, o sócio apresentou um LTV de R\$ 980,00, isto é, R\$ 44,00 mensais de margem de contribuição resultante dos pedidos do clube e do *e-commerce*, durante um período médio de permanência de 22,2 meses. Já o custo para sua aquisição, ou seja, o investimento de marketing necessário para captar um assinante, foi de R\$ 119, resultando em uma relação de LTV / CAC de 8.2x no período.

	1S20	2T20
<b>Clube</b>		
Receita Média por sócio	R\$ 102	R\$ 101
Margem de Contribuição	R\$ 32	R\$ 31
<b>Ecommerce</b>		
Gasto Médio por sócio	R\$ 78	R\$ 95
Margem de Contribuição	R\$ 12	R\$ 17
<b>Margem de Contribuição Total</b>	<b>R\$ 44</b>	<b>R\$ 48</b>
<b>Churn Líquido<sup>1</sup></b>	<b>4.5%</b>	<b>3.2%</b>
<b>LTV<sup>2</sup></b>	<b>R\$ 980</b>	<b>R\$1.497</b>
<b>CAC<sup>3</sup></b>	<b>(R\$ 119)</b>	<b>(R\$ 87)</b>
<b>LTV / CAC</b>	<b>8.2x</b>	<b>17.3x</b>

(1) Exclui fraudes (adesão com cancelamento em menos de 30 dias) e *churn* referente a trocas de plano (clientes que cancelam e fazem uma nova adesão a um novo plano em período inferior a 30 dias).

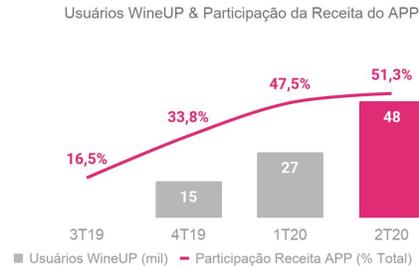
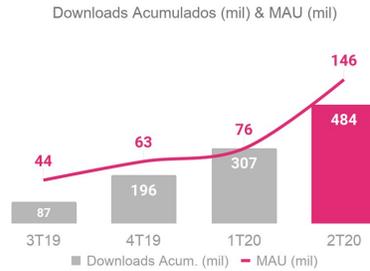
(2) Considera toda a margem de contribuição gerada pelo sócio, tanto com gastos no Clube de Assinatura quanto compras no *e-commerce*. Cálculo do LTV inclui gastos com marketing não relacionados a aquisição do assinante.

(3) Considera apenas o investimento de marketing destinado a aquisição de um novo assinante.

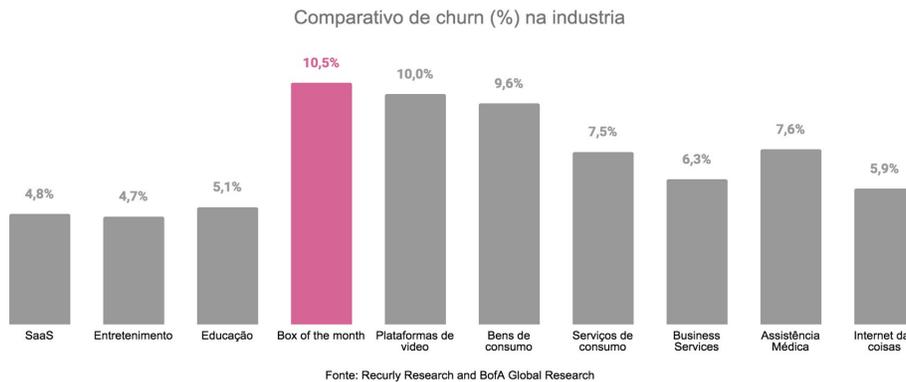
Para otimizar o LTV / CAC, temos um time de performance de mídias dedicado que busca privilegiar os canais com melhor retorno em receita e que exigem pouco ou nenhum investimento de *marketing*, como APP (por meio de *push notifications*), acesso orgânico, *e-mail marketing* e SMS. Essa estratégia também tem como objetivo diminuir o foco e investimento em canais de baixo desempenho, visando concentrar esforços em boas práticas de SEO (*search engine optimization*), desempenho do nosso site e APP e otimizando canais de mídia com melhores retornos financeiros com metas acompanhadas semanalmente.

Além dos pedidos mensais provenientes do clube, nossos sócios compram, em média, uma vez a cada três meses no *e-commerce*, com um ticket médio de aproximadamente R\$ 265,00. O aplicativo da Wine, lançado em maio de 2019, já é o principal canal de vendas do *e-commerce*, representando 51,3% da receita total do *e-commerce* no segundo trimestre de 2020.

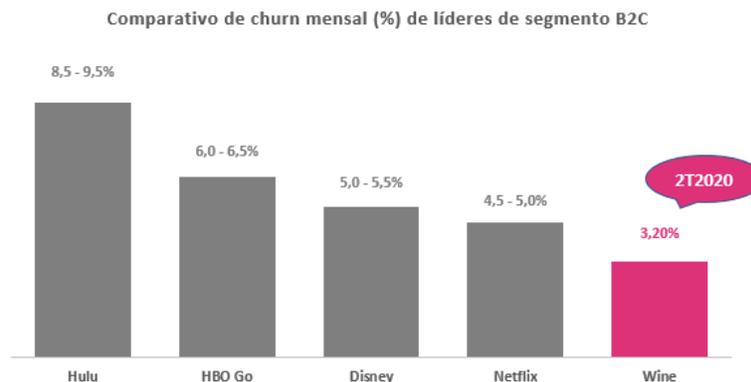
A popularidade do APP Wine é crescente e o aplicativo passa, em 30 de junho de 2020, dos 484 mil downloads e conta com mais de 146 mil usuários ativos mensalmente (representado pelo indicador MAU, do inglês, *monthly active users*). Nesta data, o aplicativo está classificado com nota 4,6 nas lojas de aplicativo Play Store (Android) e 4,8 na Apple Store (iOS) e, além de todas as funcionalidades do *e-commerce* e clube, conta com nosso programa de recompensas, o WineUP, utilizado por mais de 48 mil clientes no segundo trimestre de 2020.



Um dos indicadores mais importantes do negócio de assinatura é a taxa de *churn*, que mede o índice de evasão dos clientes, ou seja, a taxa de cancelamento. O segmento de mercado onde se insere o Clube Wine, pode ser chamado de 'box of the month' ou caixa do mês que apresenta uma curadoria e descoberta mensal. Este segmento no mercado apresenta um *churn* mensal médio de 10,5%, segundo estudo da Recurly Research realizado entre janeiro e dezembro de 2018.



De acordo com o relatório do BofA Global Research de 8 de abril de 2020, os principais *players* de *streaming* de vídeo apresentam *churn* mensal de 10,0%, em pesquisa realizada entre janeiro e dezembro 2018. Portanto, estes dados de mercado quando comparados aos dados internos da Wine demonstram que o Clube Wine possui um valor de *churn* abaixo até mesmo abaixo da média da indústria de produtos de assinatura e até dos grandes *players* da indústria de entretenimento, chegando a 3,2% na média dos meses do segundo trimestre de 2020.

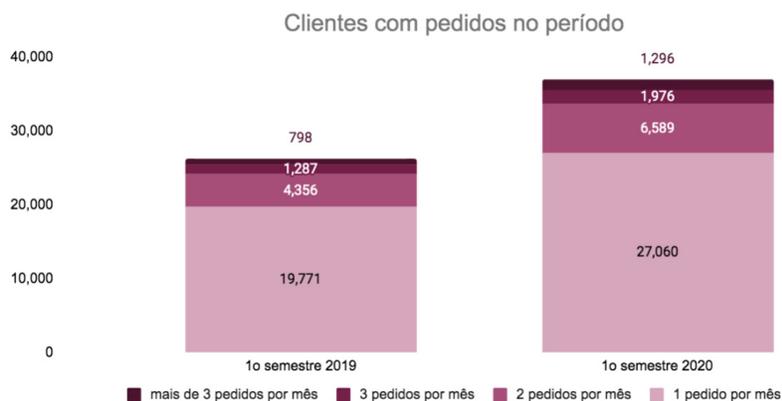


## Ecosistema para entusiastas do mundo do vinho

Entendemos que estamos nos tornando um ecossistema completo para os entusiastas do mundo do vinho, por estarmos presentes no mercado não somente com o clube e o *e-commerce*, mas em lojas físicas, eventos (vendas feitas por meio de embaixadoras em um modelo de vendas diretas), no B2B e também temos como expectativa participar em todos os outros pontos de consumo e compra do vinho por meio de parcerias.



Durante o primeiro semestre de 2020, tivemos em média 27.060 clientes que realizaram em média um pedido por mês, 6.589 clientes que realizaram em média dois pedidos por mês, 1.976 clientes fizeram em média três pedidos por mês e 1.296 clientes realizaram mais que três pedidos por mês. Tivemos crescimento no engajamento dos clientes em todas as faixas do nosso *e-commerce* comparado ao mesmo ano de 2019.



Além dos pedidos mensais provenientes do clube, portanto, nossos sócios compram, em média, uma vez a cada três meses no *e-commerce*, com um ticket médio de aproximadamente R\$ 265, cerca de 15% superior ao ticket médio de não sócios, de aproximadamente R\$ 230. O aplicativo da Wine, lançado em maio de 2019, já é o principal canal de vendas do *e-commerce*, representando 51,3% da receita total do *e-commerce* no segundo trimestre de 2020.

Para captar clientes que estão começando no mundo do vinho, construímos a Vinho Fácil (<https://www.vinhofacil.com.br>), que funciona exclusivamente como *e-commerce*, à parte do Clube Wine e *e-commerce* Wine e atua como porta de entrada para o consumidor que quer conhecer a bebida de forma descompromissada. Na Vinho Fácil, disponibilizamos rótulos mais acessíveis, com valores a partir de R\$20,00, que geralmente são vendidos em kits sortidos para que o cliente tenha menos opções que possam confundir no momento de compra. Acreditamos que a frequência do hábito de consumo colabora para evolução de paladar e, com o tempo, os clientes vão se sentir mais à vontade para experimentar vinhos de maior valor agregado.

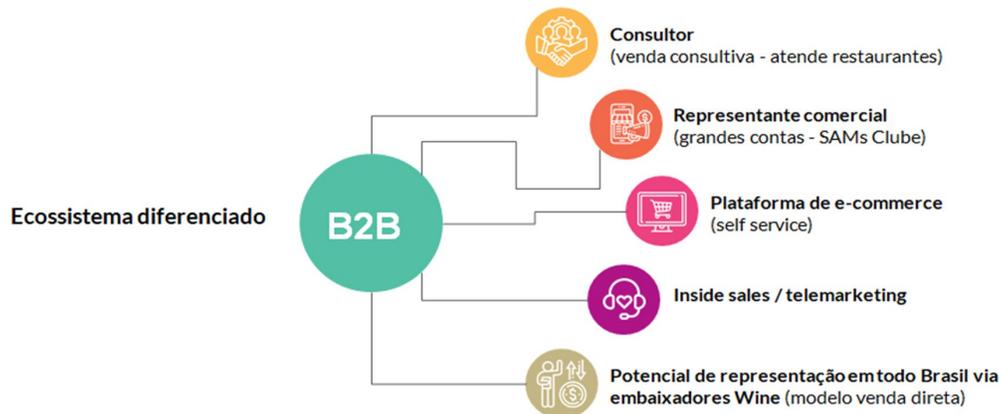
Com o objetivo de estar próximo aos momentos de consumo, ampliamos nossa capilaridade via canais alternativos, tais como as lojas de conveniência AmPm, aplicativos Rappi e market-place com a Livelo. Para nossos clientes *premium*, isto é, clientes dos níveis Estrela ou Ídolo do nosso programa de recompensas WineUP, criamos o Wine Select um serviço de atendimento individualizado pelo WhatsApp, sem custo adicional. Quando os clientes chegam a esses níveis, é habilitada uma tela específica no APP Wine, na seção WineUP, com informações sobre o canal e um link para contato do WhatsApp de um de nossos vendedores Wine Select.

No ambiente *offline*, iniciamos nossa expansão com a premissa de que o mundo não precisa de mais uma loja de vinhos, por isso, mais do que simplesmente lojas de vinho, nossos espaços físicos possuem catálogo e preços integrados ao *e-commerce* por meio do APP Wine. Os preços dos produtos e promoções praticados no *e-commerce* são integrados em tempo real em todas as lojas, que além disso, são pontos de encontro com sócios, possuem áreas para eventos e degustações, além de serem novos canais de captação de sócios. Além disso, as lojas possuem estoque para atendimento ao B2B local, atuam como pontos de entregas rápidas para o *e-commerce* e inserem a presença da marca Wine nas localidades onde estão instaladas.

A escolha da localidade das lojas leva em consideração prioritariamente regiões onde existe concentração de sócios e que tenham potencial de exploração para B2B, além de demandas por entregas rápidas B2C via estoque local. Com essa estratégia, a Companhia inaugurou sua primeira loja em Belo Horizonte/MG, a WineBH e, recentemente, foram inauguradas a Wine Curitiba e Wine Porto Alegre, totalizando três lojas físicas em junho de 2020. A Companhia busca expandir o número de lojas, seguindo a estratégia de encurtar a distância da marca com nossos sócios. Acreditamos no sucesso dessa estratégia, graças aos resultados crescentes de nossa primeira loja, a WineBH, que nos primeiros seis meses do ano de 2020 nos trouxe 200 novos sócios e mais de R\$ 651 mil reais em vendas, entre vendas da loja e uso da loja para vendas via APP.

Para nós, é muito importante estar junto dos nossos sócios e clientes, celebrando todos os seus melhores momentos. Visando garantir celebrações inesquecíveis, os Embaixadores da Wine Eventos entram em ação com uma venda consultiva, selecionando rótulos e garantindo vantagens e benefícios, tais como preços especiais para rótulos distintos, menu personalizado para harmonização, frete gratuito, entrega programada e consultoria personalizada. Esta unidade de negócio baseada no modelo de vendas direta atende ao mercado de casamentos, formaturas e eventos corporativos.

Por meio da marca Bodegas - Grupo Wine, atuamos no mercado B2B oferecendo vinhos para restaurantes, hotéis, supermercados, empórios, entre outros. A Bodegas é uma importadora de vinhos selecionados, que oferece ao mercado brasileiro vinhos exclusivos, distintos, de personalidade marcante e de excelente relação qualidade-preço.



No nosso B2B, prezamos por um ecossistema de atendimento diferenciado, em que ficamos próximos do cliente por meio de consultores para venda consultiva para restaurantes, representantes comerciais para grandes contas como a do SAM's Clube. Além da nossa equipe de telemarketing, os clientes podem utilizar nosso e-commerce B2B (<https://www.bodegaswine.com.br/>) para compras tipo *self-service*. Também temos nossos embaixadores que atuam com vendas diretas, potencializando a presença da Wine em todo o país.

Ainda sobre o nosso segmento B2B, acreditamos que a Bodegas, adquirida em abril de 2018, é um exemplo de M&A bem-sucedido, comprovando a nossa capacidade de aquisição, integração de novos segmentos e captura de sinergias, fortalecendo o nosso ecossistema. Exemplo disso, é o aumento de receita do canal desde a aquisição.

#### Mercado de atuação

Segundo dados da Ideal Consulting, o consumo de vinhos per capita (por habitante maior de 18 anos) vem crescendo no Brasil desde 2016 e atingiu em 2019 a marca de 2,13 litros/habitante. No período pós-início da quarentena devido à pandemia do COVID-19, ou seja, de abril a junho de 2020, o consumo avançou ainda mais e chegou a 2,81 litros / habitante, um crescimento de 39% quando comparado com o mesmo período de 2019.

Entendemos que o apelo do entretenimento do produto e sua versatilidade podem explicar esta tendência, pois, em nossa visão, o consumo do vinho envolve mais do que uma simples garrafa: o vinho é um universo que engloba desde história do rótulo, o momento compartilhado e até o turismo. Sendo uma bebida versátil, em tempos de isolamento social, ele cumpre um papel social importante, podendo ser consumido em um *happy hour online* entre amigos, harmonizar um pedido de delivery, em um momento de culinária em casa ou ainda acompanhando filmes ou séries.

A empresa nasceu digital, portanto, a marca acabou se beneficiando deste movimento de migração de compras para o *online*. Além disso, gozamos de uma reputação elevada de acordo com dados do Reclame Aqui a empresa leva o selo RA1000, apresentando uma nota de 8,5/10 no período referente de 01/02/2020 a 31/06/2020.

#### Vantagens competitivas

**Solidez do Clube Wine.** Temos um clube de assinaturas em expansão, atualmente, em 30 de junho de 2020, com uma base ativa de 178.679 assinaturas. Contamos com sócios fiéis, com base no baixo índice de *churn* de 3,2% ao mês na média dos meses do segundo trimestre de 2020, com elevado consumo de vinho de cerca 40 litros por ano, comparável ao padrão observado em países que mais consomem vinho no mundo.

O modelo de negócio de assinaturas direto ao consumidor é, em nosso entendimento, vencedor tanto do ponto de vista do negócio como do consumidor pelos seguintes motivos:

I. Do ponto de vista do negócio, somos um business rentável com uma margem EBITDA Ajustada de 8,5% no período de seis meses findos em 30 de junho de 2020, principalmente devido ao melhor poder de negociação com os fornecedores por conta do volume concentrado em alguns rótulos para abastecer a demanda do clube do mês que contém 178.679 assinantes ao final de junho de 2020, recorrência de vendas com sócios do Clube Wine comprando no e-commerce em média uma vez a cada três meses, índice de *churn* médio de 3,2% ao mês no segundo trimestre de 2020, custo de aquisição de clientes em torno de R\$100, e por fim uma relação LTV / CAC saudável de 8,2x no primeiro semestre de 2020. A Companhia acredita que nosso modelo de negócios também permite uma dinâmica de capital de giro favorável, uma vez que possibilita a otimização do estoque devido à maior previsibilidade de garrafas por assinatura; e

II. Do ponto de vista do cliente, acreditamos que o Clube de Assinatura apresenta uma proposta de valor atraente para os sócios devido a trabalho de curadoria do portfólio de produtos, a escala de negociação nos permite realizar uma boa seleção de produtos e finalmente devido, à conveniência de enviarmos as garrafas diretamente para a casa do cliente. Acreditamos que nós elevamos o relacionamento transacional a um relacionamento emocional e envolvente pelo senso de pertencimento ao clube, entrega de conteúdo por meio da Revista Wine e interação em nosso aplicativo. Ao fazê-lo, acreditamos que o Wine se posiciona não só no mercado do vinho, mas também no mercado de entretenimento.

Todas as compras realizadas em nosso *e-commerce* e no clube geram *cashback* e pontos de experiência no nosso **programa de recompensas, o WineUP**, que foi projetado com foco na fidelização do cliente e é cada vez mais utilizado pelos nossos clientes.

Nosso **aplicativo e plataforma são proprietários** e todas as manutenções, integrações e evoluções nesses sistemas são desenvolvidas 100% internamente pelo nosso time de especialistas, designers e desenvolvedores, possibilitando maior escala de funcionalidades produzidas em menor tempo e com custo controlado.

A Companhia acredita ser uma expressão visual de marca vibrante, colorida e espontânea, tendo um manual de aplicação de marca adequado para comunicações em momentos e ambientes diversos tanto no *online* quanto no *off-line*.

Prezamos pelo bom atendimento ao nosso cliente, motivo pelo qual contamos com um NPS (Net Promoted Score, i.e., índice de satisfação do cliente) com 72% de recomendação dos nossos clientes, no primeiro trimestre de 2020, e temos reputação máxima em atendimento as demandas de clientes no Reclame Aqui (Certificado RA 1000, conforme site <https://www.reclameaqui.com.br/empresa/wine-com-br/>).

Nossa **abordagem omnicanal** permite oferecer produtos e serviços ao consumidor em diferentes pontos de contato. Seja na recorrência do abastecimento no lar, na compra avulsa de garrafas via *e-commerce* ou lojas físicas, seja em eventos e celebrações, no consumo em bares e restaurantes ou supermercados e lojas ou ainda em canais de conveniência a Wine marca presença.

Nossas **lojas físicas são integradas ao e-commerce**, criando uma experiência de compra única através do aplicativo, sem ruídos de comunicação e com o mínimo de fricção ao longo de todo processo de realização do pedido. Nossas lojas físicas são mais que pontos comerciais: são espaços para eventos e encontro dos nossos sócios, atuam como pontos de entregas rápidas para compras do *e-commerce* e do B2B e também atuam na captação de novos assinantes, além de reforçarem a nossa marca nas localidades em que estão instaladas.



Figura 1 - Fotos da loja física de Belo Horizonte. Sócios em um evento de degustação e detalhe da nossa máquina de degustação de vinhos.

Com esse ecossistema, a Companhia pode explorar diferentes iniciativas para impulsionar seu crescimento, seja de forma orgânica ou por meio de aquisições. No B2C, nossa principal estratégia é o crescimento da base de sócios, que pode ser feito pelo aumento de ofertas de menor ticket médio, mantendo o foco no plano anual para a manutenção do *churn*. No B2B, a estratégia de alavancar o omnichannel pode ser realizada ao alavancar as frentes de *on-trade* e *off-trade* e também por meio de fusões ou aquisições oportunas. Em relação ao aplicativo mobile, nossa estratégia é transformá-lo em um *“super app”*, aumentando a taxa de downloads por meio da inclusão de funcionalidades de conteúdo e de redes sociais, que objetivam maior interatividade da nossa base. Todas essas frentes de crescimento devem ser suportadas pela nossa estratégia de logística, cujo principal objetivo é garantir uma entrega rápida por meio da descentralização do estoque, aumentando o número de entregas no mesmo dia ou no dia seguinte.



A Wine trabalha com um modelo sem intermediários conectando os produtores grandes ou mesmo artesanais com os sócios e clientes.

Como compramos diretamente dos produtores internacionais e fazemos todo o processo de importação, distribuição e venda para o cliente final, não temos intermediários na cadeia de fornecimento. Dessa forma, é possível eliminar diversos custos da cadeia de suprimento, permitindo repassar essa redução de custos ao preço do produto para o cliente final. A proximidade e o tratamento direto com os produtores, aliado ao elevado volume que importamos em 2019 (7,4 milhões de garrafas de vinhos) nos permite exercer poder de barganha e negociação no nosso processo de compras. O modelo tradicional de importadoras que revendem para distribuidoras e varejistas adiciona custos de tributação e logística à cadeia, gerando uma oferta de produtos mais caros na ponta. Nosso modelo de assinatura, diferentemente, possibilita a escala concentrada em alguns rótulos, aumentando o nosso poder de barganha e possibilitando oferta de vinhos de qualidade a preços mais acessíveis. Ainda, este poder é estendido para a negociação de demais itens para nosso portfólio.

Temos um ecossistema integrado de clube de assinatura ancorado no modelo de recorrência, somado à ativação do sócio em nosso e-commerce, que, potencializado pelos benefícios de 15% de desconto, frete diferenciado e 3 vezes mais pontos em nosso programa de recompensas e *cashback*.

Os investimentos de marketing de topo de funil (etapa da jornada de navegação em que é menos provável que o cliente faça a assinatura) são otimizados para captação de novos sócios, garantindo uma relação de CAC / LTV saudável, ao contrário do modelo tradicional do mercado em que o investimento de marketing é focado em vendas avulsas de garrafas com um desbalanceamento do custo de aquisição do cliente vs. o *customer lifetime value*.

Com uma base ativa de 178.679 assinaturas em 30 de junho de 2020, a comunicação para vendas de rótulos além da assinatura mensal é feita por meio de mídia proprietárias, tais como e-mail marketing, SMS e *push notification*, assegurando um custo baixo e a possibilidade de segmentação de base para uma oferta mais personalizada e assertiva.

No que tange ao transporte de mercadoria e atendimento em todos o Brasil, nossa WineBox® merece destaque. Patentada nos termos da legislação brasileira aplicável e pioneira no mercado de transporte aéreo, nossa caixa de embarque garante um transporte seguro com uma baixa taxa de avarias.

#### Benefícios Fiscais

A Companhia possui termo de acordo com o Estado do Espírito Santo para utilização de benefícios fiscais firmado através do termo nº 0277/2012. Os benefícios concedidos estão estabelecidos no artigo 530 do regulamento aplicável e são repassados para a Companhia através do Programa de Incentivo ao Investimento no Estado do Espírito Santo (INVEST-ES) e do Programa de Desenvolvimento e Proteção à Economia do Estado do Espírito Santo – COMPETE/ES.

O Programa de Incentivo ao Investimento no Estado do Espírito Santo (INVEST-ES) tem por objetivo contribuir para a expansão, modernização e diversificação dos setores produtivos do Espírito Santo, estimulando a realização de investimentos, a implantação e a utilização de armazéns e infraestruturas logísticas existentes, renovação tecnológica das estruturas produtivas, otimização da atividade de importação de mercadorias e bens e o aumento da competitividade estadual, com ênfase na geração de emprego e renda e na redução das desigualdades sociais e regionais.

O Programa de Desenvolvimento e Proteção à Economia do Estado do Espírito Santo – COMPETE/ES (Lei 10.568/2016) tem por objetivo contribuir para a expansão, modernização e diversificação dos setores produtivos do Estado, estimulando a realização de investimentos, a renovação tecnológica das estruturas produtivas e o aumento da competitividade estadual, com ênfase na manutenção e/ou geração de emprego e renda e na redução das desigualdades sociais e regionais.

Dentre os diversos benefícios fiscais oferecidos pelo Estado, os principais são: (i) o aproveitamento de crédito presumido de forma que a carga tributária efetiva resulte um inteiro e um décimo por cento nas saídas interestaduais; e (ii) diferimento do ICMS nas operações de importação.

#### Produtos e Parceiros

Com mais de 10 anos de atuação, um dos pontos fortes da Companhia consiste na parceria com seus produtores. Tendo em seu portfólio a grande maioria de produtos composta por marcas ou produtos exclusivos, a Companhia traz para o seu cliente a diversidade e disponibilidade de rótulos. Como uma de nossas metas sempre foi trazer informações para desmistificar o mercado de vinhos para o nosso cliente final, todos os produtos disponíveis no site trazem consigo uma ficha técnica, com informações como: tipo de vinho e uva, país de origem, nome da vinícola, teor alcoólico, safra, classificação, características visuais, olfativas, gustativas, temperatura de serviço e potencial de guarda. Além disso, indicações de ótimos pratos para harmonização, conforme o exemplo abaixo:



**Ficha Técnica**

 Tinto Garnacha (90%), Syrah (10%)	 Visual Rubí.
 Espanha Mérida	 Olfativo Frutas vermelhas maduras, com notas balsâmicas e nuances de couro.
 Vinícola Bodegas Jiménez-Landi	 Gustativo Frutado, com taninos firmes, aveludado e de bom frescor.
 Teor Alcoólico 14,50% ABV	 Temperatura de serviço 16 °C
 Amadurecimento 10 meses em barricas de carvalho francês de diversos usos.	 Potencial de guarda 7 anos
 Safra 2014	
 Classificação Seco	

**Harmonização**

 Mignon em redução de balsâmico, costeleta de cordeiro com farofa úmida de nozes, costela com alpin, massa gratinada, cuscuz de legumes e batata rostie de queijo.

Conseguimos diversificar a origem de nossas garrafas através da presença dos WineHunters, que selecionaram vinhos em 137 fornecedores no ano de 2019, desde vinícolas renomadas até pequenos produtores familiares, dentre os quais destacamos alguns abaixo. Durante toda a nossa história, já trabalhamos com 198 parceiros.



O elevado volume de garrafas importadas por ano (7,4 milhões em 2019) e a base de sócios de 178.679 (em 30 de junho de 2020) dão à Companhia um alto poder de barganha em suas negociações com fornecedores, produtores e parceiros.

Nossos vinhos, sejam eles tinto, branco, espumante, frisante, licoroso ou rosé, são, em 30 de junho de 2020, originários dos seguintes países: África do Sul, Alemanha, Argentina, Austrália, Brasil, Chile, China, Espanha, Estados Unidos, França, Hungria, Itália, Líbano, Nova Zelândia, Portugal e Uruguai.

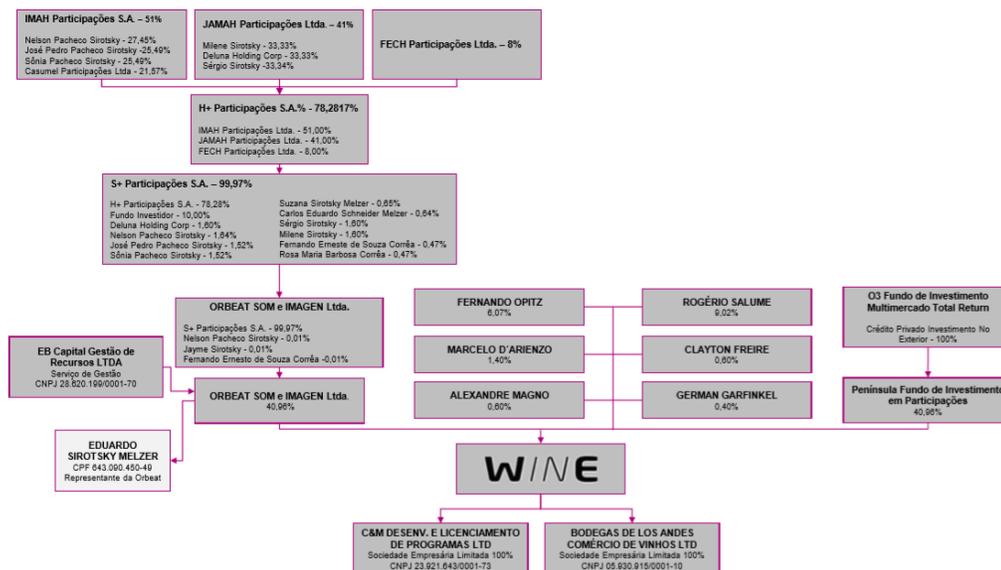
Em 30 de junho de 2020, a Companhia possui mais de 1.250 SKUs ativos, de 16 países e em todas as faixas de preço, variando de R\$ 20,00 a R\$ 9.000,00. Ademais, todos os meses disponibilizamos 2 produtos selecionados dentre os Top 10 do Brasil aos clientes detentores de assinaturas do Clube Essenciais.



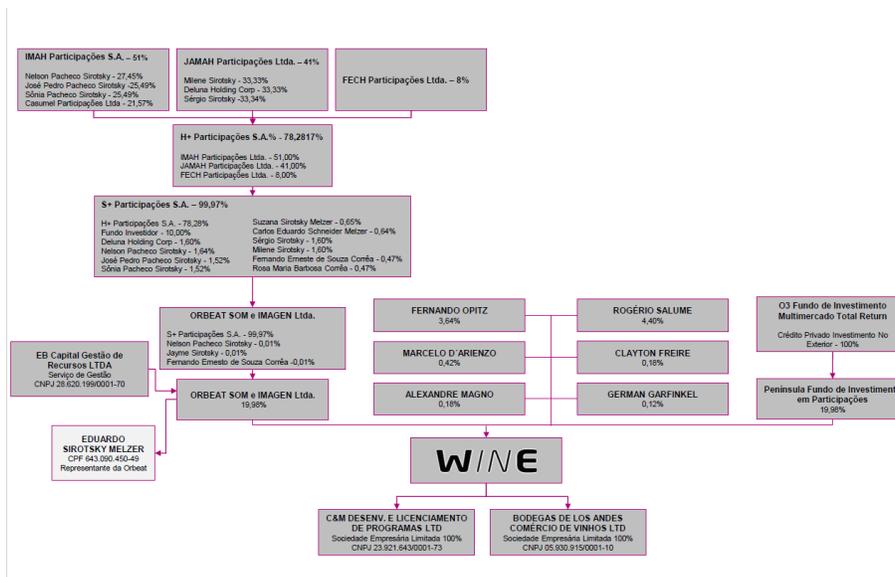
Figura 2 - Presença de nossos SKUs

## ESTRUTURA SOCIETÁRIA

### (i) Estrutura Societária antes da Oferta



### (ii) Estrutura Societária após a Oferta



Após a realização da Oferta o atual grupo de controle da Companhia formado pela Orbeat e pelo Península ("Grupo de Controle") poderá deter menos que 50% mais uma ação da Companhia, o que pode vir a ser interpretado como uma alteração no controle da Companhia. Para mais informações sobre a composição do capital social da Companhia após a Oferta, vide Seção "Informações sobre a Oferta" contida na página 45 deste Prospecto. Ainda, sobre esse tema, vide o seguinte fator de risco constante da página 95 deste Prospecto: "Após a conclusão da Oferta, a Companhia pode deixar de possuir um acionista controlador ou grupo de controle, o que poderá tornar a Companhia suscetível a alianças entre acionistas, conflitos entre acionistas e outros eventos decorrentes da ausência de um acionista controlador ou grupo de controle".

Com relação aos reflexos na Companhia em razão desta interpretação, vale mencionar que a Companhia já obteve, junto aos seus credores, os *waivers* para a realização da Oferta, inclusive considerando eventual alteração de controle decorrente deste evento. Além disso, a Companhia não possui contratos de locação que prevêem rescisão ou multa em caso de alteração de controle acionário ou ainda nenhum outro contrato que impacte o *business* da Companhia. Por fim, para maiores informações sobre a participação dos acionistas após a oferta ver a seção "Informações sobre a Oferta - Principais acionistas, Administradores e Acionistas Vendedores" na página 46 deste Prospecto.

## Eventos Recentes

### Acordo de Acionistas

Em 9 de agosto de 2016, os acionistas da Companhia, Península, Orbeat, Rogério Salume e Fernando Optiz celebraram um Acordo de Acionistas da Companhia para regular os direitos e obrigações das partes enquanto acionistas da Companhia, o qual foi posteriormente aditado em 18 de agosto de 2020 (“**Acordo de Acionistas Geral**”). Nos termos da Cláusula 32, Parágrafo 1º, do Acordo de Acionistas Geral, este será rescindido, de pleno direito, na data em que for realizada a oferta pública inicial de ações de emissão da Companhia. Adicionalmente, em 9 de agosto de 2016, o Península e a Orbeat celebraram um Acordo de Acionistas de Controle da Companhia, para estabelecer certos direitos e obrigações em adição e complemento ao Acordo de Acionistas Geral, enquanto controladores da Companhia (“**Acordo de Controle**”).

Em 06 de outubro de 2020, o Península e a Orbeat celebraram um novo Acordo de Acionistas da Companhia, com a finalidade de regular os seus direitos e obrigações com base nas novas regras de governança da Companhia e às regras aplicáveis a companhias abertas (“**Novo Acordo de Acionistas**”). O Novo Acordo de Acionistas foi celebrado sob a condição suspensiva consistente na realização da Oferta, cuja ocorrência importará na automática e imediata produção de seus efeitos na data de sua implementação, de modo que revogará integralmente o Acordo de Acionistas Geral e o Acordo de Controle. Para informações adicionais, os investidores devem ler o item “15. Controle” do Formulário de Referência, na página 813 deste Prospecto.

### Plano de Opções

Em 21 de setembro de 2020, em Assembleia Geral Extraordinária da Companhia aprovou um Plano Outorga de Compra de Ações destinado aos seus administradores, empregados, consultores e/ou pessoas naturais que prestem serviço à Companhia ou a suas controladas, que venham a ser escolhidos a critério do Conselho de Administração da Companhia (“Plano de Opção”). Para mais informações detalhadas sobre o Plano de Opção, veja a seção “Diluição”, na página 107 deste Prospecto, o item “13.4 Plano de Remuneração Baseado em Ações do Conselho de Administração e Diretoria Estatutária” do nosso Formulário de Referência, anexo a este Prospecto.

## PRINCIPAIS FATORES DE RISCO RELATIVOS À COMPANHIA

Abaixo estão listados os cinco principais fatores de risco que nos afetam, nos termos do artigo 40, § 3º, inciso IV da Instrução CVM 400. Para informações sobre os fatores de risco a que estamos expostos, veja a seção “Fatores de Risco Relacionados à Oferta e às Ações”, na página 95 deste Prospecto, e os itens “4.1 Fatores de Risco” e “4.2 Riscos de Mercado” do Formulário de Referência, anexo a este Prospecto, a partir da página 515.

**O surto de doenças transmissíveis em todo o mundo, como o atual coronavírus (COVID-19), impactou e pode continuar impactando nossas operações, canais de venda e fluxos de caixa, bem como pode levar a uma maior volatilidade no mercado de capitais global e resultar em pressão negativa sobre a economia mundial e a economia brasileira, impactando o mercado de negociação das ações de emissão da Companhia. A pandemia também poderá aumentar significativamente os efeitos adversos dos outros fatores de riscos descritos nestaseção.**

Em 11 de março de 2020, a OMS decretou a pandemia decorrente da COVID-19, cabendo aos países membros estabelecerem as melhores práticas para as ações preventivas e de tratamento aos infectados. Como consequência, o surto da COVID-19 resultou em medidas restritivas relacionadas ao fluxo de pessoas impostas pelos governos de diversos países em face da ampla e corrente disseminação do vírus, incluindo quarentena e *lockdown* ao redor do mundo. Como consequência de tais medidas, os países impuseram restrições a viagens e transportes públicos, fechamento prolongado de locais de trabalho, interrupções na cadeia de suprimentos, fechamento do comércio e redução de consumo de uma maneira geral pela população.

As medidas descritas acima aliadas às incertezas provocadas pelo surto da COVID-19 tiveram um impacto adverso na economia e no mercado de capitais global, incluindo no Brasil, inclusive causando oito paralisações (*circuit-breakers*) das negociações na B3 durante o mês de março de 2020. A cotação da maioria dos ativos negociados na B3 foi adversamente afetada em razão do surto da COVID-19. Impactos semelhantes aos descritos acima podem voltar a ocorrer, provocando a oscilação dos ativos negociados na B3.

Desde o início da pandemia, as operações da Companhia foram impactadas por essa nova realidade. Podemos ter uma contaminação em massa que forçaria um fechamento temporário de nosso centro de distribuição com consequentes atrasos em entregas, perda de receita e insatisfações por parte de nossos consumidores.

Nossos produtos são, em sua grande maioria, importados e, portanto, dependentes do correto funcionamento de logística de importação e desembarço tanto em território nacional quanto nos países de origem dos nossos produtos. Eventuais paralisações nesta cadeia podem reduzir a disponibilidade de itens em nosso portfólio com efeito negativo em vendas e prejudicar nossos inventários.

Adicionalmente, a Companhia adotou uma política de teletrabalho para seus funcionários e colaboradores, os quais em sua grande maioria, na data do Formulário de Referência anexo a este Prospecto, ainda operam de forma remota. Essa política pode afetar negativamente a produtividade e causar outras interrupções e atrasos nos negócios da Companhia.

O impacto da pandemia da COVID-19 em nossos negócios potencializa o efeito dos demais riscos aos quais a Companhia está exposta, podendo afetar significativamente nossos resultados operacionais e fluxo de caixa. Até o presente momento não é possível determinar o tempo de duração do cenário pandêmico. Além disso, a pandemia da COVID-19 pode afetar adversamente as condições econômicas gerais e o setor de comércio, considerando potenciais impactos nos níveis de emprego e renda e na capacidade e hábitos de consumo da população em geral, incluindo, mas não se limitando, aos impactos descritos nos itens abaixo: (i) as tendências e perspectivas econômicas gerais, de capital, investimentos e recursos financeiros ou posição de liquidez; (ii) o impacto nas nossas operações futuras; (iii) o impacto em nossas despesas ou acesso a recursos de capital e financiamento, (iv) o surgimento de contingências relevantes relacionadas à COVID-19; (v) como a COVID-19 irá afetar os ativos em nosso balanço patrimonial e a nossa capacidade de registrar oportunamente tais ativos; (vi) a antecipação de quaisquer perdas relevantes, aumentos nas provisões de perdas em operações de crédito, encargos de reestruturação ou outras despesas; (vii) quaisquer alterações na aplicação de julgamentos contábeis devido a dados novos ou revisados; (viii) o valor total da redução na demanda por bens e serviços e interrupções dos canais de venda; (ix) o impacto em nossa cadeia de fornecimentos; (x) o impacto na relação entre custos e receitas; (xi) a incerteza econômica e social geral, incluindo o aumento nas taxas de juros, as variações nas taxas de câmbio, a inflação e o desemprego; (xii) o impacto da pandemia da COVID-19 em nossa capacidade de cumprir as obrigações relacionadas ao nosso endividamento; e (xiii) outros impactos e consequências imprevistas.

A pandemia também pode causar interrupções materiais em nossos negócios e operações no futuro como resultado de, por exemplo, quarentenas, ataques cibernéticos, absenteísmo de funcionários como resultado de doenças ou outros fatores, como medidas de distanciamento social, viagens ou outras restrições. Se uma porcentagem significativa de nossa força de trabalho não puder trabalhar, inclusive por motivo de doença ou devido a viagens ou restrições governamentais relacionadas à pandemia, nossas operações poderão ser afetadas adversamente. Um longo período de trabalho remoto também pode aumentar os riscos que enfrentamos, incluindo, entre outros, riscos de segurança cibernética e proteção de dados, que podem prejudicar nossa capacidade de gerenciar e operar nossos negócios.

Na medida em que a pandemia da COVID-19 afeta adversamente nossos resultados financeiros e de negócios, ela também pode ter o efeito de aumentar muitos dos outros riscos descritos na seção "Fatores de risco" do Formulário de Referência anexo a este Prospecto, como aqueles relacionados ao nosso nível de endividamento, nossa necessidade de gerar fluxos de caixa suficientes para atender nosso endividamento.

Qualquer surto de uma doença que afete o comportamento das pessoas e exija políticas públicas que restrinjam o movimento de pessoas e / ou contato social pode ter um impacto adverso em nossos negócios e na economia brasileira. Os surtos de doenças também podem impossibilitar nossos funcionários de irem às nossas instalações (inclusive como resultado de medidas preventivas ou devido à contaminação em larga escala de nossos funcionários, o que nos impediria de operar nossos negócios normalmente. Não podemos garantir que outros surtos regionais e/ou globais não ocorram, no caso de ocorrência de outros surtos e/ou pandemias, não podemos garantir que seremos capazes de impedir um impacto negativo igual ou superior ao impacto causado pela pandemia da COVID-19.

Qualquer mudança material nos nossos negócios, nos mercados financeiros ou na economia brasileira como resultado desses eventos mundiais pode diminuir o interesse de investidores nacionais e estrangeiros em valores mobiliários de emissores brasileiros, e/ou nos valores mobiliários de emissão da Companhia, o que pode afetar adversamente o preço de mercado de tais valores mobiliários e também pode dificultar o acesso ao mercado de capitais e financiamento das operações da Companhia no futuro em termos aceitáveis.

**Falhas de segurança da informação/privacidade/vírus com acesso não autorizado aos sistemas aplicativos, cibersegurança, banco de dados, servidores de rede e/ou dispositivos de comunicação, devido a controles de segurança lógica deficientes ou inexistentes podem prejudicar a reputação da Companhia e afetar adversamente o nosso resultado.**

As operações da Companhia dependem da funcionalidade, disponibilidade, integridade e estabilidade operacional de vários centros e sistemas de dados, incluindo o funcionamento das suas plataformas eletrônicas (sites, aplicativos e extensão para navegadores de internet), de sistemas de crédito, logística e comunicação e vários softwares usados para controlar estoques e gerar relatórios de desempenho financeiro.

Dependemos da funcionalidade, disponibilidade, integridade e estabilidade operacional dos nossos sistemas de tecnologia da informação, compreendendo nossos servidores, softwares e licenças. Contamos com os nossos sistemas de tecnologia da informação para processar, transmitir e armazenar dados eletrônicos, bem como para nos comunicar com consumidores e fornecedores.

No período de seis meses encerrado em 30 de junho de 2020, aproximadamente 97% da nossa receita bruta decorreu de vendas de produtos através de nossa plataforma eletrônica.

As vendas em nossas lojas são gerenciadas com base em sistemas de informação diversos. Assim, nossas operações dependem de sistemas de informação que processam os dados necessários para o gerenciamento das nossas atividades e para nossa contabilidade. Problemas na operação ou administração desses sistemas, bem como a impossibilidade de atualizá-los de maneira constante e satisfatória, podem causar sua interrupção ou mau funcionamento. Na hipótese de falhas ou interrupção de seus sistemas, a Companhia pode perder dados ou pode ser incapaz de realizar transações comerciais e, com isso, deixar de auferir receitas de vendas, o que impactaria de forma adversa os seus resultados.

Além disso, as tecnologias de autenticação eletrônica e criptografia são desenvolvidas por terceiros e podemos estar expostos a usos impróprios, ilegais ou vendas fraudulentas. Avanços tecnológicos, novas descobertas no campo da criptografia ou outros desenvolvimentos poderão resultar na exposição de falhas nas tecnologias que utilizamos para proteger dados pessoais fornecidos pelos clientes durante as operações de compra.

Ainda, nós estamos suscetíveis a usos impróprios ou ilegais, incluindo vendas fraudulentas e ilícitas nos meios de pagamento aceito por nós, bem como fraudes bancárias, que podem resultar em perdas financeiras da Companhia. Adicionalmente problemas nos nossos sistemas de tecnologia da informação, ou a impossibilidade de atualizá-los constantemente, poderão impactar adversamente as nossas operações e o nosso controle de estoque.

Armazenamos nosso banco de dados, que contém informações demográficas e de vendas de cada um de nossos clientes, em "nuvem" em nossa intranet, que está sujeita a ataques externos de usuários de redes públicas. Qualquer comprometimento de nossa segurança poderá prejudicar a nossa reputação e nossa marca e nos expor a situações de litígio, nas quais poderemos ser obrigados a indenizar a parte prejudicada, afetando, assim, negativamente o nosso negócio e os resultados das nossas operações. Ademais, qualquer pessoa capaz de burlar as nossas medidas de segurança poderá se apropriar de informações confidenciais ou causar interrupções em nossas operações.

Nossa criptografia de dados e outras medidas de proteção podem não impedir o acesso não autorizado ou o uso de dados confidenciais. Uma violação do nosso sistema ou do sistema de um de nossos fornecedores pode nos sujeitar a perdas materiais ou responsabilidades, incluindo multas. O uso indevido de tais dados ou violação da cibersegurança pode prejudicar nossa reputação e impedir os clientes de usar nossos produtos e serviços, reduzindo assim nossas receitas.

Além disso, qualquer uso indevido ou violação do nosso sistema de comércio eletrônico pode nos fazer incorrer em custos para corrigir as violações ou falhas, nos expor a responsabilidades, aumentar nosso risco de escrutínio regulatório, nos sujeitar a processos judiciais e resultar na imposição de penalidades e multas relevantes nos termos leis ou regulamentos estaduais e federais afetando os resultados e a imagem da Companhia.

Estamos sujeitos a legislações que podem exigir notificação a órgãos reguladores, clientes ou funcionários, assim como podemos ter que reembolsar clientes ou operadores de cartões de crédito por quaisquer recursos furtados em decorrência de quaisquer violações ao nosso sistema de segurança, situações que poderiam aumentar significativamente os nossos custos e reduzir nossa atratividade. Em consequência da grande dependência da tecnologia para as atividades da Companhia, também podemos incorrer em perdas financeiras devido a impactos regulatórios nas nossas operações.

Adicionalmente, nossos sistemas de informação estão expostos a vírus, maliciosos (*malware*) e outros problemas, como por exemplo crimes e ataques cibernéticos, que podem interferir inesperadamente nas operações. Qualquer ocorrência dessa natureza poderá resultar em um efeito material adverso sobre nossos negócios, resultados de operações e perdas financeiras.

Além disso, como resultado da pandemia da COVID-19, aumentamos rapidamente o número de funcionários trabalhando remotamente. Isso pode causar aumento na indisponibilidade de nossos sistemas e infraestrutura, interrupção dos serviços de telecomunicações, falhas generalizadas do sistema e maior vulnerabilidade a ataques cibernéticos. Consequentemente, nossa capacidade de conduzir nossos negócios e resultados pode ser negativa e adversamente afetada.

**Eventos internacionais e falhas logísticas podem atrasar ou impedir a entrega de produtos pela Companhia, o que poderia afetar negativamente suas vendas e rentabilidade.**

Parcela significativa do portfólio da Companhia é composta por produtos importados, sendo transportadas, via rodoviário, aéreo ou marítimo. Possíveis problemas, como greves, dificuldade de acesso aos terminais, saturação da infraestrutura ou interrupções nas atividades, relacionados à Receita Federal, alfândegas, aeroportos e/ou portos de todo o país podem afetar a entrega de tais produtos para a Companhia e, por consequência, o desenvolvimento das suas atividades. Além disso, perda ou extravio de cargas internacionais podem reduzir a oferta de produtos disponíveis para a Companhia, com possível descontinuidade de entrega, gerando quebra de receita. Neste contexto, também é risco inerente à atividade de importação:

- Obtenção de um licenciamento de importação prévio ao embarque, o que pode prejudicar o andamento de embarques e o abastecimento dos produtos já que traz maior morosidade ao processo.
- Restrições quantitativas (quotas de importação) - As quotas de importação são denominadas "barreiras não tarifárias" e são um modo de restringir a quantidade de produto importado, limitando a importação a um número pré-estabelecido e afetando o inventário da Companhia.
- Medidas compensatórias ou de salvaguarda - as medidas compensatórias objetivam compensar eventuais subsídios concedidos de forma direta ou indireta no país exportador para a produção e exportação de um produto, cuja exportação ao Brasil cause danos à indústria doméstica. Desta forma podem ser aplicadas com o fim de aumentar a proteção da indústria nacional temporariamente. Normalmente são medidas com caráter de urgência e temporárias para prevenir algum prejuízo da indústria nacional.
- Medidas sanitárias e fitossanitárias - as medidas sanitárias e fitossanitárias são também denominadas "barreiras não tarifárias". As medidas podem incluir novas leis, decretos, regulamentos e requerimentos que aumentem a quantidade de testes, inspeções, procedimentos certificatórios, ou de aprovação.
- Valoração aduaneira arbitrária - A alfândega, através das suas autoridades, pode considerar que o produto tem um valor real maior ao declarado e atribuir um valor superior ao mesmo. Desta forma o imposto a ser pago seria maior, aumentando os custos da Companhia e reduzindo a receita projetado.

Estamos expostos também aos riscos referentes às barreiras técnicas. Estas etapas obrigatórias para importação compreendem processos desde que o navio atraca no porto até ser inspecionado e liberado pelas autoridades aduaneiras. Eventuais entraves ou demora nesses processos podem atrasar a entrada do produto no estoque. Em caso de sinistro de nossas cargas internacionais, considerando o tempo e aprovisionamento internacional, poderíamos ter uma descontinuidade de entrega gerando quebra de receita. Estes fatores podem impactar nossos prazos de importação resultando em ruptura de estoque de alguns produtos da Companhia e eventual risco perda de vendas. Adicionalmente o cenário de pandemia pode ter efeito adverso incorrendo em falta de fornecimento: risco de fechamento das fronteiras comerciais e risco do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento ("MAPA") interromper ou atrasar a nacionalização de produtos gerando impactos em receita.

**Podemos ser afetados por uma disrupção logística aérea, terrestre ou marítima ou ainda afetados pela inoperância de parceiros logísticos para entrega visto que dependemos do sistema de transporte e de infraestrutura para entregar os produtos às lojas e aos clientes.**

A Companhia depende do funcionamento contínuo de infraestrutura logística, incluindo armazéns, rodovias e todos os meios de transporte utilizados pela Companhia, ou por prestadores de serviços, fornecedores e clientes.

Na data do Formulário de Referência anexo a este Prospecto, a Companhia opera dois centros de distribuição, em Serra- ES, sendo dois armazéns interligados que totalizam 13.279,44 m<sup>2</sup>, localizados diretamente com os proprietários, em Barueri-SP, são 500m<sup>2</sup> em armazém multi cliente operado pela Brasil Express. Um ponto de apoio (estoque avançado), em Belo Horizonte-MG, com 200m<sup>2</sup> em armazém sublocado da empresa Iconex e operação pela Companhia. Parte substancial dos produtos que são vendidos pela Companhia são distribuídos a partir desses centros de distribuição, sendo quase 100% faturado e montado no CD de Serra-ES. Aproximadamente 84% dos pedidos passam pelo CD de Barueri, na modalidade de *cross-docking* (carretas completas de mercadoria são enviadas do CD de Serra para SP e lá a mercadoria é separada em carros menores para a entrega na cidade), 0,13% são faturados e montados no ponto de apoio de Belo Horizonte-MG.

Se a operação normal dos centros de distribuição da Companhia for reduzida, suspensa ou interrompida:

- (i) seja por reduções significativas do uso da infraestrutura de transporte de cargas tanto para expedição como para recebimento;
- (ii) por redução do seu funcionamento em decorrência de desastres naturais, incêndio, acidentes, falhas de sistema, greve de funcionários, greve do transporte público, pandemia da COVID-19 ou quaisquer outras causas inesperadas;
- (iii) interrupção no fornecimento insumos essenciais e personalizados como embalagens, fitas, etiquetas, ou prestação de serviços como limpeza, coleta de lixo e resíduos, refeição e internet; ou
- (iv) por qualquer outro motivo.

Isso poderá atrasar ou afetar a capacidade de distribuir produtos diretamente para clientes, implicando redução das vendas e, consequentemente, piora dos resultados operacionais da Companhia.

Desse modo, qualquer evento adverso ou redução significativa na oferta da infraestrutura de transporte ou em seu funcionamento ou qualquer incapacidade de transportar produtos entre essas instalações, ou fornecedores ou clientes, por qualquer razão, pode atrasar ou afetar a capacidade da Companhia de distribuir produtos para as lojas, bem como para os clientes, prejudicar a demanda ou os preços de produtos, impedir ou atrasar sua entrega e impor custos adicionais aos produtos o que pode reduzir as vendas e afetar adversa e negativamente o resultado operacional e a condição financeira da Companhia.

Dependemos prioritariamente, de terceiros para nossa operação logística. Falhas, greves, tais como a greve dos caminhoneiros de 2018, mudanças ou interrupções na operação desses parceiros podem seriamente comprometer a nossa capacidade de abastecimento e entrega de nossos produtos, causando perda de receita e eventual evasão de clientes. Além disso, nossa operação logística está sujeita aos riscos de fechamento de fronteiras, suspensão ou atrasos de embarques em função da COVID-19. Em relação às nossas entregas ao consumidor, combinamos o modal aéreo com terrestre. Com o impacto negativo da COVID-19 nas rotas das companhias aéreas, incorremos em atrasos de entregas nos meses de abril e maio aumentando o tempo médio de entrega de 5,7 dias para um tempo médio aproximado de 7,5 dias. Podemos ainda incorrer em atrasos em caso de novas perturbações ou em função de redução de rotas de companhias aéreas ou, ainda, greves de caminhoneiros ou eventuais *lockdowns* de cidades dificultando a entrega nessas regiões e eventualmente impactando a adesão ou manutenção dos clientes.

**Nossas receitas dependem substancialmente de assinaturas em um modelo de recorrência.**

Nosso core business é a operação de um clube de assinaturas de vinho com planos mensais e anuais. No período de seis meses encerrado em 30 de junho de 2020, 43,7% da nossa receita líquida operacional derivou do nosso segmento de clube de assinaturas (47,5% no período de seis meses encerrado em 30 de junho de 2019 e 45,6%, 39% e 39% nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017, respectivamente). Podemos sofrer redução no número de entrada de novos sócios em função de uma eventual baixa de eficácia de nossos esforços publicitários ou promocionais, ou ainda de mudanças de mercado que coloquem em xeque a proposta de valor do clube. Adicionalmente, podemos incorrer em um aumento de *churn* (indicador que mede o índice de evasão dos clientes, ou seja, a taxa de cancelamento) devido ao aumento de concorrência, de condições de mercado ou redução na demanda por esses produtos. Quaisquer desses fatores podem impactar negativamente nossos resultados.

**IDENTIFICAÇÃO DOS ADMINISTRADORES, COORDENADORES DA OFERTA,  
CONSULTORES E DOS AUDITORES INDEPENDENTES**

Para fins do disposto no Item 2 do Anexo III da Instrução CVM 400, esclarecimentos sobre a Companhia e a Oferta, bem como este Prospecto, poderão ser obtidos nos seguintes endereços:

**Companhia e Acionistas Vendedores**

---

**W2W E-COMMERCE DE VINHOS S.A.**

Rua Comendador Alcides Simao Helou, 1.565, Civit II  
CEP 29168-090, Serra, ES  
At.: Alexandre Magno da Cruz Oliveira Filho  
Tel.: +55 (27) 3398-9456  
[www.ri.wine.com.br](http://www.ri.wine.com.br)

**Coordenadores da Oferta**

---

**Coordenador Líder**

**Banco Itaú BBA S.A.**

Avenida Brigadeiro Faria Lima, 3.500, 1º, 2º, 3º (parte), 4º e 5º andares  
CEP 04538-132, São Paulo, SP  
At.: Sra. Renata Dominguez  
Tel.: +55 (11) 3708-8000  
[www.itaubba.com.br](http://www.itaubba.com.br)

**Bank of America Merrill Lynch Banco Múltiplo S.A.**

Avenida Brigadeiro Faria Lima, 3.400, 12º andar  
CEP 04538-132, São Paulo, SP  
At.: Sr. Bruno Saraiva  
Tel.: +55 (11) 2188-4000  
<http://www.merrilllynch-brasil.com.br>

**Banco BTG Pactual S.A.**

Avenida Brigadeiro Faria Lima, 3.477, 14º andar  
CEP 04538-133, São Paulo, SP  
At.: Sr. Fabio Nazari  
Tel.: +55 (11) 3383-2000  
Fax: + 55 (11) 3383-2001  
<http://www.btgpactual.com>

**XP Investimentos Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários S.A.**

Avenida Chedid Jafet, 75, Torre Sul, 30º andar  
CEP 045551-065, São Paulo, SP  
At.: Sr. Vitor Saraiva  
Tel.: + 55 (11) 4871-4277  
[www.xpi.com.br](http://www.xpi.com.br)

**Banco ABC Brasil S.A.**

Avenida Cidade Jardim, nº 803, 2º andar CEP 01453-000, São Paulo, SP  
At.: Sr. Bruno Bilate Sbrano  
Tel.: +55 (11) 3170-2000  
<https://www.abcbrasil.com.br/>

**Consultores Legais  
Locais da Companhia**

---

**Barbosa, Müssnich Aragão Advogados**

Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, 1455  
CEP 04543-011  
São Paulo, SP  
At.: Sr. Luiz Antônio de Sampaio Campos/Felipe Prado  
Tel.: +55 (11) 2179-5252  
[www.bmalaw.com.br](http://www.bmalaw.com.br)

**Consultores Legais  
Externos da Companhia**

---

**Simpson Thacher & Bartlett LLP**

Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, 1455  
CEP 04543-011, São Paulo, SP  
At.: Sr. Grenfel Calheiros  
Tel.: +55 (11) 3546-1011  
[www.stblaw.com](http://www.stblaw.com)

**Consultores Legais Locais dos  
Coordenadores da Oferta**

---

**Lobo de Rizzo Advogados**

Avenida Brigadeiro Faria Lima, 3.900, 12º andar  
CEP 04538-132, São Paulo, SP  
At.: Sr. Caio Cossermelli  
Tel.: +55 (11) 3702-7120  
www.ldr.com.br

**Consultores Legais Externos dos  
Coordenadores da Oferta**

---

**Skadden, Arps, Slate, Meagher & Flom LLP**

Avenida Brigadeiro Faria Lima, 3.311, 7º andar  
CEP 04538-133, São Paulo, SP  
At.: Sr. Mathias von Bernuth  
Tel.: +55 (11) 3708-1840  
www.skadden.com

---

**Audidores Independentes da Companhia**

---

**PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes**

Rua Mostardeiro, 800 – 9º andar  
CEP 90430-000, Porto Alegre, RS  
At.: Carlos Alexandre Peres  
Tel.: +55 (41) 3883-1638  
www.pwc.com.br

**Declaração de Veracidade das Informações**

A Companhia, os Acionistas Vendedores e o Coordenador Líder prestaram declarações de veracidade das informações, nos termos do artigo 56 da Instrução CVM 400, as quais se encontram anexas a este Prospecto a partir da página 199.

## SUMÁRIO DA OFERTA

O presente sumário não contém todas as informações que o potencial investidor deve considerar antes de investir nas Ações. O potencial investidor deve ler cuidadosa e atentamente todo este Prospecto, principalmente as informações contidas nas seções “Sumário da Companhia – Principais Fatores de Risco da Companhia” e “Fatores de Risco Relacionados à Oferta e às Ações” nas páginas 21 e 95, respectivamente, deste Prospecto e na seção “4. Fatores de Risco” do nosso Formulário de Referência, e nas demonstrações financeiras e informações trimestrais revisadas e respectivas notas explicativas, anexas a este Prospecto, para melhor compreensão das atividades da Companhia e da Oferta, antes de tomar a decisão de investir nas Ações.

<b>Ações</b>	73.700.000 ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal de emissão da Companhia, livres e desembaraçadas de quaisquer ônus ou gravames, objeto da Oferta, sem considerar as Ações Adicionais e as Ações Suplementares.
<b>Ações Adicionais</b>	Nos termos do artigo 14, parágrafo 2º, da Instrução CVM 400, até a data da divulgação do Anúncio de Início, a quantidade de Ações inicialmente ofertadas (sem considerar as Ações Suplementares) poderá, a critério da Companhia e dos Acionistas Vendedores, em comum acordo com os Coordenadores da Oferta, ser acrescida em até 20%, ou seja, em até 14.740.000 ações ordinárias de emissão da Companhia, detidas e a serem alienadas pelos Acionistas Vendedores.
<b>Ações em Circulação no Mercado após a Oferta (Free Float)</b>	São as ações ordinárias de emissão da Companhia menos as de propriedade do acionista controlador, de diretores, de conselheiros de administração e as em tesouraria. Considerando apenas a colocação das Ações inicialmente ofertadas, estimamos que 51,10% das ações ordinárias de emissão da Companhia estarão em circulação após a realização da Oferta. Para mais informações, veja seção “Informações sobre a Oferta – Composição do Capital Social” na página 45 deste Prospecto.
<b>Ações Suplementares</b>	Nos termos do artigo 24 da Instrução CVM 400, a quantidade de Ações inicialmente ofertadas poderá ser acrescida de um lote suplementar em percentual equivalente a até 15%, ou seja, em até 11.055.000 ações ordinárias de emissão da Companhia, detidas e a serem alienadas pelos Acionistas Vendedores, nas mesmas condições e pelo mesmo preço das Ações inicialmente ofertadas.
<b>Agente Estabilizador ou BTG Pactual</b>	Banco BTG Pactual S.A., agente autorizado a realizar operações de estabilização de preço das ações ordinárias de emissão da Companhia no mercado brasileiro, nos termos do Contrato de Estabilização.
<b>Agentes de Colocação Internacional</b>	Itau BBA USA Securities, Inc., pelo BofA Securities, Inc., pelo BTG Pactual US Capital LLC e pela XP Investments US, considerados em conjunto.
<b>Anúncio de Encerramento</b>	Anúncio de encerramento da Oferta, a ser divulgado após a distribuição das Ações, em até seis meses, contados a partir da data de divulgação do Anúncio de Início, na forma do artigo 29 e anexo V da Instrução CVM 400, disponibilizado nos endereços indicados na seção “Disponibilização de Avisos e Anúncios da Oferta” na página 76 deste Prospecto, informando o resultado final da Oferta.

**Anúncio de Início**

Anúncio de Início da Oferta, a ser divulgado na forma do artigo 52 e anexo IV da Instrução CVM 400, disponibilizado nos endereços indicados na seção “Disponibilização de Avisos e Anúncios da Oferta” na página 76 deste Prospecto, informando acerca do início do Prazo de Distribuição.

**Anúncio de Retificação**

Anúncio a ser imediatamente divulgado, nos termos dispostos no artigo 27 da Instrução CVM 400, na hipótese de ser verificada divergência relevante entre as informações constantes neste Prospecto Preliminar e no Prospecto Definitivo, que altere substancialmente o risco assumido pelo investidor quando da sua decisão de investimento, disponibilizados nos endereços indicados na seção “Disponibilização de Avisos e Anúncios da Oferta” na página 76 deste Prospecto.

**Aprovações Societárias**

A abertura de capital da Companhia, a sua adesão e admissão ao segmento do Novo Mercado da B3, bem como a reforma do seu Estatuto Social, de forma a adequá-lo às disposições do Regulamento do Novo Mercado e a realização da Oferta Primária, mediante aumento de capital da Companhia, dentro do limite de capital autorizado previsto em seu Estatuto Social, com a exclusão do direito de preferência dos atuais acionistas da Companhia, nos termos do artigo 172, inciso I, da Lei das Sociedades por Ações, bem como seus termos e condições, foram aprovados na Assembleia Geral Extraordinária da Companhia realizada em 26 de agosto de 2020, cuja ata foi devidamente registrada na JUCEES em 17 de setembro de 2020, sob o nº 32300033512, e publicada no DOEES e no jornal “A Gazeta” em 06 de outubro de 2020.

O Preço por Ação, bem como a quantidade de Ações objeto da Oferta e o efetivo aumento de capital da Companhia, dentro do limite do capital autorizado em seu Estatuto Social, serão aprovados em Reunião do Conselho de Administração da Companhia a ser realizada entre a conclusão do Procedimento de *Bookbuilding* e a concessão dos registros da Oferta pela CVM, cuja ata será devidamente registrada na JUCEES e publicada no DOEES e no jornal “A Gazeta” na data de disponibilização do Anúncio de Início.

A realização da Oferta Secundária pelo o Península, bem como seus termos e condições, foram aprovados em Reunião do Comitê de Investimentos realizada em 29 de agosto de 2020, em conformidade com seu Regulamento. O Preço por Ação, bem como a quantidade de Ações objeto da Oferta e o efetivo aumento de capital da Companhia, serão aprovados em Reunião do Comitê de Investimentos a ser realizada entre a conclusão do Procedimento de *Bookbuilding* e a concessão dos registros da Oferta pela CVM.

Nos termos do Contrato Social da Orbeat, não será necessária qualquer aprovação societária para a alienação das ações ordinárias de emissão da Companhia e de titularidade da Orbeat, no âmbito da Oferta Secundária, assim como de seus termos e condições e do Preço por Ação.

Não será necessária qualquer aprovação societária em relação aos Acionistas Vendedores Pessoas Físicas para a participação na Oferta Secundária e na fixação do Preço por Ação.

**Atividade de Estabilização** Agente Estabilizador, por intermédio da Corretora, poderá, a seu exclusivo critério, realizar operações bursáteis visando à estabilização do preço das ações ordinárias de emissão da Companhia na B3, no âmbito da Oferta, dentro de trinta dias contados da data de início da negociação das Ações na B3, inclusive, observadas as disposições legais aplicáveis e o disposto no Contrato de Estabilização, o qual será previamente submetido à análise e aprovação da CVM e da B3, nos termos do artigo 23, parágrafo 3º, da Instrução CVM 400 e do item II da Deliberação CVM 476, antes da divulgação do Anúncio de Início.

Não existe obrigação por parte do Agente Estabilizador de realizar operações bursáteis e, uma vez iniciadas, tais operações poderão ser descontinuadas e retomadas a qualquer momento, observadas as disposições do Contrato de Estabilização. Assim, o Agente Estabilizador e a Corretora poderão escolher livremente as datas em que realizarão as operações de compra e venda das ações ordinárias de emissão da Companhia no âmbito das atividades de estabilização, não estando obrigados a realizá-las em todos os dias ou em qualquer data específica, podendo, inclusive, interrompê-las e retomá-las a qualquer momento, a seu exclusivo critério.

**Aviso ao Mercado** Aviso divulgado em 8 de outubro de 2020, a ser novamente divulgado em 16 de outubro de 2020, com a identificação das Instituições Consorciadas que aderiram à Oferta e informando acerca de determinados termos e condições da Oferta, incluindo os relacionados ao recebimento de Pedidos de Reserva, em conformidade com o artigo 53 da Instrução CVM 400, nos endereços indicados na seção “Disponibilização de Avisos e Anúncios da Oferta” na página 76 deste Prospecto.

**Banco ABC** Banco ABC Brasil S.A.

**Bank of America** Bank of America Merrill Lynch Banco Múltiplo S.A.

**BTG Pactual** Banco BTG Pactual S.A.

**Capital Social** Em 30 de junho de 2020, o capital social da Companhia era de R\$104.955.232,85 (cento e quatro milhões, novecentos e cinquenta e cinco mil, duzentos e trinta e dois reais e oitenta e cinco centavos), totalmente subscrito e integralizado, representado por 213.056 (duzentos e treze mil e cinquenta e seis) ações, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal, das quais 135.559 (cento e trinta e cinco mil, quinhentas e cinquenta e nove) são ações ordinárias e 77.497 (setenta e sete mil, quatrocentas e noventa e sete) são ações ordinárias classe A conversíveis em ações ordinárias.

Em decorrência do evento de liquidez da Companhia, os acionistas, também aprovaram o aumento do capital social da Companhia de R\$104.955.232,85 para R\$105.259.275,68, portanto, um aumento de R\$304.042,83 (trezentos e quatro mil e quarenta e dois reais e oitenta e três centavos), mediante a emissão de 6.591 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, ao preço de emissão de R\$46,13 por ação, fixado com base no valor do patrimônio líquido da Companhia referente ao exercício social findo em 2018.

Na data de 6 de outubro de 2020, foi aprovado o desdobramento da totalidade de ações da Companhia, na proporção de 1:394, por meio do qual a quantidade de ações da Companhia passou a ser de 86.540.918 (oitenta e seis milhões, quinhentas e quarenta mil, novecentas e dezoito).

Na data deste Prospecto, o capital social da Companhia é de R\$105.259.275,68, totalmente subscrito e integralizado, representado por 86.540.918 ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal.

<b>Contrato de Colocação</b>	Instrumento Particular de Contrato de Coordenação, Colocação e Garantia Firme de Liquidação de Oferta Pública de Distribuição de Ações Ordinárias da W2W E-commerce de Vinhos S.A., a ser celebrado pela Companhia, pelos Acionistas Vendedores, pelos Coordenadores da Oferta e pela B3, na qualidade de interveniente anuente.
<b>Contrato de Colocação Internacional</b>	<i>Placement Facilitation Agreement</i> , a ser celebrado entre a Companhia, os Acionistas Vendedores e os Agentes de Colocação Internacional, a fim de regular os esforços de colocação das Ações pelos Agentes de Colocação Internacional junto a Investidores Estrangeiros, exclusivamente no exterior.
<b>Contrato de Empréstimo</b>	Contrato de Empréstimo Privado de Ações Ordinárias de Emissão da W2W E-commerce de Vinhos S.A., a ser celebrado entre os Acionistas Vendedores, na qualidade de doador, e o Agente Estabilizador, na qualidade de tomador, a Corretora.
<b>Contrato de Estabilização</b>	Instrumento Particular de Contrato de Prestação de Serviços de Estabilização de Preço de Ações Ordinárias de Emissão da W2W E-commerce de Vinhos S.A., a ser celebrado entre a Companhia, os Acionistas Vendedores, o Agente Estabilizador, a Corretora e os demais Coordenadores da Oferta, estes últimos na qualidade de intervenientes anuentes, que rege os procedimentos para a realização de operações de estabilização de preços das ações ordinárias de emissão da Companhia no mercado brasileiro pelo Agente Estabilizador, o qual foi devidamente submetido à análise e aprovação da B3 e da CVM, nos termos do artigo 23, parágrafo 3º, da Instrução CVM 400 e do item II da Deliberação CVM 476.
<b>Contrato de Participação no Novo Mercado</b>	Contrato de Participação no Novo Mercado de Governança Corporativa a ser celebrado entre a Companhia e a B3, o qual entrará em vigor na data de divulgação do Anúncio de Início.
<b>Contrato de Prestação de Serviços</b>	Contrato de prestação de serviços a ser celebrado entre a Companhia, os Acionistas Vendedores e a B3.
<b>Coordenador Líder ou Itaú BBA</b>	Banco Itaú BBA S.A.
<b>Coordenadores da Oferta</b>	O Coordenador Líder, o Bank of America, o BTG Pactual, a XP e o Banco ABC, considerados em conjunto.
<b>Corretora</b>	BTG Pactual Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.

<b>Cronograma Estimado da Oferta</b>	Veja a seção “Informações sobre a Oferta – Cronograma Estimado da Oferta” na página 54 deste Prospecto.
<b>Data de Liquidação</b>	Data da liquidação física e financeira das Ações considerando as Ações Adicionais, mas sem considerar as Ações do Lote Suplementar) que deverá ser realizada dentro do prazo de até dois dias úteis, contados da data de divulgação do Anúncio de Início, com a entrega das Ações considerando as Ações Adicionais, mas sem considerar as Ações do Lote Suplementar) aos respectivos investidores.
<b>Data de Liquidação das Ações Suplementares</b>	Data da liquidação física e financeira das Ações Suplementares, que ocorrerá no prazo de até dois dias úteis contado da(s) respectiva(s) data(s) de exercício da Opção de Ações Suplementares.
<b>Destinação dos Recursos</b>	<p>A Companhia pretende utilizar os recursos líquidos obtidos por meio da Oferta Primária (considerando as Ações Adicionais e Ações Suplementares) da seguinte forma: (i) aquisições de outras empresas; (ii) investimentos em campanhas de marketing e publicidade; (iii) investimentos em logística; (iv) investimentos com a expansão de lojas físicas; e (v) investimentos em tecnologia.</p> <p>Os recursos líquidos provenientes da Oferta Secundária serão revertidos integralmente aos Acionistas Vendedores.</p>
<b>Direitos, Vantagens e Restrições das Ações</b>	As Ações conferirão aos seus titulares os mesmos direitos, vantagens e restrições conferidos às ações ordinárias de emissão da Companhia, nos termos previstos no seu Estatuto Social e na Lei das Sociedades por Ações, conforme descritos a partir da página 117 deste Prospecto e na seção “18. Valores Mobiliários” do Formulário de Referência.
<b>Distribuição Parcial</b>	Não será admitida distribuição parcial no âmbito da Oferta. Assim, caso não haja demanda para a subscrição/aquisição da totalidade das Ações inicialmente ofertadas por parte dos Investidores da Oferta Não Institucional e dos Investidores Institucionais até a data da conclusão do Procedimento de <i>Bookbuilding</i> , nos termos do Contrato de Colocação, a Oferta será cancelada, sendo todos os Pedidos de Reserva e intenções de investimento automaticamente cancelados. Neste caso, os valores eventualmente depositados pelos Investidores Não Institucionais serão devolvidos sem qualquer remuneração, juros ou correção monetária, sem reembolso de custos e com dedução, caso incidentes, de quaisquer tributos eventualmente aplicáveis sobre os valores pagos, inclusive, em função do IOF/Câmbio e quaisquer outros tributos que venham a ser criados, incluindo aqueles com alíquota atual equivalente a zero que tenham sua alíquota majorada, no prazo máximo de três dias úteis, contados da data de disponibilização do comunicado de cancelamento da Oferta. Para mais informações, veja a seção “Fatores de Risco Relacionados à Oferta e às Ações – Na medida em que não será admitida a distribuição parcial no âmbito da Oferta, é possível que a Oferta venha a ser cancelada caso não haja investidores suficientes interessados em adquirir a totalidade das Ações objeto da Oferta”, na página 98 deste Prospecto.

<b>Evento de Fixação do Preço em Valor Inferior à Faixa Indicativa</b>	Fixação do Preço por Ação abaixo de 20% do preço inicialmente indicado, considerando um preço por Ação que seja o resultado da aplicação de 20% sob o valor máximo da Faixa Indicativa, sendo que o valor resultante desta aplicação de 20% deverá ser descontado do valor mínimo da Faixa Indicativa, nos termos do artigo 4º do Anexo II do Código ANBIMA e do item 21 do Ofício-Circular CVM/SRE, hipótese em que o Investidor Não Institucional poderá desistir do seu Pedido de Reserva, veja a seção “Fatores de Risco Relacionados à Oferta e às Ações – A fixação do Preço por Ação em valor inferior à Faixa Indicativa possibilitará a desistência dos Investidores Não Institucionais, o que poderá reduzir a capacidade da Companhia de alcançar dispersão acionária na Oferta”, na página 99 deste Prospecto.
<b>Faixa Indicativa</b>	A faixa indicativa do Preço por Ação apresentada na capa deste Prospecto, a ser fixada após a apuração do resultado do Procedimento de <i>Bookbuilding</i> . Estima-se que o Preço por Ação estará situado entre R\$8,50 e R\$10,50 podendo, no entanto, ser fixado acima ou abaixo dessa faixa indicativa.
<b>Fatores de Risco</b>	Para uma descrição de certos fatores de risco relacionados à aquisição das Ações que devem ser considerados na tomada da decisão de investimento, os investidores devem ler as seções “Sumário da Companhia – Principais Fatores de Risco da Companhia” e “Fatores de Risco Relacionados à Oferta e às Ações”, a partir das páginas 21 e 95 deste Prospecto, respectivamente, bem como os Fatores de Risco descritos no item “4. Fatores de Risco” do Formulário de Referência para ciência dos riscos que devem ser considerados antes de investir nas Ações.
<b>Garantia Firme de Liquidação</b>	A garantia firme de liquidação consiste na obrigação individual e não solidária dos Coordenadores da Oferta, observado o disposto no Contrato de Colocação, de liquidar as Ações (considerando as Ações Adicionais e sem considerar as Ações Suplementares), que tenham sido adquiridas, porém não liquidadas, no Brasil, pelos seus respectivos investidores na Data de Liquidação, na proporção e até o limite individual de garantia firme de liquidação prestada por cada um dos Coordenadores da Oferta, nos termos do Contrato de Colocação. A garantia firme de liquidação é vinculante a partir do momento em que forem concedidos os registros da Oferta e de Companhia aberta sob a categoria “A” pela CVM, assinados e cumpridas as condições precedentes do Contrato de Colocação e o Contrato de Colocação Internacional, disponibilizado o Prospecto Definitivo e divulgado o Anúncio de Início.

Caso as Ações objeto de garantia firme de liquidação efetivamente adquiridas por investidores não sejam totalmente liquidadas por estes até a Data de Liquidação, cada Coordenador da Oferta, observado o disposto no Contrato de Colocação, adquirirá, na Data de Liquidação, pelo Preço por Ação, na proporção e até o limite individual da garantia firme de liquidação prestada por cada um dos Coordenadores da Oferta, de forma individual e não solidária, a totalidade do saldo resultante da diferença entre: (i) o número de Ações objeto da garantia firme de liquidação prestada pelos Coordenadores da Oferta, nos termos do Contrato de Colocação, multiplicado pelo Preço por Ação; e (ii) o número de Ações objeto da garantia firme de liquidação efetivamente integralizadas e adquiridas, no Brasil, por investidores no mercado, multiplicado pelo Preço por Ação.

Para os fins do disposto no item 5 do Anexo VI da Instrução CVM 400, em caso de exercício da garantia firme de liquidação, caso os Coordenadores da Oferta, por si ou por suas afiliadas, nos termos do Contrato de Colocação, tenham interesse em vender tais Ações antes da divulgação do Anúncio de Encerramento, o preço de venda dessas Ações será o preço de mercado das ações ordinárias de emissão da Companhia, limitado ao Preço por Ação, sendo certo, entretanto, que as operações realizadas em decorrência das atividades de estabilização previstas no item 10 abaixo não estarão sujeitas a tais limites.

#### **Inadequação da Oferta**

O investimento nas Ações representa um investimento de risco, pois é um investimento em renda variável e, assim, os investidores que pretendam investir nas Ações estão sujeitos a perdas patrimoniais e riscos, inclusive aqueles relacionados às Ações, à Companhia, ao setor em que atua, aos seus acionistas e ao ambiente macroeconômico do Brasil, descritos neste Prospecto e no Formulário de Referência, e que devem ser cuidadosamente considerados antes da tomada de decisão de investimento. O investimento em Ações não é, portanto, adequado a investidores avessos aos riscos relacionados à volatilidade do mercado de capitais. Ainda assim, não há qualquer classe ou categoria de investidor que esteja proibida por lei de adquirir Ações ou com relação à qual o investimento em Ações seria, no entendimento da Companhia, dos Acionistas Vendedores e dos Coordenadores da Oferta, inadequado. Os investidores devem ler atentamente as seções deste Prospecto e do Formulário de Referência que tratam sobre “Fatores de Risco Relacionados à Oferta e às Ações”.

#### **Investidores Não Institucionais**

Investidores Private e Investidores de Varejo, considerados em conjunto.

#### **Investidores Private**

Investidores pessoas físicas e jurídicas residentes, domiciliados ou com sede no Brasil, e clubes de investimento registrados no B3, em todos os casos, que: (i) sejam considerados investidores qualificados nos termos da regulamentação da CVM; (ii) que não sejam considerados Investidores de Varejo; e (iii) que realizem pedidos de investimento durante o Período de Reserva no âmbito da Oferta do Segmento Private.

<b>Investidores Private Lock-up</b>	Investidores Private que realizarem seus investimentos, no âmbito da Oferta do Segmento Private <i>Lock-up</i> , de forma direta, durante o Período de Resera ou durante o Período de Reserva para Pessoas Vinculadas, e que concordarem, em seus respectivos Pedidos de Reserva, com o <i>Lock-up</i> do Segmento Private.
<b>Investidores Private Sem Lock-up</b>	Investidores Private que realizarem seus investimentos, no âmbito da Oferta do Segmento Private Sem <i>Lock-up</i> , de forma direta, durante o Período de Resera ou durante o Período de Reserva para Pessoas Vinculadas, e que não aderirem, em seus respectivos Pedidos de Reserva, com o <i>Lock-up</i> do Segmento Private.
<b>Investidores de Varejo</b>	Investidores pessoas físicas e jurídicas residentes, domiciliados ou com sede no Brasil, e clubes de investimento registrados na B3, e que não sejam considerados investidores qualificados e/ou Investidores Institucionais nos termos da regulamentação da CVM, que realizem pedidos de investimento durante o Período de Reserva (conforme definido abaixo) no âmbito da Oferta de Varejo.
<b>Investidores de Varejo Lock-up</b>	Investidores de Varejo que realizarem seus investimentos, no âmbito da Oferta de Varejo <i>Lock-up</i> , de forma direta, durante o Período de Resera ou durante o Período de Reserva para Pessoas Vinculadas, e que concordarem, em seus respectivos Pedidos de Reserva, com o <i>Lock-up</i> da Oferta de Varejo.
<b>Investidores de Varejo Sem Lock-up</b>	Investidores de Varejo que realizarem seus investimentos, no âmbito da Oferta de Varejo Sem <i>Lock-up</i> , de forma direta, durante o Período de Resera ou durante o Período de Reserva para Pessoas Vinculadas, e que não aderirem, em seus respectivos Pedidos de Reserva, com o <i>Lock-up</i> da Oferta de Varejo.

## **Lock-up do Segmento Private**

Os Investidores Private *Lock-up* não poderão, pelo prazo de 60 (sessenta) dias contados da data de divulgação do Anúncio de Início, oferecer, vender, alugar (emprestar), contratar a venda, dar em garantia ou ceder ou alienar de outra forma ou a qualquer título, tais Ações subscritas no âmbito da Oferta do Segmento Private *Lock-up*.

Dessa forma, como condição para a participação na Oferta do Segmento Private *Lock-up*, cada Investidor Private *Lock-up*, ao realizar seu Pedido de Reserva, estará autorizando seu agente de custódia na Central Depositária gerida pela B3 a depositar tais Ações para a carteira mantida pela Central Depositária gerida pela B3 exclusivamente para este fim. Em qualquer hipótese, tais Ações ficarão bloqueadas na Central Depositária gerida pela B3 até o encerramento do *Lock-up* do Segmento Private. Não obstante o *Lock-up* do Segmento Private, as Ações subscritas no âmbito da Oferta do Segmento Private *Lock-up* poderão ser outorgadas em garantia da Câmara de Compensação e Liquidação da B3, caso as Ações venham a ser consideradas elegíveis para depósito de garantia, de acordo com os normativos da B3, independentemente das restrições mencionadas acima. Neste caso, a Câmara de Compensação e Liquidação da B3 estará autorizada a desbloquear as Ações subscritas no âmbito da Oferta do Segmento Private que foram depositadas em garantia para fins de excussão da garantia, nos termos dos normativos da B3. Para maiores informações, veja a seção “Fatores de Risco Relacionados à Oferta e às Ações – Os Investidores de Varejo *Lock-up* ou Investidores Private *Lock-up*, diante da impossibilidade de transferir, emprestar, onerar, dar em garantia ou permutar, de forma direta ou indireta, a totalidade das ações ordinárias de emissão da Companhia de sua titularidade após a liquidação da Oferta, poderão incorrer em perdas em determinadas situações”, na página 103 deste Prospecto Preliminar.

**Lock-up da Oferta de Varejo** Os Investidores de Varejo *Lock-up* não poderão, pelo prazo de 45 (quarenta e cinco) dias contados da data de divulgação do Anúncio de Início, oferecer, vender, alugar (emprestar), contratar a venda, dar em garantia ou ceder ou alienar de outra forma ou a qualquer título, as Ações subscritas no âmbito da Oferta de Varejo *Lock-up*.

Dessa forma, como condição para a participação na alocação prioritária da Oferta de Varejo *Lock-up*, cada Investidor Não Institucional da Oferta de Varejo *Lock-up*, ao realizar seu Pedido de Reserva, estará autorizando seu agente de custódia na Central Depositária gerida pela B3 a depositar tais Ações para a carteira mantida pela Central Depositária gerida pela B3 exclusivamente para este fim. Em qualquer hipótese, tais Ações ficarão bloqueadas na Central Depositária gerida pela B3 até o encerramento do *Lock-up* da Oferta de Varejo. Não obstante o *Lock-up* da Oferta de Varejo, as Ações subscritas no âmbito da Oferta de Varejo poderão ser outorgadas em garantia da Câmara de Compensação e Liquidação da B3, caso as Ações venham a ser consideradas elegíveis para depósito de garantia, de acordo com os normativos da B3, independentemente das restrições mencionadas acima. Neste caso, a Câmara de Compensação e Liquidação da B3 estará autorizada a desbloquear as Ações subscritas no âmbito da Oferta de Varejo que foram depositadas em garantia para fins de excussão da garantia, nos termos dos normativos da B3. Para maiores informações, veja a seção “Fatores de Risco Relacionados à Oferta e às Ações – Os Investidores de Varejo *Lock-up* ou Investidores Private *Lock-up*, diante da impossibilidade de transferir, emprestar, onerar, dar em garantia ou permutar, de forma direta ou indireta, a totalidade das ações ordinárias de emissão da Companhia de sua titularidade após a liquidação da Oferta, poderão incorrer em perdas em determinadas situações”, na página 103 deste Prospecto Preliminar.

**Instituições Consorciadas** Instituições intermediárias autorizadas a operar no mercado de capitais brasileiro, credenciadas junto à B3, convidadas a participar da Oferta exclusivamente para efetuar esforços de colocação das Ações junto aos Investidores Não Institucionais, e que tenham aderido à carta convite disponibilizada pelo Coordenador Líder.

**Instituições Participantes da Oferta** Coordenadores da Oferta e as Instituições Consorciadas, em conjunto.

**Instrumentos de *Lock-up*** Acordos de Restrição à Venda de Ações ordinárias de emissão da Companhia assinados pela Companhia, seus administradores e pelos Acionistas Vendedores.

**Investidores Estrangeiros** Os: (i) investidores institucionais qualificados (*qualified institutional buyers*), residentes e domiciliados nos Estados Unidos, conforme definidos na Regra 144A, editada pela SEC, em operações isentas de registro, previstas no *Securities Act* e nos regulamentos editados ao amparo do *Securities Act*; e (ii) investidores que sejam considerados não residentes ou domiciliados nos Estados Unidos ou constituídos de acordo com as leis desse país (*non-U.S. persons*), nos termos do Regulamento S, no âmbito do *Securities Act*, e observada a legislação aplicável no país de domicílio de cada investidor, que invistam no Brasil em conformidade com os mecanismos de investimento regulamentados pelo CMN, pelo Banco Central e pela CVM.

<b>Investidores Institucionais</b>	Investidores pessoas físicas e jurídicas e clubes de investimento registrados na B3, que sejam considerados profissionais ou qualificados, nos termos da regulamentação da CVM em vigor, em qualquer caso, que não sejam considerados Investidores Não Institucionais, incluindo instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, companhias seguradoras, sociedades de capitalização, entidades abertas e fechadas de previdência complementar, fundos de investimento, entidades administradoras de recursos de terceiros registradas na CVM, condomínios destinados à aplicação em carteiras de títulos e valores mobiliários registrados na CVM e/ou na B3, em todos os casos, residentes e domiciliados ou com sede no Brasil e Investidores Estrangeiros.
<b>Negociação na B3</b>	As ações ordinárias de emissão da Companhia passarão a ser negociadas no Novo Mercado a partir do dia útil seguinte à divulgação do Anúncio de Início sob o código “WNBR3”.
<b>Oferta</b>	A Oferta Primária e a Oferta Secundária, consideradas em conjunto.
<b>Oferta do Segmento Private</b>	Oferta aos Investidores Private, no montante mínimo de 1,5% das Ações (considerando as Ações Adicionais e as Ações Suplementares), a qual compreende a Oferta do Segmento Private <i>Lock-up</i> e Oferta do Segmento Private Sem <i>Lock-up</i> .
<b>Oferta do Segmento Private <i>Lock-up</i></b>	No contexto da Oferta do Segmento Private, a distribuição pública aos Investidores Private <i>Lock-up</i> , sendo certo que, caso haja demanda de Investidores Private <i>Lock-up</i> : (i) de até 1% do total das Ações, tais pedidos serão atendidos, tendo alocação garantida; e (ii) superior a 1% do total das Ações, a alocação, respeitado o montante mínimo estabelecido no item (i), será definida a exclusivo critério e discricionariedade da Companhia, dos Acionistas Vendedores e dos Coordenadores da Oferta, observado que, neste caso, poderá haver rateio.
<b>Oferta do Segmento Private Sem <i>Lock-up</i></b>	No contexto da Oferta do Segmento Private, a distribuição pública aos Investidores Private Sem <i>Lock-up</i> , sendo certo que, caso haja demanda de Investidores Private Sem <i>Lock-up</i> : (i) de até 0,5% do total das Ações, tais pedidos serão atendidos, tendo alocação garantida; e (ii) superior a 0,5% do total das Ações, a alocação, respeitado o montante mínimo estabelecido no item (i), será definida a exclusivo critério e discricionariedade da Companhia, dos Acionistas Vendedores e dos Coordenadores da Oferta, observado que, neste caso, poderá haver rateio.
<b>Oferta de Varejo</b>	Oferta aos Investidores de Varejo, no montante de, no mínimo, 10% do total das Ações (considerando as Ações Adicionais e as Ações Suplementares), a qual compreende a Oferta de Varejo <i>Lock-up</i> e Oferta de Varejo Sem <i>Lock-up</i> .

<b>Oferta de Varejo <i>Lock-up</i></b>	No contexto da Oferta de Varejo, a distribuição pública aos Investidores de Varejo <i>Lock-up</i> , sendo certo que, caso haja demanda de Investidores de Varejo <i>Lock-up</i> : (i) de até 8% do total das Ações, tais pedidos serão atendidos, tendo alocação garantida; e (ii) superior a 8% do total das Ações, a alocação, respeitado o montante mínimo estabelecido no item (i), será definida a exclusivo critério e discricionariedade da Companhia, dos Acionistas Vendedores e dos Coordenadores da Oferta, observado que, neste caso, poderá haver rateio.
<b>Oferta de Varejo Sem <i>Lock-up</i></b>	No contexto da Oferta de Varejo, a distribuição pública aos Investidores de Varejo Sem <i>Lock-up</i> , sendo certo que, caso haja demanda de Investidores de Varejo Sem <i>Lock-up</i> : (i) de até 2% do total das Ações, tais pedidos serão atendidos, tendo alocação garantida; e (ii) superior a 2% do total das Ações, a alocação, respeitado o montante mínimo estabelecido no item (i), será definida a exclusivo critério e discricionariedade da Companhia, dos Acionistas Vendedores e dos Coordenadores da Oferta, observado que, neste caso, poderá haver rateio.
<b>Oferta Institucional</b>	Distribuição pública de Ações, no âmbito da Oferta, direcionada a Investidores Institucionais.
<b>Oferta Não Institucional</b>	Oferta aos Investidores Não Institucionais, à qual será assegurado o montante de, no mínimo, 11,5% e, a exclusivo critério e discricionariedade da Companhia, dos Acionistas Vendedores e dos Coordenadores da Oferta, o montante de, no máximo, 30%, do total das Ações (considerando as Ações Adicionais e as Ações Suplementares), realizada pelas Instituições Consorciadas, a qual compreende: (a) a Oferta de Varejo; e (b) a Oferta do Segmento Private.
<b>Oferta Primária</b>	A distribuição pública primária das Ações, realizada no Brasil em mercado de balcão não organizado, em conformidade com a Instrução CVM 400, por intermédio das Instituições Participantes da Oferta, incluindo esforços de colocação de Ações no exterior, a serem realizados pelos Agentes de Colocação Internacional para Investidores Estrangeiros que invistam no Brasil em conformidade com os mecanismos de investimento regulamentados pelo CMN, pelo Banco Central e/ou pela CVM.
<b>Oferta Secundária</b>	A distribuição pública secundária no âmbito da eventual colocação das Ações Adicionais e das Ações Suplementares, realizada no Brasil em mercado de balcão não organizado, em conformidade com a Instrução CVM 400, por intermédio das Instituições Participantes da Oferta, incluindo esforços de colocação de Ações no exterior, a serem realizados pelos Agentes de Colocação Internacional para Investidores Estrangeiros que invistam no Brasil em conformidade com os mecanismos de investimento regulamentados pelo CMN, pelo Banco Central e/ou pela CVM.
<b><i>Offering Memorandum</i></b>	O <i>Preliminary Offering Memorandum</i> e o <i>Final Offering Memorandum</i> , conforme definidos no Contrato de Colocação Internacional, considerados em conjunto.

<b>Opção de Ações Suplementares</b>	Opção outorgada no Contrato de Colocação pela Companhia e pelos Acionistas Vendedores ao Agente Estabilizador, nos termos do artigo 24 da Instrução CVM 400, para colocação das Ações Suplementares, nas mesmas condições e preço das Ações inicialmente ofertadas, opção essa a ser exercida em função de prestação dos serviços de estabilização de preço das Ações.
<b>Pedido de Reserva</b>	Pedido de reserva de Ações pelos Investidores Não Institucionais, no âmbito da Oferta Não Institucional, a ser realizado mediante preenchimento de formulário específico com uma única Instituição Consorciada.
<b>Período de Colocação</b>	Prazo de até 2 (dois) dias úteis, contados a partir da data de disponibilização do Anúncio de Início, que se iniciará em 05 de novembro de 2020 e se encerrará em 09 de novembro de 2020, para efetuar a colocação das Ações.
<b>Período de Reserva</b>	Período compreendido entre 16 de outubro de 2020, inclusive, e 03 de novembro de 2020, inclusive, para formulação de Pedido de Reserva pelos Investidores Não Institucionais.
<b>Período de Reserva para Pessoas Vinculadas</b>	Período compreendido entre 16 de outubro de 2020, inclusive, e 22 de outubro de 2020, inclusive, data esta que antecederá em pelo menos sete dias úteis a conclusão do Procedimento de <i>Bookbuilding</i> , destinado à formulação de Pedido de Reserva pelos Investidores Não Institucionais que sejam considerados Pessoas Vinculadas.
<b>Pessoas Vinculadas</b>	Investidores que sejam, nos termos do artigo 55 da Instrução CVM 400 e do artigo 1º, inciso VI, da Instrução da CVM 505: (i) controladores pessoa física ou jurídica e/ou administradores da Companhia e/ou dos Acionistas Vendedores e/ou outras pessoas vinculadas à Oferta, bem como seus cônjuges ou companheiros, seus ascendentes, descendentes e colaterais até o 2º grau; (ii) controladores pessoa física ou jurídica e/ou administradores das Instituições Participantes da Oferta e/ou dos Agentes de Colocação Internacional; (iii) empregados, operadores e demais prepostos das Instituições Participantes da Oferta e/ou dos Agentes de Colocação Internacional diretamente envolvidos na estruturação e distribuição da Oferta; (iv) agentes autônomos que prestem serviços às Instituições Participantes da Oferta e/ou dos Agentes de Colocação Internacional desde que diretamente envolvidos na Oferta; (v) demais profissionais que mantenham, com as Instituições Participantes da Oferta e/ou com os Agentes de Colocação Internacional, contrato de prestação de serviços diretamente relacionados à atividade de intermediação ou de suporte operacional atinentes à Oferta; (vi) sociedades controladas, direta ou indiretamente, pelas Instituições Participantes da Oferta e/ou pelos Agentes de Colocação Internacional ou por pessoas a eles vinculadas, desde que diretamente envolvidos na Oferta; (vi) cônjuges ou companheiros, e filhos menores das pessoas mencionadas nos itens (ii) a (v) acima; e (vii) clubes e fundos de investimento cuja maioria das cotas pertença a Pessoas Vinculadas, salvo se geridos discricionariamente por terceiros não vinculados.

<b>Prazo de Distribuição</b>	Prazo para distribuição das Ações que se encerrará: (i) em até 6 (seis) meses contados da data de divulgação do Anúncio de Início, conforme previsto no artigo 18 da Instrução CVM 400; ou (ii) na data de divulgação do Anúncio de Encerramento, o que ocorrer primeiro.
<b>Preço por Ação</b>	No contexto da Oferta, estima-se que o Preço por Ação estará situado na Faixa Indicativa. O preço de subscrição ou aquisição, conforme o caso, por Ação, será fixado após a realização do Procedimento de <i>Bookbuilding</i> , e terá como parâmetro as indicações de interesse em função da qualidade e quantidade de demanda (por volume e preço) por Ação coletada junta a Investidores Institucionais durante o Procedimento de <i>Bookbuilding</i> . A escolha do critério de determinação do Preço por Ação é justificada na medida que o preço de mercado das Ações a serem subscritas/adquiridas será aferido de acordo com a realização do Procedimento de <i>Bookbuilding</i> , o qual reflete o valor pelo qual os Investidores Institucionais apresentarão suas intenções de investimento no contexto da Oferta e, portanto, não haverá diluição injustificada dos atuais acionistas da Companhia, nos termos do artigo 170, parágrafo 1º, inciso III, da Lei das Sociedades por Ações. <b>Os Investidores Não Institucionais que aderirem à Oferta Não Institucional não participarão do Procedimento de <i>Bookbuilding</i> e, portanto, não participarão do processo de determinação do Preço por Ação.</b>
<b>Procedimento de <i>Bookbuilding</i></b>	Procedimento de coleta de intenções de investimento a ser realizado com Investidores Institucionais pelos Coordenadores da Oferta, no Brasil, e pelos Agentes de Colocação Internacional, no exterior, conforme previsto no artigo 23, parágrafo 1º, e no artigo 44 da Instrução CVM 400.

Poderá ser aceita a participação de Investidores Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas no Procedimento de *Bookbuilding*, mediante a coleta de intenções de investimento, até o limite máximo de 20% das Ações da inicialmente ofertadas (sem considerar as Ações Adicionais e as Ações Suplementares). Nos termos do artigo 55 da Instrução CVM 400, caso seja verificado excesso de demanda superior a 1/3 (um terço) das Ações inicialmente ofertadas, não será permitida a colocação, pelos Coordenadores da Oferta, de Ações junto a Investidores Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas, sendo as respectivas intenções de investimento automaticamente canceladas. Os Pedidos de Reserva feitos por Investidores Não Institucionais no Período de Reserva para Pessoas Vinculadas não serão cancelados. A participação de Investidores Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas no Procedimento de *Bookbuilding* poderá impactar adversamente a formação do Preço por Ação e o investimento nas Ações por Investidores Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas poderá resultar em redução da liquidez das ações de emissão da Companhia no mercado Secundário. Para mais informações, veja seção “Fatores de Risco Relacionados à Oferta e às Ações – A participação de Investidores Institucionais que sejam consideradas Pessoas Vinculadas no Procedimento de *Bookbuilding* poderá afetar adversamente a formação do Preço por Ação, e o investimento nas Ações por Investidores Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas poderá resultar na redução da liquidez das ações ordinárias de emissão da Companhia no mercado secundário”, na página 98 deste Prospecto Preliminar. Os investimentos realizados pelas pessoas mencionadas no artigo 48 da Instrução CVM 400 para proteção (*hedge*) em operações com derivativos contratadas com terceiros, tendo as ações ordinárias de emissão da Companhia como referência são permitidas na forma do artigo 48 da Instrução CVM 400 e não serão considerados investimentos realizados por Pessoas Vinculadas no âmbito da Oferta para os fins do artigo 55 da Instrução CVM 400, desde que tais terceiros não sejam Pessoas Vinculadas.

<b>Prospecto Definitivo</b>	O Prospecto Definitivo de Distribuição Pública Primária e Secundária de Ações Ordinárias de Emissão da W2W E-commerce de Vinhos S.A., incluindo seus anexos, elaborado nos termos da Instrução CVM 400 e do Código ANBIMA, e quaisquer complementos, suplementos ou erratas ao mesmo.
<b>Prospecto ou Prospecto Preliminar</b>	Este Prospecto Preliminar da Oferta Pública de Distribuição Primária e Secundária de Ações de Emissão da W2W Ecommerce de Vinhos S.A., incluindo seus anexos, elaborado nos termos da Instrução CVM 400 e do Código ANBIMA, e quaisquer complementos, suplementos ou erratas ao mesmo.
<b>Prospectos</b>	Este Prospecto Preliminar e o Prospecto Definitivo, considerados em conjunto.
<b>Público Alvo da Oferta</b>	Os Investidores Não Institucionais e os Investidores Institucionais.

**Rateio Oferta do Segmento  
Private Lock-up**

Caso o total de Ações da Oferta do Segmento Private *Lock-up* objeto dos Pedidos de Reserva realizados por Investidores Private *Lock-up*: (a) seja igual ou inferior ao montante mínimo de Ações da Oferta do Segmento Private *Lock-up*, não haverá rateio, sendo integralmente atendidos todos os Pedidos de Reserva realizados por Investidores Private *Lock-up*, de modo que as Ações remanescentes, se houver, poderão ser destinadas, a exclusivo critério e discricionariedade da Companhia, dos Acionistas Vendedores e dos Coordenadores da Oferta, aos Investidores Private Sem *Lock-up* ou aos Investidores Institucionais, observado os limites previstos no âmbito da Oferta do Segmento Private; ou (b) exceda o montante de Ações destinado à Oferta do Segmento Private *Lock-up*, será realizado rateio proporcional ao valor dos respectivos Pedidos de Reserva, desconsiderando-se, entretanto, as frações de Ações.

**Rateio Oferta do Segmento  
Private Sem Lock-up**

Caso o total de Ações da Oferta do Segmento Private Sem *Lock-up* objeto dos Pedidos de Reserva realizados por Investidores Private Sem *Lock-up*: (a) seja igual ou inferior ao montante mínimo de Ações da Oferta do Segmento Private Sem *Lock-up*, não haverá rateio, sendo integralmente atendidos todos os Pedidos de Reserva realizados por Investidores Private Sem *Lock-up*, de modo que as Ações remanescentes, se houver, poderão ser destinadas, a exclusivo critério e discricionariedade da Companhia, dos Acionistas Vendedores e dos Coordenadores da Oferta, aos Investidores Private *Lock-up* ou aos Investidores Institucionais, observado os limites âmbito da Oferta do Segmento Private; ou (b) exceda o montante Ações destinados à Oferta do Segmento Private Sem *Lock-up*, será realizado rateio proporcional ao valor dos respectivos Pedidos de Reserva, desconsiderando-se, entretanto, as frações de Ações.

**Rateio Oferta de Varejo  
Lock-up**

Caso o total de Ações da Oferta de Varejo *Lock-up* objeto dos Pedidos de Reserva realizados por Investidores de Varejo *Lock-up*: (a) seja igual ou inferior ao montante mínimo de Ações da Oferta de Varejo *Lock-up*, não haverá rateio, sendo integralmente atendidos todos os Pedidos de Reserva realizados por Investidores de Varejo *Lock-up*, de modo que as Ações remanescentes, se houver, poderão ser destinadas, a exclusivo critério e discricionariedade da Companhia, dos Acionistas Vendedores e dos Coordenadores da Oferta, aos Investidores de Varejo Sem *Lock-up* ou aos Investidores Institucionais, observado os limites previstos no âmbito da Oferta de Varejo; ou (b) exceda o montante de Ações destinados à Oferta de Varejo *Lock-up*, será realizado rateio proporcional ao valor das respectivos Pedidos de Reserva, desconsiderando-se, entretanto, as frações de Ações.

**Rateio Oferta de Varejo Sem Lock-up**

Caso o total de Ações da Oferta de Varejo Sem *Lock-up* objeto dos Pedidos de Reserva de Investidores de Varejo Sem *Lock-up*: (a) seja igual ou inferior ao montante mínimo de Ações da Oferta de Varejo Sem *Lock-up*, não haverá rateio, sendo integralmente atendidos todos os Pedidos de Reserva realizados por Investidores de Varejo Sem *Lock-up*, de modo que as Ações remanescentes, se houver, poderão destinadas, a exclusivo critério e discricionariedade da Companhia, dos Acionistas Vendedores e dos Coordenadores da Oferta, aos Investidores de Varejo *Lock-up* ou aos Investidores Institucionais, observado os limites previstos no âmbito da Oferta de Varejo; ou (b) exceda o montante de Ações destinados à Oferta de Varejo Sem *Lock-up*, será realizado rateio proporcional ao valor das respectivos Pedidos de Reserva, desconsiderando-se, entretanto, as frações de Ações.

**Registro da Oferta**

O pedido de registro da Oferta foi protocolado pela Companhia, pelos Acionistas Vendedores e pelo Coordenador Líder perante a CVM em 03 de setembro de 2020, estando a presente Oferta sujeita a prévio registro na CVM.

Mais informações sobre a Oferta poderão ser obtidas junto às Instituições Participantes da Oferta, nos endereços indicados na seção “Informações Adicionais” na página 74 deste Prospecto.

**Restrição à Venda de Ações (Lock-up)**

A Companhia, seus administradores e os Acionistas Vendedores se comprometeram, perante os Coordenadores da Oferta e os Agentes de Colocação Internacional, observadas as exceções e outras disposições previstas no Contrato de Colocação Internacional e/ou nos respectivos Instrumentos de *Lock-up*, a não oferecer, vender, emitir, contratar a venda, penhorar, emprestar, dar em garantia, conceder qualquer opção de compra, realizar qualquer venda a descoberto ou de outra forma onerar ou dispor, direta ou indiretamente, pelo período de 180 dias contados da data de disponibilização do Anúncio de Início, quaisquer ações ordinárias de emissão da Companhia de que sejam titulares imediatamente após a Oferta, ou valores mobiliários conversíveis ou permutáveis por, ou que representem um direito de receber ações ordinárias de emissão da Companhia, ou que admitam pagamento mediante entrega de ações ordinárias de emissão da Companhia, bem como derivativos nelas lastreados, ressalvadas as Ações Suplementares.

A venda ou a percepção de uma possível venda de um volume substancial das ações poderá prejudicar o valor de negociação das Ações.

**Valor Mínimo de Pedido de Investimento na Oferta de Varejo**

O valor mínimo de pedido de investimento de R\$3.000,00 por Investidor da Oferta de Varejo.

**Valor Máximo de Pedido de Investimento na Oferta de Varejo**

O valor máximo de pedido de investimento de R\$1.000.000,00 por Investidor da Oferta de Varejo.

<b>Valor Mínimo de Pedido de Investimento na Oferta do Segmento Private</b>	O valor mínimo de pedido de investimento superior a R\$1.000.000,00 por Investidor Private.
<b>Valor Máximo de Pedido de Investimento na Oferta do Segmento Private</b>	O valor máximo de pedido de investimento de R\$10.000.000,00 por Investidor Private.
<b>Valor Total da Oferta Primária</b>	R\$548.150.000,00, considerando o Preço por Ação, que é o ponto médio da Faixa Indicativa, sem considerar a colocação das Ações Adicionais e das Ações Suplementares.
<b>XP</b>	XP Investimentos Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários S.A.

## INFORMAÇÕES SOBRE A OFERTA

### Composição do capital social

Em 30 de junho de 2020, o capital social da Companhia era de R\$104.955.232,85 (cento e quatro milhões, novecentos e cinquenta e cinco mil, duzentos e trinta e dois reais e oitenta e cinco centavos), totalmente subscrito e integralizado, representado por 213.056 (duzentos e treze mil e cinquenta e seis) ações, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal, das quais 135.559 (cento e trinta e cinco mil, quinhentas e cinquenta e nove) são ações ordinárias e 77.497 (setenta e sete mil, quatrocentas e noventa e sete) são ações ordinárias classe A conversíveis em ações ordinárias.

Em 21 de setembro de 2020, os acionistas deliberaram, em Assembleia Geral Extraordinária, e aprovaram, por unanimidade de votos, a ratificação dos Termos de Acordo celebrados, em 3 de setembro de 2019 e aditados em 3 de outubro de 2019, entre a Companhia e cada um dos seguintes executivos: Marcelo Giovanetti D'Arienzo, Clayton Freire dos Santos e Alexandre Magno da Cruz Oliveira Filho, cujo objeto era a concessão de um direito de subscrição de novas ações por tais executivos nas hipóteses de evento de liquidez da Companhia previstas nos Termos de Acordo. Ainda, a Companhia celebrou com Germán Garfinkel seu respectivo Termo de Acordo em 03 de outubro de 2020. Assim, tendo em vista a ocorrência de um evento de liquidez da Companhia, em 26 de agosto de 2020, com a aprovação da apresentação do pedido de realização da Oferta, os executivos Marcelo Giovanetti D'Arienzo, Clayton Freire dos Santos, Alexandre Magno da Cruz Oliveira Filho e Germán Garfinkel ingressaram como acionistas na Companhia.

Em decorrência do evento de liquidez da Companhia, os acionistas, também aprovaram o aumento do capital social da Companhia de R\$104.955.232,85 (cento e quatro milhões, novecentos e cinquenta e cinco mil, duzentos e trinta e dois reais e oitenta e cinco centavos) para R\$105.259.275,68 (cento e cinco milhões, duzentos e cinquenta e nove mil, duzentos e setenta e cinco reais e sessenta e oito centavos), portanto, um aumento de R\$304.042,83 (trezentos e quatro mil e quarenta e dois reais e oitenta e três centavos), mediante a emissão de 6.591 (seis mil, quinhentas e noventa e uma) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, ao preço de emissão de R\$46,13 (quarenta e seis reais e treze centavos) por ação, fixado com base no valor do patrimônio líquido da Companhia referente ao exercício social findo em 2018.

Na data deste Prospecto, o capital social da Companhia é de R\$105.259.275,68, totalmente subscrito e integralizado, representado por 86.540.918 ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal. Nos termos do artigo 6º do Estatuto Social, a Companhia está autorizada a aumentar seu capital social em até 230.772.179 (duzentos e trinta milhões, setecentas e setenta e duas mil, cento e setenta e nove) novas ações ordinárias.

O quadro abaixo indica a composição do capital social da Companhia, integralmente subscrito e integralizado, aprovado em Reunião do Conselho de Administração realizada em 06 de outubro de 2020, na data deste Prospecto e a previsão após a conclusão da Oferta, considerando os efeitos da eventual subscrição.

Espécie e Classe de Ações	Subscrito / Integralizado			
	Composição Atual		Composição Após Oferta Primária <sup>(2)</sup>	
	Quantidade	Valor (R\$)	Quantidade	Valor <sup>(1)</sup> (R\$)
Ordinárias.....	86.540.918	822.138.721,00	144.240.918	1.370.288.721,00
<b>Total.....</b>	<b>86.540.918</b>	<b>822.138.721,00</b>	<b>144.240.918</b>	<b>1.370.288.721,00</b>

(1) Considerando o Preço por Ação de R\$9,50, que é o ponto médio da Faixa indicativa e sem dedução de comissões e despesas.

(2) Considera a colocação total da quantidade de ações objeto da Oferta, sem considerar o exercício da Opção de Ações Suplementares nem as Ações Adicionais, tendo em vista, inclusive, que estas serão vendidas pelos Acionistas Vendedores.

## Principais acionistas, Administradores e Acionistas Vendedores

Os quadros abaixo indicam a quantidade de ações ordinárias de emissão da Companhia detidas por acionistas titulares de ações ordinárias de emissão da Companhia, pelos Acionistas Vendedores e pelos membros Administração, na data deste Prospecto e a previsão para após a conclusão da Oferta.

Na hipótese de colocação total das Ações, sem considerar as Ações Suplementares e sem considerar as Ações Adicionais:

Acionista	Antes da Oferta		Após a Oferta	
	Ações Ordinárias	%	Ações Ordinárias	%
Orbeat .....	35.443.452	40,96	28.821.992	19,98
Península .....	35.443.452	40,96	28.821.992	19,98
Rogério Salume .....	7.807.898	9,02	6.349.245	4,40
Fernando Opitz .....	5.249.262	6,07	5.249.262	3,64
Marcelo D'Arienzo .....	1.211.944	1,40	605.972	0,42
Alexandre Magno .....	519.292	0,60	259.646	0,18
Clayton Freire .....	519.292	0,60	259.646	0,18
German Garfinkel .....	346.326	0,40	173.163	0,12
Ações em Tesouraria .....	0	0,00	0	0,00
Outros .....	0	0,00	0	0,00
Ações em Circulação .....	-	-	73.700.000	51,10
<b>Total.....</b>	<b>86.540.918</b>	<b>100%</b>	<b>144.240.918</b>	<b>100,00%</b>

Na hipótese de colocação total das Ações, considerando as Ações Suplementares e sem considerar as Ações Adicionais:

Acionista	Antes da Oferta		Após a Oferta	
	Ações Ordinárias	%	Ações Ordinárias	%
Orbeat .....	35.443.452	40,96	23.842.917	16,53
Península .....	35.443.452	40,96	23.842.917	16,53
Rogério Salume .....	7.807.898	9,02	5.252.395	3,64
Fernando Opitz .....	5.249.262	6,07	5.249.262	3,64
Marcelo D'Arienzo .....	1.211.944	1,40	605.972	0,42
Alexandre Magno .....	519.292	0,60	259.646	0,18
Clayton Freire .....	519.292	0,60	259.646	0,18
German Garfinkel .....	346.326	0,40	173.163	0,12
Ações em Tesouraria .....	0	0,00	0	0,00
Outros .....	0	0,00	0	0,00
Ações em Circulação .....	-	-	84.755.000	58,76
<b>Total.....</b>	<b>86.540.918</b>	<b>100%</b>	<b>144.240.918</b>	<b>100,00%</b>

Na hipótese de colocação total das Ações, sem considerar as Ações Suplementares e considerando as Ações Adicionais:

Acionista	Antes da Oferta		Após a Oferta	
	Ações Ordinárias <sup>(1)</sup>	%	Ações Ordinárias	%
Orbeat .....	35.443.452	40,96	22.776.873	15,79
Península .....	35.443.452	40,96	22.776.873	15,79
Rogério Salume .....	7.807.898	9,02	3.699.483	2,56
Fernando Opitz .....	5.249.262	6,07	5.249.262	3,64
Marcelo D'Arienzo .....	1.211.944	1,40	605.972	0,42
Alexandre Magno .....	519.292	0,60	259.646	0,18
Clayton Freire .....	519.292	0,60	259.646	0,18
German Garfinkel .....	346.326	0,40	173.163	0,12
Ações em Tesouraria .....	0	0,00	0	0,00
Outros .....	0	0,00	0	0,00
Ações em Circulação .....	-	-	88.440.000	61,31
<b>Total.....</b>	<b>86.540.918</b>	<b>100%</b>	<b>144.240.918</b>	<b>100,00%</b>

Na hipótese de colocação total das Ações, considerando as Ações Suplementares e considerando as Ações Adicionais:

Acionista	Antes da Oferta		Após a Oferta	
	Ações Ordinárias <sup>(1)</sup>	%	Ações Ordinárias	%
Orbeat .....	35.443.452	40,96	17.797.798	12,34
Península .....	35.443.452	40,96	17.797.798	12,34
Rogério Salume .....	7.807.898	9,02	2.602.633	1,80
Fernando Opitz .....	5.249.262	6,07	5.249.262	3,64
Marcelo D'Arienzo .....	1.211.944	1,40	605.972	0,42
Alexandre Magno .....	519.292	0,60	259.646	0,18
Clayton Freire .....	519.292	0,60	259.646	0,18
German Garfinkel .....	346.326	0,40	173.163	0,12
Ações em Tesouraria .....	0	0,00	0	0,00
Outros .....	0	0,00	0	0,00
Ações em Circulação .....	-	-	99.495.000	68,98
<b>Total.....</b>	<b>86.540.918</b>	<b>100%</b>	<b>144.240.918</b>	<b>100,0%</b>

Para maiores informações com relação aos reflexos na Companhia em razão da alteração das participações societárias dos atuais acionistas da Companhia mencionadas acima, vide o seguinte fator de risco constante da página 95 deste Prospecto: "Após a conclusão da Oferta, a Companhia pode deixar de possuir um acionista controlador ou grupo de controle, o que poderá tornar a Companhia suscetível a alianças entre acionistas, conflitos entre acionistas e outros eventos decorrentes da ausência de um acionista controlador ou grupo de controle".

#### **Identificação dos Acionistas Vendedores, quantidade de ações ofertadas, montante e recursos líquidos**

Segue abaixo descrição dos Acionistas Vendedores:

**Rogério Muniz Salume**, brasileiro, divorciado, empresário, portador da cédula de identidade CNH nº 02076989671, expedida pelo Detran/SP, inscrito no CPF/ME sob nº 009.599.727-06, com domicílio comercial na cidade de Vitória, Estado do Espírito Santo, na Rua Carlos Nicoletti Madeira, nº 60, apartamento 901, Bloco 2, Barro Vermelho, CEP 29057-520.

**Península Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia – Investimento no Exterior**, fundo de investimento em participações devidamente constituído e registrado na CVM, nos termos da Instrução da CVM nº 578, de 30 de agosto de 2016, inscrito no CNPJ/ME sob o nº 16.994.226/0001-95, representado na forma de seu regulamento por sua gestora BEM Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda, com sede no Núcleo Cidade de Deus, Prédio Prata, 4º andar, CEP 06023-010, na cidade de Osasco, Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 00.066.670/0001-00, a qual é autorizada pela CVM a exercer a atividade de administração de carteira de valores mobiliários, por meio do Ato Declaratório Executivo nº 3.067, de 06 de setembro de 1994.

**Orbeat Som & Imagem Ltda.**, sociedade limitada, constituída de acordo com as leis do Brasil, com sede na Avenida Érico Verissimo, nº 400, CEP 90160-180, na cidade de Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 91.082.487/0001-54.

**Marcelo Giovanetti D'Arienzo**, brasileiro, divorciado, administrador de empresas, portador da Cédula de Identidade RG nº 33.250.167-X SSP/SP, inscrito no CPF/ME sob o nº 227.962.378-18, com endereço profissional na Cidade de Serra, Estado do Espírito Santo, na Rua Comendador Alcides Simão Helou, nº 1565, Sala 01, Bairro Civit II, CEP: 29.168-090.

**Alexandre Magno da Cruz Oliveira Filho**, brasileiro, separado de fato, administrador, portador da cédula de identidade RG nº 1926145 SSP/DF, inscrito no CPF/ME sob o nº 974.860.941-34, com endereço profissional na Cidade de Serra, Estado do Espírito Santo, na Rua Comendador Alcides Simão Helou, nº 1565, Sala 01, Bairro Civit II, CEP: 29.168-090.

**Clayton Freire dos Santos**, brasileiro, divorciado, diretor de tecnologia, portador do documento de identidade RG nº 1.569.554 SSP/ES e inscrito no CPF/ME sob o nº 086.656.877-85, com endereço profissional na Rua Comendador Alcides Simão Helou, nº 1565, Sala 01, Bairro Civit II, cidade da Serra, Estado do Espírito Santo, CEP: 29.168-090.

**German Garfinkel**, argentino, casado, comércio exterior, portador da RNE V235531Y – CGPI/DIREX/DPF, inscrito no CPF/ME sob nº 227.616.538-31, com endereço profissional na Rua Comendador Alcides Simão Helou, nº 1565, Sala 01, Bairro Civit II, cidade da Serra, Estado do Espírito Santo, CEP 29.168-090.

### Quantidade, montante e recursos líquidos

Os quadros abaixo indicam a quantidade de Ações emitidas/alienadas, o Preço por Ação, o valor total das comissões pagas pela Companhia e Acionistas Vendedores aos Coordenadores da Oferta, bem como os recursos líquidos oriundos da Oferta, nos seguintes cenários.

Assumindo a colocação da totalidade das Ações, sem considerar as Ações Adicionais e Suplementares.

Ofertante	Quantidade	Preço por Ação	Montante	Comissão e Despesas	Recursos Líquidos <sup>(1)(2)</sup>
Companhia.....	57.700.000,00	9,50	548.150.000,000	27.407.500,000	520.742.500,000
Orbeat.....	6.621.460,00	9,50	62.903.870,000	3.145.193,500	59.758.676,500
Península.....	6.621.460,00	9,50	62.903.870,000	3.145.193,500	59.758.676,500
Rogério Salume.....	1.458.653,00	9,50	13.857.203,500	692.860,180	13.164.343,320
Marcelo D'Arienzo.....	605.972,00	9,50	5.756.734,000	287.836,700	5.468.897,300
Alexandre Magno.....	259.646,00	9,50	2.466.637,000	123.331,850	2.343.305,150
Clayton Freire.....	259.646,00	9,50	2.466.637,000	123.331,850	2.343.305,150
German Garfinkel.....	173.163,00	9,50	1.645.048,500	82.252,420	1.562.796,080
<b>Total.....</b>	<b>73.700.000,00</b>	<b>9,50</b>	<b>700.150.000,000</b>	<b>35.007.500,000</b>	<b>665.142.500,000</b>

(1) Recursos líquidos de comissões e despesas da Oferta.

(2) Valores estimados e, portanto, sujeitos a alterações.

Assumindo a colocação da totalidade das Ações, sem considerar as Ações Adicionais e considerando as Ações Suplementares.

Ofertante	Quantidade	Preço por Ação	Montante	Comissão e Despesas	Recursos Líquidos <sup>(1)(2)</sup>
Companhia.....	57.700.000,00	9,50	548.150.000,000	27.407.500,000	520.742.500,000
Orbeat.....	11.600.535,00	9,50	110.205.082,500	5.510.254,100	104.694.828,400
Península.....	11.600.535,00	9,50	110.205.082,500	5.510.254,100	104.694.828,400
Rogério Salume.....	2.555.503,00	9,50	24.277.278,500	1.213.863,900	23.063.414,600
Marcelo D'Arienzo.....	605.972,00	9,50	5.756.734,000	287.836,700	5.468.897,300
Alexandre Magno.....	259.646,00	9,50	2.466.637,000	123.331,900	2.343.305,100
Clayton Freire.....	259.646,00	9,50	2.466.637,000	123.331,900	2.343.305,100
German Garfinkel.....	173.163,00	9,50	1.645.048,500	82.252,400	1.562.796,100
<b>Total.....</b>	<b>84.755.000,00</b>	<b>9,50</b>	<b>805.172.500,0</b>	<b>40.258.625,0</b>	<b>764.913.875,0</b>

(1) Recursos líquidos de comissões e despesas da Oferta.

(2) Valores estimados e, portanto, sujeitos a alterações.

Assumindo a colocação da totalidade das Ações, considerando as Ações Adicionais e sem considerar as Ações Suplementares.

Ofertante	Quantidade	Preço por Ação	Montante	Comissão e Despesas	Recursos Líquidos <sup>(1)(2)</sup>
Companhia.....	57.700.000,00	9,50	548.150.000,000	27.407.500,000	520.742.500,000
Orbeat.....	12.666.579,00	9,50	120.332.500,500	6.016.625,000	114.315.875,500
Península.....	12.666.579,00	9,50	120.332.500,500	6.016.625,000	114.315.875,500
Rogério Salume.....	4.108.415,00	9,50	39.029.942,500	1.951.497,100	37.078.445,400
Marcelo D'Arienzo.....	605.972,00	9,50	5.756.734,000	287.836,700	5.468.897,300
Alexandre Magno.....	259.646,00	9,50	2.466.637,000	123.331,900	2.343.305,100
Clayton Freire.....	259.646,00	9,50	2.466.637,000	123.331,900	2.343.305,100
German Garfinkel.....	173.163,00	9,50	1.645.048,500	82.252,400	1.562.796,100
<b>Total.....</b>	<b>88.440.000,00</b>	<b>9,50</b>	<b>840.180.000,000</b>	<b>42.009.000,000</b>	<b>798.171.000,000</b>

(1) Recursos líquidos de comissões e despesas da Oferta.

(2) Valores estimados e, portanto, sujeitos a alterações.

Assumindo a colocação da totalidade das Ações, Ações Adicionais e Ações Suplementares.

Ofertante	Quantidade	Preço por Ação	Montante	Comissão e Despesas	Recursos Líquidos <sup>(1)(2)</sup>
Companhia.....	57.700.000	9,5	548.150.000,000	27.407.500,000	520.742.500,000
Orbeat.....	17.645.654	9,5	167.633.713,000	8.381.685,650	159.252.027,350
Península.....	17.645.654	9,5	167.633.713,000	8.381.685,650	159.252.027,350
Rogério Salume.....	5.205.265	9,5	49.450.017,500	2.472.500,880	46.977.516,620
Marcelo D'Arienzo.....	605.972	9,5	5.756.734,000	287.836,700	5.468.897,300
Alexandre Magno.....	259.646	9,5	2.466.637,000	123.331,850	2.343.305,150
Clayton Freire.....	259.646	9,5	2.466.637,000	123.331,850	2.343.305,150
German Garfinkel.....	173.163	9,5	1.645.048,500	82.252,420	1.562.796,080
<b>Total.....</b>	<b>99.495.000</b>	<b>9,5</b>	<b>945.202.500,000</b>	<b>47.260.125,000</b>	<b>897.942.375,000</b>

(1) Recursos líquidos de comissões e despesas da Oferta.

(2) Valores estimados e, portanto, sujeitos a alterações.

Para informações adicionais, os investidores devem ler o item “15. Controle” do Formulário de Referência, na página 813 deste Prospecto.

## Características Gerais da Oferta

### Descrição da Oferta

A Oferta consistirá: (i) na distribuição primária de, inicialmente, 57.700.00 novas ações ordinárias de emissão da Companhia; e (ii) na distribuição secundária de, inicialmente, 16.000.000 ações ordinárias de emissão da Companhia e de titularidade dos Acionistas Vendedores, no âmbito de eventual colocação das Ações Adicionais e das Ações Suplementares, a ser realizada no Brasil, em mercado de balcão não organizado, em conformidade com a Instrução CVM 400, sob a coordenação dos Coordenadores da Oferta.

Simultaneamente, serão realizados esforços de colocação das Ações no exterior pelos Agentes de Colocação Internacional, em conformidade com o Contrato de Colocação Internacional, junto a Investidores Estrangeiros, que invistam no Brasil em conformidade com os mecanismos de investimento regulamentados pelo CMN, pelo BACEN e/ou pela CVM, sem a necessidade, portanto, da solicitação e obtenção de registro de distribuição e colocação das Ações em agência ou órgão regulador do mercado de capitais de outro país, inclusive perante a SEC. Os esforços de colocação das Ações junto a Investidores Estrangeiros, exclusivamente no exterior, foram realizados nos termos do *Placement Facilitation Agreement*, celebrado entre a Companhia, os Acionistas Vendedores e os Agentes de Colocação Internacional.

Nos termos do artigo 14, parágrafo 2º, da Instrução CVM 400, até a data da disponibilização do Anúncio de Início, a quantidade de Ações inicialmente ofertadas (sem considerar as Ações Suplementares) poderá, a critério da Companhia e dos Acionistas Vendedores, em comum acordo com os Coordenadores da Oferta, ser acrescida em até 20%, ou seja, em até 14.740.000 ações ordinárias detidas e a serem alienadas pelos Acionistas Vendedores, nas mesmas condições e pelo mesmo preço das Ações inicialmente ofertadas.

Nos termos do artigo 24 da Instrução CVM 400, a quantidade de Ações inicialmente ofertadas poderá ser acrescida de um lote suplementar em percentual equivalente a até 15% de Ações inicialmente ofertadas, ou seja, em até 11.055.000 ações ordinárias de emissão da Companhia, das quais até ações ordinárias detidas e a serem alienadas pelos Acionistas Vendedores, nas mesmas condições e pelo mesmo preço das Ações inicialmente ofertadas, conforme opção outorgada pelos Acionistas Vendedores ao Agente Estabilizador, nos termos do Contrato de Colocação, as quais serão destinadas exclusivamente, para prestação de serviços de estabilização de preço das Ações no âmbito da Oferta. O Agente Estabilizador terá o direito, a partir da data de assinatura do Contrato de Colocação, inclusive, e por um período de até trinta dias contados da data de início da negociação das ações ordinárias de emissão da Companhia na B3, inclusive, de exercer a Opção de Ações Suplementares, no todo ou em parte, em uma ou mais vezes, após notificação, por escrito, aos demais Coordenadores da Oferta, desde que a decisão de sobrealocação das ações ordinárias de emissão da Companhia seja tomada em comum acordo entre o Agente Estabilizador e os demais Coordenadores da Oferta quando da fixação do Preço por Ação.

No âmbito da Oferta Primária, a emissão das Ações pela Companhia será realizada com exclusão do direito de preferência dos seus atuais acionistas, nos termos do artigo 172, inciso I, da Lei das Sociedades por Ações, sendo que tal emissão será realizada dentro do limite de capital autorizado previsto no estatuto social da Companhia.

As Ações (considerando as Ações Adicionais, mas sem considerar as Ações Suplementares) serão colocadas pelas Instituições Participantes da Oferta em regime de Garantia Firme de Liquidação. As Ações que forem objeto de esforços de colocação no exterior pelos Agentes de Colocação Internacional, junto a Investidores Estrangeiros, serão obrigatoriamente subscritas/adquiridas e integralizadas/liquidadas no Brasil, junto aos Coordenadores da Oferta, em moeda corrente nacional, nos termos do artigo 19, parágrafo 4º, da Lei do Mercado de Capitais.

A Oferta será registrada no Brasil junto à CVM, em conformidade com os procedimentos previstos na Instrução CVM 400. Exceto pelo registro na CVM, a Companhia, os Acionistas Vendedores e os Coordenadores da Oferta não pretendem registrar a Oferta ou as Ações nos Estados Unidos ou em qualquer agência ou órgão regulador do mercado de capitais de qualquer outro país. As Ações não poderão ser objeto de ofertas nos Estados Unidos ou a pessoas consideradas *U.S. Persons*, conforme definido no *Securities Act*, exceto se registradas na SEC ou de acordo com uma isenção de registro do *Securities Act*.

### **Aprovações societárias**

A abertura de capital da Companhia, a sua adesão e admissão ao segmento do Novo Mercado da B3, bem como a reforma do seu Estatuto Social, de forma a adequá-lo às disposições do Regulamento do Novo Mercado e a realização da Oferta Primária, mediante aumento de capital da Companhia, dentro do limite de capital autorizado previsto em seu Estatuto Social, com a exclusão do direito de preferência dos atuais acionistas da Companhia, nos termos do artigo 172, inciso I, da Lei das Sociedades por Ações, bem como seus termos e condições, foram aprovados na Assembleia Geral Extraordinária da Companhia realizada em 26 de agosto de 2020, cuja ata foi devidamente registrada na JUCEES em 17 de setembro de 2020, sob o nº 32300033512, e publicada no DOEES e no jornal “A Gazeta” em 06 de outubro de 2020.

O Preço por Ação, bem como a quantidade de Ações objeto da Oferta e o efetivo aumento de capital da Companhia, dentro do limite do capital autorizado em seu Estatuto Social, serão aprovados em Reunião do Conselho de Administração da Companhia a ser realizada entre a conclusão do Procedimento de *Bookbuilding* (conforme definido abaixo) e a concessão dos registros da Oferta pela CVM, cuja ata será devidamente registrada na JUCEES e publicada no DOEES e no jornal “A Gazeta” na data de disponibilização do Anúncio de Início.

A realização da Oferta Secundária pelo o Península, bem como seus termos e condições, foram aprovados em Reunião do Comitê de Investimentos realizada em 29 de agosto de 2020, em conformidade com seu Regulamento. O Preço por Ação, bem como a quantidade de Ações objeto da Oferta e o efetivo aumento de capital da Companhia, serão aprovados em Reunião do Comitê de Investimentos a ser realizada entre a conclusão do Procedimento de *Bookbuilding*.

Nos termos do Contrato Social da Orbeat, não será necessária qualquer aprovação societária para a alienação das ações ordinárias de emissão da Companhia e de titularidade da Orbeat, no âmbito da Oferta Secundária, assim como de seus termos e condições e do Preço por Ação.

Não será necessária qualquer aprovação societária em relação aos Acionistas Vendedores Pessoas Físicas para a participação na Oferta Secundária e na fixação do Preço por Ação.

### **Preço por Ação**

No contexto da Oferta, estima-se que o Preço por Ação estará situado na Faixa Indicativa, podendo, no entanto, ser fixado acima ou abaixo da Faixa Indicativa, o qual é meramente indicativa. Na hipótese de o Preço por Ação ser fixado acima ou abaixo da Faixa Indicativa, os Pedidos de Reserva serão normalmente considerados e processados, observada as condições de eficácia descritas neste Prospecto, exceto no caso de um Evento de Fixação do Preço no Valor Inferior à Faixa Indicativa, hipótese em que o Investidor Não Institucional poderá desistir do seu Pedido de Reserva.

O Preço por Ação será fixado após a conclusão do procedimento de coleta de intenções de investimento junto a Investidores Institucionais, a ser realizado no Brasil, pelos Coordenadores da Oferta, nos termos do Contrato de Colocação, e no exterior, pelos Agentes de Colocação Internacional, nos termos do Contrato de Colocação Internacional, em consonância com o disposto no artigo 23, parágrafo 1º, e no artigo 44 da Instrução CVM 400 e terá como parâmetro as indicações de interesse em função da qualidade e quantidade de demanda (por volume e preço) por Ação coletada junto a Investidores Institucionais durante o Procedimento de *Bookbuilding*.

A escolha do critério de determinação do Preço por Ação é justificada, na medida em que o preço de mercado das Ações, a serem subscritas/adquiridas será aferido de acordo com a realização do Procedimento de *Bookbuilding*, o qual reflete o valor pelo qual os Investidores Institucionais apresentarão suas intenções de investimento no contexto da Oferta e, portanto, não haverá diluição injustificada dos atuais acionistas da Companhia, nos termos do artigo 170, parágrafo 1º, inciso III, da Lei das Sociedades por Ações. Os Investidores Não Institucionais não participarão do Procedimento de *Bookbuilding* e, portanto, não participarão do processo de determinação do Preço por Ação.

### **Ações em Circulação (*Free Float*) após a Oferta**

Após a realização da Oferta, considerando ou não a colocação das Ações Adicionais e as Ações Suplementares, a totalidade das ações ordinárias de emissão da Companhia estará em circulação no mercado, menos as de propriedade do acionista controlador, de diretores, de conselheiros de administração e as em tesouraria. Para maiores informações, ver seção “Informações Sobre a Oferta – Composição do Capital Social”, na página 45 deste Prospecto.

## Custos de Distribuição

As taxas de registro da CVM, ANBIMA e B3 relativas à Oferta, as despesas com auditores, advogados, consultores, bem como outras despesas descritas abaixo, além das comissões das Instituições Consorciadas, serão integralmente arcadas pela Companhia. Não obstante, as demais comissões, impostos, taxas e outras retenções sobre comissões serão pagas aos Coordenadores da Oferta pela Companhia e pelos Acionistas Vendedores na proporção das Ações ofertadas por cada um deles. Para mais detalhes, veja a seção “Fatores de Risco Relacionados à Oferta e às Ações – A Companhia arcará com todos os custos e despesas da Oferta e com as comissões das Instituições Consorciadas, o que poderá afetar adversamente seus resultados no período subsequente à realização da Oferta” constante na página 103 deste Prospecto.

A tabela abaixo indica as comissões e as despesas da Oferta, assumindo a colocação da totalidade das Ações, sem considerar as Ações Suplementares e as Ações Adicionais:

Custos	Valor <sup>(1)</sup> (R\$)	% em Relação ao Valor Total da Oferta <sup>(5)</sup>	Valor por Ação (R\$)	% em Relação ao Preço por Ação <sup>(1)</sup>
Comissão de Coordenação <sup>(2)</sup> .....	4.901.050,00	0,70%	0,07	0,70%
Comissão de Colocação <sup>(3)</sup> .....	14.703.150,00	2,10%	0,20	2,10%
Comissão de Garantia Firme <sup>(4)</sup> .....	4.901.050,00	0,70%	0,07	0,70%
Remuneração de Incentivo <sup>(5)</sup> .....	10.502.250,00	1,50%	0,14	1,50%
<b>Total de Comissões</b> .....	<b>35.007.500,00</b>	<b>5,00%</b>	<b>0,48</b>	<b>5,00%</b>
Impostos, Taxas e Outras Retenções.....	3.739.041,23	0,53%	0,05	0,53%
Taxa de Registro na CVM.....	634.628,72	0,09%	0,01	0,09%
Taxa de Registro da B3.....	378.093,26	0,05%	0,01	0,05%
Taxa de Registro na ANBIMA.....	29.455,31	0,00%	0,00	0,00%
<b>Total de Despesas com Taxas</b> .....	<b>4.781.218,52</b>	<b>0,68%</b>	<b>0,06</b>	<b>0,68%</b>
Despesas com Auditores.....	2.056.470,59	0,29%	0,03	0,29%
Despesas com Advogados e Consultores <sup>(6)</sup> .....	3.797.068,00	0,54%	0,05	0,54%
Outras despesas da Oferta <sup>(7)(8)</sup> .....	617.048,69	0,09%	0,01	0,09%
<b>Total de Outras Despesas</b> .....	<b>6.470.587,28</b>	<b>0,92%</b>	<b>0,09</b>	<b>0,92%</b>
<b>Total de Despesas<sup>(9)</sup></b> .....	<b>11.251.805,80</b>	<b>1,61%</b>	<b>0,15</b>	<b>1,61%</b>
<b>Total de Comissões e Despesas</b> .....	<b>46.259.305,80</b>	<b>6,61%</b>	<b>0,63</b>	<b>6,61%</b>

(1) Com base no Preço por Ação de R\$9,50, que é o preço médio da Faixa Indicativa. No contexto da presente Oferta, estima-se que o Preço por Ação estará situado na faixa de R\$8,50 e R\$10,50, podendo, no entanto, ser fixado acima ou abaixo da Faixa Indicativa, a qual é meramente indicativa.

(2) Comissão de Coordenação, composta de 20% da remuneração base, que corresponde ao produto resultante da multiplicação: (i) da quantidade total de Ações; (ii) pelo Preço por Ação (“Remuneração Base”).

(3) Comissão de Colocação, composta de 60% da Remuneração Base.

(4) Comissão de Garantia Firme, composta de 20% da Remuneração Base.

(5) Comissão de Incentivo, composta de 1,5% da Remuneração Base. A Comissão de Incentivo, conforme descrita no Contrato de Colocação, constitui parte da remuneração a ser paga aos Coordenadores da Oferta a exclusivo critério e discricionariedade da Companhia e dos Acionistas Vendedores. Os critérios utilizados na quantificação da Comissão de Incentivo são de ordem subjetiva, de aferição discricionária pela Companhia e por cada um dos Acionistas Vendedores tais como, atuação do coordenador durante a preparação, execução e conclusão da oferta no desempenho de suas atividades buscando o melhor resultado para os ofertantes.

(6) Despesas estimadas dos consultores legais da Companhia, dos Acionistas Vendedores e dos Coordenadores da Oferta, para o direito brasileiro e para o direito dos Estados Unidos.

(7) Incluídos os custos estimados com a apresentação para investidores (roadshow).

(8) Incluídos os custos estimados com traduções e *printer* e outros.

(9) Sem considerar a colocação das Ações Adicionais e das Ações Suplementares.

A tabela abaixo indica as comissões e as despesas da Oferta, assumindo a colocação da totalidade das Ações, considerando as Ações Suplementares e as Ações Adicionais:

<b>Custos</b>	<b>Valor<sup>(1)</sup></b> (R\$)	<b>% em Relação</b> <b>ao Valor Total</b> <b>da Oferta<sup>(5)</sup></b>	<b>Valor por</b> <b>Ação</b> (R\$)	<b>% em Relação</b> <b>ao Preço por</b> <b>Ação<sup>(1)</sup></b>
Comissão de Coordenação <sup>(2)</sup> .....	7.719.153,75	0,82%	0,08	0,82%
Comissão de Colocação <sup>(3)</sup> .....	19.481.673,75	2,06%	0,20	2,06%
Comissão de Garantia Firme <sup>(4)</sup> .....	5.881.260,00	0,62%	0,06	0,62%
Remuneração de Incentivo <sup>(5)</sup> .....	14.178.037,50	1,50%	0,14	1,50%
<b>Total de Comissões</b> .....	<b>47.260.125,00</b>	<b>5,00%</b>	<b>0,48</b>	<b>5,00%</b>
Impostos, Taxas e Outras Retenções.....	5.047.705,66	0,53%	0,05	0,53%
Taxa de Registro na CVM.....	634.628,72	0,07%	0,01	0,07%
Taxa de Registro da B3.....	463.861,64	0,05%	0,00	0,05%
Taxa de Registro na ANBIMA.....	39.764,67	0,00%	0,00	0,00%
<b>Total de Despesas com Taxas</b> .....	<b>6.185.960,69</b>	<b>0,65%</b>	<b>0,06</b>	<b>0,65%</b>
Despesas com Auditores.....	2.056.470,59	0,22%	0,02	0,22%
Despesas com Advogados e Consultores <sup>(6)</sup> .....	3.797.068,00	0,40%	0,04	0,40%
Outras despesas da Oferta <sup>(7)(8)</sup> .....	617.048,69	0,07%	0,01	0,07%
<b>Total de Outras Despesas</b> .....	<b>6.470.587,28</b>	<b>0,68%</b>	<b>0,07</b>	<b>0,68%</b>
<b>Total de Despesas<sup>(9)</sup></b> .....	<b>12.656.547,97</b>	<b>1,34%</b>	<b>0,13</b>	<b>1,34%</b>
<b>Total de Comissões e Despesas</b> .....	<b>59.916.672,97</b>	<b>6,34%</b>	<b>0,60</b>	<b>6,34%</b>

(1) Com base no Preço por Ação de R\$9,50, que é o preço médio da Faixa Indicativa. No contexto da presente Oferta, estima-se que o Preço por Ação estará situado na faixa de R\$8,50 e R\$10,50, podendo, no entanto, ser fixado acima ou abaixo da Faixa Indicativa, a qual é meramente indicativa.

(2) Comissão de Coordenação, composta de 20% da Remuneração Base.

(3) Comissão de Colocação, composta de 60% da Remuneração Base.

(4) Comissão de Garantia Firme, composta de 20% da Remuneração Base.

(5) Comissão de Incentivo, composta de 1,5% da Remuneração Base. A Comissão de Incentivo, conforme descrita no Contrato de Colocação, constitui parte da remuneração a ser paga aos Coordenadores da Oferta a exclusivo critério e discricionariedade da Companhia e dos Acionistas Vendedores. Os critérios utilizados na quantificação da Comissão de Incentivo são de ordem subjetiva, de aferição discricionária pela Companhia e por cada um dos Acionistas Vendedores tais como, atuação do coordenador durante a preparação, execução e conclusão da oferta no desempenho de suas atividades buscando o melhor resultado para os ofertantes.

(6) Despesas estimadas dos consultores legais da Companhia, dos Acionistas Vendedores e dos Coordenadores da Oferta, para o direito brasileiro e para o direito dos Estados Unidos.

(7) Incluídos os custos estimados com a apresentação para investidores (roadshow).

(8) Incluídos os custos estimados com traduções e *printer* e outros.

(9) Considerando a colocação das Ações Adicionais e das Ações Suplementares.

Não há outra remuneração devida pela Companhia ou pelos Acionistas Vendedores às Instituições Participantes da Oferta (com exceção aos Coordenadores da Oferta, com relação a ganhos decorrentes da atividade de estabilização) ou aos Agentes de Colocação Internacional, exceto pela descrita acima, bem como não existe nenhum tipo de remuneração que dependa do Preço por Ação.

### **Instituições Consorciadas**

As Instituições Consorciadas serão convidadas pelos Coordenadores da Oferta, em nome da Companhia e dos Acionistas Vendedores, para participar da colocação das Ações exclusivamente junto a Investidores Não Institucionais.

### **Público Alvo**

O público alvo da Oferta consiste em Investidores Não Institucionais e Investidores Institucionais.

## Cronograma Estimado da Oferta

Abaixo um cronograma indicativo e tentativo das etapas da Oferta, informando seus principais eventos a partir do protocolo na CVM do pedido de registro da Oferta:

#	Eventos	Data <sup>(2)</sup>
1.	Protocolo do pedido de registro da Oferta na CVM	03/09/2020
2.	Disponibilização do Aviso ao Mercado (sem logotipos das Instituições Consorciadas) Disponibilização deste Prospecto Preliminar	08/10/2020
3.	Início das apresentações para potenciais investidores ( <i>roadshow</i> ) Início do Procedimento de <i>Bookbuilding</i>	09/10/2020
4.	Nova disponibilização do Aviso ao Mercado (com logotipos das Instituições Consorciadas) Início do Período de Reserva Início do Período de Reserva para Pessoas Vinculadas	16/10/2020
5.	Encerramento do Período de Reserva para Pessoas Vinculadas	22/10/2020
6.	Encerramento do Período de Reserva	03/11/2020
7.	Encerramento das apresentações para potenciais investidores ( <i>roadshow</i> ) <sup>(3)</sup> Encerramento do Procedimento de <i>Bookbuilding</i> Fixação do Preço por Ação Aprovação do Preço por Ação pela Companhia Assinatura do Contrato de Colocação, do Contrato de Colocação Internacional e dos demais contratos relacionados à Oferta Início do prazo de exercício da Opção de Ações Suplementares	04/11/2020
8.	Concessão dos registros da Oferta pela CVM Disponibilização do Anúncio de Início Disponibilização do Prospecto Definitivo	05/11/2020
9.	Início de negociação das Ações no Novo Mercado	06/11/2020
10.	Data de Liquidação	09/11/2020
11.	Data limite do prazo de exercício da Opção de Ações Suplementares	07/12/2020
12.	Data limite para a liquidação de Ações Suplementares	09/12/2020
13.	Data de Encerramento do <i>Lock-up</i> da Oferta de Varejo	21/12/2020
14.	Data de Encerramento do <i>Lock-up</i> da Oferta do Segmento Private	04/01/2021
15.	Data limite para a disponibilização do Anúncio de Encerramento	05/05/2021

<sup>(1)</sup> Todas as datas futuras previstas são meramente indicativas e estão sujeitas a alterações, suspensões, antecipações ou prorrogações a critério da Companhia, dos Acionistas Vendedores e dos Coordenadores da Oferta. Qualquer modificação no cronograma da distribuição deverá ser comunicada à CVM e poderá ser analisada como modificação da Oferta, seguindo o disposto nos artigos 25 e 27 da Instrução CVM 400. Ainda, caso ocorram alterações das circunstâncias, revogação ou modificação da Oferta, tal cronograma poderá ser alterado.

<sup>(2)</sup> A Companhia, os Acionistas Vendedores e os Coordenadores da Oferta realizarão apresentações aos investidores (*roadshow*), no período compreendido entre a data em que o Prospecto Preliminar for divulgado e a data em que for determinado o Preço por Ação.

Será admitido o recebimento de reservas para subscrição/aquisição das Ações a partir da data da nova divulgação do Aviso ao Mercado, as quais somente serão confirmadas pelo subscritor/adquirente após o início do Prazo de Distribuição.

Na hipótese de suspensão, cancelamento, modificação ou revogação da Oferta, este cronograma será alterado nos termos da Instrução CVM 400. Quaisquer Anúncios de Retificação serão informados por meio de divulgação de Aviso ao Mercado ou de retificação nas páginas da rede mundial de computadores da Companhia, dos Acionistas Vendedores, dos Coordenadores da Oferta, das Instituições Participantes da Oferta, da B3 e da CVM. Para informações sobre "Procedimento de Distribuição na Oferta", "Alteração das Circunstâncias, Revogação ou Modificação da Oferta", "Suspensão ou Cancelamento da Oferta" e "Inadequação da Oferta" na página 55, 68 e 74 deste Prospecto.

## Procedimento da Oferta

As Instituições Participantes da Oferta efetuarão a colocação pública das Ações no Brasil, em mercado de balcão não organizado, observado o disposto na Instrução CVM 400 e os esforços de dispersão acionária previstos no Regulamento do Novo Mercado, por meio de:

- I. uma oferta aos Investidores Não Institucionais, realizada pelas Instituições Consorciadas, compreendendo:
  - (a) uma oferta aos Investidores Private, observado os termos descritos abaixo;
  - (b) uma oferta aos Investidores de Varejo, observado os termos descritos abaixo; e
- II. uma oferta aos Investidores Institucionais, realizada exclusivamente pelos Coordenadores da Oferta e pelos Agentes de Colocação Internacional.

Os Coordenadores da Oferta, com a anuência da Companhia e dos Acionistas Vendedores, elaborarão plano de distribuição das Ações, nos termos do artigo 33, parágrafo 3º, da Instrução CVM 400 e do Regulamento do Novo Mercado, no que diz respeito ao esforço de dispersão acionária, o qual levará em conta a criação de uma base acionária diversificada de acionistas e relações da Companhia, dos Acionistas Vendedores e dos Coordenadores da Oferta com clientes e outras considerações de natureza comercial ou estratégica dos Coordenadores da Oferta, da Companhia e dos Acionistas Vendedores, observado que os Coordenadores da Oferta assegurarão: (i) a adequação do investimento ao perfil de risco de seus clientes, em conformidade com a Instrução CVM 539; (ii) o tratamento justo e equitativo a todos os investidores, em conformidade com o artigo 21, da Instrução CVM 400; e (iii) o recebimento prévio, pelas Instituições Participantes da Oferta, dos exemplares dos Prospectos para leitura obrigatória, de modo que suas eventuais dúvidas possam ser esclarecidas junto aos Coordenadores da Oferta.

Não será admitida distribuição parcial no âmbito da Oferta. Assim, caso não haja demanda para a subscrição/aquisição das Ações inicialmente ofertadas por parte dos Investidores da Oferta Não Institucional e dos Investidores Institucionais até a data da conclusão do Procedimento de *Bookbuilding*, nos termos do Contrato de Colocação, a Oferta será cancelada, sendo todos os Pedidos de Reserva e intenções de investimento automaticamente cancelados. Neste caso, os valores eventualmente depositados pelos Investidores Não Institucionais serão devolvidos sem qualquer remuneração, juros ou correção monetária, sem reembolso de custos e com dedução, caso incidentes, de quaisquer tributos eventualmente aplicáveis sobre os valores pagos, inclusive, em função do IOF/Câmbio e quaisquer outros tributos que venham a ser criados, incluindo aqueles com alíquota atual equivalente a zero que tenham sua alíquota majorada, no prazo máximo de três dias úteis, contados da data de disponibilização do comunicado de cancelamento da Oferta. Para mais informações, veja a seção “Fatores de Risco Relacionados à Oferta e às Ações – Na medida que não será admitida a distribuição parcial no âmbito da Oferta, é possível que a Oferta venha a ser cancelada caso não haja investidores suficientes interessados em adquirir a totalidade das Ações objeto da Oferta”, na página 98 deste Prospecto.

### **Oferta Não Institucional**

A Oferta Não Institucional será realizada exclusivamente junto a Investidores Não Institucionais que realizarem solicitação de reserva antecipada mediante o preenchimento de formulário específico destinado à subscrição/aquisição de Ações, em caráter irrevogável e irretratável, no âmbito da Oferta Não Institucional (“**Pedido de Reserva**”) junto a uma única Instituição Consorciada, durante o período compreendido entre 16 de outubro de 2020, inclusive, e 03 de novembro de 2020, inclusive (“**Período de Reserva**”), ou, no caso de Investidores Não Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas, durante o período compreendido entre 16 de outubro de 2020, inclusive, e 22 de outubro de 2020, inclusive, terminando em data que antecederá em pelo menos sete dias úteis a conclusão do Procedimento de *Bookbuilding* (“**Período de Reserva para Pessoas Vinculadas**”), observados os Valores Mínimo e Máximo do Pedido de Reserva, nas condições descritas abaixo.

Os Investidores Não Institucionais que sejam considerados Pessoas Vinculadas poderão realizar Pedido de Reserva durante o Período de Reserva para Pessoas Vinculadas, sendo que aqueles Investidores Não Institucionais que sejam considerados Pessoas Vinculadas que não realizarem seus Pedidos de Reserva durante o Período de Reserva para Pessoas Vinculadas terão seus Pedidos de Reserva cancelados em caso de excesso de demanda superior a um terço à quantidade de Ações inicialmente ofertadas, nos termos do artigo 55 da Instrução CVM 400. Investidores Não Institucionais que sejam considerados Pessoas Vinculadas que realizarem seus Pedidos de Reserva no Período de Reserva para Pessoas Vinculadas não terão seus Pedidos de Reserva cancelados mesmo no caso de excesso de demanda superior a um terço das Ações inicialmente ofertadas.

No contexto da Oferta Não Institucional, o montante de, no mínimo, 11,5%, e, a exclusivo critério e discricionariedade da Companhia, dos Acionistas Vendedores e dos Coordenadores da Oferta, o montante de, no máximo, 30% do total das Ações (considerando as Ações Adicionais e as Ações Suplementares) será destinado à colocação pública para Investidores Não Institucionais que realizarem Pedido de Reserva, conforme o caso aplicável, de acordo com as condições ali previstas e o procedimento indicado neste item:

- I. o montante de, no mínimo, 1,5% do total das Ações (considerando as Ações Adicionais e as Ações Suplementares), será destinado à colocação pública para Investidores Private (conforme definido abaixo), sendo certo que:
  - (a) caso haja demanda de Investidores Private *Lock-up* (i) de até 1% do total das Ações, tais pedidos serão atendidos, tendo alocação garantida; e (ii) superior a 1% do total das Ações, a alocação, respeitado o montante mínimo estipulado estabelecido no item (i), será definida a exclusivo critério e discricionariedade da Companhia, dos Acionistas Vendedores e dos Coordenadores da Oferta, observado que, neste caso, poderá haver rateio; e
  - (b) caso haja demanda de Investidores Private Sem *Lock-up* (i) de até 0,5% do total das Ações, tais pedidos serão atendidos, tendo alocação garantida; e (ii) superior a 0,5% do total das Ações, a alocação, respeitado o montante mínimo estabelecido no item (i), será definida a exclusivo critério e discricionariedade da Companhia, dos Acionistas Vendedores e dos Coordenadores da Oferta, observado que, neste caso, poderá haver rateio.
- II. o montante de, no mínimo, 10% do total das Ações (considerando as Ações Adicionais e as Ações Suplementares), será destinado à colocação pública para Investidores de Varejo da seguinte forma:
  - (a) caso haja demanda de Investidores de Varejo *Lock-up*: (i) de até 8% do total das Ações, tais pedidos serão atendidos, tendo alocação garantida; e (ii) superior a 8% do total das Ações, a alocação, respeitado montante mínimo estabelecido no item (i), será definida a exclusivo critério e discricionariedade da Companhia, dos Acionistas Vendedores dos Coordenadores da Oferta, observado que, neste caso, poderá haver rateio; e
  - (b) caso haja demanda de Investidores de Varejo Sem *Lock-up*: (i) de até 2% do total das Ações, tais pedidos serão atendidos, tendo alocação garantida; e (ii) superior a 2% do total das Ações, a alocação, respeitado o montante mínimo estabelecido no item (i), será definida a exclusivo critério e discricionariedade da Companhia, dos Acionistas Vendedores e dos Coordenadores da Oferta, observado que, neste caso, poderá haver rateio.

No contexto da Oferta Não Institucional, observados: (i) o Valor Mínimo de Pedido de Investimento na Oferta de Varejo; (ii) o Valor Máximo de Pedido de Investimento na Oferta de Varejo; (iii) o Valor Mínimo de Pedido de Investimento na Oferta do Segmento Private; e (iv) o Valor Máximo de Pedido de Investimento na Oferta do Segmento Private, os Investidores Não Institucionais, a seu exclusivo critério, poderão aderir simultaneamente a mais de uma das modalidades da Oferta Não Institucional indicadas acima, devendo, para tanto, indicar e discriminar em seus respectivos Pedidos de Reserva os valores a serem alocados em cada modalidade de Oferta Não Institucional desejada, com uma única Instituição Consorciada.

**Recomenda-se aos Investidores Não Institucionais interessados na realização dos Pedidos de Reserva que: (i) leiam cuidadosamente os termos e as condições estipulados no Pedido de Reserva, sobretudo os procedimentos relativos à liquidação da Oferta e as informações constantes deste Prospecto e do Formulário de Referência, especialmente as seções “Sumário da Companhia – Principais Fatores de Risco da Companhia” e “Fatores de Risco Relacionados à Oferta e às Ações”, a partir das páginas 21 e 95, respectivamente, bem como o item “4. Fatores de Risco” do Formulário de Referência; (ii) verifiquem com a Instituição Consorciada de sua preferência, antes de realizar seu Pedido de Reserva, se esta exigirá a manutenção de recursos em conta aberta e/ou mantida junto a ela para fins de garantia do Pedido de Reserva; (iii) entrem em contato com a Instituição Consorciada de sua preferência para obter informações mais detalhadas sobre o prazo estabelecido pela Instituição Consorciada para a realização do Pedido de Reserva ou, se for o caso, para a realização do cadastro na Instituição Consorciada, tendo em vista os procedimentos operacionais adotados por cada Instituição Consorciada; e (iv) verifiquem com a Instituição Consorciada de sua preferência, antes de preencher e entregar o seu Pedido de Reserva, a possibilidade de débito antecipado da reserva por parte da Instituição Consorciada.**

Os Investidores Não Institucionais interessados na realização do Pedido de Reserva deverão ler cuidadosamente os termos e condições estipulados nos respectivos Pedidos de Reserva, bem como as informações constantes deste Prospecto Preliminar.

Os percentuais das alocações finais utilizados na Oferta Não Institucional serão incluídos após o recebimento dos Pedidos de Reserva e no Prospecto Definitivo.

#### Oferta do Segmento Private

Observado o disposto neste item, os Investidores Private que desejarem subscrever Ações no âmbito do Segmento Private poderão preencher seu respectivo Pedido de Reserva com uma única Instituição Consorciada, observado o Valor Mínimo de Pedido de Investimento na Oferta do Segmento Private e o Valor Máximo de Pedido de Investimento na Oferta do Segmento Private por Investidor da Private.

**Os Investidores Private que aderirem à Oferta do Segmento Private não participarão do Procedimento de *Bookbuilding*, e, portanto, não participarão da fixação do Preço por Ação.**

#### Procedimento da Oferta do Segmento Private

Os Investidores Private deverão observar, além das condições previstas nos Pedidos de Reserva, o procedimento abaixo:

- (i) durante o Período de Reserva ou o Período de Reserva para Pessoas Vinculadas, conforme o caso, cada um dos Investidores Private interessados em participar da Oferta deverá realizar Pedido de Reserva, irrevogável e irretroatável, exceto pelo disposto nos incisos (iii), (v), (vi), (vii), (viii), (x), (xii) e (xiii) abaixo e na seção “Violações das Normas de Conduta” na página 71 deste Prospecto;

- (ii) os Investidores Não Institucionais que tenham interesse em participar diretamente da Oferta do Segmento Private *Lock-up*, deverão, necessariamente, indicar no Pedido de Reserva que estão de acordo com o *Lock-up* do Segmento Private, sob pena de ser considerado um Investidor da Oferta Private Sem *Lock-up* e não participar da Oferta do Segmento Private *Lock-up*;
- (iii) os Investidores Private que realizarem Pedido de Reserva poderão estipular, no Pedido de Reserva, um preço máximo por Ação como condição de eficácia de seu Pedido de Reserva, sem necessidade de posterior confirmação, sendo que, caso o Preço por Ação seja fixado em valor superior ao valor estabelecido pelo Investidor Private, o respectivo Pedido de Reserva será automaticamente cancelado;
- (iv) as Instituições Consorciadas somente atenderão Pedidos de Reserva realizados por Investidores Private titulares de conta nelas aberta ou mantida pelo respectivo investidor. Recomenda-se aos Investidores Private interessados na realização de Pedidos de Reserva que: (a) leiam cuidadosamente os termos e condições estipulados no Pedido de Reserva, especialmente os procedimentos relativos à liquidação da Oferta e as informações constantes deste Prospecto Preliminar; (b) verifiquem com a Instituição Consorciada de sua preferência, antes de realizar o seu Pedido de Reserva, se essa, a seu exclusivo critério, exigirá a manutenção de recursos em conta nela aberta e/ou mantida, para fins de garantia do Pedido de Reserva; e (c) entrem em contato com a Instituição Consorciada de sua preferência para obter informações mais detalhadas sobre o prazo estabelecido pela Instituição Consorciada para a realização do Pedido de Reserva ou, se for o caso, para a realização do cadastro na Instituição Consorciada, tendo em vista os procedimentos operacionais adotados por cada Instituição Consorciada;
- (v) os Investidores Private deverão realizar seus Pedidos de Reserva no Período de Reserva, sendo que os Investidores Private que sejam Pessoas Vinculadas deverão, necessariamente, indicar no Pedido de Reserva a sua condição de Pessoa Vinculada, sob pena de seu Pedido de Reserva ser cancelado pela Instituição Consorciada, observado ainda o Valor Mínimo de Pedido de Investimento na Oferta do Segmento Private e o Valor Máximo de Pedido de Investimento na Oferta do Segmento Private;
- (vi) caso seja verificado excesso de demanda superior em um terço à quantidade de Ações da inicialmente ofertadas, será vedada a colocação de Ações aos Investidores Private que sejam Pessoas Vinculadas, sendo os Pedidos de Reserva realizados por Investidores Private que sejam Pessoas Vinculadas automaticamente cancelados, exceto os Pedidos de Reserva que tenham sido realizados no Período de Reserva para Pessoas Vinculadas;
- (vii) caso o total de Ações da Oferta do Segmento Private *Lock-up* objeto dos Pedidos de Reserva realizados por Investidores Private *Lock-up*: (a) seja igual ou inferior ao montante mínimo de Ações da Oferta do Segmento Private *Lock-up*, não haverá rateio, sendo integralmente atendidos todos os Pedidos de Reserva realizados por Investidores Private *Lock-up* de modo que as Ações remanescentes, se houver, poderão ser destinadas, a exclusivo critério e discricionariedade da Companhia, dos Acionistas Vendedores e dos Coordenadores da Oferta, aos Investidores Private Sem *Lock-up* ou aos Investidores Institucionais, observado os limites previstos acima; ou (b) exceda o montante de Ações destinado Oferta do Segmento Private *Lock-up*, será realizado rateio proporcional ao valor dos respectivos Pedidos de Reserva, desconsiderando-se, entretanto, as frações de Ações. Caso haja Rateio Oferta Segmento Private *Lock-up*, os valores depositados em excesso serão devolvidos sem qualquer remuneração juros ou correção monetária, sem reembolso e com dedução, se for o caso, dos valores relativos aos tributos eventualmente incidentes, no prazo máximo de três dias úteis contados da Data de Liquidação;

- (viii) caso o total de Ações da Oferta do Segmento Private Sem *Lock-up* objeto dos Pedidos de Reserva realizados por Investidores Private Sem *Lock-up*: (a) seja igual ou inferior ao montante mínimo de Ações da Oferta do Segmento Private Sem *Lock-up*, não haverá rateio, sendo integralmente atendidos todos os Pedidos de Reserva realizados por Investidores Private Sem *Lock-up*, de modo que as Ações remanescentes, se houver, poderão ser destinadas, exclusivo critério e discricionariedade da Companhia, dos Acionistas Vendedores e dos Coordenadores da Oferta, aos Investidores Private *Lock-up* ou aos Investidores Institucionais, observados os limites estabelecidos acima; ou (b) exceda o montante de Ações destinadas à Oferta do Segmento Private Sem *Lock-up*, será realizado rateio proporcional ao valor dos respectivos Pedidos de Reserva, desconsiderando-se, entretanto, as frações de Ações. Caso haja Rateio Oferta do Segmento Private Sem *Lock-up*, os valores depositados em excesso serão devolvidos sem qualquer remuneração juros ou correção monetária, sem reembolso e com dedução, se for o caso, dos valores relativos aos tributos eventualmente incidentes, no prazo máximo de três dias úteis contados da Data de Liquidação;
- (ix) até às 16h do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação do Anúncio de Início, serão informados a cada Investidor Private pela Instituição Consorciada que tenha recebido o respectivo Pedido de Reserva, por meio do seu respectivo endereço eletrônico, ou, na sua ausência, por fac-símile, telefone ou correspondência, a Data de Liquidação, a quantidade de Ações alocadas (ajustada, se for o caso, em decorrência do respectivo rateio), o Preço por Ação e o valor do respectivo investimento, sendo que, em qualquer caso, o valor do investimento será limitado àquele indicado no respectivo Pedido de Reserva;
- (x) até às 10h da Data de Liquidação, cada Investidor Private que tenha realizado Pedido de Reserva deverá efetuar o pagamento, à vista e em recursos imediatamente disponíveis, em moeda corrente nacional, do valor indicado no inciso (ix) acima à Instituição Consorciada que tenha recebido o respectivo Pedido de Reserva, caso o Investidor Private não tenha estipulado um prazo máximo por Ação como condição de eficácia, do Preço por Ação multiplicado pelo número de Ações a eles alocadas, sob pena de, em não o fazendo, ter seu Pedido de Reserva automaticamente cancelado; em caso de tal cancelamento automático, a Instituição Consorciada que tenha recebido o Pedido de Reserva deverá garantir a liquidação por parte do respectivo Investidor Private;
- (xi) na Data de Liquidação, a Instituição Consorciada que tenha recebido o respectivo Pedido de Reserva entregará, por meio da B3, as Ações alocadas ao respectivo Investidor Private que tenha realizado Pedido de Reserva, de acordo com os procedimentos previstos no Contrato de Colocação da Oferta, desde que tenha efetuado o pagamento previsto no inciso (x) acima;

- (xii)** caso: (a) seja verificada divergência relevante entre as informações constantes deste Prospecto Preliminar e do Prospecto Definitivo que altere substancialmente o risco assumido pelos Investidores Private ou a sua decisão de investimento, nos termos do artigo 45, parágrafo 4º, da Instrução CVM 400; (b) a Oferta seja suspensa, nos termos do artigo 20 da Instrução CVM 400; (c) a Oferta seja modificada, nos termos do artigo 27 da Instrução CVM 400, e/ou (d) o Preço por Ação seja fixado abaixo de 20% do preço inicialmente indicado, considerando um preço por Ação que seja o resultado da aplicação de 20% sobre o valor máximo da Faixa Indicativa, o Investidor Private poderá desistir do respectivo Pedido de Reserva, devendo, para tanto, informar sua decisão à Instituição Consorciada que tenha recebido o respectivo Pedido de Reserva (1) até às 12h do quinto dia útil subsequente à data de disponibilização do Prospecto Definitivo, no caso da alínea (a) acima; e (2) até às 12h do quinto dia útil subsequente à data em que o Investidor Private for comunicado diretamente pela Instituição Consorciada sobre o Evento de Fixação do Preço em Valor Inferior à Faixa Indicativa e a suspensão ou a modificação da Oferta, nos casos das alíneas (b) e (c) acima. Adicionalmente, os casos das alíneas (b) e (c) acima serão imediatamente divulgados por meio de anúncio de retificação, nos mesmos veículos utilizados para divulgação do Aviso ao Mercado e do Anúncio de Início, conforme disposto no artigo 27 da Instrução CVM 400. No caso da alínea (c) acima, após a divulgação do anúncio de retificação, a respectiva Instituição Consorciada deverá acautelar-se e certificar-se, no momento do recebimento das aceitações da Oferta, de que o respectivo Investidor Private está ciente de que a Oferta original foi alterada e de que tem conhecimento das novas condições. Caso o Investidor Private não informe sua decisão de desistência do Pedido de Reserva nos termos deste inciso, o Pedido de Reserva será considerado válido e o Investidor Private deverá efetuar o pagamento do valor do investimento. Caso o Investidor Private já tenha efetuado o pagamento nos termos do inciso (x) acima e venha a desistir do Pedido de Reserva nos termos deste inciso, os valores depositados serão devolvidos sem qualquer remuneração juros ou correção monetária, sem reembolso e com dedução, se for o caso, dos valores relativos aos tributos eventualmente incidentes, no prazo máximo de três dias úteis contados do pedido de cancelamento do respectivo Pedido de Reserva; e
- (xiii)** caso não haja conclusão da Oferta ou em caso de rescisão do Contrato de Colocação ou de cancelamento ou revogação da Oferta, todos os Pedidos de Reserva serão cancelados e a Instituição Consorciada que tenha recebido o respectivo Pedido de Reserva comunicará ao respectivo Investidor Private o cancelamento da Oferta, o que poderá ocorrer, inclusive, mediante divulgação de comunicado ao mercado. Caso o Investidor Private já tenha efetuado o pagamento nos termos do inciso (x) acima, os valores depositados serão devolvidos sem qualquer remuneração juros ou correção monetária, sem reembolso e com dedução, se for o caso, dos valores relativos aos tributos eventualmente incidentes, no prazo máximo de três dias úteis contados da comunicação do cancelamento da Oferta. A rescisão do Contrato de Colocação importará no cancelamento do registro da Oferta, nos termos do artigo 19, parágrafo 4º da Instrução CVM 400.

### Lock-up da Oferta do Segmento Private

Os Investidores Private *Lock-up* não poderão, pelo prazo de 60 (sessenta) dias contados da data de divulgação do Anúncio de Início, oferecer, vender, alugar (emprestar), contratar a venda, dar em garantia ou ceder ou alienar de outra forma ou a qualquer título, tais Ações subscritas no âmbito da Oferta do Segmento Private *Lock-up*. Dessa forma, como condição para a participação na Oferta do Segmento Private *Lock-up*, cada Investidor Private *Lock-up*, ao realizar seu Pedido de Reserva, estará autorizando seu agente de custódia na Central Depositária gerida pela B3 a depositar tais Ações para a carteira mantida pela Central Depositária gerida pela B3 exclusivamente para este fim. Em qualquer hipótese, tais Ações ficarão bloqueadas na Central Depositária gerida pela B3 até o encerramento do prazo de 90 dias de *Lock-up* do Segmento Private. Não obstante o *Lock-up* do Segmento Private, as Ações subscritas no âmbito da Oferta do Segmento Private *Lock-up* poderão ser outorgadas em garantia da Câmara de Compensação e Liquidação da B3, caso as Ações venham a ser consideradas elegíveis para depósito de garantia, de acordo com os normativos da B3, independentemente das restrições mencionadas acima. Neste caso, a Câmara de Compensação e Liquidação da B3 estará autorizada a desbloquear as Ações subscritas no âmbito da Oferta do Segmento Private *Lock-up* que foram depositadas em garantia para fins de excussão da garantia, nos termos dos normativos da B3.

**Caso o preço de mercado das Ações venha a cair e/ou os Investidores Private *Lock-up* por quaisquer motivos venham a precisar de liquidez durante o período de *Lock-up* do Segmento Private aplicável e tendo em vista a impossibilidade das Ações da Oferta do Segmento Private *Lock-up* serem transferidas, emprestadas, oneradas, dadas em garantia ou permutadas, de forma direta ou indireta, tais restrições poderão causar-lhes perdas. Para maiores informações, veja a seção “Fatores de Risco Relacionados à Oferta e às Ações – Os Investidores de Varejo *Lock-up* ou Investidores Private *Lock-up*, diante da impossibilidade da transferir, emprestar, onerar, dar em garantia ou permutar, de forma direta ou indireta, a totalidade das ações ordinárias de emissão da Companhia de sua titularidade após a liquidação da Oferta, poderão incorrer em perdas em determinadas situações”, na página 103 deste Prospecto Preliminar.**

### Oferta de Varejo

Os Investidores de Varejo que desejarem subscrever Ações no âmbito da Oferta de Varejo poderão preencher seu respectivo Pedido de Reserva com uma única Instituição Consorciada, observados o Valor Mínimo de Pedido de Investimento na Oferta de Varejo e o Valor Máximo de Pedido de Investimento na Oferta de Varejo por Investidor de Varejo.

**Os Investidores de Varejo que aderirem à Oferta Não Institucional não participarão do Procedimento de *Bookbuilding*, e, portanto, não participarão da fixação do Preço por Ação.**

### Procedimento da Oferta de Varejo

Os Investidores de Varejo deverão observar, além das condições previstas nos Pedidos de Reserva, o procedimento abaixo:

- (i) durante o Período de Reserva ou o Período de Reserva para Pessoas Vinculadas, conforme o caso, cada um dos Investidores de Varejo interessados em participar da Oferta deverá realizar Pedido de Reserva com uma única Instituição Consorciada, irrevogável e irretroatável, exceto pelo disposto nos incisos (iii), (v), (vi), (vii), (viii), (x), (xii) e (xiii) abaixo e na seção “Violações das Normas de Conduta” na página 71 deste Prospecto;
- (ii) os Investidores de Varejo que tenham interesse em participar diretamente da Oferta de Varejo *Lock-up*, deverão, necessariamente, indicar no Pedido de Reserva que estão de acordo com o *Lock-up* da Oferta de Varejo, sob pena de ser considerado um Investidor de Varejo Sem *Lock-up* e não participar da Oferta de Varejo *Lock-up*;

- (iii) os Investidores de Varejo que decidirem participar diretamente da Oferta de Varejo poderão estipular, no Pedido de Reserva, um preço máximo por Ação como condição de eficácia de seu Pedido de Reserva, sem necessidade de posterior confirmação, sendo que, caso o Preço por Ação seja fixado em valor superior ao valor estabelecido pelo Investidor de Varejo, o respectivo Pedido de Reserva será automaticamente cancelado;
- (iv) as Instituições Consorciadas somente atenderão Pedidos de Reserva realizados por Investidores de Varejo titulares de conta nelas aberta ou mantida pelo respectivo investidor. Recomenda-se aos Investidores de Varejo interessados na realização de Pedidos de Reserva que: (a) leiam cuidadosamente os termos e condições estipulados no Pedido de Reserva especialmente os procedimentos relativos à liquidação da Oferta e as informações constantes deste Prospecto; (b) verifiquem com a Instituição Consorciada de sua preferência, antes de realizar o seu Pedido de Reserva, se essa, a seu exclusivo critério, exigirá a manutenção de recursos em conta nela aberta e/ou mantida, para fins de garantia do Pedido de Reserva; e (c) entrem em contato com a Instituição Consorciada de sua preferência para obter informações mais detalhadas sobre o prazo estabelecido pela Instituição Consorciada para a realização do Pedido de Reserva ou, se for o caso, para a realização do cadastro na Instituição Consorciada, tendo em vista os procedimentos operacionais adotados por cada Instituição Consorciada;
- (v) os Investidores de Varejo deverão realizar seus Pedidos de Reserva no Período de Reserva, sendo que os Investidores de Varejo que sejam Pessoas Vinculadas deverão, necessariamente, indicar no Pedido de Reserva a sua condição de Pessoa Vinculada, sob pena de seu Pedido de Reserva ser cancelado pela Instituição Consorciada, observado ainda o Valor Mínimo de Pedido de Investimento na Oferta de Varejo e o Valor Máximo de Pedido de Investimento na Oferta de Varejo;
- (vi) caso seja verificado excesso de demanda superior em um terço à quantidade de Ações inicialmente ofertadas, será vedada a colocação de Ações aos Investidores de Varejo que sejam Pessoas Vinculadas, sendo os Pedidos de Reserva realizados por Investidores de Varejo que sejam Pessoas Vinculadas automaticamente cancelados, exceto os Pedidos de Reserva que tenham sido realizados no Período de Reserva para Pessoas Vinculadas;
- (vii) caso o total de Ações da Oferta de Varejo *Lock-up* objeto dos Pedidos de Reserva realizados por Investidores de Varejo *Lock-up*: (a) seja igual ou inferior ao montante mínimo de Ações da Oferta de Varejo *Lock-up*, não haverá rateio, sendo integralmente atendidos todos os Pedidos de Reserva realizados por Investidores de Varejo *Lock-up*, de modo que as Ações remanescentes, se houver, poderão ser destinados, a exclusivo critério e descricionariade da Companhia, dos Acionistas Vendedores e dos Coordenadores da Oferta, aos Investidores de Varejo Sem *Lock-up* ou aos Investidores Institucionais, observado os limites previstos acima; ou (b) exceda o montante de Ações destinadas à Oferta de Varejo *Lock-up*, será realizado rateio proporcional ao valor dos respectivos Pedidos de Reserva, desconsiderando-se, entretanto, as frações de Ações. Caso haja Rateio Oferta de Varejo *Lock-up*, os valores depositados em excesso serão devolvidos sem qualquer remuneração juros ou correção monetária, sem reembolso e com dedução, se for o caso, dos valores relativos aos tributos eventualmente incidentes, no prazo máximo de três dias úteis contados da Data de Liquidação;

- (viii) caso o total de Ações da Oferta de Varejo Sem *Lock-up* objeto dos Pedidos de Reserva realizados por Investidores de Varejo Sem *Lock-up* (a) seja igual ou inferior ao montante mínimo de Ações da Oferta de Varejo Sem *Lock-up*, não haverá rateio, sendo integralmente atendidos todos os Pedidos de Reserva realizados por Investidores de Varejo Sem *Lock-up*, de modo que as Ações remanescentes, se houver, poderão ser destinadas, a exclusivo critério e discricionariedade da Companhia, dos Acionistas Vendedores e dos Coordenadores da Oferta, aos Investidores de Varejo *Lock-up* ou aos Investidores Institucionais, observado os limites previstos acima; ou (b) exceda o total de Ações da Oferta de Varejo Sem *Lock-up*, será realizado rateio proporcional ao valor das respectivos Pedidos de Reserva, desconsiderando-se, entretanto, as frações de Ações. Caso haja Rateio da Oferta de Varejo Sem *Lock-up*, os valores depositados em excesso serão devolvidos sem qualquer remuneração juros ou correção monetária, sem reembolso e com dedução, se for o caso, dos valores relativos aos tributos eventualmente incidentes, no prazo máximo de três dias úteis contados da Data de Liquidação;
- (ix) até às 16h do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação do Anúncio de Início, serão informados a cada Investidor de Varejo pela Instituição Consorciada que tenha recebido o respectivo Pedido de Reserva por meio do seu respectivo endereço eletrônico, ou, na sua ausência, por fac-símile, telefone ou correspondência, a Data de Liquidação, a quantidade de Ações alocadas (ajustada, se for o caso, em decorrência do respectivo rateio), o Preço por Ação e o valor do respectivo investimento, sendo que, em qualquer caso, o valor do investimento será limitado àquele indicado no respectivo Pedido de Reserva;
- (x) até às 10h da Data de Liquidação, cada Investidor de Varejo que tenha realizado Pedido de Reserva deverá efetuar o pagamento, à vista e em recursos imediatamente disponíveis, em moeda corrente nacional, do valor indicado no inciso (ix) acima à Instituição Consorciada que tenha recebido o respectivo Pedido de Reserva, caso o Investidor de Varejo não tenha estipulado um preço máximo por Ação como condição de eficácia, do Preço por Ação multiplicado pelo número de Ações a eles alocadas sob pena de, em não o fazendo, ter seu Pedido de Reserva automaticamente cancelado; em caso de tal cancelamento automático, a Instituição Consorciada que tenha recebido o Pedido de Reserva deverá garantir a liquidação por parte do respectivo Investidor de Varejo;
- (xi) na Data de Liquidação, a Instituição Consorciada que tenha recebido o respectivo Pedido de Reserva entregará, por meio da B3, as Ações alocadas ao respectivo Investidor da Oferta de Varejo que tenha realizado Pedido de Reserva de acordo com os procedimentos previstos no Contrato de Colocação da Oferta, desde que tenha efetuado o pagamento previsto no inciso (x) acima;

- (xii)** caso: (a) seja verificada divergência relevante entre as informações constantes deste Prospecto Preliminar e do Prospecto Definitivo que altere substancialmente o risco assumido pelos Investidores de Varejo ou a sua decisão de investimento, nos termos do artigo 45, parágrafo 4º, da Instrução CVM 400; (b) a Oferta seja suspensa, nos termos do artigo 20 da Instrução CVM 400; (c) a Oferta seja modificada, nos termos do artigo 27 da Instrução CVM 400; e/ou (d) o Preço por Ação seja fixado abaixo de 20% do preço inicialmente indicado, considerando um preço por Ação que seja o resultado da aplicação de 20% sobre o valor máximo da Faixa Indicativa, sendo que o valor resultante desta aplicação de 20% deverá ser descontado do valor mínimo da Faixa Indicativa, o Investidor de Varejo poderá desistir do respectivo Pedido de Reserva devendo, para tanto, informar sua decisão à Instituição Consorciada que tenha recebido o respectivo Pedido de Reserva (1) até às 12h do quinto dia útil subsequente à data de disponibilização do Prospecto Definitivo, no caso da alínea (a) acima; e (2) até às 12h do quinto dia útil subsequente à data em que o Investidor de Varejo for comunicado diretamente pela Instituição Consorciada sobre o Evento de Fixação do Preço em Valor Inferior à Faixa Indicativa e a suspensão ou a modificação da Oferta, nos casos das alíneas (b) e (c) acima. Adicionalmente, os casos das alíneas (b) e (c) acima serão imediatamente divulgados por meio de anúncio de retificação, nos mesmos veículos utilizados para divulgação do Aviso ao Mercado e do Anúncio de Início, conforme disposto no artigo 27 da Instrução CVM 400. No caso da alínea (c) acima, após a divulgação do anúncio de retificação, a respectiva Instituição Consorciada deverá acautelar-se e certificar-se, no momento do recebimento das aceitações da Oferta, de que o respectivo Investidor de Varejo está ciente de que a Oferta original foi alterada e de que tem conhecimento das novas condições. Caso o Investidor de Varejo não informe sua decisão de desistência do Pedido de Reserva, nos termos deste inciso, o Pedido de Reserva, será considerado válido e o Investidor da Oferta de Varejo deverá efetuar o pagamento do valor do investimento. Caso o Investidor de Varejo já tenha efetuado o pagamento nos termos do inciso (x) acima e venha a desistir do Pedido de Reserva nos termos deste inciso, os valores depositados serão devolvidos sem qualquer remuneração juros ou correção monetária, sem reembolso e com dedução, se for o caso, dos valores relativos aos tributos eventualmente incidentes, no prazo máximo de três dias úteis contados do pedido de cancelamento do respectivo Pedido de Reserva; e
- (xiii)** caso não haja conclusão da Oferta ou em caso de rescisão do Contrato de Colocação ou de cancelamento ou revogação da Oferta, todos os Pedidos de Reserva serão cancelados e a Instituição Consorciada que tenha recebido o respectivo Pedido de Reserva comunicará ao respectivo Investidor de Varejo o cancelamento da Oferta, o que poderá ocorrer, inclusive, mediante divulgação de comunicado ao mercado. Caso o Investidor de Varejo já tenha efetuado o pagamento nos termos do inciso (x) acima, os valores depositados serão devolvidos sem qualquer remuneração juros ou correção monetária, sem reembolso e com dedução, se for o caso, dos valores relativos aos tributos eventualmente incidentes, no prazo máximo de três dias úteis contados da comunicação do cancelamento da Oferta.

### Lock-up da Oferta de Varejo

Os Investidores de Varejo *Lock-up* não poderão, pelo prazo de 45 (quarenta e cinco) dias contados da data de divulgação do Anúncio de Início, oferecer, vender, alugar (emprestar), contratar a venda, dar em garantia ou ceder ou alienar de outra forma ou a qualquer título, as Ações subscritas no âmbito da Oferta de Varejo *Lock-up*. Dessa forma, como condição para a participação na Oferta de Varejo *Lock-up*, cada Investidor de Varejo *Lock-up*, ao realizar seu Pedido de Reserva, estará autorizando seu agente de custódia na Central Depositária gerida pela B3 a depositar tais Ações para a carteira mantida pela Central Depositária gerida pela B3 exclusivamente para este fim. Em qualquer hipótese, tais Ações ficarão bloqueadas na Central Depositária gerida pela B3 até o encerramento do *Lock-up* da Oferta de Varejo. Não obstante o *Lock-up* da Oferta de Varejo, as Ações subscritas no âmbito da Oferta de Varejo poderão ser outorgadas em garantia da Câmara de Compensação e Liquidação da B3, caso as Ações venham a ser consideradas elegíveis para depósito de garantia, de acordo com os normativos da B3, independentemente das restrições mencionadas acima. Neste caso, a Câmara de Compensação e Liquidação da B3 estará autorizada a desbloquear as Ações subscritas no âmbito da Oferta de Varejo que foram depositadas em garantia para fins de excussão da garantia, nos termos dos normativos da B3.

**Caso o preço de mercado das Ações venha a cair e/ou os Investidores de Varejo *Lock-up* por quaisquer motivos venham a precisar de liquidez durante o período de *Lock-up* da Oferta de Varejo aplicável e tendo em vista a impossibilidade das Ações da Oferta de Varejo serem transferidas, emprestadas, oneradas, dadas em garantia ou permutadas, de forma direta ou indireta, tais restrições poderão causar-lhes perdas. Para mais informações, veja a seção “Fatores de Risco Relacionados à Oferta e às Ações – Os Investidores de Varejo *Lock-up* ou Investidores Private *Lock-up*, diante da impossibilidade da transferir, emprestar, onerar, dar em garantia ou permutar, de forma direta ou indireta, a totalidade das ações ordinárias de emissão da Companhia de sua titularidade após a liquidação da Oferta, poderão incorrer em perdas em determinadas situações.**

### Oferta Institucional

A Oferta Institucional será realizada exclusivamente pelos Coordenadores da Oferta e pelos Agentes de Colocação Internacional junto a Investidores Institucionais.

Após o atendimento dos Pedidos de Reserva, até o limite estabelecido acima, as Ações remanescentes são destinadas à colocação pública junto a Investidores Institucionais, por meio dos Coordenadores da Oferta e dos Agentes de Colocação Internacional, não sendo admitidas para tais Investidores Institucionais reservas antecipadas, inexistindo valores mínimo e máximo de investimento e assumindo cada Investidor Institucional a obrigação de verificar se está cumprindo os requisitos acima para participar da Oferta Institucional, para então apresentar suas intenções de investimento durante o Procedimento de *Bookbuilding*.

Caso o número de Ações objeto de intenções de investimento recebidas de Investidores Institucionais durante o Procedimento de *Bookbuilding*, na forma do artigo 44 da Instrução CVM 400, exceda o total de Ações remanescentes após o atendimento dos Pedidos de Reserva, nos termos e condições descritos acima, terão prioridade no atendimento de suas respectivas intenções de investimento os Investidores Institucionais que, a critério da Companhia, dos Acionistas Vendedores, dos Coordenadores da Oferta e dos Agentes de Colocação Internacional, levando em consideração o disposto no plano de distribuição, nos termos do parágrafo 3º do artigo 33 da Instrução CVM 400 e do Regulamento do Novo Mercado, melhor atendam ao objetivo desta Oferta de criar uma base diversificada de acionistas, formada por Investidores Institucionais com diferentes critérios de avaliação sobre as perspectivas da Companhia, seu setor de atuação e a conjuntura macroeconômica brasileira e internacional.

Até às 16h do primeiro dia útil subsequente à data de disponibilização do Anúncio de Início, os Coordenadores da Oferta e os Agentes de Colocação Internacional informarão aos Investidores Institucionais, por meio de seu endereço eletrônico ou, na sua ausência, por telefone, a quantidade de Ações alocadas e o valor do respectivo investimento. A entrega das Ações alocadas deverá ser efetivada na Data de Liquidação, mediante pagamento em moeda corrente nacional, à vista e em recursos imediatamente disponíveis, do valor resultante do Preço por Ação multiplicado pela quantidade de Ações alocadas, de acordo com os procedimentos previstos no Contrato de Colocação.

A subscrição/aquisição das Ações será formalizada nos termos do parágrafo 1º do artigo 85 da Lei das Sociedades por Ações, por meio do sistema de registro da B3, sendo, portanto, dispensado a apresentação de boletim de subscrição e de eventual contrato de compra e venda, nos termos da Deliberação CVM nº 860, de 22 de julho de 2020. As Ações que forem objeto de esforços de colocação no exterior pelos Agentes de Colocação Internacional, junto a Investidores Estrangeiros, serão obrigatoriamente subscritas e integralizadas no Brasil junto aos Coordenadores da Oferta, em moeda corrente nacional, por meio dos mecanismos previstos na Resolução do CMN nº 4.373, de 29 de setembro de 2014, e na Instrução da CVM nº 560, de 27 de março de 2015, conforme alterada, ou na Lei nº 4.131, de 3 de setembro de 1962, conforme alterada.

Poderá ser aceita a participação de Investidores Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas no Procedimento de *Bookbuilding*, mediante a coleta de intenções de investimento, até o limite máximo de 20% das Ações inicialmente ofertadas (sem considerar as Ações Adicionais e as Ações Suplementares). Nos termos do artigo 55 da Instrução CVM 400, caso seja verificado excesso de demanda superior a um terço das Ações inicialmente ofertadas, não será permitida a colocação, pelos Coordenadores da Oferta, de Ações junto a Investidores Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas, sendo as ordens de investimento automaticamente canceladas.

A vedação de colocação disposta no artigo 55 da Instrução CVM 400 não se aplica às eventuais instituições financeiras contratadas como formador de mercado, conforme previsto no parágrafo único do artigo 55. Os investimentos realizados pelas pessoas mencionadas no artigo 48 da Instrução CVM 400 (i) para proteção (*hedge*) em operações com derivativos contratadas com terceiros, tendo as ações de emissão da Companhia como referência (incluindo operações de *total return swap*), desde que tais terceiros não sejam Pessoas Vinculadas; e (ii) que se enquadrem dentre as outras exceções previstas no artigo 48, II da Instrução CVM 400, são permitidos na forma do artigo 48 da Instrução CVM 400 e não serão considerados investimentos realizados por Pessoas Vinculadas para os fins do artigo 55 da Instrução CVM 400.

**A participação dos Investidores Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas no Procedimento de *Bookbuilding* poderá impactar adversamente a formação do Preço por Ação e o investimento nas Ações por Investidores Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas poderá reduzir a liquidez das ações ordinárias de emissão da Companhia no mercado secundário. Para mais informações, veja seção “Fatores de Risco Relacionados à Oferta e às Ações – A participação de Investidores Institucionais que sejam consideradas Pessoas Vinculadas no Procedimento de *Bookbuilding* poderá afetar adversamente a formação do Preço por Ação, e o investimento nas Ações por Investidores Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas poderá resultar na redução da liquidez das ações ordinárias de emissão da Companhia no mercado secundário”, na página 98 deste Prospecto Preliminar.**

#### **Prazos da Oferta**

Nos termos do artigo 18 da Instrução CVM 400, o prazo para a distribuição das Ações terá início na data de divulgação do Anúncio de Início, com data estimada para ocorrer em 05 de novembro de 2020, nos termos do artigo 52 e 54-A da Instrução CVM 400, e será encerrado na data de divulgação do Anúncio de Encerramento, em até 6 (seis) meses, contado a partir da data de divulgação do Anúncio de Início, com data máxima estimada para ocorrer em 05 de maio de 2021, em conformidade com o artigo 29 da Instrução CVM 400.

As Instituições Participantes da Oferta terão o prazo de até 2 (dois) dias úteis, contados da data de divulgação do Anúncio de Início, para efetuar a colocação das Ações. A liquidação física e financeira da Oferta deverá ser realizada até o último dia do Período de Colocação, exceto com relação à distribuição de Ações Suplementares, cuja liquidação física e financeira deverá ser realizada até o segundo dia útil contado da(s) respectiva(s) data(s) de exercício da Opção de Ações Suplementares. As Ações serão entregues aos respectivos investidores até às 16:00 horas da Data de Liquidação ou da Data de Liquidação das Ações Suplementares, conforme o caso.

A data de início da Oferta será divulgada mediante a divulgação do Anúncio de Início em conformidade com o artigo 52 e 54-A da Instrução CVM 400. O término da Oferta e seu resultado serão anunciados mediante a divulgação do Anúncio de Encerramento, em conformidade com o artigo 29 da Instrução CVM 400.

### **Contrato de Colocação e Contrato de Colocação Internacional**

O Contrato de Colocação será celebrado pela Companhia, pelos Acionistas Vendedores e pelos Coordenadores da Oferta, tendo como interveniente anuente a B3. De acordo com os termos do Contrato de Colocação, os Coordenadores da Oferta concordaram em distribuir, em regime de garantia firme de liquidação individual e não solidária, a totalidade das Ações (considerando as Ações Adicionais, mas sem considerar as Ações Suplementares), diretamente ou por meio das Instituições Consorciadas, em conformidade com as disposições da Instrução CVM 400 e observados os esforços de dispersão acionária previstos no Regulamento do Novo Mercado da B3.

Os Coordenadores da Oferta prestarão Garantia Firme de Liquidação, conforme disposto na seção “Informações sobre a Garantia Firme de Liquidação”, na página 70 deste Prospecto.

Nos termos do Contrato de Colocação Internacional, a ser celebrado na mesma data de celebração do Contrato de Colocação, os Agentes de Colocação Internacional realizarão os esforços de colocação das Ações no exterior. As Ações que forem objeto de esforços de colocação no exterior pelos Agentes de Colocação Internacional, junto a Investidores Estrangeiros, serão obrigatoriamente subscritas/adquiridas e integralizadas/liquidadas no Brasil, junto aos Coordenadores da Oferta, em moeda corrente nacional, nos termos do artigo 19, parágrafo 4º, da Lei do Mercado de Capitais.

O Contrato de Colocação e o Contrato de Colocação Internacional estabelecem que a obrigação dos Coordenadores da Oferta e dos Agentes de Colocação Internacional de efetuarem o pagamento pelas Ações está sujeita a determinadas condições, como a ausência de eventos adversos relevantes na Companhia e nos Acionistas Vendedores e em seus negócios, a execução de certos procedimentos pelos auditores independentes da Companhia, entrega de opiniões legais pelos assessores jurídicos da Companhia e dos Coordenadores da Oferta, bem como a assinatura de termos de restrição à negociação das Ações pela Companhia, seus administradores e Acionistas Vendedores, dentre outras providências necessárias.

De acordo com o Contrato de Colocação e com o Contrato de Colocação Internacional, a Companhia e os Acionistas Vendedores assumiram a obrigação de indenizar os Coordenadores da Oferta e os Agentes de Colocação Internacional em certas circunstâncias e contra determinadas contingências.

O Contrato de Colocação Internacional nos obriga, bem como obriga os Acionistas Vendedores, a indenizarem os Agentes de Colocação Internacional caso eles venham a sofrer perdas no exterior por conta de incorreções relevantes ou omissões relevantes nos *Offering Memorandum*. O Contrato de Colocação Internacional possui declarações específicas em relação à observância de isenções das leis de valores mobiliários dos Estados Unidos, as quais, se descumpridas, poderão dar ensejo a outros potenciais procedimentos judiciais. Em cada um dos casos indicados acima, procedimentos judiciais poderão ser iniciados contra a Companhia e contra os Acionistas Vendedores no exterior. Estes procedimentos no exterior, em especial nos Estados Unidos, poderão envolver valores substanciais, em decorrência do critério utilizado nos Estados Unidos para o cálculo das indenizações devidas nestes processos. Se eventualmente a Companhia for condenada em um processo no exterior em relação a incorreções relevantes ou omissões relevantes nos *Offering Memorandum*, se envolver valores elevados, tal condenação poderá ocasionar um impacto significativo e adverso na Companhia. Para informações adicionais, veja a seção “Fatores de Risco Relacionados à Oferta e às Ações – A realização desta oferta pública de distribuição das Ações, com esforços de colocação no exterior, poderá deixar a Companhia exposta a riscos relativos a uma oferta de valores mobiliários no Brasil e no exterior. Os riscos relativos a ofertas de valores mobiliários no exterior são potencialmente maiores do que os riscos relativos a uma oferta de valores mobiliários no Brasil”, na página 99 deste Prospecto Preliminar.

O Contrato de Colocação estará disponível para consulta, ou obtenção de cópia, a partir da data de disponibilização do Anúncio de Início nos endereços dos Coordenadores da Oferta indicados na seção “Disponibilização de Avisos e Anúncios da Oferta” na página 76 deste Prospecto Preliminar.

#### **Suspensão, modificação, revogação ou cancelamento da Oferta**

Caso: (i) seja verificada divergência relevante entre as informações constantes neste Prospecto Preliminar e no Prospecto Definitivo que altere substancialmente o risco assumido pelos Investidores Não Institucionais, ou a sua decisão de investimento, nos termos do artigo 45, parágrafo 4º, da Instrução CVM 400; (ii) a Oferta seja suspensa, nos termos dos artigos 19 e 20 da Instrução CVM 400; e (iii) a Oferta seja modificada, nos termos dos artigos 25 e 27 da Instrução CVM 400, e/ou (iv) o Preço por Ação seja fixado abaixo de 20% do preço inicialmente indicado considerando um preço por Ação que seja o resultante da aplicação de 20% sobre o valor máximo da Faixa Indicativa, sendo que o valor resultante da aplicação de 20% deverá ser descontado do valor mínimo da Faixa Indicativa, nos termos do artigo 4º do Anexo II do Código ANBIMA e do item 21 do Ofício-Circular CVM/SRE, poderão os Investidores Não Institucionais desistir de seus respectivos Pedidos de Reserva sem quaisquer ônus, nos termos abaixo descritos.

A revogação, suspensão, cancelamento ou qualquer modificação na Oferta será imediatamente divulgada por meio de Anúncio de Retificação disponibilizado nas páginas da Companhia, das Instituições Participantes da Oferta, da CVM e da B3 na rede mundial de computadores, constantes na seção “Informações Adicionais” a partir da página 74 deste Prospecto, mesmos meios utilizados para divulgação do Mercado e do Anúncio de Início, conforme disposto no artigo 27 da Instrução CVM 400.

Na hipótese de suspensão ou modificação da Oferta, nos termos dos artigos 20 e 27 da Instrução CVM 400, ou da ocorrência de um Evento de Fixação do Preço em Valor Inferior à Faixa Indicativa, as Instituições Consorciadas deverão acautelar-se e certificar-se, no momento das aceitações da Oferta, de que o Investidor Não Institucional está ciente de que a Oferta foi alterada e de que tem conhecimento das novas condições estabelecidas. Caso o Investidor Não Institucional já tenha aderido à Oferta, cada Instituição Consorciada deverá comunicar diretamente, por correio eletrônico, correspondência física ou qualquer outra forma de comunicação passível de comprovação ao Investidor Não Institucional que tenha efetuado Pedido de Reserva junto a tal Instituição Consorciada a respeito da modificação efetuada ou da ocorrência de um Evento de Fixação do Preço em Valor Inferior à Faixa Indicativa. Em tais casos, o Investidor Não Institucional poderá desistir do seu Pedido de Reserva, nos termos acima descritos, até às 16:00 horas do quinto dia útil subsequente à data em que for disponibilizado o Anúncio de Retificação ou à data de recebimento, pelo Investidor Não Institucional, da comunicação direta enviada pela Instituição Consorciada acerca da suspensão ou modificação da Oferta ou da ocorrência de um Evento de Fixação do Preço em Valor Inferior à Faixa Indicativa.

**Caso o Investidor Não Institucional não informe, por escrito, sua decisão de desistência do Pedido de Reserva, nos termos descritos acima, seu respectivo Pedido de Reserva será considerado válido e o Investidor Não Institucional deverá efetuar o pagamento do valor total de seu investimento.**

Caso o Investidor Não Institucional já tenha efetuado o pagamento e decida desistir do Pedido de Reserva nas condições previstas acima, os valores depositados serão devolvidos sem qualquer remuneração, juros ou correção monetária, sem reembolso de custos e com dedução, caso incidentes, de quaisquer tributos eventualmente aplicáveis sobre os valores pagos em função do IOF/Câmbio e quaisquer outros tributos que, caso venham a ser criados, incluindo aqueles com alíquota atual equivalente a zero que tenham sua alíquota majorada, no prazo máximo de três dias úteis contados do pedido de cancelamento do respectivo Pedido de Reserva.

Na hipótese de: (i) não haver a conclusão da Oferta; (ii) rescisão do Contrato de Colocação; (iii) cancelamento da Oferta; (iv) revogação da Oferta que torne ineficazes a Oferta e os atos de aceitação anteriores ou posteriores; ou, ainda, (v) em qualquer outra hipótese de devolução dos Pedidos de Reserva em função de expressa disposição legal, cada uma das Instituições Consorciadas que tenha recebido Pedidos de Reserva comunicará ao respectivo Investidor Não Institucional sobre o cancelamento da Oferta, o que poderá ocorrer, inclusive, mediante divulgação de comunicado ao mercado. Caso o Investidor Não Institucional já tenha efetuado o pagamento, os valores depositados serão devolvidos sem qualquer remuneração, juros ou correção monetária, sem reembolso de custos e com dedução, caso incidentes, de quaisquer tributos eventualmente aplicáveis sobre os valores pagos em função do IOF/Câmbio, e quaisquer outros tributos que venham a ser criados, incluindo aqueles com alíquota atual equivalente a zero que tenham sua alíquota majorada, no prazo máximo de três dias úteis contados do recebimento pelo investidor da comunicação acerca de quaisquer dos eventos acima referidos.

## Informações sobre a Garantia Firme de Liquidação

Após a divulgação do Aviso ao Mercado e de sua respectiva nova divulgação (com os logotipos das Instituições Consorciadas), a disponibilização deste Prospecto, o encerramento do Período de Reserva e do Período de Reserva para Pessoas Vinculadas, a conclusão do Procedimento de *Bookbuilding*, a concessão do registro da Companhia como emissora de valores mobiliários sob a categoria “A” pela CVM, a celebração e o cumprimento das condições precedentes previstas no Contrato de Colocação e do Contrato de Colocação Internacional, a concessão dos registros da Oferta pela CVM, a divulgação do Anúncio de Início e a disponibilização do Prospecto Definitivo, as Instituições Participantes da Oferta realizarão a colocação das Ações (considerando as Ações Adicionais, mas sem considerar as Ações Suplementares) em mercado de balcão não organizado, em regime de garantia firme de liquidação, prestada exclusivamente pelos Coordenadores da Oferta, de forma individual e não solidária, na proporção e até os limites individuais abaixo descritos e demais disposições previstas no Contrato de Colocação:

<b>Coordenador da Oferta</b>	<b>Quantidade</b>	<b>Percentual (%)</b>
Coordenador Líder .....	30.954.000,00	35,00%
Bank of America .....	17.688.000,00	20,00%
BTG Pactual .....	17.688.000,00	20,00%
XP .....	17.688.000,00	20,00%
Banco ABC .....	4.422.000,00	5,00%
<b>Total.....</b>	<b>88.440.000,00</b>	<b>100,00%</b>

A proporção prevista na tabela acima poderá ser realocada de comum acordo entre os Coordenadores da Oferta.

A Garantia Firme de Liquidação consiste na obrigação individual e não solidária dos Coordenadores da Oferta, observado o disposto no Contrato de Colocação, de integralizar/liquidar as Ações (considerando as Ações Adicionais, mas sem considerar as Ações Suplementares) que tenham sido subscritas/adquiridas, porém não integralizadas/liquidadas, no Brasil, pelos seus respectivos investidores na Data de Liquidação, na proporção e até o limite individual de garantia firme de liquidação prestada por cada um dos Coordenadores da Oferta, nos termos do Contrato de Colocação.

Caso as Ações (considerando as Ações Adicionais, mas sem considerar as Ações Suplementares), objeto de Garantia Firme de Liquidação efetivamente subscritas/adquiridas por investidores não sejam totalmente integralizadas/liquidadas por estes até a Data de Liquidação, cada Coordenador da Oferta, observado o disposto no Contrato de Colocação, subscreverá/adquirirá, na Data de Liquidação, pelo Preço por Ação, na proporção e até o limite individual da Garantia Firme de Liquidação prestada por cada um dos Coordenadores da Oferta, de forma individual e não solidária, a totalidade do saldo resultante da diferença entre: (i) o número de Ações objeto da Garantia Firme de Liquidação prestada pelos Coordenadores da Oferta, nos termos do Contrato de Colocação; e (ii) o número de Ações objeto da Garantia Firme de Liquidação efetivamente subscritas/adquiridas e integralizadas/liquidadas, no Brasil, por investidores no mercado, multiplicado pelo Preço por Ação.

Para os fins do disposto no item 5 do Anexo VI da Instrução CVM 400, em caso de exercício da Garantia Firme de Liquidação, caso os Coordenadores da Oferta, por si ou por suas afiliadas, nos termos do Contrato de Colocação, tenham interesse em vender tais Ações antes da divulgação do Anúncio de Encerramento, o preço de venda dessas Ações será o preço de mercado das ações ordinárias de emissão da Companhia, limitado ao Preço por Ação, sendo certo, entretanto, que as operações realizadas em decorrência das Atividades de Estabilização não estarão sujeitas a tais limites.

## **Estabilização dos Preços das Ações**

O Agente Estabilizador, por intermédio da Corretora, após notificação ao demais Coordenadores da Oferta, poderá, a seu exclusivo critério, realizar operações bursáteis visando à estabilização do preço das ações ordinárias de emissão da Companhia na B3, no âmbito da Oferta, dentro de trinta dias contados da data de início da negociação das Ações na B3, inclusive, observadas as disposições legais aplicáveis e o disposto no Contrato de Estabilização, o qual será previamente submetido à análise e aprovação da CVM e da B3, nos termos do artigo 23, parágrafo 3º, da Instrução CVM 400 e do item II da Deliberação CVM 476, antes da divulgação do Anúncio de Início.

Não existe obrigação por parte do Agente Estabilizador de realizar operações bursáteis e, uma vez iniciadas, tais operações poderão ser descontinuadas e retomadas a qualquer momento, observadas as disposições do Contrato de Estabilização. Assim, o Agente Estabilizador e a Corretora poderão escolher livremente as datas em que realizarão as operações de compra e venda das ações ordinárias de emissão da Companhia no âmbito das atividades de estabilização, não estando obrigados a realizá-las em todos os dias ou em qualquer data específica, podendo, inclusive, interrompê-las e retomá-las a qualquer momento, a seu exclusivo critério.

O Contrato de Estabilização estará disponível para consulta e obtenção de cópias junto ao Agente Estabilizador e à CVM a partir da data de divulgação do Anúncio de Início nos endereços indicados na seção “Informações Adicionais” a partir da página 74 deste Prospecto.

## **Violações das Normas de Conduta**

Na hipótese de haver descumprimento e/ou indícios de descumprimento, pelas Instituições Consorciadas, de qualquer das obrigações previstas no termo de adesão ao Contrato de Colocação, na carta-convite ou em qualquer contrato celebrado no âmbito da Oferta, ou, ainda, de qualquer das normas de conduta previstas na regulamentação aplicável no âmbito da Oferta, incluindo, sem limitação, as normas previstas na Instrução CVM 400 e no Código ANBIMA, especialmente as normas referentes ao período de silêncio, condições de negociação com as ações ordinárias de emissão da Companhia, emissão de relatórios de pesquisa e de marketing da Oferta, conforme previsto no artigo 48 da Instrução CVM 400, tal Instituição Consorciada, a critério exclusivo dos Coordenadores da Oferta e sem prejuízo das demais medidas por eles julgadas cabíveis: (i) deixará de integrar o grupo de instituições financeiras responsáveis pela colocação das Ações no âmbito da Oferta, sendo cancelados todos os Pedidos de Reserva que tenha recebido e a Instituição Consorciada deverá informar imediatamente aos respectivos investidores sobre referido cancelamento, devendo ser restituídos pela Instituição Consorciada integralmente aos respectivos investidores os valores eventualmente dados em contrapartida às Ações, no prazo máximo de até três dias úteis contados da data de divulgação do descredenciamento da Instituição Consorciada, sem qualquer remuneração, juros, correção monetária e, ainda, sem reembolso de custos e com dedução, caso incidentes, de quaisquer tributos ou taxas eventualmente aplicáveis sobre os valores pagos, inclusive, em função do IOF/Câmbio, e quaisquer outros tributos que venham a ser criados, incluindo aqueles com alíquota atual equivalente a zero que tenham sua alíquota majorada; (ii) arcará integralmente com quaisquer custos e prejuízos relativos à sua exclusão como Instituição Participante da Oferta, incluindo custos com publicações, indenizações decorrentes de eventuais condenações judiciais em ações propostas por investidores por conta do cancelamento, honorários advocatícios e demais custos perante terceiros, inclusive custos decorrentes de demandas de potenciais investidores; (iii) indenizará, manterá indene e isentará os Coordenadores da Oferta, suas afiliadas e respectivos administradores, acionistas, sócios, funcionários e empregados, bem como os sucessores e cessionários dessas pessoas por toda e qualquer perda que estes possam incorrer; e (iv) poderá ter suspenso, por um período de seis meses contados da data da comunicação da violação, o direito de atuar como instituição intermediária em ofertas públicas de distribuição de valores mobiliários sob a coordenação de quaisquer dos Coordenadores da Oferta. Os Coordenadores da Oferta não serão, em hipótese alguma, responsáveis por quaisquer prejuízos causados aos investidores que tiverem suas intenções de investimento e/ou Pedidos de Reserva cancelados por força do descredenciamento da Instituição Consorciada.

## **Direitos, vantagens e restrições das Ações**

As Ações conferirão aos seus titulares os mesmos direitos, vantagens e restrições conferidos aos titulares de ações ordinárias de emissão da Companhia, nos termos previstos em seu Estatuto Social, na Lei das Sociedades por Ações e no Regulamento do Novo Mercado, conforme vigentes nesta data, dentre os quais se destacam os seguintes:

- (a) direito de voto nas assembleias gerais da Companhia, sendo que cada ação ordinária corresponde a um voto;
- (b) observadas as disposições aplicáveis da Lei das Sociedades por Ações, direito ao dividendo mínimo obrigatório, em cada exercício social, não inferior a 25% do lucro líquido de cada exercício, ajustado nos termos do artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações, e dividendos adicionais eventualmente distribuídos por deliberação da assembleia geral ou pelo Conselho de Administração;
- (c) no caso de liquidação da Companhia, direito ao recebimento dos pagamentos relativos ao remanescente do seu capital social, na proporção da sua participação no capital social da Companhia, nos termos do artigo 109, inciso II, da Lei das Sociedades por Ações;
- (d) direito de preferência na subscrição de novas ações, conforme conferido pelo artigo 109, inciso IV, da Lei das Sociedades por Ações;
- (e) direito de alienar as ações ordinárias de emissão da Companhia, nas mesmas condições asseguradas ao(s) acionista(s) controlador(es), no caso de alienação, direta ou indireta, a título oneroso do controle sobre a Companhia, tanto por meio de uma única operação, como por meio de operações sucessivas, observadas as condições e os prazos previstos na legislação vigente e no Regulamento do Novo Mercado, de forma a lhe assegurar tratamento igualitário àquele dado aos acionistas controladores (*tag along*);
- (f) direito de alienar as ações ordinárias de emissão da Companhia em oferta pública de aquisição de ações a ser realizada pela Companhia ou pelos acionistas controladores da Companhia, em caso de cancelamento do registro de companhia aberta ou de saída da Companhia do Novo Mercado, por, no mínimo, obrigatoriamente, seu valor econômico, apurado mediante laudo de avaliação elaborado por instituição ou empresa especializada com experiência comprovada e independente quanto ao poder de decisão da Companhia, seus administradores e/ou acionistas controladores;
- (g) direito ao recebimento de dividendos integrais e demais distribuições pertinentes às ações ordinárias que vierem a ser declarados pela Companhia a partir da data de disponibilização do Anúncio de Início; e
- (h) todos os demais benefícios conferidos aos titulares das ações ordinárias pela Lei das Sociedades por Ações, pelo Regulamento do Novo Mercado e pelo Estatuto Social da Companhia.

Para mais informações sobre os direitos, vantagens e restrições das ações ordinárias de emissão da Companhia, veja a seção “18. Valores Mobiliários” do Formulário de Referência.

## **Negociação das Ações na B3**

A Companhia e a B3 celebrarão, oportunamente, o Contrato de Participação no Novo Mercado, por meio do qual a Companhia às Práticas Diferenciadas de Governança Corporativa do Novo Mercado da B3, disciplinado pelo Regulamento do Novo Mercado, que estabelece regras diferenciadas de governança corporativa e divulgação de informações ao mercado a serem observadas pela Companhia, mais rigorosas do que aquelas estabelecidas na Lei das Sociedades por Ações, observado que o referido contrato entrará em vigor na data de disponibilização do Anúncio de Início.

As principais regras relativas ao Regulamento do Novo Mercado encontram-se resumidas no Formulário de Referência. Para informações adicionais sobre a negociação das Ações na B3, consulte uma instituição autorizada a operar na B3.

**Recomenda-se a leitura, além deste Prospecto Preliminar, do Formulário de Referência, para informações adicionais sobre a Companhia, incluindo seu setor de atuação, suas atividades e situação econômica e financeira, e os fatores de risco que devem ser considerados antes da decisão de investimento nas Ações.**

#### **Contratação de Formador de Mercado**

Em conformidade com o disposto no Código ANBIMA, os Coordenadores da Oferta recomendaram à Companhia e aos Acionistas Vendedores a contratação de instituição para desenvolver atividades de formador de mercado, nos termos da Instrução da CVM nº 348, de 17 de março de 2003, para a realização de operações destinadas a fomentar a liquidez das ações ordinárias emitidas pela Companhia no mercado secundário. **No entanto, não houve e não haverá contratação de formador de mercado para esta Oferta.**

#### **Acordos de restrição à venda de Ações (Instrumentos de *Lock-up*)**

A Companhia, seus administradores e os Acionistas Vendedores se comprometerão, perante os Coordenadores da Oferta e os Agentes de Colocação Internacional, a celebrar acordos de restrição à venda de ações ordinárias de emissão da Companhia, por meio dos quais, observadas as exceções e outras disposições previstas no Contrato de Colocação Internacional, concordarão em não oferecer, vender, emitir, contratar a venda, penhorar, emprestar, dar em garantia, conceder qualquer opção de compra, realizar qualquer venda a descoberto ou de outra forma onerar ou dispor, direta ou indiretamente, pelo período de 180 dias contados da data de disponibilização do Anúncio de Início, quaisquer ações ordinárias de emissão da Companhia de que sejam titulares imediatamente após a Oferta, ou valores mobiliários conversíveis ou permutáveis por, ou que representem um direito de receber ações ordinárias de emissão da Companhia, ou que admitam pagamento mediante entrega de ações ordinárias de emissão da Companhia, bem como derivativos nelas lastreados, ressalvadas as Ações Suplementares.

**A venda ou a percepção de uma possível venda de um volume substancial das ações poderá prejudicar o valor de negociação das ações de emissão da Companhia. Para mais informações sobre os riscos relacionados à venda de volume substancial de ações ordinárias de emissão da Companhia, veja o fator de risco “A venda, ou a percepção de potencial venda, de quantidades significativas das ações de emissão da Companhia, após a conclusão da Oferta e o período de *Lock-up*, poderá afetar negativamente o preço de mercado das ações ordinárias de emissão da Companhia no mercado secundário ou a percepção dos investidores sobre a Companhia”, na seção “Fatores de Risco Relacionados à Oferta e às Ações” na página 95 do Prospecto Preliminar.**

#### **Instituição financeira responsável pela escrituração das Ações**

A instituição financeira contratada para a prestação dos serviços de escrituração, custódia e transferência das ações ordinárias de emissão da Companhia é a Itaú Corretora de Valores S.A.

## **Inadequação da Oferta**

O investimento em ações representa um investimento de risco, pois é um investimento em renda variável e, assim, os investidores que pretendam investir nas Ações estão sujeitos a perdas patrimoniais e riscos, inclusive àqueles relacionados às Ações, à Companhia, ao setor em que a Companhia atua, aos seus acionistas e ao ambiente macroeconômico do Brasil, descritos neste Prospecto e no Formulário de Referência, e que devem ser cuidadosamente considerados antes da tomada de decisão de investimento. O investimento em ações é um investimento em renda variável, não sendo, portanto, adequado a investidores avessos aos riscos relacionados à volatilidade do mercado de capitais. Ainda assim, não há qualquer classe ou categoria de investidor que esteja proibida por lei de adquirir as Ações ou, com relação à qual o investimento nas Ações seria, no entendimento da Companhia, dos Acionistas Vendedores e dos Coordenadores da Oferta, inadequado.

## **Condições a que a Oferta esteja submetida**

A realização da Oferta não está submetida a nenhuma condição, exceto pelas condições de mercado.

## **Informações adicionais**

A aquisição das Ações apresenta certos riscos e possibilidades de perdas patrimoniais que devem ser cuidadosamente considerados antes da tomada de decisão de investimento. **Recomenda-se aos potenciais investidores, incluindo-se os Investidores Institucionais, que leiam este Prospecto Preliminar, em especial as seções “Fatores de Risco Relacionados à Oferta e às Ações” e “Sumário da Companhia – Principais Fatores de Risco da Companhia”, a partir das páginas 95 e 21, respectivamente, bem como a seção “4. Fatores de Risco” do Formulário de Referência antes de tomar qualquer decisão de investir nas Ações.**

Os Coordenadores da Oferta recomendam fortemente que os Investidores Não Institucionais interessados em participar da Oferta leiam, atenta e cuidadosamente, os termos e condições estipulados no Pedido de Reserva, especialmente os procedimentos relativos ao pagamento do Preço por Ação e à liquidação da Oferta. **É recomendada a todos os investidores a leitura deste Prospecto e do Formulário de Referência antes da tomada de qualquer decisão de investimento.**

Os investidores que desejarem obter exemplar deste Prospecto Preliminar e acesso aos anúncios e avisos referentes à Oferta ou informações adicionais sobre a Oferta ou, ainda, realizar reserva das Ações, deverão dirigir-se aos seguintes endereços e páginas da rede mundial de computadores da Companhia, dos Coordenadores da Oferta e/ou das Instituições Participantes da Oferta indicadas abaixo ou junto à CVM.

## ***Pandemia do COVID-19 (novo coronavírus)***

As operações da Companhia, bem como as operações das sociedades direta ou indiretamente controladas pela Companhia, sofreram um impacto relevante em razão das medidas de restrição à circulação (resultando, por exemplo, na diminuição da operação das companhias aéreas) adotadas como consequência da pandemia do COVID-19. Tendo o vinho como produto, a Companhia trabalha em grande parte com itens importados, em uma combinação de modal aéreo com terrestre para cobrir todo o território nacional. Além disso, a Companhia acredita que a pandemia provocada pelo novo coronavírus, e a consequente deterioração da economia e da confiança do consumidor, continuará a afetar negativamente seus negócios, condição financeira, resultados operacionais, liquidez e fluxo de caixa, cuja extensão dependerá de desenvolvimentos futuros, que são altamente incertos e imprevisíveis. Na data deste Prospecto, não é possível assegurar se, futuramente, tal avaliação será prejudicada ou a extensão de tais prejuízos, tampouco é possível assegurar que não haverá incertezas materiais na capacidade da Companhia continuar operando seus negócios.

Para informações sobre a avaliação atual sobre os impactos do COVID-19 nos negócios da Companhia ver “Impactos da Pandemia de COVID-19 para as Atividades da Companhia”, disponível no item 10.9 do Formulário de Referência.

**OS INVESTIDORES DEVEM LER A SEÇÃO “FATORES DE RISCO RELACIONADOS À OFERTA E ÀS AÇÕES” DESTE PROSPECTO, O ITEM “4. FATORES DE RISCO” E O ITEM “10. COMENTÁRIOS DOS DIRETORES” DO FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA DA COMPANHIA, PARA MELHOR COMPREENSÃO DOS FATORES DE RISCO E DA SITUAÇÃO FINANCEIRA DA COMPANHIA, QUE DEVEM SER CONSIDERADOS EM RELAÇÃO À SUBSCRIÇÃO DAS AÇÕES ANTES DA TOMADA DE QUALQUER DECISÃO DE INVESTIMENTO.**

#### **Companhia**

##### **W2W E-COMMERCE DE VINHOS S.A.**

Rua Comendador Alcides Simao Helou, 1.565, Civit II

CEP 29168-090, Serra, ES

At.: Sr. Alexandre Magno da Cruz Oliveira Filho

Tel.: +55 (27) 3398-9456

[www.ri.wine.com.br](http://www.ri.wine.com.br) (neste *website*, na aba “arquivos”, acessar “Prospectos” e, por fim, clicar em “Prospecto Preliminar”)

#### **COORDENADORES DA OFERTA**

##### **Banco Itaú BBA S.A.**

Avenida Brigadeiro Faria Lima, 3.500, 1º, 2º, 3º (parte), 4º e 5º andares

CEP 04538-132, São Paulo, SP

At.: Sra. Renata G. Dominguez

Tel.: + 55 (11) 3708-8876

<http://www.itau.com.br/itaubba-pt/nossos-negocios/ofertas-publicas/> (neste *website*, clicar no menu suspenso de ano, selecionar “2020”, e posteriormente clicar em “Buscar”, buscar “W2W E-Commerce de Vinhos S.A.”, clicar em “2020”, em seguida em “Oferta Pública Inicial de Ações (IPO)”, por fim em “Prospecto Preliminar”).

##### **Bank of America Merrill Lynch Banco Múltiplo S.A.**

Avenida Brigadeiro Faria Lima, 3.400, 12º andar

CEP 04538-132, São Paulo, SP

At.: Sr. Bruno Saraiva

Tel.: + 55 (11) 2188-4000

<http://www.merrilllynch-brasil.com.br> (neste *website*, no item “Prospectos” clicar no item “Wine” e, então, clicar em “Prospecto Preliminar”).

##### **Banco BTG Pactual S.A.**

Avenida Brigadeiro Faria Lima, 3.477, 14º andar

CEP 04538-133, São Paulo, SP

At.: Sr. Fabio Nazari

Tel.: + 55 (11) 3383-2000

<https://www.btgpactual.com/home/investment-bank> (neste *website*, acessar “Mercado de Capitais – Download”, depois clicar em “2020” e, a seguir, logo abaixo de “Distribuição Pública Primária e Secundária de Ações Ordinárias de Emissão da W2W E-Commerce de Vinhos S.A.”, clicar em “Prospecto Preliminar”).

### **XP Investimentos Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários S.A.**

Avenida Chedid Jafet, 75, Torre Sul, 30º andar

CEP 04551-065, São Paulo, SP

At.: Sr. Vitor Saraiva

Tel.: + 55 (11) 4871-4277

[www.xpi.com.br](http://www.xpi.com.br) (neste *website*, clicar em “Investimentos”, depois clicar em “Oferta Pública”, em seguida clicar em “Distribuição Pública Primária e Secundária de Ações Ordinárias de Emissão da W2W E-Commerce de Vinhos S.A.” e, então, clicar em “Prospecto Preliminar”).

### **Banco ABC Brasil S.A.**

Avenida Cidade Jardim, nº 803, 2º andar, Itaim Bibi

CEP 01453-000, São Paulo, SP

At.: Sr. Bruno Bilate Sbano

Tel.: +55 (11) 3170-2000

<https://www.abcbrasil.com.br/abc-corporate/investment-banking/mercado-decapitais/ofertas-deacoes/> (neste *website*, identificar “W2W E-Commerce de Vinhos S.A.” e, posteriormente, selecionar o documento correspondente).

### **Instituições Consorciadas**

Este Prospecto Preliminar também estará disponível nos seguintes endereços e *websites*:

- (i) CVM, situada na Rua Sete de Setembro, nº 111, 5º andar, CEP 20159-900, na Cidade do Rio de Janeiro, no Estado do Rio de Janeiro, e na Rua Cincinato Braga, nº 340, 2º, 3º e 4º andares, CEP 01333-010, na Cidade de São Paulo, no Estado de São Paulo ([www.cvm.gov.br](http://www.cvm.gov.br), neste *website* acessar “Central de Sistemas” na página inicial, acessar “Ofertas Públicas”, em seguida, na tabela de “Primária”, clicar no item “Ações”, depois, na tabela “Oferta Inicial (IPO)”, clicar em “Volume em R\$” e, então, acessar o link referente à “W2W E-Commerce de Vinhos S.A.”, e, posteriormente, clicar no link referente ao Prospecto Preliminar disponível); e
- (ii) B3 ([http://www.b3.com.br/pt\\_br/produtos-e-servicos/solucoes-para-emissores/ofertas-publicas/ofertas-em-andamento](http://www.b3.com.br/pt_br/produtos-e-servicos/solucoes-para-emissores/ofertas-publicas/ofertas-em-andamento) – neste *website* acessar “Ofertas em andamento”, depois clicar em “Empresas”, depois clicar em “W2W E-Commerce de Vinhos S.A.” e posteriormente acessar “Prospecto Preliminar”).

### **Disponibilização de avisos e anúncios da Oferta**

O AVISO AO MERCADO, BEM COMO SUA NOVA DISPONIBILIZAÇÃO (COM O LOGOTIPO DAS INSTITUIÇÕES CONSORCIADAS), O ANÚNCIO DE INÍCIO, O ANÚNCIO DE ENCERRAMENTO, EVENTUAIS ANÚNCIOS DE RETIFICAÇÃO, BEM COMO TODO E QUALQUER AVISO OU COMUNICADO RELATIVO À OFERTA SERÃO DISPONIBILIZADOS, ATÉ O ENCERRAMENTO DA OFERTA, EXCLUSIVAMENTE, NAS PÁGINAS NA REDE MUNDIAL DE COMPUTADORES DA COMPANHIA, DAS INSTITUIÇÕES PARTICIPANTES DA OFERTA INDICADAS ABAIXO, DA CVM E DA B3.

Nos termos do artigo 4º da Instrução CVM 400, os Acionistas Vendedores foram dispensados pela CVM de divulgar o Aviso ao Mercado, bem como sua nova disponibilização (com o logotipo das Instituições Consorciadas), o Anúncio de Início, o Anúncio de Encerramento, eventuais Anúncios de Retificação, bem como todo e qualquer aviso ou comunicado relativo à Oferta.

### **Companhia**

#### **W2W E-Commerce de Vinhos S.A.**

[www.ri.wine.com.br](http://www.ri.wine.com.br) (neste *website*, na aba “arquivos” acessar “Prospectos” e, por fim, clicar em “Prospecto Preliminar”).

## Coordenadores da Oferta

### **Banco Itaú BBA S.A.**

<http://www.itaubba.com.br/itaubba-pt/nossos-negocios/ofertas-publicas/> (neste *website*, clicar no menu suspenso de ano, selecionar “2020”, e posteriormente clicar em “Buscar”, clicar “W2W E-Commerce de Vinhos S.A.”, clicar em “2020”, em seguida em “Oferta Pública Inicial de Ações (IPO)”, por fim em cada anúncio e aviso da oferta).

### **Bank of America Merrill Lynch Banco Múltiplo S.A.**

<http://www.merrilllynch-brasil.com.br> (neste *website*, no item “Prospectos” clicar no item “Wine” e, então, clicar no título do documento correspondente).

### **Banco BTG Pactual S.A.**

<https://www.btgpactual.com/home/investment-bank> (neste *website*, acessar “Mercado de Capitais – Download”, depois clicar em “2020” e, a seguir, logo abaixo de “Distribuição Pública Primária e Secundária de Ações da W2W E-Commerce de Vinhos S.A.”, clicar no título do documento correspondente).

### **XP Investimentos Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários S.A.**

[www.xpi.com.br](http://www.xpi.com.br) (neste *website*, clicar em “Investimentos”, depois clicar em “Oferta Pública”, em seguida clicar em “Distribuição Pública Primária e Secundária de Ações Ordinárias de Emissão da W2W E-Commerce de Vinhos S.A.” e, então, clicar em “Prospecto Preliminar”).

### **Banco ABC Brasil S.A.**

<https://www.abcbrazil.com.br/abc-corporate/investment-banking/mercado-decapitais/ofertas-deacoes/> (neste *website*, identificar “W2W E-Commerce de Vinhos S.A.” e, posteriormente, selecionar o documento correspondente).

## Instituições Consorciadas

Informações adicionais sobre as Instituições Consorciadas podem ser obtidas nas dependências das Instituições Consorciadas credenciadas junto à B3 para participar da Oferta, bem como na página da rede mundial de computadores da B3 ([www.b3.com.br](http://www.b3.com.br)).

Este Prospecto também estará disponível nos seguintes endereços e *websites*: (i) **CVM**, situada na Rua Sete de Setembro, nº 111, 5º andar, CEP 20159-900, na Cidade do Rio de Janeiro, no Estado do Rio de Janeiro, e na Rua Cincinato Braga, nº 340, 2º, 3º e 4º andares, CEP 01333-010, na Cidade de São Paulo, no Estado de São Paulo ([www.cvm.gov.br](http://www.cvm.gov.br) – neste *website* acessar em “Central de Sistemas” na página inicial, acessar “Ofertas Públicas”, em seguida, na tabela de “Secundárias”, clicar no item “Ações”, depois, na página referente a “Ofertas Secundárias em Análise”, na tabela “Oferta Inicial (IPO) – Volume em R\$”, acessar o link referente à “W2W E-Commerce de Vinhos S.A.” e, posteriormente, clicar no link referente ao Prospecto Definitivo disponível); e (ii) **B3** ([http://www.b3.com.br/pt\\_br/produtos-e-servicos/solucoes-para-emissores/ofertas-publicas/ofertas-em-andamento/](http://www.b3.com.br/pt_br/produtos-e-servicos/solucoes-para-emissores/ofertas-publicas/ofertas-em-andamento/) – neste *website* acessar “Empresas”, depois clicar em “W2W E-Commerce de Vinhos S.A.”, posteriormente acessar “Prospecto Preliminar”).

Este Prospecto não constitui uma oferta de venda de Ações nos Estados Unidos ou em qualquer outra jurisdição em que a venda seja proibida, sendo que não será realizado nenhum registro da Oferta ou das Ações na SEC ou em qualquer agência ou órgão regulador do mercado de capitais de qualquer outro país, exceto o Brasil. As Ações não poderão ser ofertadas ou vendidas nos Estados Unidos ou a pessoas consideradas *U.S. persons*, conforme definido no Regulamento S, sem que haja o registro sob o *Securities Act*, ou de acordo com uma isenção de registro nos termos do *Securities Act*. A Companhia e os Coordenadores da Oferta não pretendem registrar a Oferta ou as Ações nos Estados Unidos nem em qualquer agência ou órgão regulador do mercado de capitais de qualquer outro país.

Tendo em vista a possibilidade de veiculação de matérias na mídia sobre a Companhia e a Oferta, a Companhia, os Acionistas Vendedores e os Coordenadores da Oferta recomendam aos investidores que baseiem suas decisões de investimento nas informações constantes deste Prospecto Preliminar, do Prospecto Definitivo e do Formulário de Referência.

**PARA UMA DESCRIÇÃO DE CERTOS FATORES DE RISCO RELACIONADOS À COMPANHIA, À OFERTA E SUBSCRIÇÃO/AQUISIÇÃO DE AÇÕES QUE DEVEM SER CONSIDERADOS NA TOMADA DE DECISÃO DE INVESTIMENTO, LEIA ESTE PROSPECTO PRELIMINAR E O FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA ANTES DE ACEITAR A OFERTA, EM ESPECIAL AS SEÇÕES “SUMÁRIO DA COMPANHIA – PRINCIPAIS FATORES DE RISCO RELACIONADOS À COMPANHIA” E “FATORES DE RISCO RELACIONADOS À OFERTA E ÀS AÇÕES” NAS PÁGINAS 21 E 95 DESTE PROSPECTO PRELIMINAR, BEM COMO A SEÇÃO 4 DO FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA.**

A Oferta está sujeita à prévia análise e aprovação da CVM, sendo que o registro da Oferta foi requerido junto à CVM em 03 de setembro de 2020.

**O REGISTRO DA PRESENTE OFERTA NÃO IMPLICA, POR PARTE DA CVM, GARANTIA DE VERACIDADE DAS INFORMAÇÕES PRESTADAS OU EM JULGAMENTO SOBRE A QUALIDADE DA COMPANHIA, BEM COMO SOBRE AS AÇÕES A SEREM DISTRIBUÍDAS.**

Não há inadequação específica da Oferta a certo grupo ou categoria de investidor. Como todo e qualquer investimento em valores mobiliários de renda variável, o investimento nas Ações apresenta riscos e possibilidade de perdas patrimoniais que devem ser cuidadosamente considerados antes da tomada de decisão de investimentos. Portanto, uma decisão de investimento nas Ações requer experiência e conhecimentos específicos que permitam ao investidor uma análise detalhada dos negócios da Companhia, mercado de atuação e os riscos inerentes aos negócios da Companhia, já que podem, inclusive, ocasionar a perda integral do valor investido. Recomenda-se que os interessados em participar da Oferta consultem seus advogados, contadores, consultores financeiros e demais profissionais que julgarem necessários para auxiliá-los na avaliação da adequação da Oferta ao perfil de investimento, dos riscos inerentes aos negócios da Companhia e ao investimento nas Ações.

O investimento em Ações representa um investimento de risco, pois é um investimento em renda variável e, assim, os investidores que pretendam investir em Ações estão sujeitos a perdas patrimoniais e riscos, inclusive àqueles relacionados às Ações, à Companhia, ao setor em que atua, aos seus acionistas e ao ambiente macroeconômico do Brasil, descritos neste Prospecto Preliminar e no Formulário de Referência, e que devem ser cuidadosamente considerados antes da tomada de decisão de investimento. O investimento em Ações não é, portanto, adequado a investidores avessos aos riscos relacionados à volatilidade do mercado de capitais. Ainda assim, não há qualquer classe ou categoria de investidor que esteja proibida por lei de subscrever ou adquirir Ações ou, com relação à qual o investimento em Ações seria, no entendimento da Companhia e dos Coordenadores da Oferta, inadequado.

## APRESENTAÇÃO DAS INSTITUIÇÕES PARTICIPANTES DA OFERTA

### Coordenador Líder

O Itaú BBA é o banco de atacado do conglomerado Itaú Unibanco. O Itaú BBA é resultado da fusão dos bancos BBA e das áreas *corporate* do Banco Itaú S.A. e Unibanco – União de Bancos Brasileiros S.A. Em 30 de setembro de 2019, o Itaú Unibanco apresentou os seguintes resultados: ativos na ordem de R\$1,6 trilhão e uma carteira de crédito de R\$689 bilhões. A história do Itaú BBA começa com o BBA Creditanstalt, fundado em 1988 em São Paulo por Fernão Bracher e Antonio Beltran, em parceria com o Bank Austria Creditanstalt. A atuação do banco estava voltada para operações financeiras bancárias, com características de atacado, e destaque para *underwriting*, *hedge*, crédito e câmbio.

Em 1991, foi a única instituição brasileira a coordenar o consórcio de bancos estrangeiros para investimentos no programa de privatização de empresas estatais no país. Ainda no mesmo ano, recebeu autorização do BACEN para operar subsidiária em Bahamas e atender a demanda de clientes na área internacional.

Em 1994, assinou acordo de cooperação com a administradora de recursos Paribas Capital. No ano seguinte, juntou-se ao Capital Group, de Los Angeles, para formar a administradora de fundos BBA Capital. Em 1996, adquiriu a Financiadora Mappin e criou a Fináustria, especializada em financiamento de veículos. Nessa época, já contava com sucursais em Campinas, Rio de Janeiro, Porto Alegre e Belo Horizonte.

Em 2001, o BBA tem novo parceiro de negócios, em razão da compra do Creditanstalt pelo grupo alemão HVB. No ano seguinte, a associação com o Grupo Icatu fez surgir duas empresas: a BBA Icatu Corretora e a BBA Icatu Investimentos.

No final de 2002, ocorreu a associação com o Banco Itaú S.A., surgindo assim uma nova instituição: o Itaú BBA. Com gestão autônoma para conduzir todos os negócios de clientes corporativos e banco de investimento do grupo, passa a contar com a base de capital e liquidez do Itaú e a especialização do BBA no segmento de atacado.

Em 2005, o Itaú BBA ampliou as atividades de banco de investimentos e, com isso, consolidou-se como um player de mercado em fusões e aquisições, equities e renda fixa local, conforme descrito abaixo. A partir de 2008, iniciou expansão de suas atividades em renda fixa internacional e produtos estruturados.

Em 2009, o BACEN aprovou a associação entre o Itaú e o Unibanco. O Itaú BBA uniu-se com a área *corporate* do Unibanco, e ainda concentrou as atividades de tesouraria institucional do grupo.

### Atividade de *Investment Banking* do Itaú BBA

A área de *investment banking* do Itaú BBA oferece assessoria a clientes corporativos e investidores na estruturação de produtos de banco de investimento, incluindo renda variável, renda fixa e fusões e aquisições.

O Itaú BBA tem sido reconhecido como um dos melhores bancos de investimento nas regiões em que atua: foi eleito cinco anos consecutivos, de 2011 a 2015, banco de investimento mais inovador da América Latina pela The Banker, para a mesma região, foi considerado o melhor banco de investimento em 2011, 2012, 2013, 2015, 2016 e 2017 pela Global Finance, mesma instituição que o apontou como o melhor *investment bank* do Brasil em 2009, 2012, 2013, 2014 e 2015 e como o banco mais criativo do mundo em 2016. Também em 2016, o Itaú BBA foi eleito pela Bloomberg como o melhor assessor em transações de M&A da América Latina e Caribe.

Em renda variável, o Itaú BBA oferece serviços para estruturação de ofertas públicas primárias e secundárias de ações e de *Deposit Receipts* (DRs), ofertas públicas para aquisição e permuta de ações, além de assessoria na condução de processos de reestruturação societária de companhias abertas e trocas de participações acionárias. A condução das operações é realizada em conjunto com a Itaú Corretora de Valores S.A., que tem relacionamento com investidores domésticos e internacionais, além de contar com o apoio da melhor casa de *research* do Brasil e da América Latina, segundo a Institutional Investor. Em 2019 o Itaú BBA foi líder em emissões no mercado brasileiro em número de transações que totalizaram US\$18,8 bilhões.

Com equipe especializada, a área de fusões e aquisições do Itaú BBA oferece aos clientes estruturas e soluções para assessoria, coordenação, execução e negociação de aquisições, desinvestimentos, fusões e reestruturações societárias. De acordo com o *ranking* de fusões e aquisições da Dealogic, o Itaú BBA prestou assessoria financeira a 45 transações em 2019 na América do Sul, obtendo a primeira colocação no *ranking* por quantidade de operações acumulando um total de US\$8,5 bilhões.

No segmento de renda fixa, o Itaú BBA conta com equipe dedicada para prover aos clientes produtos no mercado doméstico e internacional, tais como: notas promissórias, debêntures, *commercial papers*, *fixed* e *floating rate notes*, fundos de investimento em direitos creditórios (FIDC), certificados de recebíveis imobiliários (CRI) e certificados de recebíveis do agronegócio (CRA). Em 2014, segundo o *ranking* da ANBIMA, o Itaú BBA foi líder em distribuição de renda fixa local, coordenando 20% do volume total distribuído, que ultrapassou os R\$7 bilhões. Pelo mesmo *ranking*, o Itaú BBA ficou em segundo lugar em 2015 e 2016, tendo coordenado operações cujo volume total somou mais de US\$4 bilhões em 2015, US\$8 bilhões em 2016 e US\$6 bilhões em 2017, equivalente a 14%, 21% e 27% do total, respectivamente. Em 2018 o Itaú BBA foi líder obtendo 37% de participação sobre o volume total emitido, tendo coordenado operações cujo volume total somou aproximadamente US\$8 bilhões.

### **Bank of America**

O Bank of America está presente no Brasil desde 1953, contando com uma estrutura de aproximadamente 660 funcionários, com foco na intermediação e negociação de títulos de renda fixa e variável, em operações de câmbio e na prestação de serviços de banco de investimentos, incluindo a assessoria financeira em operações de fusões e aquisições, reestruturações e no mercado de capitais.

A fusão global entre os grupos Merrill Lynch e Bank of America resultou no que o Bank of America acredita ser um dos maiores conglomerados financeiros do mundo e um dos líderes mundiais na negociação e intermediação de títulos e valores mobiliários, na prestação de serviços de banco de investimentos e de finanças corporativas, na gestão de ativos e grandes riquezas e na prestação de serviços de gestão de tesouraria.

O conglomerado Bank of America Merrill Lynch atende clientes nos segmentos de pessoa física, pequenos e médios negócios e também grandes empresas, oferecendo uma vasta gama de produtos e serviços de banco comercial, banco de investimentos, gestão de ativos e de risco. Sua ampla plataforma nos Estados Unidos da América serve mais de 67 milhões de clientes a partir de suas mais de 4.400 agências, mais de 16.100 caixas eletrônicos e um sistema online que atende mais de 36 milhões de usuários ativos.

O grupo atua em mais de 150 países, possuindo relacionamento com 99% das 500 maiores companhias de acordo com a U.S. Fortune e 83% das 500 maiores companhias de acordo com a Fortune Global. As ações da Bank of America Corporation (NYSE: BAC), controladora do Bank of America, fazem parte do índice Dow Jones Industrial Average e são listadas na New York Stock Exchange.

Nas Américas, está entre os principais bancos em emissões de dívida e *equity* e na assessoria em operações de fusões e aquisições, tendo recentemente atingido uma das principais posições em levantamento de capital para empresas considerando o valor agregado de operações de *equity*, *bonds* e financiamentos, de acordo com a Dealogic.

### **BTG Pactual**

O Banco Pactual S.A. foi fundado em 1983 como uma distribuidora de títulos e valores mobiliários. Em 2006, o UBS A.G., instituição global de serviços financeiros, e o Banco Pactual S.A. associaram-se para criar o Banco UBS Pactual S.A. Em 2009, o Banco UBS Pactual S.A. foi adquirido pelo grupo BTG Investments, formando o BTG Pactual. O BTG Pactual tem como foco principal as áreas de pesquisa, finanças corporativas, mercado de capitais, fusões e aquisições, *wealth management*, *asset management* e *sales and trading* (vendas e negociações).

No Brasil, possui escritórios em São Paulo, Rio de Janeiro, Brasília, Porto Alegre e Recife. Possui, ainda, escritórios em Londres, Nova Iorque, Santiago, Cidade do México, Lima, Medellín, Bogotá e Buenos Aires.

Na área de *asset management*, as estratégias de investimento são desenhadas para clientes institucionais, clientes *private*, empresas e parceiros de distribuição. Na área de *wealth management*, o BTG Pactual oferece uma ampla seleção de serviços personalizados, que variam desde *asset management* a planejamento sucessório e patrimonial. O BTG Pactual também oferece serviços de *sales and trading* (vendas e negociações) em renda fixa, ações e câmbio na América Latina, tanto em mercados locais quanto internacionais. Na área de *investment banking*, o BTG Pactual presta serviços para diversos clientes em todo o mundo, incluindo serviços de subscrição nos mercados de dívida e ações públicos e privados, assessoria em operações de fusões e aquisições e produtos estruturados personalizados.

O BTG Pactual é o líder no *ranking* de ofertas de ações do Brasil de 2004 a 2015 pelo número de operações, participando de um total de mais de 170 operações no período, segundo o *ranking* da base de dados internacional Dealogic. Além disso, ficou em 1º lugar em volume e em número de ofertas em 2012 (Dealogic) e sempre em posição de liderança com base em outros *rankings* desde 2004 (ANBIMA e Bloomberg). Ademais, vale destacar a forte presença do banco na América Latina, tendo conquistado o 1º lugar em volume e em número de ofertas nos anos de 2013 e 2012 (Dealogic, Bloomberg e Thomson Reuters).

Demonstrando a sua força no Brasil, o BTG Pactual foi eleito em 2010, 2011 e em 2013 como o “*Brazil’s Equity House of the Year*”, segundo a Euromoney. O BTG Pactual foi também eleito por três vezes “*World’s Best Equity House*” (Euromoney, em 2003, 2004 e 2007), além de “*Equity House of the Year*” (IFR, 2007). Sua atuação e grande conhecimento sobre a América Latina renderam sete vezes o título de “*Best Equity House Latin America*” (Euromoney de 2002 a 2005, 2007, 2008 e 2013; IFR em 2013) e o título de “*Best Investment Bank*” (Global Finance em 2011 e World Finance em 2012). Como principal suporte a seus investidores, o BTG Pactual sempre investiu fortemente na sua equipe de *equity research*, buscando os melhores profissionais do mercado para a atuação junto ao grupo de investidores. Seus investimentos na área renderam o título de “*#1 Equity Research Team Latin America*” em 2012, 2014 e 2015, bem como no período de 2003 a 2007 (Institutional Investor, *Weighted Rankings*).

Adicionalmente, sua expertise é demonstrada pela forte atuação no Brasil, onde o BTG Pactual foi reconhecido pela sua atuação nos últimos anos, como primeiro colocado no *ranking* da Institutional Investor de 2003 a 2009, e 2012 a 2015 e como segundo colocado em 2010 e 2011, segundo o *ranking* publicado pela revista Institutional Investor.

O BTG Pactual apresentou forte atuação em 2010 no mercado de ofertas públicas de renda variável, participando das ofertas de *follow-on* do Banco do Brasil, JBS, Even, PDG Realty, Petrobras, Lopes, Estácio Participações e Anhanguera Educacional, bem como da abertura de capital da Aliansce, Multiplus, OSX, Ecorodovias, Mills, Júlio Simões e Brasil Insurance. Esta posição foi alcançada em função do forte relacionamento do BTG Pactual com seus clientes, com sua atuação constante e de acordo com a percepção de valor agregado para suas operações, fato comprovado pela sua atuação em todas as operações de *follow-on* das empresas nas quais participou em sua abertura de capital. Em 2011, realizou as seguintes ofertas: *follow-on* de Tecnis, Ternium, Direcional, Gerdau, BR Malls, e Kroton; e as ofertas públicas iniciais de QGEP, IMC, T4F, Magazine Luiza e Brazil Pharma. Deve-se destacar também que o BTG Pactual atuou como coordenador líder e lead settlement agent na oferta de Gerdau, a qual foi registrada no Brasil e SEC e coordenada apenas por bancos brasileiros. Em 2012, o BTG Pactual participou da oferta pública inicial de Locamérica, Unicasa e de sua própria oferta pública inicial e do *follow-on* de Fibría, Brazil Pharma, Suzano, Taesa, Minerva, Equatorial e Aliansce. Em 2013, o BTG Pactual participou da oferta pública inicial de Linx, Biosev, Alupar, BB Seguridade, CPFL Renováveis, Ser Educacional e CVC e do *follow-on* de Multiplan, BHG, Abril Educação, Iguatemi e Tupy. Em 2014, o BTG Pactual atuou como coordenador líder e agente estabilizador no *follow-on* da Oi S.A. Em 2015, o BTG Pactual participou da oferta pública inicial de Par Corretora e do *follow-on* de telefônica Brasil e Metalúrgica Gerdau. Em 2016, o BTG Pactual participou das ofertas públicas de distribuição de ações da Energisa, da Linx e da Sanepar. Em 2017, o BTG Pactual participou das ofertas públicas iniciais de distribuição de ações da Movida, IRB-Brasil Resseguros, Ômega Geração e Biotoscana Investments, bem como dos *follow-ons* da CCR, das Lojas Americanas, e da Alupar e, da BR Malls e do Magazine Luiza e da Rumo, e do *re-IPO* da Eneva. Em 2018, o BTG Pactual participou da oferta pública inicial de distribuição de ações da Hapvida. Em 2019, o BTG Pactual participou do *IPO* da Centauro, da C&A e *follow-on* das seguintes companhias: Restoque, JHSF, BR Properties, Magazine Luiza, Unidas, LPS Brasil, CCP – Cyrela Commercial Properties, LOG Commercial Properties, Helbor, Omega Geração, EZ TEC, Banco Pan, Sinqia, Trisul, Localiza Rent A Car, Movida, Banco Inter, Hapvida, Light, Tecnis, BTG Pactual, CPFL Energia, Totvs, Eneva e Burger King. Em 2020, o BTG Pactual participou dos *follow-ons* da Minerva, Cogna Educação, Positivo Tecnologia, Centauro, Via Varejo, Lojas Americanas, BTG Pactual, JHSF Participações, Irani, IMC, Dimed e Rumo, assim como do *IPO* da Mitre Realty, Estapar, Ambipar e Lojas Quero Quero.

## **XP**

A XP foi fundada em 2001, na cidade de Porto Alegre, estado do Rio Grande do Sul, Brasil, como um escritório de agentes autônomos de investimentos com foco em investimentos em bolsa de valores e oferecendo educação financeira para os investidores. A trajetória diferenciada e ascendente em relação aos seus concorrentes permitiu uma rápida expansão, com abertura nos anos seguintes de escritórios em São Paulo e Rio de Janeiro. A partir de 2009, a XP deu mais um passo e inovou o mercado de investimentos brasileiro, lançando o conceito de supermercado financeiro, com uma plataforma aberta de investimentos, proporcionando uma experiência única para o investidor. O modelo de sucesso atraiu o interesse de fundos de *private equity* internacionais, validando a tese de investimento e permitindo ganhos de escala para seu crescimento.

Em 2011, a XP estreou no mercado internacional por meio da criação da XP Securities, hoje XP Investments US, LLC, com escritórios em Miami, Nova Iorque e Londres. Em 2014, a XP adquiriu a Clear Corretora no Brasil e em 2016 adquiriu 100% do capital social da Rico Investimentos, segmentando suas três marcas para perfis distintos de investidores (XP, Clear e Rico).

Com uma equipe de gestão alinhada à cultura meritocrática, em um modelo de partnership, e sempre mantendo o foco em ajudar o brasileiro a investir melhor, a XP investe de forma relevante no desenvolvimento do mercado de capitais brasileiro. Esse desenvolvimento se faz necessário para que surjam novos produtos de qualidade no mercado, propiciando assim alternativas interessantes de investimento. A atuação da XP configurou um novo paradigma no mercado de investimentos brasileiro, consequentemente atraindo a atenção de grandes bancos e investidores. Em 2017, o Itaú Unibanco adquiriu participação minoritária na companhia, de 49,9%, avaliando a XP em R\$12 bilhões e reafirmando o sucesso de seu modelo de negócios. Em maio de 2020, o Grupo XP atingiu mais de 2.300.000 (dois milhões e trezentos mil) clientes ativos e mais de 5.900 (cinco mil e novecentos) agentes autônomos e R\$436 (quatrocentos e trinta e seis) bilhões de reais de ativos sob custódia. Em dezembro de 2019, a XP Inc realizou uma oferta inicial de ações na Nasdaq, sendo avaliada em mais de US\$14 bilhões.

Atualmente, o Grupo XP (que assumiu a nova marca de XP Inc.) tem as seguintes áreas de atuação: (i) corretora de valores, que inclui serviços de corretagem e assessoria de investimentos para clientes pessoa física e jurídica, coordenação e estruturação de ofertas públicas e, além disso, possui uma plataforma de distribuição de fundos independentes com mais de 590 fundos de 150 gestores; (ii) asset management, com R\$37 (trinta e sete) bilhões de reais sob gestão, e que via XP Asset Management oferece fundos de investimentos em renda fixa, renda variável e fundos de investimentos imobiliários; (iii) mercado de capitais, engloba um portfólio completo de serviços e soluções para adequação de estrutura de capital e assessoria financeira.

#### *Atividade de Mercado de Capitais da XP*

A área de mercado de capitais atua com presença global, oferecendo a clientes corporativos e investidores uma ampla gama de produtos e serviços por meio de uma equipe altamente experiente e dedicada aos seguintes segmentos: Dívida local (Debêntures, Debêntures de Infraestrutura, CRI, CRA, CDCA, FIDC, LF), Dívida Internacional (*Bonds*), Securitização, *Equity Capital Markets*, *M&A*, Crédito Estruturado, *Project Finance* e *Development Finance*.

No segmento de renda fixa e híbridos, a XP classifica-se entre as principais instituições na coordenação de operações de dívida local, tendo papel de destaque nas ofertas como coordenador. Em 2018, segundo o *ranking* da ANBIMA, a XP foi líder na emissão de Certificado de Recebíveis do Agronegócio (CRA), Certificados de Recebíveis Imobiliários (CRI), Fundos de Investimentos Imobiliário (FII) e em Securitização, obtendo 21,7%, 23,5%, 75,9% e 22,8% de participação sobre o volume total emitido.

Em renda variável, a XP oferece serviços para estruturação de ofertas públicas primárias e secundárias de ações. A condução das operações é realizada em âmbito global com o apoio de uma equipe de *equity sales* presente na América do Norte, América Latina e Europa e de uma equipe de *equity research* que cobre mais de 45 empresas de diversos setores. Em 2019, a XP atuou de forma ativa no segmento de *Equity Capital Markets*, atuando como assessora do Grupo CB na estruturação da operação de R\$2,30 bilhões que alterou a estrutura societária da Via Varejo; e coordenando as ofertas de *follow-on* da Petrobras no valor de R\$7,30 bilhões; *follow-on* da Light no valor de R\$2,5 bilhões; IPO da Afya no valor de US\$250 milhões e no *follow-on* da Movida no valor de R\$832 milhões; *follow-on* da Omega Geração no valor de R\$830 milhões; IPO da Vivara no valor de R\$2.041 milhões; *follow-on* de Banco do Brasil no valor de R\$5.837 milhões; *follow-on* de LOG Commercial Properties no valor de R\$637 milhões; IPO da C&A no valor de R\$1.627 milhões de reais e no IPO do Banco BMG no valor de R\$1.391 milhões, *follow-on* de Cyrela Commercial Properties no valor de R\$760 milhões; IPO da XP Inc. no valor de R\$9.276 milhões; no *follow-on* de Unidas no valor de R\$1.837 milhões; *follow-on* da Ânima no valor de R\$1.100 milhões; *follow-on* da Petrobras no valor de R\$22 bilhões; *follow-on* da Positivo Tecnologia no valor de R\$353 milhões; IPO da Locaweb no valor de R\$1,3 bilhões; IPO da Priner no valor de R\$173 milhões; *follow-on* da Via Varejo no valor de R\$4,5 bilhões; IPO da Aura Minerals no valor de R\$785 milhões; *follow-on* da IMC no valor de R\$384 milhões; *follow-on* de Irani no valor de R\$405 milhões; *follow-on* da JHSF no valor de R\$400 milhões; IPO do Grupo Soma no valor de R\$1.349 milhões; IPO da D1000 no valor de R\$400 milhões. Ademais, nos anos de 2016, 2017 e 2018 a XP foi líder em alocação de varejo em ofertas de renda variável, responsável por alocar o equivalente a 72,2%, 53,4% e 64,1%, respectivamente, do total de ativos de renda variável alocados nos referidos anos.

Adicionalmente, possui uma equipe especializada para a área de fusões e aquisições da XP, oferecendo aos clientes estruturas e soluções para assessoria, coordenação, execução e negociação de aquisições, desinvestimentos, fusões e reestruturações societárias.

### **Banco ABC**

O Banco ABC, controlado pelo Arab Banking Corporation, é um banco múltiplo de capital aberto listado na B3 que está presente no Brasil há 30 anos, atuando na concessão de crédito e serviços financeiros para empresas de grande e médio porte.

Reconhecido pela sua solidez e agilidade, o Banco ABC possui amplo portfólio de produtos bancários e produtos estruturados como Mercado de Capitais Renda Fixa, Equity Capital Markets, Fusões e Aquisições, Treasury e Trade Finance. Com 15 escritórios espalhados pelo território nacional, o Banco ABC possui uma base de 1.853 clientes ativos, carteira expandida (inclui empréstimos, garantias prestadas e títulos privados) de crédito de R\$31,1 bilhões, patrimônio líquido de R\$4,0 bilhões e Índice de Basiléia de 14,7% (em mar/20).

O acionista controlador, Arab Banking Corporation, é um banco internacional com sede em Manama, Reino do Bahrein. O suporte operacional e financeiro do acionista controlador, em conjunto com o conhecimento do mercado brasileiro garante ao Banco ABC boa classificação entre as 3 principais agências de risco (AAA pela Fitch, Aa2.br pela Moody's e brAAA pela S&P, em escala local).

Em 2019, o Banco ABC assessorou seus clientes no total de 67 operações em todos os segmentos de Investment Banking em um montante superior a R\$27 bilhões.

- Com importantes transações realizadas, o Banco ABC terminou 2019 com grande destaque em renda fixa. Participou de 56 operações no mercado doméstico, em ofertas que totalizaram mais de R\$14 bilhões originados.

No final de 2019, o Banco ABC teve 11 transações de M&A anunciadas com mais de R\$13 bilhões de valor. As principais transações realizadas foram: (i) assessoria à Dasa na incorporação da Rede Ímpar, (ii e iii) assessoria à Sterlite nas vendas das ações da Sterlite Novo Estado Energia para a Engie e na venda da Arcoverde Transmissão de Energia para o fundo Vinci Energia FIP, (iv) assessoria ao Grupo Santa Isabel na venda de participação no Shopping Leblon para a Alliansce Shopping Centers, (v) co-assessor da Aena no leilão de concessão dos aeroportos do bloco Nordeste.

## **RELACIONAMENTO ENTRE A COMPANHIA, OS ACIONISTAS VENDEDORES E OS COORDENADORES DA OFERTA**

### **RELACIONAMENTO ENTRE A COMPANHIA E OS COORDENADORES DA OFERTA**

#### **Relacionamento entre a Companhia e o Coordenador Líder**

Na data deste Prospecto, além do relacionamento relativo à Oferta, a Companhia e/ou sociedades de seu conglomerado econômico possuem o seguinte relacionamento comercial relevante com o Coordenador Líder e/ou sociedades de seu conglomerado financeiro:

- 6 (seis) operações de derivativos, celebradas entre em 12 de junho de 2020 e 18 de junho de 2020, com vencimento entre 21 de setembro de 2020 e 20 de janeiro de 2021, com valor total de R\$24.509.113,23, com taxas (spreads) que variam entre 0,95% e 1,59%. Tais operações não contam com nenhuma garantia.
- 1 (uma) operação de crédito na modalidade de empréstimo 4.131, celebrada em 20 de março de 2020, com vencimento em 22 de março de 2021, no valor total de R\$3.130.244,74 à taxa de aproximadamente EUR + 3,429% a.a., sendo que tal operação é garantida por cessão fiduciária de recebíveis.
- 1 (uma) operação na modalidade swap atrelada a 4131 acima citada, celebrada em 20 de março de 2020 e com vencimento em 22 de março de 2021, no valor total de R\$3.238.986,00 à taxa de aproximadamente CDI + 5.07 a.a. Tal operação não conta com nenhuma garantia.

Adicionalmente, a Companhia contratou e poderá, no futuro, contratar o Coordenador Líder e/ou qualquer sociedade do seu conglomerado financeiro para celebrar acordos e/ou para realização de operações financeiras usuais, em condições a serem acordadas oportunamente entre as partes, incluindo, entre outras, investimentos, emissões de valores mobiliários, prestação de serviços de banco de investimento, formador de mercado, crédito, consultoria financeira ou quaisquer outras operações financeiras necessárias à condução das suas atividades.

O Coordenador Líder e/ou qualquer sociedade do seu conglomerado financeiro poderão negociar outros valores mobiliários (que não Ações ou que não valores mobiliários referenciados, conversíveis ou permutáveis nas Ações) de emissão da Companhia. Adicionalmente, nos termos da regulamentação aplicável, o Coordenador Líder e/ou qualquer sociedade do seu conglomerado financeiro poderão: (i) mediante a solicitação de seus clientes, adquirir ou alienar quaisquer valores mobiliários de emissão da Companhia, com o fim de prover liquidez; (ii) negociar valores mobiliários de emissão da Companhia com o fim de realizar arbitragem entre valores mobiliários e seus certificados de depósito e/ou arbitragem entre índice de mercado e contrato futuro referenciado em Ações, ações ordinárias ou ações preferenciais de emissão da Companhia; e (iii) realizar operações destinadas a cumprir obrigações assumidas antes da contratação do Coordenador Líder no âmbito da Oferta decorrentes de empréstimos de valores mobiliários, exercício de opções de compra ou venda por terceiros e/ou contratos de compra e venda a termo.

O Coordenador Líder e/ou sociedades integrantes do seu conglomerado financeiro, diretamente ou por meio de fundos de investimento administrados e/ou geridos por tais sociedades, eventualmente realizaram negociações de valores mobiliários de emissão da Companhia e/ou possuem títulos e valores mobiliários de emissão e/ou lastreados em créditos originados pela Companhia e/ou de sociedades de seu grupo econômico, sendo que: (i) em nenhum caso tais negociações envolveram ações representativas de participações que atingiram nos últimos 12 meses, 5% do nosso capital social; e (ii) em todos os casos, consistiram em operações em bolsa de valores a preços e condições de mercado.

O Coordenador Líder e/ou sociedades de seu conglomerado financeiro não participaram em ofertas públicas de valores mobiliários de emissão da Companhia ou de suas controladas e coligadas nos 12 meses que antecederam o pedido de registro da presente Oferta.

O Coordenador Líder e/ou sociedades de seu conglomerado financeiro poderão celebrar, no exterior, a pedido de seus clientes, operações com derivativos, tendo as Ações como ativo de referência, de acordo com as quais se comprometerão a pagar a seus clientes a taxa de retorno das Ações contra o recebimento de taxas de juros fixas ou flutuantes (incluindo operações de *total return swap*). O Coordenador Líder e/ou sociedades de seu conglomerado financeiro podem adquirir Ações na Oferta como forma de proteção (*hedge*) para essas operações, o que poderá afetar a demanda, o preço das Ações ou outros termos da Oferta, sem, contudo, gerar demanda artificial durante a Oferta. Para mais informações veja a seção “Fatores de Risco Relacionados às Ações e à Oferta – A eventual contratação e realização de operações de *total return swap* e *hedge* podem influenciar a demanda e o preço das Ações”, na página 101 deste Prospecto.

Exceto pela remuneração a ser paga em decorrência da Oferta, conforme previsto na seção “Informações Sobre a Oferta – Custos de Distribuição” na página 52 deste Prospecto, não há qualquer outra remuneração a ser paga pela Companhia ao Coordenador Líder e/ou qualquer sociedade do seu conglomerado financeiro, cujo cálculo esteja relacionado ao Preço por Ação. Não obstante, nos termos do Contrato de Estabilização, durante a Oferta, o Coordenador Líder poderá fazer jus, ainda, a eventuais ganhos oriundos da estabilização do preço das Ações.

**A Companhia declara que não há qualquer conflito de interesse em relação à atuação do Coordenador Líder como instituição intermediária da Oferta. Ainda, a Companhia declara que, além das informações prestadas acima, não há qualquer outro relacionamento relevante entre a Companhia e o Coordenador Líder ou qualquer sociedade de seu conglomerado financeiro.**

#### **Relacionamento entre a Companhia e o Bank of America**

Na data deste Prospecto, além do relacionamento referente à Oferta, a Companhia não mantém relacionamento comercial relevante com o Bank of America e/ou sociedades de seu conglomerado econômico. Além disso, nos últimos 12 meses que antecederam o lançamento da presente Oferta, o Bank of America e/ou sociedades de seu conglomerado econômico não participaram de qualquer outra oferta pública de títulos e valores mobiliários de emissão da Companhia.

A Companhia poderá, no futuro, contratar o Bank of America e/ou sociedades de seu conglomerado econômico para celebrar acordos e para realização de operações financeiras, em condições a serem acordadas oportunamente entre as partes, incluindo, entre outras, investimentos, emissões de valores mobiliários, prestação de serviços de banco de investimentos, formador de mercado, crédito, consultoria financeira ou quaisquer outras operações financeiras necessárias à condução de suas atividades.

O Bank of America e/ou qualquer sociedade do seu grupo econômico poderão negociar outros valores mobiliários (que não Ações ou valores mobiliários referenciados, conversíveis, ou permutáveis em ações ordinárias) de emissão da Companhia.

Exceto pela remuneração a ser paga em decorrência da Oferta, conforme previsto na seção “Informações Sobre a Oferta – Custos de Distribuição” na página 52 deste Prospecto, não há qualquer outra remuneração a ser paga pela Companhia ao Bank of America e/ou qualquer sociedade do seu conglomerado, cujo cálculo esteja relacionado ao Preço por Ação. Não obstante, nos termos do Contrato de Estabilização, durante a Oferta, o Bank of America poderá fazer jus, ainda, a eventuais ganhos oriundos da estabilização do preço das Ações.

A Companhia declara que não há qualquer conflito de interesses referente à atuação do Bank of America como instituição intermediária na Oferta. Ainda, a Companhia declara que, além das informações prestadas acima, não há qualquer outro relacionamento relevante entre a Companhia e o Bank of America ou qualquer sociedade de seu grupo econômico.

## Relacionamento entre a Companhia e o BTG Pactual

Na data deste Prospecto Definitivo, além do relacionamento decorrente da presente Oferta, a Companhia não mantém relacionamento comercial relevante com o BTG Pactual e/ou sociedades de seu grupo econômico.

Além do relacionamento relativo à Oferta, a Companhia e/ou sociedades de seu grupo econômico não possuem qualquer outro relacionamento relevante com o BTG Pactual e/ou sociedades de seu conglomerado econômico. Além disso, nos últimos 12 meses que antecederam o lançamento da presente Oferta, o BTG Pactual e/ou qualquer sociedade do seu conglomerado econômico não participaram de qualquer outra oferta pública de títulos e valores mobiliários de emissão da Companhia.

A Companhia poderá vir a contratar, no futuro, o BTG Pactual e/ou sociedades de seu conglomerado econômico para celebrar acordos e para realização de operações financeiras, em condições a serem acordadas oportunamente entre as partes, incluindo, entre outros, investimentos, emissões de valores mobiliários, prestação de serviços de banco de investimentos, formador de mercado, crédito, consultoria financeira ou quaisquer outras operações financeiras necessárias à condução de suas atividades.

O BTG Pactual e/ou qualquer sociedade do seu grupo econômico poderão negociar outros valores mobiliários (que não Ações ou valores mobiliários referenciados, conversíveis, ou permutáveis em ações ordinárias) de emissão da Companhia. Adicionalmente, nos termos da regulamentação aplicável, o BTG Pactual e/ou qualquer sociedade do seu grupo econômico poderão: (i) mediante a solicitação de seus clientes, adquirir ou alienar quaisquer valores mobiliários de emissão da Companhia, com o fim de prover liquidez; (ii) negociar valores mobiliários e seus certificados de depósito e/ou arbitragem entre índice de mercado e contrato futuro referenciado nas ações ordinárias de emissão da Companhia; e (iii) realizar operações destinadas a cumprir obrigações assumidas antes da contratação do BTG Pactual no âmbito da Oferta decorrentes de empréstimos de valores mobiliários, exercício de opções de compra e venda por terceiros e/ou contratos de compra e venda a termo.

O BTG Pactual e/ou sociedades do seu conglomerado econômico poderão celebrar, no exterior, a pedido de seus clientes, operações com derivativos, tendo as Ações como ativo de referência, de acordo com os quais se comprometerão a pagar seus clientes a taxa de retorno das Ações contra o recebimento de taxas de juros fixas ou flutuantes (incluindo operações de *total return swap*). O BTG Pactual ou sociedade de seu conglomerado econômico podem adquirir Ações na Oferta como forma de proteção (*hedge*) para essas operações, o que poderá afetar a demanda, o preço das Ações ou outros termos da Oferta, sem, contudo, gerar demanda artificial durante a Oferta. Para mais informações, veja a seção “Fatores de Risco Relacionados às Ações e à Oferta – A eventual contratação e realização de operações de *total return swap* e *hedge* podem influenciar a demanda e o preço das Ações”, na página 101 deste Prospecto.

Exceto pela remuneração a ser paga em decorrência da Oferta, conforme prevista na seção “Informações sobre a Oferta – Custos de Distribuição”, na página 52 deste Prospecto, não há qualquer outra remuneração a ser paga pela Companhia ao BTG Pactual ou sociedades de seu conglomerado econômico cujo cálculo esteja relacionado ao Preço por Ação. Não obstante, nos termos do Contrato de Estabilização, durante a Oferta, o BTG Pactual poderá fazer jus, ainda, a eventuais ganhos oriundos da estabilização do preço das Ações.

A Companhia declara que não há qualquer conflito de interesses referente à atuação do BTG Pactual como instituição intermediária na Oferta. Ainda, a Companhia declara que, além das informações prestadas acima, não há qualquer outro relacionamento relevante entre a Companhia e o BTG Pactual ou qualquer sociedade de seu grupo econômico.

## Relacionamento entre a Companhia e a XP

Na data deste Prospecto, além do relacionamento referente à Oferta, a XP Investimentos e/ou qualquer sociedade de seu conglomerado econômico mantém o seguinte relacionamento comercial relevante com a Companhia: conta de investimento aberta em nome da W2W E-commerce de Vinhos S.A.

Além disso, nos últimos 12 meses que antecederam o lançamento da presente Oferta, a XP Investimentos e/ou qualquer sociedade de seu conglomerado econômico não participou de: (i) qualquer outra oferta pública de títulos e valores mobiliários de emissão da Companhia; ou (ii) operações relevantes de financiamento, ou reestruturações societárias envolvendo o grupo econômico da Companhia.

A Companhia e/ou sociedades controladas contrataram e poderão, no futuro, contratar a XP Investimentos e/ou qualquer sociedade de seu conglomerado econômico para celebrar acordos e para realização de operações financeiras, em condições a serem acordadas oportunamente entre as partes, incluindo, entre outras, investimentos, emissões de valores mobiliários, prestação de serviços de banco de investimentos, formador de mercado, crédito, consultoria financeira ou quaisquer outras operações financeiras necessárias à condução de suas atividades.

A XP Investimentos e/ou qualquer sociedade de seu conglomerado econômico poderão negociar outros valores mobiliários (que não Ações ou valores mobiliários referenciados, conversíveis, ou permutáveis em ações ordinárias de emissão da Companhia) de emissão da Companhia. Adicionalmente, nos termos da regulamentação aplicável, a XP Investimentos e/ou qualquer sociedade de seu conglomerado econômico poderão: (i) mediante a solicitação de seus clientes, adquirir ou alienar quaisquer valores mobiliários de emissão da Companhia, com o fim de prover liquidez; (ii) negociar valores mobiliários de emissão da Companhia com o fim de realizar arbitragem entre valores mobiliários e seus certificados de depósito e/ou arbitragem entre índice de mercado e contrato futuro referenciado nas ações ordinárias de emissão da Companhia; e (iii) realizar operações destinadas a cumprir obrigações assumidas antes da contratação da XP Investimentos no âmbito da Oferta decorrentes de empréstimos de valores mobiliários, exercício de opções de compra e venda por terceiros e/ou contratos de compra e venda a termo.

A XP Investimentos e/ou qualquer sociedade de seu conglomerado econômico poderão celebrar, no exterior, a pedido de seus clientes, operações com derivativos, tendo as Ações como ativo de referência, de acordo com as quais se comprometerão a pagar seus clientes a taxa de retorno das Ações, contra o recebimento de taxas de juros fixas e flutuantes (incluindo operações de *total return swap*). A XP Investimentos e/ou qualquer sociedade de seu conglomerado econômico poderão adquirir Ações conforme de proteção (*hedge*) para essas operações, o que poderá afetar a demanda, o preço das Ações ou outros termos da Oferta sem, contudo, gerar demanda artificial durante a Oferta. Exceto pela remuneração a ser paga em decorrência da Oferta, conforme prevista na seção “Informações sobre a Oferta – Custos de Distribuição” deste Prospecto, não há qualquer outra remuneração a ser paga pela Companhia à XP Investimentos e/ou qualquer sociedade de seu conglomerado econômico cujo cálculo esteja relacionado ao Preço por Ação. Não obstante, nos termos do Contrato de Estabilização, durante a Oferta, a XP Investimentos poderá fazer jus, ainda, a eventuais ganhos oriundos da estabilização do preço das Ações.

A Companhia declara que, além das informações prestadas acima, não há qualquer conflito de interesses referente à atuação da XP Investimentos como instituição intermediária na Oferta. Ainda, a Companhia declara que, além das informações prestadas acima, não há qualquer outro relacionamento relevante entre a Companhia e a XP Investimentos e/ou qualquer sociedade de seu conglomerado econômico.

## **Relacionamento entre a Companhia e o Banco ABC**

Na data deste Prospecto, além das relações decorrentes da Oferta, o Banco ABC e demais sociedades de seu conglomerado financeiro possuem o seguinte relacionamento comercial com a Companhia:

- Operação de Financiamento de Importação, em nome de W2W E-COMMERCE DE VINHOS S/A, celebrado em 09 de setembro de 2020, com vencimento em 06 de setembro de 2021, no valor atualizado de R\$5.626.301,03 com taxa de 1,94% a.a. A presente operação conta com R\$24.000.000,00 de cessão fiduciária de direitos creditórios na modalidade cartão de crédito como garantia outorgada pela Companhia;
- Operação de Financiamento de Importação, em nome de W2W E-COMMERCE DE VINHOS S/A, celebrado em 09 de setembro de 2020, com vencimento em 06 de setembro de 2021, no valor atualizado de R\$4.936.652,79 com taxa de 1,94% a.a. A presente operação conta com R\$24.000.000,00 de cessão fiduciária de direitos creditórios na modalidade cartão de crédito como garantia outorgada pela Companhia;
- Operação de Empréstimo em Moeda Estrangeira (Loan Agreement), em nome de W2W E-COMMERCE DE VINHOS S/A, celebrado em 28 de fevereiro de 2020, com vencimento em 24 de fevereiro de 2021, no valor atualizado de R\$5.350.125,30 com taxa de 1,68% a.a. A presente operação conta com R\$24.000.000,00 de cessão fiduciária de recebíveis na modalidade cartão de crédito como garantia outorgada pela Companhia;
- Operação de Empréstimo em Moeda Estrangeira (Loan Agreement), em nome de W2W E-COMMERCE DE VINHOS S/A, celebrado em 03 de abril de 2020, com vencimento em 28 de janeiro de 2021, no valor atualizado de R\$10.696.500,02 com taxa de 4,31% a.a. A presente operação conta com R\$24.000.000,00 de cessão fiduciária de recebíveis na modalidade cartão de crédito como garantia outorgada pela Companhia;
- Operações de Derivativos na modalidade NDF (Non Deliverable Forward), em nome de W2W E-COMMERCE DE VINHOS S/A, celebradas em 14 de agosto de 2020, com vencimento final em 09 de abril de 2021, com risco atribuído total de R\$2.168.609,11. A presente operação conta com R\$24.000.000,00 de cessão fiduciária de recebíveis na modalidade cartão de crédito como garantia outorgada pela Companhia.

Além do relacionamento relativo à Oferta e o descrito acima, o Banco ABC e/ou qualquer outra sociedade de seu grupo econômico não possuem qualquer outro relacionamento relevante com a Companhia.

A Companhia e sociedades controladas pela Companhia poderão, no futuro, vir a contratar o Banco ABC e/ou sociedades pertencentes ao seu grupo econômico para celebrar acordos, em condições a serem acordadas oportunamente entre as partes, incluindo, entre outras, investimentos, emissões de valores mobiliários, prestação de serviços de banco de investimento, formador de mercado, crédito, consultoria financeira ou quaisquer outras operações financeiras necessárias à condução das atividades da Companhia ou das sociedades controladas pela Companhia.

O Banco ABC e/ou sociedades de seu grupo econômico poderão celebrar, no exterior, antes da divulgação do Anúncio de Encerramento, a pedido de terceiros, operações de derivativos, tendo ações de emissão da Companhia como ativo de referência e adquirir ações de emissão da Companhia como forma de proteção (*hedge*) para essas operações. No âmbito da Oferta, o Banco ABC e/ou sociedades de seu grupo econômico podem adquirir Ações na Oferta como forma de proteção (*hedge*) para essas operações, o que poderá afetar a demanda, o preço das Ações ou outros termos da Oferta, sem, contudo, gerar demanda artificial durante a Oferta. Para mais informações veja a seção “Fatores de Risco Relacionados à Oferta e às Ações – A eventual contratação e realização de operações de *total return swap* e *hedge* podem influenciar a demanda e o preço das Ações”, na página 101 deste Prospecto.

Ademais, sociedades integrantes do grupo econômico do Banco ABC e fundos de investimento administrados e/ou geridos por sociedades integrantes de seu grupo eventualmente realizaram negociações de valores mobiliários de emissão da Companhia diretamente ou por meio de fundos de investimento administrados e/ou geridos por tais sociedades, sendo que, (i) em nenhum caso tais negociações envolveram ações representativas de participações que atingiram, nos últimos 12 meses, 5% do capital social da Companhia; e (ii) em todos os casos, consistiram em operações em bolsa de valores a preços e condições de mercado.

O Banco ABC e/ou sociedades de seu grupo econômico não participaram em ofertas públicas de valores mobiliários de emissão da Companhia nos 12 meses que antecederam o pedido de registro da presente Oferta. Exceto pela remuneração a ser paga em decorrência da Oferta, conforme prevista no item “Informações Sobre a Oferta – Custos de Distribuição” na página 52 deste Prospecto, não há qualquer remuneração a ser paga pela Companhia ao Banco ABC cujo cálculo esteja relacionado ao Preço por Ação. Não obstante, nos termos do Contrato de Estabilização, durante a Oferta, o Banco ABC poderá fazer jus, ainda, a eventuais ganhos oriundos das atividades de estabilização de preço das Ações.

A Companhia declara que não há qualquer conflito de interesse referente à atuação do Banco ABC como instituição intermediária da Oferta. Ainda, a Companhia declara que, além das informações prestadas acima, não há qualquer outro relacionamento relevante entre a Companhia e o Banco ABC e/ou qualquer sociedade de seu grupo econômico.

## **RELACIONAMENTO ENTRE OS ACIONISTAS VENDEDORES E OS COORDENADORES DA OFERTA**

### **Relacionamento entre os Acionistas Vendedores e o Coordenador Líder**

O Coordenador Líder e/ou sociedades de seu conglomerado financeiro prestam serviços bancários para alguns dos Acionistas Vendedores Pessoas Físicas incluindo, entre outros, investimentos, operações de crédito, consultoria ou gestão financeira.

Na data deste Prospecto, exceto pelo relacionamento decorrente da presente Oferta, os Acionistas Vendedores não possuem qualquer relacionamento relevante com o Coordenador Líder e/ou qualquer sociedade do seu conglomerado financeiro.

Entretanto, os Acionistas Vendedores contrataram e poderão, no futuro, contratar o Coordenador Líder e/ou qualquer sociedade do seu conglomerado financeiro para a realização de operações financeiras, em condições a serem acordadas oportunamente entre as partes, incluindo, entre outras, assessoria financeira em operações de fusões e aquisições, investimentos, emissões de valores mobiliários, prestação de serviços de banco de investimento, formador de mercado, crédito, consultoria financeira ou quaisquer outras operações financeiras necessárias à condução de suas atividades e/ou de seu patrimônio.

Exceto pela remuneração a ser paga em decorrência da Oferta, prevista em “Informações sobre a Oferta – Custos de Distribuição”, na página 52 deste Prospecto, não há qualquer outra remuneração a ser paga pelos Acionistas Vendedores ao Coordenador Líder cujo cálculo esteja relacionado ao Preço por Ação. Não obstante, nos termos do Contrato de Estabilização, durante a Oferta, o Coordenador Líder poderá fazer jus, ainda, a eventuais ganhos oriundos da estabilização do preço das Ações

Os Acionistas Vendedores declaram que não há qualquer conflito de interesse referente à atuação do Coordenador Líder como instituição intermediária da Oferta. Ainda, os Acionistas Vendedores declaram que, além das informações prestadas acima, não há qualquer outro relacionamento relevante entre os Acionistas Vendedores e o Coordenador Líder ou qualquer sociedade de seu conglomerado financeiro.

### **Relacionamento entre os Acionistas Vendedores e o Bank of America**

Na data deste Prospecto, além do relacionamento referente à Oferta, os Acionistas Vendedores não possuem relacionamentos comerciais com o Bank of America e/ou sociedades integrantes de seu grupo econômico.

Nos últimos 12 meses que antecederam o lançamento da presente Oferta, o Bank of America e/ou qualquer sociedade do seu conglomerado econômico não participaram de qualquer outra oferta pública de títulos e valores mobiliários de emissão dos Acionistas Vendedores e não foram realizadas aquisições e vendas, pelo Bank of America e/ou qualquer sociedade de seu conglomerado econômico, de valores mobiliários dos Acionistas Vendedores.

Os Acionistas Vendedores poderão vir a contratar, no futuro, o Bank of America e/ou sociedades de seu conglomerado econômico para celebrar acordos e para realização de operações financeiras, em condições a serem acordadas oportunamente entre as partes, incluindo, entre outras, investimentos, emissões de valores mobiliários, prestação de serviços de banco de investimento, formador de mercado, crédito, consultoria financeira ou quaisquer outras operações financeiras necessárias à condução de suas atividades.

Exceto pela remuneração a ser paga em decorrência da Oferta, conforme prevista na seção “Informações sobre a Oferta – Custos de Distribuição”, na página 52 deste Prospecto, não há qualquer outra remuneração a ser paga pelos Acionistas Vendedores ao Bank of America ou sociedades de seu conglomerado econômico cujo cálculo esteja relacionado ao Preço por Ação. Não obstante, nos termos do Contrato de Estabilização, durante a Oferta, o Bank of America poderá fazer jus, ainda, a eventuais ganhos oriundos da estabilização do preço das Ações.

Os Acionistas Vendedores declaram que não há qualquer conflito de interesses referente à atuação do Bank of America como instituição intermediária na Oferta. Ainda, os Acionistas Vendedores declaram que, além das informações prestadas acima, não há qualquer outro relacionamento relevante entre os Acionistas Vendedores e o Bank of America ou qualquer sociedade de seu grupo econômico.

#### **Relacionamento entre os Acionistas Vendedores e o BTG Pactual**

Na data deste Prospecto, além do relacionamento referente à Oferta, os Acionistas Vendedores não mantêm relacionamento comercial relevante com o BTG Pactual e/ou sociedades de seu conglomerado econômico.

Os Acionistas Vendedores poderão vir a contratar, no futuro, o BTG Pactual e/ou sociedades do seu grupo econômico para a prestação de serviços ou a realização de operações financeiras usuais, incluindo, entre outras, assessoria financeira em operações de fusões e aquisições, coordenação de operações no mercado de capitais brasileiro ou internacional, operações de crédito, intermediação e negociação de títulos e valores mobiliários, serviços de formador de mercado, celebração de contratos derivativos ou quaisquer outras operações financeiras necessárias à condução de suas atividades.

Exceto pela remuneração a ser paga em decorrência da Oferta, conforme prevista na seção “Informações Relativas à Oferta – Custos de Distribuição” na página 52 deste Prospecto, não há qualquer outra remuneração a ser paga pelos Acionistas Vendedores ao o BTG Pactual e/ou qualquer sociedade do seu grupo econômico no contexto da Oferta. Não obstante, nos termos do Contrato de Estabilização, durante a Oferta, o BTG Pactual poderá fazer jus, ainda, a eventuais ganhos oriundos da estabilização do preço das Ações.

Os Acionistas Vendedores declaram que não há qualquer conflito de interesse em relação à atuação do BTG Pactual como instituição intermediária da Oferta. Ainda, os Acionistas Vendedores declaram que, além das informações prestadas acima, não há qualquer outro relacionamento relevante entre os Acionistas Vendedores e o BTG Pactual e/ou qualquer sociedade do seu grupo econômico.

#### **Relacionamento entre os Acionistas Vendedores e a XP**

Na data deste Prospecto, além do relacionamento referente à Oferta, o Acionista Vendedor Pessoa Física possui os seguintes relacionamentos comerciais com a XP Investimentos e/ou sociedades integrantes de seu grupo econômico: conta de investimento aberta em nome de Rogério Muniz Salume, titular do CPF/ME nº 009.599.727-06.

Além disso, nos últimos 12 meses que antecederam o lançamento da presente Oferta, a XP Investimentos e/ou qualquer sociedade do seu conglomerado econômico não participaram de qualquer outra oferta pública de títulos e valores mobiliários de emissão dos Acionistas Vendedores.

Poderão, no futuro, contratar a XP Investimentos e/ou qualquer sociedade de seu conglomerado econômico para celebrar acordos e para realização de operações financeiras, em condições a serem acordadas oportunamente entre as partes, incluindo, entre outras, investimentos, emissões de valores mobiliários, prestação de serviços de banco de investimentos, formador de mercado, crédito, consultoria financeira ou quaisquer outras operações financeiras necessárias à condução de suas atividades.

Exceto pela remuneração a ser paga em decorrência da Oferta, conforme prevista na seção “Informações sobre a Oferta – Custos de Distribuição”, não há qualquer outra remuneração a ser paga pelos Acionistas Vendedores à XP Investimentos e/ou qualquer sociedade de seu conglomerado econômico cujo cálculo esteja relacionado ao Preço por Ação. Não obstante, nos termos do Contrato de Estabilização, durante a Oferta, a XP Investimentos poderá fazer jus, ainda, a eventuais ganhos oriundos da estabilização do preço das Ações.

Os Acionistas Vendedores declaram, além das informações prestadas acima, que não há qualquer conflito de interesses referente à atuação da XP Investimentos como instituição intermediária na Oferta. Ainda, os Acionistas Vendedores declaram que, além das informações prestadas acima, não há qualquer outro relacionamento relevante entre os Acionistas Vendedores e a XP Investimentos e/ou qualquer sociedade de seu grupo econômico.

### **Relacionamento entre os Acionistas Vendedores e o Banco ABC**

Na data deste Prospecto, além do relacionamento referente à Oferta, os Acionistas Vendedores não tinham qualquer outro relacionamento com o Banco ABC e seu respectivo grupo econômico.

Os Acionistas Vendedores e sociedades controladas pelos Acionistas Vendedores poderão, no futuro, vir a contratar o Banco ABC e/ou sociedades pertencentes ao seu grupo econômico para celebrar acordos, em condições a serem acordadas oportunamente entre as partes, incluindo, entre outras, investimentos, emissões de valores mobiliários, prestação de serviços de banco de investimento, formador de mercado, crédito, consultoria financeira ou quaisquer outras operações financeiras necessárias à condução das atividades dos Acionistas Vendedores e de sociedades controladas pelos Acionistas Vendedores.

O Banco ABC e/ou sociedades de seu conglomerado econômico não participaram de ofertas públicas de valores mobiliários de emissão dos Acionistas Vendedores nos 12 meses que antecederam o pedido de registro da presente Oferta.

O Banco ABC e/ou sociedades integrantes do grupo financeiro do Banco ABC e fundos de investimentos administrados e/ou geridos por sociedades integrantes de seu grupo realizaram negociações de ações de emissão dos Acionistas Vendedores e/ou possuem títulos e valores mobiliários de emissão dos Acionistas Vendedores, diretamente ou em fundos de investimento administrados e/ou geridos por tais sociedades, sendo que, em todos os casos, (i) tais negociações envolveram ações representativas de participações minoritárias que não atingem, e não atingiram nos últimos 12 meses, 5% do capital social dos Acionistas Vendedores; e (ii) consistiram em operações regulares em bolsa de valores a preços e condições de mercado.

Exceto pela remuneração a ser paga em decorrência da Oferta, conforme prevista no item “Informações Sobre a Oferta — Custos de Distribuição” na página 52 deste Prospecto, não há qualquer remuneração a ser paga pelos Acionistas Vendedores ao Banco ABC cujo cálculo esteja relacionado ao Preço por Ação. Não obstante, nos termos do Contrato de Estabilização, durante a Oferta, o Banco ABC poderá fazer jus, ainda, a eventuais ganhos oriundos das atividades de estabilização de preço das Ações.

Os Acionistas Vendedores declaram que não há qualquer conflito de interesse referente à atuação do Banco ABC como instituição intermediária da Oferta. Ainda, os Acionistas Vendedores declaram que, além das informações prestadas acima, não há qualquer outro relacionamento relevante entre os Acionistas Vendedores e o Banco ABC e/ou qualquer sociedade de seu grupo econômico.

## FATORES DE RISCO RELACIONADOS À OFERTA E ÀS AÇÕES

*O investimento nas Ações envolve alto grau de risco. Antes de tomar qualquer decisão de investimento nas Ações, investidores em potencial devem analisar cuidadosamente todas as informações contidas neste Prospecto, incluindo os riscos mencionados abaixo, os riscos constantes da seção “Sumário da Companhia – Principais Fatores de Risco da Companhia” na página 21 deste Prospecto e na seção “4. Fatores de Risco” do Formulário de Referência, na página 541 deste Prospecto, e as demonstrações financeiras e informações trimestrais revisadas da Companhia e respectivas notas explicativas anexas a este Prospecto.*

*As atividades, situação financeira, resultados operacionais, fluxos de caixa, liquidez e/ou negócios futuros da Companhia podem ser afetados de maneira adversa por quaisquer desses riscos e por qualquer dos fatores de risco descritos a seguir. O preço de mercado das ações ordinárias de emissão da Companhia pode diminuir devido à ocorrência de quaisquer desses riscos e/ou de outros fatores, e os investidores podem vir a perder parte substancial ou todo o seu investimento nas Ações. Os riscos descritos abaixo são aqueles que, atualmente, a Companhia e os Acionistas Vendedores acreditam que poderão afetar a Companhia de maneira adversa. Riscos adicionais e incertezas atualmente não conhecidas pela Companhia ou pelos Acionistas Vendedores, ou que atualmente são considerados irrelevantes, também podem prejudicar suas atividades de maneira significativa.*

*Para os fins desta seção, exceto se indicado de maneira diversa ou se o contexto assim o exigir, a indicação de que um risco, incerteza ou problema pode causar ou ter ou causará ou terá “um efeito adverso para a Companhia” ou “afetará a Companhia adversamente” ou expressões similares significa que o risco, incerteza ou problema pode ou poderá resultar em um efeito material adverso em seus negócios, condições financeiras, resultados de operações, fluxo de caixa e/ou perspectivas e/ou o preço de mercado das ações ordinárias de emissão da Companhia. Expressões similares incluídas nesta seção devem ser compreendidas nesse contexto.*

*Esta seção faz referência apenas aos fatores de risco relacionados à Oferta e às Ações. Para os demais fatores de risco, os investidores devem ler a seção “4. Fatores de Risco” do Formulário de Referência, contido na página 541 deste Prospecto.*

***O surto de doenças altamente transmissíveis em todo o mundo, como a atual pandemia do coronavírus (COVID-19), pode levar a uma maior volatilidade no mercado de capitais global e resultar em pressão negativa sobre a economia mundial, incluindo a economia brasileira, impactando o mercado de negociação das ações de emissão da Companhia.***

Surtos ou potenciais surtos de doenças (a exemplo do COVID-19) podem ter um efeito adverso no mercado de capitais global (incluindo o mercado de capitais em que suas ações serão negociadas), na economia global (incluindo a economia brasileira) e na cotação das ações de nossa emissão. Historicamente, algumas epidemias e surtos regionais ou globais, como zika vírus, vírus ebola, vírus H5N5 (popularmente conhecida como gripe aviária), a febre aftosa, vírus H1N1 (influenza A, popularmente conhecida como gripe suína), a síndrome respiratória do oriente médio (MERS) e a síndrome respiratória aguda grave (SARS) afetaram determinados setores da economia dos países em que essas doenças se propagaram.

Em 11 março de 2020, a Organização Mundial de Saúde (OMS) declarou a pandemia do vírus COVID-19, doença causada pelo novo coronavírus (Sars-Cov-2). Na prática, a declaração significou o reconhecimento pela OMS de que o vírus se disseminou por diversos continentes com transmissão sustentada entre as pessoas. A declaração da pandemia do COVID-19 pela OMS desencadeou severas medidas restritivas por parte de autoridades governamentais no mundo todo, a fim de controlar o surto, resultando em medidas restritivas relacionadas ao fluxo de pessoas, incluindo quarentena e *lockdown*, restrições às viagens e transportes públicos, fechamento prolongado de locais de trabalho, interrupções na cadeia de suprimentos, fechamento do comércio e redução de consumo de uma maneira geral pela população. No Brasil, alguns estados e municípios, incluindo das localidades em que a Companhia possui lojas físicas, seguiram essas providências, adotando medidas para impedir ou retardar a propagação da doença, como restrição à circulação e o isolamento social, que resultaram no fechamento de parques, shoppings e demais espaços públicos.

Qualquer mudança material nos mercados financeiros globais ou na economia brasileira pode diminuir o interesse de investidores em ativos brasileiros, incluindo as ações de emissão da Companhia, o que pode afetar adversamente a cotação dos mencionados ativos, além de dificultar o acesso ao mercado de capitais e financiamento das operações da Companhia no futuro e em termos aceitáveis.

***A volatilidade e a falta de liquidez do mercado brasileiro de valores mobiliários poderão limitar substancialmente a capacidade dos investidores de vender as ações emitidas pela Companhia pelo preço e na ocasião que desejarem.***

O investimento em valores mobiliários negociados em mercados emergentes, como o Brasil, envolve, com frequência, maior risco em comparação a outros mercados mundiais com condições políticas e econômicas mais estáveis, sendo tais investimentos considerados, em geral, de natureza mais especulativa. Esses investimentos estão sujeitos a determinados riscos econômicos e políticos, tais como, entre outros: (i) mudanças no ambiente regulatório, fiscal, econômico e político que possam afetar a capacidade de investidores de obter retorno, total ou parcial, em relação a seus investimentos; e (ii) restrições a investimento estrangeiro e a repatriamento do capital investido.

O mercado brasileiro de valores mobiliários é substancialmente menor, menos líquido e mais concentrado do que os principais mercados de valores mobiliários, podendo, inclusive, ser mais volátil do que alguns mercados internacionais, como os dos Estados Unidos e os europeus. Essas características do mercado de capitais brasileiro poderão limitar substancialmente a capacidade dos investidores de vender as ações de emissão da Companhia, de que sejam titulares, pelo preço e na ocasião desejados, o que pode ter efeito substancialmente adverso no preço das ações de emissão da Companhia. Se um mercado ativo e líquido de negociação não for desenvolvido e mantido, o preço de negociação das ações de emissão da Companhia pode ser negativamente impactado.

Em 31 de março de 2020, a capitalização bursátil de todas as companhias listadas na B3 representava, aproximadamente, R\$3,1 trilhões e a média de negociações diárias era de, aproximadamente, R\$36 bilhões, segundo dados da própria B3. O mercado de capitais brasileiro é significativamente concentrado, de forma que as dez principais ações negociadas na B3 foram responsáveis por, aproximadamente, 33,9% do volume total de ações negociadas na B3 durante o período de três meses terminado em 31 de março de 2020, enquanto que a New York Stock Exchange, nos Estados Unidos, teve uma capitalização bursátil de aproximadamente US\$16,8 trilhões em 31 de março de 2020, com média do volume diário de negociação de aproximadamente US\$251 bilhões durante o período de três meses terminado em 31 de março de 2020.

Portanto, o tamanho, liquidez, concentração e potencial volatilidade do mercado de capitais brasileiro poderão se transformar em obstáculos para os investidores de ações de emissão da Companhia que desejarem vender as ações, pelo preço e na ocasião desejados, o que poderá ter efeito substancialmente adverso no mercado das ações de emissão da Companhia. Na hipótese de as ações em negociação da Companhia não se transformarem e permanecerem como um mercado ativo e líquido de negociação, o preço de negociação das ações de emissão da Companhia pode ser negativamente impactado.

A esse respeito, vide, ainda, seção “Fatores de Risco Relacionados à Oferta e às Ações – O surto de doenças altamente transmissíveis em todo o mundo, como a atual pandemia do coronavírus (COVID-19), pode levar a uma maior volatilidade no mercado de capitais global e resultar em pressão negativa sobre a economia mundial, incluindo a economia brasileira, impactando o mercado de negociação das ações de emissão da Companhia” na página 95 deste Prospecto.

***A venda, ou a percepção de potencial venda, de quantidades significativas das ações ordinárias de emissão da Companhia, após a conclusão da Oferta e do período de Lock-up, poderá afetar negativamente o preço de mercado das ações ordinárias de emissão da Companhia no mercado secundário ou a percepção dos investidores sobre a Companhia.***

Após o término das Restrições à Negociação das Ações (*Lock-up*), as ações ordinárias de emissão da Companhia sujeitas ao *Lock-up* estarão disponíveis para venda no mercado. A ocorrência de vendas ou uma percepção de uma possível venda de um número substancial de ações ordinárias de emissão da Companhia pode afetar adversamente o valor de mercado das ações ordinárias de emissão da Companhia. Para informações adicionais, ler seção “Informações Sobre a Oferta – Restrições à Negociação de Ações (*Lock-up*)”, na página 73 deste Prospecto.

***Eventual descumprimento, por quaisquer das Instituições Consorciadas, de obrigações relacionadas à Oferta poderá acarretar seu desligamento do grupo de instituições responsáveis pela colocação das Ações, com o consequente cancelamento de todos Pedidos de Reserva da Oferta e contratos de compra e venda feitos perante tais Instituições Consorciadas.***

Caso haja o descumprimento ou indícios de descumprimento, por quaisquer das Instituições Consorciadas, de qualquer das obrigações previstas no respectivo instrumento de adesão ao Contrato de Colocação, na carta-convite ou em qualquer contrato celebrado no âmbito da Oferta, ou, ainda, de qualquer das normas de conduta previstas na regulamentação aplicável à Oferta, tal Instituição Consorciada, a critério exclusivo dos Coordenadores da Oferta e sem prejuízo das demais medidas julgadas cabíveis pelos Coordenadores da Oferta, deixará, imediatamente, de integrar o grupo de instituições responsáveis pela colocação das Ações. Caso tal desligamento ocorra, a(s) Instituição(ões) Consorciada(s) em questão deverá(ão) cancelar todos os Pedidos de Reserva e contratos de compra e venda que tenha(m) recebido e informar imediatamente os respectivos investidores sobre o referido cancelamento, os quais não mais participarão da Oferta, sendo que os valores, eventualmente depositados, serão devolvidos sem reembolso e com dedução, caso incidentes, de quaisquer tributos aplicáveis, existentes ou que venham a ser instituídos, bem como aqueles cuja alíquota atual equivalente a zero venha a ser majorada. Para maiores informações, ler seção “Informações Sobre a Oferta – Violações de Norma de Conduta” na página 71 deste Prospecto.

***A Companhia poderá precisar de capital adicional no futuro, a ser obtido por meio da emissão de valores mobiliários, o que pode resultar na diluição da participação dos detentores das ações ordinárias de sua emissão.***

A Companhia poderá precisar de recursos adicionais no futuro e poderá optar por obtê-los no mercado de capitais, por meio de operações de emissão pública ou privada de ações ou valores mobiliários conversíveis em ações. Qualquer captação de recursos adicionais, desde que devidamente aprovada, por meio de distribuição pública de ações e/ou valores mobiliários conversíveis em ações, inclusive em oferta públicas com esforços restritos, poderá ser realizada com exclusão do direito de preferência de seus atuais acionistas e acarretar na diluição da participação acionária de seus acionistas no capital social da Companhia, bem como diminuir o preço de mercado de suas ações, sendo que o grau de diluição econômica dependerá do preço e da quantidade dos valores mobiliários emitidos.

***A participação de Investidores Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas no Procedimento de Bookbuilding poderá impactar adversamente a formação do Preço por Ação, e o investimento nas Ações por Investidores Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas poderá promover redução da liquidez das ações ordinárias de emissão da Companhia no mercado secundário.***

O Preço por Ação será fixado após a conclusão do Procedimento de *Bookbuilding*. Nos termos da regulamentação em vigor, poderá ser aceita a participação de Investidores Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas no processo de fixação do Preço por Ação, mediante a participação destes no Procedimento de *Bookbuilding*, até o limite máximo de 20% (vinte por cento) das Ações inicialmente ofertadas (sem considerar as Ações Adicionais e as Ações Suplementares), desde que não seja verificado excesso de demanda superior em 1/3 (um terço) à quantidade de Ações inicialmente ofertada (sem considerar as Ações Adicionais e as Ações do Lote Suplementar).

A participação de Investidores Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas no Procedimento de *Bookbuilding* poderá impactar adversamente a formação do Preço por Ação, e o investimento nas Ações por Investidores Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas poderá promover redução da liquidez das ações ordinárias de emissão da Companhia no mercado secundário.

***Na medida em que não será admitida distribuição parcial no âmbito da Oferta, é possível que a Oferta venha a ser cancelada caso não haja investidores suficientes interessados em adquirir a totalidade das Ações no âmbito da Oferta.***

Na medida em que não será admitida distribuição parcial no âmbito da Oferta, caso as Ações (sem considerar as Ações Adicionais e as Ações Suplementares) não sejam adquiridas no âmbito da Oferta até a Data de Liquidação, nos termos do Contrato de Colocação, a Oferta será cancelada, sendo todos os Pedidos de Reserva e contratos de compra e venda e intenções de investimentos automaticamente cancelados, sendo que os valores, eventualmente depositados, serão devolvidos sem reembolso e com dedução, caso incidentes, de quaisquer tributos aplicáveis, existentes ou que venham a ser instituídos, bem como aqueles cuja alíquota atual equivalente a zero venha a ser majorada. Para informações adicionais sobre o cancelamento da Oferta, leia a seção “Informações Sobre a Oferta – Suspensão ou Cancelamento da Oferta”, na página 68 deste Prospecto.

**Como resultado do Processo de Bookbuilding, o Preço por Ação poderá ser fixado em valor inferior à Faixa Indicativa e, nesta hipótese, investidores de varejo poderão exercer a opção de desistir de seus pedidos de reserva.**

Caso o Preço por Ação seja fixado abaixo do valor resultante da subtração entre o valor mínimo da Faixa Indicativa e o valor equivalente a 20% (vinte por cento) do valor máximo da Faixa Indicativa, ocorrerá um Evento de Fixação do Preço em Valor Inferior à Faixa Indicativa que possibilitará ao Investidor Não Institucional desistir de seu Pedido de Reserva, conforme o caso. A Companhia alcançará menor dispersão acionária do que a inicialmente esperada, caso uma quantidade significativa de investidores decida por desistir da Oferta na ocorrência de um Evento de Fixação do Preço em Valor Inferior à Faixa Indicativa.

Ademais, a fixação do Preço por Ação em valor significativamente abaixo da Faixa Indicativa poderá resultar em captação de recursos líquidos em montante consideravelmente menor do que o inicialmente projetado para as finalidades descritas na seção “Destinação dos Recursos” na página 104 deste Prospecto, e assim afetar a capacidade da Companhia de executar o plano de negócios da Companhia, o que poderá ter impacto adverso no crescimento e nos resultados das operações da Companhia.

**Investidores que adquirirem Ações sofrerão diluição imediata e substancial no valor contábil de seus investimentos.**

O Preço por Ação poderá ser fixado em valor superior ao patrimônio líquido por ação das ações emitidas e em circulação imediatamente após a Oferta. Como resultado desta diluição, em caso de liquidação da Companhia, os investidores que adquirirem Ações por meio da Oferta receberão um valor significativamente menor do que o preço que pagaram ao adquirir as Ações na Oferta. Para mais informações sobre a diluição da realização da Oferta, consulte a seção “Diluição”, na página 107 deste Prospecto.

A Companhia poderá, ainda, no futuro, buscar recursos adicionais nos mercados financeiro e de capitais brasileiro, os quais podem não estar disponíveis ou podem estar disponíveis em condições que sejam desfavoráveis ou desvantajosas à Companhia. A Companhia poderá, ainda, recorrer a ofertas públicas ou privadas de ações da Companhia ou valores mobiliários lastreados, conversíveis, permutáveis ou que, por qualquer forma, confirmem um direito de subscrever ou receber ações da Companhia. Qualquer captação de recursos por meio de ofertas públicas ou privadas de ações da Companhia ou valores mobiliários lastreados, conversíveis, permutáveis ou que, por qualquer forma, confirmem um direito de subscrever ou receber ações da Companhia pode ser realizada com exclusão do direito de preferência dos então acionistas da Companhia e/ou alterar o valor das ações da Companhia, o que pode resultar na diluição da participação dos investidores.

**A realização desta oferta pública de distribuição das Ações, com esforços de venda no exterior, poderá deixar a Companhia exposta a riscos relativos a uma oferta de valores mobiliários no Brasil e no exterior. Os riscos relativos a ofertas de valores mobiliários no exterior são potencialmente maiores do que os riscos relativos a uma oferta de valores mobiliários no Brasil.**

A Oferta compreenderá a distribuição primária e secundária das Ações no Brasil, em mercado de balcão não organizado, incluindo esforços de colocação das Ações junto a Investidores Estrangeiros. Os esforços de colocação das Ações no exterior expõem a Companhia a normas relacionadas à proteção dos Investidores Estrangeiros por incorreções ou omissões relevantes nos *Offering Memorandum*.

Adicionalmente, a Companhia e os Acionistas Vendedores são parte do Contrato de Colocação Internacional, que regula os esforços de colocação das Ações no exterior. O Contrato de Colocação Internacional apresenta uma cláusula de indenização em favor dos Agentes de Colocação Internacional para que a Companhia e os Acionistas Vendedores os indenizem, caso estes venham a sofrer perdas no exterior por conta de eventuais incorreções ou omissões relevantes nos *Offering Memorandum*.

A Companhia e os Acionistas Vendedores também emitem diversas declarações e garantias relacionadas aos negócios da Companhia e em cada um dos casos indicados acima, procedimentos judiciais poderão ser iniciados contra a Companhia e os Acionistas Vendedores no exterior. Esses procedimentos no exterior, em especial nos Estados Unidos, poderão envolver valores substanciais, em decorrência do critério utilizado nos Estados Unidos para o cálculo das indenizações devidas nesses processos. Além disso, devido ao sistema processual dos Estados Unidos, as partes envolvidas em um litígio são obrigadas a arcar com altos custos na fase inicial do processo, o que penaliza companhias sujeitas a tais processos, mesmo que fique provado que nenhuma incorreção foi cometida. Uma eventual condenação da Companhia em um processo no exterior com relação a eventuais incorreções ou omissões relevantes nos *Offering Memorandum*, se envolver valores elevados, poderá afetar negativamente a Companhia.

***Eventos políticos, econômicos e sociais e a percepção de riscos em outros países, sobretudo de economias emergentes, podem afetar adversamente a economia brasileira, os negócios da Companhia e o valor de mercado de seus valores mobiliários.***

O mercado de valores mobiliários de emissão de companhias brasileiras é influenciado pelas condições econômicas e de mercado do Brasil e, em determinado grau, de outros países da América Latina e de outras economias emergentes. Ainda que as condições econômicas sejam diferentes em cada país, a reação dos investidores aos acontecimentos em um país pode levar o mercado de capitais de outros países a sofrer flutuações, de forma a impactar, mesmo que indiretamente, a Companhia.

Acontecimentos ou uma conjuntura econômica adversa em outros países emergentes e da América Latina por vezes acarretam saída significativa de recursos do Brasil e a diminuição do volume de moeda estrangeira investida no País. Por exemplo, em 2001, após uma recessão prolongada, seguida por instabilidade política, a Argentina anunciou que deixaria de proceder ao pagamento de sua dívida pública. A crise econômica na Argentina afetou negativamente a percepção dos investidores em valores mobiliários brasileiros por vários anos. Crises econômicas ou políticas na América Latina ou em outros mercados emergentes podem afetar de maneira significativa a percepção dos riscos inerentes ao investimento na região, inclusive no Brasil.

A economia brasileira também é afetada pela conjuntura econômica e condições de mercados internacionais em geral, especialmente pela conjuntura econômica e condições de mercado existentes nos Estados Unidos. Os preços das ações na B3, por exemplo, são historicamente afetados por flutuações nas taxas de juros vigentes nos Estados Unidos, bem como pelas variações dos principais índices de ações norte-americanos, assim como ocorrido em 2008, quando o mercado nacional foi fortemente afetado pelo desempenho do mercado de capitais norte-americano. Acontecimentos em outros países e mercados de capitais poderão prejudicar o valor de mercado das ações de emissão da Companhia, podendo, ademais, dificultar ou impedir totalmente o acesso da Companhia aos mercados de capitais e ao financiamento de suas operações no futuro em termos aceitáveis.

A esse respeito, vide, ainda, seção “Fatores de Risco Relacionados à Oferta e às Ações – O surto de doenças altamente transmissíveis em todo o mundo, como a atual pandemia do coronavírus (COVID-19), pode levar a uma maior volatilidade no mercado de capitais global e resultar em pressão negativa sobre a economia mundial, incluindo a economia brasileira, impactando o mercado de negociação das ações de emissão da Companhia” na página 95 deste Prospecto.

***A eventual contratação e realização de operações de hedge podem influenciar a demanda e o preço das ações ordinárias de emissão da Companhia.***

Os Coordenadores da Oferta e as sociedades de seu conglomerado econômico poderão adquirir ações da Companhia nesta Oferta como forma de proteção (*hedge*) de operações com derivativos contratadas com terceiros, tendo as ações ordinárias de emissão da Companhia como referência (incluindo operações de *total return swap*), conforme permitido pelo artigo 48 da Instrução CVM 400. Desde que tais terceiros não sejam Pessoas Vinculadas, tais operações não serão considerados investimentos realizados por Pessoas Vinculadas para os fins do artigo 55 da Instrução CVM 400. A realização de tais operações pode constituir uma porção significativa da Oferta e poderá influenciar a demanda e, conseqüentemente, o preço e a liquidez das Ações.

***Eventuais matérias veiculadas na mídia com informações equivocadas ou imprecisas sobre a Oferta, a Companhia, os Acionistas Vendedores e/ou os Coordenadores da Oferta poderão gerar questionamentos por parte da CVM, B3, ANBIMA e/ou de potenciais investidores da Oferta, o que poderá impactar negativamente a Oferta.***

Até a divulgação do Anúncio de Encerramento, poderão ser veiculadas na mídia matérias contendo informações equivocadas ou imprecisas sobre a Oferta, a Companhia, os Acionistas Vendedores e/ou os Coordenadores da Oferta, ou, ainda, contendo informações que não constam dos Prospectos e/ou do Formulário de Referência.

Tendo em vista que o artigo 48 da Instrução CVM 400 veda qualquer manifestação na mídia por parte da Companhia, dos Acionistas Vendedores ou dos Coordenadores da Oferta sobre a Oferta até o envio do Anúncio de Encerramento, eventuais notícias sobre a Oferta poderão conter informações que não foram fornecidas ou que não contaram com a revisão da Companhia, dos Acionistas Vendedores ou dos Coordenadores da Oferta.

Assim, caso sejam divulgadas informações sobre a Oferta, a Companhia ou os Acionistas Vendedores em outros meios que não sejam os Prospectos ou o Formulário de Referência ou, ainda, caso haja informações equivocadas ou imprecisas sobre a Oferta divulgadas na mídia, a CVM, a B3 ou potenciais investidores poderão questionar o conteúdo de tais matérias midiáticas, o que poderá afetar negativamente a tomada de decisão de investimento pelos potenciais investidores, assim como a CVM poderá a seu exclusivo critério, caso haja comprovação ou suspeita de participação de pessoas relacionadas com a Oferta ou a Companhia em tal divulgação, suspender a Oferta, com a conseqüente alteração de seu cronograma, podendo também arquivar o pedido de registro da Oferta.

***Os titulares de nossas ações podem não receber dividendos.***

De acordo com o disposto no Estatuto Social da Companhia, a Companhia deve pagar aos acionistas, a título de dividendo obrigatório, no mínimo, 25% de nosso lucro líquido anual ajustado nos termos da Lei das Sociedades por Ações, de acordo com os mecanismos descritos no Estatuto Social da Companhia e conforme apresentado nas demonstrações financeiras consolidadas da Companhia, elaboradas de acordo com IFRS. O lucro líquido da Companhia pode ser capitalizado, utilizado para compensar prejuízos e passivos ou retido de acordo com a legislação societária brasileira, caso em que não estará disponível para distribuição de dividendos ou pagamento de juros sobre capital próprio.

Adicionalmente, em 31 de dezembro de 2019, possuíamos prejuízos acumulados de exercícios anteriores no montante de R\$28,3 milhões (R\$36,6 milhões em 31 de dezembro de 2018). Dessa forma, caso a Companhia venha a apresentar resultado positivo nos próximos exercícios, esses resultados deverão ser utilizados para absorver os prejuízos acumulados existentes, o que poderá limitar, de forma relevante, a capacidade da Companhia de distribuir dividendos e/ou juros sobre capital próprio.

Além disso, a Lei das Sociedades por Ações permite que uma companhia aberta suspenda a distribuição obrigatória de dividendos em determinado exercício social, caso o Conselho de Administração informe à Assembleia Geral Ordinária que a distribuição seria incompatível com a sua situação financeira. O não recebimento de dividendos pode frustrar expectativas de retorno de caixa por parte dos investidores da Companhia, podendo levar a perda no valor das ações da Companhia no mercado.

A isenção de imposto de renda sobre a distribuição de dividendos e a tributação atualmente incidente sobre o pagamento de juros sobre capital próprio prevista na legislação atual poderá ser revista e tanto os dividendos recebidos, quanto os distribuídos pela Companhia poderão passar a ser tributados e/ou, no caso dos juros sobre capital próprio, ter sua tributação majorada no futuro, reduzindo o valor líquido a ser recebido pelos nossos acionistas a título de participação nos resultados da Companhia.

As principais fontes desses dividendos são fluxos de caixa provenientes das operações da Companhia. Dessa forma, em determinados exercícios, o lucro líquido poderá não estar disponível para ser pago aos acionistas da Companhia sob a forma de dividendos (por exemplo, em razão de impacto material decorrente da pandemia da COVID-19 nas operações da Companhia).

A Companhia poderá não pagar dividendos aos seus acionistas em qualquer exercício social, mediante a determinação de seu Conselho de Administração, se não tivermos lucro ou reservas líquidas disponíveis, ou se a distribuição for desaconselhável ou incompatível tendo em vista a situação financeira da Companhia. Como a lei não estabelece quais são as circunstâncias que tornam o pagamento de dividendos desaconselhável, se aceita, geralmente, que uma companhia não precisa pagar dividendos se tal pagamento colocar em risco a própria existência da companhia ou se prejudicar o curso normal de suas operações.

Quaisquer dividendos não distribuídos devem ser destinados a uma conta de reserva especial para futuro pagamento aos acionistas, a menos que sejam utilizados para compensar prejuízos subsequentes ou se de outro modo estipulado pelo Estatuto Social da Companhia ou pela Lei das Sociedades por Ações. Dessa forma, é possível que os acionistas da Companhia não recebam dividendos em determinados exercícios sociais.

***Após a conclusão da Oferta, a Companhia pode deixar de possuir um acionista controlador ou grupo de controle, o que poderá tornar a Companhia suscetível a alianças entre acionistas, conflitos entre acionistas e outros eventos decorrentes da ausência de um acionista controlador ou grupo de controle.***

Após a realização da Oferta, a Companhia poderá deixar de possuir um acionista controlador ou grupo de controle e não há uma prática definida no Brasil de companhia aberta sem acionista identificado como controlador. Pode ser que se formem alianças ou acordos entre os acionistas, o que poderia ter o mesmo efeito de ter um grupo de controle. Caso surja um grupo de controle e este passe a deter o poder decisório, poderíamos sofrer mudanças repentinas e inesperadas das nossas políticas corporativas e estratégias, inclusive através de mecanismos como a substituição dos administradores. A ausência de um acionista controlador ou de um grupo de controle poderá dificultar certos processos de tomada de decisão, pois poderá não ser atingido o quórum mínimo exigido por lei para determinadas deliberações. Caso a Companhia deixe de possuir um acionista controlador ou um grupo de controle, não podem garantir que a influência que vinha sendo exercida pelo acionista controlador na Companhia (como por exemplo, governança corporativa, gestão de recursos humanos, administração, acesso ao capital e recursos etc.) seja mantida.

Adicionalmente, qualquer mudança repentina ou inesperada em equipe de administradores, na política empresarial ou direcionamento estratégico, tentativa de aquisição de controle ou qualquer disputa entre acionistas concernentes aos seus respectivos direitos da Companhia, no cenário em que a Companhia não tenha um controlador definido, podem afetar adversamente a Companhia, o valor de suas ações, bem como podem afetar adversamente nossos negócios e resultados operacionais.

***Podemos não ser bem sucedidos em nossa destinação de recursos uma vez que inclui estratégia de aquisições.***

Buscamos aproveitar oportunidades seletivas de crescimento por meio de aquisições estratégicas, não sendo possível, contudo, assegurar que a Companhia será bem-sucedida na identificação, negociação ou conclusão das mesmas. Aquisições envolvem inúmeros riscos, incluindo dificuldades de integração das operações e dos funcionários da empresa adquirida, participação em mercados nos quais não temos experiência ou temos experiência limitada, perda potencial de clientes, de executivos chave e empregados da empresa adquirida e risco de exposição a responsabilidades relativas a contingências ou passivos incorridos pela empresa adquirida. Qualquer um desses riscos pode ter um efeito adverso em nossos negócios e resultados operacionais, inclusive na devida destinação de recursos prevista neste Prospecto. Além disso, quaisquer aquisições de maior porte que viermos a considerar poderão estar sujeitas à obtenção de autorizações das autoridades brasileiras, incluindo a de defesa da concorrência. Poderemos não ter sucesso na obtenção de tais autorizações ou na sua obtenção em tempo hábil. Adicionalmente, aquisições futuras poderão requerer um maior endividamento, o qual poderá afetar adversamente nossos resultados.

***A Companhia arcará com todos os custos e despesas da Oferta e com as comissões das Instituições Consorciadas, o que poderá afetar adversamente seus resultados no período subsequente à realização da Oferta.***

A Companhia arcará com todos os custos e das despesas da Oferta, incluindo os custos e das despesas da Oferta Secundária, e com as comissões das Instituições Consorciadas. O desembolso desses valores pela Companhia impactará os valores líquidos a serem recebidos em decorrência da Oferta Primária e, por consequência, os valores creditados ao patrimônio líquido da Companhia, o que poderá impactar negativamente os resultados da Companhia no período de apuração subsequente à realização da Oferta. Para informações detalhadas acerca das comissões e das despesas da Oferta, veja a seção “Informações Sobre a Oferta – Custos de Distribuição” na página 52 deste Prospecto.

***Os Investidores de Varejo Lock-up ou Investidores Private Lock-up, diante da impossibilidade de transferir, emprestar, onerar, dar em garantia ou permutar, de forma direta ou indireta, a totalidade das ações ordinárias de emissão da Companhia de sua titularidade após a liquidação da Oferta, poderão incorrer em perdas em determinadas situações.***

Os Investidores de Varejo *Lock-up* e os Investidores Private *Lock-up* se comprometeram, durante o período de 45 e 60 dias, conforme o caso, contados da data de disponibilização do Anúncio de Início, a não transferir, emprestar, onerar, dar em garantia ou permutar, de forma direta ou indireta, a totalidade das ações ordinárias de emissão da Companhia de sua titularidade após a liquidação da Oferta.

Desta forma, caso o preço de mercado das ações venha a cair e/ou os Investidores de Varejo *Lock-up* e Investidores Private *Lock-up* por quaisquer motivos venham a precisar de liquidez durante o período de *Lock-up* da Oferta de Varejo e do Segmento Private *Lock-up* sendo em vista a impossibilidade das Ações da Oferta de Varejo e do Segmento Private *Lock-up* serem transferidas, emprestadas, oneradas, dadas em garantia ou permutadas, de forma direta ou indireta, tais restrições poderão causar-lhes perdas.

## DESTINAÇÃO DOS RECURSOS

Com base no Preço por Ação de R\$9,50, que é o ponto médio da Faixa Indicativa, a Companhia estima que os recursos líquidos provenientes da Oferta Primária serão de R\$510.302.426,35, após a dedução de comissões, tributos e despesas devidas pela Companhia no âmbito da Oferta.

Para informações detalhadas acerca das comissões e despesas da Oferta, veja a seção “Informações Sobre a Oferta – Custos de Distribuição” na página 52 deste Prospecto.

A Companhia pretende utilizar os recursos líquidos obtidos por meio da Oferta Primária da seguinte forma: (i) aquisições de outras empresas; (ii) investimentos em campanhas de marketing e publicidade; (iii) investimentos em logística; (iv) investimentos com a expansão de lojas físicas; e (v) investimentos em tecnologia.

A tabela abaixo resume os percentuais e valores estimados das destinações que a Companhia pretende dar aos recursos líquidos provenientes da Oferta Primária:

<b>Destinação</b>	<b>Percentual Estimado dos Recursos Líquidos</b>	<b>Valor Estimado Líquido<sup>(1)(2)(3)</sup></b>
		<i>(em R\$)</i>
Aquisições.....	58,33%	297.676.415,37
Investimentos em marketing.....	13,33%	68.040.323,51
Investimentos em logística.....	11,67%	59.535.283,07
Expansão de lojas físicas.....	8,33%	42.525.202,20
Investimentos em tecnologia.....	8,33%	42.525.202,20
<b>Total.....</b>	<b>100,0%</b>	<b>510.302.426,35</b>

(1) Com base no Preço por Ação de R\$9,50, que é o ponto médio da Faixa Indicativa.

(2) Considerando a dedução das comissões e despesas estimadas para a Companhia na Oferta.

(3) Sem considerar as Ações Adicionais e as Ações Suplementares, por se tratarem de ações de titularidade dos Acionistas Vendedores.

### (i) Aquisições:

Os recursos aplicados na aquisição de outras empresas devem consumir 58,33% ou aproximadamente R\$297.676.415,37, em oportunidades identificadas que potencializem o crescimento da Companhia, através de consolidação de mercado e/ou sinergias, tanto no business de vinhos, quanto em produtos análogos ou até mesmo empresas de tecnologia que possuam diferenciais, que aplicados ao ecossistema da Companhia possam melhorar a proposta de valor da Companhia e possa acelerar seu crescimento. Até o presente momento não há aquisições em curso pela Companhia.

### (ii) Investimentos em marketing:

Os recursos destinados a investimentos de marketing correspondem a 13,33% do montante total da oferta primária, ou aproximadamente R\$68.040.323,51, que serão investidos ao longo dos próximos 3 anos visando aumentar a presença da marca Wine e a ampla divulgação do Clube de Assinatura buscando acelerar o crescimento da base de sócios, principal *driver* de crescimento de receita da Companhia.

### (iii) Investimentos em logística:

Quanto ao investimento em logística, deseja-se destinar 11,67% dos recursos (aproximadamente R\$59.535.283,07) visando (i) modernização do centro de distribuição do Espírito Santo, para ampliar a capacidade e a velocidade de montagem de pedidos; (ii) abertura de novos centros de distribuição espalhados pelo Brasil, com o objetivo de descentralizar o estoque e fazer entregas mais rápidas aos nossos clientes; e (iii) ampliar a frota própria de veículos para trabalhar a entrega de última milha em regiões com alta densidade de pedidos, visando reduzir o custo total de frete.

**(iv) Investimentos em lojas físicas:**

O projeto de expansão das lojas físicas deve consumir 8,33% dos recursos totais captados (R\$42.525.202,20), para construir lojas em regiões onde haja concentração de sócios do Clube Wine, visando promover entregas mais rápidas para esses sócios da região de atuação da loja, ser um ponto de apoio para um processo de venda consultiva e contribuir com a captação de novos sócios para o Clube de Assinatura a partir da presença local da marca.

**(v) Investimentos em tecnologia:**

O investimento em tecnologia deve consumir 8,33%, ou aproximadamente R\$42.525.202,20, dos recursos captados na oferta primária. O objetivo desse investimento é ampliar a equipe atual de tecnologia da Companhia, com o objetivo de acelerar o desenvolvimento de sistemas, plataformas e novas funcionalidades para o aplicativo da Companhia visando torná-lo o principal canal para a captação de novos sócios para o Clube de Assinatura, além de melhorar a experiência dos sócios atuais para alavancar as vendas do e-commerce por esse canal e melhorar a satisfação, reduzindo o *churn*. Adicionalmente, também serão contratados novos colaboradores para a equipe de *data analytics* visando aprimorar o uso de inteligência artificial e *machine learning* em todos os pontos de contato da Companhia com os nossos sócios e clientes.

A efetiva aplicação dos recursos obtidos por meio da Oferta Primária depende de diversos fatores que a Companhia não pode garantir que virão a se concretizar, dentre os quais as condições de mercado então vigentes, nas quais baseia suas análises, estimativas e perspectivas atuais sobre eventos futuros e tendências. Os valores efetivamente utilizados e a escolha do momento da utilização do capital arrecadado, dependerão de uma série de fatores, incluindo os fatores de risco, descritos na seção “Sumário da Companhia – Principais Fatores de Risco Relativos à Companhia” na página 21 deste Prospecto e da seção “4. Fatores de Risco” do Formulário de Referência e na seção Fatores de Risco - “Podemos não ser bem sucedidos em nossa destinação de recursos uma vez que inclui estratégia de aquisições” na página 103 deste Prospecto. Alterações nesses e em outros fatores podem nos obrigar a rever a destinação dos recursos líquidos quando de sua efetiva utilização.

Caso os recursos líquidos captados pela Companhia por meio da Oferta Primária sejam inferiores à sua estimativa, a Companhia priorizará a sua aplicação de acordo com a seguinte ordem de prioridade (i) investimentos em tecnologia; (ii) investimentos em campanhas de marketing e publicidade; (iii) investimentos em logística; (iv) investimentos com a expansão de lojas físicas; e (v) aquisições de outras empresas. Para buscar a manutenção do plano original, a Companhia poderá buscar recursos adicionais junto a terceiros, inclusive instituições financeiras, mediante a contratação de empréstimos ou financiamentos diretos, oferta de títulos e valores mobiliários representativos de dívida nos mercados local e internacional ou mesmo mediante a realização de outra oferta pública ou privada de ações de emissão da Companhia, tendo sempre como principal critério o menor custo de capital. A forma de obtenção desses recursos será definida pela Companhia à época da respectiva captação, dependendo inclusive das condições de mercado.

Um aumento (redução) de R\$1,00 no preço de R\$9,50 por Ação, que é o ponto médio da faixa indicativa de preços apresentada na capa deste Prospecto, acarretaria um aumento (redução) de R\$54.477.966,64 nos recursos líquidos advindos da Oferta Primária, considerando a dedução das comissões da Oferta e das despesas estimadas da Oferta. O Preço por Ação será definido após a conclusão do Procedimento de *Bookbuilding*.

A Companhia não receberá qualquer recurso decorrente da Oferta Secundária, que engloba a eventual colocação das Ações Adicionais e das Ações Suplementares, por se tratar exclusivamente de ações de titularidade dos Acionistas Vendedores. Portanto, os recursos provenientes Oferta Secundária e, portanto, da eventual colocação da Ações Adicionais e das Ações Suplementares, serão integralmente destinados ao Acionistas Vendedores.

Para mais informações sobre o impacto dos recursos líquidos obtidos pela Companhia com a Oferta na situação patrimonial da Companhia, veja a seção “Capitalização” na página 106 deste Prospecto.

## CAPITALIZAÇÃO

A tabela a seguir apresenta a capitalização total da Companhia, correspondente por empréstimos e financiamentos, passivos de arrendamento a pagar e o patrimônio líquido da Companhia, em 30 de junho de 2020, indicando: (i) a posição histórica em 30 de junho de 2020; (ii) conforme ajustada por eventos subsequentes decorrentes do aumento de capital social da Companhia, em 21 de setembro de 2020, no valor de R\$304.042,83; e (iii) a posição ajustada pela oferta para considerar os recursos líquidos a serem obtidos pela Companhia provenientes da Oferta Primária (sem considerar as Ações Adicionais e as Ações Suplementares por se tratarem de ações de titularidade dos Acionistas Vendedores), estimados em R\$510.302.426,35, após a dedução das comissões e das despesas, com base no ponto médio da Faixa Indicativa.

As informações descritas abaixo na coluna denominada “Histórico” foram extraídas do Formulário de Informações Trimestrais – ITR relativas ao período de seis meses findo em 30 de junho de 2020. Os investidores devem ler a tabela abaixo em conjunto com as seções “3. Informações Financeiras Seleccionadas” e “10. Comentários dos Diretores” do Formulário de Referência da Companhia, anexo a este Prospecto, bem como as Informações Trimestrais da Companhia, as quais se encontram anexas a este Prospecto.

	Em 30 de junho de 2020		
	Histórico	Ajustado pós eventos subsequentes <sup>(1)</sup> <i>(em milhares de R\$)</i>	Ajustado Pós-oferta <sup>(2)</sup>
Empréstimos e financiamentos (circulante) .....	31.970	31.970	31.970
Passivos de arrendamento a pagar (circulante) .....	3.684	3.684	3.684
Passivos de arrendamento a pagar (não circulante) ...	12.057	12.057	12.057
Patrimônio Líquido .....	78.935	79.239	589.541
<b>Capitalização Total<sup>(3)</sup> .....</b>	<b>126.646</b>	<b>126.950</b>	<b>637.252</b>

<sup>(1)</sup> Considera eventos subsequentes após 30 de junho de 2020, decorrentes do aumento de capital social da Companhia, em 21 de setembro de 2020, no valor de R\$304.042,83.

<sup>(2)</sup> Ajustado para refletir: (i) os eventos subsequentes após 30 de junho de 2020; e (ii) o recebimento de recursos líquidos da Oferta Primária (sem considerar as Ações Adicionais e as Ações Suplementares por se tratarem de ações de titularidade dos Acionistas Vendedores), estimados em R\$510.302.426,35, após a dedução das comissões e das despesas devidas pela Companhia no âmbito da Oferta, no montante estimado de R\$37.847.573,65, calculado com base no Preço por Ação de R\$9,50, que é o ponto médio da Faixa Indicativa.

<sup>(3)</sup> Capitalização total corresponde à soma dos empréstimos, arrendamento a pagar e patrimônio líquido.

Um aumento ou uma redução de R\$1,00 no Preço por Ação de R\$9,50, que é o ponto médio da Faixa Indicativa, acarretaria em um aumento ou redução do valor do patrimônio líquido e da capitalização total da Companhia em R\$54.477.966,64, após a dedução das comissões e das despesas devidas pela Companhia no âmbito da Oferta Primária.

O valor do patrimônio líquido da Companhia após a conclusão da oferta está sujeito, ainda, a ajustes decorrentes de alterações do Preço por Ação, bem como dos termos e condições gerais da oferta que somente serão conhecidas após a conclusão do Procedimento de *Bookbuilding*.

A Companhia não receberá qualquer recurso decorrente da Oferta Secundária por se tratar exclusivamente de Ações de titularidade dos Acionistas Vendedores. Dessa forma, nossa capitalização não será afetada pela Oferta Secundária.

Não houve alteração relevante na capitalização da Companhia desde 30 de junho de 2020, exceto com relação aos eventos subsequentes mencionados acima.

## DILUIÇÃO

Os investidores que participarem da Oferta sofrerão diluição imediata de seu investimento, calculada pela diferença entre o Preço por Ação e o valor patrimonial contábil por ação imediatamente após a conclusão da Oferta.

Em 30 de junho de 2020, o valor do patrimônio líquido da Companhia era de R\$78.935 mil e o valor patrimonial contábil histórico por ação ordinária correspondia, já considerando o desdobramento de ações ordinárias de emissão da Companhia aprovado em assembleia geral de acionistas realizada em 06 de outubro de 2020, na proporção de 1:394, ao valor patrimonial por ação ordinária de R\$0,94.

Considerando a emissão de 57.700.000 Ações no âmbito da Oferta Primária, com base no Preço por Ação de R\$9,50, que é o ponto médio da Faixa Indicativa, e após a dedução das comissões e das despesas devidas pela Companhia no âmbito da Oferta, o valor do patrimônio líquido da Companhia ajustado pela Oferta Primária seria de R\$589.264 mil, representando um valor patrimonial de R\$4,09 por ação ordinária de emissão da Companhia. Isso significaria um aumento imediato no valor patrimonial por ação ordinária de R\$3,18 para os acionistas existentes e uma diluição imediata no valor patrimonial por ação ordinária de R\$5,41, que é equivalente a 5,95% do Preço por Ação de R\$9,50, que é o ponto médio da Faixa Indicativa, para os novos investidores que subscreverem/adquirirem Ações no âmbito da Oferta.

Essa diluição representa a diferença entre o Preço por Ação pago pelos investidores na Oferta e o valor patrimonial contábil por ação ordinária imediatamente após a Oferta. Para informações detalhadas acerca das comissões de distribuição e das despesas da Oferta, veja a Seção “Informações Sobre a Oferta – Custos de Distribuição”, página 52 deste Prospecto.

O quadro a seguir ilustra a diluição por ação ordinária de emissão da Companhia, com base em seu patrimônio líquido em 30 de junho de 2020, e considerando os impactos da realização da Oferta Primária:

	Após a Oferta Primária	
	(em R\$, exceto percentagens)	(percentual em relação ao Preço por Ação <sup>(1)</sup> )
Preço por Ação <sup>(1)</sup> .....	9,50	100,0%
Valor patrimonial contábil histórico por ação ordinária em 30 de junho de 2020 <sup>(2)</sup> .....	0,94	9,9%
Valor patrimonial contábil histórico por ação ordinária em 30 de junho de 2020 ajustado pela Oferta e aumento de capital.....	4,09	43,1%
Aumento do valor contábil histórico patrimonial líquido por ação ordinária atribuído aos atuais acionistas ajustado para refletir a Oferta e aumento de capital.....	3,17	33,4%
Diluição do valor patrimonial por ação ordinária para os novos investidores <sup>(2)</sup> .....	5,41	56,95%
<b>Percentual de diluição dos novos investidores<sup>(3)</sup>.....</b>	<b>56,95%</b>	<b>56,95%</b>

(1) Calculado com base no Preço por Ação de R\$9,50, que é o ponto médio da Faixa Indicativa.

(2) Não considera o aumento de capital aprovado em assembleia geral de acionistas em 21 de setembro de 2020, no valor de R\$304.042,83, que geraria um valor patrimonial contábil por ação de R\$0,92.

(2) Para os fins aqui previstos, diluição representa a diferença entre o Preço por Ação a ser pago pelos investidores e o valor patrimonial líquido por ação de emissão da Companhia imediatamente após a conclusão da Oferta.

(3) O cálculo da diluição percentual dos novos investidores é obtido por meio da divisão do valor da diluição dos novos investidores pelo Preço por Ação.

O Preço por Ação a ser pago pelos investidores no contexto da Oferta não guarda relação com o valor patrimonial das ações ordinárias de emissão da Companhia e será fixado tendo como parâmetro as intenções de investimento manifestadas por Investidores Institucionais, considerando a qualidade da demanda (por volume e preço), no âmbito do Procedimento de *Bookbuilding*. Para informações detalhadas sobre o procedimento de fixação do Preço por Ação e das condições da Oferta, veja seção “Informações Sobre a Oferta”, na página 45 deste Prospecto.

Um acréscimo ou redução de R\$1,00 no Preço por Ação de R\$9,50, que é o ponto médio da Faixa Indicativa, acarretaria em um aumento ou redução, após a conclusão da Oferta: (i) de R\$54.477.966,64 no valor do patrimônio líquido contábil da Companhia; (ii) de R\$0,38 no valor do patrimônio líquido contábil por ação ordinária de emissão da Companhia; e (iii) na diluição do valor patrimonial contábil por ação ordinária aos investidores desta Oferta em R\$0,62 por Ação; assumindo que o número de Ações estabelecido na capa deste Prospecto não sofrerá alterações e, após a dedução das comissões e das despesas devidas pela Companhia no âmbito da Oferta. O valor do patrimônio líquido contábil da Companhia após a conclusão da Oferta está sujeito, ainda, a ajustes decorrentes de alterações do Preço por Ação, bem como dos termos e condições gerais da Oferta que somente serão conhecidas após a conclusão do Procedimento de *Bookbuilding*.

A realização da Oferta Secundária não resultará em nenhuma mudança no número de ações de emissão da Companhia, nem em alteração em seu patrimônio líquido, uma vez que os recursos recebidos, nesse caso, serão integralmente entregues aos Acionistas Vendedores.

### **Plano de Opções da Companhia**

A Companhia possui um Plano de Opção de Compra de Ações destinado aos seus administradores, empregados, consultores e/ou pessoas naturais que prestem serviço à Companhia ou a suas controladas, que venham a ser escolhidos a critério do Conselho de Administração da Companhia ("Beneficiários"), o qual foi aprovado em Assembleia Geral Extraordinária da Companhia realizada em 21 de setembro de 2020 ("Plano de Opções").

#### **(a) Termos e condições gerais;**

Data de Aprovação: Aprovado na Assembleia Geral Extraordinária da Companhia realizada em 21 de setembro de 2020.

Classe de ações a serem exercidas: Ordinárias.

Beneficiários: São elegíveis para participar do Plano de Opções os administradores, empregados, consultores e/ou pessoas naturais que prestem serviço, à Companhia ou a suas controladas, que venham a ser escolhidos a exclusivo critério do Conselho de Administração da Companhia.

Limite Quantitativo: O Plano de Opções poderá conferir direitos de aquisição sobre ações ordinárias a serem emitidas pela Companhia representativas de até 4% (quatro por cento) do capital social total da Companhia na data de liquidação física e financeira da oferta pública inicial de ações da Companhia, conforme deliberação em Assembleia Geral Extraordinária da Companhia realizada em 26 de agosto de 2020, observado o limite do capital autorizado da Companhia previsto no Artigo 6º do Estatuto Social ("Opções"), não tendo sido estabelecido o número máximo de Opções a serem concedidas dentro deste limite de 4%.

Períodos de Carência (*vesting*): Serão definidos no Contrato de Outorga de Opção de Compra de Ações ("Contrato") a ser celebrado com cada Beneficiário.

Prazo de Vigência do Plano: O Plano de Opções entrou em vigor com a sua aprovação pela Assembleia Geral Extraordinária da Companhia realizada em 21 de setembro de 2020 e poderá ser modificado ou extinto, a qualquer tempo, pela própria Assembleia Geral ou até que a opções objeto do Plano de Opções sejam exercidas.

#### **(b) Principais objetivos do plano;**

O Plano de Opções tem o objetivo conceder aos Beneficiários a oportunidade de se tornarem acionistas da Companhia, propiciando, em consequência, um maior alinhamento, a longo prazo, dos interesses desta última com os interesses dos Beneficiários quanto às variações patrimoniais decorrentes dos resultados para os quais tenham contribuído.

**(c) Forma como o plano contribui para esses objetivos;**

O oferecimento de Plano de Opções de compra de ações é uma forma de estímulo aos beneficiários por meio do seu comprometimento na geração de resultados para valorização das ações no médio e longo prazo. Atinge-se, ainda, por meio deste modelo, o compartilhamento de riscos e ganhos da Companhia, por meio da valorização das ações adquiridas a partir do exercício das opções outorgadas.

**(d) Como o plano se insere na política de remuneração do emissor;**

A Política de Remuneração de Administradores, estabelece as regras e diretrizes a serem observadas e aplicadas para determinar a remuneração dos administradores visando atrair, manter e reconhecer os profissionais de grande qualificação na administração da Companhia. Desse modo, o Plano de Opções foi aprovado visando a manutenção de um nível de competitividade adequado aos negócios da Companhia e ao contexto do mercado em que atua.

**(e) Como o plano alinha os interesses dos administradores e do emissor a curto, médio e longo prazo;**

O Plano de Opções possui como critério principal para exercício de opções, a divisão em tranches anuais e a existência dos períodos de carência, que fazem com que os beneficiários se comprometam com a constante valorização das ações da Companhia, no curto, médio e longo prazo.

**(f) Número máximo de ações abrangidas;**

As ações ordinárias de emissão da Companhia representativas de até 4% (quatro por cento) do capital social da Companhia na data da liquidação física e financeira da oferta pública inicial de ações da Companhia, conforme deliberação em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 26 de agosto de 2020, observado o limite do capital autorizado da Companhia previsto no Artigo 6º do seu Estatuto Social.

**(g) Número máximo de opções a serem outorgadas;**

As Opções poderão ser outorgadas a todos seguintes beneficiários que forem elegíveis para participar do Plano: administradores, empregados, consultores e/ou pessoas naturais que prestem serviço à Companhia e que venham a ser escolhidos a critério do Conselho de Administração da Companhia, desde que limitado ao número máximo de ações abrangidas pelo Plano conforme previsto acima.

**(h) Condições de aquisição de ações;**

As opções de compra objeto do Plano de Opções deverão ser outorgadas mediante celebração do Contrato, onde será definido, mas não se limitando a outras condições específicas: (i) o número total de ações da Companhia objeto de outorga; (ii) o preço de exercício; (iii) o eventual direito de venda em conjunto; (iv) os períodos de carência (*vesting periods*); (v) os prazos para o exercício das Opções; (vi) eventuais restrições às ações recebidas pelo exercício das Opções; e/ou (vii) a eventual outorga de uma opção de venda do Beneficiário para a Companhia das ações recebidas pelo exercício da opção de compra.

**(i) Critérios para fixação do preço de aquisição ou exercício;**

O Plano de Opções é um programa oneroso em que as Opções somente podem ser exercidas mediante o pagamento do preço constante de cada Contrato, sendo, portanto, de natureza exclusivamente societária, sem caracterizar remuneração ou benefício trabalhista) e as Opções somente poderão ser exercidas por cada Beneficiário, após o cumprimento dos respectivos prazos de carência, definidos em cada Contrato, e desde que atingidas as metas EBITDA anual da Companhia fixadas de acordo com o orçamento anual e o plano de negócios da Companhia

aprovado pelo Conselho de Administração da Companhia para cada ano de *vesting*, mediante o pagamento do preço estabelecido em cada Contrato.

**(j) Critérios para fixação do prazo de exercício;**

As opções dos Planos poderão ser exercidas de acordo com os termos e condições descritos no item “a” acima, observados os prazos de carência e o prazo de vencimento de cada uma delas.

**(k) Forma de liquidação;**

Havendo o exercício das Opções, o preço de exercício deverá ser pago pelo Beneficiário em até 120 (cento e vinte) dias contados do registro do Beneficiário como proprietário das ações correspondentes à Opção exercida, na forma prevista no Contrato, mediante depósito, em moeda corrente nacional, na conta corrente de titularidade da Companhia, a ser informada ao beneficiário, quando da celebração do Contrato.

**(l) Restrições à transferência das ações;**

Uma vez exercidas as Opções, o Beneficiário não poderá alienar as ações adquiridas por um prazo a ser definido em cada Contrato. A qualquer tempo a partir da data em que se tornar proprietário das Ações, após o referido período de *lock-up*, o Beneficiário terá o direito de vender quaisquer das ações adquiridas em virtude do Contrato na B3 S.A. – Brasil, Bolsa e Balcão ou qualquer outra bolsa de valores na qual os valores mobiliários da Companhia sejam admitidos à negociação.

**(m) Critérios e eventos que, quando verificados, ocasionarão a suspensão, alteração ou extinção do plano; e**

O Conselho de Administração poderá: (i) estabelecer a regulamentação aplicável aos casos omissos; (ii) prorrogar ou antecipar o prazo final para o exercício das opções de compra vigentes; ou (iii) antecipar qualquer período de carência (*vesting period*) para o exercício das Opções de Compra vigentes, sendo que qualquer caso de antecipação previsto nos itens (ii) e (iii) está sujeito à ocorrência de um evento de liquidez, assim entendido como a realização de emissão pública de ações pela Companhia ou a venda do controle da Companhia, conforme estabelecido no artigo 116 da Lei das S.A.

Além disso, a Assembleia Geral poderá estipular dispositivos específicos para certa categoria de Beneficiários. Neste caso, tais dispositivos específicos terão prevalência sobre quaisquer regras genéricas prévias ou posteriormente estipuladas em relação ao Plano de Opções.

**(n) Efeitos da saída do administrador dos órgãos do emissor sobre seus direitos previstos no plano de remuneração baseado em ações.**

Os Contratos serão rescindidos se ocorrer o desligamento do Beneficiário da Companhia. Neste caso, as Opções, cujos períodos de carência já tenham sido cumpridos, ou que estejam em curso, poderão, ou não, serem exercidas pelo Beneficiário, a depender da hipótese do seu desligamento da Companhia, conforme vier a ser definido nos Contratos.

Até o presente momento e durante a realização da Oferta, não houve e não haverá qualquer outorga de opções pela Companhia.

## Histórico do Preço de Emissão de Ações

Nos últimos cinco anos, a Companhia realizou os seguintes aumentos de capital, os quais foram subscritos por administradores, controladores ou detentores de opções em aquisições de ações da Companhia:

Data do Aumento <sup>(1)</sup>	Natureza da Operação	Quantidade de Ações <sup>(2)</sup>	Quantidade de Ações Ajustada <sup>(3)</sup>	Valor total emissão (Reais)	Valor Histórico (Reais) <sup>(4)</sup>	Valor Histórico Ajustado (Reais) <sup>(4)(5)</sup>	Valor Ajustado e Corrigido (Reais) <sup>(5)(6)</sup>	Preço por Ação (Reais) <sup>(7)</sup>
09/08/2016	Aumento de Capital Social	23.575	9.288.550	40.000.000,00	1.696,68	4,30	5,71	9,50
26/07/2019	Aumento de Capital Social	53.922	21.245.268	60.000.000,00	1.112,72	2,82	3,32	9,50
21/09/2020	Aumento de Capital Social	6.591	2.596.854	304.042,83	46,13	0,12	0,12	9,50

(1) Aumento de capital social subscrito na Assembleia Geral Extraordinária da Companhia.

(2) Quantidade de ações efetivamente emitidas na data do aumento.

(3) Quantidade de ações ajustada para refletir o desdobramento das ações de emissão da Companhia realizado em 6 outubro de 2020.

(4) Efetivamente pago por Ação pelos Administradores, Controladores ou detentores de opções em aquisições de ações da Companhia.

(5) Valor pago por Ação pelos Administradores, Controladores ou detentores de opções em aquisições de ações da Companhia ajustado para refletir o desdobramento das ações de emissão da Companhia realizado em 6 outubro de 2020.

(6) Valor histórico corrigido pelo Índice Geral de Preços de Mercado (IGP-M) entre a data do respectivo aumento de capital e setembro de 2020.

(7) Preço por Ação de R\$9,50, que é o ponto médio da Faixa Indicativa.

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

## **ANEXOS**

---

**ESTATUTO SOCIAL CONSOLIDADO DA COMPANHIA**

**ATA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA DA COMPANHIA, REALIZADA EM 26 DE AGOSTO DE 2020, QUE APROVOU A REALIZAÇÃO DA OFERTA E O NOVO ESTATUTO SOCIAL DA COMPANHIA**

**ATA DA REUNIÃO DO COMITÊ DE INVESTIMENTO DO PENÍNSULA , REALIZADA EM 29 DE AGOSTO DE 2020, QUE APROVOU A REALIZAÇÃO DA OFERTA**

**MINUTA DA ATA DA REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA COMPANHIA QUE APROVARÁ O PREÇO POR AÇÃO DA OFERTA**

**MINUTA DA ATA DA REUNIÃO DO COMITÊ DE INVESTIMENTO DO PENÍNSULA QUE APROVARÁ O PREÇO POR AÇÃO DA OFERTA**

**DECLARAÇÃO DA COMPANHIA NOS TERMOS DO ARTIGO 56 DA INSTRUÇÃO CVM 400**

**DECLARAÇÃO DOS ACIONISTAS VENDEDORES, NOS TERMOS DO ARTIGO 56 DA INSTRUÇÃO CVM 400**

**DECLARAÇÃO DO COORDENADOR LÍDER, NOS TERMOS DO ARTIGO 56 DA INSTRUÇÃO CVM 400**

**INFORMAÇÕES FINANCEIRAS TRIMESTRAIS REVISADAS, INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS DA COMPANHIA REFERENTES AO PERÍODO DE SEIS MESES FINDO EM 30 DE JUNHO DE 2020**

**DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS AUDITADAS, INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS DA COMPANHIA REFERENTES AOS EXERCÍCIOS SOCIAIS ENCERRADOS EM 31 DEZEMBRO DE 2019, 2018 E 2017**

**FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA DA COMPANHIA NOS TERMOS DA INSTRUÇÃO CVM 480**

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

---

**ESTATUTO SOCIAL CONSOLIDADO DA COMPANHIA**

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

**ESTATUTO SOCIAL DA  
W2W E-COMMERCE DE VINHOS S.A.**  
CNPJ/MF nº 009.813.204/0001-16  
NIRE 32.300.033.512

**CAPÍTULO I**  
**DENOMINAÇÃO, SEDE, OBJETO E DURAÇÃO**

**Artigo 1º.** A **W2W E-Commerce de Vinhos S.A.** ("Companhia") é uma sociedade anônima de capital aberto, que se rege pela legislação aplicável, em especial a Lei nº 6.404, de dezembro de 1979 ("Lei das Sociedades por Ações") e pelo presente Estatuto Social.

**Parágrafo Único.** Com o ingresso da Companhia no Novo Mercado da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão ("B3"), sujeitam-se a Companhia, seus acionistas, incluindo acionistas controladores, administradores e membros do Conselho Fiscal, quando instalado, às disposições do Regulamento do Novo Mercado da B3 ("Regulamento do Novo Mercado").

**Artigo 2º.** A Companhia tem sede e foro na cidade de Serra, Estado do Espírito Santo, podendo, desde que previsto e aprovado no plano de expansão da Companhia, abrir, transferir ou encerrar filiais, agências, escritórios ou outros estabelecimentos em qualquer localidade do País e do exterior por decisão da Diretoria. Na hipótese de abertura, transferência ou encerramento de filiais, agências, escritórios ou outros estabelecimentos que não estejam previstos no plano de expansão da Companhia, caberá ao Conselho de Administração sua aprovação.

**Artigo 3º.** A Companhia tem por objeto social as seguintes atividades:

- I. Comércio atacadista e varejista de vinhos e bebidas e alimentos em geral, nacionais e importadas, inclusive, mas não se limitando a, por meios eletrônicos (e-commerce), no País e/ou no exterior;
- II. Comércio atacadista de mercadorias em geral, sem predominância de produtos alimentícios inclusive, mas não se limitando a, por meios eletrônicos (e-commerce), no País e/ou no exterior e marcas próprias;
- III. Comércio atacadista e varejista de cápsulas de café torrado e moído, para uso em máquinas especiais para preparo de bebidas, inclusive, mas não se limita a, por meios eletrônicos (e-commerce), no País e/ou no exterior;
- IV. Comércio atacadista e varejista de máquinas para preparo de café, inclusive, mas não se limitando a, por meios eletrônicos (e-commerce), no País e/ou no exterior;
- V. Locação de máquinas de café expresso para eventos, inclusive, não se limitando a, por meios eletrônicos (e-commerce);
- VI. Criação, distribuição e comercialização no varejo de revistas, jornais, periódicos e demais materiais impressos, inclusive, mas não se limitando a, por meio eletrônico (e-commerce);
- VII. A publicidade de produtos seus e de terceiros e o comércio de materiais de promoção e propaganda;

- VIII. Criação e administração de clube de associados, inclusive, mas não se limitando a, por meio eletrônico (e-commerce);
- IX. Atividade de logística na armazenagem, acondicionamento, depósito, faturamento, controle de estoque e movimentação de mercadorias, em depósitos próprios ou por conta de terceiros, sem emissão de warrants;
- X. Importação e exportação de bebidas, alimentos em geral bem como produtos diversos relacionados às mercadorias comercializadas pela Companhia;
- XI. Serviços combinados de escritório e apoio administrativo;
- XII. Serviço de organização de feiras, congressos, exposições e festas;
- XIII. Transporte rodoviário de cargas, exceto produtos perigosos e mudanças, municipal, intermunicipal, interestadual e internacional;
- XIV. Participação, como sócia ou acionista, em outras sociedades, no Brasil e/ou no exterior;
- XV. Reparação e manutenção de equipamentos eletrônicos de uso pessoal e doméstico;
- XVI. Comércio varejista e atacadista de artigos do vestuário e acessórios; e
- XVII. Atividades de descantes aduaneiros.

**Parágrafo Único.** A Companhia poderá desenvolver diretamente outras atividades afins ou complementares ao objeto expresso no Artigo 3º.

**Artigo 4º.** O prazo de duração da Companhia é indeterminado.

## **CAPÍTULO II** **CAPITAL SOCIAL E AÇÕES**

**Artigo 5º.** O capital social da Companhia, totalmente subscrito e integralizado, é de R\$ 105.259.275,68 (cento e cinco milhões, duzentos e cinquenta e nove mil, duzentos e setenta e cinco reais e sessenta e oito centavos), representado por 86.540.918 (oitenta e seis milhões, quinhentas e quarenta mil, novecentas e dezoito) ações ordinárias, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal.

**Parágrafo Único.** Cada ação ordinária nominativa dá direito a um voto nas deliberações das Assembleias Gerais da Companhia.

**Artigo 6º.** A Companhia fica autorizada a aumentar o seu capital social em até 230.772.179 (duzentos e trinta milhões, setecentas e setenta e duas mil, cento e setenta e nove) novas ações ordinárias.

**Parágrafo 1º.** Dentro do limite autorizado neste artigo, poderá a Companhia, mediante deliberação do Conselho de Administração, aumentar o capital social independentemente de reforma estatutária. O Conselho de Administração fixará as condições da emissão, inclusive preço e prazo de integralização.

**Parágrafo 2º.** Dentro do limite do capital autorizado, o Conselho de Administração poderá deliberar a emissão de bônus de subscrição.

**Parágrafo 3º.** Dentro do limite do capital autorizado e de acordo com os planos aprovados pela Assembleia Geral, o Conselho de Administração poderá outorgar opção de compra ou subscrição de ações a seus administradores ("Administradores") e empregados ("Empregados"), assim como aos administradores e empregados de outras sociedades que sejam controladas direta ou indiretamente pela Companhia, sem direito de preferência para os acionistas.

**Artigo 7º.** É vedada a emissão de partes beneficiárias pela Companhia.

**Artigo 8º.** É vedada a constituição de qualquer ônus e/ou gravame sobre as ações de emissão da Companhia, direito de preferência na subscrição de novas ações e/ou valores mobiliários conversíveis em ações bem como a cessão, transferência ou qualquer outra forma de alienação das ações de emissão da Companhia, direito de preferência na subscrição de novas ações e/ou valores mobiliários conversíveis em ações sem a observância ao disposto na legislação vigente e no presente Estatuto Social.

**Parágrafo 1º.** Todas as ações da Companhia são escriturais, mantidas em conta de depósito, junto à instituição financeira autorizada pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"), em nome de seus titulares, sem emissão de certificados.

**Parágrafo 2º.** O custo de transferência da propriedade das ações escriturais poderá ser cobrado diretamente do acionista pela instituição escrituradora, conforme venha a ser definido no contrato de escrituração de ações, respeitado o art.35, §3º da Lei das Sociedades por Ações.

**Artigo 9º.** A critério do Conselho de Administração, poderá ser excluído ou reduzido o direito de preferência nas emissões de ações, debêntures conversíveis em ações e bônus de subscrição, cuja colocação seja feita mediante venda em bolsa de valores ou por subscrição pública, ou ainda mediante permuta por ações, em oferta pública de aquisição de controle, nos termos estabelecidos em lei, dentro do limite do capital autorizado.

### **CAPÍTULO III** **ASSEMBLEIA GERAL**

**Artigo 10.** A Assembleia Geral, convocada e instalada conforme previsto na Lei das Sociedades por Ações e neste Estatuto Social, reunir-se-á, ordinariamente, uma vez por ano, nos 4 (quatro) primeiros meses seguintes ao término do exercício social e, extraordinariamente, sempre que os interesses da Companhia assim exigirem.

**Parágrafo 1º.** A Assembleia Geral será convocada pelo Presidente do Conselho de Administração ou, nos casos previstos em lei, por acionistas ou pelo Conselho Fiscal, se e quando instalado, mediante anúncio publicado, devendo a primeira convocação ser feita, com, no mínimo, 15 (quinze) dias de antecedência, e a segunda convocação com antecedência mínima de 8 (oito) dias, observado, ainda, o disposto na regulamentação da

CVM que dispõe sobre informações, pedidos de procuração, participação e votação a distância em assembleias gerais.

**Parágrafo 2º.** As deliberações da Assembleia Geral serão tomadas por maioria dos votos dos acionistas presentes na assembleia, não se computando os votos em branco e as abstenções, ressalvadas as exceções previstas em lei e observado o disposto no Artigo 12, Parágrafo Único e Artigo 37, Parágrafo Único, deste Estatuto Social.

**Parágrafo 3º.** As atas de Assembleias deverão ser lavradas no livro de Atas das Assembleias Gerais, e poderão, caso assim aprovado na Assembleia Geral em questão, ser lavradas na forma de sumário dos fatos ocorridos e publicadas com omissão das assinaturas.

**Artigo 11.** A Assembleia Geral será instalada e presidida pelo Presidente do Conselho de Administração ou, na sua ausência ou impedimento, instalada e presidida por outro Conselheiro, Diretor ou acionista indicado por escrito pelo Presidente do Conselho de Administração. O Presidente da Assembleia Geral indicará até 2 (dois) Secretários.

**Artigo 12.** Sem prejuízo de outras matérias cuja competência para aprovação seja atribuída à Assembleia Geral, por este Estatuto Social e/ou pela Lei das Sociedades por Ações, a aprovação das seguintes matérias será de competência exclusiva da Assembleia Geral:

- I. tomar as contas dos administradores, bem como examinar, discutir e aprovar as demonstrações financeiras;
- II. deliberar, de acordo com proposta apresentada pela administração, sobre a destinação do resultado do exercício e a distribuição de dividendos;
- III. eleger e destituir os membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal, quando instalado;
- IV. fixar a remuneração global anual dos administradores, assim como a dos membros do Conselho Fiscal, se instalado;
- V. aprovar planos de concessão de ações ou de outorga de opção de compra de ações aos administradores e empregados da Companhia ou de suas controladas;
- VI. alterar o Estatuto Social;
- VII. deliberar sobre a dissolução, liquidação, fusão, cisão, incorporação da Companhia ou de qualquer sociedade na Companhia;
- VIII. Aprovar a aquisição, pela Companhia, de ações de sua própria emissão para manutenção em tesouraria ou seu cancelamento, nas hipóteses em que a regulamentação exigir que tal aprovação seja deliberada pela Assembleia Geral;
- IX. Pedido de falência, recuperação judicial ou extrajudicial e início e cessação do estado de liquidação da Companhia;
- X. Transformação da Companhia em outro tipo societário;
- XI. Deliberar sobre qualquer outra matéria que venha a ser submetida pelo Conselho de Administração;
- XII. Deliberar sobre a saída da Companhia do Novo Mercado da B3; e
- XIII. Dispensar a realização de oferta pública de aquisição ações ("OPA"), como requisito para a saída da Companhia do Novo Mercado.

**Parágrafo Único.** A deliberação a que se refere o item XIII deste artigo deverá ser instalada em primeira convocação com a presença de acionistas que representem, no mínimo, 2/3 (dois terços) do total das Ações em Circulação. Caso referido quórum não seja atingido, a Assembleia Geral poderá ser instalada em segunda convocação com a presença de qualquer número de acionistas titulares de Ações em Circulação. A deliberação sobre a dispensa de realização da OPA deve ocorrer pela maioria dos votos dos acionistas titulares de ações em circulação presentes na Assembleia Geral, conforme disposto no Regulamento do Novo Mercado.

## **CAPÍTULO IV** **ADMINISTRAÇÃO**

### **Seção I** **Normas Gerais**

**Artigo 13.** A Companhia será administrada por um Conselho de Administração e por uma Diretoria, na forma da Lei das Sociedades por Ações e deste Estatuto Social.

**Parágrafo 1º.** A posse dos membros do Conselho de Administração e da Diretoria fica condicionada à assinatura do termo de posse, que deve contemplar sua sujeição à cláusula compromissória referida no artigo 40 deste Estatuto Social.

**Parágrafo 2º.** Os Administradores permanecerão em seus cargos até a posse de seus substitutos, salvo se diversamente deliberado pela Assembleia Geral ou pelo Conselho de Administração, conforme o caso.

**Artigo 14.** A Assembleia Geral fixará a remuneração global anual para distribuição entre os Administradores e caberá ao Conselho de Administração efetuar a distribuição da verba individualmente.

**Artigo 15.** Dentro dos limites estabelecidos neste artigo, a Companhia indenizará e manterá indenidos seus membros do Conselho de Administração, membros da Diretoria, membros de comitês de assessoramento e demais empregados que exerçam cargo ou função de gestão na Companhia (em conjunto ou isoladamente "Beneficiários"), na hipótese de eventual dano ou prejuízo efetivamente sofrido pelos Beneficiários por força do exercício regular de suas funções na Companhia.

**Parágrafo 1º.** A Companhia não indenizará o Beneficiário por (i) atos praticados fora do exercício das atribuições ou poderes; (ii) atos com má-fé, dolo, culpa grave ou fraude; (iii) atos praticados em interesse próprio ou de terceiros, em detrimento do interesse social da companhia; (iv) indenizações decorrentes de ação social prevista no artigo 159 da Lei das Sociedades por Ações ou ressarcimento de prejuízos de que trata o artigo 11, § 5º, II, da Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976 ("Lei nº 6.385/76"); e (v) outros excludentes de indenização previstos em contrato de indenidade firmado com o Beneficiário.

**Parágrafo 2º.** Caso seja condenado, por decisão judicial, arbitral ou administrativa transitada em julgado ou da qual não caiba mais recurso, em virtude de atos praticados (i) fora do exercício de suas atribuições; (ii) com má-fé, dolo, culpa grave ou mediante fraude; ou (iii) em interesse próprio ou de terceiros, em detrimento do interesse social da Companhia, o Beneficiário deverá ressarcir a Companhia de todos os custos e despesas incorridos com a assistência jurídica, bem como de eventual indenização paga antecipadamente ao trânsito em julgado, nos termos da legislação em vigor.

**Parágrafo 3º.** As condições e as limitações da indenização objeto do presente artigo serão determinadas em contrato de indenidade, cujo modelo padrão deverá ser aprovado pelo Conselho de Administração, sem prejuízo da contratação de seguro específico para a cobertura de riscos de gestão.

## **Seção II Conselho de Administração**

**Artigo 16.** O Conselho de Administração será composto por, no mínimo, 6 (seis) e, no máximo, 10 (dez) membros, acionistas ou não, todos eleitos e destituíveis pela Assembleia Geral, com mandato unificado de 2 (dois) anos, sendo permitida a reeleição, dentre os quais um será eleito presidente e outro vice-presidente pelos acionistas da Companhia.

**Parágrafo 1º.** Dos membros do Conselho de Administração, no mínimo, 2 (dois) ou 20% (vinte por cento), o que for maior, deverão ser conselheiros independentes, conforme a definição do Regulamento do Novo Mercado, devendo a caracterização dos indicados ao Conselho de Administração como conselheiros independentes ser deliberada na Assembleia Geral que os eleger.

**Parágrafo 2º.** Quando, em decorrência da observância do percentual referido no Parágrafo 1º deste artigo, resultar número fracionário de Conselheiros, a Companhia deve proceder ao arredondamento para o número inteiro imediatamente superior, nos termos do Regulamento do Novo Mercado.

**Parágrafo 3º.** Os cargos de presidente do conselho de administração e de diretor presidente ou principal executivo da Companhia não poderão ser acumulados pela mesma pessoa.

**Parágrafo 4º.** O membro do Conselho de Administração deve ter reputação ilibada, não podendo ser eleito, salvo dispensa da Assembleia Geral, aquele que (i) ocupar cargos em sociedades que possam ser consideradas concorrentes da Companhia; ou (ii) tiver ou representar interesse conflitante com a Companhia. Não poderá ser exercido o direito de voto pelo membro do Conselho de Administração caso se configurem, supervenientemente, os fatores de impedimento indicados neste Parágrafo.

**Artigo 17.** Ressalvado o disposto no Parágrafo 5º deste artigo e a possibilidade de eleição em separado nas hipóteses legais, a eleição dos membros do Conselho de Administração dar-se-á pelo sistema de chapas.

**Parágrafo 1º.** Na eleição de que trata este artigo, somente poderão concorrer as chapas: (i) indicadas pelo Conselho de Administração; ou (ii) que sejam indicadas, na forma prevista no Parágrafo 3º deste artigo, por qualquer acionista ou conjunto de acionistas.

**Parágrafo 2º.** Os acionistas ou conjunto de acionistas que desejarem propor chapa para concorrer aos cargos no Conselho de Administração deverão, juntamente com a proposta de chapa, a ser apresentada nos termos da regulamentação vigente, encaminhar ao Conselho de Administração as informações requeridas pela regulamentação vigente acerca de cada um dos candidatos que compuserem a chapa.

**Parágrafo 3º.** É vedada a apresentação de mais de uma chapa pelo mesmo acionista. Não obstante, uma mesma pessoa poderá integrar duas ou mais chapas, inclusive aquela indicada pelo Conselho de Administração.

**Parágrafo 4º.** Cada acionista somente poderá votar em uma chapa e serão declarados eleitos os candidatos da chapa que receber maior número de votos na Assembleia Geral.

**Parágrafo 5º.** Na hipótese de eleição dos membros do Conselho de Administração pelo processo de voto múltiplo, cada integrante das chapas apresentadas na forma deste artigo será considerado um candidato para o cargo de conselheiro.

**Artigo 18.** Compete ao Conselho de Administração, sem prejuízo de outras competências fixadas na Lei das Sociedades por Ações e no Estatuto Social:

- I. Fixar a orientação geral dos negócios da Companhia e de suas Controladas, aprovando as diretrizes estratégicas, políticas empresariais, incluindo políticas contábeis, e objetivos para todas as áreas de atuação da Companhia e de suas Controladas;
- II. aprovar o código de conduta da Companhia e as políticas corporativas relacionadas a (i) divulgação de informações, (ii) negociação de valores mobiliários; (iii) gerenciamento de riscos; (iv) transações com partes relacionadas; (v) indicação; e (vi) remuneração, e suas revisões;
- III. aprovar o planejamento estratégico, projeções plurianuais e orçamento anual, incluindo projetos estratégicos, plano de expansão e plano de investimentos da Companhia e das sociedades Controladas, e suas revisões;
- IV. aprovar as metas financeiras e operacionais para a avaliação de desempenho da Companhia;

- V. fiscalizar a gestão dos Diretores da Companhia e de suas Controladas e examinar, a qualquer tempo, os livros e papéis da Companhia, solicitar informações sobre contratos celebrados ou em via de celebração, e qualquer outros atos, sendo que o direito a fiscalização caberá a cada conselheiro, individualmente, o qual poderá fazer recomendações ao Conselho de Administração;
- VI. manifestar-se sobre relatórios da administração e demonstrações financeiras, e opinar sobre as propostas dos órgãos de administração a serem submetidas à aprovação da Assembleia Geral;
- VII. submeter à Assembleia Geral Ordinária proposta de destinação do lucro líquido do exercício, bem como deliberar sobre o levantamento de balanços semestrais, ou em períodos menores, e o pagamento ou crédito de dividendos ou juros sobre o capital próprio decorrentes desses balanços, bem como deliberar sobre o pagamento de dividendos intermediários ou intercalares à conta de lucros acumulados ou de reservas de lucros, existentes no último balanço anual ou semestral;
- VIII. eleger e destituir os Diretores e estabelecer suas funções e limites de poder;
- IX. aprovar a remuneração individual, fixa e variável, bem como os benefícios, a serem pagos aos Administradores da Companhia, respeitando o limite global determinado pela Assembleia Geral;
- X. aprovar a criação e a revogação de Comitês, eleger e destituir seus membros, bem como fixar suas atribuições, respeitadas as disposições desde Estatuto Social;
- XI. escolher e destituir os auditores independentes, bem como convocá-los para prestar os esclarecimentos que entender necessários sobre qualquer matéria;
- XII. aprovar quaisquer das seguintes operações ou contratações quando ultrapassarem os limites de alçada da Diretoria definidos pelo Conselho de Administração em ata própria: (i) endividamentos, incluindo a emissão de quaisquer instrumentos de crédito para a captação de recursos, sejam "bonds", "comercial papers" ou outros de uso comum no mercado; (ii) realização de investimentos, despesas de capital (CAPEX) ou despesas operacionais; (iii) aquisição, transferência ou desinvestimento de ativos relevantes, (iv) aprovar a aquisição, alienação ou oneração de bens integrantes do ativo não-circulante da Companhia ou de suas Controladas; (v) aprovar a outorga de garantias de qualquer natureza pela Companhia dada a terceiros, seja em benefício da própria Companhia ou não, exceto conforme previsto no item (XXII) abaixo, cujas outorgas serão obrigatoriamente objeto de aprovação pelo Conselho de Administração; e (vi) aprovar a concessão de qualquer mútuo ou financiamento pela Companhia ou por qualquer de suas Controladas;
- XIII. aprovar a transferência, a qualquer título, ou constituição de ônus ou gravame, sob qualquer forma, sobre direito de propriedade intelectual pertencente à Companhia,

bem como aprovar, exceto se já previsto no orçamento anual, o licenciamento de direitos de propriedade intelectual ou de direito de autor ou de *software* da Companhia;

- XIV. aprovar a implementação de qualquer planejamento tributário ou adesão a qualquer programa de financiamento de débitos tributários;
- XV. aprovar a implantação ou descontinuidade de qualquer unidade de negócio ou atividade da Companhia inerente ao seu objeto social;
- XVI. aprovar (i) a participação da Companhia ou de qualquer de suas Controladas, direta ou indiretamente, no capital social de outra sociedade ou pessoa, (ii) a constituição de sociedades, associações, joint ventures envolvendo a Companhia ou qualquer de suas Controladas com terceiros, (iii) a celebração de qualquer novo acordo de acionistas ou de sócios relativos às sociedades em que a Companhia participe, direta ou indiretamente, por meio de qualquer sociedade Controlada, ou (iv) alteração de qualquer dos acordos de acionistas ou de sócios existentes;
- XVII. deliberar sobre a negociação com ações de emissão da Companhia para efeito de cancelamento ou permanência em tesouraria e respectiva alienação, observados os dispositivos legais pertinentes;
- XVIII. autorizar a emissão de ações da Companhia, nos limites autorizados no Artigo 6º deste Estatuto Social, fixando o número, o preço, o prazo de integralização e as condições de emissão das ações, podendo, ainda, excluir o direito de preferência ou reduzir o prazo mínimo para o seu exercício nas emissões de ações, bônus de subscrição e debêntures conversíveis, cuja colocação seja feita mediante venda em bolsa ou por subscrição pública ou mediante permuta por ações em oferta pública para aquisição de controle, nos termos estabelecidos em lei;
- XIX. dentro do limite do capital autorizado, conforme previsto neste Estatuto Social, (i) deliberar a emissão de bônus de subscrição e de debêntures conversíveis; (ii) de acordo com o plano aprovado pela Assembleia Geral, deliberar a outorga de opção de compra de ações aos administradores, empregados e pessoas naturais prestadoras de serviços da Companhia ou de suas controladas, diretas ou indiretas, com exclusão do direito de preferência dos acionistas na outorga e no exercício das opções de compra; e (iii) aprovar aumento do capital social mediante a capitalização de lucros ou reservas, com ou sem bonificação em ações;
- XX. deliberar sobre a emissão de notas promissórias comerciais privadas e/ou para oferta pública de distribuição;

- XXI. aprovar a concessão de garantias de qualquer natureza em favor dos acionistas, de empregados, administradores, membros dos Comitês, membros do Conselho Fiscal da Companhia, bem como das respectivas partes relacionadas;
- XXII. aprovar a realização de qualquer negócio, inclusive a celebração de contratos, entre a Companhia, de um lado, e os acionistas, os administradores, membros dos Comitês, membros do Conselho Fiscal, empregados da Companhia ou partes relacionadas de tais pessoas, de outro lado, bem como a modificação das condições de tal negócio;
- XXIII. manifestar-se favorável ou contrariamente a respeito de qualquer oferta pública de aquisição de ações que tenha por objeto as ações de emissão da Companhia, por meio de parecer prévio fundamentado, divulgado em até 15 (quinze) dias da publicação do edital da oferta pública de aquisição de ações, que deverá abordar, no mínimo (a) a conveniência e oportunidade da oferta pública de aquisição de ações quanto ao interesse da Companhia e do conjunto dos acionistas, inclusive em relação ao preço e aos potenciais impactos para a liquidez das ações; (b) os planos estratégicos divulgados pelo ofertante em relação à Companhia; (c) alternativas à aceitação da oferta pública de aquisição disponíveis no mercado; (d) o valor econômico da Companhia e (e) outros pontos que o Conselho de Administração considerar pertinentes, bem como as informações exigidas pelas regras aplicáveis estabelecidas pela CVM;
- XXIV. decidir sobre qualquer matéria que venha a ser solicitada por ao menos 2 (dois) conselheiros, exceto por materiais cuja competência seja exclusiva da Assembleia Geral ou da Diretoria nos termos deste Estatuto Social ou da legislação aplicável; e
- XXV. avaliar, ao menos anualmente, se a estrutura e orçamento da Área de Auditoria Interna e Gestão de Riscos são suficientes ao desempenho de suas funções.

**Parágrafo Único.** As deliberações do Conselho de Administração serão tomadas por maioria dos votos dos membros do Conselho de Administração presentes na reunião, não se computando os votos em branco e as abstenções, ressalvadas as exceções previstas em lei, no regimento interno do Conselho de Administração, e neste Estatuto Social.

**Artigo 19.** O Conselho de Administração reunir-se-á ordinariamente, trimestralmente, independentemente de convocação, de acordo com a agenda definida na primeira reunião ordinária do Conselho de Administração de cada exercício social da Companhia, e extraordinariamente, sempre que necessário, por convocação realizada na forma do §1º deste artigo, sendo as reuniões instaladas mediante a presença da maioria dos membros do Conselho de Administração.

**Parágrafo 1º.** A convocação para as reuniões do Conselho de Administração deverá ser feita pelo Presidente ou pelo Vice-Presidente do Conselho de Administração, com indicação da data, hora, lugar, ordem do dia e documentos a serem discutidos, enviada a todos os

membros do Conselho de Administração com antecedência mínima de 5 (cinco) dias úteis. No mínimo 2 (dois) membros do Conselho de Administração poderão solicitar que o Presidente ou Vice-Presidente do Conselho de Administração convoque reunião extraordinária do órgão. Caso a reunião do referido órgão não seja convocada em até 3 (três) dias úteis a contar da solicitação dos mencionados membros do Conselho de Administração, referida reunião poderá ser convocada por quaisquer 2 (dois) membros do Conselho da Administração com antecedência mínima de 5 (cinco) dias úteis.

**Parágrafo 2º.** Os membros do Conselho de Administração poderão participar das reuniões do órgão por meio de conferência telefônica, videoconferência ou por qualquer outro meio que permita que todos os Conselheiros possam ver e/ou ouvir uns aos outros e, nesse caso, serão considerados presentes à reunião em questão, devendo confirmar seu voto por declaração por escrito encaminhada ao Presidente do Conselho de Administração por carta, e-mail ou fax logo após o término da reunião.

**Parágrafo 3º.** Cada conselheiro terá direito a um voto nas deliberações do Conselho de Administração, sendo que as deliberações serão tomadas por maioria de seus membros presentes na reunião. O presidente e vice-presidente do Conselho de Administração não terão a prerrogativa de voto de desempate.

**Parágrafo 4º.** O presidente de qualquer reunião do Conselho de Administração não deverá levar em consideração e não computará o voto proferido com infração aos termos de qualquer acordo de acionistas que possa estar devidamente arquivado na sede da Companhia, conforme disposto no artigo 118 da Lei das S.A.

**Parágrafo 5º.** Na ausência temporária ou definitiva do presidente, seja por qualquer motivo, o vice-presidente sub-rogar-se-á nas suas funções até o retorno ou substituição do presidente ausente, nos termos dos Acordos de Acionistas Vigentes. As funções e competências do presidente do Conselho de Administração serão primordialmente as seguintes: (i) organizar a agenda e as reuniões do Conselho de Administração; (ii) presidir as reuniões do Conselho de Administração; (iii) convocar as assembleias gerais na forma prevista neste Estatuto Social e na Lei das Sociedades por Ações; e (iv) representar o Conselho de Administração perante os acionistas e a Diretoria.

**Parágrafo 6º.** Na hipótese de vacância permanente do presidente, o vice-presidente automaticamente assumirá o cargo, e na reunião do Conselho de Administração subsequente, será realizada a nomeação do novo presidente do Conselho de Administração de forma permanente, até o término do prazo do mandato original.

**Parágrafo 7º.** No caso de ausência ou impedimento temporário, de membro do Conselho de Administração, tal membro ausente ou temporariamente impedido poderá ser representado nas reuniões do Conselho de Administração por outro membro indicado por escrito, o qual, além do seu próprio voto, expressará o voto do membro ausente ou temporariamente impedido.

**Parágrafo 8º.** Todas as deliberações do Conselho de Administração constarão de atas lavradas no livro de Atas de Reuniões do Conselho de Administração.

### **Seção III Diretoria**

**Artigo 20.** A Diretoria da Companhia será composta por no mínimo 2 (dois) e no máximo 6 (seis) membros, sendo um deles nomeado como Diretor Presidente, um Diretor de Relações com Investidores e os demais Diretores sem designação específica.

**Parágrafo 1º.** Os Diretores serão eleitos e destituídos, a qualquer tempo, pelo Conselho de Administração da Companhia.

**Parágrafo 2º.** O mandato dos membros da Diretoria será unificado e terá prazo de 2 (dois) anos, sendo admitida a reeleição.

**Artigo 21.** Compete ao Diretor a quem forem atribuídas as funções de Relações com Investidores, além de outras atribuições definidas pelo Conselho de Administração, a prestação de informações aos investidores, à CVM e à B3, bem como manter atualizado o registro, formulários, cadastros e demais documentações societárias exigidas da Companhia em conformidade com a regulamentação aplicável da CVM e de outros órgãos reguladores ou autorreguladores.

**Artigo 22.** Aos Diretores compete administrar e exclusivamente representar ativa e passivamente a Companhia, com poderes para obrigá-la em quaisquer atos e contratos de seu interesse, podendo transigir e renunciar direitos e adquirir, alienar e onerar bens, conforme segue:

**Parágrafo 1º.** Ressalvadas as exceções previstas expressamente neste Estatuto, a Companhia só se obriga mediante assinaturas, em conjunto, de no mínimo 02 (dois) Diretores, sendo certo que para atos que gerem obrigação pecuniária para a Companhia em valor superior a R\$ 300.000,00 (trezentos mil reais) um dos Diretores deverá ser obrigatoriamente o Diretor Presidente ou Diretor de Relações com Investidores.

**Parágrafo 2º.** A Companhia poderá ser representada também por no mínimo 01 (um) Diretor em conjunto com (01) um Procurador ou por, no mínimo, 02 (dois) Procuradores, em conjunto, especialmente constituídos por 02 (dois) Diretores, conforme descrito no Parágrafo 1º acima, devendo no documento de mandato constar os poderes específicos e os atos aos quais os Procuradores poderão praticar e o respectivo prazo.

**Parágrafo 3º.** A Companhia poderá, ainda, ser representada isoladamente por qualquer membro da Diretoria ou por Procurador com poderes específico, nos seguintes casos:

- I. Mandatos com cláusula "ad judicium" para processos judiciais que não envolvam valor superior a R\$ 100.000,00 (cem mil reais), hipótese em que a procuração poderá ter prazo indeterminado e ser substabelecida;
- II. Representação da Companhia em atos de mera rotina, que não gerem qualquer obrigação pecuniária para a Companhia;
- III. Perante órgãos e repartições públicas, desde que não implique na assunção de responsabilidades e/ou obrigações para a Companhia;
- IV. Em depoimentos judiciais; e
- V. Perante entidades certificadoras para obtenção de certificados digitais.

**Artigo 23.** Qualquer ato estranho ao objeto social e aos negócios da Companhia praticados por acionistas, administradores, procuradores ou empregados da Companhia, como, por exemplos, avais, fianças, endossos e outras garantias, são expressamente proibidos e deverão ser ineficazes perante a Companhia e terceiros.

**Artigo 24.** A Diretoria reunir-se-á sempre que necessário, em virtude de convocação efetuada pelo Diretor Presidente, pelo Diretor de Relações com Investidores ou por quaisquer 2 (dois) Diretores, mediante aviso escrito com antecedência mínima de 3 (três) dias úteis, no qual conste a ordem do dia, data, hora e local da reunião, entregue pessoalmente ou através de correio eletrônico.

**Parágrafo 1º.** Instalar-se-ão as reuniões de diretoria, quando houver a presença da maioria dos Diretores da Companhia, sendo imprescindível a presença do Diretor Presidente e do Diretor de Relações com Investidores. As reuniões da Diretoria serão presididas pelo Diretor indicado entre os presentes.

**Parágrafo 2º.** As deliberações da Diretoria constarão em atas lavradas no livro próprio e serão tomadas por maioria de votos dos membros eleitos e empossados da Diretoria. Em caso de impasse, matéria em discussão será levada para deliberação do Conselho de Administração da Companhia.

## **CAPÍTULO V** **ÓRGÃOS AUXILIARES DA ADMINISTRAÇÃO**

### **Seção I** **Comitê de Auditoria e Riscos**

**Artigo 25.** O Comitê de Auditoria e Riscos, órgão de assessoramento vinculado ao Conselho de Administração, é composto por, no mínimo, 3 (três) membros, sendo que ao menos 1 (um) é conselheiro independente, e ao menos 1 (um) deve ter reconhecida experiência em assuntos de contabilidade societária.

**Parágrafo 1º.** O mesmo membro do Comitê de Auditoria e Riscos pode acumular ambas as características referidas no caput.

**Parágrafo 2º.** As atividades do coordenador do Comitê de Auditoria e Riscos estão definidas em seu regimento interno, aprovado pelo Conselho de Administração.

**Artigo 26.** Compete ao Comitê de Auditoria e Riscos, entre outras matérias:

- I. opinar sobre a contratação e destituição dos serviços de auditoria independente;
- II. avaliar as informações trimestrais, demonstrações intermediárias e demonstrações financeiras;
- III. acompanhar as atividades da auditoria interna e da área de controles internos da Companhia;
- IV. avaliar e monitorar as exposições de risco da Companhia;
- V. avaliar, monitorar, e recomendar à administração a correção ou aprimoramento das políticas internas da Companhia, incluindo a política de transações entre partes relacionadas; e
- VI. possuir meios para recepção e tratamento de informações acerca do descumprimento de dispositivos legais e normativos aplicáveis à Companhia, além de regulamentos e códigos internos, inclusive com previsão de procedimentos específicos para proteção do prestador e da confidencialidade da informação.

## **Seção II** **Outros Comitês**

**Artigo 27.** O Conselho de Administração, para melhor desempenho de suas funções poderá criar comitês com objetivos definidos, bem como a estabelecer a respectiva composição e atribuições específicas de tais comitês, sempre no intuito de assessorar o Conselho de Administração.

**Artigo 28.** Poderão ser indicados para compor os comitês de assessoramento quaisquer pessoas físicas que preencham os requisitos de elegibilidade de membro do Conselho de Administração previsto na Lei das Sociedades por Ações, inclusive empregados ou administradores da Companhia e das Sociedades Controladas.

**Artigo 29.** Os membros dos Comitês de Assessoramento serão eleitos e destituídos pelo Conselho de Administração, para um mandato de 2 (dois) anos, devendo ser unificado com o mandato dos membros do Conselho de Administração.

**Parágrafo Único.** Os Comitês de Assessoramento não-estatutários do Conselho de Administração serão compostos por até 6 (seis) membros, eleitos pelo Conselho de Administração, que indicará dentre os membros o Presidente do Comitê.

## **CAPÍTULO VI** **CONSELHO FISCAL**

**Artigo 30.** O Conselho Fiscal funcionará de modo não permanente, com os poderes e atribuições a ele conferidos por lei, e somente será instalado por deliberação da Assembleia Geral, ou a pedido dos acionistas, nas hipóteses previstas em lei.

**Artigo 31.** Quando instalado, o Conselho Fiscal será composto de 3 (três) membros efetivos e suplentes em igual número, acionistas ou não, eleitos e destituíveis a qualquer tempo pela Assembleia Geral.

## **CAPÍTULO VII** **EXERCÍCIO SOCIAL E LUCROS**

**Artigo 32.** O exercício social iniciar-se-á no dia 1º de janeiro de cada ano e terminará no dia 31 de dezembro do mesmo ano. Ao final de cada exercício social, serão levantadas pela administração da Companhia as demonstrações financeiras exigidas pela legislação aplicável.

**Parágrafo Único.** As demonstrações financeiras da Companhia serão preparadas de acordo com os princípios contábeis aceitos no Brasil e a legislação aplicável, devendo as mesmas serem auditadas por firma de auditores independentes selecionada pelo Conselho de Administração da Companhia.

**Artigo 33.** Juntamente com as demonstrações financeiras do exercício, o Conselho de Administração apresentará à Assembleia Geral Ordinária proposta sobre a destinação do lucro líquido do exercício, calculado após a dedução das participações referidas no artigo 190 da Lei das Sociedades por Ações, conforme o disposto no §7º deste artigo, ajustado para fins do cálculo de dividendos nos termos do artigo 202 da mesma lei, observada a seguinte ordem de dedução:

- I. 5% (cinco por cento), no mínimo, para a reserva legal, até atingir 20% (vinte por cento) do capital social. No exercício em que o saldo da reserva legal acrescido dos montantes das reservas de capital exceder a 30% (trinta por cento) do capital social, não será obrigatória a destinação de parte do lucro líquido do exercício para a reserva legal;
- II. a parcela necessária ao pagamento de um dividendo obrigatório não poderá ser inferior, em cada exercício, a 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido anual ajustado;

- III. no exercício em que o montante do dividendo obrigatório ultrapassar a parcela realizada do lucro do exercício, a Assembleia Geral poderá, por proposta do Conselho de Administração, destinar o excesso à constituição de reserva de lucros a realizar, observado o disposto no artigo 197 da Lei das Sociedades por Ações;
- IV. uma parcela, por proposta do Conselho de Administração à Assembleia Geral, poderá ser retida com base em orçamento de capital previamente aprovado, nos termos do artigo 196 da Lei das Sociedades por Ações; e
- V. a Companhia manterá a reserva de lucros estatutária denominada "Reserva de Expansão", que terá por fim financiar a expansão das atividades da Companhia e/ou de suas empresas controladas e coligadas, inclusive por meio da subscrição de aumentos de capital ou criação de novos empreendimentos, a qual será formada com até 100% (cem por cento) do lucro líquido que remanescer após as deduções legais e estatutárias e cujo saldo, somado aos saldos das demais reservas de lucros, excetuadas a reserva de lucros a realizar, incentivos fiscais e a reserva para contingências, não poderá ultrapassar 100% (cem por cento) do capital social da Companhia.

**Parágrafo 1º.** O saldo remanescente dos lucros, se houver, terá a destinação que a Assembleia Geral determinar, sendo que qualquer retenção de lucros do exercício pela Companhia deverá ser obrigatoriamente acompanhada de proposta orçamentária previamente aprovada pelo Conselho de Administração. Caso o saldo das reservas de lucros ultrapasse o capital social, a Assembleia Geral deliberará sobre a aplicação do excesso na integralização ou no aumento do capital social ou, ainda, na distribuição de dividendos aos acionistas.

**Parágrafo 2º.** A Companhia poderá levantar balanços semestrais, trimestrais ou em períodos menores e, por deliberação da Assembleia Geral, declarar dividendos à conta do lucro apurado nesses balanços, bem como declarar dividendos intermediários ou intercalares à conta de lucros acumulados ou reservas constantes do último balanço anual ou semestral, obedecidos os limites legais.

**Parágrafo 3º.** A Companhia poderá pagar juros sobre o capital próprio, na forma e nos limites de legislação aplicável.

**Parágrafo 4º.** Os dividendos intercalares e intermediários e os juros sobre o capital próprio declarados em cada exercício social serão computados, por seu valor líquido, para satisfação do dividendo obrigatório do exercício social em que forem distribuídos e serão creditados como antecipação do dividendo obrigatório.

**Parágrafo 5º.** A Assembleia Geral poderá deliberar a capitalização de reservas de lucros ou de capital, inclusive as instituídas em balanços intermediários, observada a legislação aplicável.

**Parágrafo 6º.** Os dividendos não recebidos ou reclamados prescreverão no prazo de 3 (três) anos, contados da data em que tenham sido postos à disposição do acionista, e reverterão em favor da Companhia.

**Parágrafo 7º.** A Assembleia Geral poderá atribuir aos membros do Conselho de Administração e da Diretoria uma participação nos lucros, não superior a 10% (dez por cento) do remanescente do resultado do exercício, após deduzidos os prejuízos acumulados e a provisão para o imposto de renda e contribuição social, nos casos, forma e limites legais.

## **CAPÍTULO VIII** **LIQUIDAÇÃO**

**Artigo 34.** A Companhia se dissolverá e entrará em liquidação nos casos previstos na Lei das Sociedades por Ações, pelo modo que for estabelecido pela Assembleia Geral, a qual designará os liquidantes que devam funcionar durante o período da liquidação, ou nos demais casos previstos em lei.

**Parágrafo Único.** A Assembleia Geral, se assim solicitado pelos acionistas representantes do número mínimo fixado em lei, elegerá o Conselho Fiscal da Companhia para o período da liquidação.

## **CAPÍTULO IX** **ALIENAÇÃO DE CONTROLE E OPA POR ATINGIMENTO DE PARTICIPAÇÃO** **RELEVANTE**

### **Seção I** **Alienação de Controle**

**Artigo 35.** A alienação direta ou indireta de controle da Companhia, tanto por meio de uma única operação, como por meio de operações sucessivas, deverá ser contratada sob a condição de que o adquirente do controle se obrigue a realizar OPA tendo por objeto as ações de emissão da Companhia de titularidade dos demais acionistas, observadas as condições e os prazos previstos na legislação e na regulamentação em vigor e no Regulamento do Novo Mercado, de forma a lhes assegurar tratamento igualitário àquele dado ao alienante.

**Parágrafo 1º.** Em caso de alienação indireta do controle, o adquirente deve divulgar o valor atribuído à Companhia para os efeitos do preço da OPA, bem como divulgar a demonstração justificada desse valor.

**Parágrafo 2º.** Para os fins deste artigo, entende-se por "controle" e seus termos correlatos o poder efetivamente utilizado por acionista de dirigir as atividades sociais e orientar o funcionamento dos órgãos da Companhia, de forma direta ou indireta, de fato ou de direito, independentemente da participação acionária detida.

## **Seção II**

### **OPA por Atingimento de Participação Relevante**

**Artigo 36.** Qualquer acionista ou Grupo de Acionistas que atingir, direta ou indiretamente, por intermédio de qualquer tipo de negócio envolvendo ações de emissão da Companhia, a titularidade de ações de emissão da Companhia (ou Outros Direitos de Natureza Societária) em quantidade igual ou superior a 25% (vinte e cinco por cento) do capital social da Companhia ("**Participação Relevante**"), seja através de uma única operação ou de diversas operações ("**Novo Acionista Relevante**"), deverá, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias a contar da data de aquisição ou do evento que resultou na titularidade de ações ou Outros Direitos de Natureza Societária em quantidade igual ou superior a 25% (vinte e cinco por cento) do total de ações de emissão da Companhia, efetivar uma oferta pública de aquisição da totalidade das ações e valores mobiliários conversíveis por ações de titularidade dos demais acionistas da Companhia ("**OPA por Atingimento de Participação Relevante**"), observando-se o disposto na legislação e nas regulamentações aplicáveis.

**Parágrafo 1º.** A OPA por Atingimento de Participação Relevante deverá ser: (i) dirigida indistintamente a todos os acionistas da Companhia; (ii) efetivada em leilão a ser realizado na B3; (iii) lançada pelo Preço da OPA e liquidada à vista, em moeda corrente nacional; e (iv) instruída com o laudo de avaliação da Companhia, conforme parágrafo 5º abaixo, cujos custos serão arcados integralmente pelo Novo Acionista Relevante.

**Parágrafo 2º.** O preço de aquisição por ação objeto da OPA por Atingimento de Participação Relevante ("**Preço da OPA**") não poderá ser inferior ao maior valor determinado entre: (i) o Valor Justo; e (ii) 120% (cento e vinte por cento) do maior preço pago pelo Novo Acionista Relevante nos 12 (doze) meses anteriores ao atingimento da Participação Relevante, devidamente atualizado pela taxa SELIC, ajustado por eventos societários, tais como a distribuição de dividendos ou juros sobre o capital próprio, grupamentos, desdobramentos, bonificações, exceto aqueles relacionados a operações de reorganização societária.

**Parágrafo 3º.** Caso a regulamentação da CVM aplicável às Ofertas Públicas de Aquisição de Ações determine a utilização de um critério de cálculo que resulte em preço de aquisição superior ao previsto no parágrafo 2º, deverá prevalecer o critério estipulado na regulamentação da CVM.

**Parágrafo 4º.** Sem prejuízo de sua obrigação de promover a publicação de fato relevante pela imprensa, imediatamente após adquirir ou tornar-se titular da Participação Relevante, o Novo Acionista Relevante deverá encaminhar uma notificação ao Diretor de Relações com Investidores, contendo: (i) as informações previstas no artigo 12 da Instrução CVM 358/02 e nos itens "i" até "m" do inciso I do Anexo II à Instrução CVM 361/02, conforme alterada; (ii) informações sobre quaisquer Outros Direitos de Natureza Societária que possua; (iii) a informação sobre a obrigação de efetivar a OPA por Atingimento de Participação Relevante; (iv) a informação do maior preço pago pelo Novo Acionista Relevante nos 12 (doze) meses

anteriores ao atingimento da Participação Relevante, devidamente atualizado pela taxa SELIC, ajustado por eventos societários, tais como a distribuição de dividendos ou juros sobre o capital próprio, grupamentos, desdobramentos, bonificações, exceto aqueles relacionados a operações de reorganização societária; e (v) a informação do preço de aquisição por ação objeto da OPA por Atingimento de Participação Relevante que o Novo Acionista Relevante se propõe a pagar, observado o parágrafo 2º deste Artigo ("**Preço Proposto**").

**Parágrafo 5º.** O Valor Justo será apurado em laudo de avaliação elaborado por instituição ou empresa especializada, com experiência comprovada e independência em relação ao Novo Acionista Relevante, devendo o laudo também satisfazer os requisitos do artigo 8º, §1º da Lei das S.A, sendo a escolha da instituição ou empresa especializada de competência privativa da Assembleia Geral, a partir da apresentação, pelo Conselho de Administração, de lista tríplice, devendo a respectiva deliberação ser tomada pela maioria absoluta dos votos dos acionistas presentes, não se computando as ações detidas pelo Novo Acionista Relevante e por pessoas a ele vinculadas para fins do quórum de deliberação de que trata esse parágrafo. Tal laudo de avaliação deverá ser encaminhado pela instituição ou empresa especializada responsável diretamente ao Diretor de Relações com Investidores, que divulgará imediatamente ao mercado.

**Parágrafo 6º.** Quaisquer acionistas titulares de ações representativas de, no mínimo, 15% (quinze por cento) do total de ações de emissão da Companhia, individualmente ou em conjunto, excetuadas deste cômputo as ações de titularidade do Novo Acionista Relevante, poderão solicitar aos administradores da Companhia a elaboração de um novo laudo de avaliação por instituição ou empresa especializada diversa para fins de revisão do preço da OPA por Atingimento de Participação Relevante ("**Novo Laudo**"). O Novo Laudo deverá ser preparado nos mesmos moldes do primeiro laudo, de acordo com os procedimentos previstos no artigo 4º-A da Lei nº 6.404/76 e em observância ao disposto na regulamentação da CVM aplicável. Prevalecerá o laudo que atribuir maior Valor Justo à Companhia.

**Parágrafo 7º.** Caso o Novo Laudo apure preço por ação superior àquele calculado na forma do parágrafo 5º acima, o Novo Acionista Relevante poderá (i) realizar a OPA pelo preço de ação indicado no Novo Laudo; ou (ii) desistir da realização da OPA no prazo de 10 (dez) dias úteis contados da data de divulgação do Novo Laudo, obrigando-se, neste caso, a observar, no que couber, o procedimento previsto no artigo 28 da Instrução da CVM nº 361, de 5 de março de 2002, conforme alterada, ou norma que venha a substituí-la, e a alienar o excesso de participação do prazo de 30 (trinta) dias contados da data de comunicação de sua desistência à Companhia. A desistência deverá ser comunicada pelo Novo Acionista Relevante ao Diretor de Relações com Investidores, que, por sua vez, deverá comunicar o mercado mediante a divulgação de fato relevante.

**Parágrafo 8º.** A efetivação da OPA por Atingimento de Participação Relevante poderá ser dispensada mediante voto favorável de acionistas reunidos em Assembleia Geral especialmente convocada para este fim, observadas as seguintes regras:

- I. a Assembleia Geral, se instalada na primeira convocação, deverá contar com a presença de acionistas que representem, no mínimo, 20% (vinte por cento) do total de Ações em Circulação e, se instalada em segunda convocação, poderá contar com a presença de qualquer número de acionistas representantes das Ações em Circulação;
- II. a dispensa de efetivação da OPA por Atingimento de Participação Relevante será considerada aprovada com o voto da maioria absoluta dos votos dos acionistas presentes na Assembleia Geral, seja em primeira ou segunda convocação; e
- III. não serão computadas as ações detidas pelo Novo Acionista Relevante para fins dos quóruns de instalação e de deliberação.

**Parágrafo 9º.** Se a OPA por Atingimento de Participação Relevante não estiver legalmente sujeita a registro na CVM, o Novo Acionista Relevante deverá publicar o edital da OPA por Atingimento de Participação Relevante no prazo de 10 (dez) dias úteis contados da data de apresentação do laudo de avaliação pela empresa ou instituição especializada ao Diretor de Relações com Investidores.

**Parágrafo 10.** Se a OPA por Atingimento de Participação Relevante estiver legalmente sujeita a registro na CVM, o Novo Acionista Relevante deverá solicitar o registro no prazo de 10 (dez) dias úteis contados da data de apresentação do laudo de avaliação pela empresa ou instituição especializada ao Diretor de Relações com Investidores, e estará obrigado a atender às eventuais solicitações ou às exigências da CVM relativas à OPA por Atingimento de Participação Relevante, dentro dos prazos prescritos na regulamentação aplicável. A publicação do edital da OPA por Atingimento de Participação Relevante deverá ocorrer no prazo de 5 (cinco) dias úteis contados da data de registro da OPA pela CVM.

**Parágrafo 11.** Caso o Novo Acionista Relevante não cumpra com as obrigações impostas por este artigo, inclusive no que concerne ao atendimento dos prazos máximos (i) para realização ou solicitação do registro da OPA; ou (ii) para atendimento de eventuais solicitações ou exigências da CVM, o Conselho de Administração convocará Assembleia Geral Extraordinária, na qual o Novo Acionista Relevante não poderá votar, para deliberar a suspensão do exercício dos direitos do Novo Acionista Relevante, conforme disposto no artigo 120 da Lei das S.A, sem prejuízo da responsabilidade do Novo Acionista Relevante por perdas e danos causados aos demais acionistas e à Companhia em decorrência do descumprimento das obrigações impostas por este artigo.

**Parágrafo 12.** Sem prejuízo do disposto no Parágrafo 11 acima, enquanto não efetivada e liquidada a OPA por Atingimento de Participação Relevante, o Novo Acionista Relevante não poderá votar com mais de 25% (vinte e cinco por cento) das ações de emissão da Companhia, cabendo ao Presidente da Assembleia Geral não computar em Assembleia os votos que excederem o limite.

**Parágrafo 13.** As obrigações constantes do artigo 254-A da Lei das S.A. e do Regulamento do segmento de listagem em que a Companhia estiver inscrita não excluem a necessidade de cumprimento, pelo Novo Acionista Relevante, das obrigações constantes neste artigo.

**Parágrafo 14.** A exigência de OPA por Atingimento de Participação Relevante não se aplica ao acionista ou Grupo de Acionistas que atinja Participação Relevante:

- I. por meio de oferta pública de aquisição da totalidade das ações de emissão da Companhia, desde que tenha sido pago preço no mínimo equivalente ao Preço da OPA;
- II. de forma involuntária, como resultado de resgate ou cancelamento de ações;
- III. por subscrição de ações realizada em oferta primária, em razão de o montante não ter sido integralmente subscrito por quem tinha direito de preferência ou que não tenha contado com número suficiente de interessados na respectiva distribuição pública;
- IV. em decorrência de operação de fusão, incorporação ou incorporação de ações envolvendo a Companhia; ou
- V. em decorrência de (i) adiantamento de legítima, doação ou sucessão hereditária, desde que para descendente ou cônjuge de acionista ou Grupo de Acionistas detentor de Participação Relevante; ou (ii) transferência para trust ou entidade fiduciária similar, tendo por beneficiário o próprio acionista ou Grupo de Acionistas detentor de Participação Relevante, seus descendentes ou cônjuge.

**Parágrafo 15.** A efetivação da OPA por Atingimento de Participação Relevante não excluirá a possibilidade de outro acionista da Companhia, ou, se for o caso, a própria Companhia, formular uma OPA concorrente, nos termos da regulamentação aplicável.

**Parágrafo 16.** Para os fins deste artigo, os seguintes termos iniciados em letras maiúsculas terão os seguintes significados:

“**Acionista Controlador**” significa o acionista ou Grupo de Acionistas composto por um grupo de pessoas (i) vinculadas por acordo de acionistas, (ii) sob controle comum, ou (iii) entre as quais haja relação de controle, e que exerça seu poder de dirigir as atividades sociais e orientar o funcionamento dos órgãos da Companhia, de forma direta ou indireta, de fato ou de direito, independentemente da participação acionária detida.

“**Ações em Circulação**” significa as ações emitidas pela Companhia, excetuadas as ações em tesouraria, as ações detidas por Acionista Controlador, pessoas a ele vinculadas e por membros do Conselho de Administração, Diretoria e Comitês de Assessoramento.

“**Grupo de Acionistas**” significa o grupo de Pessoas: (i) vinculadas por contratos ou acordos de qualquer natureza, inclusive acordos de acionistas, orais ou escritos, seja diretamente ou por meio de sociedades controladas, controladoras ou sob controle comum; ou (ii) entre as quais haja relação de controle; ou (iii) sob controle comum; ou (iv) agindo em conjunto; ou (v) que atuem representando um interesse comum. Incluem-se dentre os exemplos de pessoas representando um interesse comum: (a) uma pessoa titular, direta ou indiretamente, de participação societária igual ou superior a 15% do capital social da outra pessoa; e (b) duas pessoas que tenham um terceiro investidor em comum que seja titular, direta ou indiretamente, de participação societária igual ou superior a 15% (quinze por

cento) do capital de cada uma das duas pessoas. Quaisquer joint-ventures, fundos ou clubes de investimento, fundações, associações, trusts, condomínios, cooperativas, carteiras de títulos, universalidades de direitos, ou quaisquer outras formas de organização ou empreendimento, constituídos no Brasil ou no exterior, serão considerados parte de um mesmo Grupo de Acionistas, sempre que duas ou mais entre tais entidades forem: (vii) administradas ou geridas pela mesma pessoa jurídica ou por partes relacionadas a uma mesma pessoa jurídica; ou (viii) tenham em comum a maioria de seus administradores, sendo certo que no caso de fundos de investimentos com administrador comum, somente serão considerados como integrantes de um Grupo de Acionistas aqueles cuja decisão sobre o exercício de votos em Assembleias Gerais, nos termos dos respectivos regulamentos, for de responsabilidade do administrador, em caráter discricionário.

“**Outros Direitos de Natureza Societária**” significa (i) usufruto ou fideicomisso sobre as ações de emissão da Companhia; (ii) quaisquer opções ou direitos de compra, subscrição ou permuta, a qualquer título, que possam resultar na aquisição de ações de emissão da Companhia; (iii) quaisquer derivativos referenciados em ações de emissão da Companhia que prevejam a possibilidade de liquidação não exclusivamente financeira; ou (iv) quaisquer outros direitos que assegurem, de forma permanente ou temporária, direitos políticos ou patrimoniais de acionista sobre ações de emissão da Companhia.

“**Pessoa**” significa, sem limitação, qualquer pessoa natural ou jurídica, fundo de investimento, condomínio, carteira de títulos, universalidade de direitos ou outra forma de organização, independentemente do local de sua residência ou domicílio e de ser ou não acionista da Companhia.

“**Valor Justo**” significa o maior dentre os valores das ações da Companhia que vierem a ser determinadas por instituição ou empresa especializada escolhida para elaboração do laudo de avaliação, mediante a utilização dos critérios de (i) fluxo de caixa descontado (abordagem de renda); e (ii) patrimônio líquido a mercado (abordagem de ativo), com o ajuste do valor contábil (saldo líquido) das contas patrimoniais aos valores justos de mercado dos ativos e passivos.

## **CAPÍTULO X** **REORGANIZAÇÃO SOCIETÁRIA**

**Artigo 37.** Na hipótese de reorganização societária que envolva a transferência da base acionária da Companhia, as sociedades resultantes devem pleitear o ingresso no Novo Mercado em até 120 (cento e vinte) dias da data da Assembleia Geral que deliberou a referida reorganização.

**Parágrafo Único.** Caso a reorganização envolva sociedades resultantes que não pretendam pleitear o ingresso no Novo Mercado, a maioria dos titulares das Ações em Circulação da Companhia presentes na Assembleia Geral que deliberará sobre a referida reorganização deverão dar anuência a essa estrutura.

## **CAPÍTULO XI** **SAÍDA VOLUNTÁRIA DO NOVO MERCADO**

**Artigo 38.** Sem prejuízo do disposto no Regulamento do Novo Mercado, a saída voluntária do Novo Mercado deverá ser precedida de OPA que observe os procedimentos previstos na regulamentação editada pela CVM sobre OPA para cancelamento de registro de companhia aberta e os seguintes requisitos: (i) o preço ofertado deve ser justo, sendo possível, o pedido de nova avaliação da Companhia na forma estabelecida na Lei das Sociedades por Ações; (ii) acionistas titulares de mais de 1/3 (um terço) das Ações em Circulação deverão aceitar a OPA ou concordar expressamente com a saída do referido segmento sem a efetivação de alienação das ações.

**Parágrafo Único.** A saída voluntária do Novo Mercado pode ocorrer independentemente da realização de oferta pública mencionada neste artigo, na hipótese de dispensa aprovada em Assembleia Geral, nos termos do Regulamento do Novo Mercado.

## **CAPÍTULO XII** **ACORDO DE ACIONISTAS**

**Artigo 39.** Os Acordos de Acionistas deverão ser observados pela Companhia, conforme disposto no artigo 118 da Lei de Sociedades por Ações.

**Parágrafo Único.** Os administradores da Companhia zelarão pela observância dos Acordos de Acionistas e o Presidente da Assembleia Geral ou do Conselho de Administração, conforme o caso, deverá declarar a invalidade do voto proferido em contrariedade com as suas disposições.

## **CAPÍTULO XIII** **RESOLUÇÃO DE CONTROVÉRSIAS**

**Artigo 40.** A Companhia, seus acionistas, administradores, membros do conselho fiscal, efetivos e suplentes, se houver, obrigam-se a resolver, por meio de arbitragem, perante a Câmara de Arbitragem do Mercado, na forma de seu regulamento, qualquer controvérsia que possa surgir entre eles, relacionada com ou oriunda da sua condição de emissor, acionistas, administradores, e membros do conselho fiscal, em especial, decorrentes das disposições contidas na Lei nº 6.385/76, na Lei das Sociedades por Ações, no estatuto social da Companhia, nas normas editadas pelo Conselho Monetário Nacional, pelo Banco Central do Brasil e pela Comissão de Valores Mobiliários, bem como nas demais normas aplicáveis ao funcionamento do mercado de capitais em geral, além daquelas constantes do Regulamento do Novo Mercado, dos demais regulamentos da B3 e do Contrato de Participação no Novo Mercado.

**Parágrafo 1º.** Sem prejuízo da validade desta cláusula arbitral, o requerimento de medidas de urgência pelas partes ao Poder Judiciário, quando aplicável, obedecerá às previsões do Regulamento de Arbitragem da Câmara de Arbitragem do Mercado.

**Parágrafo 2º.** A posse dos administradores e dos membros do Conselho Fiscal, efetivos e suplentes, fica condicionada à assinatura de termo de posse, que deve contemplar sua sujeição à cláusula compromissória referida no caput deste artigo.

#### **CAPÍTULO XIV** **DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS**

**Artigo 41.** As disposições contidas nos Capítulos IX, X e XI, bem como as demais regras referentes ao Regulamento do Novo Mercado constantes deste Estatuto Social (incluindo a vedação de acumulação dos cargos de Presidente do Conselho de Administração e de Diretor-Presidente ou principal executivo da Companhia), somente terão eficácia a partir da data da publicação do anúncio de início da oferta pública inicial de ações de emissão da Companhia.

**Artigo 42.** O disposto no Capítulo IX, Seção II deste Estatuto Social não se aplica ao acionista ou grupo de acionistas titular de ações de emissão da Companhia ou outros direitos de natureza societária, em quantidade igual ou superior a 25% (vinte e cinco por cento) do capital social, com base na posição acionária da Companhia no dia imediatamente anterior à data de publicação do anúncio de início da oferta pública inicial de ações de emissão da Companhia, bem como a: (i) seus descendentes e cônjuge que adquirirem as respectivas ações em decorrência de adiantamento de legítima, doação ou sucessão hereditária; ou (b) trusts ou entidades fiduciárias similares, tendo por beneficiário o próprio acionista ou grupo de acionistas, seus descendentes ou seu cônjuge.

**Artigo 43.** Os casos omissos no presente Estatuto Social serão resolvidos pela Assembleia Geral e regulados de acordo com as disposições da Lei das Sociedades por Ações, observado o previsto no Regulamento do Novo Mercado.

---

**ATA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA DA COMPANHIA, REALIZADA EM 26 DE AGOSTO DE 2020, QUE APROVOU A REALIZAÇÃO DA OFERTA E O NOVO ESTATUTO SOCIAL DA COMPANHIA**

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

**W2W E-COMMERCE DE VINHOS S.A.**

CNPJ/ME nº 09.813.204/0001-16

NIRE: 32.300.033.512

**ATA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA  
REALIZADA EM 26 DE AGOSTO DE 2020**

1. **Data, Hora e Local:** Aos 26 dias do mês de agosto de 2020, às 14:00 horas, reunião excepcionalmente realizada por videoconferência, nos termos da MP 931/2020 e da IN 79/2020 – DREI, em virtude do atual cenário de saúde pública decorrente da pandemia deflagrada pela COVID-19.

2. **Convocação e Presença:** Dispensadas as formalidades de convocação, tendo em vista a presença de acionistas representando a totalidade do capital social da W2W E-COMMERCE DE VINHOS S.A. ("Companhia"), conforme assinatura constante do Livro de Presença de Acionistas da Companhia, nos termos do artigo 124, parágrafo 4º, da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, ("Lei das Sociedades por Ações").

3. **Mesa:** Presidente: Rogério Muniz Salume e Secretário: Marcelo Giovanetti D'Arienzo.

4. **Deliberações:** Instalada a assembleia e após o exame e discussão das matérias constantes da ordem do dia, os acionistas presentes deliberaram, por unanimidade de votos:

4.1 Aprovar a lavratura da ata desta Assembleia na forma de sumário, contendo transcrição apenas das deliberações tomadas, conforme dispõe o artigo 130, §1º, da Lei das Sociedades por Ações, bem como a publicação da ata desta Assembleia com a omissão das assinaturas dos acionistas presentes, na forma do artigo 130, § 2º, da Lei das Sociedades por Ações;

4.2 Consignar, por unanimidade e sem quaisquer ressalvas, serem os acionistas titulares de todas as ações de emissão da Companhia, representadas por 213.056 (duzentas e treze mil e cinquenta e seis) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, de acordo com as quantidades e proporções indicadas abaixo, estando todos quites entre si e não havendo qualquer pretensão e/ou ajuste a reclamar:

	Ações ON	%
<b>Península</b>	89.958	42,2227
<b>Orbeat</b>	89.958	42,2227
<b>Rogério</b>	19.817	9,301
<b>Fernando</b>	13.323	6,2533
<b>TOTAL</b>	<b>213.056</b>	<b>100%</b>

DS  
EM

DS  
FO

DS  
FA

DS  
LR

4.3 Aprovar a ampla reforma e consolidação do Estatuto Social da Companhia para refletir (i) as deliberações tomadas abaixo; (ii) a adoção das regras necessárias para atender às exigências legais aplicáveis a companhias abertas e às exigências do Regulamento de Listagem do Novo Mercado da B3; e (iii) a alteração e inserção de outras previsões julgadas necessárias, as quais foram lidas e revisadas, passando o Estatuto Social a vigorar com a redação constante do **Anexo I** à ata que se refere a esta Assembleia Geral, sendo certo que, em caso de não realização da Oferta, os acionistas presentes concordam em realizar nova assembleia geral para retificar as alterações ora aprovadas, de forma que o Estatuto Social ora aprovado deverá ser ajustado para que volte a vigorar conforme versão até então em vigor;

DS  
M

DS  
RMS

DS  
/

4.4 Aprovar, em virtude da modificação das regras de composição e prazo de gestão do Conselho de Administração no âmbito da reforma estatutária aprovada nos termos do item acima, a fixação de 6 (seis) membros efetivos para compor o Conselho de Administração, bem como a eleição das seguintes pessoas para esses cargos, todos com prazo de gestão unificado de 2 (dois) anos, até a data de realização da assembleia geral ordinária que

examinar as contas do exercício social a se encerrar em 31 de dezembro de 2021:

- a) Sr. **Fábio Bruggioni**, brasileiro, casado, empresário, portador da Cédula de Identidade RG nº 20.713.706-7, inscrito no CPF/MF sob o nº 266.193.038-89, residente e domiciliado na Cidade de São Paulo, Estado do São Paulo, na Alameda Joaquim Eugênio de Lima, nº 1.656, apartamento 51, Bairro Jardim Paulista, CEP 01403-002, como membro independente e presidente do Conselho de Administração;

<sup>DS</sup>  
EM <sup>DS</sup>  
FO

- b) Sra. **Flavia Buarque de Almeida**, brasileira, casada, administradora de empresas, portadora da cédula de identidade RG nº 13.146.760-8 SSP/SP, inscrita no CPF/MF sob nº 149.008.838-59, com endereço comercial na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 2.055, 15º andar, Jardim Paulistano, CEP 01452-001, como membro e vice-presidente do Conselho de Administração;

<sup>DS</sup>  
FA

<sup>DS</sup>  
UR <sup>DS</sup>  
M

- c) Sr. **Marcelo Giovanetti D'Arienzo**, brasileiro, casado, administrador de empresas, portador da Cédula de Identidade RG nº 33.250.167-X SSP/SP, inscrito no CPF/ME sob o nº 227.962.378-18, com endereço profissional na Cidade de Serra, Estado do Espírito Santo, na Rua Comendador Alcides Simão Helou, nº 1565, Sala 01, Bairro Civit II, CEP: 29.168-090, como membro do Conselho de Administração;

<sup>DS</sup>  
RMS <sup>DS</sup>  
M

- d) Sr. **Eduardo Sirotsky Melzer**, brasileiro, casado, administrador de empresas, portador da Cédula de Identidade RG sob o nº 1025182393 SSP/RS, inscrito no CPF/MF sob o nº. 643.090.450-49, com endereço profissional na Cidade de Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul, na Avenida Érico Veríssimo, nº 400, CEP 90160-180, como membro do Conselho de Administração;

- e) Sra. **Santuza Paolucci Nogueira Bicalho**, brasileira, casada, administradora de empresas, portadora da cédula de identidade RG nº 5.586.293 SSPMG, inscrita no CPF/MF sob nº 917.280.456-49, com endereço comercial na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, Rua

Álvaro Anes, 56, 4º andar - Pinheiros, CEP 05421-010 , como membro independente do Conselho de Administração;

- f) Sr. **Rogério Muniz Salume**, brasileiro, divorciado, empresário, portador do documento de identidade RG n.º 0403870623 SSP/BA e inscrito no CPF/MF sob o n.º 009.599.727-06, residente e domiciliado na cidade de Vitória, Estado do Espírito Santo, à rua Carlos Nicoletti Madeira, nº 60, Edifício Montreaux, apt. 901, Barro Vermelho, Vitória/ES, como membro do Conselho de Administração;

DS  
EM

DS  
FO

4.4.1 Com base nas informações recebidas pela administração da Companhia, nos termos da legislação aplicável, foi informado aos acionistas que os conselheiros ora eleitos estão em condições de firmar, sem qualquer ressalva, as declarações de desimpedimento mencionadas no artigo 147, § 4.º, da Lei das S.A. e no artigo 2.º da Instrução CVM n.º 367, de 29 de maio de 2002, que ficarão arquivadas na sede da Companhia. Os membros do Conselho de Administração ora eleitos serão investidos nos respectivos cargos mediante assinatura dos termos de posse no livro próprio, oportunidade em que farão a referida declaração.

DS  
FA

DS  
UR

DS  
M

4.4.2. Ainda, fica consignado que, conforme declarações fornecidas pelos conselheiros eleitos, observadas também pelo Conselho de Administração da Companhia, o Sr. **Fábio Bruggioni** e a Sra. **Santuza Paolucci Nogueira Bicalho** se enquadram nos critérios de independência previstos no regulamento do Novo Mercado.

DS  
RMS

DS  
/

4.5 Aprovar a fixação da remuneração global de até R\$ 8.300.000,00 (oito milhões de reais e trezentos mil reais) para os administradores da Companhia para o exercício social de 2020, ficando a cargo do Conselho de Administração da Companhia a fixação do montante individual e, se for o caso, a concessão de verbas de representação e/ou benefícios de qualquer natureza, conforme artigo 152 da Lei das S.A.

4.5.1 Consignar que o valor da remuneração global acima aprovada inclui o valor correspondente às contribuições previdenciárias

previstas para a remuneração dos administradores e que são ônus da Companhia.

4.6 Observado o disposto no item 4.8 abaixo, aprovar e autorizar a submissão, pela Companhia, do pedido de registro de companhia aberta, como emissor categoria "A", perante a Comissão de Valores Mobiliários (CVM), nos termos da Instrução CVM nº 480, de 7 de dezembro de 2009;

<sup>DS</sup>  
EM

<sup>DS</sup>  
FO

4.7 Observado o disposto no item 4.8 abaixo, aprovar e autorizar a submissão do pedido de listagem da Companhia na B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão ("B3") bem como sua adesão ao segmento especial de listagem designado Novo Mercado para a negociação de suas ações com a consequente celebração, com a B3, do Contrato de Participação do Novo Mercado, ficando a Diretoria autorizada a tomar as medidas necessárias junto à B3 com vistas à formalização da adesão;

<sup>DS</sup>  
FA

<sup>DS</sup>  
LR

<sup>DS</sup>  
M

4.8 Aprovar a realização de oferta pública de distribuição primária e secundária de ações ordinárias de emissão da Companhia, no Brasil e com esforços de colocação de ações ordinárias no exterior ("Oferta"), a qual deverá ser realizada segundo os termos e condições abaixo, sendo certo que (a) as condições do aumento de capital da Companhia no âmbito da Oferta, (b) o intervalo de preço por ação e (c) a autorização para que o Conselho de Administração da Companhia adote todas as medidas e pratique todos os atos necessários para a efetiva implementação da Oferta, incluindo (i) fixar o preço de emissão das ações ordinárias objeto da Oferta; (ii) aprovar o aumento do capital social da Companhia a ser realizado no contexto da Oferta, inclusive em relação às Ações Adicionais e às Ações do Lote Suplementar; e (iii) aprovar a celebração de todos os documentos da Oferta, deverão ser objeto de nova deliberação assemblear a ser realizada antes do lançamento da Oferta:

<sup>DS</sup>  
RMS

<sup>DS</sup>  
✓

- a. A Oferta será realizada, no Brasil, em mercado de balcão não organizado, em conformidade com a Instrução da CVM nº 400, de 29 de dezembro de 2003 (“Instrução CVM 400”) e demais normativos aplicáveis, sob a coordenação do **BANCO ITAÚ BBA S.A.** (“Coordenador Líder”), **BANK OF AMERICA MERRILL LYNCH BANCO MÚLTIPLO S.A.** (“Bank of America”), **BANCO BTG PACTUAL S.A.** (“BTG Pactual”), **XP INVESTIMENTOS CORRETORA DE CÂMBIO, TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.** (“XP” e, em conjunto com o Coordenador Líder, o Bank of America e o BTG Pactual, “Coordenadores da Oferta”), e com a participação de outras determinadas instituições financeiras integrantes do sistema de distribuição de valores mobiliários com esforços de colocação das ações ordinárias no exterior (“Oferta Internacional”), sendo (i) nos Estados Unidos da América, exclusivamente para investidores institucionais qualificados (*qualified institutional buyers*), residentes e domiciliados nos Estados Unidos da América, conforme definidos na Regra 144A, editada pela *U.S. Securities and Exchange Commission* (“SEC”), em operações isentas de registro, previstas no *U.S. Securities Act* de 1933, conforme alterado (“Securities Act”); e (ii) nos demais países, que não os Estados Unidos da América e o Brasil, para investidores que sejam considerados não residentes ou domiciliados nos Estados Unidos da América ou não constituídos de acordo com as leis desse país (*non-U.S. persons*), nos termos do Regulamento S, no âmbito do *Securities Act*, e observada a legislação aplicável no país de domicílio de cada investidor (investidores pertencentes aos itens (i) e (ii) acima, em conjunto, “Investidores Estrangeiros”). Em ambos os casos, apenas serão considerados Investidores Estrangeiros os investidores que invistam no Brasil de acordo com os mecanismos de investimento da Lei nº 4.131, de 3 de setembro de 1962, conforme alterada, ou pela Resolução do Conselho Monetário Nacional nº 4.373, de 29 de setembro de 2014, e pela Instrução da CVM nº 560, de 27 de março de 2015. Não será realizado nenhum registro da Oferta ou das ações ordinárias na SEC ou em qualquer

DS

EM

DS

FO

DS

FA

DS

UR

DS

M

DS

RMS

DS

/

agência ou órgão regulador do mercado de capitais de qualquer outro país além do Brasil.

- b. Nos termos do artigo 14, parágrafo 2º da Instrução CVM 400, até a data da divulgação do anúncio de início da Oferta, a quantidade de ações ordinárias inicialmente ofertada (sem considerar as Ações Suplementares, conforme a seguir definidas) poderá, a critério da Companhia e/ou dos acionistas vendedores no âmbito da Oferta ("Acionistas Vendedores"), em comum acordo com os Coordenadores da Oferta, ser acrescida em até 20% (vinte por cento), nas mesmas condições e no mesmo preço das ações ordinárias inicialmente ofertadas ("Ações Adicionais").

DS  
EM

DS  
FO

- c. Adicionalmente, nos termos do artigo 24 da Instrução CVM 400, a quantidade de ações ordinárias inicialmente ofertada (sem considerar as Ações Adicionais) poderá ser acrescida de um lote suplementar em percentual equivalente a até 15% (quinze por cento), nas mesmas condições e ao mesmo preço das ações ordinárias inicialmente ofertadas ("Ações do Lote Suplementar"), conforme opção a ser outorgada pela Companhia e pelos Acionistas Vendedores ao Coordenador Líder, nos termos do "*Instrumento Particular de Contrato de Coordenação, Distribuição e Garantia Firme de Liquidação de Ações W2W E-COMMERCE DE VINHOS S.A.*", a ser celebrado entre a Companhia, os Acionistas Vendedores, os Coordenadores da Oferta e, na qualidade de interveniente-anuente, a B3.

DS  
FA

DS  
LR

DS  
M

DS  
RMS

DS  
/

- d. Nos termos do artigo 172, inciso I, da Lei das Sociedades por Ações, não será observado o direito de preferência dos acionistas da Companhia no aumento de capital decorrente da Oferta.

4.9 Autorizar os membros dos órgãos da administração da Companhia a praticarem todos os atos necessários à implementação das deliberações tomadas e aprovadas nesta Assembleia Geral.

**Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, foi a presente ata lavrada e, depois de lida e aprovada, assinada pelos membros da mesa e pelos Acionistas presentes.

**Assinaturas:** Mesa – Rogério Muniz Salume e Marcelo Giovanetti D'ariento. Acionistas – Orbeat Som & Imagem LTDA. (Eduardo Sirotsky Melzer e Luciana Ribeiro), Fernando Opitz, Península Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia – Investimento no Exterior (Flavia Buarque de Almeida, Walter Vannini).

**Autenticação:** Declaram que a presente é cópia fiel da ata lavrada no livro próprio.

DocuSigned by:  
  
 E322A65BEC2F457...  
**ROGÉRIO MUNIZ SALUME**

Presidente

DocuSigned by:  
  
 0A1B477CC91E4A8...  
**MARCELO GIOVANETTI**

**D'ARIENZO**

Secretário

**Acionistas:**

DocuSigned by:  
  
 6362BB37849F486...

DocuSigned by:  
  
 20987D8BF13E4B5...

**ORBEAT SOM & IMAGEM LTDA.**

p. Eduardo Sirotsky Melzer e Luciana Ribeiro

DocuSigned by:  
  
 A86329FE13034AE...

DocuSigned by:  
  
 BD84C03AFE14F6...

**PENÍNSULA FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES  
 MULTIESTRATÉGIA – INVESTIMENTO NO EXTERIOR**

por Flavia Buarque de Almeida e Walter Vannini

DocuSigned by:  
  
 E322A65BEC2F457...

DocuSigned by:  
  
 DD15A5271642487...

**ROGÉRIO MUNIZ SALUME**

**FERNANDO OPITZ**

**ANEXO I À ATA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA DA  
W2W E-COMMERCE DE VINHOS S.A. REALIZADA EM 26 DE AGOSTO DE 2020**

**ESTATUTO SOCIAL DA  
W2W E-COMMERCE DE VINHOS S.A.**  
CNPJ/MF nº 009.813.204/0001-16  
NIRE 32.300.033.512

**CAPÍTULO I**  
**DENOMINAÇÃO, SEDE, OBJETO E DURAÇÃO**

**Artigo 1º.** A **W2W E-Commerce de Vinhos S.A.** ("Companhia") é uma sociedade anônima de capital aberto, que se rege pela legislação aplicável, em especial a Lei nº 6.404, de dezembro de 1979 ("Lei das Sociedades por Ações") e pelo presente Estatuto Social.

DS

EM

**Parágrafo Único.** Com o ingresso da Companhia no Novo Mercado da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão ("B3"), sujeitam-se a Companhia, seus acionistas, incluindo acionistas controladores, administradores e membros do Conselho Fiscal, quando instalado, às disposições do Regulamento do Novo Mercado da B3 ("Regulamento do Novo Mercado").

DS

FO

**Artigo 2º.** A Companhia tem sede e foro na cidade de Serra, Estado do Espírito Santo, podendo, por decisão do Conselho de Administração, abrir, transferir ou encerrar filiais, agências, escritórios ou outros estabelecimentos em qualquer localidade do País e do exterior.

DS

FA

DS

LR

A Companhia tem por objeto social as seguintes atividades:

DS

MO

- I. Comércio atacadista e varejista de vinhos e bebidas e alimentos em geral, nacionais e importadas, inclusive, mas não se limitando a, por meios eletrônicos (e-commerce), no País e/ou no exterior;
- II. Comércio atacadista de mercadorias em geral, sem predominância de produtos alimentícios inclusive, mas não se limitando a, por meios eletrônicos (e-commerce), no País e/ou no exterior e marcas próprias;
- III. Comércio atacadista e varejista de cápsulas de café torrado e moldo, para uso em máquinas especiais para preparo de bebidas, inclusive, mas não se limita a, por meios eletrônicos (e-commerce), no País e/ou no exterior;
- IV. Comércio atacadista e varejista de máquinas para preparo de café, inclusive, mas não se limitando a, por meios eletrônicos (e-commerce), no País e/ou no exterior;
- V. Locação de máquinas de café expresso para eventos, inclusive, não se limitando a, por meios eletrônicos (e-commerce);
- VI. Criação, distribuição e comercialização no varejo de revistas, jornais, periódicos e demais materiais impressos, inclusive, mas não se limitando a, por meio eletrônico (e-commerce);
- VII. A publicidade de produtos seus e de terceiros e o comércio de materiais de promoção e propaganda;
- VIII. Criação e administração de clube de associados, inclusive, mas não se limitando a, por meio eletrônico (e-commerce);

DS

RMS

DS

///

- IX. Atividade de logística na armazenagem, acondicionamento, depósito, faturamento, controle de estoque e movimentação de mercadorias, em depósitos próprios ou por conta de terceiros, sem emissão de warrants;
- X. Importação e exportação de bebidas, alimentos em geral bem como produtos diversos relacionados às mercadorias comercializadas pela Companhia;
- XI. Serviços combinados de escritório e apoio administrativo;
- XII. Serviço de organização de feiras, congressos, exposições e festas;
- XIII. Transporte rodoviário de cargas, exceto produtos perigosos e mudanças, municipal, intermunicipal, interestadual e internacional;
- XIV. Participação, como sócia ou acionista, em outras sociedades, no Brasil e/ou no exterior;
- XV. Reparação e manutenção de equipamentos eletrônicos de uso pessoal e doméstico;
- XVI. Comércio varejista e atacadista de artigos do vestuário e acessórios; e
- XVII. Atividades de descantes aduaneiros.

**Parágrafo Único.** A Companhia poderá desenvolver diretamente outras atividades afins ou complementares ao objeto expresso no Artigo 2º.

**Artigo 3º.** O prazo de duração da Companhia é indeterminado.

DS  
EM

DS  
FO

## CAPÍTULO II CAPITAL SOCIAL E AÇÕES

**Artigo 4º.** O capital social da Companhia, totalmente subscrito e integralizado, é de R\$ 104.955.232,85 (cento e quatro milhões, novecentos e cinquenta e cinco mil, duzentos e trinta e dois reais e oitenta e cinco centavos), representado por 213.056 (duzentas e treze mil e cinquenta e seis) ações ordinárias, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal.

**Parágrafo Único.** Cada ação ordinária nominativa dá direito a um voto nas deliberações das Assembleias Gerais da Companhia.

**Artigo 5º.** A Companhia fica autorizada a aumentar o seu capital social até o limite de 400.000 (quatrocentas mil) ações.

**Parágrafo 1º.** Dentro do limite autorizado neste artigo, poderá a Companhia, mediante deliberação do Conselho de Administração, aumentar o capital social independentemente de reforma estatutária. O Conselho de Administração fixará as condições da emissão, inclusive preço e prazo de integralização.

**Parágrafo 2º.** Dentro do limite do capital autorizado, o Conselho de Administração poderá deliberar a emissão de bônus de subscrição.

**Parágrafo 3º.** Dentro do limite do capital autorizado e de acordo com os planos aprovados pela Assembleia Geral, o Conselho de Administração poderá outorgar opção de compra ou subscrição de ações a seus administradores ("Administradores") e empregados ("Empregados"), assim como aos administradores e empregados de outras sociedades que sejam controladas direta ou indiretamente pela Companhia, sem direito de preferência para os acionistas.

DS  
FA

DS  
UR

DS  
M

DS  
RMS

DS  
↙

**Artigo 6º.** É vedada a emissão de partes beneficiárias pela Companhia.

**Artigo 7º.** É vedada a constituição de qualquer ônus e/ou gravame sobre as ações de emissão da Companhia, direito de preferência na subscrição de novas ações e/ou valores mobiliários conversíveis em ações bem como a cessão, transferência ou qualquer outra forma de alienação das ações de emissão da Companhia, direito de preferência na subscrição de novas ações e/ou valores mobiliários conversíveis em ações sem a observância ao disposto na legislação vigente e no presente Estatuto Social.

**Parágrafo 1º.** Todas as ações da Companhia são escriturais, mantidas em conta de depósito, junto à instituição financeira autorizada pela Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”), em nome de seus titulares, sem emissão de certificados.

**Parágrafo 2º.** O custo de transferência e averbação, assim como o custo do serviço relativo às ações escriturais poderá ser cobrado diretamente do acionista pela instituição escrituradora, conforme venha a ser definido no contrato de escrituração de ações.

DS  
EM

DS  
FO

**Artigo 8º.** A critério do Conselho de Administração, poderá ser excluído ou reduzido o direito de preferência nas emissões de ações, debêntures conversíveis em ações e bônus de subscrição, cuja colocação seja feita mediante venda em bolsa de valores ou por subscrição pública, ou ainda mediante permuta por ações, em oferta pública de aquisição de controle, nos termos estabelecidos em lei, dentro do limite do capital autorizado.

DS  
FA

### CAPÍTULO III ASSEMBLEIA GERAL

**Artigo 9º.** A Assembleia Geral, convocada e instalada conforme previsto na Lei das Sociedades por Ações e neste Estatuto Social, reunir-se-á, ordinariamente, uma vez por ano, nos 4 (quatro) primeiros meses seguintes ao término do exercício social e, extraordinariamente, sempre que os interesses da Companhia assim exigirem.

DS  
UR

DS  
M

**Parágrafo 1º.** A Assembleia Geral será convocada pelo Presidente do Conselho de Administração ou, nos casos previstos em lei, por acionistas ou pelo Conselho Fiscal, se e quando instalado, mediante anúncio publicado, devendo a primeira convocação ser feita, com, no mínimo, 15 (quinze) dias de antecedência, e a segunda convocação com antecedência mínima de 8 (oito) dias, observado, ainda, o disposto na regulamentação da CVM que dispõe sobre informações, pedidos de procuração, participação e votação a distância em assembleias gerais.

DS  
RMS

DS  
✓

**Parágrafo 2º.** As deliberações da Assembleia Geral serão tomadas por maioria dos votos dos acionistas presentes na assembleia, não se computando os votos em branco e as abstenções, ressalvadas as exceções previstas em lei, no Acordo de Acionistas da Companhia e observado o disposto no Artigo 11, Parágrafo Único, deste Estatuto Social.

**Parágrafo 3º.** As atas de Assembleias deverão ser lavradas no livro de Atas das Assembleias Gerais, e poderão, caso assim aprovado na Assembleia Geral em questão, ser lavradas na forma de sumário dos fatos ocorridos e publicadas com omissão das assinaturas.

**Artigo 10.** A Assembleia Geral será instalada e presidida pelo Presidente do Conselho de Administração ou, na sua ausência ou impedimento, instalada e presidida por outro Conselheiro, Diretor ou acionista indicado por escrito pelo Presidente do Conselho de Administração. O Presidente da Assembleia Geral indicará até 2 (dois) Secretários<sup>1</sup>.

**Artigo 11.** Sem prejuízo de outras matérias cuja competência para aprovação seja atribuída à Assembleia Geral, por este Estatuto Social e/ou pela Lei das Sociedades por Ações, a aprovação das seguintes matérias será de competência exclusiva da Assembleia Geral:

- I. tomar as contas dos administradores, bem como examinar, discutir e aprovar as demonstrações financeiras;
- II. deliberar, de acordo com proposta apresentada pela administração, sobre a destinação do resultado do exercício e a distribuição de dividendos;
- III. eleger e destituir os membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal, quando instalado;
- IV. fixar a remuneração global anual dos administradores, assim como a dos membros do Conselho Fiscal, se instalado;
- V. aprovar planos de concessão de ações ou de outorga de opção de compra de ações aos administradores e empregados da Companhia ou de suas controladas;
- VI. alterar o Estatuto Social;
- VII. deliberar sobre a dissolução, liquidação, fusão, cisão, incorporação da Companhia ou de qualquer sociedade na Companhia;
- VIII. Aprovar a aquisição, pela Companhia, de ações de sua própria emissão para manutenção em tesouraria ou seu cancelamento, nas hipóteses em que a regulamentação exigir que tal aprovação seja deliberada pela Assembleia Geral;
- IX. Pedido de falência, recuperação judicial ou extrajudicial e início e cessação do estado de liquidação da Companhia;
- X. Transformação da Companhia em outro tipo societário;
- XI. Deliberar sobre qualquer outra matéria que venha a ser submetida pelo Conselho de Administração;
- XII. Deliberar sobre a saída da Companhia do Novo Mercado da B3; e
- XIII. Dispensar a realização de oferta pública de aquisição ações ("OPA"), como requisito para a saída da Companhia do Novo Mercado.

DS  
EM

DS  
FO

DS  
FA

DS  
UR

DS  
M

DS  
RMS

DS  
↙

**Parágrafo Único.** A deliberação a que se refere o item XIII deste artigo deverá ser instalada em primeira convocação com a presença de acionistas que representem, no mínimo, 2/3 (dois terços) do total das Ações em Circulação, não se computando os votos em branco. Caso referido quórum não seja atingido, a Assembleia Geral poderá ser instalada em segunda convocação com a presença de qualquer número de acionistas titulares de Ações em Circulação. A deliberação sobre a dispensa

de realização da OPA deve ocorrer pela maioria dos votos dos acionistas titulares de ações em circulação presentes na Assembleia Geral, conforme disposto no Regulamento do Novo Mercado.

**CAPÍTULO IV**  
**ADMINISTRAÇÃO**

**Seção I**  
**Normas Gerais**

**Artigo 12.** A Companhia será administrada por um Conselho de Administração e por uma Diretoria, na forma da Lei das Sociedades por Ações e deste Estatuto Social.

**Parágrafo 1º.** A posse dos membros do Conselho de Administração e da Diretoria fica condicionada à assinatura do termo de posse, que deve contemplar sua sujeição à cláusula compromissória referida no artigo 38 deste Estatuto Social.

**Parágrafo 2º.** Os Administradores permanecerão em seus cargos até a posse de seus substitutos salvo se diversamente deliberado pela Assembleia Geral ou pelo Conselho de Administração conforme o caso.

DS  
EM

DS  
FO

**Artigo 13.** A Assembleia Geral fixará a remuneração global anual para distribuição entre os Administradores e caberá ao Conselho de Administração efetuar a distribuição da verba individualmente, após considerar o parecer do Comitê de Pessoas.

DS  
FA

**Artigo 14.** Dentro dos limites estabelecidos neste artigo, a Companhia indenizará e manterá indenidos seus membros do Conselho de Administração, membros da Diretoria, membros de comitês de assessoramento e demais empregados que exerçam cargo ou função de gestão na Companhia (em conjunto ou isoladamente "Beneficiários"), na hipótese de eventual dano ou prejuízo efetivamente sofrido pelos Beneficiários por força do exercício regular de suas funções na Companhia.

DS  
UR

DS  
M

**Parágrafo 1º.** A Companhia não indenizará o Beneficiário por (i) atos praticados fora do exercício das atribuições ou poderes; (ii) atos com má-fé, dolo, culpa grave ou fraude; (iii) atos praticados em interesse próprio ou de terceiros, em detrimento do interesse social da companhia; (iv) indenizações decorrentes de ação social prevista no artigo 159 da Lei das Sociedades por Ações ou ressarcimento de prejuízos de que trata o artigo 11, § 5º, II, da Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976 ("Lei nº 6.385/76"); e (v) outros excludentes de indenização previstos em contrato de indenidade firmado com o Beneficiário.

DS  
RMS

DS  
↙

**Parágrafo 2º.** Caso seja condenado, por decisão judicial, arbitral ou administrativa transitada em julgado ou da qual não caiba mais recurso, em virtude de atos praticados (i) fora do exercício de suas atribuições; (ii) com má-fé, dolo, culpa grave ou mediante fraude; ou (iii) em interesse próprio ou de terceiros, em detrimento do interesse social da Companhia, o Beneficiário deverá ressarcir a Companhia de todos os custos e despesas incorridos com a assistência jurídica, nos termos da legislação em vigor.

**Parágrafo 3º.** As condições e as limitações da indenização objeto do presente artigo serão determinadas em contrato de indenidade, cujo modelo padrão deverá ser aprovado pelo Conselho de Administração, sem prejuízo da contratação de seguro específico para a cobertura de riscos de gestão.

## Seção II Conselho de Administração

**Artigo 15.** O Conselho de Administração será composto por, no mínimo, 6 (seis) e, no máximo, 10 (dez) membros, acionistas ou não, todos eleitos e destituíveis pela Assembleia Geral, com mandato unificado de 2 (dois) anos, sendo permitida a reeleição, dentre os quais um será eleito presidente e outro vice-presidente pelos acionistas da Companhia.

**Parágrafo 1º.** Dos membros do Conselho de Administração, no mínimo, 2 (dois) ou 20% (vinte por cento), o que for maior, deverão ser conselheiros independentes, conforme a definição do Regulamento do Novo Mercado, devendo a caracterização dos indicados ao Conselho de Administração como conselheiros independentes ser deliberada na Assembleia Geral que os eleger

DS  
EM

DS  
FO

**Parágrafo 2º.** Quando, em decorrência da observância do percentual referido no Parágrafo 1º deste artigo, resultar número fracionário de Conselheiros, a Companhia deve proceder ao arredondamento para o número inteiro imediatamente superior, nos termos do Regulamento do Novo Mercado.

DS  
FA

**Parágrafo 3º.** Os cargos de presidente do conselho de administração e de diretor presidente ou principal executivo da Companhia não poderão ser acumulados pela mesma pessoa.

**Parágrafo 4º.** O membro do Conselho de Administração deve ter reputação ilibada, não podendo ser eleito, salvo dispensa da Assembleia Geral, aquele que (i) ocupar cargos em sociedades que possam ser consideradas concorrentes da Companhia; ou (ii) tiver ou representar interesse conflitante com a Companhia. Não poderá ser exercido o direito de voto pelo membro do Conselho de Administração caso se configurem, supervenientemente, os fatores de impedimento indicados neste Parágrafo.

DS  
UR

DS  
M

DS  
RMS

DS  
✓

**Artigo 16.** Ressalvado o disposto no Parágrafo 5º deste artigo, a eleição dos membros do Conselho de Administração dar-se-á pelo sistema de chapas.

**Parágrafo 1º.** Na eleição de que trata este artigo, somente poderão concorrer as chapas: (i) indicadas pelo Conselho de Administração; ou (ii) que sejam indicadas, na forma prevista no Parágrafo 3º deste artigo, por qualquer acionista ou conjunto de acionistas.

**Parágrafo 2º.** Os acionistas ou conjunto de acionistas que desejarem propor chapa para concorrer aos cargos no Conselho de Administração deverão, juntamente com a proposta de chapa, a ser apresentada nos termos da regulamentação vigente, encaminhar ao Conselho de Administração as informações requeridas pela regulamentação vigente acerca de cada um dos candidatos que compuserem a chapa.

**Parágrafo 3º.** É vedada a apresentação de mais de uma chapa pelo mesmo acionista. Não obstante, uma mesma pessoa poderá integrar duas ou mais chapas, inclusive aquela indicada pelo Conselho de Administração.

**Parágrafo 4º.** Cada acionista somente poderá votar em uma chapa e serão declarados eleitos os candidatos da chapa que receber maior número de votos na Assembleia Geral.

**Parágrafo 5º.** Na hipótese de eleição dos membros do Conselho de Administração pelo processo de voto múltiplo, cada integrante das chapas apresentadas na forma deste artigo será considerado um candidato para o cargo de conselheiro.

**Artigo 17.** Compete ao Conselho de Administração, sem prejuízo de outras competências fixadas na Lei das Sociedades por Ações e no Estatuto Social:

- I. Fixar a orientação geral dos negócios da Companhia e de suas Controladas, aprovando as diretrizes estratégicas, políticas empresariais, incluindo políticas contábeis, e objetivos para todas as áreas de atuação da Companhia e de suas Controladas;
- II. aprovar o código de conduta da Companhia e as políticas corporativas relacionadas a (i) divulgação de informações, (ii) negociação de valores mobiliários; (iii) gerenciamento de riscos; (iv) transações com partes relacionadas; (v) indicação; e (vi) remuneração, e suas revisões;
- III. aprovar o planejamento estratégico, projeções plurianuais e orçamento anual, incluindo projetos estratégicos, plano de expansão e plano de investimentos da Companhia e das sociedades Controladas, e suas revisões;
- IV. aprovar as metas financeiras e operacionais para a avaliação de desempenho da Companhia;
- V. fiscalizar a gestão dos Diretores da Companhia e de suas Controladas e examinar, a qualquer tempo, os livros e papéis da Companhia, solicitar informações sobre contratos celebrados ou em via de celebração, e qualquer outros atos, sendo que o direito a fiscalização caberá a cada conselheiro, individualmente, o qual poderá fazer recomendações ao Conselho de Administração;
- VI. manifestar-se sobre relatórios da administração e demonstrações financeiras, e opinar sobre as propostas dos órgãos de administração a serem submetidas à aprovação da Assembleia Geral;
- VII. submeter à Assembleia Geral Ordinária proposta de destinação do lucro líquido do exercício, bem como deliberar sobre o levantamento de balanços semestrais, ou em períodos menores, e o pagamento ou crédito de dividendos ou juros sobre o capital próprio decorrentes desses balanços, bem como deliberar sobre o pagamento de dividendos intermediários ou intercalares à conta de lucros acumulados ou de reservas de lucros, existentes no último balanço anual ou semestral;

DS EM DS FO

DS FA

DS UR DS M

DS RMS DS

- VIII. eleger e destituir os Diretores e estabelecer suas funções e limites de poder;
- IX. aprovar a remuneração individual, fixa e variável, bem como os benefícios, a serem pagos aos Administradores da Companhia, respeitando o limite global determinado pela Assembleia Geral;
- X. aprovar a criação e a revogação de Comitês, eleger e destituir seus membros, bem como fixar suas atribuições, respeitadas as disposições desde Estatuto Social e dos Acordos de Acionistas Vigentes;
- XI. escolher e destituir os auditores independentes, bem como convocá-los para prestar os esclarecimentos que entender necessários sobre qualquer matéria;
- XII. deliberar sobre a outorga de opção de compra ou subscrição de ações a seus administradores e empregados, assim como aos administradores e empregados de outras sociedades que sejam controladas direta ou indiretamente pela Companhia, sem direito de preferência para os acionistas nos termos de planos aprovados em Assembleia Geral;
- XIII. aprovar quaisquer das seguintes operações ou contratações quando ultrapassarem os limites de alçada da Diretoria definidos pelo Conselho de Administração em ata própria: (i) endividamentos, incluindo a emissão de quaisquer instrumentos de crédito para a captação de recursos, sejam "bonds", "comercial papers" ou outros de uso comum no mercado; (ii) realização de investimentos, despesas de capital (CAPEX) ou despesas operacionais; (iii) aquisição, transferência ou desinvestimento de ativos relevantes, (iv) aprovar a aquisição, alienação ou oneração de bens integrantes do ativo não-circulante da Companhia ou de suas Controladas; (v) aprovar a outorga de garantias de qualquer natureza pela Companhia dada a terceiros, seja em benefício da própria Companhia ou não, exceto conforme previsto no item (XXII) abaixo, cujas outorgas serão obrigatoriamente objeto de aprovação pelo Conselho de Administração; e (vi) aprovar a concessão de qualquer mútuo ou financiamento pela Companhia ou por qualquer de suas Controladas;
- XIV. aprovar a transferência, a qualquer título, ou constituição de ônus ou gravame, sob qualquer forma, sobre direito de propriedade intelectual pertencente à Companhia, bem como aprovar, exceto se já previsto no orçamento anual, o licenciamento de direitos de propriedade intelectual ou de direito de autor ou de *software* da Companhia;
- XV. aprovar a implementação de qualquer planejamento tributário ou adesão a qualquer programa de financiamento de débitos tributários;
- XVI. aprovar a implantação ou descontinuidade de qualquer unidade de negócio ou atividade da Companhia inerente ao seu objeto social;
- XVII. aprovar (i) a participação da Companhia ou de qualquer de suas Controladas, direta ou indiretamente, no capital social de outra sociedade ou pessoa, (ii) a constituição de sociedades, associações, joint ventures envolvendo a Companhia ou qualquer de suas

DS EM DS FO

DS FA

DS UR DS VM

DS RMS DS

- Controladas com terceiros, (iii) a celebração de qualquer novo acordo de acionistas ou de sócios relativos às sociedades em que a Companhia participe, direta ou indiretamente, por meio de qualquer sociedade Controlada, ou (iv) alteração de qualquer dos acordos de acionistas ou de sócios existentes;
- XVIII. deliberar sobre a negociação com ações de emissão da Companhia para efeito de cancelamento ou permanência em tesouraria e respectiva alienação, observados os dispositivos legais pertinentes;
- XIX. autorizar a emissão de ações da Companhia, nos limites autorizados no Artigo 5º deste Estatuto Social, fixando o número, o preço, o prazo de integralização e as condições de emissão das ações, podendo, ainda, excluir o direito de preferência ou reduzir o prazo mínimo para o seu exercício nas emissões de ações, bônus de subscrição e debêntures conversíveis, cuja colocação seja feita mediante venda em bolsa ou por subscrição pública ou mediante permuta por ações em oferta pública para aquisição de controle, nos termos estabelecidos em lei;
- XX. dentro do limite do capital autorizado, conforme previsto neste Estatuto Social, (i) deliberar a emissão de bônus de subscrição e de debêntures conversíveis; (ii) de acordo com o plano aprovado pela Assembleia Geral, deliberar a outorga de opção de compra de ações aos administradores, empregados e pessoas naturais prestadoras de serviços da Companhia ou de suas controladas, com exclusão do direito de preferência dos acionistas na outorga e no exercício das opções de compra; e (iii) aprovar aumento do capital social mediante a capitalização de lucros ou reservas, com ou sem bonificação em ações;
- XXI. deliberar sobre a emissão de notas promissórias comerciais privadas e/ou para oferta pública de distribuição;
- XXII. aprovar a concessão de garantias de qualquer natureza em favor dos acionistas, de empregados, administradores, membros dos Comitês, membros do Conselho Fiscal da Companhia, bem como das respectivas partes relacionadas;
- XXIII. aprovar a realização de qualquer negócio, inclusive a celebração de contratos, entre a Companhia, de um lado, e os acionistas, os administradores, membros dos Comitês, membros do Conselho Fiscal, empregados da Companhia ou partes relacionadas de tais pessoas, de outro lado, bem como a modificação das condições de tal negócio;
- XXIV. manifestar-se favorável ou contrariamente a respeito de qualquer oferta pública de aquisição de ações que tenha por objeto as ações de emissão da Companhia, por meio de parecer prévio fundamentado, divulgado em até 15 (quinze) dias da publicação do edital da oferta pública de aquisição de ações, que deverá abordar, no mínimo (a) a conveniência e oportunidade da oferta pública de aquisição de ações quanto ao interesse da Companhia e do conjunto dos acionistas, inclusive em relação ao preço e aos potenciais impactos para a liquidez das ações; (b) os planos estratégicos divulgados pelo ofertante em relação à Companhia; (c) alternativas à aceitação da oferta pública de aquisição disponíveis no

DS  
EM

DS  
FO

DS  
FA

DS  
UR

DS  
M

DS  
RMS

DS  
↙

mercado; (d) o valor econômico da Companhia e (e) outros pontos que o Conselho de Administração considerar pertinentes, bem como as informações exigidas pelas regras aplicáveis estabelecidas pela CVM; e

- XXV. decidir sobre qualquer matéria que venha a ser solicitada por ao menos 2 (dois) conselheiros, exceto por materiais cuja competência seja exclusiva da Assembleia Geral ou da Diretoria nos termos deste Estatuto Social, dos Acordos de Acionistas Vigentes ou da legislação aplicável.

**Parágrafo Único.** As deliberações do Conselho de Administração serão tomadas por maioria dos votos dos membros do Conselho de Administração presentes na reunião, não se computando os votos em branco e as abstenções, ressalvadas as exceções previstas em lei, no regimento interno do Conselho de Administração, e neste Estatuto Social.

**Artigo 18.** O presidente e vice-presidente do Conselho de Administração não terão a prerrogativa de voto de desempate. Na ausência temporária ou definitiva do presidente, seja por qualquer motivo, o vice-presidente sub-rogar-se-á nas suas funções até o retorno ou substituição do presidente ausente, nos termos dos Acordos de Acionistas Vigentes.

DS  
EM DS  
FO

**Parágrafo Único.** As funções e competências do presidente do Conselho de Administração serão primordialmente as seguintes:

DS  
FA

- I. Organizar a agenda e as reuniões do Conselho de Administração;
- II. Presidir as reuniões do Conselho de Administração;
- III. Convocar as assembleias gerais na forma prevista neste Estatuto Social e na Lei das Sociedades por Ações; e
- IV. Representar o Conselho de Administração perante os acionistas e a Diretoria.

DS  
UR DS  
M

DS  
RMS DS  
✓

### Seção III Diretoria

**Artigo 19.** A Diretoria da Companhia será composta por no mínimo 2 (dois) e no máximo 6 (seis) membros, sendo um deles nomeado como Diretor Presidente, um Diretor de Relações com Investidores e os demais Diretores sem designação específica.

**Parágrafo 1º.** Os Diretores serão eleitos e destituídos, a qualquer tempo, pelo Conselho de Administração da Companhia.

**Parágrafo 2º.** O mandato dos membros da Diretoria será unificado e terá prazo de 2 (dois) anos, sendo admitida a reeleição.

**Artigo 20.** Compete ao Diretor a quem forem atribuídas as funções de Relações com Investidores, além de outras atribuições definidas pelo Conselho de Administração, a prestação de informações

aos investidores, à CVM e à B3, bem como manter atualizado o registro, formulários, cadastros e demais documentações societárias exigidas da Companhia em conformidade com a regulamentação aplicável da CVM e de outros órgãos reguladores ou autorreguladores.

**Artigo 21.** Aos Diretores compete administrar e exclusivamente representar ativa e passivamente a Companhia, com poderes para obrigá-la em quaisquer atos e contratos de seu interesse, podendo transigir e renunciar direitos e adquirir, alienar e onerar bens, conforme segue:

**Parágrafo 1º.** Ressalvadas as exceções previstas expressamente neste Estatuto, a Companhia só se obriga mediante assinaturas, em conjunto, de no mínimo 02 (dois) Diretores, sendo certo que para atos que gerem obrigação pecuniária para a Companhia em valor superior a R\$ 300.000,00 (trezentos mil reais) um dos Diretores deverá ser obrigatoriamente o Diretor Presidente ou Diretor de Relações com Investidores.

**Parágrafo 2º.** A Companhia poderá ser representada também por no mínimo 01 (um) Diretor em conjunto com (01) um Procurador ou por, no mínimo, 02 (dois) Procuradores, em conjunto especialmente constituídos por 02 (dois) Diretores, conforme descrito no Parágrafo 1º acima devendo no documento de mandato constar os poderes específicos e os atos aos quais os Procuradores poderão praticar e o respectivo prazo.

DS  
EM

DS  
FO

**Parágrafo 3º.** A Companhia poderá, ainda, ser representada isoladamente por qualquer membro da Diretoria ou por Procurador com poderes específico, nos seguintes casos:

DS  
FA

- I. Mandatos com cláusula "ad judicium" para processos judiciais que não envolvam valor superior a R\$ 100.000,00 (cem mil reais), hipótese em que a procuração poderá ter prazo indeterminado e ser substabelecida;
- II. Representação da Companhia em atos de mera rotina, que não gerem qualquer obrigação pecuniária para a Companhia;
- III. Perante órgãos e repartições públicas, desde que não implique na assunção de responsabilidades e/ou obrigações para a Companhia;
- IV. Em depoimentos judiciais; e
- V. Perante entidades certificadoras para obtenção de certificados digitais.

DS  
UR

DS  
M

DS  
RMS

DS  
✓

**Artigo 22.** Qualquer ato estranho ao objeto social e aos negócios da Companhia praticados por acionistas, administradores, procuradores ou empregados da Companhia, como, por exemplos, avais, fianças, endossos e outras garantias, são expressamente proibidos e deverão ser ineficazes perante a Companhia e terceiros, exceto se prévia e expressamente autorizado nos termos deste Estatuto Social e dos Acordos de Acionistas Vigentes.

**Artigo 23.** A Diretoria reunir-se-á sempre que necessário, em virtude de convocação efetuada pelo Diretor Presidente, pelo Diretor de Relações com Investidores ou por quaisquer 2 (dois) Diretores,

mediante aviso escrito com antecedência mínima de 3 (três) dias úteis, no qual conste a ordem do dia, data, hora e local da reunião, entregue pessoalmente ou através de correio eletrônico.

**Parágrafo 1º.** Instalar-se-ão as reuniões de diretoria, quando houver a presença da maioria dos Diretores da Companhia, sendo imprescindível a presença do Diretor Presidente e do Diretor de Relações com Investidores. As reuniões da Diretoria serão presididas pelo Diretor indicado entre os presentes.

**Parágrafo 2º.** As deliberações da Diretoria constarão em atas lavradas no livro próprio e serão tomadas por maioria de votos dos membros eleitos e empossadas da Diretoria. Em caso de impasse, matéria em discussão será levada para deliberação do Conselho de Administração da Companhia, observadas as regras previstas nos Acordos de Acionistas Vigentes.

**CAPÍTULO V**  
**ORGAOS AUXILIARES DA ADMINISTRAÇÃO**

**Seção I**  
**Comitê de Auditoria e Riscos**

DS  
EM

DS  
FO

**Artigo 24.** O Comitê de Auditoria e Riscos, órgão de assessoramento vinculado ao Conselho de Administração, é composto por, no mínimo, 3 (três) membros, sendo que ao menos 1 (um) é conselheiro independente, e ao menos 1 (um) deve ter reconhecida experiência em assuntos de contabilidade societária.

DS  
FA

**Parágrafo 1º.** O mesmo membro do Comitê de Auditoria e Riscos pode acumular ambas as características referidas no caput.

DS  
UR

DS  
M

**Parágrafo 2º.** As atividades do coordenador do Comitê de Auditoria e Riscos estão definidas em seu regimento interno, aprovado pelo Conselho de Administração.

**Artigo 25.** Compete ao Comitê de Auditoria e Riscos, entre outras matérias:

DS  
RMS

DS  
✓

- I. opinar sobre a contratação e destituição dos serviços de auditoria independente;
- II. avaliar as informações trimestrais, demonstrações intermediárias e demonstrações financeiras;
- III. acompanhar as atividades da auditoria interna e da área de controles internos da Companhia;
- IV. avaliar e monitorar as exposições de risco da Companhia;
- V. avaliar, monitorar, e recomendar à administração a correção ou aprimoramento das políticas internas da Companhia, incluindo a política de transações entre partes relacionadas; e

- VI. possuir meios para recepção e tratamento de informações acerca do descumprimento de dispositivos legais e normativos aplicáveis à Companhia, além de regulamentos e códigos internos, inclusive com previsão de procedimentos específicos para proteção do prestador e da confidencialidade da informação.

## Seção II

### Comitê de Finanças e Comitê de Pessoas

**Artigo 26.** A Companhia terá um Comitê de Finanças e um Comitê de Pessoas (“Comitês”), que serão órgãos estatutários e de funcionamento permanente, sendo que os membros dos Comitês poderão ser quaisquer pessoas físicas que preencham os requisitos de elegibilidade de membro do Conselho de Administração previstos na Lei de Sociedade por Ações, inclusive empregados ou administradores da Companhia e das sociedades controladas.

**Parágrafo 1º.** Os membros dos Comitês serão eleitos e destituídos pelo Conselho de Administração.

**Parágrafo 2º.** O prazo de mandato dos membros dos Comitês será de 2 (dois) anos, devendo ser unificado com o mandato dos membros do Conselho de Administração.

DS  
EM

DS  
FO

**Parágrafo 3º.** Os membros dos Comitês serão investidos em seus cargos mediante assinatura de termo de posse, conforme previsto nos Acordos de Acionistas Vigente.

DS  
FA

**Artigo 27.** O Comitê de Finanças terá como função analisar e opinar:

- I. A rentabilidade dos negócios da Companhia, bem como qualquer outro aspecto financeiro da Companhia para preparar propostas para o Conselho de Administração; e
- II. As questões relevantes para a Companhia de cunho contábil, financeiro e tributário, para formular recomendações para o Conselho de Administração.

DS  
UR

DS  
M

**Artigo 28.** O Comitê de Pessoas terá como função analisar e opinar sobre:

DS  
RMS

DS  
↙

- I. As estratégias e políticas de recursos humanos;
- II. A sucessão de diretores e empregados chaves;
- III. Planos de remuneração, fixa e variável e benefícios dos empregados e administradores da Companhia, inclusive os planos de remuneração com base em ações ou performance;
- IV. Os planos de remuneração de cargos e salário; e
- V. O processo seletivo e de contratação de executivos e empregados, bem como participar da contratação de empregados chaves da Companhia.

## CAPÍTULO VI

**CONSELHO FISCAL**

**Artigo 29.** O Conselho Fiscal funcionará de modo não permanente, com os poderes e atribuições a ele conferidos por lei, e somente será instalado por deliberação da Assembleia Geral, ou a pedido dos acionistas, nas hipóteses previstas em lei.

**Artigo 30.** Quando instalado, o Conselho Fiscal será composto de 3 (três) membros efetivos e suplentes em igual número, acionistas ou não, eleitos e destituíveis a qualquer tempo pela Assembleia Geral.

**CAPÍTULO VII**  
**EXERCÍCIO SOCIAL E LUCROS**

**Artigo 31.** O exercício social iniciar-se-á no dia 1º de janeiro de cada ano e terminará no dia 31 de dezembro do mesmo ano. Ao final de cada exercício social, serão levantadas pela administração da Companhia as demonstrações financeiras exigidas pela legislação aplicável.

**Parágrafo Único.** As demonstrações financeiras da Companhia serão preparadas de acordo com os princípios contábeis aceitos no Brasil e a legislação aplicável, devendo as mesmas serem auditadas por firma de auditores independentes selecionada pelo Conselho de Administração da Companhia.

**Artigo 32.** Juntamente com as demonstrações financeiras do exercício, o Conselho de Administração apresentará à Assembleia Geral Ordinária proposta sobre a destinação do lucro líquido do exercício, calculado após a dedução das participações referidas no artigo 190 da Lei das Sociedades por Ações ajustado para fins do cálculo de dividendos nos termos do artigo 202 da mesma lei, observada a seguinte ordem de dedução:

- I. 5% (cinco por cento), no mínimo, para a reserva legal, até atingir 20% (vinte por cento) do capital social. No exercício em que o saldo da reserva legal acrescido dos montantes das reservas de capital exceder a 30% (trinta por cento) do capital social, não será obrigatória a destinação de parte do lucro líquido do exercício para a reserva legal;
- II. a parcela necessária ao pagamento de um dividendo obrigatório não poderá ser inferior, em cada exercício, a 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido anual ajustado;
- III. no exercício em que o montante do dividendo obrigatório ultrapassar a parcela realizada do lucro do exercício, a Assembleia Geral poderá, por proposta do Conselho de Administração, destinar o excesso à constituição de reserva de lucros a realizar, observado o disposto no artigo 197 da Lei das Sociedades por Ações;
- IV. uma parcela, por proposta do Conselho de Administração à Assembleia Geral, poderá ser retida com base em orçamento de capital previamente aprovado, nos termos do artigo 196 da Lei das Sociedades por Ações; e

DS  
EM

DS  
FO

DS  
FA

DS  
UR

DS  
M

DS  
RMS

DS  
/

- V. a Companhia manterá a reserva de lucros estatutária denominada “Reserva de Expansão”, que terá por fim financiar a expansão das atividades da Companhia e/ou de suas empresas controladas e coligadas, inclusive por meio da subscrição de aumentos de capital ou criação de novos empreendimentos, a qual será formada com até 100% (cem por cento) do lucro líquido que remanescer após as deduções legais e estatutárias e cujo saldo, somado aos saldos das demais reservas de lucros, excetuadas a reserva de lucros a realizar, incentivos fiscais e a reserva para contingências, não poderá ultrapassar 100% (cem por cento) do capital social da Companhia.

**Parágrafo 1º.** O saldo remanescente dos lucros, se houver, terá a destinação que a Assembleia Geral determinar, sendo que qualquer retenção de lucros do exercício pela Companhia deverá ser obrigatoriamente acompanhada de proposta orçamentária previamente aprovada pelo Conselho de Administração. Caso o saldo das reservas de lucros ultrapasse o capital social, a Assembleia Geral deliberará sobre a aplicação do excesso na integralização ou no aumento do capital social ou, ainda, na distribuição de dividendos aos acionistas.

**Parágrafo 2º.** A Companhia poderá levantar balanços semestrais, trimestrais ou em períodos menores e, por deliberação da Assembleia Geral, declarar dividendos à conta do lucro apurados nesses balanços, bem como declarar dividendos intermediários ou intercalares à conta de lucros acumulados ou reservas constantes do último balanço anual ou semestral, obedecidos os limites legais.

**Parágrafo 3º.** A Companhia poderá pagar juros sobre o capital próprio, na forma e nos limites de legislação aplicável, respeitadas as disposições dos Acordos de Acionistas Vigentes.

**Parágrafo 4º.** Os dividendos intercalares e intermediários e os juros sobre o capital próprio declarados em cada exercício social serão computados, por seu valor líquido, para satisfação do dividendo obrigatório do exercício social em que forem distribuídos e serão creditados como antecipação do dividendo obrigatório.

**Parágrafo 5º.** A Assembleia Geral poderá deliberar a capitalização de reservas de lucros ou de capital, inclusive as instituídas em balanços intermediários, observada a legislação aplicável.

**Parágrafo 6º.** Os dividendos não recebidos ou reclamados prescreverão no prazo de 3 (três) anos, contados da data em que tenham sido postos à disposição do acionista, e reverterão em favor da Companhia.

## CAPÍTULO VIII LIQUIDAÇÃO

**Artigo 33.** A Companhia se dissolverá e entrará em liquidação nos casos previstos na Lei das Sociedades por Ações, pelo modo que for estabelecido pela Assembleia Geral, a qual designará os liquidantes que devam funcionar durante o período da liquidação, ou nos demais casos previstos em lei.

**Parágrafo Único.** A Assembleia Geral, se assim solicitado pelos acionistas representantes do número mínimo fixado em lei, elegerá o Conselho Fiscal da Companhia para o período da liquidação.

**CAPÍTULO IX**  
**ALIENAÇÃO DE CONTROLE**

**Artigo 34.** A alienação direta ou indireta de controle da Companhia, tanto por meio de uma única operação, como por meio de operações sucessivas, deverá ser contratada sob a condição de que o adquirente do controle se obrigue a realizar OPA tendo por objeto as ações de emissão da Companhia de titularidade dos demais acionistas, observadas as condições e os prazos previstos na legislação e na regulamentação em vigor e no Regulamento do Novo Mercado, de forma a lhes assegurar tratamento igualitário àquele dado ao alienante.

**Parágrafo 1º.** Em caso de alienação indireta do controle, o adquirente deve divulgar o valor atribuído à Companhia para os efeitos do preço da OPA, bem como divulgar a demonstração justificada desse valor.

**Parágrafo 2º.** Para os fins deste artigo, entende-se por “controle” e seus termos correlatos o poder efetivamente utilizado por acionista de dirigir as atividades sociais e orientar o funcionamento dos órgãos da Companhia, de forma direta ou indireta, de fato ou de direito, independentemente da participação acionária detida.

DS EM DS FO  
DS FA

**CAPÍTULO X**  
**REORGANIZAÇÃO SOCIETÁRIA**

**Artigo 35.** Na hipótese de reorganização societária que envolva a transferência da base acionária da Companhia, as sociedades resultantes devem pleitear o ingresso no Novo Mercado em até 120 (cento e vinte) dias da data da Assembleia Geral que deliberou a referida reorganização.

**Parágrafo Único.** Caso a reorganização envolva sociedades resultantes que não pretendam pleitear o ingresso no Novo Mercado, a maioria dos titulares das Ações em Circulação da Companhia presentes na Assembleia Geral que deliberará sobre a referida reorganização deverão dar anuência a essa estrutura.

DS UR DS M  
DS RMS DS

**CAPÍTULO XI**  
**SAÍDA VOLUNTÁRIA DO NOVO MERCADO**

**Artigo 36.** Sem prejuízo do disposto no Regulamento do Novo Mercado, a saída voluntária do Novo Mercado deverá ser precedida de OPA que observe os procedimentos previstos na regulamentação editada pela CVM sobre OPA para cancelamento de registro de companhia aberta e os seguintes requisitos: (i) o preço ofertado deve ser justo, sendo possível, o pedido de nova avaliação da Companhia na forma estabelecida na Lei das Sociedades por Ações; (ii) acionistas titulares de mais de 1/3 (um terço) das Ações em Circulação deverão aceitar a OPA ou concordar expressamente com a saída do referido segmento sem a efetivação de alienação das ações.

**Parágrafo Único.** A saída voluntária do Novo Mercado pode ocorrer independentemente da realização de oferta pública mencionada neste artigo, na hipótese de dispensa aprovada em Assembleia Geral, nos termos do Regulamento do Novo Mercado.

**CAPÍTULO XII**  
**ACORDO DE ACIONISTAS**

**Artigo 37.** Os Acordos de Acionistas deverão ser observados pela Companhia, conforme disposto no artigo 118 da Lei de Sociedades por Ações.

**Parágrafo Único.** Os administradores da Companhia zelarão pela observância dos Acordos de Acionistas e o Presidente da Assembleia Geral ou do Conselho de Administração, conforme o caso, deverá declarar a invalidade do voto proferido em contrariedade com as suas disposições.

**CAPÍTULO XIII**  
**RESOLUÇÃO DE CONTROVÉRSIAS**

**Artigo 38.** A Companhia, seus acionistas, administradores, membros do conselho fiscal, efetivos e suplentes, se houver, obrigam-se a resolver, por meio de arbitragem, perante a Câmara de Arbitragem do Mercado, na forma de seu regulamento, qualquer controvérsia que possa surgir entre eles, relacionada com ou oriunda da sua condição de emissor, acionistas, administradores, e membros do conselho fiscal, em especial, decorrentes das disposições contidas na Lei nº 6.385/76, na Lei das Sociedades por Ações, no estatuto social da Companhia, nas normas editadas pelo Conselho Monetário Nacional, pelo Banco Central do Brasil e pela Comissão de Valores Mobiliários, bem como nas demais normas aplicáveis ao funcionamento do mercado de capitais em geral, além daquelas constantes do Regulamento do Novo Mercado, dos demais regulamentos da B3 e do Contrato de Participação no Novo Mercado.

**Parágrafo 1º.** Sem prejuízo da validade desta cláusula arbitral, o requerimento de medidas de urgência pelas partes ao Poder Judiciário, quando aplicável, obedecerá às previsões do Regulamento de Arbitragem da Câmara de Arbitragem do Mercado.

**Parágrafo 2º.** A posse dos administradores e dos membros do Conselho Fiscal, efetivos e suplentes, fica condicionada à assinatura de termo de posse, que deve contemplar sua sujeição à cláusula compromissória referida no caput deste artigo.

**CAPÍTULO XIV**  
**DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS**

**Artigo 39.** As disposições contidas nos Capítulos IX, X e XI, bem como as demais regras referentes ao Regulamento do Novo Mercado constantes deste Estatuto Social (incluindo a vedação de acumulação dos cargos de Presidente do Conselho de Administração e de Diretor-Presidente ou principal executivo da Companhia), somente terão eficácia a partir da data da publicação do anúncio de início da oferta pública inicial de ações de emissão da Companhia.

DS EM DS FO  
DS FA  
DS UR DS M  
DS RMS DS

**Artigo 40.** Os casos omissos no presente Estatuto Social serão resolvidos pela Assembleia Geral e regulados de acordo com as disposições da Lei das Sociedades por Ações, observado o previsto no Regulamento do Novo Mercado.

<sup>DS</sup> EM <sup>DS</sup> FO

<sup>DS</sup> FA

<sup>DS</sup> LR <sup>DS</sup> [Handwritten Signature]

<sup>DS</sup> RMS <sup>DS</sup> [Handwritten Signature]



**Certificado de Conclusão**

Identificação de envelope: B2A79A5A063E4559B4373A917A7BEB48	Status: Concluído
Assunto: DocuSign: Wine_AGE_08_26_2020_Estatuto_e_outros.docx	
Origem do Envelope:	
Qtde Págs Documento: 26	Assinaturas: 8
Qtde Págs Certificado: 10	Rubrica: 175
Assinatura guiada: Ativado	Remetente do envelope:
Selo com ID do Envelope: Ativado	Fernanda Pinheiro Medeiros de Castro
Fuso horário: (UTC-03:00) Brasília	Rua Comendador Alcides Simão Helou, nº 1565, Sala 01 Civit II Serra, ES 29.168-090 fernandamedeiros@wine.com.br Endereço IP: 189.23.221.102

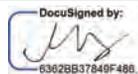
**Rastreamento de registros**

Status: Original 26-ago-20   18:18	Portador: Fernanda Pinheiro Medeiros de Castro fernandamedeiros@wine.com.br	Local: DocuSign
---------------------------------------	--	-----------------

**Eventos de Signatários**

Eduardo Melzer  
eduardo@ebcapital.com.br  
Nível de Segurança: E-mail, Autenticação da conta (Nenhuma)

**Assinatura**



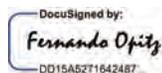
Adoção de assinatura: Desenhado no dispositivo  
Usando endereço IP: 191.12.40.32  
Assinado com o uso do celular

**Data/Hora**

Enviado: 26-ago-20 | 18:33  
Visualizado: 26-ago-20 | 21:07  
Assinado: 26-ago-20 | 21:07

**Termos de Assinatura e Registro Eletrônico:**  
Aceito: 26-ago-20 | 21:07  
ID: 98e62869-4824-4002-a819-51b5d961ebbc

Fernando Opitz  
opitzfer@gmail.com  
Nível de Segurança: E-mail, Autenticação da conta (Nenhuma)

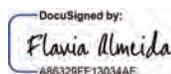


Adoção de assinatura: Estilo pré-selecionado  
Usando endereço IP: 177.70.148.143

Enviado: 26-ago-20 | 18:33  
Reenviado: 27-ago-20 | 10:35  
Visualizado: 27-ago-20 | 17:14  
Assinado: 28-ago-20 | 00:45

**Termos de Assinatura e Registro Eletrônico:**  
Aceito: 28-ago-20 | 00:43  
ID: 0626795a-505e-4011-aa5b-ba7369bea644

Flávia Almeida  
falmeida@peninsulapart.com.br  
Nível de Segurança: E-mail, Autenticação da conta (Nenhuma)

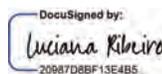


Adoção de assinatura: Estilo pré-selecionado  
Usando endereço IP: 191.254.88.203

Enviado: 26-ago-20 | 18:33  
Reenviado: 27-ago-20 | 10:35  
Visualizado: 27-ago-20 | 20:59  
Assinado: 27-ago-20 | 21:00

**Termos de Assinatura e Registro Eletrônico:**  
Aceito: 15-jun-20 | 14:39  
ID: 78bc8d2a-bde6-427d-8767-b0f6b95814eb

Luciana Ribeiro  
luciana@ebcapital.com.br  
Nível de Segurança: E-mail, Autenticação da conta (Nenhuma)



Adoção de assinatura: Estilo pré-selecionado  
Usando endereço IP: 201.1.170.54

Enviado: 26-ago-20 | 18:33  
Reenviado: 27-ago-20 | 10:35  
Visualizado: 27-ago-20 | 10:56  
Assinado: 27-ago-20 | 10:57

**Termos de Assinatura e Registro Eletrônico:**

Eventos de Signatários	Assinatura	Data/Hora
------------------------	------------	-----------

<p>Aceito: 27-ago-20   10:56 ID: 16f04053-0c0a-45a3-96e2-4aff24b68633</p> <p>Marcelo D'Arienzo marcelo@wine.com.br CEO Nível de Segurança: E-mail, Autenticação da conta (Nenhuma)</p>	 <p>Adoção de assinatura: Estilo pré-selecionado Usando endereço IP: 201.95.131.240</p>	<p>Enviado: 26-ago-20   18:33 Reenviado: 27-ago-20   10:35 Visualizado: 27-ago-20   11:43 Assinado: 27-ago-20   11:43</p>
--	--	---

**Termos de Assinatura e Registro Eletrônico:**

<p>Aceito: 14-mai-19   17:23 ID: af117d60-94eb-4d46-8b48-c49d701e69fc</p> <p>Rogério Muniz Salume rogerio@wine.com.br Rogério Salume CEO Nível de Segurança: E-mail, Autenticação da conta (Nenhuma)</p>	 <p>Adoção de assinatura: Estilo pré-selecionado Usando endereço IP: 189.50.3.197 Assinado com o uso do celular</p>	<p>Enviado: 26-ago-20   18:33 Visualizado: 26-ago-20   19:26 Assinado: 26-ago-20   23:10</p>
--	--	--

**Termos de Assinatura e Registro Eletrônico:**

<p>Aceito: 18-mar-19   03:28 ID: 335c909e-cf0d-46ff-b5c1-b212d0d2dad8</p> <p>Walter Vannini walter.vannini@o3capital.com.br Nível de Segurança: E-mail, Autenticação da conta (Nenhuma)</p>	 <p>Adoção de assinatura: Estilo pré-selecionado Usando endereço IP: 189.120.72.134 Assinado com o uso do celular</p>	<p>Enviado: 26-ago-20   18:33 Reenviado: 27-ago-20   10:35 Visualizado: 27-ago-20   22:21 Assinado: 27-ago-20   22:22</p>
---	--	---

**Termos de Assinatura e Registro Eletrônico:**

Aceito: 27-ago-20 | 22:21  
ID: ac21c96b-d388-4e6d-b861-a27994a924e3

Eventos de Signatários Presenciais	Assinatura	Data/Hora
------------------------------------	------------	-----------

Eventos de Editores	Status	Data/Hora
---------------------	--------	-----------

Eventos de Agentes	Status	Data/Hora
--------------------	--------	-----------

Eventos de Destinatários Intermediários	Status	Data/Hora
---	--------	-----------

Eventos de entrega certificados	Status	Data/Hora
---------------------------------	--------	-----------

Eventos de cópia	Status	Data/Hora
------------------	--------	-----------

<p>Priscila Martina Figueiredo A. Martins priscilamartins@wine.com.br Nível de Segurança: E-mail, Autenticação da conta (Nenhuma)</p> <p><b>Termos de Assinatura e Registro Eletrônico:</b> Aceito: 03-abr-19   10:54 ID: 58cb8952-71c6-4553-8f12-8fc7b4935f81</p>	<p><b>Copiado</b></p>	<p>Enviado: 28-ago-20   00:45</p>
<p>Stephanie Shao Ni Ng stephanie.ng@peninsulapart.com.br Nível de Segurança: E-mail, Autenticação da conta (Nenhuma)</p> <p><b>Termos de Assinatura e Registro Eletrônico:</b></p>	<p><b>Copiado</b></p>	<p>Enviado: 28-ago-20   00:45</p>

Eventos de cópia	Status	Data/Hora
------------------	--------	-----------

Aceito: 18-ago-20 | 22:32  
ID: 3eebd8a8-dc2b-48d5-a78c-5cf1c13f4067

Natasha Vilela  
natasha.vilela@peninsulapart.com.br

**Copiado**

Enviado: 28-ago-20 | 00:45

Advogada

Península Participações S.A.

Nível de Segurança: E-mail, Autenticação da conta  
(Nenhuma)

**Termos de Assinatura e Registro Eletrônico:**

Não disponível através do DocuSign

Eventos com testemunhas	Assinatura	Data/Hora
-------------------------	------------	-----------

Eventos do tabelião	Assinatura	Data/Hora
---------------------	------------	-----------

Eventos de resumo do envelope	Status	Carimbo de data/hora
-------------------------------	--------	----------------------

Envelope enviado	Com hash/criptografado	28-ago-20   00:45
Entrega certificada	Segurança verificada	28-ago-20   00:45
Assinatura concluída	Segurança verificada	28-ago-20   00:45
Concluído	Segurança verificada	28-ago-20   00:45

Eventos de pagamento	Status	Carimbo de data/hora
----------------------	--------	----------------------

**Termos de Assinatura e Registro Eletrônico**

## **CONSENTIMENTO PARA RECEBIMENTO ELETRÔNICO DE REGISTROS ELETRÔNICOS E DIVULGAÇÕES DE ASSINATURA**

### **Registro Eletrônicos e Divulgação de Assinatura**

Periodicamente, a poderá estar legalmente obrigada a fornecer a você determinados avisos ou divulgações por escrito. Estão descritos abaixo os termos e condições para fornecer-lhe tais avisos e divulgações eletronicamente através do sistema de assinatura eletrônica da DocuSign, Inc. (DocuSign). Por favor, leia cuidadosa e minuciosamente as informações abaixo, e se você puder acessar essas informações eletronicamente de forma satisfatória e concordar com estes termos e condições, por favor, confirme seu aceite clicando sobre o botão “Eu concordo” na parte inferior deste documento.

### **Obtenção de cópias impressas**

A qualquer momento, você poderá solicitar de nós uma cópia impressa de qualquer registro fornecido ou disponibilizado eletronicamente por nós a você. Você poderá baixar e imprimir os documentos que lhe enviamos por meio do sistema DocuSign durante e imediatamente após a sessão de assinatura, e se você optar por criar uma conta de usuário DocuSign, você poderá acessá-los por um período de tempo limitado (geralmente 30 dias) após a data do primeiro envio a você. Após esse período, se desejar que enviemos cópias impressas de quaisquer desses documentos do nosso escritório para você, cobraremos de você uma taxa de R\$ 0.00 por página. Você pode solicitar a entrega de tais cópias impressas por nós seguindo o procedimento descrito abaixo.

### **Revogação de seu consentimento**

Se você decidir receber de nós avisos e divulgações eletronicamente, você poderá, a qualquer momento, mudar de ideia e nos informar, posteriormente, que você deseja receber avisos e divulgações apenas em formato impresso. A forma pela qual você deve nos informar da sua decisão de receber futuros avisos e divulgações em formato impresso e revogar seu consentimento para receber avisos e divulgações está descrita abaixo.

### **Consequências da revogação de consentimento**

Se você optar por receber os avisos e divulgações requeridos apenas em formato impresso, isto retardará a velocidade na qual conseguimos completar certos passos em transações que te envolvam e a entrega de serviços a você, pois precisaremos, primeiro, enviar os avisos e divulgações requeridos em formato impresso, e então esperar até recebermos de volta a confirmação de que você recebeu tais avisos e divulgações impressos. Para indicar a nós que você mudou de ideia, você deverá revogar o seu consentimento através do preenchimento do formulário “Revogação de Consentimento” da DocuSign na página de assinatura de um envelope DocuSign, ao invés de assiná-lo. Isto indicará que você revogou seu consentimento para receber avisos e divulgações eletronicamente e você não poderá mais usar o sistema DocuSign para receber de nós, eletronicamente, as notificações e consentimentos necessários ou para assinar eletronicamente documentos enviados por nós.

**Todos os avisos e divulgações serão enviados a você eletronicamente**

A menos que você nos informe o contrário, de acordo com os procedimentos aqui descritos, forneceremos eletronicamente a você, através da sua conta de usuário da DocuSign, todos os avisos, divulgações, autorizações, confirmações e outros documentos necessários que devam ser fornecidos ou disponibilizados a você durante o nosso relacionamento. Para mitigar o risco de você inadvertidamente deixar de receber qualquer aviso ou divulgação, nós preferimos fornecer todos os avisos e divulgações pelo mesmo método e para o mesmo endereço que você nos forneceu. Assim, você poderá receber todas as divulgações e avisos eletronicamente ou em formato impresso, através do correio. Se você não concorda com este processo, informe-nos conforme descrito abaixo. Por favor, veja também o parágrafo imediatamente acima, que descreve as consequências da sua escolha de não receber de nós os avisos e divulgações eletronicamente.

**Como contatar a :**

Você pode nos contatar para informar sobre suas mudanças de como podemos contatá-lo eletronicamente, solicitar cópias impressas de determinadas informações e revogar seu consentimento prévio para receber avisos e divulgações em formato eletrônico, conforme abaixo:

Para nos contatar por e-mail, envie mensagens para:

**Para informar seu novo endereço de e-mail a :**

Para nos informar sobre uma mudança em seu endereço de e-mail, para o qual nós devemos enviar eletronicamente avisos e divulgações, você deverá nos enviar uma mensagem por e-mail para o endereço e informar, no corpo da mensagem: seu endereço de e-mail anterior, seu novo endereço de e-mail. Nós não solicitamos quaisquer outras informações para mudar seu endereço de e-mail.

Adicionalmente, você deverá notificar a DocuSign, Inc para providenciar que o seu novo endereço de e-mail seja refletido em sua conta DocuSign, seguindo o processo para mudança de e-mail no sistema DocuSign.

**Para solicitar cópias impressas a :**

Para solicitar a entrega de cópias impressas de avisos e divulgações previamente fornecidos por nós eletronicamente, você deverá enviar uma mensagem de e-mail para e informar, no corpo da mensagem: seu endereço de e-mail, nome completo, endereço postal no Brasil e número de telefone. Nós cobraremos de você o valor referente às cópias neste momento, se for o caso.

**Para revogar o seu consentimento perante a :**

Para nos informar que não deseja mais receber futuros avisos e divulgações em formato eletrônico, você poderá:

(i) recusar-se a assinar um documento da sua sessão DocuSign, e na página seguinte, assinalar o item indicando a sua intenção de revogar seu consentimento; ou

(ii) enviar uma mensagem de e-mail para e informar, no corpo da mensagem, seu endereço de e-mail, nome completo, endereço postal no Brasil e número de telefone. Nós não precisamos de quaisquer outras informações de você para revogar seu consentimento. Como consequência da revogação de seu consentimento para documentos online, as transações levarão um tempo maior para serem processadas.

**Hardware e software necessários\*\*:**

(i) Sistemas Operacionais: Windows® 2000, Windows® XP, Windows Vista®; Mac OS®

(ii) Navegadores: Versões finais do Internet Explorer® 6.0 ou superior (Windows apenas); Mozilla Firefox 2.0 ou superior (Windows e Mac); Safari™ 3.0 ou superior (Mac apenas)

(iii) Leitores de PDF: Acrobat® ou software similar pode ser exigido para visualizar e imprimir arquivos em PDF.

(iv) Resolução de Tela: Mínimo 800 x 600

(v) Ajustes de Segurança habilitados: Permitir cookies por sessão

\*\* Estes requisitos mínimos estão sujeitos a alterações. No caso de alteração, será solicitado que você aceite novamente a divulgação. Versões experimentais (por ex.: beta) de sistemas operacionais e navegadores não são suportadas.

**Confirmação de seu acesso e consentimento para recebimento de materiais eletronicamente:**

Para confirmar que você pode acessar essa informação eletronicamente, a qual será similar a outros avisos e divulgações eletrônicos que enviaremos futuramente a você, por favor, verifique se foi possível ler esta divulgação eletrônica e que também foi possível imprimir ou salvar eletronicamente esta página para futura referência e acesso; ou que foi possível enviar a presente divulgação e consentimento, via e-mail, para um endereço através do qual seja possível que você o imprima ou salve para futura referência e acesso. Além disso, caso concorde em receber avisos e divulgações exclusivamente em formato eletrônico nos termos e condições descritos acima, por favor, informe-nos clicando sobre o botão “Eu concordo” abaixo.

Ao selecionar o campo “Eu concordo”, eu confirmo que:

(i) Eu posso acessar e ler este documento eletrônico, denominado CONSENTIMENTO PARA RECEBIMENTO ELETRÔNICO DE REGISTRO ELETRÔNICO E DIVULGAÇÃO DE ASSINATURA; e

(ii) Eu posso imprimir ou salvar ou enviar por e-mail esta divulgação para onde posso imprimi-la para futura referência e acesso; e (iii) Até ou a menos que eu notifique a conforme descrito acima, eu consinto em receber exclusivamente em formato eletrônico, todos os avisos, divulgações, autorizações, aceites e outros documentos que devam ser fornecidos ou disponibilizados para mim por durante o curso do meu relacionamento com você

## **ELECTRONIC RECORD AND SIGNATURE DISCLOSURE**

From time to time, W2W E-COMMERCE DE VINHOS S/A - CNPJ: 09.813.204/0001-16 (we, us or Company) may be required by law to provide to you certain written notices or disclosures. Described below are the terms and conditions for providing to you such notices and disclosures electronically through the DocuSign system. Please read the information below carefully and thoroughly, and if you can access this information electronically to your satisfaction and agree to this Electronic Record and Signature Disclosure (ERSD), please confirm your agreement by selecting the check-box next to 'I agree to use electronic records and signatures' before clicking 'CONTINUE' within the DocuSign system.

### **Getting paper copies**

At any time, you may request from us a paper copy of any record provided or made available electronically to you by us. You will have the ability to download and print documents we send to you through the DocuSign system during and immediately after the signing session and, if you elect to create a DocuSign account, you may access the documents for a limited period of time (usually 30 days) after such documents are first sent to you. After such time, if you wish for us to send you paper copies of any such documents from our office to you, you will be charged a \$0.00 per-page fee. You may request delivery of such paper copies from us by following the procedure described below.

### **Withdrawing your consent**

If you decide to receive notices and disclosures from us electronically, you may at any time change your mind and tell us that thereafter you want to receive required notices and disclosures only in paper format. How you must inform us of your decision to receive future notices and disclosure in paper format and withdraw your consent to receive notices and disclosures electronically is described below.

### **Consequences of changing your mind**

If you elect to receive required notices and disclosures only in paper format, it will slow the speed at which we can complete certain steps in transactions with you and delivering services to you because we will need first to send the required notices or disclosures to you in paper format, and then wait until we receive back from you your acknowledgment of your receipt of such paper notices or disclosures. Further, you will no longer be able to use the DocuSign system to receive required notices and consents electronically from us or to sign electronically documents from us.

### **All notices and disclosures will be sent to you electronically**

Unless you tell us otherwise in accordance with the procedures described herein, we will provide electronically to you through the DocuSign system all required notices, disclosures, authorizations, acknowledgements, and other documents that are required to be provided or made available to you during the course of our relationship with you. To reduce the chance of you inadvertently not receiving any notice or disclosure, we prefer to provide all of the required notices and disclosures to you by the same method and to the same address that you have given us. Thus, you can receive all the disclosures and notices electronically or in paper format through the paper mail delivery system. If you do not agree with this process, please let us know as described below. Please also see the paragraph immediately above that describes the consequences of your electing not to receive delivery of the notices and disclosures electronically from us.

**How to contact W2W E-COMMERCE DE VINHOS S/A - CNPJ: 09.813.204/0001-16:**

You may contact us to let us know of your changes as to how we may contact you electronically, to request paper copies of certain information from us, and to withdraw your prior consent to receive notices and disclosures electronically as follows:

To contact us by email send messages to: [rodrigooliveira@wine.com.br](mailto:rodrigooliveira@wine.com.br)

**To advise W2W E-COMMERCE DE VINHOS S/A - CNPJ: 09.813.204/0001-16 of your new email address**

To let us know of a change in your email address where we should send notices and disclosures electronically to you, you must send an email message to us at [rodrigooliveira@wine.com.br](mailto:rodrigooliveira@wine.com.br) and in the body of such request you must state: your previous email address, your new email address. We do not require any other information from you to change your email address.

If you created a DocuSign account, you may update it with your new email address through your account preferences.

**To request paper copies from W2W E-COMMERCE DE VINHOS S/A - CNPJ: 09.813.204/0001-16**

To request delivery from us of paper copies of the notices and disclosures previously provided by us to you electronically, you must send us an email to [rodrigooliveira@wine.com.br](mailto:rodrigooliveira@wine.com.br) and in the body of such request you must state your email address, full name, mailing address, and telephone number. We will bill you for any fees at that time, if any.

**To withdraw your consent with W2W E-COMMERCE DE VINHOS S/A - CNPJ: 09.813.204/0001-16**

To inform us that you no longer wish to receive future notices and disclosures in electronic format you may:

- i. decline to sign a document from within your signing session, and on the subsequent page, select the check-box indicating you wish to withdraw your consent, or you may;
- ii. send us an email to [rodrigooliveira@wine.com.br](mailto:rodrigooliveira@wine.com.br) and in the body of such request you must state your email, full name, mailing address, and telephone number. We do not need any other information from you to withdraw consent.. The consequences of your withdrawing consent for online documents will be that transactions may take a longer time to process..

### **Required hardware and software**

The minimum system requirements for using the DocuSign system may change over time. The current system requirements are found here: <https://support.docusign.com/guides/signer-guide-signing-system-requirements>.

### **Acknowledging your access and consent to receive and sign documents electronically**

To confirm to us that you can access this information electronically, which will be similar to other electronic notices and disclosures that we will provide to you, please confirm that you have read this ERSD, and (i) that you are able to print on paper or electronically save this ERSD for your future reference and access; or (ii) that you are able to email this ERSD to an email address where you will be able to print on paper or save it for your future reference and access. Further, if you consent to receiving notices and disclosures exclusively in electronic format as described herein, then select the check-box next to ‘I agree to use electronic records and signatures’ before clicking ‘CONTINUE’ within the DocuSign system.

By selecting the check-box next to ‘I agree to use electronic records and signatures’, you confirm that:

- You can access and read this Electronic Record and Signature Disclosure; and
- You can print on paper this Electronic Record and Signature Disclosure, or save or send this Electronic Record and Disclosure to a location where you can print it, for future reference and access; and
- Until or unless you notify W2W E-COMMERCE DE VINHOS S/A - CNPJ: 09.813.204/0001-16 as described above, you consent to receive exclusively through electronic means all notices, disclosures, authorizations, acknowledgements, and other documents that are required to be provided or made available to you by W2W E-COMMERCE DE VINHOS S/A - CNPJ: 09.813.204/0001-16 during the course of your relationship with W2W E-COMMERCE DE VINHOS S/A - CNPJ: 09.813.204/0001-16.



## ASSINATURA ELETRÔNICA

Certificamos que o ato da empresa W2W E-COMMERCE DE VINHOS S/A consta assinado digitalmente por:

IDENTIFICAÇÃO DO(S) ASSINANTE(S)	
CPF	Nome
22796237818	MARCELO GIOVANETTI D ARIENZO



CERTIFICO O REGISTRO EM 17/09/2020 16:00 SOB Nº 32300033512.  
PROTOCOLO: 200633163 DE 16/09/2020 12:09.  
CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 12004375548. NIRE: 32300033512.  
W2W E-COMMERCE DE VINHOS S/A

PAULO CEZAR JUFFO  
SECRETÁRIO-GERAL  
VITÓRIA, 17/09/2020  
[www.simplifica.es.gov.br](http://www.simplifica.es.gov.br)

A validade deste documento, se impresso, fica sujeito à comprovação de sua autenticidade nos respectivos portais, informando seus respectivos códigos de verificação.

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

---

**ATA DA REUNIÃO DO COMITÊ DE INVESTIMENTO DO PENÍNSULA , REALIZADA EM 29 DE AGOSTO DE 2020, QUE APROVOU A REALIZAÇÃO DA OFERTA**

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

**PENÍNSULA FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES MULTIESTRATÉGIA –  
INVESTIMENTO NO EXTERIOR  
CNPJ/MF N.º 16.994.226/0001-95**

**ATA DA REUNIÃO DO COMITÊ DE INVESTIMENTO  
REALIZADA EM 29 DE AGOSTO DE 2020**

**DATA, HORÁRIO E LOCAL:** No dia 29 de agosto de 2020, às 10 horas, a reunião do Comitê de Investimento foi realizada via conferência telefônica.

**CONVOCAÇÃO E PRESENCAS:** A convocação foi dispensada devido à presença de todos os membros do Comitê de Investimento do Península Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia – Investimento no Exterior ("Fundo"), nos termos do item 7.4.1 do Regulamento do Fundo ("Regulamento").

**MESA:** Presidente: Flavia Buarque de Almeida; Secretário: Eduardo Pongrácz Rossi.

**ORDEM DO DIA E DELIBERAÇÕES:** Em cumprimento ao disposto no item 7.3, (ii) do Regulamento, os membros do Comitê de Investimento deliberaram e aprovaram, por unanimidade de votos e sem quaisquer ressalvas, **(i)** a realização de desinvestimento parcial na **W2W E-Commerce de Vinhos S.A.**, sociedade anônima, localizada na cidade de Serra, estado do Espírito Santo, na Rua Comendador Alcides Simão Helou, nº 1.565, sala 01, Civit II, CEP 29168-090 ("Companhia Alvo"), em razão da realização de oferta pública de distribuição primária e secundária de ações ordinárias de emissão da Companhia Alvo, no Brasil e com esforços de colocação de ações ordinárias no exterior, de titularidade do Fundo e demais acionistas vendedores, a qual será realizada de acordo com os termos e condições aprovados e a serem aprovados nas assembleias gerais extraordinárias da Companhia Alvo que deliberam pelo lançamento de referida oferta inicial pública; e **(ii)** todos os atos praticados e a serem praticados pela gestora da carteira de investimentos do Fundo, O3 Gestão de Recursos Ltda., com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, n.º 2277, 22º andar, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 09.428.261/0001-81 ("Gestora"), para a efetivação dos instrumentos de desinvestimento, assinatura e celebração dos atos societários da Companhia Alvo, acordos de acionistas, documentos e livros societários da Companhia Alvo.



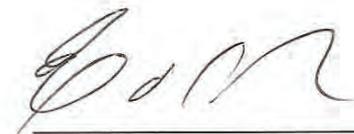
**ENCERRAMENTO:** Não havendo mais nada a ser tratado, a presente reunião foi encerrada e a ata lavrada, a qual foi lida e considerada conforme, foi realizada por todos os presentes.

São Paulo, 29 de agosto de 2020.

**Mesa:**

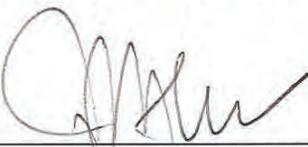


Flavia Buarque de Almeida  
Presidente

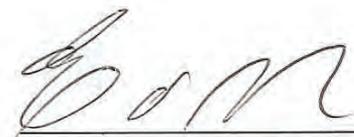


Eduardo Pongrácz Rossi  
Secretário

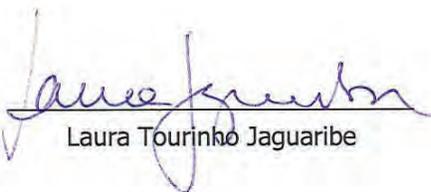
**Membros do Conselho de Investimento:**



Flavia Buarque de Almeida



Eduardo Pongrácz Rossi

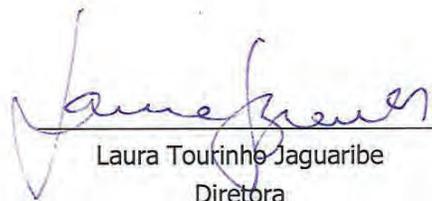


Laura Tourinho Jaguaribe

**Gestora:**



Walter Andre Vannini  
Diretor



Laura Tourinho Jaguaribe  
Diretora

---

**MINUTA DA ATA DA REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA COMPANHIA QUE  
APROVARÁ O PREÇO POR AÇÃO DA OFERTA**

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

**W2W E-COMMERCE DE VINHOS S.A.**

CNPJ/ME nº 09.813.204/0001-16

NIRE 32.300.033.512

**ATA DE REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO**

**REALIZADA EM [=] DE [=] DE 2020**

**1. Data, Horário e Local:** No dia [=] de [=] de 2020, às [=] horas, na sede da **W2W E-Commerce de Vinhos S.A.**, localizada na cidade de Serra, estado do Espírito Santo, na Rua Comendador Alcides Simão Helou, nº 1.565, sala 01, Civit II, CEP 29168-090 (“Companhia”).

**Convocação e Presença:** Dispensadas as formalidades de convocação, considerando a presença da totalidade dos membros do Conselho de Administração da Companhia.

**Mesa:** Presidente: [=]

Secretário: [=]

**Ordem do Dia:** Deliberar sobre: **(i)** fixação e a justificativa do preço de emissão por unidade de ações ordinárias de emissão da Companhia (“Ações”), no âmbito da oferta pública de distribuição primária e secundária de Ações de emissão da Companhia, a ser realizada no Brasil, em mercado de balcão não organizado, com esforços de colocação de Ações no exterior (“Oferta”); **(ii)** aprovação do aumento do capital social da Companhia, dentro do limite do seu capital autorizado, mediante a emissão de novas ações ordinárias a serem emitidas com a exclusão do direito de preferência dos atuais acionistas da Companhia na subscrição das Ações, em conformidade com o disposto no artigo 172, I, da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976 (“Lei das Sociedades por Ações”), e no Artigo [=] do Estatuto Social da Companhia; **(iii)** aprovação da homologação do aumento de capital social da Companhia; **(iv)** aprovação, *ad referendum* da próxima Assembleia Geral da Companhia, a reforma do caput do artigo [=]º do Estatuto Social da Companhia para refletir o aumento de capital social da Companhia; **(v)** aprovação do prospecto definitivo e do *final offering memorandum* a serem utilizados na Oferta; **(vi)** autorização para a Diretoria da Companhia tomar as providências, celebrar todos os documentos e praticar todos os atos necessários para a implementação das deliberações aqui consubstanciadas, bem como a ratificação de atos já praticados para a realização da Oferta; e **(vii)** autorização para a Diretoria da Companhia tomar as medidas necessárias à realização da Oferta e ao cumprimento das deliberações tomadas nesta reunião do conselho de administração.

**Deliberações:** Os membros do Conselho de Administração da Companhia tomaram, por unanimidade, as seguintes deliberações:

- (i) Aprovar a fixação do preço de emissão de R\$ [=] ([=]) reais) por Ação objeto da Oferta (“Preço por Ação”). O Preço por Ação foi fixado após a conclusão do procedimento de coleta de intenções de investimento junto a investidores institucionais, conduzido por instituições integrantes do sistema de distribuição de valores mobiliários junto a investidores institucionais, em conformidade com o disposto no artigo 44 da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários nº 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada (“Coordenador da Oferta”), nos termos do “*Instrumento Particular de Contrato de Coordenação, Colocação e Garantia Firme de Liquidação de Oferta Pública de Distribuição de Ações Ordinárias de Emissão da W2W E-Commerce de Vinhos S.A.*” (“Contrato de Colocação”), e no exterior, pelo Itau BBA USA Securities, Inc., pelo BofA Securities, Inc., pelo BTG Pactual US Capital LLC, XP Investments US e pelo [Banco ABC] (em conjunto, “Agentes de Colocação Internacional”), nos termos do “*Placement Facilitation Agreement*” (“Contrato de Colocação Internacional”), em consonância com o disposto no artigo 23, parágrafo 1º, e no artigo 44 da Instrução CVM 400, de 29 de dezembro de 2003, (“Instrução CVM 400” e “Procedimento de Bookbuilding”, respectivamente), justificando-se a escolha do critério de determinação do Preço por Ação, de acordo com o inciso III, §1º do artigo 170 da Lei da Sociedade por Ações, tendo em vista que tal preço não promoverá diluição injustificada dos atuais acionistas da Companhia e que o valor de mercado das Ações a serem subscritas e/ou adquiridas foi aferido com a realização do Procedimento de *Bookbuilding*, o qual reflete o valor pelo qual os investidores institucionais apresentaram suas ordens de subscrição de Ações no contexto da Oferta;
- (ii) Aprovar em decorrência da deliberação tomada no item (i) acima, o aumento do capital social da Companhia, dentro do limite do seu capital autorizado, no montante de R\$ [=] ([=]) reais), o qual passará de R\$ [=] ([=]) para R\$ [=] ([=]), mediante a emissão de [=] ([=]) de novas ações ordinárias, cada uma no valor de R\$ [=] ([=]) reais), todas nominativas, escriturais e sem valor nominal, que serão objeto da Oferta, passando o capital social da Companhia de [=] ([=]) ações ordinárias, para [=] ([=]) ações ordinárias, com a exclusão do direito de preferência dos atuais acionistas da Companhia na subscrição, em conformidade com o disposto no artigo 172, inciso I, da Lei das Sociedades por Ações, e nos termos do Artigo [=] ([=]) do Estatuto Social da Companhia. Aprovar, ainda, que as novas ações ordinárias emitidas, nos termos da deliberação tomada neste item, terão os mesmos direitos, vantagens e restrições conferidos às demais ações ordinárias da Companhia, nos termos do Estatuto Social da Companhia e da legislação aplicável, fazendo jus ao recebimento integral de dividendos e demais proventos de qualquer natureza que vierem a ser declarados pela Companhia a

partir da publicação do “Anúncio de Início da Oferta Pública de Distribuição Primária e Secundária de Ações Ordinárias da W2W E-Commerce de Vinhos S.A.”;

- (iii) Em face da verificação da subscrição da totalidade das Ações objeto da Oferta, homologar o aumento do capital da Companhia no montante de R\$ [=] ([=] reais), mediante a emissão de [=] ([=]) de novas ações ordinárias, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal;
- (iv) Face à homologação do aumento de capital objeto da deliberação dos itens (ii) e (v) acima, aprovar, ad referendum da próxima Assembleia Geral da Companhia, a reforma do caput do artigo [=]º do Estatuto Social da Companhia para refletir o aumento de capital social da Companhia que passará a vigorar com a seguinte redação:  
  
*“Artigo [=]. O capital social da Companhia, totalmente subscrito e integralizado, é de R\$ [=] ([=]), dividido em [=], ([=]) ações ordinárias, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal.”;*
- (v) Aprovar o prospecto definitivo e o *final offering memorandum* a serem utilizados na Oferta;
- (vi) Autorizar a Diretoria da Companhia a celebrar todos os documentos relacionados à Oferta, incluindo, mas não se limitando ao: **(a)** Contrato de Colocação; **(b)** Contrato de Colocação Internacional; **(c)** “*Instrumento Particular de Contrato de Prestação de Serviços de Estabilização de Preço de Ações Ordinárias de Emissão da W2W E-Commerce de Vinhos S.A.*”; **(d)** “*Contrato de Empréstimo de Ações Ordinárias da W2W E-Commerce de Vinhos S.A.*”; e **(e)** “*Contrato de Prestação de Serviços da B3 – Oferta Pública de Ações – ICVM 400 (Primária e Secundária)*”; que serão devidamente arquivados na sede social da Companhia, bem como a assumir todas as obrigações estabelecidas nos referidos documentos, bem como a ratificar todos os atos já praticados para realização da Oferta; e
- (vii) Autorizar a Diretoria da Companhia a tomar as medidas necessárias à realização da Oferta e ao cumprimento das deliberações tomadas nesta reunião do conselho de administração.

**Encerramento:** Nada mais havendo a ser tratado, foi encerrada a presente reunião, da qual se lavrou a presente ata, na forma de sumário dos fatos ocorridos, que, lida e achada conforme, foi assinada por todos os por todos os membros do Conselho de Administração.

A presente ata é cópia fiel da ata lavrada em livro próprio.

Serra/ES, [ ] de [ ] de 2020.

**Mesa:**

---

[ ]

Presidente

---

[ ]

Secretário

---

**MINUTA DA ATA DA REUNIÃO DO COMITÊ DE INVESTIMENTO DO PENÍNSULA QUE  
APROVARÁ O PREÇO POR AÇÃO DA OFERTA**

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

**PENÍNSULA FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES MULTIESTRATÉGIA  
– INVESTIMENTO NO EXTERIOR  
CNPJ/MF N.º 16.994.226/0001-95**

**ATA DA REUNIÃO DO COMITÊ DE INVESTIMENTO  
REALIZADA EM [=] DE [=] DE 2020**

**DATA, HORÁRIO E LOCAL:** No dia [=] de [=] de 2020, às 10 horas, a reunião do Comitê de Investimento foi realizada via conferência telefônica.

**CONVOCAÇÃO E PRESENCAS:** A convocação foi dispensada devido à presença de todos os membros do Comitê de Investimento do Península Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia – Investimento no Exterior (“Fundo”), nos termos do item 7.4.1 do Regulamento do Fundo (“Regulamento”).

**MESA:** Presidente: Flavia Buarque de Almeida; Secretário: Eduardo Pongrácz Rossi.

**ORDEM DO DIA E DELIBERAÇÕES:** Em cumprimento ao disposto no item 7.3 e subitens do Regulamento, com relação à oferta pública de distribuição primária e secundária de ações ordinárias de emissão da **W2W E-Commerce de Vinhos S.A.**, sociedade anônima, localizada na cidade de Serra, estado do Espírito Santo, na Rua Comendador Alcides Simão Helou, nº 1.565, sala 01, Civit II, CEP 29168-090 (“Companhia Alvo”), no Brasil, e com esforços de colocação de ações ordinárias no exterior (“Oferta”), conforme aprovada em ata de reunião deste Comitê de Investimento em 29 de agosto de 2020, os membros do Comitê de Investimento deliberaram e aprovaram, por unanimidade de votos e sem quaisquer ressalvas, o seguinte:

(i) a venda, pelo Fundo, de [=] ações de emissão da Companhia Alvo de sua titularidade, no âmbito da Oferta, a um preço de colocação de R\$ [=] ([=] reais) por ação (“Preço por Ação”). O Preço por Ação foi fixado após a conclusão do procedimento de coleta de intenções de investimento junto a investidores institucionais, conduzido por instituições

integrantes do sistema de distribuição de valores mobiliários junto a investidores institucionais, em conformidade com o disposto no artigo 44 da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários nº 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada, sob a coordenação do Banco Itaú BBA S.A. ("Coordenador Líder"), Bank of America Merrill Lynch Banco Múltiplo S.A., Banco BTG Pactual S.A., XP Investimentos Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários S.A., os quais, em conjunto, são os "Coordenadores da Oferta", nos termos do "Instrumento Particular de Contrato de Coordenação, Colocação e Garantia Firme de Liquidação de Oferta Pública de Distribuição de Ações Ordinárias de Emissão da W2W E-Commerce de Vinhos S.A." ("Contrato de Colocação"), e no exterior, pelo Itaú BBA USA Securities, Inc., pelo BofA Securities, Inc., pelo BTG Pactual US Capital LLC, XP Investments US e pelo [Banco ABC], nos termos do "Placement Facilitation Agreement" ("Contrato de Colocação Internacional"), em consonância com o disposto no artigo 23, parágrafo 1º, e no artigo 44 da Instrução CVM 400, de 29 de dezembro de 2003, ("Instrução CVM 400" e "Procedimento de Bookbuilding", respectivamente), justificando-se a escolha do critério de determinação do Preço por Ação, de acordo com o inciso III, §1º do artigo 170 da Lei da Sociedade por Ações, tendo em vista que tal preço não promoverá diluição injustificada do Fundo, ou dos atuais acionistas da Companhia, e que o valor de mercado das ações a serem vendidas no âmbito da Oferta foi aferido com a realização do Procedimento de Bookbuilding, o qual reflete o valor pelo qual os investidores institucionais apresentaram suas ordens de subscrição de ações no contexto da Oferta; e

**(ii)** todos os atos praticados e a serem praticados pela gestora da carteira de investimentos do Fundo, O3 Gestão de Recursos Ltda., com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, n.º 2277, 22º andar, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 09.428.261/0001-81 ("Gestora"), para a efetivação dos instrumentos de desinvestimento, assinatura e celebração dos atos societários da Companhia Alvo, documentos e contratos relacionados à Oferta, incluindo, mas não se limitando aos (a) Contrato de Colocação; (b) Contrato de Colocação Internacional; (c) "Instrumento Particular de Contrato de Prestação de Serviços de Estabilização de Preço de Ações Ordinárias de Emissão da W2W E-Commerce de Vinhos S.A."; (d) "Contrato de Empréstimo de Ações Ordinárias da W2W E-Commerce de Vinhos S.A."; e (e) "Contrato de Prestação de Serviços da B3 – Oferta Pública de Ações – ICVM 400 (Primária e Secundária)"; bem

como a ratificar todos os atos já praticados para realização da Oferta.

**ENCERRAMENTO:** Não havendo mais nada a ser tratado, a presente reunião foi encerrada e a ata lavrada, a qual foi lida e considerada conforme, foi realizada por todos os presentes.

São Paulo, [=] de [=] de 2020.

**Mesa:**

---

Flavia Buarque de Almeida  
Presidente

---

Eduardo Pongrácz Rossi  
Secretário

**Membros do Conselho de Investimento:**

---

Flavia Buarque de Almeida

---

Eduardo Pongrácz Rossi

---

Laura Tourinho Jaguaribe

**Gestora:**

---

Walter Andre Vannini  
Diretor

---

Laura Tourinho Jaguaribe  
Diretora

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

---

**DECLARAÇÃO DA COMPANHIA NOS TERMOS DO ARTIGO 56 DA INSTRUÇÃO CVM 400**

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

# WINE

## DECLARAÇÃO

### PARA FINS DO ARTIGO 56 DA INSTRUÇÃO CVM Nº 400/03

**W2W E-Commerce de Vinhos S.A.**, sociedade por ações, com sede na Rua Comendador Alcides Simão Helou, 1.565, Civit II, CEP 29168-090, na cidade de Serra, Estado do Espírito Santo, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Economia sob o nº 09.813.204/0001-16 ("**Companhia**"), neste ato representada, nos termos de seu estatuto social, por **Alexandre Magno da Cruz Oliveira Filho**, brasileiro, separado, administrador, portador da cédula de identidade RG nº 1926145 SSP/DF, inscrito no CPF/ME sob o nº 974.860.941-34, com endereço profissional na Cidade de Serra, Estado do Espírito Santo, na Rua Comendador Alcides Simão Helou, nº 1565, Sala 01, Bairro Civit II, CEP: 29.168-090, e **Marcelo Giovanetti D'Arienzo**, brasileiro, casado, administrador de empresas, portador da Cédula de Identidade RG nº 33.250.167-X SSP/SP, inscrito no CPF/ME sob o nº 227.962.378-18, com endereço profissional na Cidade de Serra, Estado do Espírito Santo, na Rua Comendador Alcides Simão Helou, nº 1565, Sala 01, Bairro Civit II, CEP: 29.168-090, no âmbito da oferta pública de distribuição primária e secundária de ações ordinárias, nominativas, escriturais, sem valor nominal, todas livres e desembaraçadas de quaisquer ônus ou gravames, de emissão da Companhia ("**Ações**") e de titularidade dos acionistas vendedores mencionados no Prospecto Preliminar da Oferta Pública de Distribuição Primária e Secundária de Ações Ordinárias de Emissão da W2W E-Commerce de Vinhos S.A. ("**Acionistas Vendedores**" e "**Prospecto Preliminar**", respectivamente), a ser realizada no Brasil, em mercado de balcão não-organizado, em conformidade com a Instrução da Comissão de Valores Mobiliários ("**CVM**") nº 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada ("**Instrução CVM 400**"), com o "*Código ANBIMA de Regulação e Melhores Práticas para Estruturação, Coordenação e Distribuição de Ofertas Públicas de Valores Mobiliários e Ofertas Públicas de Aquisição de Valores Mobiliários*", atualmente em vigor, e o Regulamento do Novo Mercado da B3 S.A. Brasil, Bolsa, Balcão ("**B3**"), sob coordenação do **Banco Itaú BBA S.A.** ("**Coordenador Líder**"), do **Bank of America Merrill Lynch Banco Múltiplo S.A.** ("**Bank of America**"), do **Banco BTG Pactual S.A.** ("**BTG Pactual**"), da **XP Investimentos Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários S.A.** ("**XP**") e do **Banco ABC Brasil S.A.** ("**Banco ABC**" e, em conjunto com o Coordenador Líder, o Bank of America, o BTG Pactual e a XP, os "**Coordenadores da Oferta**"), autorizados a operar no mercado de capitais brasileiro e credenciados junto à B3, incluindo, ainda, esforços de colocação das Ações no exterior ("**Oferta**"), vem, nos termos do artigo 56 da Instrução CVM 400, expor e declarar o quanto segue.

**CONSIDERANDO QUE:**

# WINE

- (A) a Companhia, os Acionistas Vendedores e os Coordenadores da Oferta constituíram seus respectivos consultores legais para auxiliá-los na implementação da Oferta;
- (B) para tanto, foi efetuada *due diligence* na Companhia, iniciada em agosto de 2020 e que prosseguirá até a data de divulgação do Prospecto Definitivo da Oferta Pública de Distribuição Primária e Secundária de Ações Ordinárias de Emissão da W2W E-Commerce de Vinhos S.A. ("**Prospecto Definitivo**");
- (C) foram disponibilizados pela Companhia e pelos Acionistas Vendedores os documentos que estes consideraram materialmente relevantes para a Oferta, inclusive para preparação do Prospecto Preliminar e do Prospecto Definitivo;
- (D) além dos documentos acima mencionados, foram solicitados pelos Coordenadores da Oferta à Companhia e aos Acionistas Vendedores documentos e informações adicionais relativos à Companhia e aos Acionistas Vendedores, os quais a Companhia e os Acionistas Vendedores confirmam ter disponibilizado;
- (E) foram disponibilizados pela Companhia e pelos Acionistas Vendedores todos os documentos, bem como foram prestadas todas as informações consideradas relevantes sobre os negócios da Companhia, para permitir aos investidores a tomada de decisão fundamentada sobre a Oferta; e
- (F) a Companhia e os Acionistas Vendedores, em conjunto com os Coordenadores da Oferta, participaram da elaboração do Prospecto Preliminar e participarão da elaboração do Prospecto Definitivo, diretamente ou por meio de seus respectivos consultores legais.

A Companhia **DECLARA**, nos termos do artigo 56 da Instrução CVM 400 e em atendimento ao item 2.4 do anexo III da Instrução CVM 400, que:

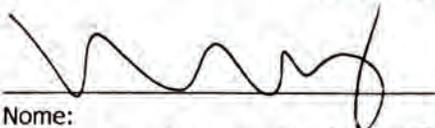
- (i) é responsável pela veracidade, consistência, qualidade e suficiência das informações prestadas por ocasião do registro e fornecidas ao mercado durante a Oferta;
- (ii) as informações prestadas pela Companhia e pelos Acionistas Vendedores por ocasião do registro da Oferta, no Prospecto Preliminar e no Prospecto Definitivo, nas datas de suas respectivas divulgações, bem como aquelas fornecidas ao mercado durante todo o período da Oferta, são e serão verdadeiras, consistentes, corretas e suficientes, permitindo aos investidores uma tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta;
- (iii) o Prospecto Preliminar foi elaborado e o Prospecto Definitivo será elaborado de acordo com as normas pertinentes, incluindo, mas não se limitando, à Instrução CVM 400 e o "*Código ANBIMA de Regulação e Melhores Práticas para Estruturação, Coordenação e Distribuição de Ofertas Públicas de Valores Mobiliários e Ofertas Públicas de Aquisição de Valores Mobiliários*", atualmente em vigor; e
- (iv) o Prospecto Preliminar contém e o Prospecto Definitivo conterá, nas datas de suas respectivas divulgações, as informações relevantes necessárias ao conhecimento pelos

# WINE

investidores da Oferta, das Ações a serem ofertadas, da Companhia, suas atividades, situação econômico-financeira, dos riscos inerentes à sua atividade e quaisquer outras informações relevantes.

Serra, 7 de outubro de 2020.

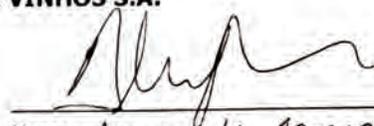
## W2W E-COMMERCE DE VINHOS S.A.



Nome:

Cargo: MARCELO D'ALENCAR

CEO



Nome: Alexandre Negro da Cruz

Cargo: Diretor de Relações e Investidores

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

---

**DECLARAÇÃO DOS ACIONISTAS VENDEDORES, NOS TERMOS DO ARTIGO 56 DA  
INSTRUÇÃO CVM 400**

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

## DECLARAÇÃO

### PARA FINS DO ARTIGO 56 DA INSTRUÇÃO CVM Nº 400/03

**Península Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia – Investimento no Exterior** ("Península"), fundo de investimento em participações devidamente constituído e registrado na Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"), nos termos da Instrução da CVM nº 578, de 30 de agosto de 2016 ("Instrução CVM 578"), inscrito no CNPJ/ME sob o nº 16.994.226/0001-95, representado na forma de seu regulamento por sua gestora **O3 Gestão de Recursos Ltda.**, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 2.277, 22º andar, sala 6, Jardim Paulistano, CEP 01452-000, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 09.428.261/0001-81, representada neste ato por **Walter Andre Vannini**, brasileiro, casado, economista, portador da cédula de identidade RG nº 18.341.549-8 SSP/SP, inscrito no CPF/ME sob nº 179.943.988-71 e **Flavia Buarque De Almeida**, brasileira, casada, administradora de empresas, portadora da cédula de identidade RG nº 13.146.760-8 SSP/SP, inscrita no CPF/ME sob o nº 149.008.838-59, ambos residentes e domiciliados na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, com escritório na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 2.277, 22º andar, Jardim Paulistano, CEP 01452-000.

Na qualidade de acionista vendedor no âmbito da oferta pública de distribuição primária e secundária de ações ordinárias de emissão da **W2W E-COMMERCE DE VINHOS S.A.**, sociedade por ações, com sede na Rua Comendador Alcides Simao Helou, 1.565, Civit II, CEP 29168-090, na cidade de Serra, Estado do Espírito Santo, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Economia sob o nº 09.813.204/0001-16 ("**Companhia**"), todas nominativas, escriturais, sem valor nominal, livres e desembaraçadas de quaisquer ônus ou gravames ("**Ações**"), que compreende a distribuição pública primária e secundária de Ações de titularidade dos acionistas vendedores mencionados no Prospecto Preliminar da Oferta Pública de Distribuição Primária e Secundária de Ações Ordinárias de Emissão da W2W E-Commerce de Vinhos S.A. ("**Acionistas Vendedores**" e "**Prospecto Preliminar**"), a ser realizada no Brasil, em mercado de balcão não-organizado, em conformidade com a Instrução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada ("**Instrução CVM 400**"), com o "*Código ANBIMA de Regulação e Melhores Práticas para Estruturação, Coordenação e Distribuição de Ofertas Públicas de Valores Mobiliários e Ofertas Públicas de Aquisição de Valores Mobiliários*", atualmente em vigor, e o Regulamento do Novo Mercado da B3 S.A. Brasil, Bolsa, Balcão ("**B3**"), sob coordenação do **Banco Itaú BBA S.A.** ("**Coordenador Líder**"), do **Bank of America Merrill Lynch Banco Múltiplo S.A.** ("**Bank of America**"), do **Banco BTG Pactual S.A.** ("**BTG Pactual**"), da **XP Investimentos Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários S.A.** ("**XP**") e do **Banco ABC Brasil S.A.** ("**Banco ABC**" e, em conjunto com o Coordenador Líder, o Bank of America, o BTG Pactual e a XP, os "**Coordenadores da Oferta**"), autorizados a operar no mercado de capitais brasileiro e credenciados junto à B3, incluindo, ainda, esforços de colocação das Ações no exterior ("**Oferta**"), vem, nos termos do artigo 56 da Instrução CVM 400, expor e declarar o quanto segue.

**CONSIDERANDO QUE:**

(A) a Companhia, os Acionistas Vendedores e os Coordenadores da Oferta constituíram seus respectivos consultores legais para auxiliá-los na implementação da Oferta;

(B) para tanto, foi efetuada *due diligence* na Companhia, iniciada em agosto de 2020 e que prosseguirá até a data de divulgação do Prospecto Definitivo da Oferta Pública de Distribuição Primária e Secundária de Ações Ordinárias de Emissão da W2W E-Commerce de Vinhos S.A. ("**Prospecto Definitivo**");

(C) foram disponibilizados pela Companhia e pelos Acionistas Vendedores os documentos que estes consideraram materialmente relevantes para a Oferta, inclusive para preparação do Prospecto Preliminar e do Prospecto Definitivo;

(D) além dos documentos acima mencionados, foram solicitados pelos Coordenadores da Oferta à Companhia e aos Acionistas Vendedores documentos e informações adicionais relativos à Companhia e aos Acionistas Vendedores, os quais a Companhia e os Acionistas Vendedores confirmam ter disponibilizado;

(E) foram disponibilizados pela Companhia e pelos Acionistas Vendedores todos os documentos, bem como foram prestadas todas as informações consideradas relevantes sobre os negócios da Companhia, para permitir aos investidores a tomada de decisão fundamentada sobre a Oferta; e

(F) a Companhia e os Acionistas Vendedores, em conjunto com os Coordenadores da Oferta, participaram da elaboração do Prospecto Preliminar e participarão da elaboração do Prospecto Definitivo, incluindo seus respectivos anexos, diretamente ou por meio de seus respectivos consultores legais.

O Acionista Vendedor **DECLARA**, de forma individual e não solidária, nos termos do artigo 56 da Instrução CVM 400 e em atendimento ao item 2.4 do anexo III da Instrução CVM 400, que:

(i) é responsável pela veracidade, consistência, qualidade e suficiência das informações prestadas por ocasião do registro e fornecidas ao mercado durante a Oferta;

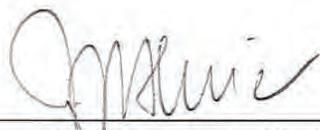
(ii) tomou todas as cautelas e agiu com elevados padrões de diligência, respondendo pela falta de diligência ou omissão, para assegurar que as informações prestadas pela Companhia e pelos Acionistas Vendedores por ocasião do registro da Oferta, no Prospecto Preliminar e no Prospecto Definitivo, incluindo seus respectivos anexos, nas datas de suas respectivas divulgações, bem como aquelas fornecidas ao mercado durante todo o período da Oferta, são e serão verdadeiras, consistentes, corretas e suficientes, permitindo aos investidores uma tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta;

(iii) o Prospecto Preliminar foi elaborado e o Prospecto Definitivo será elaborado de acordo com as normas pertinentes, incluindo, mas não se limitando, à Instrução CVM 400 e o "*Código ANBIMA de Regulação e Melhores Práticas para Estruturação, Coordenação e Distribuição de Ofertas Públicas de Valores Mobiliários e Ofertas Públicas de Aquisição de Valores Mobiliários*", atualmente em vigor; e

**(iv)** o Prospecto Preliminar contém e o Prospecto Definitivo conterá, nas datas de suas respectivas divulgações, as informações relevantes necessárias ao conhecimento pelos investidores da Oferta, das Ações a serem ofertadas, da Companhia, suas atividades, situação econômico-financeira, dos riscos inerentes à sua atividade e quaisquer outras informações relevantes.

São Paulo, 07 de outubro de 2020.

**PENÍNSULA FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES MULTISTRATÉGIA –  
INVESTIMENTO NO EXTERIOR**



Nome: Flávia Buarque de Almeida  
Cargo: Diretora



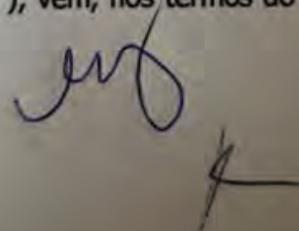
Nome: Walter André Vannini  
Cargo: Diretor

## DECLARAÇÃO

### PARA FINS DO ARTIGO 56 DA INSTRUÇÃO CVM Nº 400/03

**Orbeat Som & Imagem Ltda.**, sociedade limitada, constituída de acordo com as leis do Brasil, com sede na Avenida Érico Veríssimo, nº 400, CEP 90160-180, na cidade de Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 91.082.487/0001-54, neste ato representada por **Eduardo Sirotsky Melzer**, brasileiro, casado sob regime de comunhão parcial de bens, administrador de empresas, inscrito no CPF sob o nº 643.090.450-49, portador do RG nº 102.518.239-3 SSP/SP, expedido em 03/05/2017, nascido em 13/05/1972, residente na Av. Érico Veríssimo, 400, Porto Alegre/RS, CEP 90160-180, e por **Luciana Antonini Ribeiro**, brasileira, casada, advogada, inscrita no CPF sob o nº 924.064.320-68 e portadora da carteira de identidade 506.787.698-6 SSP/RS, com o endereço profissional na rua Atilio Innocenti, 165, conjunto 1301, na Vila Nova Conceição, em São Paulo/SP, CEP 04538-000.

Na qualidade de acionista vendedor no âmbito da oferta pública de distribuição primária e secundária de ações ordinárias de emissão da **W2W E-COMMERCE DE VINHOS S.A.**, sociedade por ações, com sede na Rua Comendador Alcides Simão Helou, 1.565, Civit II, CEP 29168-090, na cidade de Serra, Estado do Espírito Santo, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Economia sob o nº 09.813.204/0001-16 ("**Companhia**"), todas nominativas, escriturais, sem valor nominal, livres e desembaraçadas de quaisquer ônus ou gravames ("**Ações**"), que compreende a distribuição pública primária e secundária de Ações de titularidade dos acionistas vendedores mencionados no Prospecto Preliminar da Oferta Pública de Distribuição Primária e Secundária de Ações Ordinárias de Emissão da W2W E-Commerce de Vinhos S.A. ("**Acionistas Vendedores**" e "**Prospecto Preliminar**"), a ser realizada no Brasil, em mercado de balcão não-organizado, em conformidade com a Instrução da Comissão de Valores Mobiliários ("**CVM**") nº 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada ("**Instrução CVM 400**"), com o "*Código ANBIMA de Regulação e Melhores Práticas para Estruturação, Coordenação e Distribuição de Ofertas Públicas de Valores Mobiliários e Ofertas Públicas de Aquisição de Valores Mobiliários*", atualmente em vigor, e o Regulamento do Novo Mercado da B3 S.A. Brasil, Bolsa, Balcão ("**B3**"), sob coordenação do **Banco Itaú BBA S.A.** ("**Coordenador Líder**"), do **Bank of America Merrill Lynch Banco Múltiplo S.A.** ("**Bank of America**"), do **Banco BTG Pactual S.A.** ("**BTG Pactual**"), da **XP Investimentos Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários S.A.** ("**XP**") e do **Banco ABC Brasil S.A.** ("**Banco ABC**" e, em conjunto com o Coordenador Líder, o Bank of America, o BTG Pactual e a XP, os "**Coordenadores da Oferta**"), autorizados a operar no mercado de capitais brasileiro e credenciados junto à B3, incluindo, ainda, esforços de colocação das Ações no exterior ("**Oferta**"), vem, nos termos do artigo 56 da Instrução CVM 400, expor e declarar o quanto segue.



**CONSIDERANDO QUE:**

- (A) a Companhia, os Acionistas Vendedores e os Coordenadores da Oferta constituíram seus respectivos consultores legais para auxiliá-los na implementação da Oferta;
- (B) para tanto, foi efetuada *due diligence* na Companhia, iniciada em agosto de 2020 e que prosseguirá até a data de divulgação do Prospecto Definitivo da Oferta Pública de Distribuição Primária e Secundária de Ações Ordinárias de Emissão da W2W E-Commerce de Vinhos S.A. ("**Prospecto Definitivo**");
- (C) foram disponibilizados pela Companhia e pelos Acionistas Vendedores os documentos que estes consideraram materialmente relevantes para a Oferta, inclusive para preparação do Prospecto Preliminar e do Prospecto Definitivo;
- (D) além dos documentos acima mencionados, foram solicitados pelos Coordenadores da Oferta à Companhia e aos Acionistas Vendedores documentos e informações adicionais relativos à Companhia e aos Acionistas Vendedores, os quais a Companhia e os Acionistas Vendedores confirmam ter disponibilizado;
- (E) foram disponibilizados pela Companhia e pelos Acionistas Vendedores todos os documentos, bem como foram prestadas todas as informações consideradas relevantes sobre os negócios da Companhia, para permitir aos investidores a tomada de decisão fundamentada sobre a Oferta; e
- (F) a Companhia e os Acionistas Vendedores, em conjunto com os Coordenadores da Oferta, participaram da elaboração do Prospecto Preliminar e participarão da elaboração do Prospecto Definitivo, incluindo seus respectivos anexos, diretamente ou por meio de seus respectivos consultores legais.

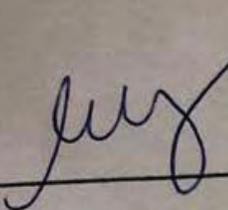
O Acionista Vendedor **DECLARA**, de forma individual e não solidária, nos termos do artigo 56 da Instrução CVM 400 e em atendimento ao item 2.4 do anexo III da Instrução CVM 400, que:

- (i) é responsável pela veracidade, consistência, qualidade e suficiência das informações prestadas por ocasião do registro e fornecidas ao mercado durante a Oferta;
- (ii) tomou todas as cautelas e agiu com elevados padrões de diligência, respondendo pela falta de diligência ou omissão, para assegurar que as informações prestadas pela Companhia e pelos Acionistas Vendedores por ocasião do registro da Oferta, no Prospecto Preliminar e no Prospecto Definitivo, incluindo seus respectivos anexos, nas datas de suas respectivas divulgações, bem como aquelas fornecidas ao mercado durante todo o período da Oferta, são e serão verdadeiras, consistentes, corretas e suficientes, permitindo aos investidores uma tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta;
- (iii) o Prospecto Preliminar foi elaborado e o Prospecto Definitivo será elaborado de acordo com as normas pertinentes, incluindo, mas não se limitando, à Instrução CVM 400 e o "*Código ANBIMA de Regulação e Melhores Práticas para Estruturação, Coordenação e Distribuição de Ofertas Públicas de Valores Mobiliários e Ofertas Públicas de Aquisição de Valores Mobiliários*", atualmente em vigor; e
- (iv) o Prospecto Preliminar contém e o Prospecto Definitivo conterá, nas datas de suas respectivas divulgações, as informações relevantes necessárias ao conhecimento pelos investidores da Oferta, das Ações a serem ofertadas, da Companhia, suas atividades,

situação econômico-financeira, dos riscos inerentes à sua atividade e quaisquer outras informações relevantes.

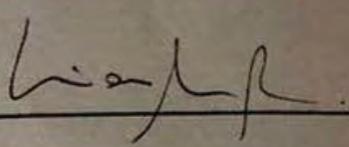
Porto Alegre, 7 de outubro de 2020.

**ORBEAT SOM & IMAGEM LTDA.**

  
\_\_\_\_\_

Nome:

Cargo:

  
\_\_\_\_\_ 

Nome:

Cargo:

## DECLARAÇÃO

### PARA FINS DO ARTIGO 56 DA INSTRUÇÃO CVM Nº 400/03

**Rogério Muniz Salume**, brasileiro, divorciado, empresário, portador da cédula de identidade CNH nº 02076989671, expedida pelo DETRAN/SP, inscrito no CPF/ME sob nº 009.599.727-06, com domicílio comercial na cidade de Vitória, Estado do Espírito Santo, na Rua Carlos Nicoletti Madeira, nº 60, apartamento 901, Bloco 2, Barro Vermelho, CEP 29057-520.

Na qualidade de acionista vendedor no âmbito da oferta pública de distribuição primária e secundária de ações ordinárias de emissão da **W2W E-COMMERCE DE VINHOS S.A.**, sociedade por ações, com sede na Rua Comendador Alcides Simao Helou, 1.565, Civit II, CEP 29168-090, na cidade de Serra, Estado do Espírito Santo, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Economia sob o nº 09.813.204/0001-16 ("**Companhia**"), todas nominativas, escriturais, sem valor nominal, livres e desembaraçadas de quaisquer ônus ou gravames ("**Ações**"), que compreende a distribuição pública primária e secundária de Ações de titularidade dos acionistas vendedores mencionados no Prospecto Preliminar da Oferta Pública de Distribuição Primária e Secundária de Ações Ordinárias de Emissão da W2W E-Commerce de Vinhos S.A. ("**Acionistas Vendedores**" e "**Prospecto Preliminar**"), a ser realizada no Brasil, em mercado de balcão não-organizado, em conformidade com a Instrução da Comissão de Valores Mobiliários ("**CVM**") nº 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada ("**Instrução CVM 400**"), com o "*Código ANBIMA de Regulação e Melhores Práticas para Estruturação, Coordenação e Distribuição de Ofertas Públicas de Valores Mobiliários e Ofertas Públicas de Aquisição de Valores Mobiliários*", atualmente em vigor, e o Regulamento do Novo Mercado da B3 S.A. Brasil, Bolsa, Balcão ("**B3**"), sob coordenação do **Banco Itaú BBA S.A.** ("**Coordenador Líder**"), do **Bank of America Merrill Lynch Banco Múltiplo S.A.** ("**Bank of America**"), do **Banco BTG Pactual S.A.** ("**BTG Pactual**"), da **XP Investimentos Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários S.A.** ("**XP**") e do **Banco ABC Brasil S.A.** ("**Banco ABC**" e, em conjunto com o Coordenador Líder, o Bank of America, o BTG Pactual e a XP, os "**Coordenadores da Oferta**"), autorizados a operar no mercado de capitais brasileiro e credenciados junto à B3, incluindo, ainda, esforços de colocação das Ações no exterior ("**Oferta**"), vem, nos termos do artigo 56 da Instrução CVM 400, expor e declarar o quanto segue.

#### CONSIDERANDO QUE:

- (A) a Companhia, os Acionistas Vendedores e os Coordenadores da Oferta constituíram seus respectivos consultores legais para auxiliá-los na implementação da Oferta;
- (B) para tanto, foi efetuada *due diligence* na Companhia, iniciada em agosto de 2020 e que prosseguirá até a data de divulgação do Prospecto Definitivo da Oferta Pública de Distribuição Primária e Secundária de Ações Ordinárias de Emissão da W2W E-Commerce de Vinhos S.A. ("**Prospecto Definitivo**");
- (C) foram disponibilizados pela Companhia e pelos Acionistas Vendedores os documentos que estes consideraram materialmente relevantes para a Oferta, inclusive para preparação do Prospecto Preliminar e do Prospecto Definitivo;
- (D) além dos documentos acima mencionados, foram solicitados pelos Coordenadores da Oferta à Companhia e aos Acionistas Vendedores documentos e informações adicionais relativos

à Companhia e aos Acionistas Vendedores, os quais a Companhia e os Acionistas Vendedores confirmam ter disponibilizado;

**(E)** foram disponibilizados pela Companhia e pelos Acionistas Vendedores todos os documentos, bem como foram prestadas todas as informações consideradas relevantes sobre os negócios da Companhia, para permitir aos investidores a tomada de decisão fundamentada sobre a Oferta; e

**(F)** a Companhia e os Acionistas Vendedores, em conjunto com os Coordenadores da Oferta, participaram da elaboração do Prospecto Preliminar e participarão da elaboração do Prospecto Definitivo, incluindo seus respectivos anexos, diretamente ou por meio de seus respectivos consultores legais.

O Acionista Vendedor **DECLARA**, de forma individual e não solidária, nos termos do artigo 56 da Instrução CVM 400 e em atendimento ao item 2.4 do anexo III da Instrução CVM 400, que:

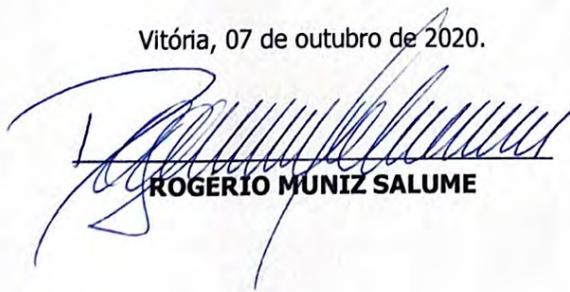
**(i)** é responsável pela veracidade, consistência, qualidade e suficiência das informações prestadas por ocasião do registro e fornecidas ao mercado durante a Oferta;

**(ii)** tomou todas as cautelas e agiu com elevados padrões de diligência, respondendo pela falta de diligência ou omissão, para assegurar que as informações prestadas pela Companhia e pelos Acionistas Vendedores por ocasião do registro da Oferta, no Prospecto Preliminar e no Prospecto Definitivo, incluindo seus respectivos anexos, nas datas de suas respectivas divulgações, bem como aquelas fornecidas ao mercado durante todo o período da Oferta, são e serão verdadeiras, consistentes, corretas e suficientes, permitindo aos investidores uma tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta;

**(iii)** o Prospecto Preliminar foi elaborado e o Prospecto Definitivo será elaborado de acordo com as normas pertinentes, incluindo, mas não se limitando, à Instrução CVM 400 e o "Código ANBIMA de Regulação e Melhores Práticas para Estruturação, Coordenação e Distribuição de Ofertas Públicas de Valores Mobiliários e Ofertas Públicas de Aquisição de Valores Mobiliários", atualmente em vigor; e

**(iv)** o Prospecto Preliminar contém e o Prospecto Definitivo conterá, nas datas de suas respectivas divulgações, as informações relevantes necessárias ao conhecimento pelos investidores da Oferta, das Ações a serem ofertadas, da Companhia, suas atividades, situação econômico-financeira, dos riscos inerentes à sua atividade e quaisquer outras informações relevantes.

Vitória, 07 de outubro de 2020.



**ROGERIO MUNIZ SALUME**

## DECLARAÇÃO

### PARA FINS DO ARTIGO 56 DA INSTRUÇÃO CVM Nº 400/03

**Alexandre Magno da Cruz Oliveira Filho**, brasileiro, separado, administrador, portador da cédula de identidade RG nº 1926145 SSP/DF, inscrito no CPF/ME sob o nº 974.860.941-34, com endereço profissional na Cidade de Serra, Estado do Espírito Santo, na Rua Comendador Alcides Simão Helou, nº 1565, Sala 01, Bairro Civit II, CEP: 29.168-090.

Na qualidade de acionista vendedor no âmbito da oferta pública de distribuição primária e secundária de ações ordinárias de emissão da **W2W E-COMMERCE DE VINHOS S.A.**, sociedade por ações, com sede na Rua Comendador Alcides Simão Helou, 1.565, Civit II, CEP 29168-090, na cidade de Serra, Estado do Espírito Santo, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Economia sob o nº 09.813.204/0001-16 ("**Companhia**"), todas nominativas, escriturais, sem valor nominal, livres e desembaraçadas de quaisquer ônus ou gravames ("**Ações**"), que compreende a distribuição pública primária e secundária de Ações de titularidade dos acionistas vendedores mencionados no Prospecto Preliminar da Oferta Pública de Distribuição Primária e Secundária de Ações Ordinárias de Emissão da W2W E-Commerce de Vinhos S.A. ("**Acionistas Vendedores**" e "**Prospecto Preliminar**"), a ser realizada no Brasil, em mercado de balcão não-organizado, em conformidade com a Instrução da Comissão de Valores Mobiliários ("**CVM**") nº 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada ("**Instrução CVM 400**"), com o "*Código ANBIMA de Regulação e Melhores Práticas para Estruturação, Coordenação e Distribuição de Ofertas Públicas de Valores Mobiliários e Ofertas Públicas de Aquisição de Valores Mobiliários*", atualmente em vigor, e o Regulamento do Novo Mercado da B3 S.A. Brasil, Bolsa, Balcão ("**B3**"), sob coordenação do **Banco Itaú BBA S.A.** ("**Coordenador Líder**"), do **Bank of America Merrill Lynch Banco Múltiplo S.A.** ("**Bank of America**"), do **Banco BTG Pactual S.A.** ("**BTG Pactual**"), da **XP Investimentos Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários S.A.** ("**XP**") e do **Banco ABC Brasil S.A.** ("**Banco ABC**") e, em conjunto com o Coordenador Líder, o Bank of America, o BTG Pactual e a XP, os "**Coordenadores da Oferta**", autorizados a operar no mercado de capitais brasileiro e credenciados junto à B3, incluindo, ainda, esforços de colocação das Ações no exterior ("**Oferta**"), vem, nos termos do artigo 56 da Instrução CVM 400, expor e declarar o quanto segue.

#### CONSIDERANDO QUE:

- (A) a Companhia, os Acionistas Vendedores e os Coordenadores da Oferta constituíram seus respectivos consultores legais para auxiliá-los na implementação da Oferta;
- (B) para tanto, foi efetuada *due diligence* na Companhia, iniciada em agosto de 2020 e que prosseguirá até a data de divulgação do Prospecto Definitivo da Oferta Pública de Distribuição Primária e Secundária de Ações Ordinárias de Emissão da W2W E-Commerce de Vinhos S.A. ("**Prospecto Definitivo**");
- (C) foram disponibilizados pela Companhia e pelos Acionistas Vendedores os documentos que estes consideraram materialmente relevantes para a Oferta, inclusive para preparação do Prospecto Preliminar e do Prospecto Definitivo;
- (D) além dos documentos acima mencionados, foram solicitados pelos Coordenadores da Oferta à Companhia e aos Acionistas Vendedores documentos e informações adicionais relativos

à Companhia e aos Acionistas Vendedores, os quais a Companhia e os Acionistas Vendedores confirmam ter disponibilizado;

**(E)** foram disponibilizados pela Companhia e pelos Acionistas Vendedores todos os documentos, bem como foram prestadas todas as informações consideradas relevantes sobre os negócios da Companhia, para permitir aos investidores a tomada de decisão fundamentada sobre a Oferta; e

**(F)** a Companhia e os Acionistas Vendedores, em conjunto com os Coordenadores da Oferta, participaram da elaboração do Prospecto Preliminar e participarão da elaboração do Prospecto Definitivo, incluindo seus respectivos anexos, diretamente ou por meio de seus respectivos consultores legais.

O Acionista Vendedor **DECLARA**, de forma individual e não solidária, nos termos do artigo 56 da Instrução CVM 400 e em atendimento ao item 2.4 do anexo III da Instrução CVM 400, que:

**(i)** é responsável pela veracidade, consistência, qualidade e suficiência das informações prestadas por ocasião do registro e fornecidas ao mercado durante a Oferta;

**(ii)** tomou todas as cautelas e agiu com elevados padrões de diligência, respondendo pela falta de diligência ou omissão, para assegurar que as informações prestadas pela Companhia e pelos Acionistas Vendedores por ocasião do registro da Oferta, no Prospecto Preliminar e no Prospecto Definitivo, incluindo seus respectivos anexos, nas datas de suas respectivas divulgações, bem como aquelas fornecidas ao mercado durante todo o período da Oferta, são e serão verdadeiras, consistentes, corretas e suficientes, permitindo aos investidores uma tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta;

**(iii)** o Prospecto Preliminar foi elaborado e o Prospecto Definitivo será elaborado de acordo com as normas pertinentes, incluindo, mas não se limitando, à Instrução CVM 400 e o "*Código ANBIMA de Regulação e Melhores Práticas para Estruturação, Coordenação e Distribuição de Ofertas Públicas de Valores Mobiliários e Ofertas Públicas de Aquisição de Valores Mobiliários*", atualmente em vigor; e

**(iv)** o Prospecto Preliminar contém e o Prospecto Definitivo conterá, nas datas de suas respectivas divulgações, as informações relevantes necessárias ao conhecimento pelos investidores da Oferta, das Ações a serem ofertadas, da Companhia, suas atividades, situação econômico-financeira, dos riscos inerentes à sua atividade e quaisquer outras informações relevantes.

Serra, 07 de outubro de 2020.



**ALEXANDRE MAGNO DA CRUZ OLIVEIRA FILHO**

## DECLARAÇÃO

### PARA FINS DO ARTIGO 56 DA INSTRUÇÃO CVM Nº 400/03

**Clayton Freire dos Santos**, brasileiro, divorciado, diretor de tecnologia, portador do documento de identidade RG nº 1.569.554 SSP/ES e inscrito no CPF/ME sob o nº 086.656.877-85, com endereço profissional na Rua Comendador Alcides Simão Helou, nº 1565, Sala 01, Bairro Civit II, cidade da Serra, Estado do Espírito Santo, CEP: 29.168-090.

Na qualidade de acionista vendedor no âmbito da oferta pública de distribuição primária e secundária de ações ordinárias de emissão da **W2W E-COMMERCE DE VINHOS S.A.**, sociedade por ações, com sede na Rua Comendador Alcides Simão Helou, 1.565, Civit II, CEP 29168-090, na cidade de Serra, Estado do Espírito Santo, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Economia sob o nº 09.813.204/0001-16 ("**Companhia**"), todas nominativas, escriturais, sem valor nominal, livres e desembaraçadas de quaisquer ônus ou gravames ("**Ações**"), que compreende a distribuição pública primária e secundária de Ações de titularidade dos acionistas vendedores mencionados no Prospecto Preliminar da Oferta Pública de Distribuição Primária e Secundária de Ações Ordinárias de Emissão da W2W E-Commerce de Vinhos S.A. ("**Acionistas Vendedores**" e "**Prospecto Preliminar**"), a ser realizada no Brasil, em mercado de balcão não-organizado, em conformidade com a Instrução da Comissão de Valores Mobiliários ("**CVM**") nº 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada ("**Instrução CVM 400**"), com o "**Código ANBIMA de Regulação e Melhores Práticas para Estruturação, Coordenação e Distribuição de Ofertas Públicas de Valores Mobiliários e Ofertas Públicas de Aquisição de Valores Mobiliários**", atualmente em vigor, e o Regulamento do Novo Mercado da B3 S.A. Brasil, Bolsa, Balcão ("**B3**"), sob coordenação do **Banco Itaú BBA S.A.** ("**Coordenador Líder**"), do **Bank of America Merrill Lynch Banco Múltiplo S.A.** ("**Bank of America**"), do **Banco BTG Pactual S.A.** ("**BTG Pactual**"), da **XP Investimentos Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários S.A.** ("**XP**") e do **Banco ABC Brasil S.A.** ("**Banco ABC**" e, em conjunto com o Coordenador Líder, o Bank of America, o BTG Pactual e a XP, os "**Coordenadores da Oferta**"), autorizados a operar no mercado de capitais brasileiro e credenciados junto à B3, incluindo, ainda, esforços de colocação das Ações no exterior ("**Oferta**"), vem, nos termos do artigo 56 da Instrução CVM 400, expor e declarar o quanto segue.

#### CONSIDERANDO QUE:

- (A) a Companhia, os Acionistas Vendedores e os Coordenadores da Oferta constituíram seus respectivos consultores legais para auxiliá-los na implementação da Oferta;
- (B) para tanto, foi efetuada *due diligence* na Companhia, iniciada em agosto de 2020 e que prosseguirá até a data de divulgação do Prospecto Definitivo da Oferta Pública de Distribuição Primária e Secundária de Ações Ordinárias de Emissão da W2W E-Commerce de Vinhos S.A. ("**Prospecto Definitivo**");
- (C) foram disponibilizados pela Companhia e pelos Acionistas Vendedores os documentos que estes consideraram materialmente relevantes para a Oferta, inclusive para preparação do Prospecto Preliminar e do Prospecto Definitivo;



(D) além dos documentos acima mencionados, foram solicitados pelos Coordenadores da Oferta à Companhia e aos Acionistas Vendedores documentos e informações adicionais relativos à Companhia e aos Acionistas Vendedores, os quais a Companhia e os Acionistas Vendedores confirmam ter disponibilizado;

(E) foram disponibilizados pela Companhia e pelos Acionistas Vendedores todos os documentos, bem como foram prestadas todas as informações consideradas relevantes sobre os negócios da Companhia, para permitir aos investidores a tomada de decisão fundamentada sobre a Oferta; e

(F) a Companhia e os Acionistas Vendedores, em conjunto com os Coordenadores da Oferta, participaram da elaboração do Prospecto Preliminar e participarão da elaboração do Prospecto Definitivo, incluindo seus respectivos anexos, diretamente ou por meio de seus respectivos consultores legais.

O Acionista Vendedor **DECLARA**, de forma individual e não solidária, nos termos do artigo 56 da Instrução CVM 400 e em atendimento ao item 2.4 do anexo III da Instrução CVM 400, que:

(i) é responsável pela veracidade, consistência, qualidade e suficiência das informações prestadas por ocasião do registro e fornecidas ao mercado durante a Oferta;

(ii) tomou todas as cautelas e agiu com elevados padrões de diligência, respondendo pela falta de diligência ou omissão, para assegurar que as informações prestadas pela Companhia e pelos Acionistas Vendedores por ocasião do registro da Oferta, no Prospecto Preliminar e no Prospecto Definitivo, incluindo seus respectivos anexos, nas datas de suas respectivas divulgações, bem como aquelas fornecidas ao mercado durante todo o período da Oferta, são e serão verdadeiras, consistentes, corretas e suficientes, permitindo aos investidores uma tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta;

(iii) o Prospecto Preliminar foi elaborado e o Prospecto Definitivo será elaborado de acordo com as normas pertinentes, incluindo, mas não se limitando, à Instrução CVM 400 e o "Código ANBIMA de Regulação e Melhores Práticas para Estruturação, Coordenação e Distribuição de Ofertas Públicas de Valores Mobiliários e Ofertas Públicas de Aquisição de Valores Mobiliários", atualmente em vigor; e

(iv) o Prospecto Preliminar contém e o Prospecto Definitivo conterá, nas datas de suas respectivas divulgações, as informações relevantes necessárias ao conhecimento pelos investidores da Oferta, das Ações a serem ofertadas, da Companhia, suas atividades, situação econômico-financeira, dos riscos inerentes à sua atividade e quaisquer outras informações relevantes.

Serra, 07 de outubro de 2020.

  
**CLAYTON FREIRE DOS SANTOS**

## DECLARAÇÃO

### PARA FINS DO ARTIGO 56 DA INSTRUÇÃO CVM Nº 400/03

**Marcelo Giovanetti D'Arienzo**, brasileiro, casado, administrador de empresas, portador da Cédula de Identidade RG nº 33.250.167 X SSP/SP, inscrito no CPF/ME sob o nº 227.962.378-18, com endereço profissional na Cidade de Serra, Estado do Espírito Santo, na Rua Comendador Alcides Simão Helou, nº 1565, Sala 01, Bairro Civit II, CEP: 29.168-090.

Na qualidade de acionista vendedor no âmbito da oferta pública de distribuição primária e secundária de ações ordinárias de emissão da **W2W E-COMMERCE DE VINHOS S.A.**, sociedade por ações, com sede na Rua Comendador Alcides Simão Helou, 1.565, Civit II, CEP 29168-090, na cidade de Serra, Estado do Espírito Santo, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Economia sob o nº 09.813.204/0001-16 ("**Companhia**"), todas nominativas, escriturais, sem valor nominal, livres e desembaraçadas de quaisquer ônus ou gravames ("**Ações**"), que compreende a distribuição pública primária e secundária de Ações de titularidade dos acionistas vendedores mencionados no Prospecto Preliminar da Oferta Pública de Distribuição Primária e Secundária de Ações Ordinárias de Emissão da **W2W E-Commerce de Vinhos S.A.** ("**Acionistas Vendedores**" e "**Prospecto Preliminar**"), a ser realizada no Brasil, em mercado de balcão não-organizado, em conformidade com a Instrução da Comissão de Valores Mobiliários ("**CVM**") nº 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada ("**Instrução CVM 400**"), com o "*Código ANBIMA de Regulação e Melhores Práticas para Estruturação, Coordenação e Distribuição de Ofertas Públicas de Valores Mobiliários e Ofertas Públicas de Aquisição de Valores Mobiliários*", atualmente em vigor, e o Regulamento do Novo Mercado da B3 S.A. Brasil, Bolsa, Balcão ("**B3**"), sob coordenação do **Banco Itaú BBA S.A.** ("**Coordenador Líder**"), do **Bank of America Merrill Lynch Banco Múltiplo S.A.** ("**Bank of America**"), do **Banco BTG Pactual S.A.** ("**BTG Pactual**"), da **XP Investimentos Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários S.A.** ("**XP**") e do **Banco ABC Brasil S.A.** ("**Banco ABC**" e, em conjunto com o Coordenador Líder, o Bank of America, o BTG Pactual e a XP, os "**Coordenadores da Oferta**"), autorizados a operar no mercado de capitais brasileiro e credenciados junto à B3, incluindo, ainda, esforços de colocação das Ações no exterior ("**Oferta**"), vem, nos termos do artigo 56 da Instrução CVM 400, expor e declarar o quanto segue.

#### CONSIDERANDO QUE:

- (A) a Companhia, os Acionistas Vendedores e os Coordenadores da Oferta constituíram seus respectivos consultores legais para auxiliá-los na implementação da Oferta;
- (B) para tanto, foi efetuada *due diligence* na Companhia, iniciada em agosto de 2020 e que prosseguirá até a data de divulgação do Prospecto Definitivo da Oferta Pública de Distribuição Primária e Secundária de Ações Ordinárias de Emissão da **W2W E-Commerce de Vinhos S.A.** ("**Prospecto Definitivo**");
- (C) foram disponibilizados pela Companhia e pelos Acionistas Vendedores os documentos que estes consideraram materialmente relevantes para a Oferta, inclusive para preparação do Prospecto Preliminar e do Prospecto Definitivo;
- (D) além dos documentos acima mencionados, foram solicitados pelos Coordenadores da Oferta à Companhia e aos Acionistas Vendedores documentos e informações adicionais relativos

à Companhia e aos Acionistas Vendedores, os quais a Companhia e os Acionistas Vendedores confirmam ter disponibilizado;

**(E)** foram disponibilizados pela Companhia e pelos Acionistas Vendedores todos os documentos, bem como foram prestadas todas as informações consideradas relevantes sobre os negócios da Companhia, para permitir aos investidores a tomada de decisão fundamentada sobre a Oferta; e

**(F)** a Companhia e os Acionistas Vendedores, em conjunto com os Coordenadores da Oferta, participaram da elaboração do Prospecto Preliminar e participarão da elaboração do Prospecto Definitivo, incluindo seus respectivos anexos, diretamente ou por meio de seus respectivos consultores legais.

O Acionista Vendedor **DECLARA**, de forma individual e não solidária, nos termos do artigo 56 da Instrução CVM 400 e em atendimento ao item 2.4 do anexo III da Instrução CVM 400, que:

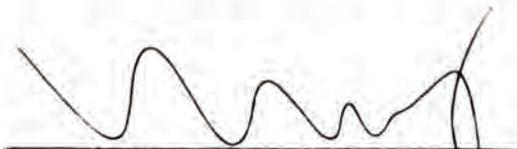
**(i)** é responsável pela veracidade, consistência, qualidade e suficiência das informações prestadas por ocasião do registro e fornecidas ao mercado durante a Oferta;

**(ii)** tomou todas as cautelas e agiu com elevados padrões de diligência, respondendo pela falta de diligência ou omissão, para assegurar que as informações prestadas pela Companhia e pelos Acionistas Vendedores por ocasião do registro da Oferta, no Prospecto Preliminar e no Prospecto Definitivo, incluindo seus respectivos anexos, nas datas de suas respectivas divulgações, bem como aquelas fornecidas ao mercado durante todo o período da Oferta, são e serão verdadeiras, consistentes, corretas e suficientes, permitindo aos investidores uma tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta;

**(iii)** o Prospecto Preliminar foi elaborado e o Prospecto Definitivo será elaborado de acordo com as normas pertinentes, incluindo, mas não se limitando, à Instrução CVM 400 e o "*Código ANBIMA de Regulação e Melhores Práticas para Estruturação, Coordenação e Distribuição de Ofertas Públicas de Valores Mobiliários e Ofertas Públicas de Aquisição de Valores Mobiliários*", atualmente em vigor; e

**(iv)** o Prospecto Preliminar contém e o Prospecto Definitivo conterá, nas datas de suas respectivas divulgações, as informações relevantes necessárias ao conhecimento pelos investidores da Oferta, das Ações a serem ofertadas, da Companhia, suas atividades, situação econômico-financeira, dos riscos inerentes à sua atividade e quaisquer outras informações relevantes.

Serra, 07 de outubro de 2020.



**MARCELO GIOVANETTI D'ARIENZO**

## DECLARAÇÃO

### PARA FINS DO ARTIGO 56 DA INSTRUÇÃO CVM Nº 400/03

**German Garfinkel**, argentino, casado, comércio exterior, portador da RNE V235531Y - CGPI/DIREX/DPF, inscrito no CPF/ME sob o nº 227.616.538- 31, com endereço profissional na Cidade de Serra, Estado do Espírito Santo, na Rua Comendador Alcides Simão Helou, nº 1565, Sala 01, Bairro Civit II, CEP: 29.168-090.

Na qualidade de acionista vendedor no âmbito da oferta pública de distribuição primária e secundária de ações ordinárias de emissão da **W2W E-COMMERCE DE VINHOS S.A.**, sociedade por ações, com sede na Rua Comendador Alcides Simão Helou, 1.565, Civit II, CEP 29168-090, na cidade de Serra, Estado do Espírito Santo, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Economia sob o nº 09.813.204/0001-16 ("**Companhia**"), todas nominativas, escriturais, sem valor nominal, livres e desembaraçadas de quaisquer ônus ou gravames ("**Ações**"), que compreende a distribuição pública primária e secundária de Ações de titularidade dos acionistas vendedores mencionados no Prospecto Preliminar da Oferta Pública de Distribuição Primária e Secundária de Ações Ordinárias de Emissão da W2W E-Commerce de Vinhos S.A. ("**Acionistas Vendedores**" e "**Prospecto Preliminar**"), a ser realizada no Brasil, em mercado de balcão não-organizado, em conformidade com a Instrução da Comissão de Valores Mobiliários ("**CVM**") nº 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada ("**Instrução CVM 400**"), com o "**Código ANBIMA de Regulação e Melhores Práticas para Estruturação, Coordenação e Distribuição de Ofertas Públicas de Valores Mobiliários e Ofertas Públicas de Aquisição de Valores Mobiliários**", atualmente em vigor, e o Regulamento do Novo Mercado da B3 S.A. Brasil, Bolsa, Balcão ("**B3**"), sob coordenação do **Banco Itaú BBA S.A.** ("**Coordenador Líder**"), do **Bank of America Merrill Lynch Banco Múltiplo S.A.** ("**Bank of America**"), do **Banco BTG Pactual S.A.** ("**BTG Pactual**"), da **XP Investimentos Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários S.A.** ("**XP**") e do **Banco ABC Brasil S.A.** ("**Banco ABC**" e, em conjunto com o Coordenador Líder, o Bank of America, o BTG Pactual e a XP, os "**Coordenadores da Oferta**"), autorizados a operar no mercado de capitais brasileiro e credenciados junto à B3, incluindo, ainda, esforços de colocação das Ações no exterior ("**Oferta**"), vem, nos termos do artigo 56 da Instrução CVM 400, expor e declarar o quanto segue.

#### CONSIDERANDO QUE:

- (A) a Companhia, os Acionistas Vendedores e os Coordenadores da Oferta constituíram seus respectivos consultores legais para auxiliá-los na implementação da Oferta;
- (B) para tanto, foi efetuada *due diligence* na Companhia, iniciada em agosto de 2020 e que prosseguirá até a data de divulgação do Prospecto Definitivo da Oferta Pública de Distribuição Primária e Secundária de Ações Ordinárias de Emissão da W2W E-Commerce de Vinhos S.A. ("**Prospecto Definitivo**");
- (C) foram disponibilizados pela Companhia e pelos Acionistas Vendedores os documentos que estes consideraram materialmente relevantes para a Oferta, inclusive para preparação do Prospecto Preliminar e do Prospecto Definitivo;
- (D) além dos documentos acima mencionados, foram solicitados pelos Coordenadores da Oferta à Companhia e aos Acionistas Vendedores documentos e informações adicionais relativos

à Companhia e aos Acionistas Vendedores, os quais a Companhia e os Acionistas Vendedores confirmam ter disponibilizado;

**(E)** foram disponibilizados pela Companhia e pelos Acionistas Vendedores todos os documentos, bem como foram prestadas todas as informações consideradas relevantes sobre os negócios da Companhia, para permitir aos investidores a tomada de decisão fundamentada sobre a Oferta; e

**(F)** a Companhia e os Acionistas Vendedores, em conjunto com os Coordenadores da Oferta, participaram da elaboração do Prospecto Preliminar e participarão da elaboração do Prospecto Definitivo, incluindo seus respectivos anexos, diretamente ou por meio de seus respectivos consultores legais.

O Acionista Vendedor **DECLARA**, de forma individual e não solidária, nos termos do artigo 56 da Instrução CVM 400 e em atendimento ao item 2.4 do anexo III da Instrução CVM 400, que:

**(i)** é responsável pela veracidade, consistência, qualidade e suficiência das informações prestadas por ocasião do registro e fornecidas ao mercado durante a Oferta;

**(ii)** tomou todas as cautelas e agiu com elevados padrões de diligência, respondendo pela falta de diligência ou omissão, para assegurar que as informações prestadas pela Companhia e pelos Acionistas Vendedores por ocasião do registro da Oferta, no Prospecto Preliminar e no Prospecto Definitivo, incluindo seus respectivos anexos, nas datas de suas respectivas divulgações, bem como aquelas fornecidas ao mercado durante todo o período da Oferta, são e serão verdadeiras, consistentes, corretas e suficientes, permitindo aos investidores uma tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta;

**(iii)** o Prospecto Preliminar foi elaborado e o Prospecto Definitivo será elaborado de acordo com as normas pertinentes, incluindo, mas não se limitando, à Instrução CVM 400 e o "Código ANBIMA de Regulação e Melhores Práticas para Estruturação, Coordenação e Distribuição de Ofertas Públicas de Valores Mobiliários e Ofertas Públicas de Aquisição de Valores Mobiliários", atualmente em vigor; e

**(iv)** o Prospecto Preliminar contém e o Prospecto Definitivo conterá, nas datas de suas respectivas divulgações, as informações relevantes necessárias ao conhecimento pelos investidores da Oferta, das Ações a serem ofertadas, da Companhia, suas atividades, situação econômico-financeira, dos riscos inerentes à sua atividade e quaisquer outras informações relevantes.

Serra, 07 de outubro de 2020.

  
GERMAN GARFINKEL

---

**DECLARAÇÃO DO COORDENADOR LÍDER, NOS TERMOS DO ARTIGO 56 DA INSTRUÇÃO  
CVM 400**

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)



## DECLARAÇÃO DO COORDENADOR LÍDER

### PARA FINS DO ARTIGO 56 DA INSTRUÇÃO DA CVM Nº 400

**BANCO ITAÚ BBA S.A.**, instituição financeira com escritório na Avenida Brigadeiro Faria Lima, 3.500, 1º, 2º, 3º (parte), 4º e 5º andares, CEP 04538-132, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica no Ministério da Economia sob o nº 17.298.092/0001-30, neste ato representada na forma de seu estatuto social (“**Coordenador Líder**”), vem, na qualidade de instituição intermediária líder da oferta pública de distribuição primária e secundária de ações ordinárias, nominativas, escriturais, sem valor nominal, todas livres e desembaraçadas de quaisquer ônus ou gravames, de emissão da **W2W E-COMMERCE DE Vinhos S.A.** (“**Ações**” e “**Companhia**”, respectivamente), a ser realizada no Brasil, com esforços de colocação das Ações no exterior, sob coordenação do Coordenador Líder, do **Bank of America Merrill Lynch Banco Múltiplo S.A.** (“**Bank of America**”), do **Banco BTG Pactual S.A.** (“**BTG Pactual**”), da **XP Investimentos Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários S.A.** (“**XP**”) e do **Banco ABC Brasil S.A.** (“**Banco ABC**” e, em conjunto com o Coordenador Líder, o Bank of America, o BTG Pactual e a XP, os “**Coordenadores da Oferta**”) (“**Oferta**”), nos termos da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários nº 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada (“**Instrução CVM 400**”), apresentar a declaração de que trata o artigo 56 da Instrução CVM 400.

#### CONSIDERANDO QUE:

(A) a Companhia, os Acionistas Vendedores (conforme identificados no Prospecto Preliminar da Oferta Pública de Distribuição Primária e Secundária de Ações Ordinárias de Emissão da W2W E-Commerce de Vinhos S.A. (“**Prospecto Preliminar**”)) e os Coordenadores da Oferta constituíram seus respectivos assessores legais para auxiliá-los na implementação da Oferta;

(B) para realização da Oferta, está sendo efetuada auditoria jurídica na Companhia e em suas subsidiárias, iniciada em 17 de agosto de 2020, a qual prosseguirá até a divulgação do Prospecto Definitivo da Oferta Pública de Distribuição Primária e Secundária de Ações Ordinárias de Emissão da W2W E-Commerce de Vinhos S.A. (“**Prospecto Definitivo**” e, quando em conjunto com o Prospecto Preliminar, “**Prospectos**”);

(C) por solicitação do Coordenador Líder, a Companhia contratou seus auditores independentes, qual seja, a PricewaterhouseCoopers Brasil Ltda., para aplicação de procedimentos previamente acordados, em conformidade com a Norma Brasileira de Contabilidade – CTA 23 emitida pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC, dentre eles, a emissão de carta conforto para os Coordenadores da Oferta, de modo a verificar a consistência de determinadas informações contábeis e financeiras, incluídas ou incorporadas por referência aos Prospectos, com as demonstrações financeiras consolidadas da Companhia, relativas aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017 e com as informações financeiras intermediárias consolidadas da Companhia, contidas no Formulário de Informações Trimestrais – ITR referentes aos períodos de três meses findos em 30 de junho de 2020 e 2019;

**(D)** foram disponibilizados pela Companhia e pelos Acionistas Vendedores os documentos que a Companhia e os Acionistas Vendedores consideraram relevantes para a Oferta;

**(E)** além dos documentos referidos no item (D) acima, foram solicitados pelo Coordenador Líder documentos e informações adicionais relativos à Companhia e aos Acionistas Vendedores, os quais a Companhia e os Acionistas Vendedores confirmam ter disponibilizado;

**(F)** a Companhia e os Acionistas Vendedores confirmam ter disponibilizado para análise do Coordenador Líder e de seus assessores legais, com veracidade, consistência, qualidade e suficiência, todos os documentos e prestado todas as informações consideradas relevantes sobre os negócios da Companhia para análise do Coordenador Líder e de seus assessores legais, como o fim de permitir aos investidores uma tomada de decisão fundamentada sobre a Oferta; e

**(G)** a Companhia e os Acionistas Vendedores, em conjunto com os Coordenadores da Oferta e os assessores legais, participaram da elaboração do Prospecto Preliminar e participarão da elaboração do Prospecto Definitivo.

O Coordenador Líder, em cumprimento ao disposto no artigo 56 da Instrução CVM 400, declara que:

**(i)** tomou todas as cautelas e agiu com elevados padrões de diligência, para assegurar que: **(a)** as informações prestadas pela Companhia e pelos Acionistas Vendedores no Prospecto Preliminar e no Prospecto Definitivo, nas datas de suas respectivas disponibilizações, são verdadeiras, consistentes, corretas e suficiente, permitindo aos investidores uma tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta; e **(b)** as informações fornecidas ao mercado durante todo o prazo da Oferta, inclusive aquelas eventuais ou periódicas constantes da atualização do registro da Companhia e/ou que integram o Prospecto Preliminar e/ou que venham a integrar o Prospecto Definitivo, nas datas de suas respectivas disponibilizações, são suficientes, permitindo aos investidores uma tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta;

**(ii)** o Prospecto Preliminar foi e o Prospecto Definitivo será elaborado de acordo com as normas pertinentes, incluindo, mas não se limitando, à Instrução CVM 400 e o "*Código ANBIMA de Regulação e Melhores Práticas para Estruturação, Coordenação e Distribuição de Ofertas Públicas de Valores Mobiliários e Ofertas Públicas de Aquisição de Valores Mobiliários*", atualmente em vigor; e

**(iii)** o Prospecto Preliminar contém e o Prospecto Definitivo conterá, nas datas de suas respectivas disponibilizações, as informações relevantes necessárias ao conhecimento pelos investidores da Oferta, das Ações a serem ofertadas, da Companhia, incluindo aquelas

relacionadas às suas atividades e à sua situação econômico-financeira, dos riscos que possam afetar a Companhia e a Oferta e quaisquer outras informações relevantes.

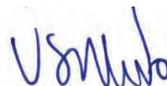
São Paulo, 07 de outubro de 2020.

**BANCO ITAÚ BBA S.A.**



---

Nome: Roderick Sinclair Greenlees  
Cargo: Managing Director



---

Nome: Ubiratan dos Santos Machado  
Cargo: Managing Director

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

---

**INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS REVISADAS, INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS DA  
COMPANHIA REFERENTES AO PERÍODO DE SEIS MESES FINDO EM 30 DE JUNHO DE 2020**

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)



***W2W E-Commerce  
de Vinhos S.A.***

***Conjunto completo das  
Informações Trimestrais - ITR em  
30 de junho de 2020***

# Conjunto completo das Informações Trimestrais - ITR em 30 de junho de 2020

O conjunto de demonstrações apresentado a seguir é composto pelas seguintes informações:

- ✓ Relatório da administração;
- ✓ Relatório do auditor independente;
- ✓ Demonstrações Financeiras;
- ✓ Declaração dos diretores sobre as Demonstrações Financeiras;
- ✓ Declaração dos diretores sobre a opinião expressa no relatório dos auditores independentes e sobre as informações contábeis intermediárias



## MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

A W2W E-Commerce de Vinhos S.A. ("Companhia" ou "Wine") opera no mercado varejista e atacadista comercializando vinhos, linha gourmet e outras bebidas nacionais e importadas, principalmente via comércio eletrônico (e-commerce). A companhia foi constituída em 2008 e opera com os sites "www.wine.com.br", "www.vinhofacil.com.br", "www.wineeventos.com.br" e "www.wine2b.com.br".

Além da comercialização através dos canais digitais, outra importante fonte de receita da Companhia é o Clube Wine, assinatura periódica em que os clientes recebem os vinhos recomendados pela curadoria de enólogos da Wine, uma revista com conteúdo editorial exclusivo com informações atuais aos interessados pelo mundo dos vinhos, além de outros benefícios, como descontos e promoções exclusivas.

A Companhia é uma sociedade anônima de capital fechado, com sedes administrativas nas cidades de Vitória/ES e São Paulo/SP e um centro de distribuição na cidade de Serra/ES. A Companhia possui seu controle compartilhado entre a Orbeat Som e Imagem Ltda., empresa do Grupo RBS, e Península Fundo de Investimento em Participações.

Em 2019, em linha com a estratégia da Companhia e expansão dos seus negócios e relacionamento com seus clientes, e em face à aquisição da controlada Bodegas de Los Andes Comércio de Vinhos Ltda. ("Bodegas") no ano anterior, a Companhia inaugurou sua primeira loja física sob a marca "Wine", no bairro de Lourdes em Belo Horizonte/MG. A estratégia da Companhia com o conceito de multicanalidade e a capacidade de oferecer a mesma experiência independente do canal de contato com o cliente, com o objetivo de oferecer nossos produtos em diferentes canais de venda, preservar a mesma experiência desde a atração desses clientes, passando pela venda e mantendo o mesmo padrão e qualidade no pós venda em todos eles, tanto no mundo online como no offline.

Em outubro de 2019, para proporcionar experiências diferenciadas a seus clientes e manter seu perfil inovador, a WINE lança no mercado o WineUP, programa de recompensas que, entre muitas funções, permite acumular pontos e convertê-los em prêmios e descontos além de gamificação por conquistas em cada missão.

Acompanhando o fim de 2019, em 2020 a popularidade do APP Wine segue crescente e o aplicativo passa, dos 484 mil downloads e conta com mais de 146 mil usuários ativos mensalmente.

Em 11 março de 2020, a Organização Mundial de Saúde (OMS) declarou a pandemia do vírus COVID-19, doença causada pelo novo coronavírus (Sars-Cov-2). No período pós-início da quarentena devido à pandemia do COVID-19, ou seja, de abril a junho de 2020, o consumo avançou ainda mais e chegou a 2,81 litros / habitante maior de 18 anos, um crescimento de 39% quando comparado com o mesmo período de 2019. Fonte: Ideal Consulting

A Wine conseguiu capturar este movimento positivo por já estar bem posicionada no seu mercado. A empresa é nativa digital, portanto a marca acabou se beneficiando deste movimento de migração de compras para o online

As políticas da Companhia e de suas controladas na contratação de serviços de auditores independentes visam assegurar que não haja conflito de interesses e perda de independência ou objetividade do auditor. Durante o 2º trimestre do exercício de 2020, os auditores independentes da Companhia, PricewaterhouseCoopers - PwC prestaram serviços de auditoria das Demonstrações Financeiras, cujos honorários totalizaram R\$ 45.600 e representaram 100% em relação aos honorários totais dos serviços de auditoria externa.



## RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

### DESEMPENHO DA WINE NO 2º TRI 2020

Aumento expressivo nas compras online e especificamente no consumo de vinho durante a pandemia do COVID-19. Com isso, o Clube de Assinaturas de Vinhos veio batendo recordes de captação no período, fechando o semestre com 179mil sócios. Estes sócios por sua vez aproveitando os benefícios no E-commerce, também geraram um grande aumento de receita para o canal. Esse resultado do segmento de E-commerce está diretamente ligado ao sucesso da estratégia de direcionar os investimentos e o foco da Companhia para o crescimento do número de assinaturas nos Clubes, que passou de 124 mil em junho de 2019 para 179 mil em junho de 2020, e partir de uma base maior de assinantes promover ações de incentivo para que esses sócios façam compras adicionais no E-commerce, principalmente após o lançamento do aplicativo da Wine em meados de 2019.

A disparada do dólar foi um ponto relevante neste 2º tri, onde o relacionamento da Wine com as vinícolas em todo o mundo e a compra em grande quantidade minimizam o impacto, além da política bem sucedida de hedge que protege principalmente o Clube de Assinaturas de Vinhos destas variações drásticas.

No B2B, mesmo com restaurantes e bares fechados, novas parcerias com grandes redes garantiram excelente performance.

### DESEMPENHO ECONÔMICO FINANCEIRO

**2,7MM**  
garrafas vendidas



**660mil**  
de pedidos.



**+52mil**  
sócios.



Informações Consolidadas (R\$ MM)	2T20	2T19	Var.	1S20	1S19	Var.
Receita líquida	87.412	64.115	36,3%	146.335	115.769	26,4%
Custo das vendas	(46.082)	(34.438)	33,8%	(76.294)	(61.043)	25,0%
Lucro bruto	41.330	29.677	39,3%	70.041	54.726	28,0%
<b>Margem Bruta (%)</b>	<b>47,3%</b>	<b>46,3%</b>		<b>47,9%</b>	<b>47,3%</b>	
Despesas operacionais (vendas, administrativas e outras)	(34.987)	(36.504)	(4,2%)	(64.856)	(65.672)	(1,2%)
Despesas com vendas	(19.473)	(21.396)	(9,0%)	(34.148)	(37.158)	(8,1%)
Despesas administrativas	(7.780)	(9.143)	(14,9%)	(14.879)	(17.742)	(16,1%)
Despesas gerais	(7.180)	(7.582)	(5,3%)	(15.365)	(14.365)	7,0%
Outras despesas operacionais	(554)	1.617	(134,3%)	(464)	3.593	(112,9%)
<b>Despesas operacionais/Receita líquida (%)</b>	<b>(40,0%)</b>	<b>(56,9%)</b>		<b>(44,3%)</b>	<b>(56,7%)</b>	
EBITDA ajustado	9.855	(3.632)	(371,3%)	12.368	(5.215)	(337,2%)
<b>Margem EBITDA ajustada</b>	<b>11,3%</b>	<b>(5,7%)</b>		<b>8,5%</b>	<b>(4,5%)</b>	

- O crescimento nas despesas operacionais líquidas é explicada principalmente pela contabilização de R\$ 3.6 milhões a título de créditos tributários realizados no primeiro semestre de 2019 referente a contribuições federais de PIS e COFINS.



## RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

## COMPOSIÇÃO EBITDA AJUSTADO

Informações Consolidadas (R\$ MM)	2T20	2T19	Var.	1S20	1S19	Var.
<b>Lucro Operacional</b>	<b>6.343</b>	<b>(6.827)</b>	<b>(192,9%)</b>	<b>5.185</b>	<b>(10.946)</b>	<b>(147,4%)</b>
Depreciação e Amortização	2.868	3.377	(15,1%)	6.022	6.041	(0,3%)
<b>EBITDA</b>	<b>9.211</b>	<b>(3.450)</b>	<b>(367,0%)</b>	<b>11.207</b>	<b>(4.905)</b>	<b>(328,5%)</b>
Não recorrentes	644	(182)	(453,8%)	1.160	(310)	(474,3%)
<b>EBITDA ajustado</b>	<b>9.855</b>	<b>(3.632)</b>	<b>(371,3%)</b>	<b>12.368</b>	<b>(5.215)</b>	<b>(337,2%)</b>

- Os efeitos combinados de melhores resultados de receita líquida, ligeira melhora da margem de lucro bruto, e manutenção do montante total de despesas operacionais geraram uma melhora do lucro operacional, que passou de um prejuízo de R\$ (10,9) milhões para um ganho de R\$ 5,2 milhões no mesmo período em 2020.

## Não recorrentes

Informações Consolidadas (R\$ MM)	2T20	2T19	Var.	1S20	1S19	Var.
Alienação de ativos		(463)			(589)	
Despesas legais	241	281	(14,2%)	757	279	171,3%
Ganho ou perda tributária	403			403		
Custos baixa de ativo						
<b>Não recorrentes</b>	<b>644</b>	<b>(182)</b>	<b>(453,8%)</b>	<b>1.160</b>	<b>(310)</b>	<b>(474,3%)</b>

- Despesas legais com consultorias e perdas tributárias.



## RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

## Resultado financeiro

Informações Consolidadas (R\$ MM)	2T20	2T19	Var.	1S20	1S19	Var.
<b>Receitas financeiras</b>	<b>2.334</b>	<b>1.275</b>	<b>83,1%</b>	<b>4.721</b>	<b>3.323</b>	<b>42,1%</b>
Descontos obtidos	61	195	(68,7%)	148	254	(41,7%)
Receita financeira	188	146	28,8%	360	342	5,3%
Variação cambial ativa	2.058	934	120,3%	4.186	2.727	53,5%
Juros ativos	27			27		
<b>Despesas financeiras</b>	<b>(2.903)</b>	<b>(1.531)</b>	<b>89,6%</b>	<b>(10.067)</b>	<b>(6.329)</b>	<b>59,1%</b>
Encargos sobre empréstimos	(7)	419	(101,7%)	(156)	(2.012)	(92,2%)
IOF	(19)	(14)	35,7%	(30)	(40)	(25,0%)
Variação cambial passiva	(1.751)	(1.290)	35,7%	(7.704)	(3.495)	120,4%
Outras despesas financeiras	(1.126)	(646)	74,3%	(2.177)	(782)	178,4%
<b>Resultado financeiro líquido</b>	<b>(569)</b>	<b>(256)</b>	<b>122,3%</b>	<b>(5.346)</b>	<b>(3.006)</b>	<b>77,8%</b>

- A queda no resultado financeiro líquido quando comparado a 2019, se deve a contabilização de receita financeira extraordinária dos juros das debêntures em posse da Península Participações e atualização do crédito de PIS/COFINS proveniente da ação transitado em julgado no valor de 1MM contabilizado em 2020.

## LUCRO LÍQUIDO

Informações Consolidadas (R\$ MM)	2T20	2T19	Var.	1S20	1S19	Var.
<b>EBITDA ajustado</b>	<b>9.855</b>	<b>(3.632)</b>	<b>(371,3%)</b>	<b>12.368</b>	<b>(5.215)</b>	<b>(337,2%)</b>
Depreciação e Amortização	(2.868)	(3.377)	(15,1%)	(6.022)	(6.041)	(0,3%)
Não recorrentes	(644)	182	(453,8%)	(1.160)	310	(474,3%)
<b>Lucro Operacional</b>	<b>6.343</b>	<b>(6.827)</b>	<b>(192,9%)</b>	<b>5.185</b>	<b>(10.946)</b>	<b>(147,4%)</b>
Resultado financeiro	(569)	(256)	122,3%	(5.346)	(3.006)	77,8%
Receitas financeiras	2.334	1.275	83,1%	4.721	3.323	42,1%
Despesas financeiras	(2.903)	(1.531)	89,6%	(10.067)	(6.329)	59,1%
Provisão para IR e CS	(201)	(562)	(64,2%)	(181)	257	(170,4%)
<b>Lucro Líquido</b>	<b>5.573</b>	<b>(7.645)</b>	<b>(172,9%)</b>	<b>(342)</b>	<b>(13.695)</b>	<b>(97,5%)</b>



## RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

## FLUXO DE CAIXA

Informações Consolidadas (R\$ MM)	2T20		2T19		1S19		Var.
		Var.		Var.		Var.	
<b>Lucro Líquido</b>	<b>5.573</b>	<b>(7.645)</b>	<b>(172,9%)</b>	<b>(342)</b>	<b>(13.695)</b>	<b>(97,5%)</b>	
Provisão para IR e CS	201	562	(64,2%)	181	(257)	(170,4%)	
<b>LAIR</b>	<b>5.774</b>	<b>(7.083)</b>	<b>(181,5%)</b>	<b>(161)</b>	<b>(13.952)</b>	<b>(98,8%)</b>	
Depreciação/Amortização e Outros	2.868	3.377	(15,1%)	6.023	6.041	(0,3%)	
Juros e Variações cambiais	605	(12.616)	(104,8%)	2.131	(9.968)	(121,4%)	
Baixa de imobilizado/intangível e outros	(828)	(141)	485,6%	(1.193)	(637)	87,3%	
Variação Capital de Giro	4.074	12.070	(66,2%)	9.877	13.436	(26,5%)	
Juros sobre Empréstimos e Financiamentos pagos	(20)	(19)	7,5%	(60)	(59)	1,7%	
IR+CSLL		(83)			(53)		
Financiamentos Operacionais	7.357	676	988,3%	1.754	10.341	(83,0%)	
CAPEX	(2.025)	(2.389)	(15,2%)	(2.928)	(5.937)	(50,7%)	
<b>Fluxo de Caixa</b>	<b>17.805</b>	<b>(6.208)</b>	<b>(386,8%)</b>	<b>15.443</b>	<b>(788)</b>	<b>(2059,8%)</b>	

- O caixa líquido gerado nas atividades operacionais no período de seis meses findo em 30 de Junho de 2020 foi de R\$ 14,3 milhões, em comparação ao caixa líquido utilizado no período de seis meses findo em 30 de Junho de 2019, que foi negativo em R\$ 3,0 milhões. Este aumento de R\$ 17,3 milhões, é atribuído substancialmente a (i) R\$ 13,0 milhões em decorrência do aumento do prazo de pagamento a fornecedores estrangeiros; (ii) postergação de impostos a recolher em adoção as medidas publicadas pelo Governo no enfrentamento a COVID-19. Nas atividades de investimento esta diminuição de R\$ 3,0 milhões no caixa dos semestres é atribuído substancialmente ao maior investimento realizado em 2019 na estrutura do Centro de Distribuição em SP e investimentos em tecnologias direcionados a nossa plataforma de e-commerce. Nas atividades de financiamento, quando comparado os semestres, essa redução é decorrente principalmente dos pagamentos de empréstimos captados em 2019 no montante de R\$ 13,0 milhões, novas captações no montante de R\$ 21,1 milhões visando reforço de caixa da companhia para fazer frente ao cenário econômico imposto pela COVID-19 e aumento no volume de pagamentos a título de arrendamento mercantil de R\$ 4,1 milhões.



## RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

## ENDIVIDAMENTO

Informações Consolidadas (R\$ MM)	2T20	2T19	Var.	1S20	1S19	Var.
<b>Empréstimos e financiamentos</b>	<b>10.306</b>	<b>(13.477)</b>	<b>(176,5%)</b>	<b>31.970</b>	<b>86.718</b>	<b>(63,1%)</b>
CCB	(6)	(10)	(42,3%)	8	743	(98,9%)
FINAME	(63)	(59)	7,1%	106	352	(69,9%)
FINIMP					9.209	
Debêntures		(13.452)	(100,0%)		66.088	(100,0%)
Swap	171			10.356		
Empréstimos em moeda estrangeira	10.204	44	23196,8%	21.500	10.326	108,2%
<b>Caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>(17.802)</b>	<b>6.208</b>	<b>(386,8%)</b>	<b>(22.200)</b>	<b>(5.094)</b>	<b>335,8%</b>
<b>Endividamento líquido</b>	<b>(7.496)</b>	<b>(7.269)</b>	<b>3,1%</b>	<b>9.770</b>	<b>81.624</b>	<b>(88,0%)</b>

- O endividamento líquido ao final do exercício de 30 de junho de 2020 é de 9,8MM. Em relação ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019, a dívida líquida apresentou uma redução de quase 5,2MM devido à maior disponibilidade de caixa, proveniente principalmente da melhor performance operacional de todos os segmentos de atuação no primeiro semestre de 2020, e um novo empréstimo tomado pela Companhia com o objetivo de nos resguardar em relação a possíveis impactos que o negócio poderia sofrer devido a pandemia do COVID-19.

## INVESTIMENTO

Informações Consolidadas (R\$ MM)	2T20	2T19	Var.	1S20	1S19	Var.
Marketing		24			121	
Operações	5	723	(99,3%)	50	751	(93,3%)
Administrativo	471	68	595,6%	577	74	683,2%
TI	1.459	1.576	(7,5%)	2.665	5.001	(46,7%)
Novos negócios	80	5		230	5	4761,8%
<b>Investimentos</b>	<b>2.015</b>	<b>2.395</b>	<b>(15,9%)</b>	<b>3.523</b>	<b>5.952</b>	<b>(40,8%)</b>

- O CAPEX do 2º trimestre concentrou-se na adequação da nova sede da companhia em SP e atualizações da plataforma do e-commerce.



# **W2W E-commerce de Vinhos S.A.**

**Informações Trimestrais - ITR em  
30 de junho de 2020  
e relatório sobre a revisão de  
informações trimestrais**





## Relatório sobre a revisão de informações trimestrais

Aos Administradores e Acionistas  
W2W E-commerce de Vinhos S.A.

### Introdução

Revisamos as informações financeiras intermediárias, individuais e consolidadas, da W2W E-commerce de Vinhos S.A. (“Companhia”), contidas no Formulário de Informações Trimestrais - ITR referente ao trimestre findo em 30 de junho de 2020, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente para os períodos de três e de seis meses findos nessa data e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para os períodos de três e de seis meses findos nessa data, assim como o resumo das principais políticas contábeis e as demais notas explicativas.

A administração é responsável pela elaboração das informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 – Demonstração Intermediária e com a norma internacional de contabilidade IAS 34 – *Interim Financial Reporting*, emitida pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações financeiras intermediárias com base em nossa revisão.

### Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 – Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 – *Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity*, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

### Conclusão sobre as informações intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21 e o IAS 34, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.



W2W E-commerce de Vinhos S.A.

## Ênfase

### Reemissão das informações financeiras intermediárias

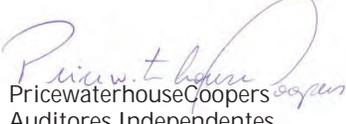
Em 2 de setembro de 2020, emitimos relatório de revisão sem modificação sobre as informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas da W2W E-commerce de Vinhos S.A., relativas aos períodos de três e seis meses findos em 30 de junho de 2020, que ora estão sendo reemitidas. Conforme descrito nas Nota 1.2.1, essas informações financeiras intermediárias foram alteradas e estão sendo reemitidas em função do desdobramento das ações da Companhia, bem como para refletir outros ajustes descritos na referida nota explicativa. Consequentemente, estamos reemitindo nosso relatório em substituição ao relatório emitido anteriormente. Nossa revisão não contém modificação relacionada a esse assunto.

## Outros assuntos

### Demonstrações do valor adicionado

As informações trimestrais acima referidas incluem as demonstrações do valor adicionado (DVA), individuais e consolidadas, referentes ao período de três e de seis meses findo em 30 de junho de 2020, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentadas como informação suplementar para fins do IAS 34. Essas demonstrações foram submetidas a procedimentos de revisão executados em conjunto com a revisão das informações trimestrais, com o objetivo de concluir se elas estão conciliadas com as informações financeiras intermediárias e registros contábeis, conforme aplicável, e se sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 – “Demonstração do Valor Adicionado”. Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que essas demonstrações do valor adicionado não foram elaboradas, em todos aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e de forma consistente em relação às informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Porto Alegre, 7 de outubro de 2020

  
PricewaterhouseCoopers  
Auditores Independentes  
CRC 2SP000160/O-5

  
Carlos Alexandre Peres  
Contador CRC 1SP198156/O-7

**W2W E-Commerce de Vinhos S.A.**  
**Balanco patrimonial**  
Em milhares de reais

Ativo	Nota	Controladora		Consolidado		Passivo e patrimônio líquido	Nota	Controladora		Consolidado	
		30/06/2020	31/12/2019	30/06/2020	31/12/2019			30/06/2020	31/12/2019	30/06/2020	31/12/2019
<b>Circulante</b>											
Caixa e equivalentes de caixa	4	21.436	6.465	22.200	6.757	Fornecedores	15	61.666	47.204	61.892	47.439
Instrumentos financeiros derivativos	5	4.009	-	4.009	-	Fornecedores (forfeiting)	15	2.212	3.625	2.212	3.625
Contas a receber de clientes	6	40.492	31.001	38.988	30.409	Emprestimos e financiamentos	16	31.970	21.684	31.970	21.684
Ativos relacionados a contrato com clientes	6	17.853	8.584	17.853	8.584	Passivos de arrendamento	17	3.667	5.180	3.684	5.250
Estoque	7	58.723	58.684	59.354	59.646	Instrumentos financeiros derivativos	5	-	455	-	455
Impostos a recuperar	8	26.523	36.003	26.582	36.062	Obrigações sociais e trabalhistas	18	6.422	7.251	6.829	7.471
Outros ativos	9	6.634	3.493	6.656	3.547	Impostos a recolher	8	13.366	8.626	13.747	9.028
		175.670	144.230	175.622	145.005	Passivos relacionados a contratos com clientes	6	13.573	11.311	13.573	11.311
						Provisões para contingências	19	142	98	142	97
						Outros passivos	20	2.888	3.643	2.191	3.645
								135.936	109.077	136.240	110.005
<b>Não circulante</b>											
Realizável a longo prazo	10	41	115	41	115	Passivos de arrendamento	17	12.057	14.481	12.057	14.481
Tributos diferidos	9	3.004	3.088	3.043	3.127	Tributos diferidos	10	1.031	924	3.141	3.034
Outros ativos		3.045	3.203	3.084	3.242	Outros passivos	20	2.238	2.280	2.238	2.280
								15.326	17.685	17.436	19.795
								151.262	126.762	153.676	129.800
Investimento	11	12.954	13.422	-	-	Total do passivo					
Direito de Uso	12	18.855	22.249	18.943	22.345	Patrimônio líquido	21	104.955	104.955	104.955	104.955
Imobilizado	13	6.892	7.472	7.096	7.625	Capital social		2.659	(376)	2.659	(376)
Intangível	14	12.781	12.428	27.866	27.825	Ajustes de avaliação patrimonial		(28.679)	(28.337)	(28.679)	(28.337)
						Prejuízos acumulados					
		54.527	58.774	56.989	61.037	Total do patrimônio líquido		78.935	76.242	78.935	76.242
Total do ativo		230.197	203.004	232.611	206.042	Total do passivo e patrimônio líquido		230.197	203.004	232.611	206.042

As notas explicativas da Administração são parte integrante das informações trimestrais.

**W2W E-Commerce de Vinhos S.A.**  
**Demonstração do resultado**  
**Períodos de três e seis meses findos em 30 de junho**  
**Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

	Nota	Controladora			
		01/04/2020 a 30/06/2020	01/01/2020 a 30/06/2020	01/04/2019 a 30/06/2019	01/01/2019 a 30/06/2019
Receita líquida	22	86.254	143.976	61.753	112.656
Custo das vendas	23	<u>(45.426)</u>	<u>(74.933)</u>	<u>(32.955)</u>	<u>(59.342)</u>
<b>Lucro bruto</b>		<b><u>40.828</u></b>	<b><u>69.043</u></b>	<b><u>28.798</u></b>	<b><u>53.314</u></b>
Despesas com vendas	23	(19.050)	(33.378)	(20.966)	(36.650)
Despesas administrativas	23	(7.394)	(14.067)	(8.583)	(16.903)
Despesas gerais	23	(7.063)	(15.114)	(7.378)	(14.054)
Resultado de equivalência patrimonial	11	431	(2)	(404)	(503)
Outros resultados operacionais	23	(1.401)	(1.285)	1.627	3.816
<b>Lucro (Prejuízo) operacional</b>		<b><u>6.351</u></b>	<b><u>5.197</u></b>	<b><u>(6.906)</u></b>	<b><u>(10.980)</u></b>
Receitas financeiras	24	2.324	4.702	1.267	3.297
Despesas financeiras	24	<u>(2.901)</u>	<u>(10.060)</u>	<u>(1.527)</u>	<u>(6.322)</u>
<b>Resultado financeiro líquido</b>		<b><u>(577)</u></b>	<b><u>(5.358)</u></b>	<b><u>(260)</u></b>	<b><u>(3.025)</u></b>
<b>Lucro (Prejuízo) antes da provisão para o imposto de renda e contribuição social</b>		<b><u>5.774</u></b>	<b><u>(161)</u></b>	<b><u>(7.166)</u></b>	<b><u>(14.005)</u></b>
Imposto de renda e contribuição social	10	<u>(201)</u>	<u>(181)</u>	<u>(479)</u>	310
<b>Lucro (Prejuízo) do período</b>		<b><u>5.573</u></b>	<b><u>(342)</u></b>	<b><u>(7.645)</u></b>	<b><u>(13.695)</u></b>
<b>Lucro (Prejuízo) por ação atribuível aos acionistas da Companhia – em R\$ (Reemitido)</b>					
Básico	21	0,0001	0,0000	(0,0001)	(0,0002)
Diluído	21	0,0001	0,0000	(0,0001)	(0,0002)

**W2W E-Commerce de Vinhos S.A.**  
**Demonstração do resultado**  
**Períodos de três e seis meses findos em 30 de junho**  
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Nota	Consolidado			
		01/04/2020 a 30/06/2020	01/01/2020 a 30/06/2020	01/04/2019 a 30/06/2019	01/01/2019 a 30/06/2019
Receita líquida	22	87.412	146.335	64.115	115.769
Custo das vendas	23	(46.082)	(76.294)	(34.438)	(61.043)
<b>Lucro bruto</b>		<b>41.330</b>	<b>70.041</b>	<b>29.677</b>	<b>54.726</b>
Despesas com vendas	23	(19.473)	(34.148)	(21.396)	(37.158)
Despesas administrativas	23	(7.780)	(14.879)	(9.143)	(17.742)
Despesas gerais	23	(7.180)	(15.365)	(7.582)	(14.365)
Outros resultados operacionais	23	(554)	(464)	1.617	3.593
<b>Lucro (Prejuízo) operacional</b>		<b>6.343</b>	<b>5.185</b>	<b>(6.827)</b>	<b>(10.946)</b>
Receitas financeiras	24	2.334	4.721	1.275	3.323
Despesas financeiras	24	(2.903)	(10.067)	(1.531)	(6.329)
<b>Resultado financeiro líquido</b>		<b>(569)</b>	<b>(5.346)</b>	<b>(256)</b>	<b>(3.006)</b>
<b>Lucro (Prejuízo) antes da provisão para o imposto de renda e contribuição social</b>		<b>5.774</b>	<b>(161)</b>	<b>(7.083)</b>	<b>(13.952)</b>
Imposto de renda e contribuição social	10	(201)	(181)	(562)	257
<b>Lucro (Prejuízo) do período</b>		<b>5.573</b>	<b>(342)</b>	<b>(7.645)</b>	<b>(13.695)</b>

**W2W E-Commerce de Vinhos S.A.**  
**Demonstração do resultado abrangente**  
**Períodos de três e seis meses findos em 30 de junho**  
 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	<b>Controladora e Consolidado</b>			
	<b>01/04/2020 a 30/06/2020</b>	<b>01/01/2020 a 30/06/2020</b>	<b>01/04/2019 a 30/06/2019</b>	<b>01/01/2019 a 30/06/2019</b>
Lucro/Prejuízo do período	5.573	(342)	(7.645)	(13.695)
Hedges de fluxo de caixa, líquido	19	3.035	19	(817)
<b>Total do resultado abrangente do período</b>	<b><u>5.592</u></b>	<b><u>2.693</u></b>	<b><u>(7.626)</u></b>	<b><u>(14.512)</u></b>

**W2W E-Commerce de Vinhos S.A.**  
**Demonstração das mutações no patrimônio líquido**  
**Períodos de seis meses findos em 30 de junho**  
 Em milhares de reais

	Capital social	Reserva de lucros	Ajustes de avaliação patrimonial	Prejuízos acumulados	Total
<b>Em 1º de janeiro de 2019</b>	<b>44.955</b>	<b>685</b>	<b>759</b>	<b>(36.571)</b>	<b>9.828</b>
Resultado abrangente do período	-	-	-	(13.695)	(13.695)
Prejuízo do período	-	-	(817)	-	(817)
Hedges de fluxo de caixa, líquidos de impostos	-	-	-	-	-
Total resultado abrangente do período	-	-	(817)	(13.695)	(14.512)
<b>Saldos em 30 de junho de 2019</b>	<b>44.955</b>	<b>685</b>	<b>(68)</b>	<b>(50.266)</b>	<b>(4.684)</b>
<b>Em 1º de janeiro de 2020</b>	<b>104.955</b>	-	<b>(376)</b>	<b>(28.337)</b>	<b>76.242</b>
Resultado abrangente do período	-	-	-	(342)	(342)
Prejuízo do período	-	-	3.035	-	3.035
Hedges de fluxo de caixa, líquidos de impostos	-	-	-	-	-
Total resultado abrangente do período	-	-	3.035	(342)	2.693
<b>Saldos em 30 de junho de 2020</b>	<b>104.955</b>	-	<b>2.659</b>	<b>(28.679)</b>	<b>78.935</b>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das informações trimestrais.

**W2W E-Commerce de Vinhos S.A.**  
**Demonstração dos fluxos de caixa**  
**Períodos de três e seis meses findos em 30 de junho**  
**Em milhares de reais**

	<b>Controladora</b>			
	<b>01/04/2020 à 30/06/2020</b>	<b>01/01/2020 à 30/06/2020</b>	<b>01/04/2019 à 30/06/2019</b>	<b>01/01/2019 à 30/06/2019</b>
<b>Fluxo de caixa das atividades operacionais</b>				
Lucro (Prejuízo) antes do imposto de renda e contribuição social	5.774	(161)	(7.166)	(14.005)
<b>Ajustes para reconciliar o lucro ao fluxo de caixa das atividades operacionais</b>				
Depreciação (Nota 13)	1.627	4.015	1.658	3.405
Amortização (Nota 14)	1.213	2.380	1.642	2.510
Despesas com juros e variações cambiais	601	1.662	(12.616)	(9.968)
Perdas na baixa de imobilizado e intangível	21	212	21	(226)
(Ganhos) perdas com valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado	(871)	(1.429)	325	334
Resultado de equivalência patrimonial	(431)	2	404	503
Provisão de perdas com investimentos	155	155	-	-
Reversão para devedores duvidosos	(3)	(5)	(2)	2
Provisão de provisão para perda nos estoques	30	(16)	(471)	(699)
Reversão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	(5)	44	(14)	(48)
	<b>8.112</b>	<b>6.859</b>	<b>(16.219)</b>	<b>(18.192)</b>
<b>Variações nos ativos e passivos</b>				
Redução (aumento) de contas a receber	(15.017)	(9.486)	(17.631)	4.175
Redução (aumento) de ativos relacionados a contratos com clientes	(6.668)	(9.269)	10.667	14.832
Redução (aumento) de estoques	10.342	(23)	3.340	523
Redução (aumento) de outros ativos	(2.696)	(3.170)	280	4.875
(Redução) aumento de fornecedores	9.499	15.942	3.316	1.050
(Redução) aumento de passivos relacionados a contratos com clientes	(3.151)	2.262	(1.116)	(19.137)
(Redução) aumento de obrigações trabalhistas e tributárias	12.413	13.570	(2.219)	(2.712)
(Redução) aumento de outros passivos	(1.060)	(671)	14.825	9.204
<b>Caixa gerado pelas (utilizados nas) operações</b>	<b>11.773</b>	<b>16.014</b>	<b>(4.757)</b>	<b>(5.382)</b>
Juros de Empréstimos e Financiamentos	(20)	(60)	(19)	(59)
<b>Caixa líquido gerado pelas (utilizado nas) atividades operacionais</b>	<b>11.753</b>	<b>15.954</b>	<b>(4.776)</b>	<b>(5.441)</b>
<b>Fluxo de caixa das atividades de investimento</b>				
Aquisição de itens relacionados ao direito de uso (Nota12)	(800)	(1.089)	-	-
Aquisição de imobilizado (Nota13)	(176)	(282)	(863)	(1.006)
Aquisição de ativos intangíveis (Nota14)	(1.036)	(2.044)	(1.526)	(4.931)

**W2W E-Commerce de Vinhos S.A.**  
**Demonstração dos fluxos de caixa**  
**Períodos de três e seis meses findos em 30 de junho**  
**Em milhares de reais**

<b>Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento</b>	<b>(2.012)</b>	<b>(3.415)</b>	<b>(2.389)</b>	<b>(5.937)</b>
<b>Fluxo de caixa das atividades de financiamentos</b>				
Captação de empréstimos e financiamentos (Nota16)	9.866	21.105	-	10.700
Captação de fornecedores ( <i>forfeiting</i> )	-	235	2.143	2.143
Amortizações de empréstimos e financiamentos (Nota16)	(143)	(13.009)	(101)	(383)
Amortização de fornecedores ( <i>forfeiting</i> )	(609)	(2.520)	-	-
Amortizações de arrendamentos (Nota16)	(1.476)	(3.379)	(1.266)	(2.119)
<b>Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento</b>	<b>7.638</b>	<b>2.432</b>	<b>776</b>	<b>10.341</b>
<b>Aumento (redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>17.379</b>	<b>14.971</b>	<b>(6.389)</b>	<b>(1.037)</b>
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	4.057	6.465	11.168	5.816
Caixa e equivalentes de caixa no final do período	21.436	21.436	4.779	4.779
<b>Aumento (redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>17.379</b>	<b>14.971</b>	<b>(6.389)</b>	<b>(1.037)</b>

**W2W E-Commerce de Vinhos S.A.**  
**Demonstração dos fluxos de caixa**  
**Períodos de três e seis meses findos em 30 de junho**  
**Em milhares de reais**

	<b>Consolidado</b>			
	<b>01/04/2020 à 30/06/2020</b>	<b>01/01/2020 à 30/06/2020</b>	<b>01/04/2019 à 30/06/2019</b>	<b>01/01/2019 à 30/06/2019</b>
<b>Fluxo de caixa das atividades operacionais</b>				
Lucro / (Prejuízo) antes do imposto de renda e contribuição social	5.774	(161)	(7.083)	(13.952)
<b>Ajustes para reconciliar o lucro ao fluxo de caixa das atividades operacionais</b>				
Depreciação (Nota 13)	1.654	3.640	1.733	3.528
Amortização (Nota 14)	1.214	2.383	1.644	2.513
Despesas com juros e variações cambiais	605	2.131	(12.616)	(9.968)
Perdas na baixa de imobilizado e intangível	21	212	21	(226)
(Ganhos) perdas com valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado	(871)	(1.429)	325	334
Reversão para devedores duvidosos	(3)	(5)	(2)	2
Provisão de provisão para perda nos estoques	30	(16)	(471)	(699)
Reversão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	(5)	45	(14)	(48)
	<b>8.419</b>	<b>6.800</b>	<b>(16.463)</b>	<b>(18.516)</b>
<b>Variações nos ativos e passivos</b>				
Redução (aumento) de contas a receber	(14.586)	(8.554)	(18.431)	3.630
Redução (aumento) de ativos relacionados a contratos com clientes	(6.668)	(9.269)	10.667	14.832
Redução (aumento) de estoques	10.441	308	3.413	856
Redução (aumento) de outros ativos	(2.695)	(3.139)	1.362	3.020
(Redução) aumento de fornecedores	9.487	15.913	3.995	1.725
(Redução) aumento de passivos relacionados a contratos com clientes	(3.151)	2.262	(1.116)	(19.137)
(Redução) aumento de obrigações trabalhistas e tributárias	12.744	13.738	(2.333)	(691)
(Redução) aumento de outros passivos	(1.498)	(1.382)	14.513	9.201
	<b>12.493</b>	<b>16.677</b>	<b>(4.393)</b>	<b>(5.080)</b>
<b>Caixa gerado pelas (utilizados nas) operações</b>				
Juros de Empréstimos e Financiamentos	(20)	(60)	(19)	(59)
Imposto de renda e contribuição social pagos	-	-	(83)	(53)
	<b>12.473</b>	<b>16.617</b>	<b>(4.495)</b>	<b>(5.192)</b>
<b>Fluxo de caixa das atividades de investimento</b>				
Aquisição de itens relacionados ao direito de uso (Nota12)	(811)	(533)	-	-
Aquisição de imobilizado (Nota13)	(176)	(351)	(863)	(1.006)
Aquisição de ativos intangíveis (Nota14)	(1.038)	(2.044)	(1.526)	(4.931)
	<b>(2.025)</b>	<b>(2.928)</b>	<b>(2.389)</b>	<b>(5.937)</b>
<b>Fluxo de caixa das atividades de financiamentos</b>				
Captação de empréstimos e financiamentos	9.866	21.105	-	10.700

**W2W E-Commerce de Vinhos S.A.**  
**Demonstração dos fluxos de caixa**  
**Períodos de três e seis meses findos em 30 de junho**  
**Em milhares de reais**

Captação de fornecedores ( <i>forfaiting</i> )	-	235	2.143	2.143
Amortizações de empréstimos e financiamentos	(143)	(13.009)	(101)	(383)
Amortização de fornecedores ( <i>forfaiting</i> )	(609)	(2.520)	-	-
Amortizações de arrendamentos	(1.757)	(4.057)	(1.366)	(2.119)
<b>Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento</b>	<b>7.357</b>	<b>1.754</b>	<b>676</b>	<b>10.341</b>
<b>Aumento (redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>17.805</b>	<b>15.443</b>	<b>(6.208)</b>	<b>(788)</b>
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	4.395	6.757	11.302	5.882
Caixa e equivalentes de caixa no final do período	22.200	22.200	5.094	5.094
<b>Aumento (redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>17.805</b>	<b>15.443</b>	<b>(6.208)</b>	<b>(788)</b>

**W2W E-Commerce de Vinhos S.A.**  
**Demonstração do valor adicionado**  
**Períodos de três e seis meses findos em 30 de junho**  
**Em milhares de reais**

		<b>Controladora</b>			
	<b>Nota</b>	<b>01/04/2020 à</b>	<b>01/01/2020 à</b>	<b>01/04/2019 à</b>	<b>01/01/2019 à</b>
	<b>s</b>	<b>30/06/2020</b>	<b>30/06/2020</b>	<b>30/06/2019</b>	<b>30/06/2019</b>
<b>Receitas</b>					
Vendas brutas de produtos e serviços	22	121.197	199.026	77.182	138.744
Provisão para créditos de liquidação duvidosa - reversão/(constituição)	6	(2)	(10)	(2)	(15)
		<u>121.195</u>	<u>199.016</u>	<u>77.180</u>	<u>138.729</u>
<b>Insumos adquiridos de terceiros</b>					
Custo dos produtos vendidos, das mercadorias e dos serviços prestados	23	(43.452)	(71.440)	(31.453)	(56.590)
Despesas de transporte	23	(11.532)	(19.741)	(8.594)	(15.984)
Custos de Publicidade, vendas e promoções	23	(5.022)	(9.298)	(10.228)	(16.733)
Serviços de terceiros	23	(473)	(2.089)	(1.018)	(2.083)
Perdas/recuperações de valores ativos	23	(508)	(1.113)	(371)	(592)
Outras despesas	23	(5.037)	(13.523)	(5.516)	(3.840)
		<u>(66.024)</u>	<u>(117.204)</u>	<u>(57.180)</u>	<u>(95.822)</u>
<b>Valor adicionado bruto</b>		55.171	81.812	20.000	42.907
Depreciação e amortização	23	(2.840)	(6.396)	(3.301)	(5.915)
<b>Valor adicionado líquido produzido pela Companhia</b>		<u>52.331</u>	<u>75.416</u>	<u>16.699</u>	<u>36.992</u>
<b>Valor adicionado recebido em transferência</b>					
Participação nos lucros de controladas	11	(431)	2	404	503
Receitas financeiras	25	2.324	4.702	1.267	3.297
<b>Valor adicionado total a distribuir</b>		<u>54.224</u>	<u>80.120</u>	<u>18.370</u>	<u>40.792</u>
<b>Distribuição do valor adicionado</b>					
Pessoal - remuneração direta	23	4.647	7.862	3.861	7.600
Pessoal - benefícios	23	2.847	6.233	4.451	8.751
Pessoal - FGTS		372	629	309	608
Impostos, taxas e contribuições		64	106	40	79
Federais	10	14.830	23.147	4.460	9.955
Estaduais	22	22.835	32.178	11.324	21.084
Municipais	23	155	247	43	88
Juros e variações cambiais	25	2.901	10.060	1.527	6.322
Lucro (Prejuízo) Retido		<u>5.573</u>	<u>(342)</u>	<u>(7.645)</u>	<u>(13.695)</u>
<b>Valor adicionado distribuído</b>		<u>54.224</u>	<u>80.120</u>	<u>18.370</u>	<u>40.792</u>

**W2W E-Commerce de Vinhos S.A.**  
**Demonstração do valor adicionado**  
**Períodos de três e seis meses findos em 30 de junho**  
**Em milhares de reais**

		<b>Consolidado</b>			
	<b>Nota</b>	<b>01/04/2020 à</b>	<b>01/01/2020 à</b>	<b>01/04/2019 à</b>	<b>01/01/2019 à</b>
	<b>s</b>	<b>30/06/2020</b>	<b>30/06/2020</b>	<b>30/06/2019</b>	<b>30/06/2019</b>
<b>Receitas</b>					
Vendas brutas de produtos e serviços	22	123.039	202.659	80.124	142.552
Provisão para créditos de liquidação duvidosa - reversão/(constituição)	6	(2)	(10)	(2)	(15)
		<u>123.037</u>	<u>202.649</u>	<u>80.122</u>	<u>142.537</u>
<b>Insumos adquiridos de terceiros</b>					
Custo dos produtos vendidos, das mercadorias e dos serviços prestados	23	(44.108)	(72.801)	(32.936)	(58.291)
Despesas de transporte	23	(11.578)	(19.824)	(8.635)	(16.072)
Custos de Publicidade, vendas e promoções	23	(5.202)	(9.681)	(10.295)	(16.817)
Serviços de terceiros	23	(473)	(2.090)	(1.028)	(2.095)
Perdas/recuperações de valores ativos	23	(539)	(1.173)	(380)	(607)
Outras despesas	23	(5.014)	(13.479)	1.721	7.821
		<u>(66.914)</u>	<u>(119.048)</u>	<u>(51.553)</u>	<u>(86.061)</u>
<b>Valor adicionado bruto</b>		56.123	83.601	28.569	56.476
Depreciação e amortização	23	(2.868)	(6.023)	(3.305)	(5.922)
<b>Valor adicionado líquido produzido pela Companhia</b>		<u>53.255</u>	<u>77.578</u>	<u>25.264</u>	<u>50.554</u>
<b>Valor adicionado recebido em transferência</b>					
Participação nos lucros de controladas	11				
Receitas financeiras	25	2.334	4.721	1.275	3.323
<b>Valor adicionado total a distribuir</b>		<u>55.589</u>	<u>82.299</u>	<u>26.539</u>	<u>53.877</u>
<b>Distribuição do valor adicionado</b>					
Pessoal - remuneração direta	23	4.845	8.242	4.110	7.989
Pessoal - benefícios	23	2.847	6.233	4.451	8.751
Pessoal - FGTS		388	659	329	639
Impostos, taxas e contribuições		65	107	40	79
Federais	10	15.294	23.849	11.668	21.594
Estaduais	22	23.504	33.216	12.012	22.103
Municipais	22	170	268	43	88
Juros e variações cambiais	25	2.903	10.067	1.531	6.329
Lucro (Prejuízo) Retido		<u>5.573</u>	<u>(342)</u>	<u>(7.645)</u>	<u>(13.695)</u>
<b>Valor adicionado distribuído</b>		<u>55.589</u>	<u>82.299</u>	<u>26.539</u>	<u>53.877</u>

## **W2W E-Commerce de Vinhos S.A.**

### **Notas explicativas da administração às informações trimestrais para o período de três e seis meses findos em 30 de junho de 2020**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

---

#### **1 Informações gerais**

##### **1.1 Contexto operacional**

A W2W E-Commerce de Vinhos S.A. (a "Companhia" ou "Wine") foi constituída em 2008 e é uma sociedade anônima de capital fechado com sede em Vitória – ES. A Companhia opera no mercado varejista e atacadista comercializando vinhos, linha gourmet e outras bebidas nacionais e importadas, principalmente, via comércio eletrônico (e-commerce), por intermédio do site [www.wine.com.br](http://www.wine.com.br).

Além da comercialização através dos canais digitais, outra importante fonte de receita da Companhia é o ClubeW, assinatura periódica em que os clientes recebem os vinhos recomendados pela curadoria de enólogos da Wine, uma revista com conteúdo editorial exclusivo com informações atuais aos interessados pelo mundo dos vinhos, além de outros benefícios, como descontos e promoções exclusivas.

A Companhia é uma sociedade anônima de capital fechado, com sede administrativa na cidade de Vitória e centro de distribuição na cidade de Serra, ambos localizados no Estado do Espírito Santo. A Companhia possui seu controle compartilhado entre a Orbeat Som e Imagem Ltda., Companhia do Grupo RBS, e Península Fundo de Investimento em Participações.

Durante o exercício de 2019, a Companhia decidiu vender o canal de operações relacionadas a vendas de cerveja visando direcionar as estratégias e investimentos no seu negócio principal, a venda de vinhos.

No mesmo período, em linha com a estratégia da Companhia e expansão dos seus negócios e relacionamento com seus clientes, e em face à aquisição da controlada Bodegas de Los Andes Comércio de Vinhos Ltda. ("Bodegas") no ano anterior, a Companhia inaugurou sua primeira loja física sob a marca "Wine", no bairro de Lourdes em Belo Horizonte/MG. A estratégia da Companhia com o conceito de multicanalidade e a capacidade de oferecer a mesma experiência independente do canal de contato com o cliente, com o objetivo de oferecer nossos produtos em diferentes canais de venda, preservar a mesma experiência desde a atração desses clientes, passando pela venda e mantendo o mesmo padrão e qualidade no pós venda em todos eles, tanto no mundo online como no offline. Ainda, com apoio de um novo Centro de Distribuição em São Francisco, Belo Horizonte/MG, com o intuito de entregas mais rápidas e facilidade de abastecimento de nossa loja física.

Em outubro de 2019, para proporcionar experiências diferenciadas a seus clientes e manter seu perfil inovador, a WINE lança no mercado o WineUP, programa de recompensas que, entre muitas funções, permite acumular pontos e convertê-los em prêmios e descontos além de gamificação por conquistas em cada missão. Em 30 de junho de 2020, o saldo estimado de utilização de pontos pelos clientes foi de R\$ 843 (R\$ 739 em 31 de dezembro de 2019).

As IFRS não requerem a apresentação das demonstrações de três meses dos fluxos de caixa, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações contábeis.

A emissão dessas demonstrações financeiras foi autorizada pelo Conselho de Administração em 07 de outubro de 2020.

## **W2W E-Commerce de Vinhos S.A.**

### **Notas explicativas da administração às informações trimestrais para o período de três e seis meses findos em 30 de junho de 2020**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

#### **1.2 Base de preparação**

As informações financeiras intermediárias da Companhia, contidas no Formulário de Informações Trimestrais - ITR referente ao trimestre findo em 30 de junho de 2020 compreendem as informações financeiras intermediárias, elaboradas de acordo com o Pronunciamento Técnico “CPC 21 – Demonstração Intermediárias”, aprovado pela Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) e com a norma internacional de contabilidade “IAS 34 – *Interim Financial Reporting*”, emitida pelo *International Accounting Standard Board* (IASB).

A preparação das informações financeiras intermediárias requer o uso, pela Administração da Companhia, de estimativas e premissas que afetam os saldos ativos e passivos e outras transações. Como o julgamento da Administração envolve a determinação de estimativas relacionadas à probabilidade de eventos futuros, os resultados reais eventualmente podem divergir dessas estimativas.

Todas as informações relevantes próprias das informações financeiras intermediárias, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela Companhia na sua gestão.

As informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas devem ser analisadas em conjunto com as demonstrações financeiras completas relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019.

Listamos a seguir as notas explicativas que foram apresentadas nas demonstrações financeiras anuais de 31 de dezembro de 2019, as quais não estão sendo incluídas ou apresentadas no mesmo grau de detalhamento nestas informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas, visto a ausência de alterações relevantes neste trimestre:

- |     |  |           |
|-----|--|-----------|
| i.  | Práticas contábeis                           | Nota 2    |
| ii. | Estimativas contábeis e julgamentos críticos | Nota 2.17 |

#### **1.2.1 Reemissão informações financeiras intermediárias**

Conforme descrito na nota 26 – Eventos subsequentes, em 06 de outubro de 2020, ocorreu o desdobramento das ações da Companhia na razão de 1:394 e, por essa razão, está sendo reapresentado o ajuste retroativo no cálculo de lucro por ação conforme demonstrado na Demonstração do Resultado do Período e divulgado na Nota 20 (d), nos termos do previsto na norma CPC 41 – Resultado por Ação, parágrafo 64.

Adicionalmente, a administração da Companhia identificou a oportunidade de aprimoramentos mediante ajustes na apresentação das notas explicativas 16, 21 (b), 22, 23, 23 (ii) e 25 e, assim, está também refletindo os respectivos ajustes nestas informações financeiras intermediárias. O balanço patrimonial, as demonstrações do resultado, do resultado abrangente, mutação do patrimônio líquido, dos fluxos de caixa e do valor adicionado do período findo em 30 de junho de 2020, não foram afetados em decorrência desses ajustes das notas explicativas.

#### **1.3 Informações por segmento**

As informações por segmentos operacionais são apresentadas de modo consistente com o relatório interno fornecido para o principal tomador de decisões operacionais. O principal tomador de decisão operacionais, responsável pela alocação de recursos e pela avaliação de desempenho dos segmentos operacionais, é a Diretoria Executiva, também responsável pela tomada das decisões estratégicas da Companhia.

#### **1.4 Moeda funcional e moeda de apresentação**

Essas informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas são apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos e informações foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

## **W2W E-Commerce de Vinhos S.A.**

### **Notas explicativas da administração às informações trimestrais para o período de três e seis meses findos em 30 de junho de 2020**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

#### **1.5 Uso de estimativas contábeis e julgamentos críticos**

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

As informações referentes aos julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis e as estimativas estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

Nota 2.16 (a) – Imposto de renda e contribuição social diferidos

Nota 2.16 (b) – Perda (impairment) do ágio

Nota 2.16 (c) – Valor justo de derivativos

Nota 2.17 – Instrumentos financeiros

#### **1.6 Mudanças nas políticas contábeis e divulgações**

Não há outras normas de IFRS ou interpretações IFRIC que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre as demonstrações financeiras da Companhia, sem prejuízo do conjunto das demonstrações financeiras.

A Companhia realiza, anualmente ou sempre que existirem indícios de eventual perda de valor, a avaliação da recuperabilidade de seus ativos. Qualquer perda por impairment é registrada de imediato como custo da demonstração dos resultados da Companhia. Em 31 de dezembro de 2019 não foram identificados f de perda de valor dos seus ativos.

A Companhia está atenta às possíveis mudanças em suas demonstrações financeiras e vem nesse sentido, dentre os diversos riscos e incertezas aos quais a Companhia está exposta, dando especial atenção àqueles eventos econômicos que podem afetar a continuidade dos negócios.

Em 11 de Março de 2020, a Organização Mundial de Saúde (OMS), declarou uma pandemia em razão da disseminação do novo coronavírus (COVID-19). Não é possível prever completamente os efeitos diretos e indiretos da pandemia da COVID-19 nos negócios e condições financeiras da Companhia. Além disso, os impactos decorrentes do surto da COVID-19 são contínuos e, portanto, a Companhia continuará avaliando a evolução dos efeitos da atual pandemia nas receitas, ativos, resultados, negócios e perspectivas, incluindo qualquer possível alteração na capacidade de continuar operando os negócios. As análises estão sendo realizadas em linha com o Ofício Circular CVM/SNC/SEP nº 02/2020, emitido pela Comissão de Valores Mobiliários em 10 de março de 2020, que orienta os administradores e auditores independentes de companhias abertas a considerarem cuidadosamente os impactos da COVID-19 nos negócios e reportarem nas demonstrações financeiras os principais riscos e incertezas advindos dessa análise, em consonância com as normas contábeis aplicáveis.

As principais preocupações neste período são a preservação da integridade dos colaboradores, clientes, fornecedores e das comunidades onde a Companhia atua, bem como a continuidade das operações de maneira segura. Por este motivo, o primeiro passo foi a criação de um comitê interdisciplinar com atuação e monitoramento ativo. O comitê conta com representantes de todas as unidades: sede de Vitória, filial de São Paulo, Centros de Distribuição de Serra/ ES e Barueri/ SP, B2B e Lojas Físicas (BH, POA e CWB).

No entendimento da Administração, as medidas tomadas até o momento e que as estão em constante reavaliação buscam manter o nível de serviço e qualidade operacional que preza em nas operações, além de buscar assegurar a saúde e bem-estar dos colaboradores, fornecedores e clientes e da sociedade como um todo, apoiando o cumprimento das medidas determinadas pelas autoridades públicas. A Companhia continuará atuando de maneira a preservar a saúde de todos, sempre vigilante e pronta a fazer correções de rumo conforme a evolução da situação. Por fim, apesar do cenário de incertezas, em que não é possível precisar seus impactos, bem como seu prazo de duração, no entendimento da Administração, tais medidas buscam suportar a evolução da Companhia nesse período.

## **W2W E-Commerce de Vinhos S.A.**

### **Notas explicativas da administração às informações trimestrais para o período de três e seis meses findos em 30 de junho de 2020**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

O trabalho remoto foi adotado ainda no mês de março de 2020 para todos os colaboradores, exceto as equipes essenciais de operação dos centros de distribuição e serviço de atendimento ao consumidor. As equipes de lojas físicas trabalham em conformidade aos decretos municipais e somente com atendimento via *delivery*. Para concretizar o trabalho remoto, foi feito um mapeamento dos computadores e acessórios de informática, tais como monitores, teclados etc. para que os colaboradores pudessem levar para casa, bem como cadeiras e acessórios de ergonomia também foram colocados à disposição. Não foram adotadas medidas de reduções nos horários nem mesmo desligamentos por conta da pandemia. Com a publicação pelo governo as medidas provisórias e demais portarias para o enfrentamento dos efeitos econômicos e seus impactos, causados pela COVID-19, a Companhia adotou algumas ações para preservar a saúde dos colaboradores bem como preservar o caixa. Para o cuidado com o grupo de risco presente na empresa, total de 17 colaboradores, foi antecipado o período de férias e posteriormente a suspensão de contrato. Também foi aderida a postergação do recolhimento do FGTS e seu parcelamento, postergação do INSS Patronal e redução do Sistema S. Para as equipes que permaneceram em operação e, de modo a minimizar a exposição e risco de contágio, a Companhia contratou vans para o deslocamento para ida e volta do trabalho. O objetivo é evitar transporte público reduzindo a exposição das equipes ao risco de infecção. Medidas de precaução também foram implantadas, tais como controle de temperatura, uso obrigatório de máscara, protocolo reforçado de higiene e distanciamento. O refeitório é utilizado em turnos de modo a garantir o distanciamento mínimo na hora da alimentação. Para manter a moral e saúde mental dos colaboradores foi incluída rotina coletiva semanal de encontros. Os assuntos são variados e englobam ginástica laboral, *mindfulness*, treinamento sobre vinhos, partilha de funcionamento de áreas e conversas com o CEO. Também foram incluídas na intranet um mural do humor, onde os colaboradores podem inserir como estão se sentindo. Caso o colaborador marque triste o gestor é avisado e pode oferecer suporte imediato.

#### **Cadeia de Suprimentos e Logística**

Tendo o vinho como produto, em termos de cadeia logística, a Companhia trabalha, em sua maior parte, com produtos importados, e a preocupação inicial sobre os impactos da COVID-19 nas atividades concentrou-se na cadeia de suprimentos, devido aos riscos de interrupções. Todos embarques possuem controle diário do canal de parametrização, processos de nacionalização de modo a manter o abastecimento dos estoques. Foram reforçadas as negociações e proximidade com os fornecedores para minimizar eventuais risco de falta de fornecimento, de fechamento de fronteiras ou de interrupção ou demora na nacionalização de produtos. Também foram firmadas parcerias locais para garantir abastecimento incorporando estoque de outras distribuidoras nacionais. Até o momento a Companhia foi capaz de manter o ritmo de abastecimento com algumas interrupções que foram rapidamente contornadas. A Companhia continua trabalhando arduamente para que esta situação se mantenha.

As entregas são realizadas para todo o Brasil e, de modo a ter mais agilidade, a Companhia trabalha com a primeira malha aérea e complementa com o modal terrestre. As companhias aéreas reduziram fortemente suas rotas e de modo a manter os compromissos, foram homologados cinco novos parceiros para reforçar as entregas e aumentar a frota própria. O fato de haver dois centros de distribuição, um em Serra no Espírito Santo e outro em Barueri, São Paulo aumenta a flexibilidade em caso de interrupções.

#### **Relacionamento com clientes e parceiros**

A Companhia avalia constantemente o relacionamento com os clientes, bem como extensão de prazos para compromissos financeiros e melhores condições de parcelamento em no segmento B2B. No segmento B2C, foram estendidas as opções de parcelamento nos canais de vendas e-commerce.

Nas operações das lojas físicas, apesar de poder atuar somente por *delivery* e *whatsapp* o volume de vendas se mantém dentro do orçamento da Companhia, bem como superação de alguns meses. Os contratos de aluguéis foram analisados e discutidos com os proprietários. Atualmente, a Companhia conta com 4 lojas físicas, 2 localizadas em POA, 1 em CWB e 1 em BH. Não houve mudanças de contratos atuais, porém algumas reduções e postergações de pagamentos.

## W2W E-Commerce de Vinhos S.A.

### Notas explicativas da administração às informações trimestrais para o período de três e seis meses findos em 30 de junho de 2020

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

## 2 Gestão de risco financeiro

### 2.1 Fatores de risco financeiro

As atividades da Companhia a expõe a diversos riscos financeiros: risco de mercado (incluindo risco cambial e risco de taxa de juros), risco de crédito e risco de liquidez. A Companhia possui uma sistemática de gerenciamento de risco, que foi estabelecida pela Administração. Com esta prática gerencial, os riscos de mercado são protegidos quando é considerado necessário suportar a estratégia corporativa ou quando é necessário manter o nível de flexibilidade financeira.

#### (a) Risco de mercado

##### (i) Risco cambial

A principal atuação da Companhia na revenda de produtos importados a expõe a risco de variação cambial em moeda estrangeira. O risco incorre na flutuação do câmbio entre o pedido de compra e o pagamento aos fornecedores internacionais e o efeito na precificação de mercadorias.

A estratégia da Companhia é minimizar os efeitos de flutuação cambial através do exercício de uma política de hedge, contratando derivativos futuros junto a instituições financeiras.

Os volumes a serem contratados são baseados em uma curva percentual definida pela Administração da companhia, aplicada ao passivo em Moeda Estrangeira com Fornecedores Internacionais, despesas com Impostos de Importação e custo de Frete Internacional.

A Companhia detém ativos e passivos denominados em moeda estrangeira nos montantes descritos a seguir:

	Consolidado			
	30/06/2020		31/12/2019	
	Moeda Estrangeira	Reais	Moeda Estrangeira	Reais
Ativo				
Outros ativos em dólar	69	380	90	364
Adiantamento a fornecedores em dólar	315	1.725	297	1.196
Adiantamento a fornecedores em euro	96	590	-	-
Passivo				
Fornecedores em dólar	(4.450)	(24.367)	(4.610)	(18.580)
Fornecedores em euro	(3.023)	(18.606)	(2.519)	(11.413)
Forfaiting em dólar	(56)	(307)	(434)	(1.748)
Forfaiting em euro	(310)	(1.906)	(415)	(1.879)
Empréstimos em euro	-	-	(2.370)	(10.739)
Exposição Líquida	<u>(8.319)</u>	<u>(47.881)</u>	<u>(10.761)</u>	<u>(46.039)</u>
Dólar	4.890	26.779	5.430	21.888
Euro	3.429	21.102	5.331	24.151

## W2W E-Commerce de Vinhos S.A.

### Notas explicativas da administração às informações trimestrais para o período de três e seis meses findos em 30 de junho de 2020

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Com a finalidade de verificar a sensibilidade dos ativos e passivos em moeda estrangeira que a Companhia possuía exposição na data base de 30 de junho de 2020, foram definidos cinco cenários diferentes, e preparada uma análise de sensibilidade às oscilações da taxa de câmbio.

No quadro a seguir são considerados cinco cenários com base na expectativa da Administração para as variações da taxa de câmbio, sendo o cenário provável adotado pela Companhia e, conforme orientação da CVM por meio da Instrução nº 475 de 17 de dezembro de 2008, outros quatro cenários com uma apreciação de sensibilidade de 25% e 50%, para mais e para menos, da variável do risco considerado.

		<b>Consolidado</b>				
		<b>30/06/2020</b>				
	<b>Moeda</b>	<b>Cenário Provável</b>	<b>Cenário A</b>	<b>Cenário B</b>	<b>Cenário C</b>	<b>Cenário D</b>
<b>Ativo</b>						
Contas a receber em dólar	R\$	380	285	190	475	570
Contas a receber em euro	R\$	-	-	-	-	-
Adiantamento a fornecedores em dólar	R\$	1.725	1.293	862	2.156	2.587
Adiantamento a fornecedores em euro	R\$	590	443	295	738	886
<b>Passivo</b>						
Fornecedores em dólar	R\$	(24.367)	(18.275)	(12.183)	(30.459)	(36.550)
Fornecedores em euro	R\$	(18.606)	(13.955)	(9.303)	(23.258)	)27.909)
Forfaiting em dólar	R\$	(307)	(230)	(154)	(384)	(461)
Forfaiting em euro	R\$	(1.906)	(1.429)	(953)	(2.382)	(2.858)
Empréstimos em euro	R\$	-	-	-	-	-
<b>Exposição Líquida</b>		<b>(47.881)</b>	<b>(35.911)</b>	<b>(23.940)</b>	<b>(59.851)</b>	<b>(71.821)</b>
Dólar		26.779	20.084	13.389	33.473	40.168
Euro		21.102	15.827	10.551	26.378	31.653
<b>Depreciação/apreciação da taxa em 30/06/2020</b>						
<b>Referência para taxa de câmbio</b>			(25%)	(50%)	25%	50%
Dólar		5,48	4,11	2,74	6,85	8,21
Euro		6,15	4,62	3,08	7,69	9,23
<b>Efeito no lucro antes da tributação</b>						
Dólar			6.695	13.389	(6.695)	(13.389)
Euro			5.276	10.551	(5.276)	(10.551)

## W2W E-Commerce de Vinhos S.A.

### Notas explicativas da administração às informações trimestrais para o período de três e seis meses findos em 30 de junho de 2020

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

#### (ii) Risco do fluxo de caixa ou valor justo associado com taxa de juros

O risco de crédito é avaliado a partir da disponibilidade de crédito da companhia, considerando caixa e equivalentes, captações junto a instituições financeiras e carteira de recebíveis oriundos de vendas, principal instrumento de garantia em operações de crédito contraídas pela companhia. O endividamento é avaliado a partir da estratégia de caixa da companhia. Em 30 de junho de 2020 operações vinculadas a taxas de juros, apresentadas eram:

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2020	31/12/2019	30/06/2020	31/12/2019
Ativos				
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 6)	21.436	6.465	22.200	6.757
Instrumentos financeiros derivativos (Nota 7)	4.009	-	4.009	-
	<u>25.445</u>	<u>6.465</u>	<u>26.209</u>	<u>6.757</u>
Passivos				
Empréstimos e financiamentos (Nota 17)	31.970	21.684	31.970	21.684
Instrumentos financeiros derivativos (Nota 7)	-	455	-	455
	<u>31.970</u>	<u>22.139</u>	<u>31.970</u>	<u>22.139</u>

A administração se utiliza de instrumentos financeiros derivativos para gerenciar suas exposições em moeda estrangeira e a taxas de juros, sendo que, esse gerenciamento é feito em conjunto, sendo assim, segue as operações que estão atreladas a esses indexadores. A posição de derivativos contempla as provisões através da marcação a mercado (MtM) de R\$ 4.009 no ativo (2019 - R\$ 455 no passivo).

#### (b) Risco de crédito

O risco de crédito decorre de caixa e equivalentes de caixa, fluxos de caixa contratuais decorrentes de ativos financeiros mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio do resultado e ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, instrumentos financeiros derivativos favoráveis, depósitos em bancos e em outras instituições financeiras, bem como de exposições de crédito a clientes do atacado e do varejo, incluindo contas a receber em aberto. O risco de crédito é administrado corporativamente, onde o departamento financeiro avalia a qualidade do crédito do cliente, levando em consideração sua posição financeira, experiência passada e outros fatores. A utilização de limites de crédito é monitorada regularmente. As vendas para clientes são liquidadas em dinheiro ou por meio dos principais cartões de crédito existentes no mercado. Não foi ultrapassado nenhum limite de crédito durante o exercício, e a administração não espera nenhuma perda decorrente de inadimplência dessas contrapartes superior ao valor já provisionado.

#### Impairment de ativos financeiros

- contas a receber de clientes (mensurados ao custo amortizado);
- ativos relacionados a contratos com clientes (mensurados ao custo amortizado); e
- caixa e equivalentes de caixa.

Embora o caixa e equivalentes de caixa também estejam sujeitos às exigências de *impairment* do CPC 48, não foi identificada perda por *impairment* nesses ativos.

## W2W E-Commerce de Vinhos S.A.

### Notas explicativas da administração às informações trimestrais para o período de três e seis meses findos em 30 de junho de 2020

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

#### Contas a receber de clientes e ativos relacionados a contratos com clientes

A Companhia aplica a abordagem simplificada do CPC 48 para a mensuração de perdas de crédito esperadas considerando uma provisão para perdas esperadas ao longo da vida útil para todas as contas a receber de clientes e ativos de contratos. Para mensurar as perdas de crédito esperadas, as contas a receber de clientes e os ativos de contratos foram agrupados com base nas características compartilhadas de risco de crédito e nos dias de atraso.

Os ativos de contratos se relacionam a trabalhos em andamento que não foram faturados e possuem essencialmente as mesmas características de riscos das contas a receber de clientes para os mesmos tipos de contratos. Portanto, a Companhia concluiu que as taxas de perdas esperadas para as contas a receber de clientes representam uma aproximação razoável das taxas de perda para os ativos de contratos. A movimentação da perda no contas a receber de clientes e nos ativos relacionados a contratos com clientes está demonstrada na Nota 6.

As contas a receber de clientes e os ativos de contratos são baixados quando não há expectativa razoável de recuperação. Os indícios de que não há expectativa razoável de recuperação incluem, entre outros: incapacidade do devedor de participar de um plano de renegociação de sua dívida com a Companhia ou de realizar pagamentos contratuais de dívidas vencidas há mais de 120 dias. As perdas por *impairment* em contas a receber de clientes e ativos de contratos são apresentadas como perdas por *impairment* líquidas, no lucro operacional. Recuperações subsequentes de valores previamente baixados são creditadas na mesma conta.

#### (c) Risco de liquidez

O risco de liquidez representa o risco da Companhia e suas controladas em enfrentar dificuldades para cumprir suas obrigações relacionadas aos passivos financeiros. O risco de liquidez é monitorado através de constantes atualizações do fluxo de caixa, mantendo os investimentos e caixa prontamente conversíveis para atender suas obrigações e compromissos e, também se antecipando para futuras necessidades de caixa.

A administração considera que os passivos provenientes de empréstimos estão adequadamente distribuídos até o vencimento das operações. Em relação aos valores de capital de giro, cujos vencimentos são de curto prazo, deverão ser renovados, já que as linhas de crédito da Companhia junto ao mercado financeiro dão suporte para tal renovação. Em relação a fornecedores, cabe destacar que os principais são aqueles que fornecem vinhos, cujo prazo para pagamento é de até 120 dias.

As projeções de fluxos de caixa sustentam que a Companhia terá os recursos necessários para fazer frente aos desembolsos futuros de caixa. A seguir apresenta-se as informações de intervalo dos vencimentos dos principais passivos financeiros (valores não descontados – fluxo nominal futuro):

	Controladora			Consolidado		
	Menos de um ano	Mais de um ano	Total	Menos de um ano	Mais de um ano	Total
Em 30 de junho de 2020						
Fornecedores (Nota 15)	63.898	-	63.898	64.104	-	64.104
Obrigações trabalhistas e sociais (Nota 18)	6.422	-	6.422	6.829	-	6.829
Impostos a recolher (Nota 8)	13.366	-	13.366	13.747	-	13.747
Passivos relacionados a contratos com clientes (Nota 6)	13.573	-	13.573	13.573	-	13.573
Empréstimos e financiamentos (Nota 17)	31.970	-	31.970	31.970	-	31.970

**W2W E-Commerce de Vinhos S.A.****Notas explicativas da administração às informações trimestrais para o período de três e seis meses findos em 30 de junho de 2020**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Passivos de arrendamento (Nota 18)	3.667	12.057	15.724	3.684	12.057	15.741
	<u>132.896</u>	<u>12.057</u>	<u>144.953</u>	<u>133.907</u>	<u>12.057</u>	<u>145.964</u>
Em 31 de dezembro de 2019						
Fornecedores (Nota 15)	50.829	-	50.829	51.064	-	51.064
Obrigações trabalhistas e sociais (Nota 18)	7.251	-	7.251	7.471	-	7.471
Impostos a recolher (Nota 8)	8.626		8.626	9.028		9.028
Passivos relacionados a contratos com clientes (Nota 6)	11.311	-	11.311	11.311	-	11.311
Empréstimos e financiamentos (Nota 17)	21.684	-	21.684	21.684	-	21.684
Passivos de arrendamento (Nota 18)	5.180	14.481	19.661	5.250	14.481	19.731
	<u>104.881</u>	<u>14.481</u>	<u>119.362</u>	<u>105.808</u>	<u>14.481</u>	<u>120.289</u>

## W2W E-Commerce de Vinhos S.A.

### Notas explicativas da administração às informações trimestrais para o período de três e seis meses findos em 30 de junho de 2020

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

#### 2.2 Gestão de capital

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a sua capacidade de continuidade para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

A Companhia define o valor de capital que necessita proporcionalmente ao risco. A Companhia gera sua estrutura de capital e faz ajustes em função das mudanças nas condições econômicas e nas características de risco dos ativos subjacentes. Para manter ou ajustar a estrutura de capital, a Companhia poderá ajustar o valor dos dividendos pagos aos acionistas, retornar capital aos acionistas, emitir novas ações ou vender ativos para reduzir a dívida.

O capital é monitorado com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida dividida pelo capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos (incluindo empréstimos de curto e longo prazos, conforme demonstrado no balanço patrimonial consolidado), subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa. O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial consolidado, com a dívida líquida. Os índices de alavancagem financeira em 30 de junho de 2020 e 31 de dezembro de 2019 podem ser assim sumariados:

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2020	31/12/2019	30/06/2020	31/12/2019
Total dos empréstimos e debêntures (Nota 16)	31.970	21.684	31.970	21.684
Menos: Caixa e equivalentes de caixa (Nota 4)	(21.436)	(6.465)	(22.200)	(6.757)
Dívida líquida	10.534	15.219	9.770	14.927
Total do patrimônio líquido	78.935	76.242	78.935	76.242
Total do capital	89.469	91.461	88.705	91.169
Índice de alavancagem financeira - %	12	17	11	16

## W2W E-Commerce de Vinhos S.A.

### Notas explicativas da administração às informações trimestrais para o período de três e seis meses findos em 30 de junho de 2020

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

#### 2.3 Partes relacionadas

A Companhia possui seu controle compartilhado entre a Orbeat Som e Imagem Ltda., empresa do Grupo RBS, e Península Fundo de Investimento em Participações; e possui o controle da empresa C&M Desenvolvimento e Licenciamento de Programas Ltda ("C&M") e Bodegas de Los Andes Comércio e Vinho Ltda ("Bodegas"). Em 30 de junho de 2020 a Companhia possui as seguintes transações com partes relacionadas:

	Ativos		Passivos	
	30/06/2020	31/12/2019	30/06/2020	31/12/2019
C&M	-	-	-	-
Bodegas (i)	3.185	2.421	-	-
Outras partes relacionadas (ii)	-	-	2.012	4.106
	<u>3.185</u>	<u>2.421</u>	<u>2.012</u>	<u>4.106</u>

(i) Saldos de contas a receber, conforme nota 6.

(ii) Saldos de investimentos a pagar, conforme nota 20.

#### 3 Instrumentos financeiros por categoria

##### (a) Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2020	31/12/2019	30/06/2020	31/12/2019
Caixa e equivalente de caixa (Nota 4)	21.436	6.465	22.200	6.757
Contas a receber de clientes (Nota 6)	40.492	31.001	38.968	30.409
Ativos relacionados a contrato com clientes (Nota 6)	17.853	8.584	17.853	8.584
	<u>79.781</u>	<u>46.050</u>	<u>79.021</u>	<u>45.750</u>

##### (b) Passivos financeiros mensurados ao custo amortizado

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2020	31/12/2019	30/06/2020	31/12/2019
Empréstimos e financiamentos (Nota 16)	31.970	21.684	31.970	21.684
Fornecedores (Nota 15)	63.898	50.829	64.104	51.064
Passivos relacionais a contratos com clientes (Nota 6)	13.573	11.311	13.573	11.311
	<u>109.441</u>	<u>83.824</u>	<u>109.647</u>	<u>84.059</u>

**W2W E-Commerce de Vinhos S.A.****Notas explicativas da administração às informações trimestrais para o período de três e seis meses findos em 30 de junho de 2020**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

**(c) Ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado**

	<b>Controladora</b>		<b>Consolidado</b>	
	<b>30/06/2020</b>	<b>31/12/2019</b>	<b>30/06/2020</b>	<b>31/12/2019</b>
Instrumentos financeiros derivativos (Nota 5)	4.009	-	4.009	-
	<u>4.009</u>	<u>-</u>	<u>4.009</u>	<u>-</u>

**(d) Passivos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado**

	<b>Controladora</b>		<b>Consolidado</b>	
	<b>30/06/2020</b>	<b>31/12/2019</b>	<b>30/06/2020</b>	<b>31/12/2019</b>
Instrumentos financeiros derivativos (Nota 5)	-	455	-	455
	<u>-</u>	<u>455</u>	<u>-</u>	<u>455</u>

O valor justo dos ativos financeiros e fornecedores aproxima-se ao seu valor contábil, uma vez que o impacto do desconto não é significativo e estão no nível 2 da hierarquia do valor justo. Nos casos em que a Companhia considera relevante, a informação foi incluída nas notas explicativas específicas. A abertura dos vencimentos dos ativos e passivos financeiros considerados relevantes estão incluídos nas notas explicativas mencionadas nos quadros acima.

**4 Caixa e equivalentes de caixa**

	<b>Controladora</b>		<b>Consolidado</b>	
	<b>30/06/2020</b>	<b>31/12/2019</b>	<b>30/06/2020</b>	<b>31/12/2019</b>
Recursos em banco e em caixa	1.920	1.605	2.680	1.884
Aplicações financeiras	19.516	4.860	19.520	4.873
	<u>21.436</u>	<u>6.465</u>	<u>22.200</u>	<u>6.757</u>

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender os compromissos de curto prazo da Companhia. As aplicações financeiras apresentam liquidez diária (com rendimento entre 50% a 100% do CDI), podendo ser resgatadas a qualquer momento, sem perdas para a Companhia, independente do ano de vencimento dos títulos, motivo pelo qual são classificados no caixa e equivalentes de caixa.

## W2W E-Commerce de Vinhos S.A.

### Notas explicativas da administração às informações trimestrais para o período de três e seis meses findos em 30 de junho de 2020

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

#### 5 Instrumentos financeiros derivativos

	Controladora e consolidado			
	30/06/2020		31/12/2019	
NDF (Contratos de câmbio a termo - <i>hedge</i> de fluxo de caixa)	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
Banco ABC	-	-	-	72
Banco BV	2.089	-	-	323
Banco Itaú	1.920	-	-	60
Parcela circulante	4.009	-	-	455

O valor justo dos instrumentos financeiros derivativos designados como *hedge* de fluxo de caixa foi reclassificado para o patrimônio líquido, dentro da rubrica "Ajustes de avaliação patrimonial".

#### Contratos a termo

Os valores de referência (nacional) dos contratos de câmbio a termo, em aberto em 30 de junho de 2020, totalizam R\$ 4.009 no ativo (2019 - R\$ 455 no passivo). As operações cambiais a termo são denominadas na mesma moeda que as transações previstas altamente prováveis (aquisições de estoques) e, portanto, a razão do *Hedge* é de 1:1.

Considerando os contratos existentes em aberto desde 1º de janeiro e no valor do item protegido usado para determinar a eficácia do *Hedge* a taxa média ponderada protegida no ano foi de US\$ 0,856: R\$ 1,00 e EUR 0,875: R\$ 1,00.

#### 6 Contas a receber, ativos e passivos relacionados a contratos de clientes

##### (a) Contas a receber

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2020	31/12/2019	30/06/2020	31/12/2019
Contas a receber de clientes	40.492	31.001	38.968	30.409
Ativos relacionados a contratos com clientes	17.853	8.584	17.853	8.584
	58.345	39.585	56.821	38.993

As contas a receber correspondem às vendas normais das atividades da Companhia. O prazo máximo de parcelamento para vendas nos sites é de 12 meses (360 dias da emissão do faturamento). O prazo médio de recebimento para as vendas das operações para atacado é de 60 dias e para o varejo 30 dias. Os valores registrados como contas a receber estão livres de qualquer ônus, avais e/ou garantias. O maior volume de vendas da Companhia é através de cartões de crédito, minimizando, assim, eventuais perdas por inadimplência.

Há comercialização de itens de revenda com partes relacionadas. Em 2020, o saldo de contas a receber com a controlada Bodegas é de R\$ 3.185.

**W2W E-Commerce de Vinhos S.A.****Notas explicativas da administração às informações trimestrais para o período de três e seis meses findos em 30 de junho de 2020**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Nas operações onde há incidência de tarifas estas são reconhecidas mensalmente, em conta redutora, no grupo de contas a receber. Os valores decorrentes de tarifas de cartão de crédito são registrados na competência do faturamento e deduzidos do montante de contas a receber.

	<b>Controladora</b>		<b>Consolidado</b>	
	<b>30/06/2020</b>	<b>31/12/2019</b>	<b>30/06/2020</b>	<b>31/12/2019</b>
Vencidos acima de 181 dias	1.245	350	263	8
Entre 151 e 180 dias	278	92	133	19
Entre 121 e 150 dias	385	187	174	26
Entre 91 e 120 dias	242	296	139	19
Entre 61 e 90 dias	302	259	230	40
Entre 31 e 60 dias	266	251	192	59
Até 30 dias	613	708	459	617
A vencer	37.171	28.873	37.388	29.636
	40.502	31.016	38.978	30.424
Provisão para devedores duvidosos	(10)	(15)	(10)	(15)
	40.492	31.001	38.968	30.409

A Companhia segue as seguintes premissas para realização das provisões:

- Clientes do segmento varejista: As vendas realizadas no e-commerce só seguem para separação e faturamento do pedido após aprovação da operadora de cartão de crédito ou pagamento do boleto. Com isso, os riscos relacionados ao não recebimento do valor da venda são baixos, logo não são considerados na matriz de cálculo para provisão estimada de clientes com liquidação duvidosa.
- Clientes do segmento atacadista: Atualmente, apenas o segmento atacadista possui condições de parcelamento no boleto em até 6 vezes; com isso, os casos de inadimplência são mais frequentes. Logo, os títulos são considerados na matriz de cálculo para provisão estimada de clientes com liquidação duvidosa, considerando no cálculo um percentual histórico de inadimplência por categorização de vencimento.
- Todos os valores em aberto estão com a área de crédito da Companhia para a negociação dos recebimentos.
- Os títulos vencidos e não provisionados estão sendo monitorados e administração não espera perdas relevantes, juntamente com os demais e, a cada final de período, são analisados a fim de assegurar que o saldo contabilizado reflita com segurança o saldo a receber.

Provisão para devedores duvidosos:

	<b>Controladora e consolidado</b>	
	<b>30/06/2020</b>	<b>31/12/2019</b>
Em 1º de janeiro	(15)	(5)
Provisão de perdas estimadas de clientes com liquidação duvidosa	(68)	(99)
Reversão de perdas estimadas de clientes com liquidação duvidosa	73	89
Saldo	(10)	(15)

**W2W E-Commerce de Vinhos S.A.****Notas explicativas da administração às informações trimestrais para o período de três e seis meses findos em 30 de junho de 2020**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Contas a receber de clientes do segmento atacadista:

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2020	31/12/2019	30/06/2020	31/12/2019
Vencidos acima de 181 dias	1.213	345	231	2
Vencidos entre 151 e 180 dias	263	89	119	16
Vencidos entre 121 e 150 dias	358	184	146	23
Vencidos entre 91 e 120 dias	158	290	55	13
Vencidos entre 61 e 90 dias	266	252	195	33
Vencidos entre 31 e 60 dias	193	240	120	48
Vencidos até 30 dias	359	467	205	375
A vencer	7.190	6.006	7.407	6.525
	10.000	7.873	8.478	7.035
Provisão para devedores duvidosos	(10)	(15)	(10)	(15)
	9.990	7.858	8.468	7.020

**(b) Ativos e passivos relacionados a contratos com clientes**

A Companhia mantém contratos de entregas de produtos e serviços com seus clientes, tais como vendas de assinaturas de clubes de vinhos e clubes de benefícios. A análise da provisão para devedores duvidosos segue o critério de clientes varejistas citado na Nota 6 (a). Abaixo, segue posição atual dos contratos:

	30/06/2020	31/12/2019
Passivos relacionados a contratos com clientes		
Recebimento antecipado pela venda de clubes	13.573	11.311
Ativos relacionados a contratos com clientes		
Venda de clubes parcelada	17.853	8.584

**W2W E-Commerce de Vinhos S.A.****Notas explicativas da administração às informações trimestrais para o período de três e seis meses findos em 30 de junho de 2020**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

**7 Estoques**

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2020	31/12/2019	30/06/2020	31/12/2019
Produtos para revenda	30.190	33.144	30.821	34.106
Embalagens	797	1.147	797	1.147
Importações em andamento	27.907	24.580	27.907	24.580
Provisão para perdas de estoque	(171)	(187)	(171)	(187)
Total dos estoques	58.723	58.684	59.354	59.646

A Companhia segue as seguintes premissas para realização das provisões de perdas de estoques:

- Saldo de itens de cervejas em estoques, devido venda do negócio de cervejas ao Clube do Malte em 2019. Alguns itens são comercializados no site de vendas *outlet* da Companhia, porém, o giro de estoques é baixo.
- Saldo de itens a vencer entre 30 e 45 dias.
- Saldo de revistas, devido baixo giro de estoques.
- Itens classificados em almoxarifados de descarte e perdas, aguardando análise e baixa.

As movimentações na provisão para obsolescência de estoques são as seguintes:

	Controladora e consolidado	
	30/06/2020	31/12/2019
Em 01 de janeiro	(187)	(1.580)
Provisão para perda de estoques	(824)	(861)
Reversão da perda de estoques	840	2.254
Saldo	(171)	(187)

**8 Impostos a recuperar e a recolher**

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2020	31/12/2019	30/06/2020	31/12/2019
<b>Impostos a recuperar</b>				
ICMS a recuperar	1.006	1.444	1.026	1.492
IPI a recuperar	594	346	600	357
COFINS a recuperar	20.417	28.208	20.444	28.208
PIS a recuperar	4.417	5.939	4.423	5939
IRPJ a recuperar	45	35	45	35
CSLL a recuperar	35	19	35	19
Outros impostos	9	12	9	12
	26.523	36.003	26.582	36.062
<b>Impostos a recolher</b>				
ICMS a recolher	7.342	3.724	7.550	3.942
IPI a recolher	2.039	1.167	2.060	1.229
PIS a recolher	695	593	717	596
COFINS a recolher	2.956	2.127	3.059	2.143
Outros	334	1.015	361	1.118
	13.366	8.626	13.747	9.028

**W2W E-Commerce de Vinhos S.A.****Notas explicativas da administração às informações trimestrais para o período de três e seis meses findos em 30 de junho de 2020**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

**9 Outros ativos**

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2020	31/12/2019	30/06/2020	31/12/2019
<b>Circulante</b>				
Adiantamentos a funcionários	52	96	54	104
Adiantamentos a fornecedores	2.667	1.388	2.678	1.433
Despesas antecipadas	2.076	1.051	2.085	1.052
Outros	1.839	958	1.839	958
	<u>6.634</u>	<u>3.493</u>	<u>6.656</u>	<u>3.547</u>
<b>Não circulante</b>				
Adiantamento a sócios	120	120	120	120
Adiantamentos a fornecedores	-	40	-	40
Mútuos a receber e depósitos em garantia	424	411	463	450
Contas a receber pela venda de investimentos	2.378	2.376	2.378	2.376
Despesas antecipadas	82	141	82	141
	<u>3.004</u>	<u>3.088</u>	<u>3.043</u>	<u>3.127</u>
	<u>9.638</u>	<u>6.581</u>	<u>9.699</u>	<u>6.674</u>

**10 Imposto de renda e contribuição social**

As movimentações nos impostos de renda diferido ativo e passivo durante o exercício, sem levar em consideração a compensação dos saldos dentro da mesma jurisdição fiscal, é a seguinte:

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2020	31/12/2019	30/06/2020	31/12/2019
Em 1º de janeiro	(809)	(1.613)	(2.919)	(3.723)
<b>Ativo diferido</b>	<b>(74)</b>	<b>115</b>	<b>(74)</b>	<b>115</b>
Provisões e outros ajustes temporários	(74)	115	(74)	115
Prejuízos Fiscais acumulados				
<b>Passivo diferido</b>	<b>(107)</b>	<b>689</b>	<b>(107)</b>	<b>689</b>
Provisões e outros ajustes temporários	(107)	689	(107)	689
Prejuízos Fiscais acumulados				
Saldo	<u>(990)</u>	<u>(809)</u>	<u>(3.100)</u>	<u>(2.919)</u>

O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos e passivos, referentes aos prejuízos fiscais, são reconhecidos quando a realização é considerada provável, com base em projeções de resultados futuros preparadas a partir de premissas internas e cenários econômicos futuros que podem, portanto, sofrer alterações. De acordo com a legislação tributária brasileira, os prejuízos fiscais podem ser compensados com até 30% do lucro tributável futuro e não têm prazo de prescrição.

A Companhia acumulou prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social sobre o lucro líquido ao longo dos últimos anos de atividade e, portanto, não reconheceu os créditos de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido diferidos, em linha com o que determina a Instrução CVM 371/2002. Os ativos de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido poderão ser reconhecidos quando a Companhia apresentar lucro tributável sustentável futuro e seja provável que os benefícios fiscais sejam realizados. O crédito de imposto de renda e contribuição social diferidos sobre prejuízo fiscal acumulado monta R\$ 20.091. Em 31 de dezembro de 2019 e 30 de junho de 2020, a Companhia não apurou prejuízo fiscal.

**W2W E-Commerce de Vinhos S.A.****Notas explicativas da administração às informações trimestrais para o período de três e seis meses findos em 30 de junho de 2020**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

**Reconciliação do benefício (despesa) do imposto de renda e da contribuição social**

	<b>Controladora</b>	
	<b>30/06/2020</b>	<b>31/12/2019</b>
Lucro (Prejuízo) antes da provisão para o imposto de renda e contribuição social	(161)	6.745
Alíquota nominal (%)	34	34
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas nominais	55	(2.293)
<b>Ajustes dos impostos referente:</b>		
Ajustes permanentes	(586)	57
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(1)	3
Outras provisões	575	(455)
Resultado de Equivalência Patrimonial	(117)	157
Outros ajustes	(107)	3.335
Exclusões permanentes, líquidas	(236)	3.097
	<u>(181)</u>	<u>804</u>
Imposto de renda e contribuição social - corrente	-	689
Impostos de renda e contribuição social – diferido	(181)	115
Alíquota efetiva %	112	11
	<b>Consolidado</b>	
	<b>30/06/2020</b>	<b>31/12/2019</b>
Lucro (Prejuízo) antes da provisão para o imposto de renda e contribuição social	(161)	7.052
Alíquota nominal (%)	34	34
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas nominais	55	(2.398)
IRPJ e CSLL controlada	-	(307)
	<u>55</u>	<u>(2.705)</u>
<b>Ajustes dos impostos referente:</b>		
Ajustes permanentes	(212)	57
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(1)	3
Outras provisões	575	(455)
Resultado de Equivalência Patrimonial		
Outros ajustes	(107)	3.597
Exclusões permanentes, líquidas	255	3.202
	<u>310</u>	<u>497</u>
Imposto de renda e contribuição social - lucro presumido		(307)
Imposto de renda e contribuição social - corrente	524	689
Impostos de renda e contribuição social – diferido	(181)	115
Alíquota efetiva %	192	7

A partir de 01 de janeiro de 2020, a apuração do imposto de renda e contribuição social da controlada Bodegas passou a ser pelo lucro real. Em 2019, a apuração era efetuada pelo lucro presumido e o efeito no resultado do exercício foi de R\$ 307.

**W2W E-Commerce de Vinhos S.A.****Notas explicativas da administração às informações trimestrais para o período de três e seis meses findos em 30 de junho de 2020**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

**11 Investimentos****(a) Movimentação dos investimentos em controladas**

	<u>30/06/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Em 1º de janeiro	13.422	15.005
Baixa de investimento não realizado	-	-
Ágio sobre aquisição (intangível)	-	-
Amortização de carteira de clientes (intangível)	(311)	(1.042)
Equivalência patrimonial	(431)	(541)
Provisão de perdas	274	-
Saldo	<u>12.954</u>	<u>13.422</u>

**(b) Resumo das informações financeiras**

O quadro abaixo apresenta um resumo das informações financeiras das controladas.

**Balanço patrimonial sintético**

	<u>C&amp;M Desenvolvimento e Licenciamento de Programas Ltda.</u>		<u>Bodegas de Los Andes Comércio de Vinhos Ltda.</u>	
	<u>30/06/2020</u>	<u>31/12/2019</u>	<u>30/06/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Circulante				
Ativo	-	-	3.136	3.195
Passivo	-	-	(4.208)	(3.353)
Ativo circulante líquido	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(1.072)</u>	<u>(158)</u>
Não circulante				
Ativo	6	8	351	312
Passivo	-	-	-	-
Ativo não circulante líquido	<u>6</u>	<u>8</u>	<u>351</u>	<u>312</u>
Patrimônio líquido	<u>6</u>	<u>8</u>	<u>(721)</u>	<u>154</u>
Percentual de participação (%)	99,9%	99,9%	99%	99%

## W2W E-Commerce de Vinhos S.A.

### Notas explicativas da administração às informações trimestrais para o período de três e seis meses findos em 30 de junho de 2020

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

#### Demonstração do resultado sintética

	Controladas			
	C&M Desenvolvimento e Licenciamento de Programas Ltda.		Bodegas de Los Andes Comércio de Vinhos Ltda.	
	30/06/2020	31/12/2019	30/06/2020	31/12/2019
Receita líquida	-	-	2.359	8.438
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social	(2)	(4)	(877)	(237)
Lucro líquido (prejuízo) do período	(2)	(4)	(877)	(537)

#### (c) Outras informações relevantes sobre os investimentos

Para a estratégia de 2020 e maior sinergia de seus negócios a Companhia planeja dar início no 2º trimestre de 2020 as movimentações necessárias para o evento de incorporação da sua controlada Bodegas de Los Andes Comércio de Vinhos S.A, bem como e a extinção da controlada C&M Desenvolvimento e Licenciamento de Programas Ltda.

#### 12 Direito de Uso

A Companhia optou por usar o expediente prático para transição e não considerar os custos iniciais na mensuração do ativo de direito de uso que corresponde ao valor inicial do passivo de arrendamento mais os custos diretos iniciais incorridos, mantendo assim o valor do passivo inicial de arrendamento. A depreciação e a amortização é calculada pelo método linear, de acordo com o prazo remanescente dos contratos.

#### (a) Composição do direito de uso

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2020	31/12/2019	30/06/2020	31/12/2019
Ativos de direito de uso				
Arrendamento de imóveis	15.200	19.056	15.200	19.106
Benfeitorias em propriedades de terceiros	1.480	1.250	1.568	1.296
Licenças de Software	2.175	1.943	2.175	1.943
	<u>18.855</u>	<u>22.249</u>	<u>18.943</u>	<u>22.345</u>

A vida útil dos itens de Direito de Uso segue conforme abaixo:

- Arrendamento de imóveis e benfeitorias em propriedade de terceiros: Seguem a vida útil do contrato de arrendamento que, atualmente, é em torno de 2 a 10 anos.
- Licença de Software: Seguem a vida útil do contrato de arrendamento que, atualmente, é em torno de 5 a 7 anos.

**W2W E-Commerce de Vinhos S.A.**

Notas explicativas da administração às informações trimestrais para o período de três e seis meses findos em 30 de junho de 2020  
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

**(b) Movimentação do direito de uso**

	<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>
Saldo em 01 de janeiro	22.767	23.086
(+/-) Remensuração e novos contratos	4.213	4.227
(+) Adições de itens relacionados ao direito de uso	1.317	1.354
(+) Baixas		(3)
(-) Depreciação de Arrendamento de Imóveis e Benfeitorias	(5.261)	(5.532)
(-) Amortização de Licença de Software	(787)	(787)
Saldo em 31 de dezembro de 2019	<u>22.249</u>	<u>22.345</u>
Saldo em 01 de janeiro 2020	22.249	22.345
(+/-) Remensuração e novos contratos	(544)	(540)
(+) Compras de itens relacionados ao direito de uso	1.091	1.134
(-) Depreciação	(3.499)	(3.554)
(-) Depreciação de Arrendamento de Imóveis e Benfeitorias	(379)	(379)
(-) Amortização de Licença de Software	(63)	(63)
Saldo em 30 de junho de 2020	<u>18.855</u>	<u>18.943</u>

## W2W E-Commerce de Vinhos S.A.

Notas explicativas da administração às informações trimestrais para o período de três e seis meses findos em 30 de junho de 2020

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

### 13 Imobilizado

	Máquinas e equipamentos	Móveis e utensílios	Computadores	Edificações e Benfeitorias	Veículos	Paletes de madeira	Controladora	Total
Em 01 de janeiro de 2019								
Saldo inicial	4.254	1.339	1.108	741	214	150		7.806
Aquisições	254	530	81		693	125		1.683
Baixas	0	(24)	(22)	(741)	0	0		(787)
Depreciação	(521)	(184)	(295)		(160)	(70)		(1.230)
Em 31 de dezembro de 2019	3.987	1.661	872	0	747	205		7.472
Em 31 de dezembro de 2020	6.446	2.411	2.554	0	1.440	440		13.291
Custo total	(2.459)	(750)	(1.682)	0	(693)	(235)		(5.819)
Depreciação acumulada	3.987	1.661	872	0	747	205		7.472
Saldo contábil, líquido								
Em 01 de janeiro de 2020								
Saldo inicial	3.987	1.661	872	0	747	205		7.472
Aquisições	120	81	33		0	48		282
Baixas	(191)	(2)	0		0	0		(193)
Depreciação	(276)	(106)	(142)		(99)	(46)		(669)
Em 30 de junho de 2020	3.640	1.634	763	0	648	207		6.892
Em 30 de junho de 2020	6.375	2.490	2.587	0	1.440	488		13.380
Custo total	(2.735)	(856)	(1.824)	0	(792)	(281)		(6.488)
Depreciação acumulada	3.640	1.634	763	0	648	207		6.892
Saldo contábil, líquido	11	11	23		24	20		
Taxas médias anuais de depreciação - %								

	Máquinas e equipamentos	Móveis e utensílios	Computadores	Edificações e Benfeitorias	Veículos	Paletes de madeira	Consolidado	Total
Em 01 de janeiro de 2019								
Saldo inicial	4.269	1.365	1.126	781	214	150		7.905
Aquisições	256	531	223		693	125		1.828
Baixas	0	(42)	(23)	(781)	0	0		(846)
Depreciação	(524)	(188)	(320)		(160)	(70)		(1.262)

33 de 57

## W2W E-Commerce de Vinhos S.A.

### Notas explicativas da administração às informações trimestrais para o período de três e seis meses findos em 30 de junho de 2020

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Em 31 de dezembro de 2019	4.001	1.666	1006	0	747	205	7.625
Em 31 de dezembro de 2019							
Custo total	6484	2442	2794	0	1440	440	13600
Depreciação acumulada	(2.483)	(776)	(1.788)	0	(693)	(235)	(5.975)
Saldo contábil, líquido	4.001	1.666	1006	0	747	205	7.625
Em 01 de janeiro de 2020							
Saldo inicial	4001	1666	1006	0	747	205	7625
Aquisições	121	149	33		0	48	351
Baixas	(191)	(2)	0		0	0	(193)
Depreciação	(278)	(108)	(156)		(99)	(46)	(687)
Em 30 de junho de 2020	3.653	1.705	883	0	648	207	7.096
Em 30 de junho de 2020							
Custo total	6414	2589	2827	0	1440	488	13758
Depreciação acumulada	(2.761)	(884)	(1.944)	0	(792)	(281)	(6.662)
Saldo contábil, líquido	3.653	1.705	883	0	648	207	7.096
Taxas médias anuais de depreciação - %	11	11	23		24	20	

**W2W E-Commerce de Vinhos S.A.****Notas explicativas da administração às informações trimestrais para o período de três e seis meses findos em 30 de junho de 2020****Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma****14 Intangível**

	<b>Controladora</b>	
	<b>Plataforma e softwares</b>	<b>Total</b>
Em 01 de janeiro de 2019		
Saldo inicial	17.774	17.774
Aquisições	5.918	5.918
Baixas	(8.428)	(8.428)
Amortizações	(2.836)	(2.836)
Em 31 de dezembro de 2019	<u>12.428</u>	<u>12.428</u>
Em 31 de dezembro de 2019		
Custo total	23.366	23.366
Amortizações acumulada	(10.938)	(10.938)
Saldo contábil, líquido	<u><u>12.428</u></u>	<u><u>12.428</u></u>
Em 01 de janeiro de 2020		
Saldo inicial	12.428	12.428
Aquisições	2.044	2.044
Baixas	-	-
Amortizações	(1.691)	(1.691)
Em 30 de junho de 2020	<u>12.781</u>	<u>12.781</u>
Em 30 de junho de 2020		
Custo total	24.373	24.373
Amortizações acumulada	(11.592)	(11.592)
Saldo contábil, líquido	<u><u>12.781</u></u>	<u><u>12.781</u></u>
Taxas médias anuais de amortização - %	18	

**W2W E-Commerce de Vinhos S.A.****Notas explicativas da administração às informações trimestrais para o período de três e seis meses findos em 30 de junho de 2020**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	<b>Consolidado</b>			
	<b>Plataforma e softwares</b>	<b>Carteira de Cliente (i)</b>	<b>Ágio (ii)</b>	<b>Total</b>
Em 01 de janeiro de 2019	17.821	6.205	10.206	34.232
Saldo inicial				
Aquisições	5.920	-	-	5.920
Baixas	(8.442)	-	-	(8.442)
Amortizações	(2.842)	(1.043)	-	(3.885)
Em 31 de dezembro de 2019	<u>12.457</u>	<u>5.162</u>	<u>10.206</u>	<u>27.825</u>
Em 31 de dezembro de 2019				
Custo total	23.400	6.205	10.206	39.811
Amortizações acumulada	(10.943)	(1.043)	-	(11.986)
Saldo contábil, líquido	<u>12.457</u>	<u>5.162</u>	<u>10.206</u>	<u>27.825</u>
Em 01 de janeiro de 2020				
Saldo inicial	12.457	5.162	10.206	27.825
Aquisições	2.044	-	-	2.044
Baixas	-	-	-	-
Amortizações	(1.692)	(311)	-	(2.003)
Saldo em 30 de junho de 2020	<u>12.809</u>	<u>4.851</u>	<u>10.206</u>	<u>27.866</u>
Em 30 de junho de 2020				
Custo total	24.410	6.205	10.206	40.821
Amortizações acumulada	(11.601)	(1.354)	-	(12.955)
Saldo contábil, líquido	<u>12.809</u>	<u>4.851</u>	<u>10.206</u>	<u>27.866</u>
Taxas médias anuais de amortização - %	18	10		

(i) Refere-se a alocação do preço de compra em decorrência da aquisição da Bodegas de Los Andes Comércio de Bebidas Ltda.

(ii) Refere-se ao ágio decorrente da aquisição da empresa Bodegas de Los Andes Comércio de Vinhos Ltda.

## W2W E-Commerce de Vinhos S.A.

### Notas explicativas da administração às informações trimestrais para o período de três e seis meses findos em 30 de junho de 2020

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

#### Teste do ágio para verificação de *impairment*

O ágio é alocado às Unidades Geradoras de Caixa (UGC), identificadas considerando cada segmento e o seu estágio de maturidade. O valor recuperável de uma UGC é determinado com base em cálculos do valor em uso. Esses cálculos usam projeções de fluxo de caixa, antes do imposto de renda e da contribuição social, baseadas em orçamentos financeiros aprovados pela administração, bem como nos planos de negócios para os próximos 5 anos. Os valores referentes aos fluxos de caixa posteriores ao período de cinco anos (perpetuidade) foram extrapolados com base nas taxas de crescimento. O teste para verificação de *impairment* sobre o ágio se baseou na maturidade da UGC, considerando seu estágio de amadurecimento como negócio, bem como no atendimento das premissas estabelecidas para o desenvolvimento da nova operação. O referido teste é realizado anualmente pela Companhia, tendo sido realizado em 31 de dezembro de 2019. Trimestralmente a Companhia avalia se há indicativos de *impairment* e, conseqüentemente, necessidade de reavaliação. Em 30 de junho de 2020 a Companhia não identificou necessidade de antecipação dos testes de *impairment*.

Abaixo apresentamos as principais premissas utilizadas na elaboração do texto de ágio para a verificação de *impairment*:

	Bodegas
Margem EBITDA (i)	7,5%
Taxa de crescimento (ii)	3,86%
Taxa de desconto (iii)	13,44%

- (i) Percentual da margem bruta orçada.
- (ii) Percentual da média ponderada das taxas de crescimento usada para extrapolar os fluxos de caixa além do período orçado.
- (iii) Percentual da taxa de desconto após os tributos aplicados às projeções do fluxo de caixa. Utilizando o método iterativo para cálculo da taxa antes dos impostos seria de 23,36%.

Como resultado desta análise, em relação ao ágio da empresa Bodegas, a administração não identificou a necessidade de constituição de *impairment* para o ágio registrado em 30 de junho de 2020, mesmo no cenário de sensibilidade de suas premissas.

#### 15 Fornecedores

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2020	31/12/2019	30/06/2020	31/12/2019
Fornecedores nacionais	12.202	13.322	12.385	13.540
Fornecedores internacionais	43.612	30.426	43.612	30.426
Fornecedores internacionais ( <i>forfeiting</i> )	2.212	3.625	2.212	3.625
Operadores logísticos	5.872	3.456	5.895	3.473
	<u>63.898</u>	<u>50.829</u>	<u>64.104</u>	<u>51.064</u>

#### 16 Empréstimos e financiamentos

	Taxa média	Controladora e consolidado	
		30/06/2020 Reemitido (i)	31/12/2019
CCB (ii)	4,82% a.a.	8	729
FINAME (iii)	1,65% a.a.	106	231
Swap	4,42% a.a. + CDI	31.856	9.988
Empréstimo em Moeda Estrangeira	3,26% a.a.	-	10.736
Total dos empréstimos e financiamentos		<u>31.970</u>	<u>21.684</u>
Passivo circulante		31.970	21.684
Passivo não circulante		-	-
		<u>31.970</u>	<u>21.684</u>

(i) Reclassificação dos saldos de empréstimos entre as linhas de *swap* e moeda estrangeira no montante de R\$ 21.500.

(ii) CCB – Cédula de Crédito Bancário

(iii) FINAME – Agência Especial de Financiamento Industrial e BNDES PSI - Programa BNDES de Sustentação ao Investimento.

## W2W E-Commerce de Vinhos S.A.

### Notas explicativas da administração às informações trimestrais para o período de três e seis meses findos em 30 de junho de 2020

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Os vencimentos dos contratos de empréstimos e financiamentos não ultrapassam 12 meses, por isso não há saldos demonstrados no ativo não circulante.

A movimentação de empréstimos e financiamentos durante o exercício é demonstrada a seguir:

	Controladora e consolidado	
	30/06/2020	31/12/2019
Em 1º de janeiro	21.684	87.131
Captação de empréstimos e financiamentos	21.105	20.412
Encargos financeiros provisionados	2.190	(15.123)
Amortização de empréstimos e financiamentos (principal)	(13.009)	(70.607)
Amortização de empréstimos e financiamentos (juros)	-	(129)
Saldo	31.970	21.684

Os empréstimos estão garantidos pelos recebíveis com operadoras de cartões de crédito. Não existem ativos oferecidos em garantia dos empréstimos e financiamentos mantidos pela Companhia. Não existem cláusulas restritivas (*covenants*) nos contratos de empréstimos da Companhia.

## 17 Passivos de arrendamento

Dos contratos que foram escopo da norma, considerou-se como componente de arrendamento somente o valor do aluguel mínimo fixo para fins de avaliação do passivo. A mensuração do passivo de arrendamento corresponde ao total dos pagamentos futuros de aluguéis fixos (bruto de impostos), descontados a uma taxa incremental de juros.

Dos contratos que foram escopo da norma, considerou-se como componente de arrendamento somente o valor do aluguel mínimo fixo para fins de avaliação do passivo a Companhia adotou como taxa de desconto dos passivos de arrendamento a sua taxa incremental de empréstimo. Considerando que os contratos de arrendamento da Companhia são substancialmente contratos com fluxos de pagamentos indexados por índices inflacionários e, considerando também as sugestões de divulgação publicadas no Ofício Circular 02/19 da CVM. A Administração avaliou possíveis impactos pela COVID-19 e concluiu que as oscilações futuras dos indexadores econômicos (CDI, inflação, entre outros), não afetaram a definição da taxa de desconto.

### (a) Composição do passivo de arrendamento

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2020	31/12/2019	30/06/2020	31/12/2019
Passivos de arrendamentos				
Arrendamentos de imóveis				
Circulante	3.667	5.180	3.684	5.250
Não circulante	12.057	14.481	12.057	14.481
	15.724	19.661	15.741	19.731

### (b) Movimentação do passivo de arrendamento

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2020	31/12/2019	30/06/2020	31/12/2019
Saldo em 01 de janeiro	20.618	20.618	20.898	20.898
(+/-) Remensuração e novos contratos	4.213	4.213	4.227	4.227
(-) Contraprestação	(5.165)	(5.165)	(5.389)	(5.389)
(+) Encargos	(5)	(5)	(5)	(5)
Saldo em 31 de dezembro de 2019	19.661	19.661	19.731	19.731
Saldo em 01 de janeiro 2020	19.661	19.661	19.731	19.731
(+/-) Remensuração e novos contratos	(1.107)	(1.107)	(482)	(482)
(+/-) Contraprestação	(3.379)	(3.379)	(4.057)	(4.057)
(+) Encargos	549	549	549	549
Saldo em 30 de junho de 2020	15.274	15.274	15.741	15.741

**W2W E-Commerce de Vinhos S.A.**

Notas explicativas da administração às informações trimestrais para o período de três e seis meses findos em 30 de junho de 2020

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

**(c) Compromissos futuros**

	Controladora			Consolidado		
	Contraprestação	Encargos de ajuste a valor presente	Saldo	Contraprestação	Encargos de ajuste a valor presente	Saldo
<i>Por vencimento</i>						
2020	4.506	(687)	3.819	4.532	(696)	3.836
2021	2.981	(742)	2.239	2.981	(742)	2.239
2022	2.828	(740)	2.088	2.828	(740)	2.088
2023	2.556	(677)	1.879	2.556	(677)	1.879
2024	2.483	(615)	1.868	2.483	(615)	1.868
2025	2.419	(615)	1.804	2.419	(615)	1.804
2026	2.419	(615)	1.804	2.419	(615)	1.804
2027	582	(359)	223	582	(359)	223
Saldo em 30 de junho de 2020	20.774	(5.050)	15.724	20.800	(5.059)	15.741

**18 Obrigações sociais trabalhistas**

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2020	31/12/2019	30/06/2020	31/12/2019
<b>Obrigações trabalhistas</b>				
Salários a pagar	1.017	1.219	1.093	1.277
Provisão de férias e encargos	2.184	2.717	2.317	2.834
Provisão de 13º salário e encargos	792	-	836	-
Provisão para indenizações trabalhistas	-	1.500	-	1.500
Participação nos resultados	685	1.000	704	1.000
Outros	3		3	
	4.681	6.436	4.953	6.611
<b>Obrigações sociais</b>				
INSS a recolher	1.338	626	1.446	662
FGTS a recolher	403	189	430	198
	1.741	815	1.876	860
	6.422	7.251	6.829	7.471

## W2W E-Commerce de Vinhos S.A.

### Notas explicativas da administração às informações trimestrais para o período de três e seis meses findos em 30 de junho de 2020

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

#### 19 Provisão para contingências

A Companhia e suas controladas são partes envolvidas em processos trabalhistas e cíveis, e está discutindo essas questões tanto na esfera administrativa como na judicial, as quais, quando aplicáveis, são amparadas por depósitos judiciais.

As provisões para as eventuais perdas decorrentes desses processos são estimadas e atualizadas pela Administração, suportadas na opinião de seus consultores legais externos. Os valores dos processos estão pulverizados em várias ações, não havendo valor relevante em um único processo.

Em 30 de junho de 2020, haviam os seguintes passivos relacionados às contingências:

	Controladora e consolidado	
	30/06/2020	31/12/2019
Processos cíveis	32	52
Processos trabalhistas	110	45
	<u>142</u>	<u>97</u>

#### (a) Movimentação da provisão para contingências

	Controladora e consolidado	
	30/06/2020	31/12/2019
Em 1º de janeiro	97	56
Novas contingências	97	112
Reversão de provisões de contingências	(52)	(57)
Contingências pagas	-	(14)
Saldo	<u>142</u>	<u>97</u>

#### (b) Natureza das provisões

A natureza das obrigações pode ser sumariada como segue:

- Contingências trabalhistas - consistem, principalmente, em reclamações de empregados vinculadas a disputas sobre o montante de compensação pago sobre demissões, insalubridade, periculosidade, saúde e segurança no trabalho.
- Ações cíveis - as principais ações estão relacionadas a reclamações envolvendo produto, lucros cessantes, danos morais, materiais e relações externas.

Processos com risco de perdas considerados como possíveis encontram-se divulgados conforme demonstrado no item (c).

#### (c) Perdas possíveis, não provisionadas no balanço

Adicionalmente há ações de naturezas cível e trabalhista, envolvendo riscos de perda classificados pela Administração como possíveis, com base na avaliação de seus consultores jurídicos, para as quais não há provisão constituída, conforme composição e estimativa a seguir:

	Controladora e consolidado	
	30/06/2020	31/12/2019
Cíveis	115	116
Trabalhistas	20	80
Saldo	<u>135</u>	<u>196</u>

## W2W E-Commerce de Vinhos S.A.

### Notas explicativas da administração às informações trimestrais para o período de três e seis meses findos em 30 de junho de 2020

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

#### 20 Outros passivos

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2020	31/12/2019	30/06/2020	31/12/2019
Circulante				
Investimentos a pagar (i)	-	2.287	-	2.287
Provisão para perdas com investimentos	716			
Outras obrigações	2.182	1.356	2.191	1.358
	2.898	3.643	2.191	3.645
Não circulante				
Investimento a pagar (i)	2.235	2.276	2.235	2.276
Outras obrigações	3	4	3	4
	2.238	2.280	2.238	2.280
	5.136	5.923	4.429	5.925

- (i) Há saldo de investimento a pagar com partes relacionadas. Em 30 de junho de 2020, o saldo a pagar ao German Garfinkel, ex-sócio da controlada Bodegas de Los Andes Comércio de Vinhos e atual diretor estatutário, é de R\$ 2.012 (Em 2019 - R\$ 4.106).

#### 21 Patrimônio líquido

##### (a) Capital social

Em 30 de junho 2020 o capital social da Companhia é de R\$ 104.955, totalmente integralizados, divididos em 213.056 ações, sendo 135.559 ações ordinárias e 77.497 de ações ordinárias de classe A todas nominativas e sem valor nominal e não resgatáveis.

	30/06/2020		31/12/2019	
	Quantidade	Valor total	Quantidade	Valor total
Ações ordinárias de classe A (i)	77.497	46.075	77.497	46.075
Ações ordinárias	135.559	58.880	135.559	58.880
	213.056	104.955	213.056	104.955

- (i) Conforme o parágrafo 5º do Acordo de Acionistas, as ações ordinárias classe A conferem ao titular os mesmos poderes que as ações ordinárias.

##### (b) Reserva de lucro – Reserva legal e reserva estatutária (reemitido)

A reserva legal será constituída a base de 5% sobre o lucro líquido do exercício (quando houver), limitada a 20% do capital social, conforme a previsão da lei 6.404/76. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar capital.

As reservas estatutárias são constituídas por determinação do estatuto da Companhia, como destinação de uma parcela dos lucros do exercício, e não podem restringir o pagamento do dividendo obrigatório.

Em 2019, a Companhia não constituiu reserva estatutária devido apresentar prejuízos acumulados. Além disso, a Companhia autorizou, através de Ata de Assembleia com os sócios, o aproveitamento da reserva estatutária para absorção de parte dos prejuízos acumulados, no valor de R\$ 681.

##### (c) Ajustes de avaliação patrimonial

Composto por:

Valor dos instrumentos financeiros derivativos designados como hedge de fluxo de caixa, líquidos dos efeitos tributários correspondentes. O saldo, líquido dos tributos em 30 de junho de 2020 é de R\$ 4.009 no ativo (2019 – resultado negativo de R\$ 455).

**W2W E-Commerce de Vinhos S.A.**

Notas explicativas da administração às informações trimestrais para o período de três e seis meses findos em 30 de junho de 2020

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

**(d) Lucro (Prejuízo) básico e diluído por ação**

O lucro/prejuízo básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro/prejuízo atribuível aos acionistas da sociedade, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias emitidas durante o exercício, excluindo as ações ordinárias compradas pela sociedade e mantidas como ações em tesouraria, se houver.

O prejuízo diluído por ação é calculado mediante o ajuste da quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação e os instrumentos de dívida emitidos com potencial de conversão em capital social.

	<b>Básico</b>			
	<b>01/04/2020 a 30/06/2020</b>	<b>01/04/2020 a 30/06/2020</b>	<b>01/04/2019 a 30/06/2019</b>	<b>01/04/2019 a 30/06/2019</b>
	<b>Original</b>	<b>Reemitido (i)</b>	<b>Original</b>	<b>Reemitido (i)</b>
Prejuízo do Exercício	5.573	5.573	(7.645)	(7.645)
Ações em circulação no final do período	213.056	83.944.064	159.134	62.698.796
Debêntures conversíveis	-	-	-	-
	<u>213.056</u>	<u>83.944.064</u>	<u>159.134</u>	<u>62.698.796</u>
<b>Prejuízo líquido por ações atribuível aos acionistas da Companhia - em R\$</b>	<u>0,0262</u>	<u>0,0001</u>	<u>(0,0480)</u>	<u>(0,0001)</u>

	<b>Básico</b>			
	<b>01/01/2020 a 30/06/2020</b>	<b>01/01/2020 a 30/06/2020</b>	<b>01/01/2019 a 30/06/2019</b>	<b>01/01/2019 a 30/06/2019</b>
	<b>Original</b>	<b>Reemitido (i)</b>	<b>Original</b>	<b>Reemitido (i)</b>
Prejuízo do Exercício	(342)	(342)	(13.695)	(13.695)
Ações em circulação no final do período	213.056	83.944.064	159.134	62.698.796
Debêntures conversíveis	-	-	-	-
	<u>213.056</u>	<u>83.944.064</u>	<u>159.134</u>	<u>62.698.796</u>
<b>Prejuízo líquido por ações atribuível aos acionistas da Companhia - em R\$</b>	<u>(0,0016)</u>	<u>(0,0000)</u>	<u>(0,0861)</u>	<u>(0,0002)</u>

	<b>Diluído</b>			
	<b>01/04/2020 a 30/06/2020</b>	<b>01/04/2020 a 30/06/2020</b>	<b>01/04/2019 a 30/06/2019</b>	<b>01/04/2019 a 30/06/2019</b>
	<b>Original</b>	<b>Reemitido (i)</b>	<b>Original</b>	<b>Reemitido (i)</b>
Prejuízo do Exercício	5.573	5.573	(7.645)	(7.645)
Ações em circulação no final do período	213.056	83.944.064	159.134	62.698.796
Debêntures conversíveis	-	-	-	-
	<u>213.056</u>	<u>83.944.064</u>	<u>159.134</u>	<u>62.698.796</u>
<b>Prejuízo líquido por ações atribuível aos acionistas da Companhia - em R\$</b>	<u>0,0262</u>	<u>0,0001</u>	<u>(0,0480)</u>	<u>(0,0001)</u>

	<b>Diluído</b>			
	<b>01/01/2020 a 30/06/2020</b>	<b>01/01/2020 a 30/06/2020</b>	<b>01/01/2019 a 30/06/2019</b>	<b>01/01/2019 a 30/06/2019</b>
	<b>Original</b>	<b>Reemitido (i)</b>	<b>Original</b>	<b>Reemitido (i)</b>
Prejuízo do Exercício	(342)	(342)	(13.695)	(13.695)
Ações em circulação no final do período	213.056	83.944.064	159.134	62.698.796
Debêntures conversíveis	-	-	-	-
	<u>213.056</u>	<u>83.944.064</u>	<u>159.134</u>	<u>62.698.796</u>
<b>Prejuízo líquido por ações atribuível aos acionistas da Companhia - em R\$</b>	<u>(0,0016)</u>	<u>(0,0000)</u>	<u>(0,0861)</u>	<u>(0,0002)</u>

## W2W E-Commerce de Vinhos S.A.

### Notas explicativas da administração às informações trimestrais para o período de três e seis meses findos em 30 de junho de 2020

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

- (i) Reemissão: A Companhia aprovou em 06 de outubro de 2020 o desdobramento das ações na razão de 1:394, conforme descrito na nota 26 e, por isso, está realizando o ajuste retrospectivo em seu cálculo de lucro por ação.

Não existe fator diluidor, sendo assim, os lucros básicos e diluídos por ação possuem o mesmo valor.

## 22 Receitas

A reconciliação entre as vendas brutas e a receita líquida é como segue:

	Controladora			
	01/04/2020 a 30/06/2020	01/01/2020 a 30/06/2020	01/04/2019 a 30/06/2019	01/01/2019 a 30/06/2019
	Reemitido (i)	Reemitido (i)	Reemitido (i)	Reemitido (i)
Venda de mercadorias e produtos	129.193	212.176	83.709	150.771
Vendas de serviços e contratos	17.502	32.335	10.930	18.671
Programa de fidelidade	(305)	(103)	-	-
Impostos sobre vendas	(29.568)	(48.607)	(21.721)	(40.218)
Devoluções de vendas	(1.984)	(3.297)	(761)	(1.649)
Descontos concedidos	(28.584)	(48.528)	(10.404)	(14.919)
	<u>86.254</u>	<u>143.976</u>	<u>61.753</u>	<u>112.656</u>

	Consolidado			
	01/04/2020 a 30/06/2020	01/01/2020 a 30/06/2020	01/04/2019 a 30/06/2019	01/01/2019 a 30/06/2019
	Reemitido (i)	Reemitido (i)	Reemitido (i)	Reemitido (i)
Venda de mercadorias e produtos	131.202	216.193	87.190	155.226
Vendas de serviços e contratos	17.502	32.335	10.930	18.671
Programa de fidelidade	(305)	(103)	-	-
Impostos sobre vendas	(30.276)	(50.041)	(22.623)	(41.267)
Devoluções de vendas	(1.995)	(3.348)	(912)	(1.869)
Descontos concedidos	(28.716)	(48.701)	(10.470)	(14.992)
	<u>87.412</u>	<u>146.335</u>	<u>64.115</u>	<u>115.769</u>

- (i) Reemissão devido reclassificação dos valores de benefícios fiscais relacionados ao ICMS entre as linhas de vendas de mercadorias e produtos, vendas de serviços e contratos, impostos sobre vendas, devoluções sobre vendas e descontos concedidos.

Período de 01/04/2020 a 30/06/2020	Controladora			Consolidado		
	Original	Ajuste	Reemitido	Original	Ajuste	Reemitido
Venda de mercadorias e produtos	121.197	7.996	129.193	123.039	8.163	131.202
Vendas de serviços e contratos	26.731	(9.229)	17.502	26.731	(9.229)	17.502
Programa de fidelidade	-	(305)	(305)	-	(305)	(305)
Impostos sobre vendas	(30.803)	1.235	(29.568)	(31.343)	1.067	(30.276)
Devoluções de vendas	(1.685)	(299)	(1.984)	(1.695)	(300)	(1.995)
Descontos concedidos	(29.186)	602	(28.584)	(29.320)	604	(28.716)
Receitas líquidas	<u>86.254</u>	<u>-</u>	<u>86.254</u>	<u>87.412</u>	<u>-</u>	<u>87.412</u>

Período de 01/01/2020 a 30/06/2020	Controladora			Consolidado		
	Original	Ajuste	Reemitido	Original	Ajuste	Reemitido
Venda de mercadorias e produtos	199.026	13.150	212.176	202.659	13.534	216.193
Vendas de serviços e contratos	47.046	(14.711)	32.335	47.046	(14.711)	32.335
Programa de fidelidade	-	(103)	(103)	-	(103)	(103)
Impostos sobre vendas	(50.180)	1.573	(48.607)	(51.230)	1.189	(50.041)
Devoluções de vendas	(2.823)	(474)	(3.297)	(2.873)	(475)	(3.348)
Descontos concedidos	(49.093)	565	(48.528)	(49.267)	566	(48.701)

**W2W E-Commerce de Vinhos S.A.****Notas explicativas da administração às informações trimestrais para o período de três e seis meses findos em 30 de junho de 2020**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Receitas líquidas	<u>143.976</u>	<u>-</u>	<u>143.976</u>	<u>146.335</u>	<u>-</u>	<u>146.335</u>
-------------------	----------------	----------	----------------	----------------	----------	----------------

Período de 01/04/2019 a 30/06/2019	Controladora			Consolidado		
	Original	Ajuste	Reemitido	Original	Ajuste	Reemitido
Venda de mercadorias e produtos	77.182	6.527	83.709	80.124	7.066	87.190
Vendas de serviços e contratos	17.807	(6.877)	10.930	17.807	(6.877)	10.930
Impostos sobre vendas	(22.070)	349	(21.721)	(22.432)	(191)	(22.623)
Devoluções de vendas	(699)	(62)	(761)	(850)	(62)	(912)
Descontos concedidos	(10.467)	63	(10.404)	(10.534)	64	(10.470)
Receitas líquidas	<u>61.753</u>	<u>-</u>	<u>61.753</u>	<u>64.115</u>	<u>-</u>	<u>64.115</u>

Período de 01/01/2019 a 30/06/2019	Controladora			Consolidado		
	Original	Ajuste	Reemitido	Original	Ajuste	Reemitido
Venda de mercadorias e produtos	138.744	12.027	150.771	142.552	12.674	155.226
Vendas de serviços e contratos	31.408	(12.737)	18.671	31.408	(12.737)	18.671
Impostos sobre vendas	(40.929)	711	(40.218)	(41.330)	63	(41.267)
Devoluções de vendas	(1.538)	(111)	(1.649)	(1.757)	(112)	(1.869)
Descontos concedidos	(15.029)	110	(14.919)	(15.104)	112	(14.992)
Receitas líquidas	<u>112.656</u>	<u>-</u>	<u>112.656</u>	<u>115.769</u>	<u>-</u>	<u>115.769</u>

**W2W E-Commerce de Vinhos S.A.****Notas explicativas da administração às informações trimestrais para o período de três e seis meses findos em 30 de junho de 2020**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

**23 Custos e despesas por natureza**

	Controladora			
	01/04/2020 a 30/06/2020	01/01/2020 a 30/06/2020	01/04/2019 a 30/06/2019	01/01/2019 a 30/06/2019
	Reemitido (i)	Reemitido (i)	Reemitido (i)	Reemitido (i)
Custo das mercadorias vendidas	43.452	71.440	31.453	56.590
Remuneração administradores (ii)	649	1.853	1.693	3.092
Salários e ordenados	4.647	7.415	2.877	5.862
Encargos e benefícios	2.811	6.002	3.988	7.889
Comissões	2.914	5.064	2.147	3.847
Frete	11.532	19.741	8.594	15.984
Embalagens	1.973	3.493	1.502	2.752
Publicidade, propaganda e promoções	5.022	9.298	10.228	16.733
Serviços de terceiros e consultorias	(140)	914	1.018	2.083
Campanhas internas, vendas e promoções	512	945	792	1.568
Viagens, deslocamentos e refeições	616	978	534	974
Energia, Internet e telefonia	262	596	321	628
Material de consumo e expediente	123	321	147	338
Cursos, representação e treinamentos	6	78	25	61
Aluguel de imóveis	40	138	68	129
Impostos, taxas e contribuições	64	106	40	79
Amortização e depreciação	2.840	5.926	3.300	5.915
Perdas e recuperações	508	1.113	371	592
Outras despesas e receitas, líquidas	3.806	5.709	194	(33)
Crédito de impostos	(1.303)	(2.353)	(1.037)	(1.950)
	<u>80.334</u>	<u>138.777</u>	<u>68.255</u>	<u>123.133</u>
Custo das vendas	45.426	74.933	32.955	59.342
Despesas administrativas	7.394	14.067	8.583	16.903
Despesas gerais	7.063	15.114	7.378	14.054
Despesas com vendas	19.050	33.378	20.966	36.650
Outros resultados operacionais	1.401	1.285	(1.627)	(3.816)
	<u>80.334</u>	<u>138.777</u>	<u>68.255</u>	<u>123.133</u>

## W2W E-Commerce de Vinhos S.A.

### Notas explicativas da administração às informações trimestrais para o período de três e seis meses findos em 30 de junho de 2020

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Consolidado			
	01/04/2020 a 30/06/2020	01/01/2020 a 30/06/2020	01/04/2019 a 30/06/2019	01/01/2019 a 30/06/2019
	Reemitido (i)	Reemitido (i)	Reemitido (i)	Reemitido (i)
Custo das mercadorias vendidas	44.108	72.801	32.936	58.291
Remuneração administradores (ii) (i)	649	1.853	1.693	3.092
Salários e ordenados (i)	4.845	7.795	3.126	6.251
Encargos e benefícios (i)	3.054	6.489	4.300	8.339
Comissões	3.038	5.264	2.345	4.051
Fretes	11.578	19.824	8.635	16.072
Embalagens	1.973	3.493	1.502	2.752
Publicidade, propaganda e promoções	5.202	9.681	10.295	16.817
Serviços de terceiros e consultorias (i)	(140)	915	1.028	2.095
Campanhas internas, vendas e promoções	535	1.001	916	1.699
Viagens, deslocamentos e refeições	621	999	569	1.008
Energia, Internet e telefonia	272	631	342	669
Material de consumo e expediente	129	338	170	361
Cursos, representação e treinamentos	6	78	25	61
Aluguel de imóveis	89	189	72	155
Impostos, taxas e contribuições	65	107	40	79
Amortização e depreciação	2.868	6.023	3.377	6.041
Perdas e recuperações	539	1.173	380	607
Outras despesas e receitas, líquidas	2.951	4.867	228	225
Crédito de impostos	(1.313)	(2.371)	(1.037)	(1.950)
	<u>81.069</u>	<u>141.150</u>	<u>70.942</u>	<u>126.715</u>
Custo das vendas	46.082	76.294	34.438	61.043
Despesas administrativas	7.780	14.879	9.143	17.742
Despesas gerais	7.180	15.365	7.582	14.365
Despesas com vendas	19.473	34.148	21.396	37.158
Outros resultados operacionais	554	464	(1.617)	(3.593)
	<u>81.069</u>	<u>141.150</u>	<u>70.942</u>	<u>126.715</u>

(i) Reemissão em função de reclassificação das despesas com remuneração dos administradores nas linhas de salários e ordenados, pró-labore, encargos e benefícios e serviços de terceiros e consultorias.

Período de 01/04/2020 a 30/06/2020	Controladora			Consolidado		
	Original	Ajuste	Reemitido	Original	Ajuste	Reemitido
Remuneração administradores (ii)	679	(30)	649	679	(30)	649
Salários e ordenados	3.968	679	4.647	4.166	679	4.845
Encargos e benefícios	2.847	(36)	2.811	3.090	(36)	3.054
Serviços de terceiros e consultorias	473	(613)	(140)	473	(613)	(140)
Custos e despesas por natureza	<u>80.334</u>	<u>-</u>	<u>80.334</u>	<u>81.069</u>	<u>-</u>	<u>81.069</u>
Período de 01/01/2020 a 30/06/2020	Controladora			Consolidado		
	Original	Ajuste	Reemitido	Original	Ajuste	Reemitido
Remuneração administradores (ii)	3.168	(1.315)	1.853	3.168	(1.315)	1.853
Salários e ordenados	4.854	2.561	7.415	5.234	2.561	7.795
Encargos e benefícios	6.073	(71)	6.002	6.560	(71)	6.489
Serviços de terceiros e consultorias	2.089	(1.175)	914	2.090	(1.175)	915
Amortização e depreciação	6.395	(469)	5.926	6.023	-	6.023
Custos e despesas por natureza	<u>139.246</u>	<u>469</u>	<u>138.777</u>	<u>141.150</u>	<u>-</u>	<u>141.150</u>

**W2W E-Commerce de Vinhos S.A.**

**Notas explicativas da administração às informações trimestrais para o período de três e seis meses findos em 30 de junho de 2020**  
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

---

Período de 01/04/2019 a 30/06/2019	Controladora			Consolidado		
	Original	Ajuste	Reemitido	Original	Ajuste	Reemitido
Remuneração administradores (ii)	1.682	11	1.693	1.682	11	1.693
Salários e ordenados	2.832	45	2.877	3.081	45	3.126
Encargos e benefícios	4.044	(56)	3.988	4.356	(56)	4.300
Custos e despesas por natureza	<u>68.255</u>	<u>-</u>	<u>68.255</u>	<u>70.942</u>	<u>-</u>	<u>70.942</u>

Período de 01/01/2019 a 30/06/2019	Controladora			Consolidado		
	Original	Ajuste	Reemitido	Original	Ajuste	Reemitido
Remuneração administradores (ii)	3.072	20	3.092	3.072	20	3.092
Salários e ordenados	5.776	86	5.862	6.165	86	6.251
Encargos e benefícios	7.995	(106)	7.889	8.445	(106)	8.339
Custos e despesas por natureza	<u>123.133</u>	<u>-</u>	<u>123.133</u>	<u>126.715</u>	<u>-</u>	<u>126.715</u>

**W2W E-Commerce de Vinhos S.A.****Notas explicativas da administração às informações trimestrais para o período de três e seis meses findos em 30 de junho de 2020**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

*(ii) Remuneração do pessoal-chave da administração*

O pessoal-chave da administração inclui os conselheiros e diretores. A remuneração paga ou a pagar ao pessoal-chave da administração, por seus serviços, está apresentada a seguir:

	01/04/2020 a 30/06/2020		01/01/2020 a 30/06/2020		Controladora e consolidado	
	Reemitido (i)	Reemitido (i)	Reemitido (i)	Reemitido (i)	01/04/2019 a 30/06/2019	01/01/2019 a 30/06/2019
Pró-labore	-	-	-	-	246	492
Salários e ordenados	613	1.622	613	1.622	984	1.738
Encargos sociais	36	231	36	231	463	862
	<u>649</u>	<u>1.853</u>	<u>649</u>	<u>1.853</u>	<u>1.693</u>	<u>3.092</u>

- (i) Reemissão em função de reclassificação das despesas com remuneração dos administradores nas linhas de salários e ordenados, pró-labore, encargos e benefícios e serviços de terceiros e consultorias.

	Controladora e consolidado			Controladora e consolidado		
	01/04/2020 a 30/06/2020	01/04/2020 a 30/06/2020	01/04/2020 a 30/06/2020	01/01/2020 a 30/06/2020	01/01/2020 a 30/06/2020	01/01/2020 a 30/06/2020
	Original	Ajustes	Reemitido	Original	Ajustes	Reemitido
Pró-labore	-	-	-	-	-	-
Salários e ordenados	679	(66)	613	2.123	(501)	1.622
Encargos e benefícios	-	36	36	160	71	231
Participação nos resultados	-	-	-	885	-	-
	<u>679</u>	<u>(30)</u>	<u>649</u>	<u>3.168</u>	<u>(1.315)</u>	<u>1.853</u>

	Controladora e consolidado			Controladora e consolidado		
	01/04/2019 a 30/06/2019	01/04/2019 a 30/06/2019	01/04/2019 a 30/06/2019	01/01/2019 a 30/06/2019	01/01/2019 a 30/06/2019	01/01/2019 a 30/06/2019
	Original	Ajustes	Reemitido	Original	Ajustes	Reemitido
Pró-labore	246	-	246	492	-	492
Salários e ordenados	1.029	(45)	984	1.824	(86)	1.738
Encargos e benefícios	407	56	463	756	106	862
Participação nos resultados	-	-	-	-	-	-
	<u>1.682</u>	<u>11</u>	<u>1.693</u>	<u>3.072</u>	<u>20</u>	<u>3.092</u>

**W2W E-Commerce de Vinhos S.A.****Notas explicativas da administração às informações trimestrais para o período de três e seis meses findos em 30 de junho de 2020**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

**24 Despesas e receitas financeiras**

	<b>Controladora</b>			
	<b>01/04/2020 a 30/06/2020</b>	<b>01/01/2020 a 30/06/2020</b>	<b>01/04/2019 a 30/06/2019</b>	<b>01/01/2019 a 30/06/2019</b>
Receitas financeiras				
Descontos obtidos	54	141	194	253
Outras receitas financeiras, líquidas	185	350	142	334
Juros e multas recebidos em contratos de subarrendamento	27	27	-	-
Variação cambial ativa	2.058	4.184	931	2.710
Receitas Financeiras	<u>2.324</u>	<u>4.702</u>	<u>1.267</u>	<u>3.297</u>
Despesas financeiras				
Encargos sobre empréstimos e financiamentos, líquidos	(7)	(156)	419	(2.012)
Variação cambial passiva	(1.751)	(7.704)	(1.290)	(3.495)
IOF	(19)	(30)	(14)	(40)
Outras despesas financeiras	(1.124)	(2.170)	(642)	(775)
Despesas Financeiras	<u>(2.901)</u>	<u>(10.060)</u>	<u>(1.527)</u>	<u>(6.322)</u>
Resultado financeiro, líquido	<u>(577)</u>	<u>(5.358)</u>	<u>(260)</u>	<u>(3.025)</u>
				<b>Consolidado</b>
	<b>01/04/2020 a 30/06/2020</b>	<b>01/01/2020 a 30/06/2020</b>	<b>01/04/2019 a 30/06/2019</b>	<b>01/01/2019 a 30/06/2019</b>
Receitas financeiras				
Descontos obtidos	61	148	195	254
Outras receitas financeiras, líquidas	188	360	146	342
Juros e multas recebidos em contratos de subarrendamento	27	27	-	-
Variação cambial ativa	2.058	4.186	934	2.727
Receitas Financeiras	<u>2.334</u>	<u>4.721</u>	<u>1.275</u>	<u>3.323</u>
Despesas financeiras				
Encargos sobre empréstimos e financiamentos, líquidos	(7)	(156)	419	(2.012)
Variação cambial passiva	(1.751)	(7.704)	(1.290)	(3.495)
IOF	(19)	(30)	(14)	(40)
Outras despesas financeiras	(1.126)	(2.177)	(646)	(782)
Despesas Financeiras	<u>(2.903)</u>	<u>(10.067)</u>	<u>(1.531)</u>	<u>(6.329)</u>
Resultado financeiro, líquido	<u>(569)</u>	<u>(5.346)</u>	<u>(256)</u>	<u>(3.006)</u>

## W2W E-Commerce de Vinhos S.A.

Notas explicativas da administração às informações trimestrais para o período de três e seis meses findos em 30 de junho de 2020

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

### 25

#### Informações por segmento

As informações por segmento estão sendo apresentadas de acordo com os relatórios gerenciais utilizados pelo Conselho de Administração, órgão responsável pela tomada de decisões estratégicas da Companhia, para a gestão do negócio. Os segmentos da Companhia estão divididos em E-Commerce, Clubes de assinaturas e Business Offline, que contemplam todos os gastos da estrutura administrativa, bem como o resultado financeiro.

	E-commerce			Clube de Assinaturas			Business Offline			Total	Consolidado Reemitido (i)
	01/04/2020 a 30/06/2020	01/01/2020 a 30/06/2020									
Receita líquida	42.072	65.242	33.884	63.872	11.456	17.222	87.412	146.335			
Custo das vendas	(24.255)	(38.481)	(14.953)	(27.251)	(6.874)	(10.562)	(46.082)	(76.294)			
<b>Lucro bruto</b>	<b>17.817</b>	<b>26.760</b>	<b>18.931</b>	<b>36.621</b>	<b>4.582</b>	<b>6.660</b>	<b>41.330</b>	<b>70.041</b>			
Despesas com vendas	(8.154)	(13.763)	(9.117)	(16.789)	(2.202)	(3.596)	(19.473)	(34.148)			
Despesas administrativas	(4.139)	(7.362)	(2.873)	(6.220)	(769)	(1.277)	(7.780)	(14.879)			
Outras despesas operacionais, líquidas	(2.246)	(4.290)	(1.559)	(3.614)	(417)	(742)	(4.222)	(8.646)			
Depreciação e Amortização	(1.528)	(2.988)	(1.059)	(2.518)	(283)	(517)	(2.868)	(6.023)			
Impairment de ativo	(343)	(575)	(238)	(485)	(64)	(100)	(644)	(1.160)			
<b>Lucro operacional</b>	<b>1.410</b>	<b>(2.239)</b>	<b>4.085</b>	<b>6.996</b>	<b>848</b>	<b>428</b>	<b>6.343</b>	<b>5.185</b>			
<b>Recomposição Ebitda Ajustado</b>	<b>1.526</b>	<b>2.988</b>	<b>1.059</b>	<b>2.518</b>	<b>283</b>	<b>517</b>	<b>2.868</b>	<b>6.023</b>			
Depreciação e Amortização	343	575	238	485	64	100	644	1.160			
Impairment de ativo	-	-	-	-	-	-	-	-			
<b>Ebitda Ajustado</b>	<b>3.278</b>	<b>1.325</b>	<b>5.382</b>	<b>9.999</b>	<b>1.195</b>	<b>1.044</b>	<b>9.855</b>	<b>12.368</b>			
<b>Não Recorrentes</b>	<b>128</b>	<b>376</b>	<b>89</b>	<b>316</b>	<b>24</b>	<b>65</b>	<b>241</b>	<b>757</b>			
Despesas Legais	214	200	149	168	40	35	403	403			
Ganho ou Perda Tributária	343	575	238	485	64	100	644	1.160			

(i) Reemissão devido reclassificação entre segmentos.

## W2W E-Commerce de Vinhos S.A.

Notas explicativas da administração às informações trimestrais para o período de três e seis meses findos em 30 de junho de 2020

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	E-commerce		Clube de Assinaturas		Business Offline		Original	
	01/04/2020 a 30/06/2020	01/01/2020 a 30/06/2020						
Receita líquida	42.072	65.183	33.884	63.872	11.456	17.280	87.412	146.335
Custo das vendas	(24.255)	(38.520)	(14.953)	(27.250)	(6.874)	(10.524)	(46.082)	(76.294)
<b>Lucro bruto</b>	<b>17.817</b>	<b>26.662</b>	<b>18.931</b>	<b>36.622</b>	<b>4.582</b>	<b>6.757</b>	<b>41.330</b>	<b>70.041</b>
Despesas com vendas	(8.154)	(13.903)	(9.117)	(16.788)	(2.202)	(3.457)	(19.473)	(34.148)
Despesas administrativas	(4.139)	(6.861)	(2.873)	(5.360)	(768)	(2.658)	(7.780)	(14.879)
Outras despesas operacionais, líquidas	(2.246)	(3.987)	(1.559)	(3.115)	(417)	(1.544)	(4.222)	(8.646)
Depreciação e Amortização	(1.526)	(2.777)	(1.059)	(2.170)	(283)	(1.076)	(2.868)	(6.023)
Não Recorrentes	(343)	(535)	(238)	(418)	(64)	(207)	(644)	(1.160)
<b>Impairment de ágio</b>	<b>1.409</b>	<b>(1.400)</b>	<b>4.084</b>	<b>8.771</b>	<b>849</b>	<b>(2.186)</b>	<b>6.343</b>	<b>5.185</b>
<b>Lucro operacional</b>	<b>1.526</b>	<b>2.777</b>	<b>1.059</b>	<b>2.170</b>	<b>283</b>	<b>1.076</b>	<b>2.868</b>	<b>6.023</b>
Depreciação e Amortização	343	535	238	418	64	207	644	1.160
<b>Impairment de ágio</b>	<b>3.277</b>	<b>1.912</b>	<b>5.381</b>	<b>11.358</b>	<b>1.196</b>	<b>(903)</b>	<b>9.855</b>	<b>12.368</b>
<b>Não Recorrentes</b>	<b>128</b>	<b>349</b>	<b>89</b>	<b>273</b>	<b>24</b>	<b>135</b>	<b>241</b>	<b>757</b>
Despesas Legais	214	186	149	145	40	72	403	403
Ganho ou Perda Tributária	<b>343</b>	<b>535</b>	<b>238</b>	<b>418</b>	<b>64</b>	<b>207</b>	<b>644</b>	<b>1.160</b>

## W2W E-Commerce de Vinhos S.A.

Notas explicativas da administração às informações trimestrais para o período de três e seis meses findos em 30 de junho de 2020

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	E-commerce		Clube de Assinaturas		Business Offline		Ajustes	
	01/04/2020 a 30/06/2020	01/01/2020 a 30/06/2020						
Receita líquida	-	59	-	-	-	(58)	-	-
Custo das vendas	-	39	-	(1)	-	(38)	-	-
<b>Lucro bruto</b>	-	<b>98</b>	-	<b>(1)</b>	-	<b>(97)</b>	-	-
Despesas com vendas	-	140	-	(1)	-	(139)	-	-
Despesas administrativas	-	(521)	-	(860)	-	1.381	-	-
Outras despesas operacionais, líquidas	-	(303)	-	(499)	(1)	802	-	-
Depreciação e Amortização	-	(211)	-	(348)	-	559	-	-
Não Recorrentes	-	(40)	-	(67)	-	107	-	-
<i>Impairment de ativo</i>	-	-	-	-	-	-	-	-
<b>Lucro operacional</b>	-	<b>(839)</b>	-	<b>(1.775)</b>	(1)	<b>2.614</b>	-	-
<b>Recomposição Ebitda Ajustado</b>	-	-	-	-	-	-	-	-
Depreciação e Amortização	-	211	-	348	-	(559)	-	-
Não Recorrentes	-	40	-	67	-	(107)	-	-
<i>Impairment de ativo</i>	-	-	-	-	-	-	-	-
<b>Ebitda Ajustado</b>	-	<b>(687)</b>	-	<b>(1.359)</b>	-	<b>(1.947)</b>	-	-
<b>Não Recorrentes</b>	-	-	-	-	-	-	-	-
Despesas Legais	-	27	-	43	-	(70)	-	-
Gainho ou Perda Tributária	-	14	-	23	-	(37)	-	-
	-	<b>40</b>	-	<b>67</b>	-	<b>(107)</b>	-	-

## W2W E-Commerce de Vinhos S.A.

Notas explicativas da administração às informações trimestrais para o período de três e seis meses findos em 30 de junho de 2020

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	E-commerce		Clube de Assinaturas		Business Offline		Total	
	01/04/2020 a 30/06/2020	01/01/2020 a 30/06/2020						
Receita líquida	42.072	65.242	33.884	63.872	11.456	17.222	87.412	146.335
Custo das vendas	(24.255)	(38.481)	(14.953)	(27.251)	(6.874)	(10.562)	(46.082)	(76.294)
<b>Lucro bruto</b>	<b>17.817</b>	<b>26.760</b>	<b>18.931</b>	<b>36.621</b>	<b>4.582</b>	<b>6.660</b>	<b>41.330</b>	<b>70.041</b>
Despesas com vendas	(8.154)	(13.763)	(9.117)	(16.789)	(2.202)	(3.596)	(19.473)	(34.148)
Despesas administrativas	(4.139)	(7.382)	(2.873)	(6.220)	(769)	(1.277)	(7.780)	(14.879)
Outras despesas operacionais, líquidas	(2.246)	(4.290)	(1.559)	(3.614)	(417)	(742)	(4.222)	(8.646)
Depreciação e Amortização	(1.526)	(2.988)	(1.059)	(2.518)	(283)	(517)	(2.868)	(6.023)
Não Recorrentes	(343)	(575)	(238)	(485)	(64)	(100)	(644)	(1.160)
<i>Impairment de ativo</i>								
<b>Lucro operacional</b>	<b>1.410</b>	<b>(2.239)</b>	<b>4.085</b>	<b>6.996</b>	<b>848</b>	<b>428</b>	<b>6.343</b>	<b>5.185</b>
<b>Recomposição Ebitda Ajustado</b>								
Depreciação e Amortização	1.526	2.988	1.059	2.518	283	517	2.868	6.023
Não Recorrentes	343	575	238	485	64	100	644	1.160
<i>Impairment de ativo</i>								
<b>Ebitda Ajustado</b>	<b>3.278</b>	<b>1.325</b>	<b>5.382</b>	<b>9.999</b>	<b>1.195</b>	<b>1.044</b>	<b>9.855</b>	<b>12.368</b>
<b>Não Recorrentes</b>								
Despesas Legais	128	376	89	316	24	65	241	757
Ganho ou Perda Tributária	214	200	149	168	40	35	403	403
	<b>343</b>	<b>575</b>	<b>238</b>	<b>485</b>	<b>64</b>	<b>100</b>	<b>644</b>	<b>1.160</b>

## W2W E-Commerce de Vinhos S.A.

Notas explicativas da administração às informações trimestrais para o período de três e seis meses findos em 30 de junho de 2020

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	E-commerce		Clube de Assinaturas		Business Offline		Total	
	01/04/2019 a 30/06/2019	01/01/2019 a 30/06/2019	01/04/2019 a 30/06/2019	01/01/2019 a 30/06/2019	01/01/2019 a 30/06/2019	01/04/2019 a 30/06/2019	01/01/2019 a 30/06/2019	01/04/2019 a 30/06/2019
Receita líquida	42.072	65.183	33.884	63.872	17.280	87.412	146.335	146.335
Custo das vendas	(24.255)	(38.520)	(14.953)	(27.250)	(10.524)	(46.082)	(76.294)	(76.294)
<b>Lucro bruto</b>	<b>17.817</b>	<b>26.662</b>	<b>18.931</b>	<b>36.622</b>	<b>6.757</b>	<b>41.330</b>	<b>70.041</b>	<b>70.041</b>
Despesas com vendas	(8.154)	(13.903)	(9.117)	(16.788)	(3.457)	(19.473)	(34.148)	(34.148)
Despesas administrativas	(4.139)	(6.861)	(2.873)	(5.360)	(2.658)	(7.780)	(14.879)	(14.879)
Outras despesas operacionais, líquidas	(2.246)	(3.987)	(1.559)	(3.115)	(1.544)	(4.222)	(8.646)	(8.646)
Depreciação e Amortização	(1.526)	(2.777)	(1.059)	(2.170)	(1.076)	(2.868)	(6.023)	(6.023)
Não Recorrentes	(343)	(535)	(238)	(418)	(207)	(644)	(1.160)	(1.160)
Impairment de ágio								
<b>Lucro operacional</b>	<b>1.409</b>	<b>(1.400)</b>	<b>4.084</b>	<b>8.771</b>	<b>(2.186)</b>	<b>6.343</b>	<b>5.185</b>	<b>5.185</b>
<b>Recomposição Ebitda Ajustado</b>								
Depreciação e Amortização	1.526	2.777	1.059	2.170	1.076	2.868	6.023	6.023
Não Recorrentes	343	535	238	418	207	644	1.160	1.160
Impairment de ágio								
<b>Ebitda Ajustado</b>	<b>3.277</b>	<b>1.912</b>	<b>5.381</b>	<b>11.358</b>	<b>(903)</b>	<b>9.855</b>	<b>12.368</b>	<b>12.368</b>
<b>Não Recorrentes</b>								
Alienação de Ativos								
Custos baixa Ativo	128	349	89	273	135	241	757	757
Despesas Legais	214	186	149	145	72	403	403	403
Ganho ou Perda Tributária								
<b>Total</b>	<b>343</b>	<b>535</b>	<b>238</b>	<b>418</b>	<b>207</b>	<b>644</b>	<b>1.160</b>	<b>1.160</b>

## W2W E-Commerce de Vinhos S.A.

Notas explicativas da administração às informações trimestrais para o período de três e seis meses findos em 30 de junho de 2020

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	E-commerce		Clube de Assinaturas		Business Offline		Consolidado	
	01/04/2019 a 30/06/2019	01/01/2019 a 30/06/2019	01/04/2019 a 30/06/2019	01/01/2019 a 30/06/2019	01/04/2019 a 30/06/2019	01/01/2019 a 30/06/2019	01/04/2019 a 30/06/2019	Ajustes
Receita líquida	-	59	-	-	-	(58)	-	-
Custo das vendas	-	39	-	(1)	-	(38)	-	-
<b>Lucro bruto</b>	-	<b>98</b>	-	<b>(1)</b>	-	<b>(97)</b>	-	-
Despesas com vendas	-	140	-	(1)	-	(139)	-	-
Despesas administrativas	-	(521)	-	(860)	-	1.381	-	-
Outras despesas operacionais, líquidas	-	(303)	-	(499)	(1)	802	-	-
Depreciação e Amortização	-	(211)	-	(348)	-	559	-	-
Não Recorrentes	-	(40)	-	(67)	-	107	-	-
<i>Impairment de ágio</i>	-	-	-	-	-	-	-	-
<b>Lucro operacional</b>	<b>1</b>	<b>(839)</b>	<b>1</b>	<b>(1.775)</b>	<b>(1)</b>	<b>2.614</b>	-	-
<b>Recomposição Ebitda Ajustado</b>	-	-	-	-	-	-	-	-
Depreciação e Amortização	-	211	-	348	-	(559)	-	-
Não Recorrentes	-	40	-	67	-	(107)	-	-
Impairment de ágio	-	-	-	-	-	-	-	-
<b>Ebitda Ajustado</b>	<b>1</b>	<b>(587)</b>	<b>1</b>	<b>(1.359)</b>	<b>(1)</b>	<b>1.947</b>	-	-
<b>Não Recorrentes</b>	-	-	-	-	-	-	-	-
Alienação de Ativos	-	-	-	-	-	-	-	-
Custos baixa Ativo	-	27	-	43	-	(70)	-	-
Despesas Legais	-	14	-	23	-	(37)	-	-
Ganho ou Perda Tributária	-	-	-	-	-	-	-	-
<b>Total</b>	<b>-</b>	<b>40</b>	<b>-</b>	<b>67</b>	<b>-</b>	<b>(107)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>

## W2W E-Commerce de Vinhos S.A.

Notas explicativas da administração às informações trimestrais para o período de três e seis meses findos em 30 de junho de 2020

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	E-commerce		Clube de Assinaturas		Business Offline		Consolidado Reemitido (f)	
	01/04/2019 a 30/06/2019	01/01/2019 a 30/06/2019	01/04/2019 a 30/06/2019	01/01/2019 a 30/06/2019	01/04/2019 a 30/06/2019	01/01/2019 a 30/06/2019	01/04/2019 a 30/06/2019	01/04/2019 a 30/06/2019
Receita líquida	27.066	45.663	28.304	55.009	8.746	15.097	64.115	115.769
Custo das vendas	(16.583)	(28.101)	(12.702)	(23.361)	(5.784)	(9.580)	(34.438)	(61.043)
<b>Lucro bruto</b>	<b>10.483</b>	<b>17.562</b>	<b>16.232</b>	<b>31.648</b>	<b>2.962</b>	<b>5.516</b>	<b>29.677</b>	<b>54.726</b>
Despesas com vendas	(9.138)	(15.580)	(9.945)	(17.499)	(2.313)	(4.079)	(21.396)	(37.458)
Despesas administrativas	(3.834)	(6.982)	(3.038)	(6.283)	(2.271)	(4.477)	(9.143)	(17.742)
Outras despesas operacionais, líquidas	(1.161)	(1.984)	(920)	(1.785)	(688)	(1.272)	(2.770)	(5.041)
Depreciação e Amortização	(1.416)	(2.377)	(1.122)	(2.139)	(839)	(1.525)	(3.377)	(6.041)
Não Recorrentes	76	122	60	110	45	78	182	310
<i>Impairment de ágio</i>								
<b>Lucro operacional</b>	<b>(4.990)</b>	<b>(9.239)</b>	<b>1.266</b>	<b>(4.051)</b>	<b>(3.104)</b>	<b>(5.758)</b>	<b>(6.827)</b>	<b>(10.946)</b>
<b>Recomposição Ebitda Ajustado</b>								
Depreciação e Amortização	1.468	2.377	1.122	2.139	839	1.525	3.377	6.041
Não Recorrentes	(76)	(122)	(60)	(110)	(45)	(78)	(182)	(310)
Impairment de ágio	-	-	-	-	-	-	-	-
<b>Ebitda Ajustado</b>	<b>(3.650)</b>	<b>(6.984)</b>	<b>2.328</b>	<b>6.080</b>	<b>(2.310)</b>	<b>(4.312)</b>	<b>(3.632)</b>	<b>(5.215)</b>
<b>Não Recorrentes</b>								
Alienação de Ativos	(194)	(232)	(154)	(209)	(115)	(149)	(463)	(589)
Custos baixa Ativo								
Despesas Legais	118	110	94	99	70	70	281	279
Ganho ou Perda Tributária								
<b>Total</b>	<b>(76)</b>	<b>(122)</b>	<b>(60)</b>	<b>(110)</b>	<b>(45)</b>	<b>(78)</b>	<b>(182)</b>	<b>(310)</b>

## W2W E-Commerce de Vinhos S.A.

### Notas explicativas da administração às informações trimestrais para o período de três e seis meses findos em 30 de junho de 2020

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

---

#### 26 Eventos subsequentes

##### (a) Desdobramento da totalidade de ações

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada no dia 6 de outubro de 2020, foi aprovado o desdobramento da totalidade das ações de emissão da Companhia à razão de 1:394, de forma que para cada ação de emissão da Companhia atualmente emitida será criada e atribuída ao seu titular 393 (trezentas e noventa e três) novas ações de emissão da Companhia, com os mesmos direitos e vantagens.

##### (b) Outros assuntos relevantes

A evolução da pandemia por COVID-19 declarada pela Organização Mundial de Saúde (OMS) em 11 de março de 2020 gerou uma situação sem precedentes em diversos países do mundo, inclusive no Brasil. Não é possível prever completamente os efeitos diretos e indiretos da pandemia da COVID-19 nos negócios da Companhia e condições financeiras, porém os principais riscos foram mapeados pela administração e estão sendo monitorados pelo comitê interdisciplinar instaurado. A Administração não identificou impactos relevantes nos resultados e margens de lucros da Companhia até o encerramento das informações do 2º trimestre de 2020. Abaixo estão listadas as principais linhas de monitoramento e ação adotadas pelo Comitê:

- **Comportamento da demanda:** aumento da taxa de desemprego, ampliação da recessão econômica e redução do consumo de produtos supérfluos;
- **Risco de liquidez:** risco do impacto nos resultados e mercados de crédito mais restritivos impactarem a liquidez;
- **Risco de câmbio:** impacto da desvalorização cambial em margens e em desembolso de caixa;  
**Falta de fornecimento:** risco de fechamento das fronteiras comerciais e risco do MAPA - Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - interromper ou atrasar a nacionalização;
- **Disrupção Logística:** companhias aéreas já reduziram fortemente suas rotas o que impacta diretamente nos prazos de entrega e como existem muitos operadores rodoviários, o maior risco é na redução da oferta, junto com aumento na demanda por *delivery*. Também pode ocorrer *lockdown* de cidades importantes dificultando a entrega nessas regiões;
- **Crédito com Fornecedores:** risco da deterioração do caixa e dos resultados limitarem a capacidade de financiamento a prazo com fornecedores;
- **Saúde e produtividade dos funcionários:** risco de contágio pode afetar funcionários e operações e o risco de produtividade pode cair por conta de home office sustentado. Poderá ocorrer uma contaminação em massa de profissionais do nosso centro de distribuição, paralisando as operações;
- **Comportamento das vendas do e-commerce:** risco de queda nas vendas em meio a deterioração da economia e da confiança do consumidor;
- **Fechamento de bares, restaurantes, eventos, lojas:** vendas do B2B (atacado) no *on trade* (e-commerce) e da Wine Eventos poderão sofrer impacto. E no médio prazo poderá ocorrer o fechamento definitivo de inúmeros restaurantes parceiros, ocasionando perda de vendas do nosso negócio de B2B.

\*\*\*

# WINE

## DECLARAÇÃO DOS DIRETORES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em observância às disposições constantes da Instrução CVM nº 480/2009, a Diretoria declara que revisou, discutiu e concordou com as Informações Financeiras Trimestrais Individuais e Consolidadas, relativas ao período findo em 30 de junho de 2020.

São Paulo, 07 de outubro de 2020

DocuSigned by:  
*Marcelo D'Arienzo*  
0A1B477CC91E4A8...  
MARCELO GIOVANETTI D'ARIENZO

DocuSigned by:  
*Alexandre Magno da Cruz Oliveira Filho*  
CBDCF98F17BE456...  
ALEXANDRE MAGNO DA CRUZ OLIVEIRA FILHO

DocuSigned by:  
*Laura Barros*  
AEBD9ED355F5467...  
LAURA GONÇALVES CAVALCANTI BARROS

DocuSigned by:  
*Clayton Freire*  
DD1CAF23A55C4BB...  
CLAYTON FREIRE DOS SANTOS

DocuSigned by:  
*German Garfinkel*  
8617B44046824F4...  
GERMAN GARFINKEL

DocuSigned by:  
*Alexandre Rodrigues Malta*  
8B84E49FF9B8405...  
ALEXANDRE RODRIGUES MALTA



# WINE

## DECLARAÇÃO DOS DIRETORES SOBRE O PARECER EMITIDO PELOS AUDITORES INDEPENDENTES

Em observância às disposições constantes da Instrução CVM nº 480/2009, a Diretoria declara que revisou, discutiu e concordou com as conclusões expressas no relatório dos auditores independentes sobre as informações financeiras trimestrais individuais e consolidadas relativas ao trimestre findo em 30 de junho de 2020.

São Paulo, 07 de outubro de 2020

DocuSigned by:  
*Marcelo D'Arienzo*  
0A1B477CC91E4A8...  
MARCELO GIOVANETTI D'ARIENZO

DocuSigned by:  
*Alexandre Magno da Cruz Oliveira Filho*  
CBDCF98F17BE456...  
ALEXANDRE MAGNO DA CRUZ OLIVEIRA FILHO

DocuSigned by:  
*Laura Barros*  
AEBD9ED355F5467...  
LAURA GONÇALVES CAVALCANTI BARROS

DocuSigned by:  
*Clayton Freire*  
DD1CAF23A55C4BB...  
CLAYTON FREIRE DOS SANTOS

DocuSigned by:  
*German Garfinkel*  
8617B44046824F4...  
GERMAN GARFINKEL

DocuSigned by:  
*Alexandre Rodrigues Malta*  
8B94E49FF9B8405...  
ALEXANDRE RODRIGUES MALTA



---

**DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS AUDITADAS, INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS DA  
COMPANHIA REFERENTES AOS EXERCÍCIOS SOCIAIS ENCERRADOS EM 31 DEZEMBRO  
DE 2019, 2018 E 2017**

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)



***W2W E-Commerce  
de Vinhos S.A.***

***Conjunto completo das  
Demonstrações Financeiras 2019***

# Conjunto completo das Demonstrações Financeiras 2019

O conjunto de demonstrações apresentado a seguir é composto pelas seguintes informações:

- ✓ Relatório da administração;
- ✓ Relatório do auditor independente;
- ✓ Demonstrações Financeiras;
- ✓ Declaração dos diretores sobre as Demonstrações Financeiras;
- ✓ Declaração dos diretores sobre a opinião expressa no relatório dos auditores independentes e sobre as informações contábeis intermediárias



## MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

A W2W E-Commerce de Vinhos S.A. ("Companhia" ou "Wine") opera no mercado varejista e atacadista comercializando vinhos, cervejas, linha gourmet e outras bebidas nacionais e importadas, principalmente via comércio eletrônico (e-commerce). A companhia foi constituída em 2008 e opera com os sites "www.wine.com.br", "www.beer.com.br", "www.vinhofacil.com.br", "www.wineeventos.com.br" e "www.wine2b.com.br".

Além da comercialização através dos canais digitais, outra importante fonte de receita da Companhia é o Clube Wine, assinatura periódica em que os clientes recebem os vinhos recomendados pela curadoria de enólogos da Wine, uma revista com conteúdo editorial exclusivo com informações atuais aos interessados pelo mundo dos vinhos, além de outros benefícios, como descontos e promoções exclusivas.

A Companhia é uma sociedade anônima de capital fechado, com sedes administrativas nas cidades de Vitória/ES e São Paulo/SP e um centro de distribuição na cidade de Serra/ES. A Companhia possui seu controle compartilhado entre a Orbeat Som e Imagem Ltda., empresa do Grupo RBS, e Península Fundo de Investimento em Participações.

Em 26 de abril de 2018 a Companhia adquiriu 100% das quotas da Companhia Bodegas de Los Andes Comércio de Vinhos Ltda. ("Bodegas"), A Bodegas possui atividade preponderante de revenda de vinhos no mercado, a qual conta com três lojas distribuídas nos estados do Rio Grande do Sul e Paraná. A aquisição da Bodegas está alinhada com a estratégia da administração da Companhia, a qual consiste na expansão do seu negócio e da rede de clientes.

Durante o exercício de 2019, a Companhia decidiu vender o canal de operações relacionadas a vendas de cerveja visando direcionar as estratégias e investimentos no seu negócio principal, a venda de vinhos.

No mesmo período, em linha com a estratégia da Companhia e expansão dos seus negócios e relacionamento com seus clientes, e em face à aquisição da controlada Bodegas de Los Andes Comércio de Vinhos Ltda. ("Bodegas") no ano anterior, a Companhia inaugurou sua primeira loja física sob a marca "Wine", no bairro de Lourdes em Belo Horizonte/MG. A estratégia da Companhia com o conceito de multicanalidade e a capacidade de oferecer a mesma experiência independente do canal de contato com o cliente, com o objetivo de oferecer nossos produtos em diferentes canais de venda, preservar a mesma experiência desde a atração desses clientes, passando pela venda e mantendo o mesmo padrão e qualidade no pós venda em todos eles, tanto no mundo online como no offline.

Em outubro de 2019, para proporcionar experiências diferenciadas a seus clientes e manter seu perfil inovador, a WINE lança no mercado o WineUP, programa de recompensas que, entre muitas funções, permite acumular pontos e convertê-los em prêmios e descontos além de gamificação por conquistas em cada missão.

As políticas da Companhia e de suas controladas na contratação de serviços de auditores independentes visam assegurar que não haja conflito de interesses e perda de independência ou objetividade do auditor. Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2019, os auditores independentes da Companhia, PricewaterhouseCoopers - PwC prestaram serviços de revisão fiscal além dos serviços de auditoria das Demonstrações Financeiras, cujos honorários totalizaram R\$ 13.700 e representaram 7% em relação aos honorários totais de R\$ 185.000 dos serviços de auditoria externa.



## RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

### DESEMPENHO DA WINE EM 2019

Em 2019 a Wine passa por uma mudança de estratégia, direcionando os esforços de crescimento para o *core business* da companhia, reduzindo os investimentos de marketing no E-commerce em detrimento do Clube de Assinaturas, mercado este que a Wine atua praticamente sozinha e é seu diferencial competitivo. Com isso, o segmento de E-commerce apresentou queda de 22,4% na comparação do exercício de 2019 versus o exercício de 2018, saindo de R\$ 131,9 milhões em 2018 para R\$ 102,3 milhões em 2019.

O lançamento do APP, tornando mais fácil o processo de compra no E-commerce, alinhado com o Wineup, programa de recompensas lançado no último tri do ano, tem criado um novo canal de engajamento e relacionamento com os sócios.

No Clube de Assinaturas de Vinhos, crescimento de 4,6MM na receita e grande captação de sócios, fechando o ano com 137mil.

Ótimo crescimento para o canal B2B e Lojas Físicas, destaque para a loja recém inaugurada em Belo Horizonte, oferecendo uma experiência única aos sócios e clientes.

### DESEMPENHO ECONÔMICO FINANCEIRO

**7,8MM**  
garrafas vendidas.

**2,1MM**  
de pedidos.

**+19mil**  
sócios.

Informações Consolidadas (R\$ MM)	2019	2018	Var.
Receita líquida	252.752	274.419	(7,9%)
Custo das vendas	(131.841)	(141.514)	(6,8%)
Lucro bruto	120.911	132.905	(9,0%)
<b>Margem Bruta (%)</b>	<b>47,8%</b>	<b>48,4%</b>	
Despesas operacionais (vendas, administrativas e outras)	(123.700)	(151.781)	(18,5%)
Despesas com vendas	(81.751)	(81.089)	0,8%
Despesas administrativas	(35.015)	(36.637)	(4,4%)
Despesas gerais	(28.842)	(33.621)	(14,2%)
Outras despesas operacionais	21.908	(434)	(5147,9%)
<b>Despesas operacionais/Receita líquida (%)</b>	<b>(48,9%)</b>	<b>(55,3%)</b>	
EBITDA ajustado	(13.272)	(7.090)	87,2%
<b>Margem EBITDA ajustada</b>	<b>(5,3%)</b>	<b>(2,6%)</b>	



**WINEUP**

- Menores despesas operacionais, justificada principalmente pelo impacto positivo de R\$ 31,2 milhões em créditos tributários referentes a ICMS na base do PIS e COFINS de ação transitada em julgado.
- Queda ligeira na margem bruta devido a variação cambial entre 2018 e 2019 e replanejamento no canal Vinho Fácil, parcialmente compensado pela política de Hedge no Clube de Assinaturas de Vinhos.

## RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

## COMPOSIÇÃO EBITDA AJUSTADO

Informações Consolidadas (R\$ MM)	2019	2018	Var.
<b>Lucro Operacional</b>	<b>(2.789)</b>	<b>(18.876)</b>	<b>(85,2%)</b>
Depreciação e Amortização	11.455	5.484	108,9%
<b>EBITDA</b>	<b>8.666</b>	<b>(13.392)</b>	<b>(164,7%)</b>
Não recorrentes	(21.938)	6.302	(448,1%)
<b>EBITDA ajustado</b>	<b>(13.272)</b>	<b>(7.090)</b>	<b>87,2%</b>

- Apesar da queda na receita líquida, o lucro operacional do exercício de 2019 foi 85,2% melhor do que o do exercício 2018 devido aos ganhos extraordinários em despesas operacionais, principalmente pelo impacto positivo dos créditos tributários referente a ICMS na base do PIS/COFINS de ação transitada em julgado. O resultado do exercício de 2019 foi um prejuízo de R\$ (2,8) milhões, uma melhora significativa ante os R\$ 18,9 milhões de prejuízo registrado no exercício de 2018.

**Não recorrentes**

Informações Consolidadas (R\$ MM)	2019	2018	Var.
Alienação de ativos	3.471	2.907	19,4%
Custos de reestruturação	1.802	1.958	(8,0%)
Despesas legais	452	1.349	(66,5%)
Ganho ou perda tributária	(31.180)	88	(35531,8%)
Custos baixa de ativo	3.517		
<b>Não recorrentes</b>	<b>(21.938)</b>	<b>6.302</b>	<b>(448,1%)</b>

- Em 2019, a Companhia procedeu com a contabilização referente a ação relacionada ao ICMS na base do PIS e COFINS. A ação que teve seu trânsito julgado na data de 23 de janeiro de 2019 e posteriormente em 20 de agosto de 2019 foi deferido o pedido de habilitação de créditos reconhecido por decisão judicial transitada em julgado, realizado pela Companhia a Receita Federal do Brasil, através do despacho decisório nº. 0896/SEORT/DRF/MIT/ES
- Baixa do ativo pela venda do canal de operações relacionadas a venda de cerveja.



## RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

## Resultado financeiro

Informações Consolidadas (R\$ MM)	2019	2018	Var.
<b>Receitas financeiras</b>	<b>19.609</b>	<b>7.543</b>	<b>(61,5%)</b>
Descontos obtidos	546	803	47,1%
Receita financeira	10.750	1.787	(83,4%)
Variação cambial ativa	8.313	4.953	(40,4%)
<b>Despesas financeiras</b>	<b>(9.768)</b>	<b>(9.915)</b>	<b>1,5%</b>
Encargos sobre empréstimos e financiamentos	2.744	(2.490)	(190,7%)
IOF	(68)	(45)	(33,8%)
Variação cambial passiva	(10.333)	(6.917)	(33,1%)
Outras despesas financeiras	(2.111)	(463)	(78,1%)
<b>Resultado financeiro líquido</b>	<b>9.841</b>	<b>(2.372)</b>	<b>(124,1%)</b>

- Na receita financeira de 2019 tivemos atualização monetária dos créditos de PIS e COFINS reconhecidos em virtude da habilitação de ação transitada em julgado para exclusão do ICMS da base de cálculo destas contribuições. E nos encargos sobre empréstimos, a reversão dos encargos financeiros decorrentes da atualização das debêntures convertidas em ações.

## LUCRO LÍQUIDO

Informações Consolidadas (R\$ MM)	2019	2018	Var.
<b>EBITDA ajustado</b>	<b>(13.272)</b>	<b>(7.090)</b>	<b>87,2%</b>
Depreciação e Amortização	(11.455)	(5.484)	108,9%
Não recorrentes	21.938	(6.302)	(448,1%)
<b>Lucro Operacional</b>	<b>(2.789)</b>	<b>(18.876)</b>	<b>(85,2%)</b>
Resultado financeiro	9.841	(2.372)	(514,9%)
Receitas financeiras	6.791	7.543	(10,0%)
Despesas financeiras	3.050	(9.915)	(130,8%)
Provisão para IR e CS	497	(682)	(172,9%)
<b>Lucro Líquido</b>	<b>7.549</b>	<b>(21.930)</b>	<b>(134,4%)</b>



## RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

## FLUXO DE CAIXA

Informações Consolidadas (R\$ MM)	2019	2018	Var.
<b>Lucro Líquido</b>	<b>7.549</b>	<b>(21.930)</b>	<b>(134,4%)</b>
Provisão para IR e CS	(497)	682	(172,9%)
<b>LAIR</b>	<b>7.052</b>	<b>(21.248)</b>	<b>(133,2%)</b>
Depreciação/Amortização e Outros	11.455	5.485	108,8%
Juros e Variações cambiais	(1.513)	8.681	(117,4%)
Baixa de imobilizado/intangível e outros	10.676	1.826	484,7%
Variação Capital de Giro	(22.763)	(12.040)	89,1%
Juros sobre Empréstimos e Financiamentos pagos	(129)	(201)	(35,8%)
IR+CSLL	(307)	(219)	40,2%
Financiamentos Operacionais	7.768	6.723	15,5%
CAPEX	(11.364)	(19.356)	(41,3%)
<b>Fluxo de Caixa</b>	<b>875</b>	<b>(30.349)</b>	<b>(102,9%)</b>

- Os destaques para esta melhora em caixa estão diretamente relacionados a (i) a redução do contas a receber de clientes pela antecipação de recebíveis uma redução de R\$8,9 milhões, (ii) melhora no giro de estoques comparado ao exercício de 2018 em R\$ 6,8 milhões. Nas atividades de investimento, esta diminuição de R\$ 8,0 milhões no caixa utilizado é atribuído substancialmente ao investimento realizado na aquisição da empresa Bodegas de Los Andes em Abril de 2018. O melhor resultado nos financiamentos é decorrente principalmente das captações realizadas em 2019 no valor de R\$ 26.7 milhões, compensados pelas amortizações no ano de R\$ 13,0 milhões e amortização de arrendamento no valor de R\$ 5,4 milhões.



## RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

## ENDIVIDAMENTO

Informações Consolidadas (R\$ MM)	2019	2018	Var.
<b>Empréstimos e financiamentos</b>	<b>21.684</b>	<b>74.314</b>	<b>(70,8%)</b>
FINIMP	9.334	9.334	
CCB	729	66	997,9%
FINAME	231	469	(50,7%)
Debêntures	64.440		
Swap	9.988		
Outros	5		
Empréstimos em moeda estrangeira	10.736		
<b>Caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>(6.757)</b>	<b>(5.882)</b>	<b>14,9%</b>
<b>Endividamento líquido</b>	<b>14.927</b>	<b>68.432</b>	<b>(78,2%)</b>

- No primeiro semestre de 2019, a investidora Fundo Península de Participações realizou a conversão das debêntures que detinha com a companhia. Foi realizada nova captação em moeda estrangeira com Swap e CCB para financiamento da frota própria em SP.

## INVESTIMENTO

Informações Consolidadas (R\$ MM)	2019	2018	Var.
Finanças	34		
Marketing	246		
Operações	1.086	275	294,7%
Administrativo	618		
TI	8.635	10.025	(13,9%)
Novos negócios	611	355	71,9%
<b>Investimentos</b>	<b>11.196</b>	<b>10.690</b>	<b>4,7%</b>



- Os principais investimentos em 2019 foram na aquisição de frota própria para entregas em SP, Nova Loja em BH e na TI, com o APP, melhorias no ERP e pessoal alocado nos desenvolvimentos.



WINE

## RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

UMA MARCA RENOVADA, DESENVOLVIDA PARA AMPLIAR AS FRONTEIRAS DA MARCA.

WINE

Novo Site



Novo Visual



Nova WineBox®



- Colorida, dinâmica e conectada com o Brasil, uma nova expressão da marca para comunicação online e offline. Retirada do termo ".com.br" para ultrapassar as barreiras do mercado online. Cores vibrantes, tons otimistas, abrangentes e espontâneos.



---

## ***W2W E-commerce de Vinhos S.A.***

*Demonstrações financeiras  
individuais e consolidadas em  
31 de dezembro de 2019  
e relatório do auditor independente*





## **Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas**

Aos Administradores e Acionistas  
W2W E-commerce de Vinhos S.A.

### **Opinião**

---

Examinamos as demonstrações financeiras individuais da W2W E-commerce de Vinhos S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como as demonstrações financeiras consolidadas da W2W E-commerce de Vinhos S.A. e suas controladas ("Consolidado"), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da W2W E-commerce de Vinhos S.A. e da W2W E-commerce de Vinhos S.A. e suas controladas em 31 de dezembro de 2019, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa, bem como o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

### **Base para opinião**

---

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

### **Ênfase**

---

#### **Reemissão das demonstrações financeiras**

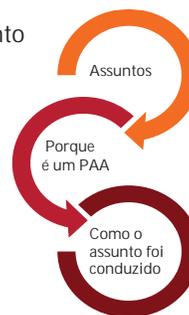
Em 2 de setembro de 2020, emitimos relatório de auditoria sem modificação sobre as demonstrações financeiras individuais da W2W E-commerce de Vinhos S.A. assim como sobre as demonstrações financeiras consolidadas da W2W E-commerce de Vinhos S.A. e suas controladas, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019, que ora estão sendo reemitidas. Conforme descrito na Nota 1.2 (d),

W2W E-commerce de Vinhos S.A.

essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram alteradas e estão sendo reemitidas em função do desdobramento das ações da Companhia, bem como para refletir outros ajustes descritos na referida nota explicativa. Conseqüentemente, estamos reemitindo nosso relatório em substituição ao relatório emitido anteriormente. Nossa opinião não contém modificação relacionada a esse assunto.

### Principais Assuntos de Auditoria

Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.



#### Porque é um PAA

#### Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

##### Reconhecimento da receita de vendas

Conforme Nota 2.15, a Companhia reconhece receita de vendas quando o controle sobre os produtos é transferido para os clientes e desde que não haja nenhuma obrigação de desempenho não satisfeita que possa afetar a aceitação dos produtos.

A determinação do cumprimento das obrigações de desempenho requer análise detalhada dos termos e condições das vendas, além de envolver o uso do julgamento profissional por parte da Administração, o que pode levar ao risco de reconhecimento inadequado do valor da receita e em momento incorreto.

Em função da magnitude e da sensibilidade do reconhecimento da receita, consideramos este como um principal assunto de auditoria.

Como resposta a esse assunto, dentre outros, executamos os seguintes principais procedimentos de auditoria:

- (i) Entendimento do processo de vendas e do ambiente de controles para o reconhecimento de receitas e dos respectivos contas a receber;
- (ii) Selecionamos, em base amostral, transações de vendas ocorridas antes e depois da data de encerramento do exercício, de maneira a observar se a receita foi reconhecida na competência correta, considerando a análise da data do documento de aprovação de entrega do produto;
- (iii) Comparamos, em base de testes, lançamentos contábeis com pedidos de clientes, notas fiscais e o efetivo recebimento das vendas, bem como efetuamos análise de números sequenciais de emissão de notas fiscais.

Os resultados de nossos procedimentos nos proporcionaram evidências de auditoria de que o reconhecimento de receitas é efetuado, em todos os aspectos relevantes, pelo valor pactuado com os clientes e no correto período de competência, ou



W2W E-commerce de Vinhos S.A.

---

<b>Porque é um PAA</b>	<b>Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria</b>
<p><b>Reconhecimento e mensuração de crédito de ICMS na base de cálculo do PIS e COFINS</b></p> <p>Conforme Nota 8 às demonstrações financeiras, a Companhia registrou créditos fiscais no montante de R\$ 37.677 mil, oriundos de processos judiciais transitados em julgado em 23 de janeiro de 2019. Os referidos processos judiciais reconheceram o direito da exclusão do ICMS na base de cálculo do PIS e da COFINS para os períodos cobertos pelas ações.</p> <p>Devido à complexidade e relevância dos valores envolvidos, a existência de julgamento crítico em relação à determinação das premissas base para mensuração do referido ativo e ao impacto que eventuais alterações nas premissas consideradas poderiam gerar nos valores registrados nas demonstrações financeiras, consideramos a avaliação, mensuração e divulgação desse assunto como significativo para a nossa auditoria.</p>	<p>seja, quando do cumprimento da obrigação de performance. Assim, consideramos que as transações estão contabilizadas por valores que correspondem aos documentos testados e no correto período de competência.</p> <p>Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros:</p> <ul style="list-style-type: none"><li>(a) Com auxílio de nossos especialistas tributários, efetuamos a leitura das decisões judiciais (trânsitos em julgado), e avaliamos e discutimos com a administração as conclusões obtidas pela Companhia, fundamentadas em opiniões legais emitidas por especialistas renomados e independentes, para entendimento do mérito, reconhecimento e mensuração do ativo.</li><li>(b) Obtivemos e auditamos os cálculos preparados pela administração da Companhia para mensurar os valores dos créditos dos impostos a recuperar e a correspondente atualização monetária aplicável para o período objeto da ação judicial.</li><li>(c) Avaliamos as divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.</li></ul> <p>Como resultado da aplicação dos nossos procedimentos, entendemos que os cálculos e políticas contábeis, bem como a documentação-suporte, estabelecidos e mantidos pela administração da Companhia, proporcionaram uma base razoável e consistente com as suas conclusões, refletidas nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.</p>

---



W2W E-commerce de Vinhos S.A.

## **Outros assuntos**

---

### **Demonstrações do Valor Adicionado**

As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado". Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

### **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor**

---

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

### **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas**

---

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.



W2W E-commerce de Vinhos S.A.

### **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas**

---

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.



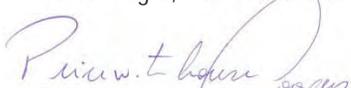
W2W E-commerce de Vinhos S.A.

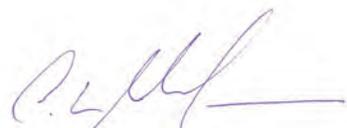
Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Porto Alegre, 7 de outubro de 2020

  
PricewaterhouseCoopers  
Auditores Independentes  
CRC 2SP000160/O-5

  
Carlos Alexandre Peres  
Contador CRC 1SP198156/O-7

## W2W E-Commerce de Vinhos S.A.

### Balanco patrimonial

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Ativo	Notas	Controladora		Consolidado		Notas	Controladora		Consolidado	
		2019	2018	2019	2018		2019	2018		
<b>Circulante</b>										
Caixa e equivalentes de caixa	4	6.465	5.816	6.757	5.882	14	47.204	47.452	47.439	48.111
Instrumentos financeiros derivativos	5	-	833	-	833	14	3.625	-	3.625	-
Contas a receber de clientes	6	31.001	44.966	30.409	45.676	15	21.684	9.636	21.684	9.636
Ativos relacionados a contratos com clientes	6	8.584	14.832	8.584	14.832	16	5.180	-	5.250	-
Estoques	7	58.684	64.562	59.646	55.956	5	455	-	455	-
Impostos a recuperar	8	36.003	2.517	36.062	2.615	17	7.251	4.566	7.471	4.828
Outros Ativos	9	3.493	4.139	3.547	4.650	8	8.626	4.710	9.028	4.949
		<u>144.230</u>	<u>127.665</u>	<u>145.005</u>	<u>130.444</u>	6	<u>11.311</u>	<u>23.537</u>	<u>11.311</u>	<u>23.537</u>
						18	<u>3.643</u>	<u>3.028</u>	<u>3.645</u>	<u>3.812</u>
						19	<u>109.077</u>	<u>92.985</u>	<u>110.005</u>	<u>94.929</u>
<b>Não circulante</b>										
Realizável a longo prazo						15	-	237	-	237
Tributos diferidos	10	115	-	115	-	16	14.481	-	14.481	-
Outros ativos	9	3.088	5.422	3.127	5.458	15	-	64.440	-	64.440
		<u>3.203</u>	<u>5.422</u>	<u>3.242</u>	<u>5.458</u>	10	<u>924</u>	<u>1.613</u>	<u>3.034</u>	<u>3.723</u>
						19	<u>2.280</u>	<u>4.569</u>	<u>2.280</u>	<u>4.882</u>
							<u>17.685</u>	<u>70.859</u>	<u>19.795</u>	<u>73.282</u>
							<u>126.762</u>	<u>163.844</u>	<u>129.800</u>	<u>168.211</u>
<b>Investimento</b>										
Direito de Uso	11	13.422	15.005	-	-	20	104.955	44.955	104.955	44.955
Imobilizado	16	22.249	-	22.345	-		-	685	-	685
Intangível	12	7.472	7.806	7.625	7.905		(376)	759	(376)	759
	13	<u>12.428</u>	<u>17.774</u>	<u>27.825</u>	<u>34.232</u>		<u>(28.337)</u>	<u>(36.571)</u>	<u>(28.337)</u>	<u>(36.571)</u>
		<u>58.774</u>	<u>46.007</u>	<u>61.037</u>	<u>47.595</u>		<u>76.242</u>	<u>9.828</u>	<u>76.242</u>	<u>9.828</u>
Total do ativo		<u>203.004</u>	<u>173.672</u>	<u>206.042</u>	<u>178.039</u>		<u>203.004</u>	<u>173.672</u>	<u>206.042</u>	<u>178.039</u>
<b>Passivo e patrimônio líquido</b>										
<b>Circulante</b>										
Fornecedores										
Empréstimos e financiamentos										
Passivos de arrendamento										
Debêntures										
Tributos diferidos										
Outros Passivos										
Total do passivo										
<b>Patrimônio líquido</b>										
Capital social										
Reserva de lucros										
Ajustes de avaliação patrimonial										
Prejuízos acumulados										
Total do patrimônio líquido										
Total do passivo e patrimônio líquido										

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras  
1 de 52

## W2W E-Commerce de Vinhos S.A.

### Demonstração do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Notas	Controladora		Consolidado	
		2019	2018	2019	2018
Receita líquida	21	244.315	267.798	252.752	274.419
Custo das vendas	22	(126.874)	(137.923)	(131.841)	(141.514)
<b>Lucro bruto</b>		<b>117.441</b>	<b>129.875</b>	<b>120.911</b>	<b>132.905</b>
Despesas com vendas	22	(80.363)	(80.630)	(81.751)	(81.089)
Despesas administrativas	22	(33.090)	(35.281)	(35.015)	(36.637)
Despesas gerais	22	(28.087)	(32.932)	(28.842)	(33.621)
Resultado de equivalência patrimonial	11	(541)	296	-	-
Outros resultados operacionais	24	21.530	(433)	21.908	(434)
<b>Prejuízo operacional</b>		<b>(3.110)</b>	<b>(19.105)</b>	<b>(2.789)</b>	<b>(18.876)</b>
Receitas financeiras	23	6.736	7.537	6.791	7.543
Despesas financeiras	23	3.119	(9.898)	3.050	(9.915)
<b>Resultado financeiro líquido</b>		<b>9.855</b>	<b>(2.361)</b>	<b>9.841</b>	<b>(2.372)</b>
<b>Lucro / (Prejuízo) antes da provisão para o imposto de renda e contribuição social</b>		<b>6.745</b>	<b>(21.466)</b>	<b>7.052</b>	<b>(21.248)</b>
Imposto de renda e contribuição social	10	804	(464)	497	(682)
<b>Lucro / (Prejuízo) do exercício</b>		<b>7.549</b>	<b>(21.930)</b>	<b>7.549</b>	<b>(21.930)</b>
Lucro / (Prejuízo) por ação atribuível aos acionistas da Companhia em R\$ (Nota 20(d) - Reemitido)					
Básico		0,0001	(0,0003)		
Diluído		0,0001	(0,0003)		

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras  
2 de 52

## W2W E-Commerce de Vinhos S.A.

### Demonstração do resultado abrangente

Exercícios findos em 31 de dezembro

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>2019</u>	<u>2018</u>	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Lucro / (Prejuízo) do exercício	7.549	(21.930)	7.549	(21.930)
Hedges de fluxo de caixa, líquido	(1.135)	526	(1.135)	526
<b>Total do resultado abrangente do exercício</b>	<b><u>6.414</u></b>	<b><u>(21.404)</u></b>	<b><u>6.414</u></b>	<b><u>(21.404)</u></b>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

**W2W E-Commerce de Vinhos S.A.**

**Demonstração das mutações do patrimônio líquido  
Exercícios findos em 31 de dezembro**  
Em milhares de reais

	Capital social	Reserva legal	Reserva de lucros de lucros	Ajustes de avaliação patrimonial	Prejuízos acumulados	Total
<b>Em 31 de dezembro de 2017</b>	<b>44.955</b>	-	<b>685</b>	<b>233</b>	<b>(14.641)</b>	<b>31.232</b>
Resultado abrangente do exercício	-	-	-	-	(21.930)	(21.930)
Prejuízo do exercício	-	-	-	526	-	526
Hedges de fluxo de caixa, líquidos de impostos	-	-	-	-	-	-
Total resultado abrangente do exercício	-	-	-	526	(21.930)	(21.404)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2018</b>	<b>44.955</b>	-	<b>685</b>	<b>759</b>	<b>(36.571)</b>	<b>9.828</b>
Resultado abrangente do exercício	-	-	-	-	7.549	7.549
Lucro do exercício	-	-	-	(1.135)	-	(1.135)
Hedges de fluxo de caixa, líquidos de impostos (nota 5)	-	-	-	-	-	-
Total resultado abrangente do exercício	-	-	-	(1.135)	7.549	6.414
Contribuição dos acionistas e distribuições aos acionistas	60.000	-	-	-	-	60.000
Aumento de capital (nota 20)	-	-	(685)	-	685	-
Absorção de prejuízos acumulados	-	-	-	-	-	-
Total contribuição dos acionistas e distribuições aos acionistas	60.000	-	(685)	-	685	60.000
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2019</b>	<b>104.955</b>	-	-	<b>(376)</b>	<b>(28.337)</b>	<b>76.242</b>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras  
4 de 52

## W2W E-Commerce de Vinhos S.A.

### Demonstração dos fluxos de caixa Exercícios findos em 31 de dezembro Em milhares de reais

	Notas	Controladora		Consolidado	
		2019	2018	2019	2018
<b>Fluxo de caixa das atividades operacionais</b>					
Lucro (Prejuízo) antes do imposto de renda e contribuição social		6.745	(21.466)	7.052	(21.248)
<b>Ajustes para reconciliar o lucro ao fluxo de caixa das atividades operacionais</b>					
Depreciação	12	6.491	2.078	6.783	2.094
Amortização	13	4.666	3.391	4.672	3.391
Despesas (receitas) com juros e variações cambiais sobre empréstimos e arrendamentos	22	(1.524)	8.681	(1.513)	8.681
Perdas na baixa de imobilizado e intangível	12/13	8.475	475	11.051	475
(Ganhos) perdas com valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado		966	(73)	966	(74)
Resultado de equivalência patrimonial	11	541	(296)	-	-
Constituição de provisão para devedores duvidosos	6	10	12	10	12
Provisão de provisão para perda nos estoques	7	(1.393)	1.443	(1.393)	1.443
Reversão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	17	42	(30)	42	(30)
		<b>25.019</b>	<b>(5.785)</b>	<b>27.670</b>	<b>(5.256)</b>
<b>Variações nos ativos e passivos</b>					
Redução (aumento) de contas a receber		13.955	13.342	15.257	12.632
Redução (aumento) de ativos relacionados a contratos com clientes		6.248	(14.832)	6.248	(14.832)
Redução (aumento) de estoques		(2.729)	(7.723)	(2.297)	(9.117)
Redução (aumento) de impostos a recuperar		(29.498)	-	(29.498)	-
Redução (aumento) de outros ativos		12.855	(3.647)	(3.625)	(4.193)
(Redução) aumento de fornecedores		84	(1.574)	(340)	(915)
(Redução) aumento de passivos relacionados a contratos com clientes		(12.226)	9.020	(12.226)	9.020
(Redução) aumento de obrigações trabalhistas e tributárias		1.809	(318)	(141)	(185)
(Redução) aumento de outros passivos		4.954	(6.197)	3.859	(4.450)
<b>Caixa gerado pelas (utilizados nas) operações</b>		<b>20.471</b>	<b>(17.714)</b>	<b>4.907</b>	<b>(17.296)</b>
Juros de Empréstimos e Financiamentos	15	(129)	(201)	(129)	(201)
Imposto de renda e contribuição social pagos	10	-	-	(307)	(219)
<b>Caixa líquido gerado pelas (utilizado nas) atividades operacionais</b>		<b>20.342</b>	<b>(17.915)</b>	<b>4.471</b>	<b>(17.716)</b>
<b>Fluxo de caixa das atividades de investimento</b>					
Aquisição de investimento	11	(2.202)	(8.525)	-	(8.525)
Compras de imobilizado	12	(1.683)	(806)	(1.828)	(903)
Adições de itens relacionados ao direito de uso	16	(1.317)	-	(1.354)	-
Compras de ativos intangíveis	13	(9.225)	(9.882)	(8.182)	(9.928)
<b>Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento</b>		<b>(14.427)</b>	<b>(19.213)</b>	<b>(11.364)</b>	<b>(19.356)</b>
<b>Fluxo de caixa das atividades de financiamentos</b>					
Captação de empréstimos e financiamentos	15	7.154	9.544	20.412	9.544
Captação de fornecedores ( <i>forfaiting</i> )		6.287	-	6.287	-
Amortizações de empréstimos e financiamentos	15	(10.607)	(2.821)	(10.607)	(2.821)
Amortizações de fornecedores ( <i>forfaiting</i> )		(2.935)	-	(2.935)	-
Amortizações de arrendamentos		(5.165)	-	(5.389)	-
<b>Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento</b>		<b>(5.266)</b>	<b>6.723</b>	<b>7.768</b>	<b>6.723</b>
<b>Aumento (redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa</b>		<b>649</b>	<b>(30.405)</b>	<b>875</b>	<b>(30.349)</b>
Caixa e equivalentes de caixa no início de exercício		5.816	36.221	5.882	36.231
Caixa e equivalentes de caixa no final de exercício		6.465	5.816	6.757	5.882
<b>Aumento (redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa</b>		<b>649</b>	<b>(30.405)</b>	<b>875</b>	<b>(30.349)</b>
Transação sem efeito caixa (i)		60.000	-	60.000	-

(i) Conversão em ações das debentures detidas pelo Fundo Península

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras  
5 de 52

## W2W E-Commerce de Vinhos S.A.

### Demonstração do valor adicionado Exercícios findos em 31 de dezembro Em milhares de reais

	Notas	Controladora		Consolidado	
		2019	2018	2019	2018
<b>Receitas</b>					
Vendas brutas de produtos e serviços	21	330.047	330.512	340.028	338.550
Provisão para créditos de liquidação duvidosa - reversão/(constituição)	5	(15)	(5)	(15)	(5)
		<u>330.032</u>	<u>330.507</u>	<u>340.013</u>	<u>338.545</u>
<b>Insumos adquiridos de terceiros</b>					
Custo dos produtos vendidos, das mercadorias e dos serviços prestados	22	(131.126)	(137.923)	(136.101)	(141.514)
Despesas de transporte	22	(33.939)	(37.467)	(34.118)	(37.543)
Custos de Publicidade, vendas e promoções	22	(38.266)	(29.921)	(38.672)	(30.089)
Serviços de terceiros	22	(4.308)	(11.890)	(4.323)	(12.117)
Perdas na recuperabilidade de ativos	22	(19.492)	(2.584)	(19.534)	(2.613)
Outras despesas	22	(5.384)	23.258	12.284	21.407
		<u>(232.515)</u>	<u>(196.527)</u>	<u>(220.464)</u>	<u>(202.469)</u>
<b>Valor adicionado bruto</b>					
Depreciação e amortização	22	97.517	133.980	119.549	136.076
		<u>(11.157)</u>	<u>(5.469)</u>	<u>(11.455)</u>	<u>(5.484)</u>
<b>Valor adicionado líquido produzido pela Companhia</b>					
		<u>86.360</u>	<u>128.511</u>	<u>108.094</u>	<u>130.592</u>
<b>Valor adicionado recebido em transferência</b>					
Participação nos lucros de controladas (Nota 10)	11	(541)	296	-	-
Receitas financeiras (Nota 22)	23	6.736	7.537	6.791	7.543
<b>Valor adicionado total a distribuir</b>					
		<u>92.555</u>	<u>136.344</u>	<u>114.885</u>	<u>138.135</u>
<b>Distribuição do valor adicionado</b>					
Pessoal - remuneração direta	22	16.134	17.950	16.990	18.615
Pessoal – benefícios	22	14.443	14.829	15.444	15.462
Pessoal – FGTS		1.291	1.436	1.359	1.489
Impostos, taxas e contribuições					
Federais		27.775	25.756	44.907	25.909
Estaduais		43.307	44.415	46.507	44.685
Municipais		273	130	277	130
Juros e variações cambiais	23	(3.119)	9.898	(3.050)	9.915
Lucro (Prejuízo) Retido		<u>(7.549)</u>	<u>21.930</u>	<u>(7.549)</u>	<u>21.930</u>
<b>Valor adicionado distribuído</b>					
		<u>92.555</u>	<u>136.344</u>	<u>114.885</u>	<u>138.135</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras  
6 de 52

## W2W E-Commerce de Vinhos S.A.

### Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019

Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma

#### 1 Informações Gerais

##### 1.1 Contexto operacional

A W2W E-Commerce de Vinhos S.A. (a "Companhia" ou "Wine") foi constituída em 2008 e é uma sociedade anônima de capital fechado com sede em Vitória – ES. A Companhia opera no mercado varejista e atacadista comercializando vinhos, linha gourmet e outras bebidas nacionais e importadas, principalmente, via comércio eletrônico (*e-commerce*), por intermédio do site [www.wine.com.br](http://www.wine.com.br).

Além da comercialização através dos canais digitais, outra importante fonte de receita da Companhia é o ClubeW, assinatura periódica em que os clientes recebem os vinhos recomendados pela curadoria de enólogos da Wine, uma revista com conteúdo editorial exclusivo com informações atuais aos interessados pelo mundo dos vinhos, além de outros benefícios, como descontos e promoções exclusivas.

A Companhia é uma sociedade anônima de capital fechado, com sede administrativa na cidade de Vitória e centro de distribuição na cidade de Serra, ambos localizados no Estado do Espírito Santo. A Companhia possui seu controle compartilhado entre a Orbeat Som e Imagem Ltda., Companhia do Grupo RBS, e Península Fundo de Investimento em Participações.

Durante o exercício, a Companhia decidiu vender o canal de operações relacionadas a vendas de cerveja visando direcionar as estratégias e investimentos no seu negócio principal, a venda de vinhos.

No mesmo período, em linha com a estratégia da Companhia e expansão dos seus negócios e relacionamento com seus clientes, e em face à aquisição da controlada Bodegas de Los Andes Comércio de Vinhos Ltda. ("Bodegas") no ano anterior, a Companhia inaugurou sua primeira loja física sob a marca "Wine", no bairro de Lourdes em Belo Horizonte/MG. A estratégia da Companhia com o conceito de multicanalidade e a capacidade de oferecer a mesma experiência independente do canal de contato com o cliente, com o objetivo de oferecer nossos produtos em diferentes canais de venda, preservar a mesma experiência desde a atração desses clientes, passando pela venda e mantendo o mesmo padrão e qualidade no pós venda em todos eles, tanto no mundo online como no offline. Ainda, com apoio de um novo Centro de Distribuição em São Francisco, Belo Horizonte/MG, com o intuito de entregas mais rápidas e facilidade de abastecimento de nossa loja física.

Em outubro de 2019, para proporcionar experiências diferenciadas a seus clientes e manter seu perfil inovador, a WINE lança no mercado o WineUP, programa de recompensas que, entre muitas funções, permite acumular pontos e convertê-los em prêmios e descontos além de gamificação por conquistas em cada missão. Em 31 de dezembro de 2019, o saldo estimado do passivo referente aos pontos (Nota 21) a serem utilizados pelos clientes foi de R\$ 739.

A emissão dessas demonstrações financeiras foi autorizada pela Conselho de Administração em 07 de outubro de 2020.

##### 1.2 Base de preparação

As demonstrações financeiras foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as normas internacionais de relatório financeiro (International Financial Reporting Standards (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB)), e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão apresentadas na Nota 2.

As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor, que, no caso de determinados ativos e passivos financeiros (inclusive instrumentos derivativos), ativos biológicos, propriedades para investimentos, bem como os ativos dos planos de pensão, tem seu custo ajustado para refletir a mensuração ao valor justo. Os ativos mantidos para a venda são mensurados pelo menor valor entre o valor contábil e o valor justo menos os custos de venda.

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis da

## W2W E-Commerce de Vinhos S.A.

### Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019

Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma

---

Companhia. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e têm maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota 2.16.

#### (a) Demonstrações financeiras individuais

As demonstrações financeiras individuais da Controladora foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). Elas também estão em conformidade com as normas internacionais de relatório financeiro (International Financial Reporting Standards (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB)). Essas demonstrações individuais são divulgadas em conjunto com as demonstrações financeiras consolidadas.

#### (b) Demonstrações financeiras consolidadas

As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e conforme as normas internacionais de relatório financeiro (International Financial Reporting Standards (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB)).

#### (c) Demonstração de Valor adicionado

A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (DVA), individual e consolidada, é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis à companhias abertas. A DVA foi preparada de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 – “Demonstração do Valor Adicionado”. As IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, pelas IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações contábeis.

#### (d) Reemissão das demonstrações financeiras

Conforme descrito na nota 26 – Eventos subsequentes, em 06 de outubro de 2020, ocorreu o desdobramento das ações da Companhia na razão de 1:394 e, por essa razão, está sendo reapresentado o ajuste retroativo no cálculo de lucro por ação conforme demonstrado na Demonstração do Resultado do Exercício e divulgado na (Nota 20 (d)), nos termos do previsto na norma CPC 41 – Resultado por Ação, parágrafo 64.

Adicionalmente, a administração da Companhia identificou a oportunidade de aprimoramentos mediante ajustes na apresentação das notas explicativas 2.17 (e), 20 (b), 21, 22 e 22(ii) e, assim, está também refletindo os respectivos ajustes nestas demonstrações financeiras. O balanço patrimonial, as demonstrações do resultado, do resultado abrangente, mutação do patrimônio líquido, dos fluxos de caixa e do valor adicionado do exercício findo em 31 de dezembro de 2019, não foram afetados em decorrência desses ajustes das notas explicativas.

### 1.3 Consolidação

A Companhia consolida todas as entidades sobre as quais detém o controle, isto é, quando está exposta ou tem direitos a retornos variáveis de seu envolvimento com a investida e tem capacidade de dirigir as atividades relevantes da investida.

#### (a) Controladas

Controladas são todas as entidades (incluindo as entidades estruturadas) nas quais a Companhia detém o controle. As controladas são totalmente consolidadas a partir da data em que o controle é transferido para a Companhia. A consolidação é interrompida a partir da data em que a Companhia deixa de ter o controle. Os ativos identificáveis adquiridos e os passivos e passivos contingentes assumidos para a aquisição de controladas em uma combinação de negócios são mensurados inicialmente pelos valores justos na data da aquisição. A Companhia reconhece a participação não controladora na adquirida, tanto pelo seu valor justo como pela parcela proporcional da participação não controlada no valor justo de ativos líquidos da adquirida. A mensuração da participação não controladora é determinada em cada aquisição realizada. Custos relacionados com aquisição são contabilizados no resultado do exercício conforme incorridos.

## W2W E-Commerce de Vinhos S.A.

### Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019

Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma

Transações, saldos e ganhos não realizados em transações entre empresas da Companhia são eliminados. Os prejuízos não realizados também são eliminados a menos que a operação forneça evidências de uma perda (*impairment*) do ativo transferido. As políticas contábeis das controladas são alteradas, quando necessário, para assegurar a consistência com as políticas adotadas pela Companhia.

Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia procedeu com a consolidação das controladas abaixo:

	Ativo	Passivo	Receita	Prejuízo	Participação
C&M Desenvolvimento e Licenciamento de Programas Ltda. ("C&M")	8	-	-	(4)	100,00%
Bodegas de Los Andes Comércio de Vinhos Ltda. ("Bodegas")	3.507	4.048	8.438	(541)	100,00%

#### (b) Coligada

Coligadas são todas as entidades sobre as quais a Companhia tem influência significativa, mas não o controle, geralmente por meio de uma participação societária de 20% a 50% dos direitos de voto.

Os investimentos em coligadas são contabilizados pelo método de equivalência patrimonial e são, inicialmente, reconhecidos pelo seu valor de custo. O investimento da Companhia em coligadas inclui o ágio identificado na aquisição, líquido de qualquer perda por *impairment* acumulada.

A participação da Companhia nos lucros ou prejuízos de suas coligadas é reconhecida na demonstração do resultado e a participação nas mutações das reservas é reconhecida nas reservas da Companhia. Quando a participação da Companhia nas perdas de uma coligada for igual ou superior ao valor contábil do investimento, incluindo quaisquer outros recebíveis, a Companhia não reconhece perdas adicionais, a menos que tenha incorrido em obrigações ou efetuado pagamentos em nome da coligada ou controlada em conjunto.

Os ganhos não realizados das operações entre a Companhia e suas coligadas são eliminados na proporção da participação da Companhia. As perdas não realizadas também são eliminadas, a menos que a operação forneça evidências de uma perda (*impairment*) do ativo transferido. As políticas contábeis das coligadas são alteradas, quando necessário, para assegurar consistência com as políticas adotadas pela Companhia.

Se a participação societária na coligada for reduzida, mas for retida influência significativa, somente uma parte proporcional dos valores anteriormente reconhecidos em outros resultados abrangentes será reclassificada para o resultado, quando apropriado.

Os ganhos e as perdas de diluição, ocorridos em participações em coligadas, são reconhecidos na demonstração do resultado.

#### 1.4 Mudanças nas políticas contábeis e divulgações

As seguintes normas foram adotadas pela primeira vez para o exercício iniciado em 1º de janeiro de 2019:

- **CPC 06(R2)/IFRS 16 - "Arrendamentos"**: com essa nova norma, os arrendatários passam a ter que reconhecer o passivo dos pagamentos futuros e o direito de uso do ativo arrendado para praticamente todos os contratos de arrendamento mercantil, incluindo os operacionais, podendo ficar fora do escopo dessa nova norma determinados contratos de curto prazo ou de baixo valor. Os critérios de reconhecimento e mensuração dos arrendamentos nas demonstrações financeiras dos arrendadores ficam substancialmente mantidos. Os efeitos de adoção inicial desta nova norma e os expedientes práticos empregados estão detalhados na Nota 16.
- **ICPC 22/IFRIC 23 – "Incertezas sobre tratamento de tributos sobre o lucro"**: a interpretação trata da aplicação dos requisitos de reconhecimento e mensuração estabelecidos no CPC 32 quando há incerteza sobre os tratamentos de tributo sobre o lucro. A Companhia deve reconhecer e mensurar seu tributo corrente ou diferido ativo ou passivo, aplicando os requisitos do CPC 32 com base em lucro tributável (prejuízo fiscal), bases fiscais, prejuízos fiscais não utilizados, créditos fiscais não utilizados e alíquotas fiscais determinados,

## W2W E-Commerce de Vinhos S.A.

### Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019

Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma

---

aplicando esta Interpretação. A interpretação foi aprovada em 21 de dezembro de 2018 e entrou em vigência em 1º de janeiro de 2019.

Na avaliação da Administração da Companhia, não há impactos significativos em decorrência da interpretação, uma vez que todos os procedimentos adotados para apuração e recolhimento de tributos sobre o lucro estão amparados na legislação vigente e pareceres normativos.

## 2 Sumário das principais práticas contábeis

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo disposição em contrário.

### 2.1 Moeda funcional e moeda de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras da Companhia são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual a Companhia atua ("a moeda funcional"). As demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão apresentadas em reais, que é a moeda funcional da Companhia e, também, a moeda de apresentação da Companhia.

### 2.3 Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses, e com risco insignificante de mudança de valor, sendo o saldo apresentado líquido de saldos de contas garantidas na demonstração dos fluxos de caixa.

### 2.4 Ativos financeiros

#### 2.4.1 Classificação

A Companhia classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias de mensuração:

- . Mensurados ao valor justo (seja por meio de outros resultados abrangentes ou por meio do resultado).
- . Mensurados ao custo amortizado.

A classificação depende do modelo de negócio da entidade para gestão dos ativos financeiros e os termos contratuais dos fluxos de caixa. Para ativos financeiros mensurados ao valor justo, os ganhos e perdas serão registrados no resultado ou em outros resultados abrangentes.

#### 2.4.2 Reconhecimento e reversão

Compras e vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação, data na qual a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo. Os ativos financeiros são desreconhecidos quando os direitos de receber fluxos de caixa tenham vencido ou tenham sido transferidos e a Companhia tenha transferido substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade.

#### 2.4.3 Mensuração

No reconhecimento inicial, a Companhia mensura um ativo financeiro ao valor justo acrescido, no caso de um ativo financeiro não mensurado ao valor justo por meio do resultado, dos custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição do ativo financeiro. Os custos de transação de ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são registrados como despesas no resultado. Os ativos financeiros com derivativos embutidos são considerados, em sua totalidade, ao determinar se os seus fluxos de caixa consistem apenas em pagamento do principal e de juros.

## W2W E-Commerce de Vinhos S.A.

### Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019

Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma

---

#### Instrumentos de dívida

A mensuração subsequente de títulos de dívida depende do modelo de negócio da Companhia para gestão do ativo, além das características do fluxo de caixa do ativo. A Companhia classifica seus títulos de dívida de acordo com as três categorias de mensuração a seguir:

- **Custo amortizado** - os ativos, que são mantidos para coleta de fluxos de caixa contratuais quando tais fluxos de caixa representam apenas pagamentos do principal e de juros, são mensurados ao custo amortizado. As receitas com juros provenientes desses ativos financeiros são registradas em receitas financeiras usando o método da taxa efetiva de juros. Quaisquer ganhos ou perdas devido à baixa do ativo são reconhecidos diretamente no resultado e apresentados em outros ganhos/(perdas) juntamente com os ganhos e perdas cambiais. As perdas por *impairment* são apresentadas em uma conta separada na demonstração do resultado.
- **Valor justo por meio de outros resultados abrangentes** - os ativos que são mantidos para coleta de fluxos de caixa contratuais e para venda dos ativos financeiros quando tais fluxos de caixa representam apenas pagamentos do principal e de juros, são mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes. Mudanças no valor contábil são registradas em outros resultados abrangentes, exceto pelo reconhecimento dos ganhos ou perdas por *impairment*, receita com juros e ganhos e perdas cambiais, os quais são reconhecidos na demonstração do resultado. Quando o ativo financeiro é baixado, os ganhos ou perdas cumulativas que haviam sido reconhecidos em outros resultados abrangentes são reclassificados do patrimônio líquido para o resultado e reconhecidos em outros ganhos/(perdas). As receitas com juros provenientes desses ativos financeiros são registradas em receitas financeiras usando o método da taxa efetiva de juros. Os ganhos e as perdas cambiais são apresentados em outros ganhos/(perdas) e as despesas de *impairment* são apresentadas em uma conta separada na demonstração do resultado.
- **Valor justo por meio do resultado** - os ativos que não atendem os critérios de classificação de custo amortizado ou de valor justo por meio de outros resultados abrangentes são mensurados ao valor justo por meio do resultado. Eventuais ganhos ou perdas em um investimento em título de dívida que seja subsequentemente mensurado ao valor justo por meio do resultado são reconhecidos no resultado e apresentados líquidos em outros ganhos/(perdas), no período em que ocorrerem.

#### Instrumentos patrimoniais

A Companhia subsequentemente mensura, ao valor justo, todos os investimentos patrimoniais. Quando a administração da Companhia escolher apresentar, ao valor justo, os ganhos e perdas com investimentos patrimoniais em outros resultados abrangentes, não haverá reclassificação subsequente dos ganhos e perdas ao valor justo para o resultado após a baixa do investimento. Os dividendos desses investimentos continuam a ser reconhecidos, no resultado, como outras receitas quando o direito de a Companhia receber pagamentos é estabelecido.

As variações no valor justo dos ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são reconhecidas em outros ganhos/(perdas) na demonstração do resultado quando aplicável. As perdas por *impairment* (e a reversão dessas perdas) em investimentos patrimoniais mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes não têm uma divulgação separada das outras mudanças no valor justo.

#### 2.4.4 *Impairment*

A Companhia avalia, em base prospectiva, as perdas esperadas de crédito associadas aos títulos de dívida registrados ao custo amortizado e ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes. A metodologia de *impairment* aplicada depende de ter havido ou não um aumento significativo no risco de crédito.

Para as contas a receber de clientes, a Companhia aplica a abordagem simplificada conforme permitido pelo CPC 48 e, por isso, reconhece as perdas esperadas ao longo da vida útil a partir do reconhecimento inicial dos recebíveis.

#### 2.4.5 **Compensação de instrumentos financeiros**

Quando aplicável, ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando há um direito legal de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida,

## W2W E-Commerce de Vinhos S.A.

### Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019

Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma

---

ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. O direito legal não deve ser contingente em eventos futuros e deve ser aplicável no curso normal dos negócios e no caso de inadimplência, insolvência ou falência da Companhia ou da contraparte.

#### 2.4.6 Instrumentos financeiros derivativos e de *hedge*

Inicialmente, os derivativos são reconhecidos pelo valor justo na data em que um contrato de derivativos é celebrado e são, subsequentemente, mensurados ao seu valor justo. O método para reconhecer o ganho ou a perda resultante depende de o fato do derivativo ser designado ou não como um instrumento de *hedge* nos casos de adoção da contabilidade de *hedge* (*hedge accounting*). Sendo este o caso, o método depende da natureza do item que está sendo protegido por *hedge*.

A Companhia adota a contabilidade de *hedge* (*hedge accounting*) e designa certos derivativos como *hedge* de fluxo de caixa, pois o objetivo é a proteção de um risco específico associado a um ativo ou passivo reconhecido ou uma operação prevista altamente provável.

##### *Hedge* de fluxo de caixa

A parcela efetiva das variações no valor justo de derivativos designados e qualificados como *hedge* de fluxo de caixa é reconhecida no patrimônio líquido, na conta "Ajustes de avaliação patrimonial". O ganho ou perda relacionado com a parcela não efetiva é imediatamente reconhecido na demonstração do resultado como "Outros ganhos (perdas), líquidos".

Os valores acumulados no patrimônio são realizados na demonstração do resultado nos períodos em que o item protegido por *hedge* afetar o resultado (por exemplo, quando ocorrer a venda prevista que é protegida por *hedge*). O ganho ou perda relacionado com a parcela efetiva dos swaps de taxa de juros que protege os empréstimos com taxas variáveis é reconhecido na demonstração do resultado como "Despesas financeiras". O ganho ou perda relacionado com a parcela não efetiva é reconhecido na demonstração do resultado em "Outros ganhos (perdas), líquidos". Entretanto, quando a operação prevista protegida por *hedge* resultar no reconhecimento de um ativo não financeiro (por exemplo, estoques ou ativos fixos), os ganhos e as perdas previamente diferidos no patrimônio são transferidos do patrimônio e incluídos na mensuração inicial do custo do ativo. Os valores diferidos são, finalmente, reconhecidos no custo dos produtos vendidos, no caso dos estoques, ou na depreciação, no caso de bens do ativo imobilizado.

Quando um instrumento de *hedge* vence ou é vendido, ou quando um *hedge* não atende mais aos critérios da contabilidade de *hedge*, todo ganho ou perda acumulado existente no patrimônio naquele momento permanece no patrimônio e é reconhecido no resultado quando a operação for reconhecida na demonstração do resultado. Quando não se espera mais que uma operação ocorra, o ganho ou a perda acumulada que havia sido apresentado no patrimônio é imediatamente transferido para a demonstração do resultado em "Outros ganhos (perdas), líquidos".

#### 2.5 Contas a receber, ativos e passivos relacionados a contratos com clientes

##### (a) Contas a receber de clientes

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber pela venda de mercadorias ou prestação de serviços no curso normal das atividades da Companhia. A Companhia mantém as contas a receber de clientes com o objetivo de arrecadar fluxos de caixa contratuais e, portanto, essas contas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros, deduzidas das provisões para perdas. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante.

##### (b) Ativos e passivos relacionados a contratos com clientes

Os ativos e passivos relacionados a contratos com clientes correspondem ao valor a receber pela venda de mercadorias efetuadas mediante a contratação das diversas modalidades de clubes oferecidos pela Companhia. Estes podem ser contratados de forma parcelada (ativos relacionados a contratos com clientes) ou com a antecipação integral do valor do clube (passivos relacionados a contratos com clientes). A Companhia mantém os ativos com o objetivo de arrecadar

## W2W E-Commerce de Vinhos S.A.

### Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019

Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma

fluxos de caixa contratuais e, portanto, estas contas são inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensurados pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros, deduzidas das provisões para perdas. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante. A Companhia mantém os passivos em decorrência da obrigação de entrega do clube contratado. Estes são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo e, subsequentemente, mensurados pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros. Os passivos relacionados a contratos com clientes são baixados mediante a entrega mensal do clube contratado, momento em que a receita é efetivamente reconhecida.

#### 2.6 Estoques

Os estoques são demonstrados ao custo ou ao valor líquido de realização, dos dois o menor. O custo é determinado pelo método de avaliação de estoque "custo médio ponderado" e o valor líquido de realização corresponde ao preço de venda estimado menos os custos para concluir e vender. Os estoques são avaliados quanto ao seu valor recuperável nas datas de balanço. Em caso de perda por desvalorização (*impairment*), esta é imediatamente reconhecida no resultado.

#### 2.7 Imobilizado

Os itens do imobilizado são demonstrados ao custo histórico de aquisição menos o valor da depreciação e de qualquer perda não recuperável acumulada. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis necessários para preparar o ativo para o uso pretendido pela administração, excluindo custos de financiamentos. Os valores residuais, a vida útil e os métodos de depreciação dos ativos são revisados e ajustados, se necessário, quando existir uma indicação de mudança significativa desde a última data de balanço. O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado para seu valor recuperável se o valor contábil do ativo for maior que seu valor recuperável estimado. A depreciação dos ativos é calculada usando o método linear considerando os seus custos e seus valores residuais durante a vida útil estimada, como segue:

	<u>Anos</u>
Máquinas e equipamentos	10-11
Móveis, utensílios e equipamentos	10-11
Computadores e periféricos	5-6
Veículos	5-6
Benfeitorias em imóveis de terceiros	2-10

A Companhia realiza, anualmente ou sempre que existirem indícios de eventual perda de valor, a avaliação da recuperabilidade de seus ativos. Qualquer perda por *impairment* é registrada de imediato como custo da demonstração dos resultados da Companhia. Em 31 de dezembro de 2019 não foram identificados indícios de perda de valor dos seus ativos.

#### 2.8 Intangível

##### (a) Ágio

O ágio resulta da aquisição de controladas e representa o excesso da (i) contraprestação transferida, (ii) do valor da participação de não controladores na adquirida e (iii) do valor justo na data da aquisição de qualquer participação patrimonial anterior na adquirida em relação ao valor justo dos ativos líquidos identificáveis adquiridos. Caso o total da contraprestação transferida, a participação dos não controladores reconhecida e a participação mantida anteriormente medida pelo valor justo seja menor do que o valor justo dos ativos líquidos da controlada adquirida, no caso de uma compra vantajosa, a diferença é reconhecida diretamente na demonstração do resultado.

Os ativos que têm uma vida útil indefinida, como o ágio, não estão sujeitos à amortização e são testados anualmente para identificar eventual necessidade de redução ao valor recuperável (*impairment*). As revisões de *impairment* do ágio são realizadas anualmente ou com maior frequência se eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem um possível *impairment*.

## W2W E-Commerce de Vinhos S.A.

### Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019

Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma

#### (b) Licenças de uso e plataforma (softwares)

Licenças adquiridas de programas de computador são capitalizadas com base nos custos incorridos e amortizadas ao longo de sua vida útil estimada. Os gastos associados ao desenvolvimento ou à manutenção de *softwares* e da plataforma do *site* da Companhia são reconhecidos como despesas na medida em que são incorridos. Já os gastos diretamente associados os *softwares* identificáveis e únicos, controlados pela Companhia e que, provavelmente, gerarão benefícios econômicos maiores que os custos por mais de um ano, são reconhecidos como ativos intangíveis quando os seguintes critérios são atendidos:

- É tecnicamente viável concluir o *software* para que ele esteja disponível para uso.
- A administração pretende concluir o *software* e usá-lo ou vendê-lo.
- O *software* pode ser usado ou vendido.
- Pode-se demonstrar que é provável que o *software* gerará benefícios econômicos futuros.
- Estão disponíveis adequados recursos técnicos, financeiros e outros recursos para concluir o desenvolvimento e para usar ou vender o *software*.
- O gasto atribuível ao *software* durante seu desenvolvimento pode ser mensurado com segurança.

Os custos diretamente atribuíveis, que são capitalizados como parte do produto de *software*, incluem os custos com empregados alocados no desenvolvimento de *softwares* e uma parcela adequada das despesas indiretas aplicáveis. Outros gastos de desenvolvimento que não atendam a esses critérios são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento previamente reconhecidos como despesa não são reconhecidos como ativo em período subsequente.

Os custos de desenvolvimento de *softwares* reconhecidos como ativos são amortizados durante sua vida útil estimada, não superior a dezoito anos.

#### 2.10 Empréstimos e financiamentos e debêntures

Os empréstimos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor total a pagar é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

Instrumentos financeiros compostos, os quais incluem componentes de passivo financeiro (dívida) e de patrimônio líquido, emitidos pela Companhia compreendem títulos que podem ser convertidos em capital social à opção do titular, e o número de ações a serem emitidas não varia com as mudanças em seu valor justo.

O componente de passivo de um instrumento financeiro composto é reconhecido inicialmente a valor justo. O valor justo da parcela do passivo de um título de dívida conversível é determinado com o uso de fluxo de caixa descontado, considerando a taxa de juros de mercado para um título de dívida com características similares (período, valor, risco de crédito), porém não conversível. O componente de patrimônio líquido é reconhecido, inicialmente, pela diferença entre o valor total recebido pela Companhia com emissão do título, e o valor justo do componente de passivo financeiro reconhecido. Os custos de transação diretamente atribuíveis ao título são alocados aos componentes de passivo e de patrimônio líquido proporcionalmente aos valores inicialmente reconhecidos.

Após o reconhecimento inicial, o componente de passivo de um instrumento financeiro composto é mensurado ao custo amortizado, utilizando o método da taxa efetiva de juros. O componente patrimonial de um instrumento financeiro composto não é remensurado após o seu reconhecimento inicial, exceto na conversão ou quando expirado.

Os empréstimos são classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

Os custos de empréstimos gerais e específicos que são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável, que é um ativo que, necessariamente, demanda um período de tempo substancial para ficar pronto para seu uso ou venda pretendidos, são capitalizados como parte do custo do ativo quando for provável que eles irão resultar em benefícios econômicos futuros para a entidade e que tais custos possam ser mensurados com confiança.

## W2W E-Commerce de Vinhos S.A.

### Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019

Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma

---

Demais custos de empréstimos são reconhecidos como despesa no período em que são incorridos.

#### 2.11 Provisões

As provisões para ações judiciais (trabalhista, civil e tributária) são reconhecidas quando: (i) a Companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada (*constructive obligation*) como resultado de eventos já ocorridos; (ii) é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e (iii) o valor puder ser estimado com segurança. Quando houver uma série de obrigações similares, a probabilidade de liquidá-las é determinada levando-se em consideração a classe de obrigações como um todo. Uma provisão é reconhecida mesmo que a probabilidade de liquidação relacionada com qualquer item individual incluído na mesma classe de obrigações seja pequena. As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes dos efeitos tributários, a qual reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e dos riscos específicos da obrigação.

O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira. As provisões não incluem as perdas operacionais futuras.

#### 2.12 Benefícios a empregados (participação nos lucros)

A obrigação referente a participação dos empregados nos lucros é registrada pela Companhia em conta específica no passivo circulante, pois há um plano formal e os valores podem ser mensurados com segurança antes da emissão das demonstrações financeiras consolidadas. A metodologia utilizada leva em conta metas de resultados da Companhia durante o exercício.

#### 2.13 Imposto de renda e contribuição social corrente e diferidos

As despesas de imposto de renda e contribuição social do período compreendem os impostos corrente e diferido.

Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido ou no resultado abrangente.

O encargo de imposto de renda e a contribuição social corrente e diferido é calculado com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço dos países em que as entidades da Companhia atuam e geram lucro tributável. A administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pela Companhia nas apurações de impostos sobre a renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações; e estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais.

O imposto de renda e a contribuição social corrente são apresentados líquidos, por entidade contribuinte, no passivo quando houver montantes a pagar, ou no ativo quando os montantes antecipadamente pagos excedem o total devido na data do relatório. O imposto de renda e a contribuição social diferidos são reconhecidos usando-se o método do passivo sobre as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações financeiras. Entretanto, o imposto de renda e a contribuição social diferidos não são contabilizados se resultar do reconhecimento inicial de um ativo ou passivo em uma operação que não seja uma combinação de negócios, a qual, na época da transação, não afeta o resultado contábil, nem o lucro tributável (prejuízo fiscal).

O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativo são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas.

Os impostos de renda diferidos são reconhecidos sobre as diferenças temporárias decorrentes dos investimentos em controladas, exceto quando o momento da reversão das diferenças temporárias seja controlado pela Companhia, e desde que seja provável que a diferença temporária não será revertida em um futuro previsível.

## W2W E-Commerce de Vinhos S.A.

### Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019

Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma

Os impostos de renda diferidos ativos e passivos são apresentados pelo líquido no balanço quando há o direito legal e a intenção de compensá-los quando da apuração dos tributos correntes, em geral relacionado com a mesma entidade legal e mesma autoridade fiscal. Dessa forma, impostos diferidos ativos e passivos em diferentes entidades ou em diferentes países, em geral são apresentados em separado, e não pelo líquido.

A controlada Bodegas efetua a apuração do imposto de renda e contribuição social pelo regime presumido, onde a provisão para o imposto de renda é constituída 8% sobre o faturamento. A contribuição social é provisionada à alíquota de 12% do faturamento, conforme legislação em vigor.

#### 2.14 Capital social

As ações ordinárias e as preferenciais são classificadas no patrimônio líquido.

Os custos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de novas ações ou opções são demonstrados no patrimônio líquido como uma dedução do valor captado, líquida de impostos.

#### 2.15 Reconhecimento da receita

A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos concedidos. As receitas de vendas de produtos são reconhecidas quando o cliente obtém o controle dos bens ou serviços, os quais ocorrem em momento específico do tempo no qual fica caracterizada a transferência da posse do físico do ativo, ou o cliente possui os riscos e os benefícios da propriedade deste ativo, sempre que houver o aceite do cliente. Os fretes sobre vendas são considerados como despesa de vendas.

##### (a) Venda de produtos - atacado

As vendas dos produtos adquiridos no mercado interno e importados são reconhecidas sempre que a entrega dos produtos é concretizada ao cliente varejista. Neste ramo, nosso campo de atuação abrange grandes redes *off trade* e redes menores considerados *on trade*, distribuidores, bares, restaurantes e casas especializadas. Todas as operações são realizadas conforme acordado com cliente e são registradas líquidas de qualquer desconto por volume.

##### (b) Venda de produtos - varejo

A operação varejista contempla a venda de produtos através do site da Companhia. Nestes canais as vendas são direcionadas ao consumidor final pessoa física e é reconhecida após a entrega ao cliente destinatário.

##### (c) Venda de produtos – programa de fidelidade de clientes

Os pontos geram um direito material para os clientes, o qual eles não receberiam sem assinarem um contrato. Portanto, a promessa de oferecer pontos ao cliente é uma obrigação de desempenho separada. O preço da transação é alocado ao produto e aos pontos, em uma base relativa do preço de venda isolado. A administração estima o preço de venda isolado por ponto com base no desconto oferecido, quando os pontos são resgatados, e de acordo com a probabilidade de resgate, fundamentada na experiência passada. Um passivo é reconhecido até que os pontos sejam resgatados ou expirem.

##### (d) Venda de Benefícios e Vantagens – Clube Prime e WineUp

As receitas do Clube Prime e WineUp são reconhecidas quando o cliente obtém o controle dos benefícios e vantagens. Os programas de benefícios são direcionados aos sócios e clientes, nas modalidades mensal e pré-pago, os quais oferecem benefícios diferenciados, tais como descontos em loja, parcerias, frete diferenciado e acesso a promoções exclusivas.

##### (f) Receita Financeira

A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido pelo regime de competência, usando o método de juros efetivos. Reflete os ganhos de juros nas operações de investimentos, aplicações e variação cambial sobre ativos e passivos financeiros.

## W2W E-Commerce de Vinhos S.A.

### Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019

Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma

#### (g) Subvenções Governamentais para investimento

A companhia possui termo de acordo com o Estado do Espírito Santo para utilização de benefícios fiscais firmado através do termo nº 0277/2012. Os benefícios concedidos estão estabelecidos no artigo 530 do regulamento e são repassados para companhia através do Programa de Incentivo ao Investimento no Estado do Espírito Santo (INVEST-ES) e Programa de Desenvolvimento e Proteção à Economia do Estado do Espírito Santo – COMPETE/ES.

O Programa de Incentivo ao Investimento no Estado do Espírito Santo (INVEST-ES) tem por objetivo contribuir para a expansão, modernização e diversificação dos setores produtivos do Espírito Santo, estimulando a realização de investimentos, a implantação e a utilização de armazéns e infraestruturas logísticas existentes; renovação tecnológica das estruturas produtivas; otimização da atividade de importação de mercadorias e bens; e o aumento da competitividade estadual, com ênfase na geração de emprego e renda e na redução das desigualdades sociais e regionais.

O Programa de Desenvolvimento e Proteção à Economia do Estado do Espírito Santo – COMPETE/ES (Lei 10.568/2016) tem por objetivo contribuir para a expansão, modernização e diversificação dos setores produtivos do Estado, estimulando a realização de investimentos, a renovação tecnológica das estruturas produtivas e o aumento da competitividade estadual, com ênfase na manutenção e/ou geração de emprego e renda e na redução das desigualdades sociais e regionais.

Dentre os diversos benefícios fiscais oferecidos pelo Estado, os principais são (i) o aproveitamento de crédito presumido de forma que a carga tributária efetiva resulte um inteiro e vinte e cinco centésimos por cento nas saídas interestaduais; e (ii) diferimento do ICMS nas operações de importação.

Para fruição do benefício são considerados o atendimento dos requisitos previstos no contrato de competitividade firmado junto ao SINCADES (Sindicato do Comércio Atacadista e Distribuidor do Espírito Santo), dentre as quais, destacamos a necessidade de crescer a arrecadação do ICMS em no mínimo 5% ao ano (calculado pelo conjunto das empresas aderentes) e o envio anual à SEDES (Secretaria de Estado do Desenvolvimento) informações acerca da competitividade da Companhia para o setor atacadista.

As subvenções governamentais são reconhecidas na medida em que as condições relacionadas à obtenção da subvenção são cumpridas, conforme citado no parágrafo anterior. Estas subvenções recebidas são reconhecidas na rubrica de impostos sobre vendas (nota 20) para compensação de despesas com ICMS.

#### 2.16 Estimativas contábeis e julgamentos críticos

Na elaboração das demonstrações financeiras é necessário utilizar estimativas para contabilizar certos ativos, passivos e outras transações. Para efetuar estas estimativas, a administração utilizou as melhores informações disponíveis na data da preparação das demonstrações financeiras, bem como a experiência de eventos passados e/ou correntes, considerando ainda pressupostos relativos a eventos futuros. Com base em premissas, a Companhia faz estimativas com relação ao futuro.

Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contempladas a seguir.

#### (a) Imposto de renda e contribuição social diferidos

A Companhia reconhece o imposto de renda e contribuição social diferidos ativos e passivos com base nas diferenças entre as bases de cálculo do imposto sobre ativos e passivos e os valores contábeis das demonstrações financeiras, usando alíquotas tributárias em vigor. A Companhia revisa regularmente os impostos diferidos ativos e passivos para avaliar sua possibilidade de recuperação, levando em consideração o lucro histórico gerado e o lucro tributável futuro projetado com base em um estudo da viabilidade técnica.

É necessário um julgamento significativo para determinar a recuperabilidade desses impostos diferidos ativos e passivos, os quais levam em conta expectativas de lucros tributáveis futuros.

## W2W E-Commerce de Vinhos S.A.

### Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019

Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma

#### (b) Perda (*impairment*) do ágio

A Companhia testa anualmente se o ágio (*goodwill*) sofreu qualquer *impairment*, de acordo com a política contábil apresentada. Os valores recuperáveis das unidades geradoras de caixa foram determinados com base em cálculos do valor em uso. Esses cálculos exigem o uso de estimativas e estão pautados em estudos de viabilidade, considerando premissas internas e externas.

#### (c) Valor justo de derivativos e outros instrumentos financeiros

O valor justo de instrumentos financeiros que não são negociados em mercados ativos é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação. A Companhia usa seu julgamento para escolher diversos métodos e definir premissas que se baseiam principalmente nas condições de mercado existentes na data do balanço. A Companhia utilizou a análise do fluxo de caixa descontado para cálculo de valor justo de diversos ativos financeiros disponíveis para venda, ativos estes não negociados em mercados ativos.

### 2.17 Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos

#### (a) Contexto geral

O Conselho de Administração tem a responsabilidade global de determinar os objetivos e políticas de gestão de risco da Companhia e suas controladas. O objetivo geral é estabelecer políticas que visam reduzir o risco ao máximo, sem afetar indevidamente a competitividade e flexibilidade da Companhia.

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros cujos riscos são administrados por meio de estratégias de posições financeiras e sistemas de limites de exposição, todas as operações estão integralmente reconhecidas na contabilidade. Os instrumentos financeiros derivativos são utilizados para a proteção das oscilações cambiais relacionadas a importação de mercadorias que são revendidas no ClubeW e demais itens da loja.

Os saldos de instrumentos financeiros estão classificados conforme abaixo:

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
<b>Ativos</b>				
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 4)	6.465	5.816	6.757	5.882
Contas a receber (nota 6)	31.001	44.966	30.409	45.676
Ativos relacionados a contratos com clientes (Nota 6)	8.584	14.832	8.584	14.832
Instrumentos financeiros derivativos (Nota 5)	-	833	-	833
	<u>46.050</u>	<u>66.447</u>	<u>45.750</u>	<u>67.223</u>
<b>Passivos</b>				
Fornecedores (Nota 14)	(50.829)	(47.452)	(51.064)	(48.111)
Empréstimos e financiamentos (Nota 15)	(21.684)	(9.873)	(21.684)	(9.873)
Instrumentos financeiros derivativos (Nota 5)	(455)	-	(455)	-
Passivos relacionados a contratos com clientes (Nota 6)	(11.311)	(23.537)	(11.311)	(23.537)
Debêntures (Nota 15)	-	(64.440)	-	(64.440)
	<u>(84.279)</u>	<u>(145.302)</u>	<u>(84.514)</u>	<u>(145.961)</u>

## W2W E-Commerce de Vinhos S.A.

### Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019

Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma

Não houve nenhuma alteração substancial na exposição aos riscos de instrumentos financeiros da Companhia, seus objetivos, políticas e processos para a gestão desses riscos ou os métodos utilizados para mensurá-los a partir de períodos anteriores, a menos que especificado o contrário nesta nota.

A Companhia está exposta, em virtude de suas operações, aos seguintes riscos financeiros:

- Risco de taxas de câmbio
- Risco de taxas de juros
- Risco de crédito
- Risco de liquidez
- Risco de capital

Em suas atividades a Companhia está sujeita a riscos de mercado relacionados à variação cambial do dólar americano e do euro. Com o objetivo de reduzir estes riscos, a Companhia dispõe da Política “Institucional de Investimentos Financeiros” aprovada pelo Conselho de Administração e devidamente implementada e em plena execução, dentro da qual está prevista a utilização de instrumentos financeiros derivativos.

#### (b) Risco de taxas de câmbio

A Companhia atua internacionalmente e está exposta ao risco cambial decorrente de transações em algumas moedas, basicamente com relação ao dólar americano e ao euro. O risco cambial decorre de compras de produtos importados, onde a administração monitora a oscilação das moedas e está apta a agir no caso de grandes variações.

Em 2016, o Conselho de Administração estabeleceu a “Política Institucional de Investimentos Financeiros”, onde a administração da Companhia define os instrumentos financeiros elegíveis para redução de riscos nas aquisições de mercadorias de revenda do mercado internacional.

A contratação de instrumentos denominados *Non Deliverable Forward*, garantem proteção dos produtos adquiridos para comercialização em seu canal ClubeW e demais itens da loja através da modalidade de *hedge* de fluxo de caixa.

Em 31 de dezembro de 2019 as operações vinculadas a moedas estrangeiras, apresentadas em reais, estavam compostas conforme demonstrado abaixo:

	<u>2019</u>	<u>2018</u>	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Ativos financeiros				
Instrumentos financeiros derivativos (Nota 5)	-	833	-	833
Contas a receber pela venda de investimento em coligada (Nota 11) (i)	-	4.350	-	4.350
	<u>-</u>	<u>5.183</u>	<u>-</u>	<u>5.183</u>
Passivos financeiros				
Fornecedores (Nota 14)	50.829	47.452	51.064	48.111
Instrumentos financeiros derivativos (Nota 5)	455	-	455	-
	<u>51.284</u>	<u>47.452</u>	<u>51.519</u>	<u>48.111</u>

Refere-se ao investimento mantido na Mocoffee B.V., integralmente alienado no decorrer do exercício findo em 31 de dezembro de 2018.

#### (c) Risco de taxas de juros

Decorre da possibilidade da Companhia incorrer em ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. Visando a redução desse risco, a Companhia busca diversificar a captação de recursos em longo prazo, com taxas prefixadas ou pós-fixadas lastreadas em CDI, de forma que, quaisquer resultados oriundos da volatilidade desses indexadores não incorram em nenhum impacto significativo. Em 31 de

## W2W E-Commerce de Vinhos S.A.

### Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019

Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma

dezembro, as operações vinculadas a taxas de juros, apresentadas eram:

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
<b>Ativos</b>				
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 4)	6.465	5.816	6.757	5.882
Instrumentos financeiros derivativos (Nota 5)	-	833	-	833
	<u>6.465</u>	<u>6.649</u>	<u>6.757</u>	<u>6.715</u>
<b>Passivos</b>				
Empréstimos e financiamentos (Nota 15)	21.684	9.873	21.684	9.873
Instrumentos financeiros derivativos (Nota 5)	455	-	455	-
Debêntures (Nota 15)	-	64.440	-	64.440
	<u>22.139</u>	<u>74.313</u>	<u>22.139</u>	<u>74.313</u>

A administração se utiliza de instrumentos financeiros derivativos para gerenciar suas exposições em moeda estrangeira e a taxas de juros, sendo que, esse gerenciamento é feito em conjunto, sendo assim, segue as operações que estão atreladas a esses indexadores. A posição de derivativos contempla as provisões através da marcação a mercado (MtM) de R\$ 455 no passivo (2018 - R\$ 833 no ativo).

#### (d) Risco de crédito

O risco de crédito decorre de caixa e equivalentes de caixa, fluxos de caixa contratuais decorrentes de ativos financeiros mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio do resultado e ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, instrumentos financeiros derivativos favoráveis, depósitos em bancos e em outras instituições financeiras, bem como de exposições de crédito a clientes do atacado e do varejo, incluindo contas a receber em aberto. O risco de crédito é administrado corporativamente, onde o departamento financeiro avalia a qualidade do crédito do cliente, levando em consideração sua posição financeira, experiência passada e outros fatores. A utilização de limites de crédito é monitorada regularmente. As vendas para clientes são liquidadas em dinheiro ou por meio dos principais cartões de crédito existentes no mercado. Não foi ultrapassado nenhum limite de crédito durante o exercício, e a administração não espera nenhuma perda decorrente de inadimplência dessas contrapartes superior ao valor já provisionado.

#### *Impairment* de ativos financeiros

- contas a receber de clientes (mensurados ao custo amortizado);
- ativos relacionados a contratos com clientes (mensurados ao custo amortizado); e
- caixa e equivalentes de caixa.

Embora o caixa e equivalentes de caixa também estejam sujeitos às exigências de *impairment* do CPC 48, não foi identificada perda por *impairment* nesses ativos.

#### Contas a receber de clientes e ativos relacionados a contratos com clientes

A Companhia aplica a abordagem simplificada do CPC 48 (IFRS 9) para a mensuração de perdas de crédito esperadas considerando uma provisão para perdas esperadas ao longo da vida útil para todas as contas a receber de clientes e ativos de contratos. Para mensurar as perdas de crédito esperadas, as contas a receber de clientes e os ativos de contratos foram agrupados com base nas características compartilhadas de risco de crédito e nos dias de atraso. Os ativos de contratos se relacionam a trabalhos em andamento que não foram faturados e possuem essencialmente as mesmas características de riscos das contas a receber de clientes para os mesmos tipos de contratos. Portanto, a Companhia concluiu que as taxas de perdas esperadas para as contas a receber de clientes representam uma aproximação razoável das taxas de perda para os ativos de contratos. A movimentação da perda no contas a receber de clientes e nos ativos relacionados a contratos com clientes está demonstrada na Nota 6.

As contas a receber de clientes e os ativos de contratos são baixados quando não há expectativa razoável de

## W2W E-Commerce de Vinhos S.A.

### Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019

Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma

recuperação. Os indícios de que não há expectativa razoável de recuperação incluem, entre outros: incapacidade do devedor de participar de um plano de renegociação de sua dívida com a Companhia ou de realizar pagamentos contratuais de dívidas vencidas há mais de 120 dias. As perdas por *impairment* em contas a receber de clientes e ativos de contratos são apresentadas como perdas por *impairment* líquidas, no lucro operacional. Recuperações subsequentes de valores previamente baixados são creditadas na mesma conta.

#### (e) Risco de liquidez

O risco de liquidez representa o risco de a Companhia e suas controladas em enfrentar dificuldades para cumprir suas obrigações relacionadas aos passivos financeiros. O risco de liquidez é monitorado através de constantes atualizações do fluxo de caixa, mantendo os investimentos e caixa prontamente conversíveis para atender suas obrigações e compromissos e, também se antecipando para futuras necessidades de caixa.

A administração considera que os passivos provenientes de empréstimos estão adequadamente distribuídos até o vencimento das operações. Em relação aos valores de capital de giro, cujos vencimentos são de curto prazo, deverão ser renovados, já que as linhas de crédito da Companhia junto ao mercado financeiro dão suporte para tal renovação. Em relação a fornecedores, cabe destacar que os principais são aqueles que fornecem vinhos, cujo prazo para pagamento é de até 120 dias

As informações de intervalo dos vencimentos dos principais passivos financeiros (valores não descontados – fluxo nominal futuro) estão apresentadas a seguir:

	Controladora Reemitido(i)			Consolidado Reemitido(i)		
	Menos de um ano	Mais de um ano	Total	Menos de um ano	Mais de um ano	Total
Em 31 de dezembro de 2019						
Fornecedores (Nota 14)	50.829	-	50.829	51.064	-	51.064
Obrigações trabalhistas e sociais (Nota 17)	7.251	-	7.251	7.471	-	7.471
Impostos a recolher (Nota 8)	8.626	-	8.626	9.028	-	9.028
Passivos relacionados a contratos com clientes (Nota 6 (b))	11.311	-	11.311	11.311	-	11.311
Empréstimos e financiamentos (Nota 15)	21.684	-	21.684	21.684	-	21.684
Passivos de arrendamento (Nota 17) (i)	5.180	14.481	19.661	5.250	14.481	19.731
	<b>104.881</b>	<b>14.481</b>	<b>119.362</b>	<b>105.808</b>	<b>14.481</b>	<b>120.289</b>
Em 31 de dezembro de 2018						
Fornecedores (Nota 14)	47.452	-	47.452	48.111	-	48.111
Obrigações trabalhistas e sociais (Nota 17)	4.566	-	4.566	4.828	-	4.828
Impostos a recolher (Nota 8)	4.710	-	4.710	4.949	-	4.949
Passivos relacionados a contratos com clientes (Nota 6 (b))	23.537	-	23.537	23.537	-	23.537
Empréstimos e financiamentos (Nota 15)	9.636	237	9.873	9.636	237	9.873
Debêntures (Nota 15)	-	64.440	64.440	-	64.440	64.440
	<b>89.901</b>	<b>64.677</b>	<b>154.578</b>	<b>91.061</b>	<b>64.677</b>	<b>155.738</b>

## W2W E-Commerce de Vinhos S.A.

### Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019

Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma

(i) Reemitido: Inserida a linha de passivos de arrendamento.

#### (f) Risco de capital

Os objetivos da Companhia, ao realizar a manutenção do capital, são:

- Salvaguardar a capacidade da entidade de manter sua continuidade operacional, para que possa seguir proporcionando retornos aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas; e
- Proporcionar retorno adequado aos acionistas ao estipular os preços de produtos e serviços proporcionalmente ao nível de risco.

A Companhia define o valor de capital que necessita proporcionalmente ao risco. A Companhia gera sua estrutura de capital e faz ajustes em função das mudanças nas condições econômicas e nas características de risco dos ativos subjacentes. Para manter ou ajustar a estrutura de capital, a Companhia poderá ajustar o valor dos dividendos pagos aos acionistas, retornar capital aos acionistas, emitir novas ações ou vender ativos para reduzir a dívida. A Companhia monitora a relação entre a dívida e o capital ajustado. Tal índice é calculado como capital ajustado de dívida líquida, conforme definido acima. A dívida líquida é calculada como total da dívida (conforme apresentado na demonstração do balanço patrimonial menos disponibilidades).

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Total dos empréstimos e debentures (Nota 15)	21.684	74.313	21.684	74.313
Menos: Caixa e equivalentes de caixa (Nota 4)	(6.465)	(5.816)	(6.757)	(5.882)
Dívida líquida	15.219	68.497	14.927	68.431
Total do patrimônio líquido	76.242	9.828	76.242	9.828
Total do capital	91.461	78.325	91.169	78.259
Índice de alavancagem financeira - %	17	87	16	87

#### (g) Análise de sensibilidade adicional requerida pela CVM

Apresentamos a seguir os impactos que seriam gerados por mudanças nas variações de riscos pertinentes às quais a Companhia está exposta no final do exercício. As variáveis de riscos relevantes para a Companhia no exercício, levando em consideração o período projetado de três meses para essa avaliação são sua exposição à flutuação de moedas estrangeiras, substancialmente o dólar norte-americano, e sua exposição à flutuação nas taxas de juros. A administração entende que o cenário provável é um aumento de 5%, 7%, 2% e 5% nas cotações do dólar norte-americano, do euro, do iene e da libra esterlina, respectivamente, e uma variação de 0,5% nas taxas de juros, conforme expectativa do mercado. Os demais fatores de riscos foram considerados irrelevantes para o resultado de instrumentos financeiros.

## W2W E-Commerce de Vinhos S.A.

### Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019

Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma

Em 31 de dezembro de 2019, os saldos de ativos e passivos denominados em moeda estrangeira nos montantes descritos a seguir:

	2019		Consolidado 2018	
	Moeda Estrangeira	Reais	Moeda Estrangeira	Reais
	Ativo			
Contas a receber em dólar	90	364	11	42
Contas a receber em euro	27	120		
Adiantamento a fornecedores em dólar	297	1.196	599	2.319
Adiantamento a fornecedores em euro	-	-	9	42
Passivo				
Fornecedores em dólar	4.610	18.580	5.020	19.453
Fornecedores em euro	2.519	11.413	2.944	13.070
Forfaiting em dólar	434	1.748	-	-
Forfaiting em euro	415	1.879	-	-
Empréstimos em dólar			1.261	4.884
Empréstimos em euro	2.370	10.739	1.002	4.450
Exposição Líquida				
Dólar	5.430	21.888	6.890	26.698
Euro	5.331	24.151	3.956	17.561

Com a finalidade de verificar a sensibilidade dos ativos e passivos em moeda estrangeira que a Companhia possuía exposição na data base de 31 de dezembro de 2019, foram definidos cinco cenários diferentes, e preparada uma análise de sensibilidade às oscilações da taxa de câmbio.

No quadro a seguir são considerados cinco cenários com base na expectativa da Administração para as variações da taxa de câmbio, sendo o cenário provável adotado pela Companhia e, conforme orientação da CVM por meio da Instrução nº 475 de 17 de dezembro de 2008, outros quatro cenários com uma apreciação de sensibilidade de 25% e 50%, para mais e para menos, da variável do risco considerado.

	Moeda	Consolidado 31/12/2019				
		Cenário Provável	Cenário A	Cenário B	Cenário C	Cenário D
Ativo						
Contas a receber em dólar	R\$	364	273	182	455	546
Contas a receber em euro	R\$	120	90	60	150	180
Adiantamento a fornecedores em dólar	R\$	1.196	897	598	1.495	1.794
Passivo						
Fornecedores em dólar	R\$	18.580	13.935	9.290	23.225	27.870
Fornecedores em euro	R\$	11.413	8.560	5.706	14.266	17.119
Forfaiting em dólar	R\$	1.748	1.311	874	2.185	2.621
Forfaiting em euro	R\$	1.879	1.409	939	2.348	2.818
Empréstimos em euro	R\$	10.739	8.054	5.370	13.424	16.109
Exposição Líquida		46.039	34.529	23.019	57.549	69.058
Dólar		21.888	16.416	10.944	27.360	32.832
Euro		24.151	18.113	12.075	30.189	36.226

## W2W E-Commerce de Vinhos S.A.

### Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019

Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma

Depreciação/apreciação da taxa em 31/12/2019		(25%)	(50%)	25%	50%
Referência para taxa de câmbio					
Dólar	4,03	3,02	2,02	5,04	6,05
Euro	4,53	3,40	2,27	5,66	6,80
Efeito no lucro antes da tributação					
Dólar		5.472	10.944	(5.472)	(10.944)
Euro		6.038	12.075	(6.038)	(12.075)

#### 2.18 Estimativa de valor justo

Pressupõe-se que os saldos das contas a receber de clientes e contas a pagar aos fornecedores pelo valor contábil, menos a perda (*impairment*) no caso de contas a receber, estejam próximos de seus valores justos.

O valor justo dos empréstimos e debêntures é igual ao seu valor contábil, uma vez que o impacto do desconto não é significativo.

A tabela abaixo classifica os ativos e passivos contabilizados ao valor justo de acordo com o método de avaliação. Os diferentes níveis foram definidos como segue:

- Nível 1 - preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos.
- Nível 2 - informações, além dos preços cotados incluídas no nível 1, que são observáveis pelo mercado para o ativo ou passivo, seja diretamente (ou seja, como preços) ou indiretamente (ou seja, derivados dos preços).
- Nível 3 - informações para os ativos ou passivos que não são baseadas em dados observáveis pelo mercado (ou seja, premissas não observáveis).

A tabela abaixo apresenta os ativos e passivos da Companhia mensurados ao valor justo em 31 de dezembro de 2019:

	Controladora e consolidado			
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Saldo total
Passivo				
Instrumentos financeiros derivativos		455	-	455
Total do passivo	-	455	-	455

A tabela abaixo apresenta os ativos e passivos da Companhia mensurados ao valor justo em 31 de dezembro de 2018:

	Controladora e consolidado			
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Saldo total
Ativo				
Instrumentos financeiros derivativos		833	-	833
Total do ativo	-	833	-	833

## W2W E-Commerce de Vinhos S.A.

### Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019

Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma

#### 2.19 Instrumentos financeiros por categoria

##### (a) Controladora

	Em 31 de dezembro de 2019			
	Ativos ao custo amortizado	Passivos ao custo amortizado	Valor justo por meio do resultado	Total
Ativos, conforme balanço patrimonial				
Caixa e equivalente de caixa	6.465	-	-	6.465
Contas a receber de clientes	31.001	-	-	31.001
Ativos Relacionados a contrato com clientes	8.584	-	-	8.584
	<u>46.050</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>46.050</u>
Passivos, conforme balanço patrimonial				
Instrumentos financeiros derivativos	-	-	455	455
Empréstimos e financiamentos	-	21.684	-	21.684
Fornecedores	-	50.829	-	50.829
Passivos relacionais a contratos com clientes	-	11.311	-	11.311
	<u>-</u>	<u>83.824</u>	<u>455</u>	<u>84.279</u>

	Em 31 de dezembro de 2018			
	Ativos ao custo amortizado	Passivos ao custo amortizado	Valor justo por meio do resultado	Total
Ativos, conforme balanço patrimonial				
Caixa e equivalente de caixa	5.816	-	-	5.816
Instrumentos financeiros derivativos	-	-	833	833
Contas a receber de clientes	44.966	-	-	44.966
Ativos Relacionados a contrato com clientes	14.832	-	-	14.832
	<u>65.614</u>	<u>-</u>	<u>833</u>	<u>66.447</u>
Passivos, conforme balanço patrimonial				
Empréstimos e financiamentos	-	9.873	-	9.873
Debêntures	-	64.440	-	64.440
Fornecedores	-	47.452	-	47.452
Passivos relacionais a contratos com clientes	-	23.537	-	23.537
	<u>-</u>	<u>145.302</u>	<u>-</u>	<u>145.302</u>

## W2W E-Commerce de Vinhos S.A.

### Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019

Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma

#### (b) Consolidado

	Em 31 de dezembro de 2019			
	Ativos ao custo amortizado	Passivos ao custo amortizado	Valor justo por meio do resultado	Total
Ativos, conforme balanço patrimonial				
Caixa e equivalente de caixa	6.757	-	-	6.757
Contas a receber de clientes	30.409	-	-	30.409
Ativos Relacionados a contrato com clientes	8.584	-	-	8.584
	<u>45.750</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>45.750</u>
Passivos, conforme balanço patrimonial				
Instrumentos financeiros derivativos	-	-	455	455
Empréstimos e financiamentos	-	21.684	-	21.684
Fornecedores	-	51.064	-	51.064
Passivos relacionais a contratos com clientes	-	11.311	-	11.311
	<u>-</u>	<u>84.059</u>	<u>455</u>	<u>84.514</u>

	Em 31 de dezembro de 2018			
	Ativos ao custo amortizado	Passivos ao custo amortizado	Valor justo por meio do resultado	Total
Ativos, conforme balanço patrimonial				
Caixa e equivalente de caixa	5.882	-	-	5.882
Instrumentos financeiros derivativos	-	-	833	833
Contas a receber de clientes	45.676	-	-	45.676
Ativos Relacionados a contrato com clientes	14.832	-	-	14.832
	<u>66.390</u>	<u>-</u>	<u>833</u>	<u>67.223</u>
Passivos, conforme balanço patrimonial				
Empréstimos e financiamentos	-	9.873	-	9.873
Debêntures	-	64.440	-	64.440
Fornecedores	-	48.111	-	48.111
Passivos relacionais a contratos com clientes	-	23.537	-	23.537
	<u>-</u>	<u>145.961</u>	<u>-</u>	<u>145.961</u>

#### 2.20 Partes relacionadas

A Companhia possui seu controle compartilhado entre a Orbeat Som e Imagem Ltda., empresa do Grupo RBS, e Península Fundo de Investimento em Participações; e possui o controle da empresa C&M Desenvolvimento e Licenciamento de Programas Ltda ("C&M") e Bodegas de Los Andes Comércio e Vinho Ltda ("Bodegas"). Em 31 de dezembro de 2019 a Companhia possui as seguintes transações com partes relacionadas:

	Ativos		Passivos	
	2019	2018	2019	2018
C&M	-	-	-	-
Bodegas (i)	2.421	501	-	-
Outras partes relacionadas (ii)	-	-	4.563	6.728
	<u>2.421</u>	<u>501</u>	<u>4.563</u>	<u>6.728</u>

- (i) Saldos de contas a receber, conforme nota 6.  
(ii) Saldos investimentos a pagar, conforme nota 19.

## W2W E-Commerce de Vinhos S.A.

### Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras

em 31 de dezembro de 2019

Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma

3

#### Informações por Segmento

As informações por segmentos operacionais são apresentadas de modo consistente com o relatório interno fornecido para o principal tomador de decisões operacionais. O principal tomador de decisão operacionais, responsável pela alocação de recursos e pela avaliação de desempenho dos segmentos operacionais, é a Diretoria Executiva, também responsável pela tomada das decisões estratégicas da Companhia.

A administração avalia o desempenho da Companhia segmentando as vendas entre online e offline, mais especificamente entre as vendas oriundas de e-commerce, de assinaturas do ClubeW e de lojas físicas (*Business Offline*), conforme demonstrado a seguir.

	E-commerce		Clube de Assinaturas		Business Offline		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018	2019	2018	2019	2018
Receita líquida	102.309	131.862	115.335	106.985	35.109	35.572	252.752	274.419
Custo das vendas	(62.235)	(81.000)	(48.290)	(39.557)	(21.316)	(20.956)	(131.841)	(141.514)
<b>Lucro bruto</b>	<b>40.074</b>	<b>50.862</b>	<b>67.045</b>	<b>67.428</b>	<b>13.793</b>	<b>14.616</b>	<b>120.911</b>	<b>132.905</b>
Despesas com vendas	(32.973)	(43.964)	(39.883)	(25.364)	(8.895)	(11.761)	(81.751)	(81.089)
Despesas administrativas	(15.786)	(17.665)	(12.187)	(12.047)	(7.042)	(6.925)	(35.015)	(36.637)
Outras despesas operacionais, líquidas	(7.852)	(10.737)	(6.062)	(7.323)	(3.503)	(4.209)	(17.417)	(22.269)
Depreciação e amortização	(5.164)	(2.644)	(3.987)	(1.803)	(2.304)	(1.037)	(11.455)	(5.484)
Não recorrentes	9.890	(3.038)	7.636	(2.072)	4.412	(1.191)	21.938	(6.302)
<i>Impairment de ágio</i>	-	-	-	-	-	-	-	-
<b>Lucro operacional</b>	<b>(11.811)</b>	<b>(27.186)</b>	<b>12.562</b>	<b>18.819</b>	<b>(3.539)</b>	<b>(10.507)</b>	<b>(2.789)</b>	<b>(18.876)</b>
<b>Recomposição Ebitda Ajustado</b>								
Depreciação e amortização	5.164	2.644	3.987	1.803	2.304	1.037	11.455	5.484
Não recorrentes	(9.890)	3.038	(7.636)	2.072	(4.412)	1.191	(21.938)	6.302
<b>Ebitda Ajustado</b>	<b>(16.537)</b>	<b>(21.504)</b>	<b>8.913</b>	<b>22.694</b>	<b>(5.647)</b>	<b>(8.279)</b>	<b>(13.272)</b>	<b>(7.090)</b>
<b>Não Recorrentes</b>								
Alienação de ativos	1.565	1.401	1.208	956	698	549	3.471	2.907
Custos baixa ativo	1.586	-	1.224	-	707	-	3.517	-
Custos de reestruturação	812	944	627	644	362	370	1.802	1.958
Despesas legais	204	650	157	444	91	255	452	1.349
Ganho ou perda tributária	(14.057)	43	(10.852)	29	(6.270)	17	(31.180)	88
<b>Total</b>	<b>(9.890)</b>	<b>3.038</b>	<b>(7.636)</b>	<b>2.073</b>	<b>(4.412)</b>	<b>1.191</b>	<b>(21.938)</b>	<b>6.302</b>

## W2W E-Commerce de Vinhos S.A.

### Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019

Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma

#### 4 Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Caixa	15	11	16	16
Depósitos à vista	1.590	2.431	1.868	2.486
Certificados de depósitos bancários (CDB)	4.860	3.374	4.873	3.380
	<u>6.465</u>	<u>5.816</u>	<u>6.757</u>	<u>5.882</u>

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender os compromissos de curto prazo da Companhia. As aplicações financeiras apresentam liquidez diária (com rendimento entre 50% a 100% do CDI), podendo ser resgatadas a qualquer momento, sem perdas para a Companhia, independente do ano de vencimento dos títulos, motivo pelo qual são classificados no ativo circulante.

#### 5 Instrumentos financeiros derivativos

	Controladora e consolidado			
	2019		2018	
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
NDF (Contratos de câmbio a termo - <i>hedge</i> de fluxo de caixa)				
Banco ABC	-	72	535	-
Banco BV	-	323	-	-
Banco Itaú	-	60	298	-
Parcela circulante	-	455	<b>833</b>	-

O valor justo dos instrumentos financeiros derivativos designados como *hedge* de fluxo de caixa foi reclassificado para o patrimônio líquido, dentro da rubrica "Ajustes de avaliação patrimonial".

##### Contratos a termo

Os valores de referência (nacional) dos contratos de câmbio a termo, em aberto em 31 de dezembro de 2019, totalizam R\$ 455 no passivo (2018 - R\$ 833 no ativo). As operações cambiais a termo são denominadas na mesma moeda que as transações previstas altamente prováveis (aquisições de estoques) e, portanto, a razão do *Hedge* é de 1:1. Considerando os contratos existentes em aberto desde 1º de janeiro e no valor do item protegido usado para determinar a eficácia do *Hedge* a taxa média ponderada protegida no ano foi de US\$ 0,983: R\$ 1,00 e EUR 0,998: R\$ 1.

#### 6 Contas a receber, ativos e passivos relacionados a contratos com clientes

##### (a) Contas a receber

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Contas a receber de clientes	31.001	44.966	30.409	45.676
Ativos relacionados a contratos com clientes	8.584	14.832	8.584	14.832
	<u>39.585</u>	<u>59.798</u>	<u>38.993</u>	<u>60.508</u>

28 de 52

## W2W E-Commerce de Vinhos S.A.

### Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019

Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma

As contas a receber correspondem às vendas normais das atividades da Companhia. O prazo máximo de parcelamento para vendas nos sites é de 12 meses (360 dias da emissão do faturamento). O prazo médio de recebimento para as vendas das operações para atacado é de 60 dias e para o varejo 30 dias. Os valores registrados como contas a receber estão livres de qualquer ônus, avais e/ou garantias. O maior volume de vendas da Companhia é através de cartões de crédito, minimizando, assim, eventuais perdas por inadimplência.

Há comercialização de itens de revenda com partes relacionadas. Em 2019, o saldo de contas a receber com a controlada Bodegas é de R\$ 2.421.

Periodicamente, o saldo é revisado e nos casos em que se espera o não recebimento, são registradas perdas sobre as operações com cartão de crédito, há a incidência de tarifas e estas são reconhecidas mensalmente, em conta redutora, no grupo de contas a receber. Os valores decorrentes de tarifas de cartão de crédito são registrados na competência do faturamento e deduzidos do montante de contas a receber.

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Vencidos acima de 181 dias	350	6	8	6
Vencidos entre 151 e 180 dias	92	5	19	5
Vencidos entre 121 e 150 dias	187	14	26	14
Vencidos entre 91 e 120 dias	296	8	19	11
Vencidos entre 61 e 90 dias	259	18	40	36
Vencidos entre 31 e 60 dias	251	36	59	69
Vencidos até 30 dias	708	704	617	796
A vencer	28.873	44.180	29.636	44.744
	<u>31.016</u>	<u>44.971</u>	<u>30.424</u>	<u>45.681</u>
Provisão para devedores duvidosos	(15)	(5)	(15)	(5)
	<u>31.001</u>	<u>44.966</u>	<u>30.409</u>	<u>45.676</u>

A Companhia segue as seguintes premissas para realização das provisões:

- *Cientes do segmento varejista:* As vendas realizadas no e-commerce só seguem para separação e faturamento do pedido após aprovação da operadora de cartão de crédito ou pagamento do boleto. Com isso, os riscos relacionados ao não recebimento do valor da venda são baixos, logo não são considerados na matriz de cálculo para provisão estimada de clientes com liquidação duvidosa.
- *Cientes do segmento atacadista:* Atualmente, apenas o segmento atacadista possui condições de parcelamento no boleto em até 6 vezes; com isso, os casos de inadimplência são mais frequentes. Logo, os títulos são considerados na matriz de cálculo para provisão estimada de clientes com liquidação duvidosa, considerando no cálculo um percentual histórico de inadimplência por categorização de vencimento.
- Todos os valores em aberto estão com a área de crédito da Companhia para a negociação dos recebimentos.
- Os títulos vencidos e não provisionados estão sendo monitorados e administração não espera perdas relevantes, juntamente com os demais e, a cada final de período, são analisados a fim de assegurar que o saldo contabilizado reflita com segurança o saldo a receber.

## W2W E-Commerce de Vinhos S.A.

### Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019

Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma

#### Provisão para devedores duvidosos:

	Controladora e consolidado	
	2019	2018
No início do exercício	(5)	(17)
Adições	(99)	(241)
Baixas	89	253
No fim do exercício	(15)	(5)

#### Contas a receber de clientes do segmento atacadista:

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Vencidos acima de 181 dias	345	2	2	2
Entre 151 e 180 dias	89	1	16	1
Entre 121 e 150 dias	184	9	23	9
Entre 91 e 120 dias	290	3	13	3
Entre 61 e 90 dias	252	4	33	17
Entre 31 e 60 dias	240	11	48	43
Até 30 dias	467	126	375	217
A vencer	6.006	3.038	6.525	3.593
	7.873	3.194	7.035	3.885
Provisão para devedores duvidosos	(15)	(5)	(15)	(5)
	7.858	3.189	7.020	3.880

#### (b) Ativos e passivos relacionados a contratos com clientes

A Companhia mantém contratos de entregas de produtos e serviços com seus clientes, tais como vendas de assinaturas de clubes de vinhos e clubes de benefícios. Abaixo, segue posição atual dos contratos:

	2019	2018
Passivos relacionados a contratos com clientes		
Recebimento antecipado pela venda de clubes	11.311	23.537
Ativos relacionados a contratos com clientes		
Venda de clubes parcelada	8.584	14.832

## W2W E-Commerce de Vinhos S.A.

### Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019

Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma

#### 7 Estoques

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Produtos para revenda	33.144	29.273	34.106	30.667
Embalagens	1.147	1.156	1.147	1.156
Importações em andamento	24.580	25.713	24.580	25.713
Provisão para perdas de estoque	(187)	(1.580)	(187)	(1.580)
Total dos estoques	58.684	54.562	59.646	55.956
Custo das vendas (Nota 22)	126.874	137.923	131.841	141.514

A Companhia segue as seguintes premissas para realização das provisões de perdas de estoques:

- Saldo de itens de cervejas em estoques, devido venda do negócio de cervejas ao Clube do Malte citado no contexto operacional (Nota 1.1). Alguns itens são comercializados no site de vendas *outlet* da Companhia, porém, o giro de estoques é baixo.
- Saldo de itens a vencer entre 30 e 45 dias.
- Saldo de revistas, devido baixo giro de estoques.
- Itens classificados em almoxarifados de descarte e perdas, aguardando análise e baixa.

Provisão de perdas de estoques:

	Controladora e consolidado	
	2019	2018
No início do exercício	(1.580)	(137)
Adições	(861)	(3.533)
Baixas	2.254	2.090
No fim do exercício	(187)	(1.580)

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018 não há estoques dados em garantia.

#### 8 Impostos a recuperar e a recolher

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
COFINS a recuperar (I)	28.208	247	28.208	247
PIS a recuperar (i)	5.939	57	5.939	57
ICMS a recuperar	1.444	1.145	1.492	1.234
IRPJ a recuperar	35	901	35	901
CSLL a recuperar	19	119	19	119
IPI a recuperar	346	25	357	33
Outros impostos	12	23	12	24
	36.003	2.517	36.062	2.615

## W2W E-Commerce de Vinhos S.A.

### Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019

Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
ICMS a recolher	3.724	2.943	3.942	3.029
IPi a recolher	1.167	990	1.229	1.038
PIS a recolher	593	69	596	74
COFINS a recolher	2.127	321	2.143	343
Outros	1.015	387	1.118	465
	<u>8.626</u>	<u>4.710</u>	<u>9.028</u>	<u>4.949</u>

(i) Em 2019, a Companhia procedeu com a contabilização do valor de R\$ 37.677 mil referente a ação relacionada à exclusão do ICMS na base do PIS e COFINS. A ação teve seu trânsito julgado na data de 23 de janeiro de 2019 e posteriormente em 20 de agosto de 2019 o pedido de habilitação de créditos reconhecido por decisão judicial transitada em julgado foi deferido pela Receita Federal do Brasil, através do despacho decisório nº. 0896/SEORT/DRF/MIT/ES.

#### 9 Outros ativos

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
<b>Circulante</b>				
Adiantamentos a funcionários	96	202	104	211
Adiantamentos a fornecedores	1.388	2.606	1.433	3.100
Despesas antecipadas	1.051	1.134	1.052	1.145
Outros	958	197	958	194
	<u>3.493</u>	<u>4.139</u>	<u>3.547</u>	<u>4.650</u>
<b>Não circulante</b>				
Adiantamento a sócios	120	120	120	120
Adiantamentos a fornecedores	40	40	40	40
Mútuos a receber e depósitos em garantia	411	372	450	408
Contas a receber pela venda de investimentos	2.376	4.350	2.376	4.350
Despesas antecipadas	141	540	141	540
	<u>3.088</u>	<u>5.422</u>	<u>3.127</u>	<u>5.458</u>
	<u>6.581</u>	<u>9.561</u>	<u>6.674</u>	<u>10.108</u>

#### 10 Imposto de renda e contribuição social

No Brasil os impostos sobre a renda incluem o imposto de renda (IRPJ) e a contribuição social (CSLL), que representa um imposto adicional. As alíquotas oficiais para imposto de renda e contribuição social aplicáveis são de 25% e de %, respectivamente, para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018. Os estudos de recuperabilidade dos saldos de impostos diferidos relacionados a prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social realizados pela Companhia e estão fundamentados nos seus planos de negócio e alinhados com as demais projeções utilizadas pela Companhia como, por exemplo, nos testes de recuperabilidade de ativos.

Apresentamos abaixo os saldos de ativo e passivo diferidos para 31 de dezembro de 2019 e 31 dezembro de 2018:

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Ativo não circulante	115	-	115	-
Passivo não circulante	(924)	(1.613)	(3.034)	(3.723)
	<u>(809)</u>	<u>(1.613)</u>	<u>(2.919)</u>	<u>(3.723)</u>

## W2W E-Commerce de Vinhos S.A.

### Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019

Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma

As movimentações nos impostos de renda diferido ativo e passivo durante o exercício, sem levar em consideração a compensação dos saldos dentro do mesmo exercício fiscal, é a seguinte:

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Em 1º de janeiro	(1.613)	(1.149)	(3.723)	(1.149)
<b>Ativo diferido</b>	<b>115</b>	-	<b>115</b>	-
Provisões e outros ajustes temporários	115	-	115	-
Prejuízos Fiscais acumulados				
<b>Passivo diferido</b>	<b>689</b>	<b>(464)</b>	<b>689</b>	<b>(2.574)</b>
Provisões e outros ajustes temporários	689	(464)	689	(464)
Mais valia de ativos	-	-	-	(2.110)
Em 31 de dezembro	<u>(809)</u>	<u>(1.613)</u>	<u>(2.919)</u>	<u>(3.723)</u>

O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos e passivos, referentes aos prejuízos fiscais, são reconhecidos quando cumpridos os requisitos previstos na Instrução CVM nº 371/2002, considerando as projeções de resultados futuros preparadas a partir de premissas financeiras e cenários econômicos futuros, os quais podem sofrer alterações. De acordo com a legislação tributária brasileira, os prejuízos fiscais podem ser compensados com até 30% do lucro tributável futuro e não têm prazo de prescrição.

A Companhia acumulou prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social sobre o lucro líquido ao longo dos últimos anos de atividade e, portanto, não reconheceu os créditos de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido diferidos, em linha com o que determina a Instrução CVM 371/2002. Os ativos de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido poderão ser reconhecidos quando a Companhia apresentar lucro tributável sustentável futuro e seja provável que os benefícios fiscais sejam realizados. Em 31 de dezembro de 2018 o crédito de imposto de renda e contribuição social diferidos sobre prejuízo fiscal acumulado monta R\$ 20.091. Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia não apurou prejuízo fiscal

#### Reconciliação do benefício (despesa) do imposto de renda e da contribuição social

	Controladora	
	2019	2018
Lucro (Prejuízo) antes da provisão para o imposto de renda e contribuição social	6.745	(21.466)
Alíquota nominal (%)	34	34
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas nominais	<u>(2.293)</u>	<u>7.298</u>
<b>Ajustes dos impostos referente:</b>		
Ajustes permanentes	57	254
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	3	(1)
Outras provisões	(455)	(130)
Resultado de Equivalência Patrimonial	157	(34)
Outros ajustes	3.335	(7.852)
Exclusões permanentes, líquidas	<u>3.097</u>	<u>(7.763)</u>
	<u>804</u>	<u>(464)</u>
Imposto de renda e contribuição social - corrente	689	(464)
Impostos de renda e contribuição social – diferido	115	-
Alíquota efetiva %	11	2
		<b>Consolidado</b>

## W2W E-Commerce de Vinhos S.A.

### Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019

Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Lucro / (Prejuízo) antes da provisão para o imposto de renda e contribuição social	7.052	(21.248)
Alíquota nominal (%)	<u>34</u>	<u>34</u>
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas nominais	(2.398)	7.224
IRPJ e CSLL controlada (i)	<u>(307)</u>	<u>(219)</u>
	<u>(2.705)</u>	<u>7.005</u>
<b>Ajustes dos impostos referente:</b>		
Ajustes permanentes	57	254
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	3	(1)
Outras provisões	(455)	(130)
Resultado de Equivalência Patrimonial		
Outros ajustes	3.597	(7.810)
Exclusões permanentes, líquidas	<u>3.202</u>	<u>(7.687)</u>
	<u>497</u>	<u>(682)</u>
Imposto de renda e contribuição social - lucro presumido	(307)	-
Imposto de renda e contribuição social - corrente	689	(682)
Impostos de renda e contribuição social – diferido	115	-
Alíquota efetiva (%)	<u>7</u>	<u>3</u>

(i) **A apuração do imposto de renda e da contribuição social da controlada Bodegas é efetuada pelo regime presumido, conforme demonstrado abaixo:**

	<u>2019</u>
Receita operacional	10.149
Demais receitas não operacionais	85
Base para a aplicação do lucro presumido na venda de mercadorias – IRPJ (8%)	897
Base para a aplicação do lucro presumido na venda de mercadorias – CSLL (12%)	1.303
IRPJ (15% - sobre a base)	135
IRPJ (10% - adicional lucro presumido)	60
CSLL (9% - sobre a base)	<u>112</u>
Despesa anual	<u>307</u>

A apuração do imposto de renda e da contribuição social da Bodegas é efetuada pelo lucro presumido. Conseqüentemente, a despesa com imposto de renda e contribuição social alocada no resultado do exercício consolidado, relativa à apuração da Bodegas, é de R\$ 307.

## W2W E-Commerce de Vinhos S.A.

### Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019

Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma

#### 11 Investimentos

	<u>C&amp;M</u>	<u>Bodegas</u>	<u>Total</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2017	429	-	429
Baixa de investimento não realizado (i)	(434)	-	(434)
Aquisição de investimento	-	14.714	14.714
Equivalência patrimonial	13	283	296
Saldo em 31 de dezembro de 2018	<u>8</u>	<u>14.997</u>	<u>15.005</u>
Equivalência patrimonial	-	(541)	(541)
Amortização carteira de clientes (intangível)	-	(1.042)	(1.042)
Saldo em 31 de dezembro de 2019	<u>8</u>	<u>13.414</u>	<u>13.422</u>

(i) Em 21 de junho de 2016, o Conselho de Administração da Companhia aprovou a aquisição da companhia C&M Desenvolvimento e Licenciamento de Programas Ltda., seu principal objetivo é o desenvolvimento de programas e softwares voltado para o comércio eletrônico, a companhia adquiriu participação de 99,99% pelo valor de R\$ 456, sendo o valor do patrimônio líquido na data de aquisição de R\$ 22. Por se tratar de uma empresa de pequeno porte, a administração procedeu com a avaliação e não identificou ativos ou passivos com valor substancialmente diferente do valor de livros na data da aquisição.

## W2W E-Commerce de Vinhos S.A.

### Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019

Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma

12

#### Imobilizado

	Máquinas e equipamentos	Móveis e utensílios	Computadores	Veículos	Edificações e Benfeitorias	Paletes de madeira	Total	Controladora
Em 31 de dezembro de 2017	4.345	1.438	1.320	338	1496	158	9.095	
Aquisições	432	71	130	-	122	51	806	
Baixas	(12)	-	(2)	(2)	(1)	-	(17)	
Depreciação	(511)	(170)	(340)	(122)	(876)	(59)	(2.078)	
Em 31 de dezembro de 2018	4.254	1.339	1.108	214	741	150	7.806	
Aquisições	254	530	81	693	-	125	1.683	
Baixas	-	(24)	(22)	-	(741)	-	(787)	
Depreciação	(521)	(184)	(295)	(160)	-	(70)	(1.230)	
Em 31 de dezembro de 2019	3.987	1.661	872	747	-	205	7.472	
								<b>Consolidado</b>
Em 31 de dezembro de 2017	4.350	1.446	1.322	338	1498	158	9.112	
Aquisições	432	13	13	-	28	473	473	
Aquisição de controlada (nota 11)	14	96	137	-	132	51	430	
Baixas	(12)	(3)	(3)	(1)	(1)	-	(16)	
Depreciação	(515)	(177)	(344)	(122)	(876)	(60)	(2094)	
Em 31 de dezembro de 2018	4.269	1.365	1.125	215	781	149	7.905	
Aquisições	256	531	223	693	-	125	1828	
Baixas	-	(42)	(23)	-	(781)	-	(846)	
Depreciação	(524)	(188)	(320)	(160)	0	(70)	(1262)	
Em 31 de dezembro de 2019	4.001	1.666	1.005	748	0	204	7.625	

O ativo imobilizado da Companhia está livre de ônus, garantias ou avais.

36 de 52

## W2W E-Commerce de Vinhos S.A.

### Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019

Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma

13

#### Intangível

	<b>Controladora</b>		
	<b>Marcas e patentes</b>	<b>Plataforma e softwares</b>	<b>Total</b>
Saldo em 31 de dezembro de 2017	25	11.283	11.308
Aquisições	-	9.882	9.882
Baixa	(25)	-	(25)
Amortização	-	(3.391)	(3.391)
Saldo em 31 de dezembro de 2018	-	17.774	17.774
Aquisições (iii)	-	5.918	5.918
Baixas (iii)	-	(8.428)	(8.428)
Amortização	-	(2.836)	(2.836)
Saldo em 31 de dezembro de 2019	-	12.428	12.428
Taxas médias anuais de amortização		18%	

	<b>Consolidado</b>				
	<b>Marcas e patentes</b>	<b>Plataforma e softwares</b>	<b>Carteira de Cliente (i)</b>	<b>Ágio (ii)</b>	<b>Total</b>
Saldo em 31 de dezembro de 2017	25	11.283	-	-	11.308
Aquisições	-	9.928	-	-	9.928
Aquisição de Controlada	-	-	6.205	10.206	16.411
Baixa	(25)	-	-	-	(25)
Amortização	-	(3.390)	-	-	(3.390)
Saldo em 31 de dezembro de 2018	-	17.821	6.205	10.206	34.232
Aquisições (iii)	-	5.920	-	-	5.920
Baixas (iii)	-	(8.442)	-	-	(8.442)
Amortização	-	(2.842)	(1.043)	-	(3.885)
Saldo em 31 de dezembro de 2019	-	12.457	5.162	10.206	27.825

## W2W E-Commerce de Vinhos S.A.

### Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019

Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma

Taxas médias anuais de amortização	18%	10%
------------------------------------	-----	-----

- (i) Refere-se a alocação do preço de compra em decorrência da aquisição da Bodegas de Los Andes Comércio de Bebidas Ltda.
- (ii) Conforme composição abaixo:

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Bodegas de Los Andes Comércio de Bebidas Ltda.	8.096	10.207
	<u>8.096</u>	<u>10.207</u>

- (iii) Os valores mais relevantes de aquisições e baixas de intangíveis em 2019 referem-se aos gastos realizados no projeto de implantação do ERP e Plataforma Oracle, sendo descontinuados parte dos produtos (R\$ 8.385) e feitas novas aquisições (R\$ 4.182).

#### Teste do ágio para verificação de *impairment*

O ágio é alocado às Unidades Geradoras de Caixa (UGC), identificadas considerando cada segmento e o seu estágio de maturidade. O valor recuperável de uma UGC é determinado com base em cálculos do valor em uso. Esses cálculos usam projeções de fluxo de caixa, antes do imposto de renda e da contribuição social, baseadas em orçamentos financeiros aprovados pela administração, bem como nos planos de negócios para os próximos 5 anos. Os valores referentes aos fluxos de caixa posteriores ao período de cinco anos (perpetuidade) foram extrapolados com base nas taxas de crescimento. O teste para verificação de *impairment* sobre o ágio se baseou na maturidade da UGC, considerando seu estágio de amadurecimento como negócio, bem como no atendimento das premissas estabelecidas para o desenvolvimento da nova operação.

Abaixo apresentamos as principais premissas utilizadas na elaboração do texto de ágio para a verificação de *impairment*:

	<u>Bodegas</u>
Margem EBITDA (i)	7,5%
Taxa de crescimento (ii)	3,86%
Taxa de desconto (iii)	13,44%

- (i) Percentual da margem bruta orçada.
- (ii) Percentual da média ponderada das taxas de crescimento usada para extrapolar os fluxos de caixa além do período orçado.
- (iii) Percentual da taxa de desconto após os tributos aplicada às projeções do fluxo de caixa. Utilizando o método iterativo para cálculo da taxa antes dos impostos seria de 23,36%.

Como resultado desta análise, em relação ao ágio da empresa Bodegas, a administração não identificou a necessidade de constituição de *impairment* para o ágio registrado em 31 de dezembro de 2019, mesmo no cenário de sensibilidade de suas premissas

## W2W E-Commerce de Vinhos S.A.

### Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019

Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma

14 Fornecedores	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Fornecedores nacionais	13.322	11.264	13.540	11.906
Fornecedores internacionais	30.426	32.562	30.426	32.562
Fornecedores internacionais ( <i>forfaiting</i> )	3.625	-	3.625	-
Operadores logísticos	3.456	3.459	3.473	3.475
Fornecedores de serviços	-	167	-	168
	<u>50.829</u>	<u>47.452</u>	<u>51.064</u>	<u>48.111</u>

### 15 Empréstimo, financiamentos e debêntures

#### (a) Saldos

	Taxa média	Controladora e consolidado	
		2019	2018
FINIMP	4,08% a.a.	-	9.334
CCB	4,82% a.a.	729	65
FINAME	1,65% a.a.	231	469
Debêntures (*)	IPCA	-	64.440
SWAP	3,8% a.a. + CDI	9.988	-
Empréstimo em Moeda Estrangeira	3,26% a.a.	10.736	-
Outros		-	5
Total dos empréstimos		<u>21.684</u>	<u>74.313</u>
Passivo circulante		21.684	9.636
Passivo não circulante		-	64.677
		<u>21.684</u>	<u>74.313</u>

O cronograma de pagamento da parcela de longo prazo dos empréstimos e financiamentos é o seguinte:

	Controladora e consolidado	
	2019	2018
2018	-	-
2019	-	-
2020	21.684	64.677
	<u>21.684</u>	<u>64.677</u>

Os empréstimos estão garantidos pelos recebíveis com operadoras de cartões de crédito, até o limite do saldo devedor. Não existem ativos oferecidos em garantia dos empréstimos e financiamentos mantidos pela Companhia.

(\*) No primeiro semestre de 2019, a investidora Fundo Península de Participações realizou a conversão das debêntures que detinha com a companhia. Com a conversão realizada, a dívida bruta da companhia reduziu em 71%, tendo R\$ 60 milhões em novas emissões. Conforme escritura de debêntures datada em 09 de agosto de 2016, na opção de integralização o valor em ações será o nominal dos instrumentos e reversão de atualização financeira para no resultado da companhia.

## W2W E-Commerce de Vinhos S.A.

### Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019

Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma

Não existem cláusulas restritivas (*covenants*) nos contratos de empréstimos da Companhia.

#### (b) Reconciliação da dívida líquida

	Controladora e consolidado	
	2019	2018
Em 1º de janeiro	74.313	66.034
Captação de empréstimos e financiamentos	7.154	9.544
Encargos financeiros provisionados	10.953	1.758
Amortização de empréstimos e financiamentos (principal)	(10.607)	(2.821)
Capitalização de debêntures	(60.000)	-
Amortização de empréstimos e financiamentos (juros)	(129)	(202)
Em 31 de dezembro	21.684	74.313

## 16 Arrendamentos

### (i) Ativos de Direito de Uso

Até o exercício de 2018, os arrendamentos de ativos imobilizados eram classificados como arrendamentos financeiros ou operacionais. Aplicada a partir de 1º de janeiro de 2019 para unificar o modelo de contabilização do arrendamento, a norma IFRS 16/CPC 06 (R2) exige para todos os contratos de arrendamento no escopo da norma – exceto aqueles enquadrados nas isenções – que os arrendatários reconheçam os passivos assumidos em contrapartida aos respectivos ativos de direito de uso.

A Companhia optou por usar o expediente prático para transição e não considerar os custos iniciais na mensuração do ativo de direito de uso que corresponde ao valor inicial do passivo de arrendamento mais os custos diretos iniciais incorridos, mantendo assim o valor do passivo inicial de arrendamento. A depreciação e a amortização são calculadas pelo método linear, de acordo com o prazo remanescente dos contratos.

Cada pagamento de arrendamento é alocado entre o passivo e as despesas financeiras. As despesas financeiras são reconhecidas no resultado durante o período do arrendamento. O ativo de direito de uso é depreciado ao longo da vida útil do ativo ou do prazo do arrendamento pelo método linear, dos dois o menor. Os ativos e passivos provenientes de um arrendamento são inicialmente mensurados ao valor presente.

### (a) Composição do Direito de Uso

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Ativos de direito de uso				
Arrendamento de imóveis	19.056	-	19.106	-
Benfeitorias em propriedades de terceiros	1.250	-	1.296	-
Licenças de Software	1.943	-	1.943	-
	22.249	-	22.345	-

## W2W E-Commerce de Vinhos S.A.

### Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019

Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma

A vida útil dos itens de Direito de Uso segue conforme abaixo:

- Arrendamento de imóveis e benfeitorias em propriedade de terceiros: Seguem a vida útil do contrato de arrendamento que, atualmente, é em torno de 2 a 10 anos.
- Licença de Software: Seguem a vida útil do contrato de arrendamento que, atualmente, é em torno de 5 a 7 anos.

#### (b) Movimentação do Direito de Uso

	<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2018	-	-
(+) Adoção inicial - IFRS 16/CPC 06 (R2)	19.765	20.045
(+) Reclassificação - imóvel - IFRS 16/CPC 06 (R2) (*)	3.002	3.041
Saldo em 1º de janeiro de 2019	<u>22.767</u>	<u>23.086</u>
Saldo em 01 de janeiro 2019	22.767	23.086
(+/-) Remensuração e novos contratos	4.213	4.227
(+) Adições de itens relacionados ao direito de uso	1.317	1.354
(-) Baixas	-	(3)
(-) Depreciação de arrendamentos de imóveis e benfeitorias	(5.261)	(5.532)
(-) Amortização de licenças de software	(787)	(787)
Saldo em 31 de dezembro de 2019	<u>22.249</u>	<u>22.345</u>

(\*) Corresponde a reclassificação do saldo em 31 de dezembro de 2018 do ativo imobilizado com benfeitorias em imóveis de terceiros e licença de software (IAS 17) para o ativo de direito de uso a partir do dia 1º de janeiro de 2019.

#### (ii) Passivos de Arrendamento

Dos contratos que foram escopo da norma, considerou-se como componente de arrendamento somente o valor do aluguel mínimo fixo para fins de avaliação do passivo. A mensuração do passivo de arrendamento corresponde ao total dos pagamentos futuros de aluguéis fixos (bruto de impostos), descontados a uma taxa incremental de juros.

Dos contratos que foram escopo da norma, considerou-se como componente de arrendamento somente o valor do aluguel mínimo fixo para fins de avaliação do passivo a Companhia adotou como taxa de desconto dos passivos de arrendamento a sua taxa incremental de empréstimo. Considerando que os contratos de arrendamento da Companhia são substancialmente contratos com fluxos de pagamentos indexados por índices inflacionários e, considerando também as sugestões de divulgação publicadas no Ofício Circular 02/19 da CVM. A Administração avaliou possíveis impactos pela COVID-19 e concluiu que as oscilações futuras dos indexadores econômicos (CDI, inflação, entre outros), não afetaram a definição da taxa de desconto.

Na adoção inicial do IFRS 16/CPC 06 (R2), a Companhia utilizou os seguintes expedientes práticos permitidos pela norma:

- uso de uma taxa única de desconto em uma carteira de arrendamentos com características razoavelmente similares;
- utilização de avaliações anteriores sobre se os arrendamentos são onerosos;
- contabilização de arrendamentos operacionais com um prazo remanescente de menos de 12 meses em 1º de janeiro de 2019 como arrendamentos de curto prazo;
- exclusão dos custos diretos iniciais para a mensuração do ativo de direito de uso na data de aplicação inicial; e utilização de análises retrospectivas para se determinar o período do arrendamento, quando o contrato incluir opções de prorrogação ou de rescisão do arrendamento.

## W2W E-Commerce de Vinhos S.A.

### Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019

Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma

#### (a) Composição do Direito de Uso

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Passivos de arrendamentos				
<i>Arrendamentos de imóveis</i>				
Circulante	5.180	-	5.250	-
Não circulante	14.481	-	14.481	-
	<u>19.661</u>	<u>-</u>	<u>19.731</u>	<u>-</u>

#### (b) Movimentação do Direito de Uso

	Controladora	Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2018	-	-
(+) Adoção inicial - IFRS 16/CPC 06 (R2)	25.972	26.264
(-) Encargos de ajuste ao valor presente - IFRS 16/CPC 06 (R2)	(5.354)	(5.366)
Saldo em 1º de janeiro de 2019	<u>20.618</u>	<u>20.898</u>
Saldo em 1º de janeiro de 2019	20.618	20.898
(+) Encargos	(5)	(5)
(+/-) Remensuração e novos contratos	4.213	4.227
(+/-) Contraprestação	(5.165)	(5.389)
Saldo em 31 de dezembro de 2019	<u>19.661</u>	<u>19.731</u>

#### (c) Compromissos futuros

	Controladora		
	Contraprestação	Encargos de ajuste a valor presente	Saldo
Por vencimento			
2020	6.024	(917)	5.107
2021	3.552	(742)	2.810
2022	3.352	(740)	2.612
2023	3.017	(677)	2.340
2024	2.472	(615)	1.857
2025	2.419	(615)	1.804
2026	2.419	(615)	1.804
2027	1.686	(359)	1.327
Saldo em 31 de dezembro de 2019	<u>24.941</u>	<u>(5.280)</u>	<u>19.661</u>

	Consolidado		
	Contraprestação	Encargos de ajuste a valor presente	Saldo
Por vencimento			
2020	6.096	(919)	5.177

## W2W E-Commerce de Vinhos S.A.

### Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019

Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma

2021	3.552	(742)	2.810
2022	3.352	(740)	2.612
2023	3.017	(677)	2.340
2024	2.472	(615)	1.857
2025	2.419	(615)	1.804
2026	2.419	(615)	1.804
2027	1.686	(359)	1.327
Saldo em 31 de dezembro de 2019	<b>25.013</b>	<b>(5.282)</b>	<b>19.731</b>

#### 17 Obrigações trabalhistas e tributárias

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
<b>Obrigações trabalhistas</b>				
Provisão férias e encargos	2.717	2.721	2.834	2.872
Salários a pagar	1.219	1.089	1.277	1.148
Participação nos resultados	1.000	-	1.000	-
Provisão para indenizações trabalhistas	1.500	-	1.500	-
	6.436	3.810	6.611	4.020
<b>Obrigações sociais</b>				
INSS a recolher	626	616	662	658
FGTS a recolher	189	140	198	150
	815	756	860	808
	7.251	4.566	7.471	4.828

#### 18 Provisões para contingências

A Companhia, no curso normal de suas operações, está envolvida em ações judiciais sobre questões cíveis e trabalhistas. A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos efetuou análise das demandas judiciais pendentes, e constituiu a provisão para os processos com risco de perdas prováveis esperadas sobre questões trabalhistas no montante de R\$ 45 e questões cíveis no montante de R\$ 52 para o exercício de 2019.

Apresentamos abaixo o resumo das perdas prováveis em 31 de dezembro:

	Controladora e consolidado	
	2019	2018
Processos cíveis	52	16
Processos trabalhistas	45	40
	97	56

A movimentação das contingências é demonstrada abaixo:

	Controladora e consolidado	
	2019	2018
Em 1º de janeiro	56	86
Novas contingências	112	25

## W2W E-Commerce de Vinhos S.A.

### Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019

Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma

Reversão de provisões de contingências	(57)	(31)
Contingências pagas	(14)	(24)
Em 31 de dezembro	<u>97</u>	<u>56</u>

Em 2019, a Companhia possui outros processos cíveis avaliados pelos assessores jurídicos como sendo de risco possível, no montante de R\$ 196 (em 2018, R\$ 4).

#### 19 Outros passivos

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Circulante				
Investimentos a pagar	2.287	2.159	2.287	2.159
Outras obrigações	1.356	869	1.358	1.653
	<u>3.643</u>	<u>3.028</u>	<u>3.645</u>	<u>3.812</u>
Não circulante				
Fornecedores de serviços	-	-	-	-
Investimento a pagar	2.276	4.569	2.276	4.569
Outras obrigações	4	-	4	313
	<u>2.280</u>	<u>4.569</u>	<u>2.280</u>	<u>4.882</u>
	<u>5.923</u>	<u>7.597</u>	<u>5.925</u>	<u>8.694</u>

#### 20 Patrimônio líquido

##### (a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2019 o capital social da Companhia é de R\$ 104.955, totalmente integralizados, divididos em 213.056 ações, sendo 135.559 ações ordinárias e 77.497 de ações ordinárias de classe A todas nominativas e sem valor nominal e não resgatáveis.

Em 9 de agosto de 2016 a Companhia aprovou a emissão de 9 debêntures conversíveis em ações no valor total de R\$ 60.000.

Em julho de 2019 foi aprovada a conversão da totalidade das debêntures em ações ordinárias de classe A, aumentando assim o capital da Companhia em R\$ 60.000.

	2019		2018	
	Quantidade	Valor total	Quantidade	Valor total
Ações ordinárias de classe A (i)	77.497	46.075	23.575	6.660
Ações ordinárias	135.559	58.880	135.559	38.295
	<u>213.056</u>	<u>104.955</u>	<u>159.134</u>	<u>44.955</u>

## W2W E-Commerce de Vinhos S.A.

### Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019

Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma

---

- (i) Conforme o parágrafo 5º do Acordo de Acionistas, as ações ordinárias classe A conferem ao titular os mesmos poderes que as ações ordinárias.

**(b) Reserva de lucro – Reserva legal e reserva estatutária (reemitido)**

A reserva legal será constituída a base de 5% sobre o lucro líquido do exercício (quando houver), limitada a 20% do capital social, conforme a previsão da lei 6.404/76. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar capital.

As reservas estatutárias são constituídas por determinação do estatuto da Companhia, como destinação de uma parcela dos lucros do exercício, e não podem restringir o pagamento do dividendo obrigatório.

Em 2019, a Companhia não constituiu reserva estatutária devido apresentar prejuízos acumulados. Além disso, a Companhia autorizou, através de Ata de Assembleia com os sócios, o aproveitamento da reserva estatutária para absorção de parte dos prejuízos acumulados, no valor de R\$ 681.

**(c) Ajustes de avaliação patrimonial**

Composto por:

- Valor dos instrumentos financeiros derivativos designados como *hedge* de fluxo de caixa, líquidos dos efeitos tributários correspondentes. O saldo, líquido dos tributos em 31 de dezembro de 2019 é de R\$ 455 no passivo (2018 – resultado positivo de R\$ 833).

**(d) Lucro / (Prejuízo) básico e diluído por ação**

O prejuízo básico por ação é calculado mediante a divisão do prejuízo atribuível aos acionistas da sociedade, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias emitidas durante o exercício, excluindo as ações ordinárias compradas pela sociedade e mantidas como ações em tesouraria, se houver.

O prejuízo diluído por ação é calculado mediante o ajuste da quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação e os instrumentos de dívida emitidos com potencial de conversão em capital social.

## W2W E-Commerce de Vinhos S.A.

### Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019

Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma

	31/12/2019		31/12/2018	
	Original	Reemitido	Original	Reemitido
	Básico		31/12/2018	
Prejuízo do Exercício	7.549	7.549	(21.930)	(21.930)
Média ponderada das ações em circulação	181.602	71.551.188	159.134	62.698.796
Debêntures conversíveis	-	-	-	-
	181.602	71.551.188	159.134	62.698.796
<b>Prejuízo líquido por ações atribuível aos acionistas da Companhia - em R\$</b>	<b>0,0416</b>	<b>0,0001</b>	<b>(0,1378)</b>	<b>(0,0003)</b>

	31/12/2019		31/12/2018	
	Original	Reemitido	Original	Reemitido
	Diluído		31/12/2018	
Prejuízo do Exercício	7.549	7.549	(21.930)	(21.930)
Média ponderada das ações em circulação	181.602	71.551.188	159.134	62.698.796
Debêntures conversíveis	-	-	-	-
	181.602	71.551.188	159.134	62.698.796
<b>Prejuízo líquido por ações atribuível aos acionistas da Companhia - em R\$</b>	<b>0,0416</b>	<b>0,0001</b>	<b>(0,1378)</b>	<b>(0,0003)</b>

(i) Reemissão: A Companhia aprovou em 06 de outubro de 2020 o desdobramento das ações na razão de 1:394, conforme descrito na nota 26 e, por isso, está realizando o ajuste retrospectivo em seu cálculo de lucro por ação.

## 21 Receitas

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
	Reemitido (i)		Reemitido (i)	
Venda de mercadorias e produtos	341.852	349.919	354.289	358.127
Vendas de serviços e contratos	47.802	17.171	47.802	17.171
Programa de fidelidade	(739)	-	(739)	-
Impostos sobre vendas	(84.974)	(62.714)	(88.313)	(64.131)
Devoluções de vendas	(4.218)	(3.434)	(4.666)	(3.587)
Descontos concedidos	(55.408)	(33.144)	(55.621)	(33.161)
<b>Receitas líquidas</b>	<b>244.315</b>	<b>267.798</b>	<b>252.752</b>	<b>274.419</b>

## W2W E-Commerce de Vinhos S.A.

### Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019

Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma

- (i) Reclassificação dos valores de benefícios fiscais relacionados ao ICMS entre as linhas de vendas de mercadorias e produtos, vendas de serviços e contratos, impostos sobre vendas, devoluções sobre vendas e descontos concedidos.

Em 31 de dezembro de 2019	Controladora			Consolidado		
	Original	Ajuste	Reemitido	Original	Ajuste	Reemitido
Venda de mercadorias e produtos	317.407	24.445	341.852	328.049	26.240	354.289
Vendas de serviços e contratos	73.745	(25.943)	47.802	73.745	(25.943)	47.802
Impostos sobre vendas	(85.732)	758	(84.974)	(87.276)	(1.037)	(88.313)
Devoluções de vendas	(3.881)	(337)	(4.218)	(4.326)	(340)	(4.666)
Descontos concedidos	(56.485)	1.077	(55.408)	(56.701)	1.080	(55.621)
Receitas líquidas	<u>244.315</u>	<u>-</u>	<u>244.315</u>	<u>252.752</u>	<u>-</u>	<u>252.752</u>

## 22 Custos e despesas por natureza

	Controladora		Consolidado	
	2019 Reemitido (i)	2018 Reemitido (i)	2019 Reemitido (i)	2018 Reemitido (i)
Compras de mercadorias e materiais de consumo	120.754	130.352	125.721	133.943
Remuneração administradores (ii)	6.657	5.977	6.657	5.980
Salários e ordenados	12.462	14.661	13.319	15.326
Encargos e benefícios	13.816	14.644	14.884	15.330
Comissões	8.395	11.804	8.913	12.019
Fretes	33.939	37.467	34.118	37.543
Embalagens	6.119	7.571	6.119	7.571
Publicidade, propaganda e promoções	38.266	29.921	38.672	30.089
Serviços de terceiros e consultorias	4.308	11.890	4.323	12.117
Campanhas internas, vendas e promoções	2.945	416	3.238	419
Viagens, deslocamentos e refeições	1.914	1.942	2.047	1.991
Energia, Internet e telefonia	1.267	1.331	1.348	1.361
Material de consumo e expediente	679	1.522	734	1.624
Cursos, representação e treinamentos	155	903	155	911
Aluguel de imóveis	174	5.917	208	6.182
Impostos, taxas e contribuições	165	501	165	506
Amortização e depreciação	11.157	5.469	11.455	5.484
Perdas e recuperações	(19.836)	2.584	(19.804)	2.613
Outras despesas	7.801	5.933	7.530	5.891
Crédito de impostos	(4.253)	(3.606)	(4.261)	(3.605)
	<u>246.884</u>	<u>287.199</u>	<u>255.541</u>	<u>293.295</u>
Custo das vendas	126.874	137.923	131.841	141.514
Despesas administrativas	33.090	35.281	35.015	36.637
Despesas gerais	28.087	32.932	28.842	33.621
Despesas com vendas	80.363	80.630	81.751	81.089
Outros resultados operacionais	(21.530)	433	(21.908)	434
	<u>246.884</u>	<u>287.199</u>	<u>255.541</u>	<u>293.295</u>

## W2W E-Commerce de Vinhos S.A.

### Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019

Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma

#### (i) Reemissão

Reclassificação das despesas com remuneração dos administradores nas linhas de salários e ordenados, pró-labore e encargos e benefícios.

Em 31 de dezembro de 2019	Controladora			Consolidado		
	Original	Ajuste	Reemitido	Original	Ajuste	Reemitido
Remuneração administradores (ii)	1.066	5.591	6.657	1.066	5.591	6.657
Salários e ordenados	16.134	(3.672)	12.462	16.991	(3.672)	13.319
Encargos e benefícios	15.735	(1.919)	13.816	16.803	(1.919)	14.884
Custos e despesas por natureza	<u>246.884</u>	<u>-</u>	<u>246.884</u>	<u>287.199</u>	<u>-</u>	<u>287.199</u>

Em 31 de dezembro de 2018	Controladora			Consolidado		
	Original	Ajuste	Reemitido	Original	Ajuste	Reemitido
Remuneração administradores (ii)	1.067	4.910	5.977	1.070	4.910	5.980
Salários e ordenados	17.950	(3.289)	14.661	18.615	(3.289)	15.326
Encargos e benefícios	16.265	(1.621)	14.644	16.951	(1.621)	15.330
Custos e despesas por natureza	<u>255.541</u>	<u>-</u>	<u>255.541</u>	<u>293.295</u>	<u>-</u>	<u>293.295</u>

#### (ii) Remuneração do pessoal-chave da administração

O pessoal-chave da administração inclui os conselheiros e diretores. A remuneração paga ou a pagar ao pessoal-chave da administração, por seus serviços, está apresentada a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
	Reemitido (i)	Reemitido (i)	Reemitido (i)	Reemitido (i)
Pró-labore	1.066	1.067	1.066	1.070
Salários e ordenados	3.672	3.289	3.672	3.289
Encargos e benefícios	1.919	1.621	1.919	1.621
	<u>6.657</u>	<u>5.977</u>	<u>6.657</u>	<u>5.980</u>

## W2W E-Commerce de Vinhos S.A.

### Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019

Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma

#### 23 Despesas e receitas financeiras

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Despesas financeiras				
Encargos sobre empréstimos e financiamentos (i)	15.573	(2.490)	15.562	(2.490)
Variação cambial passiva	(10.290)	(6.917)	(10.333)	(6.917)
IOF	(68)	(45)	(68)	(45)
Outras despesas financeiras	(2.096)	(446)	(2.111)	(463)
	<u>3.119</u>	<u>(9.898)</u>	<u>3.050</u>	<u>(9.915)</u>
Receitas financeiras				
Descontos obtidos	541	803	546	803
Receita financeira (ii)	(2.093)	1.781	(2.068)	1.787
Variação cambial ativa	8.288	4.953	8.313	4.953
	<u>6.736</u>	<u>7.537</u>	<u>6.791</u>	<u>7.543</u>
	<u>9.855</u>	<u>(2.361)</u>	<u>9.841</u>	<u>(2.372)</u>

(i) Reversão dos encargos financeiros decorrentes da atualização das debêntures convertidas em ações (conforme nota 15a)

(ii) Atualização monetária dos créditos de PIS e COFINS reconhecidos em virtude da habilitação de ação transitada em julgado para exclusão do ICMS da base de cálculo destas contribuições.

#### 24 Outros resultados operacionais

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Outras receitas operacionais				
Recuperação de créditos tributários (i)	31.181	-	31.181	-
Outros ganhos	2.105	-	2.105	-
	<u>33.286</u>	<u>-</u>	<u>33.286</u>	<u>-</u>
Outras despesas operacionais				
Baixa de negócios (ii)	3.365	433	2.956	434
Perda de intangível	3.517	-	3.517	-
Outros gastos	4.874	-	4.905	-
	<u>11.756</u>	<u>433</u>	<u>11.378</u>	<u>434</u>
Total líquido	<u>21.530</u>	<u>433</u>	<u>21.908</u>	<u>434</u>

(i) Em 2019, a Companhia procedeu com a contabilização do valor de R\$ 37.677 referente a ação relacionada ao ICMS na base do PIS e COFINS, sendo R\$ 27.301, o valor de principal, e R\$ 10.376, referente a atualização monetária pela Taxa SELIC, reconhecidas na rubrica de receitas financeiras. A ação que teve seu trânsito julgado na data de 23 de janeiro de 2019 e posteriormente em 20 de agosto de 2019 foi deferido o pedido de habilitação de créditos reconhecido por decisão judicial transitada em julgado, realizado pela Companhia a Receita Federal do Brasil, através do despacho decisório nº. 0896/SEORT/DRF/VIT/ES.

(ii) Baixa de resultados relacionados à venda da operação de comercialização de cervejas (site [www.beer.com.br](http://www.beer.com.br)) para o Clube do Malte e baixa por não expectativa de recebimento da venda de ações da empresa Mocoffee B.V.

## W2W E-Commerce de Vinhos S.A.

### Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019

Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma

(operação café).

#### 25 Seguros

A política de gestão de risco de seguro da Companhia busca cobertura compatível com suas responsabilidades e operações.

As coberturas de seguros foram contratadas em montantes considerados suficientes para cobrir eventuais perdas, considerando a natureza de suas atividades, os riscos envolvidos em suas operações e as recomendações de seus consultores de seguro.

Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia tinha as seguintes apólices de seguro contratadas:

<b>Modalidade</b>	<b>Cobertura</b>
Incêndio de bens do imobilizado	64.090
Responsabilidade civil de diretores e administradores	30.000
Equipamentos Logísticos	1.385

#### 26 Eventos subsequentes

##### (a) Novidades operacionais

Em 2020, a Companhia avaliou a operação do Centro de Distribuição localizado em São Bernardo do Campo – SP e, visando otimizar a estratégia logística em seus negócios, decidiu migrar para a cidade Barueri – SP.

Para a estratégia de 2020 e maior sinergia de seus negócios a Companhia planeja realizar evento de incorporação da sua controlada Bodegas de Los Andes Comércio de Vinhos S.A, bem como e a extinção da controlada C&M Desenvolvimento e Licenciamento de Programas Ltda.

##### (b) Desdobramento da totalidade de ações

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada no dia 6 de outubro de 2020, foi aprovado o desdobramento da totalidade das ações de emissão da Companhia à razão de 1:394, de forma que para cada ação de emissão da Companhia atualmente emitida será criada e atribuída ao seu titular 393 (trezentas e noventa e três) novas ações de emissão da Companhia, com os mesmos direitos e vantagens.

##### (c) Outros assuntos relevantes

Em março de 2020, a Organização Mundial de Saúde (OMS) declarou a pandemia de Covid-19, doença causada pelo novo coronavírus (Sars-Cov-2), devido a propagação da doença em diversos continentes, o que estimulou os governos a criarem medidas para contenção da contaminação pelo vírus. No Brasil, medidas como isolamento social foram utilizadas, o que gerou impacto na economia. Com a publicação do Decreto Federal nº 10.282/2020 que regulamenta os serviços públicos e atividades essenciais no cenário da pandemia por Covid-19, bebidas e alimentos estão previstos neste Decreto e sua essencialidade, não ocorrendo interrupção do negócio no e-commerce.

As análises estão sendo realizadas em linha com o Ofício Circular CVM/SNC/SEP nº 02/2020, emitido pela Comissão de Valores Mobiliários em 10 de março de 2020, que orienta os administradores e auditores

## W2W E-Commerce de Vinhos S.A.

### Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019

Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma

---

independentes de companhias abertas a considerarem cuidadosamente os impactos da COVID-19 nos negócios e reportarem nas demonstrações financeiras os principais riscos e incertezas advindos dessa análise, em consonância com as normas contábeis aplicáveis.

As principais preocupações neste período são a preservação da integridade dos colaboradores, clientes, fornecedores e das comunidades onde a Companhia atua, bem como a continuidade das operações de maneira segura. Por este motivo, o primeiro passo foi a criação de um comitê interdisciplinar com atuação e monitoramento ativo. O comitê conta com representantes de todas as unidades: sede de Vitória, filial de São Paulo, Centros de Distribuição de Serra/ ES e Barueri/ SP, B2B e Lojas Físicas (BH, POA e CWB).

No entendimento da Administração, as medidas tomadas até o momento e que as estão em constante reavaliação buscam manter o nível de serviço e qualidade operacional que preza em nas operações, além de buscar assegurar a saúde e bem-estar dos colaboradores, fornecedores e clientes e da sociedade como um todo, apoiando o cumprimento das medidas determinadas pelas autoridades públicas. A Administração não identificou impactos relevantes nos resultados e margens de lucros da Companhia. A Companhia continuará atuando de maneira a preservar a saúde de todos, sempre vigilante e pronta a fazer correções de rumo conforme a evolução da situação. Por fim, apesar do cenário de incertezas, em que não é possível precisar seus impactos, bem como seu prazo de duração, no entendimento da Administração, tais medidas buscam suportar a evolução da Companhia nesse período.

Entretanto, referida pandemia impacta os negócios da Companhia e potencializa o efeito dos demais riscos aos quais a Companhia está exposta, podendo afetar significativamente nossos resultados operacionais e fluxo de caixa. Até o presente momento não é possível dimensionar a extensão desses impactos e o tempo de duração do cenário pandêmico, bem como seus potenciais efeitos nas operações e colaboradores. Além disso, a pandemia da COVID-19 pode afetar adversamente as condições econômicas gerais e o setor de comércio, considerando potenciais impactos nos níveis de emprego e renda e na capacidade e hábitos de consumo da população em geral. A Companhia entende que podem ocorrer os seguintes impactos:

- **Comportamento da demanda:** aumento da taxa de desemprego, ampliação da recessão econômica e redução do consumo de produtos supérfluos;
- **Liquidez:** risco do impacto nos resultados e mercados de crédito mais restritivos impactarem a liquidez;
- **Câmbio:** impacto da desvalorização cambial em margens e em desembolso de caixa;
- **Falta de fornecimento:** risco de fechamento das fronteiras comerciais e risco do MAPA - Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - interromper ou atrasar a nacionalização;
- **Disrupção Logística:** companhias aéreas já reduziram fortemente suas rotas o que impacta diretamente nos prazos de entrega e como existem muitos operadores rodoviários, o maior risco é na redução da oferta, junto com aumento na demanda por delivery. Também pode ocorrer lockdown de cidades importantes dificultando a entrega nessas regiões;
- **Crédito com Fornecedores:** risco da deterioração do caixa e dos resultados limitarem a capacidade de financiamento a prazo com fornecedores;
- **Saúde e produtividade dos funcionários:** risco de contágio pode afetar funcionários e operações e o risco de produtividade pode cair por conta de home office sustentado. Poderá ocorrer uma contaminação em massa de profissionais do nosso centro de distribuição, paralisando as operações;
- **Comportamento das vendas do e-commerce:** risco de queda nas vendas em meio a deterioração da economia e da confiança do consumidor; e

## W2W E-Commerce de Vinhos S.A.

### Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019

Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma

---

- **Fechamento de bares, restaurantes, eventos, lojas:** vendas do B2B (atacado) no on trade (e-commerce) e da Wine Eventos poderão sofrer impacto. E no médio prazo poderá ocorrer o fechamento definitivo de inúmeros restaurantes parceiros, ocasionando perda de vendas do nosso negócio de B2B.

\* \* \*

# WINE

## DECLARAÇÃO DOS DIRETORES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em observância às disposições constantes da Instrução CVM nº 480/2009, a Diretoria declara que revisou, discutiu e concordou com as Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas, relativas ao exercício social em 31 de dezembro de 2019.

São Paulo, 07 de outubro de 2020

DocuSigned by:  
*Marcelo D'Arienzo*  
0A1B477CC91E4A8...  
MARCELO GIOVANETTI D'ARIENZO

DocuSigned by:  
*Alexandre Magno da Cruz Oliveira Filho*  
CBDCF98F17BE456...  
ALEXANDRE MAGNO DA CRUZ OLIVEIRA FILHO

DocuSigned by:  
*Laura Barros*  
AEBD9ED355F5467...  
LAURA GONÇALVES CAVALCANTI BARROS

DocuSigned by:  
*Clayton Freire*  
DD1CAF23A65C4BB...  
CLAYTON FREIRE DOS SANTOS

DocuSigned by:  
*German Garfinkel*  
8617B44046824F4...  
GERMAN GARFINKEL

DocuSigned by:  
*Alexandre Rodrigues Malta*  
8B84E49FF9B8405...  
ALEXANDRE RODRIGUES MALTA



# WINE

## DECLARAÇÃO DOS DIRETORES SOBRE O PARECER EMITIDO PELOS AUDITORES INDEPENDENTES

Em observância às disposições constantes da Instrução CVM nº 480/2009, a Diretoria declara que revisou, discutiu e concordou com as conclusões expressas no relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019.

São Paulo, 07 de outubro de 2020

DocuSigned by:  
*Marcelo D'Arienzo*  
0A1B477CC91E4A8...  
MARCELO GIOVANETTI D'ARIENZO

DocuSigned by:  
*Alexandre Magno da Cruz Oliveira Filho*  
CBDCF98F17BE456...  
ALEXANDRE MAGNO DA CRUZ OLIVEIRA FILHO

DocuSigned by:  
*Laura Barros*  
AEBD9ED355F5467...  
LAURA GONÇALVES CAVALCANTI BARROS

DocuSigned by:  
*Clayton Freire*  
DD1CAF23A55C4BB...  
CLAYTON FREIRE DOS SANTOS

DocuSigned by:  
*German Garfinkel*  
8617B44046824F4...  
GERMAN GARFINKEL

DocuSigned by:  
*Alexandre Rodrigues Malta*  
8B84E49FF9B8405...  
ALEXANDRE RODRIGUES MALTA





***W2W E-Commerce  
de Vinhos S.A.***

***Conjunto completo das  
Demonstrações Financeiras 2018***

# Conjunto completo das Demonstrações Financeiras 2018

O conjunto de demonstrações apresentado a seguir é composto pelas seguintes informações:

- ✓ Relatório da administração;
- ✓ Relatório do auditor independente;
- ✓ Demonstrações Financeiras;
- ✓ Declaração dos diretores sobre as Demonstrações Financeiras;
- ✓ Declaração dos diretores sobre a opinião expressa no relatório dos auditores independentes e sobre as informações contábeis intermediárias



## MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

A W2W E-Commerce de Vinhos S.A. ("Companhia" ou "Wine") opera no mercado varejista e atacadista comercializando vinhos, cervejas, linha gourmet e outras bebidas nacionais e importadas, principalmente via comércio eletrônico (e-commerce). A companhia foi constituída em 2008 e opera com os sites "www.wine.com.br", "www.beer.com.br", "www.vinhofacil.com.br", "www.wineeventos.com.br" e "www.wine2b.com.br".

Além da comercialização através dos canais digitais, outra importante fonte de receita da Companhia é o Clube Wine, assinatura periódica em que os clientes recebem os vinhos recomendados pela curadoria de enólogos da Wine, uma revista com conteúdo editorial exclusivo com informações atuais aos interessados pelo mundo dos vinhos, além de outros benefícios, como descontos e promoções exclusivas.

A Companhia é uma sociedade anônima de capital fechado, com sedes administrativas nas cidades de Vitória/ES e São Paulo/SP e um centro de distribuição na cidade de Serra/ES. A Companhia possui seu controle compartilhado entre a Orbeat Som e Imagem Ltda., empresa do Grupo RBS, e Península Fundo de Investimento em Participações.

Durante o exercício de 2017, a Companhia vendeu sua participação acionária na empresa com atuação na venda de cápsulas de café, a Mocoffee Company B.V, conforme descrito na Nota 11. Em 21 de agosto de 2017, a Companhia adquiriu o fundo de comércio da empresa Clubeer do Brasil Ltda. ("Clubeer"), buscando ampliar seu market share no mercado de cervejas.

Em 26 de abril de 2018 a Companhia adquiriu 100% das quotas da Companhia Bodegas de Los Andes Comércio de Vinhos Ltda. ("Bodegas"), conforme demonstrado na Nota 11. A Bodegas possui atividade preponderante de revenda de vinhos no mercado, a qual conta com três lojas distribuídas nos estados do Rio Grande do Sul e Paraná. A aquisição da Bodegas está alinhada com a estratégia da administração da Companhia, a qual consiste na expansão do seu negócio e da rede de clientes.

No último trimestre de 2018 a Companhia lançou o clube de benefícios (Clube Prime) direcionados aos sócios e clientes, nas modalidades mensal e pré-pago, os quais oferecem benefícios diferenciados, tais como descontos em loja, parcerias, frete diferenciado e acesso a promoções exclusivas.

Também no final do ano, a Companhia iniciou a operação de venda e distribuição dos seus produtos a partir do Centro de Distribuição localizado em São Bernardo do Campo – SP., proporcionando aos clientes um menor SLA e agilidade nas entregas expressas.



## RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

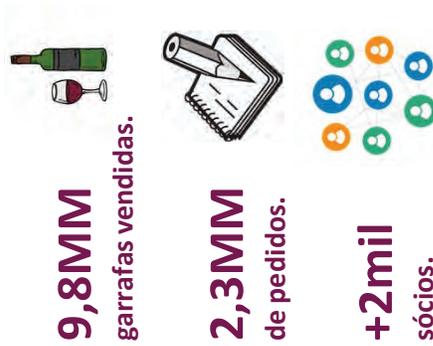
### DESEMPENHO DA WINE EM 2018

A receita em 2018 cresce 4,4%, com maior destaque de crescimento para Wine Eventos e Vinho Fácil. Crescimento expressivo dos novos negócios com Vinho Fácil atingindo R\$17,9MM em 2018 e Wine eventos praticamente dobrando o faturamento.

O ano de 2018 foi marcado pela recuperação gradual da economia, greve de caminhoneiros e incertezas no cenário político, fizeram com que a atividade econômica ficasse aquém das expectativas no primeiro semestre. O que impacta diretamente o aumento do chum, gerando um crescimento menor da base de sócios do Clube de Assinatura de Vinhos do que anos anteriores, fechando o ano com 118mil sócios. Ainda assim, adicionou R\$ 4,4 milhões em receita líquida em 2018 contra o exercício de 2017.

A aquisição da operação da Bodega de Los Andes pela Wine, empresa especializada em importação e venda de vinhos em B2B, contribui para melhor receita quando comparado ao ano anterior.

### DESEMPENHO ECONÔMICO FINANCEIRO



Informações Consolidadas (R\$ MM)	2018	2017	Var.
Receita líquida	274.419	262.826	4,4%
Custo das vendas	(141.514)	(119.482)	18,4%
Lucro bruto	132.905	143.344	-7,3%
<b>Margem Bruta (%)</b>	<b>48,4%</b>	<b>54,5%</b>	
Despesas operacionais (vendas, administrativas e outras)	(151.781)	(145.676)	4,2%
Despesas com vendas	(81.089)	(81.876)	-1,0%
Despesas administrativas	(36.637)	(32.746)	11,9%
Despesas gerais	(33.621)	(21.641)	55,4%
Outras despesas operacionais	(434)	(9.413)	-95,4%
<b>Despesas operacionais/Receita líquida (%)</b>	<b>-55,3%</b>	<b>-55,4%</b>	
EBITDA ajustado	(7.090)	9.887	-171,7%
<b>Margem EBITDA ajustada</b>	<b>-2,6%</b>	<b>3,8%</b>	

- O aumento nos custos das vendas em 2018 se deve ao ambiente mais competitivo no mercado de venda de garrafas avulsas, onde buscando manter o crescimento adotamos a estratégia de redução de markup.
- A variação das despesas gerais é justificada por perdas extraordinárias realizadas no exercício de 2018, que totalizam R\$ 6,2 milhões, alienação de ativos da Beer (2,9MM), gastos de referente a reestruturação administrativa realizada em agosto de 2018 (2MM), gastos de 1,4MM com consultoria legais. Além do aumento das despesas de aluguel com a mudança da sede administrativa.

## RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

### COMPOSIÇÃO EBITDA AJUSTADO

Informações Consolidadas (R\$ MM)	2018	2017	Var.
<b>Lucro Operacional</b>	<b>(18.876)</b>	<b>(2.332)</b>	<b>709,4%</b>
Depreciação e Amortização	5.484	5.289	3,7%
<b>EBITDA</b>	<b>(13.392)</b>	<b>2.957</b>	<b>-552,9%</b>
Não recorrentes	(6.302)	(3.231)	95,0%
Impairment de Ágio	(3.699)		
<b>EBITDA ajustado</b>	<b>(7.090)</b>	<b>9.887</b>	<b>-171,7%</b>

375

- Apesar do crescimento de receita de 4,4% no exercício de 2018 comparado a 2017, a queda na margem de lucro bruto de 54,5% em 2017 para 48,4% em 2018 e o crescimento das despesas operacionais líquidas resultaram em uma queda do lucro operacional, encerrando o exercício de 2018 com prejuízo de R\$ (18,9) milhões ante resultado negativo de R\$ 2,3 milhões registrado no período anterior, piora de 709,4%.

### Não recorrentes

Informações Consolidadas (R\$ MM)	2018	2017	Var.
Alienação de ativos	2.907	5.714	-49,1%
Custos de reestruturação	1.958		
Despesas legais	1.349		
Ganho ou perda tributária	88	(2.483)	-103,5%
<b>Não recorrentes</b>	<b>(6.302)</b>	<b>(3.231)</b>	<b>95,0%</b>

- No ano de 2018 a companhia realizou a baixa dos investimentos no canal de cervejas à título de royalties de marca e também todo o investimento realizado com consultorias. Em 2018, consultorias jurídicas e societárias foram contratadas para avaliação da estrutura da companhia, que levou a reestruturação do quadro de funcionários.



## RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

## Resultado financeiro

Informações Consolidadas (R\$ MM)	2018	2017	Var.
<b>Receitas financeiras</b>	<b>7.543</b>	<b>5.511</b>	<b>36,9%</b>
Descontos obtidos	803	332	141,9%
Receita financeira	1.787	3.341	-46,5%
Varição cambial ativa	4.953	1.838	169,5%
<b>Despesas financeiras</b>	<b>(9.915)</b>	<b>(8.588)</b>	<b>15,5%</b>
Encargos sobre empréstimos e financiamentos	(2.490)	(3.185)	-21,8%
IOF	(45)	(550)	-91,8%
Varição cambial passiva	(6.917)	(4.853)	42,5%
Outras despesas financeiras	(463)		
<b>Resultado financeiro líquido</b>	<b>(2.372)</b>	<b>(3.077)</b>	<b>-22,9%</b>

- Apesar da maior despesa de juros realizada em 2018 pelos empréstimos de FINIMP vigentes à época (aumento de R\$ 1,4 milhões na linha de despesas financeiras), as receitas financeiras cresceram R\$ 2,0 milhões entre 2017 e 2018, passando de R\$ 5,5 milhões para R\$ 7,5 milhões, devido a correção da alíquota de juros incidentes sobre a as debêntures em posse da Península Participações, compensando o custo de juros do FINIMP.

## LUCRO LÍQUIDO

Informações Consolidadas (R\$ MM)	2018	2017	Var.
<b>EBITDA ajustado</b>	<b>(7.090)</b>	<b>9.887</b>	<b>-171,7%</b>
Depreciação e Amortização	(5.484)	(5.289)	3,7%
Não recorrentes	(6.302)	(3.231)	95,0%
Impairment de Ágio	0	(3.699)	
<b>Lucro Operacional</b>	<b>(18.876)</b>	<b>(2.332)</b>	<b>709,5%</b>
Resultado financeiro	(2.372)	(3.077)	-22,9%
Receitas financeiras	7.543	5.511	36,9%
Despesas financeiras	(9.915)	(8.588)	15,5%
Provisão para IR e CS	(682)	(416)	63,9%
<b>Lucro Líquido</b>	<b>(21.930)</b>	<b>(5.825)</b>	<b>276,5%</b>



## RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

## FLUXO DE CAIXA

Informações Consolidadas (R\$ MIM)	2018	2017	Var.
<b>Lucro Líquido</b>	<b>(21.930)</b>	<b>(5.825)</b>	<b>276,5%</b>
Provisão para IR e CS	682	416	63,9%
<b>LAIR</b>	<b>(21.248)</b>	<b>(5.409)</b>	<b>292,8%</b>
Depreciação/Amortização e Outros	5.485	5.289	3,7%
Juros e Variações cambiais	8.681	2.677	224,3%
Baixa de imobilizado/intangível e outros	1.826	3.500	-47,8%
Variação Capital de Giro	(12.040)	(5.397)	123,1%
Juros sobre Empréstimos e Financiamentos pagos	(201)	(2.020)	-90,0%
IR+CSLL	(219)		
Financiamentos Operacionais	6.723	17.376	-61,3%
CAPEX	(19.356)	3.258	-694,1%
<b>Fluxo de Caixa</b>	<b>(30.349)</b>	<b>19.274</b>	<b>-257,5%</b>

- Os fatores destaques para redução em nosso caixa líquido utilizado nas atividades operacionais comparado a 2017 foram a valorização do dólar impactando diretamente aumento dos estoque de mercadorias em até 13% e R\$ 9,1 milhões, além R\$ 0,9 milhão de redução do fornecedores e apropriação de bônus na aquisição de Bodegas de los Andes no valor de 6 milhões. Nas atividade de investimento destacam-se o investimento realizado na aquisição da empresa Bodegas de Los Andes em Abril de 2018 R\$ 14,7 milhões e investimentos em ativos, como Plataforma de E-Commerce e ERP no montante de R\$ 9,9 milhões. O caixa líquido gerado nas atividades de financiamento foi de R\$6,7 milhões no período findo de 2018, comparado a R\$17,4 milhões no período findo de 2017. A redução no financiamentos operacionais dá-se principalmente pelos ingressos de caixa em 2017 das debêntures emitidas a favor do acionista Fundo de Investimento Península, no montante de R\$ 45,9 milhões, compensando as amortizações de financiamentos no montante de R\$ 28,5 milhões no mesmo ano. Em 2018 a Companhia realizou nova captação na modalidade Finimp no montante de R\$ 9,5 milhões.



## RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

## ENDIVIDAMENTO

Informações Consolidadas (R\$ MM)	2018	2017	Var.
<b>Empréstimos e financiamentos</b>	<b>74.314</b>	<b>66.034</b>	<b>12,5%</b>
FINIMP	9.334		
CCB	66	2.526	-97,4%
FINAME	469	708	-33,8%
Debêntures	64.440	62.655	2,8%
Outros	5	145	-96,6%
<b>Caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>(5.882)</b>	<b>(36.231)</b>	<b>-83,8%</b>
<b>Endividamento líquido</b>	<b>68.432</b>	<b>29.803</b>	<b>129,6%</b>

- A dívida cresce em 2018 em função da redução das disponibilidades e captação FINIMP. Impacto no caixa em função da compra de Bodegas, investimento nos novos canais e Capex (Nova plataforma e APP).

## INVESTIMENTO

Informações Consolidadas (R\$ MM)	2018	2017	Var.
Finanças	34	193	-82,2%
Operações	275	657	-58,1%
Administrativo		2.824	
TI	10.025	4.039	148,2%
Novos negócios	355	730	-51,3%
<b>Investimentos</b>	<b>10.690</b>	<b>8.443</b>	<b>26,6%</b>

- Os principais investimentos em 2018 foram na nova plataforma do site, ERP e equipe de desenvolvimento.



---

# ***W2W E-commerce de Vinhos S.A.***

*Demonstrações financeiras  
individuais e consolidadas em  
31 de dezembro de 2018  
e relatório do auditor independente*



## ***Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas***

Aos Administradores e Acionistas  
W2W E-commerce de Vinhos S.A.

### **Opinião**

---

Examinamos as demonstrações financeiras individuais da W2W E-commerce de Vinhos S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como as demonstrações financeiras consolidadas da W2W E-commerce de Vinhos S.A. e suas controladas ("Consolidado"), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da W2W E-commerce de Vinhos S.A. e da W2W E-commerce de Vinhos S.A. e suas controladas em 31 de dezembro de 2018, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa, bem como o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

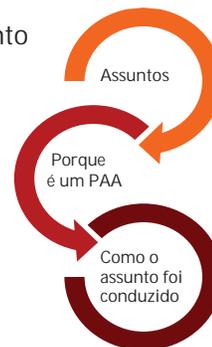
### **Base para opinião**

---

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

## Principais Assuntos de Auditoria

Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.



### Porque é um PAA

### Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

#### Reconhecimento da receita de vendas

Conforme Nota 2.16, a Companhia reconhece receita de vendas quando o controle sobre os produtos é transferido para os clientes e desde que não haja nenhuma obrigação de desempenho não satisfeita que possa afetar a aceitação dos produtos.

Como resposta a esse assunto, dentre outros, executamos os seguintes principais procedimentos de auditoria:

- (i) Entendimento do processo de vendas e do ambiente de controles para o reconhecimento de receitas e dos respectivos contas a receber;
- (ii) Selecionamos, em base amostral, transações de vendas ocorridas antes e depois da data de encerramento do exercício, de maneira a observar se a receita foi reconhecida na competência correta, considerando a análise da data do documento de aprovação de entrega do produto;
- (iii) Comparamos, em base de testes, lançamentos contábeis com pedidos de clientes, notas fiscais e o efetivo recebimento das vendas, bem como efetuamos análise de números sequenciais de emissão de notas fiscais.

Os resultados de nossos procedimentos nos proporcionaram evidências de auditoria de que o reconhecimento de receitas é efetuado, em todos os aspectos relevantes, pelo valor pactuado com os clientes e no correto período de competência, ou seja, quando do cumprimento da obrigação de performance. Assim, consideramos que as transações estão contabilizadas por valores que correspondem aos documentos testados e no correto período de competência.

<b>Porque é um PAA</b>	<b>Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria</b>
<p>A determinação do cumprimento das obrigações de desempenho requer análise detalhada dos termos e condições das vendas, além de envolver o uso do julgamento profissional por parte da Administração, o que pode levar ao risco de reconhecimento inadequado do valor da receita e em momento incorreto.</p> <p>Em função da magnitude e a sensibilidade do reconhecimento da receita, consideramos este como um principal assunto de auditoria.</p>	
<p><b>Combinação de Negócios</b></p> <p>Conforme descrito na Nota 11 - "Investimento", a Companhia adquiriu o controle acionário da Bodegas de Los Andes Comércio de Vinhos Ltda., durante o exercício de 2018.</p> <p>O tema Combinação de Negócios foi considerado um dos principais assuntos de auditoria devido a relevância das aquisições e a complexidade e julgamento envolvidos no processo de seu registro contábil, o qual considera os requisitos do Pronunciamento Técnico CPC 15 (R1) - Combinação de Negócios, tais como: i) alocação do preço de aquisição; ii) harmonização das práticas contábeis das empresas adquiridas com aquelas adotadas pela Companhia; iii) determinação dos valores justos dos ativos assumidos e passivos adquiridos; iv) determinação do ágio pago na aquisição; e v) tratamento contábil dos compromissos assumidos para aquisição de participações remanescentes de não controladores.</p>	<p>Aspectos relevantes de nossa resposta de auditoria, envolveram, entre outros, os seguintes principais procedimentos:</p> <ul style="list-style-type: none"><li>(i) Atualizamos o nosso entendimento dos principais controles associados ao processo de Combinação de Negócios, alocação do preço de compra e identificação do ágio e outros ativos intangíveis.</li><li>(ii) Efetuamos leitura dos contratos de compra e venda das empresas adquiridas.</li><li>(iii) Revisamos o laudo de Combinação de Negócios emitido por especialista, comparamos as premissas relevantes com o plano de negócio aprovado pela administração.</li></ul> <p>Consideramos que os critérios e premissas adotados pela administração para a alocação dos preços de compra, identificação do ágio e demais ativos intangíveis são razoáveis e as divulgações em notas explicativas são consistentes com dados e informações obtidos.</p>



W2W E-commerce de Vinhos S.A.

## Outros assuntos

---

### Demonstrações do Valor Adicionado

As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado". Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

### Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor

---

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

### Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

---

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

## **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas**

---

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.



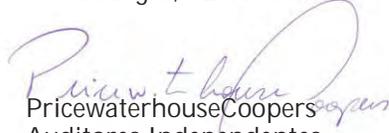
W2W E-commerce de Vinhos S.A.

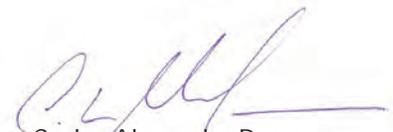
Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Porto Alegre, 02 de setembro de 2020

  
PricewaterhouseCoopers  
Auditores Independentes  
CRC 2SP000160/O-5

  
Carlos Alexandre Peres  
Contador CRC 1SP198156/O-7

## W2W E-Commerce de Vinhos S.A.

### Balanco patrimonial Em 31 de dezembro Em milhares de reais

Ativo	Notas	Controladora		Consolidado		Notas	Controladora		Consolidado				
		2018	2017	2018	2017		2018	2017	2018	2017			
<b>Passivo e patrimônio líquido</b>													
Circulante													
Caixa e equivalentes de caixa	4	5.816	36.221	5.882	36.231			47.452	49.026			48.111	49.026
Instrumentos financeiros derivativos	5	833	233	833	233			9.636	2.876			9.636	2.876
Contas a receber de clientes	6	44.966	58.296	45.676	58.296			4.566	3.802			4.828	3.853
Ativos relacionados a contratos com clientes	6	14.832	-	14.832	-			4.710	5.090			4.949	5.094
Estoques	7	54.562	48.282	55.956	48.282			23.537	-			23.537	-
Impostos a recuperar	8	2.517	1.815	2.615	1.819			56	86			56	86
Outros ativos	9	4.139	2.239	4.650	2.258			3.028	15.179			3.812	15.179
		<u>127.665</u>	<u>147.086</u>	<u>130.444</u>	<u>147.119</u>			<u>92.985</u>	<u>76.059</u>			<u>94.929</u>	<u>76.114</u>
Não circulante													
Realizável a longo prazo													
Outros ativos	9	5.422	3.749	5.458	3.749			237	503			237	503
		<u>5.422</u>	<u>3.749</u>	<u>5.458</u>	<u>3.749</u>			<u>64.440</u>	<u>62.655</u>			<u>64.440</u>	<u>62.655</u>
								<u>1.613</u>	<u>1.149</u>			<u>3.723</u>	<u>1.149</u>
								<u>4.569</u>	<u>69</u>			<u>4.882</u>	<u>69</u>
								<u>70.859</u>	<u>64.376</u>			<u>73.282</u>	<u>64.376</u>
								<u>163.844</u>	<u>140.435</u>			<u>168.211</u>	<u>140.490</u>
Investimento	11	15.005	429	-	434								
Imobilizado	12	7.806	9.095	7.905	9.112			44.955	44.955			44.955	44.955
Intangível	13	17.774	11.308	34.232	11.308			685	685			685	685
		<u>40.585</u>	<u>20.832</u>	<u>42.137</u>	<u>20.854</u>			<u>759</u>	<u>233</u>			<u>759</u>	<u>233</u>
								<u>(36.571)</u>	<u>(14.641)</u>			<u>(36.571)</u>	<u>(14.641)</u>
		<u>46.007</u>	<u>24.581</u>	<u>47.595</u>	<u>24.603</u>			<u>9.828</u>	<u>31.232</u>			<u>9.828</u>	<u>31.232</u>
Total do ativo		<u>173.672</u>	<u>171.667</u>	<u>178.039</u>	<u>171.722</u>			<u>173.672</u>	<u>171.667</u>			<u>178.039</u>	<u>171.722</u>
<b>Passivo e patrimônio líquido</b>													
Circulante													
Forneadores	14												
Empréstimos e financiamentos	15												
Obrigações sociais e trabalhistas x impostos a recolher	16												
Passivos relacionados a contratos com clientes	6												
Provisões para contingências	17												
Outros passivos	18												
Não circulante													
Empréstimos e financiamentos	15												
Debitures	15												
Tributos diferidos	10												
Outros passivos	18												
Total do passivo													
Patrimônio líquido	19												
Capital social													
Reserva de lucros													
Ajustes de avaliação patrimonial													
Prejuízos acumulados													
Total do patrimônio líquido													
Total do passivo e patrimônio líquido													

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras  
1 de 62

## W2W E-Commerce de Vinhos S.A.

### Demonstração do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Notas	Controladora		Consolidado	
		2018	2017	2018	2017
Receita líquida	20	267.798	262.826	274.419	262.826
Custo das vendas	21	(137.923)	(119.482)	(141.514)	(119.482)
<b>Lucro bruto</b>		<b>129.875</b>	<b>143.344</b>	<b>132.905</b>	<b>143.344</b>
Despesas com vendas	21	(80.630)	(81.876)	(81.089)	(81.876)
Despesas administrativas	21	(35.281)	(32.746)	(36.637)	(32.746)
Despesas gerais	21	(32.932)	(21.628)	(33.621)	(21.641)
Resultado de equivalência patrimonial	11	296	(13)	-	-
Outros resultados operacionais	21	(433)	(9.413)	(434)	(9.413)
<b>Prejuízo operacional</b>		<b>(19.105)</b>	<b>(2.332)</b>	<b>(18.876)</b>	<b>(2.332)</b>
Receitas financeiras	22	7.537	5.511	7.543	5.511
Despesas financeiras	22	(9.898)	(8.588)	(9.915)	(8.588)
<b>Resultado financeiro líquido</b>		<b>(2.361)</b>	<b>(3.077)</b>	<b>(2.372)</b>	<b>(3.077)</b>
<b>Prejuízo antes da provisão para o imposto de renda e contribuição social</b>		<b>(21.466)</b>	<b>(5.409)</b>	<b>(21.248)</b>	<b>(5.409)</b>
Imposto de renda e contribuição social	10	(464)	(416)	(682)	(416)
<b>Prejuízo do exercício</b>		<b>(21.930)</b>	<b>(5.825)</b>	<b>(21.930)</b>	<b>(5.825)</b>
Prejuízo por ação atribuível aos acionistas da Companhia - em R\$ (Nota 19(d))					
Básico		(0,1378)	(0,0366)		
Diluído		(0,1378)	(0,0366)		

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras  
2 de 62

## W2W E-Commerce de Vinhos S.A.

### Demonstração do resultado abrangente

Exercícios findos em 31 de dezembro

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

---

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Prejuízo do exercício	(21.930)	(5.825)	(21.930)	(5.825)
Varição cambial de investidas localizadas no exterior	-	(2.263)	-	(2.263)
Hedges de fluxos de caixa, líquido	526	297	526	297
<b>Total do resultado abrangente do exercício</b>	<b>(21.404)</b>	<b>(7.791)</b>	<b>(21.404)</b>	<b>(7.791)</b>

## W2W E-Commerce de Vinhos S.A.

### Demonstração das mutações do patrimônio líquido Exercícios findos em 31 de dezembro

Em milhares de reais

	Capital social	Reservas de lucros			Ajustes de avaliação patrimonial	Prejuízos acumulados	Total
		Reserva legal	Reserva de lucros a destinar				
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2016</b>	<b>44.955</b>	<b>36</b>	<b>685</b>	<b>2.199</b>	<b>(8.848)</b>	<b>39.027</b>	
Resultado abrangente do exercício	-	-	-	-	(5.825)	(5.825)	
Prejuízo do exercício	-	-	-	297	-	297	
Hedges de fluxo de caixa, líquidos de impostos	-	-	-	(2.263)	-	(2.263)	
Varição cambial de investidas localizadas no exterior (Nota 11)	-	-	-	(1.966)	-	(1.966)	
Total resultado abrangente do exercício	-	-	-	-	(5.825)	(5.825)	
Contribuição dos acionistas e distribuições aos acionistas	-	-	-	-	-	-	
Absorção de prejuízos acumulados	-	(36)	-	-	32	(4)	
Destinação do lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	
Total contribuição dos acionistas e distribuições aos acionistas	-	(36)	-	-	32	(4)	
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2017</b>	<b>44.955</b>	<b>-</b>	<b>685</b>	<b>233</b>	<b>(14.641)</b>	<b>31.232</b>	
Resultado abrangente do exercício	-	-	-	-	(21.930)	(21.930)	
Prejuízo do exercício	-	-	-	526	-	526	
Hedges de fluxo de caixa, líquidos de impostos	-	-	-	526	-	1.052	
Total resultado abrangente do exercício	-	-	-	1.052	(21.930)	(20.878)	
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2018</b>	<b>44.955</b>	<b>-</b>	<b>685</b>	<b>759</b>	<b>(36.571)</b>	<b>9.828</b>	

## W2W E-Commerce de Vinhos S.A.

### Demonstração dos fluxos de caixa Exercícios findos em 31 de dezembro Em milhares de reais

	Notas	Controladora		Consolidado	
		2018	2017	2018	2017
<b>Fluxo de caixa das atividades operacionais</b>					
Prejuízo antes do imposto de renda e contribuição social		(21.466)	(5.409)	(21.248)	(5.409)
<b>Ajustes para reconciliar o lucro ao fluxo de caixa das atividades operacionais</b>					
Depreciação	12	2.078	2.338	2.094	2.351
Amortização	13	3.391	2.938	3.391	2.938
Despesas com juros e variações cambiais	22	8.681	2.678	8.681	2.677
Perdas na baixa de imobilizado e intangível	12/13	475	3.716	475	3.716
(Ganhos) perdas com valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado		(73)	-	(74)	-
Resultado de equivalência patrimonial	11	(296)	13	-	-
Provisão (reversão) para devedores duvidosos	5	12	(17)	12	(17)
Provisão (reversão) de provisão para perda nos estoques	7	1.443	(137)	1.443	(137)
Reversão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	17	(30)	(62)	(30)	(62)
		<b>(5.785)</b>	<b>6.058</b>	<b>(5.256)</b>	<b>6.057</b>
<b>Variações nos ativos e passivos</b>					
Redução (aumento) de contas a receber		13.342	(13.330)	12.632	(13.330)
Redução (aumento) de ativos relacionados a contratos com clientes		(14.832)	-	(14.832)	-
Redução (aumento) de estoques		(7.723)	(11.110)	(9.117)	(11.110)
Redução (aumento) de outros ativos		(3.647)	(5.262)	(4.193)	(5.262)
(Redução) aumento de fornecedores		(1.574)	16.880	(915)	16.880
(Redução) aumento de passivos relac. a contratos com clientes		9.020	-	9.020	-
(Redução) aumento de obrigações trabalhistas e tributárias		(318)	(5.025)	(185)	(5.025)
(Redução) aumento de outros passivos		(6.197)	12.450	(4.450)	12.450
		<b>(17.714)</b>	<b>661</b>	<b>(17.296)</b>	<b>660</b>
<b>Caixa gerado pelas (utilizados nas) operações</b>					
Imposto de renda e contribuição social pagos	15	-	-	(219)	-
Juros de Empréstimos e Financiamentos	10	(201)	(2.020)	(201)	(2.020)
		<b>(17.915)</b>	<b>(1.359)</b>	<b>(17.716)</b>	<b>(1.360)</b>
<b>Fluxo de caixa das atividades de investimento</b>					
Alienação de investimento	11	-	11.680	-	11.680
Aquisição de investimento	11	(8.525)	-	(8.525)	-
Compras de imobilizado	12	(806)	(4.180)	(903)	(4.180)
Compras de ativos intangíveis	13	(9.882)	(4.242)	(9.928)	(4.242)
		<b>(19.213)</b>	<b>3.258</b>	<b>(19.356)</b>	<b>3.258</b>
<b>Fluxo de caixa das atividades de financiamentos</b>					
Captação de empréstimos e financiamentos	15	9.544	45.892	9.544	45.892
Amortizações de empréstimos e financiamentos	15	(2.821)	(28.516)	(2.821)	(28.516)
		<b>6.723</b>	<b>17.376</b>	<b>6.723</b>	<b>17.376</b>
<b>Aumento (redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa</b>		<b>(30.405)</b>	<b>19.275</b>	<b>(30.349)</b>	<b>19.274</b>
Caixa e equivalentes de caixa no início de exercício		36.221	16.946	36.231	16.957
Caixa e equivalentes de caixa no final de exercício		5.816	36.221	5.882	36.231
<b>Aumento (redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa</b>		<b>(30.405)</b>	<b>19.275</b>	<b>(30.349)</b>	<b>19.274</b>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras  
5 de 62

## W2W E-Commerce de Vinhos S.A.

### Demonstração do valor adicionado Exercícios findos em 31 de dezembro Em milhares de reais

	Notas	Controladora		Consolidado	
		2018	2017	2018	2017
<b>Receitas</b>					
Vendas brutas de produtos e serviços	20	330.512	324.093	338.550	324.093
Provisão para créditos de liquidação duvidosa - reversão/(consistência)	5	(5)	(17)	(5)	(17)
		<u>330.507</u>	<u>324.076</u>	<u>338.545</u>	<u>324.076</u>
<b>Insumos adquiridos de terceiros</b>					
Custo dos produtos vendidos, das mercadorias e dos serviços prestados	21	(137.923)	(126.702)	(141.514)	(126.702)
Despesas de transporte	21	(37.467)	(36.443)	(37.543)	(36.443)
Custos de Publicidade, vendas e promoções	21	(29.921)	(22.757)	(30.089)	(22.757)
Serviços de terceiros	21	(11.890)	(5.950)	(12.117)	(5.950)
Perdas/recuperações de valores ativos	21	(2.584)	(3.655)	(2.613)	(3.655)
Outras despesas		23.258	(13.027)	21.407	(13.027)
		<u>(196.527)</u>	<u>(208.534)</u>	<u>(202.469)</u>	<u>(208.534)</u>
<b>Valor adicionado bruto</b>		133.980	115.542	136.076	115.542
Depreciação e amortização	21	(5.469)	(5.276)	(5.484)	(5.289)
<b>Valor adicionado líquido produzido pela Companhia</b>		<u>128.511</u>	<u>110.266</u>	<u>130.592</u>	<u>110.253</u>
<b>Valor adicionado recebido em transferência</b>					
Participação nos lucros de controladas (Nota 10)	11	296	(13)	-	-
Receitas financeiras (Nota 22)	22	7.537	5.511	7.543	5.511
<b>Valor adicionado total a distribuir</b>		<u>136.344</u>	<u>115.764</u>	<u>138.135</u>	<u>115.764</u>
<b>Distribuição do valor adicionado</b>					
Pessoal - remuneração direta	21	17.950	15.607	18.615	15.607
Pessoal - benefícios	21	14.829	14.869	15.462	14.869
Pessoal - FGTS		1.436	1.249	1.489	1.249
Impostos, taxas e contribuições					
Federais		25.756	32.066	25.909	32.066
Estaduais		44.415	37.463	44.685	37.463
Municipais		130	97	130	97
Juros e variações cambiais	22	9.898	8.588	9.915	8.588
Prejuízo Retido		21.930	5.825	21.930	5.825
<b>Valor adicionado distribuído</b>		<u>136.344</u>	<u>115.764</u>	<u>138.135</u>	<u>115.764</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras  
6 de 62

## W2W E-Commerce de Vinhos S.A.

### Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018

Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma

---

#### 1 Informações Gerais

##### 1.1 Contexto operacional

A W2W E-Commerce de Vinhos S.A. (a "Companhia" ou "Wine") foi constituída em 2008 e é uma sociedade anônima de capital fechado com sede em Vitória – ES. A Companhia opera no mercado varejista e atacadista comercializando vinhos, cervejas, linha gourmet e outras bebidas nacionais e importadas, principalmente, via comércio eletrônico (e-commerce), por intermédio do site [www.wine.com.br](http://www.wine.com.br).

Além da comercialização através dos canais digitais, outra importante fonte de receita da Companhia é o ClubeW, assinatura periódica em que os clientes recebem os vinhos recomendados pela curadoria de enólogos da Wine, uma revista com conteúdo editorial exclusivo com informações atuais aos interessados pelo mundo dos vinhos, além de outros benefícios, como descontos e promoções exclusivas.

A Companhia é uma sociedade anônima de capital fechado, com sede administrativa na cidade de Vitória e centro de distribuição na cidade de Serra, ambos localizados no Estado do Espírito Santo. A Companhia possui seu controle compartilhado entre a Orbeat Som e Imagem Ltda., Companhia do Grupo RBS, e Península Fundo de Investimento em Participações.

Em 26 de abril de 2018 a Companhia adquiriu 100% das quotas da Companhia Bodegas de Los Andes Comércio de Vinhos Ltda. ("Bodegas"), conforme demonstrado na Nota 11. A Bodegas possui atividade preponderantes de revenda de vinhos no mercado, a qual conta com três lojas distribuídas nos estados do Rio Grande do Sul e Paraná. A aquisição da Bodegas está alinhada com a estratégia da administração da Companhia, a qual consiste na expansão do seu negócio e da rede de clientes.

Ainda, no último bimestre do exercício findo em 31 de dezembro de 2018, a Companhia iniciou a operação de venda e distribuição dos seus produtos a partir do Centro de Distribuição localizado em São Bernardo do Campo – SP. A expectativa é de que esta mudança proporcione aos clientes da Companhia um menor *servisse level agreement* e agilidade nas entregas expressas.

No último trimestre do exercício findo em 31 de dezembro de 2018 a Companhia lançou o clube de benefícios (Clube Prime) direcionados aos sócios e clientes, nas modalidades mensal e pré-pago, os quais oferecem benefícios diferenciados, tais como descontos em loja, parcerias, frete diferenciado e acesso a promoções exclusivas.

A emissão dessas demonstrações financeiras foi autorizada pelo Conselho de Administração em 02 de setembro de 2020.

## W2W E-Commerce de Vinhos S.A.

### Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018

Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma

---

#### 1.2 Base de preparação

As demonstrações financeiras foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as normas internacionais de relatório financeiro (International Financial Reporting Standards (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB)), e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão apresentadas na Nota 2.

As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor, que, no caso de ativos financeiros disponíveis para venda, outros ativos e passivos financeiros (inclusive instrumentos derivativos) é ajustado para refletir a mensuração ao valor justo.

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis do Grupo. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e têm maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota 2.17.

##### (a) Demonstrações financeiras individuais

As demonstrações financeiras individuais da Controladora foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). Elas também estão em conformidade com as normas internacionais de relatório financeiro (International Financial Reporting Standards (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB)). Essas demonstrações individuais são divulgadas em conjunto com as demonstrações financeiras consolidadas.

##### (b) Demonstrações financeiras consolidadas

As demonstrações financeiras individuais da Controladora foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). Pelo fato de que as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicadas nas demonstrações financeiras individuais, a partir de 2014, não diferem do IFRS aplicável às demonstrações financeiras separadas, uma vez que ele passou a permitir a aplicação do método de equivalência patrimonial em controladas, coligadas e joint ventures nas demonstrações separadas, elas também estão em conformidade com as normas internacionais de relatório financeiro (International Financial Reporting Standards (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB)). Essas demonstrações individuais são divulgadas em conjunto com as demonstrações financeiras consolidadas.

##### (c) Demonstração de Valor Adicionado

A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (DVA), individual e consolidada, é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis à companhias abertas. A DVA foi preparada de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 – “Demonstração do Valor Adicionado”. As IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, pelas IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações contábeis.

#### 1.3 Consolidação

A Companhia consolida todas as entidades sobre as quais detém o controle, isto é, quando está exposta ou tem direitos a retornos variáveis de seu envolvimento com a investida e tem capacidade de dirigir as atividades relevantes da investida.

## W2W E-Commerce de Vinhos S.A.

### Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018

Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma

#### (a) Controladas

Controladas são todas as entidades (incluindo as entidades estruturadas) nas quais a Companhia detém o controle. As controladas são totalmente consolidadas a partir da data em que o controle é transferido para o Grupo. A consolidação é interrompida a partir da data em que a Companhia deixa de ter o controle.

Os ativos identificáveis adquiridos e os passivos e passivos contingentes assumidos para a aquisição de controladas em uma combinação de negócios são mensurados inicialmente pelos valores justos na data da aquisição. A Companhia reconhece a participação não controladora na adquirida, tanto pelo seu valor justo como pela parcela proporcional da participação não controlada no valor justo de ativos líquidos da adquirida. A mensuração da participação não controladora é determinada em cada aquisição realizada. Custos relacionados com aquisição são contabilizados no resultado do exercício conforme incorridos.

Transações, saldos e ganhos não realizados em transações entre empresas da Companhia são eliminados. Os prejuízos não realizados também são eliminados a menos que a operação forneça evidências de uma perda (impairment) do ativo transferido. As políticas contábeis das controladas são alteradas, quando necessário, para assegurar a consistência com as políticas adotadas pelo Grupo.

Em 31 de dezembro de 2018, a Companhia procedeu com a consolidação das controladas abaixo:

	<u>Ativo</u>	<u>Passivo</u>	<u>Receita</u>	<u>Lucro</u>	<u>Participação</u>
C&M Desenvolvimento e Licenciamento de Programas Ltda. ("C&M")	12			17	100,00%
Bodegas de Los Andes Comércio de Vinhos Ltda. ("Bodegas")	3.567	2.871	6.402	283	100,00%

#### (b) Coligada

Coligadas são todas as entidades sobre as quais a Companhia tem influência significativa, mas não o controle, geralmente por meio de uma participação societária de 20% a 50% dos direitos de voto.

Os investimentos em coligadas são contabilizados pelo método de equivalência patrimonial e são, inicialmente, reconhecidos pelo seu valor de custo. O investimento da Companhia em coligadas inclui o ágio identificado na aquisição, líquido de qualquer perda por impairment acumulada.

A participação da Companhia nos lucros ou prejuízos de suas coligadas é reconhecida na demonstração do resultado e a participação nas mutações das reservas é reconhecida nas reservas da Companhia. Quando a participação da Companhia nas perdas de uma coligada for igual ou superior ao valor contábil do investimento, incluindo quaisquer outros recebíveis, a Companhia não reconhece perdas adicionais, a menos que tenha incorrido em obrigações ou efetuado pagamentos em nome da coligada ou controlada em conjunto.

Os ganhos não realizados das operações entre a Companhia e suas coligadas são eliminados na proporção da participação da Companhia. As perdas não realizadas também são eliminadas, a menos que a operação forneça evidências de uma perda (impairment) do ativo transferido. As políticas contábeis das coligadas são alteradas, quando necessário, para assegurar consistência com as políticas adotadas pela Companhia.

Se a participação societária na coligada for reduzida, mas for retida influência significativa, somente uma parte proporcional dos valores anteriormente reconhecidos em outros resultados abrangentes será reclassificada para o resultado, quando apropriado.

Os ganhos e as perdas de diluição, ocorridos em participações em coligadas, são reconhecidos na demonstração do

## W2W E-Commerce de Vinhos S.A.

### Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018

Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma

resultado.

#### 1.4 Mudanças nas políticas contábeis e divulgações

As seguintes normas foram adotadas pela primeira vez para o exercício iniciado em 1º de janeiro de 2018:

- CPC 48 – IFRS 9 (Instrumentos Financeiros), aborda a classificação, a mensuração e o reconhecimento de ativos e passivos financeiros e substitui a orientação no CPC 38, que diz respeito à classificação e à mensuração de instrumentos financeiros. As principais alterações que o CPC 48 traz são: (i) novos critérios de classificação de ativos financeiros; (ii) novo modelo de *impairment* para ativos financeiros, híbrido de perdas esperadas e incorridas (doravante denominado modelo de perdas esperadas), em substituição ao modelo atual de perdas incorridas; e (iii) flexibilização das exigências para adoção da contabilidade de hedge.

Em 31 de dezembro de 2018, a administração avaliou os efeitos relacionados à adoção da nova norma e não identificou impactos relevantes.

Conforme permitido pelas regras de transição do IFRS 9/CPC 48, a nova norma foi adotada pela Companhia a partir de 1º de janeiro de 2018, sem a reapresentação das cifras comparativas do exercício de 2017.

A tabela a seguir explica as categorias de mensuração originais no CPC 38/IAS 39 e as novas categorias de mensuração do CPC 48/IFRS 9 para cada classe de ativos financeiros da Companhia em 1º de janeiro de 2018. O efeito da adoção do CPC 48/IFRS 9 sobre os valores contábeis dos ativos financeiros em 1º de 2018 está relacionado apenas aos novos requerimentos de redução ao valor recuperável e as novas classificações.

	Classificações original CPC 38/IAS 39	Nova classificação CPC 48/IFRS 9	Controladora	
			Valor contábil em 31/12/2017	Valor contábil em 01/01/2018
<b>Ativos Financeiros</b>				
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 4)	Custo amortizado	Custo amortizado	36.221	36.221
Contas a receber (Nota 6) (i)	Empréstimos e recebíveis	Custo amortizado	58.296	58.296
Instrumentos financeiros derivativos	Valor Justo	Valor Justo	233	233
			<b>94.750</b>	<b>94.750</b>
<b>Passivos Financeiros</b>				
Fornecedores (Nota 14)	Custo amortizado	Custo amortizado	49.026	49.026
Empréstimos e financiamentos (Nota 15)	Empréstimos e recebíveis	Custo amortizado	3.379	3.379
Debêntures (Nota 15)	Custo amortizado	Custo amortizado	62.655	62.655
			<b>115.060</b>	<b>115.060</b>

	Classificações original CPC 38/IAS 39	Nova classificação CPC 48/IFRS 9	Controladora	
			Valor contábil em 31/12/2017	Valor contábil em 01/01/2018
<b>Ativos Financeiros</b>				
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 4)	Custo amortizado	Custo amortizado	36.231	36.231
Contas a receber (Nota 6) (i)	Empréstimos e recebíveis	Custo amortizado	58.296	58.296
Instrumentos financeiros derivativos	Valor Justo	Valor Justo	233	233
			<b>94.760</b>	<b>94.760</b>
<b>Passivos Financeiros</b>				
Fornecedores (Nota 14)	Custo amortizado	Custo amortizado	49.026	49.026
Empréstimos e financiamentos (Nota 15)	Empréstimos e Recebíveis	Custo amortizado	3.379	3.379
Debêntures (Nota 15)	Custo amortizado	Custo amortizado	62.655	62.655
Instrumentos financeiros derivativos	Valor Justo	Valor Justo	-	-
			<b>115.060</b>	<b>115.060</b>

## W2W E-Commerce de Vinhos S.A.

### Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018

Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma

---

- (i) Em relação ao contas a receber a inadimplência é muito baixa em virtude dos recebimentos serem firmados mediante pagamento por cartões de crédito. Além disso, a perda história da Companhia no recebimento de créditos é imaterial no valor de R\$ 35.

CPC 47 – IFRS 15 (Receita de Contratos com Clientes), essa nova norma traz os princípios que uma entidade aplicará para determinar a mensuração da receita e quando ela é reconhecida. Essa norma baseia-se no princípio de que a receita é reconhecida quando o controle de um bem ou serviço é transferido a um cliente, assim, o princípio de controle substituirá o princípio de riscos e benefícios. Ela substitui o CPC 30 (Receitas) e correspondentes interpretações. Em 31 de dezembro de 2018, a administração identificou os efeitos relacionados ao assunto, que estão demonstrados na 6 (b)). Adicionalmente, a administração não identificou efeitos relacionados a mensuração da receita, dos ativos relacionados a contratos de clientes e dos passivos relacionados a contratos de clientes.

No que se refere à interpretação IFRIC 22/ICPC 21 (Transações em moeda estrangeira), que também entrou em vigor em 1o de janeiro de 2018 e provê esclarecimentos sobre a data da transação a ser usada para conversão de adiantamentos feitos ou recebidos em transações em moeda estrangeira, a Companhia optou por fazer a transição de forma prospectiva, isto é, os saldos de adiantamentos, incluindo o valor do principal e sua respectiva variação cambial acumulada, em 31 de dezembro de 2017, foram considerados como sendo os saldos iniciais dos adiantamentos e a data de 31 de dezembro de 2017 como sendo a data de transição. Os impactos de adoção dessa interpretação não são materiais.

## 2 Sumário das principais práticas contábeis

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo disposição em contrário.

### 2.1 Moeda funcional e moeda de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras da Companhia são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual a Companhia atua ("a moeda funcional"). As demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão apresentadas em reais, que é a moeda funcional da Companhia e, também, a moeda de apresentação do Grupo.

### 2.2 Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses, e com risco insignificante de mudança de valor, sendo o saldo apresentado líquido de saldos de contas garantidas na demonstração dos fluxos de caixa.

## W2W E-Commerce de Vinhos S.A.

### Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018

Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma

---

#### 2.3 Ativos financeiros

##### 2.3.1 Classificação

A partir de 1º de janeiro de 2018, a Companhia classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias de mensuração:

- . Mensurados ao valor justo (seja por meio de outros resultados abrangentes ou por meio do resultado).
- . Mensurados ao custo amortizado.

A classificação depende do modelo de negócio da entidade para gestão dos ativos financeiros e os termos contratuais dos fluxos de caixa. Para ativos financeiros mensurados ao valor justo, os ganhos e perdas serão registrados no resultado ou em outros resultados abrangentes

##### 2.3.2 Reconhecimento e reversão

Compras e vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação, data na qual a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo. Os ativos financeiros são revertidos quando os direitos de receber fluxos de caixa tenham vencido ou tenham sido transferidos e a Companhia tenha transferido substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade.

##### 2.3.3 Mensuração

No reconhecimento inicial, a Companhia mensura um ativo financeiro ao valor justo acrescido, no caso de um ativo financeiro não mensurado ao valor justo por meio do resultado, dos custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição do ativo financeiro. Os custos de transação de ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são registrados como despesas no resultado.

Os ativos financeiros com derivativos embutidos são considerados, em sua totalidade, ao determinar se os seus fluxos de caixa consistem apenas em pagamento do principal e de juros.

#### Instrumentos de dívida

A mensuração subsequente de títulos de dívida depende do modelo de negócio da Companhia para gestão do ativo, além das características do fluxo de caixa do ativo. A Companhia classifica seus títulos de dívida de acordo com as três categorias de mensuração a seguir:

- . Custo amortizado - os ativos, que são mantidos para coleta de fluxos de caixa contratuais quando tais fluxos de caixa representam apenas pagamentos do principal e de juros, são mensurados ao custo amortizado. As receitas com juros provenientes desses ativos financeiros são registradas em receitas financeiras usando o método da taxa efetiva de juros. Quaisquer ganhos ou perdas devido à baixa do ativo são reconhecidos diretamente no resultado e apresentados em outros ganhos/(perdas) juntamente com os ganhos e perdas cambiais. As perdas por *impairment* são apresentadas em uma conta separada na demonstração do resultado.
- . Valor justo por meio de outros resultados abrangentes - os ativos que são mantidos para coleta de fluxos de caixa contratuais e para venda dos ativos financeiros quando tais fluxos de caixa representam apenas pagamentos do principal e de juros, são mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes. Mudanças no valor contábil são registradas em outros resultados abrangentes, exceto pelo reconhecimento dos ganhos ou perdas por *impairment*, receita com juros e ganhos e perdas cambiais, os quais são reconhecidos na demonstração do resultado. Quando o ativo financeiro é baixado, os ganhos ou perdas cumulativos que haviam sido reconhecidos em outros resultados abrangentes são reclassificados do patrimônio líquido para o resultado e reconhecidos em outros ganhos/(perdas). As receitas com juros provenientes desses ativos financeiros são registradas em receitas financeiras usando o método da taxa efetiva de juros.

## W2W E-Commerce de Vinhos S.A.

### Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018

Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma

---

Os ganhos e as perdas cambiais são apresentados em outros ganhos/(perdas) e as despesas de *impairment* são apresentadas em uma conta separada na demonstração do resultado.

Valor justo por meio do resultado - os ativos que não atendem os critérios de classificação de custo amortizado ou de valor justo por meio de outros resultados abrangentes são mensurados ao valor justo por meio do resultado. Eventuais ganhos ou perdas em um investimento em título de dívida que seja subsequentemente mensurado ao valor justo por meio do resultado são reconhecidos no resultado e apresentados líquidos em outros ganhos/(perdas), no período em que ocorrerem.

#### Instrumentos patrimoniais

A Companhia subsequentemente mensura, ao valor justo, todos os investimentos patrimoniais. Quando a administração da Companhia escolher apresentar, ao valor justo, os ganhos e perdas com investimentos patrimoniais em outros resultados abrangentes, não haverá reclassificação subsequente dos ganhos e perdas ao valor justo para o resultado após a baixa do investimento. Os dividendos desses investimentos continuam a ser reconhecidos, no resultado, como outras receitas quando o direito de a Companhia receber pagamentos é estabelecido.

As variações no valor justo dos ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são reconhecidas em outros ganhos/(perdas) na demonstração do resultado quando aplicável. As perdas por *impairment* (e a reversão dessas perdas) em investimentos patrimoniais mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes não têm uma divulgação separada das outras mudanças no valor justo.

#### 2.3.4 *Impairment*

A partir de 1º de janeiro de 2018, a Companhia passou a avaliar, em base prospectiva, as perdas esperadas de crédito associadas aos títulos de dívida registrados ao custo amortizado e ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes. A metodologia de *impairment* aplicada depende de ter havido ou não um aumento significativo no risco de crédito.

Para as contas a receber de clientes, a Companhia aplica a abordagem simplificada conforme permitido pelo CPC 48 e, por isso, reconhece as perdas esperadas ao longo da vida útil a partir do reconhecimento inicial dos recebíveis.

#### 2.3.5 Compensação de instrumentos financeiros

Quando aplicável, ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando há um direito legal de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. O direito legal não deve ser contingente em eventos futuros e deve ser aplicável no curso normal dos negócios e no caso de inadimplência, insolvência ou falência da Companhia ou da contraparte.

## W2W E-Commerce de Vinhos S.A.

### Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018

Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma

---

#### 2.3.6 Instrumentos financeiros derivativos e atividades de *hedge*

Inicialmente, os derivativos são reconhecidos pelo valor justo na data em que um contrato de derivativos é celebrado e são, subsequentemente, mensurados ao seu valor justo. O método para reconhecer o ganho ou a perda resultante depende de o fato do derivativo ser designado ou não como um instrumento de *hedge* nos casos de adoção da contabilidade de *hedge* (*hedge accounting*).

Sendo este o caso, o método depende da natureza do item que está sendo protegido por *hedge*. A Companhia adota a contabilidade de *hedge* (*hedge accounting*) e designa certos derivativos como:

- Hedge do valor justo de ativos ou passivos reconhecidos ou de um compromisso firme (*hedge* de valor justo);
- Hedge de um risco específico associado a um ativo ou passivo reconhecido ou uma operação prevista altamente provável (*hedge* de fluxo de caixa); ou
- Hedge de um investimento líquido em uma operação no exterior (*hedge* de investimento líquido).

#### Hedge de fluxo de caixa

A parcela efetiva das variações no valor justo de derivativos designados e qualificados como *hedge* de fluxo de caixa é reconhecida no patrimônio líquido, na conta "Ajustes de avaliação patrimonial". O ganho ou perda relacionado com a parcela não efetiva é imediatamente reconhecido na demonstração do resultado como "Outros ganhos (perdas), líquidos".

A parcela efetiva das variações no valor justo de derivativos designados e qualificados como *hedge* de fluxo de caixa é reconhecida na reserva de *hedge* de fluxo de caixa, no patrimônio líquido. Os ganhos ou as perdas relacionadas com a parcela não efetiva são imediatamente reconhecidos no resultado, em outras receitas (despesas).

Quando os contratos a termo são usados como *hedge* das transações previstas, a Companhia geralmente designa apenas a mudança no valor justo do contrato a termo relacionado ao componente à vista como o instrumento de *hedge*. Os ganhos ou perdas relacionadas à parcela efetiva da mudança no componente à vista dos contratos a termo são reconhecidos no patrimônio líquido como reserva de *hedge* de fluxo de caixa. A mudança no componente a termo do contrato relacionado ao item protegido é reconhecida, no patrimônio líquido, em outros resultados abrangentes como custos da reserva de *hedge*. Em alguns casos, a Companhia pode designar toda a mudança no valor justo do contrato a termo (incluindo pontos a termo) como o instrumento de *hedge*. Nesses casos, os ganhos ou perdas relacionadas à parcela efetiva da mudança no valor justo de todo o contrato a termo são reconhecidos no patrimônio líquido como reserva de *hedge* de fluxo de caixa.

Os valores acumulados no patrimônio líquido são reclassificados nos períodos em que o item protegido afetar o resultado, conforme segue.

Quando o item protegido acaba resultando no reconhecimento de um ativo não financeiro (estoque, por exemplo), os ganhos e perdas diferidos de *hedge* e o valor no tempo diferido dos pontos a termo diferidos, se existirem, são incluídos no custo inicial do ativo. Os valores diferidos são reconhecidos por fim no resultado quando o item protegido afeta os ganhos ou as perdas (por exemplo, por meio do custo de vendas).

- Os ganhos ou perdas relacionadas à parcela efetiva dos swaps de taxa de juros que protegem os empréstimos a taxas variáveis são reconhecidos na demonstração do resultado como despesas financeiras ao mesmo tempo que as despesas de juros sobre os empréstimos protegidos.

Quando um instrumento de *hedge* vence, é vendido ou extinto; ou quando um *hedge* não mais atende aos critérios da contabilidade de *hedge*, todo ganho ou perda acumulado diferido e os custos de *hedge* diferidos existentes no patrimônio, naquele momento, permanecem no patrimônio até que a transação prevista ocorra, resultando no

## W2W E-Commerce de Vinhos S.A.

### Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018

Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma

---

reconhecimento de um ativo não financeiro, como um estoque. Quando não se espera mais que uma operação prevista ocorra, o ganho ou a perda cumulativo e os custos de hedge diferidos que haviam sido apresentados no patrimônio líquido são imediatamente reclassificados para o resultado.

#### 2.3.7 Políticas contábeis adotadas até 31 de dezembro de 2017

Conforme permitido pelas regras de transição do (i) IFRS 9/CPC 48 - "Instrumentos Financeiros", a nova norma foi adotada pela Companhia a partir de 1º de janeiro de 2018, sem a reapresentação das cifras comparativas do exercício de 2017. Por esse motivo, as práticas contábeis adotadas na elaboração das informações comparativas são as mesmas divulgadas nas demonstrações financeiras do exercício anterior de 31 de dezembro de 2017, cujo resumo apresentamos a seguir:

##### (i) Classificação

Até 31 de dezembro de 2017, a Companhia classificava seus ativos financeiros, no reconhecimento inicial, sob as seguintes categorias: mensurados ao valor justo por meio do resultado, empréstimos e recebíveis e disponíveis para venda. A classificação dependia da finalidade para a qual os ativos financeiros eram adquiridos.

##### (ii) Reconhecimento e mensuração

A mensuração inicial não foi alterada com a adoção do IFRS9/CPC 48. Subsequentemente, os ativos financeiros eram baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa tenham vencido ou tenham sido transferidos; neste último caso, desde que a Companhia tivesse transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios de propriedade. Os ativos financeiros disponíveis para venda e os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado eram, subsequentemente, contabilizados pelo valor justo. Os empréstimos e recebíveis eram contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros. Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado eram apresentados na demonstração do resultado em "Outros ganhos (perdas), líquidos" no período em que ocorressem.

Quando os títulos classificados como disponíveis para venda eram vendidos ou sofrem perda (*impairment*), os ajustes acumulados do valor justo, reconhecidos no patrimônio, eram incluídos na demonstração do resultado como "Receitas e despesas financeiras". Os juros de títulos disponíveis para venda, calculados pelo método da taxa efetiva de juros, eram reconhecidos na demonstração do resultado como parte de outras receitas.

## W2W E-Commerce de Vinhos S.A.

### Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018

Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma

---

#### **Impairment de ativos financeiros**

##### **Ativos mensurados ao custo amortizado**

Até 31 de dezembro de 2017, a Companhia avaliava na data de cada balanço se havia evidência objetiva de que um ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros estava deteriorado e as perdas por *impairment* eram incorridas somente se houvesse evidência objetiva de *impairment* como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um "evento de perda") e aquele evento (ou eventos) de perda tivesse um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pudesse ser estimado de maneira confiável.

O montante da perda por *impairment* era mensurado como a diferença entre o valor contábil dos ativos e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados (excluindo os prejuízos de crédito futuro que não foram incorridos) descontados à taxa de juros em vigor original dos ativos financeiros. O valor contábil do ativo era reduzido e o valor do prejuízo era reconhecido na demonstração do resultado. Se um empréstimo ou investimento mantido até o vencimento tivesse uma taxa de juros variável, a taxa de desconto para medir uma perda por *impairment* era a atual taxa efetiva de juros determinada de acordo com o contrato. Como um expediente prático, a Companhia poderia mensurar o *impairment* com base no valor justo de um instrumento utilizando um preço de mercado observável.

Se, num período subsequente, o valor da perda por *impairment* diminuísse e a diminuição pudesse ser relacionada objetivamente com um evento que ocorreu após o *impairment* ser reconhecido (como uma melhoria na classificação de crédito do devedor), a reversão dessa perda reconhecida anteriormente era reconhecida na demonstração do resultado.

#### **2.4 Contas a receber, ativos e passivos relacionados a contratos com clientes**

##### **(a) Contas a receber de clientes**

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber pela venda de mercadorias ou prestação de serviços no curso normal das atividades do Grupo. A Companhia mantém as contas a receber de clientes com o objetivo de arrecadar fluxos de caixa contratuais e, portanto, essas contas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros, deduzidas das provisões para perdas. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante.

Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante.

##### **(b) Ativos e passivos relacionados a contratos com clientes**

Os ativos e passivos relacionados a contratos com clientes correspondem ao valor a receber pela venda de mercadorias efetuadas mediante a contratação das diversas modalidades de clubes oferecidos pela Companhia. Estes podem ser contratados de forma parcelada (ativos relacionados a contratos com clientes) ou com a antecipação integral do valor do clube (passivos relacionados a contratos com clientes). A Companhia mantém os ativos com o objetivo de arrecadar fluxos de caixa contratuais e, portanto, estas contas são inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensurados pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros, deduzidas das provisões para perdas. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante. A Companhia mantém os passivos em decorrência da obrigação de entrega do clube contratado. Estes são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo e, subsequentemente, mensurados pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros. Os passivos relacionados a contratos com clientes são baixados mediante a entrega mensal do clube contratado, momento em que a receita é efetivamente reconhecida.

## W2W E-Commerce de Vinhos S.A.

### Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018

Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma

#### Políticas contábeis adotadas até 31 de dezembro de 2017 para os ativos e passivos relacionados a contratos com clientes

Até 31 de dezembro de 2017, os “Passivos relacionados a contratos com clientes” eram classificados como “Adiantamento de clientes” e os “Ativos relacionados a contratos com clientes” eram classificados dentro do grupo de “Contas a receber de clientes”. Não ocorreram alterações na forma de mensuração destes saldos.

#### 2.5 Estoques

Os estoques são demonstrados ao custo ou ao valor líquido de realização, dos dois o menor. O custo é determinado pelo método de avaliação de estoque "custo médio ponderado" e o valor líquido de realização corresponde ao preço de venda estimado menos os custos para concluir e vender. Os estoques são avaliados quanto ao seu valor recuperável nas datas de balanço. Em caso de perda por desvalorização (*impairment*), esta é imediatamente reconhecida no resultado.

#### 2.6 Imobilizado

Os itens do imobilizado são demonstrados ao custo histórico de aquisição menos o valor da depreciação e de qualquer perda não recuperável acumulada. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis necessários para preparar o ativo para o uso pretendido pela administração, excluindo custos de financiamentos. Os valores residuais, a vida útil e os métodos de depreciação dos ativos são revisados e ajustados, se necessário, quando existir uma indicação de mudança significativa desde a última data de balanço. O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado para seu valor recuperável se o valor contábil do ativo for maior que seu valor recuperável estimado. A depreciação dos ativos é calculada usando o método linear considerando os seus custos e seus valores residuais durante a vida útil estimada, como segue:

	<u>Anos</u>
Máquinas e equipamentos	10-11
Móveis, utensílios e equipamentos	10-11
Computadores e periféricos	5-6
Veículos	5-6
Benfeitorias em imóveis de terceiros	2-10
Pallets	4-5

A Companhia realiza, anualmente ou sempre que existirem indícios de eventual perda de valor, a avaliação da recuperabilidade de seus ativos. Qualquer perda por *impairment* é registrada de imediato como custo da demonstração dos resultados da Companhia. Em 31 de dezembro de 2018 não foram identificados indícios de perda de valor dos seus ativos.

#### 2.7 Arrendamentos

A Companhia arrenda certos bens do imobilizado. Os arrendamentos do imobilizado, nos quais a Companhia detém, substancialmente, todos os riscos e benefícios da propriedade, são classificados como arrendamentos financeiros. Estes são capitalizados no início do contrato de arrendamento. Cada parcela paga do arrendamento é alocada, parte ao passivo e parte aos encargos financeiros, para que, dessa forma, seja obtida uma taxa constante sobre o saldo da dívida em aberto. As obrigações correspondentes, líquidas dos encargos financeiros, são incluídas em empréstimos. Os juros das despesas financeiras são reconhecidos na demonstração do resultado durante o período do arrendamento, para produzir uma taxa periódica constante de juros sobre o saldo remanescente do passivo para cada período. O imobilizado adquirido por meio de arrendamentos financeiros é depreciado durante a vida útil do ativo.

## W2W E-Commerce de Vinhos S.A.

### Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018

Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma

---

#### 2.8 Intangível

##### (a) Ágio

O ágio resulta da aquisição de controladas e representa o excesso da (i) contraprestação transferida, (ii) do valor da participação de não controladores na adquirida e (iii) do valor justo na data da aquisição de qualquer participação patrimonial anterior na adquirida em relação ao valor justo dos ativos líquidos identificáveis adquiridos. Caso o total da contraprestação transferida, a participação dos não controladores reconhecida e a participação mantida anteriormente medida pelo valor justo seja menor do que o valor justo dos ativos líquidos da controlada adquirida, no caso de uma compra vantajosa, a diferença é reconhecida diretamente na demonstração do resultado.

##### (b) Licenças de uso e plataforma (*softwares*)

Licenças adquiridas de programas de computador são capitalizadas com base nos custos incorridos e amortizadas ao longo de sua vida útil estimada. Os gastos associados ao desenvolvimento ou à manutenção de *softwares* e da plataforma do *site* da Companhia são reconhecidos como despesas na medida em que são incorridos. Já os gastos diretamente associados aos *softwares* identificáveis e únicos, controlados pela Companhia e que, provavelmente, gerarão benefícios econômicos maiores que os custos por mais de um ano, são reconhecidos como ativos intangíveis quando os seguintes critérios são atendidos:

- É tecnicamente viável concluir o *software* para que ele esteja disponível para uso.
- A administração pretende concluir o *software* e usá-lo ou vendê-lo.
- O *software* pode ser usado ou vendido.
- Pode-se demonstrar que é provável que o *software* gerará benefícios econômicos futuros.
- Estão disponíveis adequados recursos técnicos, financeiros e outros recursos para concluir o desenvolvimento e para usar ou vender o *software*.
- O gasto atribuível ao *software* durante seu desenvolvimento pode ser mensurado com segurança.

Os custos diretamente atribuíveis, que são capitalizados como parte do produto de *software*, incluem os custos com empregados alocados no desenvolvimento de *softwares* e uma parcela adequada das despesas indiretas aplicáveis. Outros gastos de desenvolvimento que não atendam a esses critérios são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento previamente reconhecidos como despesa não são reconhecidos como ativo em período subsequente.

Os custos de desenvolvimento de *softwares* reconhecidos como ativos são amortizados durante sua vida útil estimada, não superior a dezoito anos.

#### 2.9 Empréstimos e financiamentos e debêntures

Os empréstimos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor total a pagar é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

Instrumentos financeiros compostos, os quais incluem componentes de passivo financeiro (dívida) e de patrimônio líquido, emitidos pela Companhia compreendem títulos que podem ser convertidos em capital social à opção do titular, e o número de ações a serem emitidas não varia com as mudanças em seu valor justo.

O componente de passivo de um instrumento financeiro composto é reconhecido inicialmente a valor justo. O valor justo da parcela do passivo de um título de dívida conversível é determinado com o uso de fluxo de caixa descontado, considerando a taxa de juros de mercado para um título de dívida com características similares (período, valor, risco de crédito), porém não conversível. O componente de patrimônio líquido é reconhecido, inicialmente, pela diferença entre o valor total recebido pela Companhia com emissão do título, e o valor justo do componente de passivo financeiro reconhecido. Os custos de transação diretamente atribuíveis ao título são alocados aos componentes de passivo e de patrimônio líquido proporcionalmente aos valores inicialmente reconhecidos.

## **W2W E-Commerce de Vinhos S.A.**

### **Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018**

**Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma**

---

Após o reconhecimento inicial, o componente de passivo de um instrumento financeiro composto é mensurado ao custo amortizado, utilizando o método da taxa efetiva de juros. O componente patrimonial de um instrumento financeiro composto não é remensurado após o seu reconhecimento inicial, exceto na conversão ou quando expirado.

Os empréstimos são classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

Os custos de empréstimos gerais e específicos que são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável, que é um ativo que, necessariamente, demanda um período de tempo substancial para ficar pronto para seu uso ou venda pretendidos, são capitalizados como parte do custo do ativo quando for provável que eles irão resultar em benefícios econômicos futuros para a entidade e que tais custos possam ser mensurados com confiança. Demais custos de empréstimos são reconhecidos como despesa no período em que são incorridos.

#### **2.10 Provisões**

As provisões contingências, perdas e passivos futuros são reconhecidos quando a Companhia tem uma obrigação presente legal ou implícita como resultado de eventos passados, é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor possa ser feita. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

Quando houver uma série de obrigações similares, a probabilidade de liquidá-las é determinada levando-se em consideração a classe de obrigações como um todo. Uma provisão é reconhecida mesmo que a probabilidade de liquidação relacionada com qualquer item individual incluído na mesma classe de obrigações seja pequena.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes dos efeitos tributários, a qual reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

#### **2.11 Benefícios a empregados (participação nos lucros)**

A obrigação referente a participação dos empregados nos lucros é registrada pela Companhia em conta específica no passivo circulante, pois há um plano formal e os valores podem ser mensurados com segurança antes da emissão das demonstrações financeiras consolidadas. A metodologia utilizada leva em conta o lucro atribuído aos acionistas da Companhia após certos ajustes e foi aprovada junto aos colaboradores, através do sindicato da categoria, e acionistas da Companhia.

## W2W E-Commerce de Vinhos S.A.

### Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018

Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma

---

#### 2.12 Imposto de renda e contribuição social corrente e diferidos

As despesas de imposto de renda e contribuição social do período compreendem os impostos corrente e diferido.

Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido ou no resultado abrangente.

O encargo de imposto de renda e a contribuição social corrente e diferido é calculado com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço dos países em que as entidades da Companhia atuam e geram lucro tributável. A administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pela Companhia nas apurações de impostos sobre a renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações; e estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais.

O imposto de renda e a contribuição social corrente são apresentados líquidos, por entidade contribuinte, no passivo quando houver montantes a pagar, ou no ativo quando os montantes antecipadamente pagos excedem o total devido na data do relatório. O imposto de renda e a contribuição social diferidos são reconhecidos usando-se o método do passivo sobre as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações financeiras. Entretanto, o imposto de renda e a contribuição social diferidos não são contabilizados se resultar do reconhecimento inicial de um ativo ou passivo em uma operação que não seja uma combinação de negócios, a qual, na época da transação, não afeta o resultado contábil, nem o lucro tributável (prejuízo fiscal).

O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativo são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas.

Os impostos de renda diferidos são reconhecidos sobre as diferenças temporárias decorrentes dos investimentos em controladas, exceto quando o momento da reversão das diferenças temporárias seja controlado pela Companhia, e desde que seja provável que a diferença temporária não será revertida em um futuro previsível.

Os impostos de renda diferidos ativos e passivos são apresentados pelo líquido no balanço quando há o direito legal e a intenção de compensá-los quando da apuração dos tributos correntes, em geral relacionado com a mesma entidade legal e mesma autoridade fiscal. Dessa forma, impostos diferidos ativos e passivos em diferentes entidades ou em diferentes países, em geral são apresentados em separado, e não pelo líquido.

A controlada Bodegas efetua a apuração do imposto de renda e contribuição social pelo regime presumido, onde a provisão para o imposto de renda é constituída 8% sobre o faturamento. A contribuição social é provisionada à alíquota de 12% do faturamento, conforme legislação em vigor.

#### 2.13 Reconhecimento da receita – até 1º de janeiro de 2018

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos e serviços no curso normal das atividades da Companhia e sua controlada. A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos concedidos. O reconhecimento da receita ocorre quando o valor pode ser mensurado com segurança, é provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a entidade e quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades, conforme descrição a seguir.

##### (a) Reconhecimento da receita – a partir de 1º de janeiro de 2018

A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos concedidos. As receitas de vendas de produtos são reconhecidas quando o cliente obtém o controle dos bens ou serviços. Os fretes sobre vendas são considerados como despesa de vendas.

## W2W E-Commerce de Vinhos S.A.

### Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018

Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma

---

**(b) Venda de produtos - atacado**

As vendas dos produtos adquiridos no mercado interno e importados são reconhecidas sempre que a entrega dos produtos é concretizada ao cliente varejista. Neste ramo, nosso campo de atuação abrange grandes redes *off trade* e redes menores considerados *on trade*, distribuidores, bares, restaurantes e casas especializadas. Todas as operações são realizadas conforme acordado com cliente e são registradas líquidas de qualquer desconto por volume. A venda de produtos é realizada através do site [www.wine.com.br](http://www.wine.com.br) e também em atendimentos presenciais pelos nossos vendedores.

**(c) Venda de produtos - varejo**

A operação varejista contempla a venda de produtos através do site da Companhia. Nestes canais as vendas são direcionadas ao consumidor final pessoa física e é reconhecida após a entrega ao cliente destinatário.

**(d) Venda de Benefícios e Vantagens – Clube Prime**

As receitas do Clube Prime são reconhecidas quando o cliente obtém o controle dos benefícios e vantagens. O clube de benefícios é direcionado aos sócios e clientes, nas modalidades mensal e pré-pago, os quais oferecem benefícios diferenciados, tais como descontos em loja, parcerias, frete diferenciado e acesso a promoções exclusivas.

**(e) Receita Financeira**

A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido pelo regime de competência, usando o método de juros efetivos. Reflete os ganhos de juros nas operações de investimentos, aplicações e variação cambial sobre ativos e passivos financeiros.

**(f) Subvenções Governamentais para investimento**

A companhia possui termo de acordo com o Estado do Espírito Santo para utilização de benefícios fiscais firmado através do termo nº 0277/2012. Os benefícios concedidos estão estabelecidos no artigo 530 do regulamento e são repassados para companhia através do Programa de Incentivo ao Investimento no Estado do Espírito Santo (INVEST-ES) e Programa de Desenvolvimento e Proteção à Economia do Estado do Espírito Santo – COMPETE/ES.

O Programa de Incentivo ao Investimento no Estado do Espírito Santo (INVEST-ES) tem por objetivo contribuir para a expansão, modernização e diversificação dos setores produtivos do Espírito Santo, estimulando a realização de investimentos, a implantação e a utilização de armazéns e infraestruturas logísticas existentes; renovação tecnológica das estruturas produtivas; otimização da atividade de importação de mercadorias e bens; e o aumento da competitividade estadual, com ênfase na geração de emprego e renda e na redução das desigualdades sociais e regionais.

O Programa de Desenvolvimento e Proteção à Economia do Estado do Espírito Santo – COMPETE/ES (Lei 10.568/2016) tem por objetivo contribuir para a expansão, modernização e diversificação dos setores produtivos do Estado, estimulando a realização de investimentos, a renovação tecnológica das estruturas produtivas e o aumento da competitividade estadual, com ênfase na manutenção e/ou geração de emprego e renda e na redução das desigualdades sociais e regionais.

Dentre os diversos benefícios fiscais oferecidos pelo Estado, os principais são (i) o aproveitamento de crédito presumido de forma que a carga tributária efetiva resulte um inteiro e vinte e cinco centésimos por cento nas saídas interestaduais; e (ii) diferimento do ICMS nas operações de importação.

Para fluir do benefício são considerados o atendimento dos requisitos previstos no contrato de competitividade firmado junto ao SINCADES (Sindicato do Comércio Atacadista e Distribuidor do Espírito Santo), dentre as quais, destacamos a necessidade de crescer a arrecadação do ICMS em no mínimo 5% ao

## W2W E-Commerce de Vinhos S.A.

### Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018

Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma

---

ano (calculado pelo conjunto das empresas aderentes) e o envio anual à SEDES (Secretaria de Estado do Desenvolvimento) informações acerca da competitividade da Companhia para o setor atacadista.

As subvenções governamentais são reconhecidas na medida em que as condições relacionadas à obtenção da subvenção são cumpridas, conforme citado no parágrafo anterior. Estas subvenções recebidas são reconhecidas na rubrica de impostos sobre vendas (nota 20) para compensação de despesas com ICMS.

#### 2.14 Estimativas contábeis e julgamentos críticos

Na elaboração das demonstrações financeiras é necessário utilizar estimativas para contabilizar certos ativos, passivos e outras transações. Para efetuar estas estimativas, a administração utilizou as melhores informações disponíveis na data da preparação das demonstrações financeiras, bem como a experiência de eventos passados e/ou correntes, considerando ainda pressupostos relativos a eventos futuros. Com base em premissas, a Companhia faz estimativas com relação ao futuro.

Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contempladas a seguir.

##### (a) Imposto de renda e contribuição social diferidos

A Companhia reconhece o imposto de renda e contribuição social diferidos ativos e passivos com base nas diferenças entre as bases de cálculo do imposto sobre ativos e passivos e os valores contábeis das demonstrações financeiras, usando alíquotas tributárias em vigor. A Companhia revisa regularmente os impostos diferidos ativos e passivos para avaliar sua possibilidade de recuperação, levando em consideração o lucro histórico gerado e o lucro tributável futuro projetado com base em um estudo da viabilidade técnica.

É necessário um julgamento significativo para determinar a recuperabilidade desses impostos diferidos ativos e passivos, os quais levam em conta expectativas de lucros tributáveis futuros.

##### (b) Perda (*impairment*) do ágio

A Companhia testa anualmente se o ágio (*goodwill*) sofreu qualquer *impairment*, de acordo com a política contábil apresentada. Os valores recuperáveis das unidades geradoras de caixa foram determinados com base em cálculos do valor em uso. Esses cálculos exigem o uso de estimativas e estão pautados em estudos de viabilidade, considerando premissas internas e externas.

##### (c) Valor justo de derivativos e outros instrumentos financeiros

O valor justo de instrumentos financeiros que não são negociados em mercados ativos é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação. A Companhia usa seu julgamento para escolher diversos métodos e definir premissas que se baseiam principalmente nas condições de mercado existentes na data do balanço. A Companhia utilizou a análise do fluxo de caixa descontado para cálculo de valor justo de diversos ativos financeiros disponíveis para venda, ativos estes não negociados em mercados ativos.

## W2W E-Commerce de Vinhos S.A.

### Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018

Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma

#### 2.15 Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos

##### (a) Contexto geral

O Conselho de Administração tem a responsabilidade global de determinar os objetivos e políticas de gestão de risco da Companhia e suas controladas. O objetivo geral é estabelecer políticas que visam reduzir o risco ao máximo, sem afetar indevidamente a competitividade e flexibilidade da Companhia. A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros cujos riscos são administrados por meio de estratégias de posições financeiras e sistemas de limites de exposição, todas as operações estão integralmente reconhecidas na contabilidade. Os instrumentos financeiros derivativos são utilizados para a proteção das oscilações cambiais relacionadas a importação de mercadorias que são revendidas no ClubeW.

Os saldos de instrumentos financeiros estão classificados conforme abaixo:

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 4)	5.816	36.221	5.882	36.231
Contas a receber (Nota 6)	59.798	58.296	60.508	58.296
Ativos relacionados a contratos com clientes (Nota 6)	14.832	-	14.832	-
Instrumentos financeiros derivativos	833	233	833	233
	<u>81.279</u>	<u>94.750</u>	<u>82.055</u>	<u>94.760</u>
Fornecedores (Nota 14)	(47.452)	(49.026)	(48.111)	(49.026)
Empréstimos e financiamentos (Nota 15)	(9.873)	(3.379)	(9.873)	(3.379)
Passivos relacionados a contratos com clientes (Nota 6)	(23.537)	-	(23.537)	-
Debêntures (Nota 15)	(64.440)	(62.655)	(64.440)	(62.655)
	<u>(145.302)</u>	<u>(115.060)</u>	<u>(145.961)</u>	<u>(115.060)</u>

Não houve nenhuma alteração substancial na exposição aos riscos de instrumentos financeiros da Companhia, seus objetivos, políticas e processos para a gestão desses riscos ou os métodos utilizados para mensurá-los a partir de períodos anteriores, a menos que especificado o contrário nesta nota.

A Companhia está exposta, em virtude de suas operações, aos seguintes riscos financeiros:

- Risco de taxas de câmbio
- Risco de taxas de juros
- Risco de crédito
- Risco de liquidez
- Risco de capital

Em suas atividades a Companhia está sujeita a riscos de mercado relacionados à variação cambial do dólar americano e do euro. Com o objetivo de reduzir estes riscos, a Companhia dispõe da Política "Institucional de Investimentos Financeiros" aprovada pelo Conselho de Administração e devidamente implementada e em plena execução, dentro da qual está prevista a utilização de instrumentos financeiros derivativos.

## W2W E-Commerce de Vinhos S.A.

### Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018

Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma

#### (b) Risco cambial

A Companhia atua internacionalmente e está exposta ao risco cambial decorrente de transações em algumas moedas, basicamente com relação ao dólar americano e ao euro. O risco cambial decorre de compras de produtos importados, onde a administração monitora a oscilação das moedas e está apta a agir no caso de grandes variações. Em 2016 o Conselho de Administração estabeleceu a “Política Institucional de Investimentos Financeiros”, onde a administração da Companhia define os instrumentos financeiros elegíveis para redução de riscos nas aquisições de mercadorias de revenda do mercado internacional.

A contratação de instrumentos denominados *Non Deliverable Forward*, garantem proteção dos produtos adquiridos para comercialização em seu canal ClubeW através da modalidade de *hedge* de fluxo de caixa.

Em 31 de dezembro de 2018 as operações vinculadas a moedas estrangeiras, apresentadas em reais, estavam compostas conforme demonstrado abaixo:

	<b>Controladora</b>		<b>Consolidado</b>	
	<b>2018</b>	<b>2017</b>	<b>2018</b>	<b>2017</b>
Ativos financeiros				
Instrumentos financeiros derivativos	833	233	833	233
Contas a receber pela venda de investimento em coligada (Nota 11) (i)	4.350		4.350	
	<u>5.183</u>	<u>233</u>	<u>5.183</u>	<u>233</u>
Passivos financeiros				
Fornecedores (Nota 14)	47.452	49.026	48.111	49.026
	<u>47.452</u>	<u>49.026</u>	<u>48.111</u>	<u>49.026</u>

(i) **Refere-se ao investimento mantido na Mocoffee B.V.**, integralmente alienado no decorrer do exercício findo em 31 de dezembro de 2017 (Nota 11).

## W2W E-Commerce de Vinhos S.A.

### Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018

Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma

#### (c) Risco de taxas de juros

Decorre da possibilidade da Companhia incorrer em ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. Visando a redução desse risco, a Companhia busca diversificar a captação de recursos em longo prazo, com taxas prefixadas ou pós-fixadas lastreadas em CDI, de forma que quaisquer resultados oriundos da volatilidade desses indexadores não incorram em nenhum impacto significativo. Em 31 de dezembro de 2018, as operações vinculadas a taxas de juros, apresentadas eram:

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Ativos				
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 4)	5.816	36.221	5.883	36.231
Instrumentos financeiros derivativos	833	233	833	233
	<u>6.649</u>	<u>36.454</u>	<u>6.716</u>	<u>36.464</u>
Passivos				
Empréstimos e financiamentos (Nota 15)	9.873	3.379	9.873	3.379
Debêntures (Nota 15)	64.440	62.655	64.440	62.655
	<u>74.313</u>	<u>66.034</u>	<u>74.313</u>	<u>66.034</u>

A administração utiliza instrumentos financeiros derivativos para gerenciar suas exposições em moeda estrangeira e taxas de juros, sendo esse gerenciamento feito em conjunto. A posição de derivativos contempla as provisões através da marcação a mercado (MtM) de R\$ 833 (2017 - R\$ 233).

#### (d) Risco de crédito

O risco de crédito é o risco de perda financeira caso o cliente ou contraparte de um instrumento financeiro deixar de cumprir suas obrigações contratuais. A Companhia está exposta, principalmente, ao risco de crédito advindo de vendas a crédito. A política implementada, em nível local, é avaliar o risco de crédito de novos clientes antes de realizar contratos. Essas avaliações de crédito são consideradas pelas práticas comerciais locais. Não foi considerada necessária a exigência de garantias reais em relação às vendas a crédito. A administração entende que o risco de crédito é baixo devido ao fato de que a maioria das vendas são realizadas mediante a cartão de crédito. A posição dos créditos vencidos está apresentada na Nota 6.

#### *Impairment* de ativos financeiros

- contas a receber de clientes (mensurados ao custo amortizado);
- ativos relacionados a contratos com clientes (mensurados ao custo amortizado); e
- caixa e equivalentes de caixa.

Embora o caixa e equivalentes de caixa também estejam sujeitos às exigências de *impairment* do CPC 48 (IFRS 9), não foi identificada perda por *impairment* nesses ativos.

#### Contas a receber de clientes e ativos relacionados a contratos com clientes

A Companhia aplica a abordagem simplificada do CPC 48 (IFRS 9) para a mensuração de perdas de crédito esperadas considerando uma provisão para perdas esperadas ao longo da vida útil para todas as contas a receber de clientes e ativos de contratos. Para mensurar as perdas de crédito esperadas, as contas a receber de clientes e os ativos de contratos foram agrupados com base nas características compartilhadas de risco de crédito e nos dias de atraso. Os

## W2W E-Commerce de Vinhos S.A.

### Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018

Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma

---

ativos de contratos se relacionam a trabalhos em andamento que não foram faturados e possuem essencialmente as mesmas características de riscos das contas a receber de clientes para os mesmos tipos de contratos. Portanto, a Companhia concluiu que as taxas de perdas esperadas para as contas a receber de clientes representam uma aproximação razoável das taxas de perda para os ativos de contratos. A movimentação da perda nas contas a receber de clientes e nos ativos relacionados a contratos com clientes está demonstrada na Nota 6.

As contas a receber de clientes e os ativos de contratos são baixados quando não há expectativa razoável de recuperação. Os indícios de que não há expectativa razoável de recuperação incluem, entre outros: incapacidade do devedor de participar de um plano de renegociação de sua dívida com a Companhia ou de realizar pagamentos contratuais de dívidas vencidas há mais de 120 dias. As perdas por *impairment* em contas a receber de clientes e ativos de contratos são apresentadas como perdas por *impairment* líquidas, no lucro operacional. Recuperações subsequentes de valores previamente baixados são creditadas na mesma conta.

#### Política contábil anterior para o *impairment* de contas a receber de clientes

No exercício anterior, o *impairment* de contas a receber foi avaliado com base no modelo de perdas incorridas. As contas a receber individuais incobráveis foram baixadas por meio da redução direta do valor contábil. As demais contas a receber foram avaliadas de forma coletiva a fim de determinar se havia evidências objetivas de deterioração (*impairment*) incorrida, mas que não fora identificada ainda. Para esses recebíveis, as perdas por *impairment* estimadas foram reconhecidas em uma provisão para *impairment* separada.

A Companhia considerou que havia evidência de *impairment* se algum dos indicadores a seguir fosse identificado:

- . dificuldades financeiras significativas do devedor;
- . probabilidade do devedor declarar falência ou passar por uma reorganização financeira; e
- . inadimplência ou atraso em pagamentos (superior a 30 dias de atraso).

Os recebíveis para os quais uma provisão para *impairment* foi reconhecida foram baixados em relação à provisão nos casos em que não havia mais expectativa de recuperação adicional de caixa.

## W2W E-Commerce de Vinhos S.A.

### Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018

Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma

#### (e) Risco de liquidez

O risco de liquidez representa o risco de a Companhia e suas controladas em enfrentar dificuldades para cumprir suas obrigações relacionadas aos passivos financeiros. O risco de liquidez é monitorado através de constantes atualizações do fluxo de caixa, mantendo os investimentos e caixa prontamente conversíveis para atender suas obrigações e compromissos e, também se antecipando para futuras necessidades de caixa.

A administração considera que os passivos provenientes de empréstimos estão adequadamente distribuídos até o vencimento das operações. Os valores de capital de giro, cujos vencimentos são de curto prazo, deverão ser renovados, já que as linhas de crédito da empresa junto ao mercado financeiro dão suporte para tal renovação.

Em relação aos fornecedores, cujos principais são os fornecedores de vinhos, o prazo para pagamento é de até 120 dias.

As informações de intervalo dos vencimentos dos principais passivos financeiros (valores não descontados – fluxo nominal futuro) estão apresentadas a seguir:

	Controladora			Consolidado		
	Menos de um ano	Mais de um ano	Total	Menos de um ano	Mais de um ano	Total
Em 31 de dezembro de 2018						
Fornecedores (Nota 14)	47.452		47.452	48.111		48.111
Obrigações trabalhistas e sociais (Nota 16)	4.566		4.566	4.828		4.828
Impostos a recolher (Nota 8)	4.710		4.710	4.949		4.949
Passivos relacionados a contratos com clientes (Nota 5)	23.537		23.537	23.537		23.537
Empréstimos e financiamentos (Nota 15)	9.636	237	9.873	9.636	237	9.873
Debêntures (Nota 15)		64.440	64.440		64.440	64.440
	<b>89.901</b>	<b>64.677</b>	<b>154.578</b>	<b>91.061</b>	<b>64.677</b>	<b>155.738</b>
Em 31 de dezembro de 2017						
Fornecedores (Nota 14)	49.026		49.026	49.026		49.026
Obrigações trabalhistas e tributárias (Nota 16)	3.802		3.802	3.853		3.853
Impostos a recolher (Nota 8)	5.090		5.090	5.094		5.094
Empréstimos e financiamentos (Nota 15)	2.876	503	3.379	2.876	503	3.379
Debêntures (Nota 15)		62.655	62.655		62.655	62.655
	<b>60.794</b>	<b>63.158</b>	<b>123.952</b>	<b>60.849</b>	<b>63.158</b>	<b>124.007</b>

## W2W E-Commerce de Vinhos S.A.

### Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018

Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma

#### (f) Risco de capital

Os objetivos da Companhia, ao realizar a manutenção do capital, são:

- Salvar a capacidade da entidade de manter sua continuidade operacional, para que possa seguir proporcionando retornos aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas; e
- Proporcionar retorno adequado aos acionistas ao estipular os preços de produtos e serviços proporcionalmente ao nível de risco.

A Companhia define o valor de capital que necessita proporcionalmente ao risco. A Companhia gera sua estrutura de capital e faz ajustes em função das mudanças nas condições econômicas e nas características de risco dos ativos subjacentes. Para manter ou ajustar a estrutura de capital, a Companhia poderá ajustar o valor dos dividendos pagos aos acionistas, retornar capital aos acionistas, emitir novas ações ou vender ativos para reduzir a dívida. A Companhia monitora a relação entre a dívida e o capital ajustado. Tal índice é calculado como capital ajustado de dívida líquida, conforme definido acima. A dívida líquida é calculada como total da dívida (conforme apresentado na demonstração do balanço patrimonial menos disponibilidades).

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Total dos empréstimos e debêntures (Nota 15)	74.313	66.034	74.313	66.034
Menos: Caixa e equivalentes de caixa (Nota 3)	(5.816)	(36.221)	(5.882)	(36.231)
Dívida líquida	68.497	29.813	68.431	29.803
Total do patrimônio líquido	9.828	31.232	9.828	31.232
Total do capital	78.325	61.045	78.259	61.035
Índice de alavancagem financeira - %	87	49	87	49

## W2W E-Commerce de Vinhos S.A.

### Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018

Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma

#### (g) Análise de sensibilidade adicional requerida pela CVM

Apresentamos a seguir os impactos que seriam gerados por mudanças nas variações de riscos pertinentes às quais a Companhia está exposta no final do exercício. As variáveis de riscos relevantes para a Companhia no exercício, levando em consideração o período projetado de três meses para essa avaliação são sua exposição à flutuação de moedas estrangeiras, substancialmente o dólar norte-americano, e sua exposição à flutuação nas taxas de juros. A administração entende que o cenário provável é um aumento de 5%, 7%, 2% e 5% nas cotações do dólar norte-americano, do euro, do iene e da libra esterlina, respectivamente, e uma variação de 0,5% nas taxas de juros, conforme expectativa do mercado. Os demais fatores de riscos foram considerados irrelevantes para o resultado de instrumentos financeiros.

Em 31 de dezembro de 2018, os saldos de ativos e passivos denominados em moeda estrangeira nos montantes descritos a seguir:

	31/12/2018		Consolidado 31/12/2017	
	Moeda Estrangeira	Reais	Moeda Estrangeira	Reais
Ativo				
Contas a receber em dólar	11	42		
Adiantamento a fornecedores em dólar	599	2.319	88	292
Adiantamento a fornecedores em euro	9	42	6	24
Passivo				
Fornecedores em dólar	5.020	19.453	4.530	14.985
Fornecedores em euro	2.944	13.070	4.056	16.100
Empréstimos em dólar	1.261	4.884		
Empréstimos em euro	1.002	4.450		
Exposição Líquida	10.846	44.260	8.680	31.401
Dólar	6.890	26.698	4.618	15.277
Euro	3.956	17.561	4.062	16.124

Com a finalidade de verificar a sensibilidade dos ativos e passivos em moeda estrangeira que a Companhia possuía exposição na data base de 31 de dezembro de 2018, foram definidos cinco cenários diferentes, e preparada uma análise de sensibilidade às oscilações da taxa de câmbio.

## W2W E-Commerce de Vinhos S.A.

### Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018

Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma

No quadro a seguir são considerados cinco cenários com base na expectativa da Administração para as variações da taxa de câmbio, sendo o cenário provável adotado pela Companhia e, conforme orientação da CVM por meio da Instrução nº 475 de 17 de dezembro de 2008, outros quatro cenários com uma apreciação de sensibilidade de 25% e 50%, para mais e para menos, da variável do risco considerado.

		<b>Consolidado</b>				
		<b>31/12/2018</b>				
	<b>Moeda</b>	<b>Cenário Provável</b>	<b>Cenário A</b>	<b>Cenário B</b>	<b>Cenário C</b>	<b>Cenário D</b>
<b>Ativo</b>						
Contas a receber em dólar	R\$	42	32	21	53	63
Adiantamento a fornecedores em dólar	R\$	2.319	1.739	1.160	2.899	3.479
Adiantamento a fornecedores em euro	R\$	42	32	21	53	63
<b>Passivo</b>						
Fornecedores em dólar	R\$	19.453	14.589	9.726	24.316	29.179
Fornecedores em euro	R\$	13.070	9.802	6.535	16.337	19.604
Empréstimos em dólar	R\$	4.884	3.663	2.442	6.105	7.326
Empréstimos em euro	R\$	4.450	3.337	2.225	5.562	6.674
<b>Exposição Líquida</b>		<b>44.217</b>	<b>33.163</b>	<b>22.109</b>	<b>55.272</b>	<b>66.326</b>
Dólar		26.656	19.992	13.328	33.320	39.984
Euro		17.561	13.171	8.781	21.952	26.342
Depreciação/apreciação da taxa em 31/12/2018			(25%)	(50%)	25%	50%
<b>Referência para taxa de câmbio</b>						
Dólar		3,87	2,91	1,94	4,84	5,81
Euro		4,44	3,33	2,22	5,55	6,66
<b>Efeito no lucro antes da tributação</b>						
Dólar			6.664	13.328	(6.664)	(13.328)
Euro			4.390	8.781	(4.390)	(8.781)

## W2W E-Commerce de Vinhos S.A.

### Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018

Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma

#### 2.16 Estimativa de valor justo

Pressupõe-se que os saldos das contas a receber de clientes e contas a pagar aos fornecedores pelo valor contábil, menos a perda (*impairment*) no caso de contas a receber, estejam próximos de seus valores justos.

O valor justo dos empréstimos e debêntures é igual ao seu valor contábil, uma vez que o impacto do desconto não é significativo.

A tabela abaixo classifica os ativos e passivos contabilizados ao valor justo de acordo com o método de avaliação. Os diferentes níveis foram definidos como segue:

- Nível 1 - preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos.
- Nível 2 - informações, além dos preços cotados incluídas no nível 1, que são observáveis pelo mercado para o ativo ou passivo, seja diretamente (ou seja, como preços) ou indiretamente (ou seja, derivados dos preços).
- Nível 3 - informações para os ativos ou passivos que não são baseadas em dados observáveis pelo mercado (ou seja, premissas não observáveis).

A tabela abaixo apresenta os ativos e passivos da Companhia mensurados ao valor justo em 31 de dezembro de 2018:

	<b>Controladora</b>			
	<b>Nível 1</b>	<b>Nível 2</b>	<b>Nível 3</b>	<b>Saldo total</b>
Ativo				
Instrumentos financeiros derivativos		833		833
Total do ativo		833		833

A tabela abaixo apresenta os ativos e passivos da Companhia mensurados ao valor justo em 31 de dezembro de 2017:

	<b>Consolidado</b>			
	<b>Nível 1</b>	<b>Nível 2</b>	<b>Nível 3</b>	<b>Saldo total</b>
Ativo				
Instrumentos financeiros derivativos	-	233	-	233
Total do ativo	-	233	-	233

## W2W E-Commerce de Vinhos S.A.

### Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018

Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma

#### 2.17 Instrumentos financeiros por categoria

##### (a) Controladora

	Em 31 de dezembro de 2018			
	Ativos ao custo amortizado	Passivos ao custo amortizado	Valor justo por meio do resultado	Total
Ativos, conforme balanço patrimonial				
Caixa e equivalente de caixa	5.816			5.816
Instrumentos financeiros derivativos			833	833
Contas a receber de clientes	44.966			44.966
Ativos Relacionados a contrato com clientes	14.832	-		14.832
	<u>65.614</u>	<u>-</u>	<u>833</u>	<u>66.447</u>
Passivos, conforme balanço patrimonial				
Empréstimos e financiamentos		9.873		9.873
Debêntures		64.440		64.440
Fornecedores		47.452		47.452
Passivos relacionais a contratos com clientes		23.537		23.537
		<u>158.120</u>		<u>158.120</u>

## W2W E-Commerce de Vinhos S.A.

### Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018

Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma

	Em 31 de dezembro de 2017				
	Empréstimos e recebíveis	Custo Amortizado	Outros passivos financeiros	Valor justo por meio do resultado	Total
Ativos, conforme balanço patrimonial					
Caixa e equivalente de caixa		36.231			36.231
Instrumentos financeiros derivativos				233	233
Contas a receber de clientes	52.097				52.097
Ativos Relacionados a contrato com clientes	6.199				6.199
	<u>58.296</u>	<u>36.231</u>		<u>233</u>	<u>94.760</u>
Passivos, conforme balanço patrimonial					
Empréstimos e financiamentos	3.379				3.379
Debêntures	62.655				62.655
Fornecedores			49.026		49.026
Passivos relacionais a contratos com clientes			14.517		14.517
	<u>66.034</u>		<u>63.543</u>		<u>129.577</u>

## W2W E-Commerce de Vinhos S.A.

### Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018

Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma

#### (b) Consolidado

	Em 31 de dezembro de 2018			
	Ativos ao custo amortizado	Passivos ao custo amortizado	Valor justo por meio do resultado	Total
Ativos, conforme balanço patrimonial				
Caixa e equivalente de caixa	5.882			5.882
Instrumentos financeiros derivativos			833	833
Contas a receber de clientes	45.676			45.676
Ativos Relacionados a contrato com clientes	14.832			14.832
	<u>66.390</u>	<u>0</u>	<u>833</u>	<u>67.223</u>
Passivos, conforme balanço patrimonial				
Empréstimos e financiamentos		9.873		9.873
Debêntures		64.440		64.440
Fornecedores		48.111		48.111
Passivos relacionais a contratos com clientes		23.537		23.537
	<u>0</u>	<u>145.961</u>	<u>0</u>	<u>145.961</u>

## W2W E-Commerce de Vinhos S.A.

### Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018

Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma

	Em 31 de dezembro de 2017				
	Empréstimos e recebíveis	Custo Amortizado	Outros passivos financeiros	Valor justo por meio do resultado	Total
Ativos, conforme balanço patrimonial					
Caixa e equivalente de caixa		36.231			36.231
Instrumentos financeiros derivativos				233	233
Contas a receber de clientes	52.097				52.097
Ativos Relacionados a contrato com clientes	6.199				6.199
	<u>58.296</u>	<u>36.231</u>		<u>233</u>	<u>94.760</u>
Passivos, conforme balanço patrimonial					
Empréstimos e financiamentos	3.379				3.379
Debêntures	62.655				62.655
Fornecedores			49.026		49.026
Passivos relacionais a contratos com clientes			14.517		14.517
	<u>66.034</u>		<u>63.543</u>		<u>135.441</u>

As contas a receber, o caixa e equivalentes de caixa e os fornecedores são classificados como ao custo amortizado (2017 - "Empréstimos e recebíveis" e "Outros passivos financeiros", respectivamente). A Nota 1.4 contém explicações sobre o impacto da alteração na política contábil, após a adoção do CPC 48, em relação à classificação de ativos financeiros. Já a Nota 2.4 traz informações sobre as novas políticas contábeis aplicáveis.

#### Políticas contábeis anteriores

As contas a receber de clientes, o caixa e equivalentes de caixa e os fornecedores classificados em anos anteriores como empréstimos e recebíveis foram reclassificados para ativos financeiros ao custo amortizado na adoção do CPC 48.

## W2W E-Commerce de Vinhos S.A.

### Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018

Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma

---

#### 2.18 Novos pronunciamentos, interpretações e orientações

A seguinte norma foi emitida pelo IASB mas não está em vigor para o exercício de 2018. A adoção antecipada de normas, embora encorajada pelo IASB, não é permitida, no Brasil, pelo Comitê de Pronunciamento Contábeis (CPC).

##### **CPC 06 (R2)/IFRS 16 - "Operações de Arrendamento Mercantil"**

Com essa nova norma, os arrendatários passam a ter que reconhecer o passivo dos pagamentos futuros e o direito de uso do ativo arrendado para praticamente todos os contratos de arrendamento mercantil, incluindo os operacionais, podendo ficar fora do escopo dessa nova norma determinados contratos de curto prazo ou de pequenos montantes.

Os critérios de reconhecimento e mensuração dos arrendamentos nas demonstrações financeiras dos arrendadores ficam substancialmente mantidos. O CPC 06(R2)/IFRS 16 entra em vigor para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2019 e substitui o IAS 17/CPC 06 - "Operações de Arrendamento Mercantil" e correspondentes interpretações. A Companhia arrenda ativos segundo contratos de arrendamento operacional não canceláveis.

Os termos do arrendamento são de dois, três, cinco e dez anos, e a maioria dos contratos de arrendamento é renovável no término do período de arrendamento à taxa de mercado.

A Companhia tem compromissos com arrendamento mercantil operacional de imóveis no montante líquido de R\$ 25.263 na controladora e R\$ 25.543 no consolidado, os quais espera-se que sejam reconhecidos em 1º de janeiro de 2019 os ativos de direito de uso e o passivo de arrendamento nos valores citados, devido a Companhia pretender aplicar a abordagem de transição simplificada e não reapresentar os valores comparativos para o ano anterior à primeira adoção. Ativos de direitos de uso relativos a arrendamentos de propriedades serão mensurados na transição como se as novas regras sempre tivessem sido aplicadas. Todos os outros ativos de direito de uso serão mensurados ao valor do passivo de arrendamento no momento da adoção (ajustado em relação a quaisquer despesas de arrendamento pagas antecipadamente ou acumuladas).

Na adoção inicial do IFRS 16/CPC 06 (R2), a Companhia utilizará os seguintes expedientes práticos permitidos pela norma:

- uso de uma taxa única de desconto em uma carteira de arrendamentos com características razoavelmente similares;
- utilização de avaliações anteriores sobre se os arrendamentos são onerosos;
- contabilização de arrendamentos operacionais com um prazo remanescente de menos de 12 meses em 1º de janeiro de 2019 como arrendamentos de curto prazo;
- exclusão dos custos diretos iniciais para a mensuração do ativo de direito de uso na data de aplicação inicial; e
- utilização de análises retrospectivas para se determinar o período do arrendamento, quando o contrato incluir opções de prorrogação ou de rescisão do arrendamento.

##### **ICPC 22 (IFRIC 23 – Incertezas no tratamento de impostos sobre a renda)**

Estabelece aspectos de reconhecimento e mensuração da norma IAS 12 quando existir incertezas sobre o tratamento do imposto de renda relacionados a impostos ativos ou passivos e correntes ou diferidos, baseados em lucros tributáveis, prejuízos fiscais, bases tributáveis, perdas fiscais não utilizadas, créditos fiscais não utilizados e alíquotas fiscais. Esta interpretação é efetiva para exercícios iniciando em/ou após 1/01/2019. A Companhia não espera impactos significativos nas suas Demonstrações Financeiras.

Não há outras normas IFRS ou interpretações IFRIC que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre as demonstrações financeiras do Grupo.

## W2W E-Commerce de Vinhos S.A.

### Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018

Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma

---

#### 2.19 Partes relacionadas

A Companhia possui seu controle compartilhado entre a Orbeat Som e Imagem Ltda., empresa do Grupo RBS, e Península Fundo de Investimento em Participações; e possui o controle da empresa C&M Desenvolvimento e Licenciamento de Programas Ltda (“C&M”) e Bodegas de Los Andes Comércio e Vinho Ltda (“Bodegas”). Em 31 de dezembro de 2018 a Companhia possui as seguintes transações com partes relacionadas:

	Ativos		Passivos	
	2018	2017	2018	2017
C&M	-	-	-	-
Bodegas	501	-	-	-
Outras partes relacionadas (i)	-	552	6.728	-
	<u>501</u>	<u>552</u>	<u>6.728</u>	<u>-</u>

(i) Os passivos com partes relacionadas referem-se aos saldos investimentos a pagar, conforme nota 18.

## **W2W E-Commerce de Vinhos S.A.**

### **Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018**

Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma

---

#### **3 Informações por Segmento**

As informações por segmentos operacionais são apresentadas de modo consistente com o relatório interno fornecido para o principal tomador de decisões operacionais. O principal tomador de decisões operacionais, responsável pela alocação de recursos e pela avaliação de desempenho dos segmentos operacionais, é a Diretoria Executiva, também responsável pela tomada das decisões estratégicas na companhia

O Comitê Diretivo Estratégico avalia o desempenho dos segmentos operacionais com base no EBITDA ajustado. Essa base de mensuração exclui operações descontinuadas e efeitos de gastos não recorrentes de segmentos operacionais, como custos de reestruturação, despesas legais e impairment de ágio quando o impairment é resultado de um evento isolado, não recorrente. A mensuração também exclui ganhos ou perdas tributárias decorrentes de ações judiciais. O resultado financeiro da companhia não é alocado por segmento.

A Diretoria Executiva avalia o desempenho da companhia segmentando as vendas entre online e offline, mais especificamente entre as vendas oriundas de e-commerce, de assinaturas do ClubeW e Business offline considerando nosso canal B2B, lojas físicas e vendas consultivas, conforme demonstrado a seguir.

## W2W E-Commerce de Vinhos S.A.

### Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018

Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma

	Consolidado							
	E-commerce		Clube de Assinaturas		Business Offline		Total	
	2018	2017	2018	2017	2017	2018	2017	2017
Receita líquida	131.862	136.802	106.985	102.595	23.429	274.419	262.826	
Custo das vendas	(81.000)	(70.905)	(39.557)	(35.673)	(12.904)	(141.514)	(119.482)	
<b>Lucro bruto</b>	<b>50.861</b>	<b>65.898</b>	<b>67.428</b>	<b>66.922</b>	<b>10.525</b>	<b>132.905</b>	<b>143.344</b>	
Despesas com vendas	(43.964)	(37.339)	(25.364)	(36.859)	(7.678)	(81.089)	(81.876)	
Despesas administrativas	(17.665)	(17.521)	(12.047)	(12.592)	(2.634)	(36.637)	(32.746)	
Outras despesas operacionais, líquidas	(10.737)	(10.078)	(7.323)	(7.243)	(1.515)	(22.269)	(18.835)	
Depreciação e amortização	(2.644)	(2.830)	(1.803)	(2.034)	(425)	(5.484)	(5.289)	
Não recorrentes	(3.038)	(1.729)	(2.072)	(1.242)	(260)	(6.302)	(3.231)	
<i>Impairment de ágio</i>	-	-	-	-	(3.699)	-	(3.699)	
<b>Lucro operacional</b>	<b>(27.187)</b>	<b>(3.598)</b>	<b>18.818</b>	<b>6.952</b>	<b>(5.685)</b>	<b>(18.876)</b>	<b>(2.332)</b>	
<b>Recomposição Ebitda ajustado</b>								
Depreciação e amortização	2.644	2.830	1.803	2.034	425	5.484	5.289	
Não recorrentes	3.038	1.729	2.072	1.242	260	6.302	3.231	
<i>Impairment de ágio</i>	-	-	-	-	(3.699)	-	3.699	
<b>Ebitda ajustado</b>	<b>(21.504)</b>	<b>960</b>	<b>22.693</b>	<b>10.228</b>	<b>(8.699)</b>	<b>(7.090)</b>	<b>9.887</b>	
<b>Não Recorrentes</b>								
Alienação de ativos	1.401	3.057	956	2.197	460	2.907	5.714	
Custos de reestruturação	944	-	644	-	-	1.958	-	
Despesas legais	650	-	444	-	255	1.349	-	
Ganho ou perda tributária	43	(1.329)	29	(955)	(200)	88	(2.483)	
<b>Total</b>	<b>3.038</b>	<b>1.729</b>	<b>2.072</b>	<b>1.242</b>	<b>260</b>	<b>6.302</b>	<b>3.231</b>	

## W2W E-Commerce de Vinhos S.A.

### Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018

Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma

#### 4 Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Caixa	11	4	16	14
Depósitos à vista	2.431	2.200	2.486	2.200
Certificados de depósitos bancários (CDB)	3.374	34.017	3.380	34.017
	<u>5.816</u>	<u>36.221</u>	<u>5.882</u>	<u>36.231</u>

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender os compromissos de curto prazo da Companhia. As aplicações financeiras apresentam liquidez diária (sendo o seu rendimento médio entre 95% a 99% do CDI), podendo ser resgatadas a qualquer momento, sem perdas para a Companhia, independente do ano de vencimento dos títulos, motivo pelo qual são classificados no ativo circulante.

#### 5 Instrumentos financeiros derivativos

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
NDF - Contratos de câmbio a termo - <i>hedge</i> de fluxo de caixa				
Banco ABC	535	71	535	71
Banco ITAÚ	298	162	298	162
	<u>833</u>	<u>233</u>	<u>833</u>	<u>233</u>

O valor justo dos instrumentos financeiros derivativos designados como *hedge* de fluxo de caixa foi reclassificado para o patrimônio líquido, dentro da rubrica "Ajustes de avaliação patrimonial".

##### Contratos a termo

Os valores de referência (nocial) dos contratos de câmbio a termo, em aberto em 31 de dezembro de 2018, totalizam R\$ 833 (2017 - R\$ 233). As operações cambiais a termo são denominadas na mesma moeda que as transações previstas altamente prováveis (aquisições de estoques) e, portanto, a razão do *Hedge* é de 1:1. Considerando os contratos existentes em aberto desde 1º de janeiro e no valor do item protegido usado para determinar a eficácia do *Hedge* a taxa média ponderada protegida no ano foi de US\$ 0,95: R\$ 1,00.

## W2W E-Commerce de Vinhos S.A.

### Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018

Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma

#### 6 Contas a receber, ativos e passivos relacionados a contratos com clientes

##### (a) Contas a receber

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Contas a receber de clientes	44.966	58.296	45.676	58.296
Ativos relacionados a contratos com clientes	14.832	-	14.832	-
	<u>59.798</u>	<u>58.296</u>	<u>60.508</u>	<u>58.296</u>

As contas a receber correspondem às vendas normais das atividades da Companhia. O prazo máximo de parcelamento para vendas nos sites é de 12 meses (360 dias da emissão do faturamento). O prazo médio de recebimento para as vendas das operações para atacado é de 60 dias e para o varejo 30 dias. Os valores registrados como contas a receber estão livres de qualquer ônus, avais e/ou garantias. O maior volume de vendas da Companhia é através de cartões de crédito, minimizando, assim, eventuais perdas por inadimplência.

Periodicamente, o saldo é revisado e nos casos onde se espera o não recebimento, são registradas perdas sobre as operações com cartão de crédito, há a incidência de tarifas e estas são reconhecidas mensalmente, em conta redutora, no grupo de contas a receber. Os valores decorrentes de tarifas de cartão de crédito são registrados na competência do faturamento e deduzidos do montante de contas a receber.

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Vencidos acima de 181 dias	6	7	6	7
Vencidos entre 151 e 180 dias	5	7	5	7
Vencidos entre 121 e 150 dias	14	13	14	13
Vencidos entre 91 e 120 dias	8	13	11	13
Vencidos entre 61 e 90 dias	18	23	36	23
Vencidos entre 31 e 60 dias	36	47	69	47
Vencidos até 30 dias	704	490	796	490
A vencer	<u>44.180</u>	<u>57.713</u>	<u>44.744</u>	<u>57.713</u>
	<u>44.971</u>	<u>58.313</u>	<u>45.681</u>	<u>58.313</u>
Provisão para devedores duvidosos	<u>(5)</u>	<u>(17)</u>	<u>(5)</u>	<u>(17)</u>
	<u>44.966</u>	<u>58.296</u>	<u>45.676</u>	<u>58.296</u>

A Companhia segue as seguintes premissas para realização das provisões:

- *Cientes do segmento varejista:* As vendas realizadas no e-commerce só seguem para separação e faturamento do pedido após aprovação da operadora de cartão de crédito ou pagamento do boleto. Com isso, os riscos relacionados ao não recebimento do valor da venda são baixos, logo não são considerados na matriz de cálculo para provisão estimada de clientes com liquidação duvidosa.

## W2W E-Commerce de Vinhos S.A.

### Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018

Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma

- *Cientes do segmento atacadista:* Atualmente, apenas o segmento atacadista possui condições de parcelamento no boleto em até 6 vezes; com isso, os casos de inadimplência são mais frequentes. Logo, os títulos são considerados na matriz de cálculo para provisão estimada de clientes com liquidação duvidosa, considerando no cálculo um percentual histórico de inadimplência por categorização de vencimento.
- Todos os valores em aberto estão com a área de crédito da Companhia para a negociação dos recebimentos.
- Os títulos vencidos e não provisionados estão sendo monitorados e administração não espera perdas relevantes, juntamente com os demais e, a cada final de período, são analisados a fim de assegurar que o saldo contabilizado reflita com segurança o saldo a receber.

	Controladora e consolidado	
	2018	2017
No início do exercício	(17)	(13)
Adições	(241)	(124)
Baixas	253	120
No fim do exercício	<u>(5)</u>	<u>(17)</u>

**(b) Ativos e passivos relacionados a contratos com clientes (controladora e consolidado)**

Em decorrência da adoção inicial do CPC 47- IFRS 15, a administração revisou a classificação do Contas a Receber de clientes (anteriormente classificados dentro da rubrica de “Contas a Receber”).

Conseqüentemente, a administração alterou a nomenclatura da rubrica para “Ativos relacionados a contrato com clientes”. Não foi identificada a necessidade de ajustes relacionados a mensuração dos respectivos Ativos. A abertura dos saldos é apresentada abaixo:

	<u>2018</u>
Passivos relacionados a contratos com clientes	
Recebimento antecipado pela venda de clubes	23.537
Ativos relacionados a contratos com clientes	
Venda de clubes parcelada	14.832

**7 Estoques**

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Produtos para revenda	29.273	33.389	30.667	33.389
Embalagens	1.156	1.328	1.156	1.328
Importações em andamento	25.713	13.702	25.713	13.702
Provisão para perdas de estoque	(1.580)	(137)	(1.580)	(137)
Total dos estoques	<u>54.562</u>	<u>48.282</u>	<u>55.956</u>	<u>48.282</u>
Custo das vendas (Nota 21)	<u>(137.923)</u>	<u>(119.482)</u>	<u>(141.514)</u>	<u>(119.482)</u>
			<u>106.114</u>	

## W2W E-Commerce de Vinhos S.A.

### Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018

Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma

Conforme mencionado na Nota 21, em 31 de dezembro de 2018 a Companhia efetuou baixas nos estoques do segmento de cervejas. Do total de R\$ 2.252 informados na Nota 21, R\$ 1.443 refere-se a baixa destes estoques.

A Companhia segue as seguintes premissas para realização das provisões de perdas de estoques:

- Saldo de itens de cervejas em estoques. Alguns itens são comercializados no site de vendas *outlet* da Companhia, porém, o giro de estoques é baixo.
- Saldo de itens a vencer entre 30 e 45 dias.
- Saldo de revistas, devido baixo giro de estoques.
- Itens classificados em almoxarifados de descarte e perdas, aguardando análise e baixa.

Provisão de perdas de estoques:

	Controladora e consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017
No início do exercício	(137)	(165)
Adições	(3.533)	(2.055)
Baixas	2.090	2.084
No fim do exercício	(1.580)	(137)

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017 não há estoques dados em garantia.

## 8 Impostos a recuperar e a recolher

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
<b>Impostos a recuperar</b>				
COFINS a recuperar	247	87	247	87
PIS a recuperar	57	19	57	19
ICMS a recuperar	1.145	918	1.234	918
IRPJ a recuperar	901	448	901	448
CSLL a recuperar	119	99	119	99
IPI a recuperar	25	222	33	222
Outros impostos	23	22	24	26
	<u>2.517</u>	<u>1.815</u>	<u>2.615</u>	<u>1.819</u>
	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
<b>Impostos a recolher</b>				
ICMS a recolher	2.943	2.896	3.029	2.896
IPI a recolher	990	1.242	1.038	1.242
Outros	777	952	882	956
	<u>4.710</u>	<u>5.090</u>	<u>4.949</u>	<u>5.094</u>

## W2W E-Commerce de Vinhos S.A.

### Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018

Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma

#### 9 Outros ativos

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
<b>Circulante</b>				
Adiantamentos a funcionários	202	175	211	175
Adiantamentos a fornecedores	2.606	-	3.100	-
Despesas antecipadas	1.134	1.348	1.145	1.367
Outros	197	716	194	716
	<u>4.139</u>	<u>2.239</u>	<u>4.650</u>	<u>2.258</u>
<b>Não circulante</b>				
Adiantamento a sócios	120	120	120	120
Adiantamentos a fornecedores	40	-	40	-
Mútuos a receber e depósitos em garantia	372	-	408	-
Contas a receber pela venda de investimento em coligada (Nota 11)	4.350	3.629	4.350	3.629
Despesas antecipadas	540	-	540	-
	<u>5.422</u>	<u>3.749</u>	<u>5.458</u>	<u>3.749</u>
	<u>9.561</u>	<u>5.988</u>	<u>10.108</u>	<u>6.007</u>

#### 10 Imposto de renda e contribuição social

No Brasil os impostos sobre a renda incluem o imposto de renda (IRPJ) e a contribuição social (CSLL), que representa um imposto adicional. As alíquotas oficiais para imposto de renda e contribuição social aplicáveis são de 25% e de %, respectivamente, para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017. Os estudos de recuperabilidade dos saldos de impostos diferidos relacionados a prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social realizados pela Companhia e estão fundamentados nos seus planos de negócio e alinhados com as demais projeções utilizadas pela Companhia como, por exemplo, nos testes de recuperabilidade de ativos.

Apresentamos abaixo os saldos de ativo e passivo diferidos para 31 de dezembro de 2018 e 31 dezembro de 2017

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Ativo não circulante				
Passivo não circulante	(1.613)	(1.149)	(3.723)	(1.149)
	<u>(1.613)</u>	<u>(1.149)</u>	<u>(3.723)</u>	<u>(1.149)</u>

## W2W E-Commerce de Vinhos S.A.

### Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018

Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma

As movimentações nos impostos de renda diferido ativo e passivo durante o exercício, sem levar em consideração a compensação dos saldos dentro do mesmo exercício fiscal, é a seguinte:

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Em 1º de janeiro	(1.149)	(733)	(1.149)	(733)
<b>Ativo diferido</b>				
Prejuízos Fiscais acumulados				
<b>Passivo diferido</b>				
Provisões e outros ajustes temporários	(464)	(416)	(464)	(416)
Mais valia de ativos			(2.110)	
Em 31 de dezembro	(1.613)	(1.149)	(3.723)	(1.149)

O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos e passivos, referentes aos prejuízos fiscais, são reconhecidos quando cumpridos os requisitos previstos na Instrução CVM nº 371/2002, considerando as projeções de resultados futuros preparadas a partir de premissas financeiras e cenários econômicos futuros, os quais podem sofrer alterações. De acordo com a legislação tributária brasileira, os prejuízos fiscais podem ser compensados com até 30% do lucro tributável futuro e não têm prazo de prescrição.

A Companhia acumulou prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social sobre o lucro líquido ao longo dos últimos anos de atividade e, portanto, não reconheceu os créditos de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido diferidos, em linha com o que determina a Instrução CVM 371/2002. Os ativos de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido poderão ser reconhecidos quando a Companhia apresentar lucro tributável sustentável futuro e seja provável que os benefícios fiscais sejam realizados. Em 31 de dezembro de 2018, a Companhia possui o montante de R\$ 21.151 (R\$ 10.325 em 2017). de impostos diferidos não constituídos relacionados a prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social.

## W2W E-Commerce de Vinhos S.A.

### Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018

Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma

#### Reconciliação do benefício (despesa) do imposto de renda e da contribuição social

	Controladora	
	2018	2017
Prejuízo antes da provisão para o imposto de renda e contribuição social	(21.466)	(5.409)
Alíquota nominal (%)	34	34
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas nominais	7.298	1.839
<b>Ajustes dos impostos referente:</b>		
Ajustes permanentes	254	193
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(1)	2
Outras provisões	(130)	(303)
Resultado de Equivalência Patrimonial	(34)	-
Outros ajustes	(7.851)	(2.147)
Exclusões permanentes, líquidas	(7.762)	(2.255)
	(464)	(416)
Imposto de renda e contribuição social - corrente	(464)	(416)
Impostos de renda e contribuição social – diferido	-	-
	2	7

	Consolidado	
	2018	2017
Prejuízo antes da provisão para o imposto de renda e contribuição social	(21.248)	(5.409)
Alíquota nominal (%)	34	34
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas nominais	7.224	1.839
IRPJ e CSLL controlada (i)	(219)	-
	7.005	1.839
<b>Ajustes dos impostos referente:</b>		
Ajustes permanentes	254	193
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(1)	2
Outras provisões	(130)	(303)
Resultado de Equivalência Patrimonial	-	-
Outros ajustes	(7.810)	(2.147)
Exclusões permanentes, líquidas	(7.687)	(2.255)
	(682)	(416)
Imposto de renda e contribuição social - corrente	(682)	(416)
Impostos de renda e contribuição social – diferido	-	-
Alíquota efetiva (%)	3	7

## W2W E-Commerce de Vinhos S.A.

### Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018

Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma

- (i) A apuração do imposto de renda e da contribuição social da controlada Bodegas é efetuada pelo regime presumido, conforme demonstrado abaixo:

	<u>2018</u>
Receita operacional	7.637
Base para a aplicação do lucro presumido na venda de mercadorias – IRPJ (8%)	616
Base para a aplicação do lucro presumido na venda de mercadorias – CSLL (12%)	916
IRPJ (25% - sobre a base)	93
IRPJ (10% - sobre a base deduzido os 25%)	44
CSLL (9% - sobre a base)	<u>82</u>
Despesa anual	<u>219</u>

Conforme mencionado na Nota 2.15, a apuração do imposto de renda e da contribuição social da Bodegas é efetuada pelo lucro presumido. Conseqüentemente, a despesa com imposto de renda e contribuição social alocada no resultado do exercício consolidado, relativa à apuração da Bodegas, é de R\$ 219.

## 11 Investimentos

	<u>Mocoffee</u> <u>(i)</u>	<u>C&amp;M</u>	<u>Bodegas</u> <u>(ii)</u>	<u>Total</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2016	11.680	442	-	12.122
Equivalência patrimonial	-	(13)	-	(13)
Varição cambial de investimento mantido no exterior	(2.263)	-	-	(2.263)
Outros ajustes em investimentos	-	-	-	-
Perda na alienação de investimento	(9.417)	-	-	(9.417)
Saldo em 31 de dezembro de 2017	-	429	-	429
Baixa de investimento não realizado	-	(434)	-	(434)
Aquisição de investimento	-	-	14.714	14.714
Equivalência patrimonial	-	13	283	296
Saldo em 31 de dezembro de 2018	-	8	14.997	15.005

## W2W E-Commerce de Vinhos S.A.

### Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018

Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma

- (i) **Em 14 de janeiro de 2015 foi constituída em Amsterdã, Holanda, a empresa Mocoffee B.V. (antiga denominação social da Mocoffee AG). Seu principal objetivo é operacionalizar, no âmbito internacional, o projeto de produção, comercialização, desenvolvimento e prestação de serviços voltados ao mercado de café em cápsulas. A participação da Companhia no capital da Mocoffee B.V. era de 40%.**

Em 13 de julho de 2017, a Administração decidiu descontinuar sua participação no negócio de café redefinindo sua estratégia e buscando otimizar seus resultados no mercado interno de vinhos. Nesta data, a Companhia realizou a venda de sua participação Mocoffee B.V. pelo montante de R\$ 3.703, sendo a perda pela alienação do investimento no montante de R\$ 5.714 (líquido de variação cambial de investimento no exterior), sendo R\$ 3.905 referente ao valor de equivalência patrimonial apropriada até o momento da alienação. No ato da venda da participação societária foram recebidos R\$ 74 mil, sendo o valor de R\$ 3.629 mil com recebimento previsto para o ano de 2019.

- (ii) **Em 26 de abril de 2018, o Conselho de Administração da Companhia aprovou a aquisição da Companhia Bodegas de Los Andes Comércio de Vinhos Ltda. (“Bodegas”), que tem por principal objetivo atuar com vendas para varejo (lojas físicas) e atacado (B2B). A Companhia adquiriu participação de 100% das quotas pelo valor total de R\$ 14.714.**

O valor de ágio de R\$ 6.205 que surge da aquisição é atribuível à base adquirida de clientes e o ágio de R\$ 10.206 da parcela de ágio não alocada, refere-se às economias de escala esperadas da combinação das operações neste segmento.

#### Em 30 de abril de 2018

Caixa	14.714
<b>Total da contraprestação</b>	<b>14.714</b>
<b>Valores reconhecidos de ativos identificáveis adquiridos e passivos assumidos</b>	
Caixa e equivalentes de caixa	82
Clientes	603
Estoques	1.655
Impostos a recuperar	419
Imobilizado	54
Relacionamento contratual com o cliente (incluído em intangíveis) (Nota 13)	6.205
Passivo diferido sobre mais valia	(2.110)
Outros ativos	39
Fornecedores	(366)
Obrigações sociais	(55)
Obrigações fiscais	(97)
Duplicatas a pagar e outras exigibilidades	(41)
Dividendos a pagar	(1.875)
outros passivos	(5)
<b>Total de ativos líquidos identificáveis</b>	<b>4.508</b>
<b>Ágio não alocado (Nota 13)</b>	<b>10.206</b>

## W2W E-Commerce de Vinhos S.A.

### Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018

Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma

	Controladora						Total
	Máquinas e equipamentos	Móveis e utensílios	Computadores	Edificações e benfeitorias	Veículos	Paletes de madeira	
Em 31 de dezembro de 2016	3.414	746	763	1.861	485		7.269
Aquisições	1.290	791	850	984		265	4.180
Baixas	(4)		(12)				(16)
Depreciação	(355)	(99)	(281)	(1.349)	(147)	(107)	(2.338)
Em 31 de dezembro de 2017	4.345	1.438	1.320	1.496	338	158	9.095
Aquisições	432	71	130	122		51	806
Baixas	(12)		(2)	(1)	(2)		(17)
Depreciação	(511)	(170)	(340)	(876)	(122)	(59)	(2.078)
Em 31 de dezembro de 2018	4.254	1.339	1.108	741	214	150	7.806
	<b>Consolidado</b>						
	Máquinas e equipamentos	Móveis e utensílios	Computadores	Edificações e benfeitorias	Veículos	Paletes de madeira	Total
Em 31 de dezembro de 2016	3.420	757	774	1.863	485		7.299
Aquisições	1.290	791	850	984		265	4.180
Baixas	(4)		(12)				(16)
Depreciação	(356)	(102)	(290)	(1.349)	(147)	(107)	(2.351)
Em 31 de dezembro de 2017	4.350	1.446	1.322	1.498	338	158	9.112
Aquisições	432		13	28			473
Aquisição de controlada (Nota 10)	14	96	137	132		51	430
Baixas	(12)		(2)	(1)	(1)		(16)
Depreciação	(515)	(177)	(344)	(876)	(122)	(60)	(2.094)
Em 31 de dezembro de 2018	4.269	1.365	1.126	781	215	149	7.905

## W2W E-Commerce de Vinhos S.A.

### Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018

Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma

Os valores registrados em 31 de dezembro de 2018 e de 2017 estão livres de garantias, ônus ou avais.

#### 13 Intangível

	<b>Controladora</b>			
	<b>Marcas e patentes</b>	<b>Plataforma e softwares</b>	<b>Ágio</b>	<b>Total</b>
Saldo em 31 de dezembro de 2016	25	9.979	3.699	13.703
Aquisições	-	4.242	-	4.242
Baixa	-	-	(3.699)	(3.699)
Amortização	-	(2.938)	-	(2.938)
Saldo em 31 de dezembro de 2017	25	11.283	-	11.308
Aquisições	-	9.882	-	9.882
Baixas	(25)	-	-	(25)
Amortização	-	(3.391)	-	(3.391)
Saldo em 31 de dezembro de 2018	-	17.774	-	17.774
Taxas médias anuais de amortização - %	-	18	-	

	<b>Consolidado</b>				
	<b>Marcas e patentes</b>	<b>Plataforma e softwares</b>	<b>Carteira de clientes (i)</b>	<b>Ágio</b>	<b>Total</b>
Saldo em 31 de dezembro de 2016	25	9.979	-	3.699	13.703
Aquisições	-	4.242	-	-	4.242
Baixa	-	-	-	(3.699)	(3.699)
Amortização	-	(2.938)	-	-	(2.938)
Saldo em 31 de dezembro de 2017	25	11.283	-	-	11.308
Aquisições	-	9.928	-	-	9.928
Aquisição de controlada (nota 11)	-	-	6.205	10.206	16.411
Baixas	(25)	-	-	-	(25)
Amortização	-	(3.390)	-	-	(3.390)
Saldo em 31 de dezembro de 2018	-	17.821	6.205	10.206	34.232
Taxas médias anuais de amortização - %	-	18	10	-	

- (i) Refere-se a alocação do preço de compra em decorrência da aquisição da Bodegas de Los Andes Comércio de Bebidas Ltda, conforme mencionado na Nota 11.

## W2W E-Commerce de Vinhos S.A.

### Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018

Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma

#### Teste do ágio para verificação de *impairment*

O ágio é alocado às Unidades Geradoras de Caixa (UGC), no caso, referente aquisição Bodegas (expansão dos negócios relacionados ao B2B (atacadista) e lojas físicas), identificadas considerando cada segmento e o seu estágio de maturidade. O valor recuperável de uma UGC é determinado com base em cálculos do valor em uso. Esses cálculos usam projeções de fluxo de caixa, antes do imposto de renda e da contribuição social, baseadas em orçamentos financeiros aprovados pela administração, bem como nos planos de negócios para os próximos 5 anos. Foi utilizada a perpetuidade para análise do período de extrapolação. Os valores referentes aos fluxos de caixa posteriores ao período de cinco anos foram extrapolados com base nas taxas de crescimento. O teste para verificação de *impairment* sobre o ágio se baseou na maturidade da UGC, considerando seu estágio de amadurecimento como negócio, bem como no atendimento das premissas estabelecidas para o desenvolvimento da nova operação.

Abaixo apresentamos as principais premissas utilizadas na elaboração do texto de ágio para a verificação de *impairment*:

	<u>Bodegas</u>
Margem EBITDA (i)	5,10%
Taxa de crescimento (ii)	3,86%
Taxa de desconto (iii)	13,87%

(i) **Percentual da margem bruta orçada.**

(ii) Percentual da média ponderada das taxas de crescimento usada para extrapolar os fluxos de caixa além do período orçado.

(iii) Percentual da taxa de desconto após os tributos aplicada às projeções do fluxo de caixa. Utilizando o método iterativo para cálculo da taxa antes dos impostos seria de 18,22%.

Como resultado desta análise, a administração não identificou a necessidade de constituição de *impairment* para o ágio registrado em 31 de dezembro de 2018, mesmo no cenário de sensibilidade de suas premissas.

#### 14 Fornecedores

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>2018</u>	<u>2017</u>	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Fornecedores nacionais	11.264	11.269	11.906	11.269
Fornecedores internacionais	32.562	31.085	32.562	31.085
<b>Operadores logísticos</b>	3.459	6.388	3.475	6.388
<b>Fornecedores de serviços</b>	167	284	168	284
	<u>47.452</u>	<u>49.026</u>	<u>48.111</u>	<u>49.026</u>

## W2W E-Commerce de Vinhos S.A.

### Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018

Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma

#### 15 Empréstimo, financiamentos e debêntures

##### (a) Saldos

	Taxa média	Controladora e consolidado	
		2018	2017
FINIMP	1,06% a.m.	9.334	-
CCB	4,82% a.m.	66	2.526
FINAME	1,65% a.m.	469	708
Debêntures	0,49% a.m. + CDI	64.440	62.655
Outros		4	145
Total dos empréstimos		74.313	66.034
Passivo circulante		9.636	2.876
Passivo não circulante		64.677	63.158
		74.313	66.034

O cronograma de pagamento da parcela de longo prazo dos empréstimos e financiamentos é o seguinte:

	Controladora e consolidado	
	2018	2017
2018		
2019		15
2020	64.677	63.143
	64.677	63.158

Os empréstimos estão garantidos pelo aval dos sócios e, principalmente, pelos recebíveis com operadoras de cartões de crédito, até o limite do saldo devedor. Não existem ativos oferecidos em garantia dos empréstimos e financiamentos mantidos pela Companhia.

Em 9 de agosto de 2016 a companhia aprovou a emissão de 9 debêntures conversíveis em ações no valor total de R\$ 60.000. Para data de conversibilidade e vencimento, dividiu-se em dois conjuntos, sendo as ações de números 2, 4 e 9, as quais correspondem ao valor de R\$ 12.000 e vencimento em 01 de janeiro de 2020. O segundo conjunto composto pelas ações 1, 3, 5, 6, 7 e 8, correspondem ao valor de 48.000 com vencimento em 1º de julho de 2020.

Os empréstimos, financiamentos e debêntures da Companhia não estão atrelados a quaisquer cláusulas restritivas (*covenants*).

## W2W E-Commerce de Vinhos S.A.

### Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018

Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma

#### (b) Reconciliação da dívida líquida

	<b>Controladora e consolidado</b>	
	<b>2018</b>	<b>2017</b>
Em 1º de janeiro	66.034	45.733
Captação de empréstimos e financiamentos	9.544	45.892
Encargos financeiros provisionados	1.757	2.925
Amortização de empréstimos e financiamentos (principal)	(2.821)	(26.498)
Amortização de empréstimos e financiamentos (juros)	(201)	(2.018)
Em 31 de dezembro	<u>74.313</u>	<u>66.034</u>

#### 16 Obrigações trabalhistas e tributárias

	<b>Controladora</b>		<b>Consolidado</b>	
	<b>2018</b>	<b>2017</b>	<b>2018</b>	<b>2017</b>
<i>Obrigações trabalhistas</i>				
<b>Provisão férias e encargos</b>	2.721	2.945	2.872	2.995
<b>Salários a pagar</b>	1.089		1.148	
	<u>3.810</u>	<u>2.945</u>	<u>4.020</u>	<u>2.995</u>
<i>Obrigações sociais</i>				
INSS a recolher	616	693	658	695
FGTS a recolher	140	164	150	163
	<u>756</u>	<u>857</u>	<u>808</u>	<u>858</u>
	<u>4.566</u>	<u>3.802</u>	<u>4.828</u>	<u>3.853</u>

## W2W E-Commerce de Vinhos S.A.

### Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018

Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma

#### 17 Provisões para contingências

A Companhia, no curso normal de suas operações, está envolvida em ações judiciais sobre questões cíveis e trabalhistas. A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos efetuou análise das demandas judiciais pendentes, e constituiu a provisão para os processos com risco de perdas prováveis esperadas sobre questões trabalhistas no montante de R\$ 40 e questões cíveis no montante de R\$ 16 para o exercício de 2018.

Apresentamos abaixo o resumo das perdas prováveis em 31 de dezembro:

	Controladora e consolidado	
	2018	2017
Processos cíveis	16	31
Processos trabalhistas	40	55
	<u>56</u>	<u>86</u>

A movimentação das contingências é demonstrada abaixo:

	Controladora e consolidado	
	2018	2017
Em 1º de janeiro	86	148
Novas contingências	25	62
Reversão de provisões de contingências	(31)	(85)
Contingências pagas	(24)	(39)
Em 31 de dezembro	<u>56</u>	<u>86</u>

Em 2018, a Companhia possui outros processos cíveis avaliados pelos assessores jurídicos como sendo de risco possível, no montante de R\$ 4.

#### 18 Outros passivos

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Circulante				
Investimentos a pagar	2.159		2.159	
Outras obrigações	869	15.179	1.653	15.179
	<u>3.028</u>	<u>15.179</u>	<u>3.812</u>	<u>15.179</u>
Não circulante				
Fornecedores de serviços		65		65
Investimento a pagar	4.569		4.569	
Outras obrigações		4	313	4
	<u>4.569</u>	<u>69</u>	<u>4.882</u>	<u>69</u>
	<u>7.597</u>	<u>15.248</u>	<u>8.694</u>	<u>15.248</u>

## W2W E-Commerce de Vinhos S.A.

### Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018

Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma

#### 19 Patrimônio líquido

##### (a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2018 o capital social da Companhia é de R\$ 44.955, totalmente integralizados, divididos em 159.134 ações, sendo 135.559 ações ordinárias e 23.575 de ações ordinárias de classe A todas nominativas e sem valor nominal e não resgatáveis.

	2018		2017	
	Quantidade	Valor total	Quantidade	Valor total
Ações ordinárias de classe A (i)	23.575	6.660	23.575	6.660
Ações ordinárias	135.559	38.295	135.559	38.295
	<u>159.134</u>	<u>44.955</u>	<u>159.134</u>	<u>44.955</u>

- (i) Conforme o parágrafo 5º do Acordo de Acionistas, as ações ordinárias classe A conferem ao titular os mesmos poderes que as ações ordinárias.

##### (b) Reserva de lucro – Reserva legal e reserva estatutária

A reserva legal será constituída a base de 5% sobre o lucro líquido do exercício (quando houver), limitada a 20% do capital social, conforme a previsão da lei 6.404/76. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar capital. **As reservas estatutárias são constituídas por determinação do estatuto da companhia, como destinação de uma parcela dos lucros do exercício, e não podem restringir o pagamento do dividendo obrigatório.**

Em 2018, em função do prejuízo, a Companhia não registrou reserva estatutária.

##### (c) Ajustes de avaliação patrimonial

Composto por:

- Ajuste das diferenças de câmbio em decorrência de investimento em coligada mantida no exterior. Este investimento foi integralmente alienado no exercício findo em 31 de dezembro de 2017 e sua movimentação está apresentada na Nota 10.
- Valor dos instrumentos financeiros derivativos designados como hedge de fluxo de caixa, líquidos dos efeitos tributários correspondentes. O saldo, líquido dos tributos em 31 de dezembro de 2018 é de R\$ 759 (2017 – resultado negativo de R\$ 233).

## W2W E-Commerce de Vinhos S.A.

### Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018

Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma

#### (d) Lucro (prejuízo) básico e diluído por ação

O lucro (prejuízo) básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro (prejuízo) atribuível aos acionistas da sociedade, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias emitidas durante o exercício, excluindo as ações ordinárias compradas pela sociedade e mantidas como ações em tesouraria, se houver.

O lucro (prejuízo) diluído por ação é calculado mediante o ajuste da quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação, para presumir a conversão de todas as ações ordinárias potenciais diluídos.

	2018		2017	
	Quantidade	Valor total	Quantidade	Valor total
Ações ordinárias de classe A	23.575	6.660	23.575	6.660
Ações ordinárias	135.559	38.295	135.559	38.295
	<u>159.134</u>	<u>44.955</u>	<u>159.134</u>	<u>44.955</u>
	Básico		Diluído	
	2018	2017	2018	2017
Prejuízo do Exercício	(21.930)	(5.825)	(21.930)	(5.825)
Ações em circulação no final do exercício	159.134	159.134	159.134	159.134
	<u>159.134</u>	<u>159.134</u>	<u>159.134</u>	<u>159.134</u>
<b>Prejuízo líquido por ações atribuível aos acionistas da Companhia - em R\$</b>	<b>(0,1378)</b>	<b>(0,0366)</b>	<b>(0,1378)</b>	<b>(0,0366)</b>

#### 20 Receitas

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Venda de mercadorias e produtos	349.919	347.195	358.127	347.195
Vendas de serviços e contratos – clube de benefícios	17.067	-	17.067	-
Bonificações recebidas	104	-	104	-
Impostos sobre vendas	(62.714)	(61.267)	(64.131)	(61.267)
Devoluções de vendas	(3.434)	(3.022)	(3.587)	(3.022)
Descontos concedidos	(33.144)	(20.080)	(33.161)	(20.080)
Receitas Líquidas	<u>267.798</u>	<u>262.826</u>	<u>274.419</u>	<u>262.826</u>

## W2W E-Commerce de Vinhos S.A.

### Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018

Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma

#### 21 Custos e despesas por natureza

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Compras de mercadorias	130.352	119.482	133.943	119.482
Remuneração administradores (b)	5.784	3.834	5.784	3.834
Salários e ordenados (i)	14.674	13.807	15.342	13.807
Encargos e benefícios (i)	14.824	15.104	15.510	15.104
Comissões	11.804	15.241	12.019	15.241
Fretes (ii)	37.467	36.443	37.543	36.443
Embalagens	7.571	7.220	7.571	7.220
Publicidade, propaganda e promoções	29.921	22.757	30.089	22.757
Serviços de terceiros e consultorias (iii)	11.890	5.950	12.117	5.950
Campanhas internas e promoções	416	436	419	436
Viagens, deslocamentos e refeições	1.942	1.804	1.991	1.804
Energia, Internet e telefonia	1.331	1.252	1.361	1.252
Material de consumo e expediente	1.522	1.183	1.624	1.183
Cursos, representação e treinamentos	903	557	911	557
Aluguel de imóveis	5.917	3.733	6.182	3.733
Impostos, taxas e contribuições	501	277	506	277
Amortização e depreciação	5.469	5.276	5.484	5.289
Perdas e recuperações (iv)	2.584	3.655	2.613	3.655
Outras despesas	5.933	11.124	5.891	11.124
Crédito de impostos	(3.606)	(3.990)	(3.605)	(3.990)
	<u>287.199</u>	<u>265.145</u>	<u>293.295</u>	<u>265.158</u>
Custo das vendas	137.923	119.482	141.514	119.482
Despesas administrativas	35.281	32.746	36.637	32.746
Despesas gerais	32.932	21.628	33.621	21.641
Despesas com vendas	80.630	81.876	81.089	81.876
Outros resultados operacionais (v)	433	9.413	434	9.413
	<u>287.199</u>	<u>265.145</u>	<u>293.295</u>	<u>265.158</u>

## W2W E-Commerce de Vinhos S.A.

### Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018

Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma

- (a) No decorrer do exercício findo em 31 de dezembro de 2018, a administração avaliou a sua estrutura e identificou oportunidades de redução de custos operacionais. Como resultado desta avaliação:
- (i) O montante de R\$ 1.577 e R\$ 380 nas rubricas “Salários e ordenados” e “Encargos e benefícios”, respectivamente, referem-se a desligamentos efetuados em decorrência da readequação da estrutura operacional da Companhia;
  - (ii) Despesas com frete relacionadas ao transporte de mercadorias dos fornecedores até os Centros de Distribuição (“CDs”) são incorporadas ao custo das mercadorias a serem revendidas. As despesas com fretes relacionadas ao transporte das mercadorias dos CDs até os consumidores ou revendedores são classificadas como despesas com vendas;
  - (iii) O montante de R\$ 3.466 refere-se a revisão de determinados contratos de parcerias e royalties, os quais foram alterados ou cancelados em decorrência do baixo retorno obtido pela Companhia quando comparado com a expectativa no momento de assinatura dos respectivos contratos;
  - (iv) O montante de R\$ 2.252 refere-se a baixas específicas efetuadas nos estoques e estrutura do negócio de cervejas o qual, por decisão da administração, teve toda a sua estrutura incluída na operação de vinhos com o objetivo de sinergia na utilização da estrutura física e operacional;
  - (v) Em 31 de dezembro de 2017, outros resultados operacionais referem-se ao resultado da alienação do investimento realizado na Mocoffe (R\$ 5.714) e baixa do ágio da HNB (R\$3.699)

Por tratarem-se de despesas não recorrentes e pontuais, a administração espera que não existam impactos prospectivos relacionados ao assunto.

- (b) *Remuneração do pessoal-chave da administração*

O pessoal-chave da administração inclui os conselheiros e diretores. A remuneração paga ou a pagar ao pessoal-chave da administração, por seus serviços, está apresentada a seguir:

	Controladora e consolidado	
	2018	2017
Pró-labore	1.070	1.020
Salários e ordenados	3.273	1.800
Encargos sociais	1.441	1.014
	<u>5.784</u>	<u>3.834</u>

## W2W E-Commerce de Vinhos S.A.

### Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018

Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma

#### 22 Despesas e receitas financeiras

	Controladora		Controladora	
	2018	2017	2018	2017
Despesas financeiras				
Encargos sobre empréstimos e financiamentos	(2.490)	(3.185)	(2.490)	(3.185)
Variação cambial passiva	(6.917)	(4.853)	(6.917)	(4.853)
IOF	(45)	(550)	(45)	(550)
Outras despesas financeiras	(446)		(463)	
	<u>(9.898)</u>	<u>(8.588)</u>	<u>(9.915)</u>	<u>(8.588)</u>
Receitas financeiras				
Descontos obtidos	803	332	803	332
Receita Financeira	1.781	3.341	1.787	3.341
Variação cambial ativa	4.953	1.838	4.953	1.838
	<u>7.537</u>	<u>5.511</u>	<u>7.543</u>	<u>5.511</u>
Resultado financeiro, líquido	<u>(2.361)</u>	<u>(3.077)</u>	<u>(2.372)</u>	<u>(3.077)</u>

#### 23 Seguros

A política de gestão de risco de seguro das Companhias consolidadas busca cobertura compatível com suas responsabilidades e operações.

As coberturas de seguros foram contratadas em montantes considerados suficientes para cobrir eventuais perdas, considerando a natureza de suas atividades, os riscos envolvidos em suas operações e as recomendações de seus consultores de seguro.

Em 31 de dezembro de 2018, a Companhia tinha as seguintes apólices de seguro contratadas:

<u>Modalidade</u>	<u>Cobertura</u>
Incêndio de bens do imobilizado	52.000
Responsabilidade civil de diretores e administradores	30.000
Equipamentos Logísticos	1.050

## W2W E-Commerce de Vinhos S.A.

### Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018

Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma

---

#### 24 Eventos subsequentes

##### (a) Aquisições e venda de participações societárias e mudanças no capital social da Companhia

Em julho de 2019, foi aprovada a conversão da totalidade das debêntures em ações ordinárias classe A, aumentando assim o capital social da Companhia em R\$ 60.000.

Ainda em 2019, a Companhia decidiu vender o canal de operações relacionadas a vendas de cerveja visando direcionar as estratégias e investimentos no seu negócio principal, a venda de vinhos.

##### (b) Mudanças nas políticas contábeis

- CPC 06(R2) - IFRS 16 (Arrendamentos), adotada em 1º de janeiro de 2019, norma com vigência a partir de 1º de janeiro de 2019, determina que os arrendatários passam a ter que reconhecer o passivo dos pagamentos futuros e o direito de uso do ativo arrendado para praticamente todos os contratos de arrendamento mercantil, incluindo os operacionais, podendo ficar fora do escopo dessa nova norma determinados contratos de curto prazo ou de baixo valor. Os critérios de reconhecimento e mensuração dos arrendamentos nas demonstrações financeiras dos arrendadores ficam substancialmente mantidos.

- ICPC 22 - "Incertezas sobre tratamento de tributos sobre o lucro", a interpretação trata da aplicação dos requisitos de reconhecimento e mensuração estabelecidos no CPC 32 quando há incerteza sobre os tratamentos de tributo sobre o lucro. A Companhia deve reconhecer e mensurar seu tributo corrente ou diferido ativo ou passivo, aplicando os requisitos do CPC 32 com base em lucro tributável (prejuízo fiscal), bases fiscais, prejuízos fiscais não utilizados, créditos fiscais não utilizados e alíquotas fiscais determinados, aplicando esta Interpretação. A interpretação foi aprovada em 21 de dezembro de 2018 e entrou em vigência em 1º de janeiro de 2019. Na avaliação da Administração da Companhia, não são esperados impactos significativos em decorrência da interpretação, uma vez que todos os procedimentos adotados para apuração e recolhimento de tributos sobre o lucro estão amparados na legislação vigente e pareceres normativos.

Não há outras normas IFRS ou interpretações IFRIC que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre as demonstrações financeiras do Grupo.

##### (c) Novidades operacionais

Em setembro 2019, em linha com a estratégia da Companhia e expansão dos seus negócios e relacionamento com seus clientes, e em face à aquisição da controlada Bodegas de Los Andes Comércio de Vinhos Ltda. ("Bodegas") no ano anterior, a Companhia inaugurou sua primeira loja física sob a marca "Wine", no bairro de Lourdes em Belo Horizonte/MG. A estratégia da Companhia com o conceito de multicanalidade e a capacidade de oferecer a mesma experiência independente do canal de contato com o cliente, com o objetivo de oferecer nossos produtos em diferentes canais de venda, preservar a mesma experiência desde a atração desses clientes, passando pela venda e mantendo o mesmo padrão e qualidade no pós venda em todos eles, tanto no mundo online como no offline. Ainda, com apoio de um novo Centro de Distribuição em São Francisco, Belo Horizonte/MG, com o intuito de entregas mais rápidas e facilidade de abastecimento de nossa loja física.

Em outubro de 2019, para proporcionar experiências diferenciadas a seus clientes e manter seu perfil inovador, a Companhia lança no mercado o WineUP, programa de recompensas que, entre muitas funções, permite acumular pontos e convertê-los em prêmios e descontos além de gamificação por conquistas em cada missão. Em 31 de dezembro de 2019, o saldo estimado de utilização de pontos pelos clientes foi de R\$ 739.

Em 2020, a Companhia avaliou a operação do Centro de Distribuição localizado em São Bernardo do Campo – SP e, visando otimizar a estratégia logística em seus negócios, decidiu migrar para a cidade Barueri – SP.

**Para a estratégia de 2020 e maior sinergia de seus negócios a Companhia planeja realizar evento de incorporação**

## W2W E-Commerce de Vinhos S.A.

### Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018

Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma

---

da sua controlada Bodegas de Los Andes Comércio de Vinhos S.A, bem como e a extinção da controlada C&M Desenvolvimento e Licenciamento de Programas Ltda.

#### (d) Outros assuntos relevantes

Em 23 de janeiro de 2019, transitou em julgado o recurso extraordinário relacionado ao ICMS na base de cálculo do PIS e COFINS, com admissibilidade do respectivo recurso em favor da Companhia. Até a data de emissão das demonstrações financeiras do exercício de 2018, tendo em vista as controvérsias principalmente em relação a metodologia do cálculo, a administração avaliou os impactos do assunto, e, conseqüentemente, nenhum valor foi registrado. No exercício de 2019, conforme cálculos, a administração registrou um impacto positivo no resultado de R\$ 37.677.

Em março de 2020, a Organização Mundial de Saúde (OMS) declarou a pandemia de Covid-19, doença causada pelo novo coronavírus (Sars-Cov-2), devido a propagação da doença em diversos continentes, o que estimulou os governos a criarem medidas para contenção da contaminação pelo vírus. No Brasil, medidas como isolamento social foram utilizadas, o que gerou impacto na economia. Com a publicação do Decreto Federal nº 10.282/2020 que regulamenta os serviços públicos e atividades essenciais no cenário da pandemia por Covid-19, bebidas e alimentos estão previstos neste Decreto e sua essencialidade, não ocorrendo interrupção do negócio no e-commerce.

As análises estão sendo realizadas em linha com o Ofício Circular CVM/SNC/SEP nº 02/2020, emitido pela Comissão de Valores Mobiliários em 10 de março de 2020, que orienta os administradores e auditores independentes de companhias abertas a considerarem cuidadosamente os impactos da COVID-19 nos negócios e reportarem nas demonstrações financeiras os principais riscos e incertezas advindos dessa análise, em consonância com as normas contábeis aplicáveis.

As principais preocupações neste período são a preservação da integridade dos colaboradores, clientes, fornecedores e das comunidades onde a Companhia atua, bem como a continuidade das operações de maneira segura. Por este motivo, o primeiro passo foi a criação de um comitê interdisciplinar com atuação e monitoramento ativo. O comitê conta com representantes de todas as unidades: sede de Vitória, filial de São Paulo, Centros de Distribuição de Serra/ ES e Barueri/ SP, B2B e Lojas Físicas (BH, POA e CWB).

No entendimento da Administração, as medidas tomadas até o momento e que as estão em constante reavaliação buscam manter o nível de serviço e qualidade operacional que preza em nas operações, além de buscar assegurar a saúde e bem-estar dos colaboradores, fornecedores e clientes e da sociedade como um todo, apoiando o cumprimento das medidas determinadas pelas autoridades públicas. A Administração não identificou impactos relevantes nos resultados e margens de lucros da Companhia. A Companhia continuará atuando de maneira a preservar a saúde de todos, sempre vigilante e pronta a fazer correções de rumo conforme a evolução da situação. Por fim, apesar do cenário de incertezas, em que não é possível precisar seus impactos, bem como seu prazo de duração, no entendimento da Administração, tais medidas buscam suportar a evolução da Companhia nesse período.

Entretanto, referida pandemia impacta os negócios da Companhia e potencializa o efeito dos demais riscos aos quais a Companhia está exposta, podendo afetar significativamente nossos resultados operacionais e fluxo de caixa. Até o presente momento não é possível dimensionar a extensão desses impactos e o tempo de duração do cenário pandêmico, bem como seus potenciais efeitos nas operações e colaboradores. Além disso, a pandemia da COVID-19 pode afetar adversamente as condições econômicas gerais e o setor de comércio, considerando potenciais impactos nos níveis de emprego e renda e na capacidade e hábitos de consumo da população em geral. A Companhia entende que podem ocorrer os seguintes impactos:

- **Comportamento da demanda:** aumento da taxa de desemprego, ampliação da recessão econômica e redução do consumo de produtos supérfluos;
- **Liquidez:** risco do impacto nos resultados e mercados de crédito mais restritivos impactarem a liquidez;

## W2W E-Commerce de Vinhos S.A.

### Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018

Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma

---

- **Câmbio:** impacto da desvalorização cambial em margens e em desembolso de caixa;
- **Falta de fornecimento:** risco de fechamento das fronteiras comerciais e risco do MAPA - Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - interromper ou atrasar a nacionalização;
- **Disrupção Logística:** companhias aéreas já reduziram fortemente suas rotas o que impacta diretamente nos prazos de entrega e como existem muitos operadores rodoviários, o maior risco é na redução da oferta, junto com aumento na demanda por delivery. Também pode ocorrer lockdown de cidades importantes dificultando a entrega nessas regiões;
- **Crédito com Fornecedores:** risco da deterioração do caixa e dos resultados limitarem a capacidade de financiamento a prazo com fornecedores;
- **Saúde e produtividade dos funcionários:** risco de contágio pode afetar funcionários e operações e o risco de produtividade pode cair por conta de home office sustentado. Poderá ocorrer uma contaminação em massa de profissionais do nosso centro de distribuição, paralisando as operações;
- **Comportamento das vendas do e-commerce: risco de queda nas vendas em meio a deterioração da economia e da confiança do consumidor;** e
- **Fechamento de bares, restaurantes, eventos, lojas:** vendas do B2B (atacado) no on trade (e-commerce) e da Wine Eventos poderão sofrer impacto. E no médio prazo poderá ocorrer o fechamento definitivo de inúmeros restaurantes parceiros, ocasionando perda de vendas do nosso negócio de B2B.



**DECLARAÇÃO DOS DIRETORES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

Em observância às disposições constantes da Instrução CVM nº 480/2009, a Diretoria declara que revisou, discutiu e concordou com as Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas, relativas ao exercício social em 31 de dezembro de 2018.

São Paulo, 02 de setembro de 2020

DocuSigned by:  
*Marcelo D'Arienzo*  
0A1B477CC91E4A8...  
MARCELO GIOVANETTI D'ARIENZO

DocuSigned by:  
*Alexandre Magno da Cruz Oliveira Filho*  
CBDCF98F17BE456...  
ALEXANDRE MAGNO DA CRUZ OLIVEIRA FILHO

DocuSigned by:  
*Laura Barros*  
AEBD9ED355F5467...  
LAURA GONÇALVES CAVALCANTI BARROS

DocuSigned by:  
*Clayton Freire*  
DD1CAF23A55C4BB...  
CLAYTON FREIRE DOS SANTOS

DocuSigned by:  
*German Garfinkel*  
8617B44046824F4...  
GERMAN GARFINKEL

DocuSigned by:  
*Alexandre Rodrigues Malta*  
8B84E49FF9B8405...  
ALEXANDRE RODRIGUES MALTA



# WINE

## DECLARAÇÃO DOS DIRETORES SOBRE O PARECER EMITIDO PELOS AUDITORES INDEPENDENTES

Em observância às disposições constantes da Instrução CVM nº 480/2009, a Diretoria declara que revisou, discutiu e concordou com as conclusões expressas no relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018.

São Paulo, 02 de setembro de 2020

DocuSigned by:  
*Marcelo D'Arienzo*  
0A1B477CC91E4A8...  
MARCELO GIOVANETTI D'ARIENZO

DocuSigned by:  
*Alexandre Magno da Cruz Oliveira Filho*  
CBDCF98F17BE456...  
ALEXANDRE MAGNO DA CRUZ OLIVEIRA FILHO

DocuSigned by:  
*Laura Barros*  
AEBD9ED355F5467...  
LAURA GONÇALVES CAVALCANTI BARROS

DocuSigned by:  
*Clayton Freire*  
DD1CAF23A55C4BB...  
CLAYTON FREIRE DOS SANTOS

DocuSigned by:  
*German Garfinkel*  
8617B44046824F4...  
GERMAN GARFINKEL

DocuSigned by:  
*Alexandre Rodrigues Malta*  
8B84E49FF9B8405...  
ALEXANDRE RODRIGUES MALTA





***W2W E-Commerce  
de Vinhos S.A.***

***Conjunto completo das  
Demonstrações Financeiras 2017***

# Conjunto completo das Demonstrações Financeiras 2017

O conjunto de demonstrações apresentado a seguir é composto pelas seguintes informações:

- ✓ Relatório da administração;
- ✓ Relatório do auditor independente;
- ✓ Demonstrações Financeiras;
- ✓ Declaração dos diretores sobre as Demonstrações Financeiras;
- ✓ Declaração dos diretores sobre a opinião expressa no relatório dos auditores independentes e sobre as informações contábeis intermediárias



## MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

A W2W E-Commerce de Vinhos S.A. ("Companhia" ou "Wine") opera no mercado varejista e atacadista comercializando vinhos, cervejas, linha gourmet e outras bebidas nacionais e importadas, principalmente via comércio eletrônico (e-commerce). A companhia foi constituída em 2008 e opera com os sites "www.wine.com.br", "www.beer.com.br", "www.vinhofacil.com.br", "www.wineeventos.com.br" e "www.wine2b.com.br".

Além da comercialização através dos canais digitais, outra importante fonte de receita da Companhia é o Clube Wine, assinatura periódica em que os clientes recebem os vinhos recomendados pela curadoria de enólogos da Wine, uma revista com conteúdo editorial exclusivo com informações atuais aos interessados pelo mundo dos vinhos, além de outros benefícios, como descontos e promoções exclusivas.

A Companhia é uma sociedade anônima de capital fechado, com sedes administrativas nas cidades de Vitória/ES e São Paulo/SP e um centro de distribuição na cidade de Serra/ES. A Companhia possui seu controle compartilhado entre a Orbeat Som e Imagem Ltda., empresa do Grupo RBS, e Península Fundo de Investimento em Participações.

Durante o exercício de 2017, a Companhia vendeu sua participação acionária na empresa com atuação na venda de cápsulas de café, a Mocoffee Company B.V, conforme descrito na Nota 11. Em 21 de agosto de 2017, a Companhia adquiriu o fundo de comércio da empresa Clubeer do Brasil Ltda. ("Clubeer"), buscando ampliar seu market share no mercado de cervejas.



## RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

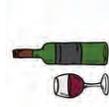
### DESEMPENHO DA WINE EM 2017

Em 2017 tivemos a entrada de 2 novos canais de venda na Wine, o Vinho Fácil, um novo site e uma nova marca para competir no mercado de flash-sales sem comprometer os atributos conquistados pela marca Wine. E o canal Wine Eventos, para atender ao público de festas, casamentos e qualquer tipo de evento.

Fechamos o ano com crescimento de 10,2%, 24 milhões a mais que o ano anterior. Esse crescimento foi impulsionado principalmente pelo E-commerce, que finaliza o ano como o canal que mais cresceu em valor absoluto na companhia, 32,2MM. O canal B2B cresce 34,5% com maior atuação do “inside sales” e Wine Eventos em seu primeiro ano de atuação fatura 4,6MM.

O Clube de Assinaturas de Vinhos apresenta um leve crescimento, principalmente nas captações, crescendo 7,9% e terminando com uma base de sócios de 116mil. O Clube Beer encerra o período com 9mil sócios ativos.

### DESEMPENHO ECONÔMICO FINANCEIRO



**10,1MM**  
garrafas vendidas.



**2,4MM**  
de pedidos.



**+8mil**  
sócios de clube.

Informações Consolidadas (R\$ MM)	2017	2016	Var.
Receita líquida	262.826	238.501	10,2%
Custo das vendas	(119.482)	(106.114)	12,6%
Lucro bruto	143.344	132.387	8,3%
<b>Margem Bruta (%)</b>	<b>54,5%</b>	<b>55,5%</b>	
Despesas operacionais (vendas, administrativas e outras)	(145.676)	(124.577)	16,9%
Despesas com vendas	(81.876)	(70.602)	16,0%
Despesas administrativas	(32.746)	(31.504)	3,9%
Despesas gerais	(21.641)	(20.611)	5,0%
Outras despesas operacionais	(9.413)	(1.860)	406,1%
<b>Despesas operacionais/Receita líquida (%)</b>	<b>-55,4%</b>	<b>-52,2%</b>	
EBITDA ajustado	9.887	19.326	-48,8%
<b>Margem EBITDA ajustada</b>	<b>3,8%</b>	<b>8,1%</b>	

▪ Aumento expressivo no investimento de marketing quando comparado a 2016, principalmente pela expansão do E-commerce, onde a maior competitividade deste mercado requer maiores investimentos, impactando diretamente o EBITDA do ano. O % das despesas com vendas é superior a 2016 principalmente nas linhas de frete e embalagens para os novos canais de venda.

▪ A entrada no início do ano do Sistema “Go Frete”, impactou positivamente as despesas com vendas, trazendo ganho em torno de 1p.ps. no ano.



## RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

### COMPOSIÇÃO EBITDA AJUSTADO

Informações Consolidadas (R\$ MM)	2017	2016	Var.
<b>Lucro Operacional</b>	<b>(2.332)</b>	<b>7.810</b>	<b>-129,9%</b>
Depreciação e Amortização	5.289	6.080	-13,0%
<b>EBITDA</b>	<b>2.957</b>	<b>13.890</b>	<b>-78,7%</b>
Não recorrentes	3.231	3.576	-9,6%
Impairment de Ágio	3.699		
Equivalência patrimonial		1.860	
<b>EBITDA ajustado</b>	<b>9.887</b>	<b>19.326</b>	<b>-48,8%</b>

454

- Apesar do Lucro Bruto acima 8,3% no ano de 2017, o lucro operacional sofre o impacto das despesas operacionais que referem-se a alienação do investimento realizado na Mocoffe no valor de 5,7MM e R\$ 3.699 relacionado ao ágio originado no momento da aquisição da Santiago e Lemos Comércio de Bebidas S.A., empresa incorporada pela Companhia no exercício findo em 31 de dezembro de 2015.

### Não recorrentes

Informações Consolidadas (R\$ MM)	2017	2016	Var.
Alienação de ativos	5.714		
Despesas legais		3.576	
Ganho ou perda tributária	(2.483)		
<b>Não recorrentes</b>	<b>3.231</b>	<b>3.576</b>	<b>-9,6%</b>

- Em 13 de julho de 2017 a Administração decidiu descontinuar sua participação no negócio de café redefinindo sua estratégia e buscando otimizar seus resultados no mercado interno de vinhos. Nesta data, a Companhia realizou a venda de sua participação Mocoffee B.V. pelo montante de R\$ 3.703, sendo a perda pela alienação do investimento no montante de R\$ 5.714



## RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

## Resultado financeiro

Informações Consolidadas (R\$ MM)	2017	2016	Var.
<b>Receitas financeiras</b>	<b>5.511</b>	<b>15.883</b>	<b>-65,3%</b>
Descontos obtidos	332	185	79,5%
Receita financeira	3.341	2.331	43,3%
Varição cambial ativa	1.838	13.367	-86,2%
<b>Despesas financeiras</b>	<b>(8.588)</b>	<b>(21.298)</b>	<b>-59,7%</b>
Encargos sobre empréstimos e financiamentos	(3.185)	(12.268)	-74,0%
Varição cambial passiva	(4.853)	(7.928)	-38,8%
IOF	(550)	(1.102)	-50,1%
<b>Resultado financeiro líquido</b>	<b>(3.077)</b>	<b>(5.415)</b>	<b>-43,2%</b>

- Quando comparado ao resultado financeiro de 2016, temos o impacto da variação cambial ativa do contrato FININP. A linha de "encargos sobre empréstimos" destaca a liquidação do contrato CCB.

## LUCRO LÍQUIDO

Informações Consolidadas (R\$ MM)	2017	2016	Var.
<b>EBITDA ajustado</b>	<b>9.887</b>	<b>19.326</b>	<b>-48,8%</b>
Depreciação e Amortização	(5.289)	(6.080)	-13,0%
Não recorrentes	(3.231)	(3.576)	-9,6%
Impairment de Ágio	(3.699)		
Resultado de equivalência patrimonial		(1.860)	
<b>Lucro Operacional</b>	<b>(2.332)</b>	<b>7.810</b>	<b>-129,9%</b>
Resultado financeiro	(3.077)	(5.415)	-43,2%
Receitas financeiras	5.511	15.883	-65,3%
Despesas financeiras	(8.588)	(21.298)	-59,7%
Provisão para IR e CS	(416)	(1.348)	-69,1%
<b>Lucro Líquido</b>	<b>(5.825)</b>	<b>1.047</b>	<b>-656,4%</b>



## RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

## FLUXO DE CAIXA

Informações Consolidadas (R\$ MM)	2017	2016	Var.
<b>Lucro Líquido</b>	<b>(5.825)</b>	<b>1.047</b>	<b>-656,4%</b>
Provisão para IR e CS	416	1.348	-69,1%
<b>LAIR</b>	<b>(5.409)</b>	<b>2.395</b>	<b>-325,8%</b>
Depreciação/Amortização e Outros	5.289	6.066	-12,8%
Juros e Variações cambiais	2.677	7.231	-63,0%
Baixa de imobilizado/intangível e outros	3.500	1.748	100,2%
Variação Capital de Giro	(5.397)	6.527	-182,7%
Juros sobre Empréstimos e Financiamentos pagos	(2.020)	(12.084)	-83,3%
IR+CSLL	(1.371)		
Financiamentos Operacionais	17.376	(1.099)	-1681,1%
CAPEX	3.258	(4.852)	-167,1%
<b>Fluxo de Caixa</b>	<b>19.274</b>	<b>4.561</b>	<b>322,6%</b>

- No ano de 2017 comparado ao ano de 2016 tivemos um aumento do contas a receber de 6MM por conta do volume de vendas. Aumento de 11MM em estoques e em contrapartida aumento de 17MM em fornecedores pelo volume de mercadoria adquirida. Por conta da apropriação do prêmio de participação dos resultados tivemos uma redução das obrigações a pagar no ano de 2017. Em CAPEX, tivemos investimento em benfeitorias na sede administrativa em Vitória e em tecnologia. Nos financiamentos operacionais, impacto das debêntures emitidas a favor do acionista Fundo de Investimento Península, no montante de R\$ 45,9 milhões, compensando as amortizações de financiamentos no montante de R\$ 28,5 milhões no mesmo ano.



## RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

## ENDIVIDAMENTO

Informações Consolidadas (R\$ MM)	2017	2016	Var.
<b>Empréstimos e financiamentos</b>	<b>66.034</b>	<b>45.733</b>	<b>44,4%</b>
FINIMIP	7.012		
CCB	2.526	19.028	-86,7%
FINAME	708	932	-24,0%
Debêntures	62.655	15.394	307,0%
Outros	145	3.367	-95,7%
<b>Caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>(36.231)</b>	<b>(16.957)</b>	<b>113,7%</b>
<b>Endividamento líquido</b>	<b>29.803</b>	<b>28.776</b>	<b>3,6%</b>

- Em 9 de agosto de 2016 a companhia aprovou a emissão de 9 debêntures conversíveis em ações no valor total de R\$ 60.000. Para data de conversibilidade e vencimento, dividiu-se em dois conjuntos, sendo as ações de números 2, 4 e 9, as quais correspondem ao valor de R\$ 12.000 e vencimento em 1º de janeiro de 2020. O segundo conjunto composto pelas ações 1, 3, 5, 6, 7 e 8, correspondem ao valor de 48.000 com vencimento em 1º de julho de 2020

## INVESTIMENTO

Informações Consolidadas (R\$ MM)	2017	2016	Var.
Finanças	193	389	-50,4%
Marketing		21	
Operações	657	85	674,6%
Administrativo	2.824		
TI	4.039	4.422	-8,6%
Novos negócios	730		
<b>Investimentos</b>	<b>8.443</b>	<b>4.916</b>	<b>71,7%</b>

- O CAPEX de 2017 ficou 71,7% acima de 2016, principalmente impactado pela obra da Sede em Vitória e investimento nos novos negócios Clubebeer e Vinho Fácil.



---

# ***W2W E-commerce de Vinhos S.A.***

***Demonstrações financeiras  
individuais e consolidadas em  
31 de dezembro de 2017  
e relatório do auditor independente***



## ***Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas***

Aos Administradores e Acionistas  
W2W E-commerce de Vinhos S.A.

### **Opinião**

---

Examinamos as demonstrações financeiras individuais da W2W E-commerce de Vinhos S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como as demonstrações financeiras consolidadas da W2W E-commerce de Vinhos S.A. e suas controladas ("Consolidado"), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da W2W E-commerce de Vinhos S.A. e da W2W E-commerce de Vinhos S.A. e suas controladas em 31 de dezembro de 2017, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa, bem como o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

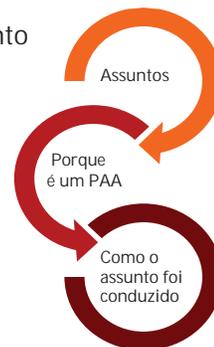
### **Base para opinião**

---

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

## Principais Assuntos de Auditoria

Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esse assunto foi tratado no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esse assunto.



### Porque é um PAA

#### Reconhecimento de receita de vendas

Conforme Nota 2.16, a determinação do reconhecimento de receita é feita quando da transferência de risco e propriedade dos bens para os clientes e o valor da receita possa ser mensurado com confiabilidade, o que geralmente ocorre no momento do faturamento das transações, podendo levar ao risco de reconhecimento inadequado do valor da receita e em momento incorreto.

Em função da magnitude e a sensibilidade do reconhecimento da receita, consideramos este como um principal assunto de auditoria.

### Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Como resposta a esse assunto, dentre outros, executamos os seguintes principais procedimentos de auditoria:

- (i) Entendimento do processo de vendas e do ambiente de controles para o reconhecimento de receitas e dos respectivos contas a receber;
- (ii) Selecionamos, em base amostral, transações de vendas ocorridas antes e depois da data de encerramento do exercício, de maneira a observar se a receita foi reconhecida na competência correta, considerando a análise da data do documento de aprovação de entrega do produto;
- (iii) Comparamos, em base de testes, lançamentos contábeis com pedidos de clientes, notas fiscais e o efetivo recebimento das vendas, bem como efetuamos análise de números sequenciais de emissão de notas fiscais.

Os resultados de nossos procedimentos nos proporcionaram evidências de auditoria de que o reconhecimento de receitas é efetuado, em todos os aspectos relevantes, pelo valor pactuado com os clientes e no correto período de competência, ou seja, quando da transferência do risco e propriedade. Assim, consideramos que as transações estão contabilizadas por valores que



W2W E-commerce de Vinhos S.A.

---

### Porque é um PAA

### Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

---

correspondem aos documentos testados e no correto período de competência.

---

### Outros assuntos

#### Demonstrações do Valor Adicionado

As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado". Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

---

#### Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

---

#### Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.



W2W E-commerce de Vinhos S.A.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

### **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas**

---

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

W2W E-commerce de Vinhos S.A.

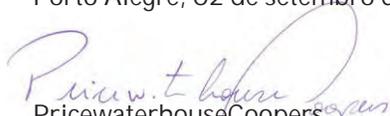
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

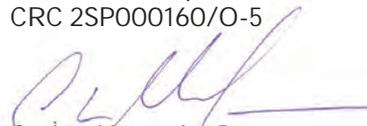
Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as conseqüências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Porto Alegre, 02 de setembro de 2020



PricewaterhouseCoopers  
Auditores Independentes  
CRC 2SP000160/O-5



Carlos Alexandre Peres  
Contador CRC 1SP198156/O-7



## W2W E-Commerce de Vinhos S.A.

### Demonstração do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Notas	Controladora		Consolidado	
		2017	2016	2017	2016
Receita líquida	20	262.826	238.501	262.826	238.501
Custo das vendas	21	<u>(119.482)</u>	<u>(106.114)</u>	<u>(119.482)</u>	<u>(106.114)</u>
<b>Lucro bruto</b>		<u>143.344</u>	<u>132.387</u>	<u>143.344</u>	<u>132.387</u>
Despesas com vendas	21	(81.876)	(70.602)	(81.876)	(70.602)
Despesas administrativas	21	(32.746)	(31.504)	(32.746)	(31.504)
Despesas gerais	21	(21.628)	(20.597)	(21.641)	(20.611)
Resultado de equivalência patrimonial	11	(13)	(1.874)	-	(1.860)
Outros resultados operacionais	21	<u>(9.413)</u>	<u>-</u>	<u>(9.413)</u>	<u>-</u>
<b>Lucro (Prejuízo) operacional</b>		<u>(2.332)</u>	<u>7.810</u>	<u>(2.332)</u>	<u>7.810</u>
Receitas financeiras	22	5.511	15.883	5.511	15.883
Despesas financeiras	22	<u>(8.588)</u>	<u>(21.298)</u>	<u>(8.588)</u>	<u>(21.298)</u>
<b>Resultado financeiro líquido</b>		<u>(3.077)</u>	<u>(5.415)</u>	<u>(3.077)</u>	<u>(5.415)</u>
<b>(Prejuízo) / Lucro antes da provisão para o imposto de renda e contribuição social</b>		<u>(5.409)</u>	<u>2.395</u>	<u>(5.409)</u>	<u>2.395</u>
Imposto de renda e contribuição social	10	<u>(416)</u>	<u>(1.348)</u>	<u>(416)</u>	<u>(1.348)</u>
<b>Lucro (Prejuízo) líquido do exercício</b>		<u>(5.825)</u>	<u>1.047</u>	<u>(5.825)</u>	<u>1.047</u>
Lucro (Prejuízo) por ação atribuível aos acionistas da Companhia - em R\$ (Nota 19(d))					
Básico		(0,0366)	0,0511		
Diluído		(0,0366)	0,0511		

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

## W2W E-Commerce de Vinhos S.A.

### Demonstração do resultado abrangente Exercícios findo em 31 de dezembro Em milhares de reais

---

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>2017</u>	<u>2016</u>	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Lucro (Prejuízo) do exercício	(5.825)	1.047	(5.825)	1.047
Varição cambial de investidas localizadas no exterior	(2.263)	743	(2.263)	743
Hedges de fluxos de caixa, líquido	<u>297</u>	<u>(64)</u>	<u>297</u>	<u>(64)</u>
<b>Total do resultado abrangente do exercício</b>	<u><u>(7.791)</u></u>	<u><u>1.726</u></u>	<u><u>(7.791)</u></u>	<u><u>1.726</u></u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.  
3 de 48

## W2W E-Commerce de Vinhos S.A.

### Demonstração das mutações do patrimônio líquido Exercícios findos em 31 de dezembro

Em milhares de reais

	Reservas de lucros					Total
	Capital social	Reserva legal	Reserva de lucros	Ajustes de avaliação patrimonial	Prejuízos acumulados	
<b>Em 31 de dezembro de 2015</b>	<b>33.666</b>	-	-	<b>1.520</b>	<b>(37.885)</b>	<b>(2.699)</b>
Resultado abrangente do exercício	-	-	-	-	1.047	1.047
Lucro Líquido do exercício	-	-	-	(64)	-	(64)
Hedges de fluxo de caixa, líquidos de impostos	-	-	-	743	-	743
Varição cambial de investidas localizadas no exterior (Nota 11)	-	-	-	-	-	-
Total resultado abrangente do exercício	-	-	-	679	1.047	1.726
Contribuição dos acionistas e distribuições aos acionistas	-	-	-	-	-	-
Aumento de capital	40.000	-	-	-	-	40.000
Absorção de prejuízos acumulados	(28.711)	-	-	-	28.711	-
Destinação do lucro líquido do exercício	-	36	-	-	(36)	-
Reserva legal	-	-	685	-	(685)	-
Lucros a destinar	-	-	-	-	-	-
Total contribuição dos acionistas e distribuições aos acionistas	11.289	36	685	-	27.990	40.000
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2016</b>	<b>44.955</b>	<b>36</b>	<b>685</b>	<b>2.199</b>	<b>(8.848)</b>	<b>39.027</b>
Resultado abrangente do exercício	-	-	-	-	(5.825)	(5.825)
Prejuízo do exercício	-	-	-	297	-	297
Hedges de fluxo de caixa, líquidos de impostos	-	-	-	(2.263)	-	(2.263)
Varição cambial de investidas localizadas no exterior (Nota 11)	-	-	-	-	-	-
Total resultado abrangente do exercício	-	-	-	(1.966)	(5.825)	(7.791)
Contribuição dos acionistas e distribuições aos acionistas	-	(36)	-	-	32	(4)
Absorção de prejuízos acumulados	-	-	-	-	-	-
Destinação do lucro líquido do exercício	-	(36)	-	-	32	(4)
Total contribuição dos acionistas e distribuições aos acionistas	-	(36)	-	-	32	(4)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2017</b>	<b>44.955</b>	<b>-</b>	<b>685</b>	<b>233</b>	<b>(14.641)</b>	<b>31.232</b>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.  
4 de 48

## W2W E-Commerce de Vinhos S.A.

### Demonstração dos fluxos de caixa Exercícios findos em 31 de dezembro Em milhares de reais

	Notas	Controladora		Consolidado	
		2017	2016	2017	2016
<b>Fluxo de caixa das atividades operacionais</b>					
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e contribuição social		(5.409)	2.395	(5.409)	2.395
<b>Ajustes para reconciliar o lucro ao fluxo de caixa das atividades operacionais</b>					
Depreciação	12	2.338	3.995	2.351	3.995
Amortização	13	2.938	2.071	2.938	2.071
Despesas com juros e variações cambiais	15	2.678	6.889	2.677	6.889
(Ganho) perdas na baixa de imobilizado e intangível	12/13	3.716	(158)	3.716	(158)
Resultado de equivalência patrimonial	11	13	1.874	-	1.860
Reversão para devedores duvidosos	6	(17)	(15)	(17)	(15)
Reversão de provisão para perda nos estoques	7	(137)	(87)	(137)	(87)
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	17	(62)	148	(62)	148
		<b>6.058</b>	<b>17.717</b>	<b>6.057</b>	<b>17.098</b>
Variações nos ativos e passivos					
Redução (aumento) de contas a receber	6	(13.330)	(6.177)	(13.330)	(6.177)
Redução (aumento) de estoques	7	(11.110)	18.889	(11.110)	18.889
Redução (aumento) de outros ativos	9	(5.262)	(67)	(5.262)	86
(Redução) aumento de fornecedores	14	16.880	(14.574)	16.880	(14.574)
(Redução) aumento de obrigações fiscais e trabalhistas	16	(5.025)	6.108	(5.025)	6.159
(Redução) aumento de outros passivos	18	12.450	2.486	12.450	2.486
		<b>661</b>	<b>24.382</b>	<b>660</b>	<b>23.967</b>
Caixa gerado nas operações					
Imposto de renda e contribuição social pagos	10		(1.371)		(1.371)
Juros sobre empréstimos e financiamentos pagos	15	(2.020)	(12.084)	(2.020)	(12.084)
		<b>(1.359)</b>	<b>10.927</b>	<b>(1.360)</b>	<b>10.512</b>
<b>Fluxo de caixa das atividades de investimento</b>					
(Aquisição) Venda de investimento	11	11.680	(456)	11.680	-
Aumento de capital em investimento sem alteração da participação		-	(629)	-	(629)
Compras de imobilizado	12	(4.180)	(357)	(4.180)	(387)
Compras de ativos intangíveis	13	(4.242)	(4.715)	(4.242)	(4.715)
Recebimento pela venda de imobilizado	12	-	879	-	879
		<b>3.258</b>	<b>(5.278)</b>	<b>3.258</b>	<b>(4.852)</b>
<b>Fluxo de caixa das atividades de financiamentos</b>					
Captação de empréstimos e financiamentos	15	45.892	69.799	45.892	69.799
Amortizações de empréstimos e financiamentos	15	(28.516)	(110.898)	(28.516)	(110.898)
Aumento de capital		-	40.000	-	40.000
		<b>17.376</b>	<b>(1.099)</b>	<b>17.376</b>	<b>(1.099)</b>
<b>Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de financiamento</b>					
		<b>19.275</b>	<b>4.550</b>	<b>19.274</b>	<b>4.561</b>
<b>Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa</b>					
Caixa e equivalentes de caixa no início de exercício		16.946	12.396	16.957	12.396
Caixa e equivalentes de caixa no final de exercício		36.221	16.946	36.231	16.957
		<b>19.275</b>	<b>4.550</b>	<b>19.274</b>	<b>4.561</b>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

## W2W E-Commerce de Vinhos S.A.

### Demonstração do valor adicionado Exercícios findos em 31 de dezembro Em milhares de reais

	Notas	2017	2016	2017	2016
<b>Receitas</b>					
Vendas brutas de produtos e serviços	20	324.093	290.057	324.093	290.057
Provisão para créditos de liquidação duvidosa - reversão/(constituição)	6	(17)	(13)	(17)	(13)
		<u>324.076</u>	<u>290.044</u>	<u>324.076</u>	<u>290.044</u>
<b>Insumos adquiridos de terceiros</b>					
Custo dos produtos vendidos, das mercadorias e dos serviços prestados	21	(126.702)	(108.788)	(126.702)	(108.788)
Despesas de transporte	21	(36.443)	(49.316)	(36.443)	(49.316)
Custos de publicidade, vendas e promoções	21	(22.757)	(12.947)	(22.757)	(12.947)
Serviços de terceiros	21	(5.950)	(8.284)	(5.950)	(8.284)
Perdas/recuperações de valores ativos	21	(3.655)	7.637	(3.655)	5.777
Outras despesas		(13.027)	(12.903)	(13.027)	(12.903)
		<u>(208.534)</u>	<u>(184.601)</u>	<u>(208.534)</u>	<u>(186.461)</u>
<b>Valor adicionado bruto</b>		<u>115.542</u>	<u>114.617</u>	<u>115.542</u>	<u>112.757</u>
Depreciação e amortização	21	(5.276)	(6.066)	(5.289)	(6.080)
<b>Valor adicionado líquido produzido pela Companhia</b>		<u>110.266</u>	<u>99.377</u>	<u>110.253</u>	<u>97.503</u>
<b>Valor adicionado recebido em transferência</b>					
Participação nos lucros de controladas	11	(13)	(1.874)	-	-
Receitas financeiras	22	5.511	15.883	5.511	15.883
<b>Valor adicionado total a distribuir</b>		<u>115.764</u>	<u>113.386</u>	<u>115.764</u>	<u>113.386</u>
<b>Distribuição do valor adicionado</b>					
Pessoal - remuneração direta	21	15.607	13.417	15.607	13.417
Pessoal - benefícios	21	14.869	15.652	14.869	15.652
Pessoal - FGTS		1.249	1.476	1.249	1.476
Impostos, taxas e contribuições		32.066	10.522	32.066	10.522
Federais					
Estaduais		37.463	51.556	37.463	51.556
Municipais		97	512	97	512
Juros e variações cambiais	22	8.588	21.298	8.588	21.298
Prejuízo retido		5.825	(1.047)	5.825	(1.047)
<b>Valor adicionado distribuído</b>		<u>(115.764)</u>	<u>(113.386)</u>	<u>(115.764)</u>	<u>(113.386)</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.  
7 de 48

## W2W E-Commerce de Vinhos S.A.

### Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017

Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma

---

#### 1 Informações Gerais

##### 1.1 Contexto operacional

A W2W E-Commerce de Vinhos S.A. ("Companhia" ou "Wine") opera no mercado varejista e atacadista comercializando vinhos, cervejas, linha gourmet e outras bebidas nacionais e importadas, principalmente via comércio eletrônico (e-commerce). A Companhia foi constituída em 2008 e opera com os sites "www.wine.com.br", "www.beer.com.br", "www.vinhofacil.com.br", "www.wineeventos.com.br" e "www.wine2b.com.br".

Além da comercialização através dos canais digitais, outra importante fonte de receita da Companhia é o ClubeW, assinatura periódica em que os clientes recebem os vinhos recomendados pela curadoria de enólogos da Wine, uma revista com conteúdo editorial exclusivo com informações atuais aos interessados pelo mundo dos vinhos, além de outros benefícios, como descontos e promoções exclusivas.

A Companhia é uma sociedade anônima de capital fechado, com sede administrativa na cidade de Vitória e centro de distribuição na cidade de Serra, ambos localizados no Estado do Espírito Santo. A Companhia possui seu controle compartilhado entre a Orbeat Som e Imagem Ltda., empresa do Grupo RBS, e Península Fundo de Investimento em Participações.

Durante o exercício de 2017, a Companhia vendeu sua participação acionária na empresa com atuação na venda de cápsulas de café, a Mocoffee Company B.V, conforme descrito na Nota 11. Em 21 de agosto de 2017, a Companhia adquiriu o fundo de comércio da empresa Clubeer do Brasil Ltda. ("Clubeer"), buscando ampliar seu market share no mercado de cervejas.

A emissão dessas demonstrações financeiras foi autorizada pelo Conselho de Administração em 02 de setembro de 2020.

##### 1.2 Base de preparação

As demonstrações financeiras foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as normas internacionais de relatório financeiro (International Financial Reporting Standards (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB)), e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão apresentadas na Nota 2.

As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor, que, no caso de ativos financeiros disponíveis para venda, outros ativos e passivos financeiros (inclusive instrumentos derivativos) é ajustado para refletir a mensuração ao valor justo.

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis da Companhia. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e têm maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota 2.17.

## W2W E-Commerce de Vinhos S.A.

### Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017

Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma

---

#### (a) Demonstrações financeiras individuais

As demonstrações financeiras individuais da Controladora foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). Pelo fato de que as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicadas nas demonstrações financeiras individuais, a partir de 2014, não diferem do IFRS aplicável às demonstrações financeiras separadas, uma vez que ele passou a permitir a aplicação do método de equivalência patrimonial em controladas, coligadas e joint ventures nas demonstrações separadas, elas também estão em conformidade com as normas internacionais de relatório financeiro (International Financial Reporting Standards (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB)). Essas demonstrações individuais são divulgadas em conjunto com as demonstrações financeiras consolidadas.

#### (b) Demonstrações financeiras consolidadas

As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e conforme as normas internacionais de relatório financeiro (International Financial Reporting Standards (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB)).

#### (c) Demonstrações do Valor Adicionado

A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (DVA), individual e consolidada, é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis à companhias abertas. A DVA foi preparada de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 – “Demonstração do Valor Adicionado”. As IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, pelas IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações contábeis.

### 1.3 Consolidação

A Companhia consolida todas as entidades sobre as quais detém o controle, isto é, quando está exposta ou tem direitos a retornos variáveis de seu envolvimento com a investida e tem capacidade de dirigir as atividades relevantes da investida.

#### (a) Controladas

Controladas são todas as entidades (incluindo as entidades estruturadas) nas quais a Companhia detém o controle. As controladas são totalmente consolidadas a partir da data em que o controle é transferido para a Companhia. A consolidação é interrompida a partir da data em que a Companhia deixa de ter o controle.

Os ativos identificáveis adquiridos e os passivos e passivos contingentes assumidos para a aquisição de controladas em uma combinação de negócios são mensurados inicialmente pelos valores justos na data da aquisição. A Companhia reconhece a participação não controladora na adquirida, tanto pelo seu valor justo como pela parcela proporcional da participação não controlada no valor justo de ativos líquidos da adquirida. A mensuração da participação não controladora é determinada em cada aquisição realizada. Custos relacionados com aquisição são contabilizados no resultado do exercício conforme incorridos.

Transações, saldos e ganhos não realizados em transações entre empresas da Companhia são eliminados. Os prejuízos não realizados também são eliminados a menos que a operação forneça evidências de uma perda (impairment) do ativo transferido. As políticas contábeis das controladas são alteradas, quando necessário, para assegurar a consistência com as políticas adotadas pela Companhia.

## W2W E-Commerce de Vinhos S.A.

### Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017

Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma

Em 31 de dezembro de 2017, a Companhia procedeu com a consolidação da controlada abaixo:

	<u>Ativo</u>	<u>Passivo</u>	<u>Receita</u>	<u>Prejuízo</u>	<u>Participação</u>
C&M Desenvolvimento e Licenciamento de Programas Ltda.	50	55	-	(13)	100%

#### (b) Coligada

Coligadas são todas as entidades sobre as quais a Companhia tem influência significativa, mas não o controle, geralmente por meio de uma participação societária de 20% a 50% dos direitos de voto.

Os investimentos em coligadas são contabilizados pelo método de equivalência patrimonial e são, inicialmente, reconhecidos pelo seu valor de custo. O investimento da Companhia em coligadas inclui o ágio identificado na aquisição, líquido de qualquer perda por impairment acumulada.

A participação da Companhia nos lucros ou prejuízos de suas coligadas é reconhecida na demonstração do resultado e a participação nas mutações das reservas é reconhecida nas reservas da Companhia. Quando a participação da Companhia nas perdas de uma coligada for igual ou superior ao valor contábil do investimento, incluindo quaisquer outros recebíveis, a Companhia não reconhece perdas adicionais, a menos que tenha incorrido em obrigações ou efetuado pagamentos em nome da coligada ou controlada em conjunto.

Os ganhos não realizados das operações entre a Companhia e suas coligadas são eliminados na proporção da participação da Companhia. As perdas não realizadas também são eliminadas, a menos que a operação forneça evidências de uma perda (impairment) do ativo transferido. As políticas contábeis das coligadas são alteradas, quando necessário, para assegurar consistência com as políticas adotadas pela Companhia.

Se a participação societária na coligada for reduzida, mas for retida influência significativa, somente uma parte proporcional dos valores anteriormente reconhecidos em outros resultados abrangentes será reclassificada para o resultado, quando apropriado.

Os ganhos e as perdas de diluição, ocorridos em participações em coligadas, são reconhecidos na demonstração do resultado.

#### 1.4 Mudanças nas políticas contábeis e divulgações

##### Alterações adotadas pela Companhia

A seguir indicamos as alterações de normas que foram adotadas pela primeira vez para o exercício iniciado em 1o de janeiro de 2017. Exceto pela adoção da alteração do CPC 03/IAS 7, as demais alterações não tiveram impactos materiais para a Companhia.

##### (a) CPC 03/IAS 07 - Demonstração dos Fluxos de Caixa

Essa alteração introduz uma divulgação adicional que pretende permitir aos usuários das demonstrações financeiras avaliar melhor as mudanças nos passivos decorrentes das atividades de financiamento. As entidades são requeridas a divulgar mudanças nos passivos para os quais fluxos de caixa foram ou irão compor as atividades de financiamento na demonstração dos fluxos de caixa.

## W2W E-Commerce de Vinhos S.A.

### Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017

Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma

---

#### (b) CPC 32/IAS 12 - Tributos sobre o Lucro

Esclarece que a análise de reconhecimento do imposto de renda diferido ativo ("IRD ativo") deve ser efetuada para as demonstrações financeiras como um todo, considerando a expectativa de lucros tributáveis futuros e diferenças temporárias tributáveis disponíveis. Esse tema é especialmente relevante quando um ativo é avaliado ao valor justo e esse valor está abaixo de sua base fiscal. O princípio geral de reconhecimento de IRD ativo deve ser sempre aplicado, ou seja, a análise de reconhecimento não pode ser efetuada considerando uma transação isolada.

#### (c) CPC 45/IFRS 12 - Divulgação de Participações em Outras Entidades

Esclarece que, exceto pela divulgação de informações financeiras resumidas, as demais divulgações requeridas no CPC 45/IFRS 12 são aplicáveis para os investimentos classificados como "mantidos para venda", de acordo com o CPC 31/IFRS 5 - Ativo Não Circulante Mantido para Venda e Operação Descontinuada.

Outras alterações em vigor para o exercício financeiro iniciado em 1º de janeiro de 2017 não são relevantes para a Companhia

## 2 Sumário das principais práticas contábeis

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo disposição em contrário.

### 2.1 Moeda funcional e moeda de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras da Companhia são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual a Companhia atua ("moeda funcional"). As demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão apresentadas em reais, que é a moeda funcional da Companhia e, também, a moeda de apresentação da Companhia.

### 2.2 Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, depósitos bancários, investimentos de curto prazo de alta liquidez com vencimentos originais de até três meses e com risco insignificante de mudança de valor.

### 2.3 Ativos financeiros

#### 2.3.1 Classificação

A Companhia classifica seus ativos financeiros, no reconhecimento inicial, sob as seguintes categorias: mensurados ao valor justo por meio do resultado, empréstimos e recebíveis e disponíveis para venda. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos.

Os derivativos também são classificados como mensurados ao valor justo por meio do resultado, a menos que tenham sido designados como instrumentos de hedge.

Os ativos financeiros são apresentados como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data do balanço.

## W2W E-Commerce de Vinhos S.A.

### Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017

Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma

---

#### 2.3.2 Reconhecimento e mensuração

Os investimentos são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, acrescidos dos custos da transação para todos os ativos financeiros não classificados como ao valor justo por meio do resultado. Os ativos financeiros ao valor justo por meio de resultado são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, e os custos da transação são debitados à demonstração do resultado. Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa tenham vencido ou tenham sido transferidos; neste último caso, desde que a Companhia tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios de propriedade. Os ativos financeiros disponíveis para venda e os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são, subsequentemente, contabilizados pelo valor justo.

Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são apresentados na demonstração do resultado em "Outros ganhos (perdas), líquidos" no período em que ocorrem.

Quando os títulos classificados como disponíveis para venda são vendidos ou sofrem perda (impairment), os ajustes acumulados do valor justo, reconhecidos no patrimônio, são incluídos na demonstração do resultado como "Receitas e despesas financeiras".

#### 2.3.3 Instrumentos financeiros derivativos e atividades de *hedge*

Inicialmente, os derivativos são reconhecidos pelo valor justo na data em que um contrato de derivativos é celebrado e são, subsequentemente, mensurados ao seu valor justo. O método para reconhecer o ganho ou a perda resultante depende de o fato do derivativo ser designado ou não como um instrumento de *hedge* nos casos de adoção da contabilidade de *hedge* (*hedge accounting*).

Sendo este o caso, o método depende da natureza do item que está sendo protegido por *hedge*. A Companhia adota a contabilidade de *hedge* (*hedge accounting*) e designa certos derivativos como:

- Hedge do valor justo de ativos ou passivos reconhecidos ou de um compromisso firme (hedge de valor justo);
- Hedge de um risco específico associado a um ativo ou passivo reconhecido ou uma operação prevista altamente provável (hedge de fluxo de caixa); ou
- Hedge de um investimento líquido em uma operação no exterior (hedge de investimento líquido).

##### Hedge de fluxo de caixa

A parcela efetiva das variações no valor justo de derivativos designados e qualificados como *hedge* de fluxo de caixa é reconhecida no patrimônio líquido, na conta "Ajustes de avaliação patrimonial". O ganho ou perda relacionado com a parcela não efetiva é imediatamente reconhecido na demonstração do resultado como "Outros ganhos (perdas), líquidos".

Os valores acumulados no patrimônio são realizados na demonstração do resultado nos períodos em que o item protegido por *hedge* afetar o resultado (por exemplo, quando ocorrer a venda prevista que é protegida por *hedge*). O ganho ou perda relacionado com a parcela efetiva dos swaps de taxa de juros que protege os empréstimos com taxas variáveis é reconhecido na demonstração do resultado como "Despesas financeiras". O ganho ou perda relacionado com a parcela não efetiva é reconhecido na demonstração do resultado em "Outros ganhos (perdas), líquidos". Entretanto, quando a operação prevista protegida por *hedge* resultar no reconhecimento de um ativo não financeiro (por exemplo, estoques ou ativos fixos), os ganhos e as perdas previamente diferidos no patrimônio são transferidos do patrimônio e incluídos na mensuração inicial do custo do ativo. Os valores diferidos são, finalmente, reconhecidos no custo dos produtos vendidos, no caso dos estoques, ou na depreciação, no caso de bens do ativo imobilizado.

## W2W E-Commerce de Vinhos S.A.

### Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017

Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma

---

Quando um instrumento de hedge vence ou é vendido, ou quando um hedge não atende mais aos critérios da contabilidade de hedge, todo ganho ou perda acumulado existente no patrimônio naquele momento permanece no patrimônio e é reconhecido no resultado quando a operação for reconhecida na demonstração do resultado. Quando não se espera mais que uma operação ocorra, o ganho ou a perda acumulado que havia sido apresentado no patrimônio é imediatamente transferido para a demonstração do resultado em "Outros ganhos (perdas), Líquidos".

#### 2.3.4 *Impairment* de ativos não financeiros

Os ativos que têm uma vida útil indefinida, como o ágio, não estão sujeitos à amortização e são testados anualmente para identificar eventual necessidade de redução ao valor recuperável (*impairment*). As revisões de *impairment* do ágio são realizadas anualmente ou com maior frequência se eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem um possível *impairment*.

Os ativos que estão sujeitos à amortização são revisados para a verificação de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por *impairment* é reconhecida quando o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável, o qual representa o maior valor entre o valor justo de um ativo menos seus custos de alienação e o seu valor em uso.

Para fins de avaliação do *impairment*, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa (UGCs)). Para fins desse teste, o ágio é alocado para as Unidades Geradoras de Caixa ou para os grupos de Unidades Geradoras de Caixa que devem se beneficiar da combinação de negócios da qual o ágio se originou, e são identificadas de acordo com o segmento operacional.

Os ativos não financeiros, exceto o ágio, que tenham sido ajustado por *impairment*, são revisados subsequentemente para a análise de uma possível reversão do *impairment* na data do balanço. *Impairment* de ágio reconhecido no resultado do exercício não é revertido.

#### 2.4 Contas a receber

##### (a) Contas a receber de clientes

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber pela venda de mercadorias ou prestação de serviços no curso normal das atividades. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante. A Companhia possui contratos com clientes, os quais podem ser contratados de forma parcelada ou com a antecipação integral do valor do clube.

As contas a receber de clientes são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros menos a provisão para créditos de liquidação duvidosa ("PCLD" ou *impairment*).

#### 2.5 Estoques

Os estoques são demonstrados ao custo ou ao valor líquido de realização, dos dois o menor. O custo é determinado pelo método de avaliação de estoque "custo médio ponderado" e o valor líquido de realização corresponde ao preço de venda estimado menos os custos para concluir e vender. Os estoques são avaliados quanto ao seu valor recuperável nas datas de balanço. Em caso de perda por desvalorização (*impairment*), esta é imediatamente reconhecida no resultado.

## W2W E-Commerce de Vinhos S.A.

### Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017

Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma

#### 2.6 Imobilizado

Os itens do imobilizado são demonstrados ao custo histórico de aquisição menos o valor da depreciação e de qualquer perda não recuperável acumulada. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis necessários para preparar o ativo para o uso pretendido pela administração, excluindo custos de financiamentos. Os valores residuais, a vida útil e os métodos de depreciação dos ativos são revisados e ajustados, se necessário, quando existir uma indicação de mudança significativa desde a última data de balanço. O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado para seu valor recuperável se o valor contábil do ativo for maior que seu valor recuperável estimado. A depreciação dos ativos é calculada usando o método linear considerando os seus custos e seus valores residuais durante a vida útil estimada, como segue:

	<u>Anos</u>
Máquinas e equipamentos	10-11
Móveis, utensílios e equipamentos	10-11
Computadores e periféricos	5-6
Veículos	5-6
Benfeitorias em imóveis de terceiros	1-2
Pallets	4-5

No exercício findo em 31 de dezembro de 2017, a Companhia realizou o teste anual de revisão da vida útil remanescente dos seus ativos, identificando a necessidade de readequação das taxas de seu imobilizado e benfeitorias realizadas em imóveis de terceiros de acordo com os contratos firmados e laudos técnicos emitidos por empresa especializada contratada. O ajuste das taxas e, conseqüentemente, da depreciação, foram aplicados prospectivamente conforme permitido pela norma contábil em vigor.

#### 2.7 Arrendamentos

A Companhia arrenda certos bens do imobilizado. Os arrendamentos do imobilizado, nos quais a Companhia detém, substancialmente, todos os riscos e benefícios da propriedade, são classificados como arrendamentos financeiros. Estes são capitalizados no início do contrato de arrendamento. Cada parcela paga do arrendamento é alocada, parte ao passivo e parte aos encargos financeiros, para que, dessa forma, seja obtida uma taxa constante sobre o saldo da dívida em aberto. As obrigações correspondentes, líquidas dos encargos financeiros, são incluídas em empréstimos. Os juros das despesas financeiras são reconhecidos na demonstração do resultado durante o período do arrendamento, para produzir uma taxa periódica constante de juros sobre o saldo remanescente do passivo para cada período. O imobilizado adquirido por meio de arrendamentos financeiros é depreciado durante a vida útil do ativo.

#### 2.8 Intangível

##### (a) Ágio

O ágio resulta da aquisição de controladas e representa o excesso da (i) contraprestação transferida, (ii) do valor da participação de não controladores na adquirida e (iii) do valor justo na data da aquisição de qualquer participação patrimonial anterior na adquirida em relação ao valor justo dos ativos líquidos identificáveis adquiridos. Caso o total da contraprestação transferida, a participação dos não controladores reconhecida e a participação mantida anteriormente medida pelo valor justo seja menor do que o valor justo dos ativos líquidos da controlada adquirida, no caso de uma compra vantajosa, a diferença é reconhecida diretamente na demonstração do resultado.

## W2W E-Commerce de Vinhos S.A.

### Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017

Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma

---

#### (b) Licenças de uso e plataforma (*softwares*)

Licenças adquiridas de programas de computador são capitalizadas com base nos custos incorridos e amortizadas ao longo de sua vida útil estimada. Os gastos associados ao desenvolvimento ou à manutenção de *softwares* e da plataforma do *site* da Companhia são reconhecidos como despesas na medida em que são incorridos. Já os gastos diretamente associados os *softwares* identificáveis e únicos, controlados pela Companhia e que, provavelmente, gerarão benefícios econômicos maiores que os custos por mais de um ano, são reconhecidos como ativos intangíveis quando os seguintes critérios são atendidos:

- É tecnicamente viável concluir o *software* para que ele esteja disponível para uso.
- A administração pretende concluir o *software* e usá-lo ou vendê-lo.
- O *software* pode ser usado ou vendido.
- Pode-se demonstrar que é provável que o *software* gerará benefícios econômicos futuros.
- Estão disponíveis adequados recursos técnicos, financeiros e outros recursos para concluir o desenvolvimento e para usar ou vender o *software*.
- O gasto atribuível ao *software* durante seu desenvolvimento pode ser mensurado com segurança.

Os custos diretamente atribuíveis, que são capitalizados como parte do produto de *software*, incluem os custos com empregados alocados no desenvolvimento de *softwares* e uma parcela adequada das despesas indiretas aplicáveis. Outros gastos de desenvolvimento que não atendam a esses critérios são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento previamente reconhecidos como despesa não são reconhecidos como ativo em período subsequente.

Os custos de desenvolvimento de *softwares* reconhecidos como ativos são amortizados durante sua vida útil estimada, não superior a dezoito anos.

#### 2.9 Empréstimos e financiamentos e Debêntures

Os empréstimos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor total a pagar é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

Instrumentos financeiros compostos, os quais incluem componentes de passivo financeiro (dívida) e de patrimônio líquido, emitidos pela Companhia compreendem títulos que podem ser convertidos em capital social à opção do titular, e o número de ações a serem emitidas não varia com as mudanças em seu valor justo.

O componente de passivo de um instrumento financeiro composto é reconhecido inicialmente a valor justo. O valor justo da parcela do passivo de um título de dívida conversível é determinado com o uso de fluxo de caixa descontado, considerando a taxa de juros de mercado para um título de dívida com características similares (período, valor, risco de crédito), porém não conversível. O componente de patrimônio líquido é reconhecido, inicialmente, pela diferença entre o valor total recebido pela Companhia com emissão do título, e o valor justo do componente de passivo financeiro reconhecido. Os custos de transação diretamente atribuíveis ao título são alocados aos componentes de passivo e de patrimônio líquido proporcionalmente aos valores inicialmente reconhecidos.

Após o reconhecimento inicial, o componente de passivo de um instrumento financeiro composto é mensurado ao custo amortizado, utilizando o método da taxa efetiva de juros. O componente patrimonial de um instrumento financeiro composto não é remensurado após o seu reconhecimento inicial, exceto na conversão ou quando expirado.

Os empréstimos são classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

Os custos de empréstimos gerais e específicos que são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável, que é um ativo que, necessariamente, demanda um período de tempo substancial para ficar pronto para seu uso ou venda pretendidos, são capitalizados como parte do custo do ativo quando for provável que eles irão resultar em benefícios econômicos futuros para a entidade e que tais custos possam ser mensurados com confiança. Demais custos de empréstimos são reconhecidos como despesa no período em que são incorridos.

## **W2W E-Commerce de Vinhos S.A.**

### **Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017**

**Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma**

---

#### **2.10 Provisões**

As provisões de contingências, perdas ou passivos futuros são reconhecidos quando a Companhia tem uma obrigação presente legal ou implícita como resultado de eventos passados, é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor possa ser feita. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

Quando houver uma série de obrigações similares, a probabilidade de liquidá-las é determinada levando-se em consideração a classe de obrigações como um todo. Uma provisão é reconhecida mesmo que a probabilidade de liquidação relacionada com qualquer item individual incluído na mesma classe de obrigações seja pequena.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes dos efeitos tributários, a qual reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

#### **2.11 Benefícios a empregados (participação nos lucros)**

A obrigação referente a participação dos empregados nos lucros é registrada pela Companhia em conta específica no passivo circulante, pois há um plano formal e os valores podem ser mensurados com segurança antes da emissão das demonstrações financeiras consolidadas. A metodologia utilizada leva em conta o lucro atribuído aos acionistas da Companhia após certos ajustes e foi aprovada junto aos colaboradores, através do sindicato da categoria, e acionistas da Companhia.

#### **2.12 Imposto de renda e contribuição social diferidos**

As despesas de imposto de renda e contribuição social do período compreendem os impostos corrente e diferido.

Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido ou no resultado abrangente.

O encargo de imposto de renda e a contribuição social corrente e diferido é calculado com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço dos países em que as entidades da Companhia atuam e geram lucro tributável. A administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pela Companhia nas apurações de impostos sobre a renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações; e estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais.

O imposto de renda e a contribuição social corrente são apresentados líquidos, por entidade contribuinte, no passivo quando houver montantes a pagar, ou no ativo quando os montantes antecipadamente pagos excedem o total devido na data do relatório. O imposto de renda e a contribuição social diferidos são reconhecidos usando-se o método do passivo sobre as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações financeiras. Entretanto, o imposto de renda e a contribuição social diferidos não são contabilizados se resultar do reconhecimento inicial de um ativo ou passivo em uma operação que não seja uma combinação de negócios, a qual, na época da transação, não afeta o resultado contábil, nem o lucro tributável (prejuízo fiscal).

O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativo são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas.

Os impostos de renda diferidos são reconhecidos sobre as diferenças temporárias decorrentes dos investimentos em controladas, exceto quando o momento da reversão das diferenças temporárias seja controlado pela Companhia, e desde que seja provável que a diferença temporária não será revertida em um futuro previsível.

## W2W E-Commerce de Vinhos S.A.

### Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017

Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma

---

Os impostos de renda diferidos ativos e passivos são apresentados pelo líquido no balanço quando há o direito legal e a intenção de compensá-los quando da apuração dos tributos correntes, em geral relacionado com a mesma entidade legal e mesma autoridade fiscal. Dessa forma, impostos diferidos ativos e passivos em diferentes entidades ou em diferentes países, em geral são apresentados em separado, e não pelo líquido.

#### 2.13 Reconhecimento da receita

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos e serviços no curso normal das atividades da Companhia e sua controlada. A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos concedidos. O reconhecimento da receita ocorre quando o valor pode ser mensurado com segurança, é provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a entidade e quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades, conforme descrição a seguir.

##### (a) Venda de produtos - atacado

As vendas dos produtos são reconhecidas sempre que a entrega dos produtos é concretizada ao cliente varejista. Neste ramo, nosso campo de atuação abrange as grandes redes *off trade* (*atacadistas e varejistas*) e redes menores considerados *on trade* (distribuidores, bares, restaurantes e casas especializadas). Todas as operações são realizadas conforme acordado com cliente e são registradas líquidas de qualquer desconto por volume. A venda de produtos é realizada através do site [www.wine2b.com.br](http://www.wine2b.com.br) e também em atendimentos presenciais pelos nossos vendedores.

##### (b) Venda de produtos - varejo

A operação varejista contempla a venda de produtos através do site da Companhia. Nestes canais as vendas são direcionadas ao consumidor final pessoa física e é reconhecida após a entrega ao cliente destinatário.

##### (c) Receita financeira

A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido pelo regime de competência, usando o método de juros efetivos. Reflete os ganhos de juros nas operações de investimentos, aplicações e variação cambial sobre ativos e passivos financeiros.

##### (d) Subvenções Governamentais para investimento

A Companhia possui termo de acordo com o Estado do Espírito Santo para utilização de benefícios fiscais firmado através do termo nº 0277/2012. Os benefícios concedidos estão estabelecidos no artigo 530 do regulamento e são repassados para Companhia através do Programa de Incentivo ao Investimento no Estado do Espírito Santo (INVEST-ES) e Programa de Desenvolvimento e Proteção à Economia do Estado do Espírito Santo – COMPETE/ES.

O Programa de Incentivo ao Investimento no Estado do Espírito Santo (INVEST-ES) tem por objetivo contribuir para a expansão, modernização e diversificação dos setores produtivos do Espírito Santo, estimulando a realização de investimentos, a implantação e a utilização de armazéns e infraestruturas logísticas existentes; renovação tecnológica das estruturas produtivas; otimização da atividade de importação de mercadorias e bens; e o aumento da competitividade estadual, com ênfase na geração de emprego e renda e na redução das desigualdades sociais e regionais.

O Programa de Desenvolvimento e Proteção à Economia do Estado do Espírito Santo – COMPETE/ES (Lei 10.568/2016) tem por objetivo contribuir para a expansão, modernização e diversificação dos setores produtivos do Estado, estimulando a realização de investimentos, a renovação tecnológica das estruturas produtivas e o aumento da competitividade estadual, com ênfase na manutenção e/ou geração de emprego e renda e na redução das desigualdades sociais e regionais.

## W2W E-Commerce de Vinhos S.A.

### Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017

Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma

---

Dentre os diversos benefícios fiscais oferecidos pelo Estado, os principais são (i) o aproveitamento de crédito presumido de forma que a carga tributária efetiva resulte um inteiro e vinte e cinco centésimos por cento nas saídas interestaduais; e (ii) diferimento do ICMS nas operações de importação.

Para fluência do benefício são considerados o atendimento dos requisitos previstos no contrato de competitividade firmado junto ao SINCADES (Sindicato do Comércio Atacadista e Distribuidor do Espírito Santo), dentre as quais, destacamos a necessidade de crescer a arrecadação do ICMS em no mínimo 5% ao ano (calculado pelo conjunto das empresas aderentes) e o envio anual à SEDES (Secretaria de Estado do Desenvolvimento) informações acerca da competitividade da Companhia para o setor atacadista.

As subvenções governamentais são reconhecidas na medida em que as condições relacionadas à obtenção da subvenção são cumpridas, conforme citado no parágrafo anterior. Estas subvenções recebidas são reconhecidas na rubrica de impostos sobre vendas (nota 20) para compensação de despesas com ICMS.

#### 2.14 Estimativas contábeis e julgamentos críticos

Na elaboração das demonstrações financeiras é necessário utilizar estimativas para contabilizar certos ativos, passivos e outras transações. Para efetuar estas estimativas, a Administração utilizou as melhores informações disponíveis na data da preparação das Demonstrações Financeiras, bem como a experiência de eventos passados e/ou correntes, considerando ainda pressupostos relativos a eventos futuros. Com base em premissas, a Companhia faz estimativas com relação ao futuro.

Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contempladas a seguir.

##### (a) Imposto de renda e contribuição social diferidos

A Companhia reconhece o imposto de renda e contribuição social diferidos ativos e passivos com base nas diferenças entre as bases de cálculo do imposto sobre ativos e passivos e os valores contábeis das demonstrações financeiras, usando alíquotas tributárias em vigor. A Companhia revisa regularmente os impostos diferidos ativos e passivos para avaliar sua possibilidade de recuperação, levando em consideração o lucro histórico gerado e o lucro tributável futuro projetado com base em um estudo da viabilidade técnica.

É necessário um julgamento significativo para determinar a recuperabilidade desses impostos diferidos ativos e passivos, os quais levam em conta expectativas de lucros tributáveis futuros.

##### (b) Perda (*impairment*) do ágio

A Companhia testa anualmente se o ágio (*goodwill*) sofreu qualquer *impairment*, de acordo com a política contábil apresentada. Os valores recuperáveis das unidades geradoras de caixa foram determinados com base em cálculos do valor em uso. Esses cálculos exigem o uso de estimativas e estão pautados em estudos de viabilidade, considerando premissas internas e externas.

##### (c) Valor justo de derivativos e outros instrumentos financeiros

O valor justo de instrumentos financeiros que não são negociados em mercados ativos é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação. A Companhia usa seu julgamento para escolher diversos métodos e definir premissas que se baseiam principalmente nas condições de mercado existentes na data do balanço. A Companhia utilizou a análise do fluxo de caixa descontado para cálculo de valor justo de diversos ativos financeiros disponíveis para venda, ativos estes não negociados em mercados ativos.

## W2W E-Commerce de Vinhos S.A.

### Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017

Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma

#### 2.15 Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos

##### (a) Contexto geral

O Conselho de Administração tem a responsabilidade global de determinar os objetivos e políticas de gestão de risco da Companhia e suas controladas. O objetivo geral é estabelecer políticas que visam reduzir o risco ao máximo, sem afetar indevidamente a competitividade e flexibilidade da Companhia. A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros cujos riscos são administrados por meio de estratégias de posições financeiras e sistemas de limites de exposição, todas as operações estão integralmente reconhecidas na contabilidade. Os instrumentos financeiros derivativos são utilizados para a proteção das oscilações cambiais relacionadas a importação de mercadorias que são revendidas no ClubeW.

Os saldos de instrumentos financeiros estão classificados conforme abaixo:

	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 4)	36.221	16.946	36.231	16.957
Contas a receber (Nota 6)	58.296	44.949	58.296	44.949
Instrumentos financeiros derivativos	233	40	233	40
	<u>94.750</u>	<u>61.935</u>	<u>94.760</u>	<u>61.946</u>
Fornecedores (Nota 14)	(49.026)	(32.146)	(49.026)	(32.146)
Empréstimos e financiamentos (Nota 15)	(3.379)	(30.339)	(3.379)	(30.339)
Debêntures (Nota 15)	(62.655)	(15.394)	(62.655)	(15.394)
Instrumentos financeiros derivativos	-	(103)	-	(103)
	<u>115.060</u>	<u>77.982</u>	<u>10.250</u>	<u>77.982</u>

Não houve nenhuma alteração substancial na exposição aos riscos de instrumentos financeiros da Companhia, seus objetivos, políticas e processos para a gestão desses riscos ou os métodos utilizados para mensurá-los a partir de períodos anteriores, a menos que especificado o contrário nesta nota.

A Companhia está exposta, em virtude de suas operações, aos seguintes riscos financeiros:

- Risco de taxas de câmbio
- Risco de taxas de juros
- Risco de crédito
- Risco de liquidez
- Risco de capital

Em suas atividades a Companhia está sujeita a riscos de mercado relacionados à variação cambial do dólar americano e do euro. Com o objetivo de reduzir estes riscos, a Companhia dispõe da “Política Institucional de Investimentos Financeiros” aprovada pelo Conselho de Administração e devidamente implementada e em plena execução, dentro da qual está prevista a utilização de instrumentos financeiros derivativos.

## W2W E-Commerce de Vinhos S.A.

### Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017

Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma

#### (b) Risco cambial

A Companhia atua internacionalmente e está exposta ao risco cambial decorrente de transações em algumas moedas, basicamente com relação ao dólar americano e ao euro. O risco cambial decorre de compras de produtos importados, onde a administração monitora a oscilação das moedas e está apta a agir no caso de grandes variações. Em 2016 o Conselho de Administração estabeleceu a "Política Institucional de Investimentos Financeiros", onde a administração da Companhia define os instrumentos financeiros elegíveis para redução de riscos nas aquisições de mercadorias de revenda do mercado internacional.

A contratação de instrumentos denominados *Non Deliverable Forward*, garantem proteção dos produtos adquiridos para comercialização em seu canal ClubeW através da modalidade de *hedge* de fluxo de caixa.

Em 31 de dezembro de 2017 as operações vinculadas a moedas estrangeiras, apresentadas em reais, estavam compostas conforme demonstrado abaixo:

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>2017</u>	<u>2016</u>	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Ativos financeiros				
Instrumentos financeiros derivativos	233	40	233	40
Investimento (i) (Nota 11)	-	11.680	-	11.680
	<u>233</u>	<u>11.720</u>	<u>233</u>	<u>11.720</u>
Passivos financeiros				
Instrumentos financeiros derivativos	-	103	-	103
Fornecedores	49.026	32.146	49.026	32.146
	<u>49.026</u>	<u>32.249</u>	<u>49.026</u>	<u>32.249</u>

(i) **Refere-se apenas ao investimento mantido na Mocoffee B.V.**, integralmente alienado no decorrer do exercício findo em 31 de dezembro de 2017 (Nota 11).

## W2W E-Commerce de Vinhos S.A.

### Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017

Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma

#### (c) Risco de taxas de juros

Decorre da possibilidade da Companhia incorrer em ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. Visando a redução desse risco, a Companhia busca diversificar a captação de recursos em longo prazo, com taxas prefixadas ou pós-fixadas lastreadas em CDI, de forma que quaisquer resultados oriundos da volatilidade desses indexadores não incorram em nenhum impacto significativo. Em 31 de dezembro de 2017, as operações vinculadas a taxas de juros, apresentadas eram:

	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
Ativos				
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 4)	36.221	16.946	36.231	16.957
Instrumentos financeiros derivativos	233	40	233	40
	<u>36.454</u>	<u>16.986</u>	<u>36.464</u>	<u>16.997</u>
Passivos				
Empréstimos e financiamentos (Nota 15)	3.379	30.339	3.379	30.339
Debêntures (Nota 15)	62.655	15.394	62.655	15.394
Instrumentos financeiros derivativos	-	103	-	103
	<u>66.034</u>	<u>45.836</u>	<u>66.034</u>	<u>45.836</u>

A administração utiliza instrumentos financeiros derivativos para gerenciar suas exposições em moeda estrangeira e taxas de juros, sendo esse gerenciamento feito em conjunto. A posição de derivativos contempla as provisões através da marcação a mercado (MtM) de R\$ 233 (2016 - R\$ 63).

#### (d) Risco de crédito

O risco de crédito é o risco de perda financeira caso o cliente ou contraparte de um instrumento financeiro deixar de cumprir suas obrigações contratuais. A Companhia está exposta, principalmente, ao risco de crédito advindo de vendas a crédito. A política implementada, em nível local, é avaliar o risco de crédito de novos clientes antes de realizar contratos. Essas avaliações de crédito são consideradas pelas práticas comerciais locais. Não foi considerada necessária a exigência de garantias reais em relação às vendas a crédito. A administração entende que o risco de crédito é baixo devido ao fato de que a maioria das vendas são realizadas mediante a cartão de crédito. A posição dos créditos vencidos está apresentada na Nota 6.

#### (e) Risco de liquidez

O risco de liquidez representa o risco de a Companhia e suas controladas em enfrentar dificuldades para cumprir suas obrigações relacionadas aos passivos financeiros. O risco de liquidez é monitorado através de constantes atualizações do fluxo de caixa, mantendo os investimentos e caixa prontamente conversíveis para atender suas obrigações e compromissos e, também se antecipando para futuras necessidades de caixa.

A administração considera que os passivos provenientes de empréstimos estão adequadamente distribuídos até o vencimento das operações. Os valores de capital de giro, cujos vencimentos são de curto prazo, deverão ser renovados, já que as linhas de crédito da empresa junto ao mercado financeiro dão suporte para tal renovação.

Em relação aos fornecedores, cujos principais são os fornecedores de vinhos, o prazo para pagamento é de até 120 dias.

## W2W E-Commerce de Vinhos S.A.

### Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017

Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma

As informações de intervalo dos vencimentos dos principais passivos financeiros (valores não descontados – fluxo nominal futuro) estão apresentadas a seguir:

	Controladora			Consolidado		
	Menos de um ano	Mais de um ano	Total	Menos de um ano	Mais de um ano	Total
Em 31 de dezembro de 2017						
Fornecedores (Nota 14)	49.026	-	49.026	49.026	-	49.026
Financiamentos (Nota 15)	2.876	503	3.379	2.876	503	3.379
Obrigações sociais e trabalhistas (Nota 16)	3.802		3.802	3.853		3.853
Impostos a recolher (Nota 8)	5.090		5.090	5.094		5.094
Debêntures (Nota 15)	-	62.655	62.655	-	62.655	62.655
	<u>60.794</u>	<u>63.158</u>	<u>123.952</u>	<u>60.849</u>	<u>63.158</u>	<u>124.007</u>
Em 31 de dezembro de 2016						
Fornecedores (Nota 14)	32.146		32.146	32.146		32.146
Financiamentos (Nota 15)	27.085	3.254	30.339	27.085	3.254	30.339
Obrigações sociais e trabalhistas (Nota 16)	7.103		7.103	7.136		7.136
Impostos a recolher (Nota 8)	6.693		6.693	6.716		6.716
Debêntures (Nota 15)	-	15.394	15.394	-	15.394	15.394
	<u>73.027</u>	<u>18.648</u>	<u>91.675</u>	<u>73.083</u>	<u>18.648</u>	<u>91.731</u>

#### (f) Risco de capital

Os objetivos da Companhia, ao realizar a manutenção do capital, são:

- Salvar a capacidade da entidade de manter sua continuidade operacional, para que possa seguir proporcionando retornos aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas; e
- Proporcionar retorno adequado aos acionistas ao estipular os preços de produtos e serviços proporcionalmente ao nível de risco.

A Companhia define o valor de capital que necessita proporcionalmente ao risco. A Companhia gera sua estrutura de capital e faz ajustes em função das mudanças nas condições econômicas e nas características de risco dos ativos subjacentes. Para manter ou ajustar a estrutura de capital, a Companhia poderá ajustar o valor dos dividendos pagos aos acionistas, retornar capital aos acionistas, emitir novas ações ou vender ativos para reduzir a dívida. A Companhia monitora a relação entre a dívida e o capital ajustado. Tal índice é calculado como capital ajustado de dívida líquida, conforme definido acima. A dívida líquida é calculada como total da dívida (conforme apresentado na demonstração do balanço patrimonial menos disponibilidades).

## W2W E-Commerce de Vinhos S.A.

### Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017

Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma

	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
Total dos empréstimos e debêntures (Nota 15)	66.034	45.733	66.034	45.733
Menos: Caixa e equivalentes de caixa (Nota 4)	(36.221)	(16.946)	(36.231)	(16.957)
Dívida Líquida	29.813	28.787	29.803	28.766
Total do patrimônio líquido	31.232	39.027	31.232	39.027
Total do capital	61.045	67.814	61.035	67.803
Índice de alavancagem financeira - %	49	42	49	42

#### (g) Análise de sensibilidade adicional requerida pela CVM

Apresentamos a seguir os impactos que seriam gerados por mudanças nas variações de riscos pertinentes às quais a Companhia está exposta no final do exercício. As variáveis de riscos relevantes para a Companhia no exercício, levando em consideração o período projetado de três meses para essa avaliação são sua exposição à flutuação de moedas estrangeiras, substancialmente o dólar norte-americano, e sua exposição à flutuação nas taxas de juros. A administração entende que o cenário provável é um aumento de 5%, 7%, 2% e 5% nas cotações do dólar norte-americano, do euro, do iene e da libra esterlina, respectivamente, e uma variação de 0,5% nas taxas de juros, conforme expectativa do mercado. Os demais fatores de riscos foram considerados irrelevantes para o resultado de instrumentos financeiros.

Em 31 de dezembro de 2017, os saldos de ativos e passivos denominados em moeda estrangeira nos montantes descritos a seguir:

	31/12/2017		Consolidado 31/12/2016	
	Moeda Estrangeira	Reais	Moeda Estrangeira	Reais
	Ativo			
Adiantamento a fornecedores em dólar	88	292	17	55
Adiantamento a fornecedores em euro	6	24	115	394
Passivo				
Fornecedores em dólar	4.530	14.985	3.905	12.726
Fornecedores em euro	4.056	16.100	3.032	10.424
Empréstimos em dólar	-	-	2.374	7.737
Empréstimos em euro	-	-	685	2.354
Exposição Líquida	8.680	31.401	10.127	30.946
Dólar	4.618	15.277	6.296	20.518
Euro	4.062	16.124	3.831	10.427

Com a finalidade de verificar a sensibilidade dos ativos e passivos em moeda estrangeira que a Companhia possuía exposição na data base de 31 de dezembro de 2017, foram definidos cinco cenários diferentes, e preparada uma análise de sensibilidade às oscilações da taxa de câmbio.

## W2W E-Commerce de Vinhos S.A.

### Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017

Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma

No quadro a seguir são considerados cinco cenários com base na expectativa da Administração para as variações da taxa de câmbio, sendo o cenário provável adotado pela Companhia e, conforme orientação da CVM por meio da Instrução nº 475 de 17 de dezembro de 2008, outros quatro cenários com uma apreciação de sensibilidade de 25% e 50%, para mais e para menos, da variável do risco considerado.

						Consolidado
						31/12/2017
	Moeda	Cenário Provável	Cenário A	Cenário B	Cenário C	Cenário D
Ativo						
Adiantamento a fornecedores em dólar	R\$	292	219	146	365	439
Adiantamento a fornecedores em euro	R\$	24	18	12	30	35
Passivo						
Fornecedores em dólar	R\$	14.985	11.239	7.492	18.731	22.477
Fornecedores em euro	R\$	16.100	12.075	8.050	20.125	24.151
Exposição Líquida		<u>31.401</u>	<u>23.551</u>	<u>15.701</u>	<u>39.251</u>	<u>47.102</u>
Dólar		<u>15.277</u>	<u>11.458</u>	<u>7.639</u>	<u>19.096</u>	<u>22.916</u>
Euro		16.124	12.093	8.062	20.155	24.186
Depreciação/apreciação da taxa em 31/12/2017			(25%)	(50%)	25%	50%
Referência para taxa de câmbio						
Dólar		3,31	2,48	1,65	4,14	4,96
Euro		3,97	2,98	1,98	4,96	5,95
Efeito no lucro antes da tributação						
Dólar			3.819	7.639	(3.819)	(7.639)
Euro			<u>4.031</u>	<u>8.062</u>	<u>(4.031)</u>	<u>(8.062)</u>

#### 2.16 Estimativa de valor justo

Pressupõe-se que os saldos das contas a receber de clientes e contas a pagar aos fornecedores pelo valor contábil, menos a perda (*impairment*) no caso de contas a receber, estejam próximos de seus valores justos.

O valor justo dos empréstimos e debêntures é igual ao seu valor contábil, uma vez que o impacto do desconto não é significativo.

## W2W E-Commerce de Vinhos S.A.

### Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017

Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma

A tabela abaixo classifica os ativos e passivos contabilizados ao valor justo de acordo com o método de avaliação. Os diferentes níveis foram definidos como segue:

- Nível 1 - preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos.
- Nível 2 - informações, além dos preços cotados incluídos no nível 1, que são observáveis pelo mercado para o ativo ou passivo, seja diretamente (ou seja, como preços) ou indiretamente (ou seja, derivados dos preços).
- Nível 3 - informações para os ativos ou passivos que não são baseadas em dados observáveis pelo mercado (ou seja, premissas não observáveis).

A tabela abaixo apresenta os ativos e passivos da Companhia mensurados ao valor justo em 31 de dezembro de 2017:

				Controladora
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Saldo total
Ativo				
Instrumentos financeiros derivativos	-	233	-	233
	-	-	-	-
Total do ativo	-	233	-	233

A tabela abaixo apresenta os ativos e passivos da Companhia mensurados ao valor justo em 31 de dezembro de 2016:

				Consolidado
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Saldo total
Ativo				
Instrumentos financeiros derivativos	-	40	-	40
	-	-	-	-
Total do ativo	-	40	-	40

#### 2.17 Novos pronunciamentos, interpretações e orientações

- (i) **IFRS 9/CPC 48 - "Instrumentos Financeiros":** aborda a classificação, a mensuração e o reconhecimento de ativos e passivos financeiros. A versão completa do IFRS 9 foi publicada em julho de 2014, com vigência para 1º de janeiro de 2018, e substitui a orientação no IAS 39/CPC38, que diz respeito à classificação e à mensuração de instrumentos financeiros. As principais alterações que o IFRS 9 traz são: (i) novos critérios de classificação de ativos financeiros; (ii) novo modelo de *impairment* para ativos financeiros, híbrido de perdas esperadas e incorridas, em substituição ao modelo atual de perdas incorridas; e (iii) flexibilização das exigências para adoção da contabilidade de hedge. A administração revisou seus ativos e passivos financeiros e espera o seguinte impacto da adoção da nova norma em 1º de janeiro de 2018:

- Não é esperado impacto na classificação e mensuração de passivos financeiros, uma vez que a nova norma somente afeta os passivos financeiros mensurados a valor justo por meio do resultado, classificação essa não adotada pela Companhia.

## W2W E-Commerce de Vinhos S.A.

### Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017

Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma

---

- **As novas regras sobre contabilidade de hedge estão alinhadas com as práticas de administração de risco da Companhia. As atuais relações de cobertura continuarão a ser qualificadas como hedge após a adoção da IFRS 9.**
  - **No que se refere ao novo modelo de *impairment* para ativos financeiros, a administração não espera alterações significativas no reconhecimento da provisão para créditos de liquidação duvidosa, uma vez que a maior parte do seu contas a receber está vinculada a vendas efetuadas via cartão de crédito, as quais os índices históricos de perda não são materiais no contexto destas demonstrações financeiras.**
  - **As vendas efetuadas para o atacado representam apenas 3,4% do faturamento da Companhia em 31 de dezembro de 2017 (2,7% - 2016) e também não são esperados efeitos relevantes para esta categoria de contas a receber, uma vez que a administração já adota um modelo híbrido de perdas incorridas e esperadas para a constituição da provisão para créditos de liquidação duvidosa. Nestes casos, o histórico de perdas também não é relevante no contexto destas demonstrações financeiras, uma vez que estas vendas são efetuadas para grandes redes varejistas do Brasil.**
- (ii) **IFRS 15/CPC 47 - "Receita de Contratos com Clientes"**: essa nova norma traz os princípios que uma entidade aplicará para determinar a mensuração da receita e quando ela é reconhecida. Essa norma baseia-se no princípio de que a receita é reconhecida quando o controle de um bem ou serviço é transferido a um cliente, assim, o princípio de controle substituirá o princípio de riscos e benefícios. Ela entra em vigor em 1º de janeiro de 2018 e substitui a IAS 18/CPC 30 - "Receitas" e correspondentes interpretações. Em 31 de dezembro de 2017 a administração avaliou cada categoria de receita inerente ao seu negócio, dentro do modelo de cinco etapas, quais sejam: (i) identificação do contrato com o cliente, (ii) identificação das obrigações de desempenho, (iii) determinação do preço da transação, (iv) alocação do preço da transação e (v) reconhecimento da receita. Como resultado desta análise, a administração não identificou impactos materiais em suas demonstrações financeiras.
- A administração irá adotar a nova norma com base no modelo retroativo completo, onde os saldos comparativos serão ajustados nas demonstrações financeiras do exercício a findar em 31 de dezembro de 2018 e não são esperados ajustes no patrimônio líquido e resultado do exercício comparativo que serão representados.
- (iii) **IFRS 16 - "Operações de Arrendamento Mercantil"**: com essa nova norma, os arrendatários passam a ter que reconhecer o passivo dos pagamentos futuros e o direito de uso do ativo arrendado para praticamente todos os contratos de arrendamento mercantil, incluindo os operacionais, podendo ficar fora do escopo dessa nova norma determinados contratos de curto prazo ou de pequenos montantes. Os critérios de reconhecimento e mensuração dos arrendamentos nas demonstrações financeiras dos arrendadores ficam substancialmente mantidos. O IFRS 16 entra em vigor para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2019 e substitui o IAS 17/CPC 06 - "Operações de Arrendamento Mercantil" e correspondentes interpretações. A norma irá impactar o registro das operações de arrendamento mercantil operacional que a Companhia tem em aberto. Em 31 de dezembro de 2017, administração ainda não avaliou quais os ajustes, se houver, são necessários, por exemplo, devido à alteração na definição do prazo da locação e ao tratamento diferente de pagamentos de arrendamento variável e de opções de extensão e rescisão. Por conseguinte, ainda não é possível estimar o montante dos ativos de direito de utilização e os passivos de locação que terão de ser reconhecidos na adoção da nova norma e como isso pode afetar o resultado da Companhia e a classificação dos fluxos de caixa futuros. A administração pretende aplicar a abordagem de transição simplificada e não irá rerepresentar os valores comparativos para o ano anterior à primeira adoção e está avaliando os efeitos da norma nas demonstrações financeiras e suas respectivas divulgações.

Não há outras normas IFRS ou interpretações IFRIC que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre as demonstrações financeiras das Companhias.

## W2W E-Commerce de Vinhos S.A.

### Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017

Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma

---

#### 2.18 Partes relacionadas

A Companhia possui seu controle compartilhado entre a Orbeat Som e Imagem Ltda., empresa do Grupo RBS, e Península Fundo de Investimento em Participações; e possui o controle da empresa C&M Desenvolvimento e Licenciamento de Programas Ltda ("C&M"). Em 31 de dezembro de 2017 a Companhia possui as seguintes transações com partes relacionadas:

	Ativos		Passivos	
	2017	2016	2017	2016
C&M	-	-	-	-
Outras partes relacionadas	552	-	-	-
	<u>552</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>

## W2W E-Commerce de Vinhos S.A.

### Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017

Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma

#### 3 Informações por segmento

A administração avalia o desempenho da Companhia segmentando as vendas entre online e offline, mais especificamente entre as vendas oriundas de e-commerce, de assinaturas do ClubeW e de lojas físicas (*Business Offline*), conforme demonstrado a seguir.

	E-commerce		Clube de Assinaturas		Business Offline		Total	
	2017	2016	2017	2016	2017	2016	2017	2016
Receita líquida	136.802	113.600	102.595	105.566	23.429	19.335	262.826	238.501
Custo das vendas	(70.905)	(58.401)	(35.673)	(36.412)	(12.904)	(11.301)	(119.482)	(106.114)
<b>Lucro bruto</b>	<b>65.898</b>	<b>55.199</b>	<b>66.922</b>	<b>69.155</b>	<b>10.525</b>	<b>8.034</b>	<b>143.344</b>	<b>132.387</b>
Despesas com vendas	(37.339)	(38.517)	(36.859)	(26.861)	(7.678)	(5.224)	(81.876)	(70.602)
Despesas administrativas	(17.521)	(15.291)	(12.592)	(13.791)	(2.634)	(2.421)	(32.746)	(31.504)
Outras despesas operacionais, líquidas	(10.078)	(5.317)	(7.243)	(4.796)	(1.515)	(842)	(18.835)	(10.955)
Depreciação e amortização	(2.830)	(2.951)	(2.034)	(2.662)	(425)	(467)	(5.289)	(6.080)
Não Recorrentes	(1.729)	(1.736)	(1.242)	(1.566)	(260)	(275)	(3.231)	(3.576)
<i>Impairment</i>	-	-	-	-	(3.699)	-	(3.699)	-
<b>Lucro operacional</b>	<b>(3.598)</b>	<b>(8.614)</b>	<b>6.952</b>	<b>19.480</b>	<b>(5.685)</b>	<b>(1.195)</b>	<b>(2.332)</b>	<b>9.670</b>
<b>Recomposição Ebitda Ajustado</b>								
Depreciação e amortização	2.830	2.951	2.034	2.662	425	467	5.289	6.080
Não recorrentes	1.729	1.736	1.242	1.566	260	275	3.231	3.576
<i>Impairment</i> de ágio	-	-	-	-	(3.699)	-	3.699	-
<b>Ebitda Ajustado</b>	<b>960</b>	<b>(3.927)</b>	<b>10.228</b>	<b>23.707</b>	<b>(8.699)</b>	<b>(453)</b>	<b>9.887</b>	<b>19.326</b>
<b>Não Recorrentes</b>								
Alienação de Ativos	3.057	-	2.197	-	460	-	5.714	-
Custos de reestruturação	-	-	-	-	-	-	-	-
Despesas legais	-	1.736	-	1.566	-	275	-	3.576
Perda tributária	(1.329)	-	(955)	-	(200)	-	(2.483)	-
<b>Total</b>	<b>1.729</b>	<b>1.736</b>	<b>1.242</b>	<b>1.566</b>	<b>260</b>	<b>275</b>	<b>3.231</b>	<b>3.576</b>

## W2W E-Commerce de Vinhos S.A.

### Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017

Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma

#### 4 Caixa e equivalentes de caixa

	<b>Controladora</b>		<b>Consolidado</b>	
	<b>2017</b>	<b>2016</b>	<b>2017</b>	<b>2016</b>
Caixa	4	4	14	15
Depósitos à vista	2.200	1.263	2.200	1.263
Certificados de depósitos bancários (CDB)	34.017	15.679	34.017	15.679
	<u>36.221</u>	<u>16.946</u>	<u>36.231</u>	<u>16.957</u>

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender os compromissos de curto prazo da Companhia. As aplicações financeiras apresentam liquidez diária (sendo o seu rendimento médio entre 95% a 99% do CDI), podendo ser resgatadas a qualquer momento, sem perdas para a Companhia, independente do vencimento dos títulos.

#### 5 Instrumentos financeiros derivativos

	<b>Controladora</b>		<b>Consolidado</b>	
	<b>2017</b>	<b>2016</b>	<b>2017</b>	<b>2016</b>
Ativo circulante	233	40	233	40
Passivo circulante	-	(103)	-	(103)
	<u>233</u>	<u>(63)</u>	<u>233</u>	<u>(63)</u>

<b>Contratos NDF</b>	<b>Controladora</b>		<b>Consolidado</b>	
	<b>2017</b>	<b>2016</b>	<b>2017</b>	<b>2016</b>
Banco ABC	71	96	71	96
Banco Itaú	162	(33)	162	(33)
	<u>233</u>	<u>63</u>	<u>233</u>	<u>63</u>

O valor justo dos instrumentos financeiros derivativos designados como hedge de fluxo de caixa foi reclassificado para o patrimônio líquido, dentro da rubrica "Ajustes de avaliação patrimonial" (Nota 19 (c)).

#### 6 Contas a receber

	<b>Controladora</b>		<b>Consolidado</b>	
	<b>2017</b>	<b>2016</b>	<b>2017</b>	<b>2016</b>
Contas a receber de clientes	58.296	44.949	58.296	44.949
	<u>58.296</u>	<u>44.949</u>	<u>58.296</u>	<u>44.949</u>

As contas a receber correspondem às vendas normais das atividades da Companhia. O prazo máximo de parcelamento para vendas nos sites é de 12 meses (360 dias da emissão do faturamento). O prazo médio de recebimento para as vendas das operações para atacado é de 60 dias e para o varejo 30 dias. Os valores registrados como contas a receber estão livres de qualquer ônus, avais e/ou garantias. O maior volume de vendas da Companhia é através de cartões de crédito, minimizando, assim, eventuais perdas por inadimplência.

## W2W E-Commerce de Vinhos S.A.

### Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017

Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma

Periodicamente, o saldo é revisado e nos casos onde se espera o não recebimento, são registradas perdas sobre as operações com cartão de crédito, há a incidência de tarifas e estas são reconhecidas mensalmente, em conta redutora, no grupo de contas a receber. Os valores decorrentes de tarifas de cartão de crédito são registrados na competência do faturamento e deduzidos do montante de contas a receber.

	<b>Controladora</b>		<b>Consolidado</b>	
	<b>2017</b>	<b>2016</b>	<b>2017</b>	<b>2016</b>
Vencidos acima de 181 dias	7	8	7	8
Vencidos entre 151 e 180 dias	7	3	7	3
Vencidos entre 121 e 150 dias	13	6	13	6
Vencidos entre 91 e 120 dias	13	7	13	7
Vencidos entre 61 e 90 dias	23	13	23	13
Vencidos entre 31 e 60 dias	47	26	47	26
Vencidos até 30 dias	490	423	490	423
A vencer	57.713	44.476	57.713	44.476
	<u>58.313</u>	<u>44.962</u>	<u>58.313</u>	<u>44.962</u>
Provisão para devedores duvidosos	(17)	(13)	(17)	(13)
	<u>58.296</u>	<u>44.949</u>	<u>58.296</u>	<u>44.949</u>

A Companhia segue as seguintes premissas para realização das provisões:

- Para os recebimentos com origem na venda para o varejo, o provisionamento é realizado para os valores vencidos acima de 60 dias, pois, historicamente, este é o prazo para confirmarmos com as operadoras de cartão de crédito o motivo do não recebimento e de processar todos os pedidos de logística reversa.
- Na operação com venda para o atacado, a provisão é realizada considerando os títulos vencidos acima de 60 dias.
- Todos os valores em aberto estão com a área de crédito da Companhia para a negociação dos recebimentos.
- Os títulos vencidos e não provisionados estão sendo monitorados e administração não espera perdas relevantes, juntamente com os demais e, a cada final de período, são analisados a fim de assegurar que o saldo contabilizado reflita com segurança o saldo a receber.

	<b>Controladora e consolidado</b>	
	<b>2017</b>	<b>2016</b>
No início do exercício	(13)	(28)
Adições	(124)	(1.015)
Baixas	120	1.030
No fim do exercício	<u>(17)</u>	<u>(13)</u>

## 7 Estoques

	<b>Controladora e consolidado</b>	
	<b>2017</b>	<b>2016</b>
Produtos para revenda	33.389	27.348
Embalagens	1.328	1.261
Importações em andamento	13.702	8.591
Provisão para perdas de estoque	(137)	(165)
Total dos estoques	<u>48.282</u>	<u>37.035</u>
Custo das vendas (Nota 21)	<u>(119.482)</u>	<u>(106.114)</u>

## W2W E-Commerce de Vinhos S.A.

### Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017

Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma

A Companhia segue as seguintes premissas para realização das provisões de perdas de estoques:

- Saldo de itens de cervejas em estoques. Alguns itens são comercializados no site de vendas *outlet* da Companhia, porém, o giro de estoques é baixo.
- Saldo de itens a vencer entre 30 e 45 dias.
- Saldo de revistas, devido baixo giro de estoques.
- Itens classificados em almoxarifados de descarte e perdas, aguardando análise e baixa.

Provisão de perdas de estoques:

	<b>31/12/2017</b>	<b>Controladora e consolidado 31/12/2016</b>
No início do exercício	(165)	(253)
Adições	(2.056)	(3.132)
Baixas	2.084	3.220
No fim do exercício	<u>(137)</u>	<u>(165)</u>

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016 não há estoques dados em garantia.

#### 8 Impostos a recuperar e a recolher

	<b>Controladora</b>		<b>Consolidado</b>	
	<b>2017</b>	<b>2016</b>	<b>2017</b>	<b>2016</b>
<b>Impostos a recuperar</b>				
COFINS a recuperar	87	290	87	290
PIS a recuperar	19	63	19	63
ICMS a recuperar	918	693	918	693
IRPJ a recuperar	448	1.088	448	1.088
CSLL a recuperar	99	262	99	262
IPI a recuperar	222	77	222	77
Outros impostos	22	22	26	27
	<u>1.815</u>	<u>2.495</u>	<u>1.819</u>	<u>2.500</u>

	<b>Controladora</b>		<b>Consolidado</b>	
	<b>2017</b>	<b>2016</b>	<b>2017</b>	<b>2016</b>
<b>Impostos a recolher</b>				
ICMS a recolher	2.896	2.259	2.896	2.259
IPI a recolher	1.242	2.717	1.242	2.717
Outros	952	1.717	956	1.740
	<u>5.090</u>	<u>6.693</u>	<u>5.094</u>	<u>6.716</u>

## W2W E-Commerce de Vinhos S.A.

### Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017

Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma

#### 9 Outros ativos

	<b>Controladora</b>		<b>Consolidado</b>	
	<b>2017</b>	<b>2016</b>	<b>2017</b>	<b>2016</b>
<b>Circulante</b>				
Adiantamentos a funcionários	175	328	175	347
Despesas antecipadas	1.348	398	1.367	397
Outros	716	-	716	434
	<u>2.239</u>	<u>726</u>	<u>2.258</u>	<u>1.178</u>
<b>Não Circulante</b>				
Adiantamento a sócios	120	-	120	-
Contas a receber pela venda de investimento em coligada (Nota 11)	3.629	-	3.629	-
	<u>3.749</u>	<u>-</u>	<u>3.749</u>	<u>-</u>
	<u>5.988</u>	<u>726</u>	<u>6.007</u>	<u>1.178</u>

#### 10 Imposto de renda e contribuição social diferidos

No Brasil os impostos sobre a renda incluem o imposto de renda (IRPJ) e a contribuição social (CSLL), que representa um imposto adicional. As alíquotas oficiais para imposto de renda e contribuição social aplicáveis são de 25% e de 9%, respectivamente, para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016. Os estudos de recuperabilidade dos saldos de impostos diferidos relacionados a prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social realizados pela Companhia e estão fundamentados nos seus planos de negócio e alinhados com as demais projeções utilizadas pela Companhia como, por exemplo, nos testes de recuperabilidade de ativos.

Apresentamos abaixo os saldos de ativo e passivo diferidos para 31 de dezembro de 2017 e 31 dezembro de 2016

	<b>Controladora</b>		<b>Consolidado</b>	
	<b>2017</b>	<b>2016</b>	<b>2017</b>	<b>2016</b>
Ativo não circulante	-	-	-	-
Passivo não circulante	(1.149)	(733)	(1.149)	(733)
	<u>(1.149)</u>	<u>(733)</u>	<u>(1.149)</u>	<u>(733)</u>

As movimentações nos impostos de renda diferido ativo e passivo durante o exercício, sem levar em consideração a compensação dos saldos dentro do mesmo exercício fiscal, é a seguinte:

	<b>Controladora e consolidado</b>	
	<b>2017</b>	<b>2016</b>
Produtos para revenda	33.389	27.348
Embalagens	1.328	1.261
Importações em andamento	13.702	8.591
Provisão para perdas de estoque	(137)	(165)
Total dos estoques	<u>48.282</u>	<u>37.035</u>
Custo das vendas (Nota 21)	<u>(119.482)</u>	<u>(106.114)</u>

## W2W E-Commerce de Vinhos S.A.

### Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017

Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma

O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos e passivos, referentes aos prejuízos fiscais, são reconhecidos quando cumpridos os requisitos previstos na Instrução CVM nº 371/2002, considerando as projeções de resultados futuros preparadas a partir de premissas financeiras e cenários econômicos futuros, os quais podem sofrer alterações. De acordo com a legislação tributária brasileira, os prejuízos fiscais podem ser compensados com até 30% do lucro tributável futuro e não têm prazo de prescrição.

A Companhia acumulou prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social sobre o lucro líquido ao longo dos últimos anos de atividade e, portanto, não reconheceu os créditos de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido diferidos, em linha com o que determina a Instrução CVM 371/2002. Os ativos de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido poderão ser reconhecidos quando a Companhia apresentar lucro tributável sustentável futuro e seja provável que os benefícios fiscais sejam realizados. Em 31 de dezembro de 2017, a Companhia possui o montante de R\$ 10.325. de impostos diferidos não constituídos relacionados a prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social.

#### Reconciliação do benefício (despesa) do imposto de renda e da contribuição social

	<b>Controladora</b>	
	<b>2017</b>	<b>2016</b>
Prejuízo (Lucro) antes da provisão para o imposto de renda e contribuição social	(5.409)	2.395
Alíquota nominal (%)	34	34
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas nominais	1.839	(814)
<b>Ajustes dos impostos referente:</b>		
Ajustes permanentes	193	(218)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	2	(5)
Outras provisões	(303)	203
Resultado de Equivalência Patrimonial	-	637
Outros ajustes	(2.147)	(1.151)
<b>Exclusões permanentes, líquidas</b>	<b>(2.255)</b>	<b>(534)</b>
	<b>(416)</b>	<b>(1.348)</b>
Imposto de renda e contribuição social - corrente	(416)	(615)
Impostos de renda e contribuição social – diferido	-	(733)
Alíquota efetiva %	7	56

## W2W E-Commerce de Vinhos S.A.

### Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017

Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma

	<b>Consolidado</b>	
	<b>2017</b>	<b>2016</b>
Prejuízo antes da provisão para o imposto de renda e contribuição social	(5.409)	2.395
Alíquota nominal (%)	34	34
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas nominais	1.839	(814)
<b>Ajustes dos impostos referente:</b>		
Ajustes permanentes	193	(218)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	2	(5)
Outras provisões	(303)	203
Resultado de Equivalência Patrimonial	-	637
Outros ajustes	(2.147)	(1.151)
<b>Exclusões permanentes, líquidas</b>	<b>(2.255)</b>	<b>(534)</b>
	<b>(416)</b>	<b>(1.348)</b>
Imposto de renda e contribuição social - corrente	(416)	(615)
Impostos de renda e contribuição social – diferido	-	(733)
Alíquota efetiva %	7	56

## 11 Investimentos

	<b>Controladora</b>		
	<b>Mocoffee (i)</b>	<b>C&amp;M (ii)</b>	<b>Total</b>
Saldo em 31 de dezembro de 2015	12.168	-	12.168
Aumento de capital	629		629
Equivalência patrimonial	(1.860)	(14)	(1.874)
Varição cambial de investimento mantido no exterior	743	-	743
Aquisição de investimento	-	456	456
Saldo em 31 de dezembro de 2016	11.680	442	12.122
Equivalência patrimonial	-	(13)	(13)
Varição cambial de investimento mantido no exterior	(2.263)	-	(2.263)
Outros ajustes em investimentos	-	-	-
Perda na alienação de investimento	(9.417)	-	(9.417)
Saldo em 31 de dezembro de 2017	-	429	429

## W2W E-Commerce de Vinhos S.A.

### Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017

Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma

---

- (i) **Em 14 de janeiro de 2015 foi constituída em Amsterdã, Holanda, a empresa Mocoffee B.V. (antiga denominação social da Mocoffee AG). Seu principal objetivo é operacionalizar, no âmbito internacional, o projeto de produção, comercialização, desenvolvimento e prestação de serviços voltados ao mercado de café em cápsulas. A participação da Companhia no capital da Mocoffee B.V. era de 40%.**

Em 13 de julho de 2017 a Administração decidiu descontinuar sua participação no negócio de café redefinindo sua estratégia e buscando otimizar seus resultados no mercado interno de vinhos. Nesta data, a Companhia realizou a venda de sua participação Mocoffee B.V. pelo montante de R\$ 3.703, sendo a perda pela alienação do investimento no montante de R\$ 5.714, sendo R\$ 3.905 referente ao valor de equivalência patrimonial apropriada até o momento da alienação. No ato da venda da participação societária foram recebidos R\$ 74, sendo o valor de R\$ 3.629 com recebimento previsto para o ano de 2019.

- (ii) Em 21 de junho de 2016, o Conselho de Administração da Companhia aprovou a aquisição da companhia C&M Desenvolvimento e Licenciamento de Programas Ltda., seu principal objetivo é o desenvolvimento de programas e softwares voltado para o comércio eletrônico, a Companhia adquiriu participação de 99,99% pelo valor de R\$ 456, sendo o valor do patrimônio líquido na data de aquisição de R\$ 22. Por se tratar de uma empresa de pequeno porte, a administração procedeu com a avaliação e não identificou ativos ou passivos com valor justo substancialmente diferente do valor de livros na data da aquisição.

## W2W E-Commerce de Vinhos S.A.

### Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017

Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma

#### 12 Imobilizado

	Controladora						
	Máquinas e equipamentos	Móveis e utensílios	Computadores	Edificações e benfeitorias	Veículos	Paletes de Madeira	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2015	3.869	807	814	5.031	648	-	11.169
Aquisições	89	54	69	145	-	-	357
Incorporação de controladora	(163)	(22)	(2)	(51)	(24)	-	(262)
Depreciação	(381)	(93)	(118)	(3.264)	(139)	-	(3.995)
Saldo em 31 de dezembro de 2016	3.414	746	763	1.861	485	-	7.269
Aquisições	1.290	791	850	984	-	265	4.180
Baixas	(4)	-	(12)	-	-	-	(16)
Depreciação	(355)	(99)	(281)	(1.349)	(147)	(107)	(2.338)
Saldo em 31 de dezembro de 2017	4.345	1.438	1.320	1.496	338	158	9.095

## W2W E-Commerce de Vinhos S.A.

### Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017

Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma

	Consolidado						
	Máquinas e equipamentos	Móveis e utensílios	Computadores	Edificações e benfeitorias	Veículos	Paletes de Madeira	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2015	3.869	807	814	5.031	648	-	11.169
Aquisição de controlada (Nota 11)	8	14	21	2	-	-	45
Aquisições	89	54	69	145	-	-	357
Baixas	(164)	(22)	(2)	(51)	(24)	-	(263)
Depreciação	(382)	(96)	(128)	(3.264)	(139)	-	(4.009)
Saldo em 31 de dezembro de 2016	3.420	757	774	1.863	485	-	7.299
Aquisições	1.290	791	850	984	-	265	4.180
Baixas	(4)	-	(12)	-	-	-	(16)
Depreciação	(356)	(102)	(290)	(1.349)	(147)	(107)	(2.351)
Saldo em 31 de dezembro de 2017	4.351	1.446	1.322	1.498	338	158	9.112

Os valores registrados em 31 de dezembro de 2017 e de 2016 estão livres de garantias, ônus ou avais.

## W2W E-Commerce de Vinhos S.A.

### Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017

Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma

#### 13 Intangível

	Controladora e consolidado			
	Marcas e patentes	Plataforma e softwares	Ágio	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2015	25	7.794	3.699	11.518
Aquisições	-	4.715	-	4.715
Baixa	-	(459)	-	(459)
Amortização	-	(2.071)	-	(2.071)
Saldo em 31 de dezembro de 2016	25	9.979	3.699	13.703
Aquisições	-	4.242	-	4.242
Baixas (i)	-	-	(3.699)	(3.699)
Amortização	-	(2.938)	-	(2.938)
Saldo em 31 de dezembro de 2017	25	11.283	-	11.308
Taxas médias anuais de amortização - %	-	18	-	

#### Teste do ágio para verificação de *impairment*

Em 31 de dezembro de 2016, a Companhia detinha o montante de R\$ 3.699 relacionado ao ágio originado no momento da aquisição da Santiago e Lemos Comércio de Bebidas S.A., empresa incorporada pela Companhia.

**Ainda em 2017 a Companhia realizou investimentos para a aquisição do fundo de comércio da empresa Clubeer do Brasil Ltda. ("Clubeer"), buscando ampliar seu market share no mercado de cervejas. Contudo, apesar dos investimentos realizados pela Companhia, a performance apresentada ao longo do exercício corrente se manteve abaixo da expectativa da Companhia, representada pela redução da taxa de crescimento de longo prazo prevista para 31 de dezembro de 2017 em relação a 31 de dezembro de 2016. Como resultado da estratégia da administração de não continuidade dos investimentos no negócio de cerveja, administração decidiu pela baixa integral do ágio constituído na aquisição da empresa incorporada em 31 de dezembro de 2017, tendo em vista não ter concretizado a expectativa de rentabilidade futura prevista no exercício findo em 31 de dezembro de 2016.**

#### 14 Fornecedores

	Controladora e consolidado	
	2017	2016
Fornecedores nacionais	11.269	5.458
Fornecedores internacionais	31.085	22.061
Operadores logísticos	6.388	4.140
Fornecedores de serviços	284	1.140
Adiantamento a fornecedores	-	(653)
	49.026	32.146

## W2W E-Commerce de Vinhos S.A.

### Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017

Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma

#### 15 Empréstimo, financiamentos e debêntures

##### (a) Saldos

	Taxa média	Controladora e consolidado	
		2017	2016
FINIMP	0,57% a.m.		7.012
CCB	0,40% a.m. + CDI	2.526	19.028
FINAME	0,73% a.m.	708	932
Debêntures	IPCA	62.655	15.394
Outros		145	3.367
Total dos empréstimos		66.034	45.733
Passivo circulante		2.876	27.085
Passivo não circulante		63.158	18.648
		66.034	45.733

O cronograma de pagamento da parcela de longo prazo dos empréstimos e financiamentos é o seguinte:

	Controladora e consolidado	
	2017	2016
2017		
2018		2.491
2019	15	60
2020 em diante	63.143	16.097
	63.158	18.648

Os empréstimos estão garantidos pelo aval dos sócios e, principalmente, pelos recebíveis com operadoras de cartões de crédito, até o limite do saldo devedor. Não existem ativos oferecidos em garantia dos empréstimos e financiamentos mantidos pela Companhia.

Em 9 de agosto de 2016 a Companhia aprovou a emissão de 9 debêntures conversíveis em ações no valor total de R\$ 60.000. Para data de conversibilidade e vencimento, dividiu-se em dois conjuntos, sendo as ações de números 2, 4 e 9, as quais correspondem ao valor de R\$ 12.000 e vencimento em 1º de janeiro de 2020. O segundo conjunto composto pelas ações 1, 3, 5, 6, 7 e 8, correspondem ao valor de 48.000 com vencimento em 1º de julho de 2020.

Os empréstimos, financiamentos e debêntures da Companhia não estão atrelados a quaisquer cláusulas restritivas (*covenants*).

##### (b) Reconciliação da dívida líquida

	Controladora e consolidado	
	2017	2016
Em 1º de janeiro	45.733	92.027
Captação de empréstimos e financiamentos	45.892	43.862
Encargos financeiros provisionados	2.925	20.742
Amortização de empréstimos e financiamentos (principal)	(26.498)	(98.814)
Amortização de empréstimos e financiamentos (juros)	(2.018)	(12.084)
Em 31 de dezembro	66.034	45.733

## W2W E-Commerce de Vinhos S.A.

### Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017

Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma

#### 16 Obrigações sociais e trabalhistas

	<b>Controladora</b>		<b>Consolidado</b>	
	<b>2017</b>	<b>2016</b>	<b>2017</b>	<b>2016</b>
<b>Obrigações trabalhistas</b>				
Provisão férias e encargos	2.945	2.701	2.995	2.752
Participação nos resultados	-	3.680	-	3.660
	<u>2.945</u>	<u>6.381</u>	<u>2.995</u>	<u>6.412</u>
<b>Obrigações sociais</b>				
INSS a recolher	693	585	695	587
FGTS a recolher	164	137	163	137
	<u>857</u>	<u>722</u>	<u>858</u>	<u>724</u>
	<u>3.802</u>	<u>7.103</u>	<u>3.853</u>	<u>7.136</u>

#### 17 Provisões para contingências

A Companhia, no curso normal de suas operações, está envolvida em ações judiciais sobre questões tributárias, cíveis e trabalhistas. A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos, efetuou a análise das demandas judiciais pendentes e constituiu provisão para aqueles processos com risco de perda provável.

	<b>Controladora e consolidado</b>	
	<b>2017</b>	<b>2016</b>
Processos tributários	-	85
Processos cíveis	31	13
Processos trabalhistas	55	50
	<u>86</u>	<u>148</u>

A movimentação das contingências é demonstrada abaixo:

	<b>Controladora e consolidado</b>	
	<b>2017</b>	<b>2016</b>
Em 1º de janeiro	148	-
Novas contingências	62	148
Reversão de provisões de contingências	(85)	-
Contingências pagas	(39)	-
Em 31 de dezembro	<u>86</u>	<u>148</u>

A Companhia realizou a reversão de R\$ 85 mil da provisão para processos tributários constituída em 2016, relativa ao processo que discute a partilha do ICMS em operações com consumidor final nos estados Paraná e Minas Gerais, uma vez que os assessores jurídicos consideram a probabilidade de perda remota.

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, a Companhia não possui outros processos avaliados por seus assessores jurídicos como sendo risco possível.

## W2W E-Commerce de Vinhos S.A.

### Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017

Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma

#### 18 Outros passivos

	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
Circulante				
Outras obrigações (i)	15.179	3.599	15.179	3.599
	<u>15.179</u>	<u>3.599</u>	<u>15.179</u>	<u>3.599</u>
Não circulante				
Outras obrigações	69	-	69	-
	<u>69</u>	<u>-</u>	<u>69</u>	<u>-</u>
	<u>15.248</u>	<u>3.599</u>	<u>15.248</u>	<u>3.599</u>

(i) Refere-se principalmente aos contratos de clientes que possuem assinaturas de clubes pré-pagos (R\$ 14.374).

#### 19 Patrimônio líquido

##### (a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2017 o capital social da Companhia é de R\$ 44.955, totalmente integralizados, divididos em 159.134 ações, sendo 135.559 ações ordinárias e 23.575 de ações ordinárias de classe A todas nominativas e sem valor nominal e não resgatáveis.

	2017		2016	
	Quantidade	Valor total	Quantidade	Valor total
Ações ordinárias de classe A (i)	23.575	6.660	23.575	6.660
Ações ordinárias	135.559	38.295	135.559	38.295
	<u>159.134</u>	<u>44.955</u>	<u>159.134</u>	<u>44.955</u>

(i) Conforme o parágrafo 5º do Acordo de Acionistas, as ações ordinárias classe A conferem ao titular os mesmos poderes que as ações ordinárias.

##### (b) Reservas de lucro – Reserva legal e Reserva estatutária

A reserva legal é constituída a base de 5% sobre o lucro líquido do exercício (quando houver), limitada a 20% do capital social, conforme a previsão da lei 6.404/76. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e/ou aumentar capital. **As reservas estatutárias são constituídas por determinação do estatuto da Companhia, como destinação de uma parcela dos lucros do exercício, e não podem restringir o pagamento do dividendo obrigatório.**

## W2W E-Commerce de Vinhos S.A.

### Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017

Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma

Em 2017, em função do prejuízo, a Companhia não registrou reserva estatutária e procedeu com a absorção de prejuízos da reserva legal no montante de R\$ 36.

#### (c) Ajustes de avaliação patrimonial

Composto por:

- Ajuste das diferenças de câmbio em decorrência de investimento em coligada mantida no exterior. Este investimento foi integralmente alienado no exercício findo em 31 de dezembro de 2017 e sua movimentação está apresentada na Nota 11.
- Valor dos instrumentos financeiros derivativos designados como hedge de fluxo de caixa, líquidos dos efeitos tributários correspondentes. O saldo, líquido dos tributos em 31 de dezembro de 2017 é de R\$ 297 (2016 – (64) ).

A movimentação destes saldos está apresentada na Demonstração do Resultado Abrangente.

#### (d) Lucro (prejuízo) básico e diluído por ação

O lucro (prejuízo) básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro (prejuízo) atribuível aos acionistas da sociedade, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias emitidas durante o exercício, excluindo as ações ordinárias compradas pela sociedade e mantidas como ações em tesouraria, se houver.

O lucro (prejuízo) diluído por ação é calculado mediante o ajuste da quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação, para presumir a conversão de todas as ações ordinárias potenciais diluídos.

	<b>Básico</b>		<b>Diluído</b>	
	<b>2.017</b>	<b>2.016</b>	<b>2.017</b>	<b>2.016</b>
Prejuízo do Exercício	(5.825)	1.047	(5.825)	1.047
Ações em circulação no final do exercício	159.134	159.134	159.134	159.134
	<b>159.134</b>	<b>159.134</b>	<b>159.134</b>	<b>159.134</b>
<b>Prejuízo líquido por ações atribuível aos acionistas da Companhia - em R\$</b>	<b>(0,0366)</b>	<b>0,0066</b>	<b>(0,0366)</b>	<b>0,0066</b>

#### 20 Receitas

	<b>Controladora e Consolidado</b>	
	<b>2017</b>	<b>2016</b>
Venda de mercadorias e produtos	347.195	300.296
Impostos sobre vendas	(61.267)	(51.556)
Devoluções de vendas	(3.022)	(2.088)
Descontos concedidos	(20.080)	(8.151)
	<b>262.826</b>	<b>238.501</b>

## W2W E-Commerce de Vinhos S.A.

### Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017

Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma

#### 21 Custos e despesas por natureza

	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
Compras de mercadorias	119.482	106.114	119.482	106.114
Remuneração administradores (i)	3.834	3.875	3.834	3.875
Salários e ordenados	13.807	11.223	13.807	11.223
Encargos e benefícios	15.104	16.406	15.104	16.406
Fretes e comissões (ii)	51.684	49.316	51.684	49.316
Embalagens	7.220	6.798	7.220	6.798
Publicidade, propaganda e promoções	22.757	12.947	22.757	12.947
Serviços de terceiros e consultorias	5.950	8.284	5.950	8.284
Campanhas internas e promoções	436	981	436	981
Viagens, deslocamentos e refeições	1.804	1.533	1.804	1.533
Energia, Internet e telefonia	1.252	1.296	1.252	1.296
Material de consumo e expediente	1.183	894	1.183	894
Cursos, representação e treinamentos	557	407	557	407
Aluguel de imóveis	3.733	1.984	3.733	1.984
Impostos, taxas e contribuições	277	512	277	512
Amortização e depreciação	5.276	6.066	5.289	6.080
Perdas e recuperações	3.655	1.260	3.655	1.260
Outras despesas	11.124	3.045	11.124	3.045
Crédito de impostos	(3.990)	(4.124)	(3.990)	(4.124)
	<u>265.145</u>	<u>228.817</u>	<u>265.158</u>	<u>228.831</u>
Custo das vendas	119.482	106.114	119.482	106.114
Despesas administrativas	32.746	31.504	32.746	31.504
Despesas gerais	21.628	20.597	21.641	20.611
Despesas com vendas	81.876	70.602	81.876	70.602
Outros resultados operacionais (iii)	9.413	-	9.413	-
	<u>265.145</u>	<u>228.817</u>	<u>265.158</u>	<u>228.831</u>

No decorrer do exercício findo em 31 de dezembro de 2017, a administração avaliou a sua estrutura e identificou oportunidades de redução de custos operacionais. Como resultado desta avaliação:

## W2W E-Commerce de Vinhos S.A.

### Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017

Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma

#### (i) Remuneração do pessoal-chave da administração

O pessoal-chave da administração inclui os conselheiros e diretores. A remuneração paga ou a pagar ao pessoal-chave da administração, por seus serviços, está apresentada a seguir:

	Controladora e consolidado	
	2017	2016
Pró-labore	1.020	959
Salários e ordenados	1.800	2.195
Encargos sociais	1.014	721
	<u>3.834</u>	<u>3.875</u>

(ii) Despesas com frete relacionadas ao transporte de mercadorias dos fornecedores até os Centros de Distribuição (“CDs”) são incorporadas ao custo das mercadorias a serem revendidas. As despesas com fretes relacionadas ao transporte das mercadorias dos CDs até os consumidores ou revendedores são classificadas como despesas com vendas.

(iii) Resultado da alienação do investimento realizado na Mocoffe (R\$ 5.714) e baixa do ágio da HNB (R\$3.699).

#### 22 Despesas e receitas financeiras

	Controladora e consolidado	
	2017	2016
Despesas financeiras		
Encargos sobre empréstimos e financiamentos	(3.185)	(12.268)
Variação cambial passiva	(4.853)	(7.928)
IOF	(550)	(1.102)
	<u>(8.588)</u>	<u>(21.298)</u>
Receitas financeiras		
Descontos obtidos	332	185
Receita Financeira	3.341	2.331
Variação cambial ativa	1.838	13.367
	<u>5.511</u>	<u>15.883</u>
Resultado financeiro, líquido	<u>(3.077)</u>	<u>(5.415)</u>

#### 23 Seguros

A política de seguro das empresas consolidadas busca cobertura compatível com suas responsabilidades e operações. As coberturas de seguros foram contratadas em montantes considerados suficientes para cobrir eventuais perdas, considerando a natureza de suas atividades, os riscos envolvidos em suas operações e as recomendações de seus consultores de seguro. Em 31 de dezembro de 2017, a Companhia tinha as seguintes apólices de seguro contratadas:

Modalidade	Cobertura
Incêndio de bens do imobilizado	53.000
Responsabilidade civil de diretores e administradores	30.000

## W2W E-Commerce de Vinhos S.A.

### Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017

Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma

---

#### 24 Eventos subsequentes

##### (a) Aquisições e venda de participações societárias e mudanças no capital social da companhia

Em 26 de abril de 2018, a Companhia assinou um documento se comprometendo a adquirir 100% do capital da Bodegas de Los Andes Comércio de Vinhos Ltda ("Bodegas"). Esta operação foi aprovada pelo Conselho de Administração em 24 de abril de 2018. A Bodegas foi constituída em 2004 e sua atividade preponderante é a revenda de vinhos no mercado brasileiro, a qual conta com 3 lojas físicas distribuídas em 2 estados. O objetivo da Companhia foi de ampliar sua participação no mercado nacional, criando sinergias entre suas vendas on-line e as lojas físicas adquiridas nesta combinação de negócios. A negociação encontrava-se em fase final e até a emissão destas demonstrações financeiras e as informações relevantes (como por exemplo, a definição do preço de venda e o valor justo dos ativos líquidos adquiridos para a determinação de eventual *goodwill* ou compra vantajosa) foram apuradas pelas partes envolvidas. A administração concluiu esta operação em 26 de abril de 2018, adquirindo 99% das quotas. Desta forma, nenhum efeito relacionado a esta operação foi reconhecido nestas demonstrações financeiras do exercício de 2017.

Em julho de 2019, foi aprovada a conversão da totalidade das debêntures em ações ordinárias classe A, aumentando assim o capital social da Companhia em R\$ 60.000.

Ainda em 2019, a Companhia decidiu vender o canal de operações relacionadas a vendas de cerveja visando direcionar as estratégias e investimentos no seu negócio principal, a venda de vinhos.

##### (b) Mudanças nas políticas contábeis

As seguintes normas foram adotadas pela primeira vez para os exercícios abaixo mencionados:

- CPC 48 – IFRS 9 (Instrumentos Financeiros), adotada em 1º de janeiro de 2018, aborda a classificação, a mensuração e o reconhecimento de ativos e passivos financeiros e substitui a orientação no CPC 38, que diz respeito à classificação e à mensuração de instrumentos financeiros. As principais alterações que o CPC 48 traz são: (i) novos critérios de classificação de ativos financeiros; (ii) novo modelo de impairment para ativos financeiros, híbrido de perdas esperadas e incorridas (doravante denominado modelo de perdas esperadas), em substituição ao modelo atual de perdas incorridas; e (iii) flexibilização das exigências para adoção da contabilidade de hedge.

- CPC 47 – IFRS 15 (Receita de Contratos com Clientes), adotada em 1º de janeiro de 2018. essa nova norma traz os princípios que uma entidade aplicará para determinar a mensuração da receita e quando ela é reconhecida. Essa norma baseia-se no princípio de que a receita é reconhecida quando o controle de um bem ou serviço é transferido a um cliente, assim, o princípio de controle substituirá o princípio de riscos e benefícios. Ela substitui o CPC 30 (Receitas) e correspondentes interpretações. Em 31 de dezembro de 2018, a administração identificou os seguintes efeitos relacionados ao assunto:

- No que se refere à interpretação ICPC 21 (Transações em moeda estrangeira), que também entrou em vigor em 1º de janeiro de 2018 e provê esclarecimentos sobre a data da transação a ser usada para conversão de adiantamentos feitos ou recebidos em transações em moeda estrangeira, a Empresa optou por fazer a transição de forma prospectiva, isto é, os saldos de adiantamentos, incluindo o valor do principal e sua respectiva variação cambial acumulada, em 31 de dezembro de 2017, foram considerados como sendo os saldos iniciais dos adiantamentos e a data de 31 de dezembro de 2017 como sendo a data de transição. Os impactos de adoção dessa interpretação não são materiais

- CPC 06(R2) - IFRS 16 (Arrendamentos), adotada em 1º de janeiro de 2019, norma com vigência a partir de 1º de janeiro de 2019, determina que os arrendatários passam a ter que reconhecer o passivo dos pagamentos futuros e o direito de uso do ativo arrendado para praticamente todos os contratos de arrendamento mercantil, incluindo os operacionais, podendo ficar fora do escopo dessa nova norma determinados contratos de curto prazo ou de baixo valor. Os critérios de reconhecimento e mensuração dos arrendamentos nas demonstrações financeiras dos arrendadores ficam substancialmente mantidos.

## W2W E-Commerce de Vinhos S.A.

### Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017

Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma

---

- ICPC 22 - "Incertezas sobre tratamento de tributos sobre o lucro", a interpretação trata da aplicação dos requisitos de reconhecimento e mensuração estabelecidos no CPC 32 quando há incerteza sobre os tratamentos de tributo sobre o lucro. A Companhia deve reconhecer e mensurar seu tributo corrente ou diferido ativo ou passivo, aplicando os requisitos do CPC 32 com base em lucro tributável (prejuízo fiscal), bases fiscais, prejuízos fiscais não utilizados, créditos fiscais não utilizados e alíquotas fiscais determinados, aplicando esta Interpretação. A interpretação foi aprovada em 21 de dezembro de 2018 e entrou em vigência em 1º de janeiro de 2019. Na avaliação da Administração da Companhia, não são esperados impactos significativos em decorrência da interpretação, uma vez que todos os procedimentos adotados para apuração e recolhimento de tributos sobre o lucro estão amparados na legislação vigente e pareceres normativos.

A partir de 1º de janeiro de 2018, a Companhia adotou as normas contábeis IFRS 15 (CPC 47) - Receitas de Contratos com Clientes e IFRS 9 (CPC 48) - Instrumentos Financeiros, as quais não tiveram um efeito significativo nas políticas contábeis da Companhia. A partir de 1/01/2019, a Companhia adotou as normas contábeis IFRS 16 (CPC 06) – Arrendamentos, os efeitos desta política nas demonstrações financeiras daquele exercício são apresentados na seção subsequente.

Não há outras normas IFRS ou interpretações IFRIC que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre as demonstrações financeiras da Companhia.

#### (c) Novidades operacionais

No último trimestre do exercício findo em 31 de dezembro de 2018 a Companhia lançou o clube de benefícios (Clube Prime) direcionados aos sócios e clientes, nas modalidades mensal e pré-pago, os quais oferecem benefícios diferenciados, tais como descontos em loja, parcerias, frete diferenciado e acesso a promoções exclusivas.

Ainda, no último bimestre do exercício findo em 31 de dezembro de 2018, a Companhia iniciou a operação de venda e distribuição dos seus produtos a partir do Centro de Distribuição localizado em São Bernardo do Campo – SP. A expectativa é de que esta mudança proporcione aos clientes da Companhia um menor *servisse level agreement* e agilidade nas entregas expressas.

Em setembro de 2019, em linha com a estratégia da Companhia e expansão dos seus negócios e relacionamento com seus clientes, e em face à aquisição da controlada Bodegas de Los Andes Comércio de Vinhos Ltda. (“Bodegas”) no ano anterior, a Companhia inaugurou sua primeira loja física sob a marca “Wine”, no bairro de Lourdes em Belo Horizonte/MG. A estratégia da Companhia com o conceito de multicanalidade e a capacidade de oferecer a mesma experiência independente do canal de contato com o cliente, com o objetivo de oferecer nossos produtos em diferentes canais de venda, preservar a mesma experiência desde a atração desses clientes, passando pela venda e mantendo o mesmo padrão e qualidade no pós venda em todos eles, tanto no mundo online como no offline. Ainda, com apoio de um novo Centro de Distribuição em São Francisco, Belo Horizonte/MG, com o intuito de entregas mais rápidas e facilidade de abastecimento de nossa loja física.

Em outubro de 2019, para proporcionar experiências diferenciadas a seus clientes e manter seu perfil inovador, a Companhia lança no mercado o WineUP, programa de recompensas que, entre muitas funções, permite acumular pontos e convertê-los em prêmios e descontos além de gamificação por conquistas em cada missão. Em 31 de dezembro de 2019, o saldo estimado de utilização de pontos pelos clientes foi de R\$ 739.

Em 2020, a Companhia avaliou a operação do Centro de Distribuição localizado em São Bernardo do Campo – SP e, visando otimizar a estratégia logística em seus negócios, decidiu migrar para a cidade Barueri – SP.

**Para a estratégia de 2020 e maior sinergia de seus negócios a Companhia planeja** realizar evento de incorporação da sua controlada Bodegas de Los Andes Comércio de Vinhos S.A, bem como e a extinção da controlada C&M Desenvolvimento e Licenciamento de Programas Ltda.

## W2W E-Commerce de Vinhos S.A.

### Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017

Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma

---

#### (d) Outros assuntos relevantes

Em 23 de janeiro de 2019, transitou em julgado o recurso extraordinário relacionado ao ICMS na base de cálculo do PIS e COFINS, com admissibilidade do respectivo recurso em favor da Companhia. Até a data de emissão das demonstrações financeiras do exercício de 2018, tendo em vista as controvérsias principalmente em relação a metodologia do cálculo, a administração avaliou os impactos do assunto, e, conseqüentemente, nenhum valor foi registrado. No exercício de 2019, conforme cálculos, a administração registrou um impacto positivo no resultado de R\$ 37.677.

Em março de 2020, a Organização Mundial de Saúde (OMS) declarou a pandemia de Covid-19, doença causada pelo novo coronavírus (Sars-Cov-2), devido a propagação da doença em diversos continentes, o que estimulou os governos a criarem medidas para contenção da contaminação pelo vírus. No Brasil, medidas como isolamento social foram utilizadas, o que gerou impacto na economia. Com a publicação do Decreto Federal nº 10.282/2020 que regulamenta os serviços públicos e atividades essenciais no cenário da pandemia por Covid-19, bebidas e alimentos estão previstos neste Decreto e sua essencialidade, não ocorrendo interrupção do negócio no e-commerce.

As análises estão sendo realizadas em linha com o Ofício Circular CVM/SNC/SEP nº 02/2020, emitido pela Comissão de Valores Mobiliários em 10 de março de 2020, que orienta os administradores e auditores independentes de companhias abertas a considerarem cuidadosamente os impactos da COVID-19 nos negócios e reportarem nas demonstrações financeiras os principais riscos e incertezas advindos dessa análise, em consonância com as normas contábeis aplicáveis.

As principais preocupações neste período são a preservação da integridade dos colaboradores, clientes, fornecedores e das comunidades onde a Companhia atua, bem como a continuidade das operações de maneira segura. Por este motivo, o primeiro passo foi a criação de um comitê interdisciplinar com atuação e monitoramento ativo. O comitê conta com representantes de todas as unidades: sede de Vitória, filial de São Paulo, Centros de Distribuição de Serra/ ES e Barueri/ SP, B2B e Lojas Físicas (BH, POA e CWB).

No entendimento da Administração, as medidas tomadas até o momento e que as estão em constante reavaliação buscam manter o nível de serviço e qualidade operacional que preza em nas operações, além de buscar assegurar a saúde e bem-estar dos colaboradores, fornecedores e clientes e da sociedade como um todo, apoiando o cumprimento das medidas determinadas pelas autoridades públicas. A Administração não identificou impactos relevantes nos resultados e margens de lucros da Companhia. A Companhia continuará atuando de maneira a preservar a saúde de todos, sempre vigilante e pronta a fazer correções de rumo conforme a evolução da situação. Por fim, apesar do cenário de incertezas, em que não é possível precisar seus impactos, bem como seu prazo de duração, no entendimento da Administração, tais medidas buscam suportar a evolução da Companhia nesse período.

Entretanto, referida pandemia impacta os negócios da Companhia e potencializa o efeito dos demais riscos aos quais a Companhia está exposta, podendo afetar significativamente nossos resultados operacionais e fluxo de caixa. Até o presente momento não é possível dimensionar a extensão desses impactos e o tempo de duração do cenário pandêmico, bem como seus potenciais efeitos nas operações e colaboradores. Além disso, a pandemia da COVID-19 pode afetar adversamente as condições econômicas gerais e o setor de comércio, considerando potenciais impactos nos níveis de emprego e renda e na capacidade e hábitos de consumo da população em geral. A Companhia entende que podem ocorrer os seguintes impactos:

- **Comportamento da demanda:** aumento da taxa de desemprego, ampliação da recessão econômica e redução do consumo de produtos supérfluos;
- **Liquidez:** risco do impacto nos resultados e mercados de crédito mais restritivos impactarem a liquidez;
- **Câmbio:** impacto da desvalorização cambial em margens e em desembolso de caixa;

## W2W E-Commerce de Vinhos S.A.

### Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017

Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma

---

- **Falta de fornecimento:** risco de fechamento das fronteiras comerciais e risco do MAPA - Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - interromper ou atrasar a nacionalização;
- **Disrupção Logística:** companhias aéreas já reduziram fortemente suas rotas o que impacta diretamente nos prazos de entrega e como existem muitos operadores rodoviários, o maior risco é na redução da oferta, junto com aumento na demanda por delivery. Também pode ocorrer lockdown de cidades importantes dificultando a entrega nessas regiões;
- **Crédito com Fornecedores:** risco da deterioração do caixa e dos resultados limitarem a capacidade de financiamento a prazo com fornecedores;
- **Saúde e produtividade dos funcionários:** risco de contágio pode afetar funcionários e operações e o risco de produtividade pode cair por conta de home office sustentado. Poderá ocorrer uma contaminação em massa de profissionais do nosso centro de distribuição, paralisando as operações;
- **Comportamento das vendas do e-commerce: risco de queda nas vendas em meio a deterioração da economia e da confiança do consumidor;** e
- **Fechamento de bares, restaurantes, eventos, lojas:** vendas do B2B (atacado) no on trade (e-commerce) e da Wine Eventos poderão sofrer impacto. E no médio prazo poderá ocorrer o fechamento definitivo de inúmeros restaurantes parceiros, ocasionando perda de vendas do nosso negócio de B2B.

\*\*\*

# WINE

## DECLARAÇÃO DOS DIRETORES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em observância às disposições constantes da Instrução CVM nº 480/2009, a Diretoria declara que revisou, discutiu e concordou com as Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas, relativas ao exercício social em 31 de dezembro de 2017.

São Paulo, 02 de setembro de 2020

DocuSigned by:  
*Marcelo D'Arienzo*  
0A1B477CC91E4A8...  
MARCELO GIOVANETTI D'ARIENZO

DocuSigned by:  
*Alexandre Magno da Cruz Oliveira Filho*  
CBDCF98F17BE456...  
ALEXANDRE MAGNO DA CRUZ OLIVEIRA FILHO

DocuSigned by:  
*Laura Barros*  
AEBD9ED355F5467...  
LAURA GONÇALVES CAVALCANTI BARROS

DocuSigned by:  
*Clayton Freire*  
DD1CAF23A55C4BB...  
CLAYTON FREIRE DOS SANTOS

DocuSigned by:  
*German Garfinkel*  
8617B44046824F4...  
GERMAN GARFINKEL

DocuSigned by:  
*Alexandre Rodrigues Malta*  
8B84E49FF9B8405...  
ALEXANDRE RODRIGUES MALTA



# WINE

## DECLARAÇÃO DOS DIRETORES SOBRE O PARECER EMITIDO PELOS AUDITORES INDEPENDENTES

Em observância às disposições constantes da Instrução CVM nº 480/2009, a Diretoria declara que revisou, discutiu e concordou com as conclusões expressas no relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017.

São Paulo, 02 de setembro de 2020

DocuSigned by:  
*Marcelo D'Arienzo*  
0A1B477CC91E4A8...  
MARCELO GIOVANETTI D'ARIENZO

DocuSigned by:  
*Alexandre Magno da Cruz Oliveira Filho*  
CBDCF98F17BE456...  
ALEXANDRE MAGNO DA CRUZ OLIVEIRA FILHO

DocuSigned by:  
*Laura Barros*  
AEBD9ED355F5467...  
LAURA GONÇALVES CAVALCANTI BARROS

DocuSigned by:  
*Clayton Freire*  
DD1CAF23A55C4BB...  
CLAYTON FREIRE DOS SANTOS

DocuSigned by:  
*German Garfinkel*  
8617B44046824F4...  
GERMAN GARFINKEL

DocuSigned by:  
*Alexandre Rodrigues Malta*  
8B84E49FF9B8405...  
ALEXANDRE RODRIGUES MALTA



---

**FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA DA COMPANHIA NOS TERMOS DA INSTRUÇÃO CVM 480**

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

## Índice

---

### 1. Responsáveis Pelo Formulário

1.0 - Identificação dos responsáveis	1
1.1 – Declaração do Diretor Presidente	2
1.2 - Declaração do Diretor de Relações Com Investidores	3
1.3 - Declaração do Diretor Presidente/relações Com Investidores	4

### 2. Auditores Independentes

2.1/2.2 - Identificação E Remuneração Dos Auditores	5
2.3 - Outras Informações Relevantes	6

### 3. Informações Financ. Selecionadas

3.1 - Informações Financeiras	7
3.2 - Medições Não Contábeis	8
3.3 - Eventos Subsequentes às Últimas Demonstrações Financeiras	13
3.4 - Política de Destinação Dos Resultados	14
3.5 - Distribuição de Dividendos E Retenção de Lucro Líquido	16
3.6 - Declaração de Dividendos À Conta de Lucros Retidos ou Reservas	17
3.7 - Nível de Endividamento	18
3.8 - Obrigações	19
3.9 - Outras Informações Relevantes	20

### 4. Fatores de Risco

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco	21
4.2 - Descrição Dos Principais Riscos de Mercado	58
4.3 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos E Relevantes	60
4.4 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos Cujas Partes Contrárias Sejam Administradores, Ex-administradores, Controladores, Ex-controladores ou Investidores	71
4.5 - Processos Sigilosos Relevantes	72
4.6 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Repetitivos ou Conexos, Não Sigilosos E Relevantes em Conjunto	73
4.7 - Outras Contingências Relevantes	75

## Índice

4.8 - Regras do País de Origem e do País em Que os Valores Mobiliários Estão Custodiados	76
<b>5. Gerenciamento de Riscos E Controles Internos</b>	
5.1 - Política de Gerenciamento de Riscos	77
5.2 - Política de Gerenciamento de Riscos de Mercado	82
5.3 - Descrição Dos Controles Internos	83
5.4 - Programa de Integridade	85
5.5 - Alterações significativas	89
5.6 - Outras inf. relev. - Gerenciamento de riscos e controles internos	90
<b>6. Histórico do Emissor</b>	
6.1 / 6.2 / 6.4 - Constituição do Emissor, Prazo de Duração E Data de Registro na Cvm	91
6.3 - Breve Histórico	92
6.5 - Informações de Pedido de Falência Fundado em Valor Relevante ou de Recuperação Judicial ou Extrajudicial	94
6.6 - Outras Informações Relevantes	95
<b>7. Atividades do Emissor</b>	
7.1 - Descrição Das Principais Atividades do Emissor E Suas Controladas	96
7.1.a - Informações específicas de sociedades de economia mista	112
7.2 - Informações Sobre Segmentos Operacionais	113
7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais	116
7.4 - Clientes Responsáveis Por Mais de 10% da Receita Líquida Total	133
7.5 - Efeitos Relevantes da Regulação Estatal Nas Atividades	134
7.6 - Receitas Relevantes Provenientes do Exterior	140
7.7 - Efeitos da Regulação Estrangeira Nas Atividades	141
7.8 - Políticas Socioambientais	142
7.9 - Outras Informações Relevantes	143
<b>8. Negócios Extraordinários</b>	
8.1 - Negócios Extraordinários	144
8.2 - Alterações Significativas na Forma de Condução Dos Negócios do Emissor	145

## Índice

8.3 - Contratos Relevantes Celebrados Pelo Emissor E Suas Controladas Não Diretamente Relacionados Com Suas Atividades Operacionais	146
8.4 - Outras Inf. Relev. - Negócios Extraord.	147
<b>9. Ativos Relevantes</b>	
9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes - Outros	148
9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.a - Ativos Imobilizados	149
9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis	150
9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.c - Participações em Sociedades	165
9.2 - Outras Informações Relevantes	166
<b>10. Comentários Dos Diretores</b>	
10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais	167
10.2 - Resultado Operacional E Financeiro	196
10.3 - Eventos Com Efeitos Relevantes, Ocorridos E Esperados, Nas Demonstrações Financeiras	199
10.4 - Mudanças Significativas Nas Práticas Contábeis - Ressalvas e Ênfases no Parecer do Auditor	200
10.5 - Políticas Contábeis Críticas	203
10.6 - Itens Relevantes Não Evidenciados Nas Demonstrações Financeiras	207
10.7 - Comentários Sobre Itens Não Evidenciados Nas Demonstrações Financeiras	209
10.8 - Plano de Negócios	210
10.9 - Outros Fatores Com Influência Relevante	213
<b>11. Projeções</b>	
11.1 - Projeções Divulgadas E Premissas	217
11.2 - Acompanhamento E Alterações Das Projeções Divulgadas	218
<b>12. Assembléia E Administração</b>	
12.1 - Descrição da Estrutura Administrativa	219
12.2 - Regras, Políticas E Práticas Relativas às Assembleias Gerais	225
12.3 - Regras, Políticas E Práticas Relativas ao Conselho de Administração	230
12.4 - Descrição da Cláusula Compromissória Para Resolução de Conflitos Por Meio de Arbitragem	233

## Índice

12.5/6 - Composição E Experiência Profissional da Administração E do Conselho Fiscal	234
12.7/8 - Composição Dos Comitês	240
12.9 - Existência de Relação Conjugal, União Estável ou Parentesco Até O 2º Grau Relacionadas A Administradores do Emissor, Controladas E Controladores	242
12.10 - Relações de Subordinação, Prestação de Serviço ou Controle Entre Administradores E Controladas, Controladores E Outros	243
12.11 - Acordos, Inclusive Apólices de Seguros, Para Pagamento ou Reembolso de Despesas Suportadas Pelos Administradores	244
12.12 - Outras informações relevantes	245
<b>13. Remuneração Dos Administradores</b>	
13.1 - Descrição da Política ou Prática de Remuneração, Inclusive da Diretoria Não Estatutária	256
13.2 - Remuneração Total do Conselho de Administração, Diretoria Estatutária E Conselho Fiscal	262
13.3 - Remuneração Variável do Conselho de Administração, Diretoria Estatutária E Conselho Fiscal	266
13.4 - Plano de Remuneração Baseado em Ações do Conselho de Administração E Diretoria Estatutária	270
13.5 - Remuneração Baseada em Ações	273
13.6 - Opções em Aberto	274
13.7 - Opções Exercidas E Ações Entregues	275
13.8 - Precificação Das Ações/opções	276
13.9 - Participações Detidas Por Órgão	277
13.10 - Informações Sobre Planos de Previdência Conferidos Aos Membros do Conselho de Administração E Aos Diretores Estatutários	278
13.11 - Remuneração Individual Máxima, Mínima E Média do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária E do Conselho Fiscal	279
13.12 - Mecanismos de Remuneração ou Indenização Para os Administradores em Caso de Destituição do Cargo ou de Aposentadoria	280
13.13 - Percentual na Remuneração Total Detido Por Administradores E Membros do Conselho Fiscal Que Sejam Partes Relacionadas Aos Controladores	281
13.14 - Remuneração de Administradores E Membros do Conselho Fiscal, Agrupados Por Órgão, Recebida Por Qualquer Razão Que Não A Função Que Ocupam	282
13.15 - Remuneração de Administradores E Membros do Conselho Fiscal Reconhecida no Resultado de Controladores, Diretos ou Indiretos, de Sociedades Sob Controle Comum E de Controladas do Emissor	283
13.16 - Outras Informações Relevantes	284
<b>14. Recursos Humanos</b>	
14.1 - Descrição Dos Recursos Humanos	285

## Índice

14.2 - Alterações Relevantes - Recursos Humanos	288
14.3 - Descrição da Política de Remuneração Dos Empregados	289
14.4 - Descrição Das Relações Entre O Emissor E Sindicatos	291
14.5 - Outras Informações Relevantes - Recursos Humanos	292
<b>15. Controle E Grupo Econômico</b>	
15.1 / 15.2 - Posição Acionária	293
15.3 - Distribuição de Capital	314
15.4 - Organograma Dos Acionistas E do Grupo Econômico	315
15.5 - Acordo de Acionistas Arquivado na Sede do Emissor ou do Qual O Controlador Seja Parte	316
15.6 - Alterações Relevantes Nas Participações Dos Membros do Grupo de Controle E Administradores do Emissor	319
15.7 - Principais Operações Societárias	321
15.8 - Outras Informações Relevantes - Controle E Grupo Econômico	326
<b>16. Transações Partes Relacionadas</b>	
16.1 - Descrição Das Regras, Políticas E Práticas do Emissor Quanto À Realização de Transações Com Partes Relacionadas	327
16.2 - Informações Sobre as Transações Com Partes Relacionadas	329
16.3 - Identificação Das Medidas Tomadas Para Tratar de Conflitos de Interesses E Demonstração do Caráter Estritamente Comutativo Das Condições Pactuadas ou do Pagamento Compensatório Adequado	330
16.4 - Outras Informações Relevantes - Transações Com Partes Relacionadas	331
<b>17. Capital Social</b>	
17.1 - Informações Sobre O Capital Social	332
17.2 - Aumentos do Capital Social	333
17.3 - Informações Sobre Desdobramentos, Grupamentos E Bonificações de Ações	334
17.4 - Informações Sobre Reduções do Capital Social	335
17.5 - Outras Informações Relevantes	336
<b>18. Valores Mobiliários</b>	
18.1 - Direitos Das Ações	337

## Índice

18.2 - Descrição de Eventuais Regras Estatutárias Que Limitem O Direito de Voto de Acionistas Significativos ou Que os Obriguem A Realizar Oferta Pública	338
18.3 - Descrição de Exceções E Cláusulas Suspensivas Relativas A Direitos Patrimoniais ou Políticos Previstos no Estatuto	339
18.4 - Volume de Negociações E Maiores E Menores Cotações Dos Valores Mobiliários Negociados	340
18.5 - Outros Valores Mobiliários Emitidos no Brasil	341
18.5.a - Número de Titulares de Valores Mobiliários	342
18.6 - Mercados Brasileiros em Que Valores Mobiliários São Admitidos À Negociação	343
18.7 - Informação Sobre Classe E Espécie de Valor Mobiliário Admitida À Negociação em Mercados Estrangeiros	344
18.8 - Títulos Emitidos no Exterior	345
18.9 - Ofertas Públicas de Distribuição	346
18.10 - Destinação de Recursos de Ofertas Públicas	347
18.11 - Ofertas Públicas de Aquisição	348
18.12 - Outras Inf. Relev. - Val. Mobiliários	349
<b>19. Planos de Recompra/tesouraria</b>	
19.1 - Informações Sobre Planos de Recompra de Ações do Emissor	350
19.2 - Movimentação Dos Valores Mobiliários Mantidos em Tesouraria	351
19.3 - Outras Inf. Relev. - Recompra/tesouraria	352
<b>20. Política de Negociação</b>	
20.1 - Informações Sobre A Política de Negociação de Valores Mobiliários	353
20.2 - Outras Informações Relevantes	354
<b>21. Política de Divulgação</b>	
21.1 - Descrição Das Normas, Regimentos ou Procedimentos Internos Relativos À Divulgação de Informações	355
21.2 - Descrição da política de divulgação de ato ou fato relevante e dos procedimentos relativos à manutenção de sigilo sobre informações relevantes não divulgadas	356
21.3 - Administradores Responsáveis Pela Implementação, Manutenção, Avaliação E Fiscalização da Política de Divulgação de Informações	358
21.4 - Outras Informações Relevantes	359

## 1.0 - Identificação dos responsáveis

**Nome do responsável pelo conteúdo do formulário**

**Marcelo Giovanetti D'Arienzo**

**Cargo do responsável**

Diretor Presidente

**Nome do responsável pelo conteúdo do formulário**

**Alexandre Magno da Cruz Oliveira Filho**

**Cargo do responsável**

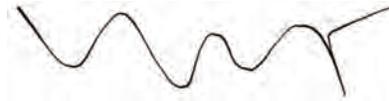
Diretor de Relações com Investidores

## 1.1 – Declaração do Diretor Presidente

### 1.1 - Declaração do Diretor Presidente

Eu, **Marcelo Giovanetti D'Arienzo**, brasileiro, divorciado, administrador, portador da Cédula de Identidade RG nº 33.250.167-x – SSP/SP e inscrito no CPF sob o nº 227.962.378-18, na qualidade de Diretor Presidente da W2W E-Commerce de Vinhos S.A (“Wine” ou “Companhia”) declaro que:

- a. revi todas as informações contidas no Formulário de Referência;
- b. todas as informações contidas no Formulário de Referência atendem ao disposto na Instrução CVM nº 480, em especial aos artigos 14 a 19; e
- c. o conjunto das informações contidas no Formulário de Referência é um retrato verdadeiro, preciso e completo da situação econômico-financeira da Companhia e dos riscos inerentes às suas atividades e dos valores mobiliários por ela emitidos.



---

**Marcelo Giovanetti D'Arienzo**

Diretor Presidente

## 1.2 - Declaração do Diretor de Relações Com Investidores

### 1.2 - Declaração do Diretor de Relações com Investidores

Eu, **Alexandre Magno da Cruz Oliveira Filho**, brasileiro, separado, administrador, portador da Cédula de Identidade RG nº 19.261.45 – SSP/DF e inscrito no CPF sob o nº 974.860.941-34, na qualidade de Diretor de Relações com Investidores da W2W E-Commerce de Vinhos S.A (“Wine” ou “Companhia”) declaro que:

- a. reví todas as informações contidas no Formulário de Referência;
- b. todas as informações contidas no Formulário de Referência atendem ao disposto na Instrução CVM nº 480, em especial aos artigos 14 a 19; e
- c. o conjunto das informações contidas no Formulário de Referência é um retrato verdadeiro, preciso e completo da situação econômico-financeira da Companhia e dos riscos inerentes às suas atividades e dos valores mobiliários por ela emitidos.



---

**Alexandre Magno da Cruz Oliveira Filho**  
Diretor de Relações com Investidores

### **1.3 - Declaração do Diretor Presidente/relações Com Investidores**

#### **1.3 - Declaração do Diretor Presidente / Relações com Investidores**

As declarações do Diretor Presidente e do Diretor de Relações com Investidores já foram apresentadas nos itens 1.1 e 1.2 deste Formulário de Referência.

**2.1/2.2 - Identificação E Remuneração Dos Auditores**

<b>Possui auditor?</b>	SIM		
<b>Código CVM</b>	287-9		
<b>Tipo auditor</b>	Nacional		
<b>Nome/Razão social</b>	Price Waterhouse Coopers Auditores Independentes		
<b>CPF/CNPJ</b>	61.562.112/0001-20		
<b>Data Início</b>	01/01/2012		
<b>Descrição do serviço contratado</b>	<p>(i) Auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas a serem preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de contabilidade International Financial Reporting Standards ("IFRS").</p> <p>(ii) Revisões das informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas contidas no Formulário de Informações Trimestrais ("ITR") referentes aos trimestres findos em 31 de março e 30 de junho de 2020, a serem preparadas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 - Demonstrações Intermediárias e com a norma internacional de contabilidade IAS 34 - Interim Financial Reporting, emitida pelo IASB.</p> <p>(iii) Emissão de carta conforço em conexão com a Oferta Pública Inicial de ações da Companhia.</p>		
<b>Montante total da remuneração dos auditores independentes segregado por serviço</b>	<p>No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, a remuneração dos auditores independentes totalizou o valor de R\$ 156.000,00. No ano calendário de 2020, a remuneração aos auditores independentes foi de R\$ 703.000,00 referente aos trabalhos de revisão fiscal e auditoria adicionais realizados para fins de remissão dos relatórios de auditoria de 2019, 2018 e 2017 e trimestrais relativos ao ano de 2020 em conexão ao lançamento da oferta pública. Em conjunto aos trabalhos realizados para oferta pública, também remuneramos os auditores em 2020 no valor de R\$ 1.045.000,00 para emissão de cartas conforço.</p>		
<b>Justificativa da substituição</b>	Não aplicável.		
<b>Razão apresentada pelo auditor em caso da discordância da justificativa do emissor</b>	Não aplicável.		
<b>Nome responsável técnico</b>	<b>DATA_INICIO_ATUACAO</b>	<b>CPF</b>	<b>Endereço</b>
Carlos Alexandre Peres	01/01/2017	116.814.068-45	Alameda Dr. Carlos de Carvalho, 417, Centro, Curitiba, PR, Brasil, CEP 80410-180, Telefone (41) 38831638, e-mail: carlos.peres@pwc.com

## **2.3 - Outras Informações Relevantes**

### **2.3 - Outras informações relevantes**

Não há outras informações que a Companhia julgue relevante em relação a esta seção 2 que não tenham sido divulgadas nos demais itens deste Formulário de Referência.

O panorama completo Política de Gerenciamento de Riscos incluindo Comitê de Auditoria e Riscos e controles internos pode ser encontrado no item 5 deste formulário.

**3.1 - Informações Financeiras - Consolidado**

(Reais)	Últ. Inf. Contábil (30/06/2020)	Exercício social (31/12/2019)	Exercício social (31/12/2018)	Exercício social (31/12/2017)
Patrimônio Líquido	78.935.000,00	76.242.000,00	9.828.000,00	31.232.000,00
Ativo Total	232.611.000,00	206.042.000,00	178.039.000,00	171.722.000,00
Rec. Liq./Rec. Intermed. Fin./Prem. Seg. Ganhos	146.335.000,00	252.752.000,00	274.419.000,00	262.826.000,00
Resultado Bruto	70.041.000,00	120.911.000,00	132.905.000,00	143.344.000,00
Resultado Líquido	-342.000,00	7.549.000,00	-21.930.000,00	-5.825.000,00
Número de Ações, Ex-Tesouraria (Unidades)	213.056	213.056	159.134	159.134
Valor Patrimonial da Ação (Reais Unidade)	370,490000	357,850000	61,760000	196,260000
Resultado Básico por Ação	-1,610000	35,430000	-137,810000	-36,600000
Resultado Diluído por Ação	-0,01	0,01	137,81	36,60

## 3.2 - Medições Não Contábeis

### 3.2 - Medições não contábeis

As medições não contábeis apresentadas abaixo são, no entendimento da Companhia, as medições mais apropriadas para o melhor entendimento de sua atividade, geração de caixa e desempenho.

#### (a) valor das medições não contábeis

##### **EBITDA, EBITDA Ajustado, Margem EBITDA, a Margem EBITDA Ajustado, a Dívida Bruta e a Dívida Líquida.**

A Companhia divulga ao mercado o EBITDA (*Earnings Before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization*) ou Lucro antes de juros, imposto de renda e contribuição social, depreciações e amortizações. O EBITDA é uma medida não contábil elaborada pela Companhia em consonância com a Instrução da CVM nº 527, de 4 de outubro de 2012 ("Instrução CVM 527"), conciliada com suas demonstrações financeiras e consiste no lucro (prejuízo) líquido acrescido pelo resultado financeiro líquido, pelo imposto de renda e contribuição social e pelas depreciações e amortizações.

O EBITDA não é uma medida de desempenho financeiro segundo as Práticas Contábeis Adotadas no Brasil ou pelas Normas Internacionais de Relatório Financeiro - *International Financial Reporting Standards* ("IFRS"), emitidas pelo *International Accounting Standard Board* ("IASB"), e não deve ser considerado como alternativa ao lucro líquido, como indicador de desempenho operacional, como alternativa ao fluxo de caixa operacional, ou como indicador de liquidez. O EBITDA não possui um significado padrão e a nossa definição de EBITDA pode não ser comparável com as definições de EBITDA utilizadas por outras companhias.

Em razão de nosso cálculo do EBITDA não considerar o imposto de renda e a contribuição social, as receitas (despesas) financeiras, a depreciação e a amortização, o EBITDA funciona como um indicador de nosso desempenho econômico geral, que não é afetado por alterações das alíquotas do imposto de renda e da contribuição social, flutuações das taxas de juros, dos níveis de depreciação e amortização.

Consequentemente, acreditamos que o EBITDA funciona como uma ferramenta comparativa significativa para mensurar, periodicamente, o nosso desempenho operacional, bem como para embasar determinadas decisões de natureza administrativa. Acreditamos que o EBITDA permite um melhor entendimento não apenas do nosso desempenho financeiro, mas também da nossa capacidade de pagamento dos juros e principal da nossa dívida e para contrair mais dívidas para financiar os nossos dispêndios de capital e o nosso capital de giro.

O EBITDA Ajustado refere-se ao EBITDA excluindo as perdas ou ganhos na alienação/baixa de ativos não financeiros, gastos legais com consultorias direcionadas a projetos estratégicos e reorganização societários, custos de reestruturação, *impairment*, perdas e ganhos tributários.

A Margem EBITDA é calculada pelo EBITDA dividido pela receita líquida de vendas e a Margem EBITDA Ajustado é calculada pelo EBITDA ajustado dividido pela receita líquida de vendas.

Por não serem medições de desempenho financeiro de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, nem pelas Normas Internacionais de Relatório Financeiro - *International Financial Reporting Standards* ("IFRS"), emitidas pelo *International Accounting Standard Board* ("IASB"), o EBITDA, a Margem EBITDA, o EBITDA Ajustado e a Margem EBITDA Ajustado, não são auditadas ou revisadas pelos auditores independentes da Companhia, e não devem ser considerados como alternativas às demonstrações contábeis.

### 3.2 - Medições Não Contábeis

A Dívida Bruta corresponde à soma dos saldos de Empréstimos e Financiamentos circulante e debêntures circulante e não circulante. A Dívida Líquida é obtida a partir da subtração dos saldos de Caixa e Equivalentes de Caixa e de Aplicações Financeiras da Dívida Bruta.

Seguem abaixo os valores do EBITDA, do EBITDA Ajustado, da Margem EBITDA e da Margem EBITDA Ajustado, da dívida bruta e da dívida líquida da Companhia para os três últimos exercícios sociais, bem como para os períodos de seis meses findos em 30 de junho de 2020 e 2019 e exercícios de 2019, 2018 e 2017.

(em milhares de R\$, exceto os índices)	Período de seis meses findo em 30 de junho de		Exercício social encerrado em 31 de dezembro de		
	2020	2019	2019	2018	2017
EBITDA	11.208	(4.905)	8.666	(13.392)	2.957
Margem EBITDA	7,7%	(4,2%)	3,4%	(4,9%)	1,1%
EBITDA Ajustado	12.368	(5.215)	(13.272)	(7.089)	9.887
Margem EBITDA Ajustado	8,5%	(4,5%)	(5,3%)	(2,6%)	3,8%

(em milhares de R\$, exceto os índices)	Período de seis meses findo em 30 de junho de 2020	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de		
		2019	2018	2017
Dívida Bruta	31.970	21.684	74.313	66.034
Dívida Líquida	9.770	14.927	68.431	29.803

### 3.2 - Medições Não Contábeis

#### (b) conciliações entre os valores divulgados e os valores das demonstrações contábeis auditadas

#### EBITDA, Margem EBITDA, EBITDA Ajustado e Margem EBITDA Ajustado, Dívida Bruta e Dívida Líquida.

A tabela a seguir apresenta uma reconciliação de nosso EBITDA, EBITDA Ajustado, Margem EBITDA, Margem EBITDA Ajustado ao nosso lucro (prejuízo) líquido, Dívida Bruta e Dívida Líquida.

(em milhares de R\$, exceto porcentagens)	Período de seis meses findo em		Exercício Social encerrado em 31 de dezembro de		
	2020	2019	2019	2018	2017
<b>Lucro (prejuízo) líquido</b>	<b>(342)</b>	<b>(13.695)</b>	<b>7.549</b>	<b>(21.930)</b>	<b>(5.825)</b>
(+) Resultado financeiro líquido	5.346	3.006	(9.841)	2.372	3.077
(+) Imposto de renda e contribuição social	181	(257)	(497)	682	416
(+) Depreciação e amortização	6.023	6.042	11.455	5.485	5.289
<b>EBITDA (1)</b>	<b>11.208</b>	<b>(4.905)</b>	<b>8.666</b>	<b>(13.392)</b>	<b>2.957</b>
(+) Perdas/(ganhos) da alienação/baixa de ativos não financeiros	-	(589)	6.988	2.907	5.714
(+) Gastos Legais	757	85	452	1.349	-
(+) Custos de Reestruturação		194	1.802	1.958	
(+) <i>Impairment</i>					3.699
(+) Perdas/(ganhos) tributários	403	-	(31.180)	88	(2.483)
<b>EBITDA Ajustado (2)</b>	<b>12.368</b>	<b>(5.215)</b>	<b>(13.272)</b>	<b>(7.089)</b>	<b>9.887</b>
<b>Margem EBITDA (3)</b>	<b>7,7%</b>	<b>(4,2%)</b>	<b>3,4%</b>	<b>(4,9%)</b>	<b>1,1%</b>
<b>Margem EBITDA Ajustado (4)</b>	<b>8,5%</b>	<b>(4,5%)</b>	<b>(5,3%)</b>	<b>(2,6%)</b>	<b>3,8%</b>
<b>Receita operacional líquida</b>	<b>146.335</b>	<b>115.769</b>	<b>252.752</b>	<b>274.419</b>	<b>262.826</b>
<b>Empréstimos e financiamentos</b>	<b>31.970</b>	<b>-</b>	<b>21.684</b>	<b>9.873</b>	<b>3.379</b>
<b>Debêntures</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>64.440</b>	<b>62.655</b>
<b>Dívida Bruta</b>	<b>31.970</b>	<b>-</b>	<b>21.684</b>	<b>74.313</b>	<b>66.034</b>
<b>(-) Caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>(22.200)</b>	<b>-</b>	<b>(6.757)</b>	<b>(5.882)</b>	<b>(36.231)</b>
<b>Dívida Líquida</b>	<b>9.770</b>	<b>-</b>	<b>14.927</b>	<b>68.431</b>	<b>29.803</b>

(1) EBITDA - Conforme Instrução CVM 527, o EBITDA é igual Resultado líquido do período, acrescido dos tributos sobre o lucro, das despesas financeiras líquidas das receitas financeiras e das depreciações, amortizações e exaustões;

(2) EBITDA Ajustado - refere-se ao lucro ou prejuízo líquido, acrescido do resultado financeiro, do imposto de renda e contribuição social sobre o lucro, e dos custos e despesas de depreciação e amortização excluindo as perdas ou ganhos na alienação de ativos, gastos legais, custos de reestruturação e perdas ou ganhos tributários, informados a seguir letra (c);

(3) Margem EBITDA - refere-se ao valor do EBITDA dividido pela Receita Operacional Líquida;

(4) Margem EBITDA Ajustado - refere-se ao EBITDA Ajustado dividido pela Receita Operacional Líquida

#### (c) motivo pelo qual tal medição é mais apropriada para a correta compreensão da sua condição financeira e do resultado de suas operações

A Companhia entende que as medidas de EBITDA, Margem EBITDA, o EBITDA Ajustado e a Margem EBITDA Ajustado são utilizadas pelo mercado como informações adicionais às

### 3.2 - Medições Não Contábeis

demonstrações financeiras e não devem ser utilizadas em substituição aos resultados auditados. Desta forma, as informações são utilizadas com o objetivo de medir o desempenho da Companhia, já que estas medidas são comumente utilizadas pelo mercado financeiro e de capitais, permitindo assim maior comparabilidade de negócios semelhantes ao da Companhia.

#### **EBITDA**

A Administração da Companhia entende que o EBITDA é um indicador importante para a análise do desempenho econômico operacional da Companhia em função de ser afetado por (i) flutuações nas taxas de juros, (ii) alterações da carga tributária do imposto de renda e da contribuição social, bem como, pelos níveis de depreciação e amortização, sendo normalmente utilizado por investidores e analistas de mercado.

#### **Margem EBITDA**

Margem EBITDA é provavelmente a métrica mais conhecida e utilizada para análise dos resultados das companhias. Demonstra, em termos relativos, o desempenho das atividades ligadas ao negócio e permite a comparabilidade entre períodos diversos.

#### **EBITDA Ajustado e Margem EBITDA Ajustado**

A Companhia apresenta o EBITDA Ajustado e a Margem EBITDA Ajustado como forma de avaliação do seu desempenho financeiro operacional, pois é uma medida não contábil de resultado que elimina efeitos não recorrentes do resultado. Desta forma, expurga efeitos que não fazem parte da rotina de negócio e que foram pontuais ao resultado. O EBITDA Ajustado, justamente efetua a exclusão de itens não recorrentes compostos por perdas ou ganhos na alienação de ativos, gastos legais, custos de reestruturação e perdas ou ganhos tributários com a finalidade de permitir analisar o resultado operacional da Companhia.

Para fins de mensuração e comparação do EBITDA Ajustado, a Companhia exclui os efeitos de recuperações ou perdas tributárias que não sejam decorrentes da operação e do período ou exercício social. O total das perdas tributárias no período de seis meses findo em 30 de junho de 2020 foi de R\$ 0,4 milhões, referente ao auto de infração expedido pelo estado de MG referente aos anos calendários de 2016 e de 2017. A Companhia entende não se tratar de um evento regular em suas operações a cobrança imposta. No exercício social encerrado em 31 dezembro de 2019, a Companhia procedeu com a contabilização de ganho no valor de R\$ 27,3 milhões referente ao valor de principal na ação relacionada ao ICMS na base do PIS e COFINS, a qual teve seu trânsito julgado em 23 de janeiro de 2019. Ainda dentro do exercício de 2019, a Companhia contabilizou créditos extemporâneos de PIS e COFINS no montante de R\$ 3,9 milhões. No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, a Companhia teve como perda tributária o lançamento de R\$ 0,1 milhões em auto de infração ao Estado do Rio de Janeiro. No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017 a Companhia procedeu com a contabilização de créditos extemporâneos de PIS e COFINS no valor de R\$ 2,5 milhões.

As alienações/baixas de ativos referem se a resultados com vendas de investimentos, baixa de investimentos e perdas que não estejam relacionados ao negócio da Companhia. O período encerrado em 31 dezembro de 2019, a Companhia procedeu com a baixa dos valores de R\$ 3,5 milhões investidos em tecnologia para mudança de ERP e Plataforma de E-commerce da empresa Oracle, decidindo encerrar o projeto. Neste mesmo exercício a Companhia baixou como despesas pela alienação de ativos os valores a título de contas a receber pela alienação de Mocoffee e Baixa de Beer no montante de R\$ 3,4 milhões. O período encerrado em 31 de Dezembro de 2018, a

### 3.2 - Medições Não Contábeis

Companhia realizou a baixa do valor investido na marca “Jorge e Matheus” para comercialização do clube de cervejas, montante de R\$ 0,8 milhões bem como os custos para distrato com antigo sócio fundador da Clubeer no valor de R\$ 2,1 milhões. O período encerrado em 31 de Dezembro de 2017 a Companhia procedeu com a baixa pela alienação dos investimentos Mocoffee no valor de R\$ 5,7 milhões.

A Companhia realizou o impairment do ágio do investimento Santiago e Lemos Comercio de Bebidas no valor de R\$ 3,7 milhões, este investimento havia sido incorporado anteriormente com a consequente extinção da entidade incorporadora e não prevendo mais expectativa de realização, a Companhia realizou a baixa por impairment.

Os ajustes de gastos legais são consultorias realizadas nos processos de M&A e a linha custos de reestruturação são despesas com reorganização societária ou demais projetos de reestruturação que não estejam relacionados às atividades geradoras de caixa da Companhia. No período de seis meses findo em 30 de Junho de 2020 a Companhia contratou consultorias estratégicas no montante R\$ 0,8 milhões. O período encerrado em 31 dezembro de 2019, a Companhia realizou plano de reestruturação de quadro funcional bem como seus administradores, somando um momento de gasto R\$ 1,8 milhões. Ainda para o período a Companhia contratou consultorias estratégicas societárias e tributárias para ações extraordinárias ao negócio no valor de R\$ 0,5 milhões. O período encerrado em 31 de Dezembro de 2018, a Companhia realizou um grande trabalho de análise de estrutura e do seu negócio, o montante de R\$ 1,3 milhão foi gasto com consultorias estratégicas e R\$ 2,0 milhões o custo com indenizações para reestruturação do quadro funcional.

#### Dívida Bruta e Dívida Líquida

Tendo em vista que a Dívida Bruta consiste na consolidação dos Empréstimos e Financiamentos circulantes e não circulantes, o referido indicador permite a avaliação do endividamento financeiro total da Companhia. A Dívida Líquida, por sua vez, é um indicador de desempenho econômico que permite a avaliação dos endividamentos financeiros, e é calculada pela subtração do saldo do caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários e outros ativos financeiros (circulantes e não circulantes) da dívida bruta.

### 3.3 - Eventos Subsequentes às Últimas Demonstrações Financeiras

#### 3.3 - Eventos subsequentes às últimas demonstrações financeiras

##### COVID-19

Em março de 2020, a Organização Mundial de Saúde (OMS) declarou a pandemia de COVID-19, doença causada pelo novo coronavírus (Sars-Cov-2), devido à propagação da doença em diversos continentes, o que estimulou os governos a criarem medidas para contenção da contaminação pelo vírus.

No Brasil, medidas como isolamento social foram utilizadas, o que gerou impacto na economia. Com a publicação do Decreto Federal nº 10.282/2020 que regulamenta os serviços públicos e atividades essenciais no cenário da pandemia por COVID-19, bebidas e alimentos foram previstos como essenciais, não ocorrendo interrupção do negócio no *e-commerce*.

Até o presente momento a Companhia não sofreu efeitos adversos provenientes do COVID-19, no entanto, a Companhia entende que efeitos futuros podem ocorrer de forma direta ou indireta em nossos negócios e condições financeiras. Caso o cenário macroeconômico de desemprego e disponibilidade de renda se deteriore, o consumo das famílias pode ser afetado e, considerando o vinho um item não essencial ele pode ser retirado da cesta de compras, gerando um impacto negativo em faturamento. Apesar das medidas de mitigação, descritas no item 10.9 deste Formulário de Referência, podemos ser impactados por atrasos de importação em virtude de fechamentos de portos ou ainda incorrer em um fechamento temporário de nosso centro de distribuição em caso de uma contaminação em massa de nossos colaboradores. O Comitê de crise instalado para fins do COVID-19 mantém um monitoramento ativo da saúde dos colaboradores e das medidas de proteção.

A Companhia tem acompanhado o câmbio e a retração econômica com ações de proteção através de contratação de instrumentos financeiros. O instrumento utilizado para proteção patrimonial é o NDF (*Non Deliverable Forward*), que é um contrato a termo de moedas, negociado em mercado de balcão, cujo objetivo é fixar, antecipadamente, uma taxa de câmbio em uma data futura. De acordo com sua política, a companhia avalia sua exposição cambial de acordo com os saldos em moeda estrangeira nas aquisições de suas mercadorias, além da revisão de portfólio de produtos com negociação de descontos e extensão de prazos adicionais de pagamento junto aos fornecedores, de modo a proteger o seu caixa e margens dos produtos.

Apesar da situação de pandemia da COVID-19, a Companhia deu continuidade ao projeto de expansão das suas lojas físicas, inaugurando 3 novos pontos de venda em 2020 nas seguintes cidades: Curitiba em maio de 2020, São Paulo e Porto Alegre, ambas em setembro de 2020. As lojas estão atualmente funcionando de acordo com as orientações, determinações e normas de cada município, além de reforço de todos os protocolos de higiene e distanciamento recomendados pela Organização Mundial de Saúde (OMS) com o objetivo de garantir a saúde dos colaboradores e clientes.

Não podemos prever completamente os efeitos diretos e indiretos da pandemia da COVID-19 em nossos negócios e condições financeiras, mas cobrimos os principais riscos mapeados neste relatório nos itens “4.1 - Descrição dos fatores de risco” e de forma mais detalhada no item “10.9 - Outros fatores com influência relevante”.

### 3.4 - Política de Destinação Dos Resultados

#### 3.4 - Política de destinação dos resultados

	Exercício social encerrado em 31.12.2019	Exercício social encerrado em 31.12.2018	Exercício social encerrado em 31.12.2017
<b>a. regras sobre retenção de lucros</b>	<p>Segundo a Lei das Sociedades por Ações, o Acordo de Acionistas e o Estatuto Social da Companhia, o lucro líquido será apurado mediante dedução, do resultado do exercício, dos prejuízos acumulados de exercícios anteriores (se houver) e de qualquer provisão de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro. Do lucro líquido do exercício, 5% serão destinados para a constituição da Reserva Legal até o limite de 20% do capital social, sendo que a Companhia poderá resolver não aportar valor à Reserva Legal em qualquer exercício fiscal em que o saldo do mesmo, somado às reservas de capital, conforme previsto no artigo 182, § 1º da Lei das Sociedades por Ações, exceder 30% do capital social. Após a constituição da Reserva Legal, o lucro que remanescer, ajustado pela constituição de reserva para contingências e a respectiva reversão, se for o caso, será distribuído na seguinte ordem: (i) 0,5%, será destinado para o pagamento do dividendo obrigatório devido aos acionistas; e (ii) o restante do saldo de lucros deverá ser destinado para as reservas estatutárias de investimento que deverão ter montante máximo do capital social. Caso as reservas estatutárias ultrapassem o valor do capital social, tal excesso deverá ser destinado à conta de capital, mediante aumento deste sem a emissão de novas ações.</p>		
<b>a.i. valores das retenções de lucros</b>	Não houve		
<b>a.ii. percentuais em relação aos lucros totais declarados</b>	Não houve		
<b>b. regras sobre distribuição de dividendos</b>	<p>Os dividendos são distribuídos conforme deliberação da Assembleia Geral Ordinária. A Companhia poderá levantar balanços semestrais, trimestrais ou em períodos menores e, por deliberação da Assembleia Geral, declarar dividendos à conta do lucro apurado nesses balanços, bem como declarar dividendos intermediários ou intercalares à conta de lucros acumulados ou reservas constantes do último balanço anual ou semestral, obedecidos os limites legais.</p>		
<b>c. periodicidade das distribuições de dividendos</b>	<p>Em regra, os dividendos são distribuídos anualmente, conforme deliberação da Assembleia Geral Ordinária, podendo também ser declarados dividendos intermediários ou intercalares à conta de lucros acumulados ou reservas constantes do último balanço anual ou semestral, obedecidos os limites legais.</p>		

**3.4 - Política de Destinação Dos Resultados**

<p><b>d. eventuais restrições à distribuição de dividendos impostas por legislação ou regulamentação especial aplicável ao emissor, assim como contratos, decisões judiciais, administrativas ou arbitrais</b></p>	<p>A Companhia não teve quaisquer restrições impostas por contratos, decisões judiciais, administrativas ou arbitrais às distribuições de dividendos.</p>
<p><b>e. Política de destinação de resultados formalmente aprovada, informando órgão responsável pela aprovação, data da aprovação e, caso o emissor divulgue a política, locais na rede mundial de computadores em que o documento pode ser consultado</b></p>	<p>A Companhia não possui uma política de destinação de resultados formalmente aprovada.</p>

### 3.5 - Distribuição de Dividendos E Retenção de Lucro Líquido

(Reais)	Últ. Inf. Contábil	Exercício social 31/12/2019	Exercício social 31/12/2018	Exercício social 31/12/2017
Lucro líquido ajustado	0,00	7.549.000,00	-21.930.000,00	-5.825.000,00
Dividendo distribuído em relação ao lucro líquido ajustado (%)	0,000000	0,000000	0,000000	0,000000
Taxa de retorno em relação ao patrimônio líquido do emissor (%)	0,000000	0,099014	-2,231380	-0,186507
Dividendo distribuído total	0,00	0,00	0,00	0,00
Lucro líquido retido	0,00	7.549.000,00	-21.930.000,00	-5.825.000,00
Data da aprovação da retenção				

Lucro líquido retido	Montante	Pagamento dividendo	Montante	Pagamento dividendo	Montante	Pagamento dividendo
Ordinária	0,00		0,00		0,00	

### **3.6 - Declaração de Dividendos À Conta de Lucros Retidos ou Reservas**

#### **3.6 - Declaração de dividendos à conta de lucros retidos ou reservas**

No período de seis meses findo em 30 de junho de 2020 e nos últimos três exercícios sociais, a Companhia não declarou dividendos à conta de lucros retidos ou de reservas constituídas em exercícios sociais anteriores.

**3.7 - Nível de Endividamento**

<b>Exercício Social</b>	<b>Soma do Passivo Circulante e Não Circulante</b>	<b>Tipo de índice</b>	<b>Índice de endividamento</b>	<b>Descrição e motivo da utilização de outro índice</b>
<b>30/06/2020</b>	153.676.000,00	Índice de Endividamento	1,94686768	
<b>31/12/2019</b>	129.800.000,00	Índice de Endividamento	1,70247370	
<b>30/06/2020</b>	0,00	Outros índices	13,74397599	O endividamento geral, em 30 de junho de 2020, é calculado pela divisão da dívida bruta pelo ativo total, multiplicado por 100. A dívida bruta total consiste na consolidação dos empréstimos e financiamentos circulantes e não circulantes. A companhia entende que utilização deste índice permite mensurar a proporção total do seu endividamento em relação ao seu ativo total que está sendo financiado.
<b>31/12/2019</b>	0,00	Outros índices	10,52406791	O endividamento geral, em 31 de dezembro de 2019, é calculado pela divisão da dívida bruta pelo ativo total, multiplicado por 100. A dívida bruta total consiste na consolidação dos empréstimos e financiamentos circulantes e não circulantes. A companhia entende que utilização deste índice permite mensurar a proporção total do seu endividamento em relação ao seu ativo total que está sendo financiado.

**3.8 - Obrigações**

<b>Últ. Inf. Contábil (30/06/2020)</b>							
Type de Obrigação	Type de Garantia	Outras garantias ou privilégios	Inferior a um ano	Um a três anos	Três a cinco anos	Superior a cinco anos	Total
Empréstimo	Outras garantias ou privilégio	Alienação Fiduciária de Recebíveis	31.970.000,00	0,00	0,00	0,00	31.970.000,00
<b>Total</b>			<b>31.970.000,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>31.970.000,00</b>
<b>Observação</b>							
O detalhamento das obrigações e estrutura da dívida da Companhia estão descritos no item 10.1 abaixo.							

<b>Exercício social (31/12/2019)</b>							
Type de Obrigação	Type de Garantia	Outras garantias ou privilégios	Inferior a um ano	Um a três anos	Três a cinco anos	Superior a cinco anos	Total
Empréstimo	Outras garantias ou privilégio	Alienação Fiduciária de Recebíveis	21.684.000,00	0,00	0,00	0,00	21.684.000,00
<b>Total</b>			<b>21.684.000,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>21.684.000,00</b>
<b>Observação</b>							
O detalhamento das obrigações e estrutura da dívida da Companhia estão descritos no item 10.1 abaixo.							

### **3.9 - Outras Informações Relevantes**

#### **3.9 - Outras informações relevantes**

Não há outras informações que a Companhia julgue relevante em relação a esta seção 3 que não tenham sido divulgadas nos demais itens deste Formulário de Referência.

## 4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

### 4.1 - Descrição dos fatores de risco

O investimento nos valores mobiliários de emissão da Companhia envolve a exposição a determinados riscos. Antes de tomar qualquer decisão de investimento em qualquer valor mobiliário de emissão da Companhia, os potenciais investidores devem analisar cuidadosamente todas as informações contidas neste Formulário de Referência, os riscos mencionados abaixo e as demonstrações financeiras da Companhia e respectivas notas explicativas. Os negócios atuais e futuros, situação financeira, resultados operacionais, fluxo de caixa, liquidez, reputação e demais indicadores financeiros e não financeiros da Companhia poderão ser afetados de maneira adversa por qualquer dos fatores de risco descritos a seguir.

Os riscos descritos abaixo são aqueles que, na data deste Formulário de Referência, podem afetar a Companhia. Os negócios, situação financeira, resultados operacionais, fluxo de caixa, liquidez e/ou negócios futuros da Companhia poderão ser afetados de maneira adversa por qualquer dos fatores de risco descritos a seguir. Além disso, riscos adicionais não conhecidos ou considerados irrelevantes pela Companhia na data deste Formulário de Referência também poderão afetar a Companhia adversamente. O preço de mercado dos valores mobiliários de emissão da Companhia poderá diminuir em razão da ocorrência de qualquer desses e/ou de outros fatores de risco, hipóteses em que poderá haver perda no investimento nos valores mobiliários de emissão da Companhia aos seus titulares.

As referências a “Emissor”, “Companhia” ou “nós”, constantes deste item 4.1, devem ser interpretadas como referência à Companhia e suas controladas, exceto se o contexto exigir de outra maneira. Para os fins desta seção “4. Fatores de Risco”, exceto se expressamente indicado de maneira diversa ou se o contexto assim o exigir, a menção ao fato de que um risco, incerteza ou problema poderá causar ou ter ou causará ou terá “efeito adverso” ou “efeito negativo” para a Companhia, ou expressões similares, significa que tal risco, incerteza ou problema poderá ou poderia causar efeito adverso relevante na Companhia, na participação no mercado, na sua reputação, nos negócios atuais e futuros, situação financeira, resultados operacionais, fluxo de caixa, liquidez e demais indicadores financeiros e não financeiros da Companhia, bem como no preço dos valores mobiliários de emissão da Companhia. Expressões similares incluídas nesta seção “4. Fatores de Risco” devem ser compreendidas nesse contexto.

Não obstante a subdivisão desta seção “4. Fatores de Risco”, determinados fatores de risco que estejam em um item podem também se aplicar a outros itens.

#### (a) Companhia

**O surto de doenças transmissíveis em todo o mundo, como o atual coronavírus (COVID-19), impactou e pode continuar impactando nossas operações, canais de venda e fluxos de caixa, bem como pode levar a uma maior volatilidade no mercado de capitais global e resultar em pressão negativa sobre a economia mundial e a economia brasileira, impactando o mercado de negociação das ações de emissão da Companhia. A pandemia também poderá aumentar significativamente os efeitos adversos dos outros fatores de riscos descritos nesta seção.**

Em 11 de março de 2020, a OMS decretou a pandemia decorrente da COVID-19, cabendo aos países membros estabelecerem as melhores práticas para as ações preventivas e de tratamento aos infectados. Como consequência, o surto da COVID-19 resultou em medidas restritivas relacionadas ao fluxo de pessoas impostas pelos governos de diversos países em face da ampla e corrente disseminação do vírus, incluindo quarentena e lockdown ao redor do mundo. Como consequência de tais medidas, os países impuseram restrições a viagens e transportes públicos, fechamento

#### 4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

prolongado de locais de trabalho, interrupções na cadeia de suprimentos, fechamento do comércio e redução de consumo de uma maneira geral pela população.

As medidas descritas acima aliadas às incertezas provocadas pelo surto da COVID-19 tiveram um impacto adverso na economia e no mercado de capitais global, incluindo no Brasil, inclusive causando oito paralisações (circuit-breakers) das negociações na B3 durante o mês de março de 2020. A cotação da maioria dos ativos negociados na B3 foi adversamente afetada em razão do surto da COVID-19. Impactos semelhantes aos descritos acima podem voltar a ocorrer, provocando a oscilação dos ativos negociados na B3.

Desde o início da pandemia, as operações da Companhia foram impactadas por essa nova realidade. Podemos ter uma contaminação em massa que forçaria um fechamento temporário de nosso centro de distribuição com consequentes atrasos em entregas, perda de receita e insatisfações por parte de nossos consumidores.

Nossos produtos são, em sua grande maioria, importados e, portanto, dependentes do correto funcionamento de logística de importação e desembaraço tanto em território nacional quanto nos países de origem dos nossos produtos. Eventuais paralisações nesta cadeia podem reduzir a disponibilidade de itens em nosso portfólio com efeito negativo em vendas e prejudicar nossos inventários.

Adicionalmente, a Companhia adotou uma política de teletrabalho para seus funcionários e colaboradores, os quais em sua grande maioria, na data deste Formulário de Referência, ainda operam de forma remota. Essa política pode afetar negativamente a produtividade e causar outras interrupções e atrasos nos negócios da Companhia.

O impacto da pandemia da COVID-19 em nossos negócios potencializa o efeito dos demais riscos aos quais a Companhia está exposta, podendo afetar significativamente nossos resultados operacionais e fluxo de caixa. Até o presente momento não é possível determinar o tempo de duração do cenário pandêmico. Além disso, a pandemia da COVID-19 pode afetar adversamente as condições econômicas gerais e o setor de comércio, considerando potenciais impactos nos níveis de emprego e renda e na capacidade e hábitos de consumo da população em geral, incluindo, mas não se limitando, aos impactos descritos nos itens abaixo:

(i) as tendências e perspectivas econômicas gerais, de capital, investimentos e recursos financeiros ou posição de liquidez; (ii) o impacto nas nossas operações futuras; (iii) o impacto em nossas despesas ou acesso a recursos de capital e financiamento, (iv) o surgimento de contingências relevantes relacionadas à COVID-19; (v) como a COVID-19 irá afetar os ativos em nosso balanço patrimonial e a nossa capacidade de registrar oportunamente tais ativos; (vi) a antecipação de quaisquer perdas relevantes, aumentos nas provisões de perdas em operações de crédito, encargos de reestruturação ou outras despesas; (vii) quaisquer alterações na aplicação de julgamentos contábeis devido a dados novos ou revisados; (viii) o valor total da redução na demanda por bens e serviços e interrupções dos canais de venda; (ix) o impacto em nossa cadeia de fornecimentos; (x) o impacto na relação entre custos e receitas; (xi) a incerteza econômica e social geral, incluindo o aumento nas taxas de juros, as variações nas taxas de câmbio, a inflação e o desemprego; (xii) o impacto da pandemia da COVID-19 em nossa capacidade de cumprir as obrigações relacionadas ao nosso endividamento; e (xiii) outros impactos e consequências imprevistas.

A pandemia também pode causar interrupções materiais em nossos negócios e operações no futuro como resultado de, por exemplo, quarentenas, ataques cibernéticos, absentismo de funcionários

## 4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

como resultado de doenças ou outros fatores, como medidas de distanciamento social, viagens ou outras restrições. Se uma porcentagem significativa de nossa força de trabalho não puder trabalhar, inclusive por motivo de doença ou devido a viagens ou restrições governamentais relacionadas à pandemia, nossas operações poderão ser afetadas adversamente. Um longo período de trabalho remoto também pode aumentar os riscos que enfrentamos, incluindo, entre outros, riscos de segurança cibernética e proteção de dados, que podem prejudicar nossa capacidade de gerenciar e operar nossos negócios.

Na medida em que a pandemia da COVID-19 afeta adversamente nossos resultados financeiros e de negócios, ela também pode ter o efeito de aumentar muitos dos outros riscos descritos nesta seção “Fatores de risco”, como aqueles relacionados ao nosso nível de endividamento, nossa necessidade de gerar fluxos de caixa suficientes para atender nosso endividamento.

Qualquer surto de uma doença que afete o comportamento das pessoas e exija políticas públicas que restrinjam o movimento de pessoas e / ou contato social pode ter um impacto adverso em nossos negócios e na economia brasileira. Os surtos de doenças também podem impossibilitar nossos funcionários de irem às nossas instalações (inclusive como resultado de medidas preventivas ou devido à contaminação em larga escala de nossos funcionários, o que nos impediria de operar nossos negócios normalmente. Não podemos garantir que outros surtos regionais e/ou globais não ocorram, no caso de ocorrência de outros surtos e/ou pandemias, não podemos garantir que seremos capazes de impedir um impacto negativo igual ou superior ao impacto causado pela pandemia da COVID-19.

Qualquer mudança material nos nossos negócios, nos mercados financeiros ou na economia brasileira como resultado desses eventos mundiais pode diminuir o interesse de investidores nacionais e estrangeiros em valores mobiliários de emissores brasileiros, e/ou nos valores mobiliários de emissão da Companhia, o que pode afetar adversamente o preço de mercado de tais valores mobiliários e também pode dificultar o acesso ao mercado de capitais e financiamento das operações da Companhia no futuro em termos aceitáveis.

**Falhas de segurança da informação/privacidade/vírus com acesso não autorizado aos sistemas aplicativos, cibersegurança, banco de dados, servidores de rede e/ou dispositivos de comunicação, devido a controles de segurança lógica deficientes ou inexistentes podem prejudicar a reputação da Companhia e afetar adversamente o nosso resultado.**

As operações da Companhia dependem da funcionalidade, disponibilidade, integridade e estabilidade operacional de vários centros e sistemas de dados, incluindo o funcionamento das suas plataformas eletrônicas (sites, aplicativos e extensão para navegadores de internet), de sistemas de crédito, logística e comunicação e vários softwares usados para controlar estoques e gerar relatórios de desempenho financeiro.

Dependemos da funcionalidade, disponibilidade, integridade e estabilidade operacional dos nossos sistemas de tecnologia da informação, compreendendo nossos servidores, softwares e licenças. Contamos com os nossos sistemas de tecnologia da informação para processar, transmitir e armazenar dados eletrônicos, bem como para nos comunicar com consumidores e fornecedores.

No período de seis meses encerrado em 30 de junho de 2020, aproximadamente 97% da nossa receita bruta decorreu de vendas de produtos através de nossa plataforma eletrônica.

As vendas em nossas lojas são gerenciadas com base em sistemas de informação diversos. Assim, nossas operações dependem de sistemas de informação que processam os dados necessários para

## 4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

o gerenciamento das nossas atividades e para nossa contabilidade. Problemas na operação ou administração desses sistemas, bem como a impossibilidade de atualizá-los de maneira constante e satisfatória, podem causar sua interrupção ou mau funcionamento.

Na hipótese de falhas ou interrupção de seus sistemas, a Companhia pode perder dados ou pode ser incapaz de realizar transações comerciais e, com isso, deixar de auferir receitas de vendas, o que impactaria de forma adversa os seus resultados.

Além disso, as tecnologias de autenticação eletrônica e criptografia são desenvolvidas por terceiros e podemos estar expostos a usos impróprios, ilegais ou vendas fraudulentas. Avanços tecnológicos, novas descobertas no campo da criptografia ou outros desenvolvimentos poderão resultar na exposição de falhas nas tecnologias que utilizamos para proteger dados pessoais fornecidos pelos clientes durante as operações de compra.

Ainda, nós estamos suscetíveis a usos impróprios ou ilegais, incluindo vendas fraudulentas e ilícitas nos meios de pagamento aceito por nós, bem como fraudes bancárias, que podem resultar em perdas financeiras da Companhia. Adicionalmente problemas nos nossos sistemas de tecnologia da informação, ou a impossibilidade de atualizá-los constantemente, poderão impactar adversamente as nossas operações e o nosso controle de estoque.

Armazenamos nosso banco de dados, que contém informações demográficas e de vendas de cada um de nossos clientes, em “nuvem” em nossa intranet, que está sujeita a ataques externos de usuários de redes públicas. Qualquer comprometimento de nossa segurança poderá prejudicar a nossa reputação e nossa marca e nos expor a situações de litígio, nas quais poderemos ser obrigados a indenizar a parte prejudicada, afetando, assim, negativamente o nosso negócio e os resultados das nossas operações. Ademais, qualquer pessoa capaz de burlar as nossas medidas de segurança poderá se apropriar de informações confidenciais ou causar interrupções em nossas operações.

Nossa criptografia de dados e outras medidas de proteção podem não impedir o acesso não autorizado ou o uso de dados confidenciais. Uma violação do nosso sistema ou do sistema de um de nossos fornecedores pode nos sujeitar a perdas materiais ou responsabilidades, incluindo multas. O uso indevido de tais dados ou violação da cibersegurança pode prejudicar nossa reputação e impedir os clientes de usar nossos produtos e serviços, reduzindo assim nossas receitas.

Além disso, qualquer uso indevido ou violação do nosso sistema de comércio eletrônico pode nos fazer incorrer em custos para corrigir as violações ou falhas, nos expor a responsabilidades, aumentar nosso risco de escrutínio regulatório, nos sujeitar a processos judiciais e resultar na imposição de penalidades e multas relevantes nos termos leis ou regulamentos estaduais e federais afetando os resultados e a imagem da Companhia.

Estamos sujeitos a legislações que podem exigir notificação a órgãos reguladores, clientes ou funcionários, assim como podemos ter que reembolsar clientes ou operadores de cartões de crédito por quaisquer recursos furtados em decorrência de quaisquer violações ao nosso sistema de segurança, situações que poderiam aumentar significativamente os nossos custos e reduzir nossa atratividade. Em consequência da grande dependência da tecnologia para as atividades da Companhia, também podemos incorrer em perdas financeiras devido a impactos regulatórios nas nossas operações.

Adicionalmente, nossos sistemas de informação estão expostos a vírus, maliciosos (malware) e outros problemas, como por exemplo crimes e ataques cibernéticos, que podem interferir

## 4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

inesperadamente nas operações. Qualquer ocorrência dessa natureza poderá resultar em um efeito material adverso sobre nossos negócios, resultados de operações e perdas financeiras.

Além disso, como resultado da pandemia da COVID-19, aumentamos rapidamente o número de funcionários trabalhando remotamente. Isso pode causar aumento na indisponibilidade de nossos sistemas e infraestrutura, interrupção dos serviços de telecomunicações, falhas generalizadas do sistema e maior vulnerabilidade a ataques cibernéticos. Conseqüentemente, nossa capacidade de conduzir nossos negócios e resultados pode ser negativa e adversamente afetada.

**Eventos internacionais e falhas logísticas podem atrasar ou impedir a entrega de produtos pela Companhia, o que poderia afetar negativamente suas vendas e rentabilidade.**

Parcela significativa do portfólio da Companhia é composta por produtos importados, sendo transportadas, via rodoviário, aéreo ou marítimo. Possíveis problemas, como greves, dificuldade de acesso aos terminais, saturação da infraestrutura ou interrupções nas atividades, relacionados à Receita Federal, alfândegas, aeroportos e/ou portos de todo o país podem afetar a entrega de tais produtos para a Companhia e, por consequência, o desenvolvimento das suas atividades. Além disso, perda ou extravio de cargas internacionais podem reduzir a oferta de produtos disponíveis para a Companhia, com possível descontinuidade de entrega, gerando quebra de receita. Neste contexto, também é risco inerente à atividade de importação:

- Obtenção de um licenciamento de importação prévio ao embarque, o que pode prejudicar o andamento de embarques e o abastecimento dos produtos já que traz maior morosidade ao processo.
- Restrições quantitativas (quotas de importação) - As quotas de importação são denominadas "barreiras não tarifárias" e são um modo de restringir a quantidade de produto importado, limitando a importação a um número pré-estabelecido e afetando o inventário da Companhia.
- Medidas compensatórias ou de salvaguarda - as medidas compensatórias objetivam compensar eventuais subsídios concedidos de forma direta ou indireta no país exportador para a produção e exportação de um produto, cuja exportação ao Brasil cause danos à indústria doméstica. Desta forma podem ser aplicadas com o fim de aumentar a proteção da indústria nacional temporariamente. Normalmente são medidas com caráter de urgência e temporárias para prevenir algum prejuízo da indústria nacional.
- Medidas sanitárias e fitossanitárias - as medidas sanitárias e fitossanitárias são também denominadas "barreiras não tarifárias". As medidas podem incluir novas leis, decretos, regulamentos e requerimentos que aumentem a quantidade de testes, inspeções, procedimentos certificatórios, ou de aprovação.
- Valoração aduaneira arbitrária - A alfândega, através das suas autoridades, pode considerar que o produto tem um valor real maior ao declarado e atribuir um valor superior ao mesmo. Desta forma o imposto a ser pago seria maior, aumentando os custos da Companhia e reduzindo a receita projetado.

Estamos expostos também aos riscos referentes às barreiras técnicas. Estas etapas obrigatórias para importação compreendem processos desde que o navio atraca no porto até ser inspecionado e liberado pelas autoridades aduaneiras. Eventuais entraves ou demora nesses processos podem atrasar a entrada do produto no estoque. Em caso de sinistro de nossas cargas internacionais, considerando o tempo e provisionamento internacional, poderíamos ter uma descontinuidade de entrega gerando quebra de receita. Estes fatores podem impactar nossos prazos de importação resultando em ruptura de estoque de alguns produtos da Companhia e eventual risco perda de vendas. Adicionalmente o cenário de pandemia pode ter efeito adverso incorrendo em falta de fornecimento: risco de fechamento das fronteiras comerciais e risco do Ministério da Agricultura,

## 4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

Pecuária e Abastecimento (“MAPA”) interromper ou atrasar a nacionalização de produtos gerando impactos em receita.

**Podemos ser afetados por uma interrupção logística aérea, terrestre ou marítima ou ainda afetados pela inoperância de parceiros logísticos para entrega visto que dependemos do sistema de transporte e de infraestrutura para entregar os produtos às lojas e aos clientes.**

A Companhia depende do funcionamento contínuo de infraestrutura logística, incluindo armazéns, rodovias e todos os meios de transporte utilizados pela Companhia, ou por prestadores de serviços, fornecedores e clientes.

Na data deste Formulário de Referência, a Companhia opera dois centros de distribuição, em Serra-ES, sendo dois armazéns interligados que totalizam 13.279,44 m<sup>2</sup>, locados diretamente com os proprietários, em Barueri-SP, são 500m<sup>2</sup> em armazém multi cliente operado pela Brasil Express. Um ponto de apoio (estoque avançado), em Belo Horizonte-MG, com 200m<sup>2</sup> em armazém sublocado da empresa Iconex e operação pela Companhia. Parte substancial dos produtos que são vendidos pela Companhia são distribuídos a partir desses centros de distribuição, sendo quase 100% faturado e montado no CD de Serra-ES. Aproximadamente 84% dos pedidos passam pelo CD de Barueri, na modalidade de *cross-docking* (carretas completas de mercadoria são enviadas do CD de Serra para SP e lá a mercadoria é separada em carros menores para a entrega na cidade), 0,13% são faturados e montados no ponto de apoio de Belo Horizonte-MG.

Se a operação normal dos centros de distribuição da Companhia for reduzida, suspensa ou interrompida:

- (i) seja por reduções significativas do uso da infraestrutura de transporte de cargas tanto para expedição como para recebimento;
- (ii) por redução do seu funcionamento em decorrência de desastres naturais, incêndio, acidentes, falhas de sistema, greve de funcionários, greve do transporte público, pandemia da COVID-19 ou quaisquer outras causas inesperadas;
- (iii) interrupção no fornecimento insumos essenciais e personalizados como embalagens, fitas, etiquetas, ou prestação de serviços como limpeza, coleta de lixo e resíduos, refeição e internet; ou
- (iv) por qualquer outro motivo.

Isso poderá atrasar ou afetar a capacidade de distribuir produtos diretamente para clientes, implicando redução das vendas e, conseqüentemente, piora dos resultados operacionais da Companhia.

Desse modo, qualquer evento adverso ou redução significativa na oferta da infraestrutura de transporte ou em seu funcionamento ou qualquer incapacidade de transportar produtos entre essas instalações, ou fornecedores ou clientes, por qualquer razão, pode atrasar ou afetar a capacidade da Companhia de distribuir produtos para as lojas, bem como para os clientes, prejudicar a demanda ou os preços de produtos, impedir ou atrasar sua entrega e impor custos adicionais aos produtos o que pode reduzir as vendas e afetar adversa e negativamente o resultado operacional e a condição financeira da Companhia.

Dependemos prioritariamente, de terceiros para nossa operação logística. Falhas, greves, tais como a greve dos caminhoneiros de 2018, mudanças ou interrupções na operação desses parceiros podem seriamente comprometer a nossa capacidade de abastecimento e entrega de nossos produtos, causando perda de receita e eventual evasão de clientes. Além disso, nossa operação logística está sujeita aos riscos de fechamento de fronteiras, suspensão ou atrasos de embarques em função da

## 4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

COVID-19. Em relação às nossas entregas ao consumidor, combinamos o modal aéreo com terrestre. Com o impacto negativo da COVID-19 nas rotas das companhias aéreas, incorremos em atrasos de entregas nos meses de abril e maio aumentando o tempo médio de entrega de 5,7 dias para um tempo médio aproximado de 7,5 dias. Podemos ainda incorrer em atrasos em caso de novas perturbações ou em função de redução de rotas de companhias aéreas ou, ainda, greves de caminhoneiros ou eventuais lockdowns de cidades dificultando a entrega nessas regiões e eventualmente impactando a adesão ou manutenção dos clientes.

### **Nossas receitas dependem substancialmente de assinaturas em um modelo de recorrência.**

Nosso core business é a operação de um clube de assinaturas de vinho com planos mensais e anuais. No período de seis meses encerrado em 30 de junho de 2020, 43,7% da nossa receita líquida operacional derivou do nosso segmento de clube de assinaturas (47,5% no período de seis meses encerrado em 30 de junho de 2019 e 45,6%, 39% e 39% nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017, respectivamente). Podemos sofrer redução no número de entrada de novos sócios em função de uma eventual baixa de eficácia de nossos esforços publicitários ou promocionais, ou ainda de mudanças de mercado que coloquem em xeque a proposta de valor do clube. Adicionalmente, podemos incorrer em um aumento de churn (indicador que mede o índice de evasão dos clientes, ou seja, a taxa de cancelamento) devido ao aumento de concorrência, de condições de mercado ou redução na demanda por esses produtos. Quaisquer desses fatores podem impactar negativamente nossos resultados.

### **Uma eventual falta de gerenciamento da exposição cambial ou falha no cumprimento da política cambial da Companhia pode trazer efeitos adversos.**

A volatilidade cambial é fator de risco para nosso negócio por adquirirmos grande parte nossas mercadorias no mercado externo. Nosso modelo de negócios e nossa política cambial não permite repassar todo efeito cambial aos nossos sócios/clientes. A Companhia não pode garantir que será capaz de implementar com sucesso sua política cambial, ou manter o nível de lucratividade ou que as flutuações nos valores de moeda que opera não afetarão adversamente os seus resultados operacionais.

### **Falhas nos sistemas, políticas e procedimentos de controles poderão expor a Companhia a riscos inesperados ou imprevistos, o que poderia afetar adversamente seus negócios. Os sistemas, políticas e procedimentos da Companhia de controles internos podem não ser suficientes e/ou totalmente eficazes para detectar práticas inapropriadas, erros ou fraudes.**

Durante o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, os auditores independentes da Companhia comunicaram ao nosso Conselho de Administração certas falhas relacionadas ao processo de encerramento contábil da Companhia que representam, individualmente ou no agregado, a existência de deficiência significativa nos controles internos da Companhia, conforme definidos nas normas brasileiras e internacionais de auditoria. A deficiência significativa nos controles e procedimentos internos da Companhia foi a ausência de controles no reconhecimento da receita.

Não há garantias de que a Companhia conseguirá sanar essas falhas e que seus esforços de remediação serão bem-sucedidos. A Companhia pode não conseguir concluir tempestivamente qualquer correção necessária. Durante o curso de documentação e teste de seus procedimentos de controles internos, a Companhia poderá identificar outras fraquezas e deficiências em seus controles internos sobre relatórios financeiros. Se a Companhia não for capaz de manter seus controles internos operando de maneira efetiva, poderá não ser capaz de reportar seus resultados de maneira precisa ou prevenir a ocorrência de práticas inapropriadas, erros ou fraudes. A falha ou a ineficácia

## 4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

nos controles internos, tais como aquelas apontadas pelos auditores da Companhia, poderá ter um efeito adverso significativo em seus negócios. Para mais informações a respeito do tema, vide Seção 5.3.(d) deste Formulário de Referência.

**Uma falha na avaliação dos riscos associados a fraudes de cartões de crédito poderá prejudicar a nossa reputação e nossa marca, o que poderá afetar adversamente o nosso negócio e os resultados das nossas operações.**

Assumimos o risco por operações fraudulentas via cartão de crédito, visto que aceitamos o pagamento por meio de cartão de crédito sem a aposição da assinatura do titular.

Com o crescimento do negócio, a exposição a este risco também aumenta. Uma falha no controle adequado de operações fraudulentas de cartão de crédito poderá gerar perda financeira e prejudicar a nossa reputação e nossa marca, o que poderá afetar adversamente o nosso negócio e os resultados das nossas operações. Por consequência, podemos ter questionamentos de órgãos regulatórios, aplicações de multas e/ou sanções administrativas, bem como enfrentarmos eventuais ações judiciais. No caso de operações fraudulentas, a Companhia pode ser responsabilizada de forma integral, inclusive por conta de eventual reversão da compra (chargeback), afetando nosso fluxo de caixa e nossos resultados financeiros.

**Temos uma concentração de negócios em apenas uma categoria e uma marca e dependemos da nossa capacidade de desenvolver novos produtos, serviços e ofertas para manter a atratividade de nosso negócio.**

Em termos de oferta trabalhamos essencialmente com a categoria vinho, com concentração sob o guarda-chuva da marca Wine. Nosso portfólio engloba o modelo de assinatura, e-commerce, B2B, lojas físicas e vendas consultivas para eventos e celebrações, porém dependemos da nossa capacidade de desenvolver novos produtos, serviços e ofertas para manter a atratividade de nosso negócio.

Qualquer mudança no comportamento do consumidor que afete de forma substancial o consumo da categoria terá um impacto negativo direto em nossos negócios. Da mesma forma, qualquer crise de reputação ligada a marca Wine que possa abalar a confiança e preferência dos consumidores pode trazer resultados adversos a Companhia.

Uma eventual retração de demanda por bebidas alcoólicas ou ainda uma opinião pública adversa em relação ao consumo de álcool, podem afetar de forma significativa os resultados da Companhia.

**Nosso negócio depende da eficácia de nossas atividades de propaganda e marketing.**

Nossas vendas e nossa lucratividade dependem em grande parte de nossa capacidade de, entre outras, identificar nosso público-alvo e decidir sobre a mensagem publicitária para atingir o nosso público-alvo e promover o conhecimento e a atração por nossas marcas. Em nosso core, operamos um clube de membros para o clube para gerar uma receita recorrente. Se nossas atividades de propaganda e marketing não forem bem concebidas, planejadas e executadas, poderemos deixar de captar novos clientes ou de gerar sinergia em níveis desejáveis com a atual base de clientes, podendo também incorrer em um aumento de churn (indicador que mede o índice de evasão dos clientes, ou seja, a taxa de cancelamento).

Caso a eficácia das campanhas de propaganda e marketing não seja alcançada podemos ter impactos negativos em nossas vendas e rentabilidade. Um aumento dos custos de anúncios em

## 4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

mídias digitais devido a maior procura e crescimento do e-commerce, pode afetar o custo de captação de novos sócios. As vendas da Companhia poderão ser adversamente afetadas diante do desafio por ela enfrentado na identificação das mudanças de comportamento e preferência de seus consumidores. Consequentemente, nossa situação financeira e resultado operacional podem ser afetados negativamente.

**Podemos ter eventuais vulnerabilidades em certos acordos celebrados pela Companhia com fornecedores e prestadores de serviço, de forma que não podemos assegurar completamente os direitos da Companhia ou especificar as obrigações das partes em tais contratos.**

No que se diz respeito às nossas contratações gerais, podemos ter relações jurídicas com fornecedores e/ou prestadores de serviços que não tenham qualquer formalização contratual, mas tão somente acordo verbal e/ou proposta comercial, dificultando a comprovação de direitos da Companhia em casos de discussão judicial do objeto ou de qualquer outra premissa constante no contrato. Além disso, podemos ter promovido unilateralmente rescisões contratuais, injustificadas ou não. Quaisquer das cláusulas que porventura não tenham sido devidamente observadas pela Companhia podem vir a ser discutidas judicialmente. Eventual ocorrência de decisão desfavorável para a Companhia pode ter impacto negativo - onerar suas finanças e afetar de forma considerável sua imagem e credibilidade.

Ademais, 83,69% do total das compras com fornecedores internacionais em 2019 foram feitas mediante acordos verbais quanto à exclusividade de produtos, isto é, 16,31% de percentual de contratos de exclusividade devidamente formalizados (não verbais). Em caso de descumprimento destes acordos de exclusividade, poderíamos ter rótulos disponíveis em outros revendedores, reduzindo a vantagem competitiva da Companhia.

**A locação de imóveis onde se situam as lojas comerciais e os centros de distribuição da Companhia a expõe a riscos de continuidade de suas operações em determinadas localidades.**

A Companhia aluga os imóveis dos centros de distribuição com um contrato original de tempo determinado, conforme informado no item 9.1(a) deste Formulário de Referência. A Companhia pode ser obrigada a desocupar antecipadamente os imóveis ocupados a título de locação ou, ainda, não conseguir renovar esses contratos de locação em termos aceitáveis ou pode não conseguir renová-los em quaisquer termos. Se a Companhia não conseguir negociar novos contratos de locação para os imóveis ocupados poderá estar sujeita a aumentos nos valores dos aluguéis, atraso na entrega de produtos, redução de receita de vendas, custos de desmobilização, entre outros. Caso qualquer dessas hipóteses ocorra, a Companhia poderá ter seus negócios e resultados financeiros e operacionais adversamente afetados.

**Acidentes em nossos centros de distribuição e lojas podem causar um efeito adverso relevante sobre nossos negócios, resultados operacionais e imagem.**

Acidentes e outros eventos imprevisíveis e fora de nosso controle, causados por erro humano, mecânico, tecnológico ou por quaisquer outros fatores, podem ocorrer a qualquer tempo em nossas lojas ou centros de distribuição. Caso qualquer acidente ou outro evento imprevisível e fora de nosso controle ocorra, poderá resultar em perdas de estoque, danos a nossos ativos ou até mesmo vitimar clientes, funcionários ou quaisquer terceiros. Nossos negócios, resultados operacionais e imagem podem sofrer efeito negativo em decorrência de tais acidentes ou eventos imprevisíveis e fora de nosso controle, ou ainda em decorrência da forma como endereçamos tais acidentes e/ou eventos.

## 4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

### **Os titulares de nossas ações podem não receber dividendos.**

De acordo com o disposto em nosso Estatuto Social, devemos pagar aos nossos acionistas, a título de dividendo obrigatório, no mínimo, 25% de nosso lucro líquido anual ajustado nos termos da Lei das Sociedades por Ações, de acordo com os mecanismos descritos no Estatuto Social da Companhia e conforme apresentado nas demonstrações financeiras consolidadas da Companhia, elaboradas de acordo com IFRS. Nosso lucro líquido pode ser capitalizado, utilizado para compensar prejuízos e passivos ou retido de acordo com a legislação societária brasileira, caso em que não estará disponível para distribuição de dividendos ou pagamento de juros sobre capital próprio.

Adicionalmente, em 31 de dezembro de 2019, possuíamos prejuízos acumulados de exercícios anteriores no montante de R\$ 28,3 milhões (R\$ 36,6 milhões em 31 de dezembro de 2018). Dessa forma, caso venhamos a apresentar resultado positivo nos próximos exercícios, esses resultados deverão ser utilizados para absorver os prejuízos acumulados existentes, o que poderá limitar, de forma relevante, a nossa capacidade de distribuir dividendos e/ou juros sobre capital próprio.

Além disso, a Lei das Sociedades por Ações permite que uma companhia aberta suspenda a distribuição obrigatória de dividendos em determinado exercício social, caso o Conselho de Administração informe à Assembleia Geral Ordinária que a distribuição seria incompatível com a sua situação financeira. O não recebimento de dividendos pode frustrar expectativas de retorno de caixa por parte dos investidores da Companhia, podendo levar a perda no valor das ações da Companhia no mercado.

A isenção de imposto de renda sobre a distribuição de dividendos e a tributação atualmente incidente sobre o pagamento de juros sobre capital próprio prevista na legislação atual poderá ser revista e tanto os dividendos recebidos, quanto os distribuídos pela Companhia poderão passar a ser tributados e/ou, no caso dos juros sobre capital próprio, ter sua tributação majorada no futuro, reduzindo o valor líquido a ser recebido pelos nossos acionistas a título de participação nos resultados da Companhia.

As principais fontes desses dividendos são fluxos de caixa provenientes das operações da Companhia. Dessa forma, em determinados exercícios, o lucro líquido poderá não estar disponível para ser pago aos acionistas da Companhia sob a forma de dividendos (por exemplo, em razão de impacto material decorrente da pandemia da COVID-19 nas operações da Companhia).

A Companhia poderá não pagar dividendos aos seus acionistas em qualquer exercício social, mediante a determinação de seu Conselho de Administração, se não tivermos lucro ou reservas líquidas disponíveis, ou se a distribuição for desaconselhável ou incompatível tendo em vista a situação financeira da Companhia. Como a lei não estabelece quais são as circunstâncias que tornam o pagamento de dividendos desaconselhável, se aceita, geralmente, que uma companhia não precisa pagar dividendos se tal pagamento colocar em risco a própria existência da companhia ou se prejudicar o curso normal de suas operações.

Quaisquer dividendos não distribuídos devem ser destinados a uma conta de reserva especial para futuro pagamento aos acionistas, a menos que sejam utilizados para compensar prejuízos subsequentes ou se de outro modo estipulado pelo Estatuto Social da Companhia ou pela Lei das Sociedades por Ações. Dessa forma, é possível que os acionistas da Companhia não recebam dividendos em determinados exercícios sociais.

## 4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

### **A Companhia poderá enfrentar situações de potencial conflito de interesses pela celebração de contratos de indenidade.**

O Estatuto Social da Companhia prevê que indenizaremos e manteremos indenidos nossos membros do Conselho de Administração, da Diretoria, dos comitês de assessoramento e demais empregados que exerçam cargo de gestão (“Beneficiários”), na hipótese de eventual dano ou prejuízo efetivamente sofrido por força do exercício regular de suas funções, por atos praticados de boa-fé e no melhor interesse da Companhia. A Companhia poderá enfrentar situações de potencial conflitos de interesses nas decisões tomadas por nossos Conselheiros caso venha a celebrar contratos de indenidade com os Beneficiários. Caso essas situações de conflito de interesses se configurem, poderá haver impacto material e adverso para os negócios da Companhia, o que poderá vir a causar um impacto adverso nas atividades, situação financeira e resultados da Companhia, bem como a seus acionistas.

### **Decisões desfavoráveis a nós, nossas controladas, administradores, e/ou acionistas controladores em processos judiciais e administrativos podem afetar adversamente os resultados de operações, fluxos de caixa e situação financeira da Companhia.**

Decisões desfavoráveis em processos judiciais e administrativos podem nos afetar adversamente. Nós e nossos administradores, controladas e/ou acionistas controladores e somos, ou poderemos vir a ser réus em diversos processos judiciais, arbitrais e administrativos nas esferas cível, tributária, regulatória, criminal, ambiental e trabalhista. Não podemos garantir que os resultados desses processos serão favoráveis a nós, ou, ainda, que será mantido provisionamento, parcial ou total, suficiente para todos os passivos eventualmente decorrentes destes processos. Alguns dos processos judiciais e administrativos, principalmente de natureza tributária, dos quais somos parte, envolvem matérias relevantes, que, caso decididas de maneira contrária aos nossos interesses poderão afetar negativa e materialmente os nossos negócios e situação financeira. Além disso, continuaremos sujeitos a processos no futuro. Não podemos garantir que o resultado desses processos será favorável para nós, ou que nossas provisões (quando houver) serão suficientes para cobrir todas as responsabilidades decorrentes de tais processos. Podemos também estar sujeitos a fiscalizações periódicas e regulares por órgãos governamentais, incluindo, mas sem se limitar, o Ministério do Trabalho e o Ministério Público do Trabalho, resultando, inclusive, em eventuais Termos de Ajustamento de Conduta – TAC. Essas fiscalizações podem resultar em multas e ações judiciais que podem nos afetar de forma relevante e adversa. Além disso, procedimentos ou investigações envolvendo nossos acionistas controladores diretos ou indiretos, ou relatos da mídia ou especulações sobre os mesmos, também podem ter um efeito adverso sobre nós e nossos negócios, incluindo danos à nossa reputação. Ainda, decisões que afetem nossa reputação ou contrárias aos nossos interesses que impeçam a realização de nossos negócios, como inicialmente planejados, ou que eventualmente alcancem valores substanciais e não tenham provisionamento (adequado ou qualquer) podem causar um efeito adverso nos nossos negócios. Os membros do conselho de administração, da diretoria e acionistas da Companhia podem vir a se tornar réus em processos judiciais, administrativos e arbitrais, nas esferas cível, criminal, tributária e trabalhista, entre outros. Podem também ser alvo de investigações, por exemplo em decorrência de violações relacionadas a atos de corrupção, cuja instauração e/ou resultados podem afetá-los negativamente, especialmente em se tratando de processos de natureza criminal. Isso poderia, eventualmente, impossibilitá-los do exercício de suas funções na Companhia, o que poderia causar efeito adverso relevante em sua reputação, nos seus negócios ou nos seus resultados, direta ou indiretamente.

Ademais, as empresas do setor de bebidas alcoólicas são, periodicamente, expostas a ações coletivas (class actions) ou outros processos relativos à publicidade de álcool, aos problemas de abuso de álcool ou relacionados com as consequências para a saúde do consumo excessivo de

## 4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

bebidas alcoólicas. Caso as ações relevantes sejam decididas, em definitivo, de forma desfavorável, podemos ter um efeito adverso relevante sobre nossos negócios. Para mais informações sobre os processos relevantes de que somos partes, vide Seção 4 deste Formulário de Referência, em especial itens 4.3, 4.4, 4.5, 4.6 e 4.7.

**Existem riscos para os quais não possuímos cobertura de seguros e nossas apólices de seguro podem não ser adequadas para cobrir alguns danos, parcial ou integralmente.**

Podemos não ter seguros, ou as apólices de seguros que atualmente contratamos podem não ser suficientes para cobrir, parcial ou integralmente, danos extraordinários ou decorrentes do curso normal de nossas atividades. Danos não cobertos por seguros ou não cobertos adequadamente pelos seguros que contratamos poderão resultar em prejuízos adicionais para nós. Podemos não ser capazes de obter, no futuro, apólices de seguro nos mesmos termos que as apólices atuais ou com as mesmas condições financeiras, bem como as seguradoras podem aumentar significativamente o valor dos prêmios e/ou reduzir valores de cobertura dos seguros. Assim, a ocorrência de qualquer evento não coberto, inclusive nos termos das apólices ou a ocorrência de sinistro que ultrapasse o valor segurado, poderá gerar prejuízos significativos. Seguradoras podem reduzir significativamente ou questionar as coberturas de nossos seguros ou aumentar seus prêmios no caso de novos sinistros, ocasiões em que a responsabilidade também aumentará consideravelmente.

**Podemos falhar em proteger nossa propriedade intelectual, o que pode ter um impacto negativo em nossos resultados operacionais.**

O sucesso dos negócios da Companhia depende significativamente da capacidade de proteger as atuais e futuras marcas da Companhia e defender os seus direitos de propriedade intelectual, com destaque para os nomes de domínio que permitem o acesso à plataforma e aplicativo da Companhia. Qualquer falha da Companhia em proteger sua propriedade intelectual pode ter um efeito adverso em seus resultados operacionais. O uso indevido ou não autorizado da propriedade intelectual da Companhia, principalmente, das marcas registradas, pode diminuir o valor da marca "Wine", bem como ocasionar um declínio nas vendas da Companhia. No caso da marca "Wine", possuímos somente registro de marca mista, uma vez que a nominativa não é passível de registro por ser termo de uso comum.

Ainda, o monitoramento do uso não autorizado de propriedade intelectual demanda esforços significativos e assim, ocasionalmente, terceiros já podem ter registrado ou adquirido direitos de marcas idênticas ou similares para produtos ou soluções que atendam ao mesmo mercado. Não podemos garantir que essas medidas sejam suficientes para a prevenção de apropriação de nossa propriedade intelectual, industrial ou autoral. Há também o risco, ainda que por omissão, de a Companhia não conseguir renovar o registro de propriedade intelectual em tempo hábil ou que os concorrentes contestem ou invalidem quaisquer propriedades intelectuais existentes ou futuras enviadas para a Companhia ou licenciadas pela Companhia. Além disso, litígios dispendiosos e demorados podem ser necessários para impor e determinar o escopo de direitos de propriedade da Companhia, e se não obtiver êxito em defesa, os negócios da Companhia podem ser impactados adversamente.

**A impossibilidade de substituir ou renovar nossos produtos e serviços que dependem de tecnologia licenciada por terceiros e eventual aumento nos custos de licenciamento podem afetar as nossas operações e nos ocasionar um efeito adverso relevante.**

Licenciamos linguagens de programação e/ou plataformas tecnológicas que são base para o desenvolvimento de nossos produtos ou serviços de terceiros, como por exemplo Salesforce, Figma,

## 4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

Adobe Suite, Jira, Google Gsuite, WMS, ERP, dentre outros. Não há garantia de que seremos capazes de substituir a linguagem ou plataforma atual utilizada em tempo hábil para as necessidades dos nossos clientes ou negócio continuarem a utilizar estes mesmos produtos ou serviços, ou a qualquer tempo. Ademais, enquanto estivermos utilizando linguagem ou plataforma de terceiros, não há como garantir que tais licenças não serão rescindidas. Na eventualidade de não conseguirmos substituí-las ou renová-las, as nossas operações poderão ser prejudicadas, o que pode nos ocasionar um efeito adverso relevante.

As mudanças nas licenças de terceiros por nós utilizadas podem acarretar aumento relevante dos custos de licenciamento ou fazer com que nossos serviços ou produtos se tornem inoperantes ou tenham seu desempenho reduzido de maneira relevante, tendo como resultado a necessidade de incorrerem em custos de pesquisa e desenvolvimento adicionais para assegurar a continuidade do desempenho de nossos produtos ou serviços, podendo comprometer os nossos resultados operacionais.

### **Podemos não responder de forma eficiente às oscilações, positivas ou negativas, de demanda.**

Nossas vendas e resultado operacional dependem de nossa habilidade em gerenciar nossos estoques e prever, identificar e responder com rapidez às oscilações, positivas ou negativas, de demanda. Como a previsão de demanda é afetada por diversos fatores tanto macroeconômicos quanto de comportamentos de consumo é difícil prever com precisão a demanda de produtos de médio e longo prazo. Se não formos capazes de prever, identificar ou responder às preferências do consumidor, ou se analisarmos incorretamente o mercado para nossas mercadorias, podemos sofrer com redução em nosso número de vendas.

Em caso de aceleração de vendas, podemos sofrer com desabastecimento e rupturas implicando em quebras de receita. E, em caso de retração de mercado, podemos incorrer em uma situação de estoques excessivos. Em resposta a essas situações, podemos ser forçados a baixar os preços de nossas mercadorias ou fazer vendas promocionais para acabar com os estoques, o que afetaria negativamente nossos resultados operacionais. O cenário da COVID-19 pode trazer impactos imprevisíveis para os negócios da Companhia, como, por exemplo, maximizar eventuais retrações de consumo em função de disponibilidade de recursos dos consumidores ou por outro lado acelerar a demanda pela categoria vinho.

### **A perda de membros chave da nossa administração e gerência e/ou incapacidade de atrair e manter profissionais qualificados podem causar um efeito adverso sobre as nossas atividades, situação financeira e resultados operacionais.**

O crescimento e desempenho da Companhia dependem em grande parte de esforços e da capacidade de sua alta administração formada por experientes executivos e colaboradores - chave que detêm amplo conhecimento do negócio. A perda dos membros da alta administração da Companhia poderá afetar de modo adverso e relevante seus negócios e resultados operacional e financeiro. Não há como assegurar que teremos êxito na manutenção de profissionais experientes e conhecedores de nosso negócio.

A Companhia depende do seu nível de atratividade na busca por profissionais qualificados e da sua habilidade em identificar, atrair, contratar, treinar, reter, motivar e gerir profissionais altamente qualificados nas áreas técnicas, de gestão, tecnologia, marketing e serviços aos seus usuários. A competição por tais colaboradores altamente qualificados é intensa, e a Companhia pode não ser capaz de atrair, contratar, reter, motivar e gerir suficientemente com sucesso tais profissionais

## 4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

qualificados. Logo, eventual incapacidade de atrair e reter talentos pode prejudicar a execução de nossos objetivos estratégicos e nossos resultados operacionais.

### **Uma paralisação ou greve significativa da força de trabalho da Companhia pode afetar nossas operações.**

Os empregados da Companhia são representados por sindicatos trabalhistas e estão protegidos por acordos coletivos ou contratos de trabalho semelhantes, que estão sujeitos à renegociação periódica dentro dos prazos estabelecidos por lei. Greves e outras paralisações ou interrupções de trabalho em qualquer uma das suas instalações, ou movimentos trabalhistas relacionados em qualquer um dos fornecedores terceirizados da Companhia, podem ter um efeito adverso relevante sobre suas operações e seus negócios.

### **Os nossos resultados podem ser afetados pelo aumento do custo de aquisição dos produtos que vendemos.**

Os nossos produtos são renovados periodicamente, conforme necessário, em razão da sazonalidade, perecibilidade e novas safras dos produtos que comercializamos, entre outros. Dessa forma, os nossos resultados estão em grande medida atrelados às condições para aquisição dos produtos negociados junto aos nossos fornecedores e pela larga escala de tais aquisições.

Alguns fatores macroeconômicos, conforme exemplificado na seção “k” abaixo, ou ainda por razões particulares dos fornecedores, podem fazer com que esses aumentem seus preços para compensar custos, e não podemos prever se conseguiremos aumentar os preços de venda para nossos consumidores. Um aumento nos custos de nossos produtos pode refletir negativamente em nossos negócios e afetar a margem de nossos resultados operacionais.

### **Se não conseguirmos manter nossa cultura e nossa marca no processo de expansão, nossas operações poderão ser adversamente afetadas.**

Na medida em que a Companhia expande seus negócios, pode ser incapaz de identificar, contratar e manter trabalhando na Companhia um número suficiente de colaboradores alinhados à sua cultura corporativa. Tal falha poderia resultar em uma piora em seu atendimento aos seus usuários e/ou no desempenho de seus colaboradores, e conseqüentemente em um enfraquecimento da marca. A Companhia entende que sua cultura organizacional e a sua marca são cruciais para seus planos de negócio. O insucesso em manter tal cultura e marca pode afetar adversamente os negócios e resultados operacionais da Companhia.

### **Podemos enfrentar desafios no nosso plano de expansão, o que poderá ter um efeito adverso relevante sobre nós.**

Parte de nosso crescimento está ligado à nossa capacidade de ampliar a quantidade de lojas físicas e realizar fusões e aquisições com sucesso. Nosso plano de expansão passa pela incorporação de novos negócios correlatos e, portanto, podemos não ser capazes de identificar adequadamente e nos aproveitar de oportunidades de associações e/ou aquisições, nem garantir que obteremos as melhores negociações em termos ou preços desejados. Realizar aquisições com sucesso envolve uma série de riscos e desafios que podem causar efeitos adversos sobre nossos objetivos de crescimento, como riscos relacionados à integração das estratégias de negócios, aproveitamento de sinergias, às operações, aos sistemas de informação, ao pessoal, aos produtos; à base de clientes; às autorizações governamentais; à geração dos retornos esperados; e à exposição de obrigações e contingências referentes às empresas adquiridas. O processo de diligência e auditoria financeira,

## 4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

operacional e legal que conduzimos para avaliar a situação jurídico-patrimonial da empresa a ser adquirida e quaisquer garantias contratuais ou indenizações que recebemos de vendedores das empresas ou negócios prospectados poderão ser insuficientes para nos proteger ou indenizar em função de eventuais contingências. A concretização de qualquer um desses riscos poderá afetar de maneira adversa a aquisição em questão, bem como os nossos negócios e o resultado de nossas operações.

Nossa capacidade de inaugurar e operar novas lojas com êxito depende de inúmeros fatores, muitos dos quais estão além de nosso controle. Entre esses fatores se incluem nossa capacidade de identificar locais apropriados para novas lojas, o que envolve reunir e analisar dados demográficos e de mercado para determinar se há demanda suficiente para nossos produtos nos locais escolhidos, assim como a negociação de contratos de aluguel em termos aceitáveis. Precisamos também concluir as obras sem atrasos, interrupções ou aumento de custos.

A abertura de novas lojas também requer a manutenção de um nível crescente de estoques a um custo aceitável para atender à sua demanda, bem como a contratação, o treinamento e a retenção de pessoal qualificado para as lojas, especialmente em nível gerencial. Além disso, o plano de abertura de lojas impacta a proximidade da marca os consumidores com a migração do mundo online para o offline, mas também funciona como um ponto avançado de distribuição e entregas mais rápidas tanto para o mercado B2C quanto para o B2B como nossos restaurantes parceiros de cada localidade. Caso não sejamos capazes de administrar fatores e incertezas relacionados ao sucesso na abertura de novas lojas, nossos negócios e o resultado de nossas operações poderão ser negativamente afetados.

**Podemos não ser bem sucedidos em nossa estratégia de aquisições de empresas e/ou ativos, assim como podemos assumir eventuais contingências não identificadas decorrentes de eventuais aquisições de outras empresas.**

A Companhia não pode assegurar será bem-sucedida na identificação, negociação ou conclusão de oportunidades de crescimento por meio de aquisições estratégicas de empresas e/ou ativos. Aquisições envolvem inúmeros riscos, incluindo dificuldades de integração das operações e dos funcionários da empresa adquirida, participação em mercados nos quais não temos experiência ou temos experiência limitada, perda potencial de clientes, de executivos chave e empregados da empresa adquirida e risco de exposição a responsabilidades relativas a contingências ou passivos incorridos pela empresa adquirida. Qualquer um desses riscos pode ter um efeito adverso em nossos negócios e resultados operacionais. Além disso, quaisquer aquisições de maior porte que viermos a considerar poderão estar sujeitas à obtenção de autorizações das autoridades brasileiras, incluindo a de defesa da concorrência. Poderemos não ter sucesso na obtenção de tais autorizações ou na sua obtenção em tempo hábil. Adicionalmente, aquisições futuras poderão requerer um maior endividamento, o qual poderá afetar adversamente nossos resultados.

**Podemos não conseguir renovar nossas linhas de crédito atuais ou ter acesso a novos financiamentos, descontar recebíveis ou emitir valores mobiliários no mercado de capitais a termos atrativos, o que pode causar um efeito adverso relevante sobre nós.**

Nossa capacidade de captar recursos é fundamental para as nossas operações, a implementação da nossa estratégia e o nosso crescimento. Para mais informações sobre as operações de crédito da Companhia, ver Seção 10.1 deste Formulário de Referência.

Podemos não conseguir renovar nossas linhas de crédito atuais, ter acesso a novos financiamentos ou emitir valores mobiliários no mercado de capitais a termos atrativos para conseguir viabilizar

## 4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

nossas necessidades de capital ou cumprir com nossas obrigações financeiras, inclusive em decorrência dos efeitos da pandemia da COVID-19. Não há nenhuma garantia de que poderemos continuar contando com empréstimos e financiamentos, nem que os contratos de financiamentos serão renovados em termos e condições semelhantes ou mais atrativas do que os termos e condições que foram originalmente acordados.

Os mercados locais de dívida e de capitais foram recentemente impactados pelo custo de crédito, por fatores político-econômicos, pela pandemia da COVID-19, dentre outros. Tais eventos afetaram negativamente as condições econômicas no Brasil. As preocupações quanto à estabilidade dos mercados financeiros no Brasil e à solvência de contrapartes resultaram no encarecimento do custo de captação, uma vez que muitos credores aumentaram as taxas de juros, adotaram normas mais rigorosas para concessão de empréstimos e reduziram seu volume e, em alguns casos, interromperam a oferta de financiamento a tomadores em termos comerciais razoáveis.

Na eventualidade de não conseguirmos obter financiamentos, emitir valores mobiliários no mercado de capitais ou refinar o nosso endividamento, quando necessário, ou se tais instrumentos somente estiverem disponíveis mediante condições desfavoráveis, podemos não conseguir satisfazer às nossas necessidades de caixa e obrigações financeiras, ou aproveitar oportunidades de negócios, o que poderá ter um efeito adverso relevante sobre nossos negócios e resultados financeiros. Para mais informações, veja o item 10 deste Formulário de Referência.

### **A Companhia pode não ser capaz de cumprir com as obrigações de seus contratos financeiros que compõem o seu endividamento atual.**

Alguns dos contratos financeiros celebrados pela Companhia contêm cláusulas que impõem o cumprimento de determinadas obrigações não financeiras. Dessa forma, caso ocorra qualquer evento de inadimplemento previsto em tais contratos, as dívidas a eles vinculadas poderão ser vencidas antecipadamente pelos respectivos credores de acordo com as disposições aplicáveis de referidos contratos, e o fluxo de caixa e a condição financeira do Emissor poderão ser afetados de maneira relevante e adversa. Além disso, alguns dos contratos financeiros celebrados pela Companhia contêm cláusulas que estabelecem o seu vencimento antecipado caso ocorra um evento de inadimplemento em outros contratos ou o vencimento antecipado de outros contratos seja declarado (cross-default ou cross-acceleration), o que também pode vir a afetar de maneira adversa e relevante o fluxo de caixa e a condição financeira da Companhia. Para mais informações, ver Seção 10.1 deste Formulário de Referência.

### **Custeio inadequado de estoques e ciclo de aquisição e comercialização dos produtos importados podem afetar negativamente os nossos resultados.**

Nosso estoque é flutuante com entradas e saída constantes durante todo os dias do mês. A maior parte dos itens que compõe nosso estoque são importados e, portanto, expostos a variações cambiais, custos de frete e seguro. Eventuais falhas no processo de custeio de estoques podem afetar negativamente os nossos resultados. Trabalhamos com a metodologia de preço médio de estoque e a eventual não apuração correta deste preço pode significar operar com margens inadequadas, impactando os nossos resultados. Além disso, produtos importados possuem um ciclo mais longo entre a aquisição e a comercialização, apresentando riscos para o ciclo de aquisição e comercialização, como atraso durante o processo de desembaraço alfandegário, que pode gerar atrasos na comercialização pela Companhia, os quais estão fora do controle da Companhia. Além destes, em caso de não-conformidade das especificações técnicas do produto comprado, o processo de devolução ao fornecedor pode se mostrar inviável por ser complexa e demorada, acarretando o

## 4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

desabastecimento de estoque com impacto adverso na nossa receita. No exercício de 2019, a importação representou a grande parte de nossas vendas.

Nossos estoques também estão sujeitos a volatilidade cambial por adquirirmos grande parte de nossas mercadorias no mercado externo. Por fim, a pandemia da COVID-19 pode ter impacto na volatilidade dos mercados.

**A Companhia poderá não ser capaz de detectar comportamentos contrários à legislação e regulamentação aplicáveis e aos nossos padrões de ética e conduta, o que pode ocasionar impactos adversos relevantes sobre nossos negócios, nossa situação financeira, nossos resultados operacionais e sobre a cotação de nossas ações ordinárias.**

As nossas políticas e procedimentos para identificar, analisar, quantificar, avaliar, monitorar e gerenciar riscos podem não ser totalmente eficazes. Os métodos de gerenciamento de riscos podem não prever exposições futuras ou serem suficientes contra riscos desconhecidos e/ou não mapeados e que poderão ser significativamente maiores do que aquelas indicadas pelas medidas históricas que utilizamos. As informações em que nos baseamos ou com que alimentamos ou mantemos modelos históricos e estatísticos podem ser incompletas ou incorretas, o que poderá gerar um efeito adverso relevante sobre nossos negócios.

A Companhia está sujeita, entre outras, à Lei n.º 8.429/1992 (“Lei de Improbidade Administrativa”), à Lei n.º 9.613/1998 (“Lei de Prevenção à Lavagem de Dinheiro”) e à Lei n.º 12.846/13 (“Lei Anticorrupção”). Os processos de governança, gestão de riscos e compliance da Companhia podem não ser capazes de prevenir ou detectar (i) violações à Lei de Improbidade Administrativa, Lei Anticorrupção, Lei de Prevenção à Lavagem de Dinheiro ou leis similares, (ii) ocorrências de comportamentos fraudulentos e desonestos por parte de administradores, funcionários ou terceiros contratados para representar a Companhia, ou (iii) outras ocorrências de comportamentos não condizentes com princípios éticos, que possa afetar adversamente a reputação, negócios, condições financeiras e resultados operacionais da Companhia, bem como a cotação de suas ações ordinárias.

De acordo com a Lei Anticorrupção, as pessoas jurídicas consideradas culpadas por atos de corrupção poderão ficar sujeitas a multas no valor de até 20% (vinte por cento) do faturamento bruto do exercício anterior ao da instauração do processo administrativo ou, caso não seja possível estimar o faturamento bruto, a multa será estipulada entre R\$6.000,00 (seis mil reais) e R\$60.000.000,00 (sessenta milhões de reais). A Companhia poderá ainda vir a ser solidariamente responsabilizada pelo pagamento de multa e reparação integral do dano causado em razão de práticas contrárias à legislação e à regulamentação anticorrupção por seus controladores ou sociedades coligadas, os quais, nesse caso poderiam afetar material e adversamente a reputação, negócios, condições financeiras e resultados operacionais da Companhia, ou a cotação de mercado de suas ações de forma negativa.

A existência de quaisquer investigações, inquéritos ou processos de natureza administrativa ou judicial relacionados à violação de qualquer destas leis, no Brasil ou no exterior, contra a administração, funcionários ou terceiros que agem em nome da Companhia podem resultar em: (i) multas e indenizações nas esferas administrativa, civil e penal; (ii) perda de nossas licenças operacionais, com a decorrente responsabilização subsidiária ou solidária; (iii) proibição ou suspensão de nossas atividades; e/ou (iv) perda de direitos de contratar com a administração pública, de receber incentivos ou benefícios fiscais ou quaisquer financiamentos e recursos da administração pública. Por conseguinte, todas essas circunstâncias poderão ocasionar um efeito adverso relevante sobre a reputação da Companhia, bem como sobre suas operações, condição financeira e resultados operacionais.

## 4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

O risco decorrente da percepção negativa do nome da Companhia pelo envolvimento em qualquer uma das hipóteses acima por parte de usuários, contrapartes, acionistas, investidores, reguladores e a sociedade de modo geral pode ter origem em diversos fatores, inclusive os relacionados ao não cumprimento de obrigações legais, práticas de negócio inadequadas relacionadas a seus usuários, produtos e serviços, relacionamento com parceiros com postura ética questionável, má conduta de colaboradores, vazamento de informações, práticas anticoncorrenciais, falhas no processo de gestão de riscos, entre outros. A reputação da Companhia também pode ser impactada indiretamente por ações ilegais ou ilícitas praticadas por terceiros, parceiros de negócios ou seus usuários. Os danos à reputação da Companhia, multas, sanções ou imposições legais podem produzir efeitos adversos sobre os negócios, resultados operacionais, situação financeira e ao valor dos valores mobiliários da Companhia.

### **Alterações na legislação tributária e a modificação, suspensão ou cancelamento de benefícios fiscais podem afetar adversamente nossos resultados operacionais.**

O governo brasileiro tem frequentemente implementado e discutido diversas alterações nos regimes fiscais que podem afetar as empresas e seus clientes, inclusive como resultado da execução ou alteração de tratados fiscais. Essas alterações incluem mudanças nas alíquotas vigentes e/ou criação de tributos, temporários ou definitivos, cujos recursos são destinados a fins estabelecidos pelo governo, assim como o cancelamento de benefícios em vigor. Algumas dessas mudanças podem resultar em aumentos da nossa carga tributária, o que poderia afetar adversamente nossa lucratividade e os preços de nossos produtos e serviços, bem como restringir nossa capacidade de fazer negócios nos mercados existentes.

Tais mudanças na legislação tributária brasileira são frequentes e podem se intensificar no atual cenário de deterioração das finanças públicas. Nos últimos anos, algumas mudanças foram implementadas, tanto no aspecto de elevação da carga tributária, exemplo o IPI (imposto sobre industrialização), que muda sua incidência para os vinhos através da lei 13.241/2015 que modifica a tributação sobre as nacionalizações e passa a ter sua incidência sobre o preço de venda, aumentando a carga tributária para os vinhos. O ICMS também teve sua modificação com a publicação da EC 87/2015, alterando a forma de recolhimento deste imposto pela partilha entre o estado remetente e o estado de destino. Além dos impostos citados acima no regime de Substituição Tributária, a responsabilidade por recolher o ICMS (Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços) é atribuída a outro contribuinte. Basicamente, a responsabilidade por recolher o ICMS devido é atribuída a apenas uma empresa da cadeia, que atua como “substituto tributário” dos demais contribuintes na operação. Geralmente, fabricantes e importadores costumam ser os responsáveis por esse imposto. MVA é a Margem de Valor Agregado que é uma porcentagem determinada pelas Secretarias da Fazenda dos Governos Estaduais para os produtos, ou grupo de produtos, a fim de calcular o ICMS que deve ser pago por substituição. Nos anos de 2019 e 2020 este regime deixou de ser utilizado em importantes estados da federação como: Santa Catarina, Rio Grande do Sul, Paraná e São Paulo. Diante do cenário brasileiro quanto à concessão de benefícios fiscais, especialmente no que se refere à “Guerra Fiscal entre os Estados”, não podemos afastar o risco de questionamento quanto à constitucionalidade dos benefícios fiscais relativos ao ICMS, caso não aprovados no âmbito do Conselho Nacional de Política Fazendária (CONFAZ), por meio do ajuizamento de ações diretas de inconstitucionalidade perante o Supremo Tribunal Federal (STF). Ademais, deve-se avaliar impactos decorrentes da implementação das regras da Lei Complementar 160/2017, regulamentada pelo Convênio ICMS n. 190/2017, no que tange à convalidação de benefícios fiscais estipulando um período de transição até que eles sejam eventualmente extintos, bem como seu impacto nos processos em andamento. Recentemente, houve a edição de leis locais pelos Estados e Distrito Federal com a publicação da lista de benefícios fiscais objeto do procedimento de convalidação dos benefícios fiscais depende de composição de questões políticas

## 4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

e econômicas, eis que diversas obrigações devem ser observadas pelos Estados. No caso de não convalidação, referidos benefícios fiscais deverão ser revogados, gerando um impacto em todo o mercado, uma vez que afetará a todos os contribuintes que gozam do benefício. No mais, eventual inobservância das regras de convalidação, alteração na legislação tributária ou declaração de inconstitucionalidade da legislação concessiva de benefícios fiscais poderá afetar não somente as atividades da Companhia, mas o setor como um todo.

Outra incerteza que enfrentamos está relacionado ao projeto de reforma tributária que tramita sua proposta para criação da fusão do PIS e da COFINS, o “CBS”, bem como a possibilidade de novo imposto de seletividade. Ademais, o Imposto de Importação (II), de competência da União, pode ser alterado por ato normativo do poder executivo e é exceção aos princípios da anterioridade que normalmente regem os tributos brasileiros. Dessa forma, qualquer alteração no Imposto de Importação terá aplicação imediata, o que compromete a previsibilidade de alterações desse tributo e a nossa capacidade de responder a mudanças.

A Companhia atualmente possui benefícios fiscais no estado do Espírito Santo para suas importações através do INVEST/ES importação, tendo diferimento total do ICMS em suas nacionalizações de mercadorias estrangeiras. Para suas vendas a consumidor final e atacadista a Companhia possui benefício pelo COMPETE/ES. Para participar do programa, os setores de vendas não presenciais assinam o Contrato de Competitividade, no qual assumem o compromisso de aumentar a competitividade das empresas estabelecidas no Espírito Santo, em relação às similares de outras regiões do país. O contrato firmado entre o Governo do Estado do Espírito Santo e o Setor das Empresas de Venda Não Presencial do Estado do Espírito Santo, representado pela Associação das Empresas de Venda Não Presencial do Espírito Santo - AVENPES, tem validade até 21 de junho de 2022. Se não conseguirmos renovar os nossos benefícios fiscais, tais benefícios poderão ser modificados, limitados, suspensos ou revogados, o que poderá nos afetar adversamente. Em caso de suspensão, existe o risco de aumento de carga tributária afetando de forma significativa suas margens. O valor contabilizado nas demonstrações financeiras a título de crédito presumido de ICMS em 31 de dezembro de 2019 foi de R\$ 25,9 milhões. Para maiores informações acerca dos benefícios fiscais da Companhia favor consultar o item 7.1 deste Formulário de Referência.

### **Podemos não obter resultados satisfatórios nas operações de negócios recém adquiridos ou construídos.**

Dentro do nosso plano de crescimento dos negócios, consideramos além da expansão orgânica, a possibilidade de expansão pela aquisição de participação em outras companhias ou constituição de novos negócios, como mercados digitais e inovação. A necessidade de expandirmos nossos negócios aumenta a sua complexidade e causa mais incertezas e distintos riscos a serem gerenciados, como os relacionados a captação e adequado uso de recursos financeiros, a gestão de nossos colaboradores, e aos demais recursos operacionais.

Nesse contexto, podemos não ter a eficaz e eficiente gestão das mudanças em concretizar no prazo esperado o processo de maturação quando na gestão de novos negócios, inclusive com relação à duração de tal processo e sua consequente rentabilidade. E, por consequência, podemos não conseguir atingir os resultados satisfatórios nos novos negócios e que podem afetar as margens líquidas consolidadas. Sendo assim, nosso resultado e o valor de nossas ações podem ser negativamente impactados, com efeitos em nossa reputação. Adicionalmente, podemos ser impactados por passivos contingentes dos negócios adquiridos, que possam vir a se materializar.

## 4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

### **Nossa receita pode ser afetada negativamente em razão de mudanças comportamentais de resgate do programa de *cashback* do WineUP.**

Nosso programa de recompensas, o WineUP foi concebido dentro de premissas de resgate e uso pré-definidas. O WineUP foi estruturado como uma plataforma gamificada com missões e conquistas em que todas as compras realizadas pelos clientes, seja no e-commerce ou no clube, geram pontos de experiências e/ou créditos (*cashback*), a serem utilizados em compras futuras. O cliente pode ser classificado em 5 níveis de experiência com diferenças na taxa de acúmulo, proteção de *cashback* e resgate mínimo. A taxa de acúmulo (valor de *cashback* acumulado sobre compras) média e as provisões devem estar em linha com o previsto na criação do programa. Eventuais mudanças no comportamento de resgate podem ter um impacto máximo de R\$ 5,6 milhões na receita bruta da Companhia em 30 de junho de 2020, que é a soma do valor de saldo de *cashback* de todos os clientes.

### **Dependemos da disponibilidade de crédito e cartões de crédito para os nossos clientes. Qualquer mudança nas políticas e valores cobrados pelos emissores de cartões de crédito pode nos afetar, prejudicando nosso resultado operacional e a nossa situação financeira.**

Nos 3 últimos exercícios sociais e período de 6 meses findo em 30 de junho de 2020, mais de 50% das vendas realizadas por nós foi paga por clientes que usavam cartões de crédito. Para viabilizar pagamentos com cartão de crédito, somos obrigados a aderir às políticas dos emissores de cartão de crédito, inclusive às taxas por eles cobradas. Qualquer mudança nas políticas e valores cobrados pelos emissores de cartões de crédito, como a taxa de administração direcionada a comerciantes, pode nos impactar, prejudicando nosso resultado operacional e a nossa situação financeira.

Além disso, aproximadamente 50% das vendas é feita a clientes que compram produtos por meio de um plano de pagamento parcelado em prestações mensais. Dependemos de emissores de cartões de crédito para continuar a oferecer esses planos de pagamento aos nossos clientes. Mudanças nas políticas e valores cobrados pelos emissores de cartão de crédito em relação aos planos de parcelamento ou taxas de juros mais altas, poderão afetar adversamente nossas receitas, nosso resultado operacional e a nossa situação financeira.

### **Os usuários da Companhia podem ser alvo de e-mails de "phishing" ou outras invasões que podem submeter a Companhia a investigações ou obrigações de reparação de danos.**

Os usuários da Companhia podem receber e-mails fraudulentos e/ou serem vítimas de phishing, ao receber e-mails que parecem ser legítimos e enviados pela Companhia ou por um usuário da plataforma, mas que sejam sites falsificados e operados pelo remetente do e-mail ou que informam incorretamente que determinado pagamento foi creditado na plataforma da Companhia e solicitando que o destinatário envie o produto vendido ou envie uma senha ou outras informações confidenciais. Essas atividades podem prejudicar a reputação da Companhia e diminuir o valor de sua marca ou até desencorajar o uso do site e aumentar os custos da Companhia.

### **No caso de a Companhia vir a precisar de capital adicional no futuro, por meio da emissão de valores mobiliários, poderá haver uma diluição da participação de seus acionistas.**

A Companhia pode ter que captar recursos adicionais no futuro através de operações de emissão pública ou privada de ações ou valores mobiliários conversíveis em ações. Qualquer captação de recursos por meio de distribuição pública de ações ou valores mobiliários conversíveis em ações poderá ser realizada com a exclusão do direito de preferência dos seus acionistas, incluindo os investidores nas suas ações, o que pode resultar na diluição da participação dos referidos acionistas

## 4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

no capital social da Companhia, ocasionando a imediata diluição no valor patrimonial de seu investimento.

### **Podemos ter atraso ou percalços no plano de abertura de lojas físicas.**

Eventuais atrasos em identificação e negociação de pontos comerciais, demora em permissões e alvarás de funcionamento ou demora em reformas além dos prazos planejados podem impactar a geração de receita esperada para as lojas físicas, bem como a sua utilização como ponto avançado de distribuição e entregas tanto para o mercado B2C quanto para o B2B (como nossos restaurantes parceiros) em cada localidade, o que afetaria adversamente a Companhia e seus resultados e operações.

### **(b) controlador, direto ou indireto, ou grupo de controle**

#### **Os interesses dos acionistas controladores da Companhia podem entrar em conflito com os interesses dos demais acionistas da Companhia.**

Os acionistas controladores da Companhia têm poderes para, entre outros atos, eleger a maioria dos membros do Conselho de Administração da Companhia e determinar o resultado de deliberações que exijam aprovação de acionistas, inclusive em operações com partes relacionadas, reorganizações societárias, alienações, venda de todos ou substancialmente todos os ativos, parcerias, buscar financiamentos ou operações similares que podem entrar em conflito com os interesses dos demais acionistas da Companhia. Adicionalmente, qualquer mudança no controle pode afetar materialmente a administração, os negócios, os resultados operacionais e a condição financeira da Companhia.

#### **Após a conclusão da Oferta, podemos deixar de possuir um acionista controlador ou grupo de controle, o que poderá nos tornar suscetíveis a alianças entre acionistas, conflitos entre acionistas e outros eventos decorrentes da ausência de um acionista controlador ou grupo de controle.**

Após a realização da Oferta, poderemos deixar de possuir um acionista controlador ou grupo de controle e não há uma prática definida no Brasil de companhia aberta sem acionista identificado como controlador. Pode ser que se formem alianças ou acordos entre os acionistas, o que poderia ter o mesmo efeito de ter um grupo de controle. Caso surja um grupo de controle e este passe a deter o poder decisório, poderíamos sofrer mudanças repentinas e inesperadas das nossas políticas corporativas e estratégias, inclusive através de mecanismos como a substituição dos administradores. A ausência de um acionista controlador ou de um grupo de controle poderá dificultar certos processos de tomada de decisão, pois poderá não ser atingido o quórum mínimo exigido por lei para determinadas deliberações. Caso venhamos a deixar de possuir um acionista controlador ou um grupo de controle, não podemos garantir que a influência que vinha sendo exercida pelo acionista controlador na Companhia (como por exemplo, governança corporativa, gestão de recursos humanos, administração, acesso ao capital e recursos etc.) seja mantida.

Adicionalmente, qualquer mudança repentina ou inesperada em nossa equipe de administradores, em nossa política empresarial ou direcionamento estratégico, tentativa de aquisição de controle ou qualquer disputa entre acionistas concernentes aos seus respectivos direitos, no cenário em que a Companhia não tenha um controlador definido, podem afetar adversamente a Companhia, o valor de suas ações, bem como podem afetar adversamente nossos negócios e resultados operacionais.

## 4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

### (c) acionistas

Não aplicável, uma vez que a Companhia não está exposta a riscos que tenham seus acionistas como fonte.

### (d) controladas e coligadas

**Parte de nossa receita é decorrente do resultado operacional de nossas sociedades controladas e suas atividades são intimamente relacionadas com as nossas atividades. A descontinuidade de nossa controlada Bodegas poderá afetar negativamente nossas operações e nossos resultados.**

Resultados negativos de nossa sociedade controlada Bodegas podem afetar negativamente o resultado operacional da Companhia. A Companhia detém participação direta na Bodegas. Dessa forma, parte de seu resultado decorre do resultado de referida sociedade e, sendo assim, seu resultado não satisfatório poderá afetar negativamente o resultado da Companhia. Adicionalmente, a piora nas condições setoriais e mercadológicas nas operações desses negócios podem afetar negativamente o resultado consolidado das operações da Companhia.

**Eventual processo de recuperação judicial ou falência da Companhia ou de suas subsidiárias pode ser conduzido em bases consolidadas.**

O Judiciário brasileiro ou os próprios credores da Companhia e/ou de empresas de seu grupo econômico podem determinar a condução de eventual processo de recuperação judicial ou falência da Companhia e/ou de qualquer empresa de seu grupo econômico como se fossem uma única sociedade (Teoria da Consolidação Substancial). Caso isso aconteça, os acionistas da Companhia poderão ser negativamente impactados pela perda de valor da Companhia em caso de destinação de seu patrimônio para pagamento dos credores de outras empresas do grupo econômico da Companhia.

### (e) fornecedores

**Os produtos que comercializamos são adquiridos de diversos fornecedores majoritariamente internacionais e, caso ocorram alterações nessa cadeia de fornecimento, nossas atividades e negócios podem ser afetados adversamente.**

Os produtos que comercializamos são adquiridos no exterior, portanto, estamos expostos ao risco de aumento de nossos custos, por exemplo, no caso de os fornecedores alterarem a sua atual política de comercialização e de interrupções na cadeia de fornecimento que podem ocorrer por diversos fatores, como em razão de medidas governamentais restritivas impostas em decorrência da pandemia da COVID-19.

No exercício encerrado em 31 de dezembro de 2019, o grupo dos 15 maiores fornecedores representou, em conjunto, 47,96% do total de compras em moeda estrangeira (EXW/FCA/FOB/CIF Incoterms 2010) da Companhia.

Caso algum fornecedor não seja capaz de fornecer os produtos na quantidade, preço e na frequência usualmente adquiridas e não tivermos estoques suficientes destes produtos, ou não sejamos capazes de substituir referido fornecedor em tempo hábil, poderemos não ser capazes de manter o nível de vendas na categoria afetada, o que pode causar um efeito adverso relevante sobre nossas atividades e resultado operacional.

## 4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

### **Corresponsabilidade com fornecedores que não estão em dia com suas obrigações fiscais, legais, ambientais e trabalhistas**

Para funcionamento de nossas atividades, rotineiramente efetuamos a contratação de mão de obra terceirizada, que podem estar subordinadas juridicamente à Companhia, executando serviços com subjetividade, habitualidade e onerosidade. Neste sentido, a Companhia está sujeita a efeitos negativos advindos de possibilidades de interrupções de certas atividades prestadas por terceirizados que prestam serviços relevantes, principalmente aquelas relacionadas à tecnologia da informação. Tais interrupções podem afetar adversamente a operação da Companhia e, conseqüentemente, seus resultados. Assim, podemos ter configurada, mediante processo judicial, a corresponsabilidade nessas contratações, sendo obrigados a efetuar pagamentos de qualquer natureza a esses contratados terceirizados.

Podemos, ainda, ser responsabilizados pelos danos ambientais incorridos por nossos fornecedores e terceirizados no âmbito do contrato que celebramos com essas empresas, conforme Lei 6.938/1981.

Os nossos fornecedores e terceiros contratados podem se envolver em práticas ilegais ou podem não operar em conformidade com os regulamentos aplicáveis, inclusive no que diz respeito às leis trabalhistas, como as condições de trabalho inseguras, insalubres ou que atentem contra a dignidade humana. Sendo assim, não podemos garantir que teremos, a todo tempo, os meios adequados no local para identificar eventuais práticas ilegais e mitigar as perdas potenciais à Companhia. Se qualquer um dos nossos fornecedores ou terceiros contratados se envolver em práticas ilegais, nós podemos ser civil e criminalmente responsabilizados, afetando-nos, conseqüentemente, no aspecto financeiro, bem como atingindo a nossa reputação, podendo este cenário resultar na perda de clientes e na diminuição das nossas vendas.

Em algumas circunstâncias, a Companhia também pode ser considerada responsável com tais prestadores de serviços pela recomposição e/ou indenização dos danos ambientais e trabalhistas por eles causados. Além disso, a Companhia e suas controladas poderão ser responsabilizadas e envolvidas em processos judiciais nesse sentido, inclusive com eventual inclusão na Lista "A" da Secretaria do Trabalho, prevista no artigo 2º da Portaria Interministerial MTPS/MMIRFG nº 4/2016, o que pode impactar a sua reputação, sua capacidade de obtenção de novos financiamentos além de colocar em risco os benefícios fiscais atuais.

### **A utilização de colaboradores terceirizados pode implicar na assunção de obrigações de natureza trabalhista e previdenciária**

A utilização de mão-de-obra terceirizada pela Companhia pode implicar na assunção de contingências de natureza trabalhista e previdenciária. A assunção de tais contingências é inerente à contratação de terceiros, uma vez que pode ser atribuída à Companhia, na condição de tomadora de serviços de terceiros, a responsabilidade pelos débitos trabalhistas e previdenciários dos empregados das empresas prestadoras de serviços, quando estas deixarem de cumprir com suas obrigações trabalhistas e previdenciárias. A ocorrência de eventuais contingências é de difícil previsão e quantificação, e se vierem a se consumir poderão afetar adversamente a situação financeira e os resultados da Companhia, bem como impactar negativamente sua imagem em caso de eventual aplicação de multa ou pagamento de indenização.

**Podemos incorrer no risco de perda de crédito internacional junto aos nossos fornecedores, prejudicando a nossa capacidade de abastecimento com consequentes vendas de produtos e geração de receita.**

## 4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

O mercado de crédito internacional no setor de vinhos, normalmente está conectado às companhias internacionais de seguro de crédito à exportação, correntemente utilizadas pelos exportadores de vinho para assegurar suas transações, visando protegê-los de riscos de inadimplência. Este tipo de seguro é pago pelo exportador. Em uma eventualidade de redução do limite de cobertura ou até de extinção do mecanismo, a Companhia pode se ver obrigada a garantir suas compras com outro tipo de meio de pagamento internacional, mais burocrático e de custo maior, como a Carta de Crédito com impacto direto em aumento de custo dos produtos.

Pode haver restrições nos valores da nossa cobertura em companhias de seguros de crédito à exportação como COFACE, Crédito & Caución, Sol Unión, entre outras. Essas restrições podem estar ligadas a riscos da Companhia tais como o deterioramento do caixa, o aumento do endividamento, a excessiva exposição cambial ou a instabilidade econômica do país.

**Considerando que temos contratos de compra e venda com fornecedor situados no exterior, podemos não conseguir a entrega dos fornecedores nas condições pré-acordadas.**

Toda compra da Companhia no exterior é formalizada pelo envio de um Pedido de Compras Oficial (Proforma Invoice) por meio eletrônico. A mesma abrange a definição dos produtos, quantidades, preço acordado, prazo de pagamento, prazo de entrega e local de entrega. A aceitação do fornecedor é formalizada por uma assinatura acompanhada por um carimbo em cada uma das Proforma Invoice e este instrumento ampara a transação estabelecida entre fornecedor e Companhia. Existe o risco de descumprimento do que foi acordado por parte do fornecedor em função de ruptura de produtos, alteração nos volumes e ou prazos demandados, inclusive em decorrência dos impactos da pandemia da COVID-19. Neste caso, a Companhia corre o risco de um eventual desabastecimento até que seja possível substituí-los.

**Não temos ingerência, poder de controle ou exclusividade sobre nossos fornecedores e terceiros contratados.**

Não temos ingerência, poder de controle ou contratos de exclusividade com nossos fornecedores, distribuidores. Nossos terceiros contratados e fornecedores podem: (i) fornecer produtos e matérias-primas similares a nossos concorrentes; (ii) deixar de nos fornecer produtos ou matérias-primas; (iii) falhar no fornecimento de produtos ou matérias-primas dentro do prazo ou especificações solicitadas. O mercado internacional de vinhos é composto por uma vasta gama de produtores e exportadores, sendo que parte tem um perfil familiar ou de pequena/média empresa. Como os contratos de exclusividade e de longo prazo não são elementos habituais neste mercado, dada a característica familiar dos produtores/exportadores, a exclusividade dos produtos a serem revendidos na maioria das vezes se dá por acordo verbal ou formalizado por algum correio eletrônico. Deste modo, nosso relacionamento com determinados fornecedores não é totalmente formalizado por contrato escrito, e podemos não ser capazes de fazer cumprir nossos direitos e garantir proteção adequada às nossas marcas. A ocorrência de qualquer dessas hipóteses ou a perda de qualquer fornecedor relevante pode resultar em queda de vendas e afetar negativamente nossos resultados operacionais.

**Dependemos de prestadores de serviço de logística para abastecimento de nossas lojas. Interrupções no fornecimento e outros fatores que afetem a distribuição dos produtos podem causar um impacto adverso nos nossos negócios.**

Dependemos de prestadores de serviços de logística contratados para garantir o transporte e a entrega dos produtos em nossas lojas. Qualquer desgaste no relacionamento entre a Companhia e estes terceiros ou, ainda, qualquer interrupção decorrente de falha no fornecimento, desastres naturais, greves, medidas impostas para tentar combater a pandemia da COVID-19 ou outros fatores

## 4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

fora do nosso controle podem impedir a Companhia de atender a demanda de seus clientes causando um impacto adverso nos nossos negócios, em nossa imagem e reputação, na nossa situação financeira e, conseqüentemente, nos nossos resultados operacionais.

Ademais, não há garantia de que não teremos problemas na coordenação de nossa estratégia de logística juntamente com a realização do nosso plano de crescimento. Na medida que pretendemos expandir nossos negócios no Brasil, precisamos garantir eficiência similar na gestão dos distribuidores e prestadores de serviço de logística para manter o abastecimento das novas lojas. Portanto, qualquer falha em estabelecer conexão entre nossas lojas e nossos centros de distribuição, eventuais greves ou paralisações de caminhoneiros podem ter um impacto adverso nos planos de crescimento, nos custos operacionais e, conseqüentemente, nos nossos resultados operacionais.

### **A Companhia pode ser responsabilizada caso seus fornecedores venham a se utilizar de práticas irregulares.**

A Companhia não pode garantir que seus fornecedores não venham apresentar problemas com questões trabalhistas ou relacionadas à sustentabilidade, quarteirização da cadeia produtiva e condições de segurança impróprias ou mesmo que venham a se utilizar dessas irregularidades para terem um custo mais baixo de seus produtos. Caso determinados fornecedores assim o façam, a Companhia poderá ter prejuízos com sua imagem e, em consequência, perda de atratividade junto aos seus clientes, com impacto direto na redução de sua receita líquida e resultado operacional, bem como queda no valor das ações de sua emissão.

Em algumas circunstâncias, a Companhia também pode ser considerada responsável com tais prestadores de serviços pela recomposição e/ou indenização dos danos ambientais e trabalhistas por eles causados. Além disso, a Companhia e suas controladas poderão ser responsabilizadas e envolvidas em processos judiciais nesse sentido, inclusive com eventual inclusão na Lista "A" da Secretaria do Trabalho, prevista no artigo 2º da Portaria Interministerial MTPS/MMIRFG nº 4/2016, o que pode impactar a sua reputação, sua capacidade de obtenção de novos financiamentos além de colocar em risco os benefícios fiscais atuais.

Além disso, caso haja inadimplemento ou falência de empresa terceirizada contratada pela Companhia, esta será responsável por cumprir com todos os direitos do profissional terceirizado que em seu estabelecimento atue, o que poderá acarretar significativa diferença entre os encargos orçados para a contratação e os que efetivamente terá que pagar.

### **(f) clientes**

#### **Podemos não ser capazes de atrair novos clientes, manter nossos atuais clientes, ou ainda expandir as vendas para os nossos clientes atuais.**

Nossa estratégia de crescimento envolve uma expansão em todos os nossos canais: Clube, E-commerce, Lojas Físicas, Venda Consultiva e B2B. Podemos enfrentar dificuldades ou não ser capazes de implementar com sucesso nossa estratégia de crescimento.

Eventual falha no desenvolvimento das nossas estratégias comerciais, na expansão eficiente de nossos recursos de marketing e vendas ou na prestação de atendimento, pode prejudicar nossa capacidade de aumentar nossa base de clientes, manter nossa base atual de clientes satisfeita e/ou alcançar uma aceitação mais ampla do mercado visando expandir nossas vendas, situações estas que podem afetar adversamente nossos negócios, resultados operacionais, situação financeira e o valor de nossos valores mobiliários.

## 4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

### **Podemos não ser capazes de repassar integralmente aos clientes os aumentos de custos que incorremos por conta de volatilidade cambial.**

Trabalhamos com portfólio de produtos importados e realizamos aumentos de mensalidade do clube ou de produtos. Se o aumento de custo decorrente de volatilidade cambial for elevado, podemos não conseguir repassar integralmente esse valor aos clientes, sob pena de aumentarmos significativamente a saída de nossos sócios do clube.

Em 30 de junho de 2020, a taxa de câmbio do real em comparação ao dólar americano fechou em R\$ 5,4760 por US\$1,00. Após o início da pandemia da COVID-19, o real desvalorizou abruptamente em relação ao dólar, o que pode ser visto quando comparamos a taxa previamente descrita com a mesma em 31 de dezembro de 2019, que foi de R\$ 4,0307 por US\$1,00, refletindo baixas taxas de juros, um cenário econômico em acentuada deterioração e uma crise política. Não se pode garantir que o Real não sofrerá valorização ou desvalorização significativas em relação ao Dólar.

As depreciações do Real em relação ao Dólar podem criar pressões inflacionárias adicionais no Brasil e acarretar aumentos das taxas de juros, podendo afetar de modo negativo a economia brasileira como um todo e os nossos resultados operacionais, por conta da retração no consumo e aumento de nossos custos.

A depreciação do real em relação ao dólar norte-americano também pode aumentar os custos operacionais relacionados à importação de mercadorias e despesas e passivos financeiros relacionados a empréstimos e financiamentos da Companhia denominados em dólares norte-americanos. Podemos ser afetados adversamente pela falha em administrar nossa exposição cambial ou em cumprir nossa política de proteção de câmbio.

### **Podemos deixar de cumprir as leis de privacidade ou tratar adequadamente das questões de privacidade, divulgando informações confidenciais ou sensíveis que possam prejudicar nossos negócios e reputação.**

A Constituição Federal, a Lei nº 10.406/02 (Código Civil), a Lei nº 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor) e a Lei nº 12.965/14 (Marco Civil da Internet), Decreto nº 8.771/16 e a Lei Geral de Proteção de Dados (Lei nº 13.709/18) são as principais leis que regem o uso de dados pessoais no Brasil. Entre outros requisitos, para que os dados pessoais sejam coletados e usados, quando através de provedores, precisamos obter o consentimento prévio, expresso e informado do titular dos dados.

A Lei Geral de Proteção de Dados foi promulgada para regular o tratamento de dados pessoais. Como coletamos, armazenamos, processamos e usamos informações pessoais e de funcionários e clientes e outros dados de usuários em nossos negócios, devemos cumprir com todas as leis de privacidade e proteção de dados pessoais. Um risco significativo associado ao nosso negócio, particularmente nosso negócio de e-commerce e comunicações em geral, é a transmissão segura de dados pessoais.

Qualquer violação de segurança, ou qualquer falha percebida envolvendo o uso indevido, perda ou outra divulgação não autorizada de dados pessoais, bem como qualquer falha ou aparente falha em cumprir as leis, políticas, obrigações legais ou padrões da indústria em relação à privacidade e proteção de dados, seja por nós ou fornecedores, podem prejudicar nossa reputação, nos expor a riscos e responsabilidades legais, sujeitar-nos a publicidade negativa, interromper nossas operações e prejudicar nossos negócios. Não podemos garantir que nossas medidas de segurança evitarão

## 4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

vazamento de dados pessoais, incidentes de segurança, ou que a falha em os evitar não terá um efeito adverso relevante sobre nós.

### (g) setores da economia nos quais o emissor atue

**Trabalhamos com um produto de origem agrícola e estamos sujeitos aos riscos relativos aos fatores climáticos e a volatilidade dos preços a eles associada.**

Como o vinho se trata de um produto derivado da uva, a sua produção está vinculada a agricultura. A volatilidade dos preços de compra de vinhos pode estar associada a diversos fatores climáticos e determinados pela lei da oferta e da demanda. Variações climáticas como maior período de sol durante o ano, estações equilibradas ou chuvas e granizo em períodos de colheita das uvas, geadas em períodos de maturação das uvas ou seca excessiva, poderão alterar para mais ou para menos o volume de uva produzido e consequentemente majorar ou diminuir o preço de mercado, da principal matéria prima para a elaboração de vinhos, impactando o preço do produto final. Recentemente algumas regiões do mundo foram assoladas por incêndios que destruíram plantações de uvas, estes efeitos podem eventualmente alterar as métricas de oferta e demanda ocasionando uma oscilação de preços de compra de nossos produtos.

**O setor de varejo é sensível a diminuições no poder de compra do consumidor e a ciclos econômicos desfavoráveis.**

O sucesso das operações do setor depende, entre outros, de vários fatores relacionados aos gastos do consumidor e/ou que afetam sua renda, inclusive a situação geral dos negócios, taxas de juros, inflação, disponibilidade de crédito ao consumidor, tributação, confiança do consumidor nas condições econômicas futuras, níveis de emprego e salários. Situações desfavoráveis na economia brasileira, ou na economia mundial com reflexo na economia brasileira, podem, portanto, reduzir consideravelmente a capacidade de gastos do consumidor e sua renda disponível, em especial o consumidor da Classe C, que tem menos acesso a crédito que as classes A e B, mais dificuldade para refinar dívidas e potencialmente mais afetado pelo aumento do desemprego.

Trabalhamos com um produto não essencial e a perda do poder de consumo das famílias pode afetar a nossa demanda e a previsibilidade de receita em nosso modelo de negócio. Como todo o setor de varejo estamos expostos a tais eventos macroeconômicos (evolução do PIB, nível de emprego e renda, dentre outros), a eventos políticos e, com significativa relevância ao fator tecnológico. O Governo Federal, por meio do Conselho Monetário Nacional (CMN) e do Banco Central do Brasil, periodicamente introduz regulamentações com o objetivo de regular a disponibilidade de crédito para reduzir ou aumentar o consumo e, consequentemente, controlar a taxa de inflação. Tais regulamentações incluem, entre outras ferramentas, (i) alteração dos requisitos impostos aos depósitos compulsórios incidentes sobre empréstimos, depósitos e em outras operações; (ii) a regulação do prazo máximo dos financiamentos; e (iii) a imposição de limitações sobre o montante que pode ser financiado. Essas regulamentações podem reduzir a capacidade dos usuários de e consumidores da plataforma da Companhia em obter crédito junto a instituições financeiras. Alguns desses controles podem afetar o mercado financeiro e de crédito por longos períodos. Não há nenhuma garantia de que no futuro o Governo Federal não irá adotar novas regulamentações que reduzam o acesso a créditos junto a instituições financeiras, o que poderá afetar adversamente e de forma relevante resultado operacional e a situação financeira da Companhia.

Ainda, o sucesso das atividades da Companhia depende do aumento da taxa de crescimento da população e do aumento de sua renda. A redução ou desaceleração em tal crescimento poderá

## 4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

afetar negativamente e de forma relevante as suas vendas, seu resultado operacional e a sua situação financeira.

**A expansão de nossos negócios depende do aumento da disponibilidade, qualidade e uso da internet no Brasil, bem como do crescimento do e-commerce no país e do consumo de vinho no país.**

Nosso negócio é ancorado no canal online seja ele com interação via nosso site ou APP, instabilidades ou falhas de conexão afetam diretamente nosso negócio. A taxa de adoção do e-commerce com compras online e o aumento do consumo do vinho também podem atuar como freios ao nosso crescimento e ter impacto negativo na Companhia.

**O setor de varejo é altamente competitivo e as condições de concorrência podem afetar adversamente nossos resultados.**

Competimos com muitas redes de varejo de mercadorias em geral, assim como com hipermercados e supermercados que oferecem aos seus clientes vinhos e produtos similares. Além disso, as decisões de compra por parte dos consumidores são afetadas por fatores tais como reconhecimento da marca, qualidade do produto, disponibilidade de crédito, preço e hábitos e preferências subjetivas de cada consumidor. Dependemos das estratégias publicitárias, promocionais ou mercadológicas dos fabricantes de produtos que fornecemos, e se eles não tiverem êxito, ou se formos incapazes de oferecer novos produtos que atendam às demandas do mercado ou às mudanças de hábito dos consumidores, ou se não conseguirmos administrar com sucesso as épocas oportunas para introdução de novos produtos ou a rentabilidade destes esforços ou, se por outras razões, nossos consumidores finais acreditarem que os produtos de nossos competidores são mais atraentes, então nossas vendas, nossa rentabilidade e nossos resultados operacionais podem ser adversamente afetados. A concorrência no comércio de alimentos e bebidas também pode se intensificar. Outras empresas do ramo varejista e de comércio de alimentos e bebidas podem vir a celebrar alianças ou acordos comerciais que venham a fortalecer a sua posição competitiva, inclusive através de acordos de exclusividade com nossos atuais parceiros. À medida que a carteira de clientes for crescendo e aumentando a sua fidelização nos diversos no mercado de Internet, os participantes destes segmentos poderão buscar expandir os seus negócios para os segmentos de mercado no qual atuamos. Além disso, novas tecnologias podem intensificar ainda mais a natureza competitiva do varejo online. Acreditamos que a natureza da Internet como um local de mercado eletrônico facilita a entrada de competidores e permite a realização de compras por meio de comparação de preços. Esse aumento na concorrência pode vir a reduzir as nossas vendas, lucros operacionais, ou ambos. Ainda, os concorrentes, tanto no mercado de varejo físico quanto no mercado de varejo eletrônico, poderão vir a disponibilizar mais recursos para o desenvolvimento de tecnologia e marketing do que nós. Por fim, os varejistas atuantes no mercado de serviços online poderão vir a ser adquiridos, receber investimentos, ou celebrar outros relacionamentos comerciais com empresas maiores, mais estabelecidas e dotadas de recursos financeiros.

Adicionalmente, não podemos garantir que não haverá alteração do hábito dos nossos consumidores em razão de fatores como limitações ou restrição de circulação de pessoas como o provocado em razão da pandemia do COVID-19. Além disso, caso haja alteração de hábito, não podemos garantir que seremos eficientes e ágeis na adaptação ao atendimento desses novos hábitos.

**Publicidade negativa focada nos produtos da Companhia ou na forma como a Companhia conduz suas operações poderá prejudicar o negócio da Companhia.**

## 4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

A cobertura da mídia e a publicidade de modo geral podem exercer influência significativa sobre o comportamento e ações dos consumidores. Se a aceitação social de vinhos declinar de modo significativo, as vendas dos produtos da Companhia poderão diminuir de modo relevante. A publicidade negativa a respeito do consumo de álcool ou as mudanças na percepção dos consumidores em relação ao álcool de modo geral podem afetar adversamente a venda e o consumo dos produtos da Companhia e podem prejudicar os negócios, resultados operacionais, fluxos de caixa ou situação financeira da Companhia na medida em que os consumidores e clientes venham a alterar seus padrões de consumo.

### (h) regulação dos setores em que o emissor atue

**A Companhia está sujeita a riscos associados ao não cumprimento da Lei Geral de Proteção de Dados e poderá ser afetada adversamente pela aplicação de multas e outros tipos de sanções.**

Atualmente, as práticas que envolvem o tratamento de dados pessoais são regidas por certas leis setoriais, como o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078/1990) e o Marco Civil da Internet (Lei 12.965/2014).

Em 14 de agosto de 2018, foi promulgada a Lei nº 13.709 (“Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais” ou “LGPD”), para regular o tratamento de dados pessoais no Brasil. Em razão da promulgação da Medida Provisória nº 959, de 29 de abril de 2020 (“MP 959”), a LGPD entrou em vigor no dia 18 de setembro de 2020, após o projeto de lei de conversão da MP 959 ter sido sancionado pelo Presidente da República. No entanto, os artigos 52, 53 e 54 da LGPD, que tratam das sanções administrativas, somente entrarão em vigor a partir de 1º de agosto de 2021, na forma de Lei nº 14.010/2020.

A LGPD estabelece um novo marco legal a ser observado por pessoas naturais ou jurídicas de direito público ou privado nas operações de tratamento de dados pessoais e prevê, entre outros, os direitos dos titulares de dados pessoais, as bases legais aplicáveis para o tratamento de dados pessoais, os requisitos para obtenção de consentimento, as obrigações e requisitos relativos a incidentes de segurança e vazamentos e a transferências de dados, sejam nacionais ou internacionais, bem como a criação da Autoridade Nacional de Proteção de Dados (“ANPD”), responsável pela fiscalização, promoção, divulgação, regulação, estabelecimento de diretrizes e aplicação da lei. Em caso de não conformidade com a LGPD, a Companhia pode estar sujeitas às sanções administrativas aplicáveis pela ANPD após sua criação, de forma isolada ou cumulativa, de advertência, obrigação de publicização de incidente; bloqueio temporário e/ou eliminação de dados pessoais a que se refere a infração; multa simples de até 2% (dois por cento) do faturamento da empresa, grupo ou conglomerado no Brasil no seu último exercício, excluídos os tributos, até o montante global de R\$50.000.000 (cinquenta milhões de reais) por infração; multa diária, observado o limite global mencionado; e, em caso de reincidência, sanções mais severas à Companhia, como suspensão do funcionamento do banco de dados a que se refere a infração pelo período máximo de 6 (seis) meses, prorrogável por igual período, até a regularização da atividade de tratamento pelo controlador; suspensão do exercício da atividade de tratamento dos dados pessoais a que se refere a infração pelo período de 6 (seis) meses, prorrogável por igual período; e proibição parcial ou total do exercício de atividades relacionadas a tratamento de dados.

Além das sanções administrativas, a Companhia pode ser responsabilizada judicialmente por danos materiais, morais, individuais ou coletivos causados aos titulares de dados pessoais, inclusive quando causados por prestadores de serviços e parceiros que atuem como operadores de dados pessoais em nome da Companhia ou como controladores em conjunto com a Companhia, devido ao não cumprimento das obrigações estabelecidas pela LGPD.

## 4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

Além do regime de responsabilidade civil apurada judicialmente, o fato de as sanções administrativas da LGPD se tornarem aplicáveis pela ANPD apenas em agosto de 2021 não impede a aplicação de sanções administrativas estabelecidas em outras leis que tratam de questões de privacidade e proteção de dados, como o Código de Defesa do Consumidor e o Marco Civil da Internet. Essas sanções administrativas podem ser aplicadas por outras autoridades públicas, como o Ministério Público e órgãos de proteção ao consumidor. A Companhia também está sujeita à responsabilização na esfera cível por violação a essas leis.

Desta forma, a Companhia terá de adaptar suas práticas comerciais às disposições da LGPD, uma vez que falhas na proteção dos dados pessoais tratados pela Companhia, bem como a inadequação à legislação aplicável, poderão acarretar multas elevadas, divulgação do incidente para o mercado, eliminação dos dados pessoais da base e até a suspensão de suas atividades, o que poderá impedir a Companhia de desenvolver suas atividades regularmente e/ou afetar negativamente a sua reputação e os seus resultados e, conseqüentemente, o valor de suas ações.

### **A Companhia está sujeita a riscos relacionados a multas e/ou sanções pela falta de aderência à legislação referente a importação e desembaraço de mercadorias.**

A Companhia pode ter o resultado afetado e incorrer em multas em caso de não cumprimento da legislação referente a importação e desembaraço de mercadorias. A Companhia também não pode garantir que consiga monitorar o processo completo de embarque e desembarque de mercadoria em nossos diversos portos de destino e de origem.

### **Os aumentos dos impostos incidentes sobre bebidas poderão afetar negativamente os resultados e a rentabilidade da Companhia.**

Aumentos nos níveis de tributação podem produzir um efeito adverso sobre a rentabilidade da Companhia. Aumentos nos impostos sobre bebidas geralmente resultam em preços mais elevados das bebidas para os consumidores. Preços das bebidas mais elevados geralmente resultam em níveis de consumo mais baixos e, portanto, numa menor receita líquida. Uma menor receita líquida resulta em margens mais baixas, uma vez que alguns dos custos da Companhia são fixos e, portanto, não variam significativamente com base no nível da produção. Não se pode garantir que o governo não irá aumentar os atuais níveis de tributação, e que isto não terá efeito sobre os negócios da Companhia.

### **O Governo Federal está constantemente promovendo modificações na regulação do comércio e da Internet, tais mudanças poderão afetar nossos negócios adversamente.**

A Companhia está sujeita às regulamentações e leis comerciais, bem como as leis que regem a Internet e o comércio eletrônico. Não existe atualmente diferenciação entre as leis relativas ao comércio eletrônico e ao comércio de varejo. Essas leis e regulamentos atuais e futuros poderão vir a dificultar o crescimento da Internet ou de outros serviços online. Essas regulamentações e leis podem abranger tributação, privacidade do usuário, proteção de dados, precificação, conteúdo, direitos autorais, distribuição, contratos eletrônicos e outras comunicações, proteção ao cliente, prestação de serviços de pagamento online, acesso residencial à Internet em banda larga e características e qualidade de produtos e serviços. Ainda é incerto como as leis existentes que regem questões tais como propriedade, vendas e tributos, difamação e privacidade pessoal se aplicariam à Internet e ao comércio eletrônico. Uma resolução desfavorável com relação a estas questões poderá prejudicar nossa imagem, negócio, ocasionando uma diminuição na demanda por nossos produtos e serviços e um aumento nas nossas despesas operacionais.

## 4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

As ações de publicidade realizadas pela Companhia estão submetidas a uma série de limitações legais, em decorrência da peculiaridade de seus produtos, cujo consumo excessivo ou inadequado pode acarretar problemas à saúde do consumidor. Assim sendo, estamos obrigados a promover nossos produtos de maneira socialmente responsável, seguindo parâmetros do Código de Defesa do Consumidor e do Código Brasileiro de Autorregulamentação Publicitária - com informações claras e direcionadas ao seu público alvo.

O CONAR (Conselho Nacional de Autorregulamentação Publicitária), fiscaliza a ética na propaganda comercial veiculada em todo território brasileiro e, no que se diz respeito ao comércio de bebidas alcoólicas, verifica se estão sendo devidamente cumpridas as disposições constantes no Código Brasileiro de Autorregulamentação Publicitária, como por exemplo a inserção de frases de advertência em todos os anúncios da categoria e de travas de acesso ao conteúdo para menores de 18 (dezoito) anos. Em suma, as campanhas publicitárias criadas e divulgadas pela Companhia, para que atinjam seu objetivo de promover o produto de maneira adequada, devem garantir que toda e qualquer publicidade seja efetivamente destinada a seu público-alvo, impedindo que impactem menores de 18 (dezoito) anos e pessoas que possuam problemas com bebidas alcoólicas.

Além disso, toda oferta de produtos deve proteger o consumidor de ser eventualmente impactado por publicidade que possa vir a ser caracterizada como abusiva ou enganosa e deve observar os princípios de boa-fé e transparência, todos dispostos no Código de Defesa do Consumidor.

Eventualmente, podemos criar estratégias de interação com o consumidor que não estejam em conformidade com os citados dispositivos e/ou divulgar ofertas que não sejam claras, bem como podemos não ter disponíveis e/ou acessíveis todos os mecanismos de bloqueio de acesso ao conteúdo por pessoas que não estejam caracterizadas como público-alvo de nossas publicidades comerciais.

Assim, caso constatado descumprimento das premissas acima elencadas, estaremos sujeitos às respectivas penalidades previstas tanto no CDC quanto no Código Brasileiro de Autorregulamentação publicitária, que poderão acarretar para a Companhia não só impacto financeiro decorrente de pagamentos de indenizações por danos morais e/ou materiais aos consumidores que porventura tenham sido prejudicados, mas também dano à imagem oriundo do desrespeito às premissas consumeristas e/ou de divulgação da posição do CONAR com relação à Companhia em face de não acatamento das medidas e providências preconizadas.

### **(i) países estrangeiros onde o emissor atue**

Não aplicável, uma vez que a não atuamos em países estrangeiros.

### **(j) questões socioambientais**

#### **Companhia está sujeita à legislação e regulamentação ambiental.**

Estamos sujeitos a leis e regulamentações federais, estaduais e municipais referentes à preservação e proteção do meio ambiente. Entre outras obrigações, essas leis e regulamentações estabelecem padrões e exigências de licenciamento ambiental, padrões para emissões atmosféricas e de ruídos, bem como exigências relacionadas a áreas especialmente protegidas. Qualquer falha no cumprimento das leis e regulamentações ambientais aplicáveis pode nos submeter a sanções administrativas e penais, além da obrigação de reparar os danos causados ou indenizar terceiros.

## 4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

A Lei 12.305/2010, que instituiu a política de resíduos sólidos no Brasil, contém mecanismos para fomentar o avanço brasileiro diante dos principais problemas ambientais, sociais e econômicos decorrentes do descarte inadequado de resíduos sólidos.

O crescimento da Companhia, e consequentemente da nossa operação, faz com que precisemos investir cada vez mais no gerenciamento do descarte adequado dos resíduos sólidos produzidos, o que tem impacto tanto na destinação de nossos recursos financeiros quanto no acompanhamento e fiscalização de todo esse processo, que pode se tornar mais complexo para a Companhia. Assim, na hipótese de descumprimento das premissas constantes na referida Lei que versa sobre resíduos sólidos, estaremos sujeitos às penalidades legais, tais como a cobrança de multa e o enquadramento em crimes ambientais, bem como à reparação por eventuais danos ambientais. Eventual responsabilização ambiental da Companhia poderá afetar de forma severa a imagem da empresa.

Além disso, não podemos garantir que essas leis e regulamentações não ficarão mais rigorosas. Caso fiquem mais rigorosas, poderemos ter que aumentar significativamente, os nossos gastos para cumprimento dessas leis e regulamentações ambientais. Investimentos ambientais não previstos podem reduzir os recursos disponíveis para outros investimentos e podem nos afetar substancial e negativamente.

### (k) questões macroeconômicas

**O surto de doenças altamente transmissíveis em todo o mundo, como a atual pandemia do coronavírus (COVID-19), pode levar a uma maior volatilidade no mercado de capitais global e resultar em pressão negativa sobre a economia mundial, incluindo a economia brasileira, impactando o mercado de negociação das ações de emissão da Companhia.**

Surtos ou potenciais surtos de doenças (a exemplo do COVID-19) podem ter um efeito adverso no mercado de capitais global (incluindo o mercado de capitais em que suas ações serão negociadas), na economia global (incluindo a economia brasileira) e na cotação das ações de nossa emissão. Historicamente, algumas epidemias e surtos regionais ou globais, como zika vírus, vírus ebola, vírus H5N5 (popularmente conhecida como gripe aviária), a febre aftosa, vírus H1N1 (influenza A, popularmente conhecida como gripe suína), a síndrome respiratória do oriente médio (MERS) e a síndrome respiratória aguda grave (SARS) afetaram determinados setores da economia dos países em que essas doenças se propagaram.

Em 11 março de 2020, a Organização Mundial de Saúde (OMS) declarou a pandemia do vírus COVID-19, doença causada pelo novo coronavírus (Sars-Cov-2). Na prática, a declaração significou o reconhecimento pela OMS de que o vírus se disseminou por diversos continentes com transmissão sustentada entre as pessoas. A declaração da pandemia do COVID-19 pela OMS desencadeou severas medidas restritivas por parte de autoridades governamentais no mundo todo, a fim de controlar o surto, resultando em medidas restritivas relacionadas ao fluxo de pessoas, incluindo quarentena e lockdown, restrições às viagens e transportes públicos, fechamento prolongado de locais de trabalho, interrupções na cadeia de suprimentos, fechamento do comércio e redução de consumo de uma maneira geral pela população. No Brasil, alguns estados e municípios, incluindo das localidades em que a Companhia possui lojas físicas, seguiram essas providências, adotando medidas para impedir ou retardar a propagação da doença, como restrição à circulação e o isolamento social, que resultaram no fechamento de parques, shoppings e demais espaços públicos.

Qualquer mudança material nos mercados financeiros globais ou na economia brasileira pode diminuir o interesse de investidores em ativos brasileiros, incluindo as ações de emissão da Companhia, o que pode afetar adversamente a cotação dos mencionados ativos, além de dificultar

## 4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

o acesso ao mercado de capitais e financiamento das operações da Companhia no futuro e em termos aceitáveis.

**A volatilidade e a falta de liquidez do mercado brasileiro de valores mobiliários poderão limitar substancialmente a capacidade dos acionistas de venderem ações da Companhia pelo preço e na ocasião que desejarem.**

O investimento em valores mobiliários negociados em mercados emergentes, tal como o Brasil, envolve, com frequência, maior risco em comparação a outros mercados mundiais, sendo tais investimentos considerados, em geral, de natureza mais especulativa. Além disso, o mercado brasileiro de valores mobiliários é substancialmente menor, menos líquido e mais concentrado, podendo ser mais volátil do que os principais mercados de valores mobiliários mundiais. O mercado de valores mobiliários de emissão de companhias brasileiras é influenciado, em diferentes graus, pelas condições econômicas e de mercado de outros países, inclusive Estados Unidos, União Europeia e países de economias emergentes. A reação dos investidores aos acontecimentos nesses outros países pode ter um efeito adverso relevante sobre o valor de mercado dos valores mobiliários de companhias brasileiras, em especial, aqueles negociados em bolsas de valores. Crises nos Estados Unidos, na União Europeia ou em países emergentes podem reduzir o interesse de investidores nos valores mobiliários de companhias brasileiras, inclusive os valores mobiliários de nossa emissão.

Os preços das ações na B3, por exemplo, são historicamente afetados por flutuações nas taxas de juros vigentes nos Estados Unidos, bem como pelas variações dos principais índices de ações norte-americanos. Acontecimentos em outros países e mercados de capitais poderão prejudicar o valor de mercado das nossas ações, podendo, ademais, dificultar ou impedir totalmente o nosso acesso aos mercados de capitais e ao financiamento de suas operações no futuro em termos aceitáveis.

Não há garantia de que o mercado de capitais permaneça aberto às companhias brasileiras ou de que os custos de financiamento nesse mercado sejam vantajosos para nós. Crises em outros países emergentes, bem como conflitos referentes a relacionamentos comerciais entre países, podem restringir o interesse dos investidores em relação aos títulos e valores mobiliários emitidos por companhias brasileiras, inclusive os de nossa emissão, o que pode prejudicar sua liquidez e seu valor de mercado, além de dificultar o nosso acesso ao mercado de capitais e ao financiamento das suas operações no futuro, em termos aceitáveis ou absolutos. Por conseguinte, a capacidade dos acionistas de venderem ações da Companhia pelo preço e no momento desejado poderá ficar substancialmente afetada, o que poderá, ainda, afetar negativamente o preço de negociação das ações da Companhia. Adicionalmente, vendas ou a percepção de uma possível venda de um volume substancial das ações da Companhia poderão prejudicar o valor de negociação das ações da Companhia.

**O Governo Federal exerce influência significativa sobre a economia brasileira. Essa influência, bem como a conjuntura econômica e a política brasileira, poderão causar um efeito adverso relevante nas nossas atividades e de nossas controladas.**

A economia brasileira tem sofrido intervenções frequentes por parte do Governo Federal, que por vezes, realiza modificações significativas em suas políticas e normas. As medidas tomadas pelo Governo Federal para controlar a inflação, além de outras políticas e normas, implicam intervenções nas taxas de juros e no mercado de câmbio, mudança das políticas fiscais, controle de preços, controle de capital e limitação às importações, entre outras medidas. Nesse sentido, a Companhia não tem controle sobre quais medidas ou políticas o governo brasileiro poderá adotar no futuro. Os negócios, a situação financeira, o resultado das operações da Companhia, bem como suas

## 4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

perspectivas futuras poderão ser afetados de maneira significativa por modificações relevantes nas políticas ou normas que envolvam ou influenciam em fatores, tais como:

- política monetária;
- política fiscal;
- política cambial;
- estabilidade social e política;
- aumento na taxa de desemprego;
- expansão ou contração da economia brasileira;
- controles cambiais e restrições a remessas para o exterior;
- flutuações cambiais relevantes;
- alterações no regime fiscal e tributário;
- taxas de juros;
- liquidez dos mercados financeiros e de capitais domésticos;
- inflação;
- modificação nos critérios de definição de preços e tarifas praticados;
- políticas sanitárias decorrentes de pandemias, como a atual do coronavírus;
- racionamento de energia; e
- outros acontecimentos políticos, diplomáticos, sociais e econômicos que venham a ocorrer no Brasil ou que o afetem.

A adoção por parte do governo brasileiro de políticas ou normas que venham a afetar esses ou outros fatores no futuro pode contribuir para a incerteza econômica no Brasil e para aumentar a volatilidade do mercado de valores mobiliários brasileiro.

As ações do Governo Federal nas políticas ou normas que envolvam os fatores macroeconômicos acima listados poderão afetar adversamente nossas atividades e nossa análise de sensibilidade aos aumentos de taxa de juros. Ademais, mudanças nos preços de ações ordinárias de companhias abertas, ausência de disponibilidade de crédito, reduções nos gastos, desaceleração da economia global, instabilidade de taxa de câmbio, aumento nas taxas de juros no Brasil ou no exterior e pressão inflacionária podem adversamente afetar, direta ou indiretamente, a economia e o mercado de capitais brasileiros, o que poderá reduzir a liquidez global e o interesse do investidor no mercado de capitais brasileiro, afetando negativamente o preço das ações de nossa emissão, gerando consequências negativas aos nossos negócios, situação financeira e resultados operacionais.

**Instabilidade política pode afetar adversamente a economia brasileira, os negócios da Companhia e os resultados de suas operações, bem como o preço de negociação das nossas ações.**

O ambiente político brasileiro tem influenciado historicamente e continua influenciando o desempenho da economia do país e a confiança de investidores e do público em geral, resultando em desaceleração econômica e aumento da volatilidade nos valores mobiliários emitidos por companhias brasileiras.

Os mercados brasileiros têm registrado um aumento de volatilidade devido às incertezas decorrentes de investigações em andamento conduzidas pela Polícia Federal Brasileira e pelo Ministério Público Federal Brasileiro, dentre as quais, a "Operação Lava Jato". Tais investigações têm impactado a economia e o ambiente político do país. Alguns membros do Governo Federal brasileiro e do Poder Legislativo, bem como executivos de grandes companhias públicas e privadas, estão enfrentando acusações de corrupção por, supostamente, terem aceitado subornos por meio de propinas em contratos concedidos pelo governo a companhias de infraestrutura, petróleo e gás, e construção,

#### 4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

dentre outras. Os valores destas propinas supostamente financiaram campanhas de partidos políticos e não foram contabilizadas ou divulgadas publicamente, servindo para promover o enriquecimento pessoal dos beneficiários do esquema de corrupção. Como resultado vários políticos, incluindo membros do Congresso Nacional e executivos de grandes companhias públicas e privadas brasileiras, renunciaram a seus cargos e/ou foram presos, sendo que outras pessoas ainda estão sendo investigadas por alegações de conduta antiética e ilegal, identificadas durante tais investigações.

O potencial resultado destas investigações é incerto, mas elas já tiveram um impacto negativo sobre a imagem e reputação das empresas envolvidas, bem como sobre a percepção geral do mercado sobre a economia brasileira. A Companhia não pode prever se as investigações em curso irão conduzir a uma maior instabilidade política e econômica, nem se novas alegações contra funcionários e executivos do governo e/ou companhias privadas surgirão no futuro.

Além disso, como resultado de uma disputada eleição presidencial, o congressista Jair Bolsonaro se tornou o presidente do Brasil em 1º de janeiro de 2019. Não está claro se e por quanto tempo as divisões políticas que surgiram antes das eleições continuarão sob a presidência do Sr. Bolsonaro e os efeitos que tais divisões terão sobre a capacidade do Sr. Bolsonaro de governar o Brasil e implementar reformas.

Qualquer continuação de tais divisões poderia resultar em impasse no Congresso, agitação política e manifestações massivas e/ou greves que poderiam afetar adversamente as nossas operações. Incertezas em relação à implementação, pelo novo governo, de mudanças relativas às políticas monetária, fiscal e previdenciária, bem como à legislação pertinente, podem contribuir para a instabilidade econômica. Essas incertezas e novas medidas podem aumentar a volatilidade do mercado de títulos brasileiros.

O Presidente do Brasil tem poder para determinar políticas e expedir atos governamentais relativos à condução da economia brasileira e, conseqüentemente, afetar as operações e o desempenho financeiro das empresas, incluindo os nossos.

Durante sua campanha presidencial, Jair Bolsonaro foi favorável à privatização de empresas estatais, abertura econômica e reformas previdenciárias e tributárias. Adicionalmente, durante o mês de abril de 2020, o Presidente da República se envolveu em discussões políticas que culminaram na exoneração do então Ministro da Saúde, Luiz Henrique Mandetta e do pedido de exoneração do então Ministro da Justiça, Sergio Moro. Mencionados ex-Ministros eram considerados nomes fortes do atual Governo Federal e as ocasiões em que as alterações ministeriais ocorrerão provocaram ainda mais instabilidade na economia brasileira e no mercado de capitais. Não podemos garantir que o desenrolar desses eventos terá o condão de provocar impactos adversos adicionais à situação político-econômica do Brasil. Além disso, não podemos garantir que outros eventos políticos não provocaram ainda mais instabilidade na economia brasileira, no mercado de capitais e na cotação de nossas ações.

Até a data deste Formulário de Referência, o presidente Jair Bolsonaro está sendo investigado pelo Supremo Tribunal Federal pela suposta prática de atos impróprios alegados pelo ex-ministro da Justiça, Sr. Sergio Moro. Segundo o ex-ministro, o presidente teria solicitado a nomeação de funcionários da polícia federal brasileira para benefício próprio e de sua família. Caso o presidente tenha cometido tais atos, quaisquer conseqüências resultantes, incluindo uma potencial abertura de processo de impeachment, ou julgamento pelo Supremo Tribunal Federal, poderiam ter efeitos adversos relevantes no ambiente político e econômico no Brasil, bem como em negócios que operam no Brasil, inclusive em nossos negócios.

## 4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

Por fim, não há garantia de que Jair Bolsonaro terá êxito em executar suas promessas de campanha ou aprovar certas reformas. Não podemos prever com certeza como o governo de Jair Bolsonaro poderá afetar a estabilidade geral, as perspectivas de crescimento e saúde econômica e política do país. À medida que as reivindicações pelo impeachment de Jair Bolsonaro ganham força, juntamente com a especulação de intervenção militar nos assuntos internos, a instabilidade política no Brasil se intensificou.

Além disso, o presidente brasileiro Jair Bolsonaro foi criticado no Brasil e internacionalmente, e os efeitos desestabilizadores da pandemia do COVID-19 aumentaram a incerteza política e a instabilidade no Brasil, particularmente após a saída de vários ministros de governo, bem como alegações e instauração de investigações que podem afetar direta ou indiretamente o presidente da república.

Não podemos prever quais políticas o atual Presidente irá adotar, muito menos se tais políticas ou mudanças nas políticas atuais poderão ter um efeito adverso sobre nós ou sobre a economia brasileira.

### **Flutuações da taxa de câmbio podem afetar de forma negativa nossos resultados operacionais.**

A moeda brasileira tem sofrido historicamente depreciações em relação ao dólar americano e outras moedas estrangeiras. O governo brasileiro já implementou vários planos econômicos e políticas cambiais, incluindo desvalorizações repentinas, pequenas desvalorizações periódicas, controles de câmbio, mercado de câmbio duplo e sistemas de taxa de câmbio flutuante.

Embora a desvalorização de longo prazo do real esteja geralmente relacionada à taxa de inflação no Brasil, a desvalorização do real em períodos mais curtos resultou em flutuações significativas na taxa de câmbio entre a moeda brasileira, o dólar dos Estados Unidos e outras moedas. Em 2017, o real desvalorizou-se 1,1% passando de R\$ 3,2857 por dólar norte-americano no início do ano para uma taxa de R\$ 3,3125 por dólar no final de 2017. Em 2018, o real apresentou uma desvalorização de 18,5% passando de R\$ 3,2697 por dólar norte-americano no início do ano para uma taxa de R\$ 3,8813 por dólar no final de 2018. No ano de 2019, o real seguiu apresentando desvalorização com alta de 4,4% na taxa de câmbio, saindo de uma cotação de R\$ 3,8813 por dólar norte-americano no início do ano para uma taxa de R\$ 4,0195 por dólar no final de 2019. Em 30 de junho de 2020, a taxa de câmbio do real/dólar americano foi de R\$ 5,4630 por US\$1,00. Após o início da pandemia da COVID-19, o real desvalorizou abruptamente em relação ao dólar, refletindo baixas taxas de juros, um cenário econômico em acentuada deterioração e uma crise política.

As variações cambiais do real em relação a outras moedas, principalmente o dólar norte-americano, afetaram e continuarão afetando os resultados operacionais da Companhia, expressos em reais.

Não se pode garantir que o Real não sofrerá valorização ou desvalorização significativas em relação ao Dólar. As depreciações do Real em relação ao Dólar podem criar pressões inflacionárias adicionais no Brasil e acarretar aumentos das taxas de juros, podendo afetar de modo negativo a economia brasileira como um todo e os nossos resultados operacionais, por conta da retração no consumo e aumento de nossos custos. A depreciação do real em relação ao dólar norte-americano também pode aumentar os custos operacionais relacionados à importação de mercadorias e despesas e passivos financeiros relacionados a empréstimos e financiamentos da Companhia denominados em dólares norte-americanos. A Companhia pratica sua política de proteção de contratação de *hedge* para acompanhamento diário, considerando a menor cotação do câmbio do dia dentro de cada mês. No intraday, se o câmbio atingir uma alta de 1% em relação à cotação do

## 4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

dia anterior, este será o gatilho para a contratação do hedge e proteção de seus compromissos em moeda estrangeira. Contudo, podemos ser afetados negativamente por mudanças em tais políticas de câmbio. Não exercemos quaisquer influências sobre a política cambial adotada no Brasil, nem dispomos da capacidade de prevê-la. Nosso negócio, situação financeira, resultados operacionais e perspectivas poderão ser afetados negativamente por mudanças em tais políticas cambiais.

### **A Companhia está sujeita a risco de taxa de juros, na medida em que parte significativa de suas obrigações financeiras são indexadas a taxas de juros flutuantes.**

A Companhia está exposta ao risco das variações do certificado de depósito interfinanceiro ("CDI"), na medida em que alguns de seus contratos de financiamento são remunerados em função do CDI. A taxa SELIC anual (base para o cálculo do CDI) encerrou os anos de 2017, 2018 e 2019 em 6,9%, 6,4% e 4,4%, respectivamente. Atualmente, a taxa SELIC anual está em 2,0%.

Caso o Governo Federal aumente substancialmente a taxa SELIC ou adote outras medidas com relação à política monetária que resultem em um aumento significativo das taxas de juros, as despesas financeiras da Companhia poderão aumentar significativamente, afetando adversamente a liquidez, as atividades, os resultados operacionais e situação financeira da Companhia.

### **Qualquer queda adicional no rating de crédito do Brasil pode afetar adversamente o preço de negociação dos valores mobiliários da Companhia.**

Os ratings de crédito afetam a percepção de risco dos investidores e, em consequência, o preço de negociação de valores mobiliários e rendimentos necessários na emissão futura de dívidas nos mercados de capitais. Agências de rating avaliam regularmente o Brasil e seus ratings soberanos, que se baseiam em uma série de fatores, incluindo tendências macroeconômicas, condições fiscais e orçamentárias, métricas de endividamento e a perspectiva de alterações em qualquer um desses fatores. O Brasil perdeu grau de classificação da sua dívida soberana nas três principais agências de classificação de risco baseadas nos EUA: Standard & Poor's, Moody's e Fitch.

- Em janeiro de 2018, a Standard & Poor's reduziu seu rating para o BB- com uma perspectiva estável, tendo em vista as dúvidas em relação aos esforços de reforma das aposentadorias e eleições presidenciais deste ano. Em abril de 2020, a Standard & Poor's manteve o rating de crédito do Brasil em BB-.
- Em abril de 2018, a Moody's manteve o rating de crédito do Brasil em Ba2, mas mudou sua perspectiva de negativa para estável.
- A Fitch também rebaixou para BB- em fevereiro de 2018. Em maio de 2020, a Fitch manteve o rating de crédito do Brasil em BB-, mas mudou sua perspectiva de estável para negativa.

Qualquer rebaixamento adicional dos ratings de crédito soberano do Brasil poderia aumentar a percepção de risco dos investidores e, como resultado, aumentar o custo futuro da emissão de dívida e afetar adversamente o preço de negociação das ações ordinárias da Companhia.

## 4.2 - Descrição Dos Principais Riscos de Mercado

### 4.2 - Descrição dos principais riscos de mercado

A Companhia descreve abaixo os riscos que conhece e acredita que atualmente podem afetá-la adversamente. Riscos adicionais, que atualmente não são conhecidos pela Companhia ou que a Companhia considera irrelevantes, também podem vir a afetar a Companhia de maneira adversa.

As atividades da Companhia a expõem a diversos riscos financeiros: risco de mercado incluindo risco cambial e risco de taxa de juros.

#### **Risco cambial**

A Companhia atua internacionalmente e está exposta ao risco cambial decorrente de transações em algumas moedas, basicamente com relação ao dólar americano e ao euro. O risco cambial decorre de compras de produtos importados.

A Companhia detém ativos e passivos denominados em moeda estrangeira nos montantes descritos a seguir:

	<b>Consolidado</b>			
	<b>30/06/2020</b>		<b>31/12/2019</b>	
	<b>Estrangeira</b>	<b>Reais</b>	<b>Estrangeira</b>	<b>Reais</b>
<b>Ativo</b>				
Outros ativos em dólar	69	380	90	364
Outros ativos em euro	-	-	27	120
Adiantamento a fornecedores em dólar	315	1.725	297	1.196
Adiantamento a fornecedores em euro	96	590	-	-
<b>Passivo</b>				
Fornecedores em dólar	4.450	24.367	4.610	18.580
Fornecedores em euro	3.023	18.606	2.519	11.413
Forfaiting em dólar	56	307	434	1.748
Forfaiting em euro	310	1.906	415	1.879
Empréstimos em euro	-	-	2.370	10.739
<b>Exposição Líquida</b>	<b>8.319</b>	<b>47.881</b>	<b>10.761</b>	<b>46.039</b>
Dólar	4.890	26.779	5.430	21.888
Euro	3.429	21.102	5.331	24.151

Com a finalidade de verificar a sensibilidade dos ativos e passivos em moeda estrangeira que a Companhia possuía exposição na data base de 30 de junho de 2020, foram definidos cinco cenários diferentes, e preparada uma análise de sensibilidade às oscilações da taxa de câmbio.

## 4.2 - Descrição Dos Principais Riscos de Mercado

No quadro a seguir são considerados cinco cenários com base na expectativa da Administração para as variações da taxa de câmbio, sendo o cenário provável adotado pela Companhia e, conforme orientação da CVM por meio da Instrução nº 475 de 17 de dezembro de 2008, outros quatro cenários com uma apreciação de sensibilidade de 25% e 50%, para mais e para menos, da variável do risco considerado.

*Valores em milhares de reais.*

		<u>Consolidado</u>				
		<u>30/06/2020</u>				
	<u>Moeda</u>	<u>Cenário Provável</u>	<u>Cenário A</u>	<u>Cenário B</u>	<u>Cenário C</u>	<u>Cenário D</u>
<b>Ativo</b>						
Contas a receber em dólar	R\$	380	285	190	475	570
Contas a receber em euro	R\$	-	-	-	-	-
Adiantamento a fornecedores em dólar	R\$	1.725	1.293	882	2.158	2.587
Adiantamento a fornecedores em euro	R\$	500	443	295	738	888
<b>Passivo</b>						
Fornecedores em dólar	R\$	(24.387)	(18.275)	(12.183)	(30.459)	(36.550)
Fornecedores em euro	R\$	(18.808)	(13.955)	(9.303)	(23.258)	(27.909)
Forfeiting em dólar	R\$	(307)	(230)	(154)	(384)	(481)
Forfeiting em euro	R\$	(1.908)	(1.429)	(953)	(2.382)	(2.858)
Empréstimos em euro	R\$	-	-	-	-	-
<b>Exposição Líquida</b>		<b>(47.881)</b>	<b>(35.911)</b>	<b>(23.940)</b>	<b>(59.851)</b>	<b>(71.821)</b>
Dólar Dólar		26.779	20.084	13.389	33.473	40.168
Euro Euro		21.102	15.827	10.551	26.378	31.653
Depreciação/apreciação da taxa em 30/06/2020			-25%	-50%	25%	50%
Referência para taxa de câmbio						
Dólar		5,48	4,11	2,74	6,85	8,21
Euro		6,15	4,82	3,08	7,69	9,23
Efeito no lucro antes da tributação						
Dólar			6.695	13.389	(6.695)	(13.389)
Euro			5.278	10.551	(5.278)	(10.551)

### Risco de Taxa de Juros

Decorre da possibilidade da Companhia incorrer em ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. Em 30 de junho de 2020 e 31 de dezembro de 2019, as linhas do nosso balanço vinculadas a taxas de juros eram:

	<u>Em milhares de reais</u>	
	<u>Consolidado</u>	
	<u>30/06/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
<b>Ativos</b>		
Caixa e equivalentes de caixa	22.200	6.757
Instrumentos financeiros derivativos	4.009	-
	<u>26.209</u>	<u>6.757</u>
<b>Passivos</b>		
Empréstimos e financiamentos	31.970	21.684
Instrumentos financeiros derivativos	-	455
	<u>31.970</u>	<u>22.139</u>

### 4.3 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos E Relevantes

#### 4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes

Até a data de protocolo do presente Formulário, a Companhia possui 13 (treze) processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes, sendo 2 (dois) cíveis, 3 (três) tributários, 2 (dois) trabalhistas e 6 (seis) administrativos.

Nós e nossa controlada somos partes em processos judiciais e administrativos de natureza tributária, cível e trabalhista, dentre processos com chance de perda provável, possível e remota. Nossas provisões são registradas conforme os regramentos contábeis, com base na análise individual de cada processo por nossos advogados internos e externos, sendo constituídas provisões para processos avaliados por nossos consultores jurídicos (internos e externos) como processos com chance de perda provável.

Para os fins deste item, foram considerados individualmente processos em que nós e nossas controladas figuramos como parte e que (i) possam vir a impactar de forma significativa o nosso patrimônio ou negócios ou (ii) individualmente possam vir a impactar negativamente a nossa imagem.

#### Processos Cíveis

Processo nº 0096720-76.2010.8.08.0035	
a. Juízo	4ª Vara Cível de Vila Velha
b. Instância	1ª Instância
c. Data de instauração	21/10/2010
d. Partes no processo	Polo Ativo: RAWEDA COMERCIO DE BEBIDAS LTDA Polo Passivo: W2W E-COMMERCE DE VINHOS S/A  ANSELMO GERALDO  ENDLICH ROGERIO MUNIZ  SALUME  M2F CONSULTORIA E PARTICIPAÇÕES S/C LTDA

**4.3 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos E Relevantes**

<b>e. Valores, bens ou direitos envolvidos (R\$ mil)</b>	R\$ 1.708.652,79 (um milhão setecentos e oito mil seiscentos e cinquenta e dois reais e setenta e nove centavos) - valor atualizado.
<b>f. Principais fatos</b>	<p>Trata-se de Ação de Reparação de Danos, na qual a autora sustenta terem os réus praticado concorrência desleal, alegando que (i) extraíram o banco de dados de clientes da autora quando da saída de um dos seus sócios para formação da W2W; e (ii) pagaram mecanismos de busca para que o endereço eletrônico da Wine aparecesse quando fosse buscado o nome fantasia da autora. Juntam documentos, entre eles um inquérito policial instaurado em face do réu Anselmo, no qual o delegado concluiu que houve acesso ao banco de dados da autora por meio de <i>notebook</i> de propriedade do réu Anselmo, a partir de sua residência. Assim, a autora pleiteia danos morais e materiais em virtude de suposto descumprimento, pelos réus, de previsões de propriedade intelectual e concorrência desleal.</p> <p>Em 4.11.2010, foi deferida a liminar para, entre outras medidas, determinar que os requeridos se abstenham de utilizar qualquer informação constante do banco de dados da autora, bem como que cessem a utilização do nome fantasia da autora para parâmetro de busca direcionada ao site da "Wine".</p> <p>A W2W, em 7.2.2010, apresentou contestação apontando que não há provas acerca da subtração ou cópia de dados sigilosos da autora, tendo o delegado lastreado sua conclusão em mera suposição. Sustentou que eventual acesso remoto por parte do réu Anselmo pode ter sido efetuado de modo automatizado e que não foi averiguada se houve a efetiva subtração ou cópia do banco de dados da autora. Aduz que o sucesso da W2W decorreu de investimentos de grande porte, tais como, a contratação de serviço de "disparos" direcionados ao público alvo dos produtos oferecidos pela W2W, o qual cumpre a mesma finalidade de um banco de dados. Em relação aos parâmetros de busca, narra que selecionou centenas de palavras que fariam remissão a seu sítio, sendo que as palavras "estação" e "vinho" estão dentro das palavras contratadas em razão de sua associação a vinho. Reconhece que, de fato, vinculou a seu nome o termo "estação do vinho", mas apenas por período inexpressivo, incapaz de genuinamente prejudicar a autora. Por fim, sustentou inexistência de cláusula de não concorrência quando da saída dos sócios da autora e inexistência da demonstração inequívoca dos danos morais e patrimoniais.</p> <p>Atualmente em fase de perícia, ainda a ser iniciada.</p>
<b>g. Chance de perda (provável, possível ou remota)</b>	Remota
<b>h. Impacto em caso de perda do processo</b>	<p>R\$ 1.708.652,79 (um milhão setecentos e oito mil seiscentos e cinquenta e dois reais e setenta e nove centavos) – valor da causa atualizado.</p> <p>Os pedidos da autora, contudo, são ilíquidos: (i) danos emergentes e lucros cessantes correspondentes aos benefícios auferidos pela W2W ou os benefícios que autora teria auferido se a violação não tivesse ocorrido, tomando-se como base a data de 12.6.2008 até a efetiva cessação de uso; (ii) indenização pela utilização do banco de dados,</p>

**4.3 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos E Relevantes**

	que deve corresponder aos valores despendidos pela autora para organização do banco de dados; (iii) danos morais; e (iv) indenização por utilização ilegal da marca. Pede, por fim, que o Ministério Público seja oficiado para apuração dos crimes alegadamente cometidos.
<b>Processo nº 0005571-47.2016.8.08.0048</b>	
<b>a. Juízo</b>	3ª Vara Cível da Comarca da Serra – ES
<b>b. Instância</b>	1ª Instância
<b>c. Data de instauração</b>	16/03/2016
<b>d. Partes no processo</b>	Polo Ativo: RICCARDO POMPILI ROSSI Polo Passivo: W2W E-COMMERCE DE VINHOS S/A
<b>e. Valores, bens ou direitos envolvidos (R\$ mil)</b>	R\$ 115.641,03 (cento e quinze mil seiscientos e quarenta e um reais e três centavos) - valor atualizado.
<b>f. Principais fatos</b>	<p>Ação de indenização por danos morais e materiais na qual o autor pleiteia danos morais e materiais em virtude de suposto descumprimento, pela ré, de previsões de propriedade intelectual, decorrente de alegada (i) ausência de indicação do nome do requerente como autor dos vídeos mantidos no canal da W2W; (ii) cópia do formato criado pelo requerente nos vídeos publicados no canal da W2W; e (iii) falta de pagamento para cessão dos direitos autorais, para utilização dos vídeos e formatos produzidos pelo requerente.</p> <p>Em 11.5.2018, foi deferida a antecipação de tutela para determinar que a W2W retire os vídeos hospedados no site do “Youtube” que não atribuam a autoria ao requerente dos vídeos por ele produzidos. Sujeito a multa diária, com limite de R\$ 100.000,00.</p> <p>A W2W contestou o feito, sustentando que os vídeos criados se tratam de “obra por encomenda”, cuja premissa é a apropriação dos direitos patrimoniais pelo encomendante. Além disso, os vídeos foram criados em conjunto com a W2W, que participou ativamente de sua criação. Ao fim, sustentou que, na ausência de estipulação contratual escrita, é permitido que a W2W explore economicamente os vídeos por 5 anos. Em relação à ausência de autoria, essa é de responsabilidade do próprio requerente, que deixou de colocar seu nome nos vídeos, uma vez que era ele quem editava e entregava os vídeos. Assim, não há que se falar em qualquer verba a ser indenizada.</p>

**4.3 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos E Relevantes**

	Em 22.4.2020, foi proferido despacho informando que será designada audiência de instrução e julgamento assim que finalizada a suspensão das audiências em decorrência da COVID-19.
<b>g. Chance de perda (provável, possível ou remota)</b>	Possível
<b>h. Impacto em caso de perda do processo</b>	R\$ 115.641,03 (cento e quinze mil seiscientos e quarenta e um reais e três centavos), além disso, há pedido ilíquido de condenação ao pagamento de verbas de direitos autorais a título de cessão para exploração dos vídeos produzidos pelos autores, valor este a ser apurado em liquidação de sentença

**Processos Trabalhistas**

<b>Processo: 0000145-38.2020.5.17.0008</b>	
<b>a. Juízo</b>	8ª Vara do Trabalho de Vitória/ES
<b>b. Instância</b>	1ª Instância
<b>c. Data de instauração</b>	02/03/2020
<b>d. Partes no processo</b>	Autor: N.P.C. Réu: W2W E-COMMERCE DE VINHOS S/A
<b>e. Valores, bens ou direitos envolvidos (R\$ mil)</b>	R\$ 360.000,00 (trezentos e sessenta mil reais) - valor da causa original.
<b>f. Principais fatos</b>	Trata-se de reclamação trabalhista em que se pleiteia a nulidade da dispensa por justa causa, reintegração no emprego pagamento de horas extras e indenização por danos morais. Aguarda-se realização de audiência de instrução para as partes produzirem provas que considerarem pertinentes e o juiz proferir a sentença.

**4.3 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos E Relevantes**

<b>g. Chance de perda (provável, possível ou remota)</b>	Possível.
<b>h. Impacto em caso de perda do processo</b>	Além do impacto financeiro, a Companhia entende que a procedência do pedido de reversão da justa causa poderá afetá-la em termos reputacionais.

<b>Processo: 0001147-05.2019.5.09.0007</b>	
<b>a. Juízo</b>	7ª Vara do Trabalho de Curitiba/PR
<b>b. Instância</b>	1ª Instância
<b>c. Data de instauração</b>	04/11/2019
<b>d. Partes no processo</b>	Autor: A.B.  Réu: W2W E-COMMERCE DE VINHOS S/A  Réu: BODEGAS DE LOS ANDES COMÉRCIO DE VINHOS LTDA.
<b>e. Valores, bens ou direitos envolvidos (R\$ mil)</b>	R\$ 359.371,10 (trezentos e cinquenta e nove mil, trezentos e setenta e um reais e dez centavos) – valor da causa original
<b>f. Principais fatos</b>	Trata-se de reclamação trabalhista em que o autor pleiteia reconhecimento de vínculo de emprego em período anterior à anotação da CTPS, verbas decorrentes do reconhecimento de vínculo de emprego, pagamento de diferenças de comissão, horas extras e indenização por danos morais. Aguarda-se realização de audiência de instrução para as partes produzirem provas que considerarem pertinentes e o juiz proferir a sentença.
<b>g. Chance de perda (provável, possível ou remota)</b>	Possível

**4.3 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos E Relevantes**

<b>h. Impacto em caso de perda do processo</b>	Além do impacto financeiro, a Companhia entende que a procedência do pedido de reconhecimento de vínculo empregatício poderá afetá-la em termos reputacionais e criar precedente para outros trabalhadores em situação semelhante.
--	--

**Processos Administrativos**

<b>Processo Administrativo: 18101.100257/2020-40</b>	
<b>a. Juízo</b>	Ministério da Economia
<b>b. Instância</b>	-
<b>c. Data de instauração</b>	18/02/2020
<b>d. Partes no processo</b>	Polo Ativo: Secretaria da Avaliação, Planejamento, Energia e Loteria (SECAP) Polo Passivo: W2W E-COMMERCE DE VINHOS S/A
<b>e. Valores, bens ou direitos envolvidos (R\$ mil)</b>	Pagamento de até 100% do valor do prêmio referente ao sorteio promovido pela Companhia - aproximadamente R\$ 26.000,00 (vinte e seis mil reais) e proibição de promover sorteios, concursos, vale-brindes e afins.
<b>f. Principais fatos</b>	Descumprimento das regras da SECAP - referentes à prestação de contas de sorteio promovido pela Companhia
<b>g. Chance de perda (provável, possível ou remota)</b>	Provável
<b>h. Impacto em caso de perda do processo</b>	R\$ 26.000,00 (vinte e seis mil reais)

**4.3 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos E Relevantes**

<b>Auto de Infração: 206912.0004/17-6 (agosto/2017)</b>	
<b>a. Juízo</b>	Secretaria da Fazenda do Estado da Bahia ("SEFAZ/BA")
<b>b. Instância</b>	2ª instância administrativa
<b>c. Data de instauração</b>	19/06/2017 (data da lavratura do auto de infração)
<b>d. Partes no processo</b>	Polo Ativo: Secretaria da Fazenda do Estado da Bahia Polo Passivo: W2W E-COMMERCE DE VINHOS S/A
<b>e. Valores, bens ou direitos envolvidos (R\$ mil)</b>	R\$ 1.069.893,36 (um milhão, sessenta e nove mil, oitocentos e noventa e três reais e trinta e seis centavos), valor histórico.
<b>f. Principais fatos</b>	<p>Cobrança de crédito tributário de diferencial de alíquota de ICMS em decorrência de remessa de mercadorias importadas com adoção de alíquota interestadual de 12%, em vez de 4%. Segundo a Fazenda Estadual, a alíquota interestadual de 12% somente seria aplicável, caso as mercadorias importadas tivessem sido submetidas a processo de industrialização, o que não teria ocorrido no caso concreto.</p> <p>A Companhia apresentou Defesa ao Auto de Infração, a qual foi julgada improcedente pela SEFAZ/BA. No momento, aguarda-se apreciação do Recurso interposto pela Companhia contra a decisão de 1ª instância.</p>
<b>g. Chance de perda (provável, possível ou remota)</b>	Perda remota (considerando posterior discussão perante o Judiciário)
<b>h. Impacto em caso de perda do processo</b>	R\$ 1.069.893,36

<b>Auto de Infração: 1870000024444 (maio/2018)</b>	
<b>a. Juízo</b>	Secretaria da Fazenda do Estado de Santa Catarina ("SEFAZ/SC")
<b>b. Instância</b>	2ª instância administrativa
<b>c. Data de instauração</b>	07/06/2018 (data da lavratura do auto de infração)
<b>d. Partes no processo</b>	Polo Ativo: Secretaria da Fazenda do Estado de Santa Catarina Polo Passivo: W2W E-COMMERCE DE VINHOS S/A

**4.3 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos E Relevantes**

<b>e. Valores, bens ou direitos envolvidos (R\$ mil)</b>	R\$ 1.784.832,20 (um milhão, setecentos e oitenta e quatro mil, oitocentos e trinta e dois reais e vinte centavos), valor histórico.
<b>f. Principais fatos</b>	Cobrança de crédito tributário de diferencial de alíquota de ICMS em decorrência de remessa de mercadorias importadas com adoção de alíquota interestadual de 12%, em vez de 4%. Segundo a Fazenda Estadual, a alíquota interestadual de 12% somente seria aplicável, caso as mercadorias importadas tivessem sido submetidas a processo de industrialização, o que não teria ocorrido no caso concreto.  A Companhia apresentou Defesa contra o Auto de Infração, a qual foi julgada improcedente pela SEFAZ/SC. No momento, aguarda-se apreciação no Recurso interposto pela Companhia contra a decisão de 1ª instância.
<b>g. Chance de perda (provável, possível ou remota)</b>	Perda remota (considerando posterior discussão perante o Judiciário)
<b>h. Impacto em caso de perda do processo</b>	R\$ 1.784.832,2

**Processos Tributários**

<b>Execução Fiscal n. 0000130-98.2020.8.16.0185 (janeiro/2020)</b>	
<b>a. Juízo</b>	2ª Vara das Execuções Fiscais Estaduais em Curitiba – PR
<b>b. Instância</b>	1ª instância
<b>c. Data de instauração</b>	21/01/2020 (data do ajuizamento da execução fiscal)
<b>d. Partes no processo</b>	Polo Ativo: Secretaria da Fazenda do Estado do Paraná Polo Passivo: W2W E-COMMERCE DE VINHOS S/A
<b>e. Valores, bens ou direitos envolvidos (R\$ mil)</b>	R\$ 241.505,28 (duzentos e quarenta e um mil, quinhentos e cinco reais e vinte e oito centavos), valor histórico
<b>f. Principais fatos</b>	Execução Fiscal ajuizada para cobrança de crédito tributário referente a diferencial de alíquota de ICMS incidente sobre a remessa de mercadorias importadas com adoção de alíquota interestadual de 12% em vez de 4%. O crédito tributário tem origem em Auto de Infração lavrado pela Secretaria da Fazenda do Estado do Paraná ("SEFAZ/PR").  Destaca-se que o mérito do Auto de Infração está sendo discutido nos autos do Mandado de Segurança nº 0005553-34.2019.8.16.0004, o qual está pendente de julgamento de recurso contra a sentença que julgou a Ação improcedente.

**4.3 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos E Relevantes**

<b>g. Chance de perda (provável, possível ou remota)</b>	Perda remota
<b>h. Impacto em caso de perda do processo</b>	R\$ 241.505,28

<b>Execução Fiscal n. 0013817-02.2020.8.17.2001 (agosto/2020)</b>	
<b>a. Juízo</b>	1ª Vara dos Feitos Executivos Estaduais em Recife – PE
<b>b. Instância</b>	1ª instância
<b>c. Data de instauração</b>	11/03/2020 (data do ajuizamento da execução fiscal)
<b>d. Partes no processo</b>	Polo Ativo: Estado de Pernambuco Polo Passivo: W2W E-COMMERCE DE VINHOS S/A
<b>e. Valores, bens ou direitos envolvidos (R\$ mil)</b>	R\$ 1.740.716,32 (um milhão, setecentos e quarenta mil, setecentos e dezesseis reais e trinta e dois centavos), valor histórico
<b>f. Principais fatos</b>	Execução Fiscal ajuizada para cobrança de crédito tributário referente a diferencial de alíquota de ICMS incidente sobre a remessa de mercadorias importadas com adoção de alíquota interestadual de 12% em vez de 4%. O crédito tributário tem origem em Auto de Infração lavrado pela Secretaria da Fazenda do Estado de Pernambuco ("SEFAZ/PE").  Destaca-se que o mérito do Auto de Infração está sendo discutido nos autos da Ação Ordinária nº 0003527-25.2020.8.17.2001, a qual está pendente de sentença.
<b>g. Chance de perda (provável, possível ou remota)</b>	Perda remota
<b>h. Impacto em caso de perda do processo</b>	R\$ 1.740.716,32

<b>Ação Ordinária n. 5004629-69.2020.8.21.0001 (Auto de Infração n. 2018.000005926371-05 ( julho/2018)</b>	
<b>a. Juízo</b>	6ª Vara da Fazenda Pública da Justiça Estadual em Porto Alegre – RS
<b>b. Instância</b>	1ª instância

**4.3 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos E Relevantes**

<b>c. Data de instauração</b>	28/01/2020 (data do ajuizamento da ação ordinária)
<b>d. Partes no processo</b>	Polo Ativo: Estado do Rio Grande do Sul Polo Passivo: W2W E-COMMERCE DE VINHOS S/A
<b>e. Valores, bens ou direitos envolvidos (R\$ mil)</b>	R\$ 1.973.288,29 (um milhão, novecentos e setenta e três mil, duzentos e oitenta e oito reais e vinte e nove centavos), valor histórico
<b>f. Principais fatos</b>	Ação Ordinária ajuizada para o cancelamento de crédito tributário originado de Auto de Infração lavrado pela Secretaria da Fazenda do Estado do Rio Grande do Sul ("SEFAZ/RS") para a cobrança de diferencial de alíquota de ICMS incidente sobre a remessa de mercadorias importadas com adoção de alíquota interestadual de 12% em vez de 4%. O crédito tributário tem origem em Auto de Infração lavrado pela Secretaria da Fazenda do Estado de Pernambuco ("SEFAZ/PE").  Inicialmente, foi proferida decisão deferindo a liminar requerida na Ação para suspender a exigibilidade do crédito tributário. Atualmente, o processo aguarda o início da fase pericial.
<b>g. Chance de perda (provável, possível ou remota)</b>	Perda remota
<b>h. Impacto em caso de perda do processo</b>	R\$ 1.973.288,29

### **4.3 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos E Relevantes**

#### **4.3.1 - Valor total provisionado dos processos descritos no item 4.3**

Com relação aos processos elencados no item 4.3, a Companhia não provisiona valores referentes aos processos que possuem risco possível e/ou remoto de perda avaliado junto aos seus assessores jurídicos.

Quanto ao processo administrativo movido pela SECAP, cujo risco de perda é provável, a Companhia provisionou o valor de R\$ 26.000,00 (vinte e seis mil reais) no terceiro trimestre de 2020, tendo em vista a alteração do risco de perda de possível para provável.

**4.4 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos Cujas Partes Contrárias Sejam Administradores, Ex-administradores, Controladores, Ex-controladores ou Investidores**

**4.4 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos cujas partes contrárias sejam administradores, ex-administradores, controladores, ex-controladores ou investidores**

Até a data de protocolo do presente Formulário de Referência, a Companhia não possui processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos cujas partes contrárias sejam administradores, ex-administradores, controladores, ex-controladores ou investidores.

**4.1 – Valor total provisionado dos processos descritos no item 4.4**

Não há valores provisionados conforme descrito no item 4.4 deste Formulário de Referência.

## **4.5 - Processos Sigilosos Relevantes**

### **4.5 - Processos sigilosos relevantes**

Até a data de protocolo do presente Formulário de Referência, a Companhia não possui processos sigilosos relevantes.

#### **4.6 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Repetitivos ou Conexos, Não Sigilosos E Relevantes em Conjunto**

##### **4.6 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais repetitivos ou conexos, não sigilosos e relevantes em conjunto**

Até a data de protocolo do presente Formulário de Referência, a Companhia não possui processos judiciais, administrativos ou arbitrais repetitivos ou conexos, não sigilosos e relevantes em conjunto.

#### **4.6 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Repetitivos ou Conexos, Não Sigilosos E Relevantes em Conjunto**

##### **4.6.1 - Valor total provisionado dos processos descritos no item 4.6**

Não aplicável.

## 4.7 - Outras Contingências Relevantes

### 4.7 - Outras contingências relevantes

#### **TAC Ministério Público do Estado do Espírito Santo**

Termo de Ajustamento de Conduta (“TAC”) celebrado entre Ministério Público do Estado do Espírito Santo e a Companhia, referente ao Procedimento Preparatório 2018.0010.1474-85, instaurado acerca de suposta irregularidade praticada pela Companhia na comercialização do produto “Clube Wine”, no que tange, principalmente, aos meios de cancelamento disponibilizados pela Companhia.

As partes, então, firmaram o TAC, por meio do qual a Companhia se comprometeu a se adequar ao Código de Defesa do Consumidor e instalar no seu Aplicativo a possibilidade de contratação e rescisão contratual do produto “Clube Wine” ou qualquer outro que vier a ser oferecido para os consumidores, sob pena de sanção pecuniária por cada descumprimento, no montante correspondente a 10.000 (dez mil) VRTEs, a ser revertido em favor do Fundo Estadual de Defesa do Consumidor e exequível pelo Ministério Público Estadual, sem prejuízo das sanções previstas no art. 56 do Código de Defesa do Consumidor, e de outras medidas cabíveis. Onde, o VRTE refere-se ao Valor de Referência do tesouro Estadual, neste caso, do estado do Espírito Santo, que para o ano de 2020, 1 VRTE equivale a aproximadamente R\$ 3,51 (três reais e cinquenta e um centavos).

A Companhia cumpriu a obrigação pactuada e promoveu a inclusão da ferramenta para cancelamento em seu aplicativo, a qual está disponível para clientes assinantes do “Clube Wine”, na modalidade mensal. Caso haja descumprimento do TAC por parte da Companhia, além do significativo impacto financeiro decorrente do pagamento da multa prevista no supracitado termo, a Companhia pode sofrer severos danos à sua imagem.

#### **Representação pelo Conselho Nacional de Autorregulamentação publicitária (“CONAR”)**

Há também um julgamento de Representação pelo Conselho Nacional de Autorregulamentação publicitária (“CONAR”) em face da Companhia, em março de 2020, pela não observância de previsões do Código Brasileiro de Autorregulamentação Publicitária em propagandas divulgadas em nossas redes sociais, em nosso site e em nosso Aplicativo. O CONAR decidiu pela adequação de todas as peças publicitárias da Companhia às premissas do citado Código e eventual não acatamento poderá conferir à dano à imagem da Companhia, uma vez que o CONAR poderá, entre outras medidas, divulgar sua posição sobre a Companhia através de veículos de comunicação.

Desta forma, a Companhia, a partir do recebimento do acórdão enviado pelo CONAR, promoveu a adequação das peças publicitárias constantes em suas redes sociais e a inclusão de dispositivo para bloqueio de acesso ao site por menores de 18 (dezoito) anos, tudo em conformidade com o disposto no Código Brasileiro de Autorregulamentação Publicitária.

#### **4.8 - Regras do País de Origem e do País em Que os Valores Mobiliários Estão Custodiados**

##### **4.8 - Regras do país de origem e do país em que os valores mobiliários estão custodiados**

Não aplicável.

## 5.1 - Política de Gerenciamento de Riscos

### 5.1 - Política de gerenciamento de riscos

#### (a) Política Formalizada de Gerenciamento de Riscos

A Companhia adota uma Política de Gestão de Riscos aprovada pelo Conselho de Administração em reunião realizada em 6 de outubro de 2020.

#### (b) Objetivos e Estratégias da Política de Gerenciamento de Riscos

A política tem por objetivo estabelecer princípios, diretrizes e responsabilidades a serem observados no processo de gestão dos riscos da Companhia, de forma a possibilitar a adequada identificação, avaliação, tratamento, monitoramento e comunicação à administração em tempo adequado para tomada de decisões, minimizando seu impacto através de seus controles internos e adequada governança de riscos.

##### (i) Riscos para os quais se busca proteção

A Companhia busca proteção para os riscos descritos abaixo:

**Risco Estratégico:** são aqueles associados ao alcance dos objetivos pretendidos conforme a estratégia definida pela Companhia, sendo avaliados no desenvolvimento do planejamento estratégico da organização.

**Risco Financeiro:** estão relacionados com a gestão e controles eficazes dos meios financeiros da organização e com os efeitos de fatores externos como, por exemplo, disponibilidade de crédito, taxas de câmbio, movimentos das taxas de juro, commodities, ações, derivativos, de liquidez, de hedge, de inadimplência e outros. Os Riscos Financeiros são compostos por:

- a) Mercado: decorre da possibilidade de perdas que podem ser ocasionadas por mudanças no comportamento das taxas de juros, do câmbio, dos preços das ações e dos preços de commodities.
- b) Crédito: definido como a possibilidade de perda resultante da incerteza quanto ao recebimento de valores pactuados com tomadores de empréstimos, contrapartes de contratos ou emissões de títulos.
- c) Liquidez: possibilidade de perda decorrente da incapacidade de realizar uma transação em tempo razoável e sem perda significativa de valor ou a possibilidade de falta de recursos para honrar os compromissos assumidos em função do descasamento entre os ativos e passivos.

**Risco Conformidade:** relacionados ao cumprimento de normas e legislação, dentre eles, podemos citar: atividades executadas em desacordo com políticas, normas e procedimentos da Companhia, falha no monitoramento de alteração/criação de leis e regulamentações, sanções/multas devido à transmissão de informações incorretas para órgãos regulatórios, fraude por substituição ou inclusão de pagamentos e/ou despesas pessoais, dentre outros.

**Risco Operacional:** é a possibilidade de perda resultante de processos internos, pessoas e sistemas inadequados ou falhos, ou de eventos externos. Como exemplo temos risco de falhas de equipamentos, de má administração e funcionários desqualificados, de obsolescência, de equipamento, de erro não intencional, de fraude, de produtos e serviço, sistêmico, de imagem, de catástrofe.

**Riscos de Continuidade do Negócio:** são os riscos que podem surgir com a falha na identificação e Gerenciamento de Riscos, com o Cross-default ou vencimentos antecipados por descumprimento de cláusulas, por admissões em desacordo com o perfil do negócio, em razão de manifestações coletivas (greves/paralisações), dentre outros.

**Risco de Segurança da Informação:** está associado a perda ou compartilhamento de dados de clientes e da organização como, roubo de dados, compartilhamento indevido de dados, espionagem industrial, *phishing*, quebra de senha, *ransomware*, dispositivos pessoais, entre outros.

## 5.1 - Política de Gerenciamento de Riscos

**Riscos de Sustentabilidade:** São os Riscos relacionados a questões ambientais, como a contaminação de água e solo e o gerenciamento de resíduos, dentre outros.

### (ii) Instrumentos utilizados para proteção

Baseado no modelo “Três Linhas de Defesa”, a Companhia entende que a responsabilidade pela gestão de riscos deve ser compartilhada na Companhia, do qual as três linhas atuam de forma coordenada e conjunta.

Como primeira linha de defesa, os gerentes identificam e gerenciam os Riscos, de acordo com as estratégias e diretrizes definidas pelo Conselho de Administração, com o apoio da Diretoria. Também são os responsáveis por implementar as ações corretivas para resolver deficiências em processos e controles. A primeira linha de defesa, além de envolver os gestores, também envolve os usuários dos processos, diretamente responsáveis pela detecção de riscos e implementação de controles no cotidiano das atividades que executam.

A Gerência é responsável por manter controles internos eficazes e por conduzir procedimentos de Riscos e controle diariamente. A Gerência deve identificar, avaliar, controlar e mitigar os Riscos, guiando o desenvolvimento e a implementação de normas e procedimentos internos e garantindo que as atividades estejam de acordo com as metas e objetivos. Por meio de uma estrutura de responsabilidades em cascata, coordenadores e supervisores devem desenvolver e implementar procedimentos e normas detalhados que servem como controles e supervisionar a execução, por parte de seus funcionários, desses procedimentos.

A segunda linha, sob responsabilidade da Área Compliance, tem as funções para garantir que a primeira linha de defesa seja apropriadamente desenvolvida e posta em prática, para que opere conforme intencionado. A Área de Compliance pode intervir diretamente, de modo a modificar e desenvolver o controle interno e os sistemas de Riscos.

Nessa linha de defesa, a Área de Compliance possui principalmente a função de monitorar a adequação e a eficácia do controles internos, a precisão e a integridade do reporte, a conformidade com leis e regulamentos e a resolução oportuna de deficiências. Caso seja identificada qualquer inconsistência ou irregularidade, a Área de Compliance alertará a Gerência competente para as devidas providências.

A Área de Auditoria Interna e Gestão de Riscos, no desempenho de sua função de supervisão e avaliação independente, de acordo com o processo utilizado para controles internos e gestão Riscos corporativos definido, deve prover avaliações sobre a qualidade e eficácia da governança, do Gerenciamento de Riscos e dos controles internos, incluindo a forma como a primeira e a segunda linhas de defesa alcançam os objetivos de Gerenciamento de Riscos e controles internos.

Depois de avaliar o processo utilizado para controles internos e gestão Risco corporativo, a Área de Auditoria Interna e Gestão de Riscos disponibilizará ao Conselho de Administração, ao Comitê de Auditoria e Riscos e ao Diretor Presidente avaliações independentes, imparciais e tempestivas sobre a efetividade do Gerenciamento de Riscos e dos processos de governança, da adequação dos controles internos e do cumprimento das normas e regulamentos associados às operações da Companhia.

### (iii) Estrutura organizacional de gerenciamento de riscos

A estrutura do gerenciamento de riscos envolve todas as áreas da Companhia e deve seguir os princípios éticos da Companhia, seus valores e cultura.

Companhia entende que para alcançar os seus objetivos está exposta a inúmeros riscos, que devem ser gerenciados por cada área, a comando do seu respectivo líder. Para tanto, gerencia os seus riscos conforme o modelo das três linhas de defesa e metodologia internacional do COSO:

- **Conselho de Administração:** (a) Definir a estratégia da Companhia para atendimento de seus objetivos de negócio; (b) definir e revisar periodicamente o apetite ao risco na condução dos negócios da Companhia; (c) aprovar a aceitação dos riscos classificados como “Alto”;

## 5.1 - Política de Gerenciamento de Riscos

(d) aprovar a Política de Gestão de Riscos, assim como suas revisões; (e) aprovar os relatórios de controles internos, compliance e risco corporativo; (f) supervisionar, com suporte dos comitês estatutários, a efetividade da estrutura e do processo de Gerenciamento de Riscos; (g) avaliar, ao menos anualmente, se a estrutura e orçamento da Área de Auditoria Interna e Gestão de Riscos são suficientes ao desempenho de suas funções; e (h) assegurar autonomia operacional ao Comitê de Auditoria e Riscos, aprovando orçamento próprio destinado a cobrir despesas com seu funcionamento.

- **Comitê de Auditoria e Riscos:** (a) avaliar as informações trimestrais, demonstrações intermediárias e demonstrações financeiras; (b) acompanhar as atividades da Área de Auditoria Interna e Gestão de Riscos e da Área de Compliance; (c) avaliar e monitorar as exposições de risco da Companhia; (d) avaliar, monitorar, e recomendar à administração a correção ou aprimoramento das políticas internas da Companhia, incluindo a Política de Transações com Partes Relacionadas; (e) possuir meios para recepção e tratamento de informações acerca do descumprimento de dispositivos legais e normativos aplicáveis à Companhia, além de regulamentos e códigos internos, inclusive com previsão de procedimentos específicos para proteção do prestador e da confidencialidade da informação; (f) monitorar a qualidade e integridade dos mecanismos de controles internos, Gerenciamento de Riscos e compliance; (g) avaliar e discutir o plano anual de trabalho dos auditores independentes e encaminhá-lo para a apreciação do Conselho de Administração; (h) acompanhar e supervisionar as atividades das áreas de controles internos, Área de Auditoria Interna e Gestão de Riscos e de elaboração das demonstrações financeiras da Companhia, inclusive propondo ao Conselho de Administração a necessidade de revisão desta Política; (i) monitorar a qualidade e a integridade: (1) dos mecanismos de controles internos, (2) das informações trimestrais, demonstrações intermediárias e demonstrações financeiras da Companhia e (3) das informações e mediações divulgadas com base em dados contábeis ajustados e em dados não contábeis que acrescentem elementos não previstos na estrutura dos relatórios usuais das demonstrações financeiras; (j) avaliar, ao menos anualmente, se a estrutura e orçamento da Área de Auditoria Interna e Gestão de Riscos são suficientes ao desempenho de suas funções; e (k) reportar as atividades reportadas pela Área de Auditoria Interna e Gestão de Riscos ao Conselho de Administração.
- **Comitê de Finanças:** (a) aconselhar e assessorar o Conselho de Administração sobre análises que envolvam riscos financeiros da Companhia; (b) avaliar temas como: riscos de liquidez e endividamento, mercado, crédito, cambial, bem como, assessorar o Conselho de Administração na tomada de decisão com base nos resultados avaliados; e (c) recomendar e avaliar a política financeira, assim como quaisquer revisões, submetendo-a a aprovação do Conselho de Administração.
- **Diretoria:** (a) identificar riscos preventivamente e fazer sua necessária gestão, avaliando a probabilidade de ocorrência e adotando medidas para sua prevenção e minimização; (b) propor a aceitação dos riscos classificados como “Médio” ao Diretor Presidente; (c) aprovar a aceitação dos riscos classificados como “Baixo”; (d) implementar controles internos incluindo políticas, normas e limites de alçada; (e) validar os riscos inerentes à operação da Companhia levando em consideração sua relevância e sua probabilidade de ocorrência; (f) contribuir para elaboração do relatório de riscos corporativos; (g) comunicar, no menor prazo possível, a Área de Auditoria e Gestão de Riscos sobre riscos não identificados, sejam eles novos ou não; e (h) estabelecer os planos de ação e assegurar a implementação dos mesmos.
- **Diretor Presidente:** (a) implementar as estratégias e diretrizes da Companhia aprovadas pelo Conselho de Administração; (b) respeitar as diretrizes de governança corporativa e as políticas, assim como monitorar sua observância em toda a Companhia; (c) identificar riscos preventivamente e fazer sua necessária gestão, avaliando a probabilidade de ocorrência e adotando medidas para sua prevenção e minimização; (d) propor ao Conselho de Administração o nível de apetite e tolerância ao risco da Companhia; (e) propor a aceitação dos riscos classificados como “Alto” ao Conselho de Administração; (f) aprovar a aceitação dos riscos classificados como “Moderado”; (g) propor e implementar sistema de controles internos incluindo políticas e limites de alçada, alinhado ao nível de apetite e tolerância ao

## 5.1 - Política de Gerenciamento de Riscos

risco; (h) patrocinar a implantação da gestão de riscos corporativos na Companhia; e (i) validar os relatórios de riscos corporativos e de controles internos.

- **Área de Auditoria e Gestão de Riscos:** (a) estabelecer processo a ser utilizado na gestão de controles internos e Riscos corporativos; (b) coordenar e definir os padrões a serem seguidos no que tange os processos de controles internos e Risco corporativo, os sistemas de suporte e as formas e a periodicidade dos seus reportes; (c) consolidar a avaliação de Riscos da Companhia, através de relatórios periódicos que deverão ser reportados à Diretoria, Comitê de Auditoria e Riscos, Comitê de Finanças e Conselho de Administração; (d) prover o Conselho de Administração, o Comitê de Auditoria e Riscos e o Diretor Presidente com avaliações independentes, imparciais e tempestivas sobre a efetividade do Gerenciamento de Riscos e dos processos de governança, da adequação dos controles e do cumprimento das normas e regulamentos associados às operações da Companhia; (e) subsidiar a Área de Gestão de Riscos sobre os principais riscos e controles vigentes identificados durante suas revisões anuais por diversos processos de negócio, dentro de seu papel de avaliador independente do ambiente de controles internos e do desempenho das áreas de negócio; (f) efetuar testes nos controles internos com objetivo de avaliar a sua efetividade; (g) monitorar a qualidade e a efetividade dos processos de Gerenciamento de Riscos e governança, bem como controles internos da Companhia e do cumprimento das normas e regulamentos associados às suas operações; (h) fornecer ao Conselho de Administração e ao Comitê de Auditoria e Riscos avaliações independentes, imparciais e tempestivas; e (i) consolidar, avaliar, monitorar e comunicar os Riscos da Companhia ao Comitê de Auditoria e Riscos e ao Conselho de Administração. A Área de Auditoria e Gestão de Riscos deverá reportar suas atividades ao Comitê de Auditoria e Riscos que, por sua vez, se reportará ao Conselho de Administração.
- **Área de Compliance:** (a) apoiar no mapeamento de Riscos da Wine; (b) apoiar as políticas de gestão, definir papéis e responsabilidades e estabelecer metas para implementação; (c) fornecer estruturas de Gerenciamento de Riscos; (d) identificar questões atuais e emergentes; (e) identificar mudanças no Appetite a Risco implícito da organização; (f) auxiliar a gerência a desenvolver processos e controles para gerenciar Riscos e questões relacionadas; (g) fornecer orientações e treinamento sobre processos de Gerenciamento de Riscos; (h) facilitar e monitorar a implementação de práticas eficazes de Gerenciamento de Riscos por parte da gerência; (i) alertar a gerência para questões emergentes e para as mudanças no cenário regulatório e de Riscos; (j) monitorar a adequação e a eficácia do controle interno, a precisão e a integridade do reporte, a conformidade com leis e regulamentos e a resolução oportuna de deficiências; e (k) conscientizar os gestores responsáveis sobre a importância do Gerenciamento de Riscos e a responsabilidade inerente aos administradores, funcionários, estagiários e prestadores de serviços alocados fisicamente nas dependências da Companhia.
- **Gerências:** (a) identificar, classificar e gerenciar os riscos das respectivas áreas de acordo com as estratégias de mitigação, com o eventual suporte da Área de Compliance, quando necessário; (b) estabelecer controles para os riscos prioritários; (c) implantar os planos e acompanhar as ações corretivas e/ou preventivas em suas áreas; (d) fazer a interface das áreas de negócios e funcionais com a Área de Compliance e a Área de Auditoria Interna e Gestão de Riscos; (e) apoiar a Área de Auditoria Interna e Gestão de Riscos a definir controles internos dos processos de suas respectivas áreas.
- **Colaboradores:** (a) assegurar a operacionalização do Gerenciamento de Riscos, fazendo parte do processo de identificação, avaliação e mensuração, implementando controles preventivos e corretivos ou detectivos; (b) participar de forma ativa na comunicação e treinamento que permita a disseminação de forma consciente da gestão de riscos na empresa.

**(c) Adequação da estrutura operacional e controles internos para verificação da efetividade da política adotada**

## 5.1 - Política de Gerenciamento de Riscos

A Companhia acredita que sua Política de Gestão de Riscos e demais medidas de controle adotadas são adequadas para a verificação da efetividade da prática de gerenciamento de riscos.

Entre os deveres da Área de Auditoria Interna e Gestão de Riscos, teremos o de avaliar a qualidade e efetividade da Política de Gestão de Riscos pelo menos anualmente, com base nas melhores práticas de mercado, recomendando melhoria, quando aplicável, e monitorando a implementação. O *report* deverá ser feito periodicamente ao Comitê de Auditoria e Riscos, que deverá se reunir trimestralmente e reportar as atividades reportadas pela Área de Auditoria Interna e Gestão de Riscos ao Conselho de Administração.

## 5.2 - Política de Gerenciamento de Riscos de Mercado

### 5.2 - Política de gerenciamento de riscos de mercado

#### (a) Política formalizada de gerenciamento de riscos de mercado

Não aplicável, considerando que a Companhia não possui uma política formalizada de gerenciamento de riscos de mercado. Para informações sobre a prática de gerenciamento de riscos de mercado da Companhia, consulte o item 5.6.

#### (b) Objetivos e estratégias da política de gerenciamento de riscos de mercado

##### (i) riscos de mercado para os quais se busca proteção

Não aplicável, considerando que a Companhia não possui uma política formalizada de gerenciamento de riscos de mercado. Para informações sobre a prática de gerenciamento de riscos de mercado da Companhia, consulte o item 5.6.

##### (ii) estratégia de proteção patrimonial (hedge)

Não aplicável, considerando que a Companhia não possui uma política formalizada de gerenciamento de riscos de mercado. Para informações sobre a prática de gerenciamento de riscos de mercado da Companhia, consulte o item 5.6.

##### (iii) instrumentos utilizados para proteção patrimonial (hedge)

Não aplicável, considerando que a Companhia não possui uma política formalizada de gerenciamento de riscos de mercado. Para informações sobre a prática de gerenciamento de riscos de mercado da Companhia, consulte o item 5.6.

##### (iv) parâmetros utilizados para o gerenciamento desses riscos

Não aplicável, considerando que a Companhia não possui uma política formalizada de gerenciamento de riscos de mercado. Para informações sobre a prática de gerenciamento de riscos de mercado da Companhia, consulte o item 5.6.

##### (v) se a Companhia opera instrumentos financeiros com objetivos diversos de proteção patrimonial (hedge) e quais são esses objetivos

Não aplicável, considerando que a Companhia não possui uma política formalizada de gerenciamento de riscos de mercado. Para informações sobre a prática de gerenciamento de riscos de mercado da Companhia, consulte o item 5.6.

##### (vi) a estrutura organizacional de controle de gerenciamento de riscos de mercado

Não aplicável, considerando que a Companhia não possui uma política formalizada de gerenciamento de riscos de mercado. Para informações sobre a prática de gerenciamento de riscos de mercado da Companhia, consulte o item 5.6.

#### (c) Adequação da estrutura operacional e controles internos para verificação da efetividade da política adotada

Não aplicável, considerando que a Companhia não possui uma política formalizada de gerenciamento de riscos de mercado. Para informações sobre a prática de gerenciamento de riscos de mercado da Companhia, consulte o item 5.6.

### 5.3 - Descrição Dos Controles Internos

#### **5.3 - Descrição dos controles internos adotados pelo emissor para assegurar a elaboração de demonstrações financeiras confiáveis**

##### **(a) principais práticas de controles internos e o grau de eficiência de tais controles, indicando eventuais imperfeições e as providências adotadas para corrigi-las**

Visando garantir o atingimento dos objetivos, a administração da Companhia é responsável pelo estabelecimento de controles internos efetivos sobre a divulgação das informações financeiras e pela avaliação acerca de sua eficácia.

O controle interno sobre a divulgação das informações financeiras está definido como um processo destinado a proporcionar razoável segurança quanto à confiabilidade das informações financeiras e sua elaboração de acordo com os princípios contábeis adotados pela Companhia. A Companhia possui controle de conciliação mensal de todas as contas constantes no seu balanço patrimonial, garantindo de forma razoável a adequada contabilização.

Embora existam limitações inerentes à eficácia de qualquer sistema de controles e procedimentos de divulgação, inclusive a possibilidade de erro humano, os controles e procedimentos adotados pela Companhia destinam-se a oferecer garantia razoável de consecução de seus objetivos, sendo certo que quaisquer falhas identificadas na execução dos controles, durante o exercício, serão devidamente corrigidas.

Ainda, estão vigentes diversas normas e políticas internas que visam orientar sobre a forma que os negócios da Companhia devem ser seguidos, estabelecendo diretrizes e orientações sobre as melhores práticas que a Companhia quer adotar. Essas normas e políticas foram redigidas tendo como referências as melhores práticas de mercado e legislações vigentes e estão disponíveis por meio eletrônico a todos os colaboradores, sendo informado internamente sempre que uma nova norma ou política entra em vigor. Anualmente ocorre a reciclagem nas políticas e normas de Compliance e todo colaborador recebe o devido treinamento.

##### **(b) estruturas organizacionais envolvidas**

A estrutura organizacional de controles internos é aquela informada no item 5.1.(b).(iii).

##### **(c) forma de supervisão da eficiência dos controles internos pela administração da Companhia, indicando o cargo das pessoas responsáveis pelo referido acompanhamento**

O papel de implementar uma sólida estrutura de Gerenciamento de Riscos e controle é delegado aos gestores, em nome do Conselho de Administração, exercendo a função de supervisão através do Comitê de Auditoria e Riscos, que reunirá, no mínimo, trimestralmente. Reportando diretamente ao Comitê de Auditoria e Riscos que, por sua vez, reporta ao Conselho de Administração, está a Área de Auditoria Interna e Gestão de Riscos, responsável por (a) monitorar a qualidade e a efetividade dos processos de gerenciamento de riscos e governança, bem como controles internos da Companhia e do cumprimento das normas e regulamentos associados às suas operações; (b) fornecer ao Conselho de Administração e ao Comitê de Auditoria e Riscos avaliações independentes, imparciais e tempestivas; (c) consolidar, avaliar, monitorar e comunicar os riscos da Companhia ao Comitê de Auditoria e Riscos e ao Conselho de Administração.

##### **(d) deficiências e recomendações sobre os controles internos presentes no relatório circunstanciado, preparado e encaminhado à Companhia pelo auditor independente, nos termos da regulamentação emitida pela CVM que trata do registro e do exercício da atividade de auditoria independente**

A Carta de Controle Interno emitida pela PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes, referente ao exame das demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019, identificou deficiência significativa em relação à ausência de controles no reconhecimento da receita. A Companhia está adequando o controle de entregas realizadas aos seus clientes e mensuração da receita, porém, segue a prática contábil de recolhimento de impostos dentro dos prazos e práticas estabelecidas pelas legislações estadual e federal.

### 5.3 - Descrição Dos Controles Internos

Desta forma entendemos não haver relevância ou distorções relevantes as demonstrações da Companhia.

**(e) comentários dos diretores sobre as deficiências apontadas no relatório circunstanciado preparado pelo auditor independente e sobre as medidas corretivas adotadas**

A Companhia está adequando o controle de entregas realizadas aos seus clientes e a mensuração da receita. Ainda destaca que segue a prática contábil de recolhimento de impostos dentro dos prazos e práticas estabelecidas pelas legislações estadual e federal. Para o ICMS cumpre a determinação com esta prática pela circulação da mercadoria e para o PIS e COFINS e IPI, também atende pelo faturamento contabilizado, não gerando qualquer prejuízo ao fisco. Desta forma entendemos não haver relevância ou distorções relevantes as demonstrações da Companhia.

## 5.4 - Programa de Integridade

### 5.4 - Programa de Integridade

**(a) se o emissor possui regras, políticas, procedimentos ou práticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de fraudes e ilícitos praticados contra a administração pública, identificando, em caso positivo:**

- (i) os principais mecanismos e procedimentos de integridade adotados e sua adequação ao perfil e riscos identificados pelo emissor, informando com que frequência os riscos são reavaliados e as políticas, procedimentos e as práticas são adaptadas;**

A Companhia possui regras, políticas, procedimentos e práticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de fraudes e ilícitos praticados contra a administração pública, que foram elaborados em razão da análise de riscos a que a Companhia está sujeita. As regras, políticas e procedimentos são constantemente atualizados em decorrência de alterações na legislação e regulamentos aplicáveis, ou da necessidade constatada internamente de adequação, em razão dos riscos a que a Companhia está sujeita.

Além das políticas e normas internas, a Companhia é orientada pelo seu Código de Conduta, que reflete os mais altos padrões de integridade e ética adotados pela Companhia, o que é esperado em termos de práticas e condutas e as consequências em caso de violação ao Código de Conduta

A Companhia possui uma Matriz de Consequências que é composta: (i) pelo tipo de incidente de acordo com o Código de Conduta; (ii) classificação do incidente de acordo com o risco exposto à Wine, podendo ser baixo, médio ou grave; e (iii) se a ação foi intencional ou não. A partir dessa análise, a Matriz de Consequências aponta qual será a consequência de tal ação para a pessoa que a realizou. Exemplo: incidente assédio sexual, risco alto, independe se foi intencional ou não, tendo em vista que infringe o Código Penal. Consequência apontada pela Matriz: denúncia do colaborador à polícia e a demissão imediata.

A Companhia conta com um Canal de Ética, pautado pelo Código de Conduta, que é o meio para que todos possam tirar dúvidas, dar sugestões e comunicar fatos (anonimamente ou não), sendo este canal para que qualquer um que tenha ciência ou suspeite de atos de outra pessoa em dissonância com o Código de Conduta, a legislação ou às demais políticas e normas da Companhia, possa realizar uma denúncia, seja pelo site <https://app.denouncefy.com/portal/wine> ou pelo telefone: 0800 033 0314). Uma empresa terceira é a intermediadora e, junto ao Compliance, garante a confidencialidade e imparcialidade do Canal de Ética da Companhia.

Todos os casos de aplicação de medidas disciplinares são guiados pela Matriz de Consequências, do Canal de Ética, e sempre discutidos no âmbito da área de Auditoria Interna e Gestão de Riscos da Companhia que, atualmente, está ligada à Diretoria de Marketing e Governança, devendo garantir que regulamentos internos e externos sejam cumpridos.

A área de Auditoria Interna e Gestão de Riscos é responsável por receber, apurar evidências e tratar a denúncia, dúvida ou sugestão relacionados à conduta ética, desde que a denúncia não envolva membros da área, hipótese em que a denúncia será enviada diretamente ao Comitê de Auditoria e Riscos.

Para as denúncias consideradas graves ou gravíssimas, conforme a Matriz de Consequências do Canal de Ética, é convocada uma reunião do Comitê de Auditoria e Riscos, na hipótese em que nenhum de seus membros esteja envolvido no caso reportado. Na hipótese de algum membro da área de Auditoria Interna e Gestão de Riscos ou do Comitê de Auditoria e Riscos estar envolvido, o caso é diretamente reportado ao Conselho de Administração.

A área de Auditoria Interna e Gestão de Riscos atua em conjunto com as outras Gerências e com o Compliance, e responde ao Comitê de Auditoria e Riscos na adoção das ações previstas na matriz, a depender da gravidade da violação.

Em regra, para avaliação e tomada de decisão são envolvidos: (i) as Gerências de áreas e a área de Auditoria Interna e Gestão de Riscos, nas questões relacionadas ao ambiente e condições de

## 5.4 - Programa de Integridade

trabalho, de relacionamento; e/ou (ii) o Compliance, em questões de violação do Código de Conduta, Políticas e procedimentos; e/ou (iii) a área de Auditoria Interna e Gestão de Riscos, em questões de violação do Código de Conduta, Políticas e procedimentos e em denúncias que sejam consideradas graves, gravíssimas ou que envolvam a Diretoria, podendo reportá-la e tratá-la no âmbito do Comitê de Auditoria e Riscos.

É importante esclarecer ainda que, casos de violação que incluam uma infração da lei, serão encaminhados às autoridades competentes.

A Companhia ainda utiliza aviso legal no rodapé de seus e-mails informando os recipientes sobre a aplicação do Código de Conduta e os contatos do Canal de Ética.

Ainda, a Companhia busca incluir cláusulas anticorrupção nos contratos firmados com terceiros e exige dos prestadores de serviços a assinatura de “Termo de Confidencialidade”, sempre que necessário.

- (ii) as estruturas organizacionais envolvidas no monitoramento do funcionamento e da eficiência dos mecanismos e procedimentos internos de integridade, indicando suas atribuições, se sua criação foi formalmente aprovada, órgãos do emissor a que se reportam, e os mecanismos de garantia da independência de seus dirigentes, se existentes; e**

A área de Compliance visa garantir que regulamentos internos e externos sejam cumpridos e atualmente reporta para a Diretoria de Marketing e Governança.

A área de Auditoria Interna e Gestão de Riscos é responsável por auferir a qualidade e efetividade dos processos de gerenciamento de riscos, controle e governança corporativa e também por avaliar os casos de denúncias recebidos no Canal de Ética, reportando-se diretamente ao Comitê de Auditoria e Gestão de Riscos.

Em caso de denúncias de conduta ética envolvendo membros do Comitê de Auditoria e Riscos ou do Conselho de Administração, deve-se observar a abstenção do membro envolvido na denúncia no momento da avaliação do caso. A pessoa envolvida no processo de decisão, que tenha potencial conflito de interesse com a deliberação a ser tomada, deverá se declarar impedida, explicando seu envolvimento no caso. Depois, deverá se ausentar das discussões sobre o tema, bem como se abster de votar na matéria em questão, se for o caso.

- (iii) se o emissor possui código de ética ou de conduta formalmente aprovado, indicando:**

- se ele se aplica a todos os diretores, conselheiros fiscais, conselheiros de administração e empregados e se abrange também terceiros, tais como fornecedores, prestadores de serviço, agentes intermediários e associados;**

O Código de Conduta da Companhia se aplica a todos os colaboradores, sem exceção, bem como terceiros, fornecedores e empresas parceiras. Sua finalidade é de orientar claramente a nossa conduta e o que esperamos, mesmo que indiretamente.

- se e com que frequência os diretores, conselheiros fiscais, conselheiros de administração e empregados são treinados em relação ao código de ética ou de conduta e às demais normas relacionadas ao tema;**

Assim como todos os colaboradores que são contratados, os diretores passam pelo processo de integração, e dentre as atividades planejadas, participam de treinamento acerca do Código de Conduta e recebem uma via física.

Atualmente é realizado treinamento com todos os colaboradores da empresa, incluindo diretores e conselheiros informando e reforçando as condutas e práticas esperadas.

- as sanções aplicáveis na hipótese de violação ao código ou a outras normas relativas ao assunto, identificando o documento onde essas sanções estão previstas; e**

## 5.4 - Programa de Integridade

Deixar de seguir alguma recomendação e orientação contida no Código de Conduta é considerado uma conduta inadequada. Qualquer descumprimento é passível de repreensão e aplicação de medidas disciplinares que, dependendo da sua gravidade e outras circunstâncias relevantes, podem resultar em:

1. Advertência verbal ou por escrito;
2. Suspensão;
3. Demissão com ou sem justa causa.

Todos os casos de aplicação das medidas são guiados pela Matriz de Consequências do Canal de Ética e avaliados conforme disposto no item 5.4(i) deste Formulário de Referência.

Esclarecemos novamente que, casos de violação que incluam uma infração da lei, serão encaminhados às autoridades competentes.

- **órgão que aprovou o código, data da aprovação e, caso o emissor divulgue o código de conduta, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado.**

O Código de Conduta foi atualizado pelo Conselho de Administração em reunião realizada em 6 de outubro de 2020 e está disponível para acesso de todos através do link [ri.wine.com.br](http://ri.wine.com.br).

**(b) se o emissor possui canal de denúncia, indicando, em caso positivo:**

**(i) se o canal de denúncias é interno ou se está a cargo de terceiros;**

O Canal de Ética da Wine é intermediado por uma empresa terceirizada, visando garantir a confidencialidade e imparcialidade, sendo certo que todo o trabalho é conduzido com o máximo sigilo e cuidado, para garantir confiabilidade das informações, preservar a identidade dos envolvidos, que podem reportar de forma anônima, caso preferirem. O Canal sendo independente, proporciona aos nossos colaboradores a sensação de segurança e confiança em fazer denúncias, dúvidas e sugestões quanto a conduta ética.

**(ii) se o canal está aberto para o recebimento de denúncias de terceiros ou se recebe denúncias somente de empregados;**

Conforme relatado no item anterior, o Canal de Ética é aberto para denúncias de colaboradores ou terceiros.

**(iii) se há mecanismos de anonimato e de proteção a denunciante de boa-fé; e**

O Canal de Ética é um meio em que é possível tirar dúvidas, dar sugestões ou comunicar fatos, anonimamente ou não, relacionados à conduta de todos que trabalham na Wine, parceiros e fornecedores que não estejam adequados ao Código de Conduta.

A Companhia proíbe e não tolera qualquer retaliação ou ameaça de ação de retaliação contra qualquer pessoa que relate uma possível violação à lei, regulamento ou política da Companhia. Da mesma forma, qualquer colaborador que desencoraje ou impeça outra pessoa, tanto de fazer um relato quanto de procurar ajuda ou assistência necessárias para reportar o problema, estará sujeito a ação disciplinar. Retaliação é um ato de violação e pode ser relatado ao nosso Canal de Ética.

**(iv) órgão do emissor responsável pela apuração de denúncias;**

A área de Auditoria Interna e Gestão de Riscos é responsável por receber, apurar evidências e tratar a denúncia, dúvida ou sugestão relacionados à conduta ética, desde que a denúncia não envolva membros da área, hipótese em que a denúncia será enviada diretamente ao Comitê de Auditoria e Riscos.

## 5.4 - Programa de Integridade

A apuração das denúncias é realizada nos termos previstos no item 5.4(i) deste Formulário de Referência.

**(c) se o emissor adota procedimentos em processos de fusão, aquisição e reestruturações societárias visando à identificação de vulnerabilidades e de risco de práticas irregulares nas pessoas jurídicas envolvidas; e**

A Companhia possui a boa prática de contratar para todo processo de fusão e aquisição empresa especializada em Due Diligence.

**(d) caso o emissor não possua regras, políticas, procedimentos ou práticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de fraudes e ilícitos praticados contra a administração pública, identificar as razões pelas quais o emissor não adotou controles nesse sentido.**

Não se aplica.

## **5.5 - Alterações significativas**

### **5.5 - Alterações significativas**

As alterações da Política de Gestão de Risco, de forma simplificada, se resumem à:

- (a) inclusão das seguintes categorias de risco, descritas em detalhes no item 5.1(b)(i): riscos de continuidade do negócio e riscos de sustentabilidade; e
- (b) inclusão das diretrizes e responsabilidades por área da Companhia, conforme descrito no item 5.1(b)(iii).

## 5.6 - Outras inf. relev. - Gerenciamento de riscos e controles internos

### 5.6 - Outras inf. relev. - Gerenciamento de riscos e controles internos

Diante do contexto de incertezas promovido pela pandemia de COVID-19, conforme descrito no item 4.1, a Companhia tem tomando medidas para mitigar os possíveis efeitos adversos que possam ocorrer em virtude da atual situação. Desse modo, a Wine criou um comitê de crise (C-19) temporário, formado por gestores de diferentes áreas, que visa a: (a) acompanhar e monitorar a evolução semanal da pandemia; (b) priorizar ações que preservem a saúde dos funcionários e clientes; (c) garantir uma comunicação consistente e fluída com os principais stakeholders; (d) estabelecer iniciativas colaborativas de forma a oferecer contribuições relevantes à sociedade; e (e) endereçar respostas necessárias e tempestivas à crise.

#### Objetivos e estratégias do gerenciamento de riscos de mercado da Companhia

##### (i) Riscos de mercado para os quais se busca proteção

A principal atuação da Companhia na revenda de produtos importados a expõe ao risco de variação cambial em moeda estrangeira. O risco incorre na flutuação do câmbio entre o pedido de compra e o pagamento dos fornecedores internacionais e o efeito decorrente de tal flutuação na precificação de mercadorias.

##### (ii) Estratégia de proteção patrimonial (hedge)

Os volumes a serem contratados são baseados em uma curva percentual definida pela administração da Companhia, aplicada ao passivo em moeda estrangeira com fornecedores internacionais, despesas com impostos de importação e custo de frete internacional.

##### (iii) Instrumentos utilizados para proteção patrimonial (hedge)

O instrumento utilizado para proteção patrimonial é o NDF - *Non Deliverable Forward*, que é um contrato a termo de moedas, negociado em mercado de balcão, cujo objetivo é fixar, antecipadamente, uma taxa de câmbio em uma data futura. No vencimento, a liquidação ocorre pela diferença entre a taxa a termo contratada e a taxa de mercado definida como referência.

##### (iv) Parâmetros utilizados para o gerenciamento desses riscos

A Companhia utiliza política de proteção de contratação de *hedge*. O acompanhamento é diário considerando a menor cotação do câmbio do dia. Quando *intraday* se o câmbio atingir uma alta de 1% em relação a cotação do dia anterior, este será o gatilho para a contratação do *hedge* e proteção de seus compromissos em moeda estrangeira.

##### (v) Se a Companhia opera instrumentos financeiros com objetivos diversos de proteção patrimonial (hedge) e quais são esses objetivos

A Companhia opera derivativos por meio de NDF- *Non Deliverable Forward* apenas com objetivo de proteger contra a volatilidade cambial tanto a margem bruta do clube de assinaturas quanto das demais fontes de contas a receber.

A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos financeiros.

##### (vi) A estrutura organizacional de controle de gerenciamento de riscos de mercado

A estrutura organizacional é a mesma para o gerenciamento de riscos, conforme discorrido no item 5.1.(b).(iii)

**6.1 / 6.2 / 6.4 - Constituição do Emissor, Prazo de Duração E Data de Registro na Cvm**

<b>Data de Constituição do Emissor</b>	03/07/2008
<b>Forma de Constituição do Emissor</b>	Sociedade Anônima
<b>País de Constituição</b>	Brasil
<b>Prazo de Duração</b>	Prazo de Duração Indeterminado
<b>Data de Registro CVM</b>	Registro Sendo Requerido

## 6.3 - Breve Histórico

### 6.3 - Breve histórico

Em novembro de 2008, teve início a história da Companhia, fundada por Rogério Salume e Anselmo Endlich. Com mais de dez anos de experiência no mercado de vinhos e *food services*, Rogério e Anselmo tinham como principal objetivo democratizar o consumo de vinhos no Brasil, mais conhecido como "país da cerveja". Para isso, decidiram iniciar essa história a partir de uma loja virtual, que pudesse levar a marca Wine e seus vinhos aos quatro cantos do país evitando os inconvenientes e dificuldades de um negócio tradicional de varejo com lojas físicas.

Desde o começo, o espírito de inovação e o objetivo de levar uma experiência superior de compra aos clientes foram prioridade na Companhia: para entregar os vinhos em todo país e de forma mais rápida, a Companhia estruturou, em novembro de 2008, sua operação de logística em Palmas/TO e utilizava o transporte aéreo.

Para viabilizar o uso da malha aérea, desde seu início, a Companhia usou caixas de papelão para transportar os produtos para seus clientes e, posteriormente, patenteou estas caixas, que ganharam o nome de WineBox®. As WineBox® são homologadas e especialmente desenvolvidas para o transporte aéreo e se tornaram um marco importante na história da Companhia, pois permitiu levar os seus produtos para todo o Brasil de forma mais rápida, com segurança e baixo índice de avarias.

Em seu primeiro ano de operação, 2009, a Companhia já atendia 14 mil clientes, contava com mais de 1.800 rótulos disponíveis e chegou à marca de 250 mil garrafas de vinho entregues em todo o país. Neste mesmo período foi lançada a Revista Wine, com o intuito de levar conhecimento sobre o mundo dos vinhos para os clientes em uma linguagem mais leve, acessível e divertida.

Em março de 2010, foi lançado o Clube Wine, o clube de vinhos que leva mensalmente a seus sócios uma seleção especial de rótulos escolhidos ao redor de todo o mundo pela equipe de sommeliers da Wine, os Winehunters. O Clube Wine cresceu rapidamente e, ao final de 2011, já contava com mais de 10.000 assinaturas ativas.

Neste mesmo período, além do pioneirismo no clube de assinaturas de vinhos, a empresa ficou conhecida por se tornar uma loja *online* de vinhos dentro da plataforma da rede social do *Facebook* (Wine Vinhos, com o aplicativo Loja Virtual). No mesmo ano, a Companhia recebeu o troféu "Ouro" do Prêmio Excelência em Qualidade Comércio Eletrônico B2C concedido pelo E-bit.

Em maio de 2012, a Orbeat Som e Imagem Ltda., empresa do Grupo RBS para desenvolvimento de negócios digitais, ingressou no quadro societário adquirindo uma participação na empresa que, com a expansão do negócio, migrou o centro de distribuição de Palmas/TO para Serra/ES. O novo centro de distribuição trouxe proximidade com o porto de Vitória/ES, por onde são feitas as importações da Companhia até os dias de hoje, e os grandes centros urbanos do país, destino da maior parte dos pedidos, o que otimizou as operações de recebimento dos produtos importados e diminuiu o prazo médio de entrega dos pedidos para os clientes localizados em Estados próximos. Além disso, a nova localidade permitiu a utilização do aeroporto de Vitória, Eurico de Aguiar Salles, com melhor estrutura e disponibilidade de voos diários, que em Palmas/TO se limitava a apenas três voos por dia.

Com o aporte de capital proveniente da transação com a Orbeat Som e Imagem Ltda., a Companhia iniciou seu plano de expansão e ampliou os investimentos em marketing, que foram a base para a continuidade do crescimento do Clube Wine, que se tornava o principal produto da Companhia com 44.396 assinaturas ativas ao final de 2013.

### 6.3 - Breve Histórico

Em 2014, Anselmo Endlich deixou o quadro societário e Rogério Salume seguiu na liderança, dando sequência aos planos de crescimento da Companhia. O Clube Wine continuou sendo o motor propulsor do crescimento da empresa, principalmente após o lançamento do Clube One, com rótulos de R\$ 25,00. O Clube One, opção mais acessível na época, alavancou o crescimento do clube e se tornou a modalidade com maior número de associados em 2015. Neste mesmo ano, devido aos bons resultados de crescimento do clube e vendas do *e-commerce*, a Companhia deixou de consumir caixa operacional a partir do capital próprio, chegando ao seu *breakeven*.

O sucesso da Companhia nos anos anteriores chamou a atenção de um novo investidor em 2016. Um fundo do grupo Península adquiriu uma fatia de 24,8910% da empresa, passando a dividir o controle com a Orbeat Som e Imagem Ltda. Neste período, o Clube Wine continuava crescendo, porém, fomos impactados por um cenário macroeconômico desafiador, com retração do PIB e desvalorização cambial, somados ao aumento da carga tributária (principalmente devido ao aumento de IPI para vinhos, que passou de uma tarifa fixa de R\$ 0,73 para 10% do valor do produto) e aumento da concorrência na venda de garrafas pelo *e-commerce*. Com isso, a Companhia passou a direcionar boa parte do seu investimento de marketing para o *e-commerce*. Ao final de 2017, decidiu-se lançar o Vinho Fácil, um novo site e uma nova marca que competisse no mercado de flash sales (ou venda relâmpago, isto é, um desconto ou promoção oferecido por um curto período de tempo) e pudesse combater a concorrência de forma incisiva, sem comprometer os atributos conquistados pela marca Wine.

No ano em que completou uma década, em 2018, a Companhia adquiriu a sociedade Bodegas de Los Andes Comércio de Vinhos Ltda., importadora e distribuidora com experiência no setor de bares, restaurantes, empórios, supermercados e hotéis, fortalecendo o atendimento para áreas comerciais. A Bodegas já contava com três lojas físicas, chamadas Bodegas Garage, localizadas em Porto Alegre e Curitiba, e agregou à Companhia uma rede de 1,5 mil estabelecimentos comerciais em todo o Brasil, que compravam 450 mil garrafas anualmente.

Em 2019, a Companhia iniciou uma reestruturação no quadro executivo: Rogério Salume, fundador e até então CEO da Wine, passou a ocupar a função de presidente do Conselho de Administração e, em seu lugar, assumiu Marcelo Giovanetti D'Arienzo, executivo da O3 Gestão de Recursos Ltda., que foi responsável pela transação realizada em 2016.

Um dos marcos da nova gestão foi redirecionar o foco e os investimentos de marketing para retomar a expansão do Clube Wine, tornando a empresa um grande funil de conversão de visitantes em sócios. Depois de captar o sócio, o incentivo passa a ser as compras adicionais no *e-commerce* explorando os benefícios de ser associado ao Clube, como desconto adicional de 15% e taxa de frete diferenciada. Além disso, foram priorizados investimentos em tecnologia, como por exemplo o desenvolvimento do aplicativo da Wine, acelerando o avanço tecnológico da Companhia e tornando mais fácil o processo de compra do sócio no *e-commerce*.

## **6.5 - Informações de Pedido de Falência Fundado em Valor Relevante ou de Recuperação Judicial ou Extrajudicial**

### **6.5 - Informações de pedido de falência fundado em valor relevante ou de recuperação judicial ou extrajudicial**

Não aplicável, pois não foi protocolado nenhum pedido de falência ou de recuperação judicial ou extrajudicial até a data deste Formulário de Referência.

## **6.6 - Outras Informações Relevantes**

### **6.6 - Outras informações relevantes**

Não há outras informações relevantes em relação à seção 6 que não tenham sido divulgadas nos demais itens deste Formulário de Referência.

## 7.1 - Descrição Das Principais Atividades do Emissor E Suas Controladas

### 7.1 - Descrição das principais atividades do emissor e suas controladas

#### Visão Geral da Companhia

Somos um clube de assinatura de vinhos e *e-commerce* de vinhos, que opera através de um modelo direto ao consumidor e uma plataforma omnicanal abrangente, incluindo assinatura, *e-commerce* (via Wine e Vinho Fácil), B2B (tanto no mercado *on-trade*, que contempla bares, restaurantes e hotéis, quanto no mercado *off-trade*, representado por supermercados, quiosques e lojas de varejo), lojas físicas e eventos.

Há 12 anos, nasce uma empresa com DNA digital, com o objetivo de conectar as pessoas por meio de sua paixão pelo vinho e de democratizar o consumo de vinhos no Brasil. Acreditamos estar bem posicionados para liderar o movimento de consolidação e transformação digital do mercado de vinhos e espumantes, que se caracteriza por ser um mercado no Brasil de R\$ 16 bilhões em 2019 (segundo a Ideal Consulting), que vem registrando aumentos consecutivos do consumo per capita anual, e um ambiente competitivo fragmentado devido a existência de 294 empresas que realizaram importação de vinhos no Brasil no primeiro semestre de 2020, de acordo com dados da Ideal Consulting (vide seção "Mercado de Vinhos" no item 7.3 deste Formulário de Referência).

Em pesquisa demográfica realizada em junho de 2019, constatamos que, de toda nossa base de clientes:

- 67% são do sexo masculino;
- 67% possuem renda individual igual ou superior a R\$ 6.000,00 mensais;
- 88% alegam consumir pelo menos um vinho por semana;
- 71% são casados;
- 66% possuem filhos;
- 88% possuem carro próprio como principal meio de transporte; e
- 50% possuem animal de estimação.

A Companhia tem como foco estratégico o clube de assinaturas ("Clube Wine"), seu principal diferencial para obter vantagem competitiva em um mercado menos disputado comparado ao de vendas de garrafas avulsas no *e-commerce*, que se tornou muito concorrido devido à baixa barreira de entrada para novos competidores, exigindo grandes investimentos de marketing e tornando o negócio menos rentável.

Com isso, a Companhia teve uma retomada do crescimento da receita líquida resultado da expansão da base de sócios do Clube de Assinatura. O EBITDA Ajustado relativo ao exercício dos seis meses findos em 30 de junho de 2020 é de R\$ 12,4 milhões. O EBITDA Ajustado relativo ao exercício dos seis meses findos em 30 de junho de 2019 é de R\$ 5,3 milhões negativos. A melhora desse resultado de EBITDA Ajustado se deve principalmente (i) ao crescimento da receita líquida em todos os segmentos em que a Wine opera, sobretudo no E-commerce que apresentou uma expansão da receita líquida de 42,7% no período de seis meses findo em 30 de junho de 2020 comparado ao mesmo período de 2019, e (ii) a melhor racionalização das despesas com vendas que no período de seis meses findo em 30 junho de 2019 representavam 32,1% da receita líquida e no mesmo período de 2020 reduziu para 23,3% da receita líquida da Companhia.

(em milhares de R\$, exceto os índices)	Em 30 de junho de		Em 31 de dezembro de		
	2020	2019	2019	2018	2017
Receita Líquida	146.335	115.769	252.752	274.419	262.826
Lucro Bruto	70.041	54.726	120.911	132.905	143.344
EBITDA	11.208	(4.905)	8.666	(13.392)	2.957

## 7.1 - Descrição Das Principais Atividades do Emissor E Suas Controladas

Margem EBITDA	7,66%	(4,24%)	3,43%	(4,88%)	1,13%
EBITDA Ajustado	12.368	(5.215)	(13.272)	(7.089)	9.887
Margem EBITDA Ajustado	8,45%	(4,50%)	(5,25%)	(2,58%)	3,76%

Em 30 de junho de 2020, a Companhia manteve 1,3x de índice de liquidez corrente atingido em 31 de dezembro de 2019, considerando o Ativo Circulante de R\$ 175,6 milhões (ante R\$ 145,0 milhões em 31 de dezembro de 2019) em comparação ao Passivo Circulante de R\$ 136,2 milhões (ante R\$ 110,0 milhões em 31 de dezembro de 2019), em virtude, principalmente, do acréscimo de caixa e equivalentes de caixa, e contas a receber de clientes, gerados nas atividades operacionais.

Em julho de 2019, o investidor Península Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia – Investimento no Exterior realizou a conversão das debêntures que detinha da Companhia. Com a conversão realizada, a dívida bruta da Companhia reduziu de R\$ 74,3 milhões em 31 de dezembro de 2018 para R\$ 21,7 milhões em 31 de dezembro de 2019, e foram emitidos R\$ 60 milhões em novas ações da Companhia que passaram a ser de titularidade do Península Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia – Investimento no Exterior. Os juros e atualizações financeiras referentes às debêntures foram revertidos para o resultado financeiro.

(em milhares de R\$, exceto os índices)	Em 30 de junho de 2020	Em 31 de dezembro de		
		2019	2018	2017
Dívida Bruta (A)	31.970	21.684	74.313	66.034
Dívida Líquida (B)	9.770	14.927	68.431	29.803
Ativo Circulante (D)	175.622	145.005	130.444	147.119
Passivo Circulante (E)	136.240	110.005	94.929	76.114
Índice de liquidez corrente (D) / (E)	1,3x	1,3x	1,4x	1,9x

Para mais detalhes acerca dos resultados da Companhia, vide item 10 deste Formulário de Referência.

### Efeitos da pandemia do COVID-19 nos negócios da Companhia

Conforme descrito no item 7.3 deste Formulário de Referência, a pandemia da COVID-19 mudou o comportamento de compra do consumidor e impulsionou o crescimento do e-commerce como um todo.

A pandemia também acelerou o crescimento da indústria de vinhos online. De acordo com a Ideal Consulting, o volume de vinho importado por empresas que atuam prioritariamente no canal online cresceu 47% no primeiro semestre de 2020 quando comparado ao mesmo período de 2019. Mesmo antes do início da pandemia, o volume importado por esse tipo de empresas já vinha registrando crescimento (vide item 7.3 deste Formulário de Referência).

Por se tratar de uma empresa com forte atuação no e-commerce e pelos impactos gerais da pandemia na indústria de vinho, os negócios da Companhia também foram favorecidos e a Wine registrou aumento de 26,4% na receita líquida total no período de seis meses findo em 30 de junho de 2020, quando comparado ao mesmo período de 2019.

Porém, esse crescimento não pode ser integralmente atribuído a essa situação, pois a Companhia já havia registrado no primeiro trimestre de 2020, período anterior à pandemia, um crescimento de receita líquida de 12,1% comparado ao primeiro trimestre de 2019.

## 7.1 - Descrição Das Principais Atividades do Emissor E Suas Controladas

### Clube de Assinaturas como principal modelo de negócio

Nosso modelo de negócios está centrado na aquisição de sócios e no nosso clube de assinaturas, para em seguida, gerar vendas adicionais no nosso *e-commerce* por meio de uma experiência envolvente em nosso aplicativo.

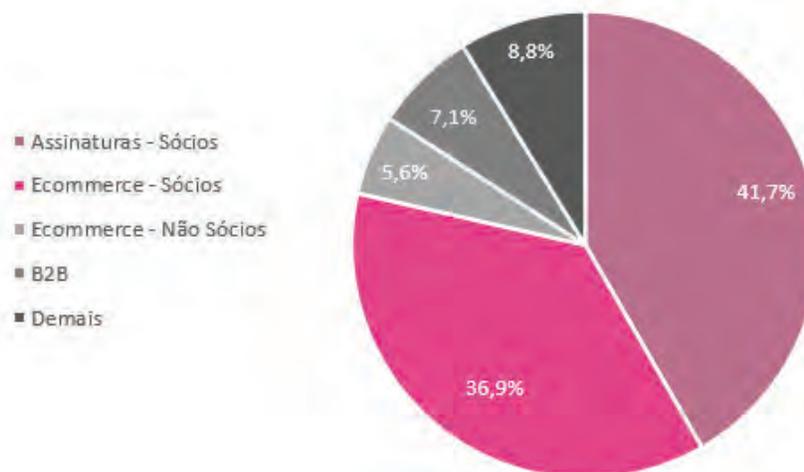
Ao assinar o Clube Wine, o sócio recebe mensalmente, rótulos selecionados de vinícolas do mundo todo, no endereço indicado no momento da assinatura. Oferecemos, ao todo, oito modalidades distintas de assinaturas, que variam desde as opções mais acessíveis até as mais sofisticadas de vinhos tintos, brancos, espumantes e rosés. Por mês, é possível receber duas, quatro ou seis garrafas em cada modalidade.

Oferecemos benefícios adicionais aos nossos sócios, com destaque para: 15% de desconto em todos os produtos vendidos em nossa plataforma, valor diferenciado de frete e até três vezes mais pontos no programa de recompensas ("WineUP").



No período de seis meses encerrado em 30 de junho de 2020, as compras realizadas pelos sócios representam 78,6% da receita da Companhia, dos quais 41,7% se referem aos pedidos do Clube Wine e 36,9% a compras adicionais que os sócios fizeram no *e-commerce*. O restante da receita é composto pelas compras de clientes não associados no *e-commerce* (5,6%), pelo nosso segmento de vendas para empresas, a Wine Bodegas (B2B) com 7,1%, e demais segmentos, como Wine Eventos e lojas físicas, que totalizam com uma participação de 8,8% da receita total.

### 7.1 - Descrição Das Principais Atividades do Emissor E Suas Controladas



Comparado ao padrão mundial, pode-se considerar que o consumidor brasileiro ainda é iniciante no mundo do vinho. Segundo pesquisa apresentada no *OIV Congress 2019 - 42nd World Congress of Vine & Wine* em 2018, o consumo do país foi cerca de 2 litros por pessoa. O fato de o vinho não fazer parte da cultura das famílias faz com que o Brasil esteja bem distante de outros países produtores, tais como a França, um dos maiores consumidores do mundo, onde o consumo de vinhos chega a 50 litros anuais por pessoa, segundo dados da mesma pesquisa.



Fonte: OIV Congress 2019 - 42nd World Congress of Vine & Wine.

É válido ressaltar que, no Brasil, não há nenhuma lei que proíba a venda de bebidas alcoólicas de um estado para o outro, porém, em relação ao mercado de vinhos uma das maiores barreiras ao consumo é a dificuldade de escolha, derivada da pouca intimidade do consumidor com a bebida, além da grande quantidade de rótulos disponíveis.

Tipicamente, o varejo e as importadoras trabalham com portfólios exclusivos e, estima-se que sejam comercializados mais de 20 mil rótulos no mercado brasileiro, de acordo com a Ideal Consulting. Com base no resultado da pesquisa mencionada acima, acreditamos que a abundância de rótulos

## 7.1 - Descrição Das Principais Atividades do Emissor E Suas Controladas

acaba por confundir e afastar o consumidor. Somando-se ao fato de que este, muitas vezes, também se depara com preços díspares para produtos equivalentes, principalmente em lojas físicas.

Entendemos que a Wine seja a solução para este problema, pois sua proposta transcende a simples venda de mais um rótulo. Nosso principal segmento de atuação, o clube de assinaturas de vinhos nasceu ancorado nos 3C's: curadoria, conteúdo e comodidade. Se associar ao Clube Wine é uma descoberta: todos os meses, os sócios recebem em casa vinhos dos quatro cantos do mundo, selecionados por especialistas curadores, os Winehunters. Dentro da WineBox® do clube, os sócios recebem a Revista Wine, focada em conteúdo exclusivo sobre vinhos, viagens, receitas e harmonizações. Esta experiência alavanca o aprendizado e o interesse no mundo do vinho. Por fim, os produtos são entregues na casa dos clientes no dia escolhido, trazendo mais comodidade, conforto e segurança.

A expansão do clube de assinaturas é o motor de propulsão para o crescimento da nossa empresa, pois sua proposta de valor é relevante para o assinante, somos especialistas nesse modelo de negócios por estarmos focados nele desde 2010 e, assim, entendemos estar bem posicionados frente à concorrência. O engajamento do sócio gera receitas adicionais por meio de vendas no e-commerce. Este modelo baseado em assinaturas proporciona receita recorrente e previsível, gerando eficiência no desempenho financeiro.

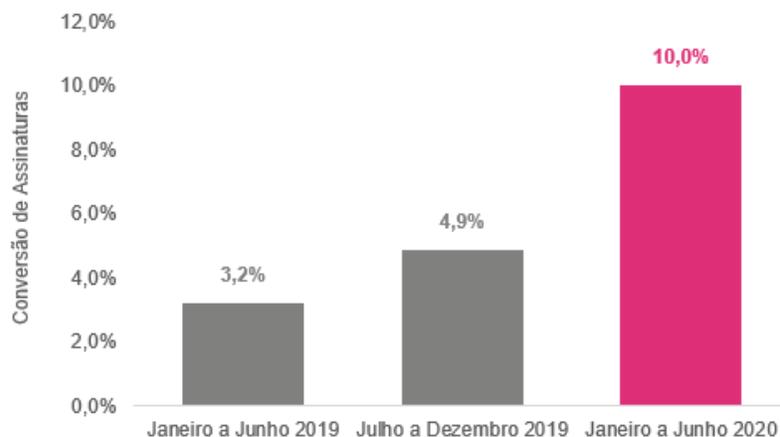
### **APP Wine e a otimização da captação e fidelização de sócios**

A proposta de captação de novos sócios e sua ativação no *e-commerce* é potencializada por nosso programa de recompensas e *cashback*: o WineUP. Ele é acessível por meio de nosso aplicativo, o APP Wine, construído como uma plataforma gamificada, com missões e conquistas, os clientes podem acumular *cashback* e podem resgatar em compras futuras de vinho. Todas as compras realizadas pelos clientes, seja no *e-commerce* ou no clube, geram pontos de experiência e *cashback*. O foco é a fidelização com base na construção de um senso de pertencimento. São 5 níveis: Estreante, Entusiasta, Protagonista, Estrela e Ídolo, com diferenças na taxa de acúmulo, proteção de *cashback* e resgate mínimo.

Concentramos todos os esforços para tornar a empresa em um modelo de alta performance (*truly performance based model*) de aquisição de novos sócios. Para isso, quase a totalidade do investimento de marketing é direcionada para trazer acessos de qualidade para o nosso site e para o nosso APP. Os investimentos de tecnologia visam proporcionar ao visitante, seja ele sócio ou não, uma experiência rica em nosso site e APP.

Nosso modelo de gestão é ágil e se aproxima ao de uma startup, com organização por squads, transparência e mínima hierarquia e burocracia, facilitando a tomada de decisão e o foco em otimizações para acelerar a captação de novos sócios.

## 7.1 - Descrição Das Principais Atividades do Emissor E Suas Controladas



Com este modelo de negócios, temos registrado uma receita média mensal por sócio de R\$ 180 (considerando o Clube de Assinatura e compras realizadas no E-commerce), índice de evasão em tendência de queda, em 3,2% ao mês (taxa de cancelamento, *churn* líquido). Na média dos meses do segundo trimestre de 2020, e um custo de aquisição de clientes (CAC) de R\$87 na média do primeiro semestre de 2020, gerando uma relação de margem de contribuição por custo de aquisição (representado pelo indicador LTV / CAC, *lifetime value* sobre custo de aquisição de cliente) saudável, apresentando uma taxa de 8.2x no exercício social de 2020 até junho, com picos que chegaram a 17.3x durante o segundo trimestre do mesmo ano.

No primeiro semestre de 2020, tivemos um *churn* líquido, isto é, *churn* desconsiderando assinaturas criadas e canceladas no mesmo mês, de 4,5%, indicando que os sócios permanecem no clube, em média, por cerca de 22 meses.

Além dos pedidos mensais da assinatura, os sócios realizam em média quatro pedidos adicionais por ano no *e-commerce* enquanto permanecem no clube. Com isso, eles deixam durante o período de permanência, um total mensal de margem de contribuição (ou seja, lucro líquido, considerando impostos, custos com produto, entrega e meios de pagamento) de R\$ 44,00, sendo R\$ 32,00 provenientes dos pedidos de clube e R\$ 12,00 dos pedidos no *e-commerce*.

No primeiro semestre de 2020, portanto, o sócio apresentou um LTV de R\$ 980,00, isto é, R\$ 44,00 mensais de margem de contribuição resultante dos pedidos do clube e do *e-commerce*, durante um período médio de permanência de 22,2 meses. Já o custo para sua aquisição, ou seja, o investimento de marketing necessário para captar um assinante, foi de R\$ 119, resultando em uma relação de LTV / CAC de 8.2x no período.

	1S20	2T20
<b>Clube</b>		
Receita Média por sócio	R\$ 102	R\$ 101
Margem de Contribuição	R\$ 32	R\$ 31
<b>Ecommerce</b>		
Gasto Médio por sócio	R\$ 78	R\$ 95
Margem de Contribuição	R\$ 12	R\$ 17
<b>Margem de Contribuição Total</b>	<b>R\$ 44</b>	<b>R\$ 48</b>
<b>Churn Líquido<sup>1</sup></b>	<b>4.5%</b>	<b>3.2%</b>
<b>LTV<sup>2</sup></b>	<b>R\$ 980</b>	<b>R\$1.497</b>
<b>CAC<sup>3</sup></b>	<b>(R\$ 119)</b>	<b>(R\$ 87)</b>
<b>LTV / CAC</b>	<b>8.2x</b>	<b>17.3x</b>

(1) Exclui fraudes (adesão com cancelamento em menos de 30 dias) e churn referente a trocas de plano (clientes que cancelam e fazem uma nova adesão a um novo plano em período inferior a 30 dias).

## 7.1 - Descrição Das Principais Atividades do Emissor E Suas Controladas

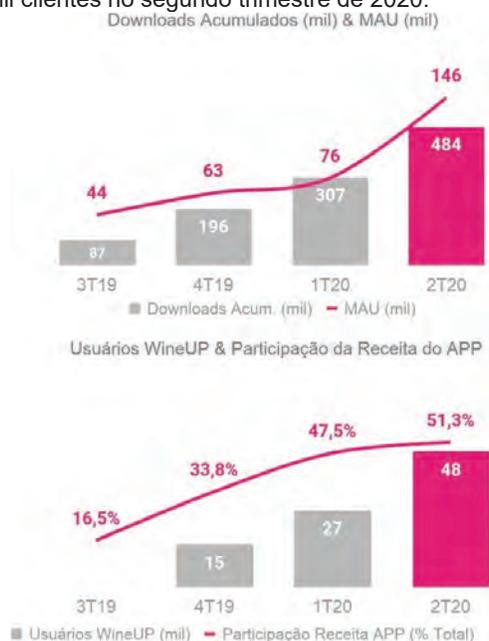
(2) Considera toda a margem de contribuição gerada pelo sócio, tanto com gastos no Clube de Assinatura quanto compras no e-commerce. Cálculo do LTV inclui gastos com marketing não relacionados a aquisição do assinante.

(3) Considera apenas o investimento de marketing destinado a aquisição de um novo assinante.

Para otimizar o LTV / CAC, temos um time de performance de mídias dedicado que busca privilegiar os canais com melhor retorno em receita e que exigem pouco ou nenhum investimento de *marketing*, como APP (por meio de push notifications), acesso orgânico, *e-mail marketing* e SMS. Essa estratégia também tem como objetivo diminuir o foco e investimento em canais de baixo desempenho, visando concentrar esforços em boas práticas de SEO (*search engine optimization*), desempenho do nosso site e APP e otimizando canais de mídia com melhores retornos financeiros com metas acompanhadas semanalmente.

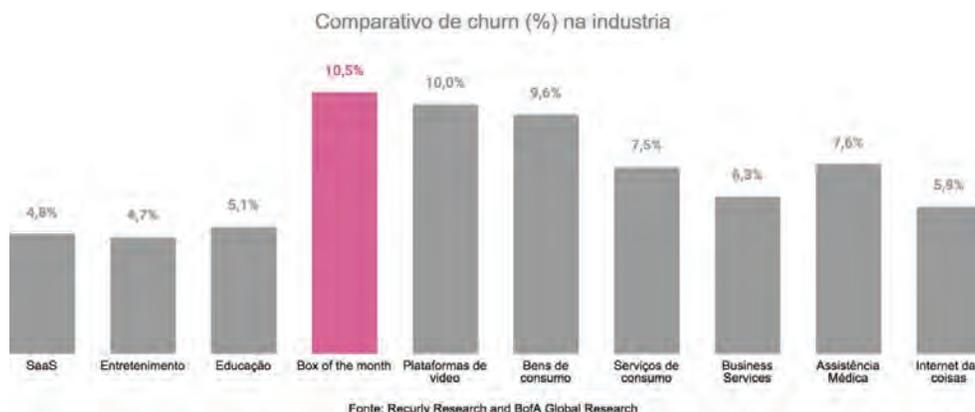
Além dos pedidos mensais provenientes do clube, nossos sócios compram, em média, uma vez a cada três meses no *e-commerce*, com um ticket médio de aproximadamente R\$ 265,00. O aplicativo da Wine, lançado em maio de 2019, já é o principal canal de vendas do e-commerce, representando 51,3% da receita total do e-commerce no segundo trimestre de 2020.

A popularidade do APP Wine é crescente e o aplicativo passa, em 30 de junho de 2020, dos 484 mil downloads e conta com mais de 146 mil usuários ativos mensalmente (representado pelo indicador MAU, do inglês, *monthly active users*). Nesta data, o aplicativo está classificado com nota 4,6 nas lojas de aplicativo Play Store (Android) e 4,8 na Apple Store (iOS)-e, além de todas as funcionalidades do *e-commerce* e clube, conta com nosso programa de recompensas, o WineUP, utilizado por mais de 48 mil clientes no segundo trimestre de 2020.

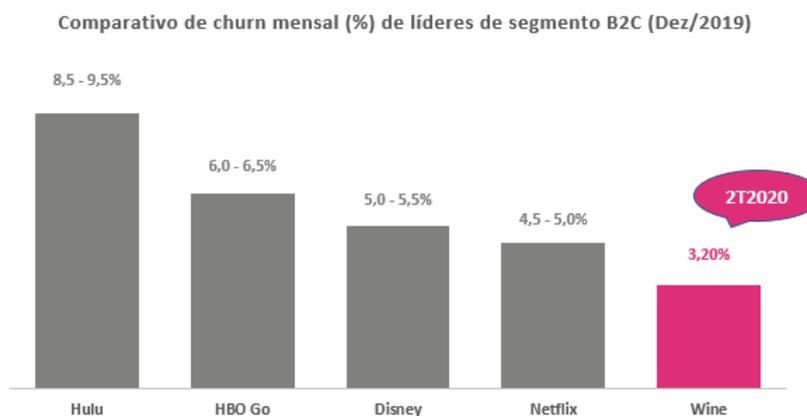


Um dos indicadores mais importantes do negócio de assinatura é a taxa de churn, que mede o índice de evasão dos clientes, ou seja, a taxa de cancelamento. O segmento de mercado onde se insere o Clube Wine, pode ser chamado de 'box of the month' ou caixa do mês que apresenta uma curadoria e descoberta mensal. Este segmento no mercado apresenta um churn mensal médio de 10,5%, segundo estudo da Recurly Research realizado entre janeiro e dezembro de 2018.

### 7.1 - Descrição Das Principais Atividades do Emissor E Suas Controladas



De acordo com o relatório do BofA Global Research de 8 de abril de 2020, os principais *players* de *streaming* de vídeo apresentam *churn* mensal de 10,0%, em pesquisa realizada entre janeiro e dezembro 2018. Portanto, estes dados de mercado quando comparados aos dados internos da Wine demonstram que o Clube Wine possui um valor de *churn* abaixo até mesmo abaixo da média da indústria de produtos de assinatura e até dos grandes *players* da indústria de entretenimento, chegando a 3,2% na média dos meses do segundo trimestre de 2020.



#### Ecosistema para entusiastas do mundo do vinho

Entendemos que estamos nos tornando um ecossistema completo para os entusiastas do mundo do vinho, por estaremos presentes no mercado não somente com o clube e o *e-commerce*, mas em lojas físicas, eventos (vendas feitas por meio de embaixadoras em um modelo de vendas diretas), no B2B e também temos como expectativa participar em todos os outros pontos de consumo e compra do vinho por meio de parcerias.

## 7.1 - Descrição Das Principais Atividades do Emissor E Suas Controladas



Durante o primeiro semestre de 2020, tivemos em média 27.060 clientes que realizaram em média um pedido por mês, 6.589 clientes que realizaram em média dois pedidos por mês, 1.976 clientes fizeram em média três pedidos por mês e 1.296 clientes realizaram mais que três pedidos por mês. Tivemos crescimento no engajamento dos clientes em todas as faixas do nosso *e-commerce* comparado ao mesmo ano de 2019.



Além dos pedidos mensais provenientes do clube, portanto, nossos sócios compram, em média, uma vez a cada três meses no *e-commerce*, com um ticket médio de aproximadamente R\$ 265, cerca de 15% superior ao ticket médio de não sócios, de aproximadamente R\$ 230. O aplicativo da Wine, lançado em maio de 2019, já é o principal canal de vendas do *e-commerce*, representando 51,3% da receita total do *e-commerce* no segundo trimestre de 2020.

Para captar clientes que estão começando no mundo do vinho, construímos a Vinho Fácil (<https://www.vinhofacil.com.br>), que funciona exclusivamente como *e-commerce*, à parte do Clube Wine e *e-commerce* Wine e atua como porta de entrada para o consumidor que quer conhecer a bebida de forma descompromissada. Na Vinho Fácil, disponibilizamos rótulos mais acessíveis, com valores a partir de R\$20,00, que geralmente são vendidos em kits sortidos para que o cliente tenha menos opções que possam confundir-lo no momento de compra. Acreditamos que a frequência do hábito de consumo colabora para evolução de paladar e, com o tempo, os clientes vão se sentir mais à vontade para experimentar vinhos de maior valor agregado.

Com o objetivo de estar próximo aos momentos de consumo, ampliamos nossa capilaridade via canais alternativos, tais como as lojas de conveniência AmPm, aplicativos Rappi e market-place com a

## 7.1 - Descrição Das Principais Atividades do Emissor E Suas Controladas

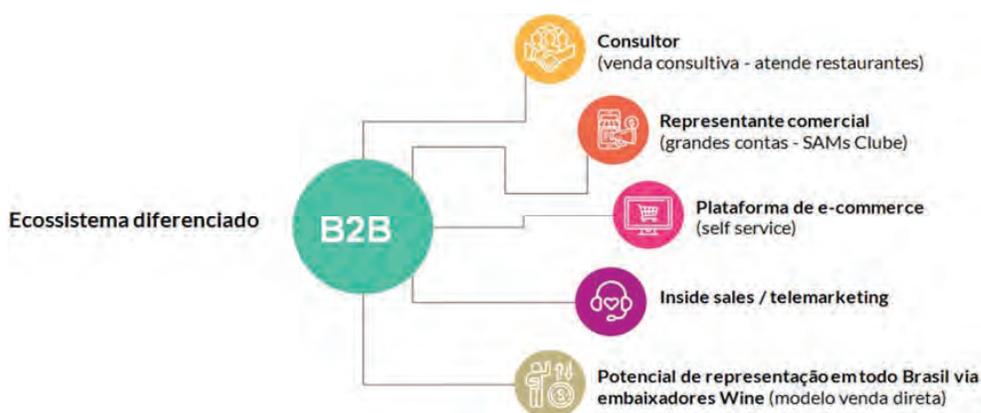
Livelo. Para nossos clientes *premium*, isto é, clientes dos níveis Estrela ou Ídolo do nosso programa de recompensas WineUP, criamos o Wine Select um serviço de atendimento individualizado pelo WhatsApp, sem custo adicional. Quando os clientes chegam a esses níveis, é habilitada uma tela específica no APP Wine, na seção WineUP, com informações sobre o canal e um link para contato do WhatsApp de um de nossos vendedores Wine Select.

No ambiente *offline*, iniciamos nossa expansão com a premissa de que o mundo não precisa de mais uma loja de vinhos, por isso, mais do que simplesmente lojas de vinho, nossos espaços físicos possuem catálogo e preços integrados ao *e-commerce* por meio do APP Wine. Os preços dos produtos e promoções praticados no *e-commerce* são integrados em tempo real em todas as lojas, que além disso, são pontos de encontro com sócios, possuem áreas para eventos e degustações, além de serem novos canais de captação de sócios. Além disso, as lojas possuem estoque para atendimento ao B2B local, atuam como pontos de entregas rápidas para o *e-commerce* e inserem a presença da marca Wine nas localidades onde estão instaladas.

A escolha da localidade das lojas leva em consideração prioritariamente regiões onde existe concentração de sócios e que tenham potencial de exploração para B2B, além de demandas por entregas rápidas B2C via estoque local. Com essa estratégia, a Companhia inaugurou sua primeira loja em Belo Horizonte/MG, a WineBH e, recentemente, foram inauguradas a Wine Curitiba e Wine Porto Alegre, totalizando três lojas físicas em junho de 2020. A Companhia busca expandir o número de lojas, seguindo a estratégia de encurtar a distância da marca com nossos sócios. Acreditamos no sucesso dessa estratégia, graças aos resultados crescentes de nossa primeira loja, a WineBH, que nos primeiros seis meses do ano de 2020 nos trouxe 200 novos sócios e mais de R\$ 651 mil reais em vendas, entre vendas da loja e uso da loja para vendas via APP.

Para nós, é muito importante estar junto dos nossos sócios e clientes, celebrando todos os seus melhores momentos. Visando garantir celebrações inesquecíveis, os Embaixadores da Wine Eventos entram em ação com uma venda consultiva, selecionando rótulos e garantindo vantagens e benefícios, tais como preços especiais para rótulos distintos, menu personalizado para harmonização, frete gratuito, entrega programada e consultoria personalizada. Esta unidade de negócio baseada no modelo de vendas direta atende ao mercado de casamentos, formaturas e eventos corporativos.

Por meio da marca Bodegas - Grupo Wine, atuamos no mercado B2B oferecendo vinhos para restaurantes, hotéis, supermercados, empórios, entre outros. A Bodegas é uma importadora de vinhos selecionados, que oferece ao mercado brasileiro vinhos exclusivos, distintos, de personalidade marcante e de excelente relação qualidade-preço.



No nosso B2B, prezamos por um ecossistema de atendimento diferenciado, em que ficamos próximos do cliente por meio de consultores para venda consultiva para restaurantes, representantes comerciais para grandes contas como a do SAM's Clube. Além da nossa equipe de telemarketing, os clientes podem utilizar nosso *e-commerce* B2B (<https://www.bodegaswine.com.br/>) para compras

## 7.1 - Descrição Das Principais Atividades do Emissor E Suas Controladas

tipo *self-service*. Também temos nossos embaixadores que atuam com vendas diretas, potencializando a presença da Wine em todo o país.

Ainda sobre o nosso segmento B2B, acreditamos que a Bodegas, adquirida em abril de 2018, é um exemplo de M&A bem-sucedido, comprovando a nossa capacidade de aquisição, integração de novos segmentos e captura de sinergias, fortalecendo o nosso ecossistema. Exemplo disso, é o aumento de receita do canal desde a aquisição.

### Mercado de atuação

Segundo dados da Ideal Consulting, o consumo de vinhos per capita (por habitante maior de 18 anos) vem crescendo no Brasil desde 2016 e atingiu em 2019 a marca de 2,13 litros/habitante. No período pós-início da quarentena devido à pandemia do COVID-19, ou seja, de abril a junho de 2020, o consumo avançou ainda mais e chegou a 2,81 litros / habitante, um crescimento de 39% quando comparado com o mesmo período de 2019.

Entendemos que o apelo do entretenimento do produto e sua versatilidade podem explicar esta tendência, pois, em nossa visão, o consumo do vinho envolve mais do que uma simples garrafa: o vinho é um universo que engloba desde história do rótulo, o momento compartilhado e até o turismo. Sendo uma bebida versátil, em tempos de isolamento social, ele cumpre um papel social importante, podendo ser consumido em um *happy hour online* entre amigos, harmonizar um pedido de delivery, em um momento de culinária em casa ou ainda acompanhando filmes ou séries.

A empresa nasceu digital, portanto, a marca acabou se beneficiando deste movimento de migração de compras para o *online*. Além disso, gozamos de uma reputação elevada de acordo com dados do Reclame Aqui a empresa leva o selo RA1000, apresentando uma nota de 8,5/10 no período referente de 01/02/2020 a 31/06/2020.

### Vantagens competitivas

**Solidez do Clube Wine.** Temos um clube de assinaturas em expansão, atualmente, em 30 de junho de 2020, com uma base ativa de 178.679 assinaturas. Contamos com sócios fiéis, com base no baixo índice de *churn* de 3,2% ao mês na média dos meses do segundo trimestre de 2020, com elevado consumo de vinho de cerca 40 litros por ano, comparável ao padrão observado em países que mais consomem vinho no mundo.

O modelo de negócio de assinaturas direto ao consumidor é, em nosso entendimento, vencedor tanto do ponto de vista do negócio como do consumidor pelos seguintes motivos:

- I. Do ponto de vista do negócio, somos um business rentável com uma margem EBITDA Ajustada de 8,5% no período de seis meses findos em 30 de junho de 2020, principalmente devido ao melhor poder de negociação com os fornecedores por conta do volume concentrado em alguns rótulos para abastecer a demanda do clube do mês que contém 178.679 assinantes ao final de junho de 2020, recorrência de vendas com sócios do Clube Wine comprando no e-commerce em média uma vez a cada três meses, índice de *churn* médio de 3,2% ao mês no segundo trimestre de 2020, custo de aquisição de clientes em torno de R\$100, e por fim uma relação LTV / CAC saudável de 8,2x no primeiro semestre de 2020. A Companhia acredita que nosso modelo de negócios também permite uma dinâmica de capital de giro favorável, uma vez que possibilita a otimização do estoque devido à maior previsibilidade de garrafas por assinatura; e
- II. Do ponto de vista do cliente, acreditamos que o Clube de Assinatura apresenta uma proposta de valor atraente para os sócios devido a trabalho de curadoria do portfólio de produtos, a escala de negociação nos permite realizar uma boa seleção de produtos e finalmente devido, à conveniência de enviarmos as garrafas diretamente para a casa do cliente. Acreditamos que nós elevamos o relacionamento transacional a um relacionamento emocional e envolvente pelo senso de pertencimento ao clube, entrega de conteúdo por meio da Revista Wine e interação em nosso aplicativo. Ao fazê-lo, acreditamos que o Wine se posiciona não só no mercado do vinho, mas também no mercado de entretenimento.

## 7.1 - Descrição Das Principais Atividades do Emissor E Suas Controladas

Todas as compras realizadas em nosso *e-commerce* e no clube geram *cashback* e pontos de experiência no nosso **programa de recompensas, o WineUP**, que foi projetado com foco na fidelização do cliente e é cada vez mais utilizado pelos nossos clientes.

Nosso **aplicativo e plataforma são proprietários** e todas as manutenções, integrações e evoluções nesses sistemas são desenvolvidas 100% internamente pelo nosso time de especialistas, designers e desenvolvedores, possibilitando maior escala de funcionalidades produzidas em menor tempo e com custo controlado.

A Companhia acredita ser uma expressão visual de marca vibrante, colorida e espontânea, tendo um manual de aplicação de marca adequado para comunicações em momentos e ambientes diversos tanto no *online* quanto no *off-line*.

Prezamos pelo bom atendimento ao nosso cliente, motivo pelo qual contamos com um NPS (Net Promoted Score, i.e., índice de satisfação do cliente) com 72% de recomendação dos nossos clientes, no primeiro trimestre de 2020, e temos reputação máxima em atendimento as demandas de clientes no Reclame Aqui (Certificado RA 1000, conforme site <https://www.reclameaqui.com.br/empresa/wine-com-br/>).

Nossa **abordagem omnicanal** permite oferecer produtos e serviços ao consumidor em diferentes pontos de contato. Seja na recorrência do abastecimento no lar, na compra avulsa de garrafas via *e-commerce* ou lojas físicas, seja em eventos e celebrações, no consumo em bares e restaurantes ou supermercados e lojas ou ainda em canais de conveniência a Wine marca presença.

Nossas **lojas físicas são integradas ao e-commerce**, criando uma experiência de compra única através do aplicativo, sem ruídos de comunicação e com o mínimo de fricção ao longo de todo processo de realização do pedido. Nossas lojas físicas são mais que pontos comerciais: são espaços para eventos e encontro dos nossos sócios, atuam como pontos de entregas rápidas para compras do *e-commerce* e do B2B e também atuam na captação de novos assinantes, além de reforçarem a nossa marca nas localidades em que estão instaladas.



Figura 1 - Fotos da loja física de Belo Horizonte. Sócios em um evento de degustação e detalhe da nossa máquina de degustação de vinhos.

## 7.1 - Descrição Das Principais Atividades do Emissor E Suas Controladas

Com esse ecossistema, a Companhia pode explorar diferentes iniciativas para impulsionar seu crescimento, seja de forma orgânica ou por meio de aquisições. No B2C, nossa principal estratégia é o crescimento da base de sócios, que pode ser feito pelo aumento de ofertas de menor ticket médio, mantendo o foco no plano anual para a manutenção do churn. No B2B, a estratégia de alavancar o omnichannel pode ser realizada ao alavancar as frentes de on-trade e off-trade e também por meio de fusões ou aquisições oportunas. Em relação ao aplicativo mobile, nossa estratégia é transformá-lo em um “*super app*”, aumentando a taxa de downloads por meio da inclusão de funcionalidades de conteúdo e de redes sociais, que objetivam maior interatividade da nossa base. Todas essas frentes de crescimento devem ser suportadas pela nossa estratégia de logística, cujo principal objetivo é garantir uma entrega rápida por meio da descentralização do estoque, aumentando o número de entregas no mesmo dia ou no dia seguinte.



**A Wine trabalha com um modelo sem intermediários conectando os produtores grandes ou mesmo artesanais com os sócios e clientes.**

Como compramos diretamente dos produtores internacionais e fazemos todo o processo de importação, distribuição e venda para o cliente final, não temos intermediários na cadeia de fornecimento. Dessa forma, é possível eliminar diversos custos da cadeia de suprimento, permitindo repassar essa redução de custos ao preço do produto para o cliente final. A proximidade e o tratamento direto com os produtores, aliado ao elevado volume que importamos em 2019 (7,4 milhões de garrafas de vinhos) nos permite exercer poder de barganha e negociação no nosso processo de compras. O modelo tradicional de importadoras que revendem para distribuidoras e varejistas adiciona custos de tributação e logística à cadeia, gerando uma oferta de produtos mais caros na ponta. Nosso modelo de assinatura, diferentemente, possibilita a escala concentrada em alguns rótulos, aumentando o nosso poder de barganha e possibilitando a oferta de vinhos de qualidade a preços mais acessíveis. Ainda, este poder é estendido para a negociação de demais itens para nosso portfólio.

Temos um ecossistema integrado de clube de assinatura ancorado no modelo de recorrência, somado à ativação do sócio em nosso *e-commerce*, que, potencializado pelos benefícios de 15% de desconto, frete diferenciado e 3 vezes mais pontos em nosso programa de recompensas e *cashback*.

Os investimentos de marketing de topo de funil (etapa da jornada de navegação em que é menos provável que o cliente faça a assinatura) são otimizados para captação de novos sócios, garantindo uma relação de CAC / LTV saudável, ao contrário do modelo tradicional do mercado em que o investimento de marketing é focado em vendas avulsas de garrafas com um desbalanceamento do custo de aquisição do cliente vs. o *customer lifetime value*.

Com uma base ativa de 178.679 assinaturas em 30 de junho de 2020, a comunicação para vendas de rótulos além da assinatura mensal é feita por meio de mídia proprietárias, tais como e-mail marketing, SMS e *push notification*, assegurando um custo baixo e a possibilidade de segmentação de base para uma oferta mais personalizada e assertiva.

## 7.1 - Descrição Das Principais Atividades do Emissor E Suas Controladas

No que tange ao transporte de mercadoria e atendimento em todos o Brasil, nossa WineBox® merece destaque. Patenteada nos termos da legislação brasileira aplicável e pioneira no mercado de transporte aéreo, nossa caixa de embarque garante um transporte seguro com uma baixa taxa de avarias.

### Benefícios Fiscais

A Companhia possui termo de acordo com o Estado do Espírito Santo para utilização de benefícios fiscais firmado através do termo nº 0277/2012. Os benefícios concedidos estão estabelecidos no artigo 530 do regulamento aplicável e são repassados para a Companhia através do Programa de Incentivo ao Investimento no Estado do Espírito Santo (INVEST- ES) e do Programa de Desenvolvimento e Proteção à Economia do Estado do Espírito Santo – COMPETE/ES.

O Programa de Incentivo ao Investimento no Estado do Espírito Santo (INVEST-ES) tem por objetivo contribuir para a expansão, modernização e diversificação dos setores produtivos do Espírito Santo, estimulando a realização de investimentos, a implantação e a utilização de armazéns e infraestruturas logísticas existentes, renovação tecnológica das estruturas produtivas, otimização da atividade de importação de mercadorias e bens e o aumento da competitividade estadual, com ênfase na geração de emprego e renda e na redução das desigualdades sociais e regionais.

O Programa de Desenvolvimento e Proteção à Economia do Estado do Espírito Santo – COMPETE/ES (Lei 10.568/2016) tem por objetivo contribuir para a expansão, modernização e diversificação dos setores produtivos do Estado, estimulando a realização de investimentos, a renovação tecnológica das estruturas produtivas e o aumento da competitividade estadual, com ênfase na manutenção e/ou geração de emprego e renda e na redução das desigualdades sociais e regionais.

Dentre os diversos benefícios fiscais oferecidos pelo Estado, os principais são: (i) o aproveitamento de crédito presumido de forma que a carga tributária efetiva resulte um inteiro e um décimo por cento nas saídas interestaduais; e (ii) diferimento do ICMS nas operações de importação.

### Produtos e Parceiros

Com mais de 10 anos de atuação, um dos pontos fortes da Companhia consiste na parceria com seus produtores. Tendo em seu portfólio a grande maioria de produtos composta por marcas ou produtos exclusivos, a Companhia traz para o seu cliente a diversidade e disponibilidade de rótulos. Como uma de nossas metas sempre foi trazer informações para desmistificar o mercado de vinhos para o nosso cliente final, todos os produtos disponíveis no site trazem consigo uma ficha técnica, com informações como: tipo de vinho e uva, país de origem, nome da vinícola, teor alcoólico, safra, classificação, características visuais, olfativas, gustativas, temperatura de serviço e potencial de guarda. Além disso, indicações de ótimos pratos para harmonização, conforme o exemplo abaixo:

### 7.1 - Descrição Das Principais Atividades do Emissor E Suas Controladas



**Ficha Técnica**

 <b>Tinto</b> Garnacha (90%), Syrah (10%)	 <b>Visual</b> Rubí.
 <b>Espanha</b> Mérida	 <b>Olfativo</b> Frutas vermelhas maduras, com notas balsâmicas e nuances de couro.
 <b>Vinicola</b> Bodegas Jiménez-Landi	 <b>Gustativo</b> Frutado, com taninos firmes, aveludado e de bom frescor.
 <b>Teor Alcoólico</b> 14,50% ABV	 <b>Temperatura de serviço</b> 16 °C
 <b>Amadurecimento</b> 10 meses em barricas de carvalho francês de diversos usos.	 <b>Potencial de guarda</b> 7 anos
 <b>Safra</b> 2014	
 <b>Classificação</b> Seco	

**Harmonização**

 Mignon em redução de balsâmico, costeleta de cordeiro com farofa úmida de nozes, costela com alpin, massa gratinada, cuscuz de legumes e batata rostie de queijo.

Conseguimos diversificar a origem de nossas garrafas através da presença dos WineHunters, que selecionaram vinhos em 137 fornecedores no ano de 2019, desde vinícolas renomadas até pequenos produtores familiares, dentre os quais destacamos alguns abaixo. Durante toda a nossa história, já trabalhamos com 198 parceiros.



O elevado volume de garrafas importadas por ano (7,4 milhões em 2019) e a base de sócios de 178.679 (em 30 de junho de 2020) dão à Companhia um alto poder de barganha em suas negociações com fornecedores, produtores e parceiros.

Nossos vinhos, sejam eles tinto, branco, espumante, frisante, licoroso ou rosé, são, em 30 de junho de 2020, originários dos seguintes países: África do Sul, Alemanha, Argentina, Austrália, Brasil, Chile, China, Espanha, Estados Unidos, França, Hungria, Itália, Líbano, Nova Zelândia, Portugal e Uruguai.

## 7.1 - Descrição Das Principais Atividades do Emissor E Suas Controladas

Em 30 de junho de 2020, a Companhia possui mais de 1.250 SKUs ativos, de 16 países e em todas as faixas de preço, variando de R\$ 20,00 a R\$ 9.000,00. Ademais, todos os meses disponibilizamos 2 produtos selecionados dentre os Top 10 do Brasil aos clientes detentores de assinaturas do Clube Essenciais.



Figura 2 - Presença de nossos SKUs

## **7.1.a - Informações específicas de sociedades de economia mista**

### **7.1.a - Informações específicas de sociedades de economia mista**

**(a) interesse público que justificou sua criação**

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não é sociedade de economia mista.

**(b) atuação do emissor em atendimento às políticas públicas, incluindo metas de universalização**

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não é sociedade de economia mista

**(c) processo de formação de preços e regras aplicáveis à fixação de tarifas**

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não é sociedade de economia mista.

## 7.2 - Informações Sobre Segmentos Operacionais

### 7.2 - Informações sobre segmentos operacionais

#### (a) Produtos e serviços comercializados

A Companhia possui um modelo de atuação em que seus segmentos operacionais aparecem interligados, pois trabalham com o mesmo propósito: o foco na proximidade e conectividade com o consumidor. Para fins de gerenciamento e análise das nossas atividades, a segmentação da Companhia baseia-se na similaridade das unidades geradoras de receita, em três grandes grupos: Clube de Assinaturas, E-commerce e os Negócios Offline.

#### I. Clube de Assinaturas

O Clube Wine, clube de assinaturas de vinhos da Wine, está ancorado nos 3 3C's: *curadoria, conteúdo e comodidade*.

Curadoria, pois todos os meses os sócios recebem em casa vinhos dos de diferentes regiões do mundo, selecionados por especialistas curadores, os Winehunters.

Conteúdo, pois dentro da WineBox® do respectivo clube, os sócios recebem a Revista Wine, focada em conteúdo exclusivo sobre vinhos, viagens, receitas e harmonizações. Acreditamos que esta experiência alavanca o aprendizado e o interesse no mundo do vinho.

Comodidade, pois toda essa experiência é entregue na casa dos clientes, trazendo-lhes mais comodidade, conforto e segurança.

Oferecemos, ao todo, oito modalidades de assinaturas, com opções, na nossa visão, para todos os gostos e bolsos. Variando de R\$ 15,00 a R\$ 240,00 por mês, é possível receber duas, quatro ou seis garrafas em cada modalidade de assinatura, atendendo assim desde o consumidor iniciante até outros mais experientes no mundo do vinho.

O Clube Wine, portanto, objetiva a fidelização dos clientes por meio de sua proposta de valor, gerando previsibilidade para o negócio e uma sólida receita recorrente no resultado da Companhia.

Em 30 de junho de 2020, o Clube Wine chegou à marca de 178.679 assinaturas ativas, apresentando um crescimento de 53,6% desde 30 de junho de 2018, quando possuía 116.323 mil assinaturas ativas.

#### II. E-commerce

O segmento de *E-commerce* é composto pelas lojas virtuais: Loja Wine (<https://www.wine.com.br/>) e Vinho Fácil (<https://www.vinhofacil.com.br/>). A Vinho Fácil compete no mercado de *flash sales* e foi lançada em 2017 com o objetivo de combater a concorrência sem comprometer a marca Wine. Disponibilizamos neste *e-commerce* os rótulos mais acessíveis, com preços que variam entre R\$20,00 e R\$50,00, geralmente ofertados em kits sortidos. Estes kits são previamente preparados pela equipe Wine para facilitar o acesso a diferentes rótulos de forma mais assertiva, facilitando, a nosso ver, a escolha dos produtos pelos clientes menos experientes. Entendemos que transformamos a Vinho Fácil em uma porta de entrada para clientes que querem iniciar no mundo do vinho de forma descompromissada.

Já a Loja Wine, por sua vez, disponibiliza pelo site ou pelo *App* um portfólio mais completo comparativamente à Vinho Fácil, com vinhos de vários países e regiões. Os clientes, seja eles associados do Clube Wine ou não, encontram rótulos variados, que em nosso entendimento são adequados para cada segmento de cliente, desde os iniciantes até os mais experientes.

A proposta de valor do Clube Wine é enriquecida com benefícios aos sócios que adquirem produtos pelo *e-commerce* da Loja Wine. Deste modo, todos os sócios do Clube Wine possuem 15% de desconto em todos os produtos, descontos no valor do frete e acumulam até três vezes mais pontos no nosso programa de recompensas, o WineUP.

## 7.2 - Informações Sobre Segmentos Operacionais

Neste segmento de *E-commerce* também registramos as vendas do *Outlet*, onde são ofertados produtos que possuem algum defeito na embalagem, porém com conteúdo em perfeito estado. Os defeitos consistem no que chamamos e avaliamos internamente como avarias, tais como rótulos rasgados, manchados, produtos sem cápsula ou ainda sem rótulo, que impossibilitam as garrafas de serem enviadas aos clientes no âmbito dos demais canais de venda.

O acesso ao *Outlet* é restrito a colaboradores e é terminantemente proibida a revenda de produtos nele comprados com base nas regras instituídas pela Companhia. Por este motivo, o departamento de Recursos Humanos acompanha regularmente os pedidos por colaborador no âmbito do *Outlet*. Para precificação, é ofertado um desconto de 49% que incide sobre o preço regular do item.

### III. Negócios Offline

Este segmento é composto pelas demais unidades de negócio, quais sejam, a Wine Bodegas (B2B), as lojas físicas, a Wine Eventos e a Beer (Beer.com.br, unidade de negócio, *e-commerce* e clube de cerveja, alienado no segundo semestre de 2019), com suas vendas mais robustas, programadas e em larga escala conforme descrito abaixo.

Nossas lojas físicas são mais que simplesmente lojas de vinhos: são espaços físicos que possuem catálogo e preços integrados ao *e-commerce* por meio do *App Wine*. Assim, todos os preços e promoções da loja online são refletidas na loja offline, que também funcionam como áreas para eventos e degustações. Elas são novos canais de conversão de sócios e atuam como pontos de entregas rápidas para o *e-commerce*.

A Wine Eventos atende nossos clientes em seus momentos de celebrações, por meio de vendas consultivas: os embaixadores da Wine Eventos trabalham como consultores personalizados, selecionando os produtos ideais para cada momento e garantem vantagens e benefícios, tais como: preços especiais para rótulos distintos, menu personalizado para harmonização, frete gratuito e entrega programada.

Nosso B2B é um ecossistema que atende o cliente de maneira diferenciada por meio de consultores, parceiros comerciais e equipe de telemarketing. Além disso, a unidade de negócio disponibiliza um *e-commerce* destinado aos parceiros comerciais que queiram fazer as compras no modelo *self-service*.

#### (b) Receita proveniente do segmento e sua participação na receita líquida da Companhia

O quadro abaixo mostra a distribuição da receita líquida entre os segmentos de atuação da Companhia para os exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017 e as últimas informações contábeis divulgadas referente ao ano corrente, até 30 de junho de 2020.

	Período de seis meses findo em 30 de junho de 2020		Exercício social encerrado em 31 de dezembro de					
			2019		2018		2017	
(em R\$ milhões, exceto %)	R\$	% do total	R\$	% do total	R\$	% do total	R\$	% do total
Clube de Assinaturas	63,9	43,7%	115,3	45,6%	107,0	39,0%	102,6	39,0%
E-Commerce	65,2	44,6%	102,3	40,5%	131,9	48,0%	136,8	52,1%
Negócios Offline	17,3	11,8%	35,1	13,9%	35,5	13,0%	23,4	8,9%
Receita Operacional Líquida	146,3	100,0%	252,8	100,0%	274,4	100,0%	262,8	100,0%

## 7.2 - Informações Sobre Segmentos Operacionais

### (c) Lucro Bruto resultante do segmento e sua participação no Lucro Bruto do emissor

O quadro abaixo mostra a distribuição do lucro bruto entre os segmentos de atuação da Companhia para os exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017 e as últimas informações contábeis divulgadas referente ao ano corrente, até 30 de junho de 2020.

	Período de seis meses findo em 30 de junho de 2020		Exercício social encerrado em 31 de dezembro de					
			2019		2018		2017	
(em R\$ milhões, exceto %)	R\$	% do total	R\$	% do total	R\$	% do total	R\$	% do total
<b>Clube de Assinaturas</b>	36,6	52,3%	67,0	55,4%	67,4	50,7%	66,9	46,7%
<b>E-Commerce</b>	26,7	38,1%	40,1	33,2%	50,9	38,3%	65,9	46,0%
<b>Negócios Offline</b>	6,8	9,7%	13,8	11,4%	14,6	11,0%	10,5	7,3%
<b>Lucro Bruto</b>	70,0	100,0%	120,9	100,0%	132,9	100,0%	143,3	100,0%

## 7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais

### 7.3 - Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais

#### (a) Características do processo de produção

A Wine não é uma Companhia fundamentalmente produtora de vinhos. Porém, seu processo de comercialização e distribuição dos vinhos conta com um importante processo de beneficiamento e acondicionamento dos produtos antes de chegarem às casas de sócios e clientes.

Uma vez recebidos diretamente de fornecedores e produtores, a Wine se responsabiliza por garantir que os vinhos cheguem aos clientes e sócios com a maior segurança e integridade e, para isso, as garrafas são transferidas das embalagens originais para as WineBox®.

Para os sócios do Clube, as WineBox® são montadas com o vinho selecionado como a experiência do mês mais a Revista Wine, com seu conteúdo informativo. Na revista, entre outras matérias, está a seção “Experiências do Mês” com toda a informação do vinho que está recebendo naquele momento, tais como características de safra, região, vinícola, etc., bem como um pouco da história desses rótulos. Na mesma seção ainda está a seleção do próximo mês, trazendo a expectativa da próxima experiência.

A Companhia acredita que todos os clientes da Wine são contemplados com este processo de beneficiamento e acondicionamento. Todos os vinhos enviados para as residências são transportados através da WineBox®, independente de fazerem parte da experiência Clube Wine ou não. Quaisquer garrafas adquiridas em nosso e-commerce e nas Lojas Físicas, são acomodadas nas nossas WineBox® e chegam ao cliente final com toda integridade e segurança.

#### Seleção do Clube Wine

As seleções dos vinhos do Clube Wine são realizadas por nossa experiente equipe de especialistas, profissionais da indústria do vinho, compradores e sommeliers de apoio. Todos os meses, essa equipe é responsável por degustar centenas de novos rótulos, produzidos por vinícolas parceiras ou novas vinícolas, de diferentes safras, estilos e regiões tentando encontrar o que consideramos a melhor relação preço-qualidade para cada modalidade do clube.

Essa equipe visita as principais feiras internacionais para acompanhar as tendências, novidades e se reunir com os principais fornecedores do mundo do vinho e faz visitas frequentes aos vinhedos e adegas dos parceiros ou futuros parceiros comerciais e também recebe indicações de rótulos por meio de contatos de fornecedores e exportadores interessados em vender seus produtos no Brasil.

Todo mês, os vinhos do Clube Wine são enviados para os sócios juntamente com a Revista Wine, que é elaborada por uma equipe interna de comunicação que trabalha em parceria com uma gráfica para o processo de editoração e impressão. A Revista Wine acompanha o Clube desde 2010 garantindo o complemento da experiência com dicas, curiosidades, harmonizações e histórias do mundo do vinho.

#### Gestão de Estoques

Buscando garantir a adequação do volume de compras frente à previsão de vendas e ao fluxo de caixa da empresa, o nosso modelo de gestão de estoque combina diversas variáveis. Abaixo destacamos aquelas que entendemos possuírem maior relevância:

- o planejamento de compra de produtos;

### 7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais

- a profundidade da oferta de portfólio;
- o acompanhamento semanal do desempenho de vendas de SKUs (*Stock Keeping Units* - se refere a cada item do estoque) e seu nível de estoque nos diversos canais da Companhia;
- o controle da aderência planejado versus realizado junto a visualização do *depletion* (escoamento) baseado em modelos estatísticos segregados por *cluster* (agrupamento de produtos por faixa de preço e que integram o portfólio da Companhia) ou por SKU.

O modelo de gestão permanece dinâmico e em constante evolução objetivando o melhor aproveitamento do tempo de produção dos fornecedores, trânsito internacional e o desembaraço alfandegário. Desta forma buscamos evitar impactos financeiros desnecessários e criamos um ciclo virtuoso entre mercadoria em estoque, porto, trânsito e produção.

Mantendo permanente acompanhamento das métricas do desempenho produtivo e documental dos fornecedores, transportes internacionais e alfândega, conseguimos reagir com rapidez ante eventuais movimentos de mercado.

As reuniões de *S&OP - Sales and Operations* (vendas e operações) nos permitem os alinhamentos necessários com os canais de venda de nosso modelo de negócio, evitando alta nos níveis dos estoques e minimizando as rupturas.

Os pedidos de compras são transmitidos eletronicamente aos fornecedores e os clusters de preços e produtos definidos de acordo com as condições de preço, prazo, quantidade e *Incoterms* (*International Commercial Terms* - São normas padronizadas que regulam aspectos do comércio internacional) acordadas junto às áreas de suprimentos, comercial e financeira com base nos indicadores analisados. São eles:

- aderência das compras ao planejamento de vendas da Companhia;
- aderência do planejamento de embarques para dar cobertura às vendas e escoamento do estoque; e
- aderência dos embarques ao fluxo de caixa projetado da Companhia.

Com uma capacitada equipe multidisciplinar entendemos ser importante a transparência dos dados e a micro-gestão dos colaboradores no dia-a-dia. Por isto, a capacitação constante da equipe e o compartilhamento dos resultados são, a nosso ver, fundamentais para uma gestão de estoque eficiente.

#### **Compras, Fornecedores e Importação**

Operamos essencialmente com fornecedores internacionais por meio de parcerias comerciais negociadas anualmente ou one shot (compras negociadas com fornecedores uma única vez, para atender a demanda do Clube Wine), de forma pontual, no caso da unidade de negócio Clube Wine, combinadas com iniciativas conjuntas e investimentos em verbas de marketing e publicidade cooperada. Desta maneira, conseguimos garantir a disponibilidade de etiquetas necessárias para a previsão de vendas do ano, bem como a oferta de condições comerciais e financeiras bastante atrativas para a Companhia.

O contato e o relacionamento direto com os mais diversos produtores do mundo nos permite praticarmos uma curadoria apurada do nosso portfólio nas mais diversas faixas de preço e estilo. Entendemos que somos especialistas em planejamento de compras e importação, operando as mais diversas rotas, desde Mercosul, passando por Estados Unidos e Europa e chegando até a África Sul,

### 7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais

Oceania e China. Ademais, operamos com todo o tipo de transporte internacional, rodoviário, marítimo, aéreo ou multimodal.

Trabalhamos em 2019 com mais de 130 fornecedores internacionais, somando mais de 195 ao longo de nossa história, oriundos de 13 países diferentes. Nosso lead time é competitivo, sendo que durante o ano de 2019 trabalhamos com uma média de 66 dias no Mercosul, 97 dias na Europa e 100 dias nos demais locais, contando somente o processo da formalização da aceitação da P.O. (*purchase order*) através de uma Fatura Proforma até a atracação no porto, não considerando o desembaraço alfandegário. Esta eficiência no planejamento e na operação nos garante uma reposição rápida, comparativamente dentro do espectro do comércio internacional, trazido a nosso benefício em caso de aumentos de vendas, mesmo trabalhando com um portfólio majoritariamente importado.

Realizamos importações, no ano de 2019, de aproximadamente o equivalente a 1.000 TEUs (Twenty-Foot Equivalent Unit, refere-se a um Container de 20 pés de comprimento, por 8 de largura por 8 de altura) e mensalmente, em 2019, executamos uma média superior aos 65 processos de importação.

As unidades de negócio Clube, Loja, E-Commerce, B2B, Wine Eventos operam estrategicamente com portfólios complementares, mas com alguns rótulos e produtores exclusivos garantindo desta forma a integridade e singularidade de cada canal de distribuição e aprofundando a experiência do nosso público.

Além dos vinhos, compramos em menor quantidade mercadorias para revenda no mercado interno. Estes produtos são encontrados na wine.com.br na área "Bar & Gourmet", a exemplo estão algumas, Cachaças, Tequilas, Gins, Sidras, Azeites, entre outros.

#### (b) Características do processo de distribuição

##### Logística

##### Para vendas B2C

Desde a criação da Companhia, logística e distribuição sempre foram pontos centrais do desenvolvimento da marca. Com o objetivo de democratizar o consumo e conectar os consumidores por meio da paixão pelo vinho, a Wine entrega em todos os estados do Brasil, adotando um modelo sem intermediários, que une produtores a consumidores. A integridade dos vinhos durante o transporte é garantida pela WineBox®, patenteada e homologada tanto para transporte terrestre quanto aéreo.

A operação é concentrada em um Centro de Distribuição (CD) em Serra/ES, e apoiada por dois pequenos estoques avançados, em Barueri/SP para atender algumas demandas locais de B2B, redespacho de crossdocking, e pátio da frota própria, em Belo Horizonte/MG como um piloto de atendimento expresso para pequenas demandas do B2C. De modo a assegurar o fornecimento de todos as unidades de negócio e operar a demanda do nosso clube de vinhos, que conta atualmente, em 30 de junho de 2020, com 178.679 assinaturas ativas, os centros de distribuição somam uma capacidade de armazenamento de (aproximadamente) 5,899 milhões de garrafas.

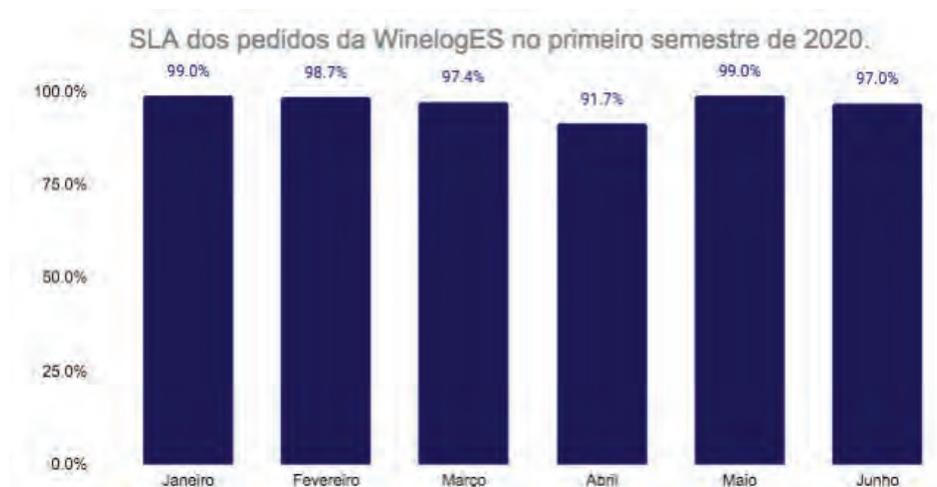
Nossa armazenagem em Serra/ES conta com dois galpões lado a lado, com área total de 22.368 m<sup>2</sup> e área construída de 13.279 m<sup>2</sup>. A operação em Barueri/SP se dá de forma diferenciada. Ao invés de fazer a locação do galpão, temos um contrato de concessão de utilização de um escritório nas instalações da Brasil Express em Barueri/SP e também a utilização do armazém na mesma localidade para realização da nossa operação de Cross Docking ES x SP.

### 7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais

O Cross Docking é um método de distribuição onde a mercadoria é recebida no centro de distribuição (no caso da Wine, em Barueri), não é estocada e é preparada para o carregamento e distribuição para ser entregue ao cliente o mais rapidamente possível.

Para uma máxima eficácia, trabalhamos em um modelo híbrido unindo parceiros logísticos a uma operação própria, a WineLog. Nossa frota atende com 11 veículos modelo Fiat Fiorino e 6 Mercedes Sprinter, entregando em média 16.638 mil pedidos/mês no primeiro semestre de 2020. Os 17 veículos estão cobertos por apólice de seguro da Sompo Seguros, com vigência de 14/06/2020 a 14/06/2021.

Em sua operação no Espírito Santo, a Winelog entregou 55.163 pedidos com um SLA (*Service Level Agreement*) médio de 97,1% no primeiro semestre de 2020. Por se tratar de uma operação própria, a Winelog sofreu menos impacto no SLA durante o período de abril a junho (COVID-19). Ao analisar as entregas em todo o território nacional, tivemos uma média de 95,1% de SLA no primeiro trimestre e 90,9% no segundo trimestre, consolidando o primeiro semestre com um SLA médio de 93,2%.



Depois de processadas em nossos centros de distribuição, as WineBox® ganham o destino da casa de nossos sócios e clientes em mais de 3.400 municípios, em todas as regiões do Brasil. Em 30 de junho de 2020, a região líder em número de assinantes do Clube Wine é a região Sudeste, com 63,38% dos sócios, seguida pela região Sul com 15,66%, do Nordeste com 10,61%, Centro-Oeste com 7,03% e, por último, a região Norte, 3,32% do total dos assinantes.

Com uma operação eficiente, os centros de distribuição têm capacidade de emissão de 220 mil pedidos operando 1,2 milhões de garrafas por mês. Em sua operação máxima, a capacidade produtiva pode chegar a pouco mais de 90 mil garrafas por dia.

Dependendo da localidade, os pedidos seguem com a primeira milha aérea e depois modal terrestre ou apenas terrestre. Entendemos que esta estratégia assegura um prazo de entrega competitivo em todo o território nacional. Para garantir imparcialidade de escolha dos parceiros logísticos para cada carga, usamos um sistema de simulação *online* onde a seleção é realizada de acordo com melhor oferta de frete para cada pedido.

Em função das especificidades de nossas unidades de negócio, nossa logística trabalha com flexibilidade. Para o Clube Wine, os pedidos são disparados em função das datas de cobrança dos sócios e seguem na sequência para entrega. Em nosso *e-commerce*, os pedidos seguem os prazos de entrega em função das localidades após o faturamento de cada pedido.

### 7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais

A Wine Eventos trabalha com entrega programada, pois se trata de compras efetuadas com antecedência da data do evento. Por se tratarem de pedidos em grandes volumes, é comum que o cliente não tenha espaço para guardar esses volumes até que a data do evento chegue, portanto para resolver esse problema nós disponibilizamos, no App da Wine Eventos, a possibilidade de programar a entrega do pedido em data mais próxima da data do evento possível, dando liberdade ao cliente para escolha da data para a entrega do pedido. As garrafas desta modalidade seguem o mesmo fluxo logístico das vendas *e-commerce*, através das WineBox®.

Cabe informar que a Companhia conta com pontos comerciais em regiões de distintas cidades brasileiras, os quais são estrategicamente selecionados com base na funcionalidade logística e/ou atratividade comercial.

Em todo imóvel locado pela Companhia são realizados investimentos em benfeitorias para que sejam promovidas as devidas adequações aos padrões de qualidade, identidade visual e funcionalidade da Companhia, sendo possível constatar, então, a valorização desses pontos comerciais à medida que o negócio vai expandindo. Essa valorização econômica independe do valor de mercado do imóvel e está diretamente ligada à consolidação das referências das atividades e negócios ali desempenhados pela Companhia, que justificam a relevância da proteção desse ponto comercial.

A perda de um ponto comercial pode significar para a Companhia a perda de investimentos, bem como de eventual vantagem logística existente, acarretando necessidade de reestruturação de todas as estratégias de entrega, armazenagem, venda e afins.

#### Para vendas B2B

Nesta unidade de negócio, temos uma particularidade no transporte, pois a maioria dos pedidos são enviados em embalagens do próprio fornecedor, ou seja, não são reembalados e acondicionados na WineBox®. Seguindo uma prática do mercado, o cliente deseja receber na embalagem original do fornecedor. Devido a restrições no transporte aéreo, todos os pedidos desta unidade de negócio são enviados em embalagens diferentes da WineBox® e expedidos no modal rodoviário. Trabalhamos com algumas transportadoras que atuam no segmento de B2B, como Movvi Solística e Translovado.

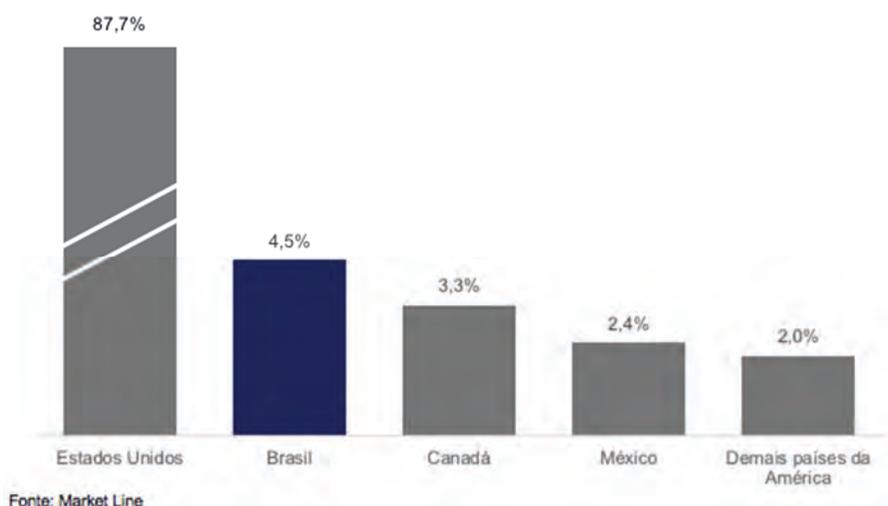
**(c) características dos mercados de atuação, em especial: i. Descrição em cada um dos mercados; e ii. Condições de competição nos mercados**

#### **Visão geral do *e-commerce* no Brasil**

A Internet está cada vez mais presente na vida dos brasileiros e com isso o mercado de *e-commerce* vem ganhando espaço e força no país. No continente americano, o Brasil já é o segundo maior mercado de *e-commerce* em termos de receita. Em 2018, 4,5% das vendas *online* de varejo nas Américas foram realizadas no Brasil, segundo maior mercado, atrás apenas dos Estados Unidos.

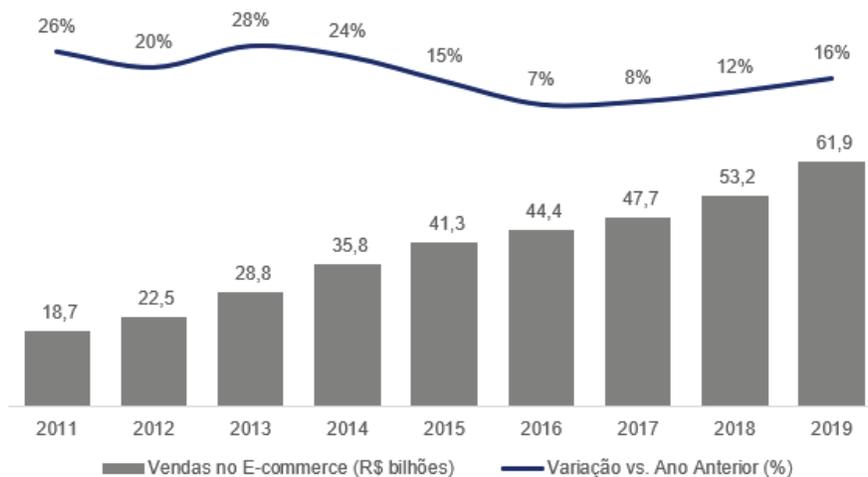
### 7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais

Percentual de vendas via *e-commerce* em 2018



A relevância do mercado de *e-commerce* brasileiro dentre os países do continente americano é resultado do forte crescimento que ocorreu nos últimos anos. Entre 2011 e 2019, o faturamento do mercado de *e-commerce* aumentou significativamente, com uma taxa média anual de crescimento composto (CAGR) de 16%. De acordo com dados da E-bit Nielsen, o faturamento das vendas via *e-commerce* no Brasil totalizou aproximadamente R\$ 62 bilhões em 2019.

Vendas via *e-commerce* no Brasil



Espera-se que o mercado de *e-commerce* no Brasil continue crescendo, com contribuição relevante da pandemia do COVID-19, que acelerou as vendas *online* e gerou mudanças nos hábitos dos consumidores que devem perdurar mesmo após o relaxamento das medidas de distanciamento social – como por exemplo o aumento da frequência de compras pela internet.

### 7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais

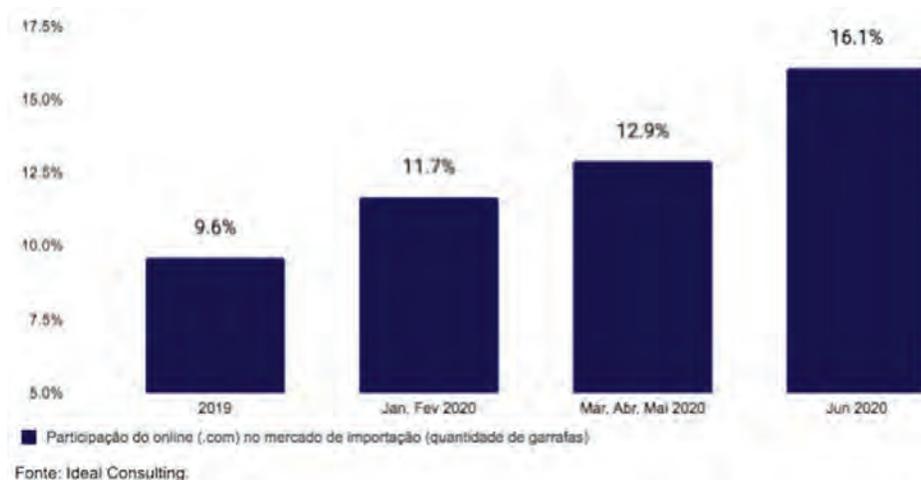
O aceleramento do *e-commerce* durante o período de isolamento social pode ser ilustrado pelo crescimento do número de consumidores *online* no segundo trimestre de 2020. 5,7 milhões de novos consumidores migraram para este canal de vendas no período, representando um aumento de 23% em relação ao mesmo período de 2019 (fonte: Neotrust, Movimento Compre & Confie). Ainda segundo a Neotrust, 25% de todos os consumidores que fizeram uma compra *online* entre abril e junho de 2020 nunca haviam comprado através do comércio eletrônico.

Um relatório de julho de 2020 do “We Are Social” mostrou que 53% dos usuários de internet consultados no Brasil com idade entre 16 e 64 anos afirmaram que esperam continuar a fazer compras *online* mesmo após o término da pandemia.

Observa-se um crescimento acelerado do *e-commerce* principalmente nos mercados de alimentos e bebidas. De acordo com estudo da E-bit Nielsen de julho de 2020, a intenção de compras por essas categorias registrou um aumento de 40% no terceiro trimestre de 2020, contra apenas 11% no mesmo período de 2019. A categoria foi a que apresentou maior crescimento e passou a liderar as intenções de compra dentre as demais.

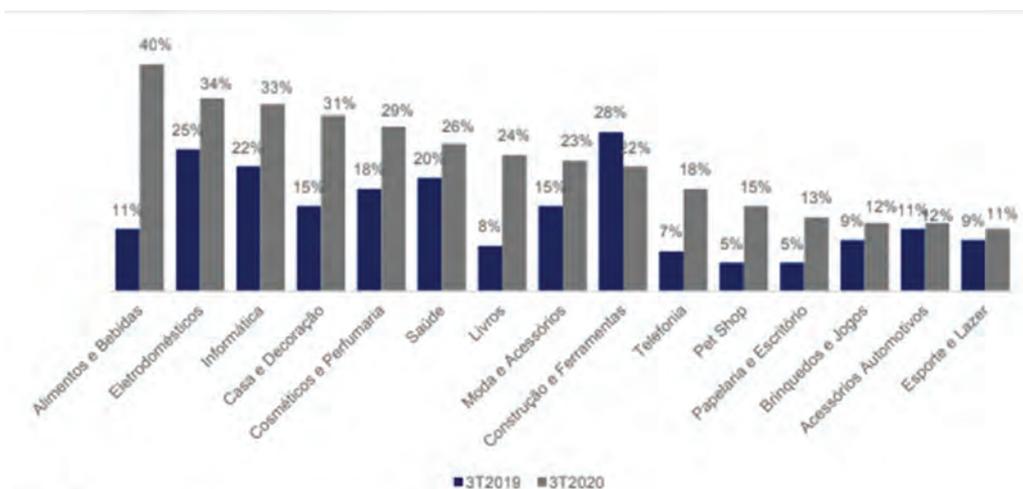
#### *Crescimento da participação do online*

Pode-se observar o crescimento do online analisando a participação deste segmento diante do mercado total de importação. Em 2019, o segmento “.com” representava 9,6% do mercado em quantidade de garrafas importadas. Esse valor subiu para 11,7% no período de janeiro e fevereiro de 2020 (pré COVID-19), continuou a tendência de crescimento durante o período de março, abril e maio de 2020 com 12,9% de participação e em junho de 2020 representou 16,1% de todo o mercado.



### 7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais

Intenção de compra dos brasileiros na internet por categoria

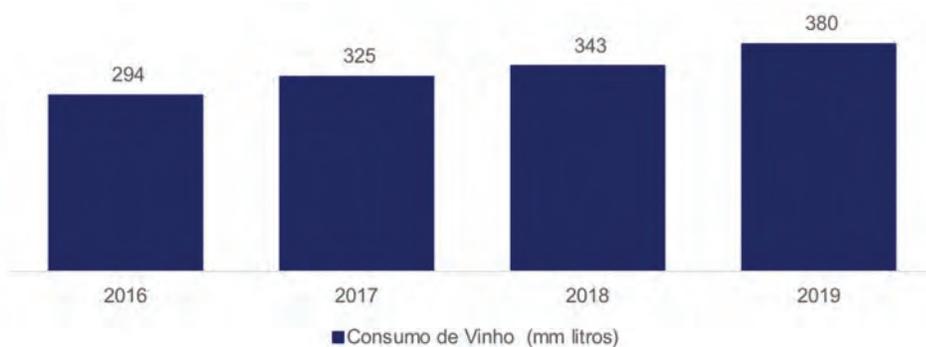


Fonte: EBIT / Nielsen

#### Mercado de vinhos no Brasil

Em 2019 foi consumido um volume total de 380,4 milhões de litros de vinho no país de acordo com dados da Ideal Consulting. De 2016 a 2019, o consumo de vinho no Brasil apresentou uma taxa de crescimento composto anual (CAGR) de 9,0%. O consumo de vinho per capita aumentou de maneira semelhante, apresentando uma taxa de crescimento anual composto (CAGR) de 8,2%, sendo que no 2T20 cresceu 39% quando comparado com o mesmo período em 2019.

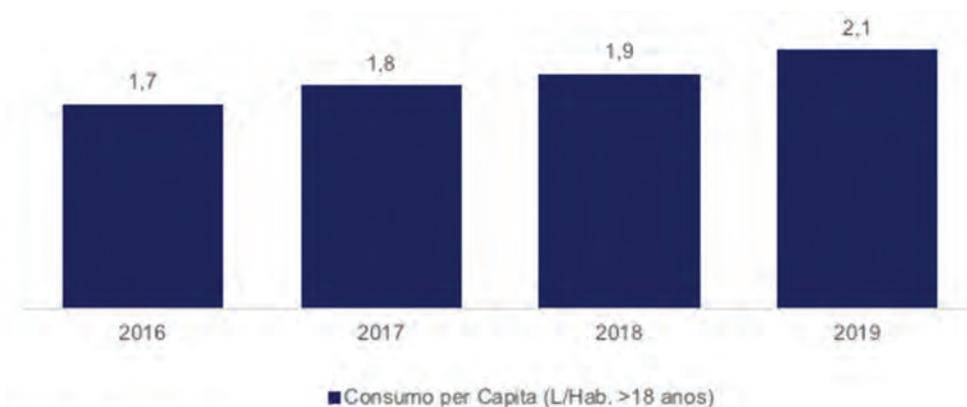
#### Consumo de vinho no Brasil, em milhões de litros



Fonte: Ideal Consulting

### 7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais

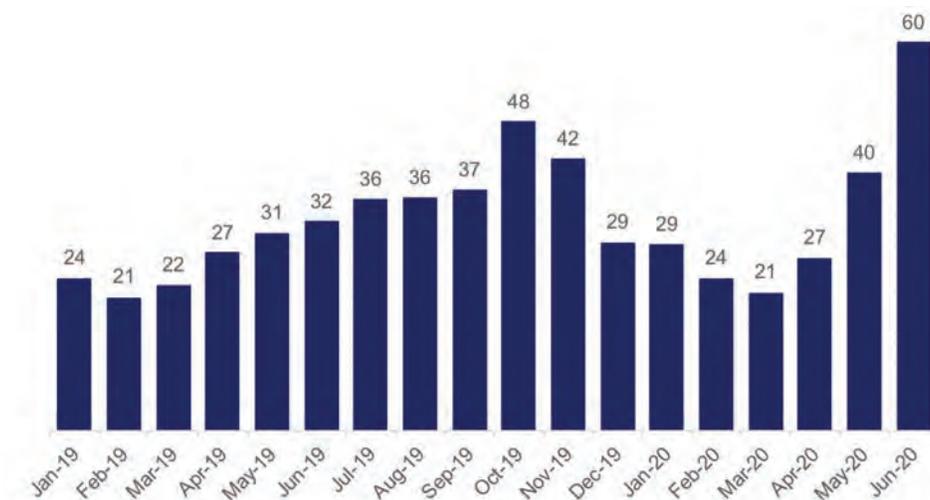
**Consumo per capita de vinho no Brasil, em litros por habitante maior de 18 anos**



Fonte: Ideal Consulting

Entre janeiro de 2019 e junho de 2020, observou-se um expressivo aumento no volume mensal de comercialização de vinho no Brasil. No mês de janeiro de 2019 foram comercializados 23,5 milhões de litros, enquanto no mês de junho de 2020 foram 60 milhões. O isolamento social decorrente da pandemia de COVID-19 contribuiu de forma relevante para este aumento, tendo sido observado um crescimento de 182% entre março e junho de 2020.

**Volume de vinho comercializado no Brasil, em milhões de litros**



Fonte: Ideal Consulting

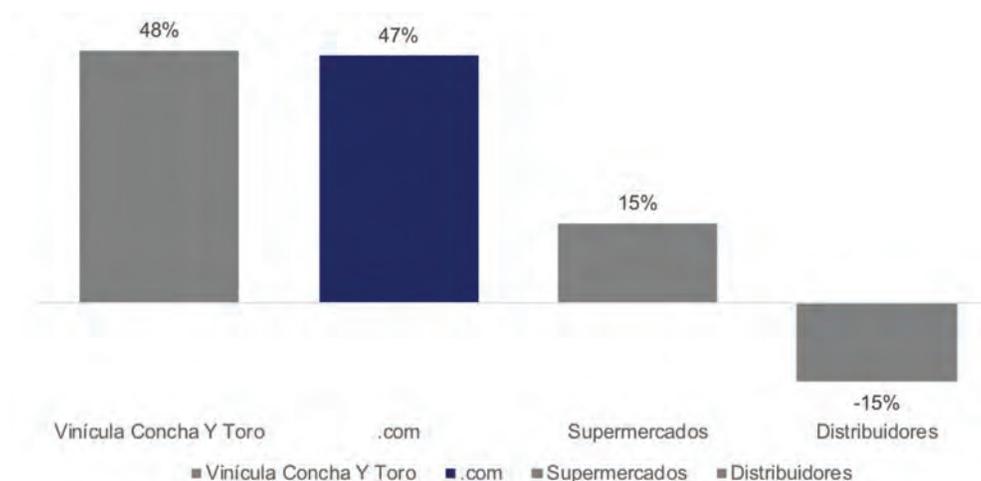
Segundo dados da Ideal Consulting, do total de vinho consumido no país, 32% são importados, 4% nacionais finos e 63% nacionais de mesa. A importação de vinhos (incluindo espumantes) cresceu 7%, em termos de volume no período de janeiro a junho de 2020 quando comparado ao mesmo período de 2019, com destaque para os importadores que vendem prioritariamente *online*. O volume importado por esta cresceu 47% no período. Cabe ressaltar que esse crescimento não foi fruto apenas da pandemia, dado que o volume de importação cresceu 29% nos dois primeiros meses de 2020 quando comparado com o mesmo período de 2019.

### 7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais

Tal fato demonstra que o crescimento da demanda por vinho no país é estrutural, não sendo decorrente apenas do aumento do consumo no período da pandemia do COVID-19, que poderia ter seu efeito parcialmente reduzido após o término do período de reclusão da população.

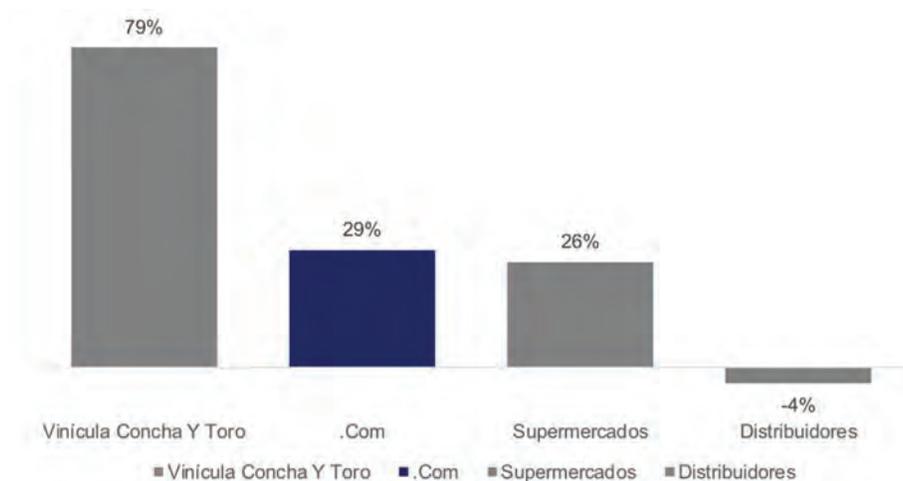
A tendência de crescimento das importações de vinho deve perdurar a médio e longo prazo, o que pode ser entendido ainda pelo baixo consumo per capita de vinho no Brasil quando comparado com outros países.

#### Crescimento do volume de caixas de vinho importadas, por tipo de importador, entre os primeiros semestres de 2019 e 2020



Fonte: Ideal Consulting

#### Crescimento do volume de caixas de vinho importadas, por tipo de importador, entre os dois primeiros meses de 2019 e 2020



Fonte: Ideal Consulting

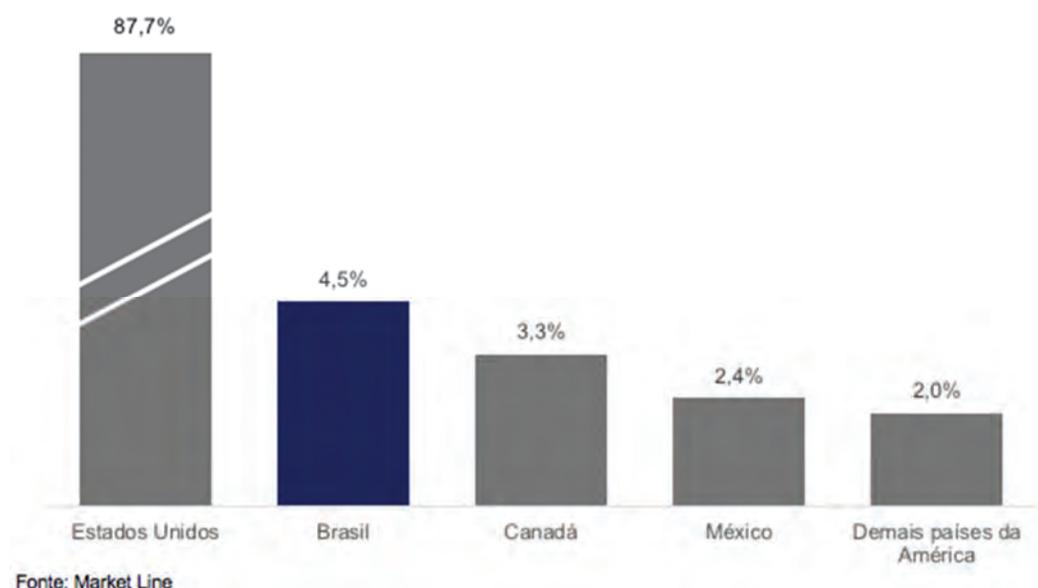
O canal *online* (“*.com*”) vem ganhando espaço no mercado de importação de vinho. No primeiro semestre de 2020, as importações feitas por meio desse segmento representaram 13,2% do total de

### 7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais

importações - um crescimento de 350 bps quando comparado ao mesmo período de 2019, ano no qual representava apenas 9,7% do total.

Em relação ao tipo de vinho importado pelo canal *online*, foi observado um expressivo aumento principalmente dos vinhos mais baratos (até US\$ 19,99) no primeiro semestre de 2020, cujo aumento observado no volume de caixas importadas foi de 120% quando comparado ao mesmo período de 2019.

**Percentual de importação de vinho pelo canal *online* sobre importações totais, em termos de volume, entre o primeiro semestre de 2019 e 2020**

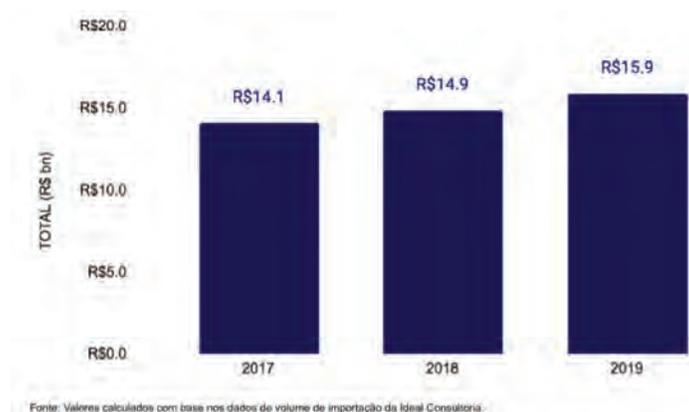


**Crescimento da importação de vinho pelo canal *online*, em termos de volume, entre o primeiro semestre de 2019 e 2020 por tipo de vinho no Brasil**



### 7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais

Segundo dados da Ideal Consultoria, o valor total de sell-out do mercado de vinhos no Brasil em 2019 foi de aproximadamente R\$16 bilhões. Com base nos volumes de importação e cotação média de dólar determinados no mesmo levantamento, estima-se que o mercado total em 2018 teve seu valor em torno de R\$ 14,9 bilhões e em 2017, cerca de R\$ 14,1 bilhões.



- **Participação em cada um dos mercados**

A Wine, como empresa distribuidora de vinho atuante tanto no canal *online* como no *offline*, consegue explorar todos os pontos de crescimento do mercado nacional. Desta forma, a Companhia sustenta uma posição de liderança no mercado brasileiro de varejo desta bebida, sobretudo entre as vendas no e-commerce – em que possui 55% no *share* de valor importador em 2019, de acordo com dados da Ideal Consulting. Quando considerado o valor total de *sell-out* do mercado de vinhos no Brasil, de R\$16 bilhões, estimado pela Ideal Consulting para o ano de 2019, a Companhia possui 2,8% do mercado nacional – percentual que a Companhia acredita ainda relevante considerando a pulverização do setor varejista de vinho, e que demonstra o potencial para crescimento e consolidação no setor.

Através da oferta de planos de assinatura mensal customizados aliada aos esforços para atrair o assinante para consumir também unidades extras no site ou lojas da Companhia, a Companhia acredita que conquista a fidelidade do cliente inscrito, que consome, em média, 40 litros de vinho por ano em 2019. Esse consumo representa em torno de 20 vezes a média per capita nacional, de 2,13 litros em 2019, de acordo com dados da Ideal Consulting.

- **Condições de competição nos mercados**

Há alta competitividade na venda de garrafas de vinho no Brasil, e um grande número de players entre distribuidores, vendedores *online*, lojas especializadas e varejo tradicional, como supermercados e atacados. Tal fato resulta de um setor com baixa barreira de entrada, mesmo com o burocrático processo de importação.

Apesar da quantidade de players, que de acordo com a Ideal Consulting totalizou 294 importadores no primeiro semestre de 2020, há uma relativa concentração do mercado. Ao analisar todos os players, observa-se que 10% representa cerca de 80% do volume total importado.

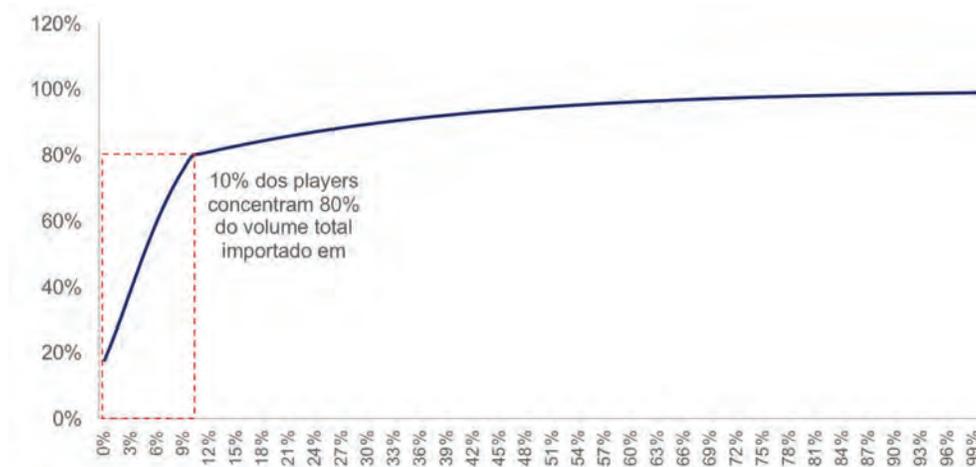
No segmento de clube de assinaturas, são encontrados alguns players que oferecem vendas recorrentes de vinhos, porém, até junho de 2020, entendemos que esses players não possuem uma quantidade significativa de sócios ativos nem apresentam um ecossistema de benefícios para seus associados. Dentre os competidores, encontram-se: Sociedade da Mesa, Evino Clube, Vinitude e Clube D.

### 7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais

#### Concentração do volume de importação em termos de volume acumulado de importação de vinhos no primeiro semestre de 2020

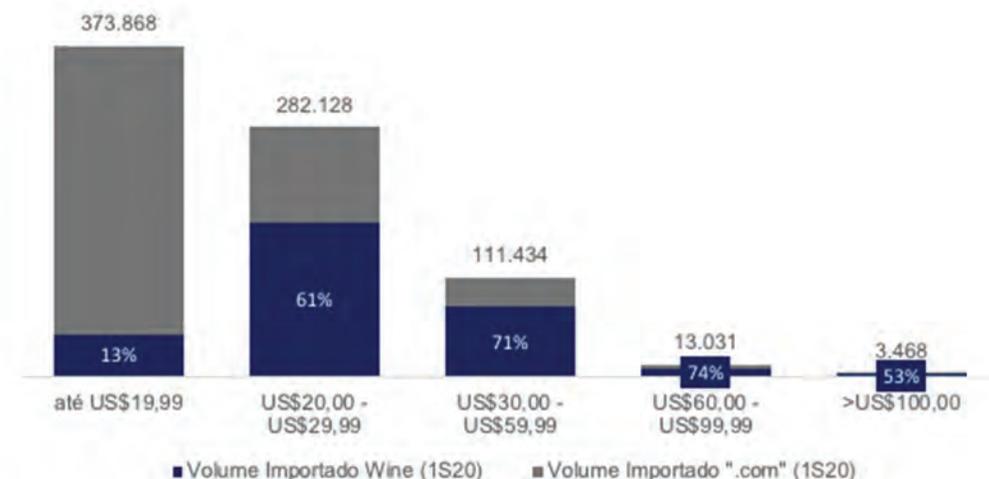
De acordo com dados da Ideal Consulting, avaliando o volume e o valor total de vinhos importados apenas pelas empresas “.com” entre janeiro e junho de 2020, a Wine se destaca com participação de 40% do volume e 50% do valor.

A Companhia possui elevada participação no volume de garrafas importadas no primeiro semestre de 2020, principalmente no mercado de vinhos de valores mais altos, onde possui mais de 50% de participação de mercado para todos os rótulos acima de US\$ 20,00, tanto em termos de volume como em termos de valor importado.



Fonte: Ideal Consulting

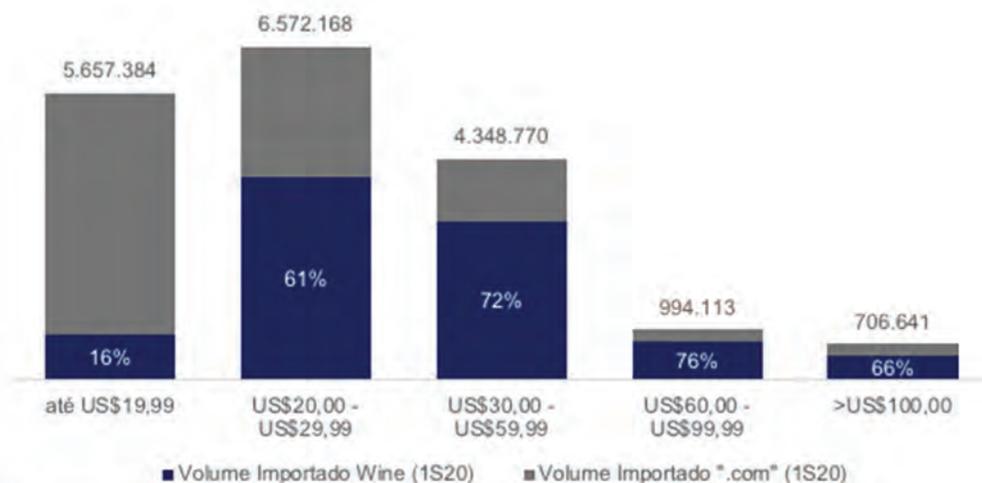
#### Importação de vinhos total pelos “.com” em termos de volume de caixas de 9 litros importadas no primeiro semestre de 2020 e market share do Wine em cada faixa de preço



Fonte: Ideal Consulting

### 7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais

**Importação de vinhos total pelos “.com” em termos de valor de FOB US\$ no primeiro semestre de 2020 e market share da Wine em cada faixa de preço**



Fonte: Ideal Consulting

Adicionalmente, enxergamos uma oportunidade muito grande para atacar o mercado de Lower Price (produto com custo de aquisição de até US\$ 19,99 a caixa de 9 litros, equivalente a 12 garrafas de 750ml). Para isso, lançamos recentemente, em março de 2020, um novo produto de assinatura chamado WineBox® do Seu Jeito, com custo de R\$103,96 / mês com 4 garrafas (R\$ 25,99 por garrafa).

O assinante da WineBox® do Seu Jeito, além de receber rótulos a preços atrativos, ainda tem uma experiência customizada, pois os rótulos que compõe a seleção mensal são selecionados com base no perfil de paladar do consumidor, que é identificado após um pequeno questionário de preferências no momento de adesão ao Clube. Dessa maneira, esse produto entrega uma proposta de valor diferente, alinhada à estratégia da Wine de focar em assinatura, sem ter que competir pelo preço de prateleira e garantindo recorrência e rentabilidade.

Pela ótica dos produtores de vinho, observa-se que o mercado é muito grande, fragmentado e com alta competitividade. Segundo dados da Ideal Consulting, entre janeiro e junho de 2020 foram importadas no Brasil 2.000 marcas diferentes de vinhos. A pouca tradição do consumidor brasileiro com vinhos e a grande variedade de rótulos torna o processo de escolha mais difícil, muitas vezes direcionando para a escolha baseada em preço.

As características do mercado de produção de vinho mencionadas acima o tornam muito competitivo, e a Companhia se diferencia da concorrência exatamente por oferecer um modelo de assinatura que leva ao consumidor uma experiência completa. A Wine leva aos seus clientes não só garrafas de vinho, mas curadoria (vinhos selecionados por especialistas), comodidade e conteúdo exclusivo sobre o mundo dos vinhos.

#### (d) eventual sazonalidade

Não possuímos relevante sazonalidade relevante, tendo em vista o nosso calendário promocional distribuído ao longo do ano.

### 7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais

No *e-commerce*, por exemplo, não há grandes variações consumo mensalmente, porém, é possível notar uma mudança no tipo de vinho consumido nos meses mais quentes do ano. No verão, os vinhos brancos, rosés e espumantes são mais comprados que nos demais meses.

Ademais o nosso negócio de assinatura, na prática, não tem relevante sazonalidade se mantendo estável no decorrer do ano.

#### (e) principais insumos e matérias primas, informando:

##### i. descrição das relações mantidas com fornecedores, inclusive se estão sujeitas a controle ou regulamentação governamental, com indicação dos órgãos e da respectiva legislação aplicável;

Com uma base de atividade voltada para o comércio, temos negociações diretas com nossos fornecedores de vinho ao redor do mundo sempre em busca de bons negócios para os nossos clientes e conseqüentemente para a Companhia. Quando negociamos com os fornecedores nossos focos são, trazer novidades aos nossos clientes a um preço justo, buscando uma boa rentabilidade ao nosso negócio.

Além dos vinhos em todas as suas variações, nosso principal insumo é a WineBox®, embalagem utilizada para envio dos vinhos. Estas caixas especiais são compostas de papelão e uma alça de plástico para transporte. Internamente, são preenchidas com uma colmeia, também de papelão, que serve como separador entre as garrafas. Desta forma, cada garrafa fica separada e fixa, evitando avarias durante todo o transporte. A nossa WineBox® é homologada para transporte terrestre e aéreo.

Nosso índice de avarias, extravio e devoluções é muito baixo considerando o volume de garrafas enviadas. A exemplo, durante o primeiro semestre do ano de 2020, tivemos os seguintes índices destas três categorias:

MOTIVO	JANEIRO	FEVEREIRO	MARÇO	ABRIL	MAIO	JUNHO
AVARIA	0.20%	0.25%	0.14%	0.15%	0.29%	0.23%
DEVOLUÇÃO	0.72%	0.67%	0.62%	0.66%	0.83%	0.97%
EXTRAVIO	0.17%	0.20%	0.10%	0.10%	0.18%	0.26%

Na Wine, consideramos devoluções como sendo situações onde devemos fazer um novo envio do pedido ao cliente. Do ponto de vista de gestão do estoque, essa devolução pode ser "com retorno", ou seja, quando o produto retorna aos estoques da Wine para ser vendido novamente, ou "sem retorno", quando este produto não retorna aos estoques da Wine para ser vendido novamente, por falta de qualidade externa da garrafa (rótulos rasgados, manchados, etc.). Estes produtos vão então para o Outlet.

Outros insumos necessários para operação, são:

- *stretch* para proteção de paletes, utilizados para o *crossdocking* - transferência de pedidos do ES para SP e também para os pedidos de B2B que possuem grandes volumes.
- corta gotas, enviados em todas as compras.
- etiqueta de identificação, utilizada para operação de *picking* e emissão da nota fiscal em DANFE simplificada.
- fitas adesivas personalizadas, utilizadas para lacre das WineBox®.

### 7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais

As relações com fornecedores tanto de vinhos como dos demais insumos não estão sujeitas a controle ou regulamentação governamental, porém todos os parceiros logísticos avaliam a gramatura do papelão das caixas de transporte para mitigar os índices de avarias.

Considerando nossa base de operações em *e-commerce*, *hardware* e *software* são parte importante para garantir a nossa operação diária, por isso a escolha de fornecedores de confiança garante a integridade de nossas atividades assim como a segurança das informações dos nossos clientes.

Contamos hoje com uma lista de aproximadamente 39 *softwares* licenciados para uso diário em nossas atividades, com os mais diversos fins, desde ferramentas para recrutamento e seleção de colaboradores até sistemas responsáveis por escolher o melhor transportador de acordo com o perfil do pedido, considera custo, abrangência e nível de serviço e ferramentas de auxílio, por exemplo.

Tão importante para o nosso negócio quanto o fornecimento de *hardware* e *software* de confiança, previamente citados, são os provedores de energia elétrica e conectividade à internet.

A gama de fornecedores destas *utilities* são limitados e regulamentados pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) e Agência Nacional de Telecomunicações (ANATEL), respectivamente.

#### ii. eventual dependência de poucos fornecedores;

Na compra de vinhos, operamos com um modelo sem intermediários, onde fazemos uma ponte diretamente dos produtores, sejam eles grandes vinícolas ou produtores locais, com nossos consumidores.

Ao operarmos com diversas unidades de negócios e dado que a indústria do vinho possui uma produção bastante distribuída em dezenas de milhares de produtores mundiais, não temos dependência direta de poucos fornecedores.

O grande número de fornecedores permite que nossas compras possam ser distribuídas entre eles. Das aquisições do ano de 2019, nosso maior fornecedor representou apenas 5,34% do valor total de compras de produtos para revenda em moeda estrangeira. O grupo dos 15 maiores fornecedores, incluindo o maior deles previamente citado, representou, em conjunto, 47,96% do total de compras em moeda estrangeira (EXW/FCA/FOB/CIF *Incoterms* 2010). O próximo grupo de 15 fornecedores, somaram 19,71% dos totais de compras em moeda estrangeira (EXW/FCA/FOB/CIF *Incoterms* 2010).

Além de contribuir para evitar a dependência de poucos fornecedores, o nosso negócio de assinatura nos permite descobrir permanentemente novos fornecedores, produtos e tendências.

Para as caixas de embarque ou WineBox® e demais insumos supracitados, também não temos dependência de fornecedores. Para itens de embalagens temos a prática de realizar uma cotação a cada 6 meses de forma a acompanhar os preços do mercado, sempre em busca da melhor negociação e o menor custo. Eventuais reajustes no preço das embalagens são contemplados na estratégia de constituição de preço ao público.

Em relação aos nossos *hardware* e *software*, ao longo de nossa história conseguimos construir um relacionamento sólido com nossa base de fornecedores, mitigando riscos relativos ao suprimento desses insumos.

## 7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais

### iii. eventual volatilidade em seus preços

Em se tratando de um mercado vinculado a agricultura, a volatilidade do preço de compra dos vinhos junto aos fornecedores e produtores pode estar associada a diversos fatores climáticos e determinados pela lei da oferta e da demanda. Entretanto, a grande diversidade de países, produtores e regiões com diferentes climas nos permitem o equilíbrio no preço de aquisição. Ademais, buscamos constantemente obter descontos por volume já que confiamos que a escala de nossas compras nos dá uma posição de relevância na negociação no mercado internacional de vinhos. Além disso, não compramos produtos por meio de contratos de longo prazo em qualquer uma das nossas unidades de negócios, o que nos permite manter uma maior flexibilidade em nossas compras.

Para as embalagens, temos a prática de realizar BID no mínimo anualmente, para acompanhar a mudança de preços no mercado, e sempre buscamos a melhor negociação para garantir o menor custo benefício. O repasse referente a um eventual reajuste nos preços das embalagens é normalmente feito para o consumidor anualmente.

## **7.4 - Clientes Responsáveis Por Mais de 10% da Receita Líquida Total**

### **7.4 - Clientes responsáveis por mais de 10% da receita líquida total**

#### **(a) Montante total de receitas provenientes do cliente**

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não possui clientes que individualmente sejam responsáveis por mais de 10% de sua receita líquida total.

#### **(b) Segmentos operacionais afetados pelas receitas provenientes do cliente**

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não possui clientes que individualmente sejam responsáveis por mais de 10% de sua receita líquida total.

## 7.5 - Efeitos Relevantes da Regulação Estatal Nas Atividades

### 7.5 - Efeitos relevantes da regulação estatal nas atividades

**(a) necessidade de autorizações governamentais para o exercício das atividades e histórico de relação com a administração pública para obtenção de tais autorizações;**

No curso de suas atividades gerais a Companhia está sujeita à regulamentação e fiscalização, inclusive:

- Leis trabalhistas;
- Leis de proteção ao consumidor;
- Leis de saúde pública, vigilância sanitária, regulatória de produtos.
- Leis de imposição de restrições à comercialização do produto para menores de 18 (dezoito) anos;
- Leis ambientais;
- Leis de anticorrupção.

Além dessas, merecem destaques regulamentações peculiares do negócio (comercialização de vinho), por segmento:

#### Importação do Produto Vinho

A produção e comercialização do vinho e os derivados da uva são regidos pela Lei 7.678/1988, regulamentada pelo Decreto 8.198/2014.

Para a importação desses produtos, precisamos possuir um registro no Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento ("MAPA") conforme estabelecido pelo art. 4º do Regulamento aprovado pelo Decreto 6.871/2009 e no art. 6º do Regulamento aprovado pelo Decreto 8.198/2014. Conforme determinado no art. 6º do 6.871/2009 o registro do estabelecimento é válido em todo o território nacional e deverá ser renovado a cada 10 anos.

O Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento ("MAPA") estabelece em Instrução Normativa nº 67/2018, que o vinho que seja objeto de importação, somente poderá ter ingresso e ser comercializados em território nacional se atender ao respectivo PIQ (padrões de identidade e qualidade) fixado para o produto brasileiro. Ou seja, qualquer desconformidade com o PIQ (padrões de identidade e qualidade) pode acarretar problema para o êxito da importação.

A documentação obrigatória para importação de bebidas consta nas Instruções Normativas nº 39/2017 e 67/2018 e, dentre os documentos exigidos estão: (i) o Certificado de Origem; e (ii) o Certificado ou o Laudo de Análise e a Comprovação Oficial de Tipicidade e Regionalidade, sendo que este último somente é necessário quando o vinho não atender aos padrões brasileiros.

Na fase de importação, a Companhia também deve observar o Decreto 6.759/2009, que regulamenta a administração das atividades aduaneiras, e a fiscalização, o controle e a tributação das operações do comércio exterior e a Lei 6288/1975, que dispõe sobre a utilização, movimentação e transporte, inclusive intermodal, de mercadorias em unidades de cargas.

## 7.5 - Efeitos Relevantes da Regulação Estatal Nas Atividades

Além disso, para que o seja devidamente disponibilizado ao consumidor final, deve estar adequado às regras de rotulagem, que estão previstas no Decreto 8.198/2014, Decreto 6.871/2009 e Decreto 10.026/2019. Para as bebidas importadas, todas as informações obrigatórias deverão estar presentes, em língua portuguesa, por aposição de contrarrótulo, quando o rótulo original estiver em outro idioma. A informação deve ser traduzida, inapagável, com caracteres de tamanho, realce e visibilidade adequados. Esta etiqueta pode ser colocada tanto na origem como no destino. No último caso, a aplicação deve ser efetuada antes da comercialização.

A rotulagem também deve estar de acordo com as Resoluções de Diretoria Colegiada (“RDC”) de nº 26/2015 e de nº 123/2001, ambas da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (“ANVISA”), bem como à Portaria de nº 157/2002 do Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia (“INMETRO”).

Qualquer inadequação ou inobservância nas premissas constantes nos ordenamentos referentes à importação, podem tornar a Companhia alvo de penalizações como multas, não liberação dos produtos no Porto, processos administrativos e/ou judiciais, que poderão conferir para a Companhia significativo impacto financeiro.

### **Estabelecimentos – Lojas Físicas, Centro de Distribuição, Escritórios**

A Companhia deve obter e renovar periodicamente as respectivas licenças e autorizações de todos os locais ocupados para exercício de suas atividades, sendo elas:

- Alvarás de Funcionamento expedido pela Prefeitura Municipal;
- Alvará Sanitário expedido pela Prefeitura Municipal;
- Auto de Vistoria expedido pelo Corpo de Bombeiros;
- Licença ambiental, conforme aplicável.

Especialmente para Lojas Físicas: As lojas físicas da Companhia estão estabelecidas em diversas cidades do país e precisarão obedecer às previsões constantes no “Plano Diretor Municipal” da respectiva cidade em que exercerá suas atividades. Ainda, para a realização de obras nos imóveis onde estarão instaladas as lojas, é necessário obter a respectiva Licença que deverá estar em conformidade com o padrão exigido por cada Prefeitura.

Especialmente para frotas próprias: Os veículos próprios que efetuam entregas de mercadorias precisam estar aptos para circular, dispondo dos respectivos Alvarás Sanitários.

Estabelecimentos que violem estes regulamentos e/ou que não obtenham ou renovem suas licenças e/ou que não cumpram com suas respectivas condições, podem estar sujeitos a sanções como: imposição de multas, cancelamento de licenças, suspensão de atividades, interdição do respectivo estabelecimento (hipótese em que a Companhia estará impedida de operar no referido imóvel até a devida regularização), proibição de contratar com entidades governamentais, entre outras sanções, além da responsabilidade de reparar quaisquer danos causados.

O Ministério Público e os órgãos regulatórios competentes poderão fiscalizar e instaurar procedimentos administrativos para apuração de eventuais irregularidades que possam ser atribuídos às atividades da Companhia.

A Companhia envia os melhores esforços para obter, manter e renovar todas as licenças necessárias dentro do prazo exigido. Porém, podem ser constatadas dificuldades ou falhas na obtenção de licenças ou aprovações necessárias, que podem resultar no atraso e até mesmo no impedimento na abertura de uma nova loja em uma área particular. A falta de qualquer licença ou o descumprimento, parcial ou total dos regulamentos ambientais, podem acarretar efeito adverso para nossas atividades, bem como na imposição de penalidades nas esferas administrativa e criminal. Adicionalmente, no tocante às instalações físicas necessárias às nossas atividades, qualquer interrupção significativa, fechamento parcial ou total ou mau funcionamento devido ao gerenciamento de eventuais áreas

## 7.5 - Efeitos Relevantes da Regulação Estatal Nas Atividades

contaminadas, ausência de licença ambiental ou qualquer outra razão, como desastre da natureza, incêndios, falhas sistêmicas, acidentes ou outras causas imprevistas podem atrasar ou prejudicar a capacidade de distribuir mercadorias, ou ainda resultar na perda de produtos.

Para toda e qualquer relação jurídica firmada com entes públicos observamos a Lei nº 8.429/1992 (“Lei de Improbidade Administrativa”), a Lei nº 8.666/1993 (“Lei de Licitações e Contratos Públicos”) e o Código Penal.

### Comercialização do Produto Vinho

Embora o produto vinho seja um produto lícito para comercialização, a Companhia precisa observar a limitação de venda, em seu site, aplicativo e lojas físicas, para menores de 18 (dezoito) anos, conforme previsto na Lei (“Lei de Contravenções Penais”), Lei 9.089/90 (“Estatuto da Criança e do Adolescente”).

Desta forma, para que o cliente concretize a compra de produtos em qualquer plataforma *online* da Companhia, precisa efetuar prévio cadastro informando dados pessoais que sejam capazes de comprovar sua maioridade. Já nas lojas físicas, é realizada simples averiguação dos documentos do cliente.

### Marketing – Propaganda

O produto vinho – bebida alcoólica – deve observar uma série de peculiaridades no que se diz respeito à divulgação de promoções e publicidades, tendo em vista que é produto restrito e impróprio para determinados públicos. Nossa publicidade deve ser efetuada sempre de maneira socialmente responsável, evitando-se o apelo imperativo e oferta exagerada e sempre contendo frases de advertência.

A Companhia precisa de estratégias de marketing para promover o engajamento com seu público alvo – atrair, fidelizar e criar percepção positiva da Marca, para ampliar seus negócios e o “Código Brasileiro de Auto-regulamentação Publicitária” impõe limites à ampla divulgação do produto, que podem afetar diretamente os resultados das ações em nosso negócio.

### Tratamento de Dados de Consumidores, Fornecedores, Parceiros e Colaboradores

A obrigação de se observar a privacidade do usuário já é prevista em dispositivos do ordenamento jurídico brasileiro, como por exemplo, mas não se limitando a, Constituição da República Federativa do Brasil, Lei 10.406/03 (“Código Civil”), Lei 8.078/90 (“Código de Defesa do Consumidor”), Lei 9.296/96 (“Lei da Interceptação Telefônica”), Lei 12.965/2014 (“Marco Civil da Internet”). No entanto, com o advento da Lei 13.709/2018 (“Lei Geral da Proteção de Dados – LGPD”) foram estipuladas regras severas quanto às responsabilidades da Companhia no que diz respeito ao tratamento e compartilhamento de dados pessoais. Restou fixado alto padrão, que poderá acarretar penalidade severa em casos de descumprimento de regras.

A LGPD tem uma ampla gama de aplicações e se estende a pessoas físicas e entidades públicas e privadas, independentemente do país onde estão sediadas ou onde os dados são hospedados, desde que:

- o processamento de dados ocorra no Brasil;
- a atividade de processamento de dados destina-se a oferecer ou fornecer bens ou serviços a ou processar dados de indivíduos localizados no Brasil;
- os titulares dos dados estão localizados no Brasil no momento em que seus dados pessoais são coletados.

## 7.5 - Efeitos Relevantes da Regulação Estatal Nas Atividades

A LGPD também prevê a criação da Autoridade Nacional de Proteção de Dados (“ANPD”), que exercerá papel (i) investigação, compreendendo o poder de emitir normas e procedimentos, deliberar sobre a interpretação da LGPD e solicitar informações de controladores e processadores; (ii) execução, nos casos de descumprimento da lei, por meio de processo administrativo; e (iii) educação, com a responsabilidade de disseminar informações e fomentar o conhecimento da LGPD e medidas de segurança, promovendo padrões de serviços e produtos que facilitem o controle de dados e elaborando estudos sobre práticas nacionais e internacionais para a proteção de dados pessoais e privacidade, entre outros. A ANPD tem assegurada independência técnica, embora esteja subordinada à Presidência da República.

Em 26 de agosto de 2020, o Senado aprovou a Medida Provisória nº 959, sem o artigo que adiava a vigência da LGPD, que culminou no Projeto e Lei de Conversão nº 34/2020. O texto do projeto foi sancionado pelo Presidente da República e publicado em 18 de setembro de 2020, resultando na entrada em vigor da LGPD. As sanções administrativas, contudo, entrarão em vigor e passarão a serem aplicadas em 1º de agosto de 2021. Mesmo quando a data de entrada em vigor da LGPD ainda estava em discussão no Congresso, a Companhia já tinha iniciado seu processo de adequação à Lei pois, devido ao alto número de dados pessoais tratados para seu regular funcionamento, precisa garantir o maior nível possível de segurança na utilização de cada uma dessas informações para mitigar riscos de fraudes, invasões em sistemas internos, vazamento de informações.

Além disso, a Companhia mantém relações comerciais relevantes com fornecedores estrangeiros que já estão devidamente adequadas e exigem qualidade no tratamento de dados por parte de seus parceiros.

**(b) política ambiental do emissor e custos incorridos para o cumprimento da regulação ambiental e, se for o caso, de outras práticas ambientais, inclusive a adesão a padrões internacionais de proteção ambiental;**

Embora as atividades da Companhia não acarretem significativos impactos ambientais negativos, motivo pelo qual não possui uma política ambiental, a Companhia se preocupa com o descarte responsável do lixo que produz e contrata empresas que prestam o serviço de recolhimento de material reciclável, como por exemplo, papel, papelão e plástico, bem como de coleta e transporte de resíduos sólidos, como madeira e vidro.

Assim, o lixo produzido pela Companhia é separado, devidamente recolhido e, quando possível, reciclado.

**(c) dependência de patentes, marcas, licenças, concessões, franquias, contratos de royalties relevantes para o desenvolvimento das atividades.**

### **Marcas e Patentes**

A Lei Nº 9.279/96 (“Lei de Propriedade Industrial e Intelectual”) regulamenta o direito de propriedade de marcas e patentes.

#### Marcas

Para ter exclusividade sobre determinados nomes, nominativas de marca de serviços ou produtos, de logotipo, de logomarca que identifique seus produtos e serviços, a Companhia promoveu o respectivo registro perante o Instituto Nacional de Propriedade Industrial (“INPI”). Desta forma, a Companhia é titular de diversas marcas, registradas ou depositadas no Instituto Nacional da Propriedade Industrial – INPI, na classe do segmento de mercado em que ela atua, utilizadas para o desenvolvimento de suas atividades, como por exemplo: “W IN E”, “CLUBE W”, “CLUBE WINE BRANCOS E ROSÉS”, “CLUBE WINE ESPUMANTES”, “CLUBE WINE ESSENCIAIS”, “CLUBE WINE NOTÁVEIS”, “CLUBE WINE SINGULARES”, “CLUBE WINE SUPREENDENTES”, “GRUPO WINE”, “TEAM WINE”, “WINEANOS”, “WINE EVENTOS”, “WINEBOX”, “WINE UP”, “WINEHUNTER”, “WINELOG”, “WINEPEDIA”, “WINEPRIME”, “WINEPRIME”, “VINHO FÁCIL”, dentre outras. Maiores detalhes sobre as marcas podem ser encontrados no item 9.1(b) deste Formulário de Referência.

## 7.5 - Efeitos Relevantes da Regulação Estatal Nas Atividades

A Companhia passou por recente reestruturação, na qual alterou o nome de sua marca e elementos de identidade visual. Assim, registramos que no caso da nova marca “W IN E”, há uma fragilidade na proteção, por ter nome considerado como de “uso comum” em que registro para um dos pedidos apresentados foi concedido apenas por apresentar a marca na forma mista, ou seja, com letras estilizadas, para que então fosse classificada como uma marca original.

Dois outros pedidos de registro para a marca “W IN E” se encontram atualmente em tramitação e aguardam análise por parte do INPI. Contra esses dois pedidos foram apresentadas oposições por terceiros, tendo a Companhia apresentado suas manifestações, que aguardam análise pelo INPI.

Nesse sentido, a Companhia deve ter atenção aos prazos de vencimento do registro:

- Deverá prorrogar o registro a cada 10 (dez) anos, sob pena de extinção do mesmo.
- Deverá utilizar a marca registrada para assinalar os produtos ou serviços para os quais a mesma foi concedida em até 5 (cinco) anos após a data de sua concessão, sob risco de ter decretada a caducidade do registro.

### Patentes

A Companhia possui, ainda, patente de modelo de utilidade da embalagem em que seus produtos são transportados, a WineBox®, concedida em 14 de fevereiro de 2018. A patente de modelo de utilidade tem vigência de 15 (quinze) anos e vigorará até 21 de outubro de 2025. O prazo de vigência teve início no dia 21 de outubro de 2010 quando foi depositado o “Requerimento de Pedido de Patente ou Certificado de Adição de Invenção”. Maiores detalhes sobre a patente podem ser encontrados no item 9.1(b) deste Formulário de Referência.

### **Domínios de Internet**

Possuímos os domínios de internet referentes às nossas marcas e unidades de negócio, sendo os principais deles listados a seguir. Com a estratégia de proteger nosso negócio, compramos domínios semelhantes aos nossos. Temos hoje, um total de mais de 130 domínios ativos. Dentre os quais destacamos:

wine.com.br clubewine.com.br  
 bodegaswine.com.br bodegas.com.br  
 vinhofacil.com.br wineeventos.com.br  
 sommelierwine.com.br

garagewine.com.br  
 grupowine.com.br  
 w2w.com.br clubewine.com.br  
 clubewine.com wine2c.com.br  
 wineb2b.com.br

A Companhia utiliza *software* de titularidade de terceiros para exercer suas atividades, dentre os demais, se destacam:

CartStack: ferramenta de análise de dados e conversão de potenciais compradores no site da Wine;

Dashboard PMWeb: serviços de dashboard analíticos de campanhas de marketing;

DataFrete: Gateway de frete, sistema responsável por escolher o melhor transportador de acordo com o perfil do pedido, considera custo, abrangência e nível de serviço;

Elastic Path: Plataforma utilizada para construção e customização do e-commerce da Wine. Também é responsável por todo *backend* do APP Wine inclusive lojas físicas;

Linx: Sistema utilizado no ponto de venda Wine, controla o estoque da loja física e emite todos os cupons fiscais quando necessário, utilizado também para visibilidade de vendas diárias das lojas físicas;

## 7.5 - Efeitos Relevantes da Regulação Estatal Nas Atividades

Mag: Sistema de Importação e Exportação, ferramenta utilizada para gestão completa do processo de importação desde o pedido (invoice) até a nacionalização (NF de Entrada);

Mega: ERP - Sistema de gestão completa do Backoffice de todas as empresas da Wine, principal sistema financeiro, fiscal, contábil e de faturamento;

Responsys: Ferramenta responsável por agendamento e disparo de todos os e-mails marketing e SMS para impulsionar vendas on-line;

Tableau: Ferramenta de análise de dados, onde são gerados dashboards e relatórios automáticos para visibilidade e tomadas de decisão a nível estratégico, tático e operacional.

## 7.6 - Receitas Relevantes Provenientes do Exterior

### 7.6 - Receitas relevantes provenientes do exterior

**(a) receita proveniente dos clientes atribuídos ao país da nossa sede e sua participação na nossa receita líquida total**

Não aplicável, pois não auferimos receitas de exportação de produtos ou serviços no período de seis meses findo em 30 de junho de 2020 e no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017.

**(b) receita proveniente dos clientes atribuídos a cada país estrangeiro e sua participação na receita líquida total da Companhia**

Não aplicável, pois não auferimos receitas no exterior no período de seis meses findo em 30 de junho de 2020 e no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017.

**(c) receita total proveniente de países estrangeiros e sua participação na receita líquida total da Companhia**

Não aplicável, pois não auferimos receitas no exterior no período de seis meses findo em 30 de junho de 2020 e no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017.

## **7.7 - Efeitos da Regulação Estrangeira Nas Atividades**

### **7.7 - Efeitos da regulação estrangeira nas atividades**

Não se aplica, pois a Companhia não possui receitas de clientes localizados no exterior.

## 7.8 - Políticas Socioambientais

### 7.8 - Políticas socioambientais

Nossas atividades não provocam impactos negativos significativos ao meio-ambiente, motivo pelo qual não possuímos Política de Responsabilidade Socioambiental e não produzimos relatórios de sustentabilidade. Apesar disso, buscamos reduzir o impacto ambiental e contribuir na disseminação de uma consciência ambiental e na adoção de atitudes ecologicamente corretas, conforme disposto em nosso Código de Conduta.

A Companhia entende que o sistema de gestão socioambiental atualmente adotado é suficiente para assegurar que suas atividades atendam aos requisitos legais e normas aplicáveis.

#### **(a) divulgação de informações sociais e ambientais**

Não aplicável.

#### **(b) a metodologia seguida na elaboração dessas informações**

Não aplicável.

#### **(c) se essas informações são auditadas ou revisadas por entidade independente**

Não aplicável.

#### **(d) a página na rede mundial de computadores onde podem ser encontradas essas informações**

Não aplicável.

## **7.9 - Outras Informações Relevantes**

### **7.9 - Outras informações relevantes**

Não existem outras informações que a Companhia julgue relevantes para a Seção 7, além daquelas prestadas nos subitens anteriores.

## **8.1 - Negócios Extraordinários**

### **8.1 - Negócios extraordinários**

Não existem negócios outros do que os que já cobertos no item 7.

## **8.2 - Alterações Significativas na Forma de Condução Dos Negócios do Emissor**

### **8.2 - Alterações significativas na forma de condução dos negócios do emissor**

Não Aplicável.

### **8.3 - Contratos Relevantes Celebrados Pelo Emissor E Suas Controladas Não Diretamente Relacionados Com Suas Atividades Operacionais**

#### **8.3 - Contratos relevantes celebrados pelo emissor e suas controladas não diretamente relacionados com suas atividades operacionais**

Não possuímos contratos relevantes não relacionados a atividades operacionais.

#### **8.4 - Outras Inf. Relev. - Negócios Extraord.**

##### **8.4 - Outras inf. Relev. - Negócios extraordin.**

Não existem outras informações que a Companhia julgue relevantes para a Seção 8, que não tenham sido divulgadas nos itens anteriores deste Formulário de Referência.

## **9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes - Outros**

### **9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes - outros**

Na data deste Formulário de Referência, além dos ativos imobilizados, intangíveis (lista de clientes e licenças) e participação em sociedades discriminados nos itens a seguir, não existem outros bens do ativo não-circulante que julgemos relevantes.

**9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.a - Ativos Imobilizados**

Descrição do bem do ativo imobilizado	País de localização	UF de localização	Município de localização	Tipo de propriedade
Centro de Distribuição	Brasil	ES	Serra	Alugada
Unidade Administrativa	Brasil	ES	Vitória	Alugada
Unidade Administrativa	Brasil	SP	São Paulo	Alugada
Estrutura Flow Rack	Brasil	ES	Serra	Própria
Loja Física	Brasil	MG	Belo Horizonte	Alugada
Loja Física	Brasil	PR	Curitiba	Alugada
Centro de Distribuição	Brasil	MG	Belo Horizonte	Alugada
Loja Física	Brasil	RS	Porto Alegre	Alugada
Loja Física	Brasil	SP	São Paulo	Alugada
Módulos de Estrutura de Aço Porta Pallets	Brasil	ES	Serra	Própria
Veículos	Brasil	ES	Serra	Própria
Veículos	Brasil	SP	Barueri	Própria
Empilhadeiras Elétricas	Brasil	ES	Serra	Própria

**9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis**

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Licenças	Licença de software Elastic Path	Até julho de 2026	Rescisão contratual por uma das partes ou não renovação do contrato. Encerramento das atividades por parte do provedor.	Site pode vir a ficar temporariamente indisponível. Neste caso, a Companhia deverá buscar novo fornecedor para fornecimento dos produtos contratados.
Marcas	"W IN E" mista, Registro nº 918154529 - Ncl(11) 09	02/06/2030	Expiração do prazo de vigência; renúncia do titular; caducidade por desuso da marca; processos de nulidade; ou inobservância de algum aspecto requerido pelo INPI, de acordo com a Lei nº 9.279/96 e demais legislações correlatas. No âmbito judicial, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia está violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham a anulação do registro (prazo para essa demanda é de 5 anos contados da concessão).	Não há como quantificar o impacto, ressaltando, contudo, a impossibilidade legal de se impedir a utilização de marcas idênticas ou semelhantes em serviços ou produtos concorrentes, uma vez que o titular deixa de deter o direito de uso exclusivo da mesma. Existe, ainda, a possibilidade de o titular sofrer demandas judiciais na esfera penal e cível, por uso indevido em caso de violação de direitos de terceiros, podendo resultar na impossibilidade de utilizar as marcas na condução de suas atividades. Além disso, não há como quantificar outras possíveis consequências da perda de tais direitos para a Companhia.
Marcas	"W IN E" mista, Pedido nº 918154570 - Ncl(11) 16	N/A	Trata-se de expectativa de direito, condicionada à concessão do registro pelo INPI. Essa expectativa pode vir a não se concretizar em direito nas hipóteses de: (i) falta de pagamento das taxas retribuições cabíveis dentro dos prazos legais; (ii) indeferimento pelo órgão responsável pelo registro; (iii) não contestação ou não cumprimento de exigência formulada pelo órgão responsável pelo registro.	A Companhia terá que desenvolver suas atividades através de outras marcas. O indeferimento do pedido poderá resultar também em prejuízos à Companhia, tendo em vista a perda do investimento feito em tal sinal distintivo na tentativa de posicioná-lo de forma satisfatória no mercado.
Marcas	"W IN E" mista, Pedido nº 918154677 - Ncl(11) 35	N/A	Trata-se de expectativa de direito, condicionada à concessão do registro pelo INPI. Essa expectativa pode vir a não se concretizar em direito nas hipóteses de: (i) falta de pagamento das taxas retribuições cabíveis dentro dos prazos legais; (ii) indeferimento pelo órgão responsável pelo registro; (iii) não contestação ou não cumprimento de exigência formulada pelo órgão responsável pelo registro.	A Companhia terá que desenvolver suas atividades através de outras marcas. O indeferimento do pedido poderá resultar também em prejuízos à Companhia, tendo em vista a perda do investimento feito em tal sinal distintivo na tentativa de posicioná-lo de forma satisfatória no mercado.
Marcas	"CLUBE W" mista, Registro nº 903132672 - Ncl(9) 35	08/07/2024	Expiração do prazo de vigência; renúncia do titular; caducidade por desuso da marca; processos de nulidade; ou inobservância de algum aspecto requerido pelo INPI, de acordo com a Lei nº 9.279/96 e demais legislações correlatas. No âmbito judicial, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia está violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham anulação do registro (prazo para essa demanda é de 5 anos contados da concessão).	Não há como quantificar o impacto, ressaltando, contudo, a impossibilidade legal de se impedir a utilização de marcas idênticas ou semelhantes em serviços ou produtos concorrentes, uma vez que o titular deixa de deter o direito de uso exclusivo da mesma. Existe, ainda, a possibilidade de o titular sofrer demandas judiciais na esfera penal e cível, por uso indevido em caso de violação de direitos de terceiros, podendo resultar na impossibilidade de utilizar as marcas na condução de suas atividades. Além disso, não há como quantificar outras possíveis consequências da perda de tais direitos para a Companhia.

**9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis**

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	"CLUBE WINE BRANCOS E ROSÉS" mista, Registro nº 914250949 - Ncl(11) 35	09/04/2029	Expiração do prazo de vigência; renúncia do titular; caducidade por desuso da marca; processos de nulidade; ou inobservância de algum aspecto requerido pelo INPI, de acordo com a Lei nº 9.279/96 e demais legislações correlatas. No âmbito judicial, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia está violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham anulação do registro (prazo para essa demanda é de 5 anos contados da concessão).	Não há como quantificar o impacto, ressaltando, contudo, a impossibilidade legal de se impedir a utilização de marcas idênticas ou semelhantes em serviços ou produtos concorrentes, uma vez que o titular deixa de deter o direito de uso exclusivo da mesma. Existe, ainda, a possibilidade de o titular sofrer demandas judiciais na esfera penal e cível, por uso indevido em caso de violação de direitos de terceiros, podendo resultar na impossibilidade de utilizar as marcas na condução de suas atividades. Além disso, não há como quantificar outras possíveis consequências da perda de tais direitos para a Companhia.
Marcas	"CLUBE WINE ESPUMANTES" mista, Registro nº 914250990 - Ncl(11) 35	09/04/2029	Expiração do prazo de vigência; renúncia do titular; caducidade por desuso da marca; processos de nulidade; ou inobservância de algum aspecto requerido pelo INPI, de acordo com a Lei nº 9.279/96 e demais legislações correlatas. No âmbito judicial, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia está violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham anulação do registro (prazo para essa demanda é de 5 anos contados da concessão).	Não há como quantificar o impacto, ressaltando, contudo, a impossibilidade legal de se impedir a utilização de marcas idênticas ou semelhantes em serviços ou produtos concorrentes, uma vez que o titular deixa de deter o direito de uso exclusivo da mesma. Existe, ainda, a possibilidade de o titular sofrer demandas judiciais na esfera penal e cível, por uso indevido em caso de violação de direitos de terceiros, podendo resultar na impossibilidade de utilizar as marcas na condução de suas atividades. Além disso, não há como quantificar outras possíveis consequências da perda de tais direitos para a Companhia.
Marcas	"CLUBE WINE ESSENCIAIS" mista, Registro nº 914251015 - Ncl(11) 35	09/04/2029	Expiração do prazo de vigência; renúncia do titular; caducidade por desuso da marca; processos de nulidade; ou inobservância de algum aspecto requerido pelo INPI, de acordo com a Lei nº 9.279/96 e demais legislações correlatas. No âmbito judicial, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia está violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham a anulação do registro (prazo para essa demanda é de 5 anos contados da concessão).	Não há como quantificar o impacto, ressaltando, contudo, a impossibilidade legal de se impedir a utilização de marcas idênticas ou semelhantes em serviços ou produtos concorrentes, uma vez que o titular deixa de deter o direito de uso exclusivo da mesma. Existe, ainda, a possibilidade de o titular sofrer demandas judiciais na esfera penal e cível, por uso indevido em caso de violação de direitos de terceiros, podendo resultar na impossibilidade de utilizar as marcas na condução de suas atividades. Além disso, não há como quantificar outras possíveis consequências da perda de tais direitos para a Companhia.

**9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis**

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	"CLUBE WINE NOTAVES" mista, Registro nº 914250973 - Ncl(11) 35	09/04/2029	Expiração do prazo de vigência; renúncia do titular; caducidade por desuso da marca; processos de nulidade; ou inobservância de algum aspecto requerido pelo INPI, de acordo com a Lei nº 9.279/96 e demais legislações correlatas. No âmbito judicial, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia está violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham a anulação do registro (prazo para essa demanda é de 5 anos contados da concessão).	Não há como quantificar o impacto, ressaltando, contudo, a impossibilidade legal de se impedir a utilização de marcas idênticas ou semelhantes em serviços ou produtos concorrentes, uma vez que o titular deixa de deter o direito de uso exclusivo da mesma. Existe, ainda, a possibilidade de o titular sofrer demandas judiciais na esfera penal e cível, por uso indevido em caso de violação de direitos de terceiros, podendo resultar na impossibilidade de utilizar as marcas na condução de suas atividades. Além disso, não há como quantificar outras possíveis consequências da perda de tais direitos para a Companhia.
Marcas	"CLUBE WINE SINGULARES" mista, Pedido nº 914251031 - Ncl(11) 35	N/A	Trata-se de expectativa de direito, condicionada à concessão do registro pelo INPI. Essa expectativa pode vir a não se concretizar em direito nas hipóteses de: (i) falta de pagamento das taxas retribuições cabíveis dentro dos prazos legais; (ii) indeferimento pelo órgão responsável pelo registro; (iii) não contestação ou não cumprimento de exigência formulada pelo órgão responsável pelo registro.	A Companhia terá que desenvolver suas atividades através de outras marcas. O indeferimento do pedido poderá resultar também em prejuízos à Companhia, tendo em vista a perda do investimento feito em tal sinal distintivo na tentativa de posicioná-lo de forma satisfatória no mercado.
Marcas	"CLUBE WINE SURPREENDENTES" mista, Registro nº 914250981 - Ncl(11) 35	09/04/2029	Expiração do prazo de vigência; renúncia do titular; caducidade por desuso da marca; processos de nulidade; ou inobservância de algum aspecto requerido pelo INPI, de acordo com a Lei nº 9.279/96 e demais legislações correlatas. No âmbito judicial, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia está violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham a anulação do registro (prazo para essa demanda é de 5 anos contados da concessão).	Não há como quantificar o impacto, ressaltando, contudo, a impossibilidade legal de se impedir a utilização de marcas idênticas ou semelhantes em serviços ou produtos concorrentes, uma vez que o titular deixa de deter o direito de uso exclusivo da mesma. Existe, ainda, a possibilidade de o titular sofrer demandas judiciais na esfera penal e cível, por uso indevido em caso de violação de direitos de terceiros, podendo resultar na impossibilidade de utilizar as marcas na condução de suas atividades. Além disso, não há como quantificar outras possíveis consequências da perda de tais direitos para a Companhia.

**9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis**

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	"GRUPO WINE" nominativa, Registro nº 911130691 - Ncl(10), 35	05/06/2028	Expiração do prazo de vigência; renúncia do titular; caducidade por desuso da marca; processos de nulidade; ou inobservância de algum aspecto requerido pelo INPI, de acordo com a Lei nº 9.279/96 e demais legislações correlatas. No âmbito judicial, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia está violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham a anulação do registro (prazo para essa demanda é de 5 anos contados da concessão).	Não há como quantificar o impacto, ressaltando, contudo, a impossibilidade legal de se impedir a utilização de marcas idênticas ou semelhantes em serviços ou produtos concorrentes, uma vez que o titular deixa de deter o direito de uso exclusivo da mesma. Existe, ainda, a possibilidade de o titular sofrer demandas judiciais na esfera penal e cível, por uso indevido em caso de violação de direitos de terceiros, podendo resultar na impossibilidade de utilizar as marcas na condução de suas atividades. Além disso, não há como quantificar outras possíveis consequências da perda de tais direitos para a Companhia.
Marcas	"GRUPO WINE" mista, Registro nº 918154383 - Ncl(11) 35	02/06/2030	Expiração do prazo de vigência; renúncia do titular; caducidade por desuso da marca; processos de nulidade; ou inobservância de algum aspecto requerido pelo INPI, de acordo com a Lei nº 9.279/96 e demais legislações correlatas. No âmbito judicial, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia está violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham a anulação do registro (prazo para essa demanda é de 5 anos contados da concessão).	Não há como quantificar o impacto, ressaltando, contudo, a impossibilidade legal de se impedir a utilização de marcas idênticas ou semelhantes em serviços ou produtos concorrentes, uma vez que o titular deixa de deter o direito de uso exclusivo da mesma. Existe, ainda, a possibilidade de o titular sofrer demandas judiciais na esfera penal e cível, por uso indevido em caso de violação de direitos de terceiros, podendo resultar na impossibilidade de utilizar as marcas na condução de suas atividades. Além disso, não há como quantificar outras possíveis consequências da perda de tais direitos para a Companhia.
Marcas	"TEAM WINE" mista, Registro nº 918156289 - Ncl(11) 25	02/06/2030	Expiração do prazo de vigência; renúncia do titular; caducidade por desuso da marca; processos de nulidade; ou inobservância de algum aspecto requerido pelo INPI, de acordo com a Lei nº 9.279/96 e demais legislações correlatas. No âmbito judicial, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia está violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham a anulação do registro (prazo para essa demanda é de 5 anos contados da concessão).	Não há como quantificar o impacto, ressaltando, contudo, a impossibilidade legal de se impedir a utilização de marcas idênticas ou semelhantes em serviços ou produtos concorrentes, uma vez que o titular deixa de deter o direito de uso exclusivo da mesma. Existe, ainda, a possibilidade de o titular sofrer demandas judiciais na esfera penal e cível, por uso indevido em caso de violação de direitos de terceiros, podendo resultar na impossibilidade de utilizar as marcas na condução de suas atividades. Além disso, não há como quantificar outras possíveis consequências da perda de tais direitos para a Companhia.

**9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis**

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	"TEAM WINE" mista, Registro nº 918156351- Ncl(11) 35	02/06/2030	Expiração do prazo de vigência; renúncia do titular; caducidade por desuso da marca; processos de nulidade; ou inobservância de algum aspecto requerido pelo INPI, de acordo com a Lei nº 9.279/96 e demais legislações correlatas. No âmbito judicial, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia está violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham a anulação do registro (prazo para essa demanda é de 5 anos contados da concessão).	Não há como quantificar o impacto, ressaltando, contudo, a impossibilidade legal de se impedir a utilização de marcas idênticas ou semelhantes em serviços ou produtos concorrentes, uma vez que o titular deixa de deter o direito de uso exclusivo da mesma. Existe, ainda, a possibilidade de o titular sofrer demandas judiciais na esfera penal e cível, por uso indevido em caso de violação de direitos de terceiros, podendo resultar na impossibilidade de utilizar as marcas na condução de suas atividades. Além disso, não há como quantificar outras possíveis consequências da perda de tais direitos para a Companhia.
Marcas	"TEAM WINE" mista, Registro nº 918156416 - Ncl(11) 41	02/06/2030	Expiração do prazo de vigência; renúncia do titular; caducidade por desuso da marca; processos de nulidade; ou inobservância de algum aspecto requerido pelo INPI, de acordo com a Lei nº 9.279/96 e demais legislações correlatas. No âmbito judicial, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia está violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham a anulação do registro (prazo para essa demanda é de 5 anos contados da concessão).	Não há como quantificar o impacto, ressaltando, contudo, a impossibilidade legal de se impedir a utilização de marcas idênticas ou semelhantes em serviços ou produtos concorrentes, uma vez que o titular deixa de deter o direito de uso exclusivo da mesma. Existe, ainda, a possibilidade de o titular sofrer demandas judiciais na esfera penal e cível, por uso indevido em caso de violação de direitos de terceiros, podendo resultar na impossibilidade de utilizar as marcas na condução de suas atividades. Além disso, não há como quantificar outras possíveis consequências da perda de tais direitos para a Companhia.
Marcas	"TEAM WINE.COM.BR" mista, Registro nº 911167170 - Ncl(10) 25	05/06/2028	Expiração do prazo de vigência; renúncia do titular; caducidade por desuso da marca; processos de nulidade; ou inobservância de algum aspecto requerido pelo INPI, de acordo com a Lei nº 9.279/96 e demais legislações correlatas. No âmbito judicial, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia está violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham a anulação do registro (prazo para essa demanda é de 5 anos contados da concessão).	Não há como quantificar o impacto, ressaltando, contudo, a impossibilidade legal de se impedir a utilização de marcas idênticas ou semelhantes em serviços ou produtos concorrentes, uma vez que o titular deixa de deter o direito de uso exclusivo da mesma. Existe, ainda, a possibilidade de o titular sofrer demandas judiciais na esfera penal e cível, por uso indevido em caso de violação de direitos de terceiros, podendo resultar na impossibilidade de utilizar as marcas na condução de suas atividades. Além disso, não há como quantificar outras possíveis consequências da perda de tais direitos para a Companhia.

**9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis**

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	"TEAM WINE.COM.BR" mista, Registro nº 911167315 - Ncl(10) 35	05/06/2028	Expiração do prazo de vigência; renúncia do titular; caducidade por desuso da marca; processos de nulidade; ou inobservância de algum aspecto requerido pelo INPI, de acordo com a Lei nº 9.279/96 e demais legislações correlatas. No âmbito judicial, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia está violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham a anulação do registro (prazo para essa demanda é de 5 anos contados da concessão).	Não há como quantificar o impacto, ressaltando, contudo, a impossibilidade legal de se impedir a utilização de marcas idênticas ou semelhantes em serviços ou produtos concorrentes, uma vez que o titular deixa de deter o direito de uso exclusivo da mesma. Existe, ainda, a possibilidade de o titular sofrer demandas judiciais na esfera penal e cível, por uso indevido em caso de violação de direitos de terceiros, podendo resultar na impossibilidade de utilizar as marcas na condução de suas atividades. Além disso, não há como quantificar outras possíveis consequências da perda de tais direitos para a Companhia.
Marcas	"WINEANO" mista, Registro nº 908874561 - Ncl(10) 16	15/08/2027	Expiração do prazo de vigência; renúncia do titular; caducidade por desuso da marca; processos de nulidade; ou inobservância de algum aspecto requerido pelo INPI, de acordo com a Lei nº 9.279/96 e demais legislações correlatas. No âmbito judicial, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia está violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham a anulação do registro (prazo para essa demanda é de 5 anos contados da concessão).	Não há como quantificar o impacto, ressaltando, contudo, a impossibilidade legal de se impedir a utilização de marcas idênticas ou semelhantes em serviços ou produtos concorrentes, uma vez que o titular deixa de deter o direito de uso exclusivo da mesma. Existe, ainda, a possibilidade de o titular sofrer demandas judiciais na esfera penal e cível, por uso indevido em caso de violação de direitos de terceiros, podendo resultar na impossibilidade de utilizar as marcas na condução de suas atividades. Além disso, não há como quantificar outras possíveis consequências da perda de tais direitos para a Companhia.
Marcas	"WINEANO" mista, Registro nº 908874855 - Ncl(10) 24	15/08/2027	Expiração do prazo de vigência; renúncia do titular; caducidade por desuso da marca; processos de nulidade; ou inobservância de algum aspecto requerido pelo INPI, de acordo com a Lei nº 9.279/96 e demais legislações correlatas. No âmbito judicial, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia está violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham a anulação do registro (prazo para essa demanda é de 5 anos contados da concessão).	Não há como quantificar o impacto, ressaltando, contudo, a impossibilidade legal de se impedir a utilização de marcas idênticas ou semelhantes em serviços ou produtos concorrentes, uma vez que o titular deixa de deter o direito de uso exclusivo da mesma. Existe, ainda, a possibilidade de o titular sofrer demandas judiciais na esfera penal e cível, por uso indevido em caso de violação de direitos de terceiros, podendo resultar na impossibilidade de utilizar as marcas na condução de suas atividades. Além disso, não há como quantificar outras possíveis consequências da perda de tais direitos para a Companhia.

**9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis**

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	"WINEANO" mista, Registro nº 908875053 - Ncl(10) 25	15/08/2027	Expiração do prazo de vigência; renúncia do titular; caducidade por desuso da marca; processos de nulidade; ou inobservância de algum aspecto requerido pelo INPI, de acordo com a Lei nº 9.279/96 e demais legislações correlatas. No âmbito judicial, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia está violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham a anulação do registro (prazo para essa demanda é de 5 anos contados da concessão).	Não há como quantificar o impacto, ressaltando, contudo, a impossibilidade legal de se impedir a utilização de marcas idênticas ou semelhantes em serviços ou produtos concorrentes, uma vez que o titular deixa de deter o direito de uso exclusivo da mesma. Existe, ainda, a possibilidade de o titular sofrer demandas judiciais na esfera penal e cível, por uso indevido em caso de violação de direitos de terceiros, podendo resultar na impossibilidade de utilizar as marcas na condução de suas atividades. Além disso, não há como quantificar outras possíveis consequências da perda de tais direitos para a Companhia.
Marcas	"WINEANO" mista, Registro nº 908875282 - Ncl(10) 30	15/08/2027	Expiração do prazo de vigência; renúncia do titular; caducidade por desuso da marca; processos de nulidade; ou inobservância de algum aspecto requerido pelo INPI, de acordo com a Lei nº 9.279/96 e demais legislações correlatas. No âmbito judicial, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia está violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham a anulação do registro (prazo para essa demanda é de 5 anos contados da concessão).	Não há como quantificar o impacto, ressaltando, contudo, a impossibilidade legal de se impedir a utilização de marcas idênticas ou semelhantes em serviços ou produtos concorrentes, uma vez que o titular deixa de deter o direito de uso exclusivo da mesma. Existe, ainda, a possibilidade de o titular sofrer demandas judiciais na esfera penal e cível, por uso indevido em caso de violação de direitos de terceiros, podendo resultar na impossibilidade de utilizar as marcas na condução de suas atividades. Além disso, não há como quantificar outras possíveis consequências da perda de tais direitos para a Companhia.
Marcas	"WINEANO" mista, Registro nº 908875380 - Ncl(10) 33	15/08/2027	Expiração do prazo de vigência; renúncia do titular; caducidade por desuso da marca; processos de nulidade; ou inobservância de algum aspecto requerido pelo INPI, de acordo com a Lei nº 9.279/96 e demais legislações correlatas. No âmbito judicial, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia está violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham a anulação do registro (prazo para essa demanda é de 5 anos contados da concessão).	Não há como quantificar o impacto, ressaltando, contudo, a impossibilidade legal de se impedir a utilização de marcas idênticas ou semelhantes em serviços ou produtos concorrentes, uma vez que o titular deixa de deter o direito de uso exclusivo da mesma. Existe, ainda, a possibilidade de o titular sofrer demandas judiciais na esfera penal e cível, por uso indevido em caso de violação de direitos de terceiros, podendo resultar na impossibilidade de utilizar as marcas na condução de suas atividades. Além disso, não há como quantificar outras possíveis consequências da perda de tais direitos para a Companhia.

**9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis**

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	"WINEANO" mista, Registro nº 908875550 - Ncl(10) 35	15/08/2027	Expiração do prazo de vigência; renúncia do titular; caducidade por desuso da marca; processos de nulidade; ou inobservância de algum aspecto requerido pelo INPI, de acordo com a Lei nº 9.279/96 e demais legislações correlatas. No âmbito judicial, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia está violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham a anulação do registro (prazo para essa demanda é de 5 anos contados da concessão).	Não há como quantificar o impacto, ressaltando, contudo, a impossibilidade legal de se impedir a utilização de marcas idênticas ou semelhantes em serviços ou produtos concorrentes, uma vez que o titular deixa de deter o direito de uso exclusivo da mesma. Existe, ainda, a possibilidade de o titular sofrer demandas judiciais na esfera penal e cível, por uso indevido em caso de violação de direitos de terceiros, podendo resultar na impossibilidade de utilizar as marcas na condução de suas atividades. Além disso, não há como quantificar outras possíveis consequências da perda de tais direitos para a Companhia.
Marcas	"WINEANO" mista, Registro nº 908875614 - Ncl(10) 38	15/08/2027	Expiração do prazo de vigência; renúncia do titular; caducidade por desuso da marca; processos de nulidade; ou inobservância de algum aspecto requerido pelo INPI, de acordo com a Lei nº 9.279/96 e demais legislações correlatas. No âmbito judicial, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia está violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham a anulação do registro (prazo para essa demanda é de 5 anos contados da concessão).	Não há como quantificar o impacto, ressaltando, contudo, a impossibilidade legal de se impedir a utilização de marcas idênticas ou semelhantes em serviços ou produtos concorrentes, uma vez que o titular deixa de deter o direito de uso exclusivo da mesma. Existe, ainda, a possibilidade de o titular sofrer demandas judiciais na esfera penal e cível, por uso indevido em caso de violação de direitos de terceiros, podendo resultar na impossibilidade de utilizar as marcas na condução de suas atividades. Além disso, não há como quantificar outras possíveis consequências da perda de tais direitos para a Companhia.
Marcas	"WINEANO" mista, Registro nº 908875630 - Ncl(10) 41	15/08/2027	Expiração do prazo de vigência; renúncia do titular; caducidade por desuso da marca; processos de nulidade; ou inobservância de algum aspecto requerido pelo INPI, de acordo com a Lei nº 9.279/96 e demais legislações correlatas. No âmbito judicial, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia está violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham a anulação do registro (prazo para essa demanda é de 5 anos contados da concessão).	Não há como quantificar o impacto, ressaltando, contudo, a impossibilidade legal de se impedir a utilização de marcas idênticas ou semelhantes em serviços ou produtos concorrentes, uma vez que o titular deixa de deter o direito de uso exclusivo da mesma. Existe, ainda, a possibilidade de o titular sofrer demandas judiciais na esfera penal e cível, por uso indevido em caso de violação de direitos de terceiros, podendo resultar na impossibilidade de utilizar as marcas na condução de suas atividades. Além disso, não há como quantificar outras possíveis consequências da perda de tais direitos para a Companhia.

**9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis**

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	"WINE EVENTOS" mista, Registro nº 918156483 - Ncl(11)09	02/06/2030	Expiração do prazo de vigência; renúncia do titular; caducidade por desuso da marca; processos de nulidade; ou inobservância de algum aspecto requerido pelo INPI, de acordo com a Lei nº 9.279/96 e demais legislações correlatas. No âmbito judicial, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia está violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham a anulação do registro (prazo para essa demanda é de 5 anos contados da concessão).	Não há como quantificar o impacto, ressaltando, contudo, a impossibilidade legal de se impedir a utilização de marcas idênticas ou semelhantes em serviços ou produtos concorrentes, uma vez que o titular deixa de deter o direito de uso exclusivo da mesma. Existe, ainda, a possibilidade de o titular sofrer demandas judiciais na esfera penal e cível, por uso indevido em caso de violação de direitos de terceiros, podendo resultar na impossibilidade de utilizar as marcas na condução de suas atividades. Além disso, não há como quantificar outras possíveis consequências da perda de tais direitos para a Companhia.
Marcas	"WINE EVENTOS" mista, Pedido nº 918189551 - Ncl(11) 35	N/A	Trata-se de expectativa de direito, condicionada à concessão do registro pelo INPI. Essa expectativa pode vir a não se concretizar em direito nas hipóteses de: (i) falta de pagamento das taxas retribuições cabíveis dentro dos prazos legais; (ii) indeferimento pelo órgão responsável pelo registro; (iii) não contestação ou não cumprimento de exigência formulada pelo órgão responsável pelo registro.	A Companhia terá que desenvolver suas atividades através de outras marcas. O indeferimento do pedido poderá resultar também em prejuízos à Companhia, tendo em vista a perda do investimento feito em tal sinal distintivo na tentativa de posicioná-lo de forma satisfatória no mercado.
Marcas	"WINE EVENTOS" mista, Pedido nº 918189950 - Ncl(11) 41	N/A	Trata-se de expectativa de direito, condicionada à concessão do registro pelo INPI. Essa expectativa pode vir a não se concretizar em direito nas hipóteses de: (i) falta de pagamento das taxas retribuições cabíveis dentro dos prazos legais; (ii) indeferimento pelo órgão responsável pelo registro; (iii) não contestação ou não cumprimento de exigência formulada pelo órgão responsável pelo registro.	A Companhia terá que desenvolver suas atividades através de outras marcas. O indeferimento do pedido poderá resultar também em prejuízos à Companhia, tendo em vista a perda do investimento feito em tal sinal distintivo na tentativa de posicioná-lo de forma satisfatória no mercado.
Marcas	"W IN EBOX" mista, Pedido nº 918155029 - Ncl(11) 35	N/A	Trata-se de expectativa de direito, condicionada à concessão do registro pelo INPI. Essa expectativa pode vir a não se concretizar em direito nas hipóteses de: (i) falta de pagamento das taxas retribuições cabíveis dentro dos prazos legais; (ii) indeferimento pelo órgão responsável pelo registro; (iii) não contestação ou não cumprimento de exigência formulada pelo órgão responsável pelo registro.	A Companhia terá que desenvolver suas atividades através de outras marcas. O indeferimento do pedido poderá resultar também em prejuízos à Companhia, tendo em vista a perda do investimento feito em tal sinal distintivo na tentativa de posicioná-lo de forma satisfatória no mercado.

**9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis**

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	"WINE UP" mista, Registro nº 917826752 - Ncl(11) 35	17/03/2030	Expiração do prazo de vigência; renúncia do titular; caducidade por desuso da marca; processos de nulidade; ou inobservância de algum aspecto requerido pelo INPI, de acordo com a Lei nº 9.279/96 e demais legislações correlatas. No âmbito judicial, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia está violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham a anulação do registro (prazo para essa demanda é de 5 anos contados da concessão).	Não há como quantificar o impacto, ressaltando, contudo, a impossibilidade legal de se impedir a utilização de marcas idênticas ou semelhantes em serviços ou produtos concorrentes, uma vez que o titular deixa de deter o direito de uso exclusivo da mesma. Existe, ainda, a possibilidade de o titular sofrer demandas judiciais na esfera penal e cível, por uso indevido em caso de violação de direitos de terceiros, podendo resultar na impossibilidade de utilizar as marcas na condução de suas atividades. Além disso, não há como quantificar outras possíveis consequências da perda de tais direitos para a Companhia.
Marcas	"WINE UP" mista, Pedido nº 917826639 - Ncl(11) 32	N/A	Trata-se de expectativa de direito, condicionada à concessão do registro pelo INPI. Essa expectativa pode vir a não se concretizar em direito nas hipóteses de: (i) falta de pagamento das taxas retribuições cabíveis dentro dos prazos legais; (ii) indeferimento pelo órgão responsável pelo registro; (iii) não contestação ou não cumprimento de exigência formulada pelo órgão responsável pelo registro.	A Companhia terá que desenvolver suas atividades através de outras marcas. O indeferimento do pedido poderá resultar também em prejuízos à Companhia, tendo em vista a perda do investimento feito em tal sinal distintivo na tentativa de posicioná-lo de forma satisfatória no mercado.
Marcas	"WINE UP" mista, Pedido nº 917826680 - Ncl(11) 33	N/A	Trata-se de expectativa de direito, condicionada à concessão do registro pelo INPI. Essa expectativa pode vir a não se concretizar em direito nas hipóteses de: (i) falta de pagamento das taxas retribuições cabíveis dentro dos prazos legais; (ii) indeferimento pelo órgão responsável pelo registro; (iii) não contestação ou não cumprimento de exigência formulada pelo órgão responsável pelo registro.	A Companhia terá que desenvolver suas atividades através de outras marcas. O indeferimento do pedido poderá resultar também em prejuízos à Companhia, tendo em vista a perda do investimento feito em tal sinal distintivo na tentativa de posicioná-lo de forma satisfatória no mercado.
Marcas	"WINE UP" mista, Pedido nº 917826710 - Ncl(11) 35	N/A	Trata-se de expectativa de direito, condicionada à concessão do registro pelo INPI. Essa expectativa pode vir a não se concretizar em direito nas hipóteses de: (i) falta de pagamento das taxas retribuições cabíveis dentro dos prazos legais; (ii) indeferimento pelo órgão responsável pelo registro; (iii) não contestação ou não cumprimento de exigência formulada pelo órgão responsável pelo registro.	A Companhia terá que desenvolver suas atividades através de outras marcas. O indeferimento do pedido poderá resultar também em prejuízos à Companhia, tendo em vista a perda do investimento feito em tal sinal distintivo na tentativa de posicioná-lo de forma satisfatória no mercado.

**9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis**

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	"WINEHUNTER" mista, Registro nº 918155738 - Ncl(11) 35	02/06/2030	Expiração do prazo de vigência; renúncia do titular; caducidade por desuso da marca; processos de nulidade; ou inobservância de algum aspecto requerido pelo INPI, de acordo com a Lei nº 9.279/96 e demais legislações correlatas. No âmbito judicial, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia está violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham a anulação do registro (prazo para essa demanda é de 5 anos contados da concessão).	Não há como quantificar o impacto, ressaltando, contudo, a impossibilidade legal de se impedir a utilização de marcas idênticas ou semelhantes em serviços ou produtos concorrentes, uma vez que o titular deixa de deter o direito de uso exclusivo da mesma. Existe, ainda, a possibilidade de o titular sofrer demandas judiciais na esfera penal e cível, por uso indevido em caso de violação de direitos de terceiros, podendo resultar na impossibilidade de utilizar as marcas na condução de suas atividades. Além disso, não há como quantificar outras possíveis consequências da perda de tais direitos para a Companhia.
Marcas	"WINEHUNTER" mista, Registro nº 918155827 - Ncl(11) 35	02/06/2030	Expiração do prazo de vigência; renúncia do titular; caducidade por desuso da marca; processos de nulidade; ou inobservância de algum aspecto requerido pelo INPI, de acordo com a Lei nº 9.279/96 e demais legislações correlatas. No âmbito judicial, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia está violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham a anulação do registro (prazo para essa demanda é de 5 anos contados da concessão).	Não há como quantificar o impacto, ressaltando, contudo, a impossibilidade legal de se impedir a utilização de marcas idênticas ou semelhantes em serviços ou produtos concorrentes, uma vez que o titular deixa de deter o direito de uso exclusivo da mesma. Existe, ainda, a possibilidade de o titular sofrer demandas judiciais na esfera penal e cível, por uso indevido em caso de violação de direitos de terceiros, podendo resultar na impossibilidade de utilizar as marcas na condução de suas atividades. Além disso, não há como quantificar outras possíveis consequências da perda de tais direitos para a Companhia.
Marcas	"WINELOG" nominativa, Registro nº 911130160 - Ncl(10) 39	05/06/2028	Expiração do prazo de vigência; renúncia do titular; caducidade por desuso da marca; processos de nulidade; ou inobservância de algum aspecto requerido pelo INPI, de acordo com a Lei nº 9.279/96 e demais legislações correlatas. No âmbito judicial, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia está violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham a anulação do registro (prazo para essa demanda é de 5 anos contados da concessão).	Não há como quantificar o impacto, ressaltando, contudo, a impossibilidade legal de se impedir a utilização de marcas idênticas ou semelhantes em serviços ou produtos concorrentes, uma vez que o titular deixa de deter o direito de uso exclusivo da mesma. Existe, ainda, a possibilidade de o titular sofrer demandas judiciais na esfera penal e cível, por uso indevido em caso de violação de direitos de terceiros, podendo resultar na impossibilidade de utilizar as marcas na condução de suas atividades. Além disso, não há como quantificar outras possíveis consequências da perda de tais direitos para a Companhia.

**9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis**

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	"WINEPEDIA" mista, Pedido nº 918155282 - Ncl(11) 09	N/A	Trata-se de expectativa de direito, condicionada à concessão do registro pelo INPI. Essa expectativa pode vir a não se concretizar em direito nas hipóteses de: (i) falta de pagamento das taxas retribuições cabíveis dentro dos prazos legais; (ii) indeferimento pelo órgão responsável pelo registro; (iii) não contestação ou não cumprimento de exigência formulada pelo órgão responsável pelo registro.	A Companhia terá que desenvolver suas atividades através de outras marcas. O indeferimento do pedido poderá resultar também em prejuízos à Companhia, tendo em vista a perda do investimento feito em tal sinal distintivo na tentativa de posicioná-lo de forma satisfatória no mercado.
Marcas	"WINEPEDIA" mista, Pedido nº 918155401 - Ncl(11) 16	N/A	Trata-se de expectativa de direito, condicionada à concessão do registro pelo INPI. Essa expectativa pode vir a não se concretizar em direito nas hipóteses de: (i) falta de pagamento das taxas retribuições cabíveis dentro dos prazos legais; (ii) indeferimento pelo órgão responsável pelo registro; (iii) não contestação ou não cumprimento de exigência formulada pelo órgão responsável pelo registro.	A Companhia terá que desenvolver suas atividades através de outras marcas. O indeferimento do pedido poderá resultar também em prejuízos à Companhia, tendo em vista a perda do investimento feito em tal sinal distintivo na tentativa de posicioná-lo de forma satisfatória no mercado.
Marcas	"WINEPEDIA" mista, Pedido nº 918155509 - Ncl(11) 35	N/A	Trata-se de expectativa de direito, condicionada à concessão do registro pelo INPI. Essa expectativa pode vir a não se concretizar em direito nas hipóteses de: (i) falta de pagamento das taxas retribuições cabíveis dentro dos prazos legais; (ii) indeferimento pelo órgão responsável pelo registro; (iii) não contestação ou não cumprimento de exigência formulada pelo órgão responsável pelo registro.	A Companhia terá que desenvolver suas atividades através de outras marcas. O indeferimento do pedido poderá resultar também em prejuízos à Companhia, tendo em vista a perda do investimento feito em tal sinal distintivo na tentativa de posicioná-lo de forma satisfatória no mercado.
Marcas	"WINEPEDIA" mista, Pedido nº 918155568 - Ncl(11) 41	N/A	Trata-se de expectativa de direito, condicionada à concessão do registro pelo INPI. Essa expectativa pode vir a não se concretizar em direito nas hipóteses de: (i) falta de pagamento das taxas retribuições cabíveis dentro dos prazos legais; (ii) indeferimento pelo órgão responsável pelo registro; (iii) não contestação ou não cumprimento de exigência formulada pelo órgão responsável pelo registro.	A Companhia terá que desenvolver suas atividades através de outras marcas. O indeferimento do pedido poderá resultar também em prejuízos à Companhia, tendo em vista a perda do investimento feito em tal sinal distintivo na tentativa de posicioná-lo de forma satisfatória no mercado.
Marcas	"WINEPRIME" mista, Pedido nº 914250914 - Ncl(11) 35	N/A	Trata-se de expectativa de direito, condicionada à concessão do registro pelo INPI. Essa expectativa pode vir a não se concretizar em direito nas hipóteses de: (i) falta de pagamento das taxas retribuições cabíveis dentro dos prazos legais; (ii) indeferimento pelo órgão responsável pelo registro; (iii) não contestação ou não cumprimento de exigência formulada pelo órgão responsável pelo registro.	A Companhia terá que desenvolver suas atividades através de outras marcas. O indeferimento do pedido poderá resultar também em prejuízos à Companhia, tendo em vista a perda do investimento feito em tal sinal distintivo na tentativa de posicioná-lo de forma satisfatória no mercado.

**9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis**

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	"VINHO FÁCIL" mista, Registro nº 913226998 - Nd(11) 35	02/01/2029	Expiração do prazo de vigência; renúncia do titular; caducidade por desuso da marca; processos de nulidade; ou inobservância de algum aspecto requerido pelo INPI, de acordo com a Lei nº 9.279/96 e demais legislações correlatas. No âmbito judicial, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia está violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham a anulação do registro (prazo para essa demanda é de 5 anos contados da concessão).	Não há como quantificar o impacto, ressaltando, contudo, a impossibilidade legal de se impedir a utilização de marcas idênticas ou semelhantes em serviços ou produtos concorrentes, uma vez que o titular deixa de deter o direito de uso exclusivo da mesma. Existe, ainda, a possibilidade de o titular sofrer demandas judiciais na esfera penal e cível, por uso indevido em caso de violação de direitos de terceiros, podendo resultar na impossibilidade de utilizar as marcas na condução de suas atividades. Além disso, não há como quantificar outras possíveis consequências da perda de tais direitos para a Companhia.
Patentes	"DISPOSIÇÃO CONSTRUTIVA APLIC. EM COMPL. DE ACONDICION. PARA EMBALAGENS DE GARRAFA", MU 9002680-2	21/10/2025	Expiração do prazo de vigência; renúncia do titular; caducidade; processos de nulidade; falta de pagamento da taxa de manutenção ou inobservância de algum aspecto requerido pelo INPI, de acordo com a Lei nº 9.279/96 e demais legislações correlatas. No âmbito judicial, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia está violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham a anulação do registro (prazo para essa demanda é de 5 anos contados da concessão).	A Companhia não terá qualquer direito exclusivo sobre a tecnologia divulgada nesta Patente, tampouco poderá impedir terceiros de explorar a tecnologia divulgada nesta Patente. Existe, ainda, a possibilidade de o titular sofrer demandas judiciais na esfera penal e cível, por uso indevido em caso de violação de direitos de terceiros, podendo resultar na impossibilidade de utilizar sua tecnologia. Além disso, não há como quantificar outras possíveis consequências da perda de tais direitos para a Companhia.
Nome de domínio na internet	wine.com.br	10/11/2022	A falta de pagamento da renovação do domínio; a inobservância de regulamentação própria para concessão ou renovação de domínios junto ao Registro.br; em caso de disputa administrativa ou judicial; ou por expressa solicitação do requerente do registro do domínio.	Perda do direito de utilização do domínio, e consequentemente, a possibilidade de que terceiros utilizem o domínio.
Nome de domínio na internet	clubewine.com.br	18/02/2024	A falta de pagamento da renovação do domínio; a inobservância de regulamentação própria para concessão ou renovação de domínios junto ao Registro.br; em caso de disputa administrativa ou judicial; ou por expressa solicitação do requerente do registro do domínio.	Perda do direito de utilização do domínio, e consequentemente, a possibilidade de que terceiros utilizem o domínio.
Nome de domínio na internet	bodegaswine.com.br	12/12/2023	A falta de pagamento da renovação do domínio; a inobservância de regulamentação própria para concessão ou renovação de domínios junto ao Registro.br; em caso de disputa administrativa ou judicial; ou por expressa solicitação do requerente do registro do domínio.	Perda do direito de utilização do domínio, e consequentemente, a possibilidade de que terceiros utilizem o domínio.

**9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis**

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Nome de domínio na internet	bodegas.com.br	21/07/2021	A falta de pagamento da renovação do domínio; a inobservância de regulamentação própria para concessão ou renovação de domínios junto ao Registro.br; em caso de disputa administrativa ou judicial; ou por expressa solicitação do requerente do registro do domínio.	Perda do direito de utilização do domínio, e consequentemente, a possibilidade de que terceiros utilizem o domínio.
Nome de domínio na internet	vinhofacil.com.br	26/07/2026	A falta de pagamento da renovação do domínio; a inobservância de regulamentação própria para concessão ou renovação de domínios junto ao Registro.br; em caso de disputa administrativa ou judicial; ou por expressa solicitação do requerente do registro do domínio.	Perda do direito de utilização do domínio, e consequentemente, a possibilidade de que terceiros utilizem o domínio.
Nome de domínio na internet	wineeventos.com.br	02/05/2022	A falta de pagamento da renovação do domínio; a inobservância de regulamentação própria para concessão ou renovação de domínios junto ao Registro.br; em caso de disputa administrativa ou judicial; ou por expressa solicitação do requerente do registro do domínio.	Perda do direito de utilização do domínio, e consequentemente, a possibilidade de que terceiros utilizem o domínio.
Nome de domínio na internet	sommelierwine.com.br	08/10/2023	A falta de pagamento da renovação do domínio; a inobservância de regulamentação própria para concessão ou renovação de domínios junto ao Registro.br; em caso de disputa administrativa ou judicial; ou por expressa solicitação do requerente do registro do domínio.	Perda do direito de utilização do domínio, e consequentemente, a possibilidade de que terceiros utilizem o domínio.
Nome de domínio na internet	garagewine.com.br	16/10/2023	A falta de pagamento da renovação do domínio; a inobservância de regulamentação própria para concessão ou renovação de domínios junto ao Registro.br; em caso de disputa administrativa ou judicial; ou por expressa solicitação do requerente do registro do domínio.	Perda do direito de utilização do domínio, e consequentemente, a possibilidade de que terceiros utilizem o domínio.
Nome de domínio na internet	grupowine.com.br	21/11/2023	A falta de pagamento da renovação do domínio; a inobservância de regulamentação própria para concessão ou renovação de domínios junto ao Registro.br; em caso de disputa administrativa ou judicial; ou por expressa solicitação do requerente do registro do domínio.	Perda do direito de utilização do domínio, e consequentemente, a possibilidade de que terceiros utilizem o domínio.
Nome de domínio na internet	w2w.com.br	26/12/2024	A falta de pagamento da renovação do domínio; a inobservância de regulamentação própria para concessão ou renovação de domínios junto ao Registro.br; em caso de disputa administrativa ou judicial; ou por expressa solicitação do requerente do registro do domínio.	Perda do direito de utilização do domínio, e consequentemente, a possibilidade de que terceiros utilizem o domínio.
Nome de domínio na internet	clubewine.com.br	18/02/2024	A falta de pagamento da renovação do domínio; a inobservância de regulamentação própria para concessão ou renovação de domínios junto ao Registro.br; em caso de disputa administrativa ou judicial; ou por expressa solicitação do requerente do registro do domínio.	Perda do direito de utilização do domínio, e consequentemente, a possibilidade de que terceiros utilizem o domínio.

**9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis**

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Nome de domínio na internet	clubewine.com	26/06/2025	A falta de pagamento da renovação do domínio; a inobservância de regulamentação própria para concessão ou renovação de domínios; em caso de disputa administrativa ou judicial; ou por expressa solicitação do requerente do registro do domínio.	Perda do direito de utilização do domínio, e consequentemente, a possibilidade de que terceiros utilizem o domínio.
Nome de domínio na internet	wineb2b.com.br	01/09/2021	A falta de pagamento da renovação do domínio; a inobservância de regulamentação própria para concessão ou renovação de domínios junto ao Registro.br; em caso de disputa administrativa ou judicial; ou por expressa solicitação do requerente do registro do domínio.	Perda do direito de utilização do domínio, e consequentemente, a possibilidade de que terceiros utilizem o domínio.

**9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.c - Participações em Sociedades**

Denominação Social	CNPJ	Código CVM	Tipo sociedade	País sede	UF sede	Município sede	Descrição das atividades desenvolvidas	Participação do emissor (%)
<b>Exercício social</b>	<b>Valor contábil - variação %</b>	<b>Valor mercado - variação %</b>	<b>Montante de dividendos recebidos (Reais)</b>	<b>Data</b>	<b>Valor (Reais)</b>			
Bodegas de Los Andes Comércio de Vinhos Ltda.	05.930.915/0001-10	-	Controlada	Brasil	SP	São Paulo	Comércio atacadista e varejista de bebidas.	99,000000
<b>30/06/2020</b>	-105,370000	0,000000		<b>Valor mercado</b>				
<b>31/12/2019</b>	-10,560000	0,000000		<b>Valor contábil</b>	30/06/2020	-721.346,61		
<b>31/12/2018</b>	0,000000	0,000000						
<b>31/12/2017</b>	0,000000	0,000000						
<b>Razões para aquisição e manutenção de tal participação</b>								
A aquisição da empresa Bodegas está alinhada com a estratégia da administração da Companhia, a qual consistiu na adição de um novo modelo de negócios, que foca não só no e-commerce, mas também na comercialização de vinhos no canal B2B (Supermercados, Empórios, Restaurantes, Bares e hotéis) e a venda física de vinhos, visando a expansão do mercado atacadista, especialmente nas regiões do Sul e Sudeste do país, a expertise da equipe e carteira de clientes.								
C&M Desenvolvimento e Licenciamento de Programas Ltda.	23.921.643/0001-73	-	Controlada	Brasil	ES	Vitória	Desenvolvimento e licenciamento de programas de computador.	99,990000
<b>30/06/2020</b>	-25,000000	0,000000		<b>Valor mercado</b>				
<b>31/12/2019</b>	0,000000	0,000000		<b>Valor contábil</b>	30/06/2020	6.362,25		
<b>31/12/2018</b>	-98,140000	0,000000						
<b>31/12/2017</b>	-2,940000	0,000000						
<b>Razões para aquisição e manutenção de tal participação</b>								

A aquisição da empresa C&amp;M teve por objetivo o foco no desenvolvimento de softwares relacionados ao negócio.

## **9.2 - Outras Informações Relevantes**

### **9.2 - Outras informações relevantes**

Não existem outras informações relevantes em relação aos ativos não-circulantes que não tenham sido apresentados neste formulário.

## 10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

### 10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

As informações contábeis contidas e analisadas nos itens 10.1 a 10.9 a seguir são derivadas de nossas informações contábeis intermediárias consolidadas referentes às demonstrações financeiras consolidadas relativas aos três últimos exercícios sociais, bem como para os períodos de seis meses findos em 30 de junho de 2020 e 2019, além das nossas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017, as quais foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as disposições da legislação societária, previstas na Lei no 6.404/76 e as normas IFRS, emitidas pelo IASB.

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas previstas na legislação societária brasileira e nos pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") e aprovados pela CVM.

A análise dos Diretores esclarecendo os resultados realizados e as razões para as mudanças nos valores das contas patrimoniais da Companhia constituem uma opinião sobre os impactos ou efeitos dos dados apresentados nas demonstrações financeiras sobre a situação financeira da Companhia. A Administração da Companhia não pode garantir que a situação financeira e os resultados obtidos no passado venham a se reproduzir no futuro.

As informações a seguir apresentadas foram avaliadas e comentadas pelos nossos Diretores. Dessa forma, as avaliações, opiniões e comentários dos nossos Diretores, ora apresentadas, traduzem a visão e percepção de nossos Diretores sobre nossas atividades, negócios e desempenho, bem como visam fornecer aos investidores informações que os ajudarão a comparar nossas demonstrações financeiras para: (i) os exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017 e informações financeiras trimestrais para os períodos findos em 30 de junho de 2020 e 2019; (ii) as mudanças nas linhas principais dessas demonstrações financeiras e informações financeiras trimestrais de período para período; e (iii) os principais fatores que explicam tais alterações.

Os termos "AH" e "AV" constantes das colunas de determinadas tabelas abaixo significam "Análise Horizontal" e "Análise Vertical", respectivamente. A Análise Horizontal compara índices ou itens de linha em nossas demonstrações financeiras ao longo de um período de tempo. A Análise Vertical representa o percentual ou item de uma linha em relação às receitas líquidas para os períodos aplicáveis para os resultados das nossas operações, ou em relação ao ativo total nas datas aplicáveis para a demonstração do nosso balanço patrimonial.

Na avaliação dos Diretores, a pandemia do COVID-19 não afetou de forma negativa as condições financeiras, resultado das operações e o fluxo de caixa da Companhia. Algumas questões operacionais tiveram que ser adaptadas, como trabalho remoto, transporte de funcionários dos centros de distribuição com uso de veículos privados, dentre outros, como descrito no item 10.9 deste Formulário de Referência, mas sem gerar interrupção dos negócios da Companhia.

Portanto, até a data deste Formulário de Referência, esses eventos adversos não geraram prejuízos à Companhia que merecessem destaques nas nossas demonstrações financeiras relativas ao período de seis meses findos em 30 de junho de 2020. Ressaltamos, no entanto, que não é possível assegurar se, futuramente, tal avaliação será prejudicada ou a extensão de tais impactos financeiros, tampouco é possível assegurar que não haverá incertezas materiais na capacidade de a Companhia continuar operando nossos negócios.

Temos tomado medidas preventivas, incluindo, mas não se limitando, a reduzir despesas, buscar

## 10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

novas linhas de crédito para reforçar nosso capital de giro e negociar o alongamento de prazo de pagamento junto a fornecedores (vide item 10.9 deste Formulário de Referência). Acreditamos que essas medidas e nossa posição financeira atual são adequadas para garantir o cumprimento de nossas obrigações de longo e curto prazos e, embora não tenhamos no momento motivos para acreditar que não seremos capazes de continuar operando nossos negócios, a administração entende que a pandemia do COVID-19 poderá trazer efeitos adversos relevantes no curto prazo e efeitos que não conseguimos prever no médio e longo prazos

Temos tomado medidas preventivas, incluindo, mas não se limitando, a reduzir despesas, buscar novas linhas de crédito para reforçar nosso capital de giro e alongamento de prazo com fornecedores.

### **(a) comentários dos Diretores sobre as condições financeiras e patrimoniais gerais**

Os diretores da Companhia entendem que as condições financeiras e patrimoniais da Wine são suficientes para implementar o seu plano de negócios e cumprir com suas obrigações de curto e médio prazo. Acreditamos que a capacidade de geração de caixa da Companhia, juntamente com as linhas de crédito disponíveis no mercado, é suficiente para atender o financiamento de nossas atividades e cobrir a necessidade de recursos para execução do plano de negócios.

Contudo, os diretores da Companhia não têm como garantir que tal situação permanecerá inalterada, mas caso entendam necessário contrair empréstimos para financiar suas obrigações de curto e médio prazo, acreditam que a Companhia terá capacidade para contratá-los.

Em 30 de junho de 2020, a Companhia manteve 1,3x de índice de liquidez corrente atingido em 31 de dezembro de 2019, considerando o Ativo Circulante de R\$ 175,6 milhões (ante R\$ 145,0 milhões em 31 de dezembro de 2019) em comparação ao Passivo Circulante de R\$ 136,2 milhões (ante R\$ 110,0 milhões em 31 de dezembro de 2019), em virtude, principalmente, do acréscimo de caixa e equivalentes de caixa, e contas a receber de clientes, gerados nas atividades operacionais

O EBITDA Ajustado relativo ao exercício dos seis meses findos em 30 de junho de 2020 é de R\$ 12,4 milhões. O EBITDA Ajustado relativo ao exercício dos seis meses findos em 30 de junho de 2019 é de R\$ 5,2 milhões negativos. A melhora desse resultado de EBITDA Ajustado se deve principalmente (i) ao crescimento da receita líquida em todos os segmentos em que a Wine opera, sobretudo no E-commerce que apresentou uma expansão da receita líquida de 42,7% no período de seis meses findo em 30 de junho de 2020 comparado ao mesmo período de 2019, e (ii) a melhor racionalização das despesas com vendas que no período de seis meses findo em 30 junho de 2019 representavam 32,1% da receita líquida e no mesmo período de 2020 reduziu para 23,3% da receita líquida da Companhia.

O endividamento líquido ao final do exercício de 30 de junho de 2020 era de R\$ 9,8 milhões. Em relação ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019, a dívida líquida apresentou uma redução de quase R\$ 5,2 milhões devido à maior disponibilidade de caixas e equivalentes de caixa, proveniente principalmente da melhor performance operacional de todos os segmentos de atuação no primeiro semestre de 2020, e um novo empréstimo tomado pela Companhia em março de 2020 com o objetivo de nos resguardar em relação a possíveis impactos que o negócio poderia sofrer devido a pandemia do COVID-19.

Em julho de 2019, o investidor Península Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia – Investimento no Exterior realizou a conversão das debêntures que detinha da Companhia. Com a conversão realizada, a dívida líquida da Companhia reduziu em 34,55% comparando a posição de

## 10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

endividamento de 30 de junho de 2020 com a mesma data de 2019, e foram emitidos R\$ 60,0 milhões em novas ações da Companhia que passaram a ser de titularidade do Península Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia – Investimento no Exterior. Os juros e atualizações financeiras referentes às debêntures foram revertidos para o resultado financeiro.

Segue abaixo tabela com endividamento líquido da Companhia, onde apresentamos a Margem EBITDA Ajustado e o Índice de liquidez corrente do período relativo aos três últimos exercícios sociais, bem como para o período de seis meses findos em 30 de junho de 2020.

### Informações Financeiras e Operacionais Selecionadas

(em milhares de R\$, exceto os índices)	Em 30 de junho de		Em 31 de dezembro de		
	2020	2019	2019	2018	2017
Receita Líquida	146.335	115.769	252.752	274.419	262.826
Lucro Bruto	70.041	54.726	120.911	132.905	143.344
EBITDA	11.208	(4.905)	8.666	(13.392)	2.957
Margem EBITDA	7,66%	(4,24%)	3,43%	(4,88%)	1,13%
EBITDA Ajustado	12.368	(5.215)	(13.272)	(7.089)	9.887
Margem EBITDA Ajustado	8,45%	(4,50%)	(5,25%)	(2,58%)	3,76%

(em milhares de R\$, exceto os índices)	Em 30 de junho de 2020	Em 31 de dezembro de		
		2019	2018	2017
Dívida Bruta (A)	31.970	21.684	74.313	66.034
Caixa e equivalentes de caixa	22.200	6.757	5.882	36.231
Dívida Líquida (B)	9.770	14.927	68.431	29.803
Ativo Circulante (D)	175.622	145.005	130.444	147.119
Passivo Circulante (E)	136.240	110.005	94.929	76.114
Índice de liquidez corrente (D) / (E)	1,3x	1,3x	1,4x	1,9x

#### (b) comentários dos Diretores sobre a estrutura de capital

A nossa estrutura de capital, medida pela relação entre os passivos circulantes e não circulantes e o patrimônio líquido, é condizente com as atividades da Companhia e em 30 de junho de 2020 eram 66,1% proveniente de capital de terceiros e 33,9% de capital próprio.

As alterações significativas registradas entre 31 de dezembro de 2017 à 30 de junho de 2020 serão descritas nos parágrafos a seguir, mas devem-se principalmente a (i) variação no prejuízo acumulado ao longo dos anos e (ii) conversão de debêntures da Wine, em titularidade do Península Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia – Investimento no Exterior, em ações.

A Companhia encerrou o exercício de 2017 com capital total de R\$ 171,7 milhões, composto 81,8% (ou R\$ 140,5 milhões) por capital de terceiros e 18,2% (ou R\$ 31,2 milhões por capital próprio).

## 10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

Durante o exercício de 2018, apesar da receita líquida ter crescido 4,4% em comparação com o exercício do ano anterior, o custo das vendas aumentou de forma desproporcional, passando de R\$ 119,5 milhões no exercício de 2017 para R\$ 141,5 milhões no exercício de 2018. Além disso, ainda no exercício de 2018, houve um aumento das despesas operacionais líquidas de aproximadamente R\$ 6,1 milhões. Esses efeitos combinados geraram um prejuízo no exercício de 2018 de R\$ 21,9 milhões impactando diretamente a linha de capital próprio, que apresentou uma queda de R\$ 31,2 milhões em 2017 para R\$ 9,8 milhões em 2018.

Houve também um aumento do capital de terceiros concentrado em (i) passivos relacionados a contratos com clientes (aumento de R\$ 23,5 milhões entre 2017 e 2018), referente a vendas dos clubes de assinatura na modalidade anual que são pré-pagos no momento da adesão e entregues ao cliente ao longo de 12 meses; (ii) aumento de R\$ 6,6 milhões na conta de outros passivos, com destaque para a aquisição da operação da Bodegas de Los Andes em abril de 2018, empresa importadora especializada em vendas de B2B (*business-to-business*); (iii) aumento de R\$ 6,5 milhões em empréstimos e financiamentos devido a novas linhas de crédito tomadas com bancos parceiros ao longo de 2018; e (iv) aumento de R\$ 1,8 milhões no valor das debêntures da Wine em titularidade do Península Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia – Investimento no Exterior devido a atualização financeira apurada com base no IPCA.

Ao longo do exercício de 2019, alguns eventos contribuíram para mudanças significativas nas contas de capital de terceiros e capital próprio. Em julho de 2019, o Península Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia – Investimento no Exterior converteu em ações as debêntures que detinha da Wine, reduzindo o passivo não circulante em R\$ 60 milhões, que passaram a compor o capital social da Companhia. Também no segundo semestre de 2019, foram contabilizados R\$ 37,2 milhões em créditos tributários referente a ação com trânsito julgado sobre o do ICMS na base de PIS e COFINS.

Além desses, destacam-se como eventos relevantes a contratação adicional de R\$ 9,9 milhões em empréstimos em março de 2020 visando proteger o Caixa da Companhia para eventuais impactos que pudessem surgir em virtude da pandemia do COVID-19, e o aumento da conta de fornecedores no Passivo Circulante, da ordem de R\$ 14,5 milhões adicionais em 30 de junho de 2020 quando comparado ao encerramento do exercício social de 2019. Esse aumento da conta de fornecedores se deve ao aumento de compras para reposição de estoque em virtude do crescimento das vendas e também negociações para extensão de prazos de pagamento.

(em milhares de R\$, exceto percentuais)	Em 30 de junho de 2020	Em 31 de dezembro de		
		2019	2018	2017
Capital de terceiros (passivo circulante + passivo não circulante)	153.676	129.800	168.211	140.490
Capital próprio (patrimônio líquido)	78.935	76.242	9.828	31.232
<b>Capital total (terceiros + próprio)</b>	<b>232.611</b>	<b>206.042</b>	<b>178.039</b>	<b>171.722</b>
Parcela de capital de terceiros	66,1%	63,0%	94,5%	81,8%
Parcela de capital próprio	33,9%	37,0%	5,5%	18,2%

### (c) comentários dos Diretores em relação à capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

Tendo em vista o seu nível de geração de caixa operacional e a capacidade da Companhia de acessar no mercado recursos provenientes de empréstimos e financiamentos, a Administração acredita ter

## 10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

plenas condições de honrar os compromissos financeiros assumidos até a data deste Formulário de Referência. Em 30 de junho de 2020 e em 31 de dezembro de 2019, a Dívida Bruta da Companhia foi de R\$ 31,9 milhões e de R\$ 21,7 milhões, respectivamente, ambos saldos de curto prazo. Muito embora o saldo de empréstimos de curto prazo seja superior ao montante disponível em caixa e equivalentes de caixa, as captações são realizadas com cessão fiduciária de recebíveis, possibilitando facilmente com seus bancos a renovação dos valores contratados e menores taxas por tratarmos no curto prazo. Embora a Companhia não possa garantir que tal situação permanecerá inalterada, especialmente considerando a incerteza oriunda dos impactos da pandemia da COVID-19 na economia brasileira, suas operações e fluxos de caixa futuros. Caso a Companhia entenda necessário contrair empréstimos adicionais para financiar suas atividades e investimentos, acredita ter capacidade para contratá-los. Essa conclusão baseia-se nas informações descritas na tabela abaixo.

Entre 31 de dezembro de 2018 e 31 de dezembro de 2017, a Companhia apresentou um crescimento significativo da dívida líquida, passando de R\$ 29,8 milhões ao fim do exercício social de 2017 para R\$ 68,4 milhões na mesma data de 2018, resultado de uma menor geração caixa operacional devido à queda do EBITDA Ajustado que no exercício de 2017 foi de R\$ 9,9 milhões e passou a um resultado negativo de R\$ 7,1 milhões em 2018.

Ao longo do ano de 2019, o Península Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia – Investimento no Exterior realizou a conversão das debêntures que detinha da Wine em ações, o que contribui para a redução da dívida líquida apesar do EBITDA Ajustado continuar em tendência de queda, registrando resultado negativo R\$ 13,3 milhões ao término do exercício social de 2019.

Porém, o que se enxerga no período de seis meses findos em 30 de junho de 2020, é uma reversão do resultado operacional da Companhia, com realizado de EBITDA Ajustado de R\$ 12,4 milhões, promovendo geração de caixa operacional nesse período e, conseqüentemente, uma queda da dívida líquida quando comparado ao exercício social de 2019, com variação na conta de empréstimos de R\$ 10,3 milhões, com destaque para o novo empréstimo de R\$ 9,9 milhões tomado com bancos parceiros em março de 2020 para nos resguardar de possíveis impactos negativos em decorrência da COVID-19. Essa tendência positiva de resultados de 2020 retorna um endividamento líquido inferior ao EBITDA acumulado no período de seis meses findos em 30 de junho de 2020, demonstrando a capacidade da Companhia de honrar com seus compromissos financeiros.

(em milhares de R\$, exceto os índices)	Em 30 de junho de 2020	Em 31 de dezembro de		
		2019	2018	2017
Dívida Bruta (A)	31.970	21.684	74.313	66.034
Dívida Líquida (B)	9.770	14.927	68.431	29.803
Ativo Circulante (D)	175.622	145.005	130.444	147.119
Passivo Circulante (E)	136.240	110.005	94.929	76.114
Índice de liquidez corrente (D) / (E)	1,3x	1,3x	1,4x	1,9x

### (d) fontes de financiamento para capital de giro para investimentos em ativos não circulantes utilizadas

Nos três últimos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017 e no período de seis meses findo em 30 de junho de 2020, as principais fontes de financiamento da Companhia foram: (i) fluxo de caixa gerado por suas atividades operacionais; (ii) endividamento

## 10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

bancário de curto, médio prazo proveniente de linhas de crédito dos bancos parceiros; e (iii) emissão de debêntures para o fundo Península Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia – Investimento no Exterior que foram convertidos em ações da Companhia em julho de 2019. Esses financiamentos são utilizados pela Companhia principalmente para cobrir custos, despesas e investimentos relacionados a: (i) operações referentes às suas atividades e negócios e (ii) exigências de pagamento de seu endividamento.

Acreditamos que as fontes de financiamento utilizadas pela Companhia são adequadas ao seu perfil de endividamento, atendendo às necessidades de capital de giro e investimentos, sempre preservando o perfil de vencimento da dívida financeira e, conseqüentemente, a capacidade de pagamento da Companhia.

### (e) Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez.

Na data deste Formulário de Referência, não vislumbramos necessidades de recursos que não possam ser suportadas com os recursos atuais ou futuros dos quais a Companhia pode dispor.

Caso sejam necessários recursos adicionais para cobertura de deficiência de liquidez no curto prazo, a Companhia poderá realizar antecipação de recebíveis e/ou captar recursos junto ao mercado de capitais brasileiro e/ou instituições financeiras.

Adicionalmente, informamos que no item 10.1(f) deste Formulário de Referência estão descritas as principais linhas de financiamentos contraídas pela Companhia de acordo com as suas respectivas características.

### (f) Níveis de endividamento e características de tais dívidas

Conforme descrito no item 10.1 (c) acima, os diretores reiteram que a Companhia possui atualmente, baseado nos dados do período de seis meses findos em 30 de junho de 2020, saúde financeira para honrar com seus compromissos assumidos dado sua capacidade de geração de caixa operacional e o baixo índice de endividamento.

A Companhia em 30 de junho de 2020 possuía contratos financeiros relevantes celebrados com o Banco Itaú Unibanco S.A., Banco ABC Brasil S.A., Bannisul S.A. e Banco Rodobens S.A. O saldo devedor total em aberto de empréstimos e financiamentos consolidado em 30 de junho de 2020 era de R\$ 32,0 milhões.

Apresentamos abaixo tabela que resume as principais condições dos contratos de empréstimo e financiamentos celebrados pela Companhia.

Para o período de seis meses findo em 30 de junho de 2020 e o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019:

(Em milhares de R\$, exceto porcentagens) **Consolidado**

Modalidade	Taxa de Juros	Vencimento	30/06/2020	31/12/2019
SWAP	3,8% a.a. + CDI	set/20	4.840	4.668
SWAP	3,8% a.a. + CDI	set/20	5.516	5.320
SWAP	3% a.a. + CDI	fev/21	8.167	-
SWAP	5,07% a.a. + CDI	mar/21	3.245	-

**10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais**

Modalidade	Taxa de Juros	Vencimento	30/06/2020	31/12/2019
SWAP	6,00% a.a. + CDI	jan/21	10.088	-
CCB GIRO	9,38% a.a.	fev/20	-	707
4131	3,2625% a.a.	mar/20	-	2.664
4131	3,2625% a.a.	fev/20	-	8.072
FINAME	1,65% a.a.	nov/20	106	231
CCB	4,82% a.a.	set/20	4	11
CCB	4,82% a.a.	set/20	4	11

Para os exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017:

(Em milhares de R\$, exceto porcentagens)

Modalidade	Taxa de Juros	Vencimento	Consolidado		
			31/12/2019	31/12/2018	31/12/2017
FINAME	1,65% a.a.	nov/20	231	469	691
CCB	4,82% a.a.	set/20	11	25	39
CCB	4,82% a.a.	set/20	11	25	40
CCB GIRO	9,38% a.a.	fev/20	707	-	-
4131	3,2625% a.a.	mar/20	2.664	-	-
4131	3,2625% a.a.	fev/20	8.072	-	-
SWAP	3,8% a.a. +CDI	set/20	4.668	-	-
SWAP	3,8% a.a. +CDI	set/20	5.320	-	-
CCB	1,61% a.a.	abr/19	-	15	60
Cartão BNDES	1,22% a.a.	fev/19	-	5	40
FINIMP	5,35% a.a.	set/19	-	4.884	-
FINIMP	2,70% a.a.	set/19	-	4.450	-
Debênture 1	IPCA	jul/20	-	15.219	13.498
Debênture 2	IPCA	jan/20	-	5.397	4.786
Debênture 3	IPCA	jul/20	-	4.979	4.416
Debênture 4	IPCA	jan/20	-	3.898	3.457
Debênture 5	IPCA	jul/20	-	2.575	2.283
Debênture 6	IPCA	jul/20	-	12.971	11.504
Debênture 7	IPCA	jul/20	-	7.925	7.028
Debênture 8	IPCA	jul/20	-	18.295	16.225
Debênture 9	IPCA	jan/20	-	6.000	5.322
CCB	0,43% a.a. + CDI	jan/18	-	-	613
CCB	0,38% a.a. + CDI	abr/18	-	-	1.774
FINAME	3,51% a.a.	jul/18	-	-	17
Financiamento	2,07% a.a.	dez/18	-	-	105

**(i) Contratos de empréstimo de financiamento relevantes**

Detalhamos abaixo cada um dos contratos de empréstimo de financiamento que tinham posição em aberto, em 30 de junho de 2020:

- Contrato de SWAP de Fluxo de Caixa (Banco ABC Brasil S.A.) emitida em 12 de setembro de 2019 no valor de R\$ 4,5 milhões e com vencimento em 09 de setembro de 2020 com cessão fiduciária de recebíveis. A remuneração é de 100% do CDI, acrescido de 3,8% a.a. Em 30

## 10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

de junho de 2020, o saldo devedor (saldo principal acrescido de juros e reduzido de despesas antecipadas) em aberto desta cédula era de R\$ 4,8 milhões.

- Contrato de SWAP de Fluxo de Caixa (Banco ABC Brasil S.A.) emitida em 12 de setembro de 2019 no valor de R\$ 5,1 milhões e com vencimento em 09 de setembro de 2020 com cessão fiduciária de recebíveis. A remuneração é de 100% do CDI, acrescido de 3,8% a.a. Em 30 de junho de 2020, o saldo devedor (saldo principal acrescido de juros e reduzido de despesas antecipadas) em aberto desta cédula era de R\$ 5,5 milhões.
- Contrato de SWAP de Fluxo de Caixa (Banco ABC Brasil S.A.) emitida em 28 de fevereiro de 2020 no valor de R\$ 8,0 milhões e com vencimento em 24 de fevereiro de 2021 com cessão fiduciária de recebíveis. A remuneração é de 100% do CDI, acrescido de 3,0% a.a. Em 30 de junho de 2020, o saldo devedor (saldo principal acrescido de juros e reduzido de despesas antecipadas) em aberto desta cédula era de R\$ 8,2 milhões.
- Contrato de SWAP de Fluxo de Caixa (Banco Itaú Unibanco S.A.) emitida em 20 de março de 2020 no valor de R\$ 3,2 milhões e com vencimento em 22 de março de 2021 com garantia do tipo cessão fiduciária de recebíveis é de 100% do CDI, acrescido de 5,07% a.a. Em 30 de junho de 2020, o saldo devedor (saldo principal acrescido de juros e reduzido de despesas antecipadas) em aberto desta cédula era de R\$ 3,2 milhões.
- Contrato de SWAP de Fluxo de Caixa (Banco ABC Brasil S.A.) emitida em 03 de abril de 2020 no valor de R\$ 9,9 milhões e com vencimento em 28 de janeiro de 2021 com cessão fiduciária de recebíveis. A remuneração é de 100% do CDI, acrescido de 4,31% a.a. Em 30 de junho de 2020, o saldo devedor (saldo principal acrescido de juros e reduzido de despesas antecipadas) em aberto desta cédula era de R\$ 10,0 milhões.
- FINAME (BANRISUL S.A.) emitida em 15 de fevereiro de 2017 no valor de R\$ 0,8 milhões e com vencimento em 16 de novembro de 2020 com alienação fiduciária do próprio bem financiado como garantia. A remuneração é de 1,65% a.a. Em 30 de junho de 2020, o saldo devedor (saldo principal acrescido de juros e reduzido de despesas antecipadas) em aberto desta cédula era de R\$ 0,1 milhões.
- Cédula de Crédito Bancário (Banco Rodobens S.A.) emitida em 23 de setembro de 2015 no valor de R\$ 0,1 milhões e com vencimento em 23 de setembro de 2020 com alienação fiduciária do próprio bem financiado como garantia (Mercedes Sprinter). A remuneração é de 4,82% a.a. Em 30 de junho de 2020, o saldo devedor (saldo principal acrescido de juros e reduzido de despesas antecipadas) em aberto desta cédula era de R\$ 0,1 milhões.
- Cédula de Crédito Bancário (Banco Rodobens S.A.) emitida em 23 de setembro de 2015 no valor de R\$ 110.469,00 e com vencimento em 23 de setembro de 2020 com alienação fiduciária do próprio bem financiado como garantia (Mercedes Sprinter). A remuneração é de 4,82% a.a. Em 30 de junho de 2020, o saldo devedor (saldo principal acrescido de juros e reduzido de despesas antecipadas) em aberto desta cédula era de R\$ 3.633,02.

### (ii) Outras relações de longo prazo mantidas com instituições financeiras

A Companhia mantém relações com as outras instituições financeiras do mercado brasileiro e não têm outras transações relevantes de longo prazo com instituições financeiras acima citadas.

Os Diretores da Companhia esclarecem ainda que as atuais relações de longo prazo com instituições financeiras estabelecidas pela Companhia têm suprido adequadamente as necessidades de financiamento na expansão do negócio da Companhia. Para o futuro, possíveis relações com estas

## 10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

e outras instituições financeiras poderão ser desenvolvidas em linha com as estratégias da Companhia.

### (iii) Grau de subordinação entre as dívidas da Companhia

Os financiamentos contratados pela Companhia e de suas controladas, em vigor em 30 de junho de 2020, não são contratualmente ou legalmente subordinados, de forma que não há relação de preferência entre as mesmas. Assim, o grau de subordinação entre as dívidas financeiras da Companhia e de suas controladas segue o quanto determinado na legislação em vigor e nas garantias constituídas. Para mais informações, veja também o item 3.8 deste Formulário de Referência.

### (iv) Restrições impostas à Companhia, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário, bem como se o emissor vem cumprindo essas restrições.

Todos os contratos financeiros vigentes da Companhia com o Banco ABC Brasil S.A. e com o Banco Itaú Unibanco S.A. possuem cláusulas de vencimento antecipado em caso de alteração de controle societário e acionário. A Companhia já obteve, junto aos referidos credores, os *waivers* para a realização da oferta pública inicial de ações da Companhia, inclusive considerando eventual alteração de controle decorrente deste evento.

A Companhia acompanha o atendimento das cláusulas estabelecidas e entende que atendeu todas as cláusulas restritivas mencionadas acima e existentes na época, para os exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017 e no período de seis meses findo em 30 de junho de 2020.

### (g) Limites de utilização dos financiamentos contratados e percentuais já utilizados

Em 30 de junho de 2020, a Companhia não possuía limites disponíveis nos financiamentos contratados.

### (h) Alterações significativas em cada item das demonstrações contábeis

Para fins de apresentação desta seção todos os números apresentados refletem as demonstrações consolidadas da Companhia, ou seja, todos os ativos, passivos, patrimônio líquido, receitas, despesas, e fluxos de caixa da controladora e de suas controladas são apresentadas como se fossem uma única entidade econômica.

## BALANÇO PATRIMONIAL

Em 30 de junho de 2020 em comparação com 31 de dezembro de 2019:

(em milhares de R\$, exceto percentuais)	Em 30 de junho de 2020	AV	Em 31 de dezembro de 2019	AV	AH
<b>ATIVO</b>					
<b>Circulante</b>					
Caixa e equivalentes de caixa	22.200	9,5%	6.757	3,3%	228,5%
Instrumentos financeiros derivativos	4.009	1,7%	-	-	
Contas a receber de clientes	38.968	16,8%	30.409	14,8%	28,1%
Ativos relacionados a contratos com clientes	17.853	7,7%	8.584	4,2%	108,0%
Estoques	59.354	25,5%	59.646	28,9%	(0,5%)

**10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais**

Impostos a recuperar	26.582	11,4%	36.062	17,5%	(26,3%)
Outros Ativos	6.656	2,9%	3.547	1,7%	87,7%
<b>Total ativo circulante</b>	<b>175.622</b>	<b>75,5%</b>	<b>145.005</b>	<b>70,4%</b>	<b>21,1%</b>
<b>Não circulante</b>					
Tributos diferidos	41	0,0%	115	0,1%	(64,3%)
Outros ativos	3.043	1,3%	3.127	1,5%	(2,7%)
Direito de Uso	18.943	8,1%	22.345	10,8%	(15,2%)
Imobilizado	7.096	3,1%	7.625	3,7%	(6,9%)
Intangível	27.866	12,0%	27.825	13,5%	0,2%
<b>Total ativo não circulante</b>	<b>56.989</b>	<b>24,5%</b>	<b>61.037</b>	<b>29,6%</b>	<b>(6,6%)</b>
<b>Total do ativo</b>	<b>232.611</b>	<b>100,0%</b>	<b>206.042</b>	<b>100,0%</b>	<b>12,9%</b>
			-		

<b>PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>					
<b>Circulante</b>					
Fornecedores	61.892	26,6%	47.439	23,0%	30,5%
Fornecedores <i>Forfaiting</i>	2.212	1,0%	3.625	1,8%	(3,0%)
Empréstimos e financiamentos	31.970	13,7%	21.684	10,5%	47,4%
Passivos de arrendamento	3.684	1,6%	5.250	2,5%	(29,8%)
Instrumentos financeiros derivativos	-	-	455	0,2%	(100,0%)
Obrigações trabalhistas	6.829	2,9%	7.471	3,6%	(8,6%)
Obrigações tributárias	13.747	5,9%	9.028	4,4%	52,3%
Passivos relacionados a contratos com clientes	13.573	5,8%	11.311	5,5%	20,0%
Provisões para contingências	142	0,1%	97	0,0%	46,4%
Outros passivos	2.191	0,9%	3.645	1,8%	(39,9%)
<b>Total passivo circulante</b>	<b>136.240</b>	<b>58,6%</b>	<b>110.005</b>	<b>53,4%</b>	<b>23,8%</b>
<b>Não circulante</b>					
Passivos de arrendamento	12.057	5,2%	14.481	7,0%	(16,7%)
Tributos diferidos	3.141	1,4%	3.034	1,5%	3,5%
Outros Passivos	2.238	1,0%	2.280	1,1%	(1,8%)
<b>Total passivo não circulante</b>	<b>17.436</b>	<b>7,5%</b>	<b>19.795</b>	<b>9,6%</b>	<b>(11,9%)</b>
<b>Patrimônio líquido</b>					
Capital social	104.955	45,1%	104.955	50,9%	0,0%
Ajustes de avaliação patrimonial	2.659	1,1%	(376)	(0,2%)	(807,2%)
Prejuízos acumulados	(28.679)	(12,3%)	(28.337)	(13,8%)	1,2%

## 10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

<b>Total do patrimônio líquido</b>	<b>78.935</b>	<b>33,9%</b>	<b>76.242</b>	<b>37,0%</b>	<b>3,5%</b>
<b>Total passivo e patrimônio líquido</b>	<b>232.611</b>	<b>100,0%</b>	<b>206.042</b>	<b>100,0%</b>	<b>12,9%</b>

### Ativo Circulante

O grupo do Ativo Circulante da Companhia demonstrou um aumento significativo para o período comparativo, apresentando um crescimento de 21,1%, variando de um saldo de R\$ 145,0 milhões em 31 de dezembro de 2019 para um saldo de R\$ 175,6 milhões em 30 de junho de 2020. O saldo de Caixa e equivalentes de caixa com aumento de 228,5% no período, sendo os saldos de R\$ 6,8 milhões em 31 de dezembro de 2019 e R\$ 22,2 milhões em 30 de junho de 2020. O aumento nas vendas comparado ao mesmo período de 2019 foi de 26,4%, bem como captações via 4131 no montante de R\$ 21,2 milhões para amortização de dívidas e reforçar o caixa no momento de pandemia. Outras linhas de grandes impactos foram o contas a receber com aumento de 28,1%, seguido pelos ativos relacionados aos contratos com clientes com aumento de 108,0%. Reflexo de maior captação no clube e aumento no volume de faturamento. Impostos a recuperar possui o saldo de PIS e COFINS a recuperar objeto da ação de ICMS na base de PIS e COFINS no montante total de R\$ 37,2 milhões.

### Ativo Não Circulante

O grupo do Ativo Circulante da Companhia demonstrou redução para o período comparativo de 6,6%, variando de um saldo de R\$ 61,0 milhões em 31 de dezembro de 2019 para um saldo de R\$ 57,0 milhões em 30 de junho de 2020. A conta de direito de uso dos arrendamentos apresentou redução de 15,2% em virtude da depreciação dos contratos vigentes. Na linha de intangível, foram baixados R\$ 3,5 milhões a título de ativos relacionados a plataforma de *e-commerce* e ERP, os quais não tiveram sua implementação concluída, não existindo expectativa de geração de benefícios econômicos futuros para a Companhia.

### Passivo Circulante

O grupo do Passivo Circulante da Companhia demonstrou um aumento para o período comparativo, apresentado um crescimento de 23,8%, variando de um saldo de R\$ 110,0 milhões em 31 de dezembro de 2019 para um saldo de R\$ 136,2 milhões em 30 de junho de 2020. Este aumento está relacionado às ações de postergação de vencimento dos fornecedores estrangeiros, captação de recurso para garantia de caixa frente ao momento de pandemia COVID-19 e postergação de pagamento de impostos federais em adoção as medidas publicadas pelo governo para o enfrentamento ao momento de pandemia.

### Passivo Não Circulante

O grupo do Passivo não Circulante da Companhia demonstrou uma redução para o período comparativo de 11,9% variando de um saldo de R\$ 19,8 milhões em 31 de dezembro de 2019 para um saldo de R\$ 17,4 milhões em 30 de junho de 2020. O efeito de maior relevância neste grupo refere-se à redução de 16,7% nos passivos de arrendamento, acompanhando o movimento da conta reflexa no ativo.

### Patrimônio Líquido

O grupo do Patrimônio Líquido Companhia demonstrou um relevante aumento para o período

## 10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

comparativo de 3,5% variando de um saldo de R\$ 76,2 milhões em 31 de dezembro de 2019 para um saldo de R\$ 78,9 milhões em 30 de junho de 2020. O aumento basicamente está relacionado ao resultado verificado no período de seis meses findo em 30 de junho de 2020.

### Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019 comparado ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018

(em milhares de R\$, exceto percentuais)	Em 31 de dezembro de 2019	AV	Em 31 de dezembro de 2018	AV	AH
<b>ATIVO</b>					
<b>Circulante</b>					
Caixa e equivalentes de caixa	6.757	3,3%	5.882	3,3%	14,9%
Instrumentos financeiros derivativos	-	-	833	0,5%	(100,0%)
Contas a receber de clientes	30.409	14,8%	45.676	25,7%	(33,4%)
Ativos relacionados a contratos com clientes	8.584	4,2%	14.832	8,3%	(42,1%)
Estoques	59.646	28,9%	55.956	31,4%	6,6%
Impostos a recuperar	36.062	17,5%	2.615	1,5%	1.279,1%
Outros Ativos	3.547	1,7%	4.650	2,6%	(23,7%)
<b>Total ativo circulante</b>	<b>145.005</b>	<b>70,4%</b>	<b>130.444</b>	<b>73,3%</b>	<b>11,2%</b>
<b>Não circulante</b>					
Tributos diferidos	115	0,1%	-	-	
Outros ativos	3.127	1,5%	5.458	3,1%	(42,7%)
Direito de Uso	22.345	10,8%	-	-	
Imobilizado	7.625	3,7%	7.905	4,4%	(3,5%)
Intangível	27.825	13,5%	34.232	19,2%	(18,7%)
<b>Total ativo não circulante</b>	<b>61.037</b>	<b>29,6%</b>	<b>47.595</b>	<b>26,7%</b>	<b>28,2%</b>
<b>Total do ativo</b>	<b>206.042</b>	<b>100,0%</b>	<b>178.039</b>	<b>100,0%</b>	<b>15,7%</b>
<b>PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>					
<b>Circulante</b>					
Fornecedores	47.439	23,0%	48.111	27,0%	(1,4%)
Fornecedores Forfaiting	3.625	1,8%	-	-	
Empréstimos e financiamentos	21.684	10,5%	9.636	5,4%	125,0%
Passivos de arrendamento	5.250	2,5%	-	-	
Instrumentos financeiros derivativos	455	0,2%	-	-	
Obrigações trabalhistas	7.471	3,6%	4.828	2,7%	54,7%
Obrigações tributárias	9.028	4,4%	4.949	2,8%	82,4%
Passivos relacionados a contratos com clientes	11.311	5,5%	23.537	13,2%	(51,9%)
Provisões para contingências	97	0,0%	56	0,0%	73,2%
Outros passivos	3.645	1,8%	3.812	2,1%	(4,4%)
<b>Total passivo circulante</b>	<b>110.005</b>	<b>53,4%</b>	<b>94.929</b>	<b>53,3%</b>	<b>15,9%</b>
<b>Não circulante</b>					
Empréstimos e financiamentos	-	-	237	0,1%	(100,0%)
Passivos de arrendamento	14.481	7,0%	-	-	
Debêntures	-	-	64.440	36,2%	(100,0%)
Tributos diferidos	3.034	1,5%	3.723	2,1%	(18,5%)
Outros Passivos	2.280	1,1%	4.882	2,7%	(53,3%)
<b>Total passivo não circulante</b>	<b>19.795</b>	<b>9,6%</b>	<b>73.282</b>	<b>41,2%</b>	<b>(73,0%)</b>
<b>Patrimônio líquido</b>					
Capital social	104.955	50,9%	44.955	25,3%	133,5%
Reserva de lucros a destinar	-	-	685	0,4%	(100,0%)
Ajustes de avaliação patrimonial	(376)	(0,2%)	759	0,4%	(149,5%)

## 10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

Prejuízos acumulados	(28.337)	(13,8%)	(36.571)	(20,5%)	(22,5%)
<b>Total do patrimônio líquido</b>	<b>76.242</b>	<b>37,0%</b>	<b>9.828</b>	<b>5,5%</b>	<b>675,8%</b>
<b>Total passivo e patrimônio líquido</b>	<b>206.042</b>	<b>100,0%</b>	<b>178.039</b>	<b>100,0%</b>	<b>15,7%</b>

### Ativo Circulante

Em 31 de dezembro de 2019, o ativo circulante era de R\$ 145,0 milhões, em comparação ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, que foi de R\$ 130,4 milhões. Este aumento de 11,2% é atribuído substancialmente ao aumento de R\$ 33,4 milhões na conta de impostos a receber em virtude do reconhecimento dos créditos de PIS e COFINS obtidos pela decisão judicial para exclusão do ICMS de suas bases de cálculo.

### Ativo Não Circulante

Em 31 de dezembro de 2019, o ativo não circulante era de R\$ 61,0 milhões, em comparação ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, que foi de R\$ 47,6 milhões. Este aumento de 28,2% é atribuído substancialmente ao reconhecimento inicial dos direitos de uso, de acordo com as normas IFRS 16 (CPC 06/R2), dos contratos de aluguel e outros tipos de arrendamentos, no montante de R\$ 22,3 milhões.

### Passivo Circulante

Em 31 de dezembro de 2019, o passivo circulante era de R\$ 110,0 milhões, em comparação ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, que foi de R\$ 94,9 milhões. Este aumento de 15,9% é atribuído substancialmente a dois fatores: (i) o reconhecimento inicial dos passivos decorrentes dos direitos de uso de contratos de arrendamento, conforme preceitua a IFRS 16 (CPC 06/R2), no valor de R\$ 5,3 milhões na conta de passivos de arrendamento; e (ii) aumento de R\$ 11,8 milhões na conta de empréstimos e financiamentos, com o intuito de fortalecer o capital de giro da Companhia em virtude da forte expansão prevista com a entrada de novos sócios nos clubes de recorrência e pré-pago.

### Passivo Não Circulante

Em 31 de dezembro de 2019, o passivo não circulante era de R\$ 19,8 milhões, em comparação ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, que foi de R\$ 73,3 milhões. Esta redução de 73,0% é atribuído substancialmente a conversão das debêntures, em ações incorporadas ao capital social, detidas pelo fundo Península Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia – Investimento no Exterior, no valor de R\$ 60,0 milhões, bem como a reversão dos encargos financeiros vinculados ao contrato de emissão destes títulos, no valor de R\$ 4,4 milhões. A redução foi suavizada pelo reconhecimento inicial dos passivos decorrentes dos direitos de uso de contratos de arrendamento, conforme preceitua a IFRS 16 (CPC 06), no valor de R\$ 14,5 milhões na conta de passivos de arrendamento.

### Patrimônio Líquido

Em 31 de dezembro de 2019, o patrimônio líquido era de R\$ 76,2 milhões, em comparação ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, que foi de R\$ 9,8 milhões. Este aumento de 675,8% é atribuído substancialmente a conversão das debêntures, em ações incorporadas ao capital social, detidas pelo fundo Península Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia – Investimento no Exterior, no valor de R\$ 60,0 milhões.

**10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais**

**Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018 comparado ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017**

(em milhares de R\$, exceto percentuais)	Em 31 de dezembro de 2018	AV	Em 31 de dezembro de 2017	AV	AH
<b>ATIVO</b>					
<b>Circulante</b>					
Caixa e equivalente de caixa	5.882	3,3%	36.231	21,1%	(83,8%)
Instrumentos financeiros derivativos	833	0,5%	233	0,1%	257,5%
Contas a receber de clientes	45.676	25,7%	58.296	33,9%	(21,6%)
Ativos relacionados a contratos com clientes	14.832	8,3%	-	-	100%
Estoques	55.956	31,4%	48.282	28,1%	15,9%
Impostos a recuperar	2.615	1,5%	1.819	1,1%	43,8%
Outros Ativos	4.650	2,6%	2.258	1,3%	105,9%
<b>Total ativo circulante</b>	<b>130.444</b>	<b>73,3%</b>	<b>147.119</b>	<b>85,7%</b>	<b>(11,3%)</b>
<b>Não circulante</b>					
Outros ativos	5.458	3,1%	3.749	2,2%	45,6%
Investimento	-	-	434	0,3%	(100,0%)
Imobilizado	7.905	4,4%	9.112	5,3%	(13,2%)
Intangível	34.232	19,2%	11.308	6,6%	202,7%
<b>Total ativo não circulante</b>	<b>47.595</b>	<b>26,7%</b>	<b>24.603</b>	<b>14,3%</b>	<b>93,5%</b>
<b>Total do ativo</b>	<b>178.039</b>	<b>100,0%</b>	<b>171.722</b>	<b>100,0%</b>	<b>3,7%</b>
<b>PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>					
<b>Circulante</b>					
Fornecedores	48.111	27,0%	49.026	28,5%	(1,9%)
Empréstimos e financiamentos	9.636	5,4%	2.876	1,7%	235,0%
Obrigações trabalhistas	4.828	2,7%	3.853	2,2%	25,3%
Obrigações tributárias	4.949	2,8%	5.094	3,0%	(2,8%)
Passivos relacionados a contratos com clientes	23.537	13,2%	-	-	100,0%
Provisões para contingências	56	0,0%	86	0,1%	(34,9%)
Outros passivos	3.812	2,1%	15.179	8,8%	(74,9%)
<b>Total passivo circulante</b>	<b>94.929</b>	<b>53,3%</b>	<b>76.114</b>	<b>44,3%</b>	<b>24,7%</b>
<b>Não circulante</b>					
Empréstimos e financiamentos	237	0,1%	503	0,3%	(52,9%)
Debêntures	64.440	36,2%	62.655	36,5%	2,8%
Tributos diferidos	3.723	2,1%	1.149	0,7%	224,0%
Outros Passivos	4.882	2,7%	69	0,0%	6.975,4%
<b>Total passivo não circulante</b>	<b>73.282</b>	<b>41,2%</b>	<b>64.376</b>	<b>37,5%</b>	<b>13,8%</b>
<b>Patrimônio líquido</b>					
Capital social	44.955	25,3%	44.955	26,2%	-
Reserva de lucros a destinar	685	0,4%	685	0,4%	-
Ajustes de avaliação patrimonial	759	0,4%	233	0,1%	225,8%
Prejuízos acumulados	(36.571)	(20,5%)	(14.641)	(8,5%)	149,8%
<b>Total do patrimônio líquido</b>	<b>9.828</b>	<b>5,5%</b>	<b>31.232</b>	<b>18,2%</b>	<b>(68,5%)</b>
<b>Total passivo e patrimônio líquido</b>	<b>178.039</b>	<b>100,0%</b>	<b>171.722</b>	<b>100,0%</b>	<b>3,7%</b>

**Ativo Circulante**

Em 31 de dezembro de 2018, o ativo circulante era de R\$ 130,4 milhões, em comparação ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017, que foi de R\$ 147,1 milhões. Esta redução

## 10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

de 11,3% é atribuída substancialmente a utilização de R\$ 8,5 milhões de caixa e equivalentes de caixa para aquisição, em 26 de abril de 2018, de 100% das quotas da Companhia Bodegas de Los Andes Comércio de Vinhos Ltda. ("Bodegas"). A Bodegas possui atividade preponderante de revenda de vinhos no mercado B2B além de contar com três lojas distribuídas nos estados do Rio Grande do Sul e Paraná. A aquisição da Bodegas está alinhada com a estratégia da administração da Companhia, a qual consiste na expansão do seu negócio e da rede de clientes. Ainda houve investimentos em plataformas e softwares de gestão, no valor de R\$ 9,9 milhões, e a aumento dos estoques, em R\$ 7,7 milhões.

### Ativo Não Circulante

Em 31 de dezembro de 2018, o ativo não circulante era de R\$ 47,6 milhões, em comparação ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017, que foi de R\$ 24,6 milhões. Este aumento de 93,5% é atribuído substancialmente ao reconhecimento da combinação de negócios, decorrente da aquisição de 100% das quotas da Bodegas, sendo registrado um aumento relacionado a carteira de clientes e ágio de R\$ 14,7 milhões, além do investimento em plataformas e softwares de gestão, no valor de R\$ 9,9 milhões.

### Passivo Circulante

Em 31 de dezembro de 2018, o passivo circulante era de R\$ 94,9 milhões, em comparação ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017, que foi de R\$ 76,1 milhões. Este aumento de 24,7% é atribuído substancialmente a dois fatores: (i) o reconhecimento inicial dos passivos relacionados aos contratos de novos sócios dos clubes de recorrência e pré-pagos, conforme preceitua a IFRS 15 (CPC 47), no valor de R\$ 23,5 milhões na conta de Passivos relacionados a contratos com clientes; e (ii) aumento de R\$ 6,5 milhões na conta de empréstimos e financiamentos, com o intuito de fortalecer o capital de giro da Companhia em virtude da forte expansão prevista com a entrada de novos sócios nos clubes de recorrência.

### Passivo Não Circulante

Em 31 de dezembro de 2018, o passivo não circulante era de R\$ 73,3 milhões, em comparação ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017, que foi de R\$ 64,4 milhões. O aumento de 13,8% é atribuído substancialmente ao reconhecimento dos encargos financeiros vinculados ao contrato de emissão de debêntures, no valor de R\$ 1,8 milhões, reconhecidos na conta de debêntures. Ainda, houve a alocação dos valores a serem pagos em virtude dos investimentos realizados na aquisição de 100% da participação societária da Bodegas e aumento em tributos diferidos.

### Patrimônio Líquido

Em 31 de dezembro de 2018, o patrimônio líquido era de R\$ 9,8 milhões, em comparação ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017, que foi de R\$ 31,2 milhões. Esta redução de 68,5% é atribuída substancialmente ao resultado do exercício, o qual sofreu impacto significativo na linha de custo das vendas em função da deterioração da taxa de câmbio no período.

---

**10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais****DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADO**

Período de seis meses findo em 30 de junho de 2020 comparado ao período de seis meses findo em 30 de junho de 2019

(em milhares de R\$, exceto percentuais)	Em 30 de junho de 2020	AV	Em 30 de junho de 2019	AV	AH
<b>Receita Líquida</b>	<b>146.335</b>	<b>100,0%</b>	<b>115.769</b>	<b>100,0%</b>	<b>26,4%</b>
<b>Custo das Vendas</b>	<b>(76.294)</b>	<b>(52,1%)</b>	<b>(61.043)</b>	<b>(52,7%)</b>	<b>25,0%</b>
<b>Lucro Bruto</b>	<b>70.041</b>	<b>47,9%</b>	<b>54.726</b>	<b>47,3%</b>	<b>28,0%</b>
<b>Receitas (despesas) operacionais líquidas</b>	<b>(64.856)</b>	<b>(44,3%)</b>	<b>(65.672)</b>	<b>(56,7%)</b>	<b>(1,2%)</b>
Com vendas	(34.148)	(23,3%)	(37.158)	(32,1%)	(8,1%)
Administrativas	(14.879)	(10,2%)	(17.742)	(15,3%)	(16,1%)
Despesas Gerais	(15.365)	(10,5%)	(14.365)	(12,4%)	7,0%
Outros resultados operacionais	(464)	(0,3%)	3.593	3,1%	(112,9%)
<b>Lucro (Prejuízo) operacional</b>	<b>5.185</b>	<b>3,5%</b>	<b>(10.946)</b>	<b>(9,5%)</b>	<b>(147,4%)</b>
<b>Resultado Financeiro Líquido</b>	<b>(5.346)</b>	<b>(3,7%)</b>	<b>(3.006)</b>	<b>(2,6%)</b>	<b>77,8%</b>
Receitas Financeiras	4.721	3,2%	3.323	2,9%	42,1%
Despesas Financeiras	(10.067)	(6,9%)	(6.329)	(5,5%)	59,1%
<b>Prejuízo antes da provisão para o imposto de renda e contribuição social</b>	<b>(161)</b>	<b>(0,1%)</b>	<b>(13.952)</b>	<b>(12,1%)</b>	<b>(98,8%)</b>
<b>Imposto de renda e contribuição social</b>	<b>(181)</b>	<b>(0,1%)</b>	<b>257</b>	<b>0,2%</b>	<b>(170,4%)</b>
<b>Prejuízo do período</b>	<b>(342)</b>	<b>(0,2%)</b>	<b>(13.695)</b>	<b>(11,8%)</b>	<b>(97,5%)</b>

**Receita Líquida**

A receita operacional líquida no período de seis meses findo em 30 de junho de 2020 foi de R\$ 146,3 milhões comparativamente a R\$ 115,8 milhões auferidas no período de seis meses findo em 30 de junho de 2019, um crescimento registrado no período de 26,3%. Esse resultado é atribuído a melhor performance comercial de todos os segmentos de atuação da Wine, com destaque principalmente para o E-commerce que apresentou crescimento de 42,7%, passando de R\$ 45,7 milhões nos seis primeiros meses de 2019 para R\$ 65,2 milhões no mesmo período de 2019.

Esse resultado do segmento de E-commerce está diretamente ligado ao sucesso da estratégia de direcionar os investimentos e o foco da Companhia para o crescimento do número de assinaturas nos Clubes, que passou de cerca de 124 mil em junho de 2019 para aproximadamente 178.679 em junho de 2020, e a partir de uma base maior de assinantes promover ações de incentivo para que esses sócios façam compras adicionais no E-commerce, principalmente após o lançamento do aplicativo da Wine em meados de 2019.

O segmento de Clubes de Assinaturas registrou receita líquida de R\$ 63,9 milhões no período de seis meses findos em 30 de junho de 2020 ante R\$ 55,0 milhões no mesmo período do ano anterior,

## 10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

registrando um crescimento de 16,1% devido à maior base de assinantes dos Clubes de Assinatura, resultado da mudança da estratégia da Companhia de direcionar os investimentos de marketing para atrair novos assinantes para o Clube em detrimento ao E-commerce tradicional, na venda de garrafas avulsas para o consumidor.

Por fim, o segmento de Negócios Offline cresceu 14,5% no comparativo do período de seis meses findos em 2020 contra o mesmo período de 2019, saindo de R\$ 15,1 milhões em 2019 para R\$ 17,3 milhões em 2020 devido principalmente a expansão da carteira de clientes de varejo tradicionais (supermercadistas) e a conquista de clientes estratégicos como o Sam's Club.

### Custos das Vendas

O custo das vendas, composto pelo custo das mercadorias vendidas e custo de embalagem dos produtos, no período de seis meses findo em 30 de junho de 2020 foi de R\$ 76,3 milhões comparativamente a R\$ 61,0 milhões auferidas no período de seis meses findo em 30 de junho de 2019, proporcionalmente em linha com o crescimento da receita líquida, apesar do aumento significativo da taxa de câmbio no mesmo período, que passou de R\$ 3,83 por US\$ 1,00 ao final de junho de 2019 para R\$ 5,47 por US\$ 1,00 ao final de junho de 2020.

Esse resultado, de expansão dos custos de vendas em proporção menor ao crescimento da receita líquida, foi possível devido à combinação de diversos fatores, dentre eles (i) a política bem sucedida da Companhia, protegendo principalmente o Clube de Assinatura das variações drásticas do câmbio, (ii) a capacidade de repassar ao consumidor o aumento do câmbio através de aumentos de preço (sobretudo no E-commerce), e (iii) às renegociações de preço realizada com fornecedores internacionais.

Avaliando por segmento operacional, vemos que os custos das vendas do E-commerce apresentaram crescimento de R\$ 10,4 milhões, ou 37,1% no período de seis meses findos em 2020 comparativamente ao mesmo período de 2019, de R\$ 28,1 milhões no período de seis meses encerrado em 30 de junho de 2019 a R\$ 38,5 milhões no período de seis meses encerrado em 30 de junho de 2020. O aumento dessa linha de custo se deve ao incremento de vendas verificado no período que foi de 42,7%, porém houve um ganho em margem já que o custo de vendas cresceu proporcionalmente menos do que a receita líquida, a despeito da variação cambial registrada. O principal motivo para esse ganho foi o ajuste na estratégia de precificação dos produtos vendidos no E-commerce para buscar margens maiores e condizentes com a necessidade da Companhia para tornar o *business* mais lucrativo. Essa mudança da estratégia de precificação ocorreu em momento oportuno e concomitante com a variação cambial, que de qualquer forma exigiria uma revisão geral dos preços praticados pela Companhia.

No segmento de Negócios Offline, que os custos de vendas cresceram 9,1% no período de seis meses findos em 30 de junho de 2020 comparativamente ao mesmo período de 2019, de R\$ 9,6 milhões no período de seis meses encerrado em 30 de junho de 2019 a R\$ 10,5 milhões no período de seis meses encerrado em 30 de junho de 2020. Neste segmento, o crescimento dos custos de vendas se deve ao incremento de receita registrado no período que foi de 14,5%, portanto houve novamente um ganho em margem já que o custo de vendas cresceu proporcionalmente menos do que a receita líquida, a despeito da variação cambial registrada. Esse ganho também foi reflexo da mudança da estratégia de precificação dos produtos da Companhia para o segmento de Negócios Offline, pelos mesmos motivos destacados no parágrafo anterior.

No segmento de Clubes de Assinatura, o crescimento dos custos de vendas no período foi de 17,0%,

## 10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

passando de R\$ 23,3 milhões nos seis primeiros meses de 2019 para R\$ 27,3 milhões no mesmo período de 2020. Esse aumento dos custos de vendas foi ligeiramente superior ao crescimento de receita registrado nesse período, de 16,1%, devido a característica dos produtos selecionados para os Clubes de Assinatura dos meses de janeiro a junho de 2020, com maior incidência de produtos provenientes da Europa.

### Lucro Bruto

O lucro bruto no período de seis meses findo em 30 de junho de 2020 foi de R\$ 70,0 milhões comparativamente a R\$ 54,7 milhões auferidas no período de seis meses findo em 30 de junho de 2019, um crescimento de 28,0% entre os dois períodos, refletindo em um aumento da margem de lucro bruto de 0,6 p.p. que passou de 47,3% no período de seis meses findo em 30 de junho de 2019 para 47,9% no período de seis meses findo em 30 de junho de 2020. Este aumento é atribuído aos fatores mencionados acima.

### Despesas com Vendas

As despesas com vendas apresentaram uma queda de 8,1% no período de seis meses findo em 30 de junho de 2020 comparativamente ao período de seis meses findo em 30 de junho de 2019, passando de R\$ 37,2 milhões realizados nos seis primeiros meses de 2019 para R\$ 34,1 milhões no mesmo período de 2020, principalmente devido a racionalização dos investimentos de marketing, seguindo a diretriz estratégica de focar no crescimento da base de sócios do clube de assinatura, resultando em uma redução de despesas de R\$ 3,0 milhões. Essa redução das despesas ocorreu devido a priorização dos investimentos de marketing em canais de mídia que sejam possíveis de mensurar o retorno direto dos investimentos, o que permitiu a Companhia visualizar com maior clareza que tipo de investimentos trazem retorno imediato e quais não, assim, excluindo as despesas que entendemos não possuir retorno imediato.

### Despesas Administrativas

As despesas administrativas no período de seis meses findo em 30 de junho de 2020 foi de R\$ 14,9 milhões comparativamente a R\$ 17,7 milhões auferidas no período de seis meses findo em 30 de junho de 2019, uma queda de 16,1% entre os dois períodos, resultado de uma redução no montante de R\$ 2,8 milhões em decorrência de uma reorganização administrativa implementada na Companhia, diminuindo os cargos de liderança sênior, que possuem salários maiores, visando criar uma organização menos burocrática, mais horizontal e eficiente tanto na comunicação quanto na implementação de ações, além de buscar redução de custos. Por estar concentrada em cargos de gestão e liderança sênior, que têm salários maiores do que a média dos demais colaboradores de Companhia, essa reestruturação administrativa significou uma redução nos salários médios pagos.

### Despesas Gerais

As despesas gerais apresentaram um crescimento de R\$ 1,0 milhão no período de seis meses findo em 30 de junho de 2020 comparativamente ao período de seis meses findo em 30 de junho de 2019, ou 7,0%, passando de R\$ 14,4 milhões de despesa realizada no primeiro semestre de 2019 para R\$ 15,4 milhões de despesa no mesmo período de 2020. Essa diferença é explicada principalmente pelas despesas relacionadas a contratação de mão-de-obra terceirizada para a montagem de pedidos no centro de distribuição, devido ao crescimento das vendas, e para a central de atendimento (SRW - serviço de relacionamento Wine) que sofreu um forte aumento do volume de contatos após o início da pandemia do COVID-19, visando garantir o nível de serviço tanto do centro de distribuição quanto do SRW.

## 10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

### Outros Resultados Operacionais

Os outros resultados operacionais registraram variação de R\$ 4,1 milhões de despesas no período de seis meses findo em 30 de junho de 2020 comparativamente ao período de seis meses findo em 30 de junho de 2019, ou redução de 112,9%, passando de uma receita de R\$ 3,6 milhões no primeiro semestre de 2019, para uma despesa de R\$ 0,5 milhão no mesmo período de 2020. Essa diferença é explicada principalmente pela contabilização de R\$ 3,6 milhões a título de créditos tributários realizados no primeiro semestre de 2019 referente a ação transitada em julgado sobre o ICMS na base do PIS e COFINS, o qual não teve um registro correspondente no primeiro semestre de 2020.

### Lucro (Prejuízo) operacional

Os efeitos combinados de melhores resultados de receita líquida, ligeira melhora da margem de lucro bruto, e manutenção do montante total de despesas operacionais (apesar do crédito tributário de 2019, mencionado acima) geraram uma melhora do lucro operacional antes do resultado financeiro líquido, que passou de um prejuízo de R\$ 10,9 milhões no período de seis meses findo em 30 de junho de 2019 para um ganho de R\$ 5,2 milhões no mesmo período em 2020, uma melhora de 147,4% no resultado de lucro operacional antes do resultado financeiro líquido.

### Resultado Financeiro Líquido

O resultado financeiro líquido no período de seis meses findo em 30 de junho de 2020 foi uma despesa de R\$ 5,3 milhões comparativamente a uma despesa de R\$ 3,0 milhões registrada no período de seis meses findo em 30 de junho de 2019, um aumento de despesas de 77,8%. Essa piora dos resultados se deve principalmente por conta de resultados de variação cambial sobre empréstimos em moedas estrangeiras no valor de R\$ 2,2 milhões.

### Prejuízo antes da Provisão para o Imposto de Renda e Contribuição Social

O prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social no período de seis meses findo em 30 de junho de 2020 foi de R\$ 0,2 milhões comparativamente a R\$ 14,0 milhões auferidas no período de seis meses findo em 30 de junho de 2019, uma melhora de 98,8%. Essa melhora do resultado de lucro antes do imposto de renda e da contribuição social é decorrente do crescimento de vendas no período de seis meses findos em 30 de junho de 2020, combinados com melhor lucro bruto e melhor resultado de despesas operacionais líquidas, apesar do efeito negativo das variações cambiais registrado nas despesas financeiras, quando comparado ao mesmo período do ano anterior.

### Imposto de Renda e Contribuição Social

A provisão para imposto sobre a renda e contribuição social está relacionada ao lucro tributável do período de apuração, sendo as alíquotas de 25% para IRPJ e 9% para CSLL. Para o período de seis meses findos em 30 de junho de 2020, a Companhia apurou prejuízo fiscal e base negativa de CSLL. A Companhia procedeu com a provisão no valor de uma despesa de R\$ 0,2 milhões em decorrência dos ajustes realizados na determinação do Lucro Real relativos, principalmente, às diferenças entre taxas de depreciação societária e fiscal de seu ativo imobilizado.

## 10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

### Prejuízo do Período

Devido a todos os fatores descritos acima, o prejuízo líquido da Companhia no exercício de seis meses findo de 30 de junho de 2020 foi de R\$ 0,3 milhão comparado a R\$ 13,7 milhões no período anterior, uma redução de 97,5% demonstrando a melhora do desempenho operacional e financeiro da Companhia no exercício de 2020.

### Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019 comparado ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018

(em milhares de R\$, exceto percentuais)	Em 31 de dezembro de 2019	AV	Em 31 de dezembro de 2018	AV	AH
<b>Receita Líquida</b>	<b>252.752</b>	<b>100,0%</b>	<b>274.419</b>	<b>100,0%</b>	<b>(7,9%)</b>
<b>Custo das Vendas</b>	<b>(131.841)</b>	<b>(52,2%)</b>	<b>(141.514)</b>	<b>(51,6%)</b>	<b>(6,8%)</b>
<b>Lucro Bruto</b>	<b>120.911</b>	<b>47,8%</b>	<b>132.905</b>	<b>48,4%</b>	<b>(9,0%)</b>
<b>Receitas (despesas) operacionais líquidas</b>	<b>(123.700)</b>	<b>(48,9%)</b>	<b>(151.781)</b>	<b>(55,3%)</b>	<b>(18,5%)</b>
Com vendas	(81.751)	(32,3%)	(81.089)	(29,5%)	0,8%
Administrativas	(35.015)	(13,9%)	(36.637)	(13,4%)	(4,4%)
Despesas gerais	(28.842)	(11,4%)	(33.621)	(12,3%)	(14,2%)
Outros resultados operacionais	21.908	8,7%	(434)	(0,2%)	(5.147,9%)
<b>Prejuízo Operacional</b>	<b>(2.789)</b>	<b>(1,1%)</b>	<b>(18.876)</b>	<b>(6,9%)</b>	<b>(85,2%)</b>
<b>Resultado Financeiro Líquido</b>	<b>9.841</b>	<b>3,9%</b>	<b>(2.372)</b>	<b>(0,9%)</b>	<b>(514,9%)</b>
Receitas Financeiras	6.791	2,7%	7.543	2,7%	(10,0%)
Despesas Financeiras	3.050	1,2%	(9.915)	(3,6%)	(130,8%)
<b>Lucro (Prejuízo) antes da provisão para o imposto de renda e da contribuição social</b>	<b>7.052</b>	<b>2,8%</b>	<b>(21.248)</b>	<b>(7,7%)</b>	<b>(133,2%)</b>
<b>Imposto de renda e contribuição social</b>	<b>497</b>	<b>0,2%</b>	<b>(682)</b>	<b>(0,2%)</b>	<b>(172,9%)</b>
<b>Lucro (prejuízo) do exercício</b>	<b>7.549</b>	<b>3,0%</b>	<b>(21.930)</b>	<b>(8,0%)</b>	<b>(134,4%)</b>

### Receita Líquida

A receita operacional líquida do exercício de 2019 foi R\$ 252,8 milhões, uma queda de 7,9% quando comparado ao exercício de 2018, quando foi registrada receita líquida de R\$ 274,4 milhões. Essa queda se deve principalmente a mudança da estratégia da Companhia para direcionar os esforços de crescimento para o Clube de Assinatura, reduzindo os investimentos de marketing no E-commerce em detrimento do Clube de Assinaturas. Com isso, o segmento de E-commerce apresentou queda de 22,4% na comparação do exercício de 2019 *versus* o exercício de 2018, saindo de R\$ 131,9 milhões em 2018 para R\$ 102,3 milhões em 2019 sendo responsável por grande parte da queda de receita líquida da Wine. Essa redução das vendas do E-commerce não foi concentrada em uma categoria específica de vinhos oferecidos no catálogo da Companhia, mas aconteceu

## 10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

independentemente da categoria e/ou país de origem.

Tal queda foi parcialmente compensada pelo resultado no segmento de Clube de Assinaturas que cresceu 7,8%, passando de R\$ 107,0 milhões no exercício 2018 para R\$ 115,3 milhões no ano seguinte, resultado da retomada do crescimento da base de assinantes de todas as modalidades dos Clubes de Assinatura (de aproximadamente 117 mil assinantes em 31 de dezembro de 2018 para aproximadamente 137 mil assinantes em 31 de dezembro de 2019).

O segmento de Negócios Offline apresentou resultado praticamente estável na comparação do exercício social de 2019 *versus* 2018, caindo a receita líquida em 1,3% passando de R\$ 35,6 milhões no exercício de 2018 para R\$ 35,1 milhões no mesmo período de 2019. Essa queda de receita no segmento de Negócios Offline é explicada em sua totalidade pela unidade de negócios de cerveja (Beer) que apresentou receita líquida de R\$ 11,4 milhões em 2019, uma queda de R\$ 7,2 milhões (ou 62,9%) em comparação ao exercício social de 2018 (a Beer foi vendida em 2019). O segmento de Negócios Offline eliminando o impacto dos negócios de Beer apresentaria um crescimento de receita de 27,6%, passando de R\$ 24,2 milhões no exercício de 2018 para R\$ 30,9 milhões em 2019.

### Custos das Vendas

O custo das vendas encerrou o exercício de 2019 em R\$ 131,8 milhões, representando 52,2% da receita operacional líquida do mesmo exercício. Comparativamente ao exercício de 2018, o custo das vendas registrou uma queda de 6,8%, porém em termos percentuais da receita líquida registrou um aumento 0,6 p.p. Esse crescimento se deve principalmente ao aumento da taxa de câmbio média de 2019 quando comparado a 2018, que não foi integralmente repassado em aumento de preços ao consumidor.

No segmento do E-commerce houve uma redução dos custos de vendas de 23,2% em 2019 comparativamente ao exercício social de 2018, de R\$ 81,0 milhões em 2018 para R\$ 62,2 milhões em 2019, ligeiramente superior à queda observada em receita líquida que foi de 22,4% nesse mesmo período, resultando num aumento de margem de lucro bruto de 0,6 p.p. Essa redução maior nos custos de venda se deve a ajustes na agressividade promocional das campanhas de marketing, reduzindo o nível de descontos para trazer mais margem para a Companhia, buscando compensar mesmo que parcialmente o efeito de redução a receita líquida.

Porém, tanto no segmento de Clubes de Assinatura quanto nos Negócios Offline houve aumento dos custos de vendas no exercício de 2019 comparado ao realizado de 2018, de 22,1% e 1,7% respectivamente.

No caso dos Clubes de Assinatura, que teve um crescimento do custo de vendas de R\$ 39,6 milhões em 2018 para R\$ 48,3 milhões em 2019, esse aumento ocorreu principalmente devido à variação cambial que não foi repassada integralmente ao consumidor. Essa decisão da Companhia de não repassar integralmente o aumento de custo ao consumidor se deve ao risco de aumento do índice de cancelamento (*churn*) do Clube de Assinatura, que na visão da Diretoria seria mais prejudicial à Companhia do que sofrer uma queda de margem.

No segmento de Negócios Offline, que passou de um custo de vendas de R\$ 21,0 milhões em 2018 para R\$ 21,3 milhões em 2019, esse o aumento dos custos de vendas também integralmente está associado à variação cambial e a decisão de não repassar integralmente esse aumento para os preços de forma imediata devido a importantes negociações que estavam em curso à época para buscar ampliação da carteira de clientes do B2B.

## 10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

### Lucro Bruto

O lucro bruto do exercício de 2019 apresentou uma queda de 9,0% comparativamente ao exercício de 2018, encerrando o período em R\$ 120,9 milhões ante R\$ 132,9 milhões no exercício anterior. Tal queda se deve à piora da performance de receita líquida, principalmente no segmento de E-commerce, conforme descrito nos parágrafos acima, e efeito do câmbio sem reflexo na estratégia de *markup* impactou negativamente o custo das vendas em 2019.

### Despesas com Vendas

A despesa com vendas do exercício de 2019 em R\$ 81,8 milhões, um ligeiro crescimento de 0,8% quando comparado ao exercício de 2018 quando o realizado foi de R\$ 81,1 milhões, apesar da queda na receita líquida. Em relação a receita líquida, as despesas com vendas representaram 32,3% da receita líquida em 2019 ante 29,5% da receita líquida do exercício de 2018, crescimento este justificado por maiores dispêndios em marketing com objetivo de aumentar a base de assinantes dos Clubes de Assinatura.

### Despesas Administrativas

As despesas administrativas do exercício de 2019 foram de R\$ 35,0 milhões, uma queda de 4,4% em comparação ao exercício de 2018, quando totalizou R\$ 36,6 milhões. Avaliando AV vemos que as despesas administrativas de 2019 representaram 13,9% da receita líquida, um pequeno crescimento em relação ao exercício de 2018 quando registrou 13,4% da receita líquida. Essa queda das despesas administrativas, em valores absolutos, se deve a não reposição de vagas em aberto no exercício de 2019. Conforme item 14.1 deste Formulário de Referência, o quadro de pessoal encerrou o exercício de 2019 com 375 funcionários enquanto em 31 de dezembro de 2018 o quadro era de 396 colaboradores, uma queda de 5,8%.

### Despesas Gerais

As despesas gerais encerraram o exercício de 2019 em R\$ 28,8 milhões, uma queda de R\$ 4,8 milhões, ou 14,2%, contra o realizado no exercício anterior que foi de R\$ 33,6 milhões. Essa variação é justificada por perdas realizadas no exercício de 2018, que totalizam R\$ 3,4 milhões, das quais destacamos: (i) os gastos de R\$ 2,0 milhões referente a reestruturação administrativa realizada em agosto de 2018 com o corte de diversas posições de liderança e operacionais; e (ii) gastos de R\$ 1,4 milhões com consultoria legais.

### Outros Resultados Operacionais

Os outros resultados operacionais encerraram o exercício de 2019 com receita de R\$ 21,9 milhões, um aumento de R\$ 22,3 milhões contra o realizado no exercício anterior que foi registrada uma receita de R\$ 0,4 milhão. Essa variação é justificada pela realização de ganhos no exercício de 2019, destacadamente o impacto positivo de R\$ 31,2 milhões em créditos tributários referentes ao trânsito em julgado da ação que discutia a inclusão do ICMS na base de cálculo de PIS e COFINS. Tal ganho foi parcialmente compensado com o reconhecimento de perdas, das quais ressaltamos a baixa do contas a receber previsto pela alienação das ações da Mocoffee no valor de R\$ 4,4 milhões relativo a ajuste no preço de venda não ocorrido. Em 13 de julho de 2017, a Administração decidiu descontinuar sua participação no negócio de café. Nesta data, a Companhia realizou a venda de sua participação de 40% na Mocoffee B.V. pelo montante de R\$ 3,6 milhões. Outro valor que impactou

## 10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

negativamente o resultado neste período é a baixa do ativo intangível do contrato com a Oracle no valor de 3,5 milhões. Este contrato previa a substituição da plataforma de tecnologia e ERP da companhia e foi cancelado por decisão da Administração.

### Prejuízo Operacional

Apesar da queda na receita líquida, o prejuízo operacional do exercício de 2019 foi 85,2% melhor do que o do exercício 2018 devido aos ganhos em outros resultados operacionais descritos nos parágrafos acima. O resultado do exercício de 2019 foi um prejuízo de R\$ 2,8 milhões, uma melhora significativa ante os R\$ 18,9 milhões de prejuízo registrado no exercício de 2018, principalmente pelos itens listados acima.

### Resultado Financeiro Líquido

No exercício de 2019, o resultado financeiro líquido foi uma receita de R\$ 9,8 milhões enquanto no exercício anterior uma despesa financeira foi de R\$ 2,4 milhões (variação de R\$ 12,2 milhões no comparativo dos exercícios), resultado impactado positivamente devido a reversão das atualizações financeiras no valor de R\$ 15,6 milhões incidentes sobre as debêntures, do período de 2016 a 2019, emitidas em favor de Península Fundo de Investimento em Participações, tendo em vista que a escritura de debêntures assinada em 9 de agosto de 2016 estabelece que a opção pela conversão deveria ser realizada pelo valor nominal. O resultado também é impacto pelo saldo negativo de variação cambial ativa e passiva no valor de R\$ 2,0 milhões.

### Lucro (prejuízo) antes da Provisão para o Imposto de Renda e da Contribuição Social

O lucro antes do imposto de renda e da contribuição social do exercício de 2019, considerando o desempenho operacional da Companhia, e todos os lançamentos em despesas operacionais e receitas financeiras líquidas, foi de R\$ 7,1 milhões ante um prejuízo de R\$ 21,2 milhões no exercício de 2018, uma variação de 133,2% entre os dois períodos de comparação.

### Imposto de Renda e Contribuição Social

A provisão para imposto sobre a renda e contribuição social está relacionada ao lucro tributável do período de apuração, sendo as alíquotas de 25% para IRPJ e 9% para CSLL. Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019, a Companhia apesar de possuir lucro contábil, apurou prejuízo fiscal e base negativa de CSLL. A Companhia procedeu com a provisão líquida entre diferenças temporárias ativas e passivas no valor de uma despesa de R\$ 0,5 milhões em decorrência dos ajustes realizados na determinação do Lucro Real relativos, principalmente, às diferenças entre taxas de depreciação societária e fiscal de seu ativo imobilizado. Para 31 de dezembro de 2018, o montante da provisão líquida constituída foi de R\$ 0,7 milhões.

### Lucro (prejuízo) do Exercício

O lucro líquido da Companhia no exercício de 2019 foi de R\$ 7,5 milhão comparado a um prejuízo de R\$ 21,9 milhões no exercício de 2018, uma variação de 134,4% negativa, explicados pelos fatores destacados acima.

## 10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

**Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018 comparado ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017**

(em milhares de R\$, exceto percentuais)	Em 31 de dezembro de 2018	AV	Em 31 de dezembro de 2017	AV	AH
<b>Receita Líquida</b>	<b>274.419</b>	<b>100,0%</b>	<b>262.826</b>	<b>100,0%</b>	<b>4,4%</b>
<b>Custo das Vendas</b>	<b>(141.514)</b>	<b>(51,6%)</b>	<b>(119.482)</b>	<b>(45,5%)</b>	<b>18,4%</b>
<b>Lucro Bruto</b>	<b>132.905</b>	<b>48,4%</b>	<b>143.344</b>	<b>54,5%</b>	<b>(7,3%)</b>
<b>Receitas (despesas) operacionais líquidas</b>	<b>(151.781)</b>	<b>(55,3%)</b>	<b>(145.676)</b>	<b>(55,4%)</b>	<b>4,2%</b>
Com vendas	(81.089)	(29,5%)	(81.876)	(31,2%)	(1,0%)
Administrativas	(36.637)	(13,4%)	(32.746)	(12,5%)	11,9%
Despesas gerais	(33.621)	(12,3%)	(21.641)	(8,2%)	55,4%
Outros resultados operacionais	(434)	(0,2%)	(9.413)	(3,6%)	(95,4)%
<b>Prejuízo Operacional</b>	<b>(18.876)</b>	<b>(6,9%)</b>	<b>(2.332)</b>	<b>(0,9%)</b>	<b>709,4%</b>
<b>Resultado financeiro líquido</b>	<b>(2.372)</b>	<b>(0,9%)</b>	<b>(3.077)</b>	<b>(1,2%)</b>	<b>22,9%</b>
Receitas Financeiras	7.543	2,7%	5.511	2,1%	36,9%
Despesas Financeiras	(9.915)	(3,6%)	(8.588)	(3,3%)	15,5%
<b>Lucro (prejuízo) antes da provisão para o imposto de renda e da contribuição social</b>	<b>(21.248)</b>	<b>(7,7%)</b>	<b>(5.409)</b>	<b>(2,1%)</b>	<b>292,8%</b>
<b>Imposto de renda e contribuição social</b>	<b>(682)</b>	<b>(0,2%)</b>	<b>(416)</b>	<b>(0,2%)</b>	<b>63,9%</b>
<b>Prejuízo do exercício</b>	<b>(21.930)</b>	<b>(8,0%)</b>	<b>(5.825)</b>	<b>(2,2%)</b>	<b>276,5%</b>

### Receita Líquida

No exercício de 2018, a Companhia registrou receita líquida de R\$ 274,4 milhões, um crescimento de 4,4% em comparação com o fechamento do exercício de 2017. Esse crescimento se deve ao aumento de receita líquida do segmento de Clube de Assinaturas, que adicionou R\$ 4,4 milhões em receita líquida em 2018 contra o exercício de 2017, passando de R\$ 102,6 milhões em 2017 para R\$ 107,0 milhões em 2018 (crescimento de 4,3% no período). Esse crescimento de receita líquida se deve a aumentos de preços realizados no valor das assinaturas dos Clubes.

O segmento de Negócios Offline teve forte contribuição no crescimento da receita líquida de 2018, encerrando o exercício de 2018 com receita líquida de R\$ 35,6 milhões, um aumento de R\$ 12,1 milhões (ou 51,8%) quando comparado a 2017 quando registrou receita líquida de R\$ 23,4 milhões. Tal resultado do segmento de Negócios Offline se deve a aquisição da operação da Bodega de los Andes pela Wine, empresa especializada em importação e venda de vinhos em B2B (*business-to-business*), em 2018.

Já o segmento de E-commerce apresentou queda da receita de 3,6% entre os exercícios de 2017 e

## 10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

2018, reduzindo de R\$ 136,8 milhões em 2017 para R\$ 131,9 milhões no ano seguinte. Essa queda é explicada por maior competitividade no segmento de E-commerce tradicional de vinhos, na venda das garrafas avulsas, com empresas concorrentes oferecendo preços muito baixos como estratégia de crescimento, além de alto investimentos pelos nossos concorrentes em marketing para atração de clientes.

### Custos das Vendas

Os custos das vendas encerraram o exercício de 2018 em R\$ 141,5 milhões, um crescimento de 18,4% comparado ao exercício de 2017, quando o realizado de custo de vendas foi de R\$ 119,5 milhões. Em 2018, o custo das vendas representou 51,6% da receita líquida da Companhia, um crescimento 6,1 p.p. comparado ao exercício de 2017, concentrado principalmente no segmento de E-commerce em que o custo das vendas em relação a receita líquida saltou de 51,8% no exercício de 2017 para 61,4% no exercício de 2018, representando em valores absolutos um incremento de R\$ 10,1 milhões no custo. Esse aumento de custo de forma desproporcional ao incremento de receita do E-commerce é explicado pela venda de produtos com menor markup no exercício de 2018 devido à concorrência acirrada no *business* de venda de garrafa avulsa.

Os segmentos de Clubes de Assinatura e Negócios Offline também registraram crescimento dos custos de vendas entre 2017 e 2018, de R\$ 3,9 milhões (passando de R\$ 35,7 milhões em 2017 para R\$ 39,6 milhões em 2018) no segmento de Clubes de Assinatura, e R\$ 8,1 milhões no segmento de Negócios Offline, quando os custos aumentaram de R\$ 12,9 milhões em 2017 para R\$ 21,0 milhões no ano de 2018.

No caso do Clube de Assinatura, esse aumento de custos se deve à variação cambial do período em que a Wine ainda não tinha uma política de *hedge* tão bem estruturada para proteger a margem do Clube de Assinaturas onde não é possível repassar aumentos de preços a cada mês devido a característica de assinatura mensal do produto. Quanto aos Negócios Offline, o aumento é justificado pelo crescimento do B2B em que os custos de vendas são proporcionalmente maiores ao das outras unidades de negócios que compõe esse segmento, como o *business* de cervejas e Wine Eventos.

### Lucro Bruto

Apesar da expansão da receita líquida em 4,4%, o maior crescimento os custos de vendas resultaram em uma queda de 7,3% do lucro bruto da Companhia, reduzindo de R\$ 143,3 milhões em 2017 para R\$ 132,9 milhões em 2018.

### Despesas com Vendas

As despesas com vendas encerraram o exercício de 2018 em R\$ 81,1 milhões, uma queda de 1,0% em relação ao exercício de 2017 quando as despesas com vendas foram de R\$ 81,9 milhões, devido a menores investimentos em marketing. Essa queda de despesas combinada com crescimento da receita líquida significou uma redução do percentual de despesas com vendas sobre a receita líquida de 31,2% em 2017 para 29,5% no exercício de 2018, representando ganho de eficiência.

### Despesas Administrativas

As despesas com administrativas encerraram o exercício de 2018 em R\$ 36,6 milhões contra o realizado de R\$ 32,7 milhões em 2017, representando um crescimento de 11,9% na comparação entre os dois exercícios. Apesar do quadro de pessoal de 31 de dezembro de 2018 ser menor do

## 10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

que o quadro de pessoal de 31 de dezembro de 2017, muitas contratações de pessoal foram realizadas entre o último trimestre de 2017 e o primeiro trimestre de 2018, principalmente em posições de liderança e com salários maiores, e em agosto de 2018 houve uma reestruturação administrativa com grandes cortes de pessoas, buscando adequar os custos de pessoal. Portanto, a comparação do quadro de pessoal entre 31 de dezembro de 2018 e 31 de dezembro de 2017 apresenta uma situação diferente das despesas administrativas, parecendo uma situação conflitante, porém justificada pelos fatores descritos acima.

### Despesas Gerais

As despesas gerais apresentaram um crescimento de 55,4% no exercício de 2018 em comparação com 2017, encerrando o período em R\$ 33,6 milhões contra R\$ 21,6 milhões realizado no exercício anterior. Essa variação é justificada por perdas realizadas no exercício de 2018: (i) os gastos de R\$ 2,0 milhões referente a reestruturação administrativa realizada em agosto de 2018 com o corte de diversas posições de liderança e operacionais; e (ii) gastos de R\$ 1,4 milhões com consultoria legais. Além do aumento das despesas de aluguel no valor de R\$ 2,2 milhões, com a mudança da sede administrativa da Wine da Serra/ES (onde ocupava o mesmo espaço do centro de distribuição) para um novo edifício comercial em Vitória/ES no final de 2017, aumento de custo com servidores de TI e licenças de software para modernização da central de atendimento (SRW - serviço de relacionamento Wine) e em outras estruturas de TI no valor de R\$ 3,0 milhões e a expansão dos negócios necessitando aluguel de nova área no centro de distribuição no valor de R\$ 0,6 milhão.

### Outros Resultados Operacionais

Os outros resultados operacionais apresentaram uma redução de 95,4% no exercício de 2018 em comparação com 2017, encerrando o período com despesa de R\$ 0,4 milhão contra R\$ 9,4 milhões realizado no exercício anterior.

Os principais fatores relativos a essa variação referem-se a perdas no exercício de 2017, notadamente: (ii) o impacto negativo de R\$ 5,7 milhões. O valor refere-se ao saldo do investimento de 40% pela participação em Mocoffee, empresa de comercialização e serviços no segmento de café, e (iii) a baixa dos ativos de Have a Nice Beer no valor de R\$ 3,7 milhões, empresa do ramo de cervejas adquirida pela Wine no ano de 2015.

### Prejuízo Operacional

Apesar do crescimento de receita de 4,4% no exercício de 2018 comparado a 2017, a queda na margem de lucro bruto de 54,5% em 2017 para 48,4% em 2018 e o crescimento das despesas operacionais líquidas resultaram em uma queda do lucro operacional antes do resultado financeiro, encerrando o exercício de 2018 com prejuízo de R\$ 18,9 milhões ante resultado negativo de R\$ 2,3 milhões registrado no período anterior, piora de 709,4%.

### Resultado Financeiro Líquido

O resultado financeiro líquido do exercício 2018 encerraram o período em uma despesa R\$ 2,4 milhões, resultado 22,9% melhor do que o registrado no exercício anterior quando a despesas financeiras líquidas foram de R\$ 3,1 milhões. Apesar da maior despesa de juros realizada em 2018 pelos empréstimos de FINIMP vigentes à época (aumento de R\$ 1,3 milhões na linha de despesas financeiras), as receitas financeiras cresceram R\$ 2,0 milhões entre 2017 e 2018, passando de R\$ 5,5 milhões para R\$ 7,5 milhões, dado o ganho monetário na variação cambial (aumento de R\$ 3,1

## 10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

milhões na linha de variação cambial ativa).

### Prejuízo antes da Provisão para o Imposto de Renda e da Contribuição Social

Considerando os impactos e eventos descritos acima, o prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social do exercício 2018 segue a mesma tendência do lucro operacional antes do resultado financeiro líquido, apresentando uma piora em relação ao exercício anterior e encerrando o ano em R\$ 21,2 milhões negativos, uma piora de 292,8% em relação a 2017 quando foi registrado resultado negativo de R\$ 5,4 milhões.

### Imposto de Renda e Contribuição Social

A provisão para imposto sobre a renda e contribuição social está relacionada ao lucro tributável do período de apuração, sendo as alíquotas de 25% para IRPJ e 9% para CSLL. Para o exercício findo em 31 de dezembro de 201, a Companhia apesar de possuir lucro contábil, apurou prejuízo fiscal e base negativa de CSLL. A Companhia procedeu com a provisão líquida entre diferenças temporárias ativas e passivas no valor de uma despesa de R\$ 0,7 milhões em decorrência dos ajustes realizados na determinação do Lucro Real relativos, principalmente, às diferenças entre taxas de depreciação societária e fiscal de seu ativo imobilizado. Para 31 de dezembro de 2018, o montante da provisão líquida constituída foi de R\$ 0,4 milhões.

### Prejuízo do Exercício

O prejuízo do exercício da Companhia no exercício de 2018 foi de R\$ 21,9 milhão comparado a R\$ 5,8 milhões do ano anterior, um aumento do prejuízo de 276,5% devido aos fatores destacados acima.

## FLUXO DE CAIXA

**Período de seis meses findo em 30 de junho de 2020 comparado ao período de seis meses findo em 30 de junho de 2019**

(em milhões de R\$, exceto percentuais)	Em 30 de junho de 2020	Em 30 de junho de 2019	AH
Caixa líquido gerado (utilizado) nas atividades operacionais	16,6	(5,2)	(419,2%)
Caixa líquido gerado (utilizado) nas atividades de investimentos	(2,9)	(5,9)	(50,8%)
Caixa líquido gerado (utilizado) nas atividades de financiamento	1,8	10,3	(82,5%)
<b>Aumento (redução) líquido em Caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>15,4</b>	<b>(0,8)</b>	<b>(2.025,0%)</b>

### Caixa líquido gerado (utilizado) nas atividades operacionais

O caixa líquido gerado nas atividades operacionais no período de seis meses findo em 30 de junho de 2020 foi de R\$ 16,6 milhões, em comparação ao caixa líquido utilizado no período de seis meses findo em 30 de Junho de 2019, que foi de R\$ 5,2 milhões. Este aumento de R\$ 21,8 milhões, é atribuído substancialmente a (i) R\$ 15,9 milhões em decorrência do aumento do prazo de pagamento a fornecedores, especialmente os fornecedores estrangeiros; (ii) postergação de impostos a recolher em adoção as medidas publicadas pelo Governo no enfrentamento a COVID-19.

## 10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

### Caixa líquido gerado (utilizado) nas atividades de investimentos

O caixa líquido utilizado nas atividades de investimentos no período de seis meses findo em 30 de junho de 2020 foi de R\$ 2,9 milhões, em comparação ao caixa líquido utilizado no período de seis meses findo em 30 de Junho de 2019, que foi de R\$ 5,9 milhões. Esta diminuição de R\$ 3,0 milhões no caixa utilizado é atribuída substancialmente aos investimentos em tecnologias direcionados a nossa plataforma de e-commerce realizados no período de 2019, resultando em uma redução de R\$ 2,9 milhões em aquisição de intangível quando comparado ao período de 2020.

### Caixa gerado (utilizado) nas atividades de financiamento

O caixa líquido gerado nas atividades de financiamento foi de R\$ 1,8 milhões no período de seis meses findo 30 de junho de 2020, comparado ao caixa líquido gerado de R\$ 10,3 milhões no período de seis meses findo em 30 de junho de 2019. Essa redução é decorrente principalmente do aumento de pagamentos de empréstimos no montante de R\$ 13,0 milhões compensados pelo aumento de captações realizadas em 2020 no montante de R\$ 10,4 milhões.

### Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019 comparado ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018

(em milhões de R\$, exceto percentuais)	Em 31 de dezembro de 2019	Em 31 de dezembro de 2018	AH
Caixa líquido gerado (utilizado) nas atividades operacionais	4,5	(17,7)	(125,4%)
Caixa líquido gerado (utilizado) nas atividades de investimentos	(11,4)	(19,4)	(41,2%)
Caixa líquido gerado (utilizado) nas atividades de financiamento	7,8	6,7	16,4%
<b>Aumento (redução) líquido em Caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>0,9</b>	<b>(30,3)</b>	<b>(103,0%)</b>

### Caixa líquido gerado (utilizado) nas atividades operacionais

O caixa gerado nas atividades operacionais no período findo em 31 de dezembro de 2019 foi de R\$ 4,5 milhões, em comparação ao caixa líquido utilizado no período findo em 31 de Dezembro de 2018, que foi de R\$ 17,7 milhões. Os destaques para esta melhora em caixa operacional estão diretamente relacionados a (i) uma redução de R\$15,3 milhões no contas a receber de clientes pela antecipação de recebíveis, (ii) melhoramos o nosso giro de estoques comparado ao exercício de 2018 em R\$ 6,8 milhões.

### Caixa líquido gerado (utilizado) nas atividades de investimentos

O caixa líquido utilizado nas atividades de investimentos no período findo em 31 de dezembro de 2019 foi de R\$ 11,4 milhões, em comparação ao caixa líquido utilizado no período findo em 31 de Dezembro de 2018, que foi de R\$ 19,4 milhões. Esta diminuição de R\$ 8,0 milhões no caixa utilizado é atribuída substancialmente a não recorrência do investimento realizado na aquisição da empresa Bodegas de Los Andes em abril de 2018 no montante de R\$14,7 milhões.

### Caixa gerado (utilizado) nas atividades de financiamento

O caixa líquido gerado nas atividades de financiamento foi de R\$ 7,8 milhões no período findo de

## 10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

2019, comparado a R\$ 6,7 milhões no período findo de 2018. Este melhor desempenho é decorrente principalmente do aumento de captações de empréstimos e financiamento realizadas em 2019 no valor de R\$ 10,9 milhões e do aumento de prazo de pagamento com fornecedores no montante de R\$ 6,3 milhões, compensados pelo aumento de amortizações de empréstimos e financiamentos no ano no valor de R\$ 7,8 milhões e amortização de arrendamento no valor de R\$ 5,4 milhões.

### Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018 comparado ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017

(em milhões de R\$, exceto percentuais)	Em 31 de dezembro de 2018	Em 31 de dezembro de 2017	AH
Caixa líquido gerado (utilizado) nas atividades operacionais	(17,7)	(1,4)	1.164,3%
Caixa líquido gerado (utilizado) nas atividades de investimentos	(19,4)	3,3	(687,9%)
Caixa líquido gerado (utilizado) nas atividades de financiamento	6,7	17,4	(61,5%)
<b>Aumento (redução) líquido em Caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>(30,3)</b>	<b>19,3</b>	<b>(257,0%)</b>

#### Caixa líquido gerado (utilizado) nas atividades operacionais

O caixa líquido utilizado nas atividades operacionais no período findo em 31 de dezembro de 2018 foi de R\$ 17,7 milhões, em comparação ao caixa líquido utilizado no período findo em 31 de dezembro de 2017, que de R\$ 1,4 milhões. O principal fator para redução em nosso fluxo de caixa foi o aumento de R\$ 14,8 milhões em ativos relacionados a contratos com clientes.

#### Caixa líquido gerado (utilizado) nas atividades de investimentos

O caixa líquido utilizado nas atividades de investimentos no período findo em 31 de dezembro de 2018 foi negativo de R\$ 19,4 milhões, em comparação ao caixa líquido gerado no período findo em 31 de dezembro de 2017, que foi de R\$ 3,3 milhões. Esta saída de R\$ 22,7 milhões no caixa utilizado é atribuída substancialmente ao investimento realizado na aquisição da empresa Bodegas de Los Andes em Abril de 2018 R\$ 14,7 milhões e investimentos em ativos, como Plataforma de *e-commerce* e ERP no montante de R\$ 9,9 milhões.

#### Caixa gerado (utilizado) nas atividades de financiamento

O caixa líquido gerado nas atividades de financiamento foi de R\$6,7 milhões no período findo de 2018, comparado a R\$17,4 milhões no período findo de 2017. Essa redução é decorrente principalmente dos ingressos de caixa em 2017 pelas debêntures emitidas em favor do acionista Península Fundo de Investimento em Participações de R\$ 45,9 milhões, compensando as amortizações de financiamentos no montante de R\$ 28,5 milhões no mesmo ano de 2017. No exercício de 2018, a captação foi de R\$9,5 milhões compensado por amortizações de financiamento no montante de R\$2,8 milhões.

## 10.2 - Resultado Operacional E Financeiro

### 10.2 - Resultado operacional e financeiro

Como descrito no item 7.2 deste formulário de referência, a Companhia dispõe de três segmentos operacionais: Clubes de Assinatura, E-commerce e Negócios Offline.

Em todos os segmentos que operamos, temos observado crescimento da receita líquida no período de seis meses findo em 30 de junho de 2020 quando comparado ao mesmo período do ano anterior.

No segmento de Clubes de Assinatura, a receita líquida auferida no exercício de seis meses findo em 30 de junho de 2020, e nos exercícios sociais encerrados em 2019, 2018 e 2017 foram R\$ 63,9 milhões, R\$ 115,3 milhões, R\$ 107,0 milhões e R\$ 102,6 milhões, respectivamente.

No segmento de E-commerce, a receita líquida auferida no exercício de seis meses findo em 30 de junho de 2020, e nos exercícios sociais encerrados em 2019, 2018 e 2017 foram R\$ 65,2 milhões, R\$ 102,3 milhões, R\$ 131,9 milhões e R\$ 136,8 milhões, respectivamente.

No segmento de Negócios Offline, a receita líquida auferida no exercício de seis meses findo em 30 de junho de 2020, e nos exercícios sociais encerrados em 2019, 2018 e 2017 foram R\$ 17,3 milhões, R\$ 35,1 milhões, R\$ 35,6 milhões e R\$ 23,4 milhões, respectivamente.

#### (a) Resultados das operações da Companhia

##### (i) Descrição de quaisquer componentes importantes da receita

As operações da Companhia estão organizadas em três grandes atividades de negócios: (i) Clube de Assinaturas, (ii) E-commerce e (iii) Negócios Offline:

**Clube de Assinaturas:** o Clube Wine é a principal fonte de receita da Companhia. É o segmento estrategicamente mais importante da Wine, pela solidez da previsibilidade e recorrência da receita, e tem como objetivo fidelizar clientes por meio de sua proposta de valor, baseado em comodidade, curadoria e conteúdo. Essa proposta de valor é enriquecida no E-commerce, onde os sócios são incentivados a fazer compras adicionais ao clube, de maneira avulsa. Para isso, os associados possuem benefícios como desconto no valor dos produtos e no frete e vantagens no nosso programa de recompensas, o WineUP.

**E-commerce:** segmento representado pelas lojas virtuais da Wine (<https://www.wine.com.br/>) e Vinho Fácil (<https://www.vinhofacil.com.br/>). A Vinho Fácil é nosso e-commerce com estratégia de *flash sales*, focada em produtos mais acessíveis, entre R\$ 20 a R\$ 50. A Loja Wine possui um portfólio mais amplo, com países, regiões e preços variados para suprir a demanda de consumo do sócio do clube em totalidade com a Wine.

**Negócios Offline:** representa as unidades de negócio Wine Bodegas (B2B), Lojas físicas e Wine Eventos. Nosso B2B é responsável pelas vendas a estabelecimentos comerciais, atendendo o cliente de maneira diferenciada por meio de consultores, parceiros comerciais e equipe de telemarketing. Além disso, a unidade de negócio disponibiliza um e-commerce destinado aos parceiros comerciais que queiram fazer as compras no modelo *self-service*, diretamente no site [www.bodegas.com.br](http://www.bodegas.com.br). Adicionalmente, temos nossas lojas físicas, que são espaços físicos que possuem catálogo e preços integrados ao e-commerce por meio do App Wine, são novos canais de conversão de sócios e atuam como pontos de entregas rápidas para o e-commerce. A Wine Eventos também compõe este segmento e objetiva atender os clientes em seus momentos de celebrações, por meio de vendas consultivas realizadas pelos embaixadores da unidade de negócio, que atuam como consultores personalizados, selecionando os produtos ideais para cada momento de celebração

##### (ii) Fatores que afetam materialmente os resultados operacionais

Os resultados operacionais da Companhia são afetados por questões macroeconômicas principalmente os descritos a seguir, e amplamente detalhados no item 4.2 "Descrição dos principais riscos de mercado" neste Formulário de Referência:

## 10.2 - Resultado Operacional E Financeiro

**Inflação:** Apesar de não atribuímos o impacto da inflação diretamente em nossa receita, podemos perceber o seu impacto principalmente em nossas despesas, como salários e contratos de aluguéis, que em sua maioria, são reajustados anualmente com índices atrelados ao IPC-A ou IGPM. Além dessas, alguns aumentos de preços setoriais tendem a impactar negativamente nossas despesas, como o aumento de combustíveis impacta a despesa de frete para entrega dos nossos produtos aos consumidores finais.

**Taxa de câmbio:** Quase a totalidade dos produtos que vendemos são importados diretamente pela Companhia e a desvalorização do Real (R\$) frente ao Euro e ao Dólar pode impactar nossas margens de lucro e/ou receita. Porém, esse impacto é atenuado pela nossa política de *hedge* vigente que visa conferir mais proteção contra variações drásticas e em curtos espaços de tempo. Além disso, a taxa de câmbio tem efeito direto sob alguns insumos e serviços contratados pela Companhia, como por exemplo serviços de hospedagem do site, servidores de tecnologia e no fornecimento de embalagens, em que muitas vezes a indústria de papel atrela seus preços em dólar. Para maiores referências sobre nossa política de *hedge*, vide item 5.6 deste Formulário de Referência.

**Taxa de desemprego, renda e poder de compra do consumidor:** Os produtos que vendemos aos consumidores não são de necessidade básica e, assim como entretenimento, geralmente está entre os primeiros que são cortados do orçamento familiar em uma situação desemprego ou queda da renda familiar, o que pode afetar a receita proveniente da venda dos nossos produtos.

**Taxa juros e disponibilidade de crédito:** Os empréstimos tomados com bancos parceiros são a principal fonte de financiamento da Wine, e um aumento da taxa de juros e/ou aumento do *spread* bancário em função de um ambiente macroeconômico menos favorável e menor disponibilidade de crédito podem encarecer as linhas de crédito da Companhia, resultando em maiores despesas financeiras.

**Custo e disponibilidade de mão-de-obra especializada:** Por se tratar de uma empresa com forte componente tecnológico, grande parte dos investimentos no desenvolvimento de novos produtos e nova soluções de tecnologia dependem de mão de obra qualificada. A escassez desse tipo de profissionais pode levar a um aumento dos nossos custos e conseqüente redução do lucro operacional.

**Impactos da COVID-19:** Conforme descrito no item 7.3 deste Formulário de Referência, a pandemia da COVID-19 mudou o comportamento de compra do consumidor e impulsionou o crescimento do e-commerce como um todo.

A pandemia também acelerou o crescimento da indústria de vinhos online. De acordo com a Ideal Consulting, o volume de vinho importado por empresas que atuam prioritariamente no canal online cresceu 47% no primeiro semestre de 2020, quando comparado ao mesmo período de 2019. Mesmo antes do início da pandemia, o volume importado por esse tipo de empresas já vinha registrando crescimento (vide item 7.3 deste Formulário de Referência).

Por se tratar de uma empresa com forte atuação no e-commerce e pelos impactos gerais da pandemia na indústria de vinho, os negócios da Companhia também foram favorecidos e a Wine registrou aumento de 26,4% na receita líquida no período de seis meses findo em 30 de junho de 2020, quando comparado ao mesmo período de 2019.

Porém, esse crescimento não pode ser integralmente atribuído a essa situação, pois a Companhia já havia registrado no primeiro trimestre de 2020, período anterior a pandemia, um crescimento de receita líquida de 12,1% comparado ao primeiro trimestre de 2019.

### **(b) Variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços**

A receita operacional líquida da Companhia pode ser afetada pelas mudanças econômicas, principalmente no que tange à taxa de câmbio, destacadamente se não houver aderência à política

## 10.2 - Resultado Operacional E Financeiro

e/ou houver oscilações constantes da moeda, o que dificulta realizar aumentos de preços imediatos para repasse do aumento do custo da mercadoria vendida ao consumidor final.

Diversos serviços utilizados pela Companhia têm seus valores reajustados com base na variação do IGP-M e o do IPCA, entre eles a despesa com pessoal (salários, encargos e benefícios), que estão atrelados à variação do IPCA, além de outros gastos, como viagens, comunicação e aluguel, que por sua vez estão atrelados ao IGPM.

O aumento da inflação pode impactar negativamente os custos da Companhia, nos obrigando a repassar esses custos em aumentos de preços e que podem gerar menores volumes de venda principalmente se a situação econômica (renda, desemprego, poder de compra) for desfavorável.

### (c) Impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro da Companhia, quando relevante

Conforme descrito nos parágrafos anteriores, e também no item 4.2 deste formulário de referência, as taxas de inflação e câmbio têm influência no custo dos insumos e, portanto, podem impactar o resultado operacional e financeiro da Companhia.

**Taxa de câmbio:** conforme descrito no item 10.2 (a) (ii) acima, a taxa de câmbio pode afetar o custo de insumos, principalmente das mercadorias vendidas, que são quase em sua totalidade importadas. Além disso, a taxa de câmbio tem efeito direto sob alguns insumos e serviços contratados pela Companhia, como por exemplo serviços de hospedagem do site, servidores de tecnologia e no fornecimento de embalagens, em que muitas vezes a indústria de papel atrela seus preços em dólar.

As depreciações do Real em relação ao Dólar também são fatores que impactam os resultados da companhia. Em 30 de junho de 2020, a taxa de câmbio do real/dólar americano foi de R\$ 5,4760 por US\$1,00. No ano de 2019, o real apresentou desvalorização frente ao dólar norte-americano, saindo de uma cotação de R\$ 3,8595 por dólar norte-americano no início do ano para uma taxa de R\$ 4,0307 por dólar no final de 2019. Em 2018, o real apresentou uma desvalorização de 18,5% passando de R\$ 3,2697 por dólar norte-americano no início do ano para uma taxa de R\$ 3,8748 por dólar no final de 2018.

**Inflação:** apesar da maioria dos nossos produtos serem importados e estarem mais ligados a variações devido a taxa de câmbio, o aumento da inflação pode ter impacto indireto sobre o custo dos insumos e sobre contratos essenciais para a prestação do serviço, como frete e manutenção de sistemas.

**Taxa juros:** a taxa de juros exerce pouca influência direta sobre o custo dos insumos, porém uma menor disponibilidade de crédito e/ou encarecimento dos custos de financiamento podem impactar o resultado operacional e financeiro da Companhia, principalmente pela postergação dos investimentos ou menor rentabilidade dos mesmos.

**Impactos tributários:** As incertezas no âmbito tributário são fatores que impactam os resultados da Companhia. Em 2016 o ICMS teve sua modificação com a publicação da EC 87/2015, alterando a forma de recolhimento deste imposto pela partilha entre o estado remetente e o estado de destino. Esta mudança foi gradativa entre os exercícios de 2016 até 2019. Nos anos de 2019 e 2020 o regime de recolhimento do ICMS Substituição tributária também foi modificado deixando de ser utilizado em importantes estados da federação como: Santa Catarina, Rio Grande do Sul, Paraná e São Paulo.

Em 2019, a Companhia procedeu com a contabilização referente a ação relacionada ao ICMS na base do PIS e COFINS. A ação que teve seu trânsito julgado na data de 23 de janeiro de 2019 e posteriormente em 20 de agosto de 2019 foi deferido o pedido de habilitação de créditos reconhecido por decisão judicial transitada em julgado, realizado pela Companhia a Receita Federal do Brasil, através do despacho decisório nº. 0896/SEORT/DRF/VIT/ES.

## 10.3 - Eventos Com Efeitos Relevantes, Ocorridos E Esperados, Nas Demonstrações Financeiras

### 10.3 - Eventos com efeitos relevantes, ocorridos e esperados, nas demonstrações financeiras

#### (a) Introdução ou alienação de segmento operacional

Não se aplica.

#### (b) Constituição, aquisição ou alienação de participação societária

Em 2017, a Companhia adquiriu o fundo de comércio da empresa Clubeer do Brasil Ltda. ("Clubeer") através de contrato de *trespasse*, buscando ampliar seu *market share* no mercado de cervejas. Contudo, em 2019, a Companhia decidiu vender o canal de operações relacionadas a vendas de cerveja visando direcionar as estratégias e investimentos no seu negócio principal, a venda de vinhos.

Ainda durante o exercício de 2017, a Companhia vendeu sua participação acionária na empresa com atuação na venda de cápsulas de café, a Mocoffee Company B.V.

Em 26 de abril de 2018 a Companhia adquiriu 100% das quotas da Companhia Bodegas de Los Andes Comércio de Vinhos Ltda. ("Bodegas"). A Bodegas possui atividade preponderantes de revenda de vinhos no mercado, a qual conta com três lojas distribuídas nos estados do Rio Grande do Sul e Paraná. A aquisição da Bodegas está alinhada com a estratégia da administração da Companhia, a qual consiste na expansão do seu negócio e da rede de clientes.

#### (c) Eventos ou operações não usuais

Em 2019, em linha com a estratégia da Companhia e expansão dos seus negócios e relacionamento com seus clientes, e em face à aquisição da controlada Bodegas no ano anterior, a Companhia inaugurou sua primeira loja física sob a marca "Wine", no bairro de Lourdes em Belo Horizonte/MG. A estratégia da Companhia com o conceito de multicanalidade e a capacidade de oferecer a mesma experiência independente do canal de contato com o cliente, com o objetivo de oferecer nossos produtos em diferentes canais de venda, preservar a mesma experiência desde a atração desses clientes, passando pela venda e mantendo o mesmo padrão e qualidade no pós venda em todos eles, tanto no mundo *online* como no *offline*. Ainda, com apoio de um novo Centro de Distribuição em São Francisco, Belo Horizonte/MG, com o intuito de entregas mais rápidas e facilidade de abastecimento de nossa loja física.

Em julho de 2019, o Península Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia – Investimento no Exterior formalizou a conversão das debêntures que detinha da Wine em ações, no valor total de R\$ 60 milhões.

Os impactos e riscos referentes a pandemia mundial do COVID-19, encontram-se refletidas nos itens 4.1 - Descrição dos fatores de risco e adicionalmente no 10.9 deste Formulário de Referência.

## 10.4 - Mudanças Significativas Nas Práticas Contábeis - Ressalvas e Ênfases no Parecer do Auditor

### 10.4 - Mudanças significativas nas práticas contábeis - Ressalvas e ênfases no parecer do auditor

#### a. Mudanças significativas nas práticas Contábeis

Em 1º de janeiro de 2018, entraram em vigor as novas normas contábeis emitidas pelo IASB (*International Accounting Standards Board*) e CPC (Comitê de Pronunciamentos Contábeis) que resultaram nas alterações abaixo elencadas:

- IFRS-9 / CPC-48 – “Instrumentos Financeiros”: aborda a classificação, a mensuração e o reconhecimento de ativos e passivos financeiros e substitui a orientação no CPC 38, que diz respeito à classificação e à mensuração de instrumentos financeiros. As principais alterações que o CPC 48 traz são: (i) novos critérios de classificação de ativos financeiros; (ii) novo modelo de impairment para ativos financeiros, híbrido de perdas esperadas e incorridas (doravante denominado modelo de perdas esperadas), em substituição ao modelo atual de perdas incorridas; e (iii) flexibilização das exigências para adoção da contabilidade de hedge.
- IFRS-15 / CPC-47 – “Receita de Contratos com Clientes”, essa nova norma traz os princípios que uma entidade aplicará para determinar a mensuração da receita e quando ela é reconhecida. Essa norma baseia-se no princípio de que a receita é reconhecida quando o controle de um bem ou serviço é transferido a um cliente, assim, o princípio de controle substituirá o princípio de riscos e benefícios. Ela substitui o CPC 30 (Receitas) e correspondentes interpretações.
- ICPC 21 – “Transações em moeda estrangeira”, com início em 1º de janeiro de 2018 a norma prevê esclarecimentos sobre a data da transação a ser usada para conversão de adiantamentos feitos ou recebidos em transações em moeda estrangeira, a Empresa optou por fazer a transição de forma prospectiva, isto é, os saldos de adiantamentos, incluindo o valor do principal e sua respectiva variação cambial acumulada, em 31 de dezembro de 2017, foram considerados como sendo os saldos iniciais dos adiantamentos e a data de 31 de dezembro de 2017 como sendo a data de transição.

Em 1º de janeiro de 2019, entrou em vigor a nova norma contábil emitidas pelo IASB (*International Accounting Standards Board*) e CPC (Comitê de Pronunciamentos Contábeis):

- IFRS 16 / CPC 06(R2) - "Arrendamentos": com essa nova norma, os arrendatários passam a ter que reconhecer o passivo dos pagamentos futuros e o direito de uso do ativo arrendado para praticamente todos os contratos de arrendamento mercantil, incluindo os operacionais, podendo ficar fora do escopo dessa nova norma determinados contratos de curto prazo ou de baixo valor. Os critérios de reconhecimento e mensuração dos arrendamentos nas demonstrações financeiras dos arrendadores ficam substancialmente mantidos.

- ICPC 22 – “Incertezas sobre tratamento de tributos sobre o lucro”: a interpretação trata da aplicação dos requisitos de reconhecimento e mensuração estabelecidos no CPC 32 quando há incerteza sobre os tratamentos de tributo sobre o lucro. A Companhia deve reconhecer e mensurar seu tributo corrente ou diferido ativo ou passivo, aplicando os requisitos do CPC 32 com base em lucro tributável (prejuízo fiscal), bases fiscais, prejuízos fiscais não utilizados, créditos fiscais não utilizados e alíquotas fiscais determinados, aplicando esta Interpretação. A interpretação foi aprovada em 21 de dezembro de 2018 e entrou em vigência em 1º de janeiro de 2019.

Não há outras normas IFRS ou interpretações IFRIC (*International Financial Reporting Interpretations Committee*) que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre as demonstrações financeiras da Companhia.

## 10.4 - Mudanças Significativas Nas Práticas Contábeis - Ressalvas e Ênfases no Parecer do Auditor

### b. Efeitos significativos das alterações em práticas contábeis:

#### CPC 48 – IFRS 9 (Instrumentos Financeiros)

IFRS-9 / CPC-48 – “Instrumentos Financeiros”: O efeito da adoção sobre os valores contábeis dos ativos financeiros em 1º janeiro de 2018 está relacionado apenas aos novos requerimentos de redução ao valor recuperável e as novas classificações.

	Classificações original CPC 38/IAS 39	Nova classificação CPC 48/IFRS 9	Consolidado	
			Valor contábil em 31/12/2017	Valor contábil em 01/01/2018
<b>Ativos Financeiros</b>				
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 4)	Custo amortizado	Custo amortizado	36.231	36.231
Contas a receber (Nota 6) (i)	Empréstimos e recebíveis	Custo amortizado	58.296	58.296
Instrumentos financeiros derivativos	Valor Justo	Valor Justo	233	233
			<u>94.760</u>	<u>94.760</u>
<b>Passivos Financeiros</b>				
Fornecedores (Nota 14)	Custo amortizado	Custo amortizado	49.026	49.026
Empréstimos e financiamentos (Nota 15)	Empréstimos e Recebíveis	Custo amortizado	3.379	3.379
Debêntures (Nota 15)	Custo amortizado	Custo amortizado	62.655	62.655
Instrumentos financeiros derivativos	Valor Justo	Valor Justo	-	-
			<u>115.060</u>	<u>115.060</u>

(i) Em relação ao contas a receber, a inadimplência é muito baixa em virtude dos recebimentos serem firmados mediante pagamento por cartões de crédito. Além disso, a perda histórica da Companhia no recebimento de créditos é imaterial no valor de R\$ 35,00.

IFRS-15 / CPC-47 – “Receita de Contratos com Clientes”: Em 31 de dezembro de 2018, a Administração identificou os efeitos relacionados ao assunto, que estão demonstrados abaixo:

	<u>2018</u>
Passivos relacionados a contratos com clientes	
Recebimento antecipado pela venda de clubes	23.537
Ativos relacionados a contratos com clientes	
Venda de clubes parcelada	14.832

Adicionalmente, a Administração não identificou efeitos relacionados a mensuração da receita, dos ativos relacionados a contratos de clientes e dos passivos relacionados a contratos de clientes.

ICPC 21 – “Transações em moeda estrangeira”: A Companhia optou por fazer a transição de forma prospectiva, isto é, os saldos de adiantamentos, incluindo o valor do principal e sua respectiva variação cambial acumulada, em 31 de dezembro de 2017, foram considerados como sendo os saldos iniciais dos adiantamentos e a data de 31 de dezembro de 2017 como sendo a data de transição. Os impactos de adoção dessa interpretação não são materiais.

IFRS 16 / CPC 06(R2) - "Arrendamentos": A adoção resultou em um aumento no ativo de direito de uso de R\$ 22,3 milhões e um passivo de arrendamento (circulante e não circulante) no valor de R\$ 19,7 milhões.

ICPC 22 – “Incertezas sobre tratamento de tributos sobre o lucro”: Na avaliação da Administração da Companhia, não são esperados impactos significativos em decorrência da interpretação, uma vez que todos os procedimentos adotados para apuração e recolhimento de tributos sobre o lucro estão amparados na legislação vigente e pareceres normativos.

## **10.4 - Mudanças Significativas Nas Práticas Contábeis - Ressalvas e Ênfases no Parecer do Auditor**

### **c. Ressalvas e ênfases presentes no parecer do auditor:**

A Companhia não possui ressalva e/ou ênfase presentes nos pareceres emitidos por seus auditores independentes.

## 10.5 - Políticas Contábeis Críticas

### 10.5 - Políticas contábeis críticas

Na elaboração das Demonstrações Financeiras é necessário utilizar estimativas para contabilizar certos ativos, passivos e outras transações. Para efetuar estas estimativas, a Administração utilizou as melhores informações disponíveis na data da preparação das Demonstrações Financeiras, bem como a experiência de eventos passados e/ou correntes, considerando ainda pressupostos relativos a eventos futuros.

As Demonstrações Financeiras incluem, portanto, estimativas referentes principalmente à seleção da vida útil do ativo imobilizado, estimativa do valor de recuperação de ativos de longo prazo, provisões necessárias para passivos tributários, cíveis e trabalhistas, determinações de provisões para imposto de renda, determinação do valor justo de instrumentos financeiros (ativos e passivos) e outras similares, estimativas referentes a seleção da taxa de juros, retorno esperado dos ativos e expectativa de aumento dos salários, e planos de incentivo de longo prazo através da seleção do modelo de avaliação e de taxas. O resultado das transações e informações quando da efetiva realização podem divergir das estimativas.

### **Aplicação de julgamentos e práticas contábeis críticas na elaboração das Demonstrações Financeiras Consolidadas**

Práticas contábeis críticas são aquelas que são tanto (a) importantes para demonstrar a condição financeira e os resultados das operações e (b) requerem os julgamentos mais difíceis, subjetivos ou complexos por parte da Administração, frequentemente como resultado da necessidade de fazer estimativas que têm impacto sobre questões que são inerentemente incertas. À medida que aumenta o número de variáveis e premissas que afetam a possível solução futura dessas incertezas, esses julgamentos se tornam ainda mais subjetivos e complexos.

Na preparação das Demonstrações Financeiras Consolidadas, a Companhia adotou variáveis e premissas derivadas de experiência histórica e vários outros fatores que entende como razoáveis e relevantes. Ainda que estas estimativas e premissas sejam revistas pela Companhia no curso ordinário dos negócios, a demonstração da sua condição financeira e dos resultados das operações frequentemente requer o uso de julgamentos quanto aos efeitos de questões inerentemente incertas sobre o valor contábil dos seus ativos e passivos. Os resultados reais podem ser distintos dos estimados sob variáveis, premissas ou condições diferentes.

De modo a proporcionar um entendimento de como a Companhia forma seus julgamentos sobre eventos futuros, inclusive as variáveis e premissas utilizadas nas estimativas, incluímos comentários referentes a cada prática contábil crítica descrita a seguir:

- Perda (impairment) do ágio;
- Imposto de renda e contribuição social diferidos; e
- Valor justo de derivativos e outros instrumentos financeiros.

### **Perda (impairment) do ágio**

O ágio resulta da aquisição de controladas e representa o excesso da (i) contraprestação transferida, (ii) do valor da participação de não controladores na adquirida e (iii) do valor justo na data da aquisição de qualquer participação patrimonial anterior na adquirida em relação ao valor justo dos ativos líquidos identificáveis adquiridos.

Caso o total da contraprestação transferida, a participação dos não controladores reconhecida e a participação mantida anteriormente medida pelo valor justo seja menor do que o valor justo dos ativos líquidos da controlada adquirida, no caso de uma compra vantajosa, a diferença é reconhecida diretamente na demonstração do resultado.

## 10.5 - Políticas Contábeis Críticas

O ágio é alocado a unidades geradoras de caixa para fins de teste de impairment. A alocação é feita para as Unidades Geradoras de Caixa ou para os grupos de Unidades Geradoras de Caixa que devem se beneficiar da combinação de negócios da qual o ágio se originou e são identificadas de acordo com o segmento operacional.

A Companhia testa anualmente se o ágio (goodwill) sofreu qualquer impairment, de acordo com a política contábil apresentada. Os valores recuperáveis das unidades geradoras de caixa foram determinados com base em cálculos do valor em uso. Esses cálculos exigem o uso de estimativas e estão pautados em estudos de viabilidade, considerando premissas internas e externas.

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, a Companhia não identificou perdas pela não recuperabilidade de ágio.

Para 31 de dezembro de 2017, a administração decidiu pela baixa integral de R\$ 3,7 milhões relativos ao ágio constituído na aquisição da empresa Santiago e Lemos Comércio de Bebidas S.A. (Have a Nice Beer - HNB), empresa incorporada pela Companhia no exercício findo em 31 de dezembro de 2015, tendo em vista não ter se concretizado a expectativa de rentabilidade futura prevista no exercício findo em 31 de dezembro de 2016.

A Companhia realizou investimentos para a aquisição do fundo de comércio da empresa Clubeer do Brasil Ltda. ("Clubeer"), buscando ampliar seu market share no mercado de cervejas. Contudo, apesar dos investimentos realizados pela Companhia, a performance apresentada ao longo do exercício de 2017 se manteve abaixo da expectativa da Companhia, representada pela redução da taxa de crescimento de longo prazo prevista para 31 de dezembro de 2017 em relação a 31 de dezembro de 2016.

### **Imposto de renda e contribuição social diferidos**

Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido ou no resultado abrangente.

O imposto de renda e a contribuição social são calculados com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço dos países em que as entidades da Companhia atuam e geram lucro tributável. A Administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pela Companhia nas apurações de impostos sobre a renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações; e estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais.

A Companhia reconhece o imposto de renda e contribuição social diferidos ativos e passivos com base nas diferenças entre as bases de cálculo do imposto sobre ativos e passivos e os valores contábeis das demonstrações financeiras, usando alíquotas tributárias em vigor. A Companhia revisa regularmente os impostos diferidos ativos e passivos para avaliar sua possibilidade de recuperação, levando em consideração o lucro histórico gerado e o lucro tributável futuro projetado com base em um estudo da viabilidade técnica.

É necessário um julgamento significativo para determinar a recuperabilidade desses impostos diferidos ativos e passivos, os quais levam em conta expectativas de lucros tributáveis futuros.

Os impostos de renda diferidos ativos e passivos são apresentados pelo líquido no balanço quando há o direito legal e a intenção de compensá-los quando da apuração dos tributos correntes, em geral relacionado com a mesma entidade legal e mesma autoridade fiscal.

## 10.5 - Políticas Contábeis Críticas

### Valor justo de derivativos e outros instrumentos financeiros

O valor justo de instrumentos financeiros que não são negociados em mercados ativos é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação. A Companhia usa seu julgamento para escolher diversos métodos e definir premissas que se baseiam principalmente nas condições de mercado existentes na data do balanço. A Companhia utiliza a análise do fluxo de caixa descontado para cálculo de valor justo de diversos ativos financeiros disponíveis para venda, ativos estes não negociados em mercados ativos.

A Companhia classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias de mensuração:

- Mensurados ao valor justo (seja por meio de outros resultados abrangentes ou por meio do resultado);
- Mensurados ao custo amortizado.

A classificação depende do modelo de negócio da entidade para gestão dos ativos financeiros e os termos contratuais dos fluxos de caixa. Para ativos financeiros mensurados ao valor justo, os ganhos e perdas serão registrados no resultado ou em outros resultados abrangentes.

Compras e vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação, data na qual a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo. Os ativos financeiros são desreconhecidos quando os direitos de receber fluxos de caixa tenham vencido ou tenham sido transferidos e a Companhia tenha transferido substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade.

No reconhecimento inicial, a Companhia mensura um ativo financeiro ao valor justo acrescido, no caso de um ativo financeiro não mensurado ao valor justo por meio do resultado, dos custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição do ativo financeiro. Os custos de transação de ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são registrados como despesas no resultado. Os ativos financeiros com derivativos embutidos são considerados, em sua totalidade, ao determinar se os seus fluxos de caixa consistem apenas em pagamento do principal e de juros.

A Companhia avalia, em base prospectiva, as perdas esperadas de crédito associadas aos títulos de dívida registrados ao custo amortizado e ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes. A metodologia de impairment aplicada depende de ter havido ou não um aumento significativo no risco de crédito.

Quando aplicável, ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando há um direito legal de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. O direito legal não deve ser contingente em eventos futuros e deve ser aplicável no curso normal dos negócios e no caso de inadimplência, insolvência ou falência da companhia ou da contraparte.

#### a) Instrumentos financeiros derivativos e de hedge

Inicialmente, os derivativos são reconhecidos pelo valor justo na data em que um contrato de derivativos é celebrado e são, subsequentemente, mensurados ao seu valor justo. O método para reconhecer o ganho ou a perda resultante depende de o fato do derivativo ser designado ou não como um instrumento de hedge nos casos de adoção da contabilidade de hedge (hedge accounting). Sendo este o caso, o método depende da natureza do item que está sendo protegido por hedge.

A Companhia adota a contabilidade de hedge e designa certos derivativos como hedge de fluxo de caixa, pois o objetivo é a proteção de um risco específico associado a um ativo ou passivo reconhecido ou uma operação prevista altamente provável.

## 10.5 - Políticas Contábeis Críticas

O valor justo de instrumentos financeiros que não são negociados em mercados ativos é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação. A Companhia usa seu julgamento para escolher diversos métodos e definir premissas que se baseiam principalmente nas condições de mercado existentes na data do balanço. A Companhia utilizou a análise do fluxo de caixa descontado para cálculo de valor justo de diversos ativos financeiros disponíveis para venda, ativos estes não negociados em mercados ativos.

## 10.6 - Itens Relevantes Não Evidenciados Nas Demonstrações Financeiras

### 10.6 - Itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras

(a) **Os ativos e passivos detidos pelo emissor, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (*off-balance sheet items*), tais como:**

(i) **Arrendamentos mercantis operacionais, ativos e passivos**

A Companhia não detém contratos de arrendamento mercantil relevante para os períodos de 2017, 2018, 2019 e o período findo em 30 de junho de 2020 que não estejam evidenciados em suas demonstrações financeiras.

(ii) **Carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade mantenha riscos e responsabilidades, indicando respectivos passivos**

(iii) **Não há carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a Companhia mantenha riscos e responsabilidades não evidenciados nos balanços patrimoniais da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019 e ao período de seis meses encerrado em 30 de junho de 2020. Contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços**

Como mencionado no item 4.1 deste Formulário de Referência, a Companhia possui o programa de recompensas oferecido pelo WineUP aos sócios. Em compras, bem como missões e conquistas realizadas pelo sócio, são gerados pontos a serem utilizados em compras futuras. Na data de 30 de junho de 2020, a Companhia possuía saldo acumulado de pontos com direito a resgate a qualquer momento pelos sócios no montante de R\$ 5,6 milhões. Deste total, o saldo registrado contabilmente de acordo com a taxa de utilização dos sócios era de R\$ 0,8 milhões. Em caso de resgate total, o montante em 30 de junho de 2020 não evidenciado nas demonstrações era de R\$ 4,8 milhões.

(iv) **Contratos de construção não terminada**

Não há contratos de construção não terminada não evidenciados nos balanços patrimoniais da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019 e ao período de seis meses encerrado em 30 de junho de 2020.

(v) **Contratos de recebimentos futuros de financiamentos**

Não há contratos de recebimentos futuros de financiamentos não evidenciados nos balanços patrimoniais da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019 e ao período de seis meses encerrado em 30 de junho de 2020.

(b) **Outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras**

No Brasil os impostos sobre a renda incluem o imposto de renda (IRPJ) e a contribuição social (CSLL), que representa um imposto adicional. As alíquotas oficiais para imposto de renda e contribuição social aplicáveis são de 25% e de 9%, respectivamente, para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018.

Os estudos de recuperabilidade dos saldos de impostos diferidos relacionados a prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social realizados pela Companhia e estão fundamentados nos seus planos de negócio e alinhados com as demais projeções utilizadas pela Companhia como, por exemplo, nos testes de recuperabilidade de ativos.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos e passivos, referentes aos prejuízos fiscais, são reconhecidos quando cumpridos os requisitos previstos na Instrução CVM nº 371/2002, considerando as projeções de resultados futuros preparadas a partir de premissas financeiras e cenários econômicos futuros, os quais podem sofrer alterações. De acordo com a legislação tributária brasileira, os prejuízos fiscais podem ser compensados com até 30% do lucro tributável futuro e não têm prazo de prescrição.

A Companhia possui atualmente o valor de R\$ 59,1 milhões de prejuízos fiscais para serem compensados com impostos devidos em exercícios futuros. Por cumprimento do disposto na

## 10.6 - Itens Relevantes Não Evidenciados Nas Demonstrações Financeiras

Instrução CMV 371/2002, a Companhia reverteu seu imposto ativo acumulado até o período de 2016, e deixou de registrar em seu ativo os valores dos exercícios de 2017 e 2018.

Devido à falta de base tributável para o uso dos prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social no exercício findo em 31 de dezembro de 2016, a Companhia reverteu os saldos de ativo fiscal acumulado, contabilizados até 31 de dezembro de 2016, no total de R\$ 9,2 milhões, os quais não têm data final para expirar.

Em 31 de dezembro de 2017, o crédito de imposto de renda e contribuição social diferidos sobre prejuízo fiscal acumulado e base negativa de contribuição foi de R\$ 1,4 milhão. Em 31 de dezembro de 2018, o crédito de imposto de renda e contribuição social diferidos sobre prejuízo fiscal acumulado e base negativa de contribuição foi de R\$ 9,5 milhões. Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia não apurou prejuízo fiscal. Segue abaixo tabela com resumo dos valores por período:

(Em milhões de R\$)	Prejuízo Fiscal	Créditos de IRPJ e CSLL
2016	27,1	9,2
2017	4,1	1,4
2018	27,8	9,5
<b>Total</b>	<b>59,1</b>	<b>20,1</b>

## 10.7 - Comentários Sobre Itens Não Evidenciados Nas Demonstrações Financeiras

### 10.7 - Comentários sobre itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

#### **a. como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras do emissor**

Apesar de não estarem evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia, os créditos de IRPJ sobre Prejuízo Fiscal e CSLL sobre Base Negativa poderão ser utilizados para compensar lucros tributáveis futuros, os quais não possuem, na legislação vigente, prazo limite para sua prescrição. Conforme demonstrado nos planos de negócios apresentados neste formulário, a Companhia espera que os créditos de IRPJ e CSLL sejam utilizados nos próximos 5 anos de atividade.

Os valores indicados a título de programa de recompensas não possuem prazo de vencimento. Em caso de utilização, o impacto no resultado operacional da Companhia é de R\$ 4,8 milhões.

#### **b. natureza e o propósito da operação**

Não aplicável

#### **c. natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação**

O crédito de imposto de renda e contribuição social sobre prejuízo fiscal acumulado e base negativa até 30 de junho de 2020 monta R\$ 20,1 milhões.

## 10.8 - Plano de Negócios

### 10.8 - Plano de Negócios

#### (a) Investimentos

##### (i) Descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos

O gasto de capital (CAPEX) da Companhia realizado no período de seis meses findo em 30 de junho de 2020 foi de R\$ 3,5 milhões, destinados principalmente a evolução dos nossos recursos tecnológicos, e desenvolvimento de novas soluções e melhorias de sistemas, que concentraram 75% (R\$ 2,7 milhões) dos recursos investidos. Além disso, foram investidos R\$ 229 mil nas nossas lojas físicas, principalmente na reforma da loja de Curitiba para adequação ao padrão de lojas físicas da Wine. Por fim, ao longo dos seis primeiros meses de 2020 também foram investidos aproximadamente R\$ 571 mil em reforma das unidades administrativas, principalmente o novo escritório de São Paulo.

Para o segundo semestre de 2020 estão previstos a continuidade dos investimentos em tecnologia e expansão do projeto de lojas físicas da Wine, com as inaugurações já realizadas em setembro das unidades de São Paulo e Porto Alegre.

Em relação aos recursos captados através da oferta pública primária, a Companhia pretende direcionar esses recursos para (i) aquisições de outras empresas; (ii) investimentos em campanhas de marketing e publicidade; (iii) investimentos em logística; (iv) investimentos com a expansão de lojas físicas; e (v) investimentos em tecnologia, conforme detalhado nos parágrafos a seguir.

Os recursos aplicados na aquisição de outras empresas devem consumir 58,33% ou aproximadamente R\$297.676.415,37, em oportunidades identificadas que potencializem o crescimento da Companhia, através de consolidação de mercado e/ou sinergias, tanto no *business* de vinhos, quanto em produtos análogos ou até mesmo empresas de tecnologia que possuam diferenciais, que aplicados ao ecossistema da Companhia possam melhorar a proposta de valor da Companhia e possa acelerar seu crescimento. Até o presente momento não há aquisições em curso pela Companhia.

Os recursos destinados a investimentos de marketing correspondem a 13,33% do montante total da oferta primária, ou aproximadamente R\$68.040.323,51, que serão investidos ao longo dos próximos 3 anos visando aumentar a presença da marca Wine e a ampla divulgação do Clube de Assinatura buscando acelerar o crescimento da base de sócios, principal *driver* de crescimento de receita da Companhia.

Quanto ao investimento em logística, deseja-se destinar 11,67% dos recursos (aproximadamente R\$59.535.283,07) visando (i) modernização do centro de distribuição do Espírito Santo, para ampliar a capacidade e a velocidade de montagem de pedidos; (ii) abertura de novos centros de distribuição espalhados pelo Brasil, com o objetivo de descentralizar o estoque e fazer entregas mais rápidas aos nossos clientes; e (iii) ampliar a frota própria de veículos para trabalhar a entrega de última milha em regiões com alta densidade de pedidos, visando reduzir o custo total de frete.

O projeto de expansão das lojas físicas deve consumir 8,33% dos recursos totais captados (cerca de R\$42.525.202,20), para construir lojas em regiões onde haja concentração de sócios do Clube Wine, visando promover entregas mais rápidas para esses sócios da região de atuação da loja, ser um ponto de apoio para um processo de venda consultiva e contribuir com a captação de novos sócios para o Clube de Assinatura a partir da presença local da marca.

## 10.8 - Plano de Negócios

Por fim, o investimento em tecnologia deve consumir 8,33%, ou aproximadamente R\$42.525.202,20, dos recursos captados na oferta primária. O objetivo desse investimento é ampliar a equipe atual de tecnologia da Companhia, com o objetivo de acelerar o desenvolvimento de sistemas, plataformas e novas funcionalidades para o aplicativo da Companhia visando torná-lo o principal canal para a captação de novos sócios para o Clube de Assinatura, além de melhorar a experiência dos sócios atuais para alavancar as vendas do e-commerce por esse canal e melhorar a satisfação, reduzindo o *churn*. Adicionalmente, também serão contratados novos colaboradores para a equipe de *data analytics* visando aprimorar o uso de inteligência artificial e *machine learning* em todos os pontos de contato da Companhia com os nossos sócios e clientes.

A efetiva aplicação dos recursos obtidos por meio da oferta primária depende de diversos fatores que a Companhia não pode garantir que virão a se concretizar, dentre os quais as condições de mercado então vigentes, nas quais baseia suas análises, estimativas e perspectivas atuais sobre eventos futuros e tendências. Os valores efetivamente utilizados e a escolha do momento da utilização do capital arrecadado, dependerão de uma série de fatores, incluindo os fatores de risco, descritos no item 4 deste Formulário de Referência. Alterações nesses e em outros fatores podem nos obrigar a rever a destinação dos recursos líquidos quando de sua efetiva utilização.

Caso os recursos líquidos captados pela Companhia por meio da oferta primária sejam inferiores à sua estimativa, a Companhia priorizará a sua aplicação de acordo com a seguinte ordem de prioridade (i) investimentos em tecnologia; (ii) investimentos em campanhas de marketing e publicidade; (iii) investimentos em logística; (iv) investimentos com a expansão de lojas físicas; e (v) aquisições de outras empresas. Para buscar a manutenção do plano original, a Companhia poderá buscar recursos adicionais junto a terceiros, inclusive instituições financeiras, mediante a contratação de empréstimos ou financiamentos diretos, oferta de títulos e valores mobiliários representativos de dívida nos mercados local e internacional ou mesmo mediante a realização de outra oferta pública ou privada de ações de emissão da Companhia, tendo sempre como principal critério o menor custo de capital. A forma de obtenção desses recursos será definida pela Companhia à época da respectiva captação, dependendo inclusive das condições de mercado.

### **(ii) Fontes de financiamento dos investimentos**

O plano de negócios da Companhia prevê que as fontes de financiamento para os investimentos a serem realizados são (i) fluxo de caixa gerado pelas atividades operacionais regulares da Wine; e (ii) endividamento bancário através da contratação de linhas de crédito com os bancos parceiros. Além disso, a Companhia pode avaliar a possibilidade de contrair financiamento através de acesso ao mercado de capitais, caso julgue necessário.

Para os investimentos descritos acima, referentes a marketing, tecnologia, logística, lojas físicas e aquisição de outras empresas, pretende-se utilizar os recursos provenientes da oferta primária da oferta pública inicial de ações da Companhia.

### **(iii) Desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos**

Na data deste Formulário de Referência, a Companhia informa que não possui desinvestimentos em andamento ou previsto.

### **(b) Desde que já divulgada, indicar a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva da Companhia**

Na data deste Formulário de Referência, a Companhia informa que não há aquisição já divulgada de

## 10.8 - Plano de Negócios

plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente na capacidade produtiva da Companhia.

Novos produtos e serviços

**(i) Descrição das pesquisas em andamento já divulgadas**

Não aplicável.

**(ii) Montantes totais gastos em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços**

Não aplicável.

**(iii) Projetos em desenvolvimento já divulgados**

Não aplicável.

**(iv) Montantes totais gastos no desenvolvimento de novos produtos ou serviços**

Não aplicável.

## 10.9 - Outros Fatores Com Influência Relevante

### 10.9 - Outros fatores com influência relevante

#### *Impactos da Pandemia de COVID-19 para as Atividades da Companhia*

Em 11 de março de 2020, a Organização Mundial de Saúde (OMS), declarou uma pandemia em razão da disseminação do novo coronavírus (COVID-19). A evolução da pandemia de COVID-19 gerou uma situação sem precedentes em diversos países do mundo, inclusive no Brasil.

Nossa prioridade absoluta é com a saúde de nossos colaboradores e o primeiro passo foi a criação de um comitê interdisciplinar com atuação e monitoramento diário. O comitê conta com representantes de todas as nossas unidades: sede de Vitória, filial de São Paulo, Centros de Distribuição de Serra/ ES e Barueri/ SP, B2B e Lojas Físicas (Belo Horizonte, Porto Alegre e Curitiba). Desde o final de março, viagens de negócios em geral encontram-se suspensas (somente são realizadas em caráter de exceção e com aprovação da Diretoria) e eventos internos e externos foram cancelados.

O trabalho remoto foi adotado ainda em final março para todos, exceto as equipes essenciais de operação em nossos centros de distribuição e serviço de atendimento ao consumidor. As equipes de lojas físicas (Belo Horizonte, Porto Alegre e Curitiba), trabalham em conformidade aos decretos municipais e somente com atendimento via delivery. Para concretizar o trabalho remoto, foi feito um mapeamento dos computadores e acessórios de informática, tais como monitores, teclados etc. para que os colaboradores pudessem levar para casa. Cadeiras e acessórios de ergonomia também foram colocados à disposição. A segurança de informação também foi reforçada para garantir a estabilidade das conexões e a integridade dos dados. Para que a transição fosse realizada de maneira suave, orientações de trabalho remoto e dicas de produtividade foram compartilhadas para todas as equipes. Até a presente data a maioria das equipes da Companhia permanece em trabalho remoto, exceção feita às equipes de atendimento ao consumidor e operação em nosso centro de distribuição.

Para o cuidado com o grupo de risco presente na Companhia, que totaliza 17 colaboradores, antecipamos o período de férias e posteriormente procedemos a suspensão temporária de contrato, com manutenção de ajuda compensatória no valor de 30% pagos pela Companhia e complementado em até 70% pelo Governo por meio do seguro desemprego. Durante o ano de 2020, o Governo Brasileiro publicou medidas fiscais para enfrentamento e combate à COVID-19, das quais aderimos ao parcelamento de encargos sobre folha de pagamento (impostos INSS e FGTS), de acordo com a Lei 14020/ 2020. O INSS Patronal com adesão ao parcelamento postergou a data dos vencimentos deste encargo previdenciário dos meses competências 03/2020, 04/2020 e 05/2020 para 08/2020, 10/2020 e 11/2020 respectivamente nos montantes de R\$ 0,27 milhão, R\$ 0,28 milhão e R\$ 0,28 milhão.

O FGTS com adesão ao parcelamento postergou a data dos vencimentos deste encargo trabalhista dos meses 03/2020, 04/2020 e 05/2020 para 08/2020, 10/2020 e 11/2020, respectivamente, nos montantes R\$ 0,11 milhão, R\$ 0,11 milhão e R\$ 0,11 milhão.

Nosso centro de distribuição em Serra, Espírito Santo, continuou desde a declaração da pandemia e continua operando sem interrupções e sem horário reduzido. Para as equipes que permaneceram em operação e, de modo a minimizar a exposição e risco de contágio, a Companhia contratou vans para o deslocamento para ida e volta do trabalho. O objetivo é evitar transporte público reduzindo a exposição das nossas equipes ao risco de infecção. Medidas de precaução também foram implantadas, tais como controle de temperatura, uso obrigatório de máscara, protocolo reforçado de higiene e distanciamento. O refeitório é utilizado em turnos de modo a garantir o distanciamento mínimo na hora da alimentação.

## 10.9 - Outros Fatores Com Influência Relevante

Não adotamos medidas de reduções nos horários, nem mesmo desligamentos por conta da pandemia. Com a publicação, pelo governo, das medidas provisórias e das demais portarias para o enfrentamento dos efeitos econômicos e seus impactos, causados pela COVID-19, a Companhia adotou algumas ações para preservar a saúde de nossos colaboradores bem como preservar o caixa, descritas nos parágrafos a seguir.

Neste momento delicado, que exige o isolamento social para conter a propagação do vírus, de modo a manter a moral e saúde mental de nossos colaboradores instituímos uma rotina coletiva semanal de encontros virtuais. Os assuntos são variados e englobam ginástica laboral, mindfulness, treinamento sobre vinhos, partilha de funcionamento de áreas e conversas com o CEO. Também incluímos em nossa intranet o mural do humor, onde os colaboradores podem inserir como estão se sentindo. Caso o colaborador marque triste o gestor é avisado e pode oferecer suporte imediato.

Tendo o vinho como nosso produto, em termos de cadeia logística, trabalhamos com a maior parte com itens importados. Operamos com um modelo sem intermediários unindo o produtor diretamente aos nossos sócios e clientes. Realizamos também um amplo movimento de renegociação de contratos com fornecedores diretos e indiretos, com o objetivo de reduzir custos e ampliar prazos de pagamentos. Considerando o cenário atual trabalhamos todos os dias para gerenciar, revisar os embarques e processos de nacionalização de modo a manter o abastecimento de nossos estoques. Reforçamos a proximidade com nossos fornecedores para minimizar eventuais risco de falta de fornecimento, de fechamento de fronteiras ou de interrupção ou demora na nacionalização de produtos. Até o momento, fomos capazes de manter o ritmo de abastecimento com algumas disrupções. Durante os meses abril e maio que foram rapidamente contornadas. Como trabalhamos com uma combinação de modal aéreo com terrestre para cobrir todo o território nacional, a diminuição da operação das companhias aéreas dilatou os prazos de entregas para algumas localidades. Uma comunicação proativa dos atrasos bem como uma ampliação de nossos canais de atendimento ao consumidor foi implementada de modo monitorar este risco. Continuamos trabalhando arduamente para que esta situação se mantenha.

Realizamos entregas em todo o Brasil e de modo a ter mais agilidade, trabalhamos primeiro com a malha aérea e complementamos com o modal terrestre. As companhias aéreas reduziram fortemente suas rotas e, de modo a manter nossos compromissos, homologamos cinco novos parceiros para reforçar as entregas e aumentamos a nossa frota própria de entrega terrestre. O fato de operarmos dois centros de distribuição, um em Serra no Espírito Santo, e outro em Barueri, São Paulo (em armazém multi cliente operado pela Brasil Express) aumenta a flexibilidade em caso de disrupções e nos permitiu uma manutenção dos custos aliados a frete.

Adotamos medidas para preservar o caixa da Companhia, como, por exemplo, tomada preventiva de novas linhas de crédito no montante total de R\$ 9,9 milhões de dívidas e postergação de investimentos e despesas não essenciais e extensão de prazos com fornecedores. Este movimento foi uma decisão de caráter preventivo diante da incerteza do cenário de março/ abril 2020. Reavaliamos constantemente o relacionamento com nossos clientes, bem como extensão de prazos para seus compromissos financeiros em nosso segmento B2B, bem como extensão do prazo de parcelamento nas vendas a consumidor final neste período de COVID-19. Medidas Provisórias publicadas pelo governo possibilitando a postergação de impostos federais bem como seu parcelamento, também foram medidas adotadas pela Companhia visando a preservação de seu caixa.

No caso das lojas físicas, nenhuma de nossas lojas teve interrupção total de funcionamento, mas passaram a operar somente por *delivery* e *WhatsApp* durante os meses de abril a junho, sendo que

## 10.9 - Outros Fatores Com Influência Relevante

o volume de vendas se mantém dentro do orçamento da Companhia, bem como foi observada a superação da meta em alguns meses. Sobre os aluguéis, em nossas lojas físicas, tivemos desconto para um dos meses e postergação parcial do aluguel para os três meses subsequentes para as lojas de Porto Alegre, Curitiba e Belo Horizonte, e todos os valores postergados totalizaram R\$ 29.578,41 e já foram devidamente quitados na data de protocolo deste Formulário de Referência. Não tivemos qualquer alteração dos contratos existentes.

O cenário da desvalorização cambial também impacta nossos resultados. Realizamos um aumento de preços em abril para produtos selecionados em nosso *e-commerce* visando reduzir o impacto da variação cambial na rentabilidade da Companhia. Os valores de mensalidade de Clube permaneceram inalterados até 30 de setembro de 2020 uma vez que já se encontravam protegidos pela política de *hedge*. Porém, a partir de outubro de 2020, mesmo com a política de *hedge* vigente e sendo aplicada, tornou-se necessário um reajuste do valor da mensalidade do Clube de aproximadamente 10%. Para maiores informações sobre essa política, vide item 5.6 deste Formulário de Referência. Uma rodada de negociações em abril com produtores de vinhos para fins de extensão de prazos de pagamento e obtenção de descontos nos ajudou a alcançar bons resultados. Mantivemos as negociações com as companhias internacionais de seguro de crédito, habitualmente utilizadas pelos fornecedores de vinho, como COFACE (seguro de crédito doméstico e de exportação), Credito & Caución e Sol Unión, obtendo boas condições de cobertura mesmo num cenário mundial de restrição ao crédito e securitária garantindo a cobertura em companhias de seguros de crédito à exportação.

A alta do dólar impacta diretamente o Custo da Mercadoria Vendida (CMV) e nossas margens. A cotação do dólar encerrou o mês de fevereiro em R\$ 4,47 e em março de 2020 seguiu subindo com o agravamento da pandemia, fechando em 30 de junho em R\$ 5,46. Porém, a estratégia da Companhia tem se mostrado eficaz para a proteção cambial, de forma que nossa política prevê a contratação do *hedge* em camadas para até 9 meses de passivo. O segmento de Clube de Assinatura, nosso principal segmento e para o qual temos dificuldade para repassar aumentos de preços de forma constante, está 100% protegido com NDFs contratadas, de acordo a nossa política de *hedge*. Para os demais segmentos, temos repassado a variação cambial em aumentos de preços ao consumidor, garantindo as margens de rentabilidade da Companhia dentro do previsto. Para mais informações sobre a política de *hedge* vide item 5.6 deste Formulário de Referência.

O isolamento social causado pela pandemia do COVID-19 favoreceu todo o setor de *e-commerce* por ter se mostrado uma alternativa eficaz para as pessoas que não podiam continuar consumindo no varejo tradicional, de pontos de vendas físicos. Além disso, a falta de opções de entretenimento *out-of-home* levou as pessoas a buscarem alternativas em casa e isso provocou um crescimento do consumo de vinho como descrito no item 7.3 deste formulário de referência. A Wine se aproveitou dessa tendência do mercado e registrou forte crescimento nas vendas do *E-commerce*, encerrando o segundo trimestre de 2020 com receita líquida de R\$ 42,1 milhões, um crescimento de 45,0% quando comparado ao primeiro trimestre de 2020.

O segmento operacional de Negócios Offline também foi impactado positivamente e o aumento da receita líquida entre o primeiro e o segundo trimestre de 2020 foi de 507,4%, encerrando o segundo trimestre em R\$ 11,5 milhões, este resultado foi alavancado pelas vendas do B2B principalmente no segmento *off-trade*.

A deterioração da economia e da confiança do consumidor em meio a pandemia pode impactar negativamente o consumo. Entretanto o *e-commerce* vem capturando um impacto positivo versus os canais tradicionais. Soma-se a isso a busca por entretenimento, conforme as pessoas passem muito tempo dentro de casa. O vinho, por meio da sua versatilidade pode ocupar este espaço.

## 10.9 - Outros Fatores Com Influência Relevante

Desenvolvemos alavancas comerciais para capitalizar a busca por entretenimento durante a pandemia, em nossa plataforma Wine em Casa que combina conteúdo com promoções.

No entendimento da nossa administração, as medidas tomadas até o momento e que estão em constante reavaliação buscam manter o nível de serviço e qualidade operacional que prezamos em nossas operações, além de buscar assegurar a saúde e bem-estar dos nossos colaboradores, fornecedores e clientes e da sociedade como um todo, apoiando o cumprimento das medidas determinadas pelas autoridades públicas. Vamos continuar atuando de maneira a preservar a saúde de todos, sempre vigilantes e prontos a fazer correções de rumo conforme a evolução da situação.

### *Despesas com publicidade e parcerias*

Nossos esforços de marketing são direcionados a investimentos focados em captação de novos sócios. Mídia digitais, em plataformas tais como Google e Facebook, respondem pela grande parte dos nossos investimentos. Para garantir uma maior eficácia, estes investimentos são acompanhados por uma equipe dedicada e passam por otimizações diárias, sempre obedecendo a parâmetros máximos de custo de aquisição de cliente de modo a preservar a rentabilidade de nosso modelo de negócio. Na busca de ampliar nosso alcance, e atingir uma base maior de clientes potenciais desenvolvemos parcerias com marcas que tenham credibilidade e adequação com nosso público alvo. Estes contratos, celebram benefícios cruzados para as bases de clientes das companhias e agregam capilaridade e proximidade para as marcas, podemos citar o Itaú Personalité, Lívolo e Km de Vantagens da Ipiranga como parcerias de destaque.

Em complemento aos investimentos *online* nos baseamos em uma estratégia ancorada em canais próprios de comunicação, tais como e-mail marketing, SMS ou ainda push notifications para clientes que possuam o nosso APP. Estes canais próprios asseguram um custo reduzido de contato além de uma grande flexibilidade de segmentação. Para maiores informações sobre os softwares de titularidade de terceiros utilizados para exercer estas atividades, vide item 7.5 (c) deste formulário de referência.

Para fins de controle, um rateio e alocação de despesas por unidade de negócio e em seguida por projeto é processada mês a mês de modo que o investimento esteja corretamente atribuído e o resultado com maior precisão.

### *Despesas com patrocínios e convênios*

Somos patrocinadores do Instituto Pontes por meio da contribuição de um valor mensal. O Instituto Ponte é uma OSCIP (Organização da Sociedade Civil de Interesse Público) fundada em setembro de 2014 para que atua em programas sociais na área da educação. Maiores informações em <https://www.institutoponte.org.br/>

No que tange a convênios, somos associados ao SINCADES (Sindicato do Comércio Atacadista e Distribuidor do Espírito Santo), AVENPES (Associação de Venda Não Presencial do Espírito Santo), SINDIEX (Sindicato do Comércio de Exportação e Importação do Espírito Santo), da ABBA (Associação Brasileira de Bebidas e Alimentos) e ABO2O (Associação Brasileira Online to Offline).

## **11.1 - Projeções Divulgadas E Premissas**

### **11.1 - Projeções divulgadas e premissas**

Nos termos do artigo 20 da Instrução CVM 480, a divulgação de projeções e estimativas é facultativa. Dessa forma, a Companhia optou por não divulgar neste Formulário de Referência projeções de qualquer natureza (inclusive operacionais ou financeiras) relacionadas a ela ou às suas atividades e às de suas controladas.

## **11.2 - Acompanhamento E Alterações Das Projeções Divulgadas**

### **11.2 - Acompanhamento e alterações das projeções divulgadas**

Nos termos do artigo 20 da Instrução CVM 480, a divulgação de projeções e estimativas é facultativa. Dessa forma, a Companhia optou por não divulgar neste Formulário de Referência projeções de qualquer natureza (inclusive operacionais ou financeiras) relacionadas a ela ou às suas atividades e às de suas controladas.

## 12.1 - Descrição da Estrutura Administrativa

### 12.1 - Descrição da estrutura administrativa

#### a) atribuições do conselho de administração e dos órgãos e comitês permanentes que se reportam ao conselho de administração, indicando:

A Companhia é administrada por um Conselho de Administração e por uma Diretoria.

##### Conselho de Administração:

O Conselho de Administração é composto por no mínimo 06 (seis) e no máximo 10 (dez) membros, com mandato unificado de 02 (dois) anos, dentre os quais um será eleito presidente e outro vice-presidente pelos acionistas da Companhia. Dos membros do Conselho de Administração, no mínimo, 2 (dois) ou 20% (vinte por cento), o que for maior, deverão ser conselheiros independentes, conforme a definição do Regulamento do Novo Mercado, devendo a caracterização dos indicados ao Conselho de Administração como conselheiros independentes ser deliberada na Assembleia Geral que os eleger.

O Regimento Interno do Conselho de Administração foi aprovado em reunião do Conselho de Administração realizada em 6 de outubro de 2020.

Compete ao Conselho de Administração, sem prejuízo de outras competências fixadas na Lei das Sociedades por Ações e no Estatuto Social:

- I. Fixar a orientação geral dos negócios da Companhia e de suas Controladas, aprovando as diretrizes estratégicas, políticas empresariais, incluindo políticas contábeis, e objetivos para todas as áreas de atuação da Companhia e de suas Controladas;
- II. aprovar o código de conduta da Companhia e as políticas corporativas relacionadas a (i) divulgação de informações, (ii) negociação de valores mobiliários; (iii) gerenciamento de riscos; (iv) transações com partes relacionadas; (v) indicação; (vi) remuneração; e suas revisões;
- III. aprovar o planejamento estratégico, projeções plurianuais e orçamento anual, incluindo projetos estratégicos, plano de expansão e plano de investimentos da Companhia e das sociedades Controladas, e suas revisões;
- IV. aprovar as metas financeiras e operacionais para a avaliação de desempenho da Companhia;
- V. fiscalizar a gestão dos Diretores da Companhia e de suas Controladas e examinar, a qualquer tempo, os livros e papéis da Companhia, solicitar informações sobre contratos celebrados ou em via de celebração, e qualquer outros atos, sendo que o direito a fiscalização caberá a cada conselheiro, individualmente, o qual poderá fazer recomendações ao Conselho de Administração;
- VI. manifestar-se sobre relatórios da administração e demonstrações financeiras, e opinar sobre as propostas dos órgãos de administração a serem submetidas à aprovação da Assembleia Geral;
- VII. submeter à Assembleia Geral Ordinária proposta de destinação do lucro líquido do exercício, bem como deliberar sobre o levantamento de balanços semestrais, ou em períodos menores, e o pagamento ou crédito de dividendos ou juros sobre o capital próprio decorrentes desses balanços, bem como deliberar sobre o pagamento de dividendos intermediários ou intercalares à conta de lucros acumulados ou de reservas de lucros, existentes no último balanço anual ou semestral;
- VIII. eleger e destituir os Diretores e estabelecer suas funções e limites de poder;

## 12.1 - Descrição da Estrutura Administrativa

- IX. aprovar a remuneração individual, fixa e variável, bem como os benefícios, a serem pagos aos Administradores da Companhia, respeitando o limite global determinado pela Assembleia Geral;
- X. aprovar a criação e a revogação de Comitês, eleger e destituir seus membros, bem como fixar suas atribuições, respeitadas as disposições do Estatuto Social;
- XI. escolher e destituir os auditores independentes, bem como convocá-los para prestar os esclarecimentos que entender necessários sobre qualquer matéria;
- XII. aprovar quaisquer das seguintes operações ou contratações quando ultrapassarem os limites de alçada da Diretoria definidos pelo Conselho de Administração em ata própria: (i) endividamentos, incluindo a emissão de quaisquer instrumentos de crédito para a captação de recursos, sejam "*bonds*", "*comercial papers*" ou outros de uso comum no mercado; (ii) realização de investimentos, despesas de capital (CAPEX) ou despesas operacionais; (iii) aquisição, transferência ou desinvestimento de ativos relevantes, (iv) aprovar a aquisição, alienação ou oneração de bens integrantes do ativo não-circulante da Companhia ou de suas Controladas; (v) aprovar a outorga de garantias de qualquer natureza pela Companhia dada a terceiros, seja em benefício da própria Companhia ou não, exceto conforme previsto no item (XXII) abaixo, cujas outorgas serão obrigatoriamente objeto de aprovação pelo Conselho de Administração; e (vi) aprovar a concessão de qualquer mútuo ou financiamento pela Companhia ou por qualquer de suas Controladas;
- XIII. aprovar a transferência, a qualquer título, ou constituição de ônus ou gravame, sob qualquer forma, sobre direito de propriedade intelectual pertencente à Companhia, bem como aprovar, exceto se já previsto no orçamento anual, o licenciamento de direitos de propriedade intelectual ou de direito de autor ou de *software* da Companhia;
- XIV. aprovar a implementação de qualquer planejamento tributário ou adesão a qualquer programa de financiamento de débitos tributários;
- XV. aprovar a implantação ou descontinuidade de qualquer unidade de negócio ou atividade da Companhia inerente ao seu objeto social;
- XVI. aprovar (i) a participação da Companhia ou de qualquer de suas Controladas, direta ou indiretamente, no capital social de outra sociedade ou pessoa, (ii) a constituição de sociedades, associações, joint ventures envolvendo a Companhia ou qualquer de suas Controladas com terceiros, (iii) a celebração de qualquer novo acordo de acionistas ou de sócios relativos às sociedades em que a Companhia participe, direta ou indiretamente, por meio de qualquer sociedade Controlada, ou (iv) alteração de qualquer dos acordos de acionistas ou de sócios existentes;
- XVII. deliberar sobre a negociação com ações de emissão da Companhia para efeito de cancelamento ou permanência em tesouraria e respectiva alienação, observados os dispositivos legais pertinentes;
- XVIII. autorizar a emissão de ações da Companhia, nos limites autorizados no Artigo 6º do Estatuto Social, fixando o número, o preço, o prazo de integralização e as condições de emissão das ações, podendo, ainda, excluir o direito de preferência ou reduzir o prazo mínimo para o seu exercício nas emissões de ações, bônus de subscrição e debêntures conversíveis, cuja colocação seja feita mediante venda em bolsa ou por subscrição pública ou mediante permuta por ações em oferta pública para aquisição de controle, nos termos estabelecidos em lei;
- XIX. dentro do limite do capital autorizado, conforme previsto no Estatuto Social, (i) deliberar a emissão de bônus de subscrição e de debêntures conversíveis; (ii) de acordo com o plano aprovado pela Assembleia Geral, deliberar a outorga de opção de compra de ações aos

## 12.1 - Descrição da Estrutura Administrativa

administradores, empregados e pessoas naturais prestadoras de serviços da Companhia ou de suas controladas, com exclusão do direito de preferência dos acionistas na outorga e no exercício das opções de compra; e (iii) aprovar aumento do capital social mediante a capitalização de lucros ou reservas, com ou sem bonificação em ações;

XX. deliberar sobre a emissão de notas promissórias comerciais privadas e/ou para oferta pública de distribuição;

XXI. aprovar a concessão de garantias de qualquer natureza em favor dos acionistas, de empregados, administradores, membros dos Comitês, membros do Conselho Fiscal da Companhia, bem como das respectivas partes relacionadas;

XXII. aprovar a realização de qualquer negócio, inclusive a celebração de contratos, entre a Companhia, de um lado, e os acionistas, os administradores, membros dos Comitês, membros do Conselho Fiscal, empregados da Companhia ou partes relacionadas de tais pessoas, de outro lado, bem como a modificação das condições de tal negócio;

XXIII. manifestar-se favorável ou contrariamente a respeito de qualquer oferta pública de aquisição de ações que tenha por objeto as ações de emissão da Companhia, por meio de parecer prévio fundamentado, divulgado em até 15 (quinze) dias da publicação do edital da oferta pública de aquisição de ações, que deverá abordar, no mínimo (a) a conveniência e oportunidade da oferta pública de aquisição de ações quanto ao interesse da Companhia e do conjunto dos acionistas, inclusive em relação ao preço e aos potenciais impactos para a liquidez das ações; (b) os planos estratégicos divulgados pelo ofertante em relação à Companhia; (c) alternativas à aceitação da oferta pública de aquisição disponíveis no mercado; (d) o valor econômico da Companhia e (e) outros pontos que o Conselho de Administração considerar pertinentes, bem como as informações exigidas pelas regras aplicáveis estabelecidas pela CVM;

XXIV. decidir sobre qualquer matéria que venha a ser solicitada por ao menos 2 (dois) conselheiros, exceto por materiais cuja competência seja exclusiva da Assembleia Geral ou da Diretoria nos termos do Estatuto Social ou da legislação aplicável; e

XXV. avaliar, ao menos anualmente, se a estrutura e orçamento da Área de Auditoria Interna e Gestão de Riscos são suficientes ao desempenho de suas funções.

### Diretoria:

A diretoria da Companhia, por sua vez, é formada por no mínimo 2 (dois) e no máximo 6 (seis) membros, com mandato unificado de 2 (dois) anos, sendo um deles nomeado como Diretor Presidente, um Diretor de Relações com Investidores e os demais Diretores sem designação específica.

### Comitês:

O Estatuto Social admite a criação, pelo Conselho de Administração, de comitês de assessoramento, aos quais cabe a análise e a discussão das matérias definidas como de sua competência, bem como a formulação de propostas e recomendações para deliberação pelo Conselho de Administração. A composição de tais comitês de assessoramento será realizada de acordo com o Estatuto Social da Companhia, sua Política de Indicação de Administradores e toda a legislação e regulamentação aplicável.

O Conselho de Administração da Companhia possui 1 (um) comitê de assessoramento estatutário, qual seja:

Comitê de Auditoria e Riscos, formado por, no mínimo 3 (três) membros, com mandato unificado ao dos membros do Conselho de Administração, sendo que ao menos 1 (um) é conselheiro independente, e ao

## 12.1 - Descrição da Estrutura Administrativa

menos 1 (um) deve ter reconhecida experiência em assuntos de contabilidade societária, podendo o mesmo membro acumular ambas as características aqui referidas.

Compete ao Comitê de Auditoria e Riscos:

- opinar sobre a contratação e destituição dos serviços de auditoria independente;
- avaliar as informações trimestrais, demonstrações intermediárias e demonstrações financeiras;
- acompanhar as atividades da área de auditoria interna e gestão de riscos e da área de controles internos da Companhia;
- avaliar e monitorar as exposições de risco da Companhia;
- avaliar, monitorar, e recomendar à administração a correção ou aprimoramento das políticas internas da Companhia, incluindo a política de transações entre partes relacionadas; e
- possuir meios para recepção e tratamento de informações acerca do descumprimento de dispositivos legais e normativos aplicáveis à Companhia, além de regulamentos e códigos internos, inclusive com previsão de procedimentos específicos para proteção do prestador e da confidencialidade da informação.

**i) se possuem regimento interno próprio, informando, em caso positivo, órgão responsável pela aprovação, data da aprovação e, caso o emissor divulgue esses regimentos, locais na rede mundial de computadores onde esses documentos podem ser consultados**

O Regimento Interno do Conselho de Administração e Regimento Interno do Comitê de Auditoria e Riscos, foram aprovados pelo Conselho de Administração em reunião realizada em 6 de outubro de 2020.

**ii) se o emissor possui Comitê de Auditoria e Riscos estatutário, informando, caso positivo, suas principais atribuições, forma de funcionamento e se o mesmo atende aos requisitos da regulamentação emitida pela CVM a respeito do assunto**

A Companhia possui Comitê de Auditoria e Riscos e suas atribuições e composição constam no item 12.1(a) acima. O Comitê de Auditoria e Riscos atende aos requisitos da regulamentação emitida pela CVM e é aderente à Instrução CVM nº 308/99.

**iii) de que forma o conselho de administração avalia o trabalho da auditoria independente, indicando se o emissor possui uma política de contratação de serviços de extra-auditoria com o auditor independente, e informando o órgão responsável pela aprovação da política, data da aprovação e, caso o emissor divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado**

Não aplicável.

**b) em relação aos membros da diretoria estatutária, suas atribuições e poderes individuais, indicando se a diretoria possui regimento interno próprio, e informando, em caso positivo, órgão responsável pela aprovação, data da aprovação e, caso o emissor divulgue o regimento, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado**

Compete ao Diretor a quem forem atribuídas as funções de Relações com Investidores, além de outras atribuições definidas pelo Conselho de Administração, a prestação de informações aos investidores, à CVM e à B3, bem como manter atualizado o registro, formulários, cadastros e demais documentações societárias exigidas da Companhia em conformidade com a regulamentação aplicável da CVM e de outros órgãos reguladores ou auto reguladores.

## 12.1 - Descrição da Estrutura Administrativa

Aos Diretores compete administrar e exclusivamente representar ativa e passivamente a Companhia, com poderes para obrigá-la em quaisquer atos e contratos de seu interesse, podendo transigir e renunciar direitos e adquirir, alienar e onerar bens, conforme estipulado no artigo 22 do Estatuto Social.

Em regra, o Conselho de Administração aprova limites de alçadas para Diretoria, em ata própria e a Companhia só se obriga mediante assinaturas, em conjunto, de no mínimo 02 (dois) Diretores, sendo certo que para atos que gerem obrigação pecuniária para a Companhia em valor superior a R\$ 300.000,00 (trezentos mil reais) um dos Diretores deverá ser obrigatoriamente o Diretor Presidente ou Diretor de Relações com Investidores.

A Companhia poderá ser representada também por no mínimo 01 (um) Diretor, em conjunto com (01) um Procurador ou por, no mínimo, 02 (dois) Procuradores, em conjunto, especialmente constituídos por 02 (dois) Diretores, conforme descrito acima, devendo no documento de mandato constar os poderes específicos e os atos aos quais os Procuradores poderão praticar e o respectivo prazo.

Por fim, a Companhia poderá, ainda, ser representada isoladamente por qualquer membro da Diretoria ou por Procurador com poderes específico, nos seguintes casos: (i) mandatos com cláusula "ad judicium" para processos judiciais que não envolvam valor superior a R\$ 100.000,00 (cem mil reais), hipótese em que a procuração poderá ter prazo indeterminado e ser substabelecida; (ii) representação da Companhia em atos de mera rotina, que não gerem qualquer obrigação pecuniária para a Companhia; (iii) perante órgãos e repartições públicas, desde que não implique na assunção de responsabilidades e/ou obrigações para a Companhia; (iv) em depoimentos judiciais; e (v) perante entidades certificadoras para obtenção de certificados digitais.

**c) data de instalação do conselho fiscal, se este não for permanente, informando se possui regimento interno próprio, e indicando, em caso positivo, data da sua aprovação pelo conselho fiscal e, caso o emissor divulgue o regimento, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado**

Não aplicável.

**d) se há mecanismos de avaliação de desempenho do conselho de administração e de cada órgão ou comitê que se reporta ao conselho de administração, informando, em caso positivo:**

- (i) a periodicidade da avaliação e sua abrangência, indicando se a avaliação é feita somente em relação ao órgão ou se inclui também a avaliação individual de seus membros**

Conselho de Administração e Diretoria:

O Conselho de Administração, no mínimo, a cada 2 (dois) anos, será avaliado como órgão. Os Conselheiros serão avaliados, individualmente, ao menos uma vez durante a vigência de seu mandato.

A Diretoria, no mínimo, a cada 2 (dois) anos, será avaliada como órgão. Os Diretores serão avaliados, individualmente, ao menos uma vez durante a vigência de seu mandato.

Estará elegível para participar do processo de avaliação, como avaliador, os membros do Conselho de Administração e da Diretoria que estiverem na função por, pelo menos, duas reuniões ordinárias do respectivo órgão.

A condução do processo de avaliação do Conselho de Administração, dos Conselheiros, da Diretoria e dos Diretores é de responsabilidade do Presidente do Conselho de Administração e, para tanto, é facultativa a utilização de assessoria externa especializada.

Os resultados consolidados das avaliações do Conselho de Administração, dos Conselheiros, da Diretoria e dos Diretores serão divulgados a todos os Conselheiros, sendo que os resultados das avaliações: (i) individuais dos Conselheiros serão disponibilizados à pessoa em questão e ao

## 12.1 - Descrição da Estrutura Administrativa

Presidente do Conselho; e (ii) do Presidente do Conselho e dos Diretores serão disponibilizados aos Conselheiros.

### Comitês de Assessoramento:

Os Comitês de Assessoramento, no mínimo, a cada 2 (dois) anos, serão avaliados como órgãos. Os membros dos Comitês de Assessoramento serão avaliados, individualmente, ao menos uma vez durante a vigência de seu mandato.

Estará elegível para participar do processo de avaliação, como avaliador, o membro do Comitê de Assessoramento que estiver na função por, pelo menos, duas reuniões ordinárias do respectivo órgão. A condução do processo de avaliação é de responsabilidade do Coordenador de cada comitê, conforme aplicável.

Os resultados consolidados das avaliações serão disponibilizados a todos os membros do respectivo Comitê de Assessoramento e ao Conselho de Administração. Os resultados das avaliações individuais serão disponibilizados à pessoa em questão, ao Coordenador do respectivo Comitê de Assessoramento e ao Presidente do Conselho de Administração da Companhia.

#### **(ii) metodologia adotada e os principais critérios utilizados na avaliação**

O processo de avaliação é estruturado levando em consideração as características e responsabilidades específicas de cada órgão ou cargo, buscando alcançar um alto nível de especialização e melhores resultados para a Companhia.

Os principais critérios utilizados na avaliação individual dos Conselheiros e membros dos Comitês de Assessoramento são: (i) assiduidade no exame e no debate das matérias discutidas; (ii) contribuição ativa no procedimento decisório; e (iii) comprometimento com o exercício das suas funções.

O desempenho dos Diretores será avaliado de acordo com metas e indicadores operacionais e financeiros da Companhia, estabelecidos com base nas projeções para cada ano e repassadas para a Diretoria.

#### **(iii) como os resultados da avaliação são utilizados pelo emissor para aprimorar o funcionamento deste órgão; e**

Os resultados consolidados das avaliações do Conselho de Administração, da Diretoria e dos Comitês de Assessoramento serão divulgadas aos órgãos avaliados em questão e ao Conselho de Administração. Os resultados das avaliações individuais dos Conselheiros serão disponibilizados à pessoa em questão, ao Presidente do Conselho, sendo que os resultados das avaliações do Presidente do Conselho e dos Diretores serão também disponibilizados a todos, como forma de fiscalização e estímulo aos demais membros.

Os resultados das avaliações de cada Conselheiro e do Presidente do Conselho de Administração poderão ser discutidos em sessões de *feedback* individuais.

Os resultados das avaliações individuais dos membros dos Comitês de Assessoramento serão disponibilizados à pessoa em questão, ao Coordenador do respectivo órgão e ao Presidente do Conselho de Administração da Companhia.

Uma vez identificados tais pontos, a Companhia é capaz de estabelecer planos de ação para o contínuo aperfeiçoamento dos órgãos, comitês e membros da administração da Companhia. Os planos de ação compreendem, por exemplo, a definição de metas para o ano subsequente.

#### **(iv) se foram contratados serviços de consultoria ou assessoria externos**

É facultativa a utilização de assessoria especializada. Contudo, até a data deste Formulário de Referência, tais serviços de assessoria externa não haviam sido contratados.

## 12.2 - Regras, Políticas E Práticas Relativas às Assembleias Gerais

### 12.2 - Regras, políticas e práticas relativas às assembleias gerais

#### (a) prazos de convocação;

As Assembleias Gerais da Companhia são convocadas com, no mínimo, 15 (quinze) dias de antecedência em primeira convocação e com 8 (oito) dias de antecedência em segunda convocação.

#### (b) competências;

As Assembleias Gerais têm a competência para, além das demais atribuições previstas em lei ou no Estatuto Social da Companhia, aprovar os seguintes temas:

- I. tomar as contas dos administradores, bem como examinar, discutir e aprovar as demonstrações financeiras;
- II. deliberar, de acordo com proposta apresentada pela administração, sobre a destinação do resultado do exercício e a distribuição de dividendos;
- III. eleger e destituir os membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal, quando instalado;
- IV. fixar a remuneração global anual dos administradores, assim como a dos membros do Conselho Fiscal, se instalado;
- V. aprovar planos de concessão de ações ou de outorga de opção de compra de ações aos administradores e empregados da Companhia ou de suas controladas;
- VI. alterar o Estatuto Social;
- VII. deliberar sobre a dissolução, liquidação, fusão, cisão, incorporação da Companhia ou de qualquer sociedade na Companhia;
- VIII. aprovar a aquisição, pela Companhia, de ações de sua própria emissão para manutenção em tesouraria ou seu cancelamento, nas hipóteses em que a regulamentação exigir que tal aprovação seja deliberada pela Assembleia Geral;
- IX. pedido de falência, recuperação judicial ou extrajudicial e início e cessação do estado de liquidação da Companhia;
- X. transformação da Companhia em outro tipo societário;
- XI. deliberar sobre qualquer outra matéria que venha a ser submetida pelo Conselho de Administração;
- XII. deliberar sobre a saída da Companhia do Novo Mercado da B3; e
- XIII. dispensar a realização de oferta pública de aquisição ações, como requisito para a saída da Companhia do Novo Mercado.

#### (c) endereços (físico ou eletrônico) nos quais os documentos relativos à assembleia geral estarão à disposição dos acionistas para análise;

Endereço física: sede da Companhia, na Rua Comendador Alcides Simão Helou, nº 1565, sala 01, Bairro Civit II, na cidade de Serra, estado do Espírito Santo, CEP 29168-090.

Endereços eletrônicos: [www.cvm.gov.br](http://www.cvm.gov.br) e [www.ri.wine.com.br](http://www.ri.wine.com.br)

## 12.2 - Regras, Políticas E Práticas Relativas às Assembleias Gerais

### **(d) identificação e administração de conflitos de interesses;**

A Companhia atualmente não estabelece nenhum mecanismo específico ou política para fins de identificação de eventual conflito de interesses de algum acionista em matéria a ser deliberada em Assembleia Geral, devendo em tais casos ser observado o disposto na Lei das Sociedades por Ações.

Não obstante, a Companhia também possui o seu Código de Conduta, que dispõe que: “Cada um deve ser capaz de reconhecer situações em que possam conflitar com os interesses da Wine e assim, se abster de influência ou tomada de decisão. Além disso, ainda deve evitar negociações que causem ou pareçam causar conflitos de interesses, mantendo-se ausente de qualquer processo de tomada de decisão que influencie, ou possa ser percebido como influenciável, a sua capacidade de tomar uma decisão objetiva e do cumprimento de suas responsabilidades.”.

### **(e) solicitação de procurações pela administração para o exercício do direito de voto;**

Além das formalidades legais exigidas, a Companhia não possui regras, políticas ou práticas para solicitação de procurações pela administração para o exercício do direito de voto nas assembleias gerais.

### **(f) formalidades necessárias para aceitação de procurações outorgadas por acionistas, indicando se o emissor exige ou dispensa reconhecimento de firma, notariação, consularização e tradução juramentada e se o emissor admite procurações outorgadas por acionistas por meio eletrônico;**

No caso de acionista pessoa física, o procurador deverá ser acionista, administrador da Companhia, advogado ou instituição financeira, consoante previsto no art. 126, § 1º da Lei das Sociedades por Ações.

Acionistas que sejam pessoa jurídica poderão ser representados por procurador constituído em conformidade com seu contrato ou estatuto social, de acordo com as regras do Código Civil Brasileiro, sem necessidade de tal pessoa ser acionista, administrador da Companhia ou advogado (Processo CVM RJ2014/3578, j. 4.11.14).

Ressalta-se que, em observância ao art. 126, § 1º, da Lei das Sociedades por Ações, os instrumentos de procuração com poderes especiais para representação de acionistas nas assembleias gerais serão considerados válidos desde que o procurador tenha sido constituído há menos de 1 (um) ano.

Além disso, em cumprimento ao disposto no art. 654, § 1.º e § 2.º do Código Civil, a procuração deverá conter a indicação do lugar onde foi passada, a qualificação completa do outorgante e do outorgado, a data e o objetivo da outorga com a designação e a extensão dos poderes conferidos, contendo o reconhecimento da firma do outorgante.

O representante do acionista deverá apresentar à Companhia os seguintes documentos: (i) documento de identidade com foto (Carteira de Identidade Registro Geral - RG, a Carteira Nacional de Habilitação - CNH, passaporte, carteiras de identidade expedidas pelos conselhos profissionais e carteiras funcionais expedidas pelos órgãos da Administração Pública); (ii) atos societários e documentos pertinentes que comprovem os poderes dos signatários da procuração; (iii) o instrumento de mandato com reconhecimento de firma do outorgante; e (iv) comprovante expedido pela instituição financeira prestadora dos serviços de escrituração das ações da Companhia com, no máximo, 5 (cinco) dias de antecedência da data da realização da Assembleia Geral e, relativamente aos acionistas participantes da custódia fungível de ações nominativas, o extrato contendo a respectiva participação acionária, emitido pelo órgão competente.

Os documentos dos acionistas expedidos no exterior devem conter reconhecimento das firmas dos signatários por Tabelião ou Notário Público, devem ser apostilados ou, caso o país de emissão do documento não seja signatário da Convenção de Haia (Convenção da Apostila), devem ser legalizados em Consulado Brasileiro, traduzidos por tradutor juramentado matriculado na Junta Comercial e registrados no Registro de Títulos e Documentos, nos termos da legislação então em vigor.

## 12.2 - Regras, Políticas E Práticas Relativas às Assembleias Gerais

**(g) formalidades necessárias para aceitação do boletim de voto a distância, quando enviados diretamente à Companhia, indicando se o emissor exige ou dispensa reconhecimento de firma, notariação e consularização;**

Nos termos na Instrução CVM nº 481, de 2009, conforme alterada ("ICVM 481/09"), a Companhia disponibilizará o boletim de voto a distância por ocasião: (i) das assembleias gerais ordinárias; e (ii) das assembleias gerais que: (a) deliberarem sobre eleição de membros do conselho fiscal ou do conselho de administração, nas hipóteses previstas na ICVM 481/09; e/ou (b) se realizarem na mesma data de assembleia geral ordinária.

Nas assembleias em que o boletim for disponibilizado, caso o acionista opte por exercer o seu direito de voto a distância, por meio do envio diretamente à Companhia, deverá encaminhar os documentos abaixo relacionados aos cuidados do Departamento de Relações com Investidores:

(i) boletim de voto a distância com todos os campos devidamente preenchidos, rubricado em todas as páginas, assinado e com firma reconhecida; e

(ii) cópia simples dos seguintes documentos:

(a) no caso de pessoas físicas: documento de identidade (Carteira de Identidade Registro Geral - RG, Carteira Nacional de Habilitação - CNH, passaporte, carteiras de identidade expedidas pelos conselhos profissionais e carteiras funcionais expedidas pelos órgãos da Administração Pública, desde que contenham foto de seu titular) e atos e documentos que comprovem a representação legal, quando for o caso, procuração outorgada em conformidade com as instruções contidas no item 12.2"f" acima;

(b) no caso de pessoas jurídicas, atos societários e documentos pertinentes que comprovem a representação legal, quando for o caso, incluindo (b.1) último estatuto social ou contrato social consolidado; (b.2) procuração outorgada em conformidade com as instruções contidas no item 12.2(f) acima; (b.3) ato societário de eleição dos representantes que assinaram o boletim ou a procuração; e (b.4) documento de identidade com foto (conforme acima) dos signatários;

(c) no caso de fundos de investimento: (c.1) último regulamento consolidado do fundo; (c.2) estatuto ou contrato social do seu administrador ou gestor, conforme o caso, observada a política de voto do fundo e documentos societários que comprovem os poderes de representação; (c.3) atos societários e documentos que comprovem os poderes do signatários, incluindo, quando for o caso, procuração outorgada em conformidade com as instruções contidas no item 12.2(f) acima; e (c.4) documento de identidade com foto (conforme acima) do signatário.

Os documentos dos acionistas expedidos no exterior devem conter reconhecimento das firmas dos signatários por Tabelião Público, devem ser apostilados ou, caso o país de emissão do documento não seja signatário da Convenção de Haia (Convenção da Apostila), devem ser legalizados em Consulado Brasileiro, traduzidos por tradutor juramentado matriculado na Junta Comercial, e registrados no Registro de Títulos e Documentos, nos termos da legislação em vigor.

Os boletins de voto a distância, acompanhados da respectiva documentação, somente serão considerados válidos se recebidos fisicamente pela Companhia, em plena ordem, até 7 (sete) dias antes da data de realização da assembleia geral, no seguinte endereço: Rua Comendador Alcides Simão Helou, nº 1565, sala 01, Bairro Civit II, na cidade de Serra, estado do Espírito Santo, CEP 29168-090.

Adicionalmente, as vias digitalizadas dos documentos, poderão ser enviadas para o e-mail: [ri@wine.com.br](mailto:ri@wine.com.br), sendo que o prazo para as providências referidas abaixo (previstos no artigo 21-U da ICVM 481) contarão exclusivamente do recebimento da via física no endereço acima indicado.

## 12.2 - Regras, Políticas E Práticas Relativas às Assembleias Gerais

Nos termos do art. 21-U da ICVM 481/09, em até 3 (três) dias contados do recebimento do boletim e da respectiva documentação em via física, conforme acima, a Companhia deve comunicar ao acionista: (i) o recebimento do boletim, bem como que o boletim e eventuais documentos que o acompanham são suficientes para que o voto do acionista seja considerado válido; ou (ii) a necessidade de retificação ou reenvio do boletim de voto a distância ou dos documentos que o acompanham, descrevendo os procedimentos e prazos necessários à regularização do voto a distância.

Conforme parágrafo único do art. 21-U da ICVM 481/09, o acionista pode retificar ou reenviar o boletim de voto a distância ou os documentos que o acompanham, desde que observado o prazo para o recebimento pela Companhia, acima indicado.

Serão desconsiderados os votos proferidos por acionistas nos casos em que o boletim de voto a distância e/ou os documentos de representação dos acionistas elencados acima sejam enviados (ou reenviados e/ou retificados, conforme o caso) em inobservância aos prazos e formalidades de envio previstos neste item 12.2 do Formulário de Referência.

O acionista também poderá transmitir as suas instruções de voto a seus respectivos agentes de custódia observando as regras por eles determinadas: (i) acionistas com posição acionária em livro escritural: podem exercer o voto à distância por intermédio do escriturador; (ii) acionistas com posição acionária em instituição custodiante/corretora: deverão verificar os procedimentos para votar com a instituição custodiante da ação; e (iii) acionistas com ações custodiadas em mais de uma instituição (parte da posição custodiada nos livros do escriturador, e outra parte em custodiante, ou ações custodiadas em mais de uma instituição custodiante): basta enviar a instrução de voto apenas para uma instituição, o voto será sempre considerado pela quantidade total de ações do acionista.

As instruções enviadas para os agentes de custódia também devem ser recebidas até 7 (sete) dias antes da data de realização da assembleia geral na qual o processo de voto a distância for utilizado ou outra data específica, indicada pelos respectivos prestadores de serviço.

**(h) se a Companhia disponibiliza sistema eletrônico de recebimento do boletim de voto a distância ou de participação a distância;**

A Companhia não disponibiliza sistema eletrônico de recebimento do boletim de voto a distância ou de participação a distância.

**(i) instruções para que acionista ou grupo de acionistas inclua propostas de deliberação, chapas ou candidatos a membros do conselho de administração e do conselho fiscal no boletim de voto a distância;**

Caso o acionista queira incluir propostas de deliberação, chapas ou candidatos a membros do conselho de administração ou do conselho fiscal no boletim de voto à distância, será necessário apresentar tais propostas por meio de correspondência enviada ao endereço Rua Comendador Alcides Simão Helou, nº 1565, sala 01, Bairro Civit II, na cidade de Serra, estado do Espírito Santo, CEP 29168-090, juntamente com os documentos pertinentes à proposta, ou por meio do endereço [www.ri.wine.com.br](http://www.ri.wine.com.br), nos prazos estabelecidos pela regulamentação vigente.

**(j) se a Companhia disponibiliza fóruns e páginas na rede mundial de computadores destinados a receber e compartilhar comentários dos acionistas sobre as pautas das assembleias;**

A Companhia não disponibiliza fóruns e páginas na rede mundial de computadores destinados a receber e compartilhar comentários dos acionistas sobre as pautas das assembleias.

## 12.2 - Regras, Políticas E Práticas Relativas às Assembleias Gerais

**(k) outras informações necessárias à participação a distância e ao exercício do direito de voto a distância;**

O boletim de voto a distância será disponibilizado, nos prazos legais aplicáveis, no site de Relações com Investidores da Companhia e no site da CVM, detalhando todos os requisitos necessários e orientações a respeito da votação à distância.

A Companhia, em regra, não transmite ao vivo o vídeo e/ou o áudio das assembleias.

Nos termos do art. 21-Q e seguintes da ICVM 481/09, os acionistas titulares de ações de emissão da Companhia que estejam depositadas em depositária central poderão transmitir as instruções de voto para preenchimento do boletim de voto a distância por meio de seus respectivos agentes de custódia, caso esses prestem esse tipo de serviço. O serviço de coleta e transmissão de instruções de preenchimento de voto poderá ser realizado também pelos escrituradores.

A Companhia também esclarece que, nos termos do art. 21-W, § 2º, da ICVM 481/09, havendo divergências entre o boletim de voto a distância recebido diretamente pela Companhia e a instrução de voto contida no mapa de votação proveniente do escriturador para um mesmo número de CPF ou CNPJ, a instrução de voto proveniente do escriturador deve prevalecer.

Ademais, nos termos do art. 21-W, § 5º da ICVM 481/09, a Companhia assinala que serão desconsideradas as instruções de voto a distância quando os acionistas responsáveis por tais instruções: (i) compareçam fisicamente à assembleia geral em questão, solicitando exercer atualizado voto presencialmente; e (ii) não sejam elegíveis para votar em tal assembleia ou na respectiva deliberação.

## 12.3 - Regras, Políticas E Práticas Relativas ao Conselho de Administração

### 12.3 - Regras, políticas e práticas relativas ao Conselho de Administração

**(a) número de reuniões realizadas no último exercício social, discriminando entre número de reuniões ordinárias e extraordinárias;**

No exercício social de 2019, entre 1 de janeiro de 2019 e 31 de dezembro de 2019, o Conselho de Administração da Companhia se reuniu, ordinariamente, 7 (sete) vezes, conforme abaixo:

<b>Data</b>	<b>Natureza</b>
15/02/2019	Ordinária
16/04/2019	Ordinária
30/04/2019	Ordinária
06/08/2019	Ordinária
04/09/2019	Ordinária
23/10/2019	Ordinária
13/12/2019	Ordinária

**(b) se existirem, as disposições do acordo de acionistas que estabeleçam restrição ou vinculação ao exercício do direito de voto de membros do conselho;**

Não aplicável.

**(c) regras de identificação e administração de conflitos de interesses;**

De acordo com o artigo 16, §4º do Estatuto Social da Companhia, não pode ser eleito para integrar o Conselho de Administração aquele que (i) ocupe cargos em sociedade que possa ser considerada concorrente da Companhia ou em suas controladas, ou (ii) tenha, ou represente, interesse conflitante com o da Companhia. Não poderá ser exercido o direito de voto pelo membro do Conselho de Administração caso se configurem, supervenientemente, esses fatores de impedimento. Há ainda regras que abordam a identificação e administração de conflitos de interesses, no Código de Conduta e no Regimento Interno do Conselho de Administração, aprovados pelo Conselho de Administração em reunião do dia 6 de outubro de 2020.

**(d) se o emissor possui política de indicação e de preenchimento de cargos do conselho de administração formalmente aprovada, informando, em caso positivo:**

**i. órgão responsável pela aprovação da política, data da aprovação e, caso o emissor divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado;**

A Política de Indicação de Administradores, aprovada pelo Conselho de Administração em reunião do dia 6 de outubro de 2020, foi elaborada em consonância com o Estatuto Social da Companhia, o Regimento Interno do Conselho de Administração, o Regulamento do Novo Mercado, a Lei das Sociedades por Ações e tem por objetivo determinar os requisitos mínimos para indicação de membros da administração, prezando pelas melhores práticas de governança corporativa.

**ii. principais características da política, incluindo regras relativas ao processo de indicação dos membros do conselho de administração, à composição do órgão e à seleção de seus membros;**

A indicação dos membros deverá observar o disposto no Estatuto Social da Companhia nos Regimentos Internos vigentes do Conselho de Administração ou do Comitê de Auditoria e Riscos, conforme o caso, na Política de Indicação de Administradores, no Código de Conduta, no Acordo de

### 12.3 - Regras, Políticas E Práticas Relativas ao Conselho de Administração

Acionistas, bem como na legislação vigente, de forma a refletir e consolidar as estruturas existentes para a proteção dos interesses da Companhia, de seus acionistas e do mercado.

Deverão ser indicados para o Conselho de Administração, para os Comitês e para a Diretoria, profissionais altamente qualificados, com notável experiência (técnica e profissional) e alinhados aos valores e à cultura da Companhia.

O processo de indicação também deverá considerar, dentre outros, critérios como: complementaridade de competências, disponibilidade de tempo para o exercício da função e diversidade.

A posse dos membros da administração da Companhia estará condicionada à assinatura do termo de posse, à adesão à Política de Divulgação de Ato ou Fato Relevante e à Política de Negociação de Valores Mobiliários da Companhia, bem como ao atendimento dos requisitos legais aplicáveis.

Os cargos de Presidente do Conselho de Administração e de Diretor Presidente ou principal executivo da Companhia não poderão ser acumulados pela mesma pessoa.

Deverão ser indicados para compor o Conselho de Administração profissionais altamente qualificados com notável experiência profissional e técnica, com reputação ilibada, e com potencial de atender ao interesse da Companhia, dos seus acionistas e empregados, bem como a responsabilidade social da Companhia, pautados pela legalidade, pela ética e pelas melhores práticas de governança. A indicação dos candidatos observará a disponibilidade de tempo de seus membros para o exercício das funções e, preferencialmente, a diversidade de conhecimentos, experiências, comportamentos, aspectos culturais, faixa etária e gênero.

A composição do Conselho de Administração deverá ser avaliada ao final de cada mandato para buscar o atendimento aos critérios constantes da Política de Indicação de Administradores, quando da aprovação dos candidatos propostos pela administração.

A proposta de reeleição dos membros do Conselho de Administração deverá levar em consideração o seu bom desempenho durante o período, sua experiência e a assiduidade nas reuniões durante o mandato anterior, conforme os resultados do processo de avaliação periódica do Conselho de Administração, bem como as conclusões quanto à adequação ou necessidade de ajustes em sua composição.

Conforme previsto no art. 17 do Estatuto Social da Companhia, a eleição dos membros do Conselho de Administração dar-se-á pelo sistema de chapas, ressalvado o disposto no §5º do mesmo artigo e a possibilidade de eleição em separado nas hipóteses legais.

Somente poderão concorrer as chapas: (i) indicadas pelo Conselho de Administração; ou (ii) que sejam indicadas por qualquer acionista ou conjunto de acionistas, sendo vedada a apresentação de mais de uma chapa pelo mesmo acionista (não obstante, uma mesma pessoa poderá integrar duas ou mais chapas, inclusive aquela indicada pelo Conselho de Administração).

Os acionistas ou conjunto de acionistas que desejarem propor chapa para concorrer aos cargos no Conselho de Administração deverão, juntamente com a proposta de chapa, a ser apresentada nos termos da regulamentação vigente, encaminhar ao Conselho de Administração as informações requeridas pela regulamentação vigente acerca de cada um dos candidatos que compuserem a chapa.

Cada acionista somente poderá votar em uma chapa e serão declarados eleitos os candidatos da chapa que receber maior número de votos na Assembleia Geral.

Na hipótese de eleição dos membros do Conselho de Administração pelo processo de voto múltiplo, cada integrante das chapas apresentadas na forma do art. 17 do Estatuto Social será considerado um candidato para o cargo de conselheiro.

Cada indicado a conselheiro independente deverá apresentar declaração ao Conselho de Administração, atestando seu enquadramento em relação aos critérios de independência

### 12.3 - Regras, Políticas E Práticas Relativas ao Conselho de Administração

estabelecidos no Regulamento do Novo Mercado, contemplando a respectiva justificativa, se verificada alguma das situações previstas no § 2º do artigo 16 do Regulamento do Novo Mercado.

O Conselho de Administração da Companhia deverá aprovar manifestação, inserida na proposta da administração referente à Assembleia Geral para eleição de administradores, contemplando: (a) a aderência de cada candidato ao cargo de membro do Conselho de Administração a esta Política; e (b) as razões, à luz do disposto no Regulamento do Novo Mercado e na declaração acima mencionada, pelas quais se verifica o enquadramento de cada candidato como conselheiro independente.

A assembleia geral elegerá, dentre os membros do conselho de administração, seu Presidente e seu Vice-Presidente, devendo tal eleição ocorrer na primeira reunião após a posse dos Conselheiros ou na primeira reunião seguinte à ocorrência da vacância desse cargo.

Dos membros do Conselho de Administração, no mínimo 2 (dois) ou 20% (vinte por cento), o que for maior, deverão ser conselheiros independentes, conforme a definição do Regulamento do Novo Mercado, devendo a caracterização dos indicados ao Conselho de Administração como conselheiros independentes ser deliberada na Assembleia Geral que os eleger.

Quando, em decorrência do cálculo do percentual, o resultado gerar um número fracionário, deve-se proceder ao arredondamento para o número inteiro imediatamente superior.

O Conselho de Administração deverá indicar para a composição da Diretoria profissionais altamente qualificados com notável experiência profissional e técnica, com reputação ilibada, e com potencial de atender ao interesse da Companhia, dos acionistas e empregados, bem como a responsabilidade social da Companhia, pautados pela legalidade, pela ética e pelas melhores práticas de governança.

A Diretoria deverá ser composta por um diretor presidente, um diretor de relação com investidores, e os demais não tendo designação específica, com as atribuições conferidas pelo Estatuto Social e/ou pelo Conselho de Administração, nos termos da legislação vigente.

A proposta de reeleição dos membros da Diretoria deverá considerar sua avaliação periódica pelo Conselho de Administração.

O Conselho de Administração deverá buscar eleger como (a) Diretor Presidente um executivo apto a liderar a gestão dos negócios da Companhia, com observância aos limites de risco e às diretrizes aprovados pelo Conselho de Administração; e (b) Diretor de Relações com Investidores e Diretores sem designação específica executivos com experiência e habilidades relacionadas à sua área de atuação, sempre observados os critérios estabelecidos acima. A proposta de reeleição dos membros da Diretoria deverá levar em consideração o seu bom desempenho durante o período, sua experiência e a assiduidade nas reuniões durante o mandato anterior.

O Conselho de Administração poderá criar comitês para o assessoramento da administração da Companhia, com objetivos restritos e específicos, designando os seus respectivos membros e prazo de duração.

As pessoas indicadas para os Comitês, poderão ser administradores da Companhia ou não, deverão possuir comprovada capacitação acerca das competências e/ou atribuições do comitê em questão.

A indicação de nomes dos candidatos para membros dos Comitês da Companhia poderá ser feita pelo Diretor Presidente ou pelo Conselho de Administração, com antecedência da data reunião do Conselho de Administração que nomeará os membros dos Comitês.

A proposta de reeleição dos membros dos Comitês deverá considerar os resultados do processo de avaliação periódica dos Comitês.

## **12.4 - Descrição da Cláusula Compromissória Para Resolução de Conflitos Por Meio de Arbitragem**

### **12.4 - Descrição da cláusula compromissória para resolução de conflitos por meio de arbitragem**

Nos termos do artigo 38 do Estatuto Social, a Companhia, seus acionistas, administradores e os membros do Conselho Fiscal, efetivos e suplentes, se houver, obrigam-se a resolver, por meio de arbitragem, perante a Câmara de Arbitragem do Mercado, na forma de seu regulamento, qualquer controvérsia que possa surgir entre eles, relacionada com ou oriunda de sua condição de emissor, acionistas, administradores, e membros do conselho fiscal, em especial, decorrentes das disposições contidas na Lei n.º 6.385/76, na Lei nº das Sociedades por Ações, no Estatuto Social, nas normas editadas pelo Conselho Monetário Nacional, pelo Banco Central do Brasil e pela Comissão de Valores Mobiliários, bem como nas demais normas aplicáveis ao funcionamento do mercado de capitais em geral, além daquelas constantes do Regulamento do Novo Mercado, dos demais regulamentos da B3 e do Contrato de Participação no Novo Mercado.

**12.5/6 - Composição E Experiência Profissional da Administração E do Conselho Fiscal**

Nome	Data de nascimento		Orgão administração	Data da eleição		Prazo do mandato	Número de Mandatos Consecutivos
	Profissão	Outros cargos e funções exercidas no emissor		Cargo eletivo ocupado	Data de posse		
Alexandre Magno Da Cruz Oliveira Filho	27/07/1982		Pertence apenas à Diretoria	27/08/2020	27/08/2020	2 anos, encerrando-se na RCA subsequente à AGO de 2022	3
974.860.941-34	Administrador de empresas		12 - Diretor de Relações com Investidores	27/08/2020	27/08/2020		0.00%
Laura Gonçalves Cavalcanti de Bairos	07/10/1977		Pertence apenas à Diretoria	27/08/2020	27/08/2020	2 anos, encerrando-se na RCA subsequente à AGO de 2022	1
075.530.027-04	Administradora de empresas		19 - Outros Diretores Diretoria Estatutária	27/08/2020	27/08/2020	Não	0.00%
Clayton Freire dos Santos	02/06/1981		Pertence apenas à Diretoria	27/08/2020	27/08/2020	2 anos, encerrando-se na RCA subsequente à AGO de 2022	1
086.656.877-85	Administrador de empresas		19 - Outros Diretores Diretoria Estatutária	27/08/2020	27/08/2020		0.00%
German Garfinkel	07/10/1975		Pertence apenas à Diretoria	27/08/2020	27/08/2020	2 anos, encerrando-se na RCA subsequente à AGO de 2022	0
227.616.538-31	Comércio internacional		19 - Outros Diretores Diretoria Estatutária	27/08/2020	27/08/2020		0.00%
Alexandre Rodrigues Malta	07/12/1980		Pertence apenas à Diretoria	27/08/2020	27/08/2020	2 anos, encerrando-se na RCA subsequente à AGO de 2022	0
810.725.540-20	Contador		19 - Outros Diretores Diretoria Estatutária	27/08/2020	27/08/2020		0.00%
Flavia Buarque De Almeida	04/08/1967		Pertence apenas ao Conselho de Administração	26/08/2020	26/08/2020	2 anos, encerrando-se na AGO de 2022	5
149.008.838-59	Administradora de empresas		21 - Vice Presidente Cons. de Administração	26/08/2020	26/08/2020	Sim	100.00%
Fabio Bruggioni	25/04/1974		Pertence apenas ao Conselho de Administração	26/08/2020	26/08/2020	2 anos, encerrando-se na AGO de 2022	8

**12.5/6 - Composição E Experiência Profissional da Administração E do Conselho Fiscal**

Nome	Data de nascimento		Orgão administração	Data da eleição		Prazo do mandato	Número de Mandatos Consecutivos
	Profissão	Outros cargos e funções exercidas no emissor		Cargo eletivo ocupado	Data de posse		
266.193.038-89	Administrador de empresas	20 - Presidente do Conselho de Administração	26/08/2020	Não	100.00%		
Eduardo Sirotsky Meizer	13/05/1972	Pertence apenas ao Conselho de Administração	26/08/2020	2 anos, encerrando-se na AGO de 2022	6		
643.090.450-49	Administrador de empresas	22 - Conselho de Administração (Efetivo)	26/08/2020	Sim	100.00%		
Representante legal da acionista Orbeat Som & Imagem Ltda.							
Rogério Muniz Salume	12/02/1973	Pertence apenas ao Conselho de Administração	26/08/2020	2 anos, encerrando-se na AGO de 2022	8		
009.599.727-06	Empresário	22 - Conselho de Administração (Efetivo)	26/08/2020	Não	100.00%		
Acionista pessoa física. Consultor Estratégico pela empresa Atena.							
Santuza Paolucci N. Bicalho	24/02/1973	Pertence apenas ao Conselho de Administração	26/08/2020	2 anos, encerrando-se na AGO de 2022	0		
917.280.456-49	Advogada	27 - Conselho de Adm. Independente (Efetivo)	26/08/2020	Não	100.00%		
Estanislau Mendes Llobatera Bassols	12/11/1975	Pertence apenas ao Conselho de Administração	02/10/2020	2 anos, encerrando-se na AGO de 2022	0		
268.432.018-73	Engenheiro	27 - Conselho de Adm. Independente (Efetivo)	02/10/2020	Não	0.00%		
Marcelo Giovanetti D'arizzeno	29/08/1984	Pertence à Diretoria e ao Conselho de Administração	27/08/2020	2 anos, encerrando-se na RCA subsequente à AGO de 2022	5		
227.962.378-18	Administrador de empresas	33 - Conselheiro(Efetivo) e Dir. Presidente	27/08/2020	Não	0.00%		
Diretor Presidente da Companhia.							
Marcelo Giovanetti D'arizzeno	29/08/1984	Pertence à Diretoria e ao Conselho de Administração	26/08/2020	2 anos, encerrando-se na AGO de 2022	5		

**12.5/6 - Composição E Experiência Profissional da Administração E do Conselho Fiscal**

Nome	Data de nascimento		Orgão administração	Data da eleição		Prazo do mandato	Número de Mandatos Consecutivos
	Profissão			Data de posse	Foi eleito pelo controlador		
<b>Outros cargos e funções exercidas no emissor</b>	<b>Descrição de outro cargo / função</b>						
227.962.378-18	Administrador de empresas		33 - Conselheiro(Efeito) e Dir. Presidente	26/08/2020	Sim		100.00%
Diretor Presidente da Companhia.							
<b>Experiência profissional / Critérios de Independência</b>							
Alexandre Magno Da Cruz Oliveira Filho - 974.860.941-34							
O Sr. Alexandre Magno da Cruz Oliveira Filho é atualmente Diretor de Marketing Ecommerce da Wine. Iniciou sua carreira em 2001 na área de planejamento e pricing da Tele Centro-Oeste Celular, empresa que posteriormente foi adquirida pela Vivo. Na Vivo, desenvolveu sua carreira principalmente em inteligência de negócios e na área de marketing, como Gerente Sênior de Marketing. Trabalhou também na Nextel, liderando a área de gestão de base de clientes e contribuindo para redução do churn da Companhia.							
O Sr. Alexandre Magno da Cruz Oliveira Filho declarou para todos os fins de direito que, nos últimos 5 anos, não esteve sujeito a qualquer condenação criminal, qualquer condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM e qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse por efeito a suspensão ou a inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial. Adicionalmente, o Sr. Alexandre Magno da Cruz Oliveira Filho declara que não é considerado uma Pessoa Exposta Politicamente, nos termos da regulamentação aplicável.							
Laura Gonçalves Cavalcanti de Barros - 075.530.027-04							
A Sra. Laura Gonçalves Cavalcanti de Barros é atualmente Diretora de Marketing e de Governança da Wine. Tem mais de 20 anos de experiência, atuou como VP Marketing Global da Gallo Worldwide, como Diretora de Marca no Groupe L'Occitane e Diretora de Marketing L'Oréal Professionnel e Diretora de Marketing da Garnier na L'Oréal.							
A Sra. Laura Gonçalves Cavalcanti de Barros declarou para todos os fins de direito que, nos últimos 5 anos, não esteve sujeita a qualquer condenação criminal, qualquer condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM e qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse por efeito a suspensão ou a inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial. Adicionalmente, a Sra. Laura Gonçalves Cavalcanti de Barros declara que não é considerada uma Pessoa Exposta Politicamente, nos termos da regulamentação aplicável.							
Clayton Freire dos Santos - 086.656.877-85							
O Sr. Clayton Freire dos Santos é atualmente Diretor Tecnologia da Wine. Tem mais de 20 anos de experiência, participou de grandes projetos de implementação de ERP em empresas como: Grupo Cosentino, Levantina Granitas, Cava Granitos, Shopping Vitória, Transulça, Provale, Micron Ita, Yara Alimentos e Antolini. Além de ter sido Gerente de implementação na Consist Software.							
O Sr. Clayton Freire dos Santos declarou para todos os fins de direito que, nos últimos 5 anos, não esteve sujeito a qualquer condenação criminal, qualquer condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM e qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse por efeito a suspensão ou a inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial. Adicionalmente, o Sr. Clayton Freire dos Santos declara que não é considerado uma Pessoa Exposta Politicamente, nos termos da regulamentação aplicável.							
German Garfinkel - 227.616.538-31							
O Sr. German Garfinkel é atualmente o Diretor de B2B/O2O/Suprimentos/Importação da Wine. Nascido em Buenos Aires, com mais de 20 anos de experiência no mercado de B2B e lojas físicas. Iniciou a carreira sendo convidado pelo Ministério de Relações Exteriores da Argentina para integrar o time do programa nacional de fomento de exportações. Foi morar no Brasil a convite de uma empresa para gerenciá-la, em seguida fundou Bodegas, importadora de vinhos especializada no canal B2B. Após 17 anos no comando de Bodegas, em 2018, vendeu sua participação a Wine e foi convidado a liderar o time de B2B e O2O, projeto de lojas físicas.							
O Sr. German Garfinkel declarou para todos os fins de direito que, nos últimos 5 anos, não esteve sujeito a qualquer condenação criminal, qualquer condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM e qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse por efeito a suspensão ou a inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial. Adicionalmente, o Sr. German Garfinkel declara que não é considerado uma Pessoa Exposta Politicamente, nos termos da regulamentação aplicável.							
Alexandre Rodrigues Malta - 810.725.540-20							

O Alexandre Rodrigues Malta é atualmente o Diretor de Finanças da Wine. Com mais de 18 anos de experiência na área Contábil e grande background em planejamento tributário, reorganização societária e due diligence bem como controle orçamentário e indicadores de desempenho. Trabalhou no Grupo RBS e foi professor de pós graduação de auditoria de tributos, impostos e taxas na faculdade São Judas Tadeu.

O Alexandre Rodrigues Malta declarou para todos os fins de direito que, nos últimos 5 anos, não esteve sujeito aos efeitos de qualquer condenação criminal, qualquer condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM e qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse por efeito a suspensão ou a inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial. Adicionalmente, o Sr. Alexandre Rodrigues Malta declara que não é considerado uma Pessoa Exposta Politicamente, nos termos da regulamentação aplicável.

Flavia Buarque De Almeida - 149.008.838-59

A Sra. Flavia Buarque de Almeida é atualmente sócia da Península Capital Participações S.A. e também é diretora e sócia indireta da O3 Gestão de Recursos Ltda., gestora da acionista Península Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia – Investimento no Exterior, além de membro do Conselho Deliberativo do Instituto Península. Flavia é, atualmente, CEO do Grupo Península. Flavia é conselheira da BRF S.A., conselheira do Groupe Carrefour S.A., conselheira da Wine.com.br, conselheira da Vitamina Chile SPA, conselheira da Ultrapar Participações S.A. Flavia foi conselheira de empresas públicas e privadas. Foi conselheira no Board of Overseers da Universidade de Harvard, foi conselheira do Grupo Camargo Corrêa, foi conselheira das Lojas Renner e também da Ânima Educação. Flavia foi sócia do Monitor Group e também da McKinsey & Company. Também foi diretora geral da Participações Morro Vermelho S.A. Flavia é bacharel em administração de empresas, tem MBA (mestrado) pela Universidade de Harvard, bem como participou de diversos cursos de especialização e programas executivos, dentre eles Insead, HBS e Kellogg.

A Sra. Flavia Buarque de Almeida declarou para todos os fins de direito que, nos últimos 5 anos, não esteve sujeito aos efeitos de qualquer condenação criminal, qualquer condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM e qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse por efeito a suspensão ou a inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial. Adicionalmente, a Sra. Flavia Buarque de Almeida declara que não é considerado uma Pessoa Exposta Politicamente, nos termos da regulamentação aplicável.

Fabio Bruggioni - 266.193.038-89

O Sr. Fabio Bruggioni é atualmente Diretor Global de Consumidores da TELEFONICA SA, Presidente do Conselho de Administração da TCF (Telefônica Consumer Finance) e da Wine. É também fundador da e.BRICKS Digital. Fabio trabalhou na Telefônica Brasil, liderando a unidade de negócios SMB e Consumo e no CITIBANK (Credicard), gerenciando produtos de aquisição e cartões co-branded e foi conselheiro independente da CVC turismo, Smiles, RBS Midia e Mills.

O Sr. Fabio Bruggioni declarou para todos os fins de direito que, nos últimos 5 anos, não esteve sujeito aos efeitos de qualquer condenação criminal, qualquer condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM e qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse por efeito a suspensão ou a inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial. Adicionalmente, o Sr. Fabio Bruggioni declara que não é considerado uma Pessoa Exposta Politicamente, nos termos da regulamentação aplicável.

Eduardo Sirotsky Meizer - 643.090.450-49

O Sr. Eduardo Sirotsky Meizer é sócio-fundador e atualmente CEO da EB CAPITAL, empresa de investimento focada em longo prazo e dedicada a growth equity no mercado intermediário e é membro do Conselho de Administração da Wine. Foi CEO e atualmente é Chairman do Grupo RBS, um dos maiores conglomerados de multimídia do Brasil. Fundou também a e.BRICKS Ventures. Trabalhou na Booz Allen Consulting, Delphi nos EUA, e foi Managing Director na BoxTop Media em NY. Meizer é graduado pela PUC RS e possui MBA pela Harvard Business School em Boston.

O Sr. Eduardo Sirotsky Meizer declarou para todos os fins de direito que, nos últimos 5 anos, não esteve sujeito aos efeitos de qualquer condenação criminal, qualquer condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM e qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse por efeito a suspensão ou a inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial.

Adicionalmente, o Sr. Eduardo Sirotsky Meizer declara que não é considerado uma Pessoa Exposta Politicamente, nos termos da regulamentação aplicável.

Rogério Muniz Salume - 009.599.727-06

O Sr. Rogério Muniz Salume é sócio-fundador e atualmente membro do Conselho de Administração e consultor estratégico da Wine.com.br. É também consultor estratégico pela empresa Atena e tem algumas iniciativas em Startups. Professor do curso de MBA da PUC RS, palestrante e mentor Endeavor. Foi CEO da Wine.com.br e empreendedor das empresas Brasil Trade e Estação do Vinho.

O Sr. Rogério Muniz Salume declarou para todos os fins de direito que, nos últimos 5 anos, não esteve sujeito aos efeitos de qualquer condenação criminal, qualquer condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM e qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse por efeito a suspensão ou a inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial.

Adicionalmente, o Sr. Rogério Muniz Salume declara que não é considerado uma Pessoa Exposta Politicamente, nos termos da regulamentação aplicável.

Santuzza Paolucci N. Bicalho - 917.280.456-49

A Sra. Santuza Paolucci N. Bicalho atualmente é Diretora de Marketing da Latam e membro independente do Conselho de Administração da Wine. Possui mais de 20 anos de experiência em organizações B2C e B2B nos setores de varejo, viagens e turismo e educação. Foi responsável por vários projetos em estratégia, desenvolvimento e planejamento de vendas globais. Trabalhou nas empresas AxialConsult, CVC Corp, Study Group, STB Student Travel Bureau, dentro outras.

A Sra. Santuza Paolucci N. Bicalho declarou para todos os fins de direito que, nos últimos 5 anos, não esteve sujeito aos efeitos de qualquer condenação criminal, qualquer condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM e qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse por efeito a suspensão ou a inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial. Adicionalmente, A Sra. Santuza Paolucci N. Bicalho declara que não é considerado uma Pessoa Exposta Politicamente, nos termos da regulamentação aplicável.

Estanislaú Mendes Lobatera Bassols - 268.432.018-73

O Sr. Estanislaú Mender Lobatera Bassols atualmente é CEO da Sky Brasil e membro do Conselho de Administração Independente da Wine. Possui mais de 16 anos de experiência executiva em empresas. Na VR Benefícios foi CEO e membro do Conselho de Administração. Na Telefônica adquiriu larga experiência em planejamento estratégico, marketing, vendas e desenvolvimento de produtos, além de ser responsável pelo P&L de mais de 4 bilhões de dólares nos negócios de B2C e B2B nas unidades do Brasil.

O Sr. Estanislaú Mendes Lobatera Bassols declarou para todos os fins de direito que, nos últimos 5 anos, não esteve sujeito aos efeitos de qualquer condenação criminal, qualquer condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM e qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse por efeito a suspensão ou a inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial. Adicionalmente, o Sr. Estanislaú Mendes Lobatera Bassols declara que não é considerado uma Pessoa Exposta Politicamente, nos termos da regulamentação aplicável.

Marcelo Giovanetti D'arrienzo - 227.962.378-18

Marcelo Giovanetti D'arrienzo - 227.962.378-18

O Sr. Marcelo Giovanetti D'Arrienzo é CEO e membro do Conselho de Administração. Também é diretor e sócio direto da O3 Gestão de Recursos Ltda., gestora da acionista Península Fundo de Investimento em Participações Multifestragia – Investimento no Exterior. Trabalhou como consultor na Unisys atuando como executivos de pré-vendas, como analista e trainee no Banco Safra e como Gerente Sênior no Monitor Group. Ainda, é sócio minoritário da Bodegas (controlada da Companhia), desde janeiro de 2019.

O Sr. Marcelo Giovanetti D'Arrienzo declarou para todos os fins de direito que, nos últimos 5 anos, não esteve sujeito aos efeitos de qualquer condenação criminal, qualquer condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM e qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse por efeito a suspensão ou a inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial.

Adicionalmente, o Sr. Marcelo Giovanetti D'Arrienzo declara que não é considerado uma Pessoa Exposta Politicamente, nos termos da regulamentação aplicável.

#### **Tipo de Condenação**

#### **Descrição da Condenação**

Alexandre Magno Da Cruz Oliveira Filho - 974.860.941-34

N/A

Laura Gonçalves Cavalcanti de Barros - 075.530.027-04

N/A

Clayton Freire dos Santos - 086.656.877-85

N/A

German Garfinkel - 227.616.538-31

N/A

Alexandre Rodrigues Malta - 810.725.540-20

N/A

Flavia Buarque De Almeida - 149.008.838-59

N/A

Fabio Bruggioni - 266.193.038-89

N/A

Eduardo Sirotsky Meizer - 643.090.450-49

N/A

Rogério Muniz Salume - 009.599.727-06

N/A

Santuza Paolucci N. Bicalho - 917.280.456-49

N/A

Estanislau Mendes Lobatera Bassols - 268.432.018-73

N/A

Marcelo Giovanetti D'ariento - 227.962.378-18

Marcelo Giovanetti D'ariento - 227.962.378-18

N/A

**12.7/8 - Composição Dos Comitês**

Nome	Tipo comitê		Tipo de Auditoria		Cargo ocupado	Data de nascimento	Data posse	Prazo mandato
	Descrição outros comitês	Profissão	Descrição outros cargos ocupados	Número de Mandatos Consecutivos				
<b>Outros cargos/funções exercidas no emissor</b>								
Estanislaui Mendes Lobatera Bassols	Outros Comitês		Outros		Outros	12/11/1975	06/10/2020	2 anos, encerrando-se na RCA subsequente à AGO de 2022
268.432.018-73	Comitê de Auditoria Estatutário	Engenheiro	Membro do Comitê de Auditoria e Riscos			03/10/2020	0	0.00%
<b>Celso Rocha Tomaniuk</b>								
	Outros Comitês		Outros		Outros	16/09/1958	06/10/2020	2 anos, encerrando-se na RCA subsequente à AGO de 2022
051.027.458-75	Comitê de Auditoria Estatutário	Engenheiro	Coordenador e Membro do Comitê de Auditoria e Riscos			03/10/2020	0	0.00%
<b>Nixon Fabian Salgado</b>								
	Outros Comitês		Outros		Outros	18/12/1967	06/10/2020	2 anos, encerrando-se na RCA subsequente à AGO de 2022
233.825.448-14	Comitê de Auditoria Estatutário	Administrador	Membro do Comitê de Auditoria e Riscos			03/10/2020	0	0.00%

**Experiência profissional / Critérios de Independência**

Estanislaui Mendes Lobatera Bassols - 268.432.018-73

O Sr. Estanislaui Mender Lobatera Bassols atualmente é CEO da Sky Brasil e membro do Conselho de Administração Independente da Wine. Possui mais de 16 anos de experiência executiva em empresas. Na VR Benefícios foi CEO e membro do Conselho de Administração. Na Telefônica adquiriu larga experiência em planejamento estratégico, marketing, vendas e desenvolvimento de produtos, além de ser responsável pelo P&L de mais de 4 bilhões de dólares nos negócios de B2C e B2B nas unidades do Brasil.

O Sr. Estanislaui Mendes Lobatera Bassols declarou para todos os fins de direito que, nos últimos 5 anos, não esteve sujeito aos efeitos de qualquer condenação criminal, qualquer condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM e qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse por efeito a suspensão ou a inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial. Adicionalmente, o Sr. Estanislaui Mendes Lobatera Bassols declara que não é considerado uma Pessoa Exposta Politicamente, nos termos da regulamentação aplicável.

Celso Rocha Tomaniuk - 051.027.458-75

O Sr. Celso Rocha Tomanik é sócio da Movah, uma consultoria de gestão focada em desenvolvimento de pessoas, negócios e marcas. Celso tem mais de 30 anos de experiência em posições executivas e de consultoria, nas áreas de finanças, estratégia, TI, novos negócios, reestruturação organizacional e desenvolvimento de lideranças. Além de consultorias de gestão, já trabalhou em indústrias de mídia, serviços financeiros, hunting, equipamentos e bens de consumo. É também membro do Conselho de Administração da Suridata, desde janeiro de 2019, Senior Advisor da Osser&Osser (O&O), desde fevereiro de 2020. Ainda, foi diretor da Passarelli Consultores no período de abril de 2013 até outubro de 2013.

O Sr. Celso Rocha Tomanik declarou para todos os fins de direito que, nos últimos 5 anos, não esteve sujeito aos efeitos de qualquer condenação criminal, qualquer condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM e qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse por efeito a suspensão ou a inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial. Adicionalmente, o Sr. Celso Rocha Tomanik declara que não é considerado uma Pessoa Exposta Politicamente, nos termos da regulamentação aplicável.

Nixon Fabian Salgado - 233.825.448-14

O Sr. Nixon Fabian Salgado é atualmente CFO na Sage. Executivo da área de finanças com mais de 20 anos de experiência em ambientes empresariais nacionais e internacionais. Suas habilidades estratégicas e de gerenciamento proporcionaram a Nixon extensa vivência em iniciativas nas áreas de fusão e aquisição e outros modelos de reestruturações societárias. Ainda, foi Diretor de Finanças da HP, no período de janeiro de 2012 até maio de 2017.

O Sr. Nixon Fabian Salgado Bicalho declarou para todos os fins de direito que, nos últimos 5 anos, não esteve sujeito aos efeitos de qualquer condenação criminal, qualquer condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM e qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse por efeito a suspensão ou a inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial. Adicionalmente, o Sr. Nixon Fabian Salgado Bicalho declara que não é considerado uma Pessoa Exposta Politicamente, nos termos da regulamentação aplicável.

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
N/A	Estanislaui Mendes Llobatera Bassols - 268.432.018-73
Celso Rocha Tomanik - 051.027.458-75	
N/A	
Nixon Fabian Salgado - 233.825.448-14	
N/A	

## **12.9 - Existência de Relação Conjugal, União Estável ou Parentesco Até O 2º Grau Relacionadas A Administradores do Emissor, Controladas E Controladores**

### **Justificativa para o não preenchimento do quadro:**

Não há existência de relação conjugal, união estável ou parentesco até o 2º grau relacionadas a administradores do emissor, controladas e controladores.

## **12.10 - Relações de Subordinação, Prestação de Serviço ou Controle Entre Administradores E Controladas, Controladores E Outros**

### **Justificativa para o não preenchimento do quadro:**

Não aplicável.

## **12.11 - Acordos, Inclusive Apólices de Seguros, Para Pagamento ou Reembolso de Despesas Suportadas Pelos Administradores**

### **12.11 - Acordos, inclusive apólices de seguros, para pagamento ou reembolso de despesas suportadas pelos administradores**

A Companhia mantém vigente um seguro de Responsabilidade Civil dos Administradores (também chamado de D&O – Directors and Officers). A atual apólice foi contratada junto à AXA Seguradora, com validade até 25 de julho de 2021, e prevê a cobertura no limite de até R\$30 milhões com prêmio de R\$27.741,28. O objetivo desse seguro é o pagamento de indenização devida às pessoas seguradas em decorrência de atos danosos praticados por elas. O seguro possui cobertura mundial, tendo validade para as reclamações feitas durante o período de vigência ou, caso aplicável, durante prazo complementar de 36 meses, e resultantes da prática de qualquer ato danoso.

Respeitadas as condições e limitações previstas no art. 15 do Estatuto Social, a Companhia indenizará e manterá indenidos seus administradores, na hipótese de eventual dano ou prejuízo efetivamente sofrido por eles, por força do exercício regular de suas funções na Companhia.

Ademais, a Companhia não presta compromisso adicional de indenidade com seus administradores que preveja o pagamento ou o reembolso de despesas suportadas pelos administradores, decorrentes de reparação de danos causados a terceiros ou à Companhia ou do pagamento de multas e acordos administrativos que não estejam cobertos pelo D&O.

## 12.12 - Outras informações relevantes

### 12.12 - Outras informações relevantes

#### Segmento de Listagem do Novo Mercado

A Companhia, uma vez deferido o pedido de admissão, negociação e listagem perante a B3, estará sujeita às regras do Regulamento do Novo Mercado. Em 2000, a B3 introduziu três segmentos de negociação, com níveis diferentes de práticas de governança corporativa, denominados Nível 1, Nível 2 e Novo Mercado, com o objetivo de estimular as companhias a seguir melhores práticas de governança corporativa e adotar um nível de divulgação de informações adicional em relação ao exigido pela legislação. Os segmentos de listagem são destinados à negociação de ações emitidas por companhias que se comprometam voluntariamente a observar práticas de governança corporativa e exigências de divulgação de informações, além daquelas já impostas pela legislação brasileira. Em geral, tais regras ampliam os direitos dos acionistas e elevam a qualidade das informações fornecidas aos acionistas. O Novo Mercado é o mais rigoroso deles, exigindo maior grau de práticas de governança corporativa dentre os três segmentos.

As companhias que ingressam no Novo Mercado submetem-se, voluntariamente, a determinadas regras mais rígidas do que aquelas presentes na legislação brasileira, obrigando-se, por exemplo, a emitir apenas ações ordinárias; manter, no mínimo, 25% de ações do capital da Companhia em circulação, observadas certas exceções previstas em lei e em consonância com o Estatuto Social; constituir um comitê de auditoria; aprovar regimento interno do conselho de administração e de seus comitês de assessoramento; instituir área de controles internos na Companhia, entre outros. A adesão ao Novo Mercado se dá por meio da assinatura de contrato entre a Companhia e a B3, além da adaptação do estatuto da Companhia de acordo com as regras contidas no Regulamento do Novo Mercado.

Ao assinar os contratos, as companhias devem adotar as normas e práticas do Novo Mercado. As regras impostas pelo Novo Mercado visam conceder transparência com relação às atividades e situação econômica das companhias ao mercado, bem como maiores poderes para os acionistas minoritários de participação na administração das companhias, entre outros direitos.

**12.12 - Outras informações relevantes**

Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros relacionadas ao exercício social corrente

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
<b>Cargo/Função</b>			

Período de 01/01/2020 a 31/08/2020

**Administrador do Emissor**

Alexandre Magno Da Cruz Oliveira Filho Diretor de Relações com Investidores	974.860.941-34	Diretoria Estatutária	Controlador
--	----------------	-----------------------	-------------

**Pessoa Relacionada**

AM Marketing LTDA Sócio	35.909.855/0001-14		
----------------------------	--------------------	--	--

**Observação**

**12.12 - Outras informações relevantes**

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
<b>Cargo/Função</b>			

Período de 01/01/2020 a 31/08/2020

**Administrador do Emissor**

Marcelo Giovanetti D'Arienzo Diretor Presidente e membro do Conselho de Administração	227.962.378-18	Diretoria Estatutária	Controlada
---	----------------	-----------------------	------------

**Pessoa  
Relacionada**

Wingina Heritage Serviços Administrativos Ltda Diretor e sócio direto	36.098.124/0001-07		
--	--------------------	--	--

**Observação**

**12.12 - Outras informações relevantes**

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
<b>Cargo/Função</b>			

Período de 01/01/2020 a 31/08/2020

**Administrador do Emissor**

German Garfinkel Diretor sem designação específica	227.616.538-31	Diretoria Estatutária	Controlada
---	----------------	-----------------------	------------

**Pessoa Relacionada**

Glik Gestão de Vendas Ltda Sócio	35.924.756/0001-01		
--	--------------------	--	--

**Observação**

**12.12 - Outras informações relevantes**

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
<b>Cargo/Função</b>			

Período de 01/01/2020 a 31/08/2020

**Administrador do Emissor**

Laura Gonçalves Cavalcanti de Barros Diretora sem designação específica	075.530.027-04	Diretoria Estatutária	Controlada
---	----------------	-----------------------	------------

**Pessoa  
Relacionada**

Insights Lab Marketing Ltda Sócio	31.430.670/0001-71
---	--------------------

**Observação**

**12.12 - Outras informações relevantes**

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
<b>Cargo/Função</b>			

Período de 01/01/2020 a 31/08/2020

**Administrador do Emissor**

Clayton Freire dos Santos Diretor sem designação específica	086.656.877-85	Diretoria Estatutária	Controlada
--	----------------	-----------------------	------------

**Pessoa Relacionada**

Path Soluções em Tecnologia da Informação Ltda Sócio	35.850.600/0001-23		
---	--------------------	--	--

**Observação**

**12.12 - Outras informações relevantes**

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
<b>Cargo/Função</b>			

Período de 01/01/2020 a 31/08/2020

**Administrador do Emissor**

Rogério Muniz

Salume

Presidente do Conselho de Administração e Consultor Estratégico

009.599.727-06

Diretoria Estatutária

Controlada

**Pessoa****Relacionada**Atena Consultoria e Participações - EIRELI  
Sócio Diretor

24.629.323/0001-07

**Observação**

**12.12 - Outras informações relevantes**

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
<b>Cargo/Função</b>			

Período de 26/04/2018 a 26/04/2023

**Administrador do Emissor**

German Garfinel  
Diretor sem  
designação  
específica

227.616.538-31

Diretoria Estatutária

**Pessoa  
Relacionada**

Bodegas de Los  
Andes Comércio de  
Vinhos LTDA.

05.930.915/0001-10

**Observação**

Contrato de Cessão e  
Transferência de Quotas e  
Outras Avenças firmado - Venda  
de Bodegas para Wine - 4  
parcelas pagas de 26/04/2019 a  
26/04/2023. Última é de  
contingência a ser pago até  
2023.  
Earn out - 01/05/2019 a  
30/04/2022

**12.12 - Outras informações relevantes**

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
<b>Cargo/Função</b>			

Período de 01/01/2020 a 31/08/2020

**Administrador do Emissor**

Marcelo Giovanetti D'Arienzo Diretor Presidente e membro do Conselho de Administração	227.962.378-18	Diretoria Estatutária	Gestora do Península Fundo de Investimento em Participações.
---	----------------	-----------------------	---

**Pessoa  
Relacionada**

O3 Gestão de Recursos Ltda Diretor e sócio direto	09.248.261/0001-81
---	--------------------

**Observação**

**12.12 - Outras informações relevantes**

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
<b>Cargo/Função</b>			

Período de 01/01/2020 a 31/08/2020

**Administrador do Emissor**

Flavia Buarque De Almeida Membro do Conselho de Administração	149.008.838-59	Diretoria Estatutária	Gestora do Península Fundo de Investimento em Participações
--	----------------	-----------------------	---

**Pessoa Relacionada**

O3 Gestão de Recursos Ltda Diretora e sócia indireta	09.248.261/0001-81		
---	--------------------	--	--

**Observação**

**12.12 - Outras informações relevantes**

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
<b>Cargo/Função</b>			

Período de 01/01/2020 a 31/08/2020

**Administrador do Emissor**

Eduardo Sirotsky Melzer Membro do Conselho de Administração	643.090.450-49	Diretoria Estatutária	Controladora direta
--	----------------	-----------------------	------------------------

**Pessoa  
Relacionada**

Orbeat Som e Imagem Ltda. Sócio Diretor	91.082.487/0001-54		
---	--------------------	--	--

**Observação**

### 13.1 - Descrição da Política ou Prática de Remuneração, Inclusive da Diretoria Não Estatutária

#### 13.1 - Descrição da política ou prática de remuneração, inclusive da diretoria não estatutária

(a) **objetivos da política ou prática de remuneração, informando se a política de remuneração foi formalmente aprovada, órgão responsável por sua aprovação, data da aprovação e, caso o emissor divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado;**

A Política de Remuneração de Administradores, estabelece as regras e diretrizes a serem observadas e aplicadas para determinar a remuneração dos administradores visando atrair, manter e reconhecer os profissionais de grande qualificação na administração da Companhia.

Para tanto, a Política de Remuneração de Administradores garante o alinhamento dos interesses estratégicos da Companhia, de seus administradores e de seus acionistas, bem como adotar as melhores práticas em comparação a mercados de referência e companhias de porte equivalente.

A remuneração será proporcional a responsabilidade do cargo, ao tempo dedicado às funções, à competência e reputação profissional e ao valor dos serviços no mercado com foco em sua perenidade e criação de valor no longo prazo.

A Política de Remuneração de Administradores, aprovada pelo Conselho de Administração em reunião de 6 de outubro de 2020, está disponível nos sites [www.cvm.gov.br](http://www.cvm.gov.br) e [www.ri.wine.com.br](http://www.ri.wine.com.br).

(b) **composição da remuneração, indicando:**

i. **descrição dos elementos da remuneração e os objetivos de cada um deles;**

A remuneração poderá ser constituída pelos seguintes elementos: (i) remuneração fixa; (ii) remuneração variável; (iii) benefícios e incentivos de longo prazo, sempre baseada nos padrões de mercado e nos termos da estratégia de remuneração total definida pela Companhia.

#### Conselho de Administração

Os Membros do Conselho de Administração poderão fazer jus a uma remuneração fixa, que será determinada de acordo com o padrão de mercado, com base em sociedades que tenham tamanho similar ao da Companhia e cujo objeto social seja semelhante ao exercido pela Companhia. A remuneração dos membros do Conselho de Administração será proporcional às suas respectivas atribuições, responsabilidades e demanda de tempo.

#### Diretoria Estatutária ou Não Estatutária

A remuneração dos nossos Diretores é uma ferramenta efetiva de atração, motivação e retenção, sendo estruturada de forma justa e compatível com as funções, responsabilidades e riscos inerentes ao cargo, e práticas de mercado, assegurando o alinhamento de seus interesses com os interesses de longo prazo da Companhia. Dessa forma, o Presidente do Conselho de Administração fará jus à remuneração em dobro àquela recebida pelos demais membros.

A remuneração dos nossos diretores é composta pelos seguintes elementos: (i) remuneração fixa, que é determinada de acordo com a média do mercado e riscos do cargo; (ii) remuneração variável, estabelecida a partir do sistema de gestão de metas da Companhia; e (iii) benefícios, que incluem plano de saúde, plano odontológico, vale refeição e seguro de vida.

No âmbito da remuneração variável, os membros da Diretoria fazem jus a incentivos de longo prazo, por meio da outorga de opções de compra de ações, o que estimula o alinhamento dos interesses de acionistas e membros da Administração no longo prazo.

Os membros dos Comitês de Assessoramento de Administração poderão fazer jus a remuneração específica por tal função, se assim definido pelo Conselho de Administração na reunião que os eleger.

### 13.1 - Descrição da Política ou Prática de Remuneração, Inclusive da Diretoria Não Estatutária

ii. em relação aos 3 últimos exercícios sociais, qual a proporção de cada elemento na remuneração total;

Para o exercício de 2020, a remuneração global dos administradores será de até R\$ 9.300.000,00 (nove milhões e trezentos mil reais), conforme aprovação em Assembleia Geral da Companhia realizada em 26 de agosto de 2020, distribuída conforme previsão abaixo:

<b>Proporção dos elementos na remuneração Total do Exercício Social corrente em 31/12/2020 (estimado)</b>			
	<b>Conselho de Administração</b>	<b>Diretoria Estatutária</b>	<b>Diretoria não Estatutária</b>
Salário ou pró-labore	100%	32,93%	0
Benefícios direto ou indireto	0	1,96%	0
Participação em Comitês/reuniões	0	0	0
Bônus (sem considerar encargos)	0	48,84%	0
Remuneração baseada em ações	0	0	0
Outros	0	16,27%	0
<b>Total da Remuneração</b>	<b>100,00%</b>	<b>100,00%</b>	<b>0</b>

<b>Proporção dos elementos na remuneração Total do Exercício Social encerrado em 31/12/2019</b>			
	<b>Conselho de Administração</b>	<b>Diretoria Estatutária</b>	<b>Diretoria não Estatutária</b>
Salário ou pró-labore	0	52,75%	63,58%
Benefícios direto ou indireto	0	2,41%	3,89%
Participação em Comitês/reuniões	0	0	0
Bônus (sem considerar encargos)	0	0	0
Remuneração baseada em ações	0	8,00%	0
Outros	0	36,84%	32,53%
<b>Total da Remuneração</b>	<b>0</b>	<b>100,00%</b>	<b>100,00%</b>

### 13.1 - Descrição da Política ou Prática de Remuneração, Inclusive da Diretoria Não Estatutária

<b>Proporção dos elementos na remuneração Total do Exercício Social encerrado em 31/12/2018</b>			
	<b>Conselho de Administração</b>	<b>Diretoria Estatutária</b>	<b>Diretoria não Estatutária</b>
Salário ou pró-labore	0	70,21%	52,96%
Benefícios direto ou indireto	0	4,36%	3,94%
Participação em Comitês/reuniões	0	0	0
Bônus (sem considerar encargos)	0	0	5,35%
Remuneração baseada em ações	0	0	0
Outros	0	25,43%	37,75%
<b>Total da Remuneração</b>	<b>0</b>	<b>100,00%</b>	<b>100,00%</b>

<b>Proporção dos elementos na remuneração Total do Exercício Social encerrado em 31/12/2017</b>			
	<b>Conselho de Administração</b>	<b>Diretoria Estatutária</b>	<b>Diretoria não Estatutária</b>
Salário ou pró-labore	0	55,74%	61,70%
Benefícios direto ou indireto	0	3,40%	4,47%
Participação em Comitês/reuniões	0	0	0
Bônus (sem considerar encargos)	0	0	0
Remuneração baseada em ações	0	0	0
Outros	0	40,86%	33,83%
<b>Total da Remuneração</b>	<b>0</b>	<b>100,00%</b>	<b>100,00%</b>

**iii. metodologia de cálculo e de reajuste de cada um dos elementos da remuneração;**

Em regra, a remuneração tem seus valores fixos reajustados em linha com o padrão de mercado, de acordo com a Política de Remuneração de Administradores vigente e de forma que se mantenha adequada às práticas de mercado para os profissionais com experiência semelhante, em empresas do mesmo setor que a Companhia.

**iv. razões que justificam a composição da remuneração; e**

As razões que justificam a composição da remuneração são o incentivo na melhoria da nossa gestão e a retenção dos executivos, visando ganhos pelo comprometimento com os resultados de médio e longo prazo. Por fim, acreditamos que a composição da remuneração tem o objetivo de remunerar os profissionais de acordo com as responsabilidades inerentes às suas funções, alinhar a remuneração às práticas de mercado e ao nível de competitividade estabelecida.

### 13.1 - Descrição da Política ou Prática de Remuneração, Inclusive da Diretoria Não Estatutária

**v. a existência de membros não remunerados pelo emissor e a razão para esse fato.**

Até a presente data, os membros do Conselho de Administração da Companhia, que não são membros independentes, não recebem qualquer remuneração em razão do exercício de suas funções de conselheiros.

**(c) principais indicadores de desempenho que são levados em consideração na determinação de cada elemento da remuneração;**

A remuneração fixa é determinada por, além da complexidade e nível de responsabilidade das funções exercidas, a contribuição para o desenvolvimento do negócio e o desempenho das equipes na busca de altos níveis de comprometimento e entrega.

Os indicadores levados em consideração na determinação da remuneração variável considera indicadores fazem parte de desempenho específicos um sistema de gestão de metas, que leva em consideração: (i) indicadores estratégicos da Companhia, tais como: aumento da base de sócios, EBITDA, satisfação do cliente, volume de vendas, faturamento e despesas; e (ii) indicadores específicos dos membros da Administração individualmente considerados.

Além disso, o sistema de gestão de metas utilizado para determinar a parcela variável da remuneração da administração possui como critérios: (i) atingimento das metas da Companhia como um todo; (ii) atingimento das metas relacionadas aos Administradores individualmente considerados; e (iii) atingimento dos critérios mínimos, não havendo qualquer pagamento de remuneração variável caso tais critérios não sejam atingidos.

**(d) como a remuneração é estruturada para refletir a evolução dos indicadores de desempenho;**

A parcela variável da remuneração da Administração não está sujeita a reajustes, mas sim ao atingimento de metas, sendo estabelecida pelos próprios resultados da Companhia e da Administração que definirão o montante a ser distribuído como parcela variável. Desse modo, os indicadores e metas são revisados anualmente, de modo a refletir mudanças na estratégia e planejamento de resultados da Companhia.

**(e) como a política ou prática de remuneração se alinha aos interesses do emissor de curto, médio e longo prazo;**

A nossa Política de Remuneração de Administradores se alinha com os nossos interesses de curto, médio e longo prazo na medida em que busca, através da prática de salários e benefícios compatíveis com o mercado para atrair executivos qualificados e a justa contrapartida financeira para retenção de profissionais. Por meio dos incentivos de curto e longo prazo, promovem um alinhamento global e interesse dos administrados, proporcionando resultados sustentáveis e viabilizam a execução das estratégias de crescimento e dos planos de negócios.

**(f) existência de remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos;**

Não há remuneração que seja suportada por subsidiárias, controladas ou controladores.

**(g) existência de qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, tal como a alienação do controle societário do emissor;**

A Companhia celebrou com certos membros da Diretoria (CEO, CCO e CTO) determinados Termos de Acordo, em 03 de setembro de 2019 e aditados em 03 de outubro de 2019, bem como celebrou com outro membro da Diretoria (CSO) um Termo de Acordo em 03 de outubro de 2019, por meio dos quais tais executivos passaram a ter o direito de subscrever novas ações de emissão da Companhia, se ocorrer uma das seguintes hipóteses: (i) apresentação, pela Companhia, à CVM,

### 13.1 - Descrição da Política ou Prática de Remuneração, Inclusive da Diretoria Não Estatutária

pedido de realização de uma oferta inicial de ações; ou (ii) alienação do controle societário da Companhia, conforme definido no artigo 116, da Lei nº 6.404/76 ("Termos de Acordo").

Tendo em vista a ocorrência da hipótese prevista no item (i), acima, os Termos de Acordo não estão mais em vigor uma vez que foi realizada uma Assembleia Geral Extraordinária da Companhia em 21 de setembro de 2020, por meio da qual foi aprovado o aumento de capital social da Companhia, no valor total de R\$ 304.042,83, mediante a emissão de 6.591 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal. Todas as referidas ações foram totalmente subscritas pelos signatários dos Termos de Acordo, de modo que passaram a ser acionistas da Companhia, e serão integralizadas anteriormente à consumação da oferta inicial de ações de emissão da Companhia perante a CVM. Dessa forma, os Termos de Acordo não estão mais em vigor.

Por fim, cumpre à Companhia esclarecer que tais documentos foram incluídos nesse item e nos itens 13.2 e 13.3 com o único e exclusivo objetivo de atender à exigência da CVM com relação à obrigação de *disclosure* no preenchimento do formulário de referência, não obstante o entendimento da Companhia de que os Termos de Acordo são um negócio jurídico bilateral e oneroso, bem como têm natureza jurídica comercial.

**(h) práticas e procedimentos adotados pelo conselho de administração para definir a remuneração individual do conselho de administração e da diretoria, indicando:**

Para a definição da remuneração individual dos administradores, são utilizados parâmetros salariais de empresas do mesmo segmento ou empresas que possuem boas práticas de recursos humanos e/ou governança corporativa. Além disso, são levados em consideração o orçamento e o planejamento estratégico da Companhia, assim como as condições de mercado.

**i. os órgãos e comitês do emissor que participam do processo decisório, identificando de que forma participam;**

A remuneração global dos administradores é definida em linha com o planejamento estratégico da Companhia, aprovado pelo Conselho de Administração e, posteriormente, aprovado em Assembleia Geral.

Cabe ao Conselho de Administração, por sua vez, a fixação da remuneração individual dos diretores, observado o limite aprovado em assembleias. Participam do processo decisório sobre remuneração dos membros da diretoria o Comitê de Pessoas, que delibera sobre a alocação de cada parte da remuneração, dentre as quais (i) remuneração fixa; (ii) remuneração variável; e (iii) benefícios.

**ii. critérios e metodologia utilizada para a fixação da remuneração individual, indicando se há a utilização de estudos para a verificação das práticas de mercado, e, em caso positivo, os critérios de comparação e a abrangência desses estudos; e**

Para fixação da remuneração individual, o nosso Comitê de Pessoas analisa pesquisas de mercado, visando a identificação de padrões remunerativos no nosso mercado de atuação e de outros setores que impactam o negócio, e caso necessário, contrata empresas de consultoria especializadas no tema em questão.

A remuneração variável, observará as regras gerais previstas na nossa Política de Remuneração de Administradores, estando sujeita ao atendimento de metas, sendo estabelecida conforme resultados. Para isso, nossos indicadores e metas são revisados periodicamente, de modo a refletir mudanças na estratégia e plano de resultados.

### **13.1 - Descrição da Política ou Prática de Remuneração, Inclusive da Diretoria Não Estatutária**

**iii. com que frequência e de que forma o conselho de administração avalia a adequação da política de remuneração do emissor.**

Nos termos da Política de Remuneração, o alinhamento da estrutura de remuneração às estratégias da Companhia é reavaliado periodicamente no Conselho de Administração, via de regra anualmente, no âmbito da apreciação da proposta de orçamento e planejamento estratégico da Companhia. Porém, caso necessário, essa avaliação poderá ser realizada em períodos menores, apoiada por meio de realização de pesquisas referenciais, observando o comportamento da remuneração de companhias de porte e segmento similar ao da Companhia.

**13.2 - Remuneração Total do Conselho de Administração, Diretoria Estatutária E Conselho Fiscal**

Remuneração total prevista para o Exercício Social corrente 31/12/2020 - Valores Anuais				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	7,00	6,00	0,00	13,00
Nº de membros remunerados	2,00	6,00	0,00	8,00
<b>Remuneração fixa anual</b>				
Salário ou pró-labore	288.000,00	2.899.567,00	0,00	3.187.567,00
Benefícios direto e indireto	0,00	172.693,00	0,00	172.693,00
Participações em comitês	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	1.432.618,00	0,00	1.432.618,00
Descrição de outras remunerações fixas		FGTS: 291.904,00 INSS: 355.858,00 13º salário: 179.451,00 1/3 férias: 62.886,00 Rescisão: 542.519,00		
<b>Remuneração variável</b>				
Bônus	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação de resultados	0,00	4.301.000,00	0,00	4.301.000,00
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações variáveis				
<b>Pós-emprego</b>	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Cessação do cargo</b>	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Baseada em ações (incluindo opções)</b>	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Observação</b>				
<b>Total da remuneração</b>	<b>288.000,00</b>	<b>8.805.878,00</b>	<b>0,00</b>	<b>9.093.878,00</b>

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2019 - Valores Anuais				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	0,00	4,00	0,00	4,00
Nº de membros remunerados	0,00	4,00	0,00	4,00
<b>Remuneração fixa anual</b>				
Salário ou pró-labore	0,00	2.004.091,00	0,00	2.004.091,00
Benefícios direto e indireto	0,00	91.514,00	0,00	91.514,00
Participações em comitês	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	1.399.310,00	0,00	1.399.310,00

Descrição de outras remunerações fixas		FGTS: 180.603,00 INSS: 608.434,00 13° Salário: 162.360,00 Ajuda de Custo: 252.669,00 Rescisão: 195.244,00		
<b>Remuneração variável</b>				
Bônus	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação de resultados	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações variáveis				
<b>Pós-emprego</b>	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Cessação do cargo</b>	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Baseada em ações (incluindo opções)</b>	0,00	304.042,83	0,00	304.042,83
<b>Observação</b>				
<b>Total da remuneração</b>	0,00	3.798.957,83	0,00	3.798.957,83

**Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2018 - Valores Anuais**

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	0,00	2,00	0,00	2,00
Nº de membros remunerados	0,00	2,00	0,00	2,00
<b>Remuneração fixa anual</b>				
Salário ou pró-labore	0,00	1.568.903,00	0,00	1.568.903,00
Benefícios direto e indireto	0,00	97.350,00	0,00	97.350,00
Participações em comitês	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	568.362,00	0,00	568.362,00
Descrição de outras remunerações fixas		FGTS: 50.696 INSS: 386.312 13° Salário: 131.354		
<b>Remuneração variável</b>				
Bônus	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação de resultados	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00

Descrição de outras remunerações variáveis				
<b>Pós-emprego</b>	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Cessação do cargo</b>	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Baseada em ações (incluindo opções)</b>	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Observação</b>				
<b>Total da remuneração</b>	0,00	2.234.615,00	0,00	2.234.615,00

**Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2017 - Valores Anuais**

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	0,00	2,00	0,00	2,00
Nº de membros remunerados	0,00	2,00	0,00	2,00
<b>Remuneração fixa anual</b>				
Salário ou pró-labore	0,00	1.397.098,00	0,00	1.397.098,00
Benefícios direto e indireto	0,00	85.129,00	0,00	85.129,00
Participações em comitês	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	1.023.947,00	0,00	1.023.947,00
Descrição de outras remunerações fixas		FGTS: 161.143,00 INSS: 396.327,00 13º Salário: 81.987,00 Ajuda de custo: 33.996,00 Rescisão: 350.494,00		
<b>Remuneração variável</b>				
Bônus	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação de resultados	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações variáveis				
<b>Pós-emprego</b>	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Cessação do cargo</b>	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Baseada em ações (incluindo opções)</b>	0,00	0,00	0,00	0,00

Observação				
Total da remuneração	0,00	2.506.174,00	0,00	2.506.174,00

### 13.3 - Remuneração Variável do Conselho de Administração, Diretoria Estatutária E Conselho Fiscal

#### 13.3 - Remuneração variável do conselho de administração, diretoria estatutária e conselho fiscal

Remuneração variável – Exercício Social a se encerrar em 31/12/2020 (estimado)				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	7	6	0	13
Nº de membros remunerados	0	7	0	6
<b>Bônus</b>				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0	0	0	0
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0	0	0	0
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas fossem atingidas	0	0	0	0
Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício social	0	0	0	0
<b>Remuneração Variável prevista em contrato</b>				
Valor mínimo previsto para remuneração variável estabelecida em contrato	0	1.955.000	0	1.955.000
Valor máximo previsto para remuneração variável estabelecida em contrato	0	4.301.000	0	4.301.000
Valor previsto no contrato caso as metas estabelecidas fossem atingidas	0	2.932.500	0	2.932.500
Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício social	0	0	0	0

### 13.3 - Remuneração Variável do Conselho de Administração, Diretoria Estatutária E Conselho Fiscal

Remuneração variável – Exercício Social encerrado em 31/12/2019				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	6	3	0	9
Nº de membros remunerados	0	3	0	3
Bônus				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0	0	0	0
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0	0	0	0
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas fossem atingidas	0	0	0	0
Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício social	0	0	0	0
Participação nos resultados				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0	655.179	0	655.179
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0	1.747.144	0	1.747.144
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas fossem atingidas	0	1.091.965	0	1.091.965
Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício social	0	0	0	0

### 13.3 - Remuneração Variável do Conselho de Administração, Diretoria Estatutária E Conselho Fiscal

Remuneração variável – Exercício Social encerrado em 31/12/2018				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	6	2	0	8
Nº de membros remunerados	0	2	0	2
Bônus				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0	0	0	0
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0	0	0	0
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas fossem atingidas	0	0	0	0
Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício social	0	0	0	0
Participação nos resultados				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0	188.173	0	188.173
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0	1.436.625	0	1.436.625
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas fossem atingidas	0	897.891	0	897.891
Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício social	0	0	0	0

### 13.3 - Remuneração Variável do Conselho de Administração, Diretoria Estatutária E Conselho Fiscal

Remuneração variável – Exercício Social encerrado em 31/12/2017				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	6	2	0	8
Nº de membros remunerados	0	2	0	2
Bônus				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0	0	0	0
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0	0	0	0
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas fossem atingidas	0	0	0	0
Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício social	0	0	0	0
Participação nos Resultados				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0	429.015	0	429.015
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0	1.468.986	0	1.468.986
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas fossem atingidas	0	858.031	0	858.031
Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício social	0	0	0	0

## 13.4 - Plano de Remuneração Baseado em Ações do Conselho de Administração E Diretoria Estatutária

### 13.4 - Plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e diretoria estatutária

Na data da apresentação deste Formulário, a Companhia possui um Plano de Opção de Compra de Ações destinado aos seus administradores, empregados, consultores e/ou pessoas naturais que prestem serviço à Companhia ou a suas controladas, que venham a ser escolhidos a critério do Conselho de Administração da Companhia ("Beneficiários"), o qual foi aprovado em Assembleia Geral Extraordinária da Companhia realizada em 21 de setembro de 2020 ("Plano de Opções").

#### (a) Termos e condições gerais;

Data de Aprovação: Aprovado na Assembleia Geral Extraordinária da Companhia realizada em 21 de setembro de 2020.

Classe de ações a serem exercidas: Ordinárias.

Beneficiários: São elegíveis para participar do Plano de Opções os administradores, empregados, consultores e/ou pessoas naturais que prestem serviço, à Companhia ou a suas controladas, que venham a ser escolhidos a exclusivo critério do Conselho de Administração da Companhia.

Limite Quantitativo: O Plano de Opções poderá conferir direitos de aquisição sobre ações ordinárias a serem emitidas pela Companhia representativas de até 4% (quatro por cento) do capital social total da Companhia na data de liquidação física e financeira da oferta pública inicial de ações da Companhia, conforme deliberação em Assembleia Geral Extraordinária da Companhia realizada em 26 de agosto de 2020, observado o limite do capital autorizado da Companhia previsto no Artigo 6º do Estatuto Social ("Opções"), não tendo sido estabelecido o número máximo de Opções a serem concedidas dentro deste limite de 4%.

Períodos de Carência (vesting): Serão definidos no Contrato de Outorga de Opção de Compra de Ações ("Contrato") a ser celebrado com cada Beneficiário.

Prazo de Vigência do Plano: O Plano de Opções entrou em vigor com a sua aprovação pela Assembleia Geral Extraordinária da Companhia realizada em 21 de setembro de 2020 e poderá ser modificado ou extinto, a qualquer tempo, pela própria Assembleia Geral ou até que a opções objeto do Plano de Opções sejam exercidas.

#### (b) Principais objetivos do plano;

O Plano de Opções tem o objetivo conceder aos Beneficiários a oportunidade de se tornarem acionistas da Companhia, propiciando, em consequência, um maior alinhamento, a longo prazo, dos interesses desta última com os interesses dos Beneficiários quanto às variações patrimoniais decorrentes dos resultados para os quais tenham contribuído.

#### (c) Forma como o plano contribui para esses objetivos;

O oferecimento de Plano de Opções de compra de ações é uma forma de estímulo aos beneficiários por meio do seu comprometimento na geração de resultados para valorização das ações no médio e longo prazo. Atinge-se, ainda, por meio deste modelo, o compartilhamento de riscos e ganhos da Companhia, por meio da valorização das ações adquiridas a partir do exercício das opções outorgadas.

### **13.4 - Plano de Remuneração Baseado em Ações do Conselho de Administração E Diretoria Estatutária**

**(d) Como o plano se insere na política de remuneração do emissor;**

A Política de Remuneração de Administradores, estabelece as regras e diretrizes a serem observadas e aplicadas para determinar a remuneração dos administradores visando atrair, manter e reconhecer os profissionais de grande qualificação na administração da Companhia. Desse modo, O Plano de Opções foi aprovado visando a manutenção de um nível de competitividade adequado aos negócios da Companhia e ao contexto do mercado em que atua.

**(e) Como o plano alinha os interesses dos administradores e do emissor a curto, médio e longo prazo;**

O Plano de Opções possui como critério principal para exercício de opções, a divisão em tranches anuais e a existência dos períodos de carência, que fazem com que os beneficiários se comprometam com a constante valorização das ações da Companhia, no curto, médio e longo prazo.

**(f) Número máximo de ações abrangidas;**

As ações ordinárias de emissão da Companhia representativas de até 4% (quatro por cento) do capital social da Companhia na data da liquidação física e financeira da oferta pública inicial de ações da Companhia, conforme deliberação em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 26 de agosto de 2020, observado o limite do capital autorizado da Companhia previsto no Artigo 6º do seu Estatuto Social.

**(g) Número máximo de opções a serem outorgadas;**

As Opções poderão ser outorgadas a todos seguintes beneficiários que forem elegíveis para participar do Plano: administradores, empregados, consultores e/ou pessoas naturais que prestem serviço à Companhia e que venham a ser escolhidos a critério do Conselho de Administração da Companhia, desde que limitado ao número máximo de ações abrangidas pelo Plano conforme previsto acima.

**(h) Condições de aquisição de ações;**

As opções de compra objeto do Plano de Opções deverão ser outorgadas mediante celebração do Contrato, onde será definido, mas não se limitando a outras condições específicas: (i) o número total de ações da Companhia objeto de outorga; (ii) o preço de exercício; (iii) o eventual direito de venda em conjunto; (iv) os períodos de carência (*vesting periods*); (v) os prazos para o exercício das Opções; (vi) eventuais restrições às ações recebidas pelo exercício das Opções; e/ou (vii) a eventual outorga de uma opção de venda do Beneficiário para a Companhia das ações recebidas pelo exercício da opção de compra.

**(i) Critérios para fixação do preço de aquisição ou exercício;**

O Plano de Opções é um programa oneroso em que as Opções somente podem ser exercidas mediante o pagamento do preço constante de cada Contrato, sendo, portanto, de natureza exclusivamente societária, sem caracterizar remuneração ou benefício trabalhista) e as Opções somente poderão ser exercidas por cada Beneficiário, após o cumprimento dos respectivos prazos de carência, definidos em cada Contrato, e desde que atingidas as metas EBITDA anual da Companhia fixadas de acordo com o orçamento anual e o plano de negócios da Companhia aprovado pelo Conselho de Administração da Companhia para cada ano de vesting, mediante o pagamento do preço estabelecido em cada Contrato.

### **13.4 - Plano de Remuneração Baseado em Ações do Conselho de Administração E Diretoria Estatutária**

#### **(j) Critérios para fixação do prazo de exercício;**

As opções dos Planos poderão ser exercidas de acordo com os termos e condições descritos no item “a” acima, observados os prazos de carência e o prazo de vencimento de cada uma delas.

#### **(k) Forma de liquidação;**

Havendo o exercício das Opções, o preço de exercício deverá ser pago pelo Beneficiário em até 120 (cento e vinte) dias contados do registro do Beneficiário como proprietário das ações correspondentes à Opção exercida, na forma prevista no Contrato, mediante depósito, em moeda corrente nacional, na conta corrente de titularidade da Companhia, a ser informada ao beneficiário, quando da celebração do Contrato.

#### **(l) Restrições à transferência das ações;**

Uma vez exercidas as Opções, o Beneficiário não poderá alienar as ações adquiridas por um prazo a ser definido em cada Contrato. A qualquer tempo a partir da data em que se tornar proprietário das Ações, após o referido período de lock-up, o Beneficiário terá o direito de vender quaisquer das ações adquiridas em virtude do Contrato na B3 S.A. – Brasil, Bolsa e Balcão ou qualquer outra bolsa de valores na qual os valores mobiliários da Companhia sejam admitidos à negociação.

#### **(m) Critérios e eventos que, quando verificados, ocasionarão a suspensão, alteração ou extinção do plano; e**

O Conselho de Administração poderá: (i) estabelecer a regulamentação aplicável aos casos omissos; (ii) prorrogar ou antecipar o prazo final para o exercício das opções de compra vigentes; ou (iii) antecipar qualquer período de carência (*vesting period*) para o exercício das Opções de Compra vigentes, sendo que qualquer caso de antecipação previsto nos itens (ii) e (iii) está sujeito à ocorrência de um evento de liquidez, assim entendido como a realização de emissão pública de ações pela Companhia ou a venda do controle da Companhia, conforme estabelecido no artigo 116 da Lei das S.A.

Além disso, a Assembleia Geral poderá estipular dispositivos específicos para certa categoria de Beneficiários. Neste caso, tais dispositivos específicos terão prevalência sobre quaisquer regras genéricas prévias ou posteriormente estipuladas em relação ao Plano de Opções.

#### **(n) Efeitos da saída do administrador dos órgãos do emissor sobre seus direitos previstos no plano de remuneração baseado em ações.**

Os Contratos serão rescindidos se ocorrer o desligamento do Beneficiário da Companhia. Neste caso, as Opções, cujos períodos de carência já tenham sido cumpridos, ou que estejam em curso, poderão, ou não, serem exercidas pelo Beneficiário, a depender da hipótese do seu desligamento da Companhia, conforme vier a ser definido nos Contratos.

## **13.5 - Remuneração Baseada em Ações**

### **13.5 - Remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária**

Não aplicável.

## **13.6 - Opções em Aberto**

### **13.6 - Informações sobre as opções em aberto detidas pelo conselho de administração e pela diretoria estatutária**

Não aplicável, tendo em vista que não havia opções em aberto detidas pelo Conselho de Administração e Diretoria Estatutária da Companhia ao final do último exercício social.

## **13.7 - Opções Exercidas E Ações Entregues**

### **13.7 - Opções exercidas e ações entregues relativas à remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária**

Não aplicável, tendo em vista que não foram outorgadas quaisquer opções de compra de ações pela Companhia aos membros do Conselho de Administração e da Diretoria Estatutária, nos 3 últimos exercícios sociais.

## **13.8 - Precificação Das Ações/opções**

### **13.8 - Precificação das Ações/Opções**

Não aplicável. Apesar da existência de um Plano de Opções da Companhia, nenhuma opção de compra de ações foi outorgada pela Companhia aos seus administradores e não houve qualquer exercício de opção de compra de ações pelos administradores da Companhia nos últimos 3 exercícios sociais e no exercício social corrente.

**13.9 - Participações Detidas Por Órgão****13.9 - Participações detidas por órgão**

<b>Órgão administrativo</b>	<b>Ações ordinárias</b>	<b>Participação</b>
Conselho de Administração	9.019.842	8,57%
Diretoria	1.384.910	1,32%
<b>Total</b>	<b>10.404.752</b>	<b>9,88%</b>

### **13.10 - Informações Sobre Planos de Previdência Conferidos Aos Membros do Conselho de Administração E Aos Diretores Estatutários**

#### **13.10 - Informações sobre planos de previdência conferidos aos membros do conselho de administração e aos diretores estatutários**

Não aplicável, visto que até a data deste Formulário de Referência não conferimos planos de previdência aos nossos membros do Conselho de Administração ou aos nossos diretores estatutários.

### 13.11 - Remuneração Individual Máxima, Mínima E Média do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária E do Conselho Fiscal

#### Valores anuais

	Diretoria Estatutária		
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2017
Nº de membros	4,00	2,00	2,00
Nº de membros remunerados	4,00	2,00	2,00
Valor da maior remuneração (Reais)	1.467.216,00	1.332.153,00	1.332.985,00
Valor da menor remuneração (Reais)	308.554,00	902.462,00	1.173.189,00
Valor médio da remuneração (Reais)	949.739,46	1.117.307,50	1.253.086,00

#### Observação

Diretoria Estatutária	
<b>31/12/2019</b>	A maior remuneração da Diretoria foi percebida por membro que exerceu a função durante os 12 meses do exercício. O valor da menor remuneração anual individual da Diretoria foi apurado considerando as remunerações efetivamente reconhecidas no resultado do exercício e correspondem a 4 meses do exercício. A remuneração média considera o total da remuneração anual percebida pelos membros da Diretoria dividido pelo número de membros remunerados informados e foi arredondada, haja vista que o valor seria R\$ 949.739,4575.
<b>31/12/2018</b>	A maior remuneração da Diretoria foi percebida por membro que exerceu a função durante os 12 meses do exercício. O valor da menor remuneração anual individual da Diretoria foi apurado considerando as remunerações efetivamente reconhecidas no resultado do exercício e correspondem a 4 meses do exercício. A remuneração média considera o total da remuneração anual percebida pelos membros da Diretoria dividido pelo número de membros remunerados informados.
<b>31/12/2017</b>	A maior remuneração da Diretoria foi percebida por membro que exerceu a função durante os 12 meses do exercício. O valor da menor remuneração anual individual da Diretoria foi apurado considerando as remunerações efetivamente reconhecidas no resultado do exercício e correspondem a 4 meses do exercício. A remuneração média considera o total da remuneração anual percebida pelos membros da Diretoria dividido pelo número de membros remunerados informados.

### **13.12 - Mecanismos de Remuneração ou Indenização Para os Administradores em Caso de Destituição do Cargo ou de Aposentadoria**

#### **13.12 - Mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria**

A Companhia mantém vigente um seguro de Responsabilidade Civil dos Administradores (também chamado de D&O – *Directors and Officers*), que prevê extensão de prazo complementar para os administradores que vierem a se aposentar ou se desligarem voluntariamente da Companhia. A atual apólice foi contratada junto à AXA Seguradora, com validade até 25 de julho de 2021, e prevê a cobertura no limite de até R\$ 30 milhões com prêmio de R\$ 27.741,28. O objetivo desse seguro é o pagamento de indenização devida às pessoas seguradas em decorrência de atos danosos praticados por elas. O seguro possui cobertura mundial, tendo validade para as reclamações feitas durante o período de vigência ou, caso aplicável, durante prazo complementar de 36 meses, e resultantes da prática de qualquer ato danoso.

Respeitadas as condições e limitações previstas no art. 15 do Estatuto Social, a Companhia indenizará e manterá indenidos seus administradores, na hipótese de eventual dano ou prejuízo efetivamente sofrido por eles, por força do exercício regular de suas funções na Companhia.

Ademais, a Companhia não presta compromisso de indenidade com seus administradores que preveja o pagamento ou o reembolso de despesas suportadas pelos administradores, decorrentes de reparação de danos causados a terceiros ou à Companhia ou do pagamento de multas e acordos administrativos que não estejam cobertos pelo D&O.

### **13.13 - Percentual na Remuneração Total Detido Por Administradores E Membros do Conselho Fiscal Que Sejam Partes Relacionadas Aos Controladores**

#### **13.13 - Percentual na remuneração total detido por administradores e membros do conselho fiscal que sejam partes relacionadas aos controladores**

Não houve qualquer remuneração a membros do Conselho ou Diretoria, nos últimos 3 exercícios sociais.

### **13.14 - Remuneração de Administradores E Membros do Conselho Fiscal, Agrupados Por Órgão, Recebida Por Qualquer Razão Que Não A Função Que Ocupam**

#### **13.14 - Remuneração de administradores e membros do conselho fiscal, agrupados por órgão, recebida por qualquer razão que não a função que ocupam**

Não se aplica, dado que não há valores reconhecidos no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas da Companhia, nos últimos 3 exercícios sociais, como remuneração de membros do Conselho de Administração, da Diretoria estatutária ou do Conselho Fiscal da Companhia.

**13.15 - Remuneração de Administradores E Membros do Conselho Fiscal Reconhecida no Resultado de Controladores, Diretos ou Indiretos, de Sociedades Sob Controle Comum E de Controladas do Emissor**

**13.15 - Remuneração de administradores e membros do conselho fiscal reconhecida no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas do emissor**

**Justificativa para o não preenchimento do quadro:**

Não aplicável, pois não houve diretores da Companhia, nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017, remunerados por controladores, diretos ou indiretos, por sociedades sob controle comum ou por controladas da Companhia.

## **13.16 - Outras Informações Relevantes**

### **13.16 - Outras informações relevantes**

Não existem outras informações que a Companhia julgue relevantes para a Seção 13, além daquelas prestadas nos subitens anteriores.

**14.1 - Descrição Dos Recursos Humanos****14.1 - Descrição dos recursos humanos****(a) Número de empregados (total, por grupos com base na atividade desempenhada e por localização geográfica)**

A tabela a seguir ilustra a quantidade e a distribuição dos empregados da Companhia, por unidade federativa e grupo de atuação, no encerramento do exercício social de 2017, 2018 e 2019 e no período de sete meses findo em 31 de julho 2020.

HC PRÓPRIOS								
	31/07/2020		31/12/2019		31/12/2018		31/12/2017	
	Qtd	Local	Qtd	Local	Qtd	Local	Qtd	Local
Administrativo	229	ES	188	ES	208	ES	266	ES
Administrativo	34	SP	29	SP	23	SP	7	SP
Centro de Distribuição	133	ES	124	ES	153	ES	185	ES
Centro de Distribuição	13	SP	17	SP		SP		SP
Loja	4	SP		SP		SP		SP
Loja	6	MG	6	MG		MG		MG
Loja	4	PR	3	PR	4	PR		PR
Loja	6	RS	8	RS	9	RS		RS
Total Administrativo	263		217		231		273	
Total CD	146		141		153		185	
Total Loja	20		17		13		0	
Total de Empregados	429		375		397		458	

**14.1 - Descrição Dos Recursos Humanos****(b) Número de terceiros (total, por grupos com base na atividade desempenhada e por localização geográfica)**

A tabela a seguir ilustra a quantidade e distribuição dos terceirizados, referentes aos contratos de empresas especializadas, no encerramento do exercício social de 2017, 2018 e 2019 e no período de sete meses findo em 31 de julho 2020.

HC TERCEIRIZADOS								
	31/07/2020		31/12/2019		31/12/2018		31/12/2017	
	Qtd	Local	Qtd	Local	Qtd	Local	Qtd	Local
Limpeza	11	ES	11	ES	9	ES	11	ES
Limpeza	1	SP	2	SP	2	SP	0	SP
Limpeza	1	RS	1	RS	1	RS		RS
Limpeza	1	PR	1	PR	1	PR		PR
Limpeza	1	MG	1	MG		MG		MG
Recepção	2	ES	2	ES		ES	0	ES
Segurança	10	ES	10	ES	10	ES	10	ES
Tecnologia	22	ES	20	ES	2	ES	1	ES
Tecnologia	1	SP	1	SP		SP		SP
Marketing	7	ES	10	ES	3	ES		
Operações	7	SP	4	SP		SP		SP
Operações	72	ES	79	ES	80	ES	58	ES
<b>Total Limpeza</b>	<b>15</b>		<b>16</b>		<b>13</b>		<b>11</b>	
<b>Total Recepção</b>	<b>2</b>		<b>2</b>		<b>0</b>		<b>0</b>	
<b>Total Segurança</b>	<b>10</b>		<b>10</b>		<b>10</b>		<b>10</b>	
<b>Total Tecnologia</b>	<b>23</b>		<b>20</b>		<b>2</b>		<b>1</b>	
<b>Total Marketing</b>	<b>7</b>		<b>10</b>		<b>3</b>		<b>0</b>	
<b>Total Operações</b>	<b>79</b>		<b>83</b>		<b>80</b>		<b>58</b>	
<b>Total de Empregados</b>	<b>136</b>		<b>142</b>		<b>108</b>		<b>80</b>	

**14.1 - Descrição Dos Recursos Humanos****(c) Índice de rotatividade**

<b>TURNOVER</b>				
	<b>31/07/2020</b>	<b>31/12/2019</b>	<b>31/12/2018</b>	<b>31/12/2017</b>
<b>Acumulado ano</b>	<b>16,26%</b>	<b>40,70%</b>	<b>51,10%</b>	<b>23,54%</b>

## **14.2 - Alterações Relevantes - Recursos Humanos**

### **14.2 - Alterações relevantes - Recursos humanos**

Não houve alterações relevantes ocorridas com relação aos números divulgados no item 14.1 deste Formulário de Referência. As alterações decorrem de mudanças naturais nos negócios da Companhia considerando a sua estratégia, o que pode eventualmente aumentar ou reduzir o número de funcionários efetivos ou terceirizados.

## 14.3 - Descrição da Política de Remuneração Dos Empregados

### 14.3 - Descrição da política de remuneração dos empregados

#### (a) Política de salários e remuneração variável

A Companhia considera sua Política de Remuneração, descrita no item 13.1 deste Formulário de Referência, como parte de sua estratégia empresarial, visando assegurar: remuneração alinhada com as práticas do mercado; condições de atrair e reter os profissionais; definição de uma estrutura de cargos e salários adequada aos processos organizacionais e o fornecimento de uma base de conduta para que o colaborador conheça suas responsabilidades e atribuições.

A remuneração dos colaboradores é corrigida anualmente nos termos das Convenções Coletivas de Trabalho celebradas em cada região. Além disso, são concedidos reajustes salariais aos colaboradores por desempenho, potencial e comprometimento, conforme janelas de mérito.

A remuneração fixa refere-se ao valor recebido mensalmente pelo participante pago na folha de pagamento, está composta de (i) salário ou pró-labore e (ii) benefícios e visa a remunerá-lo pelas atribuições e responsabilidades pertinentes ao cargo exercido. Por sua vez, a remuneração variável é praticada mensalmente, por meio de comissão para a área comercial e foi elaborada considerando o atingimento de metas estabelecidas, que proporciona a cada profissional receber uma quantia variável de sua remuneração baseada em seus próprios resultados ou nos resultados de suas equipes.

Com relação à remuneração de curto prazo (ICP – Incentivo de Curto Prazo) possuímos o PPR (Programa de Participação nos Resultados), baseado no atingimento das metas estratégicas da Companhia, com apurações trimestrais. Todos os colaboradores participam deste plano de incentivos, exceto: (i) colaboradores das operações logísticas, que possuem bônus baseado no atingimento de resultados e metas mensais e (ii) diretores, gerentes e Heads, com apuração de resultados ao final do exercício e pagamento no mês subsequente.

O Modelo de Gestão é revisitado anualmente com o objetivo de alinhar todos os colaboradores aos desafios, objetivos estratégicos e aos valores da empresa.

#### (b) Política de benefícios

Os colaboradores da Companhia são elegíveis a benefícios diversos de acordo com o cargo e de acordo com as convenções coletivas. Os seguintes benefícios são oferecidos:

- (i) seguro de vida;
- (ii) assistência médica;
- (iii) assistência odontológica;
- (iv) cartão alimentação/refeição;
- (v) refeição no restaurante local;
- (vi) vale transporte/combustível;
- (vii) estacionamento;
- (viii) empréstimo consignado (operacionalizado pelo Banco Itaú);
- (ix) licença paternidade de 10 dias;
- (x) auxílio creche;
- (xi) day off no aniversário de nascimento e aniversário de empresa;
- (xii) descontos para compras nas lojas da Companhia.

Os benefícios são oferecidos de acordo com a localidade e o nível hierárquico de nossos colaboradores, sendo que nem todos fazem jus a todos os benefícios.

### **14.3 - Descrição da Política de Remuneração Dos Empregados**

- (c) Características dos planos de remuneração baseados em ações dos empregados não administradores (grupos de beneficiários, condições para o exercício, preços de exercício, prazos de exercício, quantidade de ações comprometidas pelo plano)**

Até a data deste Formulário de Referência, a Companhia não possui qualquer remuneração baseada em ações concedida aos empregados.

## 14.4 - Descrição Das Relações Entre O Emissor E Sindicatos

### 14.4 - Descrição das relações entre o emissor e sindicatos

A Companhia reconhece a importância da função dos sindicatos, respeitando suas iniciativas e práticas, sempre buscando encontrar soluções que atendam a todos os envolvidos, tendo como princípio uma relação pautada pela transparência e respeito mútuos e observância da legislação trabalhista, garantindo assim, a liberdade sindical, a proteção do direito de sindicalização e de negociação coletiva e livre funcionamento, sem qualquer intervenção.

A Companhia segue as convenções coletivas negociadas entre os diversos sindicatos que representam os colaboradores e a entidade patronal de cada localidade onde atua, tanto para os sindicatos dos empregados do comércio, que representa maior parte dos colaboradores, quanto para o sindicato dos motoristas e rodoviários.

De forma geral, a Companhia entende que possui boas relações com os sindicatos aos quais os empregados estão vinculados, não havendo histórico de greves, manifestações e/ou paralisações de trabalho desde a sua constituição.

A lista refletindo os principais sindicatos com os quais a Companhia se relaciona segue abaixo:

UF	Sindicato dos Empregados	Categoria
ES	Sindicato dos Comerciantes do Espírito Santo – ES (Fecomércio)	Comércio
ES	Sindicato dos Rodoviários - ES (Transcares)	Transporte
MG	Sindicato do Comércio de BH e Região	Comércio
PR	Sindicato dos Comerciantes - Curitiba	Comércio
RS	Sindicato dos Comerciantes – Rio Grande do Sul	Comércio
SP	Sindicato do Comércio de Barueri	Comércio
SP	Sindicato dos Comerciantes – SP (Fecomércio)	Comércio
SP	Sindicato dos Rodoviários do ABC	Transporte

## **14.5 - Outras Informações Relevantes - Recursos Humanos**

### **14.5 - Outras informações relevantes**

Não há outras informações julgadas relevantes para os fins deste item 14.

**15.1 / 15.2 - Posição Acionária**

Acionista		Participa de acordo de acionistas		Acionista controlador		Última alteração	
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Nome do Representante Legal ou Mandatário	Participa de acordo de acionistas	Tipo pessoa	CPF/CNPJ	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %
Qtde. ações ordinárias (Unidades)		Ações ordinárias %		Ações preferenciais %		Total ações %	
Detalhamento por classes de ações (Unidades)		Ações ordinárias %		Ações preferenciais %		Total ações %	
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %					
<b>Alexandre Magno Da Cruz Oliveira Filho</b>							
974.860.941-34	Brasileiro	Sim		Não			
Não	519.292	0,600%	0			519.292	0,600%
<b>Marcelo Giovanetti D'arrienzo</b>							
227.962.378-18	Brasileiro	Sim		Não			
Não	1.211.944	1,400%	0			1.211.944	1,400%
<b>German Garfinkel</b>							
227.616.538-31	Argentino	Sim		Não			
Não	346.326	0,400%	0			346.326	0,400%
<b>Clayton Freire dos Santos</b>							
086.656.877-85	Brasileiro	Sim		Não			
Não	519.292	0,600%	0			519.292	0,600%
<b>Rogério Muniz Salume</b>							
009.599.727-06	Brasileiro	Sim		Não			
Não	7.807.898	9,022%	0			7.807.898	9,022%

**15.1 / 15.2 - Posição Acionária**

Acionista		Participa de acordo de acionistas		Acionista controlador		Última alteração	
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Nome do Representante Legal ou Mandatário	Participa de acordo de acionistas	Tipo pessoa	CPF/CNPJ	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)
Acionista Residente no Exterior		Ações ordinárias %		Ações preferenciais (Unidades)		Total ações %	
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %
<b>Detalhamento por classes de ações (Unidades)</b>							
<b>Classe ação</b>	<b>Qtde. de ações (Unidades)</b>	<b>Ações %</b>					
<b>PENINSULA FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES MULTISTRATÉGIA – INVESTIMENTO NO EXTERIOR</b>							
16.994.226/0001-95	Brasileira	Sim	Sim	Sim	18/08/2020		
Não							
35.443.452	40,956%	0	0,000%	35.443.452		40,956%	
<b>ORBEAT SOM E IMAGEM LTDA</b>							
91.082.487/0001-54	Brasileira	Sim	Sim	Sim	18/08/2020		
Não							
35.443.452	40,956%	0	0,000%	35.443.452		40,956%	
<b>FERNANDO OPITZ</b>							
843.249.968-49	Brasileiro	Sim	Sim	Não			
Não					00.002.366/6097-79		
5.249.262	6,066%	0	0,000%	5.249.262		6,066%	
<b>OUTROS</b>							
0	0,000%	0	0,000%	0		0,000%	
<b>ACÇÕES EM TESOURARIA - Data da última alteração:</b>							
0	0,000%	0	0,000%	0		0,000%	
<b>TOTAL</b>							
86.540.918	100,000%	0	0,000%	86.540.918		100,000%	

**15.1 / 15.2 - Posição Acionária**

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo pessoa	CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações (Unidades)						
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA						
CPF/CNPJ acionista						
91.082.487/0001-54						
ORBEAT SOM E IMAGEM LTDA						
AÇÕES EM TESOURARIA - Data da última alteração:						
0	0,000	0	0,000	0	0,000	
<b>FERNANDO ERNESTO DE SOUZA CORREA</b>						
000.289.320-72	Brasileira	Sim	Sim	22/05/2018		
Não						
1	0,010	0	0,000	1	0,010	
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
TOTAL	0	0,000				
<b>JAYME SIROTSKY</b>						
054.854.520-00	Brasileira	Sim	Sim	22/05/2018		
Não						
1	0,010	0	0,000	1	0,010	
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
TOTAL	0	0,000				
<b>NELSON PACHECO SIROTSKY</b>						
147.576.050-72	Brasileira	Sim	Sim	22/05/2018		
Não						
1	0,010	0	0,000	1	0,010	
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
TOTAL	0	0,000				

**15.1 / 15.2 - Posição Acionária**

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA	CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
ACIONISTA Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário			Tipo pessoa	CPF/CNPJ	
Detalhamento de ações (Unidades)						
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %	Composição capital social
CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ORBEAT SOM E IMAGEM LTDA						
91.082.487/0001-54						
OUTROS						
0	0,000	0	0,000	0	0,000	0,000
S+ PARTICIPAÇÕES S.A.						
20.390.619/0001-67	Brasileira	Sim	Sim	22/05/2018		
Não						
76.326.126	99,970	0	0,000	76.326.126	99,970	
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
TOTAL	0	0,000				
TOTAL						
76.326.129	100,000	0	0,000	76.326.129	100,000	

**15.1 / 15.2 - Posição Acionária**

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	CPF/CNPJ	Última alteração	
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo pessoa			
Detalhamento de ações (Unidades)						
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %	Composição capital social
CONTROLADORA / INVESTIDORA						
CPF/CNPJ acionista						
16.994.226/0001-95						
PENINSULA FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES MULTISTRATÉGIA – INVESTIMENTO NO EXTERIOR						
AÇÕES EM TESOURARIA - Data da última alteração:						
0	0,000	0	0,000	0	0,000	
O3 FUNDO DE INVESTIMENTO MULTIMERCADO TOTAL RETURN						
20.173.091/0001-74	Brasileira	Não	Sim	18/08/2020		
Não						
100	100,000	0	0,000	100	100,000	
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
TOTAL	0	0,000				
OUTROS						
0	0,000	0	0,000	0	0,000	
TOTAL						
100	100,000	0	0,000	100	100,000	

**15.1 / 15.2 - Posição Acionária**

CONTROLADORA / INVESTIDORA									
ACIONISTA									
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração					
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário	Tipo pessoa	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %				
Detalhamento de ações (Unidades)									
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %				
CONTROLADORA / INVESTIDORA									
CPF/CNPJ acionista									
20.173.091/0001-74									
O3 FUNDO DE INVESTIMENTO MULTIMERCADO TOTAL RETURN									
<b>ABÍLIO DOS SANTOS DINIZ</b>									
001.454.918-20	Brasileira	Sim	Sim	27/08/2019					
	Não								
605.028	33,108	0	0,000	605.028	33,108				
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %							
TOTAL	0	0,000							
<b>AÇÕES EM TESOURARIA - Data da última alteração:</b>									
0	0,000	0	0,000	0	0,000				
<b>OUTROS</b>									
1.222.395	66,892	0	0,000	1.222.395	66,892				
<b>TOTAL</b>									
1.827.423	100,000	0	0,000	1.827.423	100,000				

**15.1 / 15.2 - Posição Acionária**

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	CPF/CNPJ	Última alteração	
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo pessoa			
Detalhamento de ações (Unidades)						
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %	Composição capital social
CONTROLADORA / INVESTIDORA						
S+ PARTICIPAÇÕES S.A.						
20.390.619/0001-67						
<b>AÇÕES EM TESOURARIA - Data da última alteração:</b>						
0	0,000	0	0,000	0	0,000	0,000
<b>CARLOS EDUARDO SCHNEIDER MELZER</b>						
005.414.940-15	Brasileira	Não	Não	22/05/2018		
Não						
0	0,000	1.511.060	4,697	1.511.060	0,644	
<b>Classe ação</b>						
		<b>Qtde. de ações (Unidades)</b>	<b>Ações %</b>			
TOTAL	0	0,000	0,000			
<b>DELUNA HOLDING CORP</b>						
31.989.436/0001-89	Brasileira	Não	Não	22/05/2018		
Não						
0	0,000	3.755.520	11,674	3.755.520	1,602	
<b>Classe ação</b>						
		<b>Qtde. de ações (Unidades)</b>	<b>Ações %</b>			
TOTAL	0	0,000	0,000			
<b>FERNANDO ERNESTO DE SOUZA CORREA</b>						
000.289.320-72	Brasileira	Não	Não	22/05/2018		
Não						
0	0,000	1.099.450	3,418	1.099.450	0,469	
<b>Classe ação</b>						
		<b>Qtde. de ações (Unidades)</b>	<b>Ações %</b>			
TOTAL	0	0,000	0,000			

**15.1 / 15.2 - Posição Acionária**

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário	Tipo pessoa	CPF/CNPJ	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %	
Detalhamento de ações (Unidades)						
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %	Composição capital social
CONTROLADORA / INVESTIDORA						
S+ PARTICIPAÇÕES S.A.						
20.390.619/0001-67						
<b>FUNDO DE INVESTIMENTOS E PARTICIPAÇÕES AJL2</b>						
14.851.652/0001-44	Brasileira	Sim	Sim	22/05/2018		
	Não					
18.760.074	9,270	4.690.019	14,579	23.450.093	10,000	
<b>Classe ação</b>	<b>Qtde. de ações (Unidades)</b>	<b>Ações %</b>				
TOTAL	0	0,000				
<b>H+ PARTICIPAÇÕES S.A.</b>						
07.655.097/0001-10	Brasileira	Sim	Sim	06/08/2007		
	Não					
183.571.413	90,730	0	0,000	183.571.413	76,280	
<b>Classe ação</b>	<b>Qtde. de ações (Unidades)</b>	<b>Ações %</b>				
TOTAL	0	0,000				
<b>JOSÉ PEDRO PACHECO SIROTSKY</b>						
215.309.390-20	Brasileira	Não	Não	22/05/2018		
	Não					
0	0,000	3.572.324	11,105	3.572.324	1,523	
<b>Classe ação</b>	<b>Qtde. de ações (Unidades)</b>	<b>Ações %</b>				
TOTAL	0	0,000				

**15.1 / 15.2 - Posição Acionária**

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	CPF/CNPJ	Última alteração	
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo pessoa			
Detalhamento de ações (Unidades)						
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA						
CPF/CNPJ acionista						
S+ PARTICIPAÇÕES S.A.						
20.390.619/0001-67						
<b>MILENE SIROSKY</b>						
509.987.060-00	Brasileira	Não	Não		22/05/2018	
Não						
0	0,000	3.755.521	11,674	3.755.521	1,602	
<b>Classe ação</b>	<b>Qtde. de ações (Unidades)</b>	<b>Ações %</b>				
<b>TOTAL</b>	0	0,000				
<b>NELSON PACHECO SIROTSKY</b>						
147.576.050-72	Brasileira	Sim	Sim		22/05/2018	
Não						
0	0,000	3.847.123	11,959	3.847.123	1,641	
<b>Classe ação</b>	<b>Qtde. de ações (Unidades)</b>	<b>Ações %</b>				
<b>TOTAL</b>	0	0,000				
<b>OUTROS</b>						
0	0,000	0	0,000	0	0,000	
<b>ROSA MARIA BARBOSA CORREA</b>						
807.184.340-72	Brasileira	Não	Não		22/05/2018	
Não						
0	0,000	1.098.903	3,416	1.098.903	0,469	
<b>Classe ação</b>	<b>Qtde. de ações (Unidades)</b>	<b>Ações %</b>				
<b>TOTAL</b>	0	0,000				

**15.1 / 15.2 - Posição Acionária**

CONTROLADORA / INVESTIDORA									
ACIONISTA									
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	CPF/CNPJ	Última alteração				
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo pessoa						
Detalhamento de ações (Unidades)									
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %				
CONTROLADORA / INVESTIDORA									
S+ PARTICIPAÇÕES S.A.									
CPF/CNPJ acionista									
20.390.619/0001-67									
<b>SERGIO SIROTSKY</b>									
439.171.860-04	Brasileira	Não	Não		22/05/2018				
Não									
0	0,000	3.755.520	11,674	3.755.520	1,602				
<b>Classe ação</b>									
<b>TOTAL</b>									
0	0,000								
<b>SÔNIA PACHECO SIROTSKY</b>									
801.668.140-91	Brasileira	Não	Não		22/05/2018				
Não									
0	0,000	3.572.324	11,105	3.572.324	1,523				
<b>Classe ação</b>									
<b>TOTAL</b>									
0	0,000								
<b>SUZANA SIROTSKY MELZER</b>									
708.924.820-87	Brasileira	Não	Não		22/05/2018				
Não									
0	0,000	1.511.677	4,699	1.511.677	0,645				
<b>Classe ação</b>									
<b>TOTAL</b>									
0	0,000								
<b>TOTAL</b>									
202.331.487	100,000	32.169.441	100,000	234.500.928	100,000				

**15.1 / 15.2 - Posição Acionária**

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo pessoa	CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações (Unidades)						
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA						
HF+ PARTICIPAÇÕES S.A.						
07.655.097/0001-10						
AÇÕES EM TESOURARIA - Data da última alteração:						
0	0,000	0	0,000	0	0,000	
FECH PARTICIPAÇÕES LTDA.						
07.696.832/0001-33	Brasileira	Sim	Sim	06/08/2007		
Não						
10.246.523	8,000	0	0,000	10.246.523	8,000	
Classe ação Qtde. de ações (Unidades) Ações %						
TOTAL	0		0,000			
IMAH PARTICIPAÇÕES S.A.						
08.040.128/0001-90	Brasileira	Sim	Sim	06/08/2007		
Não						
65.321.592	51,000	0	0,000	65.321.592	51,000	
Classe ação Qtde. de ações (Unidades) Ações %						
TOTAL	0		0,000			
JAMAH PARTICIPAÇÕES LTDA.						
07.693.594/0001-02	Brasileira	Sim	Sim	06/08/2007		
Não						
52.513.436	41,000	0	0,000	52.513.436	41,000	
Classe ação Qtde. de ações (Unidades) Ações %						
TOTAL	0		0,000			

**15.1 / 15.2 - Posição Acionária**

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário	Tipo pessoa		CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações (Unidades)						
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %	Composição capital social
CONTROLADORA / INVESTIDORA						
<b>H+ PARTICIPAÇÕES S.A.</b>						
07.655.097/0001-10						
OUTROS						
0	0,000	0	0,000	0	0,000	
TOTAL						
128.081.551	100,000	0	0,000	128.081.551	100,000	

**15.1 / 15.2 - Posição Acionária**

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo pessoa	CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações (Unidades)						
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA						
CPF/CNPJ acionista						
07.696.832/0001-33						
FECH PARTICIPAÇÕES LTDA.						
AÇÕES EM TESOURARIA - Data da última alteração:						
0	0,000	0	0,000	0	0,000	
<b>FERNANDO ERNESTO DE SOUZA CORREA</b>						
000.289.320-72	Brasileira	Sim	Não	14/07/2018		
Não						
5.123.761	50,000	0	0,000	5.123.761	50,000	
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
TOTAL	0	0,000				
OUTROS						
0	0,000	0	0,000	0	0,000	
<b>ROSA MARIA BARBOSA CORREA</b>						
807.184.340-72	Brasileira	Sim	Não	14/07/2018		
Não						
5.123.762	50,000	0	0,000	5.123.762	50,000	
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
TOTAL	0	0,000				

### 15.1 / 15.2 - Posição Acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário	Tipo pessoa		CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações (Unidades)						
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA						
CPF/CNPJ acionista						
07.696.832/0001-33						
<b>FECH PARTICIPAÇÕES LTDA.</b>						
<b>TOTAL</b>						
10.247.523	100,000	0	0,000	10.247.523	100,000	

**15.1 / 15.2 - Posição Acionária**

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo pessoa	CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações (Unidades)						
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA						
IMAH PARTICIPAÇÕES S.A.						
				CPF/CNPJ acionista		
				08.040.128/0001-90		
<b>AÇÕES EM TESOURARIA - Data da última alteração:</b>						
0	0,000	0	0,000	0	0,000	
<b>CASUMEL PARTICIPAÇÕES LTDA.</b>						
04.075.878/0001-47	Brasileiro	Sim	Não	06/08/2007		
Não						
1.408.918.600	21,570	0	0,000	1.408.918.600	21,570	
<b>Classe ação</b>						
		<b>Qtde. de ações (Unidades)</b>			<b>Ações %</b>	
TOTAL	0	0,000			0,000	
<b>JOSÉ PEDRO PACHECO SIROTSKY</b>						
215.309.390-20	Brasileira	Sim	Não	06/08/2007		
Não						
1.665.085.800	25,490	0	0,000	1.665.085.800	25,490	
<b>Classe ação</b>						
		<b>Qtde. de ações (Unidades)</b>			<b>Ações %</b>	
TOTAL	0	0,000			0,000	
<b>NELSON PACHECO SIROTSKY</b>						
147.576.050-72	Brasileira	Sim	Sim	06/08/2007		
Não						
1.793.169.100	27,450	0	0,000	1.793.169.100	27,450	
<b>Classe ação</b>						
		<b>Qtde. de ações (Unidades)</b>			<b>Ações %</b>	
TOTAL	0	0,000			0,000	

**15.1 / 15.2 - Posição Acionária**

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	CPF/CNPJ	Última alteração	
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo pessoa			
Detalhamento de ações (Unidades)						
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %	Composição capital social
CONTROLADORA / INVESTIDORA						
IMAH PARTICIPAÇÕES S.A.						
08.040.128/0001-90						
<b>OUTROS</b>						
0	0,000	0	0,000	0	0,000	0,000
<b>SÔNIA PACHECO SIROTSKY</b>						
801.668.140-91	Brasileira	Sim	Não	06/08/2007		
Não						
1.665.085.800	25,490	0	0,000	1.665.085.800	25,490	
<b>Classe ação</b>						
<b>Qtde. de ações (Unidades)</b>		<b>Ações %</b>				
TOTAL	0	0,000				
<b>TOTAL</b>						
6.532.259.300	100,000	0	0,000	6.532.259.300	100,000	

**15.1 / 15.2 - Posição Acionária**

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	CPF/CNPJ	Última alteração	
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo pessoa			
Detalhamento de ações (Unidades)						
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %	Composição capital social
CONTROLADORA / INVESTIDORA						
JAMAH PARTICIPAÇÕES LTDA.						
CPF/CNPJ acionista						
07.693.594/0001-02						
AÇÕES EM TESOURARIA - Data da última alteração:						
0	0,000	0	0,000	0	0,000	0,000
DELUNA HOLDING CORP.						
31.989.436/0001-89	Brasileira	Sim	Não	14/07/2018		
Não						
17.808.552	33,330	0	0,000	17.808.552	33,330	
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
TOTAL	0	0,000				
MILENE SIROSKY						
509.987.060-00	Brasileira	Sim	Não	14/07/2018		
Não						
17.808.552	33,330	0	0,000	17.808.552	33,330	
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
TOTAL	0	0,000				
OUTROS						
0	0,000	0	0,000	0	0,000	0,000

**15.1 / 15.2 - Posição Acionária**

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário	Tipo pessoa	CPF/CNPJ			
Detalhamento de ações (Unidades)						
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA						
JAMAH PARTICIPAÇÕES LTDA.						
CPF/CNPJ acionista						
07.693.594/0001-02						
SERGIO SIROTSKY						
439.171.860-04	Brasileira	Sim	Não	14/07/2018		
17.808.552	33,340	0	0,000	17.808.552	33,340	
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
TOTAL	0	0,000				
TOTAL						
53.121.916	100,000	0	0,000	53.121.916	100,000	

**15.1 / 15.2 - Posição Acionária**

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário	Tipo pessoa	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %	
Detalhamento de ações (Unidades)						
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %	Composição capital social
CONTROLADORA / INVESTIDORA						
CASUMEL PARTICIPAÇÕES LTDA.						
CPF/CNPJ acionista						
04.075.878/0001-47						
AÇÕES EM TESOURARIA - Data da última alteração:						
0	0,000	0	0,000	0	0,000	0,000
<b>CARLOS EDUARDO SCHNEIDER MELZER</b>						
005.414.940-15	Brasileira	Sim	Sim	06/08/2017		
Não						
7.049.430	50,000	0	0,000	7.049.430	50,000	
<b>Classe ação</b>	<b>Qtde. de ações (Unidades)</b>	<b>Ações %</b>	<b>Ações %</b>			
TOTAL	0	0,000	0,000			
<b>OUTROS</b>						
0	0,000	0	0,000	0	0,000	0,000
<b>SUZANA SIROTSKY MELZER</b>						
708.924.820-87	Brasileira	Sim	Sim	06/08/2007		
Não						
7.049.430	50,000	0	0,000	7.049.430	50,000	
<b>Classe ação</b>	<b>Qtde. de ações (Unidades)</b>	<b>Ações %</b>	<b>Ações %</b>			
TOTAL	0	0,000	0,000			

### 15.1 / 15.2 - Posição Acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário	Tipo pessoa		CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações (Unidades)						
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA						
CPF/CNPJ acionista						
04.075.878/0001-47						
CASUMEL PARTICIPAÇÕES LTDA.						
TOTAL						
14.098.860	100,000	0	0,000	14.098.860	100,000	

**15.1 / 15.2 - Posição Acionária**

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	CPF/CNPJ	Última alteração	
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo pessoa			
Detalhamento de ações (Unidades)						
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %	Composição capital social
CONTROLADORA / INVESTIDORA						
31.989.436/0001-89						
DELUNA HOLDING CORP						
<b>AÇÕES EM TESOURARIA - Data da última alteração:</b>						
0	0,000	0	0,000	0	0,000	0,000
<b>MARCELO SIROTSKY</b>						
339.472.520-72	Brasileira	Sim	Sim		15/12/2019	
Não						
13.006.479	100,000	0	0,000	13.006.479	100,000	
<b>Classe ação</b>	<b>Qtde. de ações (Unidades)</b>	<b>Ações %</b>				
TOTAL	0	0,000				
<b>OUTROS</b>						
0	0,000	0	0,000	0	0,000	0,000
<b>TOTAL</b>						
13.006.479	100,000	0	0,000	13.006.479	100,000	

**15.3 - Distribuição de Capital**

<b>Data da última assembleia / Data da última alteração</b>	21/09/2020
<b>Quantidade acionistas pessoa física (Unidades)</b>	6
<b>Quantidade acionistas pessoa jurídica (Unidades)</b>	2
<b>Quantidade investidores institucionais (Unidades)</b>	0

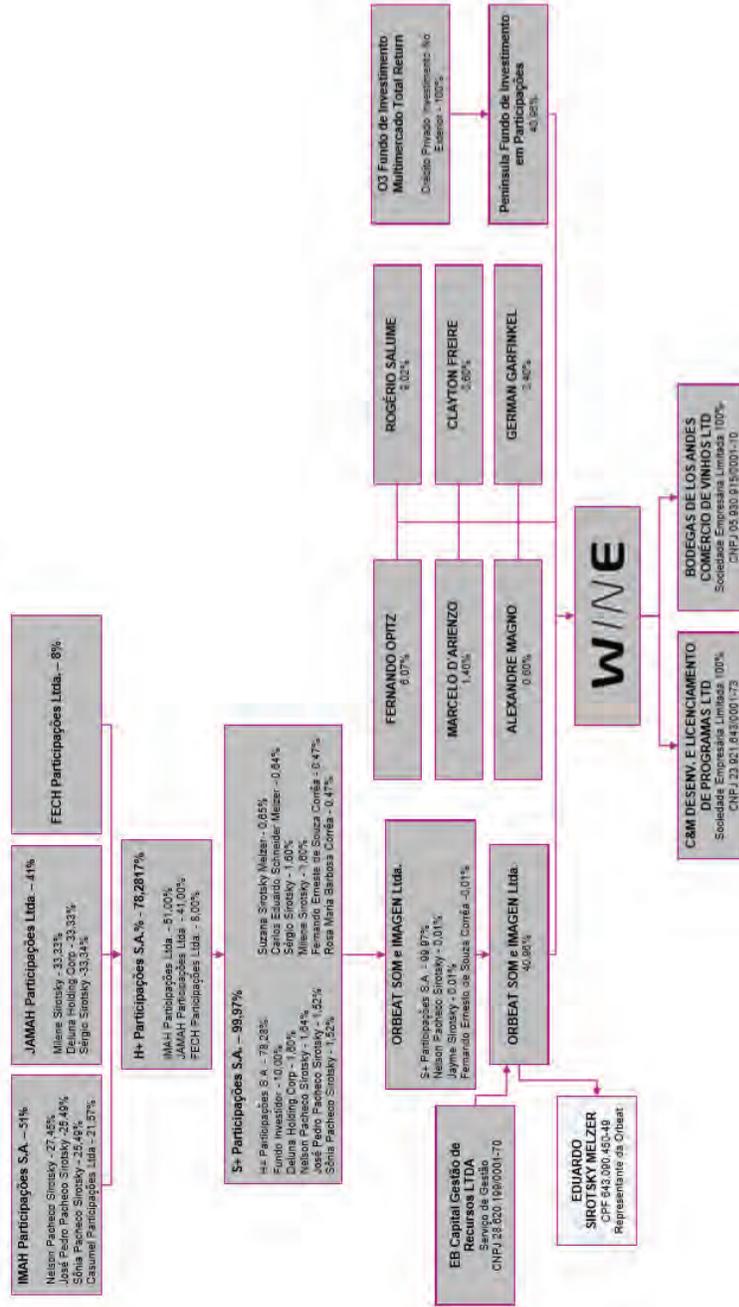
**Ações em Circulação**

*Ações em circulação correspondente a todas ações do emissor com exceção das de titularidade do controlador, das pessoas a ele vinculadas, dos administradores do emissor e das ações mantidas em tesouraria*

<b>Quantidade ordinárias (Unidades)</b>	0	0,000%
<b>Quantidade preferenciais (Unidades)</b>	0	0,000%
<b>Total</b>	0	0,000%

### 15.4 - Organograma dos acionistas e do grupo econômico

Organograma dos acionistas e do grupo econômico.



## 15.5 - Acordo de Acionistas Arquivado na Sede do Emissor ou do Qual O Controlador Seja Parte

### 15.5 - Acordo de acionistas arquivado na sede do emissor ou do qual o controlador seja parte

Em 9 de agosto de 2016, os acionistas da Companhia, Península Fundo de Investimento em Participações (“FIP”), Orbeat Som & Imagem Ltda. (“Orbeat”), Rogério Muniz Salume e Fernando Optiz celebraram um Acordo de Acionistas da W2W E-Commerce de Vinhos S.A. (“Companhia”) para regular os direitos e obrigações das partes enquanto acionistas da Companhia, o qual foi posteriormente aditado em 18 de agosto de 2020 (“Acordo de Acionistas Geral”). Nos termos da Cláusula 32, Parágrafo 1º, do Acordo de Acionistas Geral, este será rescindido, de pleno direito, na data em que for realizada a oferta pública inicial de ações de emissão da Companhia.

Adicionalmente, em 9 de agosto de 2016, o FIP e a Orbeat celebraram um Acordo de Acionistas de Controle da Companhia, para estabelecer certos direitos e obrigações em adição e complemento ao Acordo de Acionistas Geral, enquanto controladores da Companhia (“Acordo de Controle”).

Em 6 de outubro de 2020, o FIP e a Orbeat celebraram um novo Acordo de Acionistas da Companhia, com a finalidade de regular os seus direitos e obrigações com base nas novas regras de governança da Companhia e às regras aplicáveis a companhias abertas (“Novo Acordo de Acionistas”). O Novo Acordo de Acionistas foi celebrado sob a condição suspensiva consistente na realização da oferta pública inicial de ações de emissão da Companhia, cuja ocorrência importará na automática e imediata produção de seus efeitos na data de sua implementação, de modo que revogará integralmente o Acordo de Acionistas Geral e o Acordo de Controle.

Diante do exposto, as informações abaixo referem-se exclusivamente ao Novo Acordo de Acionistas:

#### (a) partes

O Novo Acordo de Acionistas foi celebrado entre o FIP e a Orbeat (em conjunto, os “Acionistas”).

#### (b) data de celebração

O Novo Acordo de Acionistas foi celebrado em 6 de outubro de 2020.

#### (c) prazo de vigência

O Novo Acordo de Acionistas foi celebrado sob a condição suspensiva, que consiste na realização da oferta pública inicial de ações de emissão da Companhia, cuja ocorrência importará na imediata produção de seus efeitos na data de sua implementação e permanecerá vigente pelo prazo de 24 meses. Após o decurso desse prazo, o Novo Acordo de Acionistas passará a vigorar por prazo indeterminado, podendo ser denunciado, por qualquer dos Acionistas com 30 dias de antecedência.

Caso não ocorra a condição suspensiva mencionada acima até 31 de dezembro de 2020 (prazo este que poderá ser prorrogado mutuamente entre os Acionistas), o Novo Acordo de Acionistas ficará automaticamente resolvido e o Acordo de Acionistas Geral e o Acordo de Controle voltaram a vigorar.

#### (d) descrição das cláusulas relativas ao exercício do direito de voto e do poder de controle

Os Acionistas deverão se reunir previamente à realização de qualquer Assembleia Geral da Companhia (“Reunião Prévia”) para deliberar sobre as matérias da ordem do dia constante da respectiva convocação e definir o voto em bloco a ser proferido pelos Acionistas na respectiva Assembleia Geral. As deliberações tomadas pelos Acionistas nas Reuniões Prévias serão vinculantes e deverão constituir o voto dos Acionistas na respectiva Assembleia Geral.

## 15.5 - Acordo de Acionistas Arquivado na Sede do Emissor ou do Qual O Controlador Seja Parte

Caso os Acionistas não tenham chegado a um consenso sobre a matéria objeto da Reunião Prévia, (i) a matéria será tida como não aprovada e os Acionistas solicitarão à Companhia sua retirada de pauta da Assembleia Geral; ou (ii), se assim solicitado por qualquer dos Acionistas na própria Reunião Prévia (“Reunião Prévia com Impasse”), será instalado um Dispute Review Board (“Dispute Board”) para buscar uma solução para a matéria objeto do impasse. Caso o impasse permaneça até a respectiva Assembleia Geral, os Acionistas não deverão aprovar tal matéria.

O Dispute Board será composto por 3 membros e funcionará como um comitê de recomendação para as matérias objeto de impasse em Reunião Prévia entre os Acionistas. A constituição do Dispute Board deverá ocorrer na Reunião Prévia com Impasse e a sua recomendação deverá se dar até a véspera da Assembleia Geral. O Dispute Board é o procedimento a ser adotado pelos Acionistas para solucionar a questão matéria de impasse, não sendo aplicáveis as regras do procedimento arbitral previsto no Novo Acordo de Acionistas.

O quórum de deliberação nas Reuniões Prévias será o da maioria dos Acionistas presentes, sendo que cada Ação conferirá 1 (um) voto em tais deliberações. Durante a vigência do Novo Acordo de Acionistas, os Acionistas permanecem em igualdade de condições quanto ao exercício de direito de voto na Reunião Prévia, desde que a diferença entre o percentual de participação entre os Acionistas não seja superior a 10%, conforme previsto na Cláusula 5ª, Parágrafo 4º, do Novo Acordo de Acionistas.

### **(e) descrição das cláusulas relativas à indicação de administradores, membros de comitês estatutários ou de pessoas que assumam posições gerenciais.**

Os Acionistas deverão indicar o máximo possível de membros do Conselho de Administração, de comitês cujos membros sejam eleitos por acionistas e do Conselho Fiscal (quando instalado), observadas as regras dispostas a seguir.

Enquanto os Acionistas detiverem uma diferença de até 10% de participação no capital social da Companhia, conforme previsto na Cláusula 5ª, Parágrafo 4º, do Novo Acordo de Acionistas, (i) cada Acionista terá o direito de indicar metade de tais membros e, ainda, se houver, membro ímpar, este será eleito em sistema de rodízio pelos Acionistas (para ocupar o cargo para o primeiro mandato que vigorar até a Assembleia Geral ordinária de 2022, tal membro ímpar será indicado pela Orbeat); e (ii) para eleição de Conselheiro Independente, se tiver que ser eleito um número par, cada Acionista indicará um membro, mas, se tiver um número ímpar, o respectivo membro será indicado em sistema de rodízio pelos Acionistas.

Por outro lado, caso os Acionistas passem a ter uma diferença de participação superior a 10% do capital social da Companhia, conforme previsto na Cláusula 5ª, Parágrafo 4º, do Novo Acordo de Acionistas, a definição dos membros em referência será feita em Reunião Prévia, ficando assegurado ao Acionista que detiver o menor número de ações a indicação de um membro, enquanto ele detiver ao menos metade de suas ações e desde que o Acionista que detiver o maior número de ações tenha direito de eleger 2 ou mais membros.

Por fim, sempre que um Acionista solicitar a instalação do Conselho Fiscal, o outro Acionista deverá votar favoravelmente a tal pedido na respectiva Assembleia Geral.

### **(f) descrição das cláusulas relativas à transferência de ações e à preferência para adquiri-las.**

O Novo Acordo de Acionistas prevê que os Acionistas não poderão transferir as suas ações, direito de preferência na subscrição de ações e/ou de valores mobiliários conversíveis em ações, para

## 15.5 - Acordo de Acionistas Arquivado na Sede do Emissor ou do Qual O Controlador Seja Parte

terceiro, (i) até 18 meses a contar da vigência do Novo Acordo de Acionistas; e (ii) entre o período de 18 e 24 meses a contar da vigência do Novo Acordo de Acionistas, cada Acionista poderá transferir para terceiro até 25% de suas ações vinculadas ao Novo Acordo de Acionistas (“Lock-up”).

Ademais, com relação às ações liberadas em cada período de Lock-up, caso qualquer Acionista pretenda transferir (“Acionista Alienante”) para terceiros a totalidade ou parte de suas ações, do direito de preferência na subscrição de ações e/ou de valores mobiliários conversíveis em ações (em conjunto, as “Ações Ofertadas”) e desde que tal operação não se enquadre no direito de primeira oferta descrito abaixo, então o Acionista Alienante deverá oferecer as Ações Ofertadas ao outro Acionista, que terá o direito de preferência na aquisição das Ações Ofertadas pelo mesmo preço e nos mesmos termos e condições previstos na oferta do terceiro potencial comprador (“Direito de Preferência”).

Caso qualquer um dos Acionistas pretenda realizada a transferência de ações no ambiente da bolsa de valores e desde que essa operação não constitua um Block Trade, o Direito de Preferência não será aplicável, mas o Acionista Alienante deverá, primeiramente, enviar uma notificação ao outro Acionista para questionar se tem interesse em apresentar a primeira oferta pela totalidade das ações (“Direito de Primeira Oferta”). Para fins do Novo Acordo de Acionistas, “Block Trade” significa a transferência individualmente considerada ou em uma série de transferências conexas realizadas no mesmo período disposto na respectiva oferta, de ações representativas de mais de 0,5% do capital social da Companhia para uma pessoa ou para um conjunto de pessoas vinculadas ou não, no ambiente da bolsa de valores ou mercado de balcão organizado, inclusive por meio do mecanismo previsto na Instrução CVM 168, de 23 de dezembro de 1991.

As regras referentes ao Lock-up, Direito de Preferência e Direito de Primeira Oferta não serão aplicáveis no caso de uma transferência permitida na forma do Novo Acordo de Acionistas, a saber (i) transferência para subsidiária integral de referido Acionista, desde que referida subsidiária não seja concorrente da Companhia; (ii) transferência para afiliada de qualquer dos Acionistas, desde que referida afiliada (ii.1) não seja concorrente da Companhia, e (ii.2) não tenha nenhuma pessoa ou entidade em seu controle que exerça, direta ou indiretamente, atividade preponderantemente concorrente; e (iii) transferência para fundo de investimentos controlado, direta ou indiretamente, por qualquer dos Acionistas, desde que o referido fundo de investimentos (iii.1) não tenha como cotista majoritário pessoa ou entidade que exerça, direta ou indiretamente, atividade preponderantemente concorrente, e/ou (iii.2) não seja gerido e/ou administrado por pessoa ou entidade que (iii.2.1) exerça atividade concorrente, e/ou (iii.2.2) tenha sob sua gestão, seja controlada ou parte de seu grupo econômico, uma pessoa ou entidade que exerça atividade concorrente com a da Companhia; tudo conforme pormenorizado no Acordo de Controle.

Por fim, sem prejuízo do disposto acima, o Novo Acordo de Acionistas estabelece que, caso qualquer dos Acionistas pretenda transferir as suas ações em bolsa de valores poderá pedir e outro Acionista e a Companhia deverá atender à solicitação de desvinculação das ações ao Novo Acordo de Acionistas, desde que observadas as disposições do Novo Acordo de Acionistas.

### **(g) descrição das cláusulas que restrinjam ou vinculem o direito de voto de membros do conselho de administração ou de outros órgãos de fiscalização e controle**

Não aplicável.

## 15.6 - Alterações Relevantes Nas Participações Dos Membros do Grupo de Controle E Administradores do Emissor

### 15.6 - Alterações relevantes nas participações dos membros do grupo de controle e administradores do emissor

Em 20/06/2016 foi celebrado entre a Companhia, acionistas e Península Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia – Investimento no Exterior (“Investidora”), o “Contrato de Subscrição de Ações e Outras Avenças” (“Contrato de Subscrição”), por meio do qual a “Investidora” comprometeu-se a investir na Companhia o valor de R\$ 100.000.000,00 (cem milhões de reais), conforme segue:

- R\$ 40.000.000,00 (quarenta milhões de reais) por meio de integralização de capital, em contrapartida à subscrição, pela “Investidora”, de novas ações de emissão da Companhia em operação de aumento de capital; e

- R\$ 60.000.000,00 (sessenta milhões de reais) por meio da subscrição, pela Investidora, de debêntures a serem emitidas pela Companhia.

Assim, foi aprovado, no dia 09/08/2016, em sede de Assembleia Geral Extraordinária, (i) o aumento de capital da Companhia no valor de R\$ 40.000.000,00 (quarenta milhões de reais), mediante a emissão de 23.575 (vinte e três mil quinhentas e setenta e cinco mil) novas ações ordinárias classe A, nominativas, sem valor nominal e conversíveis em ações ordinárias, correspondentes a 14,8% do capital social da Companhia, totalmente subscritas e integralizadas, pela Investidora, de acordo com os termos e condições do Contrato de Subscrição, e (ii) a emissão de debêntures conversíveis em ações ordinárias Classe A, nominativas, sem valor nominal, no montante de R\$ 60.000.000,00 (sessenta milhões de reais), subscritas pela Investidora e a serem integralizadas nos termos da escritura de emissão de debêntures.

Em 09/08/2016, foi firmado entre a Companhia e a Investidora o “Instrumento Particular de Escritura da 1ª Emissão de Debêntures Conversíveis em Ações Ordinárias Classe A, da Espécie Real, em 9 Séries para Colocação Privada da W2W E-COMMERCE DE VINHOS S/A” (“Instrumento de Escritura”).

Em razão da conversão das Debêntures ficou aprovado o aumento do capital social da Companhia de R\$ 44.955.232,85 (quarenta e quatro milhões, novecentos e cinquenta e cinco mil, duzentos e trinta e dois reais e oitenta e cinco centavos), para R\$ 104.955.232,85 (cento e quatro milhões, novecentos e cinquenta e cinco mil, duzentos e trinta e dois reais e oitenta e cinco centavos), perfazendo um aumento, portanto, de R\$ 60.000.000,00 (sessenta milhões de reais), mediante a emissão, por parte da Companhia, de 53.922 (cinquenta e três mil, novecentas e vinte e duas) ações ordinárias Classe A, ao preço de emissão de R\$ 1.112,72 (um mil, cento e doze reais e setenta e dois centavos) cada.

Em 18/08/2020, acionistas deliberaram, em Assembleia Geral Extraordinária, e aprovaram, por unanimidade de votos e sem quaisquer ressalvas a conversão de 77.497 (setenta e sete mil, quatrocentas e noventa e sete) ações ordinárias classe A, nominativas e sem valor nominal de emissão da Companhia e de titularidade da acionista Península Fundo de Investimentos em Participações Multiestratégia – Investimento no Exterior, em 77.497 (setenta e sete mil, quatrocentas e noventa e sete) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal.

Em decorrência da deliberação acima, as ações ordinárias classe A de emissão da Companhia foram extintas, passando o capital social da Companhia a ser composto apenas por ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, sem distinção de classes. Desta forma, o capital social da Companhia passa a ser de R\$ 104.955.232,85 (cento e quatro milhões, novecentos e cinquenta e cinco mil, duzentos e trinta e dois reais e oitenta e cinco centavos), totalmente subscrito e integralizado, representado por 213.056 (duzentos e treze mil e cinquenta e seis) ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal, sendo que cada ação ordinária nominativa confere ao seu titular o direito a 1 (um) voto nas deliberações tomadas pelos acionistas em Assembleias Gerais.

Em 21/09/2020, os acionistas deliberaram, em Assembleia Geral Extraordinária, e aprovaram, por unanimidade de votos, a ratificação dos Termos de Acordo celebrados, em 3 de setembro de 2019 e aditados em 3 de outubro de 2019, entre a Companhia e cada um dos seguintes executivos: Marcelo Giovanetti D'Arienzo, Clayton Freire dos Santos e Alexandre Magno da Cruz Oliveira Filho,

## **15.6 - Alterações Relevantes Nas Participações Dos Membros do Grupo de Controle E Administradores do Emissor**

cujo objeto era a concessão de um direito de subscrição de novas ações por tais executivos nas hipóteses de evento de liquidez da Companhia previstas nos Termos de Acordo. Ainda, a Companhia celebrou com Germán Garfinkel seu respectivo Termo de Acordo em 03 de outubro de 2020.

Assim, tendo em vista a ocorrência de um evento de liquidez da Companhia, em 26 de agosto de 2020, com a aprovação da apresentação do pedido de realização de uma oferta inicial de ações de emissão da Companhia à Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"), os executivos Marcelo Giovanetti D'Arienzo, Clayton Freire dos Santos, Alexandre Magno da Cruz Oliveira Filho e Germán Garfinkel ingressaram como acionistas na Companhia.

Em decorrência do evento de liquidez da Companhia, os acionistas, também aprovaram o aumento do capital social da Companhia de R\$ 104.955.232,85 (cento e quatro milhões, novecentos e cinquenta e cinco mil, duzentos e trinta e dois reais e oitenta e cinco centavos) para R\$ 105.259.275,68 (cento e cinco milhões, duzentos e cinquenta e nove mil, duzentos e setenta e cinco reais e sessenta e oito centavos), portanto, um aumento de R\$ 304.042,83 (trezentos e quatro mil e quarenta e dois reais e oitenta e três centavos), mediante a emissão de 6.591 (seis mil, quinhentas e noventa e uma) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, ao preço de emissão de R\$ 46,13 (quarenta e seis reais e treze centavos) por ação, fixado com base no valor do patrimônio líquido da Companhia referente ao exercício social findo em 2018.

## 15.7 - Principais Operações Societárias

### 15.7 - Principais operações societárias

#### *Emissão de Debêntures*

**(a) Evento:**

Emissão de Debêntures

**(b) Principais condições do negócio:**

Conversão das Debêntures – sujeitas à integralização prévia da totalidade de Debêntures dentro do prazo previsto na escritura.

**(c) Sociedades Envolvidas:**

Península Fundo de Investimentos em Participações e Orbeat Som & Imagem Ltda. e Companhia.

**(d) Efeitos resultantes da operação no quadro acionário, especialmente, sobre a participação do controlador, de acionistas com mais de 5% do capital social e dos administradores do emissor:**

Aumento do capital social da Companhia em R\$ 60.000.000,00 (sessenta milhões de reais), mediante a emissão de 53.922 (cinquenta e três mil, novecentas e vinte e duas) ações ordinárias Classe A, ao preço de emissão de R\$ 1.112,72 (um mil, cento e doze reais e setenta e dois centavos) cada, integralizado pela Península Fundo de Investimento em Participações.

**(e) Quadro societário antes e depois da operação:**

Quadro Societário **ANTES** da conversão das debêntures

	ON	ON - classe A	%
Orbeat	86.384	0	54,2838
Península	16.035	23.575	24,8910
Rogério	19.817	0	12,453
Fernando	13.323	0	8,3722
<b>Total ON e ONA</b>	<b>135.559</b>	<b>23.575</b>	<b>100,0000</b>
<b>Total ON</b>	<b>159.134</b>		

## 15.7 - Principais Operações Societárias

### Quadro Societária APÓS a conversão das debêntures:

	ON	ON - classe A	%
Orbeat	86.384	0	40,5452
Península	16.035	77.497	43,9002
Rogério	19.817	0	9,301
Fernando	13.323	0	6,2533
<b>Total ON e ONA</b>	135.559	77.497	100,0000
<b>Total ON</b>	213.056		

**(f) Mecanismos utilizados para garantir o tratamento equitativo entre os acionistas.**

Para fins do art. 57, §1º da Lei das Sociedades por Ações, o direito de preferência para subscrição das debêntures foi renunciado pela totalidade dos acionistas, quais sejam, Orbeat Som & Imagem, Rogério Muniz Salume e Fernando Opitz.

Além disso, as Debêntures não foram registradas para colocação no mercado primário nem para negociação no mercado secundário, tampouco para custódia eletrônica, tendo sido vedada a negociação no mercado secundário pela Península.

### Conversão de Ações

**(a) Evento:**

Conversão das Ações da Península em ON Convertidas, de forma a refletir a extinção das Ações Ordinárias Classe A e a transferência de participação societária entre Península e Orbeat.

**(b) Principais condições do negócio:**

Não se aplica.

**(c) Sociedades Envolvidas:**

Península Fundo de Investimentos em Participações, Orbeat Som & Imagem LTDA, W2W E-Commerce de Vinhos S/A, Rogério Muniz Salume e Fernando Opitz.

**(d) Efeitos resultantes da operação no quadro acionário, especialmente, sobre a participação do controlador, de acionistas com mais de 5% do capital social e dos administradores do emissor:**

O capital social da Companhia passou a ser de R\$ 104.955.232,85 (cento e quatro milhões, novecentos e cinquenta e cinco mil, duzentos e trinta e dois reais e oitenta e cinco centavos), totalmente subscrito e integralizado, representado por 213.056 (duzentos e treze mil e cinquenta e seis) ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal.

## 15.7 - Principais Operações Societárias

Além disso, Península e Orbeat transferiram participação societária entre si, mediante a assinatura dos respectivos termos de transferência no Livro de Registro de Transferência de Ações da Companhia. Em razão de tais transferências, Península e Orbeat agora detêm participações societárias iguais na Companhia, sendo que cada uma possui 89.958 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal da Companhia, representantes de 42,2227% do capital social e votante da Companhia.

### (e) Quadro societário antes e depois da operação:

Quadro Societário **ANTES** da conversão das ações e redistribuição do capital entre Península e Orbeat:

	<b>ON</b>	<b>ONA</b>	<b>%</b>
<b>Orbeat</b>	86.384	0	40,5452
<b>Península</b>	16.035	77.497	43,9002
<b>Rogério</b>	19.817	0	9,301
<b>Fernando</b>	13.323	0	6,2533
<b>Total ON e ONA</b>	135.559	77.497	100,0000
<b>Total ON</b>	213.056		

Quadro societário **APÓS** a conversão das ações e redistribuição do capital entre Península e Orbeat:

	<b>Ações ON</b>	<b>%</b>
<b>Península</b>	89.958	42,2227
<b>Orbeat</b>	89.958	42,2227
<b>Rogério</b>	19.817	9,301
<b>Fernando</b>	13.323	6,2533
<b>TOTAL</b>	<b>213.056</b>	<b>100%</b>

## 15.7 - Principais Operações Societárias

### (f) Mecanismos utilizados para garantir o tratamento equitativo entre os acionistas.

Contrato de Subscrição de Ações e Outras Avenças celebrado em 20 de junho de 2016 e aditado em 9 de agosto de 2016 (“Contrato de Subscrição”), por meio do qual as Partes decidiram que não haverá ajuste de participação entre os Acionistas.

Novo aditivo em 18/08/20 - Ato contínuo, tendo em vista que as Partes definiram que não haverá o Ajuste de Participação previsto no Contrato de Subscrição, conforme o Aditivo, as Partes, de comum acordo, decidem (i) excluir as definições de “Ajuste de Participação” e de “Data do Ajuste de Participação” constantes na Cláusula 1ª do Acordo de Acionistas e, conseqüentemente, qualquer menção feita a tais definições no Acordo de Acionistas tornam-se, a partir desta data, não aplicáveis para as Partes, e (ii) revogar, integralmente, as Cláusulas 14 e 20 do Acordo de Acionistas, sendo certo que, a partir desta data, tais dispositivos contratuais deixam de surtir qualquer efeito para as Partes; e (iii) alterar a o caput e o Parágrafo 13 da Cláusula 9ª do Acordo de Acionistas.

### Liquidez da Companhia

#### (a) Evento:

Ocorrência de um evento de liquidez da Companhia, em 26 de agosto de 2020, com a aprovação da apresentação do pedido de realização de uma oferta inicial de ações de emissão da Companhia à Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”), que ocasionou a concessão do direito de subscrição de novas ações por Marcelo Giovanetti D’Arienzo, Clayton dos Santos Freire, Alexandre Magno da Cruz Oliveira Filho e Germán Garfinkel e aumento do capital social da Companhia.

#### (b) Principais condições do negócio:

Ocorrência de um evento de liquidez.

#### (c) Sociedades Envolvidas:

Península Fundo de Investimentos em Participações, Orbeat Som & Imagem LTDA, W2W E-Commerce de Vinhos S/A, Rogério Muniz Salume, Fernando Opitz, Marcelo Giovanetti D’Arienzo, Clayton Freire dos Santos, Alexandre Magno da Cruz Oliveira Filho e Germán Garfinkel.

#### (d) Efeitos resultantes da operação no quadro acionário, especialmente, sobre a participação do controlador, de acionistas com mais de 5% do capital social e dos administradores do emissor:

Aumento do capital social da Companhia de R\$ 104.955.232,85 (cento e quatro milhões, novecentos e cinquenta e cinco mil, duzentos e trinta e dois reais e oitenta e cinco centavos) para R\$ 105.259.275,68 (cento e cinco milhões, duzentos e cinquenta e nove mil, duzentos e setenta e cinco reais e sessenta e oito centavos), portanto, um aumento de R\$ 304.042,83 (trezentos e quatro mil e quarenta e dois reais e oitenta e três centavos), mediante a emissão de 6.591 (seis mil, quinhentas e noventa e uma) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, ao preço de emissão de R\$ 46,13 (quarenta e seis reais e treze centavos) por ação.

Além disso, os executivos Marcelo Giovanetti D’Arienzo, Clayton Freire dos Santos, Alexandre Magno da Cruz Oliveira Filho e Germán Garfinkel ingressaram na Companhia como acionistas.

## 15.7 - Principais Operações Societárias

### (e) Quadro societário antes e depois da operação:

Quadro Societário **ANTES** da ocorrência de um "Evento de Liquidez"

	<b>Ações ON</b>	<b>%</b>
<b>Península</b>	89.958	42,2227
<b>Orbeat</b>	89.958	42,2227
<b>Rogério</b>	19.817	9,301
<b>Fernando</b>	13.323	6,2533
<b>TOTAL</b>	<b>213.056</b>	<b>100%</b>

Quadro societário **APÓS** a ocorrência de um "Evento de Liquidez"

	<b>Ações ON</b>	<b>%</b>
<b>Península</b>	89.958	40,96
<b>Orbeat</b>	89.958	40,96
<b>Rogério</b>	19.817	9,02
<b>Fernando</b>	13.323	6,07
<b>Marcelo</b>	3.076	1,40
<b>Clayton</b>	1.318	0,60
<b>Alexandre</b>	1.318	0,60
<b>Germán</b>	879	0,40
<b>TOTAL</b>	<b>219.647</b>	<b>100%</b>

### (f) Mecanismos utilizados para garantir o tratamento equitativo entre os acionistas.

Não se aplica.

## 15.8 - Outras Informações Relevantes - Controle E Grupo Econômico

### 15.8 - Outras informações relevantes

As participações reportadas como detidas pelos fundos Península Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia – Investimento no Exterior e O3 Fundo de Investimento Multimercado Total Return no item 15.1/2 deste Formulário de Referência referem-se, conforme disposto na decisão emitida pelo Colegiado da CVM em 11.03.2011 (Processo CVM RJ2011/2324), às posições detidas por tais fundos de investimento geridos por O3 Gestão de Recursos Ltda. no contexto de sua atividade de administração de recursos de terceiros (*asset management*).

## 16.1 - Descrição Das Regras, Políticas E Práticas do Emissor Quanto À Realização de Transações Com Partes Relacionadas

### 16.1 - Descrição das regras, políticas e práticas do emissor quanto à realização de transações com partes relacionadas

A Companhia possui Política de Transações com Partes Relacionadas, aprovada em reunião do Conselho de Administração realizada em 6 de outubro de 2020.

Segundo a Política de Transações com Partes Relacionadas, conflito de interesses surge quando uma pessoa se encontra envolvida em processo decisório em que ela tenha o poder de influenciar o resultado final, assegurando um ganho para si, algum familiar, ou terceiro com o qual esteja envolvido, ou ainda que possa interferir na sua capacidade de julgamento.

No caso da Companhia, os potenciais conflitos de interesse são aqueles nos quais os objetivos pessoais dos tomadores de decisão, por qualquer razão, possam não estar alinhados aos objetivos da Companhia em matérias específicas.

Tendo em vista o potencial conflito de interesses nestas situações, a Companhia busca assegurar que todas as decisões que possam conferir um benefício privado a qualquer de seus administradores, familiares, entidades ou pessoas a eles relacionados, sejam tomadas com total lisura, respeitando o interesse da Companhia.

As transações com partes relacionadas devem ser formalizadas por escrito, conduzidas e aprovadas nos termos da Política de Transações com Partes Relacionadas, observados os seguintes critérios:

- (i) estar em condições equitativas, ao menos, igualmente favoráveis à Companhia como as condições disponíveis no mercado ou oferecidas por um terceiro não-relacionado com a Companhia, em circunstâncias equivalentes, ou prever pagamento compensatório adequado, sempre respeitando os interesses da Companhia;
- (ii) serem especificadas as principais características e condições da transação, incluindo, conforme aplicável, preço, prazos, garantias e responsabilidades referentes à transação;
- (iii) serem descritas quaisquer outras informações que possam ser relevantes diante das circunstâncias da transação com parte relacionada; e
- (iv) em caso de reestruturações societárias envolvendo Partes Relacionadas, as transações devem assegurar tratamento equitativo para todos os acionistas.

Caberá ao Comitê de Auditoria e Riscos avaliar e monitorar a adequação das transações com partes relacionadas realizadas pela Companhia, bem como sua aderência e conformidade com os critérios da política, inclusive quanto à:

- (i) identificação das Partes Relacionada e classificação das transações como transações com partes relacionadas;
- (ii) aplicabilidade dos procedimentos e condições previstos na política; e
- (iii) eventual existência de Situação em Conflito de Interesses em Transações com Partes Relacionadas.

Caberá ao Conselho de Administração aprovar as Transações com Partes Relacionadas e a Política de Transações com Partes Relacionadas.

Nas hipóteses em que se entender adequado à análise e embasamento da Transação com Partes Relacionadas, o Conselho de Administração poderá solicitar informações ou avaliações adicionais, incluindo avaliações e laudos independentes, bem como a apresentação de alternativas de mercado à Transação com Partes Relacionadas.

## 16.1 - Descrição Das Regras, Políticas E Práticas do Emissor Quanto À Realização de Transações Com Partes Relacionadas

Para fins da verificação da alçada prevista acima, devem ser consideradas relacionadas entre si as Transações com Partes Relacionadas que integrem o mesmo conjunto de operações correlatas e/ou operações recorrentes envolvendo uma mesma Parte Relacionada.

Na análise de Transações com Partes Relacionadas, o Conselho de Administração deverá considerar e verificar:

- (i) se há motivos claros para a realização da Transação com Parte Relacionada;
- (ii) se os termos da Transação com Parte Relacionada atendem aos critérios previstos nesta Política, devendo arquivar a documentação pertinente à comprovação da comutatividade da Transação com Parte Relacionada;
- (iii) se a Transação com Parte Relacionada não se enquadra como uma das hipóteses de transações vedadas nesta Política; e
- (iv) a análise e recomendação do Comitê de Auditoria e Riscos, nos termos abaixo, bem como os resultados de avaliações realizadas ou de opiniões e laudos emitidos por profissional ou empresa especializada e independente, se houver.

O Conselho de Administração poderá condicionar a aprovação da Transação com Partes Relacionadas às adequações que julgar necessárias.

**16.2 - Informações Sobre as Transações Com Partes Relacionadas**

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida cobrados	Taxa de juros
German Garfinkel	26/04/2018	13.242.332,67	2.011.255,20	11.737.641,98	26/04/2023	SIM	4,150000
<b>Relação com o emissor</b>	Diretor estatutário						
<b>Objeto contrato</b>	Compra de participação societária / A taxa de juros cobrada é de 4,15% a.a., atualizado anualmente de acordo com atualização do CDI até a efetiva data de pagamento.						
<b>Garantia e seguros</b>	n/a						
<b>Rescisão ou extinção</b>	n/a						
<b>Natureza e razão para a operação</b>	Compra de quotas de participação societária da controlada Bodegas de Los Andes Comércio de Vinhos Ltda, tendo em vista o interesse da Companhia em expandir seus negócios, inclusive no B2B, que era um ramo forte de atuação da controlada Bodegas de Los Andes Comércio de Vinhos LTDA.						
<b>Posição contratual do emissor</b>	Devedor						
<b>Especificar</b>							

### **16.3 - Identificação Das Medidas Tomadas Para Tratar de Conflitos de Interesses E Demonstração do Caráter Estritamente Comutativo Das Condições Pactuadas ou do Pagamento Compensatório Adequado**

#### **16.3 - Identificação das medidas tomadas para tratar de conflitos de interesses e demonstração do caráter estritamente comutativo das condições pactuadas ou do pagamento compensatório adequado**

Para a aquisição da totalidade das quotas da controlada Bodegas de Los Andes Comércio de Vinhos LTDA pela Companhia, a Companhia ajustou com o vendedor German Garfinkel o formato de pagamento que se segue:

**(a) Parcela Fixa:**

- Primeira parcela de R\$ 7.200.000,00 (sete milhões e duzentos mil reais), paga no ato da assinatura do contrato, em 26/08/2018;
- Segunda parcela de R\$ 1.863.000,00 (um milhão, oitocentos e sessenta e três mil reais), acrescida de juros conforme disposto no contrato, paga no primeiro aniversário do contrato, em 26/04/2019;
- Terceira parcela de R\$ 1.863.000,00 (um milhão, oitocentos e sessenta e três mil reais), acrescida de juros conforme disposto no contrato, no segundo aniversário do contrato, em 26/04/2020;
- Quarta parcela de R\$ 2.011.255,30 (dois milhões, onze mil duzentos e cinquenta e cinco reais e trinta centavos), referente valor retido para garantir as obrigações de indenizar assumidas pelo vendedor, com previsão para pagamento em 03 (três) parcelas, sendo 02 (duas) de R\$ 618.000,00 (seiscentos dezoito mil reais) e 1 (uma) de R\$ 617.999,99 (seiscentos e dezessete mil, novecentos e noventa e nove reais e noventa e nove centavos), que serão acrescidas de juros conforme disposto no contrato, com vencimento em 31/12/2021, 30/08/2022 e 26/04/2023, respectivamente.
- Na data 30/08/2020 houve um desconto de R\$ 72.000,00 por Contingência Trabalhista.

**(b) Parcela Contingente:**

- R\$ 6.000.000,00 (seis milhões de reais), referentes à parcela contingente do preço de compra, a qual foi extinta por acordo firmado entre as partes em 03 de outubro de 2019, não sendo, portanto, devido, pela Companhia ao executivo German Garfinkel, qualquer valor a título da parcela contingente.

**(c) Ajuste do Preço de Compra:**

- De acordo com o previsto no Capítulo IV do Contrato de Cessão e Transferência de Quotas e Outras Avenças, na data de 31/08/2018, a Companhia efetuou o pagamento de R\$ 462.083,84 (quatrocentos e sessenta e dois mil oitenta e três reais e oitenta e quatro centavos), acrescida de juros conforme disposto no contrato, para o executivo German Garfinkel, referente ao ajuste de preço.

## **16.4 - Outras Informações Relevantes - Transações Com Partes Relacionadas**

### **16.4 - Outras informações relevantes**

Não existem outras informações que a Companhia julgue relevantes para a Seção 16, além daquelas prestadas nos subitens anteriores.

**17.1 - Informações Sobre O Capital Social**

Data da autorização ou aprovação	Valor do capital (Reais)	Prazo de integralização	Quantidade de ações ordinárias (Unidades)	Quantidade de ações preferenciais (Unidades)	Quantidade total de ações (Unidades)
<b>Tipo de capital</b>					
	<b>Capital Emitido</b>				
06/10/2020	105.259.275,68	N/A	86.540.918	0	86.540.918
<b>Tipo de capital</b>					
	<b>Capital Subscrito</b>				
06/10/2020	105.259.275,68	27/10/2020	86.540.918	0	86.540.918
<b>Tipo de capital</b>					
	<b>Capital Integralizado</b>				
06/10/2020	105.259.275,68	N/A	86.540.918	0	86.540.918
<b>Tipo de capital</b>					
	<b>Capital Autorizado</b>				
06/10/2020	0,00	N/A	230.772.179	0	230.772.179

## 17.2 - Aumentos do Capital Social

Data de deliberação	Órgão que deliberou o aumento	Data emissão	Valor total emissão (Reais)	Tipo de aumento	Ordinárias (Unidades)	Preferenciais (Unidades)	Total ações (Unidades)	Subscrição / Capital anterior	Preço emissão	Fator cotação
26/07/2019	Assembleia Geral Extraordinária	26/07/2019	60.000.000,00	Subscrição particular	53.922	0	53.922	44.955.232,85000000	1.112,72	R\$ por Unidade

### Critério para determinação do preço de emissão

O aumento se deu mediante a conversão das debêntures das séries 1 a 9, nos termos do Instrumento Particular de Escritura da 1ª Emissão de Debêntures Conversíveis em Ações Ordinárias Classe A, celebrado em 9 de agosto de 2016, conforme abaixo:  
 Conversibilidade: Observados os termos e condições previstos na Escritura de Emissão, no artigo 57 da Lei das Sociedades por Ações e considerando que a totalidade das Debêntures tenha sido integralizada: (a) as Debêntures das séries 2, 4 e 9, as quais correspondem, em conjunto, ao valor de R\$ 12.000.000,00 (doze milhões de reais) ("Primeiro Bloco") e (b) as debêntures das séries 1, 3, 5, 6, 7 e 8, as quais correspondem, em conjunto, ao valor de R\$ 48.000.000,00 (quarenta e oito milhões de reais) ("Segundo Bloco"); poderão ser, em conjunto, convertidas em ações ordinárias classe A, nominativas, sem valor nominal, conversíveis e não resgatáveis de emissão de Emissora ("Ações Ordinárias Classe A"), de acordo com os termos e condições previstos na Escritura de Emissão, mediante decisão do Debiturista a ser tomada, ao seu único e exclusivo critério do Debiturista a ser tomada, ao seu único e exclusivo critério.

Foram emitidas 9 (nove) debêntures, em 9 (nove) séries, no valor total de R\$ 60.000.000,00 (sessenta milhões de reais).  
 A 1ª série contou com a emissão de 1 (uma) debênture, que foi integralizada em 15 de setembro de 2016, no valor de R\$ 11.000.000,00 (onze milhões de reais).  
 A 2ª série contou com a emissão de 1 (uma) debênture, que foi integralizada em 15 de novembro de 2016, no valor de R\$ 4.000.000,00 (quatro milhões de reais).  
 A 3ª série contou com a emissão de 1 (uma) debênture, que foi integralizada em 15 de janeiro de 2017, no valor de R\$ 3.800.000,00 (três milhões e oitocentos mil reais).  
 A 4ª série contou com a emissão de 1 (uma) debênture, que foi integralizada em 15 de fevereiro de 2017, no valor de R\$ 3.000.000,00 (três milhões de reais).  
 A 5ª série contou com a emissão de 1 (uma) debênture, que foi integralizada em 15 de março de 2017, no valor de R\$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais).  
 A 6ª série contou com a emissão de 1 (uma) debênture, que foi integralizada em 15 de abril de 2017, no valor de R\$ 10.200.000,00 (dez milhões e duzentos mil reais).  
 A 7ª série contou com a emissão de 1 (uma) debênture, que foi integralizada em 15 de maio de 2017, no valor de R\$ 6.300.000,00 (seis milhões e trezentos mil reais).  
 A 8ª série contou com a emissão de 1 (uma) debênture, que foi integralizada em 15 de junho de 2017, no valor de R\$ 14.700.000,00 (quatorze milhões e setecentos mil reais).  
 A 9ª série contou com a emissão de 1 (uma) debênture, que foi integralizada em 15 de setembro de 2017, no valor de R\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais).

### Forma de integralização

21/09/2020	Assembleia Geral Extraordinária	21/09/2020	304.042,83	Subscrição particular	6.591	0	6.591	104.955.232,85000000	46,13	R\$ por Unidade
------------	---------------------------------	------------	------------	-----------------------	-------	---	-------	----------------------	-------	-----------------

### Critério para determinação do preço de emissão

Conforme previsto nos Termos de Acordo, na hipótese da ocorrência de um evento de liquidez da Companhia, o preço de emissão das ações seria fixado com base no valor do patrimônio líquido da Companhia referente ao exercício social findo em 2018, de acordo com o balanço patrimonial da Companhia levantado para esse fim, em observância à Instrução nº 371, de 27 de junho de 2002, emitida pela CVM, conforme disposto nos Termos de Acordo e em observância ao artigo 170, parágrafo 1º, inciso II, da Lei das S.A.

### Forma de integralização

Integralizado em moeda corrente nacional.

**17.3 - Informações Sobre Desdobramentos, Grupamentos E Bonificações de Ações**

Data aprovação	Quantidade de ações antes da aprovação (Unidades)			Quantidade de ações depois da aprovação (Unidades)		
	Quantidade ações ordinárias	Quantidade ações preferenciais	Quantidade total ações	Quantidade ações ordinárias	Quantidade ações preferenciais	Quantidade total ações
Bonificação						
06/10/2020	219.647	0	219.647	86.540.918	0	86.540.918

## 17.4 - Informações Sobre Reduções do Capital Social

### Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não houve redução do capital social nos últimos três exercícios sociais e no exercício social corrente, até a data deste Formulário de Referência.

## **17.5 - Outras Informações Relevantes**

### **17.5 - Outras informações relevantes**

Não existem outras informações que a Companhia julgue relevantes para a Seção 17, além daquelas prestadas nos subitens anteriores.

**18.1 - Direitos Das Ações**

<b>Espécie de ações ou CDA</b>	<b>Ordinária</b>
<b>Tag along</b>	100,000000
<b>Direito a dividendos</b>	Do lucro líquido do exercício, destinar-se-á: (a) 5% (cinco por cento), antes de qualquer outra destinação, para formação da reserva legal, observado o disposto no artigo 193 da Lei das Sociedades por Ações; (b) do saldo remanescente, e com a dedução de importâncias destinadas a reservas para contingências e acréscimo das importâncias resultantes da reversão, no exercício, de reservas para contingências anteriormente formadas, 25% serão destinados para pagamento do dividendo obrigatório a todos os acionistas; e (c) do saldo remanescente, após as distribuições previstas nos itens "a" e "b" acima, a assembleia geral poderá decidir destinar montantes às reservas estatutárias de investimento. Caso as reservas ultrapassem o valor do capital social, tal excesso deverá ser destinado à conta de capital, mediante aumento sem a emissão de novas ações.
<b>Direito a voto</b>	Pleno
<b>Conversibilidade</b>	Não
<b>Direito a reembolso de capital</b>	Sim
<b>Descrição das características do reembolso de capital</b>	Observado o disposto no artigo 45 da Lei das Sociedades por Ações, o valor do reembolso a ser pago aos acionistas dissidentes terá por base o valor patrimonial da Companhia e se apurado conforme procedimento previsto no Estatuto Social.
<b>Restrição a circulação</b>	Não
<b>Resgatável</b>	Não
<b>Hipóteses de resgate e fórmula de cálculo do valor de resgate</b>	
<b>Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários</b>	De acordo com a Lei das Sociedades por Ações, o Estatuto Social, as deliberações tomadas em assembleia geral não podem privar os acionistas dos direitos de (i) participar dos lucros sociais, (ii) participar do acervo da Companhia, em caso de liquidação; (iii) fiscalizar a gestão da Companhia, nos termos da Lei das Sociedades por Ações; (iv) preferência para a subscrição de ações, debêntures conversíveis em ações e bônus de subscrição; e (v) retirar-se da Companhia.
<b>Outras características relevantes</b>	Não há outras características relevantes além das já aqui divulgadas.

## **18.2 - Descrição de Eventuais Regras Estatutárias Que Limitem O Direito de Voto de Acionistas Significativos ou Que os Obriguem A Realizar Oferta Pública**

### **18.2 - Descrição de eventuais regras estatutárias que limitem o direito de voto de acionistas significativos ou que os obriguem a realizar oferta pública**

#### Oferta Pública por Alienação de Controle

Observando as condições e os prazos previstos na regulamentação vigente e no Regulamento do Novo Mercado, a Companhia deve envidar melhores esforços para atingir dispersão acionária, de forma a lhes assegurar tratamento igualitário àquele dado aos acionistas controladores alienantes.

A alienação do controle acionário da Companhia, tanto por meio de uma única operação, como por meio de operações sucessivas, deverá ser contratada sob condição, suspensiva ou resolutiva, de que o adquirente do controle se obrigue a efetivar oferta pública de aquisição das ações dos demais acionistas da Companhia.

Não há exceção ou cláusula suspensiva que limitem o direito de voto de acionistas significativos ou que os obriguem a realizar oferta pública.

#### Ofertas Públicas para Cancelamento de Registro e/ou por Saída do Novo Mercado

Adicionalmente, em caso de cancelamento de registro de companhia aberta ou de saída do Novo Mercado, seja para que as ações da Companhia passem a ter registro para negociação fora do Novo Mercado, seja devido a reorganização societária da qual a Companhia resultante não seja admitida para negociação no Novo Mercado, o acionista controlador, caso haja, ou a Companhia (no caso de cancelamento de registro), ou ainda os acionistas a quem tal responsabilidade seja atribuída em assembleia geral (no caso de saída do Novo Mercado), conforme o caso, deverão realizar oferta pública de aquisição de ações dos demais acionistas, que deverá ter como preço mínimo a ser ofertado o correspondente ao valor econômico das ações da Companhia.

A saída voluntária da Companhia do Novo Mercado pode ocorrer independentemente da realização de oferta pública, na hipótese de dispensa aprovada em Assembleia Geral, nos termos do Estatuto Social e do Regulamento do Novo Mercado.

#### Oferta Pública por Atingimento de Participação Relevante

Observado o disposto no artigo 36 do Estatuto Social da Companhia, qualquer acionista ou grupo de acionistas que atingir, direta ou indiretamente, por intermédio de qualquer tipo de negócio envolvendo ações de emissão da Companhia, a titularidade de ações de emissão da Companhia (ou Outros Direitos de Natureza Societária, conforme ali definido), em quantidade igual ou superior a 25% (vinte e cinco por cento) do capital social da Companhia deverá, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias a contar da data da aquisição ou do evento que resultou na titularidade de ações ou Outros Direitos de Natureza Societária em quantidade igual ou superior a 25% (vinte e cinco por cento) do total de ações de emissão da Companhia, efetivar uma oferta pública de aquisição da totalidade das ações e valores mobiliários conversíveis por ações de titularidade dos demais acionistas da Companhia, observando-se o disposto na legislação e regulamentações aplicáveis, e o procedimento previsto no Estatuto Social da Companhia.

### **18.3 - Descrição de Exceções E Cláusulas Suspensivas Relativas A Direitos Patrimoniais ou Políticos Previstos no Estatuto**

#### **18.3 - Descrição de exceções e cláusulas suspensivas relativas a direitos patrimoniais ou políticos previstos no estatuto**

A Assembleia Geral poderá suspender o exercício dos direitos, inclusive o de voto, do acionista que deixar de cumprir obrigação legal, regulamentar ou estatutária.

#### **18.4 - Volume de Negociações E Maiores E Menores Cotações Dos Valores Mobiliários Negociados**

**Justificativa para o não preenchimento do quadro:**

Não aplicável, uma vez que até a data deste Formulário de Referência, a Companhia não possuía valores mobiliários admitidos à negociação. A oferta pública inicial de ações da Companhia está sendo requerida junto à CVM e à B3.

## **18.5 - Outros Valores Mobiliários Emitidos no Brasil**

### **Justificativa para o não preenchimento do quadro:**

Até a data deste Formulário de Referência, a Companhia não possui outros valores mobiliários emitidos que não suas ações.

### **18.5.a - Número de Titulares de Valores Mobiliários**

**Justificativa para o não preenchimento do quadro:**

Até a data deste Formulário de Referência, a Companhia não possui outros valores mobiliários emitidos que não suas ações.

## **18.6 - Mercados Brasileiros em Que Valores Mobiliários São Admitidos À Negociação**

### **18.6 - Mercados brasileiros em que valores mobiliários são admitidos à negociação**

A oferta pública inicial de ações de emissão da Companhia está sendo requerida junto à CVM e à B3. Uma vez concedido o registro, as ações ordinárias de emissão da Companhia serão admitidas à negociação no segmento Novo Mercado da B3.

### **18.7 - Informação Sobre Classe E Espécie de Valor Mobiliário Admitida À Negociação em Mercados Estrangeiros**

**Justificativa para o não preenchimento do quadro:**

Não aplicável, uma vez que a Companhia não possui valores mobiliários admitidos à negociação em mercados estrangeiros.

## 18.8 - Títulos Emitidos no Exterior

### Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não aplicável, uma vez que a Companhia não possui valores mobiliários admitidos à negociação em mercados estrangeiros

## **18.9 - Ofertas Públicas de Distribuição**

### **18.9 - Ofertas públicas de distribuição efetuadas pelo emissor ou por terceiros, incluindo controladores e sociedades coligadas e controladas, relativas a valores mobiliários do emissor**

Não aplicável, uma vez que nos três últimos exercícios sociais e no exercício social corrente, não foi realizada, pela Companhia ou por terceiros, incluindo controladores, sociedades coligadas e controladas, nenhuma oferta pública de distribuição de valores mobiliários de emissão da Companhia.

## **18.10 - Destinação de Recursos de Ofertas Públicas**

### **18.10 - Destinação de recursos de ofertas públicas de distribuição e eventuais desvios**

Não aplicável, uma vez que a Companhia não realizou, nos três últimos exercícios sociais e no exercício social corrente, ofertas públicas de distribuição de valores mobiliários.

## **18.11 - Ofertas Públicas de Aquisição**

### **18.11 - Descrição das ofertas públicas de aquisição feitas pelo emissor relativas a ações de emissão de terceiros**

Não aplicável, uma vez que a Companhia não realizou, nos três últimos exercícios sociais e no exercício social corrente, ofertas públicas de aquisição relativas a ações de emissão de terceiros.

**18.12 - Outras Inf. Relev. - Val. Mobiliários****18.12 - Outras informações relevantes**

A Companhia, os acionistas participantes como vendedores na oferta pública inicial (“Oferta”) e os administradores, ao que tudo indica, obrigam-se perante os coordenadores da Oferta e os agentes de colocação internacional a celebrar os acordos de restrição à venda de ações ordinárias de emissão da Companhia, por período que será definido até o lançamento da Oferta.

## **19.1 - Informações Sobre Planos de Recompra de Ações do Emissor**

### **Justificativa para o não preenchimento do quadro:**

A Companhia não possuía planos de recompra nos últimos três exercícios sociais e no exercício social corrente, até a data deste Formulário de Referência.

## **19.2 - Movimentação Dos Valores Mobiliários Mantidos em Tesouraria**

### **Justificativa para o não preenchimento do quadro:**

Não houve qualquer movimentação de valores mobiliários em tesouraria nos últimos três exercícios sociais e no exercício social corrente, até a data deste Formulário de Referência.

### **19.3 - Outras Inf. Relev. - Recompra/tesouraria**

#### **19.3 - Outras inf. relev. - recompra/tesouraria**

Não existem outras informações que a Companhia julgue relevantes para a Seção 19, além daquelas prestadas nos subitens anteriores.

## 20.1 - Informações Sobre A Política de Negociação de Valores Mobiliários

**Data aprovação** 06/10/2020

**Órgão responsável pela aprovação** Conselho de Administração

**Cargo e/ou função** A Política de Negociação de Valores Mobiliários aplica-se a: Companhia, seus Controladores, Administradores, Conselheiros Fiscais, membros de quaisquer Órgãos com Funções Técnicas ou Consultivas criados por disposição estatutária, as Controladas e Coligadas da Companhia, e, conforme identificação realizada pelo Diretor de Relações com Investidores, quem quer que, em virtude de seu cargo, função ou posição no Controlador, nas Controladas ou nas Coligadas, tenha ou possa vir a ter acesso a Ato ou Fato Relevante, incluindo empregados, colaboradores ou outros acionistas da Companhia, bem como terceiros que, em razão de relação comercial, profissional ou de confiança com a Companhia, tais como auditores independentes, analistas de valores mobiliários, consultores e instituições integrantes do sistema de distribuição.

### Principais características e locais de consulta

Política de Negociação de Valores Mobiliários tem como finalidade orientar e estabelecer as regras para a negociação com valores mobiliários de emissão da Companhia e de derivativos neles referenciados, a serem observadas pelas Pessoas Vinculadas, nos termos da legislação vigente e da regulamentação da Comissão de Valores Mobiliários.

A Política de Negociação de Valores Mobiliários está disponível nos sites [www.cvm.gov.br](http://www.cvm.gov.br) e [www.ri.wine.com.br](http://www.ri.wine.com.br).

**Períodos de vedação e descrição dos procedimentos de fiscalização** Nos termos da Instrução CVM nº 358/02 e da Política de Negociação de Valores Mobiliários, é vedada a negociação, direta ou indiretamente, de Valores Mobiliários pelas Pessoas Vinculadas e pelas Pessoas Ligadas nos seguintes casos:

- (i) antes da divulgação ao mercado de Informação Relevante, de que tenham conhecimento, relacionado aos negócios da Wine;
- (ii) tratando-se de Administradores, quando se afastarem de cargos na administração da Companhia anteriormente à divulgação de fatos relevantes originados durante seu período de gestão, e até: (i) o encerramento do prazo de 6 (seis) meses contado da data de seu afastamento; ou (ii) a divulgação ao público do respectivo fato relevante, o que ocorrer primeiro;
- (iii) quando tomarem conhecimento de intenção da Companhia de promover incorporação, cisão total ou parcial, fusão, transformação ou reorganização societária;
- (iv) em relação aos Controladores e Administradores, sempre que estiver em curso a aquisição ou a alienação de Valores Mobiliários pela própria Companhia, suas Controladas, Coligadas ou outra sociedade sob controle comum, ou se tiver sido outorgada opção ou mandato para esta finalidade;
- (v) no período de 15 (quinze) dias que anteceder a divulgação de ITR e DFP e no próprio dia da divulgação, antes que a informação se torne pública, conforme exigido pela CVM; e
- (vi) nos Períodos de Bloqueio fixados pelo Diretor de Relação com Investidores. Além disso, são obrigações das Pessoas Vinculadas, dentre outras:
  - (i) fornecer à Wine as informações que estejam obrigadas a informar nos termos e nos prazos das normas aplicáveis e da Política;
  - (ii) não utilizar Informação Privilegiada com a finalidade de auferir vantagem indevida, para si ou para outrem;
  - (iii) comunicar imediatamente ao Diretor de Relação com Investidores quaisquer violações a esta Política de que tenham conhecimento; e
  - (iv) não contratar ou realizar operações no mercado de empréstimo de títulos (denominado "aluguel de ações") de emissão da Companhia.

São responsabilidades do Diretor de Relação com Investidores, dentre outras:

- (i) dirimir e esclarecer dúvidas relacionadas à aplicação da Política, assim como sobre a interpretação de normas aplicáveis e/ou sobre a possibilidade de realização de negociações com Valores Mobiliários;
- (ii) apreciar os Planos Individuais de Investimento e encaminhar para providências do Conselho de Administração, no mínimo semestralmente, o resultado do monitoramento dos planos que envolvam negociação de Valores Mobiliários;
- (iii) transmitir à CVM e às Bolsas de Valores as informações relativas à titularidade e negociações de valores mobiliários, nos termos dos artigos 11 e 12 da Instrução da CVM nº 358 e do artigo 30 do Regulamento do Novo Mercado; e
- (iv) identificar as Pessoas Vinculadas que, em virtude de seu cargo, função, ou posição na Wine, sua(s) controladora(s), suas Controladas ou Coligadas, tenham acesso, permanente ou eventual, a Informações Privilegiadas.

A qualquer tempo, é vedada a negociação, pelos Administradores, de instrumentos derivativos de qualquer espécie referenciados em Valores Mobiliários incluindo as operações que sejam negociadas a termo, mercados futuros, por meio de opções de compra e venda e/ou swaps, dentre outros, que derivem, integral ou parcialmente, do valor dos Valores Mobiliários de emissão da Companhia.

## **20.2 - Outras Informações Relevantes**

### **20.2 - Outras informações relevantes**

Não existem outras informações consideradas relevantes que não tenham sido prestadas no item 20.1 acima.

## **21.1 - Descrição Das Normas, Regimentos ou Procedimentos Internos Relativos À Divulgação de Informações**

### **21.1 - Descrição das normas, regimentos ou procedimentos internos relativos à divulgação de informações**

Exceto pela Política de Divulgação de Ato ou Fato Relevante descrita no item 21.2, a Companhia não adota qualquer outra norma, regimento ou procedimento interno relativo à divulgação de informações.

## **21.2 - Descrição da política de divulgação de ato ou fato relevante e dos procedimentos relativos à manutenção de sigilo sobre informações relevantes não divulgadas**

### **21.2 - Descrição da política de divulgação de ato ou fato relevante e dos procedimentos relativos à manutenção de sigilo sobre informações relevantes não divulgadas**

A Companhia adota uma Política de Divulgação de Ato ou Fato Relevante aprovada pelo Conselho de Administração em reunião realizada em 6 de outubro de 2020, nos termos da legislação e regulamentos vigentes.

Obrigações perante o Diretor de Relações com Investidores: Qualquer Pessoa Vinculada que tenha conhecimento de atos ou fatos que possam configurar Informação Relevante deverá proceder à comunicação imediata ao Diretor de Relações com Investidores, de forma a garantir a imediata divulgação da Informação Relevante, ou diretamente à CVM, se o Diretor de Relações com Investidores permanecer inerte ao dever de comunicar. Caso qualquer Pessoa Vinculada verifique que uma Informação Relevante ainda não divulgada ao público escapou ao controle da Companhia ou, ainda, na situação em que um Ato ou Fato Relevante ainda não tenha sido divulgado, tenha ocorrido oscilação atípica na cotação, preço ou quantidade negociada dos Valores Mobiliários, tais fatos deverão ser imediatamente comunicados à Companhia, na pessoa do Diretor de Relações com Investidores.

Responsabilidade em Caso de Omissão: Quaisquer violações à política verificadas pelas Pessoas Vinculadas deverão ser comunicadas imediatamente à Companhia, na pessoa do Diretor de Relações com Investidores, sem prejuízo das sanções cabíveis nos termos da legislação vigente.

Quando Informar e Divulgar – Prazos: A divulgação de Ato ou Fato Relevante deverá ocorrer, sempre que possível, previamente ou após o encerramento dos negócios nas Bolsas de Valores localizadas no País ou no exterior, e preferencialmente após o encerramento de tais negócios. Caso seja imperativo que a divulgação de Ato ou Fato Relevante ocorra durante o horário de negociação, o Diretor de Relações com Investidores deverá solicitar, sempre simultaneamente às Bolsas de Valores, a suspensão da negociação dos Valores Mobiliários, pelo tempo necessário à adequada disseminação da informação relevante, observados os procedimentos previstos nos regulamentos editados pelas Bolsas de Valores sobre o assunto.

Formas de Divulgação – Jornais e Internet: A divulgação de Ato ou Fato Relevante envolvendo a Companhia deverá dar-se por meio de (i) da página na rede mundial de computadores do portal de notícias do Valor Econômico (<https://valor.globo.com/valor-ri/>); (ii) da página na rede mundial de computadores da Companhia; (iii) do sistema de envio de Informações Periódicas e Eventuais da CVM (Sistema IPE); e (iv) da página na rede mundial de computadores das Bolsas de Valores onde os valores mobiliários da Companhia sejam admitidos à negociação. A Companhia poderá, adicionalmente, mas não de forma obrigatória, realizar a divulgação de Ato ou Fato Relevante por meio de publicação nos jornais de grande circulação habitualmente por ela utilizados, podendo o anúncio conter a descrição resumida da Informação Relevante, desde que indique endereço na Internet onde esteja disponível a descrição completa da Informação Relevante, em teor no mínimo idêntico ao texto enviado à CVM, à B3 e a outras entidades, conforme aplicável.

Informações Privilegiadas e o Dever de Sigilo: As Pessoas Vinculadas devem guardar sigilo acerca de Informações Relevantes que ainda não tenham sido divulgadas, às quais tenham acesso em razão do cargo ou posição que ocupam, até que tais Informações Relevantes sejam divulgadas ao público, bem como zelar para que subordinados e terceiros de sua confiança também o façam. As Pessoas Vinculadas não devem discutir Informações Relevantes em lugares públicos. Da mesma forma, as Pessoas Vinculadas somente deverão tratar de assuntos relacionados à Informação Relevante com aqueles que tenham necessidade de conhecer a Informação Relevante. O dever de sigilo previsto na Política de Divulgação se aplica também aos ex-Administradores e ex-membros do Conselho Fiscal e de quaisquer órgãos com funções técnicas ou consultivas, criados ou que venham a ser criados por disposição estatutária, que tenham se afastado antes da divulgação pública de negócio ou fato iniciado durante seu período de gestão, e se estenderá até a divulgação, pela Companhia, do Ato ou Fato Relevante ao mercado em geral.

## **21.2 - Descrição da política de divulgação de ato ou fato relevante e dos procedimentos relativos à manutenção de sigilo sobre informações relevantes não divulgadas**

Exceção à Regra de Divulgar: Os atos ou fatos que constituam Informação Relevante poderão, excepcionalmente, deixar de ser divulgados, se a sua revelação puder colocar em risco o interesse legítimo da Companhia. A Companhia poderá optar por submeter à apreciação da CVM a questão acerca da divulgação de Informação Relevante que possa colocar em risco seu interesse legítimo. Sempre que uma Informação Relevante ainda não divulgada ao público escape ao controle da Companhia ou, na situação em que uma Informação Relevante ainda não tenha sido divulgada, caso se verifique que ocorreu oscilação atípica na cotação, preço ou quantidade negociada dos Valores Mobiliários, o Diretor de Relações com Investidores deverá providenciar para que a Informação Relevante seja imediatamente divulgada à CVM, às Bolsas de Valores e ao mercado em geral. Na hipótese de não divulgação de Ato ou Fato Relevante por decisão dos Controladores ou Administradores, estes, em caso de a informação escapar ao controle ou ocorrer oscilação atípica, ficam obrigados a realizar a divulgação pertinente diretamente ou por meio do Diretor de Relação com Investidores.

Solicitação de Manutenção de Sigilo junto à CVM: Os Administradores e Acionistas Controladores poderão submeter à CVM a sua decisão de, excepcionalmente, manter em sigilo Atos ou Fatos Relevantes cuja divulgação entendam configurar manifesto risco a legítimos interesses da Companhia.

Canais de Comunicação Utilizados para Disseminação da Política: A divulgação da Política ocorre não somente pelos sites em que se encontra disponível - nos sites [www.cvm.gov.br](http://www.cvm.gov.br) e [www.ri.wine.com.br](http://www.ri.wine.com.br) - mas também através dos canais internos da Companhia, por meio de e-mails de Comunicação Interna.

Locais onde esta política pode ser consultada: A Política de Divulgação de Ato ou Fato Relevante está disponível para consulta nos sites [www.cvm.gov.br](http://www.cvm.gov.br) e [www.ri.wine.com.br](http://www.ri.wine.com.br).

### **21.3 - Administradores Responsáveis Pela Implementação, Manutenção, Avaliação E Fiscalização da Política de Divulgação de Informações**

#### **21.3 - Administradores responsáveis pela implementação, manutenção, avaliação e fiscalização da política de divulgação de informações**

Cumpra ao Diretor de Relações com Investidores da Companhia analisar as situações concretas que venham a surgir no curso das operações da Companhia, considerando sempre a sua materialidade, especificidade setorial, concretude ou importância estratégica, a fim de verificar se tais situações constituem ou não informação relevante.

## **21.4 - Outras Informações Relevantes**

### **21.4 - Outras informações relevantes**

Não existem outras informações consideradas relevantes que não tenham sido prestadas nos demais itens desta seção.